



Anais

II Seminário Internacional América Latina: Políticas e conflitos contemporâneos **SIALAT**

Tema:
Colonialidade, Poder e Territórios

Edna Maria Ramos de Castro
Suely Rodrigues Alves
(Orgs.)

27 a 29 de novembro de 2017
Universidade Federal do Pará/UFPA
Belém, Brasil



Universidade Federal do Pará - UFPA

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Rômulo Simões Angélica

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA

Diretor: Durbens Martins Nascimento

Diretor Adjunto: Sílvio José de Lima Figueiredo

Editora

Nirvia Ravena - Editora-Chefe

Lairson Costa - Diretor Executivo

Comissão Editorial

Nirvia Ravena - NAEA/UFPA (Presidente)

Edna Castro - NAEA/UFPA

Flavio Gaitán - UNILA

Gisela Leitão - EUC (Colômbia)

Lucimara Costa - UFAM

Marion Glaser - LCTME (Alemanha)

Monica Aparecida da Rocha Silva - UFT

Peter May - UFRJ

Renato Boschi - IESP/UFRJ

Coordenação de Comunicação e Difusão Científica

Ana Lúcia Prado Reis dos Santos

REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



PARCERIAS





Anais

II Seminário Internacional América Latina: Políticas e conflitos contemporâneos **SIALAT**

Tema:
Colonialidade, Poder e Territórios

Edna Maria Ramos de Castro
Suely Rodrigues Alves
(Orgs.)

Belém
NAEA/UFPA
2017

Arte da Capa
Andréa Pinheiro

Capa
Ione Sena

Editoração
Ione Sena
Suely Rodrigues Alves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Seminário Internacional América Latina: política e conflitos contemporâneos – SIALAT (2.: 2017: Belém, PA)
Anais do II Seminário Internacional América Latina: política e conflitos contemporâneos [recurso eletrônico] / Edna Maria Ramos de Castro, Suely Rodrigues Alves (organizadoras) _ Belém: NAEA, 2017.

6.0000 páginas
ISBN: ISBN:978-85-7143-167-6

1. Território – América Latina. 2. Poder regulamentar – América Latina. 3. Conflito social – América Latina. 4. América Latina – Política governamental. I. Castro, Edna Maria Ramos de. II. Alves, Suely Rodrigues. III. Título.

CDD 22. ed. 320.12098

Comissão Científica

Ana Maria Araújo – Universidad de la República – Uruguay
Andréa Zhouri – GESTA/PPGA/UFMG
Ana Prado - NAEA/UFPA
Antônia Nascimento - PPGSS/UFPA
Assunção José Pureza Amaral - UFPA-Castanhal
Carmem Izabel Rodrigues – PPGSA/IFCH/UFPA
Cristina Cancela - PPGHIST/UFPA
Edna Ramos de Castro – GETTAM/NAEA/UFPA
Edila Arnaud Moura – PPGSA/IFCH/UFPA
Eduardo Gudynas – Centro Lati no Americano de Ecologia Social/CLAES – Uruguaiy
Eliane Cantarino O’Dwyer - UFF
Emilie Stoll - Museum Nati onal d’Histoire Naturelle - França
Elenise Scherer - UFAM
Dalva Mota – CPATU/EMBRAPA
Delma Pessanha Neves - UFF
Eunápio do Carmo – CESUPA e GETTAM/NAEA
Elaide Martins – PPGCOM/UFPA
Fabiano Bringel - UEPA
Fabio Castro - PPGCOM/UFPA
Flávio dos Santos Gomes - UFRJ
Francilene Rodrigues - PPGSOF/UFRR
Gilberto Marques - PPGE/ICSA/UFPA
Helena Lúcia Zagury Tourinho - UNAMA
Hector Atilio Poggiese - UBA-Argentina
Izabel Valle - UFAM
Indira Rocha - ICSA/UFPA
Jose Vicente Tavares dos Santos – ILEA/UFRGS
João Márcio Palheta - PPGEIO/UFPA
James Léon Parra Monsalve - Colômbia
José Sobreiro Filho - UFPA-Ananindeua
José Raimundo Trindade - PPGECO
Juarez Carlos Brito Pezzuti - NAEA/UFPA
Luzia Álvares – PPGCP/UFPA
Luis Aragón Vaca – NAEA/UFPA
Luis Fernando Novoa Garzon – UNIR
Marcela Vecchione Gonçalves – NAEA/UFPA
Mirleide Char – NAEA/UFPA
Maria José Aquino – PPGSA/IFCH/UFPA
Marcel Hazeu – PPGSS/ICSA/UFPA
María Ernestina Garreta Chindoy – Colômbia
Nirvia Ravena – NAEA/UFPA
Otacílio Amaral Filho - ILC/UFPA
Paola Bolados Garcia – Instituto de Hist. y Ci. Sociales de la Univ. de Valparaíso, Chile
Pascale de Robert - IRD – França
Philippe Plas – Universidade Paris 13, França
Pierre Salama – Universidade Paris 13, França
Pedro Staevie – UNILA
Pierre Teisserenc – Univesite Paris 13, França
Rodrigo Peixoto – PPGSA/UFPA
Renan Freitas Pinto – UFAM
Sara Alonso – Universidade de Barcelona, Espanha
Saint-Clair Trindade – NAEA/UFPA



Sandra Helena Ribeiro Cruz - ICSA/UFPA
Simaia das Mercês - NAEA/UFPA
Sirlei Silveira - UFMT
Silvio Figueiredo - NAEA/UFPA
Socorro Amora - ICSA/UFPA
Solange Gayoso - ICSA/UFPA
Sabrina Mesquita - ICSA e GETTAM/NAEA/UFPA
Simy Corrêa - MPF - GETTAM/NAEA/UFPA
Vera Lúcia Gomes - PPGSS/UFPA
Violeta Loureiro - PPGSA/UFPA
Voyner Ravena Cañete - PPGSA/UFPA
Welson Cardoso - ICSA/UFPA-GETTAM
Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega - UFRN
William Santos de Assis - NCADR/UFPA
Jondison Rodrigues - GETTAM/NAEA
Jader Gama - GETTAM/NAEA/UFPA
Rosane de Seixas Brito Araujo - NAEA/UFPA
Larissa Carreira - GETTAM/NAEA/UFPA
Marília Lobato - UNIFAP
Alexandre Lins - PPGDSTU/UFPA
Raifran Abidimar de Castro - IFMA
Ireneide Souza Silva - GETTAM/NAEA/UFPA
Amarildo Ferreira Júnior - UFRR
Pedro Henryque Loureiro de Bragança - ESTÁCIO FAP - GETTAM/NAEA

Comissão Organizadora

Edna Castro – GETTAM/NAEA - Coordenadora
Eunápio do Carmo – CESUPA – GETTAM/NAEA
Silvio José de Lima Figueiredo – NAEA/UFPA
Suely Rodrigues Alves – GETTAM/NAEA
Jondison Rodrigues – GETTAM/NAEA
Nirvia Ravena - NAEA/UFPA
Edila Arnaud Moura - IFCH/UFPA
Larissa Carreira – GETTAM/NAEA
Jader Gama – GETTAM/NAEA
Domingos Ribeiro – GETTAM/NAEA
Rosane Brito – IFCH – GETTAM/NAEA
Sabrina Mesquita – ICSA – GETTAM/NAEA
Marcel Hazeu – ICSA – GETTAM/NAEA
Welson de Souza Cardoso – ICSA – GETTAM/NAEA
Rafaela Santos Carneiro - GETTAM/NAEA
Marília Lobato - UNIFAP - GETTAM/NAEA
William Rocha – UNAMA – GETTAM/NAEA
Simy de Almeida Corrêa - GETTAM/NAEA
Ireneide Silva – PPGDSTU/GETTAM/NAEA

Comissão de Apoio

Raissa Nobre Barros - IFCH/UFPA
Natália Camila Ferreira de Souza - PIBIC - CCS/IFCH/UFPA
Matheus Ricardo da Silva Lima - PIBIC - CSS/ICSA/UFPA
Juliana Azevedo Hamoy - Mestranda do PLADES/NAEA/UFPA
Samyra Milleno Rocha das Mercês - Graduanda/Jornalismo - FEAPA
Thamara Magalhães - Graduanda/Jornalismo - FEAPA
Mônica de Melo Medeiros - Graduada pelo ICSA/UFPA
Maria da Paz Saavedra - Técnica - NAEA/UFPA
Laurêncio Oliveira - Graduando/Jornalismo - FEAPA

Introdução



O II Seminário Internacional América Latina: conflitos e políticas contemporâneas/ II 2017 pretende ampliar o debate sobre questões cruciais que tem estado nas preocupações das ciências sociais, e dos movimentos sociais, na América Latina. Trata-se de temas relacionados aos processos políticos do desenvolvimento, aos conflitos e à colonialidade, considerando abordagens críticas e comparativas. Pretende criar um espaço para o debate e a análise de situações comuns que ocorrem em muitos países da América Latina, em especial no Brasil, com base em resultados de pesquisas produzidas em universidades, em institutos de pesquisa, em programas de pós-graduação e outras instituições reconhecidas pela sua excelência acadêmica, mas também integra as análises produzidos pelos movimentos sociais e étnicos, por organizações ativistas que têm contribuído para renovar o campo conceitual e teórico, portanto, o conhecimento, a partir de uma reflexão mais pertinente sobre a prática e as experiências sociais, culturais e políticas de grupos que são marcados por grande diversidade. Espera-se, assim, aprofundar o debate crítico sobre as políticas, os conflitos sociais, o processo histórico de transformação de territórios, as lutas sociais, os movimentos sociais no contexto de conjunturas de crise econômica e política e da globalização de mercados.

Este encontro almeja fomentar uma revisão de saberes cristalizados, estimular a busca de novos esquemas interpretativos, a revisão de conceitos e a produção de leituras críticas através de estudos comparativos e do que nos ensinam os processos insurrecionais que atravessam toda a América Latina. E por isso, o entendimento do Brasil para além dele mesmo, no sentido de gestar olhares críticos sobre as narrativas ocidentais que tem predominado na interpretação da sociedade brasileira. Cabe ainda ressaltar a contribuição do evento para ampliar os interesses de pesquisadores e aumentar a inserção dos programas de pós-graduação nos estudos internacionais, com intercâmbios direcionados à América Latina. Reafirmamos que isso constitui uma lacuna nos centros de formação localizados no Brasil, sobretudo tributários da ciência produzida na Europa e nos Estados Unidos, exigindo um esforço complementar de formação de agendas, como esta proposta pelo II SIALAT ao definir como tema central *Colonialidade, Poder e Territórios*.

A programação do II SIALAT/2017 está composta de várias atividades de caráter científico, tecnológico, político e cultural. Conta-se com as seguintes atividades: Conferência, Mesas Redondas, Grupos de Trabalho (apresentação de Trabalhos Completos e de Pôsteres), Minicursos, Oficinas, Mostra de Filmes da América Latina e Ações Culturais. Essas atividades estão estruturadas pelo eixo temático do evento, buscando manter coerência com o tema abordado.

A relevância do evento também pode ser vista pelo alcance de público. O SIALAT 2015, realizado em novembro de 2015, contou com poucos recursos, entretanto foi registrado aproximadamente 500 participantes. Para o II SIALAT a submissão de trabalhos foi surpreendente, com 1.020 resumos para trabalhos completos e pôsteres recebidos. O público alvo é formado por docentes e discentes de Programas de Pós-Graduação, de Grupos de Pesquisa, de demais professores, pesquisadores, estudantes de graduação, de professores da rede de ensino médio e básico, técnicos, gestores públicos, movimentos sociais, profissionais e interessados em geral nas temáticas abordadas.

Desta forma, este evento propiciará o intercâmbio de ideias, estudos, pesquisas e debates na análise de experiências de pesquisa sobre o Estado, governos e suas políticas, pensamento social no Brasil e na América latina, lutas sociais e organizações da sociedade civil, processos de trabalho, relações de gênero, processos de migração e deslocamentos forçados, imaginário, mídia e poder, mudanças no agrário, transformação do urbano, grupos étnicos, natureza e direitos, cultura e turismo, mineração e grandes obras hidrelétricas, todos eles temas que têm incrementado o intercâmbio acadêmico-científico tomando como referência os próprios programas de pós-graduação que incutem problemas relacionados ao desenvolvimento capitalista - esses temas são priorizados nos treze Grupos de Trabalho.

Um evento como este não se faz sem o apoio de instituições, grupos de pesquisa e pessoas. Inicialmente um agradecimento para a Universidade Federal do Pará através da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação e do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, essenciais na sua execução. Ao CNPq, à CAPES e a FAPESPA, como agências de financiamento que acreditaram e apoiaram este projeto. Às instituições parceiras com as quais esperamos continuar realizando atividades acadêmicas e políticas, como o CLACSO, a SBS, a ANPUR, o PPGSA/IFCH/UFPA, o ILEA/UFRGS e a UNILA (no seu núcleo sobre a Amazônia). E, em especial a todos que compõem a equipe do Grupo de Pesquisa Estado, Trabalho, Território e Mercados Globalizados (GETTAM), formada por docentes e discentes da pós-graduação do NAEA, de professores do CESUPA e da UNAMA, responsáveis pela organização do II SIALAT 2017.

Edna Castro
Coordenadora do GETTAM/NAEA/UFPA



Programa

II Seminário Internacional América Latina:
Políticas e conflitos contemporâneos

II SIALAT



PROGRAMAÇÃO

27 de novembro de 2017, segunda-feira

08h30 às 18h00

Credenciamento

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

09h30

Mesa de Abertura

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

10h30

Mesa Redonda 01 – Razão Descolonial e Pensamento Crítico Latinoamericano

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: Nirvia Ravena - NAEA/UFPA

Expositores:

Adélia Maria Miglievich Ribeiro- UFES

Carlos Walter Porto-Gonçalves - UFF

Hector Atilio Poggiese – FLACSO, Argentina

Edna Castro - NAEA/UFPA

12h40 às 14h00

Almoço

14h00 às 18h00

Grupos de Trabalho

Local: Salas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) - Setor Profissional/Campus da UFPA

18h00 às 18h30

Coffee Break

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA



18h30 às 20h00

CONFERÊNCIA DE ABERTURA: La política de los extractivismos sudamericanos: progresistas y conservadores

Conferencista: Eduardo Gudynas - Centro Latino Americano de Ecologia Social (Montevideu)

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

20h00 às 21h00

Lançamento de Livros

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA



28 de novembro de 2017, terça-feira

08h30 às 10h30

Mesa Redonda 02 – Conjuntura política, violências e lutas sociais na América Latina

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: Silvio Figueiredo - NAEA/UFPA

Expositores:

José Vicente Tavares dos Santos - ILEA/UFRGS

Ana Maria Araujo - Universidad de la República, Uruguay

Marcela Vecchione Gonçalves - NAEA/UFPA

Jacques Rhéaume - UQAM, Canadá

10h40 às 12h40

Mesa Redonda 03 - Hidrelétricas no contexto das políticas de grandes obras de infra-estruturas e privatização

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: Luis Aragon Vacca - NAEA/UFPA

Expositores:

Philip Martin Fearnside - INPA

Luis Fernando Novoa Garzon – UNIR

Sara Alonso - Universidade Ramon llul-Barcelona, Espanha

Edizângela Alves Barros – MAB

Dion Monteiro – Xingu Vivo

12h40 às 14h00

Almoço

14h00 às 18h00

Grupos de Trabalho

Local: Salas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) - Setor Profissional/Campus da UFPA

14h00 às 18h00

Minicurso I: Teoría de los extractivismos: conceptos, dinámicas, impactos y derrames.

Local: Auditório do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

Professor: Eduardo Gudynas – Centro Latino Americano de Ecologia Social (Montevideu)

18h00 às 18h30

Coffee Break

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA



18h30 às 20h30

Mesa Redonda 04 - Mineração, desastres socioambientais e novas configurações econômicas

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: France Rodrigues - UFRR

Expositores:

Paola Bolados - Universidad de Valparaíso, Chile

Ester Limonad - UFRJ

Violeta Loureiro - PPGSA/UFPA

Silvia Molina - CEDLA, Bolívia

Eunicéia Fernandes Rodrigues - Com. de Curuperé – Barcarena Livre

18h30 às 20h30

Oficinas

Local: Salas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)

Oficina 01: Ciência de Dados e Big Data, possibilidades e desafios à pesquisa na área das Ciências Sociais

Proponente: Jader Gama - Pesquisador do GETTAM e da IPPA (Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia).

Público-alvo: Estudantes de graduação e pós-graduação da área de Ciências Humanas e Computação.

Oficina 02: TV Digital no Brasil e na Amazônia

Proponente: Thiago Novaes (UFF)



29 de novembro de 2017, quarta-feira

08h30 às 10h30

Mesa Redonda 05 - Agriculturas em disputa, territórios sociais e étnicos sob ameaças

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: Edila Moura PPGSA/UFPA

Expositores:

Delma Neves - UFF

Dalva Motta - EMBRAPA

Eliane Cantarino O'Dwyer - UFF

Pascal De Robert - IRD/França

10h40 às 12h40

Mesa Redonda 06 - África e América Latina: histórias entrecruzadas, subalternidade e resistência

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: Gilmar Pereira da Silva - UFPA

Expositores:

Flávio dos Santos Gomes - UFRJ

Zélia Amador de Deus - PPGCOM/UFPA

Ernesto Renan de Freitas Pinto - PPGSC/UFAM

Representante de Movimento Social

12h40 às 14h00

Almoço

14h00 às 18h00

Grupos de Trabalho

Local: Salas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) - Setor Profissional/Campus da UFPA

14h00 às 18h00

Minicurso II: Psicosociología Clínica

Local: Auditório do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

Professores: Ana Maria Araujo (Universidad de la República – Uruguay) e Jacques Rhéaume (Université du Québec à Montréal/UQAM)

14h00 às 18h00

Minicurso II: Psicosociología Clínica

Local: Auditório do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

Professores: Ana Maria Araujo (Universidad de la República – Uruguay) e Jacques Rhéaume (Université du Québec à Montréal)



14h00 às 16h00

Minicurso III: Traços da Urbanização Recente no Brasil e suas interações com a América do Sul

Local: Auditório do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

Professora: Ester Limonad – UFF- Rj

16h00 às 18h00

Oficina

Local: Sala do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)

Oficina 03: Agitação e propaganda

Proponente: Érica Souza-MAM

Público-alvo: movimentos sociais e estudantis



GRUPOS DE TRABALHO E LOCALIZAÇÃO

GT 01 - Estado, políticas e novas configurações do mercado na América Latina

Coordenadores: Nirvia Ravena (NAEA/UFPA), Marcela Vecchione Gonçalves (NAEA/UFPA), José Raimundo Trindade (PPGECO/UFPA), Rosane de Seixas Brito Araújo (NAEA/UFPA) e Jader Gama (GETTAM/NAEA/UFPA)

Sala 12 e 13 - NAEA

GT 02 - Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina

Coordenadores: Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF), Rodrigo Peixoto (PPGSA/UFPA), Pierre Teisserens (Université Paris 13), Flávio dos Santos Gomes (UFRJ), Assunção José Pureza Amaral (UFPA-Castanhal), José Sobreiro Filho (UFPA-Ananindeua) e Raifran Abidimar de Castro (IFMA).

Sala 15 e 17 - NAEA

GT 03 - Colonialidade e grandes obras de infra-estrutura: hidrelétricas, portos, hidrovias, rodovias e ferrovias

Coordenadores: Luiz Fernando Novoa (UNIR), Sara Alonso (Universidade de Barcelona), Sabrina Mesquita (ICSA e GETTAM/NAEA/UFPA) e Jondison Rodrigues (GETTAM/NAEA).

Sala Ip 02 - Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 04 - Natureza, sociedade e direitos: políticas e conflitos na América Latina e na Pan-Amazônia

Coordenadores: Edila Moura (PPGSA/UFPA), Voyner Canete (PPGSA/UFPA), Juarez Carlos Brito Pezzuti (NAEA/UFPA), Emilie Stoll (Museum National d'Histoire Naturelle), Maria José da Silva Aquino (PPGSA/UFPA) e Maria Ernestina Garreta Chanoy (Colômbia), Simy Correa (GETTAM/NAEA/UFPA).

Sala Ip 03 e Sala Ip 04 - Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 05 - Mineração, desastres e neoextrativismos na América Latina

Coordenadores: Eunápio do Carmo (CESUPA e GETTAM/NAEA/UFPA), Paola Bolados (UV - Chile), Gilberto Marques (PPGE/ICSA/UFPA), Indira Rocha (ICSA/UFPA) e Pedro Henrique Paes Loureiro de Bragança (UNAMA e GETTAM/NAEA/UFPA)

Sala Ip 05 - Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 06 - A Mídia, produção de imagens e estratégias de discursos em disputa

Coordenadores: Fabio Castro (PPGCOM/UFPA), Ana Prado (NAEA/UFPA), Elaine Martins (PPGCOM/UFPA), Otacílio Amaral Filho (ILC/UFPA) e Larissa Carreira (GETTAM/NAEA/UFPA)

Sala Ip 06 - Pavilhão de Aulas do ICSA



GT 07 – Cidades e transformações do urbano na América Latina

Coordenadores: Saint-Clair Trindade (NAEA/UFPA), Simaia das Mercês (NAEA/UFPA), Philippe Plas (Universidade Paris 13, França), Sandra Helena Ribeiro Cruz (ICSA/UFPA), Helena Lúcia Zagury Tourinho (UNAMA) e Welson Cardoso (ICSA/UFPA-GETTAM).

Sala Kp 12 e Kp 10 – Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 08 – Migração, mobilidade e deslocamentos: exclusão social, diferenças culturais e ação política

Coordenadores: Luis Aragon Vacca (NAEA/UFPA), Marcel Hazeu (ICSA/UFPA-GETTAM), Pedro Staevie (UNILA), France Rodrigues (PPGSOF/UFRR) e Solange Gayoso (ICSA/UFPA)

Sala Hp 12 – Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 09 – Pensamento social e imaginário na América Latina

Coordenadores: Ana Maria Araújo (Udelar-Uruguai), Renan Freitas Pinto (UFAM), Edna Castro (GETTAM/NAEA/UFPA), Sirlei Silveira (UFMT) e Amarildo Ferreira Júnior (UFRR)

Local: Mini-auditório do NAEA (Altos)

GT 10 – Campesinato e conflitos fundiários na América Latina

Coordenadores: William Santos de Assis (NCADR/UFPA), Delma Pessanha Neves (UFF), Dalva Motta (EMBRAPA), Fabiano Bringel (UEPA) e James Léon Passa Monsalve (Colômbia)

Sala Hp 11 e Ip 12B – Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 11 – Gênero, colonialidade e teorias feministas na América Latina

Coordenadores: Luzia Álvares (PPGCP/UFPA), Cristina Cancela (PPGHIST/UFPA), Socorro Amora (ICSA/UFPA)

Sala Hp 10 – Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 12 – Cultura, mercados, tradições e turismo na América Latina

Coordenadores: Silvio Figueiredo (NAEA/UFPA), Carmem Izabel Rodrigues (PPGSA/UFPA), Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega (UFRN), Mirleide Char (NAEA/UFPA) e Iraneide Souza Silva (GETTAM/NAEA/UFPA)

Sala Hp 09 – Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 13 – Trabalho, mercado de trabalho e desemprego: novas regulações, novas formas de dominação?

Coordenadores: Izabel Valle (UFAM), Elenise Scherrer (UFAM), Antônia Nascimento (PPGSS/UFPA), Vera Lúcia Gomes (PPGSS/UFPA), Alexandre Lins (PPGDSTU/UFPA) e Marília Lobato (UNIFAP)

Local: LAENA - NAEA



LANÇAMENTO DE LIVROS E REVISTAS

Local: Hall de entrada do Centro de Eventos Benedito Nunes - UFPA

Tráfico de pessoas para exploração sexual

Editora: Lumen Júris, 2017

Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira Smith

Bragança: famílias, política e comércio

Editora: Livraria da Física

Ipojucan Dias Campos (Org.)

Sociodemografia da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá 2001 a 2011.

Editora: AM: IDSM; Belém: NAEA, 2016

Edila Arnaud Ferreira Moura, Ana Claudese Silva do Nascimento, Dávila Suelen de Souza Corrêa, Edna Ferreira Alencar, Isabel Soares de Sousa.

Garimpagem e Mineração no Norte do Brasil

Editora: EDUA, 2017

Francilene dos Santos Rodrigues

Territórios e Conflitos: a relação de empresas de mineração com as comunidades em Barcarena

Editora: NAEA/UFPA – 2017

Eunapio Dutra do Carmo

Para além da tradição: casamentos, famílias e relações conjugais

Editora: UEPA & Fonte Editorial

Ipojucan Dias Campos

Palavras entre rios e ruas: ensaios sobre Literatura na Amazônia

Editora: FCP- Fundação Cultural do Pará, 2016.

Maria de Nazaré Barreto Trindade

Territórios em transformação na Amazônia: Saberes, rupturas e desconstruções

Editora: NAEA/UFPA – 2016

Edna Maria Ramos de Castro (Org.)

Obra Contemplada pelo Premio Literário Dalcídio Jurandir

Coleção Encauchados: 1º Vol. Encauchados 20 anos do Acre para o Mundo

2º Vol. Encauchados na visão da Academia

3º Vol. Encauchados Produção científica e Tecnológica Educacional.

Gráfica: Supercoros

Francisco Samonek; Assunção José Pureza Amaral, Régis Abreu Paiva e Maria Zélia Machado Damasceno



Cidadania Coletiva - Política da Diferença e o Princípio da Participação

Editora. Juruá

Homero Chiaraba Gouveia

Pense Direito: Sujeitos e Atores na Formação da Consciência Jurídica

Editora: Appris

Fabian Serejo Santana

Territórios, Ordenamentos e Representações na Amazônia

Editora: GAPTA/UFPA - 2017

Christian Nunes da Silva, Ricardo Ângelo Pereira de Lima, João Marcio Palheta da Silva.

Crítica da Economia Política da Dívida Pública e do Sistema de Crédito Capitalista

Editora: CRV

José Raimundo Trindade

Postos no Rio Tapajós: o arco do desenvolvimento e da justiça social?

Cartilha – IBASE (RJ) – 2017

Jondison Cardoso Rodrigues

Revista Novos Cadernos NAEA: NCN Vol. 19, n. 3; Vol. 20, ns. 1 e 2

A geopolítica de Infraestrutura da China na América do Sul: um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazônia Brasileira

ActionAid Brasil e Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) – 2017

Diana Aguiar

História da Amazônia: do período da borracha aos dias atuais - Estudos Amazônicos

Editorial Cultura Brasil

Violeta Refkalefsky Loureiro.

Amazônia: temas fundamentais sobre o meio ambiente - Estudos Amazônicos

Editora Cultural Brasil

Violeta Refkalefsky Loureiro.

Territórios, Mobilizações e conservação socioambiental

Maria José da Silva Aquino Teisserenc, Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior, Neide Esterici (Orgs.).

São Luis: EDUFMA, 2016.

Amazônia, Cultura e Cena Política no Brasil

Sílvio Lima Figueiredo (Orgs.)

NAEA/UFPA - 2017



Grupos de Trabalhos

II Seminário Internacional América Latina: Políticas
e conflitos contemporâneos

II SIALAT



GT 07A

Cidades e transformações do urbano na América Latina

Coordenadores

Saint-Clair Trindade (NAEA/UFPA), Simaia das Mercês (NAEA/UFPA),
Philippe Plas (Universidade Paris 13, França), Sandra Helena Ribeiro Cruz (ICSA/UFPA),
Helena Lúcia Zagury Tourinho (UNAMA), Welson Cardoso (ICSA/UFPA-GETTAM).

Debatedores

Saint-Clair Trindade (NAEA/UFPA) e Philippe Plas (Universidade Paris 13, França)

Ementa: O campo da vida urbana tem sido um dos temas centrais nas análises das ciências sociais abrangendo várias abordagens pela sociologia, antropologia, ciência política, geografia e pelo campo do urbanismo, permitindo conhecer a diversidade da cultura urbana como mostram os estudos realizados nos diferentes países da América Latina, com abordagens quantitativas e/ou qualitativas. Pretende-se com este GT discutir trabalhos resultantes de pesquisa teórica ou empíricas sobre a vida urbana, considerando categorias chave como tempo, espaço, identidade, singularidade, diferença, cotidiano, cultura, economia urbana e global, política e planejamento urbano e regional. O GT contempla ainda trabalhos que abordem as manifestações políticas nas cidades, ou em seu entorno mas a elas articuladas, visando fomentar o debate crítico sobre o urbano e limites e potencialidades da ação política e da democracia.



GT 07 A – CIDADES E TRANSFORMAÇÕES DO URBANO NA AMÉRICA LATINA.

Sala Kp 12 – Pavilhão de Aulas do ICESA

Dia 27 de novembro de 2017 / segunda-feira

1ª SESSÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: DIVERSIDADE NA AMÉRICA LATINA

Horário: 14h00 às 16h00

Coordenação: St. Clair Cordeiro da Trindade Jr. (NAEA/UFPA), Helena Tourinho (UNAMA)

Comunicação Oral:

1. EFETIVIDADES DAS NORMAS DO PLANEJAMENTO URBANO E SUA IMPLICAÇÃO NA PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DOS EFEITOS DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO ESTADO DO PARÁ E AMAPÁ

Shaji Thomasl (NAEA/UFPA), Oriana Almeida (NAEA/UFPA), Elysângela Sousa Pinheiro (NAEA/UFPA) e Sérgio Rivero (ICSA/UFPA)

2. URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E SUSTENTABILIDADE URBANA: CONTRADIÇÕES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM (PA)

Marlon D'Oliveira Castro (PPGDSTU/NAEA/UFPA)

3. APROPRIAÇÃO E LUTA PELO ESPAÇO URBANO EM SÃO PAULO

Cintia de Castro Marino (Universidade Presbiteriana MackenzieFAU-UPM)

4. RELAÇÕES ENTRE INVISIBILIDADE SOCIAL, ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E PRODUÇÃO DO ESPAÇO SUBORDINADA EM BELÉM (PA)

Ana Cláudia Duarte Cardoso (FAU/PPGAU/UFPA) e Thales Barroso Miranda (FAU-UFPA)

5. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A INSERÇÃO DE VIGIA DE NAZARÉ-PA. NA REDE URBANA DO NORDESTE PARAENSE ATRAVÉS DA PESCA

Josenilson da Silva Melo (UFPA)

6. EL PAISAJE COMO CLAVE DE INTERPRETACIÓN DEL TERRITORIO A TRAVÉS DE LAS NARRATIVAS: PARATY/RIO DE JANEIRO/BRASIL COMO CASO DE ESTUDIO

Daniele Caron (UFRGS)

Pôster:

1. OLHARES SOBRE O CRESCIMENTO URBANO E OS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NA CIDADE DE ARAGUAÍNA, TOCANTINS

Thays Paiva Costa Rezende (UFT), Thalita Paiva Costa (UFT) e Eliseu Pereira de Brito (UFT)

2. UM BAIRRO, MUITAS REALIDADES: A DESIGUALDADE SÓCIO-ESPACIAL COMO INDICADOR DE PERDA DA COBERTURA VEGETAL NO BAIRRO DA CREMAÇÃO BELÉM/PA.

André Vicente do Rosario Marinho (UFPA) e José Edilson Rodrigues (UFPA)

2ª SESSÃO: SANEAMENTO BÁSICO E O DIREITO A VIDA URBANA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Horário: 16h00 às 18h00

Coordenação: Helena Tourinho (UNAMA)

Comunicação Oral:



GT 07 A – CIDADES E TRANSFORMAÇÕES DO URBANO NA AMÉRICA LATINA.

Sala Kp 12 – Pavilhão de Aulas do ICESA

1. IGARAPÉ MATA FOME: DO PASSADO À FUTURIDADE DE UM RECURSO HÍDRICO NA PERIFERIA DE BELÉM (PA)

Thaís de Almeida Costa (PPGSA/UFPA) e Flavio Henrique Souza Lobato (UFPA)

2. CONFLITOS URBANOS EM TORNO DO SANEAMENTO BÁSICO EM BELÉM: REIVINDICANDO O DIREITO À CIDADE SANEADA

Diego Jorge Barata Barros (FACS/UFPA), Suelen Reis da Conceição (PPGSA/UFPA) e Fabrício Tavares de Moraes (FACS/UFPA)

3. AS INDÚSTRIAS DE RECICLAGEM DE EMBALAGENS PLÁSTICAS E AS COOPERATIVAS DE CATADORES NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM (RMB) COMO FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Márcia Janete da Cunha Costa (PPGE/UFPA)

4. SUSTENTABILIDADE EM DISPUTA: UMA ANÁLISE DO DISCURSO MIDIÁTICO SOBRE LIXO URBANO NOS JORNAIS DE BELÉM

Flávia Celeira Cortez (UFPA) e Otacílio Amaral Filho (UFPA)

5. CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM SITUAÇÃO DE RUA E AS COOPERATIVAS DE CATADORES EM BELÉM/PA: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?

Gilberto Guimarães Filho (UFPA) e Juliana Cristina Vasconcelos Maia (CESUPA)

6. O INSTRUMENTO OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA COMO MECANISMO DE REFORMA URBANA: APLICAÇÕES E RESULTADOS EM FORTALEZA-CE

José Almir Farias Filho (UFC) e Paula Vale de Paula (UFC)

7. PRAÇA DOM PEDRO II E SUAS FUNÇÕES SIMBÓLICAS: UM ENTENDIMENTO DOS LUGARES

Andrei Fernandes Tavares (UEA), Gerliane de Sousa Castro (UEA) e Rebeca Teixeira Dantas (UEA)

Pôster:

1. AS REGRAS, COMPORTAMENTOS, E CRENÇAS DOS SKATISTAS DA PRAÇA MANÉ GARRINCHA EM IMPERATRIZ – MA.

Marcos Moreira Lira (UFMA)

Dia 28 de novembro de 2017 / terça-feira

1ª SESSÃO: POLÍTICA HABITACIONAL E DIREITO À MORADIA NA AMÉRICA LATINA

Horário: 14h00 às 16h00

Coordenação: Welson de Sousa Cardoso (ICSA/UFPA-GETTAM) e Sandra Helena Ribeiro Cruz (ICSA/UFPA)

Comunicação Oral:

1. POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL: O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Jackeline Sampaio Passos (SEMPPE, São Gonçalo/RJ)

2. PRINCIPAIS ASPECTOS DA ATUAL PRODUÇÃO HABITACIONAL MULTIFAMILIAR NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM E SUA RELAÇÃO COM A SUSTENTABILIDADE.

Ingrid Kelly Rodrigues de Oliveira (UFPA) e Leonardo Gabriel Braga Arruda (UFPA)



GT 07 A – CIDADES E TRANSFORMAÇÕES DO URBANO NA AMÉRICA LATINA.

Sala Kp 12 – Pavilhão de Aulas do ICESA

3. A QUESTÃO HABITACIONAL EM PROJETOS DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS EM BELÉM/PA
Monique Bentes Machado Sardo Leão (FAU/UFPA), Leonardo Gabriel Braga Arruda (FAU/UFPA), Letícia Ribeiro Vicente (FAU/UFPA) e Alberto Patrick Cassiano Lima (FAU/UFPA).
4. HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - HIS - VERTICALIZADA, UMA OPÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA QUE PRECISA SER REVISTA: O QUE PENSAM OS MORADORES, NO BRASIL E, NA ARGENTINA?
Ednilson Luiz Santana Menezes (FAU-UNLP, Argentina)
5. A AUTOCONSTRUÇÃO E O MUTIRÃO COMO UMA POLÍTICA HABITACIONAL
Fernando Edmundo Chermont Vidal (UnB)
6. O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA CIDADE DE CASTANHAL/PA: OS EFEITOS DA POLÍTICA PÚBLICA NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO
Sâmia Karollyne Moura da Cruz (UFPA)
7. A LUTA PELA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À MORADIA NOS PROCESSOS DE OCUPAÇÕES URBANAS NA AMAZÔNIA: O CASO DA OCUPAÇÃO DE VISTA ALEGRE DO JUÁ NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA
Maria Sousa Aguiar (UFOPA), Evanderson Camilo Noronha (UFOPA), Liendria Marla Malcher Silva (UFOPA) e Lincon Sousa Aguiar (UFOPA)
8. AVANÇOS E RETROCESSOS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA A PARTIR DA LEI 13.465/2017: UM ESTUDO DA TITULAÇÃO DA FAVELA PARQUE ROYAL
Carolina Pereira Bickel (PPGD/UERJ)

Pôster:

1. INSURGÊNCIAS URBANAS: A AÇÃO DOS COLETIVOS DA ZONA PERIFÉRICA DE SÃO PAULO E SEUS MODOS DE RESISTÊNCIA
Amanda de Cássia Thomaz (USJT), Kelvin Guilherme Castro (USJT), Paloma Mazaia Amaro (USJT) e Maria Carolina Maziviero (USJT)

2ª SESSÃO: GRANDES PROJETOS URBANOS E EFEITOS DE SEGREGAÇÃO NAS CIDADES LATINO AMERICANAS

Horário: 16h00 às 18h00

Coordenação: Sandra Helena Ribeiro Cruz (ICSA/UFPA)

Comunicação Oral

1. TRANSPORTE PÚBLICO E SEGREGAÇÃO URBANA NA REGIÃO ANDINA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE BOGOTÁ E QUITO
Angélica Moreno Calderón (FLACSO, Equador) e Nicolás Garzón Rodríguez (ESAP, Colômbia)
2. SEGREGAÇÃO RACIAL NA LÓGICA DO MERCADO O DESPREZO PELOS TERRITÓRIOS NEGROS NA ORLA DE BELÉM
Jakson Silva da Silva (PPGSA/UFPA) e Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto (PPGSA/UFPA)



GT 07 A – CIDADES E TRANSFORMAÇÕES DO URBANO NA AMÉRICA LATINA.

Sala Kp 12 – Pavilhão de Aulas do ICSPA

3. SEGREGAÇÃO E AUTO-SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA PERIFERIA DE BRASÍLIA-DF: OS CONDOMÍNIOS FECHADOS DE ALTO PADRÃO DA CIDADE OCIDENTAL-GO
Joesley Dourado Bastos (Unb)
4. DIREITO À MORADIA NO ESPAÇO URBANO: ANÁLISE DO PROJETO DA MACRODRENAGEM DA BACIA DO UNA
Carla Maria Peixoto Pereira (CESUPA)
5. GESTÃO E SUSTENTABILIDADE DE PROJETOS URBANOS: PERCEPÇÕES SOBRE O PROJETO PORTAL DA AMAZÔNIA EM BELÉM-PA
Magali Pinto Gouveia (UNAMA), Rosiris Lopes Rodrigues Mendes (UNAMA), Rosália do Socorro da Silva Correa (UNAMA) e Leonardo Augusto Lobato Bello (UNAMA)
6. O PROJETO DE MACRODRENAGEM DA BACIA DO UNA EM BELÉM (PA): IMPACTOS NA HABITAÇÃO E NA QUALIDADE DE VIDA DE SUAS POPULAÇÕES
Rosiris Lopes Rodrigues Mendes (UNAMA), Rosália do Socorro da Silva Correa (UNAMA) e Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares (UFPA)
7. TRANSFORMAÇÃO RECENTE DO ESPAÇO URBANO: PLANOS E USOS NA ORLA DE BELÉM/PA
Camilla Souza Barbosa (UFPA)

Pôster:

1. EXCLUSÃO SOCIAL NO CONTEXTO URBANO: A IDENTIDADE DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA QUE ACESSAM O CENTRO POP DE BELÉM
Flávia Pingarilho Rodrigues (UNAMA), Filomena Barroso de Souza (UNAMA) e Edmir Amanajás Celestino UFPA)

Dia 29 de novembro de 2017 / quarta-feira

1ª SESSÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: DIVERSIDADE NA AMÉRICA LATINA

Horário: 14h00 às 16h00

Coordenação: Simaia Mercês (NAEA/UFPA)

Comunicação Oral:

1. A PRODUÇÃO DO AMBIENTE CONSTRUÍDO NAS CIDADES NO CONTEXTO DE CRISE DO CAPITAL: O PAPEL DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS
Thiago Canettieri (UFMG) e Marina Sanders Paolinelli (UFMG)
2. POLÍTICAS PÚBLICAS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO: OS CASOS DA UPP NO VIDIGAL E DO MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES NO PROJETO QUILOMBO DA GAMBOA
Priscilla Glitz Mayrink (UFRJ) e Paula Menezes Salles de Miranda (UFRJ)
3. UMARIZAL: EXPERIÊNCIA LIMINAR EM UM BAIRRO AMAZÔNICO
Danilo Miranda Caetano (PPCLC/UNAMA) e Angelo Martins Cavalcante (PPCLC/UNAMA)
4. DEMOCRACIA, CIDADANIA E FISSURAS NA PRODUÇÃO DA CIDADE NEOLIBERAL
Helena d' Agosto Miguel Fonseca (UFMG)
5. A GLOCALIDADE NO INTRA-URBANO: REDEFINIÇÕES DAS CENTRALIDADES EM MARABÁ-PA
Mauro Emilio Costa Silva (UEPA)



GT 07 A – CIDADES E TRANSFORMAÇÕES DO URBANO NA AMÉRICA LATINA.

Sala Kp 12 – Pavilhão de Aulas do ICESA

6. O ESPAÇO PÚBLICO A PARTIR DO ESPAÇO DO CONFLITO

Patrícia Cioffi de Mattos (UFMG)

Pôster:

1. URBANO DIVERSIDADE NA MICRORREGIÃO DO SALGADO: A EXPERIÊNCIA DA PESCA NA PEQUENA CIDADE DE MARACANÃ-PA

Rafael Campos de Miranda (UFPA) e Marcio Douglas Brito Amaral (UFPA)

2. PESQUISA ETNOGRÁFICA NA PEDRA DO PEIXE DO VER-O-PESO E SEU ENTORNO FÍSICO, BAIRRO DA CAMPINA E CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE

Suelen do Nascimento Vieira (FAU/UFPA) e Luiz de Jesus Dias da Silva (FAU/UFPA)

2ª SESSÃO: PLANO DIRETOR, POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO À CIDADE NA PANAMAZÔNIA

Horário: 16h00 às 18h00

Coordenação: Simaia Mercês (NAEA/UFPA)

Comunicação Oral:

1. LUXOS “VERDES” E MUROS INVISÍVEIS: A ICONIZAÇÃO DA NATUREZA NO MERCADO IMOBILIÁRIO EM JOÃO PESSOA (PB)

Ceres Grehs Beck (PPGCS/UFCEG - UAG/IFPB), e Luis Henrique Hermínio Cunha (PPGCS/UFCEG)

2. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: ANÁLISE DA EFETIVIDADE DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO PLANO DIRETOR DA CIDADE DE BELÉM

João Jorge Neto (PPGSA/UFPA)

3. AS PEQUENAS CIDADES E O LITORAL DE RIOS PARAENSE: SÃO JOÃO DE PIRABAS COMO EXPRESSÃO DA DIVERSIDADE URBANA E TERRITORIAL

Marcio Douglas Brito Amaral (PPGEO/UFPA) e Thamires de Oliveira Santos (UFPA)

4. CIDADES PEQUENAS NA CONTEMPORANEIDADE: O PAPEL DE UMA ARQUITETA-URBANISTA-CARTÓGRAFA Luana Pavan Detoni (UFPEL) e Eduardo Rocha (UFPEL)

5. PEQUENAS CIDADES DO DELTA AMAZÔNICO: UMA FLORESTA URBANIZADA

Sérgio Luiz de Medeiros Rivero (PPGE/UFPA), Mateus de Azevedo Araujo (FACECON/UFPA), Oriana Trindade de Almeida (NAEA/UFPA) e Miguel Almeida Mascarenhas Leite (NAEA/UFPA)

6. AS INFLUÊNCIAS DO URBANO E OS DILEMAS DA COMUNIDADE DE CAMETÁ TAPERA – PA

Luciana Pereira de O. Tavares Mourão

7. REFUNCIONALIZAÇÃO URBANA E PATRIMÔNIO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BRASIL E COLÔMBIA

Júlia Erminia Riscado (UFF)

Pôster:

1. O PLANO DIRETOR COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA DEMOCRATIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS E A MELHORIA NA CONDIÇÃO DE VIDA EM SANTARÉM

Auristela Correa Castro (PPGCITI/UFPA), Aquiles Vasconcelos Simões (PPGCITI/UFPA) e Abner Vilhena de Carvalho (UFOPA)



Trabalhos completos

GT 07A

II Seminário Internacional América Latina:
Políticas e conflitos contemporâneos

II SIALAT

**GT 07 - Cidades e Transformações do Urbano na América Latina****EFETIVIDADES DAS NORMAS DO PLANEJAMENTO URBANO E SUA
IMPLICAÇÃO NA PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DOS EFEITOS DE MUDANÇAS
CLIMÁTICAS NO ESTADO DO PARÁ E AMAPÁ**Shaji Thomas (NAEA/UFPA)¹

shaji@outlook.com,

Oriana Almeida (NAEA/UFPA)²

orianaalmeida@yahoo.com

Elysângela Sousa Pinheiro (NAEA/UFPA)³

elysangelapinheiro@gmail.com

Sérgio Rivero (ICSA/UFPA)⁴

sergiolmrivero@gmail.com

RESUMO

A ocupação espacial de áreas urbanas na região amazônica expõe vários impactos negativos sobre a população. Desde o ano de 1990, tem havido uma intensa mobilização rural da população na região amazônica para pequenas cidades. Entre os fatores contribuíram para esse movimento, destacam-se os problemas relacionados às mudanças climáticas, implementação de grandes projetos hidrelétricos, mineração em grande escala e indústrias madeireiras na região. A urbanização auxilia a desenvolver estratégias de mitigação e adaptação para lidar com a mudança climática, especialmente por meio do planejamento urbano. O presente trabalho analisa os principais instrumentos legais de planejamento urbano no Brasil e sua implicação no processo da prevenção e mitigação dos efeitos de mudanças climáticas. Para este trabalho, foram analisadas as principais normas legais federais, estaduais e municipais relacionadas ao planejamento urbano. Também foram detalhadamente estudados os Plano Diretores de quatro pequenas cidades do delta Amazônico (PeCiDAMs) do Amazonas: Abaetetuba e Ponta de Pedras, no Estado do Pará, Mazagão e Santana, no Estado do Amapá. A pesquisa mostrou a infraestrutura dos municípios são altamente vulneráveis e incapazes de suportar os impactos das mudanças climáticas. Também a análise da legislação indicou que, até o presente momento, as normas sobre o planejamento urbano elaboradas pelos governos federal e local são ineficientes e carecem de regulamentação necessária para se constituírem como instrumento capaz de minimizar os atuais problemas causados pela mudança climática.

Palavras-chaves: Ocupação espacial, Direito urbanístico, Participação popular.

1. INTRODUÇÃO

A ocupação espacial de áreas urbanas na região amazônica expõe vários impactos negativos sobre a população. Os eventos climáticos extremos, como inundações e secas,

¹ Doutor em Ciência Sócio Ambiental e Estudante de Pós-doutorado, Programa de pós-graduação em desenvolvimento sustentável do Trópico Úmido, NAEA/UFPA, Brasil.

² Doutora em Ciências Sócio Ambiental e Professora do Programa de pós-graduação em desenvolvimento sustentável do Trópico Úmido, NAEA/UFPA, Brasil.

³ Estudante de Pós-graduação, Doutorado no Programa de pós-graduação em desenvolvimento sustentável do Trópico Úmido, NAEA/UFPA, Brasil.

⁴ Doutor em Economia e Professor do Programa de pós-graduação em Economia, ICSA/UFPA, Brasil.



são mais frequentes para a população urbana (SZLAFSZTEIN, 2014, ESPIRITO-SANTO, SZLAFSZTEIN, 2016). Mesmo assim, a urbanização ajuda a desenvolver estratégias de mitigação e adaptação para lidar com a mudança climática, especialmente por meio do planejamento e projeto urbano; há no presente momento uma falta de regulamentações de planejamento urbano eficientes pelos governos federal e local para superar tais impactos. Há muitas regras e regulamentos relacionados às mudanças climáticas no Brasil. No entanto, a análise da legislação brasileira (federal, estadual e municipal) sobre as mudanças climáticas é um dos principais desafios para aqueles que querem entender o papel da legislação na mitigação dos impactos de mudanças climáticas.

A legislação brasileira tem sido considerada avançada em questões ambientais desde a promulgação da constituição de 1988. De acordo com o art. 170 da Constituição, “a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todo ser humano uma existência com dignidade, de acordo com a justiça social” observando os princípios de proteção ambiental e de que todos têm direito a um ambiente ecologicamente equilibrado.

Dados mais recentes do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC) mostram que houve um aumento anormal e substancial da temperatura da superfície terrestre e oceânica, da mudança média global do nível do mar e das concentrações globais de gases de efeito estufa (IPCC, 2015). Além do aumento nas temperaturas médias globais do ar e dos oceanos, o derretimento generalizado da neve e do gelo está elevando o nível médio do mar.

Desde o anúncio do quarto Relatório do IPCC em 2007, que indicou a possibilidade de aumento da temperatura média global de 3°C, a maioria dos países adotou planos para controlar o efeito do aquecimento global. No mesmo ano, o Congresso Brasileiro instalou a Comissão Especial Mista sobre Mudanças Climáticas (CMMC) para elaborar medidas para discutir o aquecimento global.

O presente trabalho analisa os principais instrumentos legais de planejamento urbano no Brasil e sua implicação no processo da prevenção e mitigação dos efeitos de mudanças climáticas. Para este trabalho, foram analisadas as principais normas legais federais, estaduais e municipais relacionadas ao planejamento urbano.

2. REGULAMENTOS FEDERAIS SOBRE AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E PLANEJAMENTO URBANO



Em 2009, o governo aprovou a Lei nº 12.187 que instituiu a Política Nacional de Mudança Climática e definiu os conceitos de adaptação e mitigação. Esta lei foi posteriormente regulamentada pelo Decreto 7.390 de 2010. De acordo com esta lei, a mitigação envolve mudanças e substituições tecnológicas que reduzem o uso de recursos e as emissões de gases de efeito estufa e aumentam a captura desses gases. A adaptação, por sua vez, significa ações que reduzem a vulnerabilidade dos sistemas nos cenários previstos para a mudança climática (BRASIL, 2013).

De acordo com o Decreto nº 7.390/2010 que regula a PNMC, as emissões de gases de efeito estufa para 2020 do Brasil no âmbito do Quadro da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática são reduzir as emissões de gases de efeito estufa entre 36,1% e 38,9% das emissões projetadas. Para atingir este objetivo de redução, a lei estabelece, como também os planos setoriais, o desenvolvimento de mitigação e adaptação nos níveis local, regional e nacional.

Na Política Nacional de Mudança Climática há, também, planos setoriais de mitigação e adaptação que incluem o plano agrícola e o plano de ação e prevenção ao desmatamento: o Plano Agrícola de Baixo Carbono (PLANO ABC) se concentra em atividades agrícolas e visa garantir a segurança alimentar com base na proteção da vegetação nativa localizada nas propriedades agrícolas rurais; e o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAM) e o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado (PPCerrado). Com base em um estudo realizado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, houve uma redução de 76,1% dos gases de efeito estufa devido à ação do governo contra o desmatamento na região amazônica entre 2005 e 2010 (BRASILIA, 2013).

A Lei Federal nº 12.114, que constituiu o Fundo Especial do Clima para apoiar ações relacionadas à mudança climática no Brasil. Esta Lei foi regulamentada pelo Decreto 7.343 de 2010. O Fundo Climático também traz determinações específicas sobre a aplicação de recursos em "projetos para reduzir as emissões de carbono do desmatamento e degradação florestal, com prioridade para áreas naturais ameaçadas de destruição e relevantes para estratégias de conservação da biodiversidade" (BRASIL, 2012). Além de apoiar a Ação Climática no Brasil, o fundo também apoia a cadeia de produção sustentável de alimentos e o pagamento de serviços ambientais às comunidades locais e particulares.

Em dezembro de 2015, o Acordo de Paris foi assinado por 197 países sob a supervisão da ONU, que une os esforços das Nações signatárias para adotar uma economia de baixo carbono até o final deste século. O Brasil assumiu a tarefa de reduzir as emissões



de gases de efeito estufa para 37% até 2025 e apresentou a meta de redução de 43% até 2030.

O governo brasileiro também ratificou a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (Decreto nº 2.652, de 1998). O objetivo final da Convenção é estabilizar as concentrações de gases com efeito de estufa "a um nível que impeça interferências antropogênicas (induzidas pelo homem) perigosas com o sistema climático" (NACÕES UNIDAS, 1992, p.7)." Ao assinar esta Convenção-Quadro, o Brasil assumiu mitigar o efeito adverso das mudanças climáticas, transferindo recursos financeiros e tecnologia e promovendo desenvolvimento social e econômico sustentável para erradicar a pobreza.

O Brasil também ratificou o Protocolo de Quioto da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, assinado na terceira Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas em 1997 (Decreto nº 5.445 de maio de 2005). Esta convenção reconheceu que os países desenvolvidos são os principais responsáveis pelos atuais níveis elevados de emissões de gases de efeito estufa na atmosfera por causa de mais de 150 anos de atividade industrial.

O Decreto nº 3.515 foi promulgado pelo governo em 2000, criando o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. O principal objetivo deste Fórum é sensibilizar e mobilizar a sociedade sobre questões relacionadas com as alterações climáticas causadas por gases com efeito de estufa e debater sobre o mecanismo de desenvolvimento limpo definido no artigo 12 do Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas.

Em 2007, o Decreto 6.263 estabeleceu a Comissão Interministerial de Mudanças Climáticas para elaborar o Plano Nacional de Mudanças Climáticas. Este comitê é responsável pelo monitoramento e avaliação de todo o plano nacional de mudanças climáticas, no país. O Plano Nacional baseia-se em quatro eixos: Mitigação; Vulnerabilidade, impacto e adaptação; Pesquisa e desenvolvimento; Capacitação e publicação.

No mesmo ano, o Decreto 6.321 transferiu a responsabilidade para os municípios para o combate ao desmatamento em conjunto com agências federais. Este plano de ação inclui restringir o crédito a agricultores irregulares, identificar toda a cadeia de produção do desmatamento ilegal e fazer uma lista pública dos municípios considerados críticos para o desmatamento.



Outra importante legislação referente ao Planejamento Urbano encontra-se na Constituição do Brasil quanto ao Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). De acordo com o Acordo Federal e com o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), a implantação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) é compartilhada entre a União, os Estados e os Municípios. Com base no artigo 23 da Constituição Federal de 1988, a Lei Complementar nº 140/2011 estabelece diretrizes para a cooperação entre essas Entidades Federais no exercício da competência conjunta em matéria de meio ambiente. De acordo com esta lei, o governo federal é responsável pela ação administrativa na elaboração da ZEE nacional e regional, e os estados elaboram a ZEE em todo o estado de acordo com o zoneamento nacional e regional, e os municípios elaboram o Plano Diretor Urbano em observância com os ZEEs. Além disso, o novo código florestal (Lei federal nº 12.651 / 2012) estabelece um período de cinco anos para cada Estado Membro elaborar e aprovar suas ZEEs, de acordo com a metodologia unificada estabelecida na norma federal.

A Lei Federal nº 10.257, adotada em 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, é um marco muito importante na governança territorial urbana. Trata-se de atender, através de uma abordagem holística, em um único texto, vários aspectos relativos à governança democrática, a justiça urbana e a proteção ambiental das cidades. Ele traz a questão urbana e insere na agenda política nacional em um país até então marcado pela cultura rural. Esta Lei também traz critérios para a ZEE na área urbana e é um dos instrumentos jurídicos importantes para o planejamento da cidade de maneira democrática.

Outras leis federais também contribuíram para a governança territorial urbana. A Lei Federal nº 10.931/2004 estabeleceu o registro gratuito de bens no âmbito de programas de regularização fundiária; A Lei Federal nº 11.481/2007 foi adotada para facilitar os processos de regularização agrária pelos municípios em assentamentos informais consolidados nas terras federais; Lei Federal nº 11.888, de 2008, estabeleceu o direito das comunidades à assistência técnica na regularização dos programas de terras do governo; A Lei Federal nº 11.952, de 2009, regulamentou a regularização agrária em áreas urbanas da Amazônia Legal; E a Lei Federal nº 11.977 de 2009, que foi alterada pela Lei nº 12.424 / 2011, foi adotada para regulamentar o Programa de Habitação "minha casa, minha vida" para facilitar a regularização de assentamentos informais nas áreas urbanas.

Outra marca de regulação urbana aconteceu em 2015. A Lei nº 13.089/2015 é chamada de Estatuto da Metrópole, e estabelece diretrizes gerais para o planejamento, gestão e execução de programas públicos de interesse comum nas áreas metropolitanas e aglomerados urbanos impostas por Estados. Esta lei também fez diretrizes gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado que inclui o interesse federal. A Lei nº



12.587/2012 traz orientações para a Política Nacional de Mobilidade Urbana como instrumento de política de desenvolvimento urbano, visando a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade de pessoas e mercadorias no território de diferentes Municípios.

3. REGULAMENTO ESTATAL DO PARÁ SOBRE O CLIMA

O Estado do Pará é o segundo maior estado em extensão territorial do Brasil e é rico em biodiversidade e recursos naturais. Os estudos realizados pelo Fórum Estadual de Mudanças Climáticas mostram que, apesar dos potenciais benefícios ambientais, sociais e econômicos, foram implementadas poucas ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas no Estado (SOUSA, 2015, p.13). O principal esforço feito pelo governo do Estado a este respeito tem sido limitado a alguma discussão e elaboração de poucas regras.

Em 2008, o Governo do Estado iniciou sua participação na formação do Grupo de Trabalho de Governadores para Mitigação de Mudanças Climáticas relacionadas ao setor florestal. Como parte da estratégia, em 2011, foi instituído um Fundo especial para implementar o REDD + em nível estadual.

Um dos passos importantes para discutir a Mudança Climática foi a instituição do Fórum Paraense de Mudanças Climáticas pelo Decreto Estadual nº.1.900/2009 (Este Decreto foi reeditado em 2012 pelo Decreto nº 518). O Fórum promove a interação dos diversos setores da sociedade para lidar com as consequências socioeconômicas e ambientais decorrentes das mudanças climáticas.

Em 2009, o governo editou o Decreto nº. 1.697, elaborar o Plano Estadual de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento, que prevê 80% de redução do desmatamento até 2020, com base no parâmetro de 6.255 km².

O Programa Estadual de Gestão Costeira do Estado do Pará (GERCO-PA) é um dos instrumentos da Ação Estadual de Política Ambiental (Lei nº 5.887 / 95) e está integrado ao Plano Nacional de Gestão Costeira. Este Plano Nacional tem poucos instrumentos, tais como: o Plano Estadual de Gestão Costeira (PEGC), o Plano Municipal de Gestão Costeira (PMGC), o Sistema de Informação de Gestão Costeira (SIGERCO), o Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira (SMA-ZC), O Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira (RQA-ZC), Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro (ZEEC) e o Plano de Gestão da Zona Costeira (PGZC).

O Plano Estadual de Gestão Costeira foi estabelecido pela Lei nº 10.019, de 1998. Para implementar o GERCO-PA, o Estado emitiu o Decreto nº 1.945 / 2009 que instituiu a



Coordenação Técnica Estadual de Gestão Costeira do Estado (GERCO). De acordo com este programa, a coordenação do GERCO é responsável pela elaboração do plano de ação para as áreas costeiras do Estado. De acordo com este plano, há cerca de 30 municípios sob a Coordenação da Gestão Costeira Estadual. Apesar da formação do GERCO no Estado do Pará, ainda não está efetivamente envolvida em suas atividades no estado.

No âmbito do programa de Municípios Verdes do Governo Federal, o Estado do Pará editou o Decreto nº 54/2011 que estabelece o programa de Municípios Verdes do Estado. Este Programa determina que o Estado publique a lista de grandes desmatamentos ilegais nos Municípios e ponha limitações para licenciamento ambiental, incentivos financeiros e outros obstáculos aos empreendedores na lista. Foi uma iniciativa desenvolvida em parceria do Estado com os municípios, a sociedade civil, o setor privado e o MPF, com o objetivo de auxiliar no combate ao desmatamento e no fortalecimento da produção rural sustentável.

Em 2012, o Estado aprovou a Lei nº 7.638 (regulamentada pelo Decreto nº 775/2013) que instituiu o Imposto Verde, que oferece tratamento especial aos Municípios que protegem sua floresta. Por meio desta lei, o governo estadual adotou critérios ambientais vinculados ao percentual de áreas protegidas, taxas de desmatamento e área do Registro Ambiental Rural (CAR) para distribuição aos municípios do ICMS. A Lei nº 7381/2010 delinea as normas de como recuperar a cobertura vegetal nas matas ciliares do Estado do Pará. Esta lei é muito importante na proteção das fontes de água no estado.

Além disso, a Lei 6506/2002 determina o Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE) no estado do Pará. O zoneamento ecológico-econômico (ZEE) é um instrumento de política de Estado sobre meio ambiente, para conciliar desenvolvimento com a preservação e conservação do meio ambiente.

Apesar de o Estado do Pará ter elaborado muitos programas e ações como o ICMS Verde, resultando em impacto direto na redução de emissões e aumento da arrecadação tributária do Estado com base em critérios ambientais, não possui uma política estruturada de mitigação e adaptação às mudanças climáticas (SOUSA Et al, 2015).

4. REGULAMENTO ESTATAL DA AMAPÁ SOBRE O CLIMA

O Estado do Amapá, no Brasil, tem uma situação peculiar em relação ao seu território: 72% de seu território total está sob a área protegida do governo. A taxa cumulativa de desmatamento é de cerca de 2,57% ao ano, que é a menor taxa cumulativa de



desmatamento na Amazônia. O estado também tem uma grande área costeira com zonas úmidas.

Apesar de sua importância, o Estado Amapá não possui um marco regulatório legal específico para a mudança climática, serviços ambientais ou REDD +. Além disso, o Estado não possui legislação coordenada sobre Mudanças Climáticas. Há poucos esforços para implementar o REDD + no estado para incentivar a conservação das florestas.

Os assuntos relacionados aos serviços ambientais são tratados principalmente pelo Instituto Florestal Estadual (IEF) e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Amapá (SEMA). O Estado não tem metas específicas para a redução do desmatamento porque tem uma das taxas mais baixas de desmatamento na região amazônica. No entanto, a principal preocupação do Estado é como aumentar o monitoramento do desmatamento para evitar a destruição ilegal da floresta e o uso não autorizado da floresta para outros fins agrícolas.

Uma das importantes legislações sobre as zonas húmidas foi aprovada em 2004 (Lei Estadual nº 0835/2004) pelo Estado. De acordo com o artigo primeiro da lei, a obrigação do Estado com os municípios é o de realizar o Zoneamento Ecológico-Econômico Urbano (ZEE) para apoiar a governança territorial das áreas úmidas para uso em atividades humanas (TAKIYAMA, 2012). Em 2011, o Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (ISPA), em cooperação técnica com o Ministério Público do Estado do Amapá (PRODEMAC / MP), finalizou o Projeto de Zoneamento Ecológico-Econômico Urbano de áreas pantanosas de Macapá e Santana, no Estado do Amapá. O zoneamento se torna importante na conservação da cobertura vegetal do município.

A Lei nº 0686/02 foi instituída em 2002, que regula a política de gestão da água no Estado do Amapá. Por esta lei, existem nove instrumentos de gestão que precisam ser regulamentados para que os benefícios desta lei possam ser garantidos.

A Lei Estadual nº 0702, de 2002, regula a Política Florestal e outras formas de Vegetação no estado de Amapá. De acordo com esta lei, toda concessão de floresta no estado do Amapá deve obter permissão do governo estadual.

A Lei Estadual nº 1491 de 2010 estabelece a política de Redução e compensação de emissões de dióxido de carbono CO₂. A Lei incentiva o uso de biocombustíveis, o que contribuirá para aliviar o aquecimento global e melhorar a qualidade do ar e outros assuntos.

O planejamento territorial regional do Amapá é regulamentado pela Lei nº 0919/05 que estabeleceu o e adotou normas técnicas de uso e ocupação territorial que visavam a implantação do Zoneamento Econômico-Ecológico - ZEE e Gestão Costeira. A revisão do



Plano Estadual de Gestão Costeira (GERCO) ocorreu em 2007, por meio da Lei nº 1.089 / 07, que estabeleceu os objetivos e diretrizes do plano e disciplinou os instrumentos de sua elaboração, aprovação e implementação.

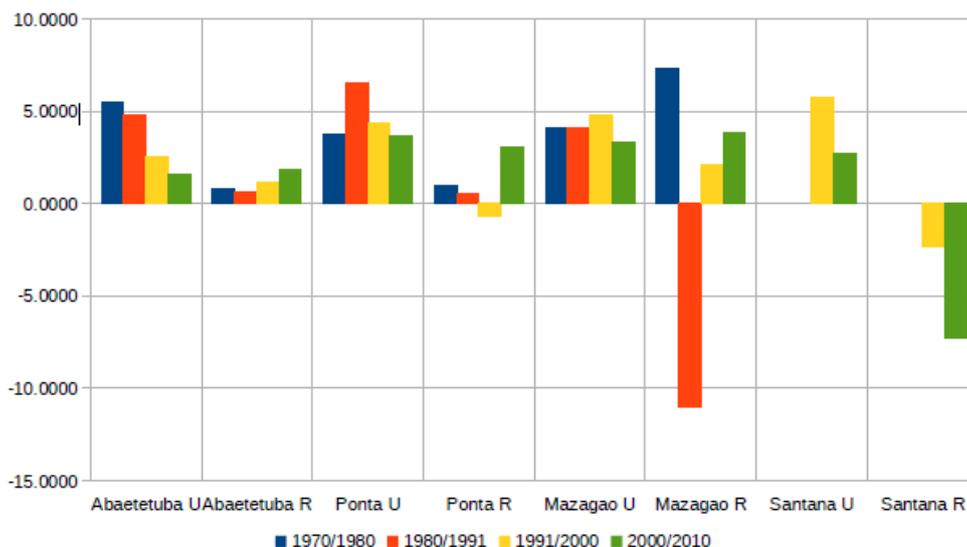
O plano de manejo da Costa do Estado foi elaborado pela Lei nº 0188/1994 e posteriormente regulado pelo Decreto 4112/1996. O objetivo geral da GERCO no Estado do Amapá é disciplinar e racionalizar o processo de ocupação e aproveitamento dos recursos naturais da Zona Costeira, por meio de instrumentos jurídicos, visando à melhoria da qualidade de vida das populações locais e à proteção de ecossistemas costeiros para garantir uma melhor qualidade ambiental (TAKIYAMA, 2012, p.33) (Figura 2). Lei Complementar do Estado nº. 005/1994, fez a revisão do Plano Estadual de Gestão Costeira, estabelecendo os objetivos e diretrizes do plano e disciplinando os instrumentos de sua elaboração, aprovação e implementação.

O Estado do Amapá ainda não tem Fórum sobre Mudanças Climáticas. Todos os assuntos relacionados à Mudança Climática são discutidos diretamente na Câmara de Biodiversidade e Conselho Estadual de Meio Ambiente, composto por representantes das instituições governamentais e não-governamentais. O Centro de Mudanças Climáticas e REDD + foi criado em janeiro de 2016, é supervisionado diretamente ao Escritório da Secretaria de Meio Ambiente e é responsável por promover discussões e estabelecer parâmetros e mecanismos, bem como fornece estratégias de adaptação e mitigação dos efeitos de Mudança climática para a população urbana e rural do Amapá.

5. PEQUENAS CIDADES DO DELATA AMAZÔNICO (PeCiDAMs)

No Brasil, cerca de 40% dos proprietários urbanos não possuem documento legal de reconhecimento de propriedade da terra onde vivem. Esta situação é o resultado de uma urbanização acelerada, desordenada e injusta, onde grande parcela da população não tem seu direito à moradia reconhecido. Essas pessoas ocupam terras vazias ou prédios abandonados para construir suas casas e estão expostas a condições climáticas extremas, falta de segurança alimentar e doenças (CARVALHO, ROSSBACH, 2010, p.102).

Figura 1 - Informações demográfica 4 PeCiDAMs de acordo com o IBGE (Abaetetuba, Ponta de Pedras, Mazagão e Santana)



Fonte: IBGE, 2016

Os quatro municípios foco de estudo desse projeto (Abaetetuba e Ponta de Pedras, no Estado do Pará, Mazagão e Santana, no Estado do Amapá), assim como outros da região, têm experimentado o maior crescimento populacional nas últimas duas décadas. Houve um aumento constante da população entre 1970 e 2016, de quase 300% em todos os PeCiDAMs (Figura 1) principalmente na década de 70-80. As populações rurais e urbanas dos municípios de Ponta de Pedras e Mazagão são quase equivalentes, mas os municípios de Abaetetuba e Santana têm uma população urbana maior do que a rural com maior densidade de população do que os outros dois. Em Santana, a população urbana é quase 97% da população total do município sendo, junto com Belém, a mais urbanizada do Delta Amazônico

O Plano Diretor da cidade é obrigatório para todos os municípios com população acima de 20.000 habitantes. O Plano Diretor deve ser revisto pelo menos a cada dez anos e deve ser construído com base em um pacto social, econômico e territorial para o desenvolvimento urbano da cidade. O Plano Diretor Urbano é uma construção social democrática onde a sociedade civil é um ator importante. Todos os quatro PeCiDAMs estudados têm seu Plano Diretor Urbano ou Lei Orgânica. Os municípios menores, com população inferior a 20.000, devem ter sua Lei Orgânica que contém as normas administrativas do município.

A análise dos quatro PeCiDAMs, Abaetetuba, Ponta de Pedras e Santana tem seu plano diretor da cidade. Mazagão ainda não tem seu plano diretor, mas tem sua Lei Orgânica que estabelece regras e regulação do funcionamento do município. Todos estes



planos diretores e leis orgânicas foram elaborados em 2006 e tem mais de 10 anos de existência. De acordo com a diretriz geral da Lei Estatutária Federal da cidade, o plano diretor deve ser revisado a cada 10 anos. Assim, todos os Planos Diretores dos PeCiDAMs estudados estão sendo submetidos ao processo de revisão.

O Plano Diretor e a Lei Orgânica dos quatro PeCiDAMs têm muita similaridade em sua estrutura e seguem a mesma orientação da Lei Orgânica Federal da cidade. Nenhum dos Planos tem qualquer tópico especial relacionado aos programas de mitigação e mudança climática. Mas todos estes Planos Diretores têm diretrizes gerais para as questões ambientais que incluem política de zoneamento ambiental especial em cada município.

Os três planos diretores e a lei organiza de Mazagão não tem referências específica ao tema risco como por exemplo, o plano diretor da cidade de Belém (PDB). No PDB no capítulo três a legislação aborda especificamente o tema de risco geológico com definição de risco potencial e efeito e os tipos de modalidade de riscos (alagamento, escorregamentos, erosão e assoreamento, contaminação de lençol freático e de aquíferos subterrâneos) e cria no artigo 70 diretrizes para a ocupação de áreas de risco potencial. As legislações dos quatro municípios não possuem regras específicas sobre risco geológico mas possuem medidas voltadas para a redução dos fatores de vulnerabilidade da população.

No Plano Diretor de Santana é previsto a proteção de cobertura vegetal e nativa, proteção das nascentes e do solo, a regularização de construções próximos aos rios e aos igarapés, a recuperação de áreas degradadas assim como espaços verdes para o lazer elevando a qualidade ambiental urbana e rural e promovendo proteção e melhor qualidade de recursos hídricos. Também visa promover a proteção de áreas de captação de água para o consumo humano.

É previsto a elevação da qualidade de vida da população assegurando o saneamento ambiental, infraestrutura básica e serviços públicos assim como prevê reverter processos de segregação socioespacial na cidade e no meio rural ofertando habitação para segmentos com menor renda assim como regularização fundiária para população de baixa renda. Por fim tem um programa com objetivo de impedir novas ocupações irregulares em área de proteção e recuperação das ressacas e baixios através de planos e programas de gestão garantindo alternativas habitacionais para população removida de áreas de risco. (Lei Orgânica de Santana)

No município de Ponta de Pedras o plano diretor prevê acessibilidade e mobilidade sustentável os cidadãos através de espaços públicos e do sistema viário básico assim como



a universalização do acesso à água potável, aos serviços de esgotamento sanitário, a coleta e disposição de resíduos sólidos e ao manejo sustentável das águas pluviais, de forma integrada às políticas ambientais, de recursos hídricos e de saúde.

Também o município de Abaetetuba prever o saneamento ambiental que envolve um conjunto de ações: abastecimento de água; a coleta, o tratamento e a disposição dos esgotos e dos resíduos sólidos e gasosos e os demais serviços de limpeza urbana; o manejo das águas pluviais urbanas; e o controle de vetores de doenças. Além disso prevê um conjunto de ações para habitação prevendo um programa que promova a ocupação do território de forma equilibrada, com setores socialmente diversificados e áreas integradas ao meio ambiente natural evitando novas ocupações em áreas de preservação ambiental, de mananciais e em áreas de risco, oferecendo alternativas habitacionais em locais apropriados. Conforme prevê o Código Florestal o Plano Diretor prevê proteger mananciais, igarapés, furos, áreas de várzea e outras áreas de fragilidade ambiental, para sustentação da qualidade de vida.

O município de Mazagão, AP, não necessita plano diretor por ter população abaixo de 20.000 habitantes. Sua lei orgânica prever, entretanto, promoção do direito de todos os cidadãos à moradia, aos transportes coletivos, à comunicação, saneamento básico, energia elétrica, abastecimento, iluminação, saúde, educação, lazer e segurança. Também é voltado para a preservação e o manejo dos recursos naturais promovendo educação ambiental.

Todos os três Planos Diretores e a Lei Orgânica analisados, há uma instrução específica para o Zoneamento Econômico-ecológico e regras para a proteção do Meio Ambiente. Estas são apenas diretrizes seguindo os princípios constitucionais brasileiros. Entre outros temas, essas diretrizes incluem saneamento ambiental, gestão de resíduos, zoneamento econômico-ecológico, habitação e uso de recursos naturais.

6. CONCLUSÃO

Existem muitas regras e regulamentos sobre a proteção ambiental no Brasil, mas não há medida concreta para implementá-los. Todos os Planos analisados têm mais de 10 anos de existência, mas o processo de implantação dos programas previstos no Plano não é realizado.

Outra questão importante é a participação da comunidade na gestão de riscos e desastres causados pelas mudanças climáticas (ANDRADE, SZLAFSZTEIN, 2015). A participação comunitária faz parte da extensa e complexa rede de governança ou gestão de riscos. Assim, qualquer regulamentação legal e de planejamento urbano sobre mudanças



climáticas deve necessariamente envolver uma participação efetiva das comunidades locais e deve levar em consideração os conhecimentos locais que os atores adquiriram com ampla experiência. Juntamente com os padrões legais, devem existir métodos interdisciplinares que sejam necessários para mapear a vulnerabilidade em áreas suscetíveis a eventos extremos.

Em resumo, podemos afirmar que as leis urbanas continuam a ser altamente segmentadas e complexas com muitos objetivos técnicos em campos específicos e a maioria é feita sem uma participação efetiva das partes interessadas. Essas leis são, na sua maioria, isoladas umas das outras e não têm os fatores institucionais, financeiros e sociais para implementá-las de forma eficaz para prevenir e mitigar os efeitos adversos da mudança climática nos PeCiDAMs.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Milena Marília; SZLAFSZTEIN, Claudio Fabian. Community participation in flood mapping in the Amazon through interdisciplinary methods. **Nat Hazards**. v. 78, 2015. p. 1491–1500

BRAZIL. Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMM. **Legislação Brasileira sobre Mudanças Climáticas**. Brasília: Congresso Nacional, 2013.

BRASIL. Brazil. Ministry of Environment. **Adaptation Plan to Climate Change**: v. 2: sectoral and thematic strategies / Ministry of Environment. Brasília: MMA, 2016.

BRETAS, Ana Maria Furbino; CARVALHO, Barros Celso Santos; MONTANDON, Daniel Todtmann. O Estatuto da Cidade comentado (Lei Nº 10.257 de 10 de julho de 2001) Bretas, Carvalho, Montandon. In: CARVALHO, Celso Santo; ROSSBACH, Anaclaudia (Org.). **O Estatuto da Cidade**: comentado. São Paulo: Ministério das Cidades/ Aliança das Cidades, 2010, p.91-120.

CARVALHO, Celso Santo; ROSSBACH, Anaclaudia (Org.). **O Estatuto da Cidade**: comentado. São Paulo: Ministério das Cidades/ Aliança das Cidades, 2010.

CHAKRABORTY, A., WILSON, B., SARRAF, S., & JANA, A. Open data for informal settlements: Toward a user's guide for urban managers and planners. **Journal of Urban Management**, 4(2), 74–91. 2015. doi: <http://doi.org/10.1016/j.jum.2015.12.001>.

ESPIRITO-SANTO, Celina Marques do; SZLAFSZTEIN, Claudio Fabian. Gestão de risco de desastres em planos diretores de três municípios da zona costeira do estado do Pará. Brasil



Journal of Integrated Coastal Zone Management / Revista de Gestão Costeira Integrada, n. 16, v. 2, 2016. p. 223-229.

ESPIRITO-SANTO, Celina Marques do. **A gestão dos riscos naturais à erosão e inundação nos planos diretores de municípios da zona costeira** (estado do Pará). Dissertação de Mestrado, NUMA-UFPA. 2011.

IPCC, 2014: **Climate Change: Synthesis Report**. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, R.K. Pachauri and L.A. Meyer (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, 151 pp.

LIVENGOOD, A., & KUNTE, K. Enabling participatory planning with GIS: a case study of settlement mapping in Cuttack, India. **Environment and Urbanization**, 24(1), 77–97. 2012

MARICATO, Erminia. O Estatuto da Cidade Periférica. In: CARVALHO, Celso Santo; ROSSBACH, Anaclaudia (Org.). **O Estatuto da Cidade: comentado**. São Paulo: Ministério das Cidades/ Aliança das Cidades, 2010, p. 5-22.

SOUSA, Antônio José da Silva (Org.). **Recomendações para uma agenda de mitigação e adaptação às mudanças climáticas no Estado do Pará**. Belém: Imazon, 2015

SZLAFSZTEIN, Claudio Fabian. Development projects for small rural communities in the Brazilian Amazon region as potential strategies and practices of climate change adaptation. **Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change**. February 2014, Volume 19, Issue 2, pp 143-160

UNITED NATION. **United Nations Framework Convention on Climate Change**. Available in. http://unfccc.int/files/essential_background/background_publications_html/pdf/application/pdf/conveng.pdf, 2016.

TAKIYAMA, Luís Roberto et al. **Projeto zoneamento ecológico econômico urbano das áreas de ressacas de Macapá e Santana, estado do Amapá**: relatório técnico final. Macapá: IEPA, 2012.

UNITED NATION. Urbanization and development: emerging Futures/ **World Cities report** 2016. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme (UN-Habitat), 2016.

VOGT, Nathan et al. Local ecological knowledge and incremental adaptation to changing flood patterns in the Amazon delta. *Sustain Sci.* (special feature). **Sustainable Deltas: Livelihoods, Ecosystem Services, and Policy Implications**. v.1. Springer, 2016. p. 1-15.

**GT 07 – Cidades e transformações do urbano na América Latina****URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E SUSTENTABILIDADE
URBANA: CONTRADIÇÕES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA REGIÃO
METROPLITANA DE BELÉM (PA)**Marlon D'Oliveira Castro¹(Universidade Federal do Pará)

marloncastro@ufpa.br

Este estudo analisa a relação entre remanejamento de populações em risco socioambiental e sustentabilidade urbana a partir de duas intervenções para Urbanização de Assentamentos Precários produtos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) em Ananindeua e Belém: Conjunto Jader Barbalho e Residencial Ivy Portella. Para tanto, utilizou-se pesquisa qualitativa baseada no materialismo histórico-dialético, apoiada no método regressivo-progressivo para análise do espaço produzido, buscando correlacionar a reprodução da existência material e o cotidiano das famílias habitantes ao processo de remanejamento que os conduziu às intervenções. As técnicas utilizadas no estudo foram revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas com beneficiários das intervenções estudadas. O estudo compreende o processo de remanejamento e reassentamento de populações em risco socioambiental como situação-limite na perspectiva da sustentabilidade urbana, vista aqui como confluência entre aspectos ambientais e sociais fundamentais para a produção do espaço social. Os projetos habitacionais executados e, aqui analisados (Conjunto Jader Barbalho e Residencial Ivy Portella), podem ser vistos como espaços abstratos que desde sua formulação negaram as vivências da população atendida, devido entre outros fatores, à tipologia das moradias, negligência com acessibilidade, ausência de espaços de lazer, trabalho e consumo, permanência de riscos, o que os contrapõe a espaços plenamente sociais e os distancia de uma perspectiva de direito à cidade, sendo interpretados ainda como espaços insustentáveis do ponto de vista socioambiental, embora no discurso utilizado para sua estruturação, neles seja demarcado claramente um movimento pró-sustentabilidade.

Palavras-chave: PAC, remanejamento, reassentamento e sustentabilidade urbana.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo discute o tema sustentabilidade urbana na política de Estado voltada à atenção de populações expostas a risco ambiental em municípios da Região Metropolitana de Belém, na expectativa de compreender como estão materializados em duas intervenções do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) na Região Metropolitana de Belém (PA), os

¹ Geógrafo. Discente do curso de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (PPGDSTU/NAEA/UFPA). Técnico da Universidade Federal do Pará.



elementos que possivelmente as ratificariam como habitação de interesse social “sustentáveis”.

Desta maneira, o estudo teve como *objetivos*: a) analisar criticamente o conceito de sustentabilidade urbana a partir da literatura consolidada, e, b) analisar a correlação entre a reprodução da existência material e o cotidiano das famílias habitantes e os processos de reassentamento e remanejamento que as conduziu às intervenções, via dialética lefebvriana, tendo como pano de fundo a sustentabilidade urbana. Dentro do leque de ações abarcadas pelo PAC, optou-se analisar neste estudo a provisão habitacional (e, dentro desta, aquela especificamente ligada ao reassentamento e remanejamento urbano, no grupo Urbanização de Assentamentos Precários), por considerá-la a mais completa para situar a sustentabilidade urbana dentro do Programa, uma vez que em seu escopo comporta projetos que visam não apenas a construção de unidades habitacionais, mas modificação do espaço geográfico como um todo, com ações de saneamento, mobilidade, macrodrenagem, pavimentação, equipamentos urbanos, saúde e educação de forma integrada, conferindo um sentido ambiental e social à reestruturação do espaço, indo ao encontro do referencial teórico utilizado.

As técnicas utilizadas foram revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas com beneficiários reassentados e remanejados. Na parte empírica do estudo foi utilizada metodologia qualitativa baseada no materialismo histórico-dialético, apoiada no método neomarxista regressivo-progressivo para análise do espaço produzido, buscando correlacionar reprodução da existência material e o cotidiano das famílias habitantes ao processo de remanejamento que os conduziu às intervenções.

Na perspectiva de analisar as contradições presentes nos processos de remanejamento e de reassentamento, parte-se da análise das representações contidas nas falas de alguns dos sujeitos que vivenciaram esses processos os quais envolvem não apenas a mudança de habitação, mas, também, a alteração das relações sociais e das relações com a natureza e com o espaço urbano. Pretendeu-se que, a partir das falas de um grupo de atores da comunidade reassentada, aparecessem contidas informações e elementos que ratificassem ou não a consideração da *sustentabilidade urbana* no contexto da política de provimento habitacional para reassentamento de comunidades em risco ambiental desenvolvida atualmente.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais com oito chefes de família residentes no Conjunto Jader Barbalho e oito chefes de família residentes no Residencial Ivy Portella, com o objetivo de perceber sua visão sobre as mudanças e permanências nas condições de moradia, uso do espaço, condições do entorno, a configurar as relações entre



espaço concebido, espaço vivido e espaço percebido. Justifica-se a escolha destes atores devido ao fato de serem estes os principais sujeitos da comunidade atuantes na transição entre a ocupação anterior e a habitação no Conjunto e no Residencial, desde os primeiros levantamentos das Prefeituras, como mediadores entre a comunidade e o poder público, possibilitando assim, uma análise mais rica e crítica, sobretudo, no que diz respeito ao foco do trabalho, a transição entre dois universos habitacionais, materiais, cotidianos, simbólicos, relacionais e afetivos dentro do espaço intraurbano. O estudo está relacionado às observações iniciais do projeto de tese do autor, ora em desenvolvimento no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.

Inicialmente o texto discute sustentabilidade urbana como elemento discursivo, seguindo-se à caracterização do PAC na esfera Urbanização de Assentamentos Precários e sua atuação na RMB, passando, finalmente, à caracterização dos objetos de estudo, discussão dos dados obtidos, chegando às considerações finais.

2 CIDADE E SUSTENTABILIDADE

Entre outras definições, as cidades podem ser compreendidas como *lócus* de construção social, que se afirmam como espaço de trocas e do encontro, a partir de relações sociais que são impressas em um determinado tempo e espaço, isto é, *obras*, locais de criação e de relacionamento, onde se estabelecem as centralidades, como frisam Lefebvre (2001), Santos (1995) e Gottdiener (2010). Dentre as relações mais frequentes estão: as econômicas, culturais, sociais e humanas, que dão características específicas a esse ambiente construído.

Segundo Souza (2010) a cidade pode ser compreendida como espaço de interação e que necessariamente precisa estar pautada em uma função social,

um local de aglomeração humana onde as pessoas desempenham atividades das mais diversas, agindo e interagindo entre si, buscando, na medida do possível, uma melhoria em suas qualidades de vida, pressupondo estas, necessariamente, estudos técnicos voltados a tornar eficaz a função social da cidade, procurando compatibilizar os problemas apresentados pela urbe e os anseios de seus habitantes (SOUZA, 2010, p. 59).

Souza advoga por dois dos vários pontos cruciais na questão das contradições da cidade: melhoria da qualidade de vida e função social. Vista sob este prisma, a cidade teria necessariamente de ser entendida como lugar de viabilidade da vida, de materialização do bem estar e conseqüentemente de exercício da cidadania.

Entretanto, analisar as contradições espaciais da cidade e do urbano apenas ganha concretude se estas estiverem relacionadas ao entendimento do modo de produção vigente e do nível de comprometimento das cidades na reprodução social de um modelo econômico,



social e político considerado insustentável. Por este ângulo, a conformação do *design* espacial urbano, descrito por Lefebvbre (2001) como produto das relações sociais concretas e suas contradições, ganha especial sentido, principalmente a partir da emergência do regime de acumulação flexível, onde a sustentabilidade é tida como especial característica de novo modo de regulação urbana. (SOJA, 1998; ACSELRAD 2009; GOTTDIENER, 2010).

Neste contexto, as cidades (e o urbano) são elos entre a economia local e os fluxos globais, sendo vistas como objeto de pressões competitivas, isto é, lugares onde confluência de características desejáveis à reprodução do capital em uma perspectiva neoliberal esteja cada vez mais especializada, desenvolvida. De tal sorte, são vistas como máquinas de crescimento (LOGAN & MOLOTCH, 1987), principais *lócus* da reprodução do modo capitalista de produzir e viver.

Para Logan e Molotch, a cidade, além de um espaço da acumulação do capital, é também um espaço para se viver, o que cria outra dimensão de conflitos sociais, também relacionada com aqueles entre capital/trabalho, mas mais intensamente ligada ao cruzamento dos interesses pelo valor de troca (o espaço como mercadoria capitalista) e o valor de uso (o espaço como lugar de se viver, como um bem consumido). Os autores baseiam sua abordagem na constatação de que o ativismo humano é intenso nas cidades norte-americanas em torno de questões relativas à preservação de elementos ligados à qualidade de vida e dos espaços para seu uso. Assim, cria-se um conflito entre aqueles que vêem o espaço como uma mercadoria lucrativa (os proprietários), e os que o vêem como um suporte para uma vida de qualidade e de relações sociais humanizadas e mais solidárias.

Do conflito entre viver e crescer, o planejamento estratégico suscitou que as cidades precisavam se tornar “cidades sustentáveis” em função da reestruturação pela qual o sistema econômico mundial passou nas últimas décadas. No modelo de desenvolvimento urbano sustentável, as questões ambientais foram incorporadas e podem até ser discutidas, desde que não comprometam o *desenvolvimento* urbano.

Prado (2015) diz que o desenvolvimento urbano sustentável não só é uma contradição de termos pelos conflitos inerentes à tentativa de fazer convergir os olhares do campo das análises e planejamento urbano com aqueles oriundos das disciplinas ambientais, mas principalmente, pelas contradições que a própria ideia de “sustentabilidade” contém e que são evidenciadas no território urbano. “A aplicação da ideia de “desenvolvimento sustentável” aos discursos e práticas ligados ao fenômeno urbano, na forma de “desenvolvimento urbano sustentável”, ampliou as limitações e contradições que o termo original trazia”. (PRADO, 2015, p.92).



Autores como Sachs (2000) e Leff (2009) apontam que a diferença entre o discurso do desenvolvimento sustentável e *sustentabilidade* reside na racionalidade intrínseca que ambos possuem. O desenvolvimento sustentável está impregnado pela racionalidade econômica que o propugna como catalisador do consenso, comprometido desta maneira com a ideologia própria do período de acumulação flexível atual que, de certa maneira, deforma a causa ambiental em benefício do poder de mercado.

Nas palavras de Leff (2009), a sustentabilidade é orientada por uma racionalidade ambiental que pretende o ajuste entre o processo atual de reprodução do capital às condições de regeneração dos recursos naturais e de equilíbrio ecológico, levando em conta elementos como lutas sociais de comunidades pela autogestão produtiva. Para Leff, a sustentabilidade ambiental está diretamente relacionada à satisfação das necessidades básicas das populações e essas se associam aos padrões de uso dos recursos naturais, com seus processos de produção e consumo. Assim, a satisfação das necessidades básicas depende de uma estratégia de desenvolvimento sustentável capaz de promover atividades produtivas que permitam um aproveitamento ecologicamente racional dos recursos naturais, reduzindo os custos ecológicos.

Entretanto, alguns autores têm afirmado que em tempos de globalização tem-se desenvolvido um urbanismo pragmático ou de resultados, na busca de cidades sustentáveis que edificadas levando em consideração princípios norteadores ou referenciais de sustentabilidade, teriam condições, a partir de formas objetivas, de amenizar as consequências da crise ambiental global (ARANTES *et alii.*, 2000; ACSELRAD, 2009).

Assim, transposição da noção de sustentabilidade não se dá de forma confortável para o urbano. Assenta-se principalmente na crítica sobre os rumos do urbanismo em tempos de acumulação flexível, estando condicionada à lógica das práticas espaciais resultantes do modelo desigual de cidades baseado na diferenciação dos espaços intraurbanos e desigualdade social. Características como habitação precária em áreas inundáveis e de risco, em áreas de alta vulnerabilidade ambiental e também social, problemas de mobilidade e infraestrutura urbana, insegurança e violência, precariedade no acesso à água potável, diminuição da quantidade e qualidade de espaços públicos, etc., reforçam a compreensão de que a existência desta materialidade se dá conjugada à existência de outros espaços totalmente dotados de infraestrutura, atendendo a uma menor parcela privilegiada da sociedade (ACSELRAD, 2009).

No entanto, percebe-se claramente que a discussão não está posta sobre a origem dos problemas – a desigualdade social – mas sobre suas consequências mais visíveis. O contexto de globalização econômica tem aprofundado problemas historicamente presentes



nas cidades que concentram acentuada desigualdade social, sobretudo, nos países considerados “em desenvolvimento”, como o Brasil e demais latino-americanos, que possuem cidades com uma gama de problemas que não são apenas ambientais, mas fundamentalmente sociais.

Desta maneira, a noção de sustentabilidade encontra-se submetida à racionalidade de produção do espaço de forma pragmática, flexível e baseada na desigualdade, tal como ocorreu com o conceito de desenvolvimento sustentável. Sua aplicabilidade está condicionada não apenas à questão semântica, mas pelo pragmatismo que possa torná-la evidente como elemento agregador de valor social e de respeitabilidade teórica. O conceito ou os conceitos de sustentabilidade estão postos ora de forma discursiva, ora de forma pragmática. Sustentabilidade tornou-se *slogan* de partidos políticos, de empresas, de supermercados, de indústrias de veículos, etc., na tentativa de criar um ambiente de familiaridade entre sujeitos e a noção, que serviria muito mais ao *marketing* e ao sucesso empresarial que propriamente à redução de impactos ambientalmente negativos e mudanças na produção.

A ideia da sustentabilidade tende, no contexto de globalização, neoliberalismo e flexibilização do capital atual, a absorver os sentidos da noção de bem estar nas cidades. Acselrad (2005) enfatiza que o ambiente evocado pelo discurso planejador busca reconstruir a unidade das cidades, sua coesão social e sua governabilidade política frente ao desmonte das instituições e propósitos do Estado regulador, frente às tendências à privatização da vida e à fragmentação do tecido social. Em paralelo, há a desmontagem do setor público e privatizações, a temática da sustentabilidade tem sido evocada, com frequência, de modo a fazer transitar as expectativas de bem estar dos âmbitos da habitação, da saúde e direitos sociais, fortemente marcados pelo acesso socialmente desigual, para uma noção de meio ambiente construída como una e comum a todos (ACSELRAD, 2005, p.6).

O meio ambiente vestido desta roupagem sustentável universalista convém aos propósitos de construção de um consenso social, destinado a reconstituir o sentido de comunidade, solidariedade e interesse comum em um mundo socialmente fragmentado, buscando acomodar as diferenças em uma nova totalidade interdependente.

A insustentabilidade exprimiria, assim, a incapacidade das políticas urbanas adaptarem a oferta de serviços urbanos à quantidade e qualidade das demandas sociais, provocando um “*desequilíbrio entre necessidades quotidianas da população e os meios de as satisfazer, entre a demanda por serviços urbanos e os investimentos em redes e infraestrutura*”. A insustentabilidade estaria, portanto, designando um processo de instabilização das bases de legitimidade dos responsáveis pelas políticas urbanas, aos quais



se podem reprovar, por um lado, a incapacidade de imprimir eficiência na administração dos recursos públicos ou, por outro, a indisposição para democratizar o acesso aos serviços urbanos (ACSELRAD, 2009).

Para Acselrad, a erosão da legitimidade das políticas urbanas pode fundar-se, assim, na insuficiente adesão à racionalidade econômica, causa suposta do desperdício da base de recursos ou, alternativamente, na ausência de priorização de mecanismos distributivos do acesso a tais serviços.

2.1 A produção do espaço

Na discussão da problemática da produção do espaço, Lefebvre (1973, p. 78) impõe as seguintes questões: *“Quem produz e para quem? O que é produzir? Como e por que produzir?”* Segundo o autor as respostas devem levar em conta, que o conceito de produção não possui um sentido único, existindo um duplo entendimento e, portanto, sentidos diferentes quanto ao valor de explicação.

Pode-se dizer que existe um sentido mais amplo e um estrito. Segundo Lefebvre (1973, p. 79-80):

[...] a dupla acepção do termo (produção) decorre de que ‘os homens’ em sociedade produzem ora coisas (produtos), ora obras (todo o resto). As coisas são enumeradas, contadas, apreciadas em dinheiro, trocadas. E as obras? Dificilmente. [...] A produção de produtos é impessoal; a produção de obras não se compreende se ela não depende de sujeitos.

O sentido do conceito não faz referência somente à produção material, mas se define a partir das relações envolvidas no processo produtivo como um todo, bem como, as instituições responsáveis pela reprodução dessas mesmas relações, a saber: o Estado, a família, o direito, o sistema jurídico, etc.

A produção do espaço social e os processos históricos e sociais não se desenrolariam alheios entre si, mas num jogo de interação, oposição, contradição (LEFEBVRE 1991). Por conseguinte, a estruturação do espaço poderia ser definida dialeticamente como o resultado das relações de produção necessárias ao próprio processo de produção no arranjo territorial e na disposição desigual e hierarquizada das classes sociais e das atividades produtivas nos territórios, que, em última análise, cria diferenciações sociais e espaciais culminando em desenvolvimentos desiguais e combinados em diferentes escalas.

Neste sentido, a urbanização seria uma forma de estruturação do território, quando o peso dos lugares varia historicamente em função das condicionantes e dos processos sociais, econômicos, políticos, e por vezes culturais que tomam corpo. E a rede urbana seria



a expressão cristalizada de diferentes estruturações do espaço em diferentes tempos históricos.

Segundo Lefebvre (2001, p.85) a cidade demonstra a todo instante a dupla dimensão do conceito de 'produção'. Primeiramente, a cidade "é o lugar onde se produzem as obras diversas, inclusive aquilo que faz o sentido da produção: necessidades e prazeres". Segundo, porque ela concentra funções ligadas à distribuição e ao consumo dos bens produzidos e ainda agrega mediações de convergências entre o movimento da totalidade e suas partes.

Lefebvre atribui à cidade um valor conceitual de extrema relevância para fundamentação teórica da concepção da 'produção do espaço' e da reprodução das relações sociais. A cidade revela, em certo sentido, a unidade das relações capital-trabalho e da história da aventura humana no domínio sobre a natureza. De acordo com o autor, a cidade "[...] é um espaço, um intermediário, um meio, mais vasto dos meios, o mais importante. A transformação da natureza e da terra implica um outro lugar, um outro ambiente: a cidade"(LEFEBVRE, 2001, p. 85-86).

A cidade é concebida como "[...] um sujeito, e uma força coerente, um sistema parcial que agride o sistema global, que simultaneamente o revela e o destrói" (LEFEBVRE, 2001, p. 77), O sujeito está ligado necessariamente à questão da produção, isto é, à dialética capital-trabalho. O sentido do termo utilizado por Lefebvre não aponta para um caráter único do conceito de produção, mas como finalidade geradora.

Segundo Santos (1980, p. 161), indo ao encontro de Lefebvre, "o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço". Neste sentido, a geografia se ocupa da análise do espaço transformado pelo movimento histórico em diferentes escalas através das noções de totalidade e de tempo. Isso ocorre devido ao fato de não ser possível definir os eventos históricos e espaciais "fora de suas próprias determinações ou sem levarem em conta a totalidade da qual eles emanam e que eles reproduzem. O espaço social não pode ser explicado sem o tempo social" (SANTOS, 1980, p. 206).

Não se pode falar nas condições atuais de reprodução do capital sem destacar a cidade. A cidade desempenha fundamental papel econômico no desenvolvimento do capitalismo e a urbanização é moldada, modelada, de acordo com as necessidades da acumulação capitalista. Os significados dos termos 'urbano' e 'urbanização' para Lefebvre vão além dos limites das cidades. Em seu entender a urbanização seria uma condensação dos processos sociais e espaciais que haviam permitido ao capitalismo se manter e reproduzir suas relações essenciais de produção e a própria sobrevivência do capitalismo estaria baseada na criação de um espaço social crescentemente abrangente, instrumental e



mistificado, na compreensão de que “[...] é neste espaço dialectizado (conflitual) que se realiza a reprodução das relações de produção. É este espaço que produz a reprodução das relações de produção, introduzindo nela contradições múltiplas, vindas ou não do tempo histórico”. (LEFEBVRE, 1991, p.19).

Apesar de Lefebvre colocar num mesmo plano o espaço social e as relações sociais de produção, não significa que tenha conferido ao espaço um papel transformador, mas sim condicionador e regulador:

As práticas espaciais regulam a vida - não a criam. O espaço não tem poder em ‘si mesmo’, nem o espaço enquanto tal determina as contradições espaciais. Estas são contradições da sociedade - contradições entre uma coisa e outra no interior da sociedade, como por exemplo, entre as forças e as relações de produção - que simplesmente emergem no espaço, ao nível do espaço, e assim engendram as contradições do espaço. (LEFEBVRE, 1991, p. 20).

O espaço socialmente produzido assume um papel interativo com as relações sociais de produção. Para Lefebvre, a reprodução ampliada e as novas condições materiais do capitalismo estariam intimamente relacionadas aos processos pelos quais o sistema capitalista como um todo consegue ampliar sua existência através da manutenção e disseminação socioespacial de suas estruturas, tanto em nível da reprodução do cotidiano, da reprodução da força de trabalho e dos meios de produção, quanto em nível da reprodução das condições gerais e das relações gerais sociais de produção, onde a organização do espaço passa a desempenhar um papel fundamental.

3 O PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO NA RMB

A expectativa de que a Nova Política Habitacional – período posterior à criação do Ministério das Cidades (MCIDADES) em 2003, da Política Nacional de Habitação, em 2004, do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, em 2005 – atendessem às camadas com menor renda da população, através da viabilização de subsídios e ampliação do leque de programas. No entanto, muitas críticas foram dirigidas a esse atendimento, principalmente pelo fato de considerarem para efeito de acesso apenas a faixa de renda e não a diversidade familiar, por exemplo.

Com o advento da Crise Mundial iniciada nos Estados Unidos em 2008, o Governo Federal redirecionou a maior parte dos investimentos para uma política anticíclica específica com objetivos de fomentar grandes obras nas grandes cidades brasileiras, aquecer a economia e movimentar o setor da construção civil. O PAC foi criado em 2007 e teve como objetivo a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social,



urbana, logística e energética do país, “contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável”. (MCIDADES, 2017).

O PAC foi pensado como um plano estratégico de resgate do planejamento e de retomada dos investimentos em setores estruturantes do país exatamente nesse contexto, com objetivo de contribuir para o aumento da oferta de empregos e geração de renda, principalmente no setor da construção civil, elevando o investimento público e privado em obras consideradas estratégicas. O Programa foi anunciado como um pacote de expansão da economia brasileira, com a retomada de investimentos em moradia e infraestrutura social, por meio de grande número de projetos visando à melhoria de infraestrutura de espaços metropolitanos geridos pelo Governo Federal em parceria com estados e municípios.

Além disso, em 2009, o Governo lançou o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) dentro da esfera do PAC, que teve como foco o acesso à casa própria principalmente à classe média e a atenção ao mercado da construção civil, que por sua vez, concentrou maior parte dos recursos e do crédito disponíveis. Estas ações praticamente paralisaram toda a articulação estruturada a partir do SNHIS e do FNHIS, em prol da objetividade da ação do mercado, em detrimento da política organicamente consolidada anteriormente (CASTRO, 2013).

Esta substituição não foi apenas semântica, mas resultado de pressão de setores do capital imobiliário sobre o governo. O PAC então passou a incorporar grande parte dos projetos até então ligados ao Sistema e ao Fundo, muito embora não houvesse quaisquer semelhanças na concepção entre o Plano e o Sistema, denotando assim, muito mais um arranjo politicamente criado em função do contexto.

O Programa é composto por um conjunto de medidas de médio e longo prazo, que integra ações em três “eixos estratégicos”: infraestrutura logística, energética, social e urbana (BRASIL, 2010a). Parte expressiva dos recursos destinados para a chamada “infraestrutura social e urbana” foi direcionada para a recuperação de áreas ambientalmente degradadas e, mais especificamente, para ações relativas à urbanização de assentamentos precários (CARDOSO, 2009).

O PAC buscou priorizar na sua esfera Urbanização de Assentamentos Precários (UAP), projetos de intervenção referentes à melhoria do saneamento básico nas metrópoles brasileiras e construção de conjuntos habitacionais com objetivo de reassentar comunidades removidas de áreas em situação de vulnerabilidade ambiental e social.

Nas operações de urbanização de assentamentos precários em escala nacional está previsto até 2018 o investimento de R\$ 36,4 bilhões em 3.434 ações selecionadas pelo



programa. Até agora, foram concluídas 900 obras e 1.513 planos de habitação de interesse social, projetos de urbanização e ações de assistência técnica, totalizando o valor de R\$ 3,9 bilhões. São obras e serviços que beneficiarão cerca de 302 mil famílias em 1.741 municípios brasileiros integrando ações de caráter urbanístico, habitacional, fundiário, social e ambiental (MPOG, 2016).

A seleção de ações para a composição do PAC nos municípios apresentou um recorte populacional que abrangeu áreas metropolitanas e municípios com população maior que 150 mil habitantes, restringindo, assim, o acesso aos recursos a algumas poucas cidades paraenses, entre elas, os municípios elencados. Os investimentos do PAC na área de habitação têm como objetivo promover o acesso à moradia a partir da atuação em três eixos: Programa Minha Casa Minha Vida, Urbanização de Assentamentos Precários e financiamento habitacional pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). São investimentos realizados em parceria com governos estaduais, municipais, entidades urbanas e rurais e setor privado (MPOG, 2016).

Segundo dados do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG) de 2016, os projetos PAC-UAP na RMB estavam majoritariamente localizados em Belém, que apresenta o maior número: 15, entre os 21 projetos iniciados, sendo 12 contratados pelo Governo do Estado do Pará e 9 pelas prefeituras dos municípios da RMB. Deste total, havia 15 projetos atrasados, 6 paralisados e nenhum finalizado. O total de moradias previstas é de 8.206 unidades habitacionais (MPOG, 2016).

Tais projetos, ainda que apresentem grande dificuldade em sua implementação, representam a possibilidade de integração urbana e social de assentamentos precários, em sua maioria inseridos na malha urbana dos municípios e em localizações qualitativamente diferentes na perspectiva da reprodução social. Efetivamente, o número de unidades habitacionais previstas também é relevante, frente à quantidade de unidades que governo estadual e prefeituras foram capazes de produzir nas últimas décadas, com o bônus de aceleração de processos de consolidação das comunidades e maior acesso da população a serviços urbanos.

4 ESPAÇOS CONCEBIDOS, ESPAÇOS VIVIDOS, ESPAÇOS PERCEBIDOS

No *Conjunto Habitacional Jader Barbalho*, localizado no bairro Jaderlândia em Ananindeua foram remanejadas e reassentadas 330 famílias em blocos multifamiliares verticais, famílias estas que viviam às margens dos igarapés Ariri, Francisquinho e Maguariaçu, áreas que passaram ou ainda passarão por ações de macrodrenagem. O Conjunto faz parte das obras do PAC Jaderlândia/Maguariaçu, que inclui as obras do



prolongamento da Avenida Três Corações e a drenagem do Canal Ariri que terá a nova avenida em uma das margens.

No *Residencial Ivy Portella*, localizado no bairro Paracuri, Distrito de Icoaraci foram reassentadas 48 famílias em blocos multifamiliares verticais, famílias estas remanejadas por meio do Projeto de Urbanização da Bacia do Paracuri, o qual contemplará ainda ações de drenagem, retificação de canais, implantação de rede de esgoto e abastecimento de água no entorno do Residencial.

Em ambos os conjuntos habitacionais houve remanejamento e reassentamento como práticas distintas de alocação: famílias do mesmo lugar passaram a nele habitar, como famílias oriundas de outras áreas de ocupação. A característica comum é a proximidade entre as comunidades atendidas e a intervenção habitacional.

As representações das famílias em relação ao espaço concebido vão desde a inadequação ao ambiente construído pela forma – blocos verticais –, até o tamanho das unidades habitacionais em desconformidade com os usos das famílias, passando pela ausência de equipamentos urbanos de toda ordem: de lazer, de convivência e de trocas. Como evidenciam E7 e E5, respectivamente:

Não tem uma quadra (*de esportes*) ou praça para as pessoas usarem, aí as crianças brincam por aqui mesmo (*apontando a passarela entre os blocos*) e o pessoal (*adolescentes e jovens*) aluga uma arena aqui perto pra jogar bola... (Grifos nossos)

Quando a gente morava lá no Xapuri (*ocupação*), o carro de lixo passava três vezes na semana (segunda, quarta e sexta) e aqui não tem nem horário, nem dia certo... (Grifo nosso).

A maioria dos entrevistados diz que ainda não ter se acostumado com o espaço das unidades habitacionais, pois apesar das condições precárias, a maioria dos beneficiados possuía habitações com uma área útil maior que os 32 m² das unidades, sendo este o principal componente relatado nas respostas. Para eles, o tamanho do apartamento fez com que mudasse a relação das pessoas com o espaço, pois famílias com maior número de membros tiveram que se adaptar ao tamanho das unidades, como frisou E3:

A nossa casa era grande. Era madeira, mas era de altos e baixos e quando a gente veio pra cá, tivemos que vender algumas coisas. O guarda-roupas não deu (*no quarto*) porque era de seis portas e não cabia no quarto; a mesa de cozinha também não tinha onde colocar... Aqui é ruim porque não tem onde estender as roupas, mas a gente se vira... (Grifo nosso).

Quanto à qualidade construtiva, foi mencionado que há problemas com o acabamento dos apartamentos, principalmente nos banheiros, onde infiltrações são recorrentes. Quanto ao conforto térmico, as informações aparecem principalmente



relacionadas à alta temperatura no interior dos cômodos, relacionado por dois entrevistados à intensidade do verão.

(...) Os banheiros daqui têm um monte de problemas. Os ralos entopem, tem infiltração pra todo o lado. Mas isso a gente dá um jeito [...] O problema maior eu acho que é no verão e o calor porque o sol bate de frente e a parede desse lado (*aponta o sentido do bloco onde reside* (E7. Grifos nossos).

Aparecem também fatores que precisam ser considerados como: valorização (no sentido da troca) das unidades,

(...) A gente sabe que aqui mais tarde vai poder vender, alugar e é nosso mesmo.

O espaço concebido é notadamente o da representação abstrata traduzido aqui como pensamento hierarquizado, imóvel, distante do real. Geralmente advindo de um saber técnico e ideológico, as representações do espaço privilegiam a ideia de produto devido à supremacia do valor de troca na racionalidade geral. Portanto, o valor do espaço é entendido pela própria espacialidade contida e articulada no processo capitalista de produção, onde o próprio espaço torna-se objeto de troca. Apesar da transposição para um espaço edificado, diferenciado ante a precariedade do espaço ocupado anteriormente, a fala do entrevistado é reveladora no sentido de aglutinar aspectos essenciais para o estudo.

Percebe-se que o modelo de urbanização *pragmática* descrito por Acselrad (2009) é o que mais se enquadra no caso das intervenções. Buscou-se o remanejamento, mas sem efetivamente resolver a totalidade dos problemas anteriormente presentes na comunidade. Claramente observa-se que nesta perspectiva, insustentabilidade exprime, assim, a incapacidade da política urbana adaptar a oferta de serviços à quantidade e qualidade das demandas sociais, provocando um *desequilíbrio entre necessidades quotidianas da população e os meios de as satisfazer*. (ACSELRAD, 2009).

As crianças são vistas pelos entrevistados como principais “beneficiárias” da mudança para as intervenções, embora não haja, em ambas espaços e equipamentos urbanos para o lazer. A maioria dos entrevistados relaciona lazer ao processo de reassentamento, relatando que as antigas condições de moradia, devido à precariedade, não favoreciam o lazer na comunidade, havendo assim, um “ganho” neste sentido, como diz E7:

Era muito ruim pras crianças. Minhas netas brincavam em frente à nossa casa porque a gente comprou aterro e colocou, mas era muito ruim. Aqui é melhor pra elas... Criança ajeita qualquer lugar e brinca.

Os entrevistados naturalizam o fato de as intervenções não possuírem espaços de convivência, sendo este fato visto como aspecto *menor* em relação à própria mudança havida de um espaço insalubre para outro estruturado e *projetado para* a comunidade, como frisaram o E4 e o E17, respectivamente:



A gente vivia em cima do Canal, só por estar aqui já me sinto melhor porque antes as crianças viviam brincando na terra e agora não. Quando chovia, não dava pra eles brincarem e a gente ficava com pena. A gente sabe que *falta muita coisa* ainda aqui, muita gente reclama, mas eu sei que é melhor aqui porque *fizeram* o Conjunto *pra* nós. Eu falo por mim. (Grifos nossos).

Se tivesse (*espaços para lazer*) seria uma maravilha porque nossos filhos brincam na rua e é perigoso... (E17)

As falas dos entrevistados têm grande relevância para a análise, pelo fato buscarmos condensar elementos como a superação dos problemas causados pela chuva a partir da entrada no novo lugar de moradia, a percepção de que ele foi feito *para* os moradores e o entendimento de que *muita coisa* ainda falta para a plena satisfação pessoal, entretanto, a ausência de equipamentos de lazer e convívio é relativizada em função do acesso à moradia *digna*. Por outro lado, a possibilidade de

Percebe-se que a própria inexistência de equipamentos urbanos para o lazer, em si, constitui a negação ao espaço público com qualidade, distanciando da percepção de Lefebvre (2001) da cidade produzida socialmente possibilitar o encontro entre os sujeitos. Assim, percebe-se que, neste caso, o espaço produzido é funcional – exclusivamente à habitação – mas que não atende a todas as necessidades dos habitantes, não possuindo espaços destinados à sociabilidade ou qualquer outra forma de interação para melhor qualidade de vida na cidade, como diria Souza (2009).

O espaço vivido aparece como uma intermediação da ordem distante e a ordem próxima referentes aos desdobramentos de práticas espaciais advindas de atos, valores e relações específicas de cada formação social. Deste modo, atribui às representações mentais materializadas funcionalidades e usos diversos, que correspondem a uma lógica de percepção da produção e da reprodução social (SOUZA, 2009, p.8). Por exemplo, nos conjuntos habitacionais estudados as relações de vizinhança têm grande destaque, pois as famílias são próximas e se unem na busca de resolverem problemas que são individuais ou coletivos.

No Ivy Portella não existe Associação de Moradores, no entanto, a resolução de problemas comuns acontece de maneira espontânea, como no exemplo relatado:

As calçadas começaram a afundar com menos de um ano que nós mudamos pra cá. Juntamos o pessoal e compramos o material. Nós mesmo resolvemos fazer as calçadas porque a COHAB nunca voltou pra ver como estava afundando... (E13)

... o esgoto vai para a fossa só que a gente tem que fazer os reparos porque a que eles fizeram não está suportando. (E15)

Episódios de violência são comuns em ambas as intervenções, principalmente assaltos e violência policial, como frisado nas palavras de E15:



Não há muito policiamento por aqui; o policiamento passa só que às vezes a gente não sabe se tem que ficar com medo da policia ou do bandido...

Tanto no Jader Barbalho quanto no Ivy Portella os projetos arquitetônicos não incluíram espaços para comércio, fato que desarticulou inicialmente todo o arranjo do circuito pré-existente na comunidade, mas fez aflorar novas práticas comerciais nos blocos, como comércio de gêneros alimentícios, miudezas, vestuário, cosméticos, entre outros, inclusive, alguns que inexistiam nas ocupações previamente:

Hoje a gente compra água mineral. A água da COSANPA (*Companhia de Saneamento do Pará*) serve só pra tomar banho, lavar roupa e as louças... (E10). (Grifo nosso)

Aqui tem muita gente vendendo tudo. No início a COHAB disse que não podia, mas o pessoal vende porque pra compras as coisas é longe. (E14)

O espaço vivido, aqui, então, denota as diferenças em relação ao modo de vida programado. Enquanto experiência cotidiana está vinculada ao espaço das representações através da insurreição de usos, tornando-se um resíduo de clandestinidade, principalmente pelo fato de que os usos anteriores terem sido ignonados, desconsiderados. O espaço social configura-se como a expressão mais concreta do espaço vivido, quando entendido pela soberania do homem sobre o objeto, através de sua apropriação pela ação humana. Evidencia-se que esta análise espacial remete à produção do espaço no processo de reprodução social; por conseguinte, o espaço é considerado um campo de possibilidades de construção de um espaço diferencial, que se opõe ao homogêneo e contempla o uso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidencia as contradições na implementação da política de habitação no processo para reassentamento das famílias, surgimento de outros problemas ligados à inserção na malha urbana, o que denota o distanciamento daquilo que poderia ser chamado discursivamente de *sustentabilidade urbana* ou num espaço produzido que ratifique a cidade como lugar de legitimação das políticas urbanas; sem incorporar lutas sociais das comunidades envolvidas; sem coadunar com o pressuposto da cidade como espaço de interação e ratificação de sua função social; surgimento de espaços abstratos que se contrapõem a espaços sociais, isto é, espaços homogêneos, fragmentados, hierárquicos, que valorizam o quantitativo, o regulado, sem valor de uso, isto é, espaços-produto. Assim, a insustentabilidade está expressa nos processos de remanejamento e reassentamento como uma incapacidade das políticas urbanas em considerar temporalidades, vivências e diversidade de usos, além de não conseguir adaptar a oferta de serviços urbanos à quantidade e qualidade das demandas sociais.



As limitações do estudo estão relacionadas às conexões aqui ainda incipientes entre sustentabilidade e política de provisão habitacional, necessitando aprofundamento metodológico e ampliação da discussão pautada na abordagem escolhida sobre o conceito de sustentabilidade.

Nos estudos de caso, há a incorporação do espaço das representações, ou espaço vivido do espaço concebido, de certa maneira, o remodelando. Os conjuntos habitacionais não podem ser vistos como reflexo da *legitimação* de uma política urbana, pois está muito mais relacionado à *sustentabilidade urbana prática*, onde se cria um ambiente *novo*, sem buscar, entretanto, resolver quaisquer problemas que não o da habitação. Prepondera a lógica do espaço-produto sobre a produção do espaço social.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. **A Duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. 2ª edição. Henri Acselrad (org.). Rio de Janeiro: Editora DP&A/ Lamparina, 2009.
- _____. Desregulamentação, contradições espaciais e sustentabilidade urbana. Anais do **XI Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, ANPUR. Salvador: UFBA, 2005.
- ARANTES, O. B. F. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p.11-74.
- AVELAR, W. *et alii*. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a urbanização de favelas na Região Metropolitana de Belém-PA. **Anais: Encontros Nacionais da ANPUR 15**, 2013.
- BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- BRASIL. Ministério das Cidades. **Plano Nacional de Habitação – Versão para debates**. Brasília, Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação, 2010b.
- _____. Ministério das Cidades. **Experiências em habitação de interesse social no Brasil**. ARRUDA, A.M.V; CUNHA, E.M.P; MEDEIROS, Y. (Orgs.). Brasília: Secretaria Nacional de Habitação, 2008.
- _____. **Estatuto das Cidades**. Lei Federal n. 10.257/2001. Congresso Nacional, 2001.
- CARDOSO, A.C. **Uma discussão sobre políticas públicas relacionadas à habitação e à cidade e sua relação com os programas implantados durante a segunda gestão do Governo Lula**. Natal: Departamento de Políticas Públicas da UFRN, 2009.
- CASTRO, M. O. **Os programas habitacionais de interesse social e sua atuação na Região Metropolitana de Belém**: a espacialização das ações na contramão do direito à cidade. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2013.
- COHAB. Companhia Executiva de Habitação do Pará. www.cohab.pa.gov.br. Acessado em 23 de setembro de 2017.
- GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2010.
- IPEA/IDESP. **Relatório de Pesquisa 1.2**: Análise Comparativa das Funções Públicas de Interesse Comum. Região Metropolitana de Belém. Brasília: 2013.
- JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e Patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- _____. o 25, 2016.
- LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.



- _____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2004.
- _____. **A Cidade do Capital**. Tradução: Maria H. R. Ramos; Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- _____. **The Production of Space**. (Tradução Roberta Tavares). Blackwell Publishing (EUA), 1991.
- LIMA, J. J. F. **A estrutura sócio-espacial da Região Metropolitana de Belém**: reflexões sobre as distribuições sócio-espaciais de 1990 a 2000. Belém: Novos Cadernos do NAEA, volume 10, 2007.
- LOGAN, J. MOLOTCH, H. **Urban Fortunes: the political economy of place**. University of California Press, 1987.
- MARQUES, E. *et alii*. **Assentamentos precários no Brasil Metropolitano**. Brasília, Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2007.
- MCIDADES. **Ações Integradas de Urbanização de Assentamentos Precários** — Edição Bilingue, Brasília/São Paulo: Ministério das Cidades/Aliança de Cidades, 1ª edição/2010.
- MPOG. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **4º. Balanço do PAC (Pará) 2015-2018**. Brasília: MPOG, 2016.
- _____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **1º. Balanço do PAC (Pará) 2015-2018**. Brasília: MPOG, 2015.
- _____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **1º. Balanço do PAC2 (2011-2014)**. Brasília: MPOG, 2014.
- _____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **PAC2 (11º. Balanço- Pará)**. Brasília: MPOG, 2014.
- PAC. Plano de Aceleração do Crescimento. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac> Acessado em 15 de maio de 2017.
- PRADO, A. L. Desenvolvimento urbano sustentável: de paradigma a mito. **Revista Oculum**. Número 12, v. 1, p.83-97, 2015.
- SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. Ed. São Paulo. Edusp, 2008.
- _____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- SOJA, E. **Geografias Pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica; São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1993.
- SOUZA, C. B. G. A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia. La contribution d'Henri Lefebvre à la réflexion spatiale urbaine de l'Amazonie. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasilera de geografia**, n. 5, 2009.
- SOUZA, M.L. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática socioespacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

**GT 07 - Cidades e Transformações do Urbano na América Latina****RELAÇÕES ENTRE INVISIBILIDADE SOCIAL, ALTERAÇÕES NO MEIO FÍSICO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO SUBORDINADA EM BELÉM (PA)**

Ana Cláudia Duarte Cardoso (UFPA)¹
aclaudiacardoso@gmail.com
Thales Barroso Miranda (UFPA)²
thalesbmiranda@gmail.com

RESUMO

Este artigo faz uma releitura da trajetória de urbanização para a Região Metropolitana de Belém explorando a desarticulação entre homem, modo de vida e base biofísica. O uso da terra tornou-se chave para a conexão entre universo urbano e rural, e para a encruzilhada entre preservação da natureza e dos modos de vida de populações com alta dependência da base biofísica, e a produção de espaço urbano pautado exclusivamente pelo interesse econômico. As ferramentas profissionais e as compreensões de desenvolvimento revelam-se insuficientes na medida em que as escalas espaciais são mudadas. A supressão de vegetação e a contaminação dos rios com lançamentos de esgoto inviabilizaram paulatinamente os modos de vida tradicionais (produção, sociabilidade, lazer, moradia), negando o direito à cidade, ao negar o direito à natureza dentro da cidade, à população originária da várzea e do campo, não convertida à matriz europeia ou norte-americana. Cartografias da ocorrência da água e vegetação, contrapostas a dados secundários, análises morfológicas e pesquisas de campo procuram revelar potenciais positivos e instrumentalizar resistências para Belém e para a cidade brasileira em geral, mas principalmente para as cidades amazônicas, que ainda tomam a metrópole como referência de civilização.

Palavras-chave: Belém (PA), Trama Verde e Azul, Infraestrutura Verde, Conflitos socioambientais, Bacias Hidrográficas.

INTRODUÇÃO

Ao longo desses 400 anos, a metrópole Belém passou por diversos ciclos de boom e reestruturações econômicas que modificaram a cidade. O ciclo da borracha, que alcançou a segunda metade do século XIX e início do século XX, permitiu melhoramentos urbanísticos e padrões de urbanização de inspiração europeia na primeira légua da cidade, atual centro metropolitano; enquanto a segunda légua, atual área de expansão, era ocupada por fazendas, sítios e comunidades rurais. As intervenções federais marcaram outro momento importante, gerador do aumento populacional da área de expansão na década de 1980 (Cardoso et al, 2015), e do início da expulsão dos agricultores e extrativistas urbanos

¹ PhD em Arquitetura pela Oxford Brookes University (UK). Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/UFPA) e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (PPGAU/UFPA). Bolsista de Produtividade em Pesquisa PQ 2 do CNPq. Pesquisadora no Laboratório Cidades da Amazônia (LABCAM/UFPA).

² Estudante de graduação na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (FAU/UFPA). Bolsista no Laboratório Cidades da Amazônia (LABCAM/UFPA).



de Belém para os demais municípios da Região Metropolitana de Belém (MIRANDA; CARDOSO, 2017).

A transferência dos grupos sociais de menor renda para os municípios da periferia da área metropolitana conurbada (Marituba, Benevides e Santa Izabel do Pará) é um processo que acompanha tendências gerais das cidades brasileiras (expansão desarticulada, fragmentação, auto segregação de grupos sociais) (MARICATO, 2011) que em Belém, oferece para as populações dos novos empreendimentos imobiliários o modo de vida dos subúrbios norte-americanos, onde o padrão de consumo é globalizado (*shopping center*), há dependência de veículos particulares e o lazer é associado a serviços pagos (SANTOS e CARDOSO, 2015).

Esse efeito colateral da expansão urbana brasileira é decorrente de uma expectativa típica da sociedade urbano-industrial (capitalista) de homogeneização, que suprime a diversidade, e almeja a igualdade e a assemelhação, mesmo que seja apenas para e pelo consumo (MONTE-MOR, 2015). A estratificação pela capacidade de consumo além de excluir os grupos sociais mais vulneráveis, desvaloriza seu conhecimento e suas formas de vida, e por falta de alternativa, lhes nega o direito à cidade. São excluídos sob a perspectiva do consumo, mas também da realização de cidadania, com tendência à dependência e alienação progressivas.

Enquanto isso, no contexto europeu Cormier (2013) destaca que espaços naturais ou rurais ao redor das grandes áreas urbanas favorecem a produção de alimento, e fortalecem as atividades produtivas que são compatíveis com comunidades cuja população depende da natureza para viver. Stähle (2008) realizou uma série de estudos sobre a importância das massas verdes na cidade europeia, destacando o mérito do método *sociotopie* das cidades suecas e francesas de integração entre cidade/natureza face aos novos desafios das mudanças climáticas e perda de biodiversidade. No Brasil, essa matriz de pensamento foi adotada no Macrozoneamento Metropolitano de Belo Horizonte, que busca compatibilizar soluções alternativas de proteção ambiental e recuperação dos cursos d'água, que viabilizem a integração da população tradicional à cidade (UFMG, 2014).

Nessa perspectiva esta pesquisa parte de um ponto cego e apresenta evidências sobre como a diversidade socioambiental, e particularmente os espaços invisíveis para grupos sociais que seguem o paradigma moderno, se manifesta em tipologias e arranjos espaciais encontrados na periferia de Belém que potencializam funções sociais e ambientais. Busca-se o reconhecimento de que Belém contém estruturas adaptadas à vida moderna (formal e informal), mas também contém estruturas híbridas que respondem a modos de vida rural e tradicional, como inspiração importante para a melhoria das condições



de vida na metrópole e nas cidades da região que lhe tomam como parâmetro de urbanização.

1. CORRELAÇÃO DE DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS E FORMAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Belém, município-sede da Região Metropolitana de Belém (RMB), é uma metrópole regional amazônica que agrega estruturas espaciais híbridas que incorporam na sua forma elementos relacionados a duas lógicas de produção do espaço: a tradicional e a moderna (hegemônica). A primeira estabelece maior interação com a natureza por meio dos cursos d'água e das áreas vegetadas que historicamente foram fundamentais às atividades cotidianas, econômicas e recreativas. Essa face guarda a herança do período pré-cabralino amazônico, onde o padrão era a localização dos assentamentos humanos às margens dos rios e dispersos pelo território (ALVEZ e SCHAAN, 2011). A segunda lógica segue a prática de urbanização urbano-industrial que espera recriar o modo de vida dos subúrbios norte-americanos na Amazônia (padrão rodoviário, de baixa densidade e alta homogeneidade), sem os salários da indústria, mas difundindo o mesmo foco no consumo, e padrão médio de população. A racionalidade tradicional e a hegemônica estruturam, ao longo do tempo, o território de Belém, assim como posteriormente o da RMB.

A Região Metropolitana de Belém surgiu com a Lei Complementar nº14, de 8 de junho de 1973, que instituiu oito regiões metropolitanas (RM) no Brasil³. Na época, a RMB era formada por Belém e Ananindeua, sendo a primeira o município-sede. Ao longo de mais de 40 anos, a RMB incorporou novos municípios, sendo composta hoje por sete: Belém, Ananindeua, Marituba, Santa Barbará do Pará, Benevides, Santa Izabel do Pará e Castanhal.

A formação da RMB na década de 1970 ocorreu devido às mudanças regionais no período de integração nacional na segunda metade do século XX. O aumento populacional do período, as novas estratégias de ocupação do território por meio da moradia em conjuntos habitacionais e as dinâmicas econômicas que o município-sede já estabelecia com a região foram fundamentais para o início de um espaço urbano contínuo (Ananindeua e Belém), resultante de um processo de conurbação ainda incipiente (CARDOSO et al, 2015; TRINDADE JUNIOR, 1998).

Atualmente, a mancha urbana conurbada da RMB se estende de Belém à Marituba, e é descontínua nos demais municípios (figura 01). A RMB se caracteriza por baixa cobertura da rede geral de abastecimento de água e quase inexistência de esgotamento sanitário, onde renda da população, predominantemente baixa, determina o acesso desigual

³ A Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi instituída pela Lei Complementar nº20, de 1 de julho de 1974. Foi a partir dessa data que o país passou a ter nove regiões metropolitanas pioneiras.



e concentrado à infraestrutura e aos serviços urbanos. A coexistência de matrizes opera em um contexto de predominância do setor terciário, baixa qualificação da população do ponto de vista da visão hegemônica, que desvaloriza saberes acumulados de outras épocas, com concentração de empregos em Belém (IBGE, 2010; PINHEIRO et al, 2013).

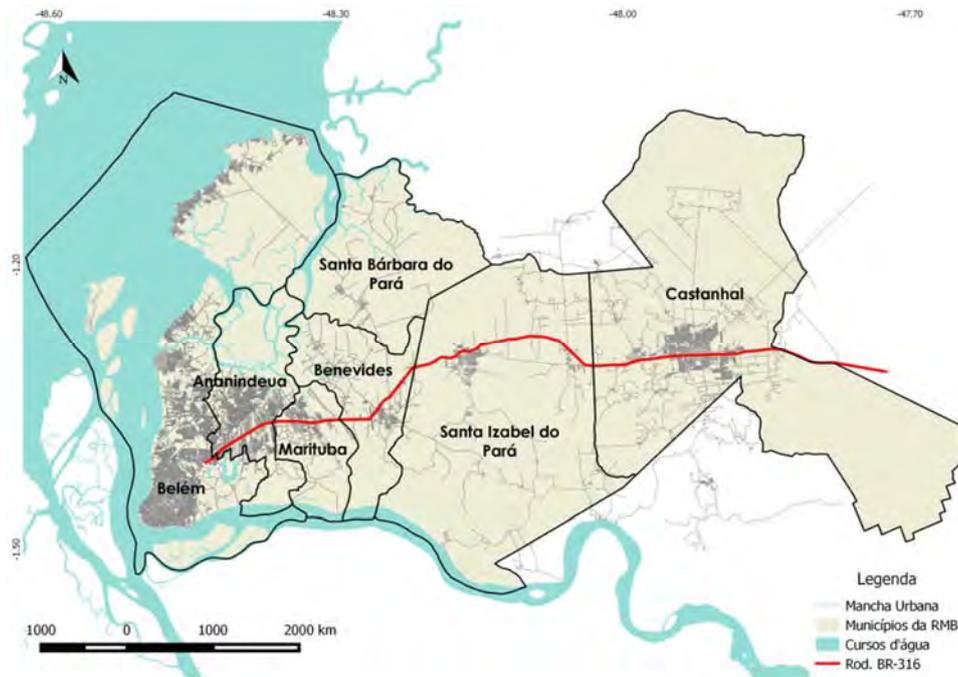


Figura 01: Atual configuração da Região Metropolitana de Belém. Fonte: IDESP, 2012; IBGE, 2010.

Segundo Trindade Júnior (1998) a partir da década de 1980 com a migração da população vinda do interior do estado, houve a ocupação e adensamento das terras baixas e alagadas (baixadas) de Belém, o que estruturou a primeira periferia urbana moderna regional. A migração estabeleceu no território uma organização social de padrão centro-periferia, em que as baixadas próximas ao centro eram a periferia próxima e fronteira entre Belém e Ananindeua, a periferia distante.

Antes do aumento populacional das baixadas, Cardoso et al (2015) e Miranda e Cardoso (2017) e do fenômeno da metropolização ou conurbação efetiva na RMB, as baixadas eram os espaços para produção de alimentos por pequenos produtores que plantavam para a sua subsistência e vendiam os excedentes à comunidade local e algumas feiras da cidade. Com o aumento populacional, a insegurança e a pressão exercida pelos novos moradores em busca de áreas de produção à moradia, a partir da década de 1980 esses produtores se deslocassem para outras regiões da RMB, como Ananindeua, Benevides e Santa Izabel do Pará (pesquisa de campo, 2016, 2017). A trajetória é tão marcante que neste último município, o setor primário, especialmente agricultura, é responsável por 25% do PIB (IBGE, 2014). A figura 02 ilustra o deslocamento dessa população para zonas mais distantes da RMB. Observa-se que o movimento de expulsão da



população foi acompanhado por uma diminuição das áreas verdes e ampliação da mancha urbana.



Figura 02: Deslocamento de pequenos produtores do bairro da Terra Firme em Belém para outros municípios da Região Metropolitana de Belém. Fonte: Imagem RapidEye (MMA), 2015; pesquisa de campo, 2017.

Com a migração da população do interior do estado e o reordenamento dos pobres urbanos na RMB, a metropolização se efetivou, de fato, na década de 1990, quando a conurbação alcançou novos municípios, a respeito de mercado de trabalho, estoque de moradias e dinâmica imobiliária. Enquanto a periferia próxima ao centro adensava-se, a Segunda Léngua Patrimonial (atual área de expansão de Belém), composta pelas antigas glebas das fazendas, recebia os grandes conjuntos habitacionais que criaram condições para a extensão da infraestrutura e viabilizaram a assimilação do mercado pelas terras que ainda não tinham sido ocupadas. A primeira léngua patrimonial de Belém era vista como a área de maior valor em termos imobiliários e culturais, enquanto que a área de expansão era pouco atrativa ao setor imobiliário, o que permitia a permanência de comunidades que ainda recorriam a práticas tradicionais (pesca, coleta, cultivo) por algum tempo.

Esse quadro mudou recentemente devido à capitalização do setor imobiliário nacional. Os mecanismos de financeirização viabilizaram grandes investimentos ao longo da Avenida Augusto Montenegro, ressignificando a área de expansão de Belém, que dentro da Região Metropolitana de Belém (RMB), tornou-se alternativa nobre à produção de novas centralidades (ver figura 03). O processo de urbanização beneficiou alguns segmentos da sociedade, que absorveram as influências das novas formas de morar propagadas pelo pensamento hegemônico, e prejudicou outros segmentos que resistem às pressões do mercado.



Figura 03: Região Metropolitana de Belém, em cinza, e Área de expansão, em vermelho. Fonte: IBGE, 2010; IDESP, 2012.

A RM de Belém se distingue das demais RMs pioneiras que se estruturam a partir da industrialização do país. Segundo Tonucci Filho et al (2015) a metropolização e a expansão das cidades brasileiras estiveram, por muito tempo, relacionadas às atividades econômicas e às industriais no centro sul do país. No entanto, aqui os processos foram de exploração dos recursos naturais, extrativismo e forte articulação do setor terciário, dinamizando a econômica de Belém e toda a RMB. A coletânea organizada por Cardoso e Lima (2015) explica que a assimilação de novos municípios ocorreu sem adequada gestão metropolitana, ou visão articulada das áreas de mobilidade, saneamento e habitação.

É relevante lembrar que a lógica do valor da terra é fundamental para entender o processo de urbanização de RM de Belém. Conforme algumas áreas se tornam atrativas para o mercado, a antiga população, que neste caso segue a matriz tradicional – relacionada ao meio físico e natural, é redirecionada para outros municípios, em locais de difícil acessibilidade, o que também dificulta o acesso dessa população a serviços e facilidades oferecidas na cidade.

Segundo Miranda e Cardoso (2017) esse movimento de expulsão contribuiu para o aumento da mancha urbana, enquanto a verticalização e o adensamento do centro metropolitano facilitaram o afastamento da população dos elementos naturais, demonstrando que na correção final de forças pouca atenção é dada à exclusão social resultante dessa homogeneização. Além de o investimento ser insuficiente e seletivo em redes de infraestrutura, há a imposição de novas formas de vida sem que todos tenham acesso a outros meios de produção (a eliminação da natureza da cidade não é



acompanhada pela absorção dessas pessoas em outras atividades produtivas), culminando no aumento da informalidade e insegurança, e desvanecimento da identidade amazônica.

1.1 Efeitos da urbanização não compensatória em Belém

Sob esse ponto de vista, a Região Metropolitana de Belém assimila o padrão contemporâneo de urbanização de regiões periféricas, sem compreender a importância da natureza para o seu planejamento, cidade plana com baixas declividades; os problemas de alagamentos decorrentes à alta impermeabilização do solo são agravados pela inadequação do sistema de micro e macrodrenagem. Spirn (1995) explica que os efeitos das atividades urbanas alteram o regime hidrológico, causando enchentes, escoamento abundante e rápido em áreas impermeáveis, redução do nível de água no solo e escassez de mananciais.

Estudos de permeabilidade das bacias hidrográficas de Belém feitas por Santa-Brígida (2016) para o ano de 2015 expõem baixos índices de permeabilidade das bacias hidrográficas do centro metropolitano. Essa tendência é seguida para a Área de Expansão, onde a Bacia do Una, já está com menos de 20% de sua área permeável (ver tabela 01). Ressalte-se que, segundo Araújo et al (2008), 20% são o mínimo tolerável de solo permeável para as bacias hidrográficas.

Localização	Bacia	Área (M ²)	Área Permeável (M ²)	Permeabilidade (%)
1º Léguas Patrimoniais (Centro Metropolitano)	Tamandaré	2.307.299.714	17.681.202	4,26
	Estrada Nova	9.366.587.671	26.640.822	2,85
	Tucunduba	11.680.360.031	415.698.578	5,58
	Murutucum	35.087.085.971	12.275.569.483	36,35
	Magalhães Barata	876.833.871	19.341.578	2,05
	Reduto	1.701.427.047	6.189.625	6,37
Área de Expansão de Belém.	Val de Cans	10.811.087.224	4.627.517.299	34,51
	Una	36.077.724.292	6.732.784.825	18,7
	Mata-fome	5.695.499.895	1.406.319.909	24,07
	Cajé	2.230.037.9	853.901.995	38,3



		47		
	Paracuri	18.240.052. 842	4.437.815.755	24,34
	Arari	37.277.372. 432	11.564.640.273	31,00
	Ananin	9.161.553.2 24	6.111.335.408	66,7
	Outeiro	8.527.688.9 17	3.027.154.013	38,3

Tabela 01: Permeabilidade das bacias hidrográficas da cidade de Belém. Fonte: SANTA-BRÍGIDA, 2016.

Soma-se a isso, a supressão de vegetação e a contaminação dos rios com lançamentos de esgoto que inviabilizaram paulatinamente os modos de vida tradicionais (produção, sociabilidade, lazer, moradia), negando o direito à cidade para esses grupos, ao negar o direito à natureza dentro da cidade à população originária da várzea e do campo, não convertida à matriz europeia ou norte-americana (MIRANDA; CARDOSO, 2016). Tal processo histórico tem gerado um mosaico de formas de ocupação, que não é neutro, na medida em que amplia a mancha urbana e tende a eliminar a diversidade social sem dar condições de toda a população ser incluída pelas novas práticas e oportunidades econômicas.

Áreas verdes próximas aos cursos d'água se constituem em espaços públicos atrativos para a população e seu mapeamento e tratamento como parte de um sistema de áreas livres/ espaços públicos contribuiria para reduzir a carência desse tipo de espaços na área de expansão de Belém. Entretanto, o avanço gradual da urbanização está substituindo as massas vegetadas, antes suas funções sejam compreendidas. A contaminação dos cursos d'água através do lançamento de esgoto sanitário dos assentamentos formais inviabiliza as hortas, às atividades vinculadas ao rio (pesca e balneários) e contribui para gerar tendências contrárias às práticas naturais. A figura 04 ilustra como a população de uma ocupação, localizada por trás de um condomínio fechado na Área de Expansão de Belém, construiu uma laje sobre o rio poluído, negando-o completamente. Essa tendência faz com que os espaços públicos e verdes da cidade percam a sua multifuncionalidade e sejam interpretados apenas pelo viés paisagístico, da natureza para contemplação.



Figura 04: Laje de concreto sobre o rio na área de expansão de Belém. Foto: Taynara Gomes (2015)

Essas práticas contribuem para perda de cobertura vegetal e poluição dos rios urbanos, o que segundo Bueno (2013) favorece alterações do ecossistema, a intensificação de ilhas de calor e eventos climáticos imprevisíveis – inundações, variação climática extrema e alterações no volume de água pluvial, mas principalmente amplia a exclusão da população mais pobre nesse contexto urbano.

As figuras 05, 06, 07 e 08 compõem um mosaico que revela a relação da urbanização com a contaminação das águas e a supressão das massas vegetadas. O mapeamento do atendimento de serviço de esgoto levantado pelo Censo de 2010, foi associado ao mapeamento das massas verdes realizado a partir do processamento via sensoriamento remoto de imagens do satélite RapidEye obtidas através do Geo Catálogo do MMA (Ministério do Meio Ambiente) e ao espaço construído (cheios) obtidos em base da Companhia de Habitação do Pará (COHAB/PA) para o ano de 2003. Os pontos de lançamento de esgoto sanitário dos empreendimentos habitacionais foram mapeados em entrevistas com técnicos da Prefeitura de Belém – Secretária de Saneamento (SESAN) e consulta a trabalhos técnicos, pois essa informação sequer é sistematizada nas bases de dados oficiais.

A utilização dos cursos d'água de forma democrática seria uma solução viável para o atendimento de necessidades de produção, sociabilidade e lazer das diferentes racionalidades socioespaciais identificadas no início do artigo. O levantamento e incentivo às práticas que preservem vegetação, corpos d'água e que contribuam para a redução da pobreza e exclusão de uma população que reconhece o rio como elemento natural, tem forte apelo dentro do contexto de mudanças climáticas, e já é difundido pela concepção da trama verde e azul francesa (COMIER e PELLEGRINO, 2008) e da trama multicolorida proposta por Euclides (2016), que serão tratadas na sessão seguinte.



Figura 05: Percentual de Esgoto Sanitário por setor censitário.

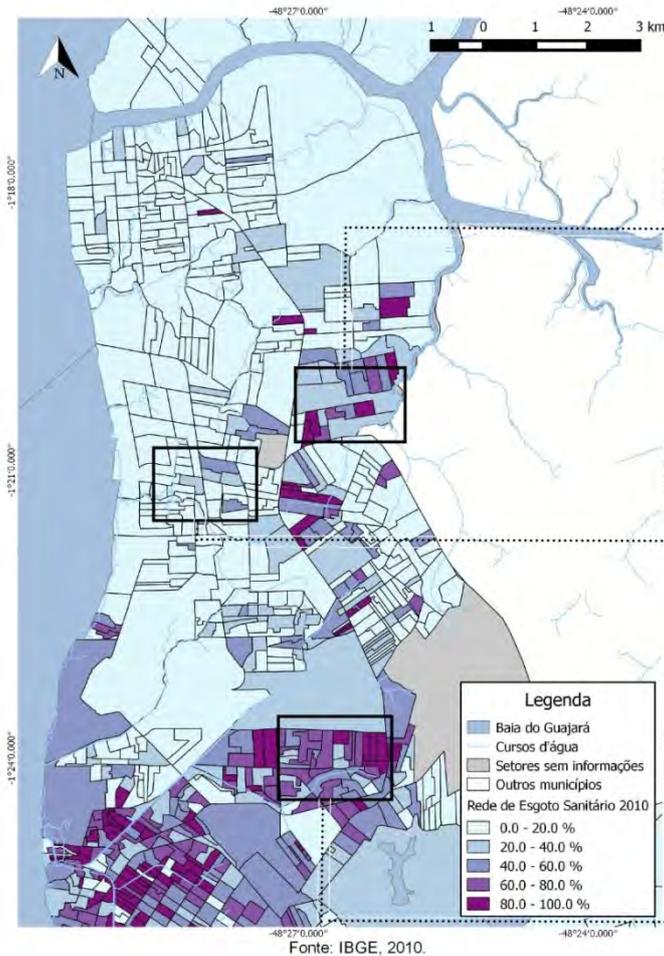


Figura 06: Recorte abrangendo cheios e vazios e áreas verdes em predominância de conjuntos habitacionais.



Fonte: Imagem RapidEye, 2015; COHAB, 2003; SESAN, 2016.

Figura 07: Recorte abrangendo cheios e vazios e áreas verdes em predominância de ocupações.



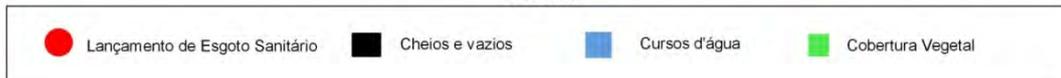
Fonte: Imagem RapidEye, 2015; COHAB, 2003; SESAN, 2016.

Figura 08: Recorte abrangendo cheios e vazios e áreas verdes em predominância de conj. habitacionais e loteamentos.



Fonte: Imagem RapidEye, 2015; COHAB, 2003; SESAN, 2016.

LEGENDA



Mashall (2009) explica que não há uma forma ideal de transformação do território que englobe todos os atores, há um processo evolutivo. A cidade é complexa, dinâmica, é uma entidade coletiva bastante próxima dos ecossistemas. É interessante reconhecer que a cidade é como um sistema ecológico que abriga todas as formas de vida e as construções humanas. Os indivíduos e os edifícios são elementos ou partes da cidade e seu funcionamento e sua existência dependem do contexto urbano ao qual estão inseridos (MARSHALL, 2009).

A evolução pode ser o caminho para abrigar dimensões físicas e sociais, implicando em códigos, planos, padrões do urbanismo planejado e não planejado, que não devem implicar no conservadorismo ou uma negação ao design interativo, mas devem incluir intervenções que combinem a inovação e a tradição (MARSHALL, 2009) e respeito à real diversidade social e econômica existente.



2. OUTRAS POSSIBILIDADES AO PLANEJAMENTO

As cidades dos países centrais seguiram padrões de urbanização que desconsideravam os elementos naturais no planejamento urbano gerando impactos na biodiversidade, alterando os ciclos hidrológicos, os ecossistemas e disponibilidade de água, causando diversos problemas ambientais (ANDRADE; BLUMENSCHNEIN, 2013), mas desenvolveram estratégias compensatórias para mitigar os problemas gerados pela urbanização, e intervenções para simular as funções ecológicas e hidrológicas dos ambientes naturais.

Nesse contexto, essas alternativas de urbanização tem caráter mais ambiental que social. A infraestrutura verde foi adotada como uma das maneiras de reconhecer e aproveitar os serviços que a natureza pode realizar no ambiente urbano (COMIER e PELLEGRINO, 2008). Os países que adotaram a infraestrutura verde como planejamento territorial utilizam na escala regional redes de parques, corredores verdes e espaços naturais preservados e na escala urbana, técnicas de drenagem das águas pluviais e amortecimento das cheias. Os desafios enfrentados estão na criação desses sistemas em escala urbana (ver figura 09 e 10).



Figura 09 e 10: Jardins-de-chuva desenhados nas calçadas de Seattle, USA e Infraestrutura Verde adotada pela cidade espanhola de Vitoria-Gasteiz. Fonte: Nathaniel e Comier, 2008;

<http://www.vitoria-gasteiz.org>

A pesquisadora Ana Mourão Oliveira (2016) informou em entrevista que essa formulação da Trama Verde e Azul francesa e da infraestrutura verde europeia e norte-americana é oriunda das ciências ambientais e da ecologia da paisagem, e assume a conexão de fragmentos de sítios naturais de modo a criar sistemas ecológicos, como os cinturões e corredores verdes. Na França foram adotadas para diminuir a perda da biodiversidade e articulação da preservação e gestão ambiental, atividades humanas e agrícolas nas zonas rurais e urbanas; também deve facilitar a circulação da vida selvagem para que as espécies possam encontrar condições ambientais para a sobrevivência, o que é necessário no contexto de mudanças climáticas (FRANCE, 2010). Abaixo segue a figura 11 que ilustra o Esquema da Trama Verde e Azul para a região de Nord-Pas-de-Calais, na França.



Figura 11: Esquema da TVA em Nord-Pas-de-Calais. Fonte: <http://www.pays-du-calais.fr/parteneriat-conseil-regional/trame-verte-et-bleue/>

No Brasil, as dificuldades estão na conciliação entre as questões ambientais e as sociais, priorizam a abordagem da natureza na cidade através do paisagismo, com foco na produção formal do parque, praça, espaço verde ou em áreas públicas, que muitas vezes não reconhece o espaço natural urbano como um elemento de convergência de aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais.

Euclides (2016) explica que as áreas verdes (protegidas ou não) podem funcionar como um banco de terras para o avanço do mercado imobiliário. Além disso, o mercado associa as áreas verdes à publicidade de seus empreendimentos como forma de valorização imobiliária. Muitas vezes o discurso de áreas verdes e espaço público (parque linear) são utilizados como forma de segregação socioespacial decorrente da criação desses espaços ou da legislação ambiental que utiliza como argumento para a remoção de ocupação irregular. Em Belém o caso mais recente dessa prática, foi à venda de terra da Marinha para a construtora Freire Mello (ver figura 12). A empresa comprou em 2005 uma parte do terreno, cerca de 37 hectares, que foram distribuídos em condomínio fechado de alto padrão (Cristal Ville) e *shopping center*.



Figura 12: Capa do Jornal O liberal. Fonte: <https://andradetalis.wordpress.com/2013/02/10/no-para-a-marinha-faz-negociata-com-terreno-que-da-para-construir-mais-de-dois-shopping/>

Sob a perspectiva hegemônica, a relação com a natureza, dentro do sistema capitalista, é uma relação de valor de troca. Na medida em que o “sistema coloca uma etiqueta de preço em qualquer coisa que ele vê, e a partir desta etiqueta de preço é que se determina o destino da natureza” (SMITH, 1988, p. 94). Smith (1988) explica que o capitalismo destrói todos os modos de produção, forçando à sua própria lógica, e o Estado direciona a supressão de sociedades “pré-capitalistas” e a repressão de trabalhadores artesanais. Daí a dificuldade de conservar áreas naturais e desenvolver uso sustentável em comunidades tradicionais que não almejam o lucro, como os quilombolas⁴.

Entretanto, o contexto de alterações climáticas tem forçado a busca por adaptação necessária nos países centrais e deveria buscar os saberes da população tradicional que sempre manteve vínculo com a natureza nas áreas periféricas para o desenvolvimento de estratégias de um novo planejamento comprometido com a discussão socioambiental. A partir das experiências realizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), de adoção da TVA como parte do planejamento territorial da estruturação metropolitana, a partir de conexões entre áreas vegetadas, água, espaços livres e por usos diversos e democráticos, de modo a articular cultura, meio ambiente e apropriação do espaço, Euclides (2016), aposta na tese da hipótese otimista, de que as áreas verdes e os espaços públicos “podem contribuir para a transformação das relações que os seres humanos estabelecem entre si e com a natureza” (EUCLYDES, 2016, p. 20).

⁴ O Partido Democratas (DEM), que apoiou o Impeachment de Dilma Rousseff, e colabora como Governo Michel Temer, propôs uma Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3239 que questiona o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas. O objetivo é favorecer grandes latifundiários e o aumentar o lucro do agronegócio.



CONCLUSÃO

Em cidades amazônicas, a população tradicional usa a várzea para a produção de alimentos orgânicos, para a redução do desemprego e da tensão social, garante permeabilidade do solo, que previnem os alagamentos e a ilhas de calor. Apesar de resilientes, esses hábitos são resistências contra hegemônicas à homogeneização do espaço, degradação ambiental, e colonização tecnológica, mas não são considerados na análise da atual conjuntura das políticas públicas territoriais. Na Amazônia o tratamento da natureza como elemento paisagístico não atende as necessidades socioeconômicas de todos os grupos sociais, promove exclusão, e a perpetuação do clássico padrão centro-periferia, e a injustiça socioambiental. No Brasil, até recentemente, a discussão baseava-se no acesso à cidade, à terra urbanizada assimilando que a infraestrutura técnica fosse o mais fundamental para a vida das pessoas, no entanto, pesquisas (MIRANDA e CARDOSO, 2016; MONTE-MOR, 2015; PONTES, 2015) demonstram que o acesso à cidade na Amazônia requer o direito à base natural (terra, rios e vegetação) para populações excluídas do campo, que precisam dela para produzir e viver e têm muito a contribuir para a adaptação das cidades às condições sociais, econômicas e ambientais contemporâneas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Daiana Travassos; SCHAAN, Denise Pahl. Os bancos de cerâmica marajoara: seus contextos e possíveis significados simbólicos. **Amazônica - Revista de Antropologia**, Belém, v. 3, n. 1, p. 108-141, 2011.
- ANDRADE, L; BLUMENSCHNEIN, R. Cidades sensíveis à água: cidades verdes ou cidades compactas, eis a questão?. In: **Paranoá: Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, v. 15, n. 29, jan-jun, p. 123-42, 2013
- BRASIL. **Lei Complementar Nº 14**, de 08 de Junho de 1973. Estabelece as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Brasil, 1973
- BRASIL. **Lei Complementar Nº20**, de 01 de Julho de 1974. Dispõe sobre a criação de Estados e Territórios. Brasil, 1974
- BUENO, L. M. M. **A adaptação da cidade às mudanças climáticas**: uma agenda de pesquisa e uma agenda política. In. OJIMA, R; MARANDOLA JR., E. Mudanças Climáticas e as Cidades: Novos e Antigos Debates na Busca da Sustentabilidade Urbana e Social. São Paulo: Blucher, 2013
- CARDOSO, A. C. D.; FERNANDES, D. A.; BASTOS, A. P. V. **A inserção da RMB na Amazônia e na rede urbana brasileira**. In. CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J. F. (Orgs.). METRÓPOLES: Território, Coesão Social e governança Democrática. Belém: Transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 17-33
- CORMIER, L; KENDERESY, M. GOUVERNANCE DES TRAMES VERTES ET BLEUES URBAINES: Analyse Des Modalités Initiées Lors De La Mise En Place D'une Politique Par Des Collectivités – Lille. **Revista Planté&Cité**. 2013.
- CORMIER, N. S.; PELLEGRINO, P. R. M. Infra-estrutura verde: uma estratégia paisagística para a água urbana. **Paisagem e Ambiente**, v. 25, p. 127-142, 2008.
- EUCLYDES, A. C. P. **A Hipótese Otimista**: Dialética e utopia das áreas verdes, das áreas protegidas e da trama verde e azul. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Belo Horizonte: PPGAU/UFMG, 2016



FRANCE. **PROJET DE LOI. Grenelle II.** Portant engagement national pour l'environnement. L'Assemblée nationale a adopté, dans les conditions prévues à l'article 45, alinéa 3, de la Constitution, le projet de loi dont la teneur suit. 2010. Disponível em: < <http://www.assemblee-nationale.fr/13/pdf/ta/ta0504.pdf> >. Acesso em: set. 2017

HERZOG, C. P. ROSA, L. Z. **Infraestrutura Verde: Sustentabilidade e resiliência para a paisagem urbana.** *Revista LabVerde*. n. 1, 2010. IBGE, 2014.

IBGE. **Produto Interno Bruto de Santa Izabel do Pará.** 2014. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=150650&idtema=162&search=para|santa-izabel-do-para|produto-interno-bruto-dos-municipios-2014>>. Acesso em: set. 2017

MARICATO, E. **Impasse da Política Urbana no Brasil.** São Paulo. Editora: Vozes, 2011. 224 p.

MARSHALL, S. **Cities, Design e Evolution.** New York: Routledge, 2009. 342 p

MIRANDA, T. B.; CARDOSO, A. C. D. **Cartografias de invisibilidades na periferia metropolitana de Belém:** estudo de padrões espaciais e relacionamentos da população com espaços públicos/ verdes. Relatório Final PIBIC, Universidade Federal do Pará, Belém, 21p. 2017

_____. **Compreendendo o espaço público da área de expansão de Belém a partir de cartografias e análises morfológicas.** Relatório Final PIBIC, Universidade Federal do Pará, Belém, 20p. 2016

MONTE-MOR, R. **Urbanização, Sustentabilidade, Desenvolvimento:** complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. In: COSTA, G.; COSTA, H.; MONTE-MÓR, R. (Orgs.). *Teorias e Práticas Urbanas, condições para a sociedade urbana.* Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p 55-70.

PINHEIRO, A. C. L.; RODRIGUES, R. M.; PONTE, J. P. X.; MONTE, L. F. O.; SABINO, T. A. G. **Desafios da Governança Metropolitana na Região Metropolitana de Belém:** alguns apontamentos. In: COSTA, M. A.; TSUKUMO, I. T. L. (Orgs.). *40 anos de regiões metropolitanas no Brasil.* Brasília: IPEA, 2013. p. 47-68

PONTES, L. B. **Cidade, desenho e natureza:** uma reflexão sobre os espaços livres de Marabá. 2015. 127 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Belém: PPGAU/UFGA, 2015.

SANTA-BRIGIDA, J. **Permeabilidade de Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Belém** [CD-ROM]. Belém: Laboratório Cidades na Amazônia, 2016. CD-ROMs: 4 3/4 pol.

SANTOS, B. L. L. F.; CARDOSO, A. C. D. **Tendências morfológicas, sociais e ambientais na periferia urbana de Belém do Pará.** Relatório Final PIBIC, Universidade Federal do Pará, Belém, 20p. 2015.

STÄHLE, Alexander. **Compact sprawl:** Exploring public open space and contradictions in urban density. Tese de Doutorado. Royal Institute of Technology. Estocolmo, 2008. p. 242.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual:** natureza, capital e a produção de espaço, Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 242 p

SPIRN, Anne Whiston. **O jardim de granito.** São Paulo, Edusp, 1995

TOONUCCI FILHO, J. B. M.; MAGALHÃES, F. N. C.; OLIVEIRA, A. M.; SILVA, H. **Estrutura produtiva e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte:** formação histórica e perspectivas contemporâneas. In: ANDRADE, L.T.; MENDONÇA, J. G.; DINIZ, A. M. A.; (Orgs.). *METRÓPOLES: Território, Coesão Social e governança Democrática.* Belo Horizonte: Transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 49-88

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro. **A Cidade Dispersa:** os novos espaços de Assentamentos em Belém e a Reestruturação Metropolitana. 1998. Tese (Doutora em Geografia). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 2008

UFMG. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Plano Metropolitano – Macrozoneamento RMBH. **Produto 1:** Marco teórico metodológico e definição das áreas temáticas afetadas ao interesse metropolitano. Belo Horizonte, fev. 2014. Disponível em: <<http://rmbh.org.br/pt-br/repositorio/temas/mz-rmbh>>. Acesso em: jun. 2017.

**GT 07 - Cidades e Transformações do urbano na América Latina****EL PAISAJE COMO CLAVE DE INTERPRETACIÓN
DEL TERRITORIO A TRAVÉS DE LAS NARRATIVAS:
PARATY/RIO DE JANEIRO/BRASIL COMO CASO DE ESTUDIO**

Daniele Caron (UFRGS)¹
daniele.caron@ufrgs.br

RESÚMEN

De que modo es posible incorporar las memorias y la experiencia vivida en la ordenación y planificación de nuestras ciudades y territorios? Cómo introducir en la disciplina urbanística los contenidos subjetivos de la relación sujeto-territorio, que enmarcan los escenarios contemporáneos en permanente tensión sociopolítica en Latinoamérica? De que modo es posible utilizar la interpretación del paisaje en estos contextos? Entendemos el paisaje como una clave de interpretación del territorio que puede aproximar la mirada del planificador a la experiencia cotidiana vivida por la sociedad, aclarando sus deseos, demandas y conflictos desde una perspectiva social y cultural. El objetivo del artículo es exponer la metodología de la tesis doctoral que analiza las narrativas sobre el paisaje de los sujetos de Paraty/RJ/Brasil para interpretar un territorio que vive el paradojo entre la conservación ambiental y patrimonial y el desarrollo turístico, lo que viene generando pérdidas identitarias para las comunidades locales. Discutiremos la metodología de análisis discursivo de las narrativas de Paraty, y la elaboración de una matriz del paisaje narrado compuesta por las categorías temas, elementos del *cronotopo* y valores. La interpretación de la matriz genera cartografías de intensidad de valoración del paisaje, lo que a su vez, revela argumentos discursivos que permiten una lectura de la complejidad del territorio en cuestión. Finalmente llegamos a las coreografías, una representación del paisaje que busca expresar los conflictos propios de los territorios contemporáneos.

Palabras-chave: Paisaje, Narrativas, Paraty, Cartografías, Coreografías

**1. PAISAJE Y NARRATIVA: POTENCIALIDADES PARA LECTURA DE LOS TERRITORIOS
CONTEMPORÁNEOS**

La participación en un evento con enfoque en Latinoamérica nace de la voluntad en

¹Doutora em Urbanismo pela Universidad Politécnica de Cataluña (2017), com tese relacionada à analogia entre os conceitos de paisagem e narrativa como dois sistemas culturais de significação, que podem contribuir para a planificação urbana e territorial na contemporaneidade. É Mestre em Urbanismo pela Universidad Politécnica de Cataluña (2010) e graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000). Entre 2010 e 2011 realizou um intercâmbio de mobilidade doutoral através do Programa Erasmus Mundus External Cooperation Window EUBrazil-StartUp, estando vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência técnica na área de patrimônio histórico e cultural, projetos urbanos e planejamento urbano e regional. É docente na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Identidade e Território (GPIT - Faculdade de Arquitetura), e do PAGUS - Laboratório da Paisagem (Instituto de Geociências - Departamento de Geografia), ambos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



compartir una experiencia metodológica desarrollada en Paraty, al sur de Río de Janeiro, en la cual explicitamos los conflictos y tensiones entre el patrimonio cultural y ambiental, y el desarrollo urbanístico apoyado en el mercado inmobiliario y turístico. Entendemos que este paradojo forma parte de la realidad actual latinoamericana, y establece paralelos sociales, económicos y políticos entre ciudades y territorios enmarcados por rupturas identitarias, y por la banalización de los paisajes urbanos y rurales.

Este artículo forma parte de una tesis doctoral leída en 2017 en la Universidad Politécnica de Cataluña, con título “El estudio del paisaje como clave interpretativa del territorio a través de las narrativas para la planificación urbana y territorial: Paraty, Río de Janeiro/Brasil como caso de estudio”. El objetivo de este texto es exponer la metodología de la investigación que analiza las narrativas sobre el paisaje de Paraty, decodificando este contenido subjetivo en herramientas cartográficas que dialogan con la planificación urbana y territorial.

De acuerdo con una concepción fenomenológica el paisaje posee una dimensión cultural. Al contrario de un objeto de planificación que tiende a cristalizar el concepto como dimensión estática del territorio, el paisaje es una clave de interpretación del mismo, que sirve, más que nada, para involucrar los sujetos que lo perciben y transforman cotidianamente. Como construcción social el paisaje puede representar una nueva interface entre la población y la planificación urbana y territorial, a través de su participación en el proceso.

De modo que si lo que queremos poner de relieve es la dimensión cultural del paisaje como clave interpretativa del territorio, hay que considerar las aportaciones metodológicas que posibilitan una visualización de la percepción y de las memorias que enmarcan la experiencia vivida de la población plasmada en el fenómeno paisajístico.

La exploración e investigación sobre las narrativas de los sujetos de un determinado paisaje representan una puerta de entrada a la comprensión de las subjetividades, que enmarcan el fenómeno como marca concreta en el territorio y como matriz de la percepción (BERQUE, 1998). La narrativa se revela como método de visualización de los estratos profundos del paisaje, fragmentos de la mirada más cercanos a la lógica de interacción entre el territorio y el hombre que lo mira y transforma.

Paisaje y narrativa se interrelacionan como dos sistemas culturales de significación (POTTEIGER, PURINTON, 1998), los cuales se desarrollan siempre a través de la experiencia vivida. La analogía entre los dos conceptos busca contribuir para una lectura fenomenológica del paisaje, involucrando definitivamente los sujetos que participan de su transformación en la interpretación del territorio que habitan.

La investigación desarrolla una metodología capaz decodificar los temas, valores y elementos del paisaje encontrados en las narrativas. La narrativa tiene la propiedad de reunir en un hilo principal una serie de lecturas distintas, cada cual con su importancia y peso propio,



de acuerdo a los diferentes contextos en que se inserten. El paisaje posee la misma propiedad, es la mirada desde un punto de vista único del sujeto, y a la vez esta colección de miradas que lógicamente actúan concretamente sobre el territorio.

2. PARATY COMO EXPRESIÓN DE LOS PARADOJOS TERRITORIALES EN LATINOAMÉRICA

A fin de problematizar el paradojo territorial actual de Paraty, invitamos al lector a una reflexión sobre temas que actúan como transversalidades en la lectura del paisaje a través de las narrativas. Mas que describir el territorio a partir de las capas tradicionales de un diagnóstico sociocultural, económico, ambiental y/o urbanístico, pretendemos aquí explorar las cuestiones que atraviesan las diversas temporalidades del paisaje; poner en relieve los conflictos y tensiones que afectan la realidad de sus habitantes.

Paraty/RJ está situada, actualmente, en la dialéctica de la conservación y transformación del paisaje, componiendo un escenario estrechamente vinculado a la preservación de la naturaleza y del patrimonio histórico. Sin embargo, las constantes presiones del desarrollo inmobiliario y turístico en el territorio, han generado una serie de transformaciones que provocan una constante nostalgia en los habitantes paratienses. Hay una pérdida de trazas originales del paisaje que se manifiesta principalmente en el modo como el nuevo tejido urbano se expande sobre la zona rural, aunque ésta guarde todavía algunas reminiscencias naturales y antrópicas que señalan el legado dejado por las generaciones pasadas.

La *herencia* aparece como tema fundamental a ser estudiado, ya que a pesar de la creación de diversas áreas de preservación del patrimonio natural y cultural, Paraty presenta una población distante de los procesos decisorios, lo que genera una falta de identificación de los habitantes con los bienes conservados. Interpretar el paisaje a partir de la *herencia* es penetrar en el fenómeno paisajístico a través de rememoraciones cotidianas de su población, vinculadas a aspectos del territorio paratiense del pasado que aún tienen resonancia en el presente.

La geografía del territorio formado por una sierra de grandes altitudes en contraste con una estrecha planicie con pequeñas bahías marítimas, ha propiciado la radicación de la población en las orillas del mar generando la cultura *caiçara* basada en la pesca. Además, la existencia de ríos provenientes de esta sierra configuran pequeños valles en torno a los cuales se ha radicado una parcela de población que desarrolla actividad rural –la cultura *sertaneja*–, basada históricamente en el trabajo de las haciendas de producción de *cachaça* (aguardiente), harina, y otros géneros alimenticios. Con el desarrollo turístico en la región a partir de la década de 1970, hubo un crecimiento periférico en torno al centro histórico situado en la costa y en los valles en dirección a la montaña. Esta nueva ola de ocupación alberga,



por un lado, las residencias turísticas de verano y por otro, una gran cantidad de viviendas irregulares caracterizadas por la falta de saneamiento, transporte público y equipamientos, entre otras deficiencias.

Los sucesivos intentos de planificación urbana y territorial de Paraty han reforzado la tendencia a la zonificación del territorio sin considerar el potencial de la relación entre la cuenca hidrográfica y la acción antrópica a lo largo del tiempo. La extensa franja de ocupación desregulada entre los entes patrimoniales –centro histórico y Mata Atlántica– que caracteriza la expansión urbana, indica conflictos entre las directrices de la Zona de Influencia del *Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina* (2000) propuestas por el IBAMA², las zonas de preservación propuestas por el IPHAN³ en la *Portaria nº 402* (2012) y la zonificación propuesta por el *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paraty* (2007).

En este sentido, los *límites* visuales, físicos y administrativos configurados por la propia condición biofísica del territorio, por la ocupación de las poblaciones y por las acciones de planificación ambiental, patrimonial y urbanística a lo largo del tiempo, sugieren una lectura que ilustra la progresiva imposición institucional en pro de las áreas de preservación que han ido desarticulando formas de vida tradicionales en la sierra, la costa y la zona urbana. La interpretación de los límites del territorio, sus prolongaciones y umbrales de transición, surge como transversalidad emergente en un paisaje marcado por una intensa desigualdad social y económica.

La gran transformación ocurrida en Paraty con la implantación de la carretera BR101, refuerza la dialéctica entre conservación y transformación del paisaje. El patrimonio que aún existe en este territorio induce a acciones de conservación, al tiempo que ese mismo patrimonio se transforma en el principal recurso económico para la población. Por un lado el valor de la naturaleza, de la arquitectura, de las relaciones identitarias con el paisaje, y por otro, la necesidad del “desarrollo” socio-económico, del acceso al mundo globalizado y de la inserción en el mapa turístico brasileño. Los distintos puntos de vista de los actores de la ciudad –población, poder público, sector inmobiliario, sector turístico, entidades gubernamentales y no gubernamentales– al respecto de la preservación del patrimonio cultural y ambiental, transforman a Paraty en un tablero de contradicciones, que se manifiesta continuamente en el paisaje.

La *ambigüedad* se revela entonces como transversalidad en el fenómeno paisajístico, ya que la población vive cotidianamente en un territorio rico en diversidad y complejidad que es constantemente afectado por las imposiciones del capital inmobiliario y turístico, que desestructura el paisaje desde el punto de vista fenomenológico. Asumir la ambigüedad en el paisaje de Paraty significa avanzar en la búsqueda de un desarrollo urbano y territorial que

² IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

³ IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional



reconozca las trazas del pasado, pero que atienda las demandas futuras de un presente pleno de disonancias que reflejan las dificultades para planificar el territorio.

Como delimitación territorial para la investigación se elige el valle del río Perequê-Açu que funciona como el hilo conductor que define diferentes territorialidades en la transición entre los ámbitos urbano y rural. El valle constituye la máxima complejidad del territorio de Paraty, y es donde quedan más expuestas las tensiones entre las matrices histórica, ambiental, antrópica y política, pues se conecta con todo el paisaje del municipio por su carácter simbólico e identitario.

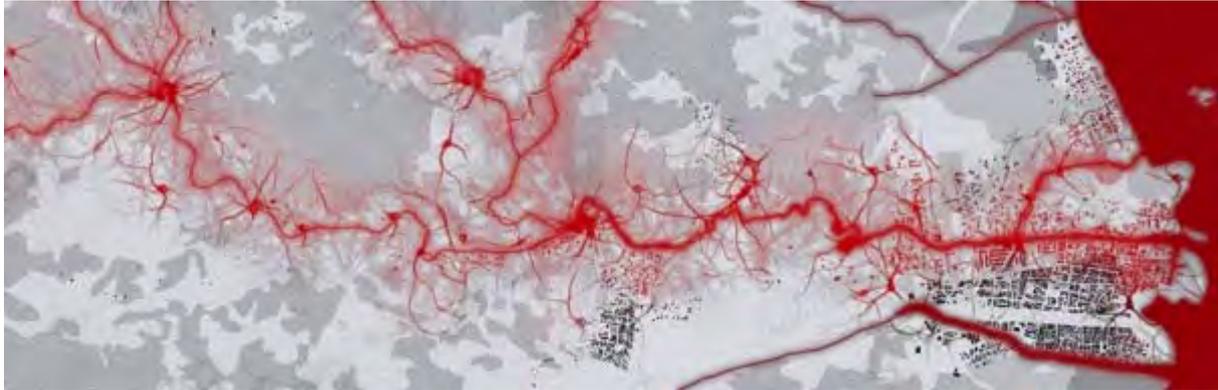


Figura 01: El río como hilo conductor de distintas territorialidades . Fuente: co-autoría de Daniele Caron y Gianluca Perseu.

Con cambios territoriales decisivos, a partir de la abertura de la carretera litoral – BR-101, el paisaje sufrió una ruptura identitaria, ya que la lógica del desarrollo económico depreda y altera sustancialmente su forma, funcionalidad y estructura. El mercado inmobiliario y la industria turística imponen dinámicas que descomparan los ritmos de cambio de la sociedad y sus estructuras físicas de soporte, modificando los valores simbólicos del paisaje allí existentes. La delimitación temporal de esta investigación –últimos 50 años– busca interpretar el paisaje a partir del impacto de este cambio, que si bien aumenta la movilidad terrestre hacia Paraty comunicándola directamente con el resto del país, también atrae un tipo de desarrollo que depreda el decoro paisajístico y la identidad de las comunidades locales.

3. DECODIFICAR LAS NARRATIVAS DEL PAISAJE

3.1. El modo de narrar

Para la producción de las narrativas sobre el paisaje del valle del río Perequê-Açu en Paraty, procedimos al estudio del método etnográfico y al reconocimiento de las redes comunitarias, definiendo un modo de inserción en campo. El proceso de elaboración de narrativas sobre el paisaje se encuadra en la investigación etnográfica enfocada en la relación entre sujeto e investigador. En este sentido, el investigador forma parte del proceso, su atención y escucha son las principales herramientas para que la narrativa se desarrolle del modo más natural posible.



A través de las primeras inserciones en las redes comunitarias locales, seleccionamos ocho sujetos narradores para la producción de los relatos sobre la transformación del paisaje del entorno urbano rural del valle del río Perequê-Açu. Los criterios para la selección de los narradores han sido: [1] la delimitación espacial de la tesis –la vivencia cotidiana de Paraty relacionada directa o indirectamente con el río Perequê-Açu, tanto en su ámbito rural como urbano–; [2] la delimitación temporal de la tesis –sujetos nacidos antes o en la misma época de la construcción de la BR-101, hecho que marcó profundamente el cambio de paradigma ambiental, social, cultural y económico del territorio.

Durante el tiempo de investigación de campo, desarrollamos la relación con cada narrador por medio de dos o tres encuentros, fomentando la relación de confianza y profundizando la interpretación del paisaje a partir de las memorias y experiencias vividas por cada uno. A partir del momento en que las narrativas se empezaron a repetir, hubo una saturación de la información sobre el proceso de conservación/transformación del paisaje, y no fue necesaria la incorporación de más sujetos en el proceso.

El método etnográfico supone la predisposición del investigador para experimentar esa sensibilidad emocional que le permita adentrarse en las espesas capas de los motivos e intenciones que conforman las interacciones humanas, exigiendo cierta habilidad para internarse en la vida cotidiana del grupo investigado.

De acuerdo con Rocha y Eckert (2008, p. 14) “el método etnográfico se define por las técnicas de entrevista y observación del participante, complementarias a los procedimientos e importantes para que el investigador logre adecuar sus inquietudes estrictamente académicas a la trama de la vida social que investiga”. De modo que el tipo de entrevista elegida debe ser de carácter abierto y libre, como interacciones en las que predominen los mutuos intercambios de conocimiento.

Para la producción de los relatos la principal referencia metodológica fue la entrevista narrativo–episódica de Flick (2007) que consiste en la formulación de una pregunta generadora de la narración. La entrevista narrativo–episódica pone de relieve un conocimiento episódico asociado a las experiencias, situaciones y circunstancias concretas, y un conocimiento semántico, basado en conceptos que emergen desde esas experiencias y se generalizan. A partir de las ocho narrativas realizadas, los textos fueron transcritos y analizados en primer lugar, siguiendo estos dos grandes grupos: episódico y semántico, siendo que este último era la parte que realmente interesaba para la interpretación del paisaje como concepto fenomenológico.

Las etnografías del paisaje remiten al tono autobiográfico, en el que el sujeto imprime en su narración una historia de vida constantemente marcada por hechos de sus antepasados y por expectativas futuras. Arfuch explica que “lo autobiográfico no remite solamente al relato personal de las vicisitudes en orden a las cronologías, sino que es también la mirada sobre



los otros, los diálogos que podemos sostener con ellos, el discurrir de la experiencia en el tiempo y el espacio” (ARFUCH, 2013, p. 35). Al compartir el tiempo del relato con el narrador, el investigador debe sumergirse en la semántica del texto con el fin de obtener los temas/conceptos que incorporen nuevos puntos de vista para la interpretación del territorio en clave de paisaje.

3.2. El modo de interpretar

A partir de la transcripción de las narrativas en soporte escrito se inicia la etapa metodológica más compleja y desafiante de la investigación: el análisis textual discursivo. Este método opera con significados construidos –temas– a partir de un conjunto de contenidos que constituyen significantes –narrativas– a los cuales el analista debe atribuirles sentidos y significados.

De acuerdo con Moraes y Galiazzi (2007), el análisis textual discursivo puede ser comprendido como un proceso auto organizado de construcción de la comprensión de un fenómeno a partir de una secuencia recursiva de tres componentes: la deconstrucción del texto llamada *fragmentación*, el establecimiento de relaciones entre los elementos unitarios denominado *categorización*, y el *metatexto*, en que la nueva comprensión es comunicada y validada.

La etapa de fragmentación consiste, precisamente, en separar el contenido semántico del contenido episódico em el relato de cada narrador. Este movimiento hace emerger conceptos implícitos al relato, también relacionados a los temas que interesan a la comprensión de los territorios contemporáneos y del paisaje específico del territorio de estudio. Es la fase de apertura a la interpretación del investigador, para la cual los relatos consisten en un *corpus* que debe ser fragmentado en unidades de análisis que constituyen elementos de significado relativos al fenómeno estudiado, y que deberán generar el proceso de categorización.

La categorización genera el establecimiento de relaciones entre las unidades de análisis, combinándolas y clasificándolas; reúne las unidades de análisis ya definidas en la formación de conjuntos que se relacionan por proximidad de significación, resultando en un sistema de categorías. Este proceso implica nominar y definir categorías cada vez con mayor precisión, en la medida que se constituyen a través del retorno cíclico a los mismos elementos, en el sentido de la construcción gradual del significado de cada categoría.

A partir del proceso de fragmentación, las unidades de análisis fueron reunidas en un sistema de categorías, y que se han vinculado a través de una *matriz narrativa para cada narrador*. Con base en los estudios de la estructura de la narrativa propuesta por Barthes y Kundera se ha establecido la categoría *tema*; los estudios de paisaje de Raffestin (2005) y Scazzosi (2006) generan la categoría *valor*, y los estudios narrativos sobre el tiempo y el



espacio de Bajtin (1989) originan la categoría *elementos del cronotopo*, que a su vez son también agrupados en *categorías del cronotopo*.

Los *temas* son conceptos implícitos en los fragmentos narrativos. La *herencia*, los *límites* y la *ambigüedad* son temas que subyacen en las narraciones sobre el paisaje de Paraty y se constituyen como transversalidades relativas al discurso sobre la transformación del territorio en la contemporaneidad. Obviamente, a estos temas se les pueden agregar algunos más, de acuerdo con la interpretación e interés científico de cada investigador. Aquí es interesante comentar que los temas constituyen la categoría más novedosa de esta investigación, precisamente por funcionar como un concepto que organiza el relato transversalmente. De acuerdo con Barthes (1977, p. 75-76) estos conceptos son llamados indicios integradores, que corresponden a sanciones paradigmáticas de la narrativa. Kundera (1996, p. 105 y 106) también se refiere a la semántica del discurso cuando habla sobre los temas como “categorías existenciales de la narrativa, sin los cuales la misma no necesitaría existir”.

Los *elementos del cronotopo* se refieren a la parte física y material del paisaje, representan la estructura bidimensional del tiempo y del espacio que aglutina memorias y referencias culturales del mismo. Los elementos del *cronotopo* son la propia estratificación del tiempo en el espacio, generalmente acompañados de algún tipo de valoración por parte del narrador. La diversidad de elementos requiere otro nivel de categorización que los agrupe por tipos según su morfología, uso y percepción, las denominadas *categorías de elementos del cronotopo*, que en este estudio se dividen en: naturaleza, construcciones, trazados, caminos y lugares. Vale recordar a Bajtin (1989) que explica el *cronotopo* como la relación esencial entre las dimensiones espacial y temporal cuya función es organizar el argumento de la narrativa.

Cuando el sujeto narra sobre su vida desarrollando temas concernientes al paisaje utiliza diferentes *valores* para demostrar su relación con este o aquel elemento del *cronotopo*. Los valores cambian de acuerdo con los diferentes puntos de vista que varían y a veces se contradicen a lo largo de la narrativa. Scazzosi (2006, p. 283) explica que no hay unanimidad en el estudio, identificación y descripción del paisaje, así como tampoco existe ningún sistema de valoración, que, en la actual articulación de las culturas y políticas, sea capaz de aportar un consenso general. En esta investigación los valores se definen como: estético, ambiental, productivo, histórico, uso social e identitario.

En este sentido, proponemos la construcción de un ideograma (Figura 02) que expresa las etapas de la metodología, desde la recopilación del conocimiento semántico extraído de las narrativas, hasta la interrelación de las unidades de análisis, transformadas ahora en categorías.

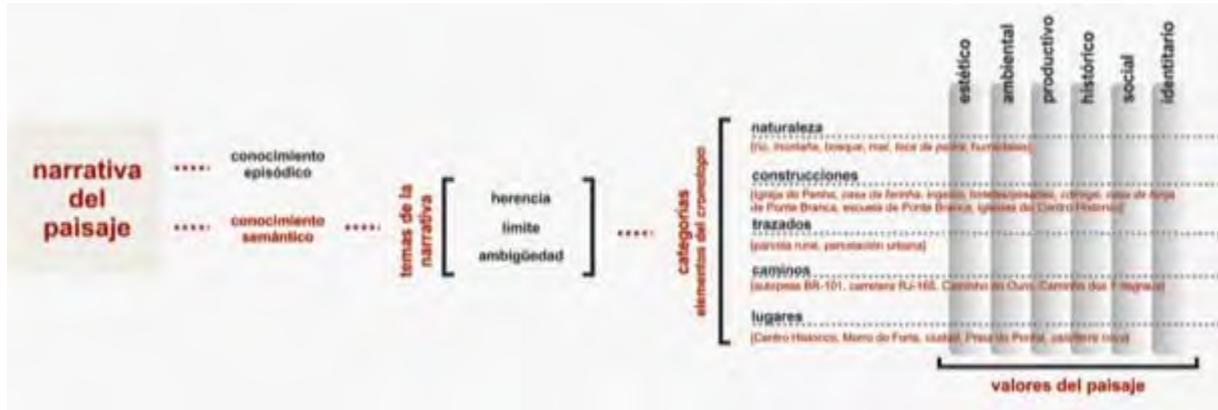


Figura 02: Diagrama del recorrido metodológico. Fuente: Daniele Caron

El conjunto de matrices de los sujetos generó la *matriz narrativa síntesis*, en la cual está presente la suma de las valoraciones de cada narrador en una síntesis interpretativa. La cuantificación de los valores para cada elemento del *cronotopo* ha producido un resultado diferenciado para cada tema del paisaje. La *matriz narrativa síntesis* posibilita lecturas transversales, es una herramienta abierta siempre a nuevas lecturas. En el caso de esta investigación, entre las transversalidades posibles, la interpretación se ampara en los elementos y categorías más valorados del *cronotopo* por tema, por abarcar todas las categorías y reforzar los temas como categoría central de la narrativa del paisaje.

3.3. El modo de expresar

A partir de la fragmentación y categorización se construye la estructura básica del metatexto del paisaje narrado. Establecidas las categorías es la vez de definir puentes entre ellas, investigando posibles secuencias de organización, siempre en el sentido de expresar con mayor claridad las comprensiones alcanzadas sobre el fenómeno del paisaje.

De acuerdo con Moraes y Galiuzzi (2007, p. 32) la producción del metatexto se caracteriza por su permanente inconclusión y por la necesidad de una crítica constante. Es parte de un conjunto de ciclos de investigación en el cual, a través de un proceso recursivo de explicitación de significados, se pretende alcanzar una comprensión cada vez más profunda sobre el fenómeno investigado. De modo que las otras transversalidades de la matriz general pueden, en cualquier momento, ser utilizadas para complementación o incluso como crítica al metatexto elaborado.

Los metatextos, en su conjunto, representan un modo de teorización del fenómeno explicado. La expresión de esta nueva información sobre el paisaje se da a partir de una construcción cartográfica basada en la *matriz narrativa síntesis* de temas versus elementos versus valores del paisaje. La definición del uso de la cartografía se da en función del potencial de interlocución con la planificación urbana y territorial.

En este sentido, desarrollamos *cartografías de intensidad de valoración del paisaje*. Para cada tema del paisaje –herencia, límites y ambigüedad– han sido elaboradas dos



cartografías, una para la representación de los elementos del cronotopo más valorados, y otra para representar una escala de valoración de las categorías de los elementos.

En las *cartografías de intensidad de valoración de los elementos del cronotopo*, el objetivo ha sido la representación de los elementos más valorados y más recurrentes en los relatos producidos por el conjunto de narradores. Para tanto utilizamos 2 grados de intensidad cromática teniendo en cuenta que hay elementos representados por pictogramas, por líneas y otros por tramas.

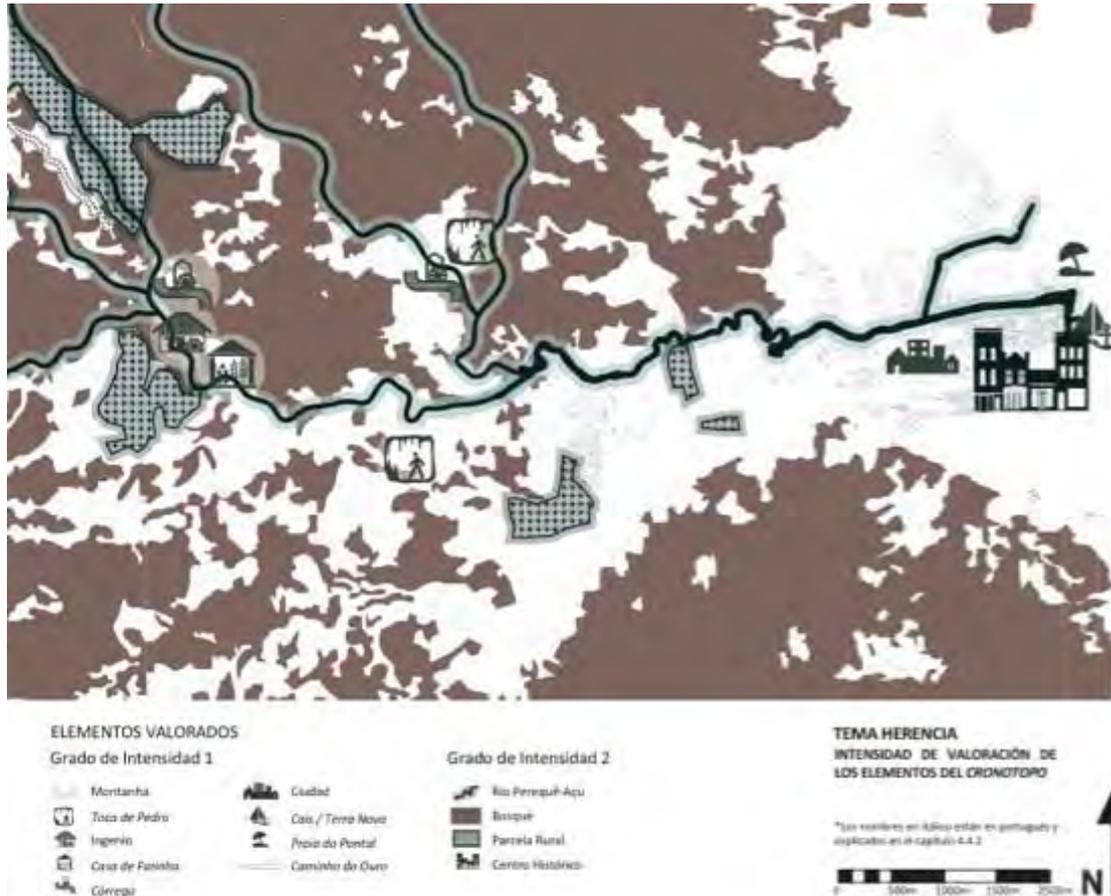


Figura XX: Cartografía de intensidad de valoración de los elementos del cronotopo para el tema HERENCIA.. Fuente: co-autoría de Daniele Caron y Paulo Carvalho.

Al observar la matriz, hemos concluido que también valía la pena producir cartografías para representar la intensidad de valoración de las diferentes categorías de elementos, pues para cada tema también tendríamos un resultado diferenciado. Para este caso utilizamos una escala de colores que fueron desde el más cálido (rojo) para las categorías más valoradas, hasta una coloración más fría (azul) para las menos valoradas; de modo que cada color representa el conjunto de elementos de cada categoría, según hubiera sido más o menos valorada para cada tema del paisaje.

La interpretación de las cartografías de intensidad de valoración del paisaje, genera los *argumentos aglutinadores* relativos a los temas (principal unidad de análisis de las



narrativas), que tienen como objetivo fundamentar los metatextos sobre el paisaje fenomenológico. El metatexto se construye a partir de los resultados de la investigación y consiste en la relectura de la *matriz narrativa síntesis* en forma de cartografía, como modo de describir e interpretar la narrativa del paisaje, buscando articular los fragmentos de las narrativas en nuevas proposiciones.

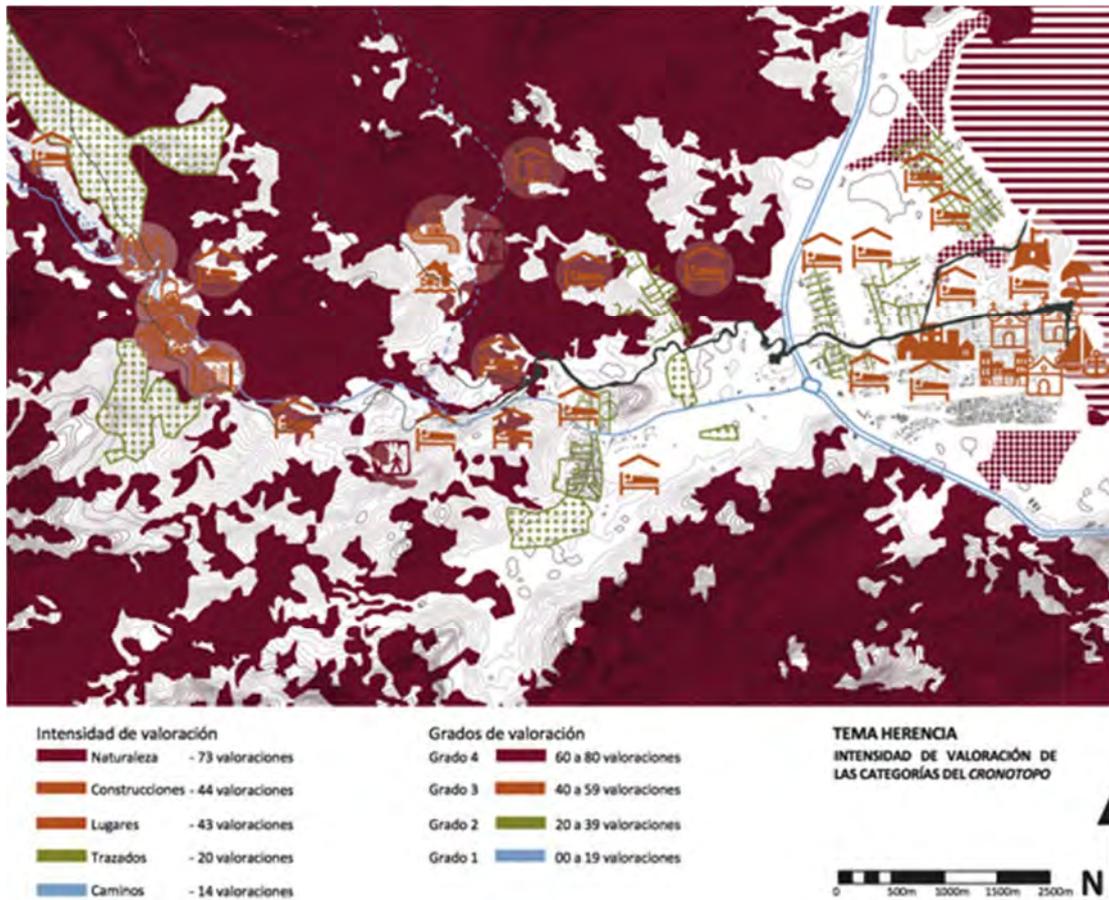


Figura XX: Cartografía de intensidad de valoración de las categorías del cronotopo para el tema HERENCIA.. Fuente: co-autoría de Daniele Caron y Paulo Carvalho.

La creación/interpretación de los argumentos aglutinadores busca ofrecer una relectura del paisaje narrado, en la cual se conserve la esencia de la interpretación de los sujetos narradores. En el análisis de las narrativas del paisaje de Paraty, la elaboración del metatexto con los argumentos aglutinadores mencionados representa “la esencia de la teorización del investigador sobre el fenómeno que analiza”.

Finalmente, la última etapa de la metodología es la elaboración de coreografías del paisaje narrado en el metatexto. Las coreografías, término acuñado por Llop (2013, p. 89), sugieren una ampliación de la representación del paisaje que abarque su carácter fenomenológico; o, como explica el autor, “una representación estratégica que reúne cartografías, *timelines*, diagramas, fotografías y otras experimentaciones como forma de acercarse a la experiencia vivida por la gente del lugar.”



Las coreografías del paisaje de Paraty, basadas en los argumentos aglutinadores del metatexto del paisaje narrado e interpretado, buscan conducir el lector por nuevos senderos de la representación. De acuerdo con cada tema, las coreografías son construidas como sistemas abiertos que buscan en un primer momento representar el proceso de percepción y valoración del paisaje por parte de los narradores, a través de la intensidad de los valores más influyentes en la percepción, de la intensidad de valoración de las categorías del cronotopo, así como de las imágenes de los elementos referentes a estas categorías, vinculadas con su localización en la cartografía. En un segundo momento, representamos el argumento aglutinador del tema del paisaje a través de una mezcla entre la perspectiva tridimensional del territorio, la cartografía y los diagramas que ponen en evidencia el proceso de transformación del paisaje de acuerdo con las diferentes temporalidades que se superponen en el territorio.

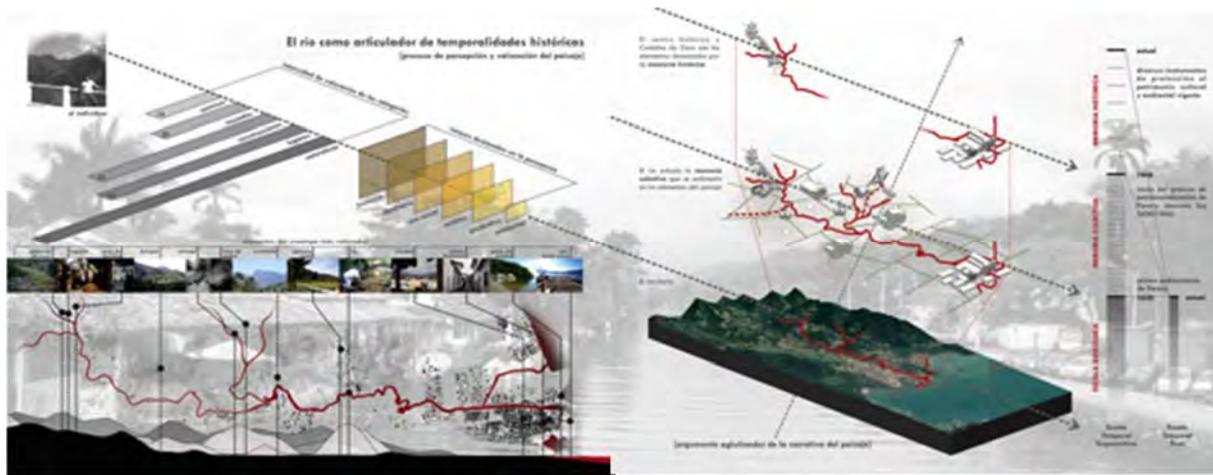


Figura XX: Coreografía del paisaje narrado para el tema HERENCIA.. Fuente: co-autoría de Daniele Caron y Gianluca Perseu.

Las coreografías del paisaje buscan representar el proceso de interpretación del fenómeno por los sujetos narradores y, a la vez, el argumento aglutinador que explica cada tema del paisaje de Paraty. A través de estas coreografías, ha sido posible visualizar los resultados de la investigación relativos al territorio de Paraty, cuyo río posee gran potencialidad como elemento articulador para acciones de la planificación urbana y territorial.

4. EL PAISAJE A TRAVÉS DE LAS NARRATIVAS COMO SISTEMA ABIERTO

Entendemos que el paisaje es un concepto fenomenológico que permite interpretar el territorio. El estudio del fenómeno a través de las narrativas facilita un acercamiento a experiencias vividas que pueden, a través de los argumentos encontrados en los relatos,



indicar estrategias para la planificación urbana y territorial. Aunque sean diversas las posibilidades metodológicas de incorporación de la experiencia vivida de la población en procesos de valoración del paisaje, no se puede prescindir de la relación directa con las personas, buscando siempre maneras de leer el fenómeno a partir de sus múltiples puntos de vista.

Con base en el estudio de caso de Paraty, constatamos que el desarrollo de los *temas* implícitos en las narrativas en forma de metatexto aporta nuevos conocimientos sobre el territorio interpretado en clave de paisaje. Más que nada levanta cuestiones sobre procesos ya sedimentados en la cultura de planificación del territorio, como la patrimonialización del paisaje con el abandono de la memoria colectiva (tema *herencia*), la exagerada zonificación que responde a procesos de planeamiento en los que se ignoran las tensiones existentes entre las diferentes zonas (tema *límite*), y la banalización del paisaje cuando rompe con sus estructuras identitarias para dar lugar a acciones del mercado inmobiliario y turístico que están al servicio del capital (tema *ambigüedad*).

Las problemáticas aquí referidas sobre patrimonialización y banalización del paisaje y el exceso de zonificación territorial deben revelarse en las coreografías. Es fundamental que la coreografía coloque en jaque la tensión entre las territorialidades que se construyen con base en la alteridad entre el sujeto y el territorio, y las territorialidades impuestas por fuerza de ley que implican una pérdida de los valores simbólicos del paisaje, indicando estrategias de cambio que asuman la complejidad de las tensiones actualmente visibles en los territorios contemporáneos.

Todas las coreografías indican la valorización de la cuenca del río Perequê-Açu como articuladora de los diversos elementos que componen el paisaje, constituyéndose como un eje que potencializa la relación entre los ámbitos urbano, rural y de protección cultural y natural de Paraty. Pensar en la cuenca del río como un eje fundamental para la planificación urbana y territorial significa valorar la experiencia vivida por los sujetos y atender su demanda por una mejor calidad de vida en el territorio. Si el paisaje es un estatuto compartido entre la comunidad y su territorio (LLOP, 2011), parece evidente que las decisiones sobre su planificación y gestión asuman a la población como protagonista de las transformaciones que vendrán. Esta explicación abierta del paisaje según las narrativas, podrá aparecer como auténtica memoria o texto cultural, en el que la planificación del territorio puede situar sus múltiples raíces.

REFERÊNCIAS

ARFUCH, L. *Memoria y autobiografía: exploraciones en los límites*. 1ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2013.

BAJTÍN, M. *Teoría y estética de la novela*. Madrid: Taurus, 1989.



- BARTHES, R. Introducción al análisis estructural del relato. In: NICCOLINI, S. comp. *El análisis estructural*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1977, p. 65-101.
- BERQUE, A. Paisagem Marca, Paisagem Matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural. In: CORREA, R.L., ROSENDAHL, Z. (eds.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- BRASIL. Portaria nº 402, de 13 de setembro de 2012, dispõe sobre os critérios de preservação e regulamenta as intervenções na área do Município de Paraty/RJ, tombado em nível federal e convertido em Monumento Nacional. *Diário Oficial da União*. Brasília: DOU, 14 setembro 2012.
- FLICK, U. *Introducción a la investigación cualitativa*. Madrid: Ediciones Morata, 2007.
- KUNDERA, M. *El arte de la novela*. Barcelona: Ed. Fábula Tusquets, 2007.
- LLOP, C. De la realitat a la representació: de la cartografia a la coreografia. In: NOGUÉ, J., PUIGBERT, L. BRETCHA, G. LOSANTOS, A. (eds.) *Reptes en la cartografia del paisatge: dinàmiques territorials i valors intangibles*. Olot: Observatori del Paisatge de Catalunya, 2013.
- MORAES, R., GALIAZZI, M. C. *Análise textual discursiva*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.
- PARATY. Lei Complementar nº 034, de 09 de janeiro de 2007, Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paraty.
- POTTEIGER, M., PURINTON, J. *Landscape narratives. Design practices for telling stories*. New York: John Wiley & Sons, Inc., 1998.
- RAFFESTIN, C. *Dalla nostalgia del territorio al desiderio di paesaggio. Elementi per una teoria del paesaggio*. Firenze: Ed. Alinea, 2005.
- ROCHA, A.L.C., ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, C., GUAZZELLI, A. B. (orgs). *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.
- SCAZZOSI, L. Valorar el paisaje. In: MATA, R. TARROJA, A. (coord.) *El Paisaje y la gestión del territorio: criterios paisajísticos en la ordenación del territorio y el urbanismo* Barcelona : Diputació de Barcelona, Xarxa de municipis, 2006.

**GT 07 – CIDADES E TRANSFORMAÇÕES DO URBANO NA AMÉRICA LATINA****CONFLITOS URBANOS EM TORNO DO SANEAMENTO BÁSICO EM BELÉM:
REIVINDICANDO O DIREITO À CIDADE SANEADA**

Diego Jorge Barata Barros (UFPA)¹
19diegobarros@gmail.com

Suelen Reis da Conceição (UFPA)²
suelenreis.c@hotmail.com

Fabrcio Tavares de Moraes (UFPA)³
fabriciomoraesufpa@gmail.com

RESUMO

Frente à lógica do planejamento estratégico que impõe às intervenções de caráter urbano, cujo principal elemento é o fortalecimento da agenda “cidade enquanto elemento comercializável”, os conflitos urbanos podem ser considerados formas de resistência a essa lógica, e, sobretudo, ação coletiva de reivindicação ao direito à cidade (HARVEY, 2013). As políticas e práticas urbanas de mercantilização da cidade não viabilizam mudanças estruturais na oferta de serviços básicos, sua atuação é em favor de operações que apresentem potencial econômico e requerem uma padronização do uso do recurso em ações urbanas rentáveis. A partir dessas ações é possível identificar que as principais demandas da cidade dizem respeito a serviços mínimos para garantir a cidadania (transporte coletivo, moradia, saneamento básico, saúde, segurança, etc.), e não ao consumismo de lugares, como pretende o discurso de desenvolvimento urbano. Este trabalho faz uma análise dos conflitos urbanos na cidade de Belém (PA), caracterizando-os e relacionando-os a uma discussão teórica de direito à cidade (LEFEBVRE, 2001) e concepções de cidade mercantilizada (VAINER, 2000). O estudo faz uso de uma metodologia quali-quantitativa considerando os registros do Observatório de Conflitos Urbanos de Belém no período de julho de 2016 – abril de 2017. Em Belém os conflitos urbanos têm como principal objeto de reivindicação o saneamento básico. Essas constatações sinalizam para uma cidade que tem perdido seu valor de uso, ou seja, pautado no âmbito das necessidades, em favor de uma cidade que gira em torno de valor de troca, mercantil, e o resultado econômico que dela pode ser extraído.

Palavras-chave: Conflitos urbanos, Direito à cidade, Saneamento básico

1. INTRODUÇÃO

Há tempos o conflito, enquanto categoria sociológica, tem sido revisitado para aprofundar as discussões sobre o direito à cidade, e a legitimidade das reivindicações de caráter popular.

¹Geógrafo. Graduando em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFPA. Integra o Observatório de Conflitos Urbanos de Belém (OCUB), UFPA, Brasil.

²Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, UFPA. Integra o OCUB, UFPA, Brasil.

³Graduando em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFPA. Integra o OCUB, UFPA, Brasil.



As manifestações populares que eclodiram, principalmente, em 2011 tais como a “Primavera Árabe”, “Occupy Wall Street”, e outros concentrados na Europa, também contribuíram para o resgate dos debates sobre conflito enquanto parte fundamental da sociedade, as potencialidades que nele estão expressas, e a retomada deste instrumento como forma de denunciar as desigualdades e privações na qualidade de vida sob vários aspectos.

Em Belém os conflitos são uma constante para fazer vir à tona a realidade vivida por grande parte da população. Em geral as reivindicações são mobilizadas por moradores de comunidades, com déficit em saneamento básico, na tentativa de solução dos problemas junto aos representantes do Poder Municipal e/ou Estadual. Direcionar o olhar para essa realidade, e, para as formas como a sociedade vêm lutando em favor de seus direitos, é indispensável para a compreensão dos fenômenos urbanos e a lógica de construção das cidades contemporâneas.

Posto isso, ressalta-se que a pesquisa fará uso de uma metodologia quali-quantitativa, analisando parte dos dados do Observatório⁴, mais especificamente o conflito que aparece com maior incidência, neste caso o conflito em torno do saneamento básico na cidade, e sua importância dentro de um debate sobre as diretrizes neoliberais de construção do espaço urbano, fortalecidas, cada vez mais, na atualidade, que privilegiam os investimentos em requalificação dos espaços urbanos para o capital global e o consumo desses lugares, em detrimento aos investimentos aplicados em políticas públicas, voltadas para suprir os princípios básicos garantidos pela Constituição Federal de 1988 (energia, água, educação, moradia, saneamento básico, transporte, etc.).

Destarte, o trabalho está organizado de modo que, no primeiro momento, apresentamos parte da discussão teórica e conceitual que tem sido feita a partir da categoria Conflito. Essa discussão é fundamental para entender a categoria em sua forma ampliada, considerando os sentidos e significados nela contidos. A partir de autores como David Harvey, Henri Lefebvre e George Simmel é possível estabelecer algumas das características do conflito sob um prisma sociológico, bem como sua importância nas discussões contemporâneas sobre a concepção de direito à cidade.

Expondo parte deste debate, avançamos, num segundo momento, para a articulação com o cenário de conflitos urbanos na cidade de Belém evidenciado, em grande medida, a partir da base de dados do Projeto Observatório de Conflitos Urbanos de Belém. O registro sistemático dos conflitos urbanos que se manifestam em Belém possibilita uma

⁴No decorrer do trabalho, faz-se o uso da palavra Observatório para referenciar o Projeto Observatório de Conflitos Urbanos de Belém.



leitura da cidade, e, principalmente, inferir sobre os principais objetos⁵ quem têm sido reivindicados tomando o conflito como instrumento para visibilizar as negações ao direito à uma cidade que garanta oferta e acesso a serviços básicos a população.

Por fim, apresentamos, no terceiro momento, a incidência dos conflitos urbanos em Belém em torno do Saneamento Básico, localizando essa realidade num cenário macro, da cidade contemporânea, de investimento público-privado em intervenções urbanísticas com possibilidade de retorno para o capital financeiro, em detrimento de políticas urbanas que garantam, por parte da população, acesso a serviços básicos.

2. CONFLITO URBANO E DIREITO À CIDADE

O conflito, enquanto conceito, implica distintas interpretações, construções e aplicações teóricas, dado o caráter interdisciplinar do conceito e o tratamento diversificado que recebe em áreas distintas. Mesmo na Sociologia, o conceito tem sido discutido num grau de polarização: entre aspectos negativos da vida social que esse fenômeno desencadearia, e a importância do conflito nas interações sociais e no estabelecimento de um mesmo plano situacional, que impõe um nivelamento, de forma que enseja uma superação de dessemelhanças (ALCANTARA, 2005).

Analisar o conceito por um viés semântico é uma das possibilidades de compreender as diferenciações teóricas existentes para conceituar conflito. Em termos gerais, a palavra conflito está imbricada de aspectos negativos, que sugerem somente perdas - tensões, insegurança, etc. - nas situações em que o conflito se manifesta, essa interpretação justifica as tentativas de neutralizar e deslegitimar a ocorrência dos conflitos. Para além dessa interpretação, estabelecemos uma análise, ainda que preliminar, das acepções acerca do conflito, percorrendo um campo teórico-conceitual cujas as perspectivas são próximas, de modo que se apresentam as preposições positivas nos desdobramentos que decorrem dos conflitos.

George Simmel (1964) afirma que o significado sociológico do conflito, em princípio, nunca foi questionado, todavia as “sociações” advindas do conflito são tratadas como paradoxais dentro desse mesmo campo. Como toda interação social constitui sociação, o conflito, recorrente interação social que, salienta-se, não pode ser exercida por um único indivíduo, pressupõe imediatamente sociações, como defende o autor:

Conflito é, portanto, destinado a resolver dualismos divergentes, é uma maneira de conseguir algum tipo de unidade, mesmo que seja através da aniquilação de uma das partes em litígio. Isto é aproximadamente paralelo ao fato de que ele é o sintoma mais violento de uma doença que representa

⁵Terminologia do Observatório para referenciar a CAUSA que se apresenta, como principal, nos conflitos urbanos.



o esforço do organismo para se libertar de distúrbios e danos causados por eles. (SIMMEL, 1964, p.13)

Nesta direção, o conflito é parte fundamental para possibilitar arranjos sociais de construções, destruições, e reconstruções de estruturas, projetos, espaços, dinâmicas, etc. Para o caso dos conflitos urbanos⁶, objeto deste trabalho, este sentido aparece como possível e concreto, posto que a ocorrência dos conflitos dessa natureza é motivada pela necessidade de mudanças nas condições de vida no espaço urbano. O conflito urbano apresenta outra característica que está dimensionada na interpretação simmeliana: sua capacidade de produzir resultados e, em razão disto, seu significado enquanto algo socialmente construtivo.

Essa atribuição justifica, em parte, a incidência do conflito urbano como meio, utilizado pela população de determinadas áreas da cidade, para revelar situações que não aparecem no campo ideal de cidade. Desta forma, o conflito urbano caracteriza-se como agenciador da movimentação, irrompendo com um cotidiano já estabelecido, superando a imposição da lógica atual de construção da cidade fragmentada, de rejeição as necessidades básicas para acessar esta cidade, revelando as fragilidades que se impõe aos que vivem a cidade em sua rotina.

A realidade dos conflitos urbanos em Belém é chave também para estabelecer dialogo com Henry Lefebvre, e sua teorização sobre o direito à cidade. Em sua discussão, Lefebvre salienta o fator Conflito para definir o escopo que ele apresenta com “Ciência da Cidade”:

Se algum teórico vê na cidade o local dos confrontos e das relações (conflitantes) entre desejo e necessidade, entre satisfação e insatisfação, se ele chega até a descrever a cidade como “lugar do desejo”, essas determinações serão examinadas e levadas em consideração. (LEFEBVRE, 2001, p.63)

Em Lefebvre o Conflito é um elemento indispensável para pensar sua perspectiva de direito à cidade, posto que essa acepção diz respeito exatamente a práxis dos indivíduos que vivem a cidade cotidianamente, tentando romper com a lógica tecnicista de construção do espaço urbano. O conflito urbano é mobilização pelo direito à cidade, e, no caso de Belém, mais especificamente por uma cidade saneada.

Esse fluxo de reivindicação é atuação direta e incisiva, que para o autor, é um dos fenômenos capazes de alterar a forma enrijecida e segregada da cidade contemporânea.

⁶Entende-se por conflito urbano todo e qualquer confronto ou litígio relativo à infraestrutura, serviços ou condições de vida urbanas, que envolva pelo menos dois atores coletivos e/ou institucionais (inclusive o Estado) e se manifeste no espaço público (vias públicas, meios de comunicação de massa, justiça, representações frente a órgãos públicos, etc). Conceituação estabelecida para os estudos no âmbito do Observatório de Conflitos Urbanos de Belém.



Nesse fluxo, os indivíduos rompem com as determinações de sujeito objeto, e se impõem enquanto sujeitos sociais. Segundo Lefebvre, o direito à cidade é a superação das projeções de uma cidade não vivenciada. Revelar as demandas da cidade, por meio do conflito urbano, caracteriza parte desse rompimento, considerando que essa movimentação é protagonizada pelo proletariado, que, de acordo com o autor, é quem tem a missão de “realizar a junção do racional e do real” (LEFEBVRE, 2001).

O conflito urbano como dispositivo elementar para reivindicar o direito à cidade é também defendido por David Harvey. De acordo com o autor, o conflito não pode e nem deve ser tratado enquanto patologia social, a sua ocorrência é umas das poucas possibilidades de garantir o direito de coexistir na cidade, sendo vital que as lutas sejam unificadas e fortalecidas.

O espaço urbano na sua configuração desigual faz vir à tona contradições e “Além do mais, vivemos, na maioria, em cidades divididas, fragmentadas e tendentes ao conflito” (HARVEY, 2013, p.26) onde põe em voga divergências, ou seja, a cidade não é pautada no consenso de produção do solo urbano. A cidade exprime as relações sociais que são pautadas no modo de produção capitalista, mas cabe a nós, enquanto indivíduos e coletividade, sustentar outros projetos de construção de cidade, e de “liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades” (HARVEY, 2013, p.25). Reprimir o conflito é negar a existência das desigualdades expressas em um espaço de disputa como a cidade.

Outro significado característico dos conflitos urbanos é sua simbologia, Harvey salienta que:

Ele mostra como o poder coletivo de corpos no espaço público continua sendo o instrumento mais efetivo de oposição quando o acesso a todos os outros meios está bloqueado. A praça Tahrir mostrou ao mundo uma verdade óbvia: são os corpos nas ruas e praças, não o balbucio de sentimentos em redes sociais, que realmente importam. (HARVEY, 2011, p.60)

Essa dimensão do conflito urbano é revertida de importância à medida que permite reversões das privatizações conduzidas atualmente nos espaços urbanos. Essa retomada do espaço público é também uma retomada da consciência cidadã sobre as relações de poder que, em muito, estabelecem as diretrizes de intervenções no espaço urbano, primando por interesses privados em detrimento do interesse público. Fazer do espaço público um bem comum, controlado pela coletividade, denota a capacidade da sociedade em exigir, do poder público, intervenções racionais do ponto de vista da funcionalidade e da democracia para a cidade.

A partir dessa breve revisão teórica, salienta-se parte da importância sociológica contida no debate sobre Conflito. Como defende Simmel, a unidade social não se constrói na



harmonização, na inercia, ela está submersa em eventos de conflitos. A harmonização irrestrita de um grupo está no plano ideal, e não descreve realidade social nenhuma, são as divergências e convergências, imbricadas nas relações sociais, que garantem a vitalidade e organicidade a sociedade.

Nesta leitura, o conflito urbano caracteriza um cenário de transformações imprescindíveis para requerer o direito à cidade, é uma insurgência reveladora das condições concretas de vida, e, por isso, primordial para reivindicar aquilo que não aparece no plano da cidade idealizada pelo tecnicismo-burocrata.

3. OBSERVATÓRIO: **revelando a cidade através do Conflito Urbano**

Como mencionado anteriormente, o trabalho faz uso de dados registrados pelo Observatório de Conflitos Urbanos de Belém. O Observatório, por sua vez, integra uma rede nacional – e internacional, considerando atividades desse tipo em cidades da América Latina; Quilmes (Argentina), Medellín (Colômbia) – de Observatórios, cujo principal objetivo é o registro sistemático de conflitos urbanos para formulações analíticas sobre as tendências e as conflitualidades que emergem a partir de manifestações coletivas no espaço público das cidades.

É na conflitualidade cotidiana, e não apenas, nem principalmente, nas explosões e crises, que podem ser encontradas e lidas as dinâmicas sociais através das quais, se assim se pode dizer, nossas cidades falam. E elas falam múltiplas linguagens, mesmo porque, como desde os anos 20 ensinou a Sociologia Urbana de Chicago, densidade e heterogeneidade fazem a cidade. É por esta razão que o estudo da conflituosidade urbana oferece rica chave para a leitura da realidade e dinâmicas urbanas.⁷

As formulações possíveis através de um quadro sistemático de informações sobre o que é objeto de reivindicação no espaço urbano podem ser apropriadas pela sociedade de várias formas, destacamos o uso dessas análises no espaço acadêmico, e nas agendas políticas governamentais.

O Observatório de Conflitos Urbanos do Rio de Janeiro é a experiência, nacional, com maior tempo de atividade, desenvolve-se desde o ano de 1993, quando ainda era um projeto intitulado Mapa dos Conflitos Urbanos. A criação de uma plataforma online a partir do ano de 2004 – através de convênio entre a Câmara Municipal do Rio de Janeiro e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) – possibilitou o trabalho de registro contínuo, análise e divulgação dos eventos que expressam conflitos urbanos na cidade do Rio de Janeiro.

⁷Parte da justificativa apresentada no texto de apresentação do projeto elaborada em 2016.



Na cidade do Rio de Janeiro, a maior incidência dos conflitos urbanos tem como principal o objeto a Segurança Pública. Esse cenário revela uma divisão sócio-espacial na cidade dado que os conflitos se localizam em áreas de favelas, revela, ainda, a atuação pouco eficaz do Estado sobre as demandas de segurança pública reclamadas.

Em Belém, os registros evidenciam uma realidade conflituosa em torno do objeto Saneamento Básico, também confrontada por uma divisão sócio-espacial na cidade, e uma atuação pouco expressiva dos poderes públicos municipal e estadual.

Apresentamos, a seguir, parte da realidade da cidade de Belém a partir de seus conflitos, relacionando essas demandas à atual racionalidade de concepção de cidade rentável.

4. SANEAMENTO BÁSICO EM BELÉM: **um conflito urbano em evidência**

No Brasil o tratamento de água potável e despejo de resíduos em locais apropriados foram normatizados em 1971 com a criação do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA)⁸, posteriormente, previsto na Constituição Federal (1988), no artigo 21, nos incisos IX “elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social” e inciso XX “instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos” e, por fim, a Lei Nº11.445, conhecida como a Lei Nacional de Saneamento Básico:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - Saneamento básico: conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:

a) **abastecimento de água potável**: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) **esgotamento sanitário**: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) **limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos**: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) **drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas**: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

(BRASIL, 2007, grifos dos autores)

⁸ Anterior ao plano era conferido ao município autonomia na definição das políticas de saneamento.



Haja vista que para cumprir com a política de saneamento básico, conforme a União, os impostos devem ser utilizados em quatro ações no espaço urbano brasileiro. Com isso, cabe aos municípios em utilizar os recursos federais, no intuito, de que seja efetivado o acesso à cidade saneada para toda a população que tenha carência desse serviço.

A cidade de Belém do Pará, fundada no ano 1616, situada estrategicamente na península margeada pela confluência entre a Baía do Guajará e Rio Guamá, com fins de se tornar uma fortificação cujo objetivo era assegurar e defender os interesses da coroa portuguesa nos territórios colonizados do continente Americano, está localizada na região nordeste do Estado do Pará, a qual é capital. Historicamente, é possível exemplificá-la pelas relações particulares a ocupação urbana na Amazônia⁹ no que tange a moradia e segregação vide suas transformações sócio-espaciais perante os ciclos econômicos, tais como as “drogas do sertão” e a “borracha”, que têm estreitas relações com a especulação imobiliária fenômeno inerente ao modelo capitalista.

Como podemos observar, a Belém de outrora já compunha espaço de valorização imobiliária ao passo que se expandia às estreitas ruas comerciais dos bairros pioneiros e sedia lugar ao novo modelo, onde segundo Penteado (1968 B, p.258):

Esse rompimento da estrutura, então seguida pelo centro da cidade, indica, com toda certeza que novos padrões passaram a coordenar seu desenvolvimento [...] A paisagem urbana da Av. Getúlio Vargas difere completamente daquela observada no velho e acanhado centro comercial: a largura da avenida (30 metros) é três vezes maior do que a maioria das ruas do velho centro e cinco vezes mais larga do que algumas travessas desta parte de Belém; sobretudo a paisagem é muito bem marcada pelas frondosas mangueiras que conseguiram torná-la mais sombreada do que muitas das estreitas ruas anteriormente citadas e que não dispõe de arborização.

Esse novo padrão pautado em largas avenidas arborizadas expandia-se análogo às áreas mais altas do terreno e menos suscetíveis a alagamentos, qualificando-as ao crescimento urbano planejado e voltado aos mais abastados, uma vez que o sítio urbano onde está assentada a cidade de Belém é formada em grande parte pela planície de inundação, os espaços de várzea, mais baixos e desprovidos de infra estrutura foram ocupados de forma desordenada conforme a condição aquisitiva por um contingente populacional que sofre com a exclusão econômica, social, ambiental, entre outras, como resultante da própria dinâmica capitalista.

⁹Belém, assim, como outras cidades amazônicas, vivenciaram ao longo desse processo inúmeras transformações espacial e urbana, refletida nas diversas formas de apropriação e uso do solo que se caracteriza pela maneira de conceber o espaço urbano.



Atualmente, a cidade compreende uma área de 13 mil hectares abrangidos pela quantidade de 14 bacias hidrográficas¹⁰ que cortam e recortam a cidade com uma população estimada em 1.452.275 de habitantes segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017) distribuídos de forma desigual, o município compõe à mesorregião metropolitana de Belém, compreendida ainda por mais seis municípios (Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Barbara do Pará, Santa Izabel do Pará e Castanhal) os quais a expansão urbana proporcionou uma conturbação de Belém até Marituba.

O governo municipal, na política de saneamento básico, dispõe sob a Lei Ordinária de Nº 8.655 o Plano Diretor do Município de Belém, no título de saneamento ambiental, apresenta:

Art. 30 [...]

Parágrafo único. O modelo de intervenção adotado pela Política Municipal de Saneamento Ambiental Integrado deve associar as atividades da gestão ambiental, o abastecimento de água potável, o uso racional da água, a coleta e o tratamento de águas residuárias, a drenagem de águas pluviais, o manejo dos resíduos sólidos e a educação sanitária e ambiental (BELÉM, 2008).

Deste modo, observamos através do dispositivo normativo municipal que as intervenções na cidade devem ser articuladas pelas sete ações destacadas no intuito de cumprir a política de saneamento ambiental proposta pelo plano diretor do município, as quais indicam forte apelo na melhoria da qualidade do saneamento urbano.

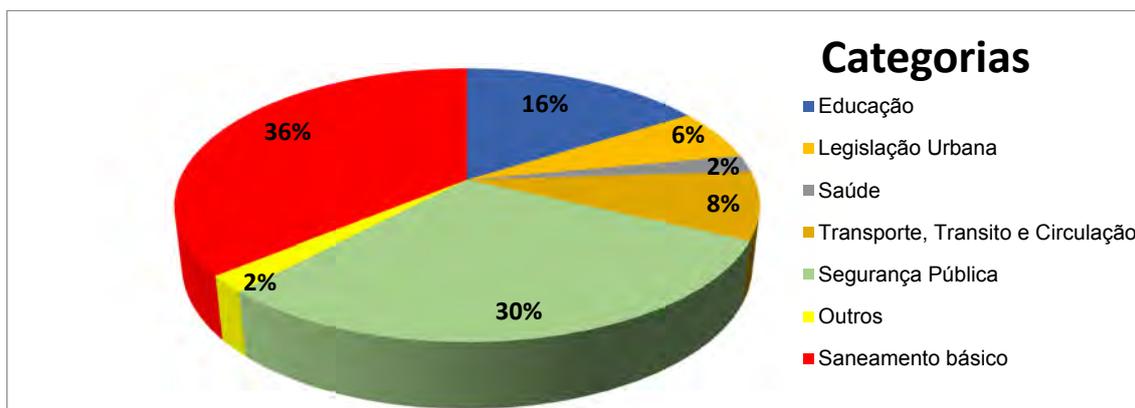
O Instituto Trata Brasil é uma organização da sociedade civil que almeja os avanços no saneamento básico e na proteção dos recursos hídricos do país. O instituto, a cada quatro anos, divulga um ranking sobre as condições de saneamento entre as 100 maiores cidades brasileiras se referenciando em dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O levantamento indica a situação do saneamento em Belém, onde figura entre as piores do país, ocupando a 87ª posição com apenas 12,7% da população que possui coleta de esgoto, 9,11% das pessoas sem acesso a água potável encanada e 1,5% com tratamento de esgoto (TRATA BRASIL, 2017).

Apresenta-se os dados coletados sobre os conflitos ocorridos no período de 01/07/2016 à 11/04/2017 de acordo com a metodologia fornecida pelo Observatório de Conflitos Urbanos de Belém e enquadrando-os aos moldes do conceito de saneamento básico supracitado, explicitam:

¹⁰Bacias: Estrada nova, Tamandaré, Reduto, Tucunduba, Murutucum, Aurá, Una, Val de Cães, Mata Fome, Arii, Cajé, Paracuri, Anani e Outeiro.



IMAGEM 2: GRÁFICO DAS INCIDÊNCIAS DOS CONFLITOS URBANOS EM BELÉM



Fonte: Autores (2017).

Como podemos observar os conflitos relacionados ao saneamento básico (36%), a segurança pública (30%), a educação (16%), o transporte, trânsito e circulação (8%), a legislação urbana (6%), a saúde (2%) e outros (2%), organizado pelo de maior proporção até o menor, respectivamente. Uma breve descrição, pormenorizada, de cada categoria exposta no gráfico acima:

- A categoria da Educação: relacionados ao acesso, localização e melhoria das unidades do sistema público de educação, condições e preços das unidades educacionais da rede particular.
- A categoria da Legislação Urbana: relacionados à alteração, aplicação, fiscalização e/ou desrespeito à legislação urbanística.
- A categoria da Saúde: relacionados ao acesso, localização e condições de atendimento nos serviços de atendimento médico, clínicas e hospitais públicos.
- A categoria do Transporte, trânsito e circulação: relacionados à mobilidade urbana, acesso, melhoria, preço ou gratuidade do serviço de transporte público, legislação, concessão, fiscalização e licenciamento de transporte público e/ou alternativo, instalação de passarelas e sinais de trânsito, e violência no trânsito.
- A categoria da Segurança Pública: relacionados à denúncias ou demandas referentes à ação policial, à ação de grupos ou empresas de segurança privada formal ou informal, política de segurança pública, ou à violência criminal.
- A categoria de Outros: agrupados todos que não se enquadravam nas demais categorias, mas que, contudo, foram considerados pertinentes e que representavam situações de conflito na cidade.



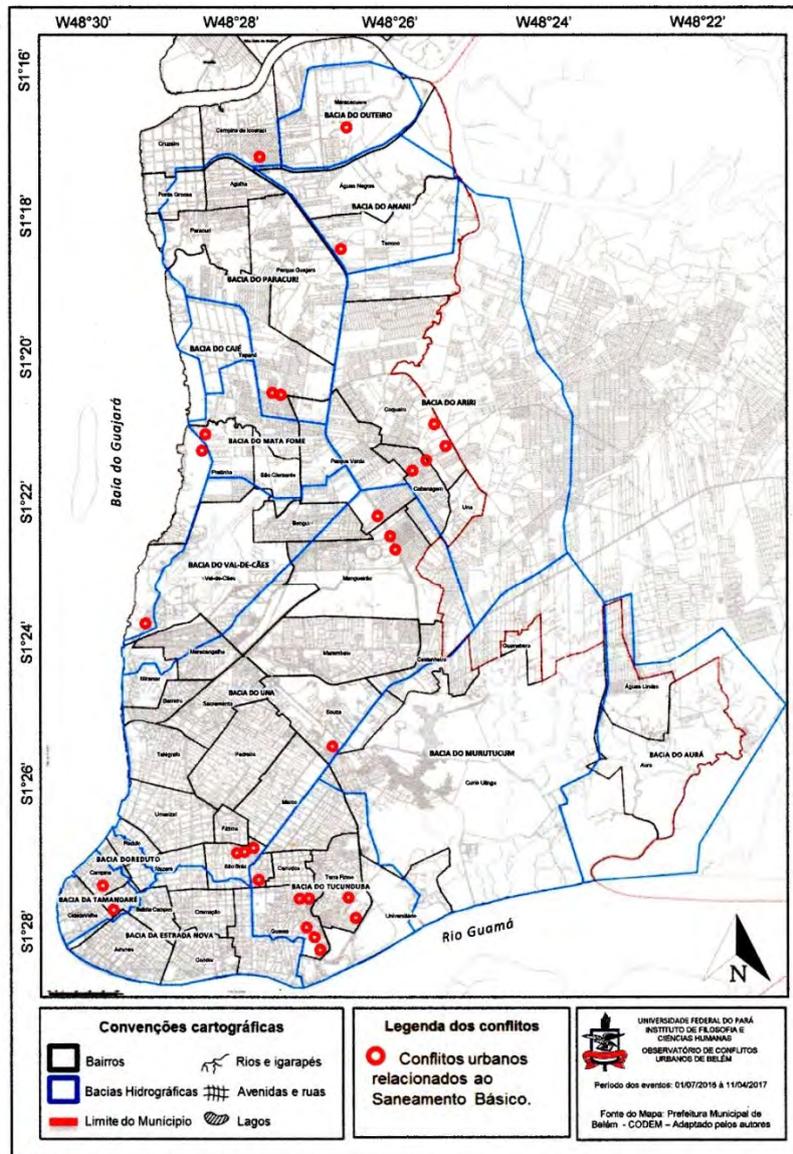
- A categoria de Saneamento Básico: relacionados à coleta, localização, tratamento e disposição de resíduos sólidos, regularidade dos serviços de abastecimento de água e esgoto, drenagem de rios e córregos e enchentes.

Constata-se que o conflito registrado em maior quantidade é o de saneamento básico. Demonstra-se o descontentamento da população quanto as políticas públicas voltadas ao saneamento básico, e que as reivindicações dos moradores para construir um projeto de intervenção em conjunto com os poderes estaduais e municipais sejam, realmente, executadas e que venha refletir no cotidiano vivido dos cidadãos afetados pela precariedade do saneamento básico nos seus locais de habitação. O conflito urbano é utilizado pelos moradores das áreas afetadas como forma de evidenciar as contradições de distribuição dos serviços e infraestruturas voltadas ao saneamento básico na cidade de Belém. Haja vista que, este materializa-se no espaço urbano por meio de fechamento de vias públicas nos próprios locais de ausência ou precariedade de saneamento no bairro, em passeatas voltadas aos locais onde ficam os prédios dos poderes municipal ou estadual, ações coletivas na justiça ou abaixo-assinados, etc. Assim, percebemos que são inúmeras as formas através das quais a cidade expõe sua desigualdade e, mais do que isso, elaborar as formas de enfrentá-la por meio da mobilização popular dos moradores afetados no seu local de vivência, onde o mesmo constrói e reconstrói o seu cotidiano vivido e que promove, por meio do conflito, o seu direito de existência digna e o seu direito à cidade saneada.

Observa-se na cidade de Belém onde os conflitos estão localizados, no que tange os bairros e as bacias hidrográficas correspondentes. Vejamos no mapa a seguir:



MAPA 1: CONFLITOS RELACIONADOS AO SANEAMENTO BÁSICO EM BELÉM



Fonte: Prefeitura de Belém – CODEM – adaptado.

Com base na análise espacial da localização dos conflitos relacionados ao saneamento básico na cidade Belém estão distribuídos assim: 1) Bacia da Estrada nova (0): nenhum conflito; 2) Bacia da Tamandaré (2): (Batista Campos – um conflito e Campina – um conflito); 3) Bacia do Reduto (0): nenhum conflito; 4) Bacia do Tucunduba (8): (São Brás – um conflito, Guamá – cinco conflitos, Terra Firme – dois conflitos); 5) Bacia do Murutucum (0): nenhum conflito; 6) Bacia do Aurá (0): nenhum conflito; 7) Bacia do Una (7): (São Brás – três conflitos, Souza – um conflito, Mangueirão – dois conflitos e Parque Verde – um conflito); 8) Bacia do Val de Cães (1): (Val de Cães – um conflito); 9) Bacia do Mata Fome (2): (Pratinha – dois conflitos); 10) Bacia do Ariri (4): (Cabanagem – dois conflitos e Coqueiro – dois conflitos); 11) Bacia do Cajé (0): nenhum conflito; 12) Bacia do Paracuri (2): (Tapanã – dois conflitos); 13) Bacia do Anani (2): (Tenoné – um conflito e Campina de Icoaraci – um



conflito); 14) Bacia do Outeiro (1): (Maracacuera – um conflito). Somando-se no total de 29 conflitos urbanos com motivações reivindicatórias para o saneamento básico.

Percebe-se que as principais bacias onde há mais incidências de conflitos estão na bacia do Tucunduba, bacia do Una e bacia do Arari. Na bacia do Tucunduba, a obra de macrodrenagem vem desde 1998 para ser finalizada, quase 20 anos, e no momento foram retomadas recentemente, mas sem o aval e participação dos moradores da área sobre os remanejamentos e sobre as alterações no projeto inicial para intervenção no saneamento básico dessa população. Já na bacia do Una, o seu processo de realização do projeto ainda não supriu as demandas da população presente na bacia, mesmo com os vários recursos de agências financeiras internacionais, suporte técnico alocados para o local, o planejamento e execução realizados pelos governos estaduais e municipais responsáveis pela obra. E por fim, a bacia do Arari como a sua jurisdição comporta o município de Belém e o de Ananindeua no âmbito territorial, então necessita de um projeto que venha concatenar os esforços de mudança no saneamento básico por parte das prefeituras municipais e o governo estadual.

No discurso institucional, como citado anteriormente, saneamento básico é política urbana elementar para garantir a qualidade de vida da população. Entretanto, os índices e conflitos urbanos relacionados ao saneamento básico na cidade de Belém dão conta da insuficiência de políticas públicas, efetivamente, construídas em conjunto com as populações existentes nestas áreas, comprometendo a saúde, e toda a dinâmica que envolve a relação com o lugar, por parte dos moradores.

A cidade mercadoria, ideologia que tem dominado o planejamento urbano, pode ser uma das chaves para explicar o baixo investimento em políticas públicas de interesse social. Conforme Carlos Vainer:

Em síntese, pode-se afirmar que, transformada em coisa a ser vendida e comprada, tal como a constrói o discurso do planejamento estratégico, a cidade não é apenas uma mercadoria, mas também, e sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solváveis. (VAINER, 2010, p. 83)

Nessa perspectiva, os investimentos na cidade centram-se, sobretudo, em áreas, serviços e obras que possibilitem retorno ao capital financeiro, considerando que as intervenções urbanas têm sido, cada vez mais, viabilizadas por financiamento de agências internacionais, que atuam com uma agenda de construção de cidade já estabelecida, prevendo lucratividade dessas intervenções.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O registro sistemático dos conflitos urbanos que tomam a cidade de Belém, ressalta a insuficiência na oferta do serviço de Saneamento Básico na cidade, convergindo com os estudos sobre índices de saneamento básico nas cidades brasileiras. Essa constatação nos permite fazer uma leitura de Belém considerando suas problemáticas e demandas, bem como, suscitar o debate sobre políticas

O resultado do trabalho contribui, também, para o debate sobre as intervenções urbanas de caráter neoliberais que são prioritárias na lógica atual de construção do espaço urbano, dado que essas intervenções garantiriam retorno de capital, fomentando a ideologia de cidade rentável. A oferta de serviços básicos a população, saneamento básico, por exemplo, não está em consonância à essa ideologia, fato que explica, em parte, o desprezo por parte do Poder Público em atuar diante de índices tão expressivos sobre esse aspecto elementar da vida urbana em Belém.

Parte da realidade da vida urbana têm sido revelada através de estudos quali-quantitativos viabilizados por instituições públicas e privadas. Todavia, consideramos e reforçamos na análise feita neste trabalho, o conflito urbano como estratégia usualmente utilizada pela população cidadina para tornar pública as demandas dos que vivem a cidade no seu cotidiano. Para além dos números, os conflitos urbanos são expressão da mobilização popular em favor do direito (fundamental) à cidade, e refletem a importância do protagonismo coletivo na construção de uma cidade funcional para as necessidades públicas.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, José O. Junior. **George Simmel e o Conflito Social**. Caderno Pós Ciências Sociais – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, v2, n. 1, 2005. São Luís: EDUFMA, 2005.

BELÉM, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos. Decretos e Leis Municipais. **Lei ordinária n.º 8.655, de 30 de julho de 2008**. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém e dá outras providências, 2008.

BELÉM, Prefeitura Municipal. **Mapa de Localização das Bacias Hidrográficas do Município de Belém**. Escala: 1:22.000, 2014. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/codem_mapas/Mapa%20%20Bacias%20Hidrograficas%20de%20Belem.pdf>. Acesso em: 15 set. 2017.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.



_____. **LEI Nº 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>. Acesso em: 12/08/2017.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: HARVEY, David; MARICATO, Ermínia; ŽIŽEK, Slavoj; DAVIS, Mike et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

_____. **O direito à cidade nas manifestações urbanas.** Blog da Boitempo, 2013. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/08/29/o-direito-a-cidade-nas-manifestacoes-urbanas-entrevista-inedita-com-david-harvey/>

_____. Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. In: HARVEY, D.; TELES, E.; SADER, E.; et al. **Ocuppy: movimentos de protesto que tomaram as ruas.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades.** 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belem/panorama>>. Acesso em: 05 set. 2017.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Ranking do Saneamento Instituto Trata Brasil.** 2017. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/estudos/ranking/2017/relatorio-completo.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade;** tradução de Rubens Eduardo Frias. (5 ed.) São Paulo: Centauro, 2001. Título original: Le Droit à la Ville, 1968.

PENTEADO, A. R. **Belém do Pará:** Estudo de Geografia Urbana. Volume 2. Coleção Amazônica. Série José Veríssimo. Universidade Federal do Pará - UFPA, 1968 B.

SIMMEL, Georg. **O conflito como sociação.** (Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury). RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 10, n. 30, pp. 568-573. ISSN 1676- 8965. <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos, Petrópolis: Vozes, 2000.

**GT 07 – Cidades e Transformação do Urbano na América Latina****SUSTENTABILIDADE EM DISPUTA: UMA ANÁLISE MIDIÁTICA DOS DISCURSOS
DE LIXO URBANO NOS JORNAIS DE BELÉM**

Flávia Celeira Cortez (Ppgcom, UFPA)¹
flaviacortez09@gmail.com
Otacílio Amaral Filho (Ppgcom, UFPA)²
otacilioamaralfilho@gmail.com

RESUMO

O *paper* faz parte da continuidade de uma pesquisa realizada em 2011 de análise dos discursos midiáticos sobre desenvolvimento sustentável em matérias jornalísticas sobre lixo urbano em Belém. A análise foi atualizada ampliando o rol de matérias de 1997 a 2016 neste artigo. O lixo urbano representa um tema que visibiliza questões como a exploração desigual no modo de produção capitalista e explicita as históricas diferenças entre países “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”. Por isso, o artigo propõe entender os debates globais sobre desenvolvimento sustentável: o que este termo significa? O que é desenvolvimento? Como se dá essa negociação em termos globais? Autores como Benerjee, Veiga e Escobar, trazem a tona a política global do termo e as relações colonialistas e pós-coloniais presentes. Esses autores questionam, por exemplo, a perspectiva monocultural de “global”, e também a apropriação do termo pelo mercado na midiática da sustentabilidade como uma nova marca corporativa e simbólica. Os jornais representam um meio de análise da veiculação dessas ideologias no contexto local: quais discursos de sustentabilidade são enfatizados nas matérias? Que ideologias representam? A partir disto, o artigo aponta a possibilidade implícita da reação não hegemônica da emancipação, que contraria as formas discursivas do modelo capitalista global. Escobar(2005) propõe a rediscussão do ‘lugar’ como lugar da natureza, conhecimento local e modelos do natural, o que nos leva a possibilidades significativas de “subjetividade e alteridade” do pós-desenvolvimento nas dimensões econômicas, culturais e ecológicas.

Palavras-chaves: Desenvolvimento Sustentável; Colonialidade; Lixo Urbano; Jornalismo

1. INTRODUÇÃO

O discurso de desenvolvimento sustentável é um discurso dominante. Está nas longas reportagens de revistas especializadas, nos eventos culturais, em tratados e acordos internacionais, na preocupação com o aquecimento, as extinções, o desmatamento, a exploração de recursos naturais não renováveis. O homem, em seus apartamentos cada vez menores, acompanha pela mídia aos acordos que prometem compra de gás de carbônico, carros elétricos, casas sustentáveis. Propaganda da marca da sustentabilidade: o

¹ Jornalista e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, da Universidade Federal do Pará – UFPA, Brasil.

² Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará - UFPA, Brasil, Diretor do Instituto de Letras e Comunicação da Universidade Federal do Pará - UFPA, Brasil.



desodorante sem aerossol, a madeira de reflorestamento, a carne saudável, os produtos industriais orgânicos.

Aproximando essa temática midiaticizada e global dos acordos internacionais, as questões ambientais estão no cotidiano, onde é perceptível uma versão desse discurso sustentável aparentemente contraditória, principalmente na esfera local de países subdesenvolvidos, como os problemas com o lixo urbano, a não realização do saneamento básico, a construção de hidrelétricas como Belo Monte e outras 120 projetadas para a Amazônia, a prospecção de petróleo na foz do rio Amazonas atingindo comunidades ribeirinhas, indígenas e afetando o ecossistema e subsistência local.

Este artigo propõe uma análise sobre o discurso midiático de lixo urbano em Belém a partir da relação local/ global, principalmente no que se refere à perspectiva desenvolvimentista que está presente no termo “desenvolvimento sustentável” e sua relação de colonização a partir de uma concepção moderna e eurocêntrica de saber. A análise proposta parte de matérias jornalísticas sobre lixo urbano nos jornais de Belém O Liberal e Diário do Pará, no período de 1997 a 2016.

Assim, busca olhar para a questão do lugar, problemática implícita da ecologia nos países subdesenvolvidos a partir tanto de uma perspectiva pós-moderna e pós-desenvolvimentista. Escobar (2005) aponta os desafios de tratar as questões ambientais locais a partir de concepções globais desenvolvimentistas, atreladas a um ideal de ciência moderna:

os eruditos e ativistas de estudos ambientalistas não só estão sendo confrontados pelos movimentos sociais que mantem uma forte referência ao lugar – verdadeiros movimentos de apego ecológico e cultural a lugares e territórios – mas que também confrontam a crescente compreensão de que qualquer saída alternativa deve levar em consideração os modelos de natureza baseados no lugar, assim como as práticas e racionalidades culturais, ecológicas e econômicas que as acompanham (ESCOBAR, 2005, p.63).

Por fim, o artigo é uma proposta de resultados da pesquisa iniciada em 2011 sobre a relação colonialidade e pós-colonialidade a partir da abordagem da mídia local sobre o lixo. O lixo urbano é um tema que explicita a relação de consentimento e negociação da mídia entre o global e o local e a crise da representação dominante que não leva em consideração as naturezas do lugar.

2. DESENVOLVIMENTISMO OU SUSTENTABILIDADE?

Ao apontar a forma de relação do homem com a natureza e os recursos, as questões climáticas globais configuram um questionamento sobre o modo de produção capitalista e a



concepção da ciência moderna desenvolvimentista que separa homem/natureza e que vem configurando a relação de colonialidade entre norte e sul. Traz intrínseco um questionamento desde as relações econômicas, tecnológicas e também epistemológicas.

De acordo com Banerjee (2003), dentro do modelo de produção capitalista, o conceito de Desenvolvimento Sustentável emergiu recentemente num esforço para abordar os problemas ambientais causados pelo crescimento econômico. Há muitas interpretações e definições para desenvolvimento sustentável, mas o objetivo é buscar um processo de crescimento econômico que não destrua o meio ambiente.

Para interpretar melhor o discurso promovido por este novo conceito, é importante desmembrá-lo e partir do significado geral de desenvolvimento. "O termo desenvolvimento, por exemplo, já vem sendo usado já quase duzentos anos" (Banerjee, 2003, p.77). Ainda de acordo com o autor, o termo foi sendo construído pelos países dominantes para classificar o que é desenvolvido e o que é atrasado, ou subdesenvolvido, e assim justificar investidas "progressistas", baseadas no seu modelo de desenvolvimento, em países "em desenvolvimento".

Banerjee analisa o discurso de Escobar (1995), que demonstrou como primeira foi criada uma noção de pobreza (baseada em indicadores da modernidade capitalista, tais como a renda per capita em dólar, posse de bens materiais, extração de recursos, ciência e tecnologia, economia de mercado) para depois "modernizar" os pobres, transformando-os em "assistidos", e a partir daí foram estabelecidos os novos modos de relações e de mecanismos de controle, sob o chamado das trombetas do "desenvolvimento". O desenvolvimento se estabeleceu pela construção de problemas, pela criação de soluções e pela criação de "anormalidades", tais como os "analfabetos", os "subdesenvolvidos", os "camponeses sem terra", que deveriam posteriormente ser "tratados" e reformados.

Veiga (2010) demonstra como um dos principais indicadores de "desenvolvimento" de um país, o PIB, não tem preocupação com sustentabilidade ou fatores humanos, mas puramente econômica. "Suas mazelas foram severamente criticadas, especialmente por só considerar atividades mercantis e ignorar a depreciação de recursos naturais e humanos." (Veiga, 2010, p. 39). No contexto contemporâneo desenvolvimento tornou-se um novo nome para crescimento econômico.

O autor Homi Bhaba nos Estudos Culturais discute como essa relação de colonialidade pela relação saber/poder, legitimados inclusive pela ciência moderna como modelo epistemológico, se dá de forma subjetiva na relação colonizador/colonizado, a partir de aparatos discursivos do estereótipo, do fetiche, da negação e controle. Assim é possível



estabelecer de que forma essa colonialidade se mantem em modos também de negociação pelo simbólico:

O objetivo do discurso colonial se concentra em construir o colonizado como população de tipo degenerado, tendo como base uma origem racial para justificar a conquista e estabelecer sistemas administrativos e culturais. A despeito do poder estabelecido pelo discurso colonial e a mudança de posições dos seus conteúdos (por exemplo, efeitos de classe, gênero, ideologia, formações sociais diferentes, sistemas variados de colonização, etc.), refiro-me a uma forma de governar que, ao marcar uma "nação subjetiva", apropria-se, dirige e domina suas várias esferas de atividade (BHABHA, 1991, p.184)

Voltando a relação do desenvolvimento com os impactos ambientais, a palavra "desenvolvimento" não contempla os questionamentos sobre o modo de produção, visto que não faz a reflexão necessária para se incluir o debate sobre os impactos ambientais causados pelo crescimento econômico de lógica desenvolvimentista. Por isso a necessidade de outro termo que pudesse repensar o próprio significado de desenvolvimento.

O termo sustentável foi incorporado no final da década de 80 e a definição mais utilizada é a de Brundtland, de acordo com a qual o Desenvolvimento Sustentável é:

um processo de mudança no qual a exploração de recursos, o direcionamento de investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional acontecem e concordância com as necessidades presentes e futuras (WCED, 1987, p.9 apud BANERJEE, 2003,p.88)

Esta definição abrangente gera muitas controvérsias e desacordos, pois não explica a operacionalização desta mudança numa perspectiva política e econômica, o que abre espaço para muitas interpretações. A sustentabilidade, como Redclift (1987) destaca, significa coisas diferentes para diferentes povos.

O tratado de Quioto e o acordo internacional da Rio-92 buscaram uma forma de guiar medidas e metas para a questão e tornaram este tema um assunto global, a partir da reunião de diversos países e da oficialização dos estudos e metas a serem cumpridos, gerando também algumas polêmicas.

Primeiramente pela perspectiva monocultural de "global", visto que o que guia as discussões e medidas propostas pelos tratados ainda é a noção de desenvolvimento dos países que dominam. Esta globalização pode ser entendida de duas formas: por um lado a tentativa de socializar os custos ambientais "globalmente", em que todos os países se responsabilizam por medidas de redução dos danos ambientais sem levar em consideração, por exemplo, as históricas desigualdades entre Norte e Sul, no que se refere à utilização de recursos naturais.



Como muitos pesquisadores já mostraram, o chamado "esverdeamento" da indústria em países desenvolvidos tem sido atingido às custas do meio ambiente dos países do Terceiro mundo, através da realocação das indústrias poluentes em países em desenvolvimento (ESCOBAR, 1995; GOLDSMITH, 1997; REDCLIFT, 1987 apud BANERJEE, 2003,p.98).

Em segundo lugar, a sustentabilidade como solução corporativista, como valor simbólico e principal marca de credibilidade no mercado. Em consequência desta visibilidade foi criado o marketing ambiental, ou seja, estratégias de incorporar de alguma forma o símbolo "verde" aos seus produtos para que estejam em nível de concorrência.

Segundo Rubim (2000), a relação cada vez mais próxima entre economia e comunicação foi o fator mais significativo que deslocou o antigo lugar superestrutural da informação, em que era vista apenas como mais um instrumento ideológico, até ser considerada, hoje, como infra-estrutural, ou seja, intrínseca ao sistema de produção capitalista.

De acordo com o autor, se antes a concorrência no capitalismo era baseada no preço, que transformava o produto em mercadoria, agora na fase monopolista do capitalismo (Baran e Swezzy, 1974), as marcas são valor imprescindível à venda de um produto.

Pode-se afirmar, sem medo de errar, que sem publicidade e marca, portanto, sem comunicação, em situações normais de vida capitalista, um produto não pode ser transformado em mercadoria. Por consequência, a realização do valor e a própria reprodução capitalista encontram-se comprometidas em um patamar comunicacional. (RUBIM, 2000, p.27).

Autores como Castells (1992), Jameson (1991), dentre outros, vão tratar do processo de midiatização na era digital e consideram que se vive hoje uma terceira fase do capitalismo, em que a informação se transforma na mercadoria mais preciosa.

O fato de colocar a comunicação como intermediária neste processo de produção e consumo acarretou o que Baudrillard (1991b apud Rubim, 2000, p.27) já chamava de valor signo ou valor simbólico, ou seja, agregar um valor subjetivo às mercadorias, a partir da disseminação de um ideal a ser consumido. Esta transmutação da importância simbólica de um produto dentro das comunicações foi fundamental para a configuração de uma 'obsolescência planejada', de uma 'sociedade de consumo' e do capitalismo tardio, fatores que fundamentaram o questionamento sobre modo de desenvolvimento.

É neste sentido que atrelar "sustentabilidade" como a principal marca de concorrência é uma contradição, pois tornou-se um novo medidor de crescimento econômico, que está na base da ideia desenvolvimentista. Este selo de credibilidade cria a



ilusão de que não há problema em consumir produtos que estejam ligados a este símbolo, atrelando, como já falava Banerjee, o desenvolvimento sustentável a um novo modelo corporativista:

Defendo também que o DS, ao invés de representar a quebra de um paradigma teórico, é subsumido sob o paradigma economicista dominante. Ele se baseia também num sistema único de conhecimento e, a despeito de afirmar que aceita a pluralidade, há um perigo de marginalização ou de cooptação dos conhecimentos tradicionais à revelia das comunidades que dependem da terra para sua sobrevivência. (BANERJEE, 2003, p. 83)

Ainda na lógica do poder simbólico, a utilização de imagens e discursos de sustentabilidade são utilizados como uma mercadoria simbólica. Dentro desta observação, a linguagem deve ser analisada de forma independente à estrutura interna da língua, suas regras e gramática, mas como uma formação ideológica, um discurso, a partir do momento que trabalha os elementos da língua para formar um sentido desejado.

E esse modo de ser do mundo, veiculado por esses discursos, é o recorte que uma determinada instituição ou classe social (dominante) num dado sistema (por exemplo, o capitalista) faz da realidade, retratando assim, ainda que de forma enviesada, uma visão de mundo. (BRANDÃO, 1995, p. 27 e 28)

Para Foucault (1969, apud BRANDÃO, 1995, p.31), por exemplo, “quem fala, fala de um lugar reconhecido institucionalmente (autoridade do discurso); portanto, faz circular o saber (institucional) e com isso gera poder (da Igreja, por exemplo, ou o da ciência)”. A percepção da comunicação enquanto discurso é fundamental para uma análise crítica da contemporaneidade, na qual se articula. É, portanto, necessária para compreender os discursos ambientais da atualidade, ou o chamado "Desenvolvimento Sustentável".

3. LIXO URBANO NAS MATÉRIAS JORNALÍSTICAS

A partir da pesquisa em matérias jornalísticas sobre lixo urbano nos jornais O Liberal e Diário do Pará, definiu-se como critério para escolha das matérias a distância temporal, de 1997 a 2016, com o objetivo de apontar como os discursos se mantêm os mesmos apesar das atualizações. O recorte de 3 matérias também é suficiente, visto que exemplificam uma perspectiva global em que o debate midiático se insere: a negociação hegemônica que domina simbolicamente os discursos na era midiática do capitalismo.

Esta discussão conceitual que se fez até aqui nos leva a propor quatro categorias do discurso global de desenvolvimento sustentável para analisar as matérias e identificar de



que forma esses elementos aparecem no debate local e como explicitam a hegemonia do discurso global desenvolvimentista e colonial. Baseado em argumentos de Banerjee, Veiga e Rubim com a ressalva de que nem todas as matérias vão priorizar da mesma forma esses itens, pode-se destacar:

O desenvolvimento sustentável enquanto subsumido pelo paradigma econômico dominante;

A perspectiva monocultural de global, em que se explicita a relação colonialista no âmbito simbólico e cultural;

A sustentabilidade enquanto marketing, a partir da incorporação de valores ambientalistas pela indústria e mercado;

O poder público enquanto instituição de poder na relação entre sociedade e mercado.

3.1 Matéria 1 – Título: Reciclar é preciso?, O Liberal, 17/07/1997

A reciclagem aparece em muitas matérias por relacionar lixo urbano, sustentabilidade e mercado, e, apesar de representar um debate complexo que envolve política pública, coleta seletiva, educação ambiental e uma cadeia de trabalhadores envolvidos, desde os catadores, a base explorada e historicamente marginalizada, os atravessadores, e as indústrias de reciclagem, em geral o foco se dá à questão econômica.

O lixo urbano se configura no debate global de desenvolvimento sustentável a partir da chamada Política dos 3R's, um conjunto de ações sugeridas durante a Conferência da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992, e o 5º Programa Europeu para o Ambiente e Desenvolvimento, realizado em 1993. Os 3R's consistem nos atos de Reduzir o consumo, Reutilizar e Reciclar os resíduos.



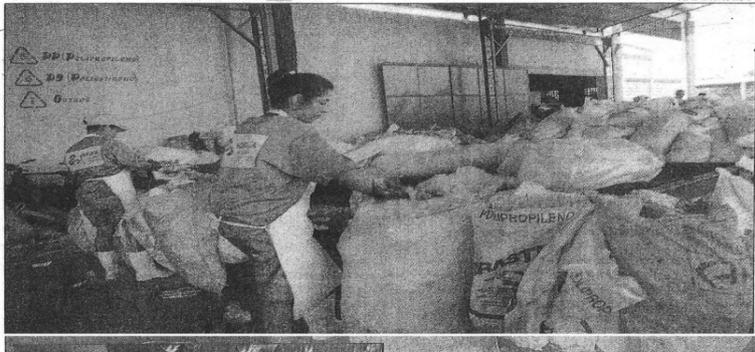
Reciclar é preciso?

A RECICLAGEM NA ALEMANHA, FRANÇA, EUA E JAPÃO JÁ ESTÁ INTEGRADA À ECONOMIA DESSES PAÍSES. NO BRASIL, A PALAVRA DE ORDEM NO SUDESTE E SUL É RECLICAR TUDO QUE FOR POSSÍVEL. A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E A SUDAM TÊM LINHAS DE CRÉDITO PARA O SETOR.

Sim, respondem empresários de qualquer segmento industrial das regiões Sudeste e Sul do país. "Eles têm até bolsa de resíduos com dados em rede de computadores e boletins informativos incentivando o fomento de novas empresas. Esse comportamento contrasta com alguns empresários da região Norte que criam obstáculos para fornecer dados sobre atividades de reciclagem usando como desculpa "segredo industrial" e concorrência", observa Antonio Noronha Tavares, engenheiro sanitário e professor da UFPA.

Considerado um marco na geração de tecnologias no setor de reciclagem, São José dos Campos, interior de São Paulo, quer se transformar numa cidade onde todo o comércio, todas as indústrias, escolas e residências reciclam tudo que é possível. "Nossa filosofia é otimizar a estrutura já existente e fazer com que o cidadão pactue com a idéia de que pode e deve gerar menos lixo tendo responsabilidade social", diz Vera Assis, coordenadora dos projetos de coleta seletiva "Luxo do Lixo", da prefeitura local. Em Belém, a República do Pequeno Vendedor mantém coleta seletiva de lixo-papel e papelão - e vende 30 toneladas/mês à Riopel, única empresa no Estado que compra papel, papelão e jornais. "O papel branco depois de separado vai para a Facepa, indústria que utiliza como matéria-prima papel coletado no lixo. O papelão, depois de sofrer um processo de limpeza, é prensado e vendido para o Nordeste", diz Hermógenes Filho, gerente da empresa. Segundo ele, empresas, supermercados, comércio e a população em geral fornecem 20 toneladas/dia, o que dá entre 600 a 800 toneladas/mês. Outra contribuição expressiva é das Organizações Romulo Maiorana, que entre aparas de papel e jornais chega a 20 toneladas/mês.

Campanha - Em 1994, a Universidade da Amazônia (Unama) desenvolveu projeto de ensino, pesquisa e extensão sobre coleta e reciclagem, coordenado pela professora Dyrcé Koury Wagner. O trabalho se transformou em campanha educativa com o slogan "Lixo que não é lixo". "Existe aquele lixo que é aproveitado e aquele que é reciclado para servir de matéria-prima na confecção de novos produtos. O projeto hoje foi absorvido pelas escolas das redes pública e particular", informa Dyrcé. A Fundação Estadual Curro Velho também mantém atividades educativas com reciclagem de papel e comercializa sacos, sacolas, envelopes e pastas feitos com material reciclado. "O problema do papel reciclado é que ele sai caro ao consumidor. Tudo por falta de uma coleta seletiva na cidade. Mesmo assim, mantemos menores com bolsas pagas com a venda do produto", explica Alexandre Sequeira, diretor de oficinas da Fundação. "O centro comercial é uma excelente local para se colocar em



▲ PRESERVAÇÃO - Algumas empresas da região Norte, mesmo que incipientemente, já trabalham com matéria-prima reciclada, principalmente papel e plásticos. A Norplasa é a quarta no país e a primeira do Pará a fabricar tubos, mangueiras e conexões (foto ao lado) com matéria-prima reciclada. Reciclar é preservar a natureza e criar fontes de renda para muitas famílias.

projetos", argumenta. **Plástico** - Considerado o vilão do meio ambiente, esse resíduo já tem a primeira indústria de reciclagem no Pará. A Norplasa, instalada em Castanhal - quarta do gênero no País - pertence ao grupo Oscar Reis, que trabalhava no setor de beneficiamento de malva. "A mudança foi um projeto pensado em função da devastação que a malva vinha sofrendo a cada ano. Decidimos buscar uma atividade que não tivéssemos problemas de matéria-prima", diz Rita Reis, empresária. A tecnologia alemã utilizada na produção de tubos, mangueiras e conexões de plástico é ambientalmente limpa. Há reaproveitamento da água utilizada no maquinário através de um processo de decantação, garante José Cavalcante Júnior, diretor industrial. Segundo ele, o padrão de qualidade do produto foi testado e tem boa aceitação no mercado. "Temos dentro da empresa uma assessoria só para trabalhar com educação ambiental, para que as comunidades rurais possam ter uma noção que isso é uma fonte de renda. Assim iremos fortalecer o pensamento ecológico nessa área", esclarece Rita. Segundo ela, a presença da fábrica em Castanhal levou a prefeitura a fazer palestras nas escolas sobre reciclagem. A de Bragança foi mais ágil: está coletando plástico para a empresa e a renda é aplicada na compra de cestas básicas para o povo. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Augusto Corrêa também solicitou palestras sobre o tema. Hoje, cada morador de Castanhal vende 50 quilos de plástico e garante renda mensal de dois salários. O mais novo caminho na busca da matéria-prima será o contrato com os catadores do lixão do Aurá. "O que precisamos nesse limiar do próximo milênio é que façamos as pazes com natureza", torce Rita. Se o poeta português Fernando Pessoa vivesse, acrescentaria ao seu poema sobre o mar, um novo verso: "Reciclar é preciso".

Colaboração: Edir Gillet

prática a coleta seletiva na geração de renda e emprego. Enquanto isso não for definido como política pública, o catador de papel continuará sendo uma vítima social", observa o professor Antonio Noronha. Ele tem um projeto na área que prevê o combate ao estado de pobreza dos que vivem da atividade de catação e venda do lixo reciclado; eliminação dos conflitos entre catadores, lojistas, ambulantes e pessoal da limpeza urbana; economia de matéria-prima e energia para o município e integração de diversos órgãos públicos com a comunidade. **Papel** - "Uma tonelada de papel reciclado evita que 30 árvores sejam cortadas", é a contabilidade ecológica de Edimar Freire, gerente de Planejamento da Facepa, empresa há mais de 30 anos no mercado paraense confeccionando produtos através da reciclagem do papel e avessa à liberação de informações. A indústria produz 1.000 toneladas/mês de papel higiênico, toalhas, lenços e guardanapos usando tecnologia nacional e atende aos mercados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. "Hoje cada vez mais se recicla no mundo, mas no Brasil o governo não investe no setor", protesta Freire. A professora Dyrcé Wagner discorda: "A Sudam e a Caixa Econômica têm linhas de crédito para implantação de indústrias de reciclagem de lixo que não é considerado lixo, como plástico, papel, papelão e vidro. Os recursos estão lá, basta ir buscá-los com

Desde o subtítulo e logo no início da matéria demonstra-se que o enunciador é a economia a partir do setor industrial da reciclagem. A matéria é construída a partir do potencial econômico do setor para a economia local com entrevista e fala de representantes de empresas na região, como a Facepa, indústria de reciclagem de papel, a Norplasa, indústria de reciclagem de plástico, e a Riopel, maior compradora de papel, papelão e jornais da região.

A economia da indústria da reciclagem em países desenvolvidos como Alemanha, França, EUA e Japão, assim como nas regiões consideradas mais desenvolvidas do país,



sul e sudeste, é contrastada com a da região norte. Logo no início da matéria, esta discrepância é justificada pelo desenvolvimento tecnológico do setor empresarial sudeste-sul. Porém não explica de que forma essas regiões incorporaram a reciclagem, ou seja, qual política pública e dentro de qual contexto se consolidou e reforça a ideia de "desenvolvimento" como sinônimo de "crescimento econômico", apontada por Banerjee e Veiga.

A reciclagem é problematizada por ambientalistas por ser o item da Política dos 3r's mais apropriado pela economia, em detrimento da redução do consumo e da reutilização. Observa-se que nas matérias sobre lixo urbano o tema geralmente aparece relacionado com geração de renda, setor industrial e crescimento econômico. Assim configura uma visão de desenvolvimento sustentável subsumido ao paradigma econômico dominante.

Outro aspecto que corrobora com o que já foi discutido é o valor simbólico da ideia de "meio ambiente" agregando valor ao enunciado empresarial: "Plástico – considerado o vilão do meio ambiente, esse resíduo já tem a primeira indústria de reciclagem no Pará", referindo-se à Norplasa, indústria de reciclagem de plástico. E se reflete principalmente na fala dos empresários, como argumento para legitimar a marca de "sustentabilidade" da sua empresa.

"Uma tonelada de papel reciclado evita que 30 árvores sejam cortadas" fala de Edimar Freire, gerente de Planejamento da Facepa, empresa de reciclagem de papel. "O que precisamos neste limiar do próximo milênio é que façamos as pazes com a natureza", Rita Reis, empresária da Norplasa, indústria de reciclagem de plástico.

Esta relação indica, segundo Banerjee, que a crise ambiental somente pode ser gerenciada através dos modos capitalistas de produção e pela dinâmica do mercado, elementos considerados capazes de resolver qualquer contradição entre sustentabilidade e capitalismo (Escobar, 1995 apud Banerjee, 2003, p.88).

A prefeitura não é ouvida pela matéria, assim como os catadores, reforçando um protagonismo empresarial na visão de reciclagem. No entanto, a ausência de política pública para coleta seletiva é citada na fala de dois entrevistados:

"O problema do papel reciclado é que ele sai caro ao consumidor. Tudo por falta de uma coleta seletiva na cidade", Alexandre Sequeira, diretor de oficinas da Fundação Curro Velho. "O centro comercial é um excelente local para se colocar em prática a coleta seletiva na geração de renda e emprego. Enquanto isso não for definido como política pública, o catador de papel continuará sendo uma vítima social", professor Antônio Noronha.



Em outro momento é citada a mudança de atitude de prefeituras do interior decorrente da presença da indústria de reciclagem: “Segundo ela, [Rita Reis, empresária da Norplasa] a presença da fábrica em Castanhal levou a prefeitura a fazer palestras nas escolas sobre reciclagem. A de Bragança foi mais ágil: está coletando plástico para a empresa e a renda é aplicada na compra de cestas básicas para o povo.”. É neste sentido que Armando Boito alerta: “A localização dos interesses efetivamente priorizados pela política do Estado indica qual é a fração hegemônica no interior do bloco no poder.” (BOITO, 2007, p.59).

A lógica desenvolvimentista é fortemente observada nesta matéria que exemplifica aqui uma visão hegemônica no debate midiático sobre lixo urbano. No âmbito local do lixo urbano, isto é apontado pela incorporação da sustentabilidade do lixo a partir do foco na reciclagem enquanto indústria, fonte de renda e comércio; no valor simbólico ambiental para justificar a presença destas empresas e na substituição do poder público por estas, ou também pelo discurso do “consumo consciente” cobrado do cidadão.

Nas matérias 2 e 3 será analisada principalmente a categoria colonialista da perspectiva monocultural de “global”, em que a discussão dos sujeitos sociais reafirmam uma perspectiva colonialista racial e de saber.

3.2 Matéria 2 - Título: “Fim do lixão cria legião de deserdados”, O Liberal, 05/06/2016

Matéria 3 - Título: “Coleta Seletiva muda cultura do lixo”, O Liberal, 11/09/2016

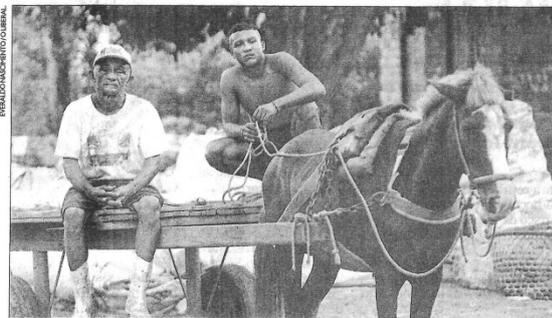
Fim do lixão cria legião de deserdados

AURÁ

Catadores perderam fonte de renda e não têm mais de onde ganhar o sustento

DILSON PIMENTEL
Da Redação

Quase um ano após o fechamento do Aterro Sanitário do Aurá, em Ananindeua, na Região Metropolitana de Belém, muitos catadores que viviam exclusivamente do trabalho na área estão em situação crítica. “Tem gente passando fome, pois não tem de onde tirar o sustento. Não tem emprego, não tem nada”, diz Jorge Gomes da Conceição. “Antes, eu conseguia tirar R\$ 300,00 por semana. Agora, para conseguir R\$ 100,00 por semana, é cruel”, diz ele, que trabalhou 12 anos no lixão. Jorge usa uma carroça, puxada por um cavalo, para sair todos os dias à procura de materiais recicláveis, entre os quais garrafas pet, para vender. Ele tem oito filhos e dez netos.



Jorge Gomes (e) diz que catadores se sentem como em uma canoa, sem remo

Ele lembra, saudoso, dos tempos em que ganhava a vida no lixão. “Ficamos aqui igual um cara em uma canoa, mas sem remo. Ficamos sem nada. Batalhando, pelejando, fiquei 12 anos. Eu comia e bebia de

lá. Era para meu sustento e o de minha família. Estou vendendo o almoço para comprar a janta”, diz, para completar. “Prometeram tanta coisa... Prometeram que iam fazer o galpão para empregar muita

gente. Mas deixaram a gente matando cachorro a grito, na roça”, diz Jorge, que deixou de receber até os R\$ 77,00 do Bolsa Família. “Quebrava um galhinho”. Tiraram há quatro meses”, afirmou ele. Na identi-

dade, Jorge tem 58 anos, mas garante que é mais velho. “Uns 60 e lá vai porrada”, afirmou, com bom humor.

“Com o que ganhava lá, eu pagava minhas contas, incluindo o aluguel. Agora, não. Moro emprestada (de favor)”, afirma Delma Borges, 34, que trabalhou no lixão durante 18 anos. Para se manter, e sustentar os quatro filhos, sobrevive com o dinheiro do Bolsa Família. No começo, trabalhava no lixão durante o dia. Mas, por causa do sol forte, começou a catar os produtos a partir das 17 horas, ficando até 8 da manhã do dia seguinte. “Dava para faturar até R\$ 170; 00 por dia de trabalho”, conta. “Eu vendia lá dentro mesmo esse material”. Agora, Delma mora em uma ocupação, uma das que surgiram no entorno do lixão e na qual residem os catadores sem condições de pagar aluguel. “Pode abrir minha geladeira que nem água tem”, diz Delma, que conta com a solidariedade dos amigos, com os quais divide a

“Estou vendendo o almoço para comprar a janta”, diz Jorge Gomes

pouca comida.

Maria do Socorro Silva Martins, 40, trabalhou 20 anos no lixão. “Comecei de dia, depois passei para a noite, mais frio. Era um tempo bom. A gente catava material reciclável e ainda trazia alimento e outras coisas que a gente achava lá dentro: roupas, sapatos, perfume, celular, danone, mortadela. Até cesta básica de alimentos”, lembra. Famílias e supermercados jogavam no lixo alimentos que, muitas vezes, poderiam ser doados. “A gente trabalhando lá em cima (do lixão) não quer saber se (o produto) está ou não na validade. Tem muito supermercado que prefere jogar fora do que fazer doação”, reclama Socorro, que cuida de crianças e também depende da ajuda de outras pessoas.



Coleta seletiva muda a cultura do lixo

NOVO DESTINO
É fonte de geração de renda para muitos ex-catadores do Lixão do Aurá

A coleta seletiva nas casas e pontos comerciais do bairro de Nazaré, no centro de Belém, arrecadou mais de 400 toneladas de materiais recicláveis desde setembro do ano passado, quando o serviço foi implantado pela Prefeitura. Fortalecer essa rede é um passo importante no cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos, uma vez que o volume de lixo domiciliar coletado na capital paraense é bem maior, chegando a 28 mil toneladas só no mês de fevereiro, segundo dados divulgados pelo Departamento de Resíduos Sólidos da Secretaria Municipal de Saneamento (Sesan).

Além de reduzir a quantidade de lixo que seria despejado em aterros ou de forma inadequada, poluindo o meio ambiente, a coleta seletiva também é uma fonte de geração de renda para muitos ex-catadores do Lixão do Aurá, que passaram por qualificação e foram contratados para realizar o serviço. O trabalho é feito em duas modalidades: arrecadação de porta em porta e pontos de entrega voluntária. Neste mês, a prefeitura irá instalar 15 novas miniestações de coleta pelos bairros de Belém e distritos.

Mudar a postura dos moradores em relação ao lixo que



Serviço implantado pela Prefeitura arrecadou mais de 400 toneladas de materiais recicláveis desde setembro do ano passado

produzem não é tarefa fácil, mas aos poucos a população está ficando mais consciente e aprendendo a separar os recicláveis secos de maneira apropriada, pontua o secretário municipal de Meio Ambiente, Deryck Martins. "Para avançarmos com essa política, as pessoas precisam colaborar. A iniciativa tem tido boa aceitação e é importante frisar que a questão não é só ambiental, mas também social, pois os resíduos são comercializados após a triagem, beneficiando várias famílias", destaca.

De acordo com a Prefeitura,

mais de 100 catadores participaram de cursos de capacitação e cerca de 30 estão diretamente envolvidos na coleta diretamente nas casas. Daniel Lima, da Sesan, é o coordenador da coleta seletiva e afirma que a média mensal de arrecadação é de 80 toneladas, entre garrafas PET, caixas de papelão, alumínio e outros. A Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis (Concaves) é responsável pelo recebimento e triagem do material.

O roteiro da coleta é feito de forma alternada. As segundas, quartas e sextas, os catadores

percorrem as Avenidas Braz de Aguiar, Gentil Bittencourt e Conselheiro Furtado, desde a avenida Serzedelo Correa até a avenida Alcindo Cacela, incluindo as vias transversais. Nas terças, quintas e sábados, o trajeto segue pelas avenidas Nazaré, José Malcher, João Balbi, Boaventura da Silva e transversais, desde a Boaventura da Silva até a avenida Nazaré. A coleta seletiva não interfere nos horários da coleta de lixo domiciliar.

Daniel confirmou que a Sesan está estudando a ampliação do serviço para outros

bairros no ano que vem, mas ainda não há maiores detalhes. "É um trabalho que promove fortemente a consciência ambiental. De fato, no início percebemos uma resistência por parte dos moradores em atender os coletores na porta, além de dúvidas sobre os procedimentos corretos. Por isso, colocamos uma equipe de educação, uniformizada, indo à frente para explicar a relevância do serviço e como todos podem ajudar. Aos poucos, vamos conseguindo abrir caminho", comenta.

Para quem não é morador

"Para avançarmos com essa política, as pessoas precisam colaborar"

do bairro de Nazaré e quer colaborar, existem outras opções, como os ecopontos espalhados pela cidade. O material reciclável também pode ser entregue no galpão localizado na travessa Padre Eutíquio, nº 26-47, entre travessa Quintino Bocaiuva e Canal São Miguel, no bairro da Cremação. O Centro de Triagem da avenida Bernardo Sayão, s/n, entre travessa Quintino Bocaiuva e avenida Fernando Guillhon, no bairro do Jurunas, também recebe os resíduos.

ORIENTAÇÕES

É considerado lixo seco reciclável todo papel seco não contaminado, como papéis, revistas, cadernos e embalagens longa vida; plásticos como copos descartáveis, sacos, sacolas, caixas, garrafas, embalagens, tubos de PVC, vasilhames, brinquedos e utensílios quebrados; metais como alumínio, bronze, cobre, latas, sucatas de ferro, panelas, fios e correntes; e vidros como copos, potes, jarros, garrafas, frascos de perfumes, vasilhames de produtos de higiene e limpeza. É recomendado não amassar os papéis e passar uma água nos vidros, latas e garrafas antes de colocar no saco dos recicláveis.

As matérias de 2016 representam atualizações importantes dos discursos analisados na matéria de 1997. Primeiro pela atualização da questão da reciclagem para a "coleta seletiva". A mudança se deve principalmente pela assinatura da Lei 12.305, de 2010, que estabeleceu o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, representando mudanças importantes para a administração do lixo urbano no país. A Lei, por exemplo, obriga o destino adequado do lixo urbano para aterros sanitários, o fim dos lixões a céu aberto e da presença de catadores nestes, e a elaboração de um Plano Municipal de Resíduos Sólidos que dê prioridade para a coleta seletiva e para a participação das cooperativas de catadores na coleta.

Assim, a partir de 2010 é perceptível um enfoque maior nas cooperativas de catadores nos jornais, e, desde Junho de 2015, com o fechamento do lixão do Aurá, na situação dos catadores do lixão e na coleta seletiva como política pública obrigatória pela lei.

A perspectiva da matéria de 1997 enquanto uma promessa de crescimento econômico e "desenvolvimento" para o setor local é contrastada aqui com a matéria 2, em que o fim do lixão, para os catadores, não se revelou um "desenvolvimento", ou o fim de uma situação de "atraso", pelo contrário, representou uma piora na condição financeira e de vida desses trabalhadores. É provocador perceber que na única matéria selecionada em que catadores são ouvidos, o antigo lixão do Aurá é citado como um "lugar", um trabalho, um local de articulação, fonte de renda e sociabilidade.



O texto descreve algumas situações e falas dos catadores “Ele lembra, saudoso, dos tempos em que ganhava a vida no lixão”, sobre Jorge da Conceição que trabalhou 12 anos no lixão do Aurá; “era um tempo bom. A gente catava material reciclável e ainda trazia alimento e outras coisas que a gente achava lá dentro: roupas, sapatos, perfume, celular, danone, mortadela. Até cesta básica de alimentos.”, Maria do Socorro, 40 anos, trabalhou 20 anos no lixão. O objetivo de trazer esta provocação não é de defender ou não o modo de vida dos catadores no antigo lixão no Aurá, que em si já representa uma situação de negligência e discriminação social, mas ressaltar uma perspectiva que contradiz o discurso oficial de solucionar a situação com o fim do lixão sem levar em conta os sujeitos envolvidos.

Os catadores podem ser tidos neste contexto do lixo urbano como uma representação do sujeito historicamente colonizado, do ponto de vista de seu saber, mão-de-obra, lugar de fala e, analisando a foto da matéria em que figuram dois homens negros, a questão da “raça”, apontada por Bhabha e Fanon como o argumento de base para toda forma de colonialismo.

Na matéria 3, o discurso de reciclagem é atualizado para “coleta seletiva”, apontada como mudança cultural na relação com o lixo. Pergunta-se: cultura de quem? Não dos catadores que se sustentam da coleta de resíduos sólidos, mas dos moradores do bairro Nazaré, área nobre da cidade. A quantidade de catadores do antigo lixão do Aurá contemplados pela contratação da prefeitura para coleta seletiva no bairro é quase insignificante em relação ao total.

Na matéria diz-se que os catadores passaram por uma “qualificação” para se capacitar a fazer a coleta no bairro. Qualificação de um trabalho, de um “saber corporizado” (Escobar 2005) que a maioria realiza há anos. A ideia de “capacitação” aqui estabelece a hierarquia do saber em que o trabalho do catador precisa ser certificado pelo saber “científico” para tornar-se conhecimento reconhecido. Na matéria 3, mesmo tendo como foco a coleta seletiva por catadores, nenhum destes é entrevistado para opinar sobre o trabalho realizado ou sobre a contratação da atual prefeitura de Belém. Em termos foucaultianos, o desenvolvimento derivou seu poder do:

conhecimento subjugado, de todo um conjunto de conhecimentos que tem sido desqualificado como inadequado para sua tarefa ou insuficientemente elaborado; ingênuo, localizado na base da hierarquia, abaixo do nível de cognição ou de cientificidade exigidos (FOUCAULT, 1978, p. 82 apud BANERJEE, 2003, p 86).

É importante destacar aqui que existe, desde 1996, o Movimento Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis – MNCR, movimento social responsável por



reivindicar cidadania para os catadores, como o reconhecimento da categoria enquanto trabalhador, e pela aprovação da Lei 12.305/10. A categoria também se articula em toda a América Latina por meio da Rede Latino Americana e do Caribe de Recicladores- Red Lacre.

4. CONCLUSÃO

Conclui-se que o discurso global sobre desenvolvimento sustentável vem na lógica de um discurso dominante que reverbera questões coloniais por se tratar de um modelo científico que explicita as relações de poder Norte- Sul. Buscou-se aqui identificar como esses discursos são articulados e enunciados nos jornais locais, mantendo de forma naturalizada discursos globais hegemônicos que encontram no âmbito local uma prática de dominação, sujeição e controle.

As soluções apontadas para lidar com o lixo urbano, como o fortalecimento das empresas de reciclagem, a coleta seletiva, a capacitação dos catadores para contratação pela prefeitura, o fim dos lixões, não se tornam eficientes, nem contribuem para a melhora na qualidade de vida dos catadores. Assim, reforça a dinâmica atual do lixo como uma estratégia de colonialidade do saber e de regulação do estado.

O determinismo mecanicista é o horizonte certo de uma forma de conhecimento que se pretende utilitário e funcional, reconhecido menos pela capacidade de compreender profundamente o real do que pela capacidade de o dominar e transformar (SANTOS, 1988, p. 51)

Pensar epistemologicamente fora deste paradigma requer refletir estratégias ou pontos de vista de emancipação e compreensão, ao invés da dominação. A base desta proposta, segundo Santos (1988), está em superar a dicotomia homem/natureza, conhecimento científico/ conhecimento do senso comum, cultura/natureza, homem/animal, que caracteriza o saber moderno e eurocêntrico.

Escobar (2005, p.69) destaca como “o desaparecimento do lugar é um reflexo da assimetria existente entre o global e local”, ao referir-se ao processo de globalização. O autor propõe a rediscussão do “lugar” como conceito no âmbito de pesquisas no campo das teorias pós-modernas, pós-desenvolvimentistas e subalternas, que tem como base a possibilidade de olhar o modelo por um viés epistemológico que coloque em primeiro plano os saberes populares e suas populações em um processo de superação além da resistência do modelo de colonialidade que regula as ações de Estado e do Mercado.

Dito de outra maneira, uma reafirmação do lugar, o não-capitalismo, e a cultura local opostos ao domínio do espaço, o capital e a modernidade, os quais são centrais no discurso da globalização, deve resultar em teorias que tornem viáveis as possibilidades para reconceber e reconstruir o mundo a partir de uma perspectiva de práticas baseadas-no-lugar. (ESCOBAR, 2005, p.63).



O autor enfatiza o lugar como criação histórica, a ser explicado levando em conta as maneiras pelas quais a circulação global do capital, o conhecimento e os meios configuram a experiência da localidade, com o cuidado de não incorrer no risco de naturalização ou essencialização. Aqui Escobar propõe o fim da hierarquia de conhecimentos que separa o científico do conhecimento prático “efetivamente, os modelos locais são ‘experiências de vida’, ‘desenvolvem-se através do uso’, na imbricação das práticas locais, com processos e conversações mais amplos” (Gudeman e Rivera, 1990, p.14 apud Escobar, 2005, p. 67).

A proposta de trazer essas reflexões e autores para dialogar com as matérias sobre lixo urbano é a de contrapor a perspectiva desenvolvimentista que, como foi observado, não leva em consideração o lugar e reforça discursivamente um contexto hierárquico de soluções intervencionistas e de dominação. Ao propor o olhar para os saberes e contexto locais, Santos e Escobar possibilitam pensar nas práticas implícitas de emancipação, seja dos catadores de materiais recicláveis, seja na reflexão crítica do processo de desenvolvimento que não serve para a realidade de locais historicamente subdesenvolvidos como a região amazônica.

5. REFERÊNCIAS

BANERJEE, Subhabrata Bobby. Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. In: FERNANDES, Marcionila e GUERRA, Lemuel (orgs). *Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável*. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2007.

BHABA, Homi K. A questão do “Outro”: diferença, discriminação e o discurso do colonialismo. In: HOLLANDA, Helóisa Buarque de (Org.) *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

BOITO, Armando Jr. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. In: *Revista Sociologia Política*, Curitiba, 28, p. 57-73, 2007.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine - Introdução à análise do discurso, 3a ed. rev. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

CASTRO, Eduardo Viveiros. Os involuntários da pátria: elogio do subdesenvolvimento. *Cadernos Leituras* nº65, série intempestiva, 2017.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da Natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Eduardo Lander (org.) Colección Sur Sur, CLACSO, Argentina, 2005.

RUBIM, Antonio *Albino* Canelas - A contemporaneidade como idade média. *Interface (Botucatu)* [online]. 2000, vol.4, n.7, pp.25-36. ISSN 1807-5762. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832000000200003>.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo:Cortez, 2009.

VEIGA, José Eli. *Sustentabilidade: A legitimação de um novo valor*. São Paulo:Senac, 2010.



GT 07 – CIDADES E TRANSFORMAÇÕES DO URBANO NA AMÉRICA LATINA

CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM SITUAÇÃO DE RUA E AS COOPERATIVAS DE CATADORES EM BELÉM/PA: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?

Gilberto Guimarães Filho (UFPA)¹
gilguifilho@hotmail.com

Juliana Cristina Vasconcelos Maia (CESUPA)²
julianavasmm@gmail.com

RESUMO

O presente estudo tem por escopo investigar a relação entre catadores de materiais recicláveis em situação de rua e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, no município de Belém/PA. Este trajeto será feito para responder à seguinte pergunta: **As pessoas em situação de rua encontram possibilidades de trabalho nas cooperativas de materiais recicláveis em Belém do Pará?** Para tanto, utilizou-se pesquisa explicativa de abordagem qualitativa, cujos procedimentos de coleta de dados foram bibliográficos e de campo. Este foi realizado mediante coleta de depoimentos, rodas de conversa de educação de rua e registros imagéticos referentes aos catadores de materiais recicláveis, tanto aqueles em situação de rua como aqueles organizados em cooperativas. Neste sentido, convém ressaltar a característica interdisciplinar do trabalho, uma vez que a experiência sociológica – expressa em práticas culturais e na oralidade de ambos os grupos urbanos – foi tomada a cabo na encruzilhada de interesse de diversas áreas, como os direitos humanos e os estudos sobre a miséria e a desigualdade. Alguns dos resultados alcançados mostram o estigma, o preconceito e a carência de políticas públicas para as realidades recorrentes entre estas pessoas e o trabalho com reciclagem. É importante frisar que tal questão não se esgota nesta análise, dada a complexidade do contexto e a diversidade de interesses envolvidos entre os grupos sociais supramencionados, no espaço metropolitano belenense.

Palavras-chave: População em situação de rua. Catadores de materiais recicláveis. Espaço urbano. Cooperativas.

1. INTRODUÇÃO

Compreender as ações e omissões governamentais e sociais que buscam apagar a vida das pessoas em situação de rua em Belém é essencial à concretização dos diversos Direitos que diariamente lhes são negados. É importante que o tema seja tratado na sua peculiaridade belenense devido à urbanização amazônica ter tido consequências e procedimentos próprios. De 1970 até a virada do século, a Amazônia passou de 33 centros urbanos para 393, em processo desarticulado e intenso de industrialização e urbanização

¹ Doutorando em Direitos Humanos pelo Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará, professor do Centro Universitário do Estado do Pará, integrante do coletivo Viramundo.

² Estudante de graduação na Escola de Direito do Centro Universitário do Estado do Pará, CESUPA, Brasil, integrante do Grupo de Pesquisa Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais – ICJ/UFPA.



que gerou uma estrutura social profundamente desigual e excludente (BECKER, 2006, p. 144).

Este progresso industrial legou à população altas taxas de pobreza. No Pará 19,2% da população encontra-se em pobreza extrema, havendo dados semelhantes em toda região amazônica segundo levantamento do IBGE realizado em 2010. Percebemos o resultado disto na quantidade de pessoas excluídas do mercado e da sociedade, sofrendo constantes violências pela sua condição de extrema pobreza. Por vezes medidas surpreendentes são tomadas com a articulação do poder estatal, como o recente caso de nossa Polícia Militar ter utilizado um ônibus apenas para transportar pessoas em situação de rua de um local a outro a fim de higiene social.

Cabe, portanto, compreender as condições sociais e a composição da população em situação de rua em Belém, nunca esquecendo do plano de fundo capitalista e as mudanças do neoliberalismo. Neste sentido, O objetivo deste trabalho é investigar a relação entre catadores de materiais recicláveis em situação de rua e cooperativas de catadores de materiais recicláveis em Belém do Pará. Para tanto, foram utilizados procedimentos bibliográficos e de campo, com o escopo de inventariar dados qualitativos a respeito da relação entre cooperativas e catadores de materiais recicláveis em situação de rua. Desse modo, a análise de cunho explicativo “registra fatos, analisa-os, interpreta-os e identifica suas causas”³ – permitiu que se estabelecessem conexões entre os itens estudados.

Cabe pontuar que os dados foram obtidos por meio de coleta de depoimentos, entrevistas e registro fotográfico. A pesquisa de campo aconteceu em diversos espaços de rua e em uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis da cidade. A pesquisa foi realizada em rodas de conversa⁴, considerando que o público em questão não reage bem a entrevistas estruturadas ou semi-estruturadas. Não será revelado o nome dos entrevistados, sendo utilizado neste trabalho nomes fictícios. Deste modo, houve registro *in loco* dos catadores em situação de rua e daqueles organizados em cooperativa.

Reconhecendo a importância da conjugação de saberes, o conhecimento científico foi tomado a cabo em consonância com o empírico. Consideraram-se, para a consecução das considerações finais, sobretudo a experiência prática e o relato dos grupos em questão.

2. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL E EM BELÉM/PA

A compreensão deste fenômeno é vasto e atravessa muitas áreas do conhecimento, de modo que ressaltaremos apenas alguns pontos desta experiência no Brasil. Antes de

³ MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico. 6ª ed. Editora Atlas: São Paulo, 2011.

⁴ Instrumento de educação popular transversal e horizontal que acontece por meio do diálogo e da produção de sentido coletivo. Nestas rodas, a fala é expressão de modos de vida. É uma postura ético-política diante das pessoas envolvidas.



compreendermos o presente das ruas, precisamos resgatar o passado. Durante o Império, as Leis Criminais criminalizavam a mendicância e na República a mendicância e a vadiagem possuíam dois capítulos inteiros definindo-as como contravenção. Havia cinco artigos aos mendigos e três aos vadios (MELO, 2011, p.13). Este é o tratamento que as pessoas em situação de rua receberam e o pensamento conservador ainda enraizado nas instituições e nos brasileiros nos traz.

O que caracteriza este grupo, de modo geral, é estabelecer no espaço público (sejam praças, ruas, calçadas etc.) o local de suas relações privadas. Isto acontece por um processo complexo de exclusão, uma situação extrema de ruptura de relações familiares e afetivas, a não adequação parcial ou completa ao mercado de trabalho. Processos que acontecem por diversos fatores sociais (desemprego, conflitos familiares, drogas), sendo multifacetado e irreduzível a explicações simplistas (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2015, p.3).

Tais pessoas são estigmatizadas pela sociedade e pelo Estado, restando-os no máximo visões assistencialistas e paternalistas, quando não a própria higiene social e a criminalização da pobreza, o que torna missão ingrata o retorno ao convívio social fora das ruas e o ingresso no mercado de trabalho.

O Brasil, como todo país de grande acumulação de capital, manifesta a pobreza extrema de diversas formas, inclusive naturalizando a existência de muitas pessoas habitando as ruas. Foi no ano de 2004 que a primeira grande ação estatal para população em situação de rua apareceu de modo concreto no Brasil, com a criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) assegurando cobertura e serviços a pessoas nesta condição. Mas uma legislação específica e a conceituação do que seria população em situação de rua apenas foi definido apenas no ano de 2009, quando entrou em vigor o decreto-lei 7.053 que instituiu a Política Nacional para População em Situação de Rua.

População em situação de rua ficou definido como um grupo heterogêneo que possui em comum: 1) a pobreza extrema; 2) os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados; 3) a inexistência de moradia convencional regular, utilizando logradouros públicos e áreas degradadas como espaço de moradia e sustento. Este conceito não necessariamente limita o nosso pensamento sobre o que seria esta população, mas criou parâmetros muito interessantes, inclusive a própria nomenclatura de alguém “em situação” de rua, colocando tal condição como transitória. Ninguém é de rua, mas está em situação de rua⁵.

⁵ Conforme escrito na lei: “Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária



Somente em 2008, com 20 anos da Constituição de 88, foi realizado e publicada a primeira pesquisa nacional sobre a população em situação de rua, o primeiro censo realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Diversas dificuldades foram enfrentadas, pois não havia parâmetros para a identificação dos métodos e critérios, além de necessitar contato com pessoas que diariamente fogem do poder público, principalmente das fardas policiais. Tais números precisam ser atualizados, mas servem de parâmetro para compreender o fenômeno da população em situação de rua nas grandes cidades brasileiras, nos 71 municípios com mais de 300.000 habitantes.

A pesquisa identificou 31.922 pessoas em situação de rua, equivalendo a 0,061% da população das grandes cidades (BRASIL, 2008). O censo nacional não foi atualizado, mas algumas cidades como São Paulo realizaram diversas pesquisas próprias e identificaram um aumento considerável que deve se repetir nos outros municípios. No ano de 2000 havia 8.706 pessoas em situação de rua em São Paulo, conforme pesquisa da própria prefeitura; em 2009, havia 13.666 e em 2015, 15.905. De 2009 a 2015 houve um aumento anual de 2,56% na população de rua.

A população de rua possui algumas características marcantes. 82% são do sexo masculino; 53% entre 25 e 44 anos; 67% são negros; 70,9% exerce alguma forma de atividade remunerada; 15,7% pedem dinheiro como fonte de renda; 17,1% não sabem escrever; 70% dorme nas ruas; 51,9% possuíam parentes na cidade e, destes, 38,9% não mantinham contato com seus parentes; 88% não recebem qualquer auxílio de programas governamentais. Dentre os principais motivos para estar na rua identificou-se: alcoolismo/drogas: 35,5%; desemprego: 29,8%; problemas familiares: 29,1%; perda da moradia 20,4%; separação/decepção amorosa: 16,1%. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2008)

Os relatos recebidos são sempre acompanhados de falas sobre a grande discriminação sofrida. Há impedimento de acesso à diversas áreas das cidades e a serviços públicos, como a rede de saúde ou mesmo o acesso a transportes coletivos.

Em Belém foi realizada pesquisa pelo professor da UFPa Thomas Mitschein chamado “A população em situação de rua em Belém e Ananindeua (Pará)” publicada em 2014 contabilizou a existência de 403 pessoas em situação de rua em Belém e 116 em Anindefua (MITSCHHEIN, 2014). A pesquisa possui dados essenciais, entretanto, é certo aos trabalhadores da rede de assistência social que trabalham com população de rua que este número é inferior à realidade, principalmente se levarmos em conta o recente aumento devido às condições políticas e sociais.

ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.” (BRASIL, 2009).



Em Belém e Ananindeua no ano de 2010, 129.458 (8,3%) da população vivia entre a linha da indigência da pobreza e 86.305 (6,2%) abaixo da linha da indigência (MITSCHHEIN, 2014, p.21). Esta pobreza é tão grande que torna muito presente a existência de pessoas temporariamente nas ruas.

55,2% das pessoas entrevistadas por Mitschein (2014, p.41) já foram presas ou apreendidas, há grande envolvimento com a violência e as drogas e outros dados terríveis, como 58,1% não procurarem unidades de saúde em caso de doença. As pessoas não se sentem aptas a utilizar serviços públicos.

Deste modo, a situação das pessoas na rua em Belém é desumana e cabe avançarmos na compreensão deste contexto e em como podemos mudá-lo. E para a melhor compreensão local, necessitamos do diálogo com diversas áreas do saber e cabe desenvolver um pouco de alguns temas fundamentais à compreensão do tema.



Fonte: Gilberto Guimarães - arquivo pessoal. Registro realizado em 09 de outubro de 2016, encostado na Basílica de Nossa Senhora de Nazaré no dia da trasladação do Círio de Nazaré em Belém do Pará.

3. COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM BELÉM DO PARÁ.

As cooperativas configuram-se como espaços de trabalho, socialização e resistência de um grupo social que é histórica e culturalmente excluído dos processos: os catadores e catadoras de materiais recicláveis. Assim, estes locais são, ao mesmo tempo, espaços de



recebimento e venda de produtos a serem reciclados e ambientes de diálogo dos pares e fortalecimento do grupo.

Estes lugares emergem ao final do século XX e tem a sua importância legitimada juridicamente no ano de 2010, a partir da vigência da lei 12.305 de 2010 cujo objetivo foi implementar a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS.

O modelo das atuais cooperativas de catadores de RSU que conhecemos, marcado pela parceria com as prefeituras municipais, característico da Região Metropolitana de São Paulo, disseminou-se pelo País a partir do início da década de 1990. Tal parceria se processa, essencialmente, pela cessão, por parte das prefeituras municipais, de galpões de triagem, equipamentos e veículos de coleta (Ribeiro e Besen, 2007) e, em contrapartida, os cooperados oferecem sua força de trabalho, organizados sob a forma de cooperativas. (MAGNI, 2014, p. 149)

Em que pese os membros destas cooperativas, observou-se certa desconfiança dos cooperados quanto à aceitação de pessoas em situação de rua em seus estabelecimentos. *“Muitos deles são viciados em droga. Aqui a gente só aceita pessoas que nós conhecemos, para evitar problemas”* – afirmou a catadora Maria, pertencente a uma cooperativa no bairro da Cremação (Entrevista realizada em 28/09/2017).

Nesse sentido, também foi possível depreender dos relatos que a carência de documentos de identificação – RG, CPF, certidão de nascimento, título de eleitor – das pessoas em situação de rua e a sazonalidade do trabalho para estes são fatores impeditivos.

Em Belém a realidade é dura e menos articulada em movimento social ou cooperativas que em certos locais do Brasil, como São Paulo. O processo de crescimento das cooperativas na grande Belém começa apenas pós o fechamento do lixão do Aurá, desativado ao final do ano de 2015. Assim foi relatado por Marcos, uma das lideranças da cooperativa visitada durante a pesquisa: *“Todos nós viemos do Aurá. Eu comecei a trabalhar lá aos doze anos, com o meu pai. Depois que fechou, eu me uni a eles para abrir a cooperativa aqui na Cremação”* (Entrevista realizada em 28/09/2017).

No entanto, a falta de regulamentação, sobretudo pelo governo federal – fato relatado pelos catadores – configura um entrave para a melhoria das condições de trabalho e garantias trabalhistas como a carteira assinada. Inclusive, atualmente este é pleito fundamental da cooperativa mencionada.



Fonte: Juliana Maia – arquivo pessoal. Registro realizado em 28 de setembro 2017, na sede de uma cooperativa no bairro da Cremação.



Fonte: Juliana Maia – arquivo pessoal. Registro realizado em 28 de setembro 2017, na sede de uma cooperativa no bairro da Cremação.

A triagem é realizada na sede da cooperativa, após o chamado “porta a porta” – este consiste no recolhimento dos materiais despejados na rua, em edifícios residenciais, empresas e órgãos públicos – e dá-se em atuação conjunta dos cooperados. Geralmente, o “porta a porta” é feito no início da manhã e o quantitativo recolhido é separado pela tarde.



Após isto, os materiais são vendidos para os fornecedores conforme a tabela de preços abaixo:

PRODUTO	VALOR/KG
Garrafa PET	R\$ 0,6
Garrafa de água sanitária	R\$ 0,7
Latinha	R\$ 2
Papel branco	R\$ 0,8
Papel misto	R\$ 0,3
Papelão	R\$ 0,12
Papel de jornal	R\$ 0,25

Fonte: Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis localizada no bairro da Cremação.

4. CATADORES EM SITUAÇÃO DE RUA E COOPERATIVAS: A MARGEM DA MARGEM

Na coleta de dados realizada com catadores de materiais recicláveis constatou-se diversas características. Apesar da dificuldade na aproximação de diversas pessoas, foram entrevistadas 10 catadores em situação de rua, todos do sexo masculino, gênero predominante nas ruas.

Destes, 7 sequer sabiam da existência de cooperativas de catadores de recicláveis, havendo uma enorme falta de informação sobre que materiais reciclar e a melhor forma de vender o material coletado. Dos três que sabem da existência, apenas um tentou se tornar cooperado, mas não conseguiu por falta de documentos, como é comum às pessoas em situação de rua.

Sintetizaremos os relatos coletados na fala de Raimundo, que possui 37 anos já cata latinhas há 6 anos. Raimundo relata o individualismo e a disputa, uma marca comum aos catadores: *“Parece que cada um quer catar só para si. Existe bastante egoísmo.”*, sendo este um dos desafios à troca de informações sobre segurança no contato com o lixo, preços de venda e a própria cooperação nas ruas. Há a corrida contra os lixeiros do município e a disputa com outros catadores. O tempo é curto.

Raimundo também relata o preconceito com o seu trabalho: *“As únicas pessoas que conversam comigo são o gari e o vendedor de bombons. Até estranho quando me oferecem alguma ajuda. Já teve conhecido meu que passou por mim e não falou comigo enquanto eu estava trabalhando.”*. Deste preconceito decorre inúmeras dificuldades de trabalho e a estigmatização de um trabalho tão importante para a cidade.

Raimundo relata que a organização seria um passo fundamental à melhoria de quem depende de matérias recicláveis, sendo as cooperativas uma esperança, já que quem cata latinhas sempre está buscando opções melhores para o seu trabalho e alguma forma de segurança maior.



João, catador em situação de rua há anos, diz que cata latinha porque “as *latinhas gostam de mim, elas não me tratam feito lixo*”, sintetizando o grande motivo relatado para catar recicláveis: a exclusão e a violência cotidiana, de modo a buscar um trabalho que não necessita do contato humano.

5. TRABALHO E RECONHECIMENTO

Em termos de trabalho, não obstante à importância do trabalho do catador como o agente fundamental na cadeia produtiva da reciclagem – seja independente ou organizado em coletividade – a carência política pública neste setor é notória e foi relatada por todos os entrevistados.

Sobre a importância desta profissão, Freire (2010) afirma que “o catador, pertencendo a associações e cooperativas ou não, é o primeiro agente da cadeia responsável por retirar o material reciclável do lixo e fazer uma prévia triagem e separação [...]”

Desta feita, observou-se que a profissão de catador, muitas vezes, é a forma que o indivíduo encontra de abandonar a criminalidade e evitar o desemprego. “*Eu já tirei três amigos do crime e trouxe para catarem latinhas comigo. Assim, pelo menos a gente consegue manter o vício sem roubar ninguém.*” (Entrevista realizada em 10/10/2017).

Pode-se avaliar que a falta de informação sobre a existência de cooperativas na região central de Belém é resultante da constante marginalização da população de rua de atividades profissionais.

À medida que cresce o número de trabalhadores sem carteira, que passam a depender da inserção na estrutura produtiva pelas formas precárias de ocupação, em segmentos não-organizados, como as atividades mercantis simples realizadas por empresas familiares, trabalhadores autônomos, pequenos prestadores de serviços e serviços domésticos em trabalho em domicílio, trabalho, por peças, vendedores ambulantes, biscateiros, cuidadores de carros, engraxates etc., são mais pessoas que deixam de ter acesso a direitos trabalhistas, como décimo terceiro salário, adicional de férias, seguro-de-desemprego, FGTS e vários benefícios previdenciários, caindo numa situação de pobreza crescente. Seguramente, um caminho percorrido por várias pessoas em situação de rua. Pois, no Brasil, as políticas de proteção ao trabalho asseguram cobertura especialmente aos que ocupam postos de trabalho vinculados a ocupações do segmento organizado, com carteira assinada ou autônomo, cuja ocupação é reconhecida legalmente. (SILVA, 2009, p. 238-239)

Portanto, o trabalho destes ainda é um estigma, são vistos como pessoas perigosas e não desejadas, mesmo prestando um serviço à cidade. Os catadores trabalham em condições precárias, por valores baixíssimos e não têm o seu trabalho reconhecido, estando



à margem. E nesta margem da rua, possuem dificuldades no ingresso em cooperativas que são um mecanismo para o reconhecimento dos trabalhadores, inclusive para fins de INSS.



Fonte: Juliana Maia – arquivo pessoal. Registro realizado em 18 de outubro 2017, na sede de uma cooperativa no bairro da Cremação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após termos definido o que é a população em situação de rua, os catadores de materiais recicláveis e suas características, analisamos as condições dos catadores de material reciclável em situação de rua em Belém do Pará e a sua dificuldade de ingresso em cooperativas que melhorariam a condição do seu trabalho.

A pesquisa de campo é difícil, mas podemos chegar a algumas conclusões. Primeiro que a vida dos catadores de materiais recicláveis, sejam em situação de rua ou em cooperativa, é de extrema precariedade e estes seguem à margem das relações laborais reconhecidas, vivendo em situação de extrema pobreza. Entretanto, a situação dos que estão em situação de rua é mais delicada, pois a estes falta diversas informações de segurança no trabalho, de locais de venda e possuem maior dificuldade de trabalho, já que recebem um estigma ainda maior pela sociedade, sendo tratados com violência.

Os catadores em situação de rua não conseguem amenizar a sua situação entrando em cooperativas porque a ausência de documentação, fato comum à população em situação de rua, inviabiliza a sua entrada como cooperado. Estes são mal vistos inclusive pelas cooperativas, sendo relegados ao trabalho solitário.

Desta maneira, acreditamos que este trabalho é um passo inicial à compreensão desta categoria tão marginal e um caminho para pensar como levar a cooperação e o



reconhecimento destes enquanto trabalhadores, um desafio que necessita de maior escuta das pessoas que dependem de catar matérias recicláveis. Apenas assim a difícil relação entre catadores de rua e catadores de cooperativas poderá se aproximar.

REFERÊNCIAS

BRASIL, lei nº 12.305, de 2 de Agosto de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em 11 de abril de 2017.

BECKER, B. K. . Limitações ao Exercício da Soberania na Região Amazonica. In: Couto, J. A. C.. (Org.). Ciclo de Estudos sobre a Amazonia. Brasília: Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2006, v. , p. 135-220.

BRASIL. Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009.

BRASIL. Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua, 2008. Disponível em:<http://www.criancanaoederua.org.br/pdf/Pesquisa%20Nacional%20Sobre%20a%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20Situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Rua.pdf>. Acesso em: 01.01.2017

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Guia de Atuação Ministerial : defesa dos direitos das pessoas em situação de rua / Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília : CNMP, 2015.

FREIRE, Tatylen. A Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos no município de Belém: uma análise do gerenciamento e da geração de renda através da reciclagem de resíduos sólidos (1997/2010). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2010. p. 18.

MAGNI, A. A. C.; GUNTHER, W. M. R.; Cooperativas de catadores de materiais recicláveis como alternativa à exclusão social e sua relação com a população de rua. Revista Saúde Soc. São Paulo, v.23, n.1, p.146-156, 2014.

MELO, TOMÁS HENRIQUE DE AZEVEDO GOMES A Rua e a Sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua. Dissertação UFPR, Antropologia social, 2011.

MITSCHEIN, Thomas; CHAVES, Jadson F; GONÇALVES, Tadeu O.; MONTEIRO, Valdemir C. A população em situação de rua em Belém e Ananindeua (Pará). Belém: IEMCI/ UFPA, 2014.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Censo da população em situação de rua de São Paulo. 2015. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/observatorio_social/2015/censo/FIPE_smads_CENSO_2015_coletivafinal.pdf. Acesso: 01/01/2017.

SILVA, M. L. L. Trabalho e População em situação de rua no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.



CIDADES E TRANSFORMAÇÕES DO URBANO NA AMÉRICA LATINA

PRAÇA DOM PEDRO II E SUAS FUNÇÕES SIMBÓLICAS: UM ENTENDIMENTO DOS LUGARES

Andrei Tavares Fernandes (UEA)¹
atf.geo@uea.edu.br
Gerliane de Sousa castro (UEA)²
gdsc.geo@uea.edu.br
Rebeca Teixeira Dantas (UEA)³
rtd.geo@uea.edu.br

RESUMO

O espaço geográfico pode ser melhor compreendido a partir do seu subespaço, o lugar. É no lugar que acontecem as relações entre sujeitos percebidos em classes sociais ou em frações minoritárias. A Praça Dom Pedro II em Manaus é um lugar que carrega muitos significados expressos tanto em no seu passado, como no seu presente. A praça e seu entorno foi o recorte espacial da pesquisa. Como objetivo, buscou-se compreender as principais funções simbólicas que o lugar produz em razão de seus principais sujeitos, dispostos em classes sociais ou frações de classes que mais usam e consomem o subespaço. Como resultado foi possível identificar diversos lugares que a praça produz como: lugar de memória, lugar histórico, lugar de refúgio, lugar de trabalho, lugar de atividades físicas, diversão e entretenimento e lugar turístico, que foram identificadas a parti de diferentes grupos que se apropriam de diferentes formas da praça, atribuindo a ela diferentes funções simbólicas. Contudo, é possível perceber que a Praça Dom Pedro II é um lugar espaço que recebe diferentes tipos de grupos ou classes de indivíduos, onde essa diversidade de pessoas transforma esse local em diferentes lugares, lugares esses que são consumidos de diferentes maneiras, que no âmbito geográfico constitui diferentes relações dos indivíduos nesse lugar.

Palavras-chave: Praça Dom Pedro II, Espaço Geográfico, Funções Simbólicas.

1. INTRODUÇÃO

O espaço geográfico é formado por “sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2006, p. 12), isto é, um conjunto indissociável. Os objetos podem se tornar lugares em virtude das ações dos sujeitos. Esse autor define os lugares como um dos vários subespaços e que cada unidade se define tanto por sua existência corpórea, quanto por sua existência relacional, ou seja, é dessa maneira que passam a existir e a diferenciar-se um dos outros.

¹ Licenciado em Geografia, professor na rede municipal de educação – AM.

² Estudante de graduação em Geografia, pela Universidade do Estado Amazonas – UEA.

³ Estudante de graduação em Geografia, pela Universidade do Estado Amazonas – UEA.



Os lugares podem ser considerados como objetos, mas não são quaisquer tipos, pois eles se enquadram em uma classe especial, isto é, que não se pode transportar de um ponto a outro (TUAN, 1983). Eles estão fixos na superfície terrestre e também são construídos pelo homem ou estão dispostos no espaço geográfico na sua forma natural, além disso, podem manter vários tipos de relações entre si e formarem uma rede de lugares.

O lugar para seus usuários ou seus sujeitos, pode ter sua percepção limitada, isto é, a imagem pode não ser clara como destaca Tuan (1983, p. 3) se referindo que o lugar, “sua imagem pode não ser nítida, a menos que possamos vê-lo de fora e pensemos em nossa experiência”. Por essa razão é que se busca entender os lugares e suas funções que na atualidade que se distinguem ou se mantêm com relação as funções que lhe são projetadas no momento da concepção.

Das funções que o espaço pode desempenhar, a função de ser um lugar para se viver o cotidiano, para trabalhar, se refugiar ou subsistir, se enquadram perfeitamente nas funções da Praça D. Pedro II. Afinal de contas, a praça é lugar para isso, ou seja, um lugar para experiências individuais ou coletivas.

Uma das noções de praça utilizada na pesquisa é que “praças são espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio das populações, acessíveis aos cidadãos e livre de veículos, definidos pela malha urbana formal e que não ocupem mais 2 ou 3 quadras consecutivas” (MACEDO & ROBBA, 2002, p. 3)

A ideia de praça no contexto da pesquisa, abrange ainda a concepção de um espaço urbano. Segundo Santos (2006, p. 211), “o espaço urbano reúne áreas com os diversos conteúdos técnicos e socioeconômicos”, ou seja, relacionam as ações humanas sob os aspectos e sua transformação em materiais. Em Corrêa (2000) o espaço urbano representa um aspecto fragmentado e articulado. Ainda nesse autor, um espaço urbano ou, uma praça urbana pode ser concebida como um conjunto de fixos e fluxos e que podem se modificar ao longo do tempo e de forma tanto o fixo, quanto o fluxo, influenciam-se um ao outro.

As praças como espaços urbanos nas cidades atuais também têm suas funções ratificadas a todo momento com o crescimento urbano exagerado, e, do ponto de vista da qualidade ambiental urbana, sua existência é fundamental. Nessa perspectiva podem se considerar três importantes qualidade: seu valor ambiental, melhoria na ventilação e aeração urbana; valor funcional, como importante opção de lazer; valor estético e simbólico, a partir de objetos referenciais cênicos na paisagem da cidade, exercendo importante papel na identidade do bairro ou da rua (MACEDO & ROBBA, 2002). Com base nas qualidades de valores ambientais, valores funcionais e estético ou simbólico que a construção dos entendimentos do lugar foi construída.



A Praça Dom Pedro II e seu entorno como museus, bares, prédios antigos entre outros formam um complexo de lugares que podem estar carregados de simbolismo. Para a compreensão simbólica dos lugares, Corrêa (2012, p.135) enfatiza que eles são “Criados e recriados pelos diversos grupos sociais, os significados se expressam em símbolos ou formas simbólicas que constituem traços fundamentais do ser humano”.

Mota (2008) destaca que mudanças estruturais e funcionais das praças de Manaus não são apenas um processo local, mas algo que vem acontecendo a séculos. O autor aponta a necessidade dos regates históricos das praças e a identificação de funções como lugar de sociabilidade, contestação, entretenimento, ludicidade, lazer e liberdade. Seguindo as referências desse autor tem-se outras noções de praças contextualizando a temática para a realidade de pesquisas em Manaus.

O termo função simbólica não é um termo comum da literatura geográfica, no entanto, expõem-se aqui a princípio os conceitos que são usados em Urbanismo e Design bem como pelo teórico do desenvolvimento cognitivo, Jean Piaget, que servem de base para uma diferenciação de função a partir do entendimento de lugar simbólico na percepção do geógrafo Lobato Corrêa.

Na área do Design Industrial, segundo Gomes (2007) e Berdoulay (2002) a função simbólica se liga com a espiritualidade do homem quando este se excita com a percepção de um objeto. Remetendo e estabelecendo relações com componentes de experiências e sensações anteriores. É determinada por todos os aspectos espirituais e psíquicos de uso do objeto.

Para Piaget (apud FREITAS, 2010 p. 148), função simbólica é a capacidade de usar representações mentais à que se atribuem significados. A ideia desse autor é aplicada no contexto do desenvolvimento cognitivo humano nas primeiras idades indivíduo, isto é, crianças a partir dos dois anos de idade.

Esses três exemplos são encontrados nas pesquisas bibliográficas em áreas diferentes ramos de conhecimento, mas não se encontram facilmente nas literaturas da Geografia se não por outra forma de se interpretar o termo.

Milton Santos mensura a função simbólica dos lugares em um breve trecho de sua obra A Natureza do Espaço, afirmando que:

O enfoque geográfico supõe a existência de objetos como sistemas e não apenas como coleções: sua utilidade atual, passada, ou futura vem, exatamente, do seu uso combinado pelos grupos humanos que os criam ou herdaram das gerações anteriores. Seu papel pode ser apenas simbólico, mas geralmente, é também funcional (SANTOS, 2006, p. 46).

O geógrafo Lobato Corrêa apresenta o entendimento de lugares simbólicos como fruto das tensões dos agentes sociais, criadores e usuários de significados (CORRÊA, 2012). Se



o lugar é simbólico sua função também é. É a partir desse entendimento que propõe se o termo “função simbólica” nessa pesquisa. As funções simbólicas da praça Dom Pedro II nada mais são que os tipos de significações do lugar compreendidas a partir do seu uso, seu consumo, expressos nas relações dos sujeitos em classes ou em frações de classes.

Tendo em vista todo esse entendimento simbólico que os lugares produzem o objetivo desse trabalho buscou compreender as principais funções simbólicas que o lugar produz em razão de seus principais sujeitos, dispostos em classes sociais ou frações de classes que mais usam e consomem o subespaço.

2. METODOLOGIA

A Praça Dom Pedro II está localizada no bairro Centro da cidade de Manaus. Contudo, antes de ser conhecida pelo seu atual, esse local passou por diversos eventos sociais e históricos, desde a década de 1850, até o início do século 20. Isso fez com que o lugar tivesse ao longo de sua história no contexto urbano, vários nomes como: Largo do Pelourinho e Largo do Quartel (década 1850); Praça da República (1890); Praça do Desembargador Rego Monteiro (1923); Praça da Redenção (1924); Praça General Menna Barreto (1924) e Praça Dom Pedro Segundo II (1925).

Para a realização desse trabalho sucedeu primeiramente um levantamento bibliográfico, pois, se fez uma constante pesquisa nas literaturas da área da geografia principalmente àquelas cujo temas serviram de referências básica e que já tratavam da problemática dos propostos pela pesquisa.

A ida a campo também se verificou a ocorrências dos fenômenos durante o dia e durante a noite, na tentativa de identificar em que fração do dia haviam as intensidades das interações entre sujeito e objeto, nesse caso, o lugar.

Foram feitas observações diretas no lugar nos horários de 6h da manhã as 23h 30 em dias alternados da semana, sendo que eram feitas uma observação por turno por exemplo: segunda-feira pela manhã, quarta-feira pela tarde, sexta-feira apenas pela noite. Em dias de eventos na praça as observações eram feitas das 12h até depois do encerramento as 23h 30.

Com a devida atenção aos depoimentos direto com os sujeitos, como, moradores do entorno da praça, os moradores de ruas, prostitutas, usuários e vendedores de drogas, guardadores de carros, visitantes dos museus próximos, fez-se anotações sobre a história do lugar e sobre suas experiências com o mesmo, ou seja, o que mais lhes significava e que vinham logo a memória. Sobre as experiências e informações conseguidas nos diálogos diretos com os sujeitos, as anotações permitiram a confirmação das diferentes percepções do lugar e assim compreender a função praça na atualidade.



A participação nos eventos culturais tanto como pesquisador e participante também foi importante para a compreensão dos hábitos e das práticas culturais dos sujeitos. Os eventos foram as feiras, palestras, visitas aos museus e uma visita acompanhada por especialistas de turismo e antropologia.

3. RESULTADOS E CONCLUSOÊS

A Praça Dom Pedro II em Manaus possui funções simbólicas, reflexo das práticas culturais de classes sociais ou frações de classes. Durante o processo de ocupação, os lugares ganham diversas funções simbólicas, além daquelas programadas pelos seus criadores e idealizadores ou não. O “não”, se entende por conta da presença dos sujeitos das frações de classes sociais subsistentes, mas que imperam com relação ao tempo de vivência no lugar. Com isso, se por um lado, há práticas que aparentemente predominam e que possuem mais visibilidade, e se por outro lado, há uma fração de classe quase invisível.

Entender o lugar, além da função simbólica, é investigar também o tempo de seu uso e de seu consumo. A ideia de praça é sempre associada a um espaço público, lugar de encontro, reuniões, eventos culturais, monumentos belos ou com historicidades relevantes. Na perspectiva simbólica, os lugares “resultam de complexo processo de criação, interno ou externo, para o qual há várias tensões que envolvem diferentes agentes sociais, criadores e usuários de significados”. As transformações ou a preservação, parcial ou não desses lugares, são resultados do processo complexo. Além disso também há a ressignificação de seu status político, religioso, étnico ou histórico, sujeitos ou não ao processo de mercantilização do espaço.

O Sentido simbólico do lugar segundo Corrêa (2012) pode ser atribuído por diversos sujeitos como os moradores, por pessoas que vivenciam ou não o lugar, ou por uma população inteira, gestores dos lugares em todas as esferas públicas ou empresários, cada um com seu interesse. Se lugar é simbólico, as funções dele também podem a ser entendidos nessa dimensão. A Praça Dom Pedro II onde os sujeitos das classes realizam suas atividades, vivem suas experiências superficial ou profundamente.

3.1 Lugar de Memória

Aos moradores a função simbólica da praça se enquadra como um lugar de memória. Em diálogo com antigos moradores o lugar lhe traz muitas lembranças como a do tempo em que havia um bonde que fazia o transporte das pessoas que transitavam na área do centro da cidade e que hoje é denominada de Centro Histórico. Ao redor do lugar onde funcionava também um dos primeiros hotéis da cidade, o famoso Hotel Cassina (figura1).



Figura 1: Ruínas do antigo Hotel Cassina



Fonte: Andrei Fernandes, 2016.

Em relato, um morador revelou que em um acidente sua avó teve os dedos amputados em um bonde passava nas proximidades e que essa lembrança sempre era revivida por ela antes do seu falecimento.

Uma moradora relatou também as diversas festas que aconteciam na praça e também como algumas construções modernas foram erguidas com o passar dos anos o que descaracterizou o lugar que só possuía prédios com fachada e estruturas mais antigas. As presenças de prostitutas na redondeza sempre fizeram parte do lugar contrariamente a presença de guardadores de carros que surgiram com os anos. Alguns bares também já não existem mais, pois fecharam as portas há anos. Algumas famílias se mudaram restando apenas suas casas abandonadas como se mostra na foto (figura 2). Houve relatos também que a presença de crianças que brincavam com nas proximidades da praça já não se repete mais na atualidade.

Figura 2: Casas e prédios abandonados



Fonte: Andrei Fernandes, 2016.

Um morador mais jovem relatou ainda que por várias reformas a praça passou. Houve anos em que ela ficou interditada por mais de ano e isso fez diminuir a presença de turistas e as vendas de seu comércio. Após algum tempo a praça era reaberta e que com isso o momento das pessoas voltava a normalidade. Havia também um grande movimento na praça pois, ao lado da praça funcionavam a Prefeitura de Manaus e a câmara de vereadores além do antigo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes Cargas - IAPETC que atraía muitas pessoas para o lugar.

3.2 Lugar Histórico

A função simbólica do lugar como histórico pode ser associado ao nível de percepção histórica que se tem do próprio. Se a historicidade do lugar não é difundida ou é ocultada, sua expressão corresponderá a poucos significados e que poderá tornar um objeto sem o seu devido valor histórico por mero desconhecimento diante dos sujeitos.

Aos sujeitos que possuem uma carga de conteúdo histórico de um lugar os valores simbólicos destes subespaços se mostram acumulativo como se fossem camadas de histórias, e que representam as diversas funções simbólicas que um lugar ou um objeto possa ter.

Em uma recente visita a Praça Dom Pedro II, liderada por uma professora e um grupo de alunos de curso de Turismo, alunos de Arquitetura, observou-se que o interesse pelo lugar era coletivo, pois as informações sobre o valor histórico dos lugares é tema comum e de grande relevância nas disciplinas. Dessa forma, a percepção desse grupo dava ao lugar a função simbólica de lugar histórico.



3.3 Lugar de Refúgio

Verificou-se que a praça é lugar de refúgio para usuários de drogas e de descanso para moradores de ruas. Por não possuir um grande movimento de pessoas no lugar e no seu entorno, alguns usuários de drogas buscam refúgio para que possam consumir entorpecentes tranquilamente. Entre eles estavam algumas prostitutas, guardadores de carros, traficantes, moradores de rua, e alguns lojistas que aparecem geralmente no horário das 12h do dia. Com exceção dos lojistas, a ideia de lugar de refúgio também se aplica no caráter cooperativo entre os membros desse grupo. Alguns ladrões que atuam na área do centro de Manaus já são conhecidos pelo eles, quando algum deles aparece na praça os membros dos grupos que se fazem presente acabam por intimidá-los com a justificativa que a presença deles na praça poderá “pegar mal” para eles.

3.4 Lugar de Trabalho

Seguindo a lógica de trabalho, exercem atividades remuneradas do cotidiano do lugar os seguintes sujeitos: guardadores, algumas prostitutas a procura de clientes, vendedores de drogas, taxistas e garis. Os lavadores de carros possuem uma boa relação com os donos dos veículos que são estacionados no entorno da praça. Os traficantes possuem renda a partir da venda de maconha e pasta básica de cocaína. Taxistas também fazem da praça um ponto de taxi de segunda sexta. Para os garis, a praça é um lugar que deve ser limpo todos os dias.

Figura 3: Casas e prédios abandonados



Fonte: Andrei Fernandes, 2016.

Nos dias de eventos culturais, a praça se torna em ambiente de trabalho a outros sujeitos como mostra as fotos acima (figura 3): vendedores de comidas que atuam nas áreas de dentro (A) ou de fora da área destinada ao evento, empreendedores, profissionais de segurança em frente ao Paço Municipal (B), eletricitas, técnicos de som e iluminação, auxiliares de serviços diversos que cuidam da montagem e desmontagem de barracas e da limpeza do lugar (C), repórteres e fotógrafos profissionais, além de músicos e dançarinos (D).

3.5 Lugar de atividades físicas, diversão e entretenimento

Devido à ausência de espaços acessíveis as práticas de atividades físicas, é comum ver pela manhã bem cedo, militares praticando corrida em na calçada em torno da praça. Pela noite, também é possível encontra adolescentes e rapazes jogando futebol ao lado da praça, isto é, na Rua Sete de Setembro. A estrutura urbana da área do Centro Histórico de Manaus apresenta poucos espaços públicos com essas características devido a essa parte da cidade está dentro das políticas de preservação de lugares históricos e ainda, sendo que outros espaços funcionam como estacionemos.

Nos dias de eventos são instalados ao lado da praça, espaços destinados as crianças e a adultos que buscam diversão de alguma maneira. É possível brinquedos como pula-pulas, bicicletários e espaços destinados para fotos. Uma nova modalidade de entretenimento que se pratica na praça é o jogo virtual Pokémon Go e que na primeira edição da Feira do Paço atraiu muitas pessoas de várias, mas na sua maioria jovens. Com essa estrutura, o lugar ganha a função de diversão e entretenimento.



3.6 Lugar turístico

A ideia de lugar turístico é mais conceitual, nesse caso diz o conceito que: todo lugar em que houver a presença do turista, ainda que solitário ou aventureiro pode ser considerado um lugar apropriado pela prática social do turismo. A expressão designa lugares que tem um potencial dessa prática social.

O termo “potencial” também é simbólico quando assim é considerado pelos gestores da cidade, quando se restauram, quando se criam ou quando se idealizam no caso das paisagens urbanas com valor histórico para o futuro uso rentável como produto. O IPHAN em conjunto com o Estado trabalha em conjuntos para a conservação do patrimônio histórico e que é consumido pelo turista que registra as imagens do lugar ou naturalmente as grava em sua memória.

4. Um entendimento do Lugares

A Praça Dom Pedro II é um lugar onde se identificou as diferenças entre os dois grupos de classes de sujeitos considerados na pesquisa, isto é, uma classe social mais evidente midiaticamente e outra fração de classe menos evidente. Identificou-se que a classe social mais evidente é aquela que participa dos eventos culturais, que têm a duração de um a dois dias por mês e que vem de encontro com o projeto Passo a Paço da Prefeitura de Manaus, o chamado público alvo. Identificou-se ainda que a fração de classe é o grupo de sujeitos que convivem a mais tempo no lugar e isso, pela mídia local, não é evidenciado segundo as notícias de jornais online (figura 4).

Figura 4: sites de jornais com manchetes referentes a eventos na Praça Dom Pedro



Fonte: Noticiário digital

De agosto a novembro de 2016, recorte temporal da pesquisa, a Praça Dom Pedro II realizou se cinco eventos culturais no lugar: 1ª Feira do Paço (14/08); 2ª Feira do Paço (11/09); Visita Monitorada – 10ª Primavera dos Museus (21/09); 3ª Feira do Paço e 347º Aniversário de Manaus (23 e 24/10); e 4ª Feira do Paço (13/11). Esses eventos trouxeram sujeitos de classes sociais que, de uma a duas vezes ao mês compareceram ao lugar, tornando a praça em lugar de encontro, de consumo de cultura. A mídia local divulgou os eventos e a presença dos sujeitos e isso justifica a visibilidade ou sua dominação ao menos no dia dos eventos.

A cada mês, as classes sociais de maior visibilidade midiática comparecem de uma a duas vezes por mês no lugar expressando o uso e o consumo do subespaço. O tempo das ações desses sujeitos é bastante curto com relação a permanência no lugar, pois não há atrativos em todos os fins de semanas. A praça e seu entorno formam um complexo de lugares que, tanto nos dias de semanas, quanto nos fins de semana sem eventos, não recebem muitos usuários. Na ausência de eventos culturais e do público alvo, é que se altera o uso e ocupação do lugar com as frações de classes sociais, isto é, duas temporalidades no mesmo lugar, a dos dias de eventos e a do cotidiano.

Observou-se que as frações de classes são aqueles que vivenciam o lugar com mais frequência, isto é, todos os dias da semana com exceção de um ou dois dias no mês. Esses sujeitos possuem o tempo a seu favor e a visibilidade midiática local. A ideia de tempo, pode ser exceder o cronológico como o que se refere Santos (2006), em distinguir que não é tempo da máquina ou dos instrumentos em si, mas as ações que animam os objetos.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os lugares só se tornam o que são a partir da presença dos sujeitos que lhe atribuem diversos significados. A identificação dos sujeitos que convivem na Praça Dom Pedro II oportunizou a compreensão das várias funções simbólicas, isto é, o entendimento dos vários tipos de lugares para o mesmo espaço. Esses entendimentos são frutos do uso do espaço que por sua vez, torna o lugar carregado de simbolismo.

A partir dessa pesquisa, foi possível identificar diversos tipos de lugares compostos dentro da Praça Dom Pedro II, e conseqüentemente adquirem diversas funções simbólicas, e foram identificadas o lugar de memória, histórico, refugio, trabalho, atividades físicas (diversão e entretenimento) e turístico e que esses diferentes lugares tem uma função simbólica diferente para cada indivíduo que se apropria desse lugar.

Entretanto, alguns desses lugares só foram possíveis de serem observados através da intervenção do poder municipal na praça e seu entorno, pois na falta de eventos culturais esse lugar é “tomado” por sua maioria, por indivíduos que são marginalizados pela sociedade utilizando esse lugar como diferentes propósitos.

Portanto, essa representação simbólica reúne que a Praça Dom Pedro II e a essência em sua concretude, ou seja, um lugar que estabelece a relação entre o espaço vivido e o simbolismo, cujo o seu interesse valoriza essa identidade criada pelas funções simbólicas que ocorrem nela.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, R. L. Estrutura, Processo, Função e Forma. In: **Região e Organização espacial**. 7.ed. São Paulo: Editora Ártica S.A., 2000, p. 75-80.

CORRÊA, R. L. Espaço e Simbolismo. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, P.C da C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Olhares Geográficos, Modos de Ver e Viver o Espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 133-150.

BERDOULAY, V. Espaço e Cultura. In: INÁ, C. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 101-131.

FREITAS, M. L. A evolução do jogo simbólico na criança. **Ciência e Cognição**. Campinas, 20 dez.2010. Disponível em: <<http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/viewFile/343/240>>. Acesso em: 5 ago. 2017.



MACEDO, F.F.; ROBBA, F. As praças na cidade atual. In: **Praças Brasileiras**. São Paulo: Edusp, 2002, p. 44-45.

MOTA, V. S. Praças públicas: a alegria constante do fluxo ao fixo. In: **Espaços públicos de lazer em Manaus**. Manaus: Valer, 2008.

SANTOS, Milton. A Dimensão Espacial do Cotidiano. In. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, p. 217-222.

SANTOS, Milton. O espaço: Sistemas de objetos, sistemas de ação. In. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, p. 38-5

TUAN, Yi-Fu. A perspectiva da experiência. In: **Espaço e Lugar**. São Paulo: Difel, 1983, p. 1-3.

**GT 07 - Cidades e Transformações do Urbano na América Latina**

A questão habitacional em projetos de urbanização de favelas em Belém/PA

Monique Bentes Machado Sardo Leão (UFPA)¹
monique.bentes@gmail.com
Leonardo Gabriel Braga Arruda (UFPA)²
arrudalgb@gmail.com
Letícia Ribeiro Vicente (UFPA)³
leticiavicente26@gmail.com
Alberto Patrick Cassiano Lima (UFPA)⁴
albertopclima@gmail.com

RESUMO

A urbanização de favela enquanto modelo de intervenção preza pela inserção de infraestrutura e equipamentos comunitários em área de assentamento precário, tendo como princípio a permanência da população e opondo-se a projetos que gerem grandes remoções. Nos casos em que há necessidade de deslocamento, são priorizadas soluções habitacionais de preferência próximas à área atingida a fim de minimizar impactos na vida dos deslocados. Neste contexto, a proposta deste artigo é debater a questão habitacional nas experiências de urbanização de favelas em Belém/PA tendo como estudo de caso experiências recentes de reassentamento, a saber: Portal da Amazônia, Vila da Barca e Taboquinha. Nos três casos houve a necessidade de intervir em áreas de ocupação palafíticas, com famílias sendo realocadas para conjuntos habitacionais localizados na área de intervenção. Apesar do avanço histórico que o reassentamento na área representa, ainda se nota em Belém uma dificuldade no gerenciamento das remoções e nas soluções habitacionais ofertadas. O adensamento populacional e o custo financeiro das indenizações e urbanização torna o processo de desapropriação lento, havendo resistências de moradores e dificuldade na negociação. Questionam-se também os projetos habitacionais standardizados que não dialogam com o modo de vida amazônico e que podem significar rupturas e dificuldades de adequação a moradia. Desta forma, a proposta do artigo é contribuir com a discussão sobre intervenções urbanas em assentamentos precários, questionando o processo de reassentamento e soluções habitacionais em experiências em Belém/PA, cidade amazônica localizada no norte do país.

Palavras-chave: Remanejamento, Reassentamento, Habitação, Baixadas, Urbanização de favelas.

1. INTRODUÇÃO: POLÍTICA HABITACIONAL PARA AS BAIXADAS DE BELÉM

A Região Metropolitana de Belém (RMB) chega ao século XXI com dados alarmantes em comparação a outras regiões metropolitanas brasileiras. A RMB é a região metropolitana que apresenta a maior presença de domicílios em áreas de assentamento

¹ Arquiteta e urbanista (FAU/UFPA), Mestre em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFPA), Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (FAU/UFPA).

² Graduando em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (FAU/UFPA).

³ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (FAU/UFPA).

⁴ Arquiteto e urbanista (FAU/UFPA).



precário, segundo o Censo de 2010 a RMB apresentava 53,9% de sua população vivendo em aglomerados urbanos subnormais e 52,5% dos domicílios particulares ocupados estavam localizadas nessas áreas. Segundo a Fundação João Pinheiro (2016) a RMB precisaria vencer um déficit habitacional de 84.525 domicílios.

Destaca-se ainda, na pesquisa do IBGE, a presença de uma grande área contígua de aglomerados próxima a área central de Belém, apontada com 65.797 domicílios e 268.085 habitantes, essa área é correspondente as “baixadas” junto ao Rio Guamá, caracterizadas por ocupações de origem mais antiga e consolidadas em terrenos originalmente sujeitos a inundações periódicas de maré (IBGE, 2010).

As características socioespaciais em Belém têm exercido importância nas questões habitacionais e na forma como a população de baixa renda busca estratégias de moradia (LIMA et al, 2007). Ao final da década de 1950, com a ocupação mais densa da cidade, esta começou a ultrapassar seus limites formalmente urbanizados em direção às áreas inundadas (baixadas), os limites para o crescimento eram apenas parcialmente definidos, e a cidade crescia livremente, ocupações ocorreram em áreas do setor privado e das instituições localizadas dentro das fronteiras da Primeira Léguas Patrimonial. Em 1980, a população de Belém vivendo em baixadas foi estimada em 70% do total de habitantes urbanos vivendo no núcleo principal da cidade (LIMA, 2000).

Desta forma, é evidenciado um destaque de ações do setor habitacional em Belém relacionadas a projetos de saneamento das baixadas, destacando a presença de duas linhas de ações em programas habitacionais em Belém: 1- Remoção e Reassentamento da população de áreas alagadas (década de 1960 a 1980) e 2- Urbanização e Regularização Fundiária de áreas de assentamento precário (a partir da década de 1990) (PINHEIRO et al 2007).

Em Belém foi notável, sobretudo no período entre 1960 a 1980 a presença de uma política habitacional que agia através de programas de remoção populacional e de construção de conjuntos habitacionais na periferia distante, sendo o eixo da Rodovia Augusto Montenegro e o Município de Ananindeua as principais localizações. Esses conjuntos estavam desarticulados com o centro da cidade, dificultando o acesso a trabalho, serviços e equipamentos urbanos para as famílias deslocadas.

É observado que o modo de vida tradicional/ribeirinho não era um item a ser discutido nem tampouco considerado relevante nos projetos de reassentamento, já que a moradia rural nesse período é considerada como referência a pobreza e atraso (CARDOSO, 2007), sendo elaborados pelo poder público, projetos de arquitetura modernista que deveriam resocializar essa população através de moradias que “ensinassem” um novo modo de vida. No caso de Belém, havia também aspectos financeiros que limitavam propostas



mais adaptadas a região já que a principal preocupação era suprir a alta demanda. Assim, os projetos perdiam a qualidade para poder executar-se o maior número possível de moradias e ou lotes (LEÃO, 2013).

Na década de 1980, com a redemocratização do país e a Constituição de 1988, a urbanização de favelas será o principal modelo de intervir em assentamentos precários no país, consistindo em inserção de infraestrutura e redução do número de remoções através de programas de regularização fundiária, a exemplo do projeto Riacho Doce em Belém.

Porém, foi a partir da década de 2000 que se observou uma mudança mais expressiva na área das políticas urbanas e habitacional no país, em parte como contribuição do projeto de governo da administração pública federal no período Lula (MARICATO; 2011). Cita-se a criação do Ministério das Cidades – Midades em 2003, a aprovação do projeto de lei de criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e a criação do Sistema Nacional de Habitação – SNHIS em 2005.

Em 2007, com a criação do PAC (Programa de Aceleração e Crescimento), destaca-se a proposta do PAC urbanização de assentamentos precários, para financiar projetos com ações integradas em habitação, saneamento e inclusão social (BRASIL, 2010). É importante salientar que o PAC-UAP irá recomendar o mínimo possível de remoções, e que os remanejamentos ocorram próximo do local de origem, em habitações servidas com estrutura básica e equipamentos comunitários, garante o atendimento de unidades de uso misto, e incentiva a participação social no processo (BRASIL, 2010). Medidas que visariam a manutenção dos laços de vizinhança e sem alterar a distância casa-trabalho anterior.

Atualmente Belém possui 13 projetos financiados pelo PAC-UAP, sendo 9 contratados pelo Governo do Estado do Pará (GEP) e 8 pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB), totalizando a construção de 7.476 UHs (IPEA, 2016):

Quadro 1: Projetos do PAC UAP em Belém

Projeto	Investimento total de 2007 a 2014 (R\$ milhares)	Período Seleção
Taboquinha	77.876,01	Out/2007
Liberdade	41.859,23	Abr/2008
Comunidade Pratinha	30.298,73	Out/2007
Riacho Doce e Pantanal - 1ª, 2ª e 3ª etapa.	57.075,90	Out/2007
Comunidade Fé em Deus	22.723,45	Out/2007
Comunidade Pantanal Mangueirão	27.134,94	Out/2007
Urbanização - Portal da Amazônia	25.930,21	Ago/2007 -
Vila da Barca 3ª etapa	68.957,38	Ago/2007
Vila da Barca - Arthur Bernardes	13.633,27	Nov/2010
Urbanização - Bacia do Paracuri	68.763,36	Dez/2007
Urbanização - Estrada Nova - Subbacia - bairros Jurunas, Cidade Velha e Batista Campos	66.417,34	Dez/2007

Fonte: PAC balanço 2015-1018, estado Pará.



Em geral, os projetos financiados pelo PAC em Belém, são resultantes de intervenções que já haviam iniciado (através de outras linhas de financiamento como o Pró-Moradia), ou pela mobilização da população e articulação com representações de movimentos de moradia (IPEA, 2016). A maior parte dos projetos pertencem a primeira geração de contratos via PAC realizada em 2007, no entanto, após uma década, nenhum foi finalizado, problemas referentes a obras atrasadas e demora para entrega de moradias são presentes em todos os projetos.

Neste contexto, o intuito deste trabalho é apresentar como o componente habitacional tem sido tratado em urbanizações de assentamento precário em Belém, para isto serão estudados três casos recentes de projetos que estão em execução: Vila da Barca, Portal da Amazônia e Taboquinha, intervenções que recebem recursos do PAC.

2. A CASA NAS BAIXADAS: O MODO DE VIDA URBANO RIBEIRINHO EM BELÉM

Belém tornou-se um centro de atração na Região Amazônica, principalmente pelos serviços oferecidos. Essa atração provocou (e provoca) migrações para a capital, por diversos motivos, pois a cidade apresenta-se como um lugar de possíveis oportunidades (emprego, serviços, etc.). Entretanto, pessoas vindas de zonas rurais, de cidades do interior do estado ou até de outros estados, muitas vezes não conseguem inserir-se dentro do setor formal, adentrando uma zona de informalidade e precariedade que é característico do modo de urbanização das cidades da Amazônia (BECKER, 2012).

Em Belém, essa ocupação da população de baixa renda dá-se, na parte central da cidade, em áreas de “baixadas”, sendo assim denominadas por estarem abaixo da cota de 4m e serem alagáveis (ABELÉM, 1989). A ocupação dessas áreas possibilita a essa população migrante algumas vantagens, como a proximidade aos serviços presentes no centro da cidade, bem como a facilidade de transporte e empregos, ainda que sazonais e informais.

Por esses migrantes assentarem-se nessas áreas alagáveis, estes constroem suas casas de acordo com a realidade do local, muitas vezes constituídas em palafitas, que são habitações suspensas por pilotis geralmente em madeira. Estas reproduzem, por vezes, uma espacialidade presente nos modos de vida do interior, possuindo uma configuração linear, varanda na parte da frente, funcionando como elemento de transição; banheiro ao fundo ou fora da casa; cozinha com jirau (extensão da cozinha para preparo de alimentos e lavagem de louça); quintal para criação de animais ou pequenas plantações (GAYOSO, 2009).



Destaca-se que apesar de uma forma de autoconstrução que demonstra uma realidade ribeirinha, as palafitas inseridas em contexto urbano não possuem infraestrutura para atender a necessidades básicas, como sistema de esgoto, coleta de lixo adequada (situações que não ficam restritas as áreas palafíticas, mas estão presentes em boa parte da cidade informal). Por esse motivo, ou pelo menos aparentemente por este, são elaboradas propostas de reurbanização com remanejamento de moradores, visando por vezes à valorização do solo e não necessariamente melhorar a condição de vida das pessoas.

Sendo assim, observou-se que o município de Belém possui uma trajetória em relação a projetos de intervenção urbana, os quais tem como propósito a melhoria da qualidade de vida das populações localizadas em assentamentos precários, principalmente, em Áreas de Preservação Permanente, por meio da inserção de infraestrutura, seja água, esgoto ou outros, e recuperação das áreas ambientalmente degradadas. Entretanto, estas intervenções têm seguido um viés sanitarista, que busca solucionar os problemas de drenagem a partir da retificação, canalização e tamponamento dos rios urbanos, além de solucionar problemas de integração viária (LEÃO, 2013; RODRIGUES *et alli*, 2012).

O viés sanitarista das intervenções tem sido justificado, sobretudo pelo cenário nos quais estas intervenções estão inseridas; onde a utilização do rio como solução de drenagem para despejo de esgoto *in natura* ou mesmo descarte de resíduos sólidos, acaba agravando os alagamentos e a proliferação de vetores de doenças nestes locais.

Assim, as intervenções demandam um contingente de remoções e reassentamentos/remanejamentos que podem ser justificáveis devido ao desadensamento dos leitos dos rios para tentar sanar os problemas ocasionados pelas moradias irregulares sobre os cursos d'água. Por outro lado, para além da questão ambiental e sanitária, a questão habitacional é tratada como setorial em detrimento das outras, ou melhor, dificilmente o reassentamento/remanejamento das famílias ocorrerá de forma a produzir algo satisfatório, sobretudo para a população atingida, visto que o padrão de produção de unidade habitacional para habitação de interesse social não considera a especificidade local do modo de morar, moldando a necessidade de cada família a um padrão de produção (barateado) da moradia.

Neste artigo serão analisados três casos em que houve remanejamento de famílias assentadas em áreas alagáveis, vivendo em palafitas para conjuntos habitacionais construídos em processos de urbanização de assentamentos precários. São estes o Portal da Amazônia, o Projeto Vila da Barca e o Projeto Taboquinha.



3. ESTUDOS DE CASO: SOLUÇÃO HABITACIONAL NO PORTAL DA AMAZÔNIA, VILA DA BARCA E TABOQUINHA

3.1 Vila da Barca

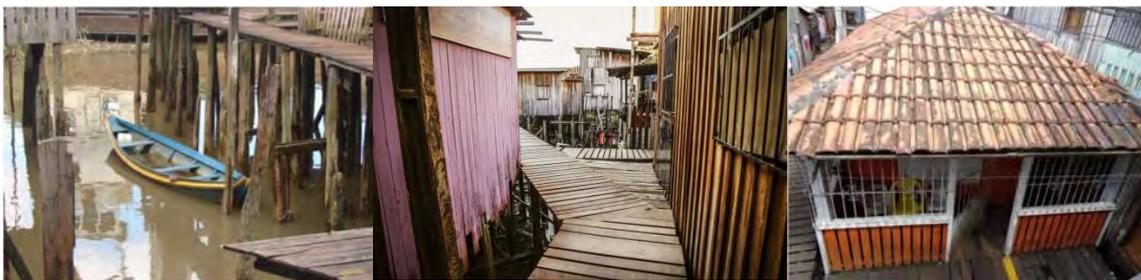
A Vila da Barca é uma comunidade majoritariamente composta de palafitas que se localiza no bairro do telégrafo, na cidade de Belém (PA). O processo de ocupação deu-se nas décadas de 1920/30, com intensa migração de moradores do interior do Estado do Pará para a capital assentando-se em área alagável, entretanto, em local próximo ao centro da cidade (possibilitando o acesso a emprego e serviços). A área configura-se como ribeirinha, sendo esta forma espacial definida por Trindade Jr (2002) como fator que possui o ponto central de identidade na intensa relação com o rio, com uma vivência que assume formas e espacializações nas palafitas (Figuras 1, 2 e 3).

A comunidade Vila da Barca é considerada um símbolo de resistência dentro da configuração da orla da cidade de Belém, por ter ido contra a pressão de empresas que passaram a controlar o acesso fluvial da cidade (através de portos privatizados) (SOUZA, 2011). A área atualmente passa por um processo de reurbanização, com remanejamento de moradores, configurando o Projeto Nova Vila da Barca (Figuras 4, 5 e 6). O motivo de elaboração do projeto foi a precariedade de saneamento da área das palafitas. Os órgãos executores do projeto são a Prefeitura Municipal de Belém através da Secretaria de Habitação (SEHAB) + Caixa Econômica Federal. O projeto foi dividido em três etapas (Quadro 2), prevendo a construção de 636 Unidades Habitacionais (UH), bem como equipamentos públicos. Atualmente as obras encontram-se paradas devido a problemas com a empresa contratada (SEHAB, 2011).

Quadro 2: Andamento das etapas do Projeto Vila da Barca

Etapas do Projeto Vila da Barca			
Etapa	Programa	Situação	Obras
1ª etapa (2007)	Morar Melhor	Etapa concluída	136 UH + estação de esgoto + praça
2ª etapa (2011)	Palafita Zero	Etapa inacabada	12 UH entregues de 92 previstas
3ª etapa	PAC	Etapa não iniciada	408 UH previstas + equipamentos públicos

Fonte: SEHAB, 2011. Elaboração: autores.



Figuras 1, 2 e 3: Comunidade Vila da Barca. Fonte: Memorial técnico descritivo das etapas II e III; Prefeitura Municipal de Belém, 2017; Silva, 2013.



Figuras 4, 5 e 6: Projeto Vila da barca. Fonte: Meia dois nove.

O projeto Vila da Barca apresenta como pontos positivos a implantação em blocos com plantas variadas, gerando diversidade tipológica, a escada externa, eliminando área condominial, além de prever diversos equipamentos sociais (buscando manter alguns que existiam na comunidade Vila da Barca). Entretanto, destaca-se que a concepção habitacional reproduz padrões espaciais que contrastam com a realidade local preexistente nas palafitas. Destaca-se que um dos ambientes que não foi incluído no programa de necessidades do projeto é o quintal, o qual fazia parte das relações espaciais ribeirinhas, nas quais os moradores costumam plantar, criar animais e utilizar o espaço externo para cozinhar, secar roupas, entre outras atividades.

Com isso nota-se que a vivência espacial das famílias é afetada pelo remanejamento, levando, por vezes, os moradores à adaptação habitacional (ainda que proibida formalmente), o que se agrava pelo fato de os sobrados serem de alvenaria estrutural. Outro ponto crítico é o problema com a gestão das obras que estão paradas devido a problemas de licitação (SEHAB, 2011) com a empresa construtora, não concluindo a segunda etapa e não iniciando a terceira etapa, a qual previa os equipamentos sociais (conforme quadro 2) tais como quadra, igrejas, associação, entre outras.

3.2 Portal da Amazônia

O Portal da Amazônia é uma proposta de requalificação das margens do Rio Guamá, através de aterro de terrenos do leito do rio para a viabilizar obras viárias e parque



linear, financiado com recursos federais (Ministério do Turismo e PAC), inclui a construção de habitações em área antes ocupada na maior parte por vilas de palafitas. O projeto faz parte de uma série de intervenções que ocorrem na Bacia da Estrada Nova, localizada na área sul de Belém, apresenta alta densidade populacional, além das rendas mais baixas da cidade.

A justificativa da intervenção seria resolver problemas antigos de saneamento e de urbanização na área. O planejamento do Projeto de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova se deu através da divisão em quatro sub-bacias, as quais acabaram possuindo diferentes projetos, linhas de financiamento e gerenciamento de obras. A sub-bacia 01, primeira a ser executada, é financiada pelo BID, sendo nomeada de “PROMABEN” (Programa de saneamento da Bacia da Estrada Nova), possui uma equipe própria para gerenciamento das obras. A sub-bacia 02, com obras iniciadas no mesmo período, recebe recursos do governo federal através do PAC Saneamento e PAC habitação, esta obra, atualmente, é gerenciada pela Secretaria Municipal de Urbanismo - SEURB e nomeada de “Projeto de macrodrenagem e urbanização da Estrada Nova”. As sub-bacias 03 e 04, com início de obras posteriores, possuem recursos também do PAC Saneamento, no entanto, é gerenciada pela Secretaria Municipal de Saneamento - SESAN.

O projeto Portal da Amazônia (gerenciada pela SEURB) também é subdividido, em “Projeto Orla”, corresponde ao viário e ao Parque linear implantados nas margens do Rio Guamá. Enquanto a área denominada de “Urbanização do Portal”, é referente à faixa continental ao viário construído, possui recursos do PAC Habitação para execução de conjunto habitacional e urbanização de vias em áreas antes ocupadas na maior parte por vilas de palafitas.

Para execução das obras era estimado inicialmente o reassentamento de aproximadamente 2000 famílias em toda a bacia da Estrada Nova, número que ao longo da execução foi reajustado. As soluções para reassentamento na área podem ser compreendidas a partir da linha de financiamento e órgão gestor do projeto. Em geral, os moradores possuíam duas formas de atendimento: receber indenização em dinheiro ou o reassentamento de famílias em situação de risco, selecionadas pelo projeto, conforme avaliação de técnicos da PMB. Nota-se que na área da sub-bacia 01, haveria recursos financeiros para a aquisição de material de construção e de moradia própria, apoio técnico na elaboração e execução dos projetos arquitetônicos e complementares para remoções parciais. É importante frisar que famílias sujeitas ao reassentamento para conjunto habitacional poderiam optar pela indenização em dinheiro (BELÉM, 2011).

Foram selecionadas duas áreas para a construção de conjuntos habitacionais: 1 - O Residencial Portal da Amazônia, localizado próximo à orla, atenderia aos moradores de vilas



palafíticas encontradas nas margens do Rio Guamá (figuras 7 e 8). Financiando através de recursos do PAC habitação, as obras encontram-se paralisadas desde 2012 por problemas de licitação da construtora. Neste conjunto são previstas 221 unidades, mas apenas um bloco foi entregue, e as famílias programadas para reassentamento estariam recebendo auxílio aluguel⁵. 2 - O Conjunto Estrada Nova, localizado na sub-bacia 02, atenderia as famílias remanejadas das quatro sub-bacias, seriam construídas 587 unidades habitacionais, financiadas pelo FNHIS. No entanto o conjunto não foi construído (quadro 3).

Uma terceira provisão habitacional foi implementada em 2011, visando cumprir o prazo máximo que o BID estabelecia para que os moradores recebessem auxílio-moradia (dois anos), portanto, as famílias atingidas pelas obras da sub-bacia 01, foram reassentadas no Residencial Comandante Cabano Antônio Vinagre⁶ (Figura 9), localizado a aproximadamente 6,5 km de distância da área. O conjunto recebeu 115 famílias. A proposta a princípio não foi bem aceita pela maior parte das famílias. Apesar de projetos de acompanhamento, são descritas várias dificuldades que estas enfrentam com a mudança, como gastos com contas e transporte, atividades comerciais são prejudicadas pela perda da clientela e da dinâmica do local de origem. Para os técnicos, apesar de considerarem a mudança complexa, sob uma perspectiva técnica e sanitária, aponta-se a qualidade ambiental melhorada e a oportunidade de moradia fora de uma situação de precariedade (LEÃO, 2013).

Quadro 3: Conjuntos habitacionais na Bacia da Estrada Nova

Conjuntos habitacionais na Bacia da Estrada Nova		
Conjunto Habitacional	Projeto habitacional	U.H.
Residencial Cabano (PROMABEN- BID)	1. 126 apartamentos e 17 lojas - 10 células dispostas em 05 blocos.	115
Residencial Portal da Amazônia (PAC)	1. 25 Blocos de 2 pavimentos com 8 unidades (42,83m ²) em cada; 2. 3 Blocos de 2 pavimentos com 6 unidades tipo + 1 PNE	221
Conjunto Estrada Nova I e II (FNHIS)	1. 5 Blocos de 2 pavimentos com 8 unidades (42,83m ²) em cada; 2. 9 Blocos de 3 pavimentos com 11 unidades em cada (PNE); 3. 34 Blocos de 3 pavimentos com 12 unidades em cada.	587

Fonte: LEÃO, 2013.

⁵ Conforme informação verbal de assistente social do PROMABEN.

⁶ Bloco habitacional que seria utilizado inicialmente para o reassentamento de famílias deslocadas pelas obras de duplicação da Av. João Paulo II na década de 1990, após anos com obras paralisadas, a prefeitura concluiu para atender os moradores da sub-bacia 01.



Figuras 7 e 8: Palafitas ainda não removidas e bloco residencial na área do Portal da Amazônia.

Fonte: Autores, 2012.



Figura 9 – Residencial Comandante Cabano Antônio Vinagre. Fonte: Prefeitura Municipal de Belém, 2016.

Observa-se que as propostas habitacionais não apresentam avanços tecnológicos, nem tampouco preocupações projetuais relacionadas ao modo de morar amazônico, sendo empregadas soluções estandardizadas. Durante o processo de remoção e reassentamento, houve relatos de: falta de comunicação da Prefeitura com a população atingida; atrasos na entrega da habitação e do auxílio-moradia; indenizações baixas e negociações arbitrárias. Ações consideradas retrógradas e que vão contra os princípios do PAC – UAP.

3.3 Projeto Taboquinha

O distrito de Icoaraci, no qual a comunidade Taboquinha está localizada, se encontra na parte norte da porção continental do município de Belém, às margens da Baía do Guajará, próximo à foz do rio Maguari, a cerca de 20 km de distância do centro da cidade. O distrito possui atividades comerciais e diversos serviços para atendimento da população local, além de conter uma zona portuária de pequeno e médio porte e indústrias situadas às margens da Baía do Guajará.



O nome Taboquinha faz menção ao igarapé Tabocal, o qual orienta o crescimento de parte da ocupação, uma vez que o acesso a suas margens era necessário para os moradores devido ser uma fonte de água e importante meio de acesso ao Rio Maguari e à Baía do Marajó. Suas margens começaram a ser habitada, por meio da tipologia palafita, a ocupação por moradias ocorreu precariamente, devido ao saneamento básico insuficiente e em áreas ambientalmente inapropriadas para a ocupação humana. Neste contexto, problemas sociais foram agravados devido à carência de condições de empregos e desenvolvimento econômico no distrito de Icoaraci. Neste sentido, as diretrizes projetuais direcionadas para a requalificação urbana da Comunidade Taboquinha buscam integrar urbanística e socialmente as populações residentes em assentamentos precários.

Para a execução do projeto Taboquinha estava previsto o remanejamento de 978 famílias para novas unidades habitacionais (unidades térreas de 39 m² e sobrados de 43 m²) (figuras 8 e 9), localizadas na própria área de intervenção. Além de prever a regularização fundiária de 1.410 imóveis (BRANDÃO, 2016) (figuras 10 e 11). Segundo a COHAB/PA, 97% dos moradores que seriam removidos, optaram pela unidade habitacional ao invés do recebimento de indenização (MPPA, 2010). Escolha motivada pela possibilidade de permanência na área e pela possibilidade de melhoria habitacional, já que a maioria vivia em moradias precárias.



Figura 10. Unidade habitacional unifamiliar: layout e perspectiva. Fonte: COHAB/PA (2007).



Figura 11. Unidade habitacional multifamiliar: layout e perspectiva. Fonte: COHAB/PA (2007).

Dentre as problemáticas que levaram ao atraso do remanejamento, lista-se imprevistos com a incorporação de terrenos para a construção de moradias, houveram problemas com desapropriações e de cunho geológicos em alguns terrenos que



apresentavam solos pantanosos e instáveis que necessitariam de readequação das fundações, o que significaria maiores custos (BRANDÃO, 2016).

Até 2015, foram concluídas 75,69% das obras de habitação e 51,59% de obras de infraestrutura (BRANDÃO, 2016). Atualmente, observa-se o impasse causado pelas remoções nas obras de desobstrução do curso d'água e da área prevista para recuperação da APP. Aproximadamente 300 famílias ainda precisam ser removidas, das quais a maioria, assentou-se na área em período posterior ao do levantamento cadastral, pela fragilidade do controle da área, além da própria expectativa da intervenção ter tornando-se um atrativo populacional (BRANDÃO, 2016).

Para estas famílias a solução encontrada pela COHAB/PA foi o reassentamento para o conjunto "Viver Primavera", localizado no Bairro do Tapanã (Aproximadamente 7 km), produzido pela prefeitura municipal de Belém por meio do PMCMV. A Secretária municipal de habitação disponibilizou para a COHAB/PA 270 U.H. no conjunto, sendo que até então 70 famílias haviam aderido a mudança (AGÊNCIA PARÁ, 2016). Outra solução para essas famílias é o programa Cheque Moradia, do Governo Estadual, que oferece auxílio para aquisição de materiais de construção para famílias com renda de até 3 S.M. Neste caso, seriam atendidas famílias que possuam terrenos localizados fora da área de intervenção.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos avanços da política urbana e habitacional no país, observa-se em Belém, uma dificuldade para avanços projetuais e tecnológicos na área da habitação de interesse social. Considera-se positivo o apoio a permanência da população na área de intervenção, através da provisão habitacional no local atingido e/ou regularização fundiária para moradores não removidos. No entanto, ainda há problemáticas de gestão e soluções técnicas.

Nos três casos estudados foram observadas situações de atrasos nas obras, e demora na entrega da unidade habitacional, algo prejudicial para a população atingida, gerando estresse e vulnerabilidade de famílias que esperam por suas unidades habitacionais.

Em relação a tipologia habitacional, a mais frequente foi o apartamento em sobrados ou blocos residenciais verticalizados. As soluções habitacionais propostas se mantêm sob a lógica econômica, são empregadas tipologias estandardizadas de interesse social, ou seja, modelos padronizados adotados pelo poder público, vistas principalmente nas intervenções da Bacia da Estrada Nova e Taboquinha. Nota-se que não há um estudo



maior para a proposta urbanística e habitacional que relacione a tipologia regional da casa e/ou ligue ao modo de vida do morador das baixadas. Não se observam, nos projetos, a organização e números de ambientes, bem como não há referências plásticas.

Considera-se positivo o esforço do projeto para a Vila da Barca, o qual representou uma tentativa de inovação habitacional em intervenções em Belém, no entanto, aponta-se que o projeto, em alguns aspectos, estaria desvinculado das características culturais relacionada ao modo de morar da população, o que levou a alterações realizadas pelos próprios moradores.

Por outro lado, torna-se alarmante práticas que vão contra os direitos humanos no processo de remoção e reassentamento, como coerção, indenizações baixas e falta de transparência, vistos em negociações com moradores da área da Estrada Nova.

Portanto, uma gestão transparente e que favorece a participação social, princípios do PAC-UAP, são itens que ainda apresentam dificuldade para implantação em Belém, o diálogo com a comunidade é deficiente tanto no processo de reassentamento, como no desenvolvimento projetual das soluções urbanísticas e habitacionais.

REFERÊNCIA

ABELÉM, Aurélia. Urbanização e remoção: por que e para quem? Belém, Centro de Filosofia e Ciências Humanas/ NAEA/UFPA, 1998. 165p.

AGÊNCIA PARÁ. Disponível em: <<http://agenciapara.com.br/Noticia/127658/cohab-remaneja-familias-da-comunidade-cubatao-para-novas-casas-no-tapana>> Acesso em: 20/11/2016.

BECKER, Berha. A urbe amazônida: a floresta e a cidade. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2013.

BELÉM, Prefeitura Municipal de. Plano Específico de Reassentamento – PER (Sub - Bacia 01 – Trecho 1). Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova PROMABEN. 2011.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Urbanização de Favelas: a experiência do PAC – Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2010.

BRANDÃO, Ana Júlia Domingues das Neves. Entre os Rios e as Favelas: O PAC nas Baixadas da Bacia da Estrada Nova e Comunidade Taboquinha. 2016. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. p. 126-137.

CARDOSO, Ana Cláudia. O Espaço Alternativo: vida e forma urbana nas baixadas de Belém. Belém: EDUFPA, 2007.



COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ. Comunidade Taboquinha. Projeto oficial licitado Belém: COHAB-PA, novembro, 2007. CD-ROM. [Projeto executivo de engenharia e urbanismo, desenhos técnicos digitais].

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ. Comunidade Taboquinha. Planta geral de urbanização e seções esquemáticas. Belém: COHAB-PA, 02 dez. 2011. CD-ROM. [Desenhos técnicos digitais.]

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/painel/?nivel=st>>. Acesso em: 12 fev. de 2016.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Aglomerados subnormais, primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Projeto governança metropolitana no Brasil. Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: análise comparativa das funções públicas de interesse comum (Componente II) - Região Metropolitana de Belém. Rio de Janeiro: IPEA, 2016. GAYOSO, Solange. Habitação e redes sociais: A lógica do uso da casa em habitações urbanas. Papers do NAEA, Belém, N° 256, 2009. LIMA, José Júlio. Regulatory Instruments and Urban Form: Searching for Social Equity in Belém, Brazil. Oxford, 2000. Tese (Doutoramento) – Oxford, Oxford Brookes University. 2000.

LIMA, José Júlio Ferreira *et alli*. A questão habitacional na Região Metropolitana de Belém. In: CARDOSO, Adauto Lúcio (org.). Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Porto Alegre: ANTAC, 2007. (Coleção Habitare).

LEÃO, Monique. Remoção e reassentamento em baixadas de Belém: Estudos de caso de planos de reassentamento (1980-2010). 2013. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Belém, 2013. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis - RJ, p. 15-46, 2011.

MPPA, Ministério Público do Estado do Pará. Icoaraci: MP realiza reunião sobre o projeto Taboquinha. 06/03/2013. Disponível em:

<<http://www.mppa.mp.br/index.php?action=Menu.interna&id=2040&class=N>> Acesso em: 20/11/2016. PINHEIRO Andréa *et alli*. Experiências de promoção de habitação de interesse social na Região Metropolitana de Belém: estudos de caso Conjunto Paraíso dos Pássaros e Vila da Barca. In: CARDOSO, Adauto Lúcio (org.). Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Porto Alegre: ANTAC, 2007. (Coleção Habitare). RODRIGUES, Roberta *et alli*. Urbanização das baixadas de Belém-PA: transformações do habitat ribeirinho no meio urbano. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 15., 2013, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Anpur, 2013.

SOUZA, Alessandra. Vila da Barca, das palafitas ao conjunto habitacional: análise da (im)permanência dos moradores na área. 2001. 203f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

SEHAB, Secretaria Municipal de Habitação de Belém. Relatório de Gestão de setembro de 2010 a setembro de 2011, 2011.

TRINDADE JR, Saint-Clair. Imagens e representações da cidade ribeirinha na Amazônia: uma leitura a partir de suas orlas fluviais. Humanitas, Belém, v.18, n.2, p.135-148, 2002.



GT 07 – Cidades e transformações do urbano na América Latina

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - HIS - VERTICALIZADA, UMA OPÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA QUE PRECISA SER REVISTA: O QUE PENSAM OS MORADORES, NO BRASIL E, NA ARGENTINA?

Ednilson Luiz Santana Menezes (FAU-UNLP) ¹
edniluiz@yahoo.com.br

RESUMO

Historicamente, as populações mais pobres de Salvador foram impelidas para as áreas periféricas ou inóspitas, como encostas, o que veio agravando o dilema do déficit habitacional. A insolvência desse problema social no Brasil evidencia que as políticas habitacionais, implantando conjuntos com centenas de unidades unifamiliares, geralmente nas periferias, tornaram-se inviáveis nas grandes metrópoles. Esta comunicação aborda este problema pesquisado em Salvador e, comparativamente, também em Buenos Aires, Argentina. Pretende-se compartilhar informações no sentido de contribuir para uma diminuição, senão eliminar, o progressivo déficit habitacional entre famílias mais pobres, em ambos os países, através do uso da tipologia arquitetônica verticalizada/em altura, e, que se possa aperfeiçoar a qualidade dos projetos habitacionais, proporcionando melhores condições de vida, com dignidade, segurança e conforto para aquelas famílias, impossibilitadas de acesso ao mercado formal. As informações aqui são oriundas de estudos de caso desenvolvidos entre 2014 e 2016, em três projetos executados no Brasil e, outros três, naquele país, em edifícios habitacionais multifamiliares. Tanto aqui, quanto lá, um dos projetos pesquisados foi da década passada e, os dois outros, desta década. Nas seis comunidades fizeram-se análises das moradias, mediante Avaliação Pós-Ocupação - APO, por amostragem estatística, aplicando-se questionários escritos a moradores nas seis comunidades, e a diversos profissionais envolvidos nos projetos. Além da revisão bibliográfica, foram realizadas entrevistas, algumas durante eventos comunitários, tanto nas três de Salvador, como em uma de Buenos Aires. Há muito por se fazer, pois, constatou-se que a mencionada tipologia continua sendo utilizada com sérias falhas, apontadas pelos moradores. Algo preocupante.

Palavras-chave: Avaliação Pós-ocupação; Habitação de Interesse Social; Políticas públicas urbanas; Projetos de HIS; Percepções de moradores sobre HIS.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

Esta comunicação² basicamente reproduz parte dos relatos feitos por moradores nas três comunidades pesquisadas em Salvador (Recanto Feliz/Paraíso Azul, no bairro de

¹ Engenheiro civil e historiador. Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Nacional de La Plata (FAU-UNLP), Argentina. Mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFBA). Especialista em Educação (Faculdade São Bento/Salvador-BA).

² Este artigo faz parte do rol de atividades desenvolvidas pelo autor, Luiz Menezes, doutorando da Facultad de Arquitectura y Urbanismo da Universidad Nacional de La Plata – Argentina, sob a orientação do prof. Jorge Lombardi (FAU-UNLP) e do prof. Marcos Jorge (co-orientador (UFBA), Brasil), com a tese intitulada “Soluções para Habitação de Interesse Social: tipologia e custos. De Salvador a Buenos Aires - estudo da



Costa Azul onde foram aplicados 78 questionários entre aqueles moradores, Condomínio 27 de Abril, no bairro Dorón, com 52 consultados e, Perseverança, em Pernambuco, com 39 contribuições) entre janeiro de 2014 e setembro de 2015. O questionário aplicado, segundo recomendações de Ornstein (1992), foi estruturado em 33 questões, duas das quais subdivididas, e se compõem de informações voltadas para a parte estrutural dos edifícios, a de material e de serviços utilizados na construção dos mesmos, bem como, sobre conforto ambiental – sob variação de temperatura, insolação, precipitação pluvial, privacidade acústica – e aspectos inerentes ao processo – projeto e execução - das obras: participação de moradores, prazos, custos, atendimento por parte das instituições responsáveis, entre outros. Semelhantemente, o mesmo questionário também foi aplicado em 3 comunidades argentinas, entre junho e agosto de 2015, diferenciando-se apenas de uma 34ª questão, específica para saber-se o que os moradores achavam da Ley 962, de dezembro de 2002, a qual estabelece que na cidade de Buenos Aires, capital federal, não se pode construir prédios para habitação com 3 ou mais pisos, além do térreo, sem a implantação de elevador. A **metodologia** deste trabalho compreendeu, ainda, a consulta à literatura pertinente ao tema, seja de alguns autores clássicos, como de alguns mais recentes, bem como, visitas às comunidades, consultas a mais de duas dezenas de profissionais – engenheiros, arquitetos, assistentes sociais, geógrafos, urbanistas e advogados -, diretamente vinculados ao tema, entre os quais vários que atuaram na elaboração e execução dos projetos, seja pela iniciativa privada – construtoras -, ou pelo Estado, através de funcionários da empresa responsável, que no caso do Brasil ficou a cargo da CONDER. Na presente comunicação, deu-se mais prioridade aos resultados obtidos a partir das contribuições dos moradores das referidas comunidades.

Convém esclarecer que o ponto de partida, que originou a mencionada **tese**, está centrado na preocupação deste autor, com a melhor utilização da tipologia arquitetônica verticalizada nos projetos de políticas públicas para Habitação/*Vivienda* de Interesse/*Interés* Social – HIS/VIS – nos grandes centros urbanos da América Latina, em especial no Brasil e Argentina, para se enfrentar o crescente e preocupante problema neste setor, particularmente quanto às pessoas de mais baixa renda. Daí, o **objetivo** principal da mesma tese é fundamentar a viabilidade daquela tipologia, e, assim, contribuir para oferecer melhor utilização desta, bem como, para tornar mais rica, tanto quantitativa como qualitativamente a discussão entre as mencionadas pessoas de baixa renda e demais interessados no assunto, como, por exemplo, a Academia e associações comunitárias. Realidade aquela, que, por si

verticalização/construção em altura como uma opção eficiente destinada a populações de baixos recursos em áreas de grandes cidades, entre 1937 e 2017”.



só, já é motivo suficiente para a **justificativa** de se tratar este tema em diversas instâncias ao mesmo inerente.

1.2 Contexto histórico

No Brasil, a Lei de Terras, criada em 1850, ano do início institucional do processo de extinção da mão de obra escrava, com a abolição do tráfico negreiro, foi um marco importante na problemática habitacional para a população de baixa renda, pois, a partir daquela Lei, as terras devolutas, ou sem registro de propriedade em cartório, perante o Estado, tornava as mesmas de propriedade deste. Na década de 18(50), a Argentina cria o seu Código Rural. Ainda que por motivos específicos em ambos os países, pode-se admitir que em comum a ambos os casos há a intenção do controle da terra para assegurar o domínio latifundiário por poderosos, dificultando, por um lado, a apropriação pelos mais pobres e negros libertos daqui, e, por outro, a fixação forçada das levas de imigrantes que vinham da Europa, naqueles idos, tanto para trabalhar nos cafezais brasileiros, quanto nos campos produtores de lã argentinos. Nesse contexto, as populações mais pobres de Salvador foram impelidas, até hoje, de forma perversa pelos mais abastados, para resolverem seus problemas de habitação, nas áreas periféricas da cidade ou em regiões inóspitas ou, ainda, em encostas, que, sem qualquer proteção, em épocas de chuvas vieram se tornando focos de desmoronamentos e pesadelos com mortes.

Em Buenos Aires, capital federal, o dilema da falta de habitação entre os mais pobres, tornou-se mais relevante, no início do século passado, por novas levas de imigrantes europeus, provindos, desta vez, do pós-Primeira Guerra, agravado este quadro, progressivamente, com as sucessivas e alternadas crises econômicas que aquele país vivenciava, desde então, até os dias atuais. A insolvência desse problema social, no Brasil, evidencia que as políticas habitacionais executadas pelo Estado, a partir da década de (19)30 até a década dos (19)80, implantando numerosos conjuntos com centenas de unidades unifamiliares, e multifamiliares, geralmente nos bairros mais longe do centro, penalizando seus moradores em sua rotina diária, tornaram-se inviáveis nos grandes centros.

1.3 Contexto atual

No Brasil, estima-se que os índices de favelização giram em torno de 12% da população tanto para a cidade de São Paulo como para a de Curitiba; de até 20%, respectivamente, em Belo Horizonte e Porto Alegre; e, de 25% da população da cidade do



Rio de Janeiro. Tem-se que Salvador, Recife, Fortaleza, São Luiz e Belém ultrapassam, cada uma, os 30% de sua população, referentes às pessoas que vivem em favelas. (Maricato, 2012, p. 186). Nessa situação, Salvador possui cerca de 60% das suas habitações sendo autoconstruídas; 70% de sua população vivendo em cerca de 32% da área do Município e computando um déficit habitacional que gira em torno de 100 mil habitações, das quais 80% correspondem aos de mais baixa renda, segundo Katherine Funke, em seu artigo “Habitação é Desafio” (Jornal A Tarde, Salvador, 12 de jun. 2005. Caderno Local, p. 3).

Já na Argentina, cerca de 30 a 35% dos núcleos urbanos, equivalentes a 40% da população deste país e de cuja população dos núcleos 60% são de jovens com até 17 anos de idade, não são servidos por algum tipo de benefícios de infraestrutura - água, esgoto, pavimentação, iluminação, etc. -, segundo constata Augustin Savia, do Grupo de Pesquisa Observatório, da *Facultad de Arquitectura de la Universidad Católica de Buenos Aires*. Este cenário de precariedade nas condições de habitabilidade das populações mais pobres, em ambos os países, que de resto não é diferente nos demais da América Latina, faz parte de uma perversa lógica do fenômeno da globalização, sob cujo fenômeno constatou-se

[...] grandes inversiones en los años noventa, priorizando cinco ejes: dinámica inmobiliaria y nuevas tipologías de espacio residencial; difusión de grandes equipamientos de consumo, ocio, espectáculo y turismo; consolidación-ampliación de los distritos de gestión empresarial; nuevas lógicas de localización del capital industrial; y rediseño de la red de transporte metropolitano [...] con] la dualidad y contradicciones de dichos procesos, con tendencias hacia la modernización y globalización, por un lado y hacia la profundización de la exclusión social, por el otro. (CICCOLELLA, 2000).

Isto sintetiza o que se diz ultimamente sobre as disparidades socioeconômicas que se ampliaram, com o Consenso de Washington (1989), e que ainda merece um empenho maior para, por parte dos responsáveis, administrar-se melhor a questão, a partir do Estado, mas não somente, incluindo diversos segmentos da sociedade, como a Academia, por exemplo.

2. UMA SOLUÇÃO TÃO ANTIGA QUANTO, ATÉ ENTÃO, MAL ELABORADA

Em meados do século XIX as primeiras soluções para a crise da habitação popular - proletariado - nos grandes centros fora do Brasil, por conta do neocolonialismo, começavam pelos socialistas utópicos com seus edifícios comunitários - falanstérios (Charles Fourier/J. B. Godin) – já com o início da massificação do uso do cimento no



concreto armado, passando pelas cidades-jardim (Ebenezer Howard), para operários mais qualificados, tiveram fortes influências aqui, repercutindo, antes mesmo do século XX, nos primeiros conjuntos habitacionais operários nas maiores cidades, e na primeira metade do século passado, e seguinte, já com fortes influências de postulados da Arquitetura Moderna - CIAMs -, nos primeiros conjuntos habitacionais, com tipologia arquitetônica verticalizada, como os dos IAPs (décadas de (19)30/(19)40) e dos BNH ((19)60 a (19)80).

No final do século passado, com o agravamento da situação habitacional em várias partes do mundo, incluindo a América Latina, muito por conta dos efeitos da globalização, provenientes da mencionado Consenso de Washington (1989) – neoliberalismo –, foram muito importantes as recomendações da Conferência do Habitat I, em 1978 no Canadá (Vancouver) e do Habitat II, em 1996 na Turquia (Istambul) - Programa para Assentamentos Humanos/ONU. Nesse âmbito, a tipologia arquitetônica defendida nesta comunicação, basicamente advoga a viabilidade da mesma, sem elevador, com três ou quatro pisos, além do térreo, para cima, e/ou para baixo, se assim a topologia favorecer, e que esteja inserida em políticas públicas, que mantenham um teor “sistêmico”, integrador, com tecnologias mais adequadas à HIS, de baixo custo e praticidade na execução/manutenção dos equipamentos, o que, para isto, é essencial a qualificação dos quadros de profissionais do setor técnico.

Também se advoga que, além dos aspectos técnicos, considerem-se os relacionados às práticas culturais das comunidades envolvidas bem como, às suas relações de vizinhança e às inevitáveis inconveniências também advindas no processo, algo para o que é essencial a participação/valorização, em todo o trajeto construtivo, dos profissionais que fazem parte do setor social. E que, ainda, se dê a importância devida à participação dos futuros moradores, desde a fase inicial da concepção projetual, seguindo-se à execução, bem como no pós-ocupação e, nesse caso, mais uma vez é fundamental a presença atuante desse citado setor, potencializando o êxito de todo o processo.

A razão de se encampar a defesa da viabilidade daquela tipologia arquitetônica se deve, fundamentalmente, a que estudos comprovam a progressiva escassez de disponibilidade de lotes de terras nos grandes centros urbanos, para habitações, em especial para as famílias de mais baixa renda, a precarização crescente dessas habitações e do traçado urbano - “favelização” (*tugurios/villas misérias*); os fenômenos de *crowding*, *gentrification* e, de *cremning* -, além da vantagem entre a relação CUSTO X BENEFÍCIO, ao se considerar áreas estruturadas, com serviços públicos - rede de água, de esgotos, de energia elétrica, pavimentação etc. – em função da densidade demográfica. Nesse último aspecto, cálculos apontam que aquela relação só procede até o limite de densidade entre 900 e 1.000 Habitantes/Hectare, pois, acima desse limite tende a ocorrer deseconomia nos investimentos (Sampaio, 2001). Outro dado muito importante para se utilizar aquela tipologia



arquitetônica na solução de HIS é o com que se depara dos índices de construção civil que atestam uma redução de cerca de 30 a 40%, no custo total, a favor do metro² de uma construção popular, tipo pavimento térreo e mais quatro andares, com quatro apartamentos por piso, frente ao custo do metro² de uma habitação unifamiliar popular, em semelhantes condições de materiais e serviços, com mesma área de construção por unidades habitacionais comparadas – apartamento: R\$ 598,29/m² X casa: R\$ 943,79/ m². (SINDUSCOM-BA, jul. 2010). Por fim, se esses argumentos não são suficientes, a paisagem urbana dos grandes centros deixa à vista a verticalização habitacional que os setores populares tem empreendido de forma autônoma, para dispor-se de um teto, em mais das vezes, correndo sérios riscos de segurança haja vista que quase sempre dispõem de escassos recursos técnicos. Na Argentina, semelhante realidade por que passam levas de famílias de baixa renda, que amargam os dissabores pela falta de um teto para viver, não é tão diferente do que se relatou para o Brasil. Na dúvida, andem-se algumas centenas de metros a mais, em direção aos estreitos e escuros “*callejones*” de Villa 31, em pleno centro portenho, estando nos elegantes cartões postais de *Puerto Madero* ou de *Recoleta*. Ou, então, siga-se até a *Villa Soldati*.

3. O QUE DIZEM OS MORADORES BRASILEIROS SOBRE AS HIS

3.1 Favoravelmente falando...

Os apartamentos pesquisados, no Brasil, tem em média cerca de 40,00 m², sendo de 3 pisos, além do térreo, na 1ª etapa do Recanto Feliz/Paraíso Azul, cuja etapa foi entregue em 2008. Tem-se que, ao lado das críticas relatadas pelos moradores, os mesmos reconhecem, em sua grande maioria, que estão vivendo melhor agora do que antes. A mesma percepção é constatada, também, nas outras duas comunidades pesquisadas no Brasil, estas que são constituídas por torres de quatro pisos, além do pavimento térreo, e com apartamentos de mesma área que a primeira.

Com relação à parte arquitetônica, deduz-se que há uma aprovação nas 3 comunidades avaliadas, pois, nos itens: a fachada do prédio (questão 12 do **Quadro 1 abaixo**), confiança quanto aos materiais utilizados na construção, em situação de incêndio (quest. 17, **Q. 1**), satisfação em clima de Verão e Inverno (quest. 28 e 29, **Q. 1**), iluminação natural no interior da habitação (quest. 31, **Q. 1**), ventilação (quest. 32, **Q. 1**), ocorrências de inconveniências sob períodos de chuva (q. 35, **Q. 1**), e acessos comuns no interior do prédio (quest. 37, **Q. 1**), todos os resultados foram satisfatórios, segundo os respondentes.

Apesar da desaprovação verbalizada por alguns moradores, em seus comentários, os resultados estatísticos contabilizados não seguiram na mesma direção, haja vista que os índices computados quanto, respectivamente, à quantidade (quest. 8, **Q. 1**), tamanho (quest.



9, **Q. 1**) e disposição dos cômodos (quest. 10, **Q. 1**), todos estes, ficaram com resultados de aprovação satisfatória. Em se tratando dos serviços públicos, o de sistema de eletricidade (quest. 28, **Q. 1**) foi um dos que obteve um maior percentual de aprovação, assim como o item referente a fornecimento de água no apartamento (quest. 11, **Q. 1**), o que sugere, estender-se para além do acerto na implantação dos sistemas construídos pela CONDER - empresa estatal do Governo do Estado da Bahia, responsável pelos projetos, em Salvador -, a aprovação às concessionárias, das quais não se obteve reclamação nesse sentido.

A adequabilidade das habitações ao clima de Verão e de Inverno, a luminosidade natural no interior dos apartamentos, a ventilação regularmente, foram os itens com maiores pontuações, aprovados pelos moradores, em todas as 3 comunidades, o que aponta para o acerto dos projetos e execuções dos mesmos, o que não exige as equipes de profissionais envolvidos nesses projetos de buscarem minimizar, senão eliminar, as inconveniências abordadas, em diversos itens reclamados pelos respondentes.

3.2 Por outro lado, o que reclamam...

Tornou-se evidente, nas 3 comunidades brasileiras, a unânime insatisfação demonstrada quanto aos materiais utilizados em geral, e em particular nos revestimentos de pisos (quest. 20, **Q. 1**), nas paredes de quartos e salas (quest. 21, **Q. 1**), considerados de baixa qualidade, levando a ocorrer uma queixa geral, nas mencionadas comunidades, no que se refere à privacidade, frente a inconvenientes acústicos originados, pelo dia ou pela noite, em habitações contíguas, tanto lateralmente, quanto verticalmente, ou, até mesmo, entre cômodos internos na própria habitação (quest. 30, **Q. 1**).

No aspecto da convivência coletiva, é importante salientar a extrema responsabilidade do setor social que acompanha as famílias adquirentes destas HIS, algo que deve ser revisto para o quanto mais antes do início destes projetos. De bom alvitre seria que aquele setor incorporasse entre suas atribuições rotineiras promover, junto ao setor de arquitetura e de engenharia, mais palestras, encontros e cursos de capacitação/treinamento para moradores. De modo geral, foi registrado um descompasso quanto à participação dos potenciais moradores no projeto. Também houve relatos sobre alto índice de ausência daqueles na execução dos projetos (quest. 6, **Q. 1**).³

³ Em contrapartida, quanto a este problema, uma observação positiva que se faz foi a constatação, ao longo do trabalho de pesquisa, na Comunidade 27 de Abril, esta predominantemente originária de domésticas, da motivação de várias destas moradoras para as sessões de capacitação, desenvolvidas pelo Setor social da



O atraso na entrega das habitações (quest. 7, **Q. 1**), incluindo a burocracia, foi objeto de insatisfação entre boa parte dos respondentes em todas 3 comunidades. Em menor escala, foram as queixas com odor desagradável, devido a problemas de sifonamento nas instalações sanitárias (quest. 33, **Q. 1**), bem como as referentes a entupimento dessas no início do uso das habitações, gerando chateações e custos adicionais aos moradores para agilizar na solução dos problemas, segundo alguns relatos desses ao pesquisador.

4. OS ARGENTINOS TAMBÉM TEM SEUS PONTOS DE VISTA SOBRE AS SUAS VIS

4.1 Aspectos que são bem vistos nas soluções propostas para VIS

No caso dos apartamentos em Buenos Aires, há uma maior variação na metragem entre as unidades habitacionais de um mesmo projeto, a exemplo do que corre no de Parque Patrícios, onde se tem 7 tipos de padrão com metragens que vão de 38,00 m² a 83 m² (43 m², 50 m², 56 m², 63 m² e 75 m²) e variados números de dormitórios: de 1 a 3.

Entre os poucos itens que receberam um maior percentual de aprovação por parte dos moradores argentinos, entre as 3 comunidades pesquisadas, tem-se que a fachada dos prédios (quest.12, no **Quadro 2** adiante), a distribuição interna dos cômodos no apartamento (quest. 10, **Q. 2**), a iluminação natural e ventilação no interior desses (quest. 31 e 32, respectivamente, no **Q. 2**), os espaços de circulação interna no prédio (quest. 37, **Q. 2**) e, quanto ao baixo índice de inconvenientes em período de chuvas (quest. 35, **Q. 2**), apresentaram resultados bastante satisfatórios, acima dos 50% das pessoas respondentes, em cada questão.

4.2 Inconveniências que ainda persistem nas políticas públicas habitacionais

Quanto às questões que implicaram um nível de rejeição, ou descontentamento, pela maioria dos moradores consultados, observou-se que entre os argentinos esta reação foi em maior número daquelas: em princípio, contrastando com a percepção dos brasileiros sobre suas próprias novas moradas, aqueles habitantes da margem do Rio La Plata desaprovaram residirem em edifícios plurifamiliares (quest. 5, **Q. 2**), com 3 ou 4 pisos além do térreo. Em seguida, a quantidade e a área dos cômodos no interior do apartamento

CONDER, para a comissão de representantes das moradoras, da qual posteriormente se formou o atual condomínio, e para outras moradoras daquela Comunidade. Ao que se viu, esta prática tende a reforçar a qualidade de vida entre todas e todos.



(quest. 8 e 9, **Q. 2**) foram rechaçados, quanto à aceitação, pela maioria dos respondentes, distribuídos entre a gradação do “nenhum pouco”, “muito pouco” ou “pouco”. Os materiais e/ou serviços aplicados nas construções também não foram do agrado da maioria dos respondentes (quest. 20 a 25, **Q. 2**). Semelhante percepção se constatou frente ao conforto ambiental no interior do apartamento, seja em período de Verão ou de Inverno (quest. 28 e 29, respectivamente, **Q. 2**). Nesse aspecto, convém assinalar que as temperaturas nessas duas estações são, na Argentina, geralmente, seja em relação a calor, seja em relação a frio, bem mais rigorosas que no Brasil. Outros três temas que se destacam também, pelo alto índice de reprovação daqueles moradores, foram os que se referem ao problema de ruído (externo ou não) detectado no interior do apartamento (quest. 30, **Q. 2**), a não utilização, por parte dos moradores, de equipamentos de lazer disponibilizados no projeto habitacional (quest. 36, **Q. 2**) e a falta de equipamentos públicos como escola, creche para crianças, posto de saúde, posto policial e casa lotérica (quest. 38, **Q. 2**). Uma particularidade do questionário, específica para sondagem somente aos argentinos, foi a referente à mencionada Ley 962, de dezembro de 2002 (quest. 39, **Q. 2**): a absoluta maioria dos respondentes aprovam a proibição de construção de prédios com mais de dois pisos, além do térreo, sem elevador. A questão a se refletir é que para além do conforto ou acessibilidade mais adequada, esta Ley tende a restringir a oferta de um maior número de habitações para os demais que ainda não tem um teto, uma vez que os custos com este equipamento costuma onerar os projetos habitacionais, além do que, com o tempo, no pós—ocupação, está comprovado, sua manutenção torna-se permanente foco de problemas entre os moradores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se, principalmente, nesse trabalho, que os projetos habitacionais para famílias de baixa renda, devem ser mais bem elaborados e executados. Isto passa, por exemplo, por se admitir a participação dos moradores, desde a fase inicial, do traçado, até a sua execução e entrega, sem se dispensar a do o pós-ocupação. Este importante procedimento não foi aplicado suficientemente, segundo os moradores que foram pesquisados no objeto deste trabalho. Os materiais e serviços utilizados nas construções dos prédios foram o foco mais importante de reclamações por parte daqueles moradores. Sem dúvida que o até então posto já é suficiente para explicar o motivo da alta rejeição, por parte dos argentinos, para se optar por morar em prédios cuja tipologia arquitetônica fosse verticalizada/em altura, indicativo que, ainda que não evidenciado pela maior parte dos brasileiros respondentes, não invalida que estes também tenham apontado aquelas mesmas falhas observadas na construção dos projetos realizados no país vizinho. Sendo assim, se



espera que as perversas desigualdades que insistem em ser mantidas por muitos que se acercam do Poder, em proveito próprio, possam ser combatidas, e que habitações de melhor qualidade possam ser produzidas e ofertadas em condições dignas e com o conforto mínimo que todo cidadão merece, indistintamente, de classe social, renda econômica, etnia, nacionalidade, ou algo similar.

REFERÊNCIAS

- ABIKO, Alex Kenya e ORNSTEIN, Sheila Walbe (Edit.). **Inserção urbana e Avaliação Pós-Ocupação (APO) da Habitação de Interesse Social**. São Paulo: FAU-USP, 2002. (Coletânea Habitare/FINEP, vol. 1).
- ACIOLY, Cláudio e DAVIDSON, Forbes. **Densidade urbana**; um instrumento de planejamento e gestão urbana. Rio de Janeiro: MAUAD, 1998.
- ALFONSÍN, Betania de Moraes. **Legalidad e ilegalidad en la Producción del Espacio Urbano**; Nuevas sendas para superar viejos caminos – Puerto Alegre y el Urbanizados Social. Gestión de los Mercados del Suelo Urbano en América Latina. Lincoln Institute of Land Policy. Educación a Distancia – Programa para América Latina y Caribe. (digitalizado), 2009 (?).
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra S. A. 2000 (Coleção Pensamento Crítico; v. 48).
- CASTRO, Javier Fernández. **Barrio 31> Carlos Mugica; Possibilidades y limites del proyecto urbano em contexto de pobreza**. Buenos Aires, Instituto de la Espacialidad Humana, 2010.
- CICCOLELLA, PABLO. **Grandes inversiones y dinámicas metropolitanas**: Buenos Aires *¿Ciudad global o ciudad dual del siglo XXI? Mundo Urbano, Buenos Aires, Año 2000/Número 5 / Septiembre de 2000* in http://www.mundourbano.unq.edu.ar/index.php?option=com_content&task=view&id=58&Itemid=43 (acesso em 21 out. 2007).
- CLICHEVSKY, Nora. **Política social urbana**; normativa y configuración de la ciudad. Buenos Aires: Espacio EDITORIAL, 1996.
- COHEN, Michael; CARRIZOSA, María y GUTMAN, Margarita (edit.). **Hábitat en deuda**: Veinte años de políticas urbanas en América Latina. Buenos Aires (Cap. Fed.): Café de las Ciudades, 2016.
- COSOGLIAD, Hilda Noemi. **Hilario Zalba**; su obra. La Plata: EDULP, 2003.
- CRAVINO, Maria Cristina. **Las villas de la ciudad**; mercado e informalidad urbana. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2014.



_____. **Entre el arraigo y el desalojo**; La Villa 31 de Retiro. Derecho a la ciudad, capital inmobiliario y gestión urbana. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2009a.

DEVOTO, Fernando e FAUSTO, Boris. **Argentina – Brasil: 1850-2000**; Um ensaio de história comparada. Argentina: Sudamericana, 2008.

ENGELS, Friedrich. **A questão da habitação**. São Paulo: Acadêmica, 1987. (trad. Dainis Karepovs).

GORDILHO-SOUZA, Ângela 2008. **Limites do habitar**: segregação e exclusão na configuração urbana de Salvador e perspectivas no final do século XX. - 2 ed. – Salvador, EDUFBA.

MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, Vozes. 2012. (2. ed.).

_____. 2011. **Brasil, cidades**; alternativas para a crise urbana. Petrópolis, Vozes.

MENEZES, Ednilson Luiz Santana 2002. **O processo de modernização de Salvador no início do século XX**: transformações urbano-sociais impostas à Cidade entre 1900 e 1930. Dissertação (Mestrado). Salvador, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo.

ORNSTEIN, Sheila. **Avaliação pós-ocupação (APO) do ambiente construído**. (Marcelo Roméro: colaborador). São Paulo: Studio Nobel/EDUSP, 1992.

RIOFRÍO, Gustavo e DESCO. **Tercer Curso de Gestión Urbana para América Latina**. Lima, feb. 2003.

(<http://info.worldbank.org/etools/docs/library/112219/peru/docs/ModuloV/Riofrio%20Vivienda%20feb2003.pdf>, (acessado em 12 out. 2007)).

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima 2001. **A Cidade vertical (in)visível**: lições da habitação popular in Fórum Habitar 2000 - Fórum América Latina Habitar 2000. Salvador, PPG-AU.

SAVIA, Augustin. **Radio Ciudad**, AM 1110. (<http://www.radiodelaciudad.gov.ar/>). Entrevista concedida em 11 de abr. de 2008 (Programa *Chamuyando*).

SANTOS, Milton 2005. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo, EDUSP.

Universidad de Buenos Aires. **90 años de vivienda social em la ciudad de Buenos Aires**. Buenos Aires: Programa de Mantenimiento de Hbitacional de la Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo de la Universidad de Buenos Aires, 2000.



ANEXOS

Fig. 1 - Condomínio Perseverança (Luiz I. Lula da Silva)/Pernambues (Salvador/Bahia)



Fonte: Luiz Menezes, nov. 2014

Fig. 2 - Condomínio Parque Patricios/Montegudo (Buenos Aires/Argentina)



Fonte: http://www.pfzarquitectos.com.ar/obrasproyectos.php?id_proyecto=9&posicion=13.
(consultada em 28 abr. 2010).

Quadro 1 - Respostas do Questionário tipo 1, de moradores das 3 comunidades de Salvador (Paraíso Azul/Recanto Feliz; 27 de Abril e PERSEVERANÇA, conjuntamente)



Fonte: Luiz Menezes (com colaboração, na Tabulação dos dados, do eng. Tiago Bastos, 2017)

(1) O total pode não corresponder rigorosamente ao número de pessoas entrevistadas, para representação de cada comunidade, devido a descarte de amostras e/ou elementos, algo ocorrido entre 9 moradores/questionários.

(2) **Legenda - A: Nem um pouco/Não existe; B: Muito pouco; C: Pouco/talvez; D: Aceitável/ Regularmente/ Provavelmente; E: Bastante.**

Questões (exceto as (1), (2), (3), (4), (13), (14), (15))	Total	A	B	C	D	E
Questões (exceto as (1), (2), (3), (4), (13), (14), (15)) não identificadas neste Quadro)	Total	A	B	C	D	E
(1)	(1)					
(1) Tempo de moradia						
(2) Andar em que mora						
(3) Quantidade de cômodos						
(4) Área residencial						
(5) Satisfação em morar de 3 a 4 andares	164	13	8	11	91	41
(6) Participação no projeto ou construção	164	73	23	30	16	22
(7) A burocracia para entrega das chaves	164	24	21	25	41	53
(8) A quantidade de cômodos é suficiente	164	9	14	25	81	35
(9) O tamanho dos cômodos é suficiente	164	15	18	41	69	21
(10) Os cômodos estão distribuídos conforme necessidade	164	12	11	29	73	39
(11) É satisfatório o abastecimento de água	164	5	3	10	56	90
(12) A fachada do prédio é agradável	164	19	11	24	76	34
(13) Sistema de interfone						
(14) Sistema de gás de cozinha						
(15) Área de lavagem						
(16) Acesso a entrada e saída do ap.	164	32	23	21	68	20
(17) Os equipamentos de combate a incêndio	164	14	18	41	68	23
(18) Treinamento de Combate a incêndio	164	126	5	6	13	14
(19) Facilidade de transporte público	164	27	14	20	52	51
(20) O revestimento do piso	164	85	24	30	24	1
(21) Revestimentos nas paredes dos quartos, salas e corredor	164	46	25	29	58	6
(22) Revestimentos na cozinha, banheiros e área de serviço	164	41	32	44	42	5
(23) Revestimento do teto	164	37	16	23	76	12
(24) As ferragens (fechaduras, dobradiças, ferrolhos	164	36	21	29	63	15
(25) As esquadrias portas, janelas e basculantes	164	16	21	22	64	41
(26) A mensalidade do financiamento é adequado	149	13	6	3	40	87
(27) O valor do condomínio	146	13	1	9	80	43
(28) O clima no verão no interior do ap.	164	23	12	31	73	25
(29) O clima no inverno no interior do ap.	174	7	4	9	104	50
(30) O revestimento das paredes permitem ouvir ruídos	164	11	12	37	32	72
(31) A iluminação natural no interior é adequada	164	1	4	6	54	99
(32) A ventilação é adequada	164	12	13	23	51	65
(33) As instalações de água e esgoto são adequadas	164	14	19	25	52	54
(34) As instalações elétricas são adequadas	164	11	7	11	68	67
(35) Em período de chuva há inconvenientes	164	114	11	17	15	7
(36) As áreas de lazer são usadas pelos moradores	164	93	30	16	13	12
(37) Os vãos de acesso oferecem alguma dificuldade	164	109	16	14	15	10
(38) Há facilidade de escolas públicas, creche, posto de saúde	164	17	26	46	53	22
(39) Há pretensão de passar as chaves nos próximos 5 anos	164	120	8	23	6	7

Quadro 2 Respostas do Questionário tipo 1, de moradores das 3 comunidades de Buenos Aires, capital federal, (Parque Patricios/Monteagudo; Luzuriaga y Mugica, conjuntamente)



(1) Tempo de moradia						
(2) Andar em que mora						
(3) Quantidade de cômodos						
(4) Área residencial						
(5) Satisfação em morar de 3 a 4 andares	234	113	24	34	58	5
(6) Participação no projeto ou construção	232	165	15	13	25	14
(7) A burocracia para entrega das chaves	231	38	23	37	55	78
(8) A quantidade de cômodos é suficiente	228	72	28	35	92	1
(9) O tamanho dos cômodos é suficiente	227	71	35	37	82	2
(10) Os cômodos estão distribuídos conforme necessidade	214	22	9	32	149	2
(11) É satisfatório o abastecimento de água	223	23	33	33	131	3
(12) A fachada do prédio é agradável	225	39	17	33	127	9
(13) Sistema de interfone						
(14) Sistema de gás de cozinha						
(15) Área de lavagem						
(16) Acesso a entrada e saída do ap.	224	103	10	20	90	1
(17) Os equipamentos de combate a incêndio	224	108	21	19	75	1
(18) Treinamento de Combate a incêndio	220	156	26	19	19	0
(19) Facilidade de transporte público	223	13	27	53	119	11
(20) O revestimento do piso	224	89	18	21	94	2
(21) Revestimentos nas paredes dos quartos, salas e corredor	231	104	14	23	83	7
(22) Revestimentos na cozinha, banheiros e área de serviço	225	104	13	21	83	4
(23) Revestimento do teto	333	112	16	26	74	5
(24) As ferragens (fechaduras, dobradiças, ferrolhos	228	109	27	33	57	2
(25) As esquadrias portas, janelas e basculantes	233	111	24	36	61	1
(26) A mensalidade do financiamento é adequado	157	9	10	62	67	9
(27) O valor do condomínio	155	6	6	20	110	13
(28) O clima no verão no interior do ap.	225	74	23	28	95	5
(29) O clima no inverno no interior do ap.	232	37	34	46	111	4
(30) O revestimento das paredes permitem ouvir ruídos	224	18	13	27	58	108
(31) A iluminação natural no interior é adequada	222	6	1	14	179	22
(32) A ventilação é adequada	223	1	5	5	183	29
(33) As instalações de água e esgoto são adequadas	218	64	24	58	71	1
(34) As instalações elétricas são adequadas	220	65	9	23	115	8
(35) Em período de chuva há inconvenientes	214	112	12	26	27	37
(36) As áreas de lazer são usadas pelos moradores	221	109	44	44	20	4
(37) Os vãos de acesso oferecem alguma dificuldade	219	160	11	10	25	13
(38) Há facilidade de escolas públicas, creche, posto de saúde	221	80	59	42	38	2
(39) Há pretensão de passar as chaves nos próximos 5 anos	218	166	1	27	17	7
(40) Validade de la Ley porteña 962, de 2002 (ascensor)	221	34	1	14	79	93

Fonte: Luiz Menezes (com colaboração, na Tabulação dos dados, do eng. Tiago Bastos, 2017)

(1) O total pode não corresponder rigorosamente ao número de pessoas entrevistadas, para representação de cada comunidade, devido a descarte de amostras e/ou elementos, algo ocorrido entre 9 moradores/questionários.

(2) **Legenda - A: Nem um pouco/Não existe; B: Muito pouco; C: Pouco/talvez; D: Aceitável/ Regularmente/ Provavelmente; E: Bastante.**



GT 07 – Cidade e Transformações do Urbano na América Latina

A AUTOCONSTRUÇÃO E O MUTIRÃO COMO UMA POLÍTICA HABITACIONAL

Fernando Edmundo Chermont Vidal, Núcleo de Pesquisas para Habitação, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasil.
vidal@unb.br¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo tratar das origens da autoconstrução e do mutirão e destes como uma política habitacional, pois a partir das décadas de 70 e 80 ganhou força nos organismos internacionais e agências governamentais especializadas a convicção de que programas de habitação de interesse social tradicionais, a exemplo os de construção de conjuntos habitacionais, não foram capazes de resolver adequadamente as necessidades das classes de baixa renda nos países em desenvolvimento. A condição de pobreza de grande parte da população impede a aplicação de programas tradicionais, pois, mesmo subsidiados, os encargos financeiros são por demais onerosos para os setores da baixa renda. Por outro lado mesmo quando teoricamente estes programas logram maior abrangência, a situação dos extratos menos aquinhoados continua crítica. Isto porque os investimentos em habitação de interesse social nos países do terceiro mundo situam-se drasticamente aquém da demanda, e os setores populares de poder aquisitivo um pouco mais elevado e a baixa classe média terminam normalmente por se apropriar da maior parte destes recursos. Também, abordaremos as experiências internacionais desta forma de produção de habitações, bem como uma visão geral das experiências exitosas nos países da América do Sul e suas influências no Brasil, bem como as experiências nacionais de produção de moradias populares, a autoconstrução e a gestão do mutirão habitacional. Como serão abordados assunto referentes à habitação de interesse social, autoconstrução e mutirão que poderão gerar interpretações diferentes, para melhor entendimento torna-se necessário, de início defini-los de uma maneira mais precisa.

Palavras-chave: Habitação de interesse social; Autoconstrução e Mutirão; Política Habitacional.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo tratar das origens da autoconstrução e do mutirão e destes como uma política habitacional, inicialmente serão abordados assuntos referentes à habitação de interesse social, autoconstrução e mutirão que poderão gerar interpretações diferentes, para melhor interpretação tornam-se necessário defini-los de uma maneira mais precisa. A seguir abordaremos as origens da autoconstrução e do mutirão e destes como uma política habitacional, pois a partir das décadas de 70 e 80 ganhou força nos organismos

¹Professor voluntário, pesquisador do NPH/Ceam/UnB, Me, pela FAU/UnB



internacionais e agências governamentais especializadas a convicção de que programas de habitação de interesse social tradicionais, a exemplo os de construção de conjuntos habitacionais, não foram capazes de resolver adequadamente as necessidades das classes de baixa renda nos países em desenvolvimento. A condição de pobreza de grande parte da população impede a aplicação de programas tradicionais, pois, mesmo subsidiados, os encargos financeiros são por demais onerosos para os setores da baixa renda. Por outro lado mesmo quando teoricamente estes programas logram maior abrangência, a situação dos extratos menos aquinhoados continua crítica. Isto porque os investimentos em habitação de interesse social nos países do terceiro mundo situam-se drasticamente aquém da demanda, e os setores populares de poder aquisitivo um pouco mais elevado e a baixa classe média terminam normalmente por se apropriar da maior parte destes recursos. Também, abordaremos as experiências internacionais na produção de habitações de interesse social por autoconstrução e mutirão, pois o mutirão não é uma forma nova de construir. Governos de vários países desenvolvidos ou em desenvolvimento vêm se utilizando desta forma de produção habitacional em momentos de crise (VALLADARES, 1985 apud ABIKO e COELHO, 2006). Na sequência serão consideradas as diversas experiências exitosas já realizadas em outros países da América do Sul e suas influências no Brasil. Como exemplo citaremos os programas de moradia popular implantados no Chile, como os mais eficazes, segundo CARNEIRO e VALPASSOS (2003). Finalmente serão citadas as experiências nacionais de produção de moradias populares, a autoconstrução e a gestão do mutirão habitacional.

2 - A AUTOCONSTRUÇÃO E O MUTIRÃO – ALGUMAS DEFINIÇÕES

Como serão abordados assuntos referentes a habitação de interesse social, autoconstrução e mutirão que poderão gerar interpretações diferentes, para melhor entendimento, torna-se necessário defini-los de uma maneira mais precisa.

2.1 Habitação de interesse social

O projeto de Lei Complementar nº 477/2003 (BRASIL, 2003) definiu habitação de interesse social como habitação nova ou usada, urbana ou rural, incluindo seu terreno, para a população de baixa renda com valor de até R\$ 36.000,00(trinta e seis mil reais), a valores de hoje de R\$ 80.037,99 (oitenta mil ,trinta e sete reais e noventa e nove centavos) valor atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao consumido amplo (IPCA) e com a aprovação do órgão municipal responsável.



Assim, analisando a questão contemporaneamente, torna-se necessário ampliar o conceito de habitação, entendendo-se como tal não somente a moradia (casa). Da mesma forma que habitação não se reduz a casa e aos equipamentos urbanos e comunitários. Contemporaneamente, pode-se ampliar o conceito e entender por habitação a casa, os equipamentos urbanos e comunitários que a fazem funcionar, assim como o meio ecológico, que garante a sobrevivência de uma população. (GOUVÊA, 2016).

2.1.2 Autoconstrução e Mutirão

a) Autoconstrução

- consiste em um processo em que os interessados, enquanto família canalizam seu esforço para um objetivo individual. Esse processo é muito comum na periferia das cidades brasileiras (IPT, 1985).

- consiste em um processo de produção de moradias em que a família de posse de um lote urbano (obtido no mercado formal ou informal) constrói Ela mesma sua residência, por seus próprios meios e recurso, utilizando como mão-de-obra o trabalho de seus próprios membros, de parentes e amigos e também mão-de-obra contratada. Pode-se dizer que é um processo onde o o morador produz sua própria moradia (CARDOSO,1993)

b) Mutirão.

- é um processo de produção de moradias por meio de sistemas de construção em grupo. A construção não é um fim em si mesmo, mas também um meio de desenvolver formas autônomas de organização da população. É, antes de tudo, uma forma organizada de se encarar os problemas, onde os esforços individuais são canalizados para um objetivo coletivo e onde se obtém, como resultado, não só a moradia, as também um salto de qualidade de organização da população (IPT, 1985)

A paisagem urbana da periferia é marcada pela autoconstrução, autopromoção ou autoempreendimento da moradia construída em loteamentos irregulares e favelas, ou mesmo em lotes adquiridos no mercado formal (Fig. 1.1)



Figura 1.1 – Periferia em SP. Fonte: Revista Construção Mercado nº 55 (fev./2006).

A autoconstrução da casa própria se desenvolve por longos anos, segundo expedientes e privações amplamente descritos em estudos das décadas de 70 e 80, conforme pode ser visto em: (AZEVEDO, 1984); (BONDUKI,1992) e (MARICATO,1979), dentre outros.

O fenômeno da autoconstrução atingiu tamanha proporção no país que colocou construtoras e Governo à margem da produção habitacional. Para se ter ideia, segundo estudo encomendado pela Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção-ABRAMAT à consultoria Bonz Allen Hamilton) em 2005 (não se conhece estudo mais recente) – que no Quadro 1.1 pode ser verificado. Este estudo estimou que do total das unidades produzidas, ampliadas e reformadas, em média 77% são em regime de Autogestão em Habitação (UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR/Curso de Capacitação de Lideranças para Autogestão em Habitação – Baixada Santista, 2015). Em relação a forma de financiamento, revela que a participação do Governo na produção de moradias é de apenas 6,8% do total de recursos. O autofinanciamento corresponde a 92% do total.

Quadro 1.1 – Segmentação da Construção Habitacional



Segmentação da construção habitacional*

	Autoconstrução	Construção industrializada
Autofinanciamento	R\$ 48 bi (62%) 700 mil U.H.** (64%)	R\$ 22 bi (30%) 100 mil U.H. (9%)
Financiamento privado	R\$ 0,7 bi (0,9%) 20 mil U.H.** (2%)	R\$ 0,4 bi (0,5%) 50 mil U.H. (5%)
Financiamento governamental	R\$ 3 bi (4,1%) 130 mil U.H.** (12%)	R\$ 2 bi (2,7%) 100 mil U.H. (9%)
	R\$ 52 Bi (67%) 850 mil U.H.** (77%)	R\$ 24 Bi (33%) 250 mil U.H. (23%)

*Estão excluídas as obras-de-arte, construção pesada, obras industriais e obras de infra-estrutura

** O número de Unidades Habitacionais não contempla as reformas em unidades preexistentes

Fonte: PNAD, Bacen, Caixa, Ministério das Cidades, CBIC, Prospectividade Tecnológica, PINI Base 2001

Fonte: Construção Mercado nº55, fev./2006

Obs: entende-se por construção industrializada a construção de mercado.

Nas estimativas acima estão incluídas as construções formais e informais, posto que o sistema varia desde autoconstrução, o mutirão a ajuda ou construção informal, de vizinhos, até a contratação legal de profissionais de construção, tanto em terreno e com projetos legais quanto ilegais. A legalidade nesse caso, passa pela disponibilidade e condições de acesso ao solo urbano, pela forma de contratação de pessoal, pelo recolhimento de impostos e pelo cumprimento dos processos – custos e trâmites – de legalização do projeto/edificação.

3. A AUTOCONSTRUÇÃO E O MUTIRÃO COMO UMA POLÍTICA HABITACIONAL

Nas décadas de 70 e 80, ganhou força nos organismos internacionais e agências governamentais especializadas a convicção de que programas de habitação de interesse social tradicionais, a exemplo os de construção de conjuntos habitacionais, não foram capazes de resolver adequadamente às necessidades das classes de baixa renda nos países em desenvolvimento. A condição de pobreza de grande parte impede a aplicação de programas tradicionais, pois mesmo subsidiados, o encargos financeiros são por demais onerosos para os setores de baixa renda.

A partir desta constatação começaram as primeira experiências concretas de políticas habitacionais públicas de apoios as autoconstruções, bem como o desenvolvimento de formulações teóricas que procuravam justificar esta nova perspectiva de trabalho.

Assim, após anos de funcionamento do BNH, com a constatação de que não se atingira a faixa de renda entre 0 e 3 salários mínimos e, com a intenção de recuperar o



mercado popular, novos programas foram elaborados. Dessa forma no período final de sua existência, no intuito de recuperar seus objetivos originais, surgira, o PROFILURB - Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados, de 1975, o FICAM – Programa de Financiamento, Conclusão e Ampliação ou Melhoria de Habitação de Interesse Social, de 1977 (poderia ser utilizado em conjunto com o PROFILURB), o PROMORAR – Programa de Erradicação de Sub-habitação, de 1979 e o João de Barro – Programa de autoconstrução assistida (assistência técnica para a regularização fundiária e/ou construção de moradia, prestada por engenheiros, arquitetos e urbanistas(, de 1984.

Como gestor dos recursos do FGTS – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (8% do salário do trabalhador, pago pelo empregador e usado, pelo BNH para o financiamento habitacional e pago ao trabalhador quando de sua demissão sem junta causa ou sacado por ocasião de sua aposentadoria) era evidente o caráter institucional dos programas geridos pelo BNH era feita pelas COHABs – Companhias de Habitação, regionais que como agentes promotores eram responsáveis pela contratação de projetos e empresas construtoras, sem nenhuma participação da população favorecida.

Com a introdução das novas políticas públicas habitacionais baseadas na proposta de autoconstrução, os projetos de mutirão e autogestão foram deixando o caráter de informalidade e passaram a ser enquadrados nas políticas municipais. Essa mudança tirou do foco a empresa construtora, principal agente das políticas para habitação e colocou como ator principal o próprio mutuário, organizado em associações e cooperativas.

Na visão de (ROYER, 2002) o modelo BNH/SFH , ais do que planejar e executar políticas públicas de universalização do direito à habitação tinha como papel preponderante a acumulação privada dos setores da economia envolvidos com a produção habitacional.

No ano de 1983, a crise do Sistema Financeiro da Habitação – SFH aumentou e o BNH extinto em 1986(Decreto Lei n.291 de 21 de novembro de 1986). Com isso a Caixa Econômica Federal, as sumiu a responsabilidade pelos repasses e pela execução das políticas habitacionais, de saneamento e de desenvolvimento urbano (MACUCO, 2004). A CEF, um banco de primeira linha, tornou-se o agente financeiro do SFH, absorvendo precariamente algumas das atribuições, pessoal e acrrvo do agora antigo BNH. A regulamentação do crédito habitacional passou para o Ministério da Fazenda, no âmbito do Conselho Monetário Nacional – CMN, tornando-se, de modo definitivo um instrumento de política monetária, o que levou a um controle mais rígido do crédito dificultando e limitando a produção habitacional (BONDUKI, 2002). Com isso houve uma redução nas linhas de financiamento e programas existentes afetando principalmente a população de baixa renda.



Essa situação agravou-se a crise econômica pela qual passou o país no fim da década de 80.

Para ajudar a resolver a questão da habitação, o poder local passou a agir como mais um ator na aplicação de soluções que atendessem a demanda existente por habitação popular, quase sempre em parceria com a sociedade civil organizada. Dessa forma, o período pós BNH foi marcado por soluções alternativas que visavam suprir as necessidades locais por habitação. Diferente dos programas do banco, as políticas habitacionais implantadas pelos poderes locais, destinadas ao mercado popular, tinham como base a participação dos mutuários. Essa participação tinha como objetivo principal a redução dos custos, uma vez que a mão de obra era proveniente do próprio beneficiário. Além disso, nos processos de produção do BNH, o futuro morador não tinha participação na elaboração de projetos ou na escolha do local do empreendimento, sendo que muitas vezes os moradores eram removidos de áreas centrais da cidade para periferias semi-urbanizadas com carência de serviços básicos como transporte, educação, saúde, segurança, saneamento e educação.

O Poder Público local passou a investir em soluções de baixo custo, em processos de baixo custo autogestionados, construídos por mutirão assistido. As entidades organizadoras, na maioria das vezes associações de bairro ligadas a movimentos de luta por moradia, participavam ativamente do processo, desde a elaboração dos projetos, feitos por associações técnicas de arquitetura e engenharia, até a execução da obra onde somente os serviços especializados eram contratados. Todo o processo era assistido por equipes técnicas provenientes das assessorias ou das prefeituras, somente os serviços básicos, como o ajudante de pedreiro ficava, sob a responsabilidade dos mutuários e eram realizados prioritariamente aos finais de semana, durante o tempo livre das famílias.. Outras experiências bem sucedidas com política habitacional para população de baixa renda foram realizadas pela companhia do Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo-CDHU. Era utilizado o mesmo sistema de autogestão, porém nessas operações as entidades organizadoras não participavam ativamente do processo. Neste caso, os projetos realizados por escritórios de arquitetura, não eram discutidos com os futuros moradores e as assessorias não tinham contato direto com os movimentos.

3.1 Experiências internacionais na produção de habitações de interesse social por autoconstrução e mutirão.

O mutirão não é uma forma nova de construir. Governos de vários países, desenvolvidos ou em desenvolvimento vem se utilizando dessa forma de produção



habitacional em momentos de crise e de dificuldade econômica (VALLADARES, 1985 apud ABIKO e COELHO, 2006). As experiências em gestão do mutirão habitacional remontam desde o século XIX na Alemanha, passando pelos Estados Unidos nos anos 30, por Porto Rico na década de 40, até nos anos 60 nos países em desenvolvimento com Turquia, Venezuela, Indonésia e muitos outros (Wерна et al. 2001)

Muitos governos tentaram resolver a carência de habitação para a população de baixa renda iniciando nos anos 70, programas de construção de casas em massa para reassentar a população favelada (UNCHS, 1996); (OKPALA, 1992); (DRAKAKIS-SMITH, 1981 apud WERNA ET AL., 2001). Alguns autores argumentaram que as principais razões por detrás da decisão de implementar esses programas foram a pacificação da população de baixa renda como motivo político; a construção da nação; e o desejo de reconhecimento de que alguma providência estava sendo tomada (DRAKAKIS-SMITH, 1981 apud WERNA et al. 2001). Esses programas são em geral financiados diretamente pelo governo central ou por instituições financeiras paraestatais, segundo (UNCHS, 1996 apud WERNA et al. 2001).

Na tentativa de resolver a carência de habitação, muitos governos promoveram programas de provisão de habitações, pouco planejados e inadequados às necessidades da população de baixa renda. A arquitetura, as dimensões e a tecnologia de construção adotada por esses programas são de baixa qualidade. Essa situação teve como resultado muitos projetos inadequados às condições dos grupos de baixa renda (DRAKAKIS-SMITH, 1981 apud WERNA et al., 2001). Adicione-se a isto a necessidade de redução de custos que resultam na execução de muitos projetos em regiões geográficas pouco valorizadas, na periferia das cidades, portanto com acesso precário aos locais de trabalho, e na eliminação de elementos de construção, resultando num decréscimo significativo na qualidade geral das obras (OKPALA, 1992); (OGUN SHAKIN & OLAYWOLA, 1992 apud WERNA et al., 2001).

Dentre esses, pode-se citar o caso de Caracas, na Venezuela, no qual 85 superblocos foram construídos entre 1954 e 1958, durante um programa de impacto. Os moradores da invasão foram transferidos para esses blocos sem qualquer preparação. A discrepância entre a necessidade dos residentes, a provisão de habitação, e a inadequação geral dos equipamentos sociais da área particularmente os relacionados à educação, desencadearam problemas sociais substanciais na região do programa (DRAKAKIS-SMITH, 1981 apud WERNA et al., 2001).



Já na Nigéria iniciaram-se as atividades de produção massiva de habitações em 1971. O objetivo inicial de construir 54.000 unidades em dois anos foi, em 1976, ampliado para a construção de 202.000 unidades por ano. Na realidade, entretanto os programas falharam completamente. Somente 19% a 20% do objetivo foi alcançado, e um enorme conluio entre empreiteiros e funcionários ocasionou um desperdício significativo de recursos alocados para os projetos (OGUNSHAKIN & OLAYIWOLA, 1992 apud WERNA et al., 2001).

Em Cuba, por exemplo, OLIVERAS e NUNEZ (2001) relatam as quatro maneiras de acesso à habitação de interesse social reconhecidas pelo governo de Havana:

1. O governo controla a distribuição e a produção de novas habitações;
2. Confisco das habitações abandonadas pela população exilada;
3. Permutas (comércio de moradias entre famílias, autorizado por um intermediário do governo);
4. Mutirão habitacional executado pela própria população.

Estas foram as principais iniciativas na redução da segregação social, sendo que as duas primeiras maneiras foram as mais comuns para prover habitação nos últimos quarenta anos. Ainda OLIVERAS E NUÑES (2001) relatam que o problema de habitações de interesse social em Havana está longe de ser resolvido, embora tenha sido feito um planejamento ordenado, a execução dos programas habitacionais de mostrou impossível, na prática, resultando no aumento da demanda por habitação de interesse social e uma maior segregação social.

Por outro lado RUBIO (2003) comenta que o Chile bateu recordes em fornecimento de habitações de interesse social no começo e no fim do século XX, sendo o primeiro país da América Latina a reduzir o déficit habitacional.

3.2. Experiências exitosas na produção de habitação de interesse social por autoconstrução e mutirão nos países da América do Sul e suas influências no Brasil

Considerando as diversas experiências já realizadas em outros países da América do Sul, podemos citar os programas de moradia popular implantados no Chile, como os mais eficazes, segundo CARNEIRO e VALPASSOS (2003). Com uma visão de habitação para classe média e alta deve ficar a cargo do setor privado, o governo chileno elaborou uma política destinada à habitação de interesse social para atender uma demanda responsável por 64% dos gastos públicos com habitação. Assim, o setor público ficou responsável por atender famílias com renda inferior a USD 260 por mês.

O Plano divide os grupos de renda em dois, no caso da renda familiar inferior a USD 120 por mês, existe o plano *Viviendas Progressivas* e para a população com renda entre



USD 120 e USD 260, existe o plano *Viviendas Básicas*. O primeiro prevê uma habitação completa em duas etapas. Na primeira etapa a família deve ter uma poupança prévia de no mínimo USD 260 para receber um subsídio de USD 4.292, o que lhe possibilita uma habitação com 20 m². Depois há a possibilidade de financiar uma ampliação de 15 m², já prevista no projeto inicial desde que o valor da habitação não ultrapasse USD 6.300. O financiamento da segunda etapa pode ser feito nas seguintes condições: não ultrapassar 75% do valor da moradia, apresentar poupança prévia e comprometer até 25% da renda familiar com o financiamento, que pode ser pago em até 8 anos.

O segundo plano, destinado as famílias com renda maior, fornece um subsídio de até 75% do valor da casa, que tem área construída de 41 metros quadrados e o valor entre USD 7.800 e USD 10.730. O saldo restante pode ser financiado em até 20 anos com taxa de juros de 8% ao ano, sendo que a prestação mensal fica em torno de USD 13.

O Governo chileno tem planos destinados à população rural, como forma de diminuir o fluxo migratório para as cidades e também tem planos especiais destinados aos trabalhadores organizados em cooperativas e sindicatos.

Outro exemplo de sucesso é empregado no Uruguai, país com um histórico de associativismo e auto-organização na forma de movimentos sociais. No final dos anos 60 foi sancionada a *Lei Nacional de Vivienda*, já formulada no *Plan Nacional de Vivienda* de 1962. O programa era vinculado operacionalmente às organizações sindicais do país e tinha uma carga política muito acentuada.

Las Cooperativas de Ayuda Mutua Uruguayas, que surgiram no Uruguai em meados dos anos 60, se destacaram pela proposta de cooperativismo visando reduzir o custo de construção em 20%, podendo assim melhorar a qualidade da habitação na forma de uma área construída maior e nos acabamentos da residência. Na visão de WESTENDORFF (2007), não fossem rigorosamente reprimidos pelo governo militar entre 1973 e 1985, o movimento de cooperativas habitacionais de assistência mútua poderia estar muito mais disseminado do que se encontra hoje. Entretanto a experiência uruguaia teve sucesso suficiente para inspirar movimentos habitacionais em toda a América Latina.

As cooperativas contaram com a parceria das autoridades locais e o auxílio de uma ONG, que prestou assessoria técnica na elaboração dos projetos. Foram desenvolvidos métodos inovadores de construção e de produção de materiais. As cooperativas também forneciam um treinamento aos movimentos populares, bem como assistência jurídica ao público e outros serviços.



Além disso, para facilitar o acesso a terra, o Governo do Uruguai criou o Banco de Terras, onde o Poder Público cede ou vende terras às cooperativas. O objetivo é reduzir as dificuldades da busca por terra legalizada para construção. A questão da aquisição da terra é sempre considerada uma das maiores dificuldades no acesso à moradia para a população de baixa renda, sendo também um dos principais entraves nos processos de autogestão praticados no Brasil. Para (NAHOUM, 2002), os elevados custos de construção que existem no Uruguai (produto de múltiplos fatores, entre eles os elevados tributos, a especulação sobre o valor da terra e materiais de construção, a necessidade de conforto térmico e de controle de umidade cuidadosos devido a existência de fatores climáticos rigorosos e o custo da mão de obra, que conservam um alto nível em relação à região) acabam por impossibilitar ao trabalhador o acesso ao autofinanciamento de sua moradia em prazo razoáveis.

Desta forma, tornou-se imprescindível às cooperativas habitacionais uruguaias contar com financiamento público para subsidiar a produção de moradia. Através da gestão diferenciada e participativa na administração da obra, eles conseguiram produzir unidades habitacionais de melhor qualidade e mais confortáveis que as disponíveis no mercado. Isso contribuiu também para a melhoria da qualidade de vida garantida pelos espaços públicos bem utilizados e melhor cuidados em comparação com os conjuntos habitacionais produzidos pelo governo.

Ideias similares vêm sendo formuladas desde 1957, quando John F. C. Turner, foi ao Peru trabalhar com habitação popular. Segundo (LOPES e RIZEK, 2006), num artigo de 1983, Turner fazendo eco a afirmação de que o melhor procedimento que o Estado pode adotar para melhoria das condições habitacionais do povo é não produzir moradia, defende que a provisão centralizada tem de ceder lugar a autogestão local, considerando a incapacidade operacional do Estado a corresponder através da provisão direta de moradia – projetos “entrega da chave” como denomina – as efetivas demandas da população pobre.

3.2. Experiências nacionais de produção de moradias populares – a autoconstrução e a gestão do mutirão habitacional.

Melhorar as favelas em vez de substituí-las tornou-se a meta menos ambiciosa da intervenção pública e privada. Em vez da reforma estrutural da pobreza urbana imposta de cima para baixo, como havia sido tentado pelas democracias sociais da Europa no pós-guerra e defendido pelos líderes revolucionários nacionalistas da geração dos anos 1950, a nova sabedoria do final da década de 1970 e início da de 1980 exigia que o Estado se aliasse a doadores internacionais e depois, a ONG,s para tornar-se um “capacitador” dos



pobres. Em sua primeira iteração, a nova filosofia do Banco Mundial, influenciada pelas ideias do arquiteto inglês John Turner, anteriormente citado, insistia numa abordagem de oferta de “lotes urbanizados” (fornecimento de infra-estrutura básica de água e esgotos e obras de engenharia civil) a fim de ajudar a melhorar e racionalizar as habitações construídas pelos próprios moradores. Turner partiu da Inglaterra em 1957 para trabalhar no Peru, onde se encantou com o gênio criativo que viu em funcionamento nas moradias de invasores de terrenos. Não foi o primeiro arquiteto a entusiasmar-se com a capacidade dos pobres de organizar-se em comunidades e construir com habilidade e inteligência: arquitetos e planejadores coloniais franceses, como o grupo *CIAM Alger*, tinham elogiado a ordem espontânea para o relacionamento orgânico entre as construções e o terreno, a flexibilidade dos espaços para acomodar diversas funções e as necessidades variáveis dos usuários (DAVIS, 2006).

As ideias de Turner parecem ter influenciado algumas experiências realizadas no Brasil em meados da década de 70, principalmente no Nordeste. Um deles foi o Projeto Taipa em Pernambuco e as experiências realizadas pelo grupo THABA do CEPED na Bahia enquanto na região Sul e Sudeste as experiências pareciam replicar o sistema cooperativista do Uruguai.

No Brasil, apesar do mutirão ser bastante utilizado como prática de ajuda mútua, o procedimento adotado aqui é muito diferente do modelo uruguaio, no que se refere à gestão do processo. No Uruguai, os usuários têm completa autonomia na gestão do processo, onde os futuros moradores participam, de forma coletiva, na administração dos recursos.

Em uma comparação crítica da tentativa de executar um modelo similar ao uruguaio aqui no Brasil, (LOPES e RIZEK, 2006) afirmam, que, na medida em que a prática se estabelece como programa, as disfunções e incompatibilidades se explicitam: lá, organização sindical; aqui, movimento popular; lá, um plano e uma lei que regulam a produção autogestionária de moradia em todo o país; aqui, programas que não compõem sequer uma política habitacional local; lá, cooperativas que, juridicamente, permitem o mútuo coletivo, a propriedade comum e sua comercialização regulada; aqui, associações comunitárias que mal e mal mantêm sua condição como agente promotor que apenas atua como mediador temporário entre o agente financeiro e o mutuário final.

No Brasil atuando nesta área temos a União Nacional por Moradia Popular - UNMP que tem como prática a Autogestão na habitação com a comunidade gerindo o processo de solução para sua habitação, também a USINA ctah fundada em julho de 1990 por profissionais de diversos campos de atuação como uma assessoria técnica a movimentos populares, a USINA tem atuado no sentido de articular processos que envolvam a



capacidade e planejar, projetar e construir pelos próprios trabalhadores, ainda atuando como uma ONG de assessoria técnica temos a PEABIRU TRABALHOS COMUNITÁRIOS, fundada em 1993 por um grupo de profissionais - arquitetos e urbanistas, engenheiros, advogados, psicólogos e sociólogos e outros técnicos da área social – que tinham atuando em assessorias a movimentos populares e associações no fim dos anos 80.

4. CONCLUSÕES

O uso do mutirão como forma de diminuir os custos da construção, tem gerado controvérsias, pois os mutirantes acabam se envolvendo com trabalho pesado nos dias em que deviam se dedicar ao lazer e à família ABIKO & COELHO (2005). As obras em regime de mutirão costumam ser concluídas num prazo muito maior do que quando executadas com mão de obra contratada, pois o trabalho é executado somente aos finais de semana. Para (NOBRE e BONFIM, 2001), apesar da existência destes programas, não se tem verificado até agora uma política abrangente que realmente responda às necessidades existentes na cidade, tanto de renda, como de atuação e gestão da população de baixa renda, havendo hoje diversos entraves.

Embora o sucesso desses programas varie entre países, pode-se afirmar que, com exceção de um número relativamente pequeno de nações tais como Cingapura e Hong Kong, onde respectivamente, 85% e 45% da população é abrigada por meio de provisão governamental de habitação, de alguns países socialistas, tais como a China, os programas de habitação pública direta nos países em desenvolvimento tem sido um completo fracasso, a contribuição tem sido de apenas 10% do total do estoque total de habitação como um todo. Esse fracasso ocorre praticamente em todos os aspectos de provisão de habitação, incluindo a inadequação do projeto às condições geográficas e culturais, sua má localização, a construção de baixa qualidade, a incapacidade para o cumprimento de metas, e os altos custos. Uma combinação desses fatores tornou esse tipo de habitação inacessível aos grupos de baixa renda, ou lhes deu uma habitação inadequada (UNCHS, 1996); (WORLD BANK, 1993); (OKPALA, 1992); (TAN & SOCH-YONG, 1991 apud WERNA et al., 2001).

RUBIO (2002) acrescenta que ao longo da evolução da política habitacional no século XX, as diversas ações foram empreendidas visando fornecer soluções para a comunidade popular chilena. Constata-se que as estratégias mais fortes e mais bem sucedidas foram executadas pelo setor privado (79% das unidades construídas, e a construir no país) contra 21% de responsabilidade do setor público.

Ideias similares vêm sendo formuladas desde 1957, quando John F. C. Turner, foi ao Peru trabalhar com habitação popular. Segundo (LOPES e RIZEK, 2006), num artigo de



1983, Turner fazendo eco a afirmação de que o melhor procedimento que o Estado pode adotar para melhoria das condições habitacionais do povo é não produzir moradia, defende que a provisão centralizada tem de ceder lugar a autogestão local, considerando a incapacidade operacional do Estado a corresponder através da provisão direta de moradia – projetos “entrega da chave” como denomina – as efetivas demandas da população pobre.

Turner defendia a ideia de que o Estado deveria interferir o mínimo necessário, deixando o processo de gestão dos recursos públicos destinados à produção de habitação nas mãos dos futuros usuários. Só assim seria possível garantir uma comunidade verdadeira e participativa, com projetos de geração de renda, diferentemente dos conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado que “massificavam” a forma arquitetônica e a plástica urbanística, tornando o espaço monótono e sem identidade. Nas palavras de (ROYER, 2002), os trabalhos de Turner, autor que tratam do esgotamento do modelo de provisão habitacional estatal pós-guerra e da emergência de políticas de autoconstrução e “ações de autogestão” surgidas localmente: “são esforços de grupos que se organizaram e propuseram-se o autodesenvolvimento, independentemente do mercado e do Estado”. Ainda citando Turner, diz que:...a lucidez, no caso, está em entender que a independência e a auto-suficiência totais são impossíveis. Compreende-se a necessidade de cooperação tanto das forças de mercado quanto do Estado.

5. REFERÊNCIAS

- ABIKO A.K. & COELHO, L de O. **Mutirão Habitacional: Procedimentos de Gestão.** Recomendações Técnicas Habitare, vol.2, ANTAC, Porto Alegre, 2006
- AZEVEDO, S. de. **A Autoconstrução habitacional como base de uma política habitacional: alternativa ou mito.** Universidade Federal de Minas Gerais/Departamento de Ciência Política. (mimeo.), 1984
- AZEVEDO, S. de. **A Autoconstrução habitacional como base de uma política habitacional: alternativa ou mito.** Universidade Federal de Minas Gerais/Departamento de Ciência Política. (mimeo.), 1984
- BRASIL Projeto de Lei Complementar nº 477/2003. **Dispõe sobre o sistema de Aquisição da Habitação Social – SAHS – e dá outras providências.** Brasília, 29 out. 2003. Disponível em http://www2.senado.gov.br/sf/atividade/Materias/Detalhes.aspP_cod_mate=63446 acesso em 13 set. 2008.
- CARDOSO, L.R.A. **Construção habitacional por mutirão – caracterização, gerenciamento e custos.** Dissertação de Mestrado. Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, SP, 1993.



CARNEIRO, D.D. & VALPASSOS, M.V.F. **Financiamento a habitação e instabilidade econômica: experiências passadas, desafios e propostas para a ação futura.** Editora FGV, RJ, 2003.

DAVIS, M. **Planeta Favela**, Boitempo, São Paulo, 2006.

GOUVÊA, L.A. de C. **Habitação Popular no Brasil: Uma história de exclusão, segregação e construção de ocas, senzalas, casas e apartamentos.** Editora ANNABLUME, São Paulo, 2016

LOPES, J.M. e RIZEK, C.S. **O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica.** In: Procedimentos de Gestão Habitacional para População de Baixa Renda. Coleção Habitare, Vol. 5, ANTAC, Porto Alegre, 2006.

MACUCO, R.M. **Autogestão e construção: conceitos e aplicações.** Monografia de Especialização, Pontifícia Universidade Católica do Paraná/Université de Technologie de Compiègne, França e Instituto Internacional de Gestão Técnica do Meio Urbano, Curitiba, 2004.

MARICATO, E. **Autoconstrução, a arquitetura possível,** In: A produção capitalista da casa e da cidade. São Paulo, Editora Cortez, 1979.

MENDES, GUSTAVO. **Cesta não resolve.** In: Revista Construção-Mercado, 55. Ed. PINI, SP, fevereiro de 2006.

NAHOUM, B. **Las Cooperativas de Ayuda Mutu Uruguayas, de Isla Mala a FUCVAM.** , In.: Anais do IV Seminário Ibero-Americano da Rede Cyted CYTED XIV, artigo disponível em www.habitare.org acesso em 13/09/2008, setembro de 2002.

NOBRE, E.A.C. E BOMFIM, V.C. **A produção do espaço urbano da cidade de São Paulo na década de 90: Políticas Públicas de Exclusão e Inclusão Social.** Texto apresentado no II Encontro Democracia, Igualdade e Qualidade de Vidal: o desafio para as cidades no século XXI, Belém, Prefeitura Municipal, 2001.

OLIVERAS, R.; NÚÑEZ, R. **There Will Be Reason to Keep Balance Urban Segregation in Havana: Policies, Instruments and Results.** In: International Seminar on Segregation in the City. Conference paper... Lincoln Institute of Land Policy, 2001.

PEABIRU TRABALHOS COMUNITÁRIOS E AMBIENTAIS. Disponível em [:http://www.peabirutca.org.br](http://www.peabirutca.org.br) /Acesso em out.2017

ROYER, L. DE O. **Notas sobre o desenvolvimento da política habitacional brasileira: do BNH à nova agenda de reformas dos anos 90.** In: Política Habitacional no Estado de São Paulo: Estudo sobre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo (CDHU), Dissertação de Mestrado, FAU/USP, SP, 2002.



RUBIO, R. Housing Policy in Chile, the Evolution of dramatic Tensions. **RETSINAN, N. Housing Policy in the United States. 2003**. Disponível em: http://www.jchs.harvard.edu/education/oustgnding_student_papers/index.htm Acesso em 14 set 2008.

UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR-UNMP. Disponível em: <http://www.unmp.org.br> . Acesso em out. 2017.

USINA-ctah. Disponível em <http://usina-ctah.org.br> .Acesso em out. 2017

VALLADARES, L. **Políticas alternativas de habitação popular**. Espaço & Debates, v.5, nº 14, março de 1985.

VIDAL, F.E.C. **A Autoconstrução e o Mutirão Assistidos como Alternativas para a Produção de Habitações de Interesse Social**. Dissertação de Mestrado. FAU/UnB, 10/12/2008.



GT 07 – Cidades e Transformações do Urbano na América Latina

A LUTA PELA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À MORADIA NOS PROCESSOS DE OCUPAÇÕES URBANAS NA AMAZÔNIA: O CASO DA OCUPAÇÃO DE VISTA ALEGRE DO JUÁ NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA

Maria Sousa Aguiar (UFOPA)¹
msousaaguiar@yahoo.com.br
Evanderson Camilo Noronha (UFOPA)²
evandersonnoronha@gmail.com
Liendria Marla Malcher Silva (UFOPA)³
liamalcher@hotmail.com
Lincon Sousa Aguiar (UFOPA)⁴
linconaguiar97@gmail.com

RESUMO

Este trabalho versa sobre a relação entre as ocupações urbanas para fins de moradia principalmente de terras particulares e a luta pela efetivação do direito à moradia digna. Para tanto, fizemos um levantamento bibliográfico acerca da relativização do direito à propriedade, do direito à moradia e seus principais aspectos jurídicos e sociais e de sua relação com o princípio da dignidade da pessoa humana. Analisamos ainda a nova relação com o território empreendida por famílias em terras antes sem destinação social. Por fim, concluímos que no entrechoque entre direito à propriedade e direito à moradia, a garantia de um local para algumas dezenas de famílias construirem seu barraco e estabilizarem suas vidas é mais importante que a proteção de terrenos voltados para a especulação normalmente de um único dono.

Palavras-Chave: Direito à moradia digna; relativização do direito à propriedade; ocupações urbanas; Vista Alegre do Juá.

1. INTRODUÇÃO

O processo de urbanização nas cidades amazônicas, acompanhando o de outras regiões do país, caracteriza-se por uma bem definida divisão socioeconômica do espaço: quem possui um maior poder aquisitivo consegue comprar - ou até mesmo manter - um terreno na área central, enquanto que as classes menos privilegiadas são afastadas - ou "jogadas" - para as áreas mais afastadas do centro.

¹ Mestre em Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará, UFOPA, Brasil. E-mail: msousaaguiar@yahoo.com.br.

² Bacharelado em Direito, Programa de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Oeste do Pará, UFOPA, Brasil. E-mail: evandersonnoronha@gmail.com.

³ Bacharelada em Antropologia, Programa de Antropologia e Arqueologia, Universidade Federal do Oeste do Pará, UFOPA, Brasil. E-mail: liamalcher@hotmail.com.

⁴ Bacharelado em Direito, Programa de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Oeste do Pará, UFOPA, Brasil. E-mail: linconaguiar97@gmail.com.



Mais que uma simples expressão espacial do processo de metropolização, esse fenômeno de dispersão reflete também articulações e contradições estabelecidas no plano local, ainda que delineadas por determinações de ordem estrutural que presidem o processo de urbanização brasileiro (TRINDADE JR, 1999).

Isso normalmente acontece paralelamente a um processo de afastamento, não só espacial da cidade, mas também de políticas públicas e participação nas decisões governamentais. As áreas “destinadas” às populações mais carentes dificilmente contam com a presença de postos de saúde, ruas pavimentadas, saneamento básico e transporte público.

Além disso, essas áreas não dão conta do contingente populacional que almeja a casa própria. Estima-se que em Santarém existe um déficit habitacional de mais de 30 mil famílias que necessitam de moradia própria. Portanto, é real a necessidade de novos espaços voltados para atender essa demanda.

Nessa perspectiva, a procura pela moradia nas regiões urbanas frequentemente se mistura com luta contra o capital especulativo depositado em propriedades que comumente não cumprem sua função social. Quando não se detém os recursos necessários para a obtenção de um pedaço de chão, uma convidativa alternativa de sobrevivência se vislumbra na ocupação de um terreno que aparentemente não possui utilidade alguma.

Este trabalho pretende compreender o caso da localidade de Vista Alegre do Juá, resultado de uma recente ocupação urbana em uma grande propriedade improdutiva no Município de Santarém/PA, abordando principalmente sobre a luta dos seus moradores pelo direito à moradia, bem como as suas formas de organização e delimitação do território.

Entendemos que a questão das ocupações urbanas é complexa e existe em diversas possibilidades, contudo aprofundaremos nossa análise na hipótese em que a ocupação incide terras particulares, objetivando examinar com atenção o entrelaçamento entre o direito à moradia e o direito à propriedade.

Para tanto, promover-se-á uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza básica sobre, com procedimentos de pesquisa bibliográfica voltados para a compreensão do direito à propriedade e sua relativização perante o direito à moradia. Concomitante a isso, pesquisar-se-á a evolução jurídica do direito à moradia e sua relação com o direito à dignidade da pessoa humana. Por fim, versar-se-á sobre a questão das ocupações urbanas e a luta pela efetivação do direito à moradia, com atenção especial ao caso da ocupação de Vista Alegre do Juá.

2. OCUPAÇÕES URBANAS E A LUTA PELA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À MORADIA



A moradia é uma garantia assegurada por mecanismos jurídicos internacionais e principalmente por nossa Constituição da República de 1988. Como está presente no rol de direitos sociais, o Estado deveria promover políticas públicas voltadas para tratar desse problema histórico de nosso país, que é o acesso à moradia.

É verdade que ultimamente tivemos a construção e entrega de várias casas populares – inclusive no Município de Santarém/PA, vide Residencial Salvação – que contemplou diversas famílias. No entanto, não é suficiente para o atendimento de toda a demanda habitacional.

Com o crescimento do valor do aluguel e outras despesas, com o perigo do desemprego, muitas famílias reúnem-se com uma pauta em comum: a procura por uma área própria. Considerando a ausência estatal, uma das principais alternativas escolhidas por essas famílias tem sido a ocupação de grandes terrenos improdutivos.

Em muitos casos nos depararemos com o conflito entre o direito de propriedade e o direito à moradia. Faremos uma breve explanação sobre cada um desses direitos para em seguida expormos nosso entendimento acerca dessa colisão.

3. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE DIREITO À MORADIA

3.1 Aspectos jurídicos

O direito à moradia surgiu como direito humano positivado em 1948, na Declaração Universal de Direitos Humanos. O documento, não obstante, não muito especificou quais seriam as principais atividades a serem desenvolvidas para a garantia do direito, mas tão-somente limitou-se - o que não deixou de representar um grande avanço jurídico - a citá-lo em seu artigo XXV, I:

Todo o homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda de meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

Um pouco depois, outros documentos jurídicos foram criados objetivando contornar as principais características do direito à moradia. Nesse passo, destacamos uma resolução denominada Comentário Geral nº 4, elaborada em 1992, com base no art. 11 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966, elencou sete elementos essenciais ao direito à moradia adequada: segurança jurídica da posse; disponibilidade de serviços, materiais, equipamentos e infraestrutura; acessibilidade econômica; habitabilidade; acessibilidade para grupos vulneráveis; localização e adequação cultural.



Ressalte-se, entretanto, que muitas vezes tais parâmetros são completamente ignorados, o que impõe a necessidade não só de divulgação de toda essa proteção ao direito à moradia adequada, mas também de haver uma reforma legislativa que possa incluir expressamente tais diretrizes na legislação interna (NASCIMENTO, 2013).

No direito pátrio, a moradia começou a ser protegida apenas na Carta constitucional de 1988, no rol de direitos sociais. O art. 6º preceitua: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Cabe ressaltar que o texto supramencionado somente foi inserido na Constituição com o advento da Emenda à Constituição nº 26 de 14 de fevereiro de 2000. Anteriormente, o direito à moradia estava implícito no texto constitucional.

Também na Constituição da República encontramos um capítulo próprio sobre a política urbana, que privilegia a função social da cidade e da propriedade, determinando que a política de desenvolvimento tenha por objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar de seus habitantes (Art. 182), corroborando o que já consta elencado no rol dos direitos fundamentais do Art. 5º, inciso XXIII, que é a função social da propriedade.

Observamos que a proteção do direito à moradia no sistema jurídico brasileiro somente ganhou contornos especiais com a criação de leis específicas, como a Medida Provisória 2.220/2001, que trata da concessão de uso especial para fins de moradia (CUEM); a lei 11.952, que prevê mecanismos de regularização fundiária rural e urbana em algumas regiões da Amazônia; a lei nº 11.977/2009, que instituiu o Programa Minha Casa Minha Vida; e em especial da lei nº 10.257/2001, conhecida como *Estatuto da Cidade*, principal legislação sobre regularização urbana.

Inobstante a edição de leis voltadas para a regulação do direito à moradia e da função social da propriedade, notamos que nosso sistema jurídico ainda atua timidamente quanto à proteção das posses de moradores em situação de vulnerabilidade social.

Em que pese o arsenal jurídico-constitucional em prol da função social da propriedade, a realidade demonstra grande resistência do Poder Público, em especial do Poder Judiciário, no reconhecimento dos direitos dos possuidores, em grave prejuízo à segurança da posse, tão consagrada nos marcos internacionais retro mencionados.

Portanto, mister que todos os atores envolvidos na política habitacional e urbanística lance novo olhar sobre o direito de propriedade, que em sua moderna acepção apresenta-se sob uma perspectiva essencialmente social (NASCIMENTO, 2013).

O autor supramencionado destaca ainda que os indivíduos de grupos vulneráveis ou desfavorecidos enfrentam uma situação de risco quando não têm a segurança da posse,



não usufruem de serviços básicos, enfrentam impactos ambientais e de saúde extremamente negativos, podendo ser excluídos, inadvertida ou deliberadamente, do mercado e dos serviços relacionados à política de desenvolvimento urbano.

3.2 Aspectos sociais

A moradia é condição básica para a reprodução física, social, econômica e cultural da maioria das pessoas. Um pedaço de chão para viver com a família e descansar após um dia de labuta é indispensável para a saúde do ser humano. Nossa casa nos protege das intempéries da vida. É onde se consegue calor, quando se faz frio. Uma sombra no meio de um sol escaldante. Um teto em uma noite chuvosa. Um lugar onde se possa mesmo que momentaneamente desarmar da luta cotidiana.

O direito à moradia adequada é essencial à dignidade da pessoa humana, sendo que a sua falta impede o exercício de outros direitos básicos, tais como saúde, educação, trabalho e lazer (NASCIMENTO, 2013).

Para a sua efetivação, faz-se necessário a observação do princípio da dignidade da pessoa humana e do direito à cidade. A moradia deve ser digna. Não basta a existência de um barraco caindo aos pedaços ou um pedaço de terra irrisório. A moradia deve ter condições mínimas para assegurar a dignidade de seus moradores. Não pode localizar-se em um espaço tão distante da cidade que impeça logisticamente o cidadão de participar da organização da cidade e exercer sua cidadania.

Não se podem deixar de lado ainda os direitos urbanísticos: ruas adequadas, praças públicas. Escolas, hospitais, saneamento básico estão intrínsecos à moradia digna.

4. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE DIREITO À PROPRIEDADE

A propriedade privada é um dos institutos jurídicos mais antigos e bem protegidos que existem. Para muitos, a proteção da propriedade privada é considerada a própria atividade-fim do Estado, que se utiliza de meios coercitivos para impedir aqueles que não têm acesso a determinados bens se apropriem dos bens da classe privilegiada. Por mais que soe exagerado afirmar que todo o direito existe para garantir relações de propriedade, tal afirmação, contudo, não seria completamente equivocada (MELO, 2013). Na leitura marxista, o Estado surge como mecanismo formal de legitimação da opressão entre as classes dominante e dominada, exercida por meio da propriedade privada.



De fato, o direito à propriedade durante muito tempo foi praticamente absoluto em nosso país. Não se podia contestar os grandes barões detentores de terras no Brasil Colonial, Imperial ou no início da República, que estavam sobre a proteção do Estado.

As terras brasileiras em sua origem são públicas e para possuí-las necessário se fazia um documento que comprovasse o destacamento do patrimônio público para o privado. Lembramos que as primeiras formas de aquisição de propriedade eram ainda mais restritivas que as atuais. As capitâneas hereditárias e as sesmarias, principais políticas de distribuição/concentração de terras dos primeiros anos de Brasil eram concedidas somente àqueles que detinham poder aquisitivo elevado, com justificativa de que só assim poderia se fazer produtivas as terras. O regime de posses era amplamente proibido e criminalizado pelo Estado. Ou seja, o acesso à terra necessariamente deveria trilhar o caminho que passava pela propriedade para estar em acordo com a legislação vigente.

Como podemos inferir, a maioria da população não tinha condições de regularizar sua situação perante o governo, diante das impalpáveis condicionantes exigidas para se alcançar um título de propriedade.

Cediço dizer que o acesso “à propriedade” representada nos títulos e cartulas do rei sempre foram privilégios concedidos aos amigos do monarca, do império ou da república, a que a maioria da população sempre esteve excluída, que sempre teve apenas a força de sua resistência erigida na posse da terra, mediante a labuta, para construir o seu direito (ROCHA et al, 2015).

Então, a posse em si surge como um ato de resistência à ordem fundiária vigente. Posteriormente tornar-se-ia direito humano, garantido pelo ordenamento jurídico. e contribuiria para a relativização do direito à propriedade.

A Constituição da República de 1988 foi um grande marco quando se trata de proteção da posse e relativização da propriedade, considerando que instituiu importantes dispositivos jurídicos, alguns já comentados nesse trabalho. Nessa parte, queremos destacar a função social da cidade e da propriedade urbana, consagrada nos artigos 182 e 183.

CAPÍTULO II DA POLÍTICA URBANA

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.



§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

Esses dispositivos representam um grande avanço legislativo no gerenciamento dos terrenos urbanos. O Poder público, em especial o Municipal, ganhou amplos poderes para interferir nas propriedades que não são usufruídas e não contribuem para o desenvolvimento da cidade.

A imposição do cumprimento da função social da propriedade obriga o proprietário a dar alguma utilidade ao imóvel se quiser tê-lo protegido legalmente. A simples especulação imobiliária constitui-se como frágil motivação para a manutenção da propriedade.

O imóvel deve, mesmo que de forma precária, ter alguma utilidade social, alguma destinação. Não pode apenas ser um depósito de lixo ou um acúmulo de mato.

Apesar do grande progresso legislativo trazido pelos dispositivos, Tarso de Melo (2013) defende que o constituinte poderia ter adotado uma teoria da função social da propriedade mais avançada e eficiente quanto à redistribuição de terras e penalização do proprietário que a descumpra. Para o autor, a teoria adotada dar margens a várias interpretações e a resolução do caso concreto, em verdade, acabará dependendo muito mais da interpretação escolhida pelo jurista do que do texto legal.

Justamente por essa razão, por ser critério de interpretação e, assim, também dependente, por sua vez, de interpretação, é que a função social da propriedade, como, ademais, todo e qualquer princípio constitucional, é muito vaga. O que vai torna-la mais ou menos vaga, o que vai fazer com que ela seja concretizada de uma ou outra maneira, é o sentido que se atribua a ela na sociedade em questão. depende, como já foi dito, de uma profunda mudança cultural, axiológica, numa palavra: ideológica. Tal mudança, de certo modo (...) já pode ser identificada no texto constitucional, mas sua interpretação vai ser determinada pela ideologia hegemônica nesta sociedade (MELO, 2013, p. 80-81).



O mesmo autor ainda destaca que se poderia ter adotado uma postura mais agressiva para com aqueles que descumprissem a função social. Não deveria o Estado indenizar os proprietários que nunca deram uma utilidade socioeconômica para seu imóvel desapropriado. Dessa forma, premia-se o tratamento negligente.

5. DIREITO À MORADIA E DIREITO À PROPRIEDADE: O TERRITÓRIO PARA VIVER E O TERRENO PARA ESPECULAR

Como vimos, tanto o direito à propriedade como o direito à moradia são muito bem resguardados pelo nosso ordenamento jurídico, inclusive a nível constitucional. Agora queremos analisar a colisão entre esses dois direitos e a tarefa do hermeneuta ao interpretá-los. Mais precisamente, almejamos tratar da questão de ocupação exercida por moradores e moradores sem terra em imóveis privados, tal como ocorreu em Vista Alegre do Juá.

A colisão entre o direito à propriedade e o direito à moradia é comumente observada em ocupações urbanas que incidem em áreas particulares. Não raro famílias como as que hoje estão em Vista Alegre do Juá, isto é, vulneráveis socioeconomicamente, reúnem-se e ocupam grandes terrenos abandonados para construir suas moradas e viverem suas vidas.

Nesses casos, independentemente de título registrado em cartório público, acreditamos que o direito à moradia, que acaba se misturando ao direito à vida *digna*, deveria sempre sobressair e prevalecer perante o direito à propriedade. Entendemos que por ser condição básica para existência e reprodução sociocultural, a moradia de dezenas ou centenas de famílias possui muito mais valor social que uma grande área para apenas uma família que por vezes tem várias iguais aquela. Um país que almeja reduzir as desigualdades sociais que ele próprio criou historicamente com políticas de terras excludentes deveria oferecer uma proteção real para esses ocupantes, que em verdade apenas lutam para que a Constituição seja efetivada.

Portanto, cremos que os ocupantes socioeconomicamente vulneráveis deveriam ser legalmente protegidos, mesmo quando as ocupações incidissem em áreas tituladas. Gostaríamos de uma interpretação de cumprimento da função social mais restritiva, voltada de fato para os interesses da sociedade e não para os de grandes proprietários de terras. Aceitamos a hipótese de indenização pela desapropriação das terras, contudo restrita aos casos em que houve um mínimo respeito às condições impostas pela Constituição para o cumprimento da função social.



Nosso entendimento, contudo, está longe ser o hegemônico entre os juristas e distancia-se da interpretação vigente nos Tribunais de Justiça. Tarso de Melo (2013 p. 68) nos lembra que “a propriedade, enquanto instituto histórico, é ainda hoje o mais sagrado dos institutos, e sua *sacralidade* implica *dogmaticidade*, no sentido de que não se deve questioná-lo”. Isso significa que apesar da edição de dispositivos jurídicos voltados para a sua limitação, tal qual a função social da propriedade, perdura a dificuldade de enfrenta-la, tendo em vista que a propriedade é a base do sistema econômico vigente.

6. VISTA ALEGRE DO JUÁ

A ocupação de Vista Alegre do Juá iniciou-se em 2010 e recentemente completou 8 anos. A área ocupada localiza-se em uma região afastada do centro comercial da cidade de Santarém/PA, e atualmente conta com cerca de 5000 famílias.

No princípio, havia apenas algumas dezenas famílias ocupando a área, com grande esforço devido aos empecilhos colocados em seus caminhos. Dona Margareth, principal liderança do Movimento dos Trabalhadores em Luta por Moradia, recorda que ela juntamente com 12 trabalhadores chegaram a ser presos nos primeiros dias de ocupação: “Em 18 de setembro de 2010, 12 trabalhadores (inclusive eu) fomos presos nesta área e passamos 5 dias no presídio como bandidos, devido unicamente à nossa luta por um pedaço de chão pra morar”.

Superadas essas batalhas, arduamente vencidas por dona Margareth e seus companheiros, hoje os atuais moradores sentem-se muito mais seguros de que permanecerão na área e já se sentem suficientemente confortáveis para pensar adiante. O foco do movimento agora deixou de ser a permanência na terra e passou a ser a qualidade das habitações. A principal luta transformou-se na busca por políticas públicas básicas para o atendimento dos moradores.



Figura 1: Bairro Vista Alegre do Juá. Fonte: Lincon Aguiar, 2017

Todavia o caminho até o alcance dessa certa segurança de permanência na área fora tumultuado. Diversos conflitos – externos e internos – permearam esse longo processo ocupação.

Exemplificando, temos que inicialmente a Polícia Militar havia criado uma falsa impressão dos ocupantes e, assim como em diversos outros casos parecidos, criminalizava as lideranças do movimento. Normal. Mas o que fazer quando se precisa resolver os conflitos internos da ocupação?

Dona Margareth nos contou que, em alguns casos, os moradores reuniam-se no “barracão” da associação a fim de pensar em alguma medida para solucionar o problema. E deu o exemplo dos casos em que a comunidade, principalmente as mulheres se reuniam-se para combater os homens que agrediam suas esposas.

Outra latente preocupação dos moradores de Vista Alegre do Juá foi com a questão ambiental na estruturação da ocupação. Durante o informal planejamento de como seria a divisão dos espaços no local, acompanhados de alguns técnicos ambientais e até mesmo de estudantes da Universidade Federal do Oeste do Pará, os moradores preocuparam-se em separar determinados espaços exclusivamente para preservação ambiental. Além disso,



com o apoio da SPU, separam um margem de terras nas proximidades do rio Juá, que não seria comercializada, mas voltada para a preservação do rio.

Ainda quanto à organização territorial, as lideranças desde o começo acreditaram no potencial do projeto que ali estava sendo planejado e desde já separam áreas destinadas para as políticas públicas que futuramente lutariam para tê-las. Percebemos assim um alto nível de organização popular, com pensamento sistêmico que transcendeu o imediatismo, a saber, a garantia do pedaço de chão para a construção do barraco, e alçou um planejamento a longo prazo.

Portanto, em sintonia com as principais correntes de pensadores acerca do direito à moradia, os moradores de Vista Alegre do Juá não lutavam somente pelo direito à moradia, mas pelo direito à moradia *digna*, acompanhado do direito à cidade.

Em nossas visitas à ocupação, notamos que a ocupação ainda carece de um acompanhamento mais próximo por parte do governo, quanto às políticas públicas voltadas para saúde, educação, transporte público e saneamento básico. Mas o caso de Vista Alegre do Juá chamou nossa atenção pelo protagonismo popular na luta pela efetivação de direitos. Não esperam que o Estado tome a iniciativa, mas vão por conta própria.

7. CONCLUSÃO

Finalizando este trabalho, concluímos que o direito à propriedade ainda hoje é muito protegido pelo nosso ordenamento jurídico, todavia não mais é absoluto, admitindo algumas mitigações.

O direito à moradia, por sua vez, em sentido contrário, foi evoluindo e ganhando importantes marcos jurídicos assecuratórios. Com o entendimento de que a moradia está diretamente ligada à dignidade da pessoa humana, este direito expandiu-se, chegando à proteção constitucional em 1988, como um direito social.

No entrechoque entre direito à propriedade e direito à moradia, desenvolvemos a teoria de que a garantia de um barraco para algumas dezenas de famílias é mais importante que a proteção de terrenos voltados para a especulação normalmente de um único dono.

Com a construção desse trabalho, percebemos que a relação ser humano e natureza na área da ocupação Vista Alegre do Juá foi transformada pela chegada das famílias ocupantes. Para além disso o espaço foi ressignificado: terras que outrora serviam apenas como uma mercadoria, valorizada lentamente devido ao processo de urbanização das cidades, passaram a abrigar a correria de crianças, misturada com o caminhar de trabalhadoras e trabalhadores e com o balançar da cadeira ou rede de quem estiver afim de um descanso; um contingente de experiências singulares, de sorrisos, choros e outras emoções.



A concretização desses projetos de vida quebra a lógica do capital especulativo depositado na propriedade e cria um universo de novas trilhas para pessoas com pouca perspectiva. A moradia garante às famílias um lugar próprio onde possam criar seus alicerces de seus sonhos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF : Senado, 1988.

Declaração Universal de Direitos Humanos. ONU, 1948

MELO, Tarso de. **Direito e ideologia: um estudo a partir da função social da propriedade rural**. 2ª ed. São Paulo: Outras Expressões, Dobra Universitário, 2013.

NASCIMENTO, Bruno Pereira. **Direito fundamental à moradia digna e adequada como instrumento de redução da vulnerabilidade habitacional e promoção da emancipação social**. Adepes, 2013. Disponível em: <http://www.adepes.com.br/Arquivo/Documents/PUB/16_4_2013_Artigo%20-%20Direito%20Fundamental%20a%20Moradia%20Digna.pdf> Acesso em: 26/05/2017

Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. ONU, 1966

ROCHA, Ibraim; TRECCANI, Girolamo Domenico; BENATTI, José Helder; Haber, Lilian Mendes; CHAVES, Rogério Arthur Friza. **Manual de Direito Agrário Constitucional: lições de direito agroambiental**. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora Forum, 2015.

SILVA, Paulo Afonso da. **Direito urbanístico brasileiro**. 6ª Ed. São Paulo, Malheiros, 2010.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair. C. da. **Assentamentos urbanos e metropolização na Amazônia brasileira: o caso de Belém**. In: ENCUESTRO DOS GEOGRAFOS DA AMERICA LATINA, 7., 1999, Santiago. Anales... Santiago: Universidad de Chile, 1999. p. 35-45. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/assentamentos-urbanos-e-metropolizacao-na-amazonia.html>>. Acesso em: 21/04/2017

**GT 07 – Cidades e Transformações do Urbano na América Latina.****AVANÇOS E RETROCESSOS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA A PARTIR DA
LEI 13.465/2017: UM ESTUDO DA TITULAÇÃO DA FAVELA PARQUE ROYAL.**Carolina Pereira Bickel (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)¹

carolinabickel@gmail.com

RESUMO

Este trabalho visa empreender um estudo de caso sobre a recente implantação de projeto de regularização urbanística e fundiária na favela Parque Royal, localizada na zona norte do Município do Rio de Janeiro. Como a primeira favela urbanizada pelo programa Favela-Bairro nos anos de 1990, a titulação das unidades mais de duas décadas após o projeto torna-se de grande representatividade na atualidade ao impulsionar o debate sobre os avanços e retrocessos da recente Lei 13.465/2017, que sucedeu o antigo marco legislativo sobre o tema (a Lei 11.977/2009), afastando a já consolidada concepção de regularização fundiária plena e aproximando-se da regularização estrita. Para tanto realizar-se-ão revisões legislativa, documental e bibliográfica sobre os projetos e o estudo de caso em comento através da observação participante, resultante de três meses de trabalho de campo junto à equipe que realiza o trabalho de regularização urbanística e fundiária no Parque Royal. Visa-se assim formular sugestões relativas à interpretação do novo marco legislativo e à estrutura do próprio instituto, ressaltando a importância de considerar-se a normatividade própria previamente existente na comunidade como vital ao desenvolvimento de políticas públicas.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Estudos Urbanos, Regularização Fundiária.

1. INTRODUÇÃO

Até 2017 o marco regulatório da Regularização Urbanística e Fundiária no ordenamento jurídico brasileiro foi a Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, a chamada Lei Minha Casa, Minha Vida, doravante designada MCMV. A norma definia em seu artigo 46 o conceito de regularização fundiária como:

“conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”

¹ Advogada e Professora de Filosofia (SEEDUC RJ). Especialista em Direito Constitucional (UCAM), Pós-Graduada em Sociologia Urbana (UERJ) e Mestranda em Direito da Cidade (UERJ).



A Lei MCMV instrumentalizou princípios constitucionais que preveem a função social da propriedade e a proteção à posse através da regularização urbanística e fundiária de assentamentos urbanos, em especial através da legitimação de posse, que possibilitaria a conversão do título em propriedade com seu devido registro em cartório através do instituto que ficou conhecido como usucapião administrativo, uma de suas inovações.

A legislação ainda fincou no ordenamento jurídico pátrio a concepção de regularização fundiária plena, caracterizada como:

[...]o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, promovidas pelo Poder Público por razões de interesse social. Essas medidas objetivam a adequação dos assentamentos informais consolidados, de modo a garantir o direito social à moradia e à função social da propriedade e da cidade.²

A regularização plena, portanto, não consistiria somente na emissão de títulos que reconhecessem a legitimidade da posse, mas uma série de procedimentos que possibilitassem o pleno exercício de outros direitos sociais constitucionalmente previstos, entre os quais destaca-se que o direito à moradia adequada, que não se esgota na existência de um abrigo, mas de moradia apta à dignidade da pessoa.

Trata-se de um direito humano que compreende “privacidade adequada, espaço adequado, segurança, iluminação e ventilação adequadas, infraestrutura básica adequada e localização adequada em relação ao trabalho e facilidades básicas, tudo a um custo razoável”, conforme afirmado pela Comissão sobre Assentamentos Humanos e a Estratégia Global para Habitação para o ano 2000.

É ainda reconhecida em farta legislação internacional, dentre os quais o artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e o artigo 11 do Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), do qual o Brasil é signatário. Destacam-se ainda os Comentários Gerais nº 4, 7 e 16 do Comitê para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais sobre o direito à moradia adequada. Especificamente o Comentário nº4, ao tratar do artigo 11 do PIDESC, frisa que o direito à habitação adequada compreende (i) segurança da posse, em suas variadas formas; (ii) Disponibilidade de serviços, matérias, facilidades e infraestrutura; (iii) Custo acessível; (iv) Habitabilidade; (v) Acessibilidade; (vi) Localização; e (vii) Adequação cultural.

Nesse sentido, a Lei MCMV visava efetivar o direito à moradia adequada através da regularização fundiária plena, que conheceria fases como a melhoria da infraestrutura local, implantação de serviços sociais, alinhamento de ruas, reconhecimento de logradouros,

² MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2007 p.5.



elaboração de legislação de uso e ocupação do solo específica para a área e, finalmente, a legalização dos imóveis com a entrega do ‘habite-se’, além da inserção estruturas capazes de zelar pela manutenção dos avanços. A titulação, representativa da segurança da posse, seria assim uma última etapa de um complexo, custoso e demorado procedimento que intervia tanto na relação do possuidor com sua moradia quanto na estrutura da própria comunidade alvo das intervenções.

Contudo, em 22 de dezembro de 2016 adveio a Medida Provisória nº759, que propôs nova regulamentação ao tema. Durante todo procedimento, o texto originou o Projeto de Lei de Conversão 12/2017 e sofreu cerca de 732 propostas de emendas até sua conversão na Lei 13.465, de 11 de julho de 2017. Desde então a legislação é alvo de diversas polêmicas, que culminaram com a proposição da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.771, protocolada no último dia 31 de agosto de 2017 pela Procuradoria Geral da República com pedido ao Supremo Tribunal Federal de suspensão imediata da lei.

Embora o pedido em sede liminar tenha sido indeferido, as discussões sobre o teor da nova Lei não cessaram e concederam à norma o epíteto “MP da grilagem” por alterar a regularização fundiária de terras urbanas e rurais, além de dispor sobre a ocupação de terras da União, em especial na Amazônia Legal.

No âmbito especificamente da regularização de assentamentos urbanos, a grande inovação em comparação com a Lei MCMV foi o afastamento da concepção de regularização fundiária plena e a aproximação com a regularização fundiária restrita, influenciada por estudos do economista peruano Hernando de Soto.

O autor observa a regularização fundiária como uma medida necessária ao desenvolvimento econômico uma vez que a informalidade levaria os pobres à margem da economia formal e, especialmente em países subdesenvolvidos, deixariam de compor as estatísticas oficiais engendrando assim uma espécie de “capital morto”. O avanço econômico deveria ser acompanhado pelo avanço das instituições jurídicas no sentido de inserir na economia formal a maior parte da população, e nesse sentido a regularização fundiária através da simples emissão de títulos seria um promissor instrumento que garantiria, por exemplo, maior acesso ao crédito.

O modelo foi adotado no Peru em políticas que ocasionaram a titulação em massa entre 1996 e 2006. Estima-se que tenham sido emitidas cerca de 1,6 milhões de escrituras a um custo médio de USD\$ 64 por família, ocasionando o aumento nos valores de propriedade em aproximadamente 25%³. A experiência, contudo, não ocasionou a melhora

³ FERNANDES, Edésio. Regularização de assentamentos informais na América Latina. Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy, 2011.



na qualidade de vida das famílias, uma vez que desacompanhada de intervenções estruturais e de consolidação dos assentamentos informais, e tampouco representou aumento demasiado do aumento ao crédito hipotecário.⁴

À época o projeto sofreu reiteradas comparações com o modelo então adotado pelo Rio de Janeiro entre 1994 e 2008⁵, o Favela-Bairro⁶, que propunha a centralização das intervenções em áreas coletivas e serviços essenciais como esgotamento sanitário e iluminação pública, além da construção de creches, escolas, postos de saúde e praças. O programa contava com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e da Caixa Econômica Federal para promover ações de urbanização em comunidades no intuito de integrar as diversas partes da cidade e tamanha inovação concedeu grande projeção ao projeto:

O programa foi indicado pela ONU, no Relatório Mundial das Cidades 2006/07, como um exemplo a ser seguido por outros países. O Favela-Bairro também foi escolhido entre os melhores projetos do mundo apresentados na Expo 2000, em Hannover, na Alemanha, maior evento internacional do final do milênio. O prêmio permitiu ainda que o Favela-Bairro use a logomarca do evento – Expo 2000 Hannover, Registered Project of the World Exposition Germany – , uma espécie de selo de qualidade e reconhecimento internacional.⁷

Outra inovação proposta pelo Favela-Bairro foi a criação dos Postos de Orientação Urbanística e Social – POUOS. Estes foram concebidos e instituídos no Município do Rio de Janeiro pelo artigo 1º do Decreto no 15.259, de 14 de novembro de 1996, nos chamados ‘Novos Bairros’, favelas que recebiam as obras do programa de urbanização “Favela-Bairro”.

Prevê o Decreto:

Art. 1o Ficam instituídos os Postos de Orientação Urbanística e Social (POUSOs) nos Novos Bairros, com os seguintes objetivos;

I - orientar a execução de novas construções ou ampliações das existentes, bem como o uso dos equipamentos públicos implantados;

II - exercer fiscalização urbanística e edilícia.

Art. 2o A fiscalização exercida nos POUOS terá a finalidade de:

I - garantir a preservação do espaço público, tais como: praças, ruas,

⁴ Calderon, Julio. “Política de formalización de la propiedad en el Peru urbano (1996-2004)” In Larangeira, A.. Asientamientos Informales en América Latina. Cambridge: LILP. 2007.

⁵ Recentemente retomado pela Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, conforme publicação no Diário Oficial publicado em 28 de julho de 2017, Ano XXXI - Nº 92.

⁶ O Favela-Bairro, também conhecido como “Plano Municipal de Integração de Assentamentos Informais” foi elaborado e implantado durante o primeiro mandato de César Maia (DEM) à frente da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, de 1994 a 1998.

⁷ Sítio oficial da Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura do Rio de Janeiro: http://www0.rio.rj.gov.br/habitacao/favela_bairro.htm



serviços, escadarias etc;

II - evitar a construção em áreas de risco;

III - controlar a expansão das edificações (tanto horizontal, como verticalmente), de forma que os equipamentos implantados não se tornem insuficientes.

A idealização dos POUSOs chegou a tomar projeção internacional e receber em dezembro de 2005 o prêmio de Melhores Práticas, concedido pela Fundação Habitat, o Fórum Ibero Americano e do Caribe e a Prefeitura de Medellín. Eles seriam constituídos por grupos multidisciplinares (arquitetos, assistentes sociais e agentes comunitários) representantes dos ideários de participação popular e gestão democrática do espaço urbano, efetivando um canal de diálogo entre o Poder Público e os moradores. Sua compreensão dar-se-ia diante da necessidade de assegurar a consolidação das melhorias implementadas pelo programa de urbanização Favela-Bairro, efetivando a tão visada integração com outras áreas da cidade e afastando

Assim, durante os anos de 1990 contrapunham-se modelos principais: o primeiro simbolizado pela titulação em massa realizada no Peru e o segundo representado por um complexo programa carioca de urbanização de favelas, cuja emissão de títulos seria apenas uma última etapa numa longa cadeia de procedimentos, num singelo presságio aos princípios emanados pela Lei MCMV.

Atualmente, contudo, a vigência da Lei 13.465 desde julho de 2017 reflete uma drástica mudança no paradigma adotado no Brasil ao afastar a consolidada ideia de regularização fundiária plena e alinhar-se ao modelo peruano.

2. PARQUE ROYAL

Parque Royal é uma favela localizada no bairro da Portuguesa, Zona Norte do Rio de Janeiro, que conta com aproximadamente sete mil pessoas⁸ e uma área de 85.688 metros quadrados⁹. Sua ocupação remonta ao ano de 1973, em plena Ditadura Militar, quando pescadores e migrantes nordestinos fincaram seus primeiros barracos. E, embora localizada em área federal caracterizada como terreno acrescido de marinha às margens da Baía de Guanabara, sua gradativa ocupação não encontrou resistência pelo Estado, que utilizou a mão de obra de muitos dos moradores para as diversas construções em curso na cidade à época.

⁸ Segundo o Censo 2010 do IBGE.

⁹ Relatório SABREN.



Figura 1: Aerofoto da Favela Parque em 2013.



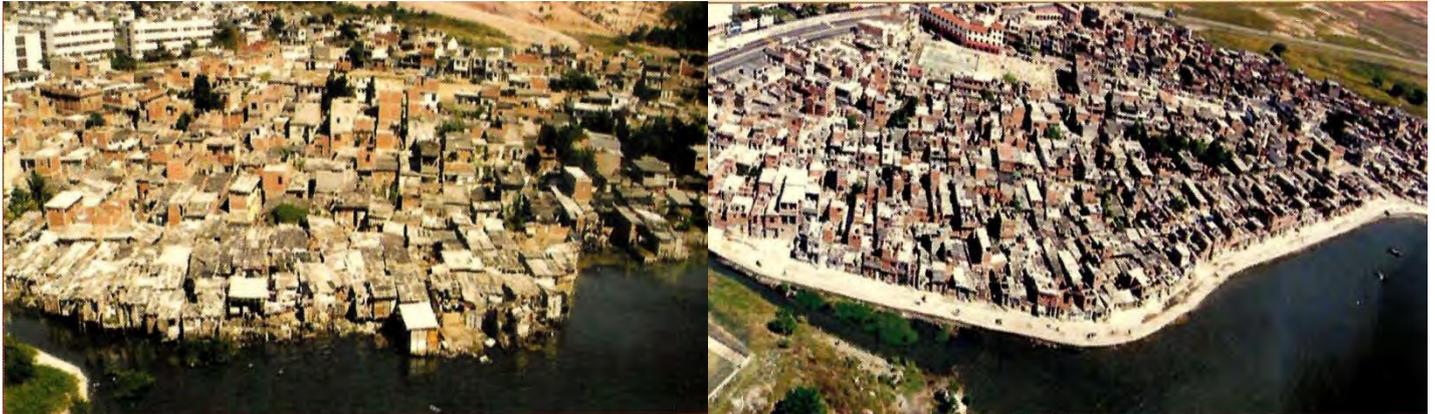
Fonte: Relatório SABREN.

2.1 O programa Favela-Bairro no Parque Royal

A região foi declarada como Área de Especial Interesse Social em 1996, passando a receber as primeiras intervenções do programa Favela-Bairro, que por sua vez levou à construção de diversos equipamentos públicos. Entre as principais obras realizadas destaca-se a retirada das famílias que residiam em palafitas sobre a Baía, concessão de lotes e materiais de construção para as removidas, abertura e pavimentação de vias, ordenamento da distribuição de água com construção de elevatória, ordenamento do sistema de iluminação pública e esgoto, construção de unidades para reassentamento, ciclovia, creches, posto de saúde, três quadras poliesportivas, praças públicas e uma sede para o POUSO.



Figura 2: Parque Royal em momento anterior e posterior às intervenções do Programa Favela-Bairro,



com ênfase nas palafitas removidas para a construção de uma ciclovia à beira-mar.

Fonte: RIO DE JANEIRO, 2005.

2.2 Regularização Urbanística e Fundiária no Parque Royal

Após o término das obras, o poder público debruçou-se sobre a situação fundiária da favela e em 2003 a União transferiu ao município aproximadamente 7,1 hectares de área, comportando assim a totalidade da favela. À época a Secretaria de Patrimônio da União efetivou tal transferência não por meio da propriedade plena, mas através da cessão de direitos sob forma de aforamento (conforme Artigo 18, I da Lei 9636/98), prevendo no ato autorizativo da cessão a finalidade "Regularização Fundiária" através da transferência de direitos enfiteúticos às famílias de baixa renda.

Em 2006 a Prefeitura contratou a empresa AGRAR Consultoria e Estudos Técnicos para a realização do cadastro socioeconômico dos moradores do Parque Royal no intuito de promover a regularização da área. A empresa foi responsável por mapear a área e identificar os moradores por lote e unidade habitacional, caracterizando-as ainda segundo o número de gabaritos e natureza do uso (habitacional, comercial ou misto). O trabalho apontou para o adensamento populacional da favela, que passou de 3.000 habitantes e 750 moradias em 1994 (momento anterior ao Favela-Bairro) para respectivamente 5.722 e 1.586 em 2000. Além disso, observou-se ainda que em 2005 cerca de 99% dos imóveis já eram edificadas sob a forma de alvenaria, apontando à consolidação da comunidade, em sua maioria com dois ou três pavimentos (42,16% e 35,75%).¹⁰

Concomitantemente, elaborou-se nova legislação específica de uso e ocupação do solo, adequando a norma urbanística às recentes características da região. Assim, advieram

¹⁰ Relatório Final da Regularização Urbanística e Fundiária (RIO DE JANEIRO, 2006).



os Decretos nº 26.228 e 26.229, ambos de fevereiro de 2006, revogando um antigo reconhecimento de logradouros e instituindo novos.

Operou-se também a aprovação de diversos projetos de loteamento parcial (PAL) da área, com devido reconhecimento dos lotes existentes e seu registro em cartório, embora fossem ainda registro de PAL tão somente de quadras, não de lotes individualizados.

O processo de regularização urbanística e fundiária, contudo, restou paralisado nos anos seguintes, sendo retomado somente em 2017. Embora entre os anos de 1997 e 2008 as políticas urbanas tenham conhecido relativa continuidade em razão do exercício de três mandatos de um mesmo prefeito (César Maia¹¹) e um mandato de prefeito distinto, mas ainda assim ligado àquele (Luiz Paulo Conde¹²), a regularização urbanística e fundiária tal como concebida representava um processo demasiadamente longo, apontando ao risco de sua descontinuidade sempre à época das eleições municipais.

O trabalho junto a Parque Royal foi retomado somente em 2017 conforme a Resolução SMUIH N.º 33 de 22 de agosto do corrente ano, que criou uma força-tarefa multidisciplinar destinada à ultimação do processo de regularização urbanística e fundiária da comunidade:

Figura 3: Capa do Diário Oficial do Rio de Janeiro



Fonte: Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro publicado em 23 de agosto de 2017. Ano XXXI, Nº 110.

A retomada dos trabalhos no mês de agosto foi especialmente simbólica por advir tão somente um mês após a publicação da Lei 13.465, de 11 de julho de 2017, que alterou as diretrizes da regularização fundiária no Brasil. Apesar do novo alinhamento à concepção de uma regularização pautada principalmente pela titulação, a publicação municipal traz em seu bojo uma importante passagem ao considerar:

a proposta de regularização urbanística e fundiária plena adotada no âmbito da Coordenadoria de Regularização Urbanística e Fundiária da

¹¹ Prefeito do Rio de Janeiro entre 1993 e 1997; 2001 e 2005; 2005 e 2009.

¹² Prefeito do Rio de Janeiro entre 1997 e 2001.



Subsecretaria de Habitação desta Secretaria, que envolve desde o planejamento do uso e ocupação do solo da área até a titulação dos moradores que lhes garanta segurança da posse ou do domínio e o respectivo empoderamento jurídico e social (grifo nosso) ¹³

Assim, a postura municipal explicita política de encontro com o novo marco legal, interpretando-o insistentemente conforme os preceitos constitucionais e insistindo na plenitude da regularização urbanística e fundiária como medida capaz de apaziguar as desigualdades socioespaciais urbanas.

3. OBSERVAÇÕES A PARTIR DO TRABALHO DE CAMPO¹⁴

A retomada do processo de regularização urbanística e fundiária na favela Parque Royal aponta para uma série de dificuldades inerentes à proposta. Embora a nova legislação padeça com muitas críticas, a Lei MCMV tampouco conseguiu responder efetivamente ao histórico déficit de moradia adequada no país. A maior inovação em seu corpo foi também seu ponto mais passível de críticas: o caráter pleno da titulação.

Embora em consonância com os princípios emanados pela Carta de 1988 e de acordo com as considerações de organismos internacionais sobre o tema, especificamente no Brasil tal plenitude acarretou – dentre outros fatores – a demasiada demora nos projetos. Partindo da análise do Parque Royal, entre o início das intervenções durante o programa Favela-Bairro e a recente atualização dos cadastros passaram-se mais de duas décadas, fato que certamente contribui ao descrédito do Poder Público junto aos moradores.

Além disso, os longos anos dificultam a retomada dos trabalhos por uma série de motivos técnicos. Consolidando-se com o tempo, a comunidade alterou suas feições construtivas e o fato da titulação não ter seguido o término das obras impulsionou a nova ocupação sobre faixas *non aedificandis* (FNA) e áreas públicas. Influenciou ainda no tocante ao aumento de unidades existentes num mesmo lote, o acréscimo de pavimentos e a necessidade de realizar novos remembramentos e desmembramentos. Por tudo isso, a retomada do projeto pode ocasionar a necessidade de estudo para a proposição de nova legislação urbanística e nova elaboração e registro de PAL's em cartório, procrastinando ainda mais a possibilidade da entrega dos títulos.

No mais, deve-se ainda questionar sobre a real pertinência da emissão de títulos para os principais destinatários da política pública: os moradores. Após realização de

¹³ Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro publicado em 23 de agosto de 2017. Ano XXXI, Nº 110, p.34.

¹⁴ Trabalho de campo realizado entre os meses de julho e setembro junto ao grupo de trabalho da Prefeitura responsável pela retomada da regularização urbanística e fundiária no Parque Royal.



assembleia inaugural realizada por agentes municipais na comunidade, iniciou-se o atendimento presencial dos moradores na sede do Posto de Orientação Urbanística e Social instalado em um dos prédios construídos no Parque Royal para o reassentamento de moradores advindos das antigas palafitas. Embora o calendário oficial contasse em atender em média noventa pessoas por dia de 04 de setembro a 22 de dezembro de 2017, no primeiro dia foram atendidas somente sete. A tendência repetiu-se nos dias seguintes e a média sequer alcançou trinta atendimentos diários, levando a equipe de campo a relativizar o calendário que setorizava a área por períodos de atendimento diante da baixa procura.

Outro desafio ocasionado pelo longo tempo de espera diz respeito à necessidade de atualizar o cadastro realizado pela empresa AGRAR em 2006. Embora repleto de informações, o lapso temporal de cerca de uma década tornou-o superado pela dinâmica das relações sociais numa comunidade que experimentou tanto o adensamento demográfico quanto o gradativo aumento no valor de venda das unidades após as intervenções realizadas.

Retomando ainda o caráter “pleno” da regularização que tenta o município levar a cabo, a vigência da nova lei traz novamente à lume questões aparentemente superadas pela Lei MCMV, colocando o poder público numa posição de obrigatoriedade da titulação de moradias em condições precárias ou mesmo insalubres, desde que integradas no projeto in abstracto.

Finalmente, deve-se considerar ainda a existência de uma normatividade própria pré-existente ao início de qualquer intervenção do poder público na área. Por vezes os moradores comparecerem ao posto com dúvidas sobre a importância e eventual obrigatoriedade da regularização, já que até o momento as transações eram mediadas pela atuação da Associação de Moradores. Assim, o argumento da segurança jurídica ilustrou, mas não convenceu a participação de muitas pessoas que insistiam que sua moradia já era regular pela existência “do papel da Associação”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise do caso concreto observa-se que a polêmica ao redor da Medida Provisória 759, de 2016, convertida na Lei 13.465, de 2017, ganha novos contornos quando contextualizada com os anseios da população que reside em áreas irregulares, destinatária da norma. Nesse sentido, a legislação revogada já se mostrava insuficiente à garantia da regularização fundiária plena, e a atual mostra-se ainda menos desacreditada. Isto porque a emissão dos títulos pode ser apreendida pelo morador como uma mera formalidade, ultraje burocrático de um Estado que se ausenta ou mesmo age à margem da legalidade em



diversos campos, mas ironicamente deseja tragar a favela ao seio do legalismo quando o tema em questão é a propriedade.

Enquanto fato cultural, o direito deve ser desenvolvido numa relação dinâmica com o contexto cultural da favela, possibilitando um trânsito hermenêutico que valorize as representações locais sobre o a moradia plena, e não somente a dos especialistas que legislam, elaboram e implantam projetos, mas que nunca sequer foram atingidos diretamente por eles enquanto destinatários.

Os conflitos derivados da implantação dos programas de regularização fundiária devem, portanto, valorizar o saber local para propor técnicas de resolução e fontes de interpretação acostadas à antropologia interpretativa.

REFERÊNCIAS

CALDERON, Julio. "Política de formalización de la propiedad en el Peru urbano (1996-2004)" In Larangeira, A.. Asentamientos Informales en América Latina. Cambridge: LILP. 2007.

DE SOTO, H. O mistério do capital: por que o capitalismo dá certo nos países desenvolvidos e fracassa no resto do mundo. Rio de Janeiro: Record, 2001. 306 p.

FERNANDES, Edésio. Regularização de assentamentos informais na América Latina. Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy, 2011.

GEERTZ, Geertz. O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa. In.: O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, Vozes, 1997.

Ministério das Cidades. MANUAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PLENA. - Coordenação Geral: Celso Santos Carvalho, Denise de Campos Gouvêa, Sandra Bernardes Ribeiro. Brasília: Ministério das Cidades, 2007. Disponível em: <http://www.capacidades.gov.br/biblioteca/detalhar/id/237/titulo/manual-da-regularizacao-fundiaria-plena> Acesso em 20 de agosto de fevereiro de 2017.

Relatório Final da Regularização Urbanística e Fundiária (RIO DE JANEIRO, 2006)

Relatório do Parque Royal no Sistema de Assentamentos de Baixa Renda - SABREN. Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/sabren/Favelas/montarelespecificoimpSilverlight.php> Acesso em 20 de agosto de fevereiro de 2017.

**GT 07- Cidades e Transformações do Urbano na América Latina****SEGREGAÇÃO RACIAL NA LÓGICA DO MERCADO. O DESPREZO PELOS
TERRITÓRIOS NEGROS NA ORLA DE BELÉM.**

Jakson silva da silva (UFPA)¹
jakson1610@gmail.com

Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto (UFPA)²
rodrigopeixoto1810@gmail.com

RESUMO

Neste trabalho abordamos a segregação racial historicamente e em seus aspectos urbanos atuais como instrumento de exclusão em Belém. A segregação impede a permanência e o melhoramento dos portos públicos da Palha e do Açaí situados na Estrada Nova (atual Bernardo Sayão), ameaçados por uma intervenção urbana denominada Portal da Amazônia, que pretende remove-los dali. Conceituamos esse projeto urbanístico como uma gentrificação, tomando o conceito de uma maneira ampliada para significar uma ação de conquista e enobrecimento, pelo capital imobiliário associado ao Estado, de territórios urbanos negros de ocupação popular e vida comunitária. Quem são os moradores e usuários tradicionais dos portos públicos e dos bairros arredores? Nominar racista essa gentrificação que remove os pobres dos seus lugares tem o sentido de revelar o desprezo que o Estado nutre pelos lugares de vida popular e pelas pessoas que neles tecem suas vidas. Os moradores e usuários tradicionais são em grande medida pretos, pardos e indígenas não reconhecidos. Na Estrada Nova, esses lugares de vida popular, sistematicamente atingidos por projetos de intervenção urbana, compõem territórios urbanos negros, ainda que a questão racial não esteja plenamente posta neles. A prática da remoção e segregação dessas populações configura um racismo conduzido pelo Estado nos processos atuais de gentrificação, prática essa historicamente recorrente desde os tempos coloniais, representando, pois, hoje, uma colonialidade do poder urbano. Contra essa gentrificação racista que remove os negros e mestiços da Estrada Nova, realizamos uma defesa dos lugares de vida popular em Belém.

Palavras-chave: Belém, territórios negros, gentrificação ampliada, segregação racial.

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho o tema central é a segregação sócio-racial na lógica do mercado na orla da cidade de Belém e arredores, os bairros populares do Jurunas, Guamá, Condor e Cremação, dentre outros. Estudamos a revitalização urbana da Estrada Nova (atual Av.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFPA). Integra o Observatório de Conflitos Urbanos de Belém. Consulta em: <http://www.observaconflitos.ippur.ufjf.br/belem/texto.asp?ct=Apresenta%E7%E3o>

² Docente no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFPA). Integra o Observatório de Conflitos Urbanos de Belém.



Bernardo Sayão) denominada Portal da Amazônia e seus efeitos na vida popular dos territórios urbanos negros, posicionados entre o rio e a cidade, rodeados pelas comunidades quilombolas e ribeirinhas, situadas nas ilhas do outro lado da baía do Guajará e do rio Guamá. Concebido, o Portal da Amazônia, como uma gentrificação, no sentido que damos ao conceito para o caso de Belém, para expressar uma ação de apropriação pelo capital imobiliário dos territórios negros “periféricos”, agora, com a expansão da cidade, localizados nas imediações do centro antigo de Belém. Os territórios urbanos negros cobijados nos processos de gentrificação têm localização privilegiada, inclusive por contar com atributos paisagísticos naturais, valorizando, através do apelo “janelas para o rio”, a renda da terra urbana no cálculo do mundo dos negócios. A expansão urbana de Belém fez com que a Estrada Nova se tornasse uma periferia central, que, embora sem infraestrutura e com precários equipamentos de lazer e serviços urbanos, é importante no funcionamento da cidade. Ali existe uma pujante economia popular e pelos portos públicos da Palha e do Açaí transitam cotidianamente milhares de pessoas, entre as ilhas e o continente. A gentrificação na Estrada Nova se revela racista, posto que remove populações negras e mestiças de seus territórios de moradia, trabalho, lazer, sociabilidades e rituais.³ No artigo, buscamos realizar uma defesa do lugar. São nesses lugares de intensa vida popular os pretos e pardos podem afirmar territórios de existência e resistência. A gentrificação é racista porque os remove do direito de pertencer a um território e, portanto, à cidade. Pretendemos ressaltar a existência de territórios negros na vida popular da Estrada Nova. Interessa-nos dar relevo à constituição de territórios urbanos negros em Belém como lugares de tradição, pertencimento e identidade. Procuramos desvendar a “cidade negra” (JUNIOR, 2012) que existe em Belém, segregada racialmente desde os tempos da escravidão urbana na *Belle Époque* (1890-1920).

Para dar visibilidade às segregações raciais causadas pela gentrificação na Estrada Nova, produzida pelos projetos de requalificação daquele espaço urbano, trazemos o pensamento de Frantz Fanon, que discute no livro “*Os condenados da Terra*”, de 1968, a condição das cidades coloniais e suas zonas raciais, afirmando existir a cidade dos colonizadores, limpa, iluminada, asfaltada e branca, e a cidade dos colonizados, suja, escura, violenta, segregada e descalça. Belém é mais um caso de cidade segregada, dentre outras no Brasil, na América Latina e na África, continentes que ainda hoje escutam os ecos

³ Marcos Alexandre P. da Silva (2006), em dissertação de mestrado, intitulada “A cidade vista através do Porto: múltiplas identidades urbanas e imagem da cidade na orla fluvial de Belém (PA)”, fala de tradições culturais na Estrada Nova, fazendo alusão à festa de São João Batista, realizada tradicionalmente no porto da Palha, no dia 25 de junho de cada ano, mas desde 2005 realizada também na região das ilhas, do outro lado do rio Guamá, dando continuidade à tradição e mostrando o vínculo cultural entre a cidade e suas redondezas rurais. O autor revela que seu Sarmento, líder comunitário já falecido, disse ter encontrado a imagem de João Batista entre os entulhos e os restos de madeiras quando iniciou as obras para fazer o centro comunitário e sua residência, onde hoje funciona uma clínica popular, tornando João Batista o padroeiro do Porto da Palha.



do sistema escravista da sociedade colonial. A cidade dos negros, dos indígenas invisíveis, dos refugiados, dos mendigos, das crianças em situação de rua, é uma cidade desprezada sitiada por milícias e grupos de extermínio que eliminam principalmente os pretos e pardos das periferias de Belém. ⁴ Uma militante negra de Belém, Ana Carla, integrante do Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (CEDENPA), disse uma coisa importante: “as periferias de Belém são negras”. Como afirma Fanon (1968, p.29), “A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, a *médina*, a reserva, é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados”. Os territórios negros de Belém se enquadram na definição.

Queremos trabalhar a categoria territórios urbanos negros. Há um desprezo por eles na gentrificação que avança na Estrada Nova desqualificando-os na lógica da valorização capitalista da cidade, que os toma como bagunçados, violentos e sujos. Na verdade, o poder público abandona esses lugares justamente para eles se tornarem isso e depois serem submetidos a requalificações. O racismo nas políticas de requalificação urbana é um tema quase invisível na literatura da economia política da cidade. As segregações racistas são naturalizadas na lógica urbana e é preciso desnaturalizar esse racismo levado a cabo pelo Estado através de intervenções urbanas que removem as pessoas dos seus lugares em nome de um progresso seletivo em termos de classe e raça. A abordagem racial em Belém e outras cidades brasileiras é ainda um tema omitido. Os estudiosos da cidade admitem as segregações sociais, mas não as qualificam como também raciais. Talvez isso se deva a impregnação como senso comum da ideia de democracia racial.

Antonio Sérgio Guimarães, no livro *Racismo e Antirracismo no Brasil* (2009 p. 39), afirma que constatar o comportamento social de negação das identidades negras nas realidades concretas é um ato político de reconhecimento do racismo. Omite-se o reconhecimento do racismo e essa atitude já representa uma forma de racismo. Concordamos que o racismo precisa ser nomeado para ser combatido. Desejamos, portanto, tornar visível a natureza das segregações socioespaciais e raciais na cidade de Belém, que acompanha desde sempre o desenvolvimento urbano da cidade. A cidade segregada revela suas colonialidades no presente: no extrativismo regional cuja riqueza é expendida na cidade, nos esquemas racistas de classificação social que persistem na ordem neoliberal, no desprezo aos territórios negros na cidade, na violência que abate a

⁴ Sobre as milícias ler a reportagem do jornalista Lúcio Flávio Pinto, chamada: “As milícias consentidas”, disponível em: <https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2017/01/29/as-milicias-consentidas/>. A Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), coordenada pelo parlamentar Carlos Bodalo do PT (Partidos dos Trabalhadores), elaborou relatório sobre a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) das milícias que atuam na Região Metropolitana de Belém, entregue ao Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, Jeannot Jansen da Silva Filho. O relatório traz recomendações e supostos envolvidos com os grupos de extermínio e milícias que atuam nas periferias de Belém.



juventude negra, na falta de qualquer política de habitação popular e, enfim, no não reconhecimento da questão racial no contexto urbano O foco do artigo é, pois, a segregação racial e o desprezo aos lugares de vida popular, territórios urbanos negros como estamos definindo, no processo de urbanização da Estrada Nova em Belém.

2. Belém: colonial, segregada e extrativista.

Belém nasceu segregada, colonial e como centro de consumo da riqueza produzida pelo extrativismo, condição que persiste na organização do espaço urbano da cidade. Jessé Souza em artigo recente afirma que “é preciso reinterpretar a história do Brasil tomando a escravidão como o elemento definitivo que nos marca como sociedade até hoje” (Folha de S. Paulo, 2017). Florestan Fernandes trabalha com a noção de “história interpretativa de longa duração”, considerando a permanência de estruturas e dinâmicas coloniais na modernização capitalista das cidades brasileiras (FERNANDES, 2004). Fanon fala da cidade colonial, onde “morre-se não importa onde, não importa de quê [...] Este mundo dividido em compartimentos, este mundo cindido em dois, é habitado por espécies diferentes”. (1968, p. 29). Adotamos estas referências na interpretação de Belém para sustentar que a cidade preserva colonialidades, conforme conceitua Anibal Quijano (2005) para referir-se às continuidades coloniais que vigoram no tempo presente.

No artigo pretendemos demonstrar a permanência desses elementos primários que continuam marcando a cidade. O fim da escravidão negra e indígena não significou de fato o fim da escravidão, que continua ecoando entre negros e indígenas que compõem as classes subalternas. Estes não desfrutam de cidadania e do direito à cidade. Em Belém, a segregação urbana, essa prática histórica de afastar do centro da cidade os indígenas e negros, se repete em cada projeto de urbanização e saneamento executado na cidade. À medida em que a cidade se expande, o que era uma periferia distante torna-se uma periferia central, cobiçada pelo capital imobiliário, e esse é o caso da Estrada Nova e arredores. “Baixada saneada não é para pobre”, que são removidos do lugar onde estavam para ocupar periferias distantes. Na periferia segregada, há lixo espalhado, violência e racismo, e também falta infraestrutura, saneamento, espaços públicos e serviços. A periferia é uma parte da cidade confinada à precariedade. Nas áreas centrais, a cidade é mais limpa e mais segura, defendida pelas forças de segurança públicas e privadas para que se exerçam o consumo, a alma burguesa da cidade, e o investimento em moradias de alto padrão, restaurantes e bares elegantes, na medida em que a cidade se gentrifica e oferece amenidades para a elite branqueada. Aos pretos e pardos pobres resta apenas exercer serviços a essa elite consumidora. Frequentar esses espaços gentrificados é algo



constrangedor a eles, posto que a vigilância recai sobre a cor da pele e a condição econômica. A segregação racial é uma colonialidade que reproduz a escravidão como nossa instituição mais fundamental.

Estamos, pois, tratando de colonialidades. O consumo urbano conspícuo em Belém está ligado ao extrativismo primário, à exploração madeireira e mineral, à agropecuária, à monocultura de soja, atividades que invadem territórios indígenas e quilombolas nos espaços rurais do estado do Pará. A segregação ocorre também no campo. Isso nos remete à economia das drogas do sertão⁵, que permaneceu intacta até a primeira grande reforma urbana realizada pelo irmão de Marquês de Pombal, Mendonça Furtado, no então incipiente núcleo urbano de Belém, no século XVIII, reforma a qual procurou construir uma cidade nos moldes do pensamento iluminista. Renata de Araújo (2003), no ensaio *A razão na Selva: Pombal e a reforma urbana da Amazônia*, analisa o imaginário social dos colonizadores que transferiram seus mitos e suas crenças para a Amazônia, interpretada então como lugar de feras e bestas. A autora afirma que as cidades amazônicas nasceram invadindo os territórios indígenas, que foram escravizados pelos colonos brancos portugueses depois da expulsão das ordens religiosas por Pombal. Segundo Araújo (p. 160), “[...] O método do <reformador> foi o de, também ali, fazer uma restauração-ressurreição das próprias aldeias indígenas, transformando-as em povoações civis e civilizadas, ou seja, convertendo-as nas vilas que ainda não eram, mas que deveriam ser” (ARAÚJO, p. 160).⁶ Segregação espacial e racial é algo que caracteriza a história da região. Em Belém, a gênese da cidade está na segregação dos Tupinambás, cujos territórios deram lugar ao novo núcleo urbano, que se consolidou mediante o trabalho escravo de negros e indígenas durante a ocupação portuguesa na região.

O extrativismo gerador de riqueza a ser consumida e investida na cidade e a segregação de negros e indígenas, já transformados em mestiços, foi traço marcante do período conhecido como a *Belle Époque* de Belém, que durou do fim do século XIX e ao início do XX, coincidindo com o boom da borracha, quando a cidade passou por um aburguesamento e uma elitização do espaço urbano central. O ideal civilizacional da época

⁵ Segundo Sarges (2010, p. 91), “Até as primeiras décadas do século XIX, a economia regional pautou-se na exploração das ‘drogas do sertão’ (canela, cravo, frutas, plantas medicinais, etc.) experimentando um ligeiro crescimento com a cultura de exportação do cacau, seguida da cultura de açúcar, algodão, tabaco, arroz, café, cujos principais portos consumidores eram Gênova, Hamburgo, Veneza, França e Holanda. Concomitantemente, desenvolveu-se uma manufatura artesanal, com curtumes, engenhos, produção de farinha, sabão, entre outros”.

⁶ “Até a primeira metade do século XVIII a ocupação da Amazônia portuguesa sintetizava-se nos seguintes números: uma cidade, Belém (1616); quatro vilas, Vila Souza Caéte (1634), Vila Viçosa de Santa Cruz de Cameté (1637), Gurupá (1637) e a Nossa Senhora de Nazaré da Virgínia (1693); oito fortificações, três em Belém, Forte do Presépio (1616), Fortim de São Pedro Nolasco (1665), Fortaleza da Barra (1685) e cinco fora da cidade, o Forte Gurupá (1623), o Forte do Deserto (1638), o Forte de Araguari (1660), a Fortaleza de São José do Rio Negro (1669) e o Forte dos Pauxis (1698); mais cerca de setenta estabelecimentos missionário entre aldeamentos de índios convertidos e fazendas das missões [...]” (Araújo, p. 155). Vários núcleos urbanos amazônicos nasceram à beira do rio para facilitar a navegação na região, meio de transporte mais antigo da Amazônia.



impunha o “embranquecimento” da cidade, centrado em valores dos grandes centros europeus.⁷ Essa renovação urbana que significou uma assepsia social e racial que retirou os pobres e os indesejados do centro da cidade, expulsando-os para os arrabaldes, que hoje são os bairros populares do Jurunas, Guamá, Cremação e Condor, dentre outros. Mas qual é a “cor” dos pobres de antes e de hoje em Belém, assim como também de outras cidades brasileiras? Pobreza no Brasil tem cor, impondo aos negros, mestiços e indígenas uma sub-cidadania desde a constituição do Estado-Nação. Condição essa que persiste no tempo presente na invasão das terras quilombolas e indígenas, causando conflitos socioambientais em disputas territoriais urbanas e rurais.

A colonialidade é um aspecto comum em muitas cidades latinas fundadas na dominação colonial e na escravidão de negros e indígenas nativos da Colômbia, do Brasil, na Venezuela e da Bolívia. Mario Rodríguez, no artigo “*Resignificando la ciudad colonial e extractivista*”, de 2013, discorreu sobre as cidades bolivianas de La Paz, El Alto, Santa Cruz de La Sierra, Potosí, Tarija, demonstrando que essas cidades coloniais nasceram segmentadas, estratificadas e segregadas, preservando ainda hoje essa substância básica. Para Rodríguez (2013), as cidades bolivianas cresceram conservando as antigas divisões coloniais, onde existia “barrios para indios, para pobres, para ofícios considerados de baja valoración, casi siempre vinculados con el trabajo manual que aproxima más a la Naturaleza; otros barrios, para ricos, para élites, para blancos. Esa característica persiste”. (RODRÍGUEZ, 2013, p. 230). O autor acentua também que a cidade é espaço de consumo seletivo, e esse consumo tem base na lógica da “economia colonial/extrativista” que sobrevive nas atividades de exploração mineral, madeira, agropecuária e monocultura. Nas cidades bolivianas residem signos e monumentos dos colonizados brancos, uma cidade perigosa para as mulheres fundada no patriarcalismo, que divide a cidade em compartimentos e espaços definidos para homens e mulheres. Para romper com a lógica a colonial no tempo presente, Rodríguez defende a noção de “*Vivir Bien/Buen convivir*”,⁸ que valoriza a diversidade urbana. A noção diversidade urbana nos interessa para o caso de

⁷ Segundo Maria de Nazaré Sarges (2010, p. 20), no livro: “*Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*”, “A nova ordem econômica e a nova filosofia financeira nascida com a nova República impunham não somente a reordenação da cidade através de uma política de saneamento e embelezamento, mas também a remodelação dos hábitos e costumes sociais. Era preciso alinhar a cidade aos padrões da civilização europeia. Desse modo, a destruição da imagem da cidade desordenada, feia, promíscua, imunda, insalubre e insegura fazia parte de uma nova estratégia social no sentido de mostrar ao mundo civilizado (entende-se Europa) que a cidade de Belém era o símbolo do progresso, imagem que se transformou na ‘obsessão coletiva da nova burguesia’”.

⁸ Segundo Mario Rodríguez (2013, p. 246\247), “*El Vivir Bien/Buen Vivir* desafía a repensar nuestras maneras de relacionarnos entre seres humanos y con la Naturaleza, para favorecer una vida que fluya para todos y para todas, no solo humanos sino todas las formas de vida, desde una noción de redistribución orientada a la igualdad, equidad y/o armonía entre los diferentes. Las relaciones entre seres humanos y Naturaleza es uno de los dispositivos más fuertes para deconstruir las lógicas del desarrollo y el crecimiento ilimitado”.



Belém, pois preservar o lugar no planejamento da cidade significa reconhecer a cidade negra que existe dentro de Belém.

3. Territórios urbanos negros em Belém

Laurindo Junior (2012), em dissertação de mestrado, intitulada: “*A cidade de Camilo: escravidão urbana em Belém do Grão-Pará (1871-1888)*”, discorre sobre a constituição dos territórios negros em espaço urbano, no fim do século XIX, identificando os espaços de sociabilidade, lazer, moradia, trabalho e circulação de negros escravizados e livres, em Belém. Na dissertação, Junior (2012) diz existir uma cidade negra, dentro de Belém, que guarda lógica e práticas de grupos sociais inferiorizados racialmente, segregada desde os tempos da escravidão urbana, na época da *Belle Époque*. A construção social dos territórios negros está relacionada aos espaços sociais ocupados “[...] pelos escravos ‘no tempo de trabalho’, mas principalmente ‘no tempo de não trabalho’, associados às práticas e valores culturais que se tornaram próprios às populações negras” (JUNIOR, 2012, p. 149). Outra autora que estudou os territórios negros nas cidades brasileiras, Raquel Rolnik (1989), no artigo “*Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro)*”, de 1989, salienta que os territórios urbanos negros estão ligados às necessidades das populações escravizadas, fugidas e livres, afirmando que cada cidade tem sua identidade negra, no caso dela Rio de Janeiro e São Paulo. No artigo, o objetivo da autora: “demonstrar que existe um território negro específico nas cidades brasileiras, território que tem uma história, uma tradição” (ROLNIK, 1989, p.1). Pode ser considerado territórios urbanos negros casas de samba, terreiros, irmandades, mercados populares, feiras livres, favelas e guetos. No caso de Belém, baixada não saneadas ocupadas historicamente por negros e mestiços, mas também indígenas não-reconhecidos, que nesses territórios urbanos negros construíram lugares de vida popular que possibilitem a manutenção de seus modos de vida e suas tradições culturais.

Siméia Lopes, também, em dissertação de mestrado, intitulada: “*O comércio interno no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855*”, de 2002, analisa as tentativas do fisco do governo imperial, em Belém, de controlar as atividades comerciais clandestinas realizadas na orla da cidade. O comércio clandestino circulava nos quintais das casas ribeirinhas, nos trapiches e nos portos não-oficiais, ligando a cidade às vilas e aos interiores do Pará, criando articulações entre o urbano e o rural. ⁹ Para Siméia (2002), um

⁹“O comércio clandestino, realizado em canoas ou em pequenas embarcações, cortava o imenso sertão amazônico e atava a sociedade “branca” com os indígenas, escravos e quilombolas. Além de manter teias de solidariedades, de dependência e de comércio com pequenos produtores, soldados desertores e escravos



importante ator econômico daquele período era o regatão,¹⁰ que atracava nos trapiches clandestinos e nos quintais das casas ribeirinhas na beira da cidade, burlando o fisco imperial. Para a autora, o mundo rural amazônico tem forte influência da cultura negra, constituído historicamente por negros livres e fugidos, mestiços, indígenas e soldados brancos desertores, que se refugiavam nos quilombos desde os tempos da escravidão urbana em Belém, no século XIX. Siméia (2002) firma que “na Amazônia o *campo negro* criado foi cortado por rios que facilitavam o escoamento desses produtos, assim como favoreciam a circulação e a negociação nos quintais das casas, nos trapiches da cidade, e a consolidação dessas relações sócio-econômicas [...]”. A presença da cultura negra em Belém revela uma cidade de múltiplas identidades que se enraizaram nos espaços populares ameaçados por uma gentrificação racista que expulsa os pretos, pardos e quilombolas dos seus locais tradicionais de vida e trabalho. O racismo nas políticas de urbanização da cidade está naturalizado nas suas práticas e nas suas concepções de planejamento que negam as identidades locais e o seus lugares de reprodução vinculados à cultura negra e indígena do mundo amazônico.

Os portos públicos da Palha e do Açaí recebem a influência da cultura negra e ribeirinha dos quilombos de Itacuã-Miri e Guajará-Miri, situados do outro lado do rio Guamá e da baía do Guajará, no município de Acará (Pará). Negras e negros também vêm das ilhas do Cumbú, das Onças, de Maracujá, dos Papagaios e do Murutucum, assim como dos municípios de Igarapé Miri, Moju e São Miguel, navegando nas suas embarcações tradicionais para descarregar nos portos públicos e nos trapiches gêneros alimentícios e culturas quilombolas e ribeirinhas. As populações frequentam os portos públicos, as feiras e os trapiches para vender e trocar mercadorias, como açaí, farinha, carvão, cerveja, água, peixe, frutas, palha, madeira, estabelecendo transações econômicas estabelecidas por noções de reciprocidade. Além disso, buscam na cidade consultas médicas, tirar documentos, estudar, serviços públicos e lazer. Nos territórios urbanos negros existe o lugar de intensa vida popular, a exemplo dos portos públicos, das feiras e das comunidades ao redor da Estrada Nova, vital à sobrevivência de famílias negras e mestiças de baixa renda da cidade e do interior do Pará. Todo um tecido social, cultural, econômico, religioso, festivo, está ameaçado de destruição em nome das “janelas para o rio”, mote que valoriza a cidade capitalista.

fugitivos, burlava as ações do Fisco e das rendas públicas, evitando atracar suas canoas em portos fiscalizados” (LOPES, 2002, p. 81-82).

¹⁰ Segundo Lopes (2002, p. 75): “a Recebedoria denomina ‘regatão’ ao comércio realizado por comerciantes itinerantes não registrados pelo Fisco, e que negociavam seus produtos em pequenas canoas ou em outros tipos de embarcações pelos rios da Amazônia, abastecendo-as nos portos de Belém e vendendo suas mercadorias em diversas localidades”.



Queremos ressaltar nas fotografias a seguir a presença negra no Porto da Palha.

Fotos 1 e 2: Porto da Palha.



Fonte: Foto 1: Silva, Jakson. 2016; Foto 2: Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S19811222016000300563. Nota: A questão racial não está posta nos lugares de vida popular em Belém, atravancando lutas sociais por reconhecimento de territórios, modos de vida e identidades nas políticas de urbanização da cidade. O silêncio e o desprezo pelos territórios urbanos negros já é um racismo que segrega os lugares e seus usuários, impondo a eles uma sub-cidadania e a negação do direito à cidade, quando o poder público elabora uma intervenção urbana cujo objetivo é remover os negros, os pardos e os mestiços dos portos públicos da Palha e do Açaí e das comunidades nas vizinhanças da Estrada Nova.

Contra a segregação racial na cidade, realizamos uma defesa do lugar na gentrificação da Estrada Nova, que significa remoção e expulsão dos moradores tradicionais.

4. A defesa do lugar na gentrificação ampliada na Estrada Nova

Um pensamento que nos interessa do professor do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPa), Saint-Clair Trindade Junior, no livro "*Formação Metropolitana de Belém (1960-1997)*", de 2016, diz respeito ao autor afirmar não ocorrer gentrificação nas baixadas de Belém. Pois, para ele, as baixadas já nasceram segregadas, servindo de habitação à população de baixa renda. Vejamos o que o autor diz a respeito:

“É um processo que se assemelhou em muito ao de ‘gentrificação’, verificado em outras metrópoles. Ele se traduz como apropriação de áreas urbanas por parte de setores sociais de nível socioeconômico elevado [...], mediante um processo de renovação urbana realizada pelo poder público ou mesmo pela iniciativa privada. A diferença, no caso de Belém, é que não se trata de uma renovação urbana, a exemplo do que acontece com outros centros metropolitanos, posto que as áreas de baixadas não se apresentavam como setores que foram sendo deteriorados ao longo do tempo, mas como espaço cujo o destino residencial do uso do solo já nasce deteriorado devido à sua condição de baixa renda, combinada às



condições da forma natural existente, responsável por definir um ambiente residencial degradado desde sua gênese” (JUNIOR, 2016, p. 124).

A socióloga Ruth Glass (1964), nos anos 1960, cunhou o termo gentrification para conceituar as transformações urbanas ocorridas nos antigos distritos operários londrinos como um caso da valorização residencial. Para a autora, este fenômeno resultou na substituição da classe operária por uma média e alta com melhores rendimentos monetários. Interessa lembrar também do antropólogo estadunidense Neil Smith (2007), que trabalha com um conceito de gentrificação generalizada para demarcar sua nova fase, na década 1990, em Nova York, em termos globais.¹¹ Para o autor, gentrificação generalizada significa o pensamento urbano dominante que se faz presente em várias partes do mundo, tanto em cidades americanas como em europeias e asiáticas, a fim de aumentar a rentabilidade da terra urbana. Funcionando como um avanço dos mercados imobiliários para além dos centros urbanos, em direção as terras urbanas periféricas, que apresentam possibilidades de investimentos de capitais financeiros e especulativos. A filósofa Otilia Arantes (2010) nos alerta que a gentrificação pode receber diferentes nomes para escamotear seu interesse em remover as populações locais, dentre eles, revitalização, recuperação, promoção, requalificação e recuperação. Para a autora, gentrificação é um processo de enobrecimento do espaço urbano voltado para o consumo articulado às políticas gestão cultural da cidade. A partir desse patamar conceitual, trabalhamos com a noção de gentrificação ampliada como uma ação de conquista do capital imobiliário, via política pública, das terras urbanas periféricas ao redor do centro, especialmente aqueles com uma boa localização na cidade.

O projeto Portal da Amazônia é qualificado pelos seus financiadores internacionais como um programa de recuperação ambiental de uma área urbana degradada, e a bola da vez da urbanização estatal é a Estrada Nova. Com o crescimento urbano de Belém, a Estrada Nova se tornou central no funcionamento da cidade, uma periferia que foi incorporada na vida urbana por permitir acesso às instituições de ensino e pesquisa públicas e privadas. A Estrada Nova é um território urbano negro na cidade de Belém. Habitado por gente negra que tecem relações com os seus lugares de lazer e trabalho, pois o lugar é um microcosmo no território urbano negro. No nosso caso, o lugar são os portos públicos, as feiras, os mercados e as comunidades ao redor da Estrada Nova, que está localizada à

¹¹ Segundo William Laurino (2013, p.17-18)“A gentrificação generalizada pode ser entendida a partir de pelo menos cinco características interligadas, o que não significa que todas devem estar presentes: o novo papel do Estado, a participação do capital financeiro, as mudanças nos níveis oposição política e enfrentamento ao processo, a dispersão geográfica e por fim, a gentrificação setorial, esta última entendida a extensão dos efeitos do processo sobre as atividades de trabalho, lazer e consumo”.



beira rio, oferecendo uma bela paisagem com atributos naturais que, para o capita imobiliário, é forte de valorização capitalista da cidade. O Portal da Amazônia segue a tradição do planejamento urbano brasileira de não priorizar a moradia popular nos projetos de renovação urbana que remove a população nativa. Em Belém, gentrificação significa enobrecer o espaço popular, mas para isso é necessário retirar os pardos e pretos que tecem relações com o lugar e com o bairro como um todo. Contra a gentrificação racista, realizamos uma defesa do lugar como espaços de afirmação de identidades na cidade de Belém. Arturo Escobar (2005) é um autor que valoriza o lugar como espaço de vivência, afeto, sentimento, pertencimento, resistência frente ao desenvolvimento global, que deseja eliminar o lugar. Tomamos a posição de defesa do lugar, na gentrificação racista na Estrada Nova, porque ele representa diversidade urbana, um importante fundamento da vida urbano.

5. CONCLUSÃO

Nominar racista a gentrificação na Estrada Nova de Belém revela o desprezo do Estado para com o lugar de vida popular. A intervenção urbana cai de cima para baixo na cabeça dos negros e mestiços pobres que moram na Estrada Nova e nos bairros arredores, o Guamá, o Jurunas, Cremação e Condor, visando à remoção deles. A gentrificação racista não é para melhorar as condições de moradia e de vida dos atingidos que habitam as baixadas não-saneadas de Belém. Assim, quando o projeto urbano chega trazendo o saneamento às baixadas, os moradores originais são retirados para dar lugar aos novos residentes e empreendimentos imobiliários que, paulatinamente, ocupam o espaço revitalizado. Há eurocentrismo no planejamento urbano de Belém, que desvaloriza o lugar a despeito do enobrecimento e do consumo conspícuo da cidade que se alimenta do extrativismo da madeira, da soja, mineral, na lógica primária. No projeto, a questão da habitação popular para permitir a permanência dos moradores não é central, assim como também dos lugares de economia e vida popular, ficando excluído da versão original da revitalização urbana. Gentrificação racista significa remoção e expulsão dos pretos e dos pardos da Estrada Nova numa ação de conquista de uma área periférica da cidade próxima ao centro pelo capital imobiliário. Contra a gentrificação, valorizamos o lugar como uma totalidade, um microcosmo dentro de um território urbano negro maior, que representa a Estrada Nova, onde as transações econômicas se conjugam com as relações sociais, políticas, culturais, assim como também com as sociabilidades e rituais do lugar, obedecendo a regras e preceitos de reciprocidades.

O lugar significa diversidade urbana no funcionamento da cidade. Diversidade é um fundamento essencial à cidade, que precisa ser valorizado no planejamento urbano estatal.



Valorizar a diversidade urbana é reconhecer que existem múltiplas cidades em Belém. A cidade negra é segregada e precária, representando uma condição colonial no tempo presente, isto é, uma colonialidade. A segregação dos pardos e pretos revela mais uma página do racismo à brasileira na organização do espaço urbano, uma continuidade histórica do antigo sistema escravista de privilégios sociais e raciais. Defendemos o reconhecimento do lugar na gentrificação da Estrada Nova como uma possibilidade de romper com o racismo que divide a cidade em compartimentos. Por fim, decolonizar a cidade pressupõe reconhecer as diversas lógicas que vigora no lugar, agregando agregam valor antropológico e cultural à cidade.

6. Referências bibliográficas

ARAÚJO, Renata Malcher de. “A Razão na selva: Pombal e a reforma urbana da Amazônia”. *Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, nº 15-16, janeiro-junho 2003, p. 151.

ARANTES, Otília. “Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas”. In: *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 11-73.

Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Comissão Parlamentar de Inquérito para Apuração da Atuação de Grupos de Extermínio e Milícias no Estado do Pará. Relatório final. Belém, 2015.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: *Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

FANON, Frantz. **Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1968.

FERNANDES, Florestan. “A Sociedade Escravista no Brasil”. In IANNI, Octavio (org.). *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militantes*. São Paulo: Expressão Popular, 2004

Folha de S. Paulo. Ilustríssima. “Escravidão, e não corrupção, define sociedade brasileira, diz Jessé Souza”. Quinta feira, 5 de outubro de 2017. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/09/1920559-escravidao-e-nao-corrupcao-define-sociedade-brasileira-diz-jesse-souza.shtml>. Acesso em 05/10/2017.

JUNIOR, Saint Clair C. *Formação Metropolitana de Belém (1960-1997)*. Belém: Ed. Paka-Tatu, 2016.
GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo: Editora 32, 2009.

LAURINO, William. *GENTRIFICAÇÃO: estratégias de enobrecimento do solo urbano. Dos tijolos de barro no subúrbio paulistano aos blocos de Brasília*. 2013, 152 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UNB.

LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos. *A cidade de Camilo: escravidão urbana em Belém do Grão Pará (1871-1888)*. 2012. 209 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2012. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.



LOPES, Siméia de Nazaré. O comércio interno no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855. 2002. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2002. Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento.

QUIJANO, Anibal. "A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. In CLACSO. Modernidade; Capitalismo; Poder Público; Sociedad; História Eurocentrismo; América Latina. Buenos Aires: CLASCO, 2005.

Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=1366646>. Acesso em 05/10/2017.

RODRÍGUEZ, Maria. "Resignificando la ciudad colonial y extractivista". In: Alternativa al capitalismo del siglo XXI. Quito: Ed. Abya Yala, 2013.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). Revista de Estudos Afro-Asiáticos, 1989. Disponível em: <https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/04/territ3b3rios-negros.pdf>

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, N° 21, pp. 15 - 31, 2007.

SILVA, Marcos Alexandre Pimentel. A cidade vista através do Porto: múltiplas identidades urbanas e imagem da cidade na orla fluvial de Belém (PA). 2006, 186 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2006.

**GT 07 – Cidades e transformações do urbano na América Latina****SEGREGAÇÃO E AUTO-SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA PERIFERIA DE
BRASÍLIA-DF: OS CONDOMÍNIOS FECHADOS DE ALTO PADRÃO DA CIDADE
OCIDENTAL-GO**

Joesley Dourado (Universidade de Brasília-UnB)¹
joesleyb@gmail.com

RESUMO

A segregação é um processo social que se manifesta no espaço, desta forma, a análise de suas categorias analíticas são fundamentais para a compreensão do processo. A Cidade Ocidental é um município goiano limítrofe ao Distrito Federal e está inserido em um contexto próprio de metrópole-periferia com a Capital Federal, uma vez que é amplamente impactada pelos processos socioespaciais que acontecem em Brasília. A partir do ano de 2010, surgem na Cidade Ocidental empreendimentos imobiliários para atender a demanda por habitação horizontal da população de média e alta renda que não tinha acesso ao solo urbano nas áreas mais consolidadas do Distrito Federal. Em contraste com as ocupações de terra irregulares que se consolidaram no solo brasiliense, estes novos empreendimentos se tornaram uma alternativa para essa parte da população, considerando a garantia da posse da terra na periferia goiana. Estes empreendimentos são forjados no modelo de condomínios fechados, materializando a auto-segregação (para aqueles que estão dentro dos limites físicos) e a segregação socioespacial (para os que estão além dos muros). Neste artigo, no primeiro momento, será discutido o que é segregação e como ela se manifesta no espaço. Depois será debatida a relação metropolitana entre Brasília-DF e a Cidade Ocidental-GO para então analisar como a auto-segregação e a segregação socioespacial se apresenta naquele município, especificamente, no caso dos condomínios fechados de alto padrão do bairro Jardim ABC: Alphaville e Residencial Damha.

Palavras-chaves: Espaço Metropolitano de Brasília, Cidade Ocidental, segregação, auto-segregação, condomínio fechado.

1. INTRODUÇÃO

Analisar o espaço é investigar como as relações humanas se materializam no mundo real. Realizar esta investigação é uma tarefa complexa e repleta de percalços e possibilidades. O estudo da segregação socioespacial pode ser um ponto de partida para entendermos como se estruturam as cidades da contemporaneidade.

A segregação e a auto-segregação formam um par dialético que põe em lados opostos classe dominante e dominados, incluídos e excluídos, proprietários e os *outros*. Essa relação dialética fica ainda mais evidente quando se contextualiza em um cenário metropolitano, onde existe um núcleo urbano rico e bem servido de infraestrutura e equipamentos coletivos, e em outro ponto, há uma periferia pobre e necessitada de investimentos.

¹ Mestrando em Geografia pela Universidade de Brasília-UnB.



Apesar da precariedade da qualidade de vida na periferia, existe um movimento de migração das camadas de média e alta renda para aquela região. Devido a oferta de terrenos em condomínios fechados na Cidade Ocidental-GO, município do Espaço Metropolitano de Brasília-EMB, um contingente demográfico de alto poder aquisitivo tem se estabelecido ali, criando uma região altamente segregada, modificando as dinâmicas socioespaciais e imprimindo novas características a paisagem do município.

2. SEGREGAÇÃO E AUTO-SEGREGAÇÃO

À luz do que afirma Lefebvre (*apud* SPOSITO, 2013, p. 65) é preciso entender que “a separação e a segregação rompem a relação. Constituem por si mesmas uma ordem totalitária; cujo objetivo estratégico é romper a totalidade concreta, destroçar o urbano. A segregação complica e destrói a complexidade”.

Para Correa (1989) a segregação é a espacialização da existência das classes sociais. Ele entende que este processo é determinado pela

capacidade que cada grupo social tem de pagar pela residência que ocupa, a qual apresenta características diferentes no que se refere ao tipo e à localização. Em outras palavras, as áreas sociais resultam das diversas soluções que as classes sociais e suas frações encontraram para resolver os problemas de *como* e *onde* morar (CORREA, 1989, p. 62).

Para Villaça (2012, p. 49) a segregação “é aquela forma de exclusão social e de dominação que tem uma dimensão espacial”. Segundo ele, este processo é a “espacialização do poder político e econômico da classe dominante” (2012, p. 148). Assim, como processo social, sua investigação deve estar articulada aos aspectos econômicos, políticos e ideológicos da sociedade, sendo uma das manifestações que explicam a dominação social que acaba por gerar desigualdade, no caso brasileiro, especialmente acentuada (VILLAÇA, 2012). Aquele autor ainda destaca a segregação como uma estratégia da classe dominante para fortalecer o seu poder de pressão, considerando que sem o agrupamento espacial, os ricos encontrariam dificuldades para lutar pelas melhorias nos equipamentos públicos e pela qualidade de vida do seu espaço urbano.

A segregação é materializada no rompimento espacial radical. Neste sentido, Sposito (2013) defende que a aplicação do conceito de segregação deve estar relacionada à separação espacial radical, conseqüentemente com o rompimento (relativo), entre a parte que foi segregada e o restante do espaço urbano, de forma que as articulações e relações da vida urbanas sejam dificultadas por este processo. A autora evidencia a característica *socioespacial* da segregação, considerando que os conteúdos social e espacial estão contidos neste adjetivo, traduzindo da melhor forma a complexidade da realidade.



De acordo Sposito, a segregação não pode ser confundida com discriminação, estigmatização, marginalização ou exclusão que, apesar de sua faceta espacial, são processos sociais, econômicos, políticos ou culturais. A “segregação é sempre de natureza espacial” (SPOSITO, 2013, p. 66). Para Sposito, a segregação pode ser compreendida como um processo:

embora ela seja espacial (a segregação), sua ocorrência não é intrínseca às formas espaciais ou explicadas por elas, muito ao contrário, como todo processo ela tem forte relação com as ações que a constituem e que colocam em marcha (tanto quanto representam) visões de mundo e de sociedade (SPOSITO, 2013, p. 66).

Para apreender a segregação é preciso atentar para as duas perspectivas deste processo. A primeira trata da auto-apartação, o que para Vasconcelos (2013), seria denominado de *auto-segregação*. Aquele autor afirma que a auto-segregação é fruto “de uma decisão voluntária de reunir grupos socialmente homogêneos, cujo melhor exemplo é o dos loteamentos e condomínios fechados, com suas entradas restritas, muros e sistemas de segurança” (VASCONCELOS, 2013, p. 27). Outra característica apontada por ele é que a auto-segregação é um “agrupamento residencial defensivo”, com o intuito de impedir o acesso dos indesejáveis, excluindo os diferentes, de forma que os semelhantes se juntem.

Por outro lado, existe a perspectiva extra-muros, daquele grupo *segregado*, aqueles que Goes e Sposito (2014) denominaram de *outros*. Em sua pesquisa, estas autoras constataram o distanciamento que há entre os moradores dos espaços *auto-segregados* e os *outros*, evidenciado na ausência de características em comum que sejam percebidas pelos moradores dos espaços intramuros. Assim, vale refletir sob a perspectiva de Correa: “em realidade, pode-se falar em auto-segregação e segregação imposta, a primeira referindo-se à segregação da classe dominante, e a segunda à dos grupos sociais cuja opções de como e onde morar são pequenas e nulas” (CORREA, 1989, p. 64).

3. CIDADE OCIDENTAL-GO E BRASÍLIA-DF: UMA RELAÇÃO UMBILICAL

A construção da Capital Federal produziu grandes transformações na região que circunda o Distrito Federal-DF. A atual configuração desta região é consequência das desigualdades resultantes da criação de Brasília e de seu processo histórico de crescimento e consolidação como metrópole nacional.

Segundo Paviani (1987), os municípios goianos limítrofes ao DF, recebem parte do contingente populacional que foi “empurrado” pelo Governo do DF para fora da Capital Federal. Além de receber migrantes de todas as partes do Brasil que inicialmente se instalaram no DF, existe também uma considerável participação de moradores já radicados há vários



anos em território brasiliense que estão à procura de moradia a preços mais acessíveis e se deslocam rumo aos municípios da fronteira entre as duas unidades. Neste sentido, os municípios do Estado de Goiás limítrofes ao DF, tornaram-se uma extensão informal – uma vez que estão fora do quadrilátero – do território da Capital Federal.

Devido à distância do núcleo metropolitano, a maior disponibilidade de terras privadas e a precariedade da infraestrutura urbana, o preço do solo na periferia goiana é menor que no DF e estes municípios se tornam uma alternativa mais acessível para parte da população – principalmente de baixa renda – que acaba migrando para esta região em busca de moradias.

Segundo Paviani (1987) o Governo do Distrito Federal tem uma ação indireta na formação desta periferia goiana do DF uma vez que ele foi responsável por fechar o espaço urbano e construiu casas populares a um ritmo lento. Outro fator determinante para o crescimento de Brasília para fora dos limites do DF foi a propriedade pública da terra, que devido a um rígido processo de controle por parte do Estado não deixou alternativa para o setor imobiliário que migrou para o Estado de Goiás, principalmente no município de Luziânia, onde a terra agrícola foi destinada a loteamentos, conjuntos e vilas operárias funcionalmente dependentes de Brasília (PAVIANI, 2010).

Ferreira e Penna (1996) fazem um apanhado do processo de metropolização de Brasília:

A metrópole brasiliense desenvolveu-se com um tecido urbano socialmente fragmentado e espacialmente polarizado, formando um mosaico multinucleado, no qual o aspecto mais preocupante são os resíduos de inércia ao desenvolvimento, constituídos por espaços cuja função é apenas residencial de população pobre segregada, no interior do espaço metropolitano e em sua periferia externa, fora do Distrito Federal (FERREIRA; PENNA, 1996, p. 190).

Atualmente, não é possível analisar Brasília na perspectiva de grande metrópole nacional ignorando a existência da periferia goiana que se formou nos municípios limítrofes ao quadrilátero idealizado e planejado como centro do poder político e administrativo do país. Villaça (2012, p. 233) afirma que “a metrópole é uma devoradora de cidades e uma criadora de bairros. Ela transforma cidades em bairros”.

Observa-se que os municípios goianos que tem seu processo de urbanização diretamente ligados à Brasília contém características próprias de uma periferia metropolitana: infraestrutura básica precária, baixa oferta de serviços e equipamentos públicos, além de dependência econômica do núcleo da metrópole onde se encontram as melhores ofertas de emprego. O deslocamento pendular – realizado diariamente para trabalho e estudo – é outro atributo determinante para caracterizar uma forte conexão entre municípios.



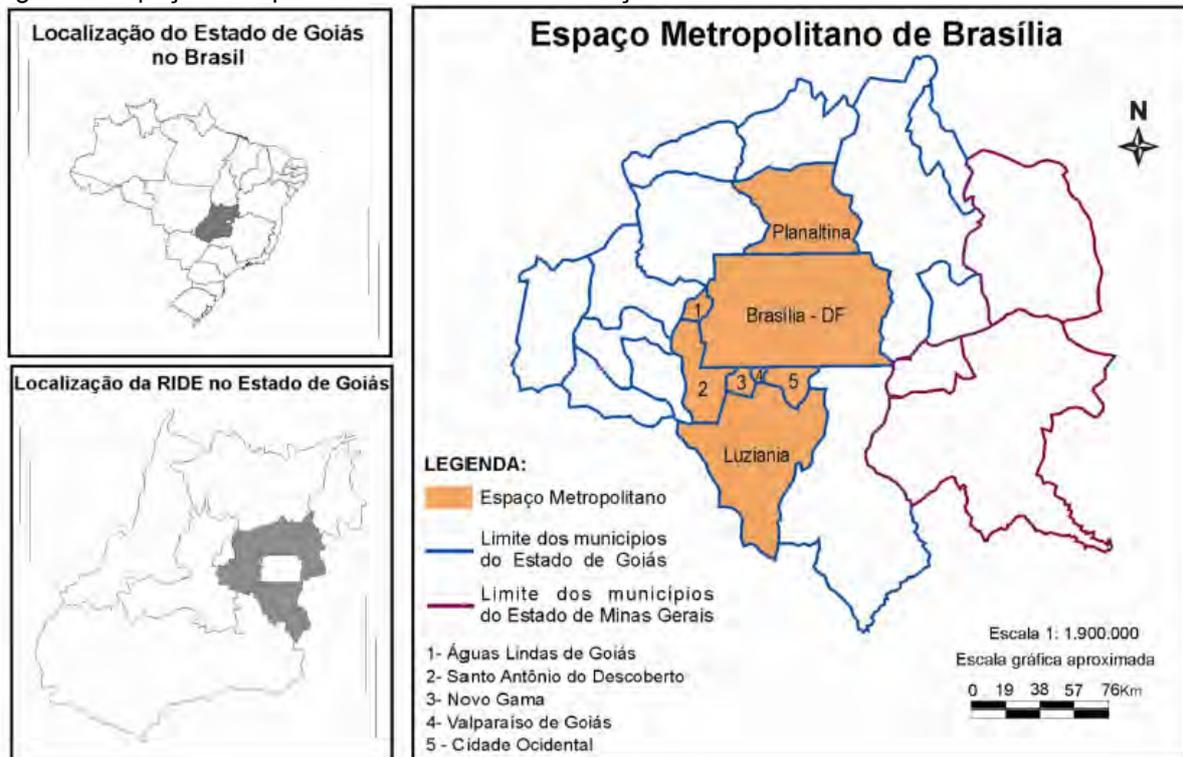
O arranjo institucional e jurídico criado, e atualmente vigente, para articular o DF e os municípios dos Estados de Goiás e Minas Gerais que o cercam, considerando que os entes envolvidos pertencem a Unidades da Federação distintas, foi a RIDE DF - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, em 1998.

A RIDE DF não privilegia o contexto metropolitano no qual se inserem os municípios mais próximos e dependentes do DF, colocando no mesmo rol realidades socioespaciais distintas, de forma genérica e globalizante. Baseada na influência de Brasília nos processos de ocupação e crescimento demográfico dos municípios, Caiado (2005, p. 57) propõe uma classificação interna para a RIDE DF e destaca aqueles que são diretamente relacionados à expansão urbana da Capital Federal como *Entorno Imediato*: Luziânia, Cidade Ocidental, Novo Gama, Valparaíso de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Águas Lindas de Goiás e ainda Planaltina de Goiás.

Seguindo a classificação de Caiado (2005) e incorporando o Distrito Federal, Catalão (2010) defende a existência do Espaço Metropolitano de Brasília-EMB, que engloba Brasília como núcleo e as sete cidades goianas do *Entorno Imediato*.



Figura 1. Espaço Metropolitano de Brasília e localização da Cidade Ocidental-GO



Fonte: Mapa rodoviário do Distrito Federal DER/DF, (GDF/ST/DER-DF), 2007. Organização: Paula Lindo e Igor Catalão (UNESP, Presidente Prudente), 2008 *In* CATALÃO (2010).

A Capital Federal exerce tamanha influência nos municípios goianos vizinhos que a migração dos moradores destas localidades em direção ao DF corresponde ao maior fluxo de migração intrametropolitana do Estado de Goiás, superando inclusive a migração em direção à Capital do Estado - Goiânia, conforme a Tabela 1, abaixo:

Tabela 1. Goiás: Localidades que recebem os maiores índices de pessoas - 2010.

Município	Número de pessoas	%
Brasília	198.906	36,6
Goiânia	191.163	35,1
Aparecida de Goiânia	15.597	2,9
Anápolis	10.477	1,9
Total	416.144	76,5%

Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Demográfico IBGE 2010

Elaboração: Segplan-GO/IMB – Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2012

Neste contexto, insere-se o município da Cidade Ocidental-GO, a 46 km de Brasília (Plano Piloto) e limítrofe ao Distrito Federal. No primeiro momento, a área onde hoje é o município de Cidade Ocidental era classificada como propriedade rural, dentro dos limites de Luziânia-GO. A partir de 1976, com a construção de casas e pontos comerciais idealizados pela iniciativa privada, a região se desenvolveu ao ponto de efetivar sua emancipação política em janeiro de 1991 (PREFEITURA DA CIDADE OCIDENTAL, 2017).



Segundo Oliveira (1987, p. 137) a construção da Cidade Ocidental foi “resultado de conflitos dentro do DF, entre o Estado e o mercado imobiliário, em meados da década de 70, e da aliança entre empresários, o governo e as elites dominantes dos municípios vizinhos”. A autora atenta para o processo de elitização de Brasília devido a restrição de atividades não ligadas à função de governo, elevando os preços dos imóveis e levando as pessoas a procurar residência nas periferias externas da Capital Federal.

A Cidade Ocidental tem área de 389.98 km², possui 66.777 habitantes, 55.4% dos domicílios contam com esgotamento sanitário adequado e 19.1% das vias públicas são urbanizadas, conforme estimativas do IBGE (2017). A sua condição periférica em relação à Brasília fica evidente quando analisada o local de trabalho da população que ali reside (OLIVEIRA, 1987). Estes dados estão dispostos na Tabela 2.

Tabela 2. População ocupada segundo o local onde trabalha - Cidade Ocidental - 2013

Região Administrativa/Município	Nº	%
Distrito Federal	15.409	52.91
No município	11.482	39.43
Periferia metropolitana	1420	3.64
Outros municípios da RIDE-DF	28	0.1
Goiânia	28	0.1
Outros locais	755	2.59

Fonte: CODEPLAN – Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios – PMAD – Cidade Ocidental – 2013.

Outro dado que nos auxilia a entender a relação de proximidade da Cidade Ocidental e o Distrito Federal é apresentado pela Tabela 3 que evidencia a naturalidade do morador daquele município. Cerca de um terço da população do município goiano é natural da Capital Federal, o que mostra como a urbanização de Brasília impactou sua vizinhança no Estado de Goiás.

Tabela 3. População segundo a naturalidade - Cidade Ocidental - 2013

Unidade da Federação/AMB	Nº	%
Distrito Federal	22736	33.19
Goiás	11330	16.54
Maranhão	5992	8.75
Bahia	5044	7.36
Piauí	4947	7.22
Minas Gerais	4449	6.49
Outras UF's	14004	20.45

Fonte: CODEPLAN – Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios – PMAD – Cidade Ocidental – 2013.

Desta forma, é possível afirmar que a relação entre a Cidade Ocidental e o Distrito Federal é bem próxima e o município goiano, do Espaço Metropolitano de Brasília, sofre



grande influência socioeconômica e espacial da Capital Federal e suas dinâmicas, em muito, são ditadas pelos acontecimentos que se desdobram em solo brasiliense.

4. SEGREGAÇÃO E AUTO-SEGREGAÇÃO NOS CONDOMÍNIOS DE ALTO PADRÃO DA CIDADE OCIDENTAL

O mercado imobiliário – aí incluídos os diversos agentes que o compõe – há muito explora os municípios goianos do EMB como uma alternativa à indisponibilidade de terra urbana no DF. O monopólio estatal da terra e a sua baixa oferta para compra, soma-se ao rígido controle de zoneamento e destinação, lançando os preços a altos patamares, impactando diretamente os valores das unidades residenciais, sejam terrenos, casas ou apartamentos.

Os loteamentos nos municípios limítrofes à Brasília não se restringem a atender somente uma população de renda média e baixa. Em Luziânia por volta 1980, mais especificamente, onde hoje é a área de Valparaíso de Goiás, Novo Gama e Cidade Ocidental, o Banco Nacional da Habitação “materializou” 4.500 habitações, onde os mutuários pagavam prestações mensais entre um e dois salários mínimos. Assim, “pode-se, portanto, inferir de que as habitações destes três conjuntos não se destinariam à população de baixa renda, para a qual, aliás, deveriam se dirigir todos os investimentos do BNH, ao menos para o caso específico da periferia do DF” (PAVIANI, 1987, p. 38).

Sposito (2004) afirma que os interesses fundiários e imobiliários são os principais motores de extensão da cidade e, neste sentido, a implantação de novos loteamentos e novos produtos imobiliários tem sido a lógica de produção do espaço urbano. A autora atenta para o avanço no surgimento dos condomínios fechados no decorrer dos anos de 1990 em cidades médias do interior de São Paulo, substituindo a verticalização como nova forma de *habitat* dos segmentos de alto e médio poder aquisitivo. Uma característica desses loteamentos, segundo Sposito (2004) é a sua localização periférica o que exige uma nova maneira de pensar o conceito de periferia, normalmente atrelada a ideia de pobreza.

Segundo Penna (2016) os empreendimentos em condomínios residenciais horizontais fechados para habitação das classes mais ricas na periferia são significativos para a compreensão da produção urbana no DF. Ela afirma que estes novos arranjos “ênfatizam a construção de moradias de melhor padrão urbanístico, atraindo classes de rendas superiores para lugares próximos aos de menor poder aquisitivo em diferentes tipos de empreendimentos privados” (PENNA, 2016, p. 156).



Este processo passa a ser observado no Espaço Metropolitano de Brasília, mais precisamente no município da Cidade Ocidental, no bairro Jardim ABC, após o ano de 2010 com o surgimento dos empreendimentos “Alphaville” e “Damha”.

Estes condomínios são construídos de forma a atender uma parcela da classe média e alta proveniente do DF. Este fato fica evidente, considerando a discrepância entre a renda do morador da Cidade Ocidental em contraponto ao morador do DF. O primeiro grupo, tem em média R\$ 9.323,41, enquanto o segundo, possui R\$ 69.216,80 de PIB *per capita* (IBGE, 2017).

É inegável que no DF a população de média e alta renda ocupou várias regiões e consolidou diversos núcleos urbanos, como Vicente Pires e o Grande Colorado por exemplo. Porém os condomínios oferecidos a este público na Cidade Ocidental, possui um atributo altamente valorizado: a garantia da posse da terra.

Esta garantia da posse da terra é efetivada pelo cumprimento dos requisitos legais para a instalação dos condomínios e posterior venda das unidades individuais, mediante registro autorizado pelo poder público e escrituração cartorial, o que consolida a região como área regularizada.

Assim, a garantia da posse da terra gera três consequências na produção do espaço urbano analisado: (1) maior flexibilidade na forma de pagamento, (2) a possibilidade de financiamento bancário para a quitação dos terrenos e (3) o acesso a determinadas linhas de crédito voltadas à construção e melhoria da moradia.

Como os terrenos são regularizados, as incorporadoras financiaram estas unidades diretamente a seus compradores, sem a mediação de financiamento bancário, uma vez que o próprio terreno se torna a garantia do acerto contratual. O financiamento em parcelas mensais, conforme observado na Figura 2, diferencia estes condomínios fechados daqueles encontrados em solo brasiliense, considerando que esta forma de pagamento dificilmente é aplicada nos terrenos voltados às classes médias e altas no Distrito Federal, via de regra, instalados em áreas irregulares.

Para aqueles que possuem amplo acesso ao crédito bancário para quitação do terreno em condições mais favoráveis do que aquelas oferecidas pelo incorporador, esta pode se tornar uma alternativa mais proveitosa. No que diz respeito as linhas de crédito voltadas à construção e melhoria da moradia, a maioria delas tem como requisito a propriedade legal de onde se realizará a obra.



Figura 2. Anúncio do Residencial Alphaville às margens da Via EPIA – Brasília



Fonte: O autor, setembro de 2017.

Estes três aspectos estão relacionados a utilização do terreno como garantia ou a comprovação de sua propriedade, assim o fato de se instalarem em áreas regularizadas, mais uma vez, diferencia estes condomínios fechados daqueles que estão situados na Capital Federal e atrai um contingente demográfico específico, que devido a baixa oferta de empreendimentos com estas características no Distrito Federal acabam por migrar para estes condomínios na periferia goiana do Espaço Metropolitano de Brasília.

As principais características internas destes condomínios fechados de alto padrão que foram construídos no Jardim ABC, na Cidade Ocidental-GO, após o ano de 2010, são: infraestrutura básica – aí incluídos rede de água, captação de águas pluviais, iluminação pública, pavimentação asfáltica – infraestrutura de lazer (quadras de esportes, piscinas, parques infantis) e dispositivos de segurança, como isolamento mediante a utilização de muros, rígido controle de acesso e segurança particular interna.



Figura 3. Localização dos condomínios de alto padrão do Jardim ABC na Cidade Ocidental-GO



Fonte: Google maps, 2017.

Os empreendimentos do grupo Alphaville são comercializados com o apelo de estarem localizados em “um novo polo de desenvolvimento urbano na Capital Federal. O **empreendimento Alphaville Brasília** é na verdade a primeira etapa de ocupação planejada de toda uma região” (ALPHAVILLE, 2017, grifo no original). Assim, é observado que a localização efetiva do empreendimento na Cidade Ocidental-GO é posta em segundo plano, evidenciando a ideia de “Brasília” no sentido amplo, de forma a agregar valor à mercadoria – terrenos – que ali estão sendo vendidos.

O fato de estarem localizados na periferia do Distrito Federal não é completamente omitido pelo grupo incorporador quando observado que há uma menção as “peculiaridades do entorno” na página da internet de divulgação dos empreendimentos do grupo Alphaville:

Cada projeto Alphaville tem um Plano Diretor de Segurança, resultado de estudos da região destinada à implantação do empreendimento. Aspectos como o posicionamento da portaria, a colocação de muros e grades e os locais para instalação de equipamentos de segurança são determinados por análises do terreno, mas também pelas peculiaridades do entorno. As normas de convívio estabelecidas nos empreendimentos também abrangem orientações aos moradores sobre a necessidade de adotar um comportamento preventivo (ALPHAVILLE, 2017).

A preocupação com a segurança também é um aspecto relevante nos empreendimentos do grupo Damha, conforme o texto retirado da página da internet de divulgação dos empreendimentos:



A preocupação com a segurança é um dos itens que chama mais atenção no Residencial Damha Brasília. O empreendimento conta com portaria social e de serviço independentes com controle de acesso. O muro de contorno é equipado com proteção perimetral energizada e um cinturão verde em volta do empreendimento, de forma que nenhum lote fique nos limites do muro de contorno (DAMHA, 2017).

Estes condomínios são forjados no interior de um aspecto simbólico do processo de segregação socioespacial que é amplamente difundido na paisagem das cidades brasileiras: o muro. O muro divide radicalmente o espaço e impõe uma partição evidente entre o público e o privado. Sua edificação é em muito baseada no imperativo de segurança e na crise da “violência urbana”, porém, ele também figura como um dispositivo que cumpre o papel de agregar somente aqueles que são iguais, e de separar, de forma abrupta, aqueles que são diferentes, mitigando a possibilidade de contato com os *outros*, em ambas as perspectivas: *segregados e auto-segregados*.

CONCLUSÃO

Em resposta à indisponibilidade de terra regularizada no mercado imobiliário para a construção de condomínios deste tipo em solo brasileiro, os municípios limítrofes do Estado de Goiás se tornaram uma alternativa para estes empreendimentos. Outro fator determinante para a consolidação deste processo é a garantia da propriedade do terreno na Cidade Ocidental, uma vez que a região onde os condomínios fechados de alto padrão se instalam possui regularização, assegurando uma série de benefícios legais e econômicos aos seus compradores.

Para Souza (2003) a auto-segregação é vista como “uma solução escapista uma pseudo-solução”, implica no empobrecimento da vivência da cidade e na experiência de contato com o Outro. Assim, o autor afirma a existência de um problema, no sentido que existe uma “pseudo-solução”.

A auto-segregação, principalmente a evidenciada por meio dos condomínios fechados, são uma resposta à crise da “violência urbana” que assola o cotidiano e os noticiários nacionais, porém, vai além do sentido de “agrupamento residencial defensivo” (VASCONCELOS, 2013), ela materializa a “proteção de parte dos moradores da cidade, contra os outros moradores” (GOES; SPOSITO, 2014).

A auto-segregação ainda enfatiza desejo dos mais ricos de viverem enclausurados somente entre seus pares, criando um núcleo urbano impecável e socialmente homogêneo, nivelado pela alta renda de seus proprietários, em meio a uma realidade periférica e também socialmente homogênea: desta vez homogeneizada pela baixa renda de seus moradores e a precarização de serviços públicos e coletivos.



REFERÊNCIAS

ALPHAVILLE, Urbanismo S. A.

Disponível em [<http://www.alphaville.com.br/empreendimento/alphavilleresidencial/>], acesso em 20 de setembro de 2017.

CAIADO, Maria Célia Silva. Estruturação intra-urbana na região do Distrito Federal e entorno: a mobilidade e a segregação socioespacial da população. Revista Brasileira de Estudos de População. São Paulo, v. 22, n. 1, p. 55-88, jan/jun. 2005.

CATALÃO, Igor. Brasília, metropolização e espaço vivido: práticas especiais e vida cotidiana na periferia goiana da metrópole [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 156 p. ISBN 978-85-7983-105-8.

CIDADE OCIDENTAL, Prefeitura da. Disponível em [<http://cidadeocidental.go.gov.br/portal/nossa-cidade/>], acesso em 20 de setembro de 2017.

CODEPLAN. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios – PMAD – Cidade Ocidental. 2013. 204 p.

CORREA, Roberto Lobato. O espaço urbano. Ed. Ática. São Paulo. 1989. 94 p.

DAMHA, Urbanizadora.

Disponível em [<http://www.damha.com.br/cidade/brasil/>], acesso em 20 de setembro de 2017.

GOES, Eda Maria; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A insegurança e as novas práticas espaciais em cidades brasileiras. XIII Coloquio Internacional de Geocrítica. Barcelona, 5-10 de maio de 2014.

GOIÁS. Governo do Estado. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB. Mobilidade pendular da população em Goiás. Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais. Estudos do IMB. 2012. 51 p.



FERREIRA, Ignez Costa Barbosa; PENNA, Nelba Azevedo. Brasília: novos rumos para a periferia. In PAVIANI, Aldo; (Org.). Brasília: moradia e exclusão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996. p. 189-212.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil em síntese. 2017.

Disponível em: [<https://cidades.ibge.gov.br/>], acesso em 20 de setembro de 2017.

OLIVEIRA, Marília Luíza Peluso de. Contradições e conflitos no Espaço de Classes: Centro *versus* Periferia. In PAVIANI, Aldo. (Org.) Urbanização e metropolização. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987. p. 125-144.

PAVIANI, Aldo. Periferização urbana. In PAVIANI, Aldo. (Org.) Urbanização e metropolização. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987. p. 33-49.

PAVIANI, Aldo. Brasília, a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 2010. 168 p.

PENNA, Nelba. Dinâmicas do capital e dinâmicas públicas na produção da cidade: conflitos e consensos. Espaço & Geografia, Vol.19, Nº 1 (2016), 139:168.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Participação popular no planejamento e gestão das cidades sociopolítico-espacialmente fragmentadas: um ensaio sobre enormes obstáculos e modestas possibilidades. In CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (Orgs). Dilemas urbanos – Novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p. 266-275.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do estado de São Paulo, Brasil. Investigaciones Geográficas, agosto, número 054. Universidad Nacional Autónoma de México, Distrito Federal, México. Pp 114-139, 2004.

SPOSITO, Maria E. Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: Vasconcelos, Corrêa e Pintaudi (Orgs.). A cidade contemporânea. Segregação Espacial. Ed. Contexto. São Paulo. 2013.

VASCONCELOS, Pedro de A. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: Vasconcelos, Corrêa e Pintaudi (Orgs.). A cidade contemporânea. Segregação Espacial. Ed. Contexto. São Paulo. 2013.

VILLAÇA, Flávio. Reflexões sobre as cidades brasileiras. Studio Nobel. São Paulo. 2012. 295 p.

**GT 07 – Cidades e transformações do urbano na América Latina****DIREITO À MORADIA NO ESPAÇO URBANO: ANÁLISE DO PROJETO DA
MACRODRENAGEM DA BACIA DO UNA**

Carla Maria Peixoto Pereira (CESUPA)¹
E-mail: peixotomcarla@gmail.com

Resumo

Objetiva-se neste artigo analisar o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una (PMU), no viés de efetivação do direito à moradia da população por ele atingida. O PMU foi concebido como meio de resgatar uma antiga dívida social contraída pelo Estado perante a população que vive na periferia de Belém (PA), em especial nas áreas chamadas de “baixadas” (áreas alagáveis ou alagadas, que se localizam abaixo da cota do mar), a qual é rotineiramente afetada por enchentes, bem como objetivou integrar essa população dignamente à cidade. Desta forma, o projeto buscou implementar uma política sanitária e de reforma urbana, tendo sido considerado à época o maior projeto de macrodrenagem e saneamento sanitário da América Latina. A efetivação do direito à moradia foi um dos fatores considerados pelos executores do projeto como medida de sucesso do mesmo, tendo sido por este motivo selecionado este recorte. Neste contexto, o problema de pesquisa do presente trabalho é: “O Projeto da Macrodrenagem da Bacia do Una atendeu ao direito à moradia da população diretamente atingida por ele?”. Como metodologia de nossa pesquisa teórica e básica, foram utilizados os dados quantitativos e qualitativos fornecidos por estudos conduzidos por pesquisadores locais nas áreas de Engenharia Civil, Ciências Sociais e Antropologia e relatórios oficiais do Governo Estadual sobre o projeto para analisar se o PMU teve um impacto positivo ou negativo no aspecto habitacional da população atingida e quais consequências na modificação do espaço urbano decorreram dele.

Palavras-chave: moradia; cidade; Una.

I - INTRODUÇÃO

Objetiva-se neste artigo analisar o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una (PMU), no viés de efetivação do direito à moradia da população por ele atingida.

O PMU foi concebido como meio de resgatar uma antiga dívida social contraída pelo Estado perante a população que vive na periferia de Belém (PA), em especial nas áreas chamadas de “baixadas” (áreas alagáveis ou alagadas, que se localizam abaixo da cota do mar), a qual é rotineiramente afetada por enchentes, bem como objetivou integrar

¹ Aluna do Mestrado em Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA). Especialista em Direito do Trabalho pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Especialista em Direito Constitucional pela Universidade Anhanguera-UNIDERP. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA). Integrante dos Grupos de Pesquisa CNPq “Direito, Desenvolvimento Sustentável e Amazônia” e “Concretização dos Direitos Fundamentais e sua fundamentação: abordagens a partir da teoria do processo, da análise econômica e das teorias da justiça”. Advogada.



essa população dignamente à cidade. Desta forma, o projeto buscou implementar uma política sanitária e de reforma urbana, tendo sido considerado à época o maior projeto de macrodrenagem e saneamento sanitário da América Latina (PARÁ, 2006).

O PMU foi financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com início na década de 90 e término das principais obras estruturais em 2005, tendo sido investido no projeto \$312.437.727,00 (trezentos e doze milhões, quatrocentos e trinte e sete mil e setecentos e vinte e sete dólares) em obras envolvendo saneamento, vias, drenagem, micromedição e pontes (PARÁ, 2006).

A Bacia do Una é a maior das catorze bacias hidrográficas da cidade e compõe 60% (sessenta por cento) da primeira légua patrimonial de Belém. Por a cidade ser circundada pelo rio Guamá e baía do Guajará, bem como “atravessada” por braços d’água, as bacias hidrográficas exercem importante atuação em Belém, particularmente no inverno, no qual há aumento significativo de chuvas e, por conseguinte, de volume de água. Considerando que parte de Belém se encontra abaixo da cota do mar, são constantes os alagamentos nesta época, os quais já ocasionam há bastantes anos danos materiais e sociais sobretudo aos moradores das áreas de baixada. Estes moradores usualmente são cidadãos com baixa renda e ocupam a área por seu diminuto custo (dada a insalubridade causada pelos alagamentos) e proximidade ao centro da cidade (SOARES, 2016).

A efetivação do direito à moradia foi um dos fatores considerados pelos executores do projeto como medida de sucesso do mesmo, tendo sido por este motivo selecionado este recorte. Neste contexto, o problema de pesquisa do presente trabalho é: “O Projeto da Macrodrenagem da Bacia do Una atendeu ao direito à moradia da população diretamente atingida por ele?”.

Como metodologia de nossa pesquisa teórica e básica, foram utilizados os dados quantitativos e qualitativos fornecidos por estudos conduzidos por pesquisadores locais nas áreas de Engenharia Civil, Ciências Sociais e Antropologia e relatórios oficiais do Governo Estadual sobre o projeto para analisar se o PMU teve um impacto positivo ou negativo no aspecto habitacional da população atingida e quais consequências na modificação do espaço urbano decorreram dele.

O texto está organizado da seguinte forma: a seção 2 apresenta um breve relato sobre como se deu o Projeto de Macrodrenagem na Bacia do Una; a seção 3 trata da análise do projeto e de suas consequências no que tange ao direito à moradia; e, por fim, na seção 4 apresentam-se as considerações finais.



2 - LINHAS GERAIS SOBRE O PROJETO DA MACRODRENAGEM DA BACIA DO UNA

A área da Bacia do Una foi ocupada a partir da década de 50 por pessoas de baixa renda, de forma desordenada e sem intervenção estatal que promovesse acesso aos serviços básicos, tais como moradia adequada, saneamento sanitário, acesso a água potável e energia elétrica etc. Datam da década de 70 os estudos que serviram como base justificadora para a política pública² (BRASIL, 2004).

A formação da região metropolitana de Belém, por meio da lei complementar 14/73, acelerou o processo de urbanização deste espaço. Em 1975, surge o “Plano de Desenvolvimento da Grande Belém”, cujo objetivo era dirigir a forma metropolitana, fomentando a geração de empregos em áreas afastadas do centro urbano, de modo a desconcentrar o crescimento do espaço. Parte deste programa era o “Plano de Recuperação das Baixadas – Programa de Intervenção da Bacia do Una”, o qual tinha como finalidade criar condições mínimas de vida digna a população que ocupava estas áreas periféricas e vivia em penosas condições (BRASIL, 2004).

Neste cenário, surge o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una, no qual se estabeleceu dois propósitos principais. O primeiro propósito era sanar a questão dos alagamentos nas áreas de baixadas que integravam o espaço da Bacia do Una, por meio da implementação de um sistema de drenagem, o qual desaguardaria na Baía do Guajará. O segundo propósito era conseguir prover à população residente na área uma infraestrutura mínima de serviços, tais como rede de água potável e coleta de lixo, bem como assegurar o acesso a condições ambientais mínimas. Ambos os propósitos, desta forma, buscavam sobretudo melhorar as condições da população residente no espaço do Una (PARÁ, 2006).

A COSANPA, em seu relatório de informações gerais sobre o projeto, ao tratar do item referente à população que residia nas baixadas nos arredores da Bacia do Una, aduz que

Em 1993, do total estimado 34,0% (187.404 pessoas) residiam nas áreas de baixadas, que correspondiam a 797,8 hectares da Bacia do Una. [...] Antes do início das obras, principalmente no período de 1986-1992, o empreendimento repercutiu em sua área de abrangência como um fator de atração demográfica, impulsionando o crescimento do efetivo de moradores das baixadas. [...] Na Bacia do Una, sobretudo em suas áreas alagadas ou alagáveis, antes do Projeto Una, as condições de habitação estavam sujeitas a um intenso processo de deterioração, não só em termos físicos (considerando-se os imóveis em si), mas também no que diz respeito a

² Entende-se neste trabalho por política pública o prelecionado por Saravia (2006), o qual propõe ser um sistema de decisões tomadas pelo Estado, por meio de uma ação ou omissão, tendo caráter preventivo ou corretivo, objetivando a manutenção ou modificação de um ou diversos aspectos da vida social. Neste sentido, cabe a contribuição de Milton Santos (2001), o qual ao tratar de políticas públicas aduz que estas não podem substituir a política social, considerando que esta forma um elenco coerente com as demais formas de políticas, tais como a econômica, territorial etc.



outros aspectos (insuficiência de abastecimento de água e de energia elétrica, bem como a indisponibilidade de um adequado sistema de esgotamento sanitário). Embora em algumas das habitações das áreas alagadas e/ou alagáveis existissem fossas, a maioria delas eram fossas negras (o pior tipo), o que contribuía para agravar as deploráveis condições de habitabilidade, quer das moradias consideradas isoladamente quer do conjunto da área em que estas se situavam (PARÁ, 2006, p. 58-65).

A assinatura do contrato de empréstimo entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Governo do Estado do Pará (financiador e mutuário do empréstimo, respectivamente) se deu em 1993. Também houve a assinatura de um convênio entre o Governo do Estado do Pará e a Prefeitura Municipal de Belém, a qual ficou responsável pela execução das obras da política pública (PARÁ, 2006).

Do início de sua execução até o ano de 2001, o PMU foi coordenado pelo Governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Urbano (SEDURB). Do ano de 2001 até o ano de 2005, a política pública foi coordenada pela Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA). A Prefeitura Municipal de Belém atuou como subgerente por meio da Secretaria Municipal de Saneamento (SESAN) (PARÁ, 2006).

A previsão de término de execução das obras era de quatro anos. No entanto, perduraram até o ano de 2005, tendo um sido feito um investimento total de \$312.437.727,00 (trezentos e doze milhões, quatrocentos e trinta e sete mil e setecentos e vinte e sete dólares). O BID investiu \$142.942.660,00 (cento e quarenta e dois milhões, novecentos e quarenta e dois mil e seiscentos e sessenta dólares) e o Governo do Estado do Pará investiu \$169.495.067,00 (cento e sessenta e nove milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil e sessenta e sete dólares).

A política pública tinha como três principais enfoques o saneamento básico, a renovação urbana e a promoção socioeconômica da população de sua área de abrangência, sendo, de acordo com o relatório da COSANPA,

[...] um instrumento fundamental de desenvolvimento sócio-econômico, entendendo-se aqui este desenvolvimento como um processo histórico realizado através da progressiva diminuição das desigualdades e da injustiça social entre os homens. (sic) (PARÁ, 2006, p. 30).

Houve, no entanto, uma mudança do projeto “Plano de Recuperação das Baixadas – Programa de intervenção da Bacia do Una”, de 1975, para a versão final do projeto. O “Plano de Recuperação das Baixadas – Programa de intervenção da Bacia do Una” não previa o remanejamento da população local para outras áreas, o que acabou acontecendo sob o pretexto de que, com a realocação de parte da população atingida, haveria uma melhora considerável em suas condições de vida (BRASIL, 2004). O objetivo de se evitar o



remanejamento era evitar aguçar a especulação imobiliária nas áreas afetadas. Sobre isto, Brasil (2004, p. 76-77) aduz

[...] Há a proposição de utilizar mecanismos para a obtenção das melhorias desejadas sem expulsar as populações que habitavam a área, através de técnicas e modelos de urbanização com base nas soluções populares a fim de compatibilizar os custos dos serviços e infra-estrutura com os rendimentos da população; e de critérios que possibilitassem o aumento do solo urbano, sem provocar especulação desenfreada. Portanto, a maneira como o PMU foi conduzido e executado demonstra a concepção do projeto baseada no urbanismo sanitarista, que tinha como premissa a melhoria das condições de salubridade nas cidades. [...] Apesar de o PMU ter sido elaborado na década de 80, o projeto apresenta características dos planos sem mapa desenvolvidos na década de 70, feitos pelos próprios técnicos municipais. Esses planos estabelecem estratégias para posterior detalhamento das propostas formuladas, sobretudo quanto ao dimensionamento e priorização, que só poderiam ser alcançados, de acordo com o *Plano de Recuperação das Baixadas* (SUDAM, 198?), com estudos mais aprofundados da realidade social e econômica da população. (sic)

Esta política pública contava com a participação popular no Comitê Assessor do Projeto do Una (que, após seu término, se transformou em Conselho Gestor da Bacia do Una), bem como com um Plano de Reassentamento, o qual tinha a previsão de remanejamento parcial e total na distância máxima de mil e quinhentos metros de distância do local original de moradia, bem como a implantação de projetos de educação ambiental. Os moradores também teriam direito, de acordo com o Plano de Reassentamento, à indenização total ou parcial; ao material recuperado das casas que fossem demolidas; à mão de obra para demolição de benfeitorias; ao transporte do material de construção, móveis e utensílios (nos casos de remanejamento total); caso fosse pessoa com deficiência ou incapaz, havia a previsão de mão-de-obra para ajudar na construção da nova habitação etc. Ademais, também houve a previsão de desapropriação de 24 áreas para a realocação da população remanejada, sendo a maior delas o Conjunto Paraíso dos Pássaros (SANTOS, 1998).

Previu-se, outrossim, a implementação do Programa Socioambiental (PISA), assim como outras ações, como a manutenção dos canais e continuidade de obras cuja execução se dava após a entrega as obras estruturais principais (PARÁ, 2006). Ocorre que esta continuidade foi falha e acabou por não ocorrer, o que levou a população a buscar os Poderes Legislativo e Judiciário, de modo a solucionar os entraves.

Por conta destas insatisfações pelo descumprimento do proposto, além de ocorrência de irregularidades graves (como sumiço do maquinário destinado a manutenção dos canais), a Assembleia Legislativa do Estado do Pará, instaurou uma Comissão Temporária Externa denominada “Comissão de Representação da Bacia do Una” em 2011 para investigar as denúncias os moradores do Una, os quais protocolaram no órgão queixas



nos anos de 2007 e 2008 (PARÁ, 2013). A ação que tomou o Poder Judiciário, representado pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPEPA), foi a de ingressar com uma Ação Civil Pública³ em 2008, a qual ainda se encontra em tramitação.

3 - O DIREITO À MORADIA NO PROJETO DE MACRODRENAGEM DA BACIA DO UNA

Após o breve relato sobre como se deu o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una, discutir-se-á nesta seção o seguinte problema: “O Projeto da Macrodrenagem da Bacia do Una atendeu ao direito à moradia da população diretamente atingida por ele?”. Antes de investigarmos especificamente a questão da moradia, iremos verificar a questão do espaço urbano e do direito à cidade.

A cidade se transformou no centro de desenvolvimento do homem. Desde a Revolução Industrial, as cidades têm crescido e se modificado em ritmo acelerado. No Brasil, a partir da década de trinta, iniciou-se um movimento de deslocamento populacional, o qual, com base nas ideias de modernização e progresso, fez com que a população brasileira se tornasse predominantemente urbana. Esta grande migração contribuiu para a construção de cidades sem planejamento e oferecimento de serviços básicos, como moradia, saneamento, transporte público, entre outros, sendo a lei (ou sua falta) um dos fatores de promoção da desigualdade social no espaço urbano (MARICATO, 2013).

Bauman (2005) nos traduz as cidades como campos de batalhas nos quais os poderes globais e locais se enfrentam em uma luta em busca de uma convivência pacífica, sendo este confronto o qual orienta a cidade na modernidade líquida. Essa batalha é um dos fatores que influenciam a construção dinâmica da cidade, que moldam o seu espaço e definem sua política de organização territorial. Em um mundo em que ora se está “*in*”, ora se está “*out*”, o espaço em que se vive é um importante fator a ser considerado como vantagem ou desvantagem para o cidadão, somando-se isto como seu ativo ou passivo à sua situação socioeconômica (CUNHA, 2010).

A questão da organização espacial, assim, vai muito além de uma questão territorial. Segundo Mendes (2011), o espaço é produto social, bem e instrumento de dominação e poder, do qual resulta uma hierarquia dos lugares que tem como centro o processo de acumulação e uma constante recentralização do poder. Neste contexto, o autor defende que mecanismos de expulsão e reapropriação são desencadeados por meio de intervenções públicas que acabam por tornar a cidade mais valiosa, sendo que as novas políticas públicas urbanas acabam por ter uma orientação voltada para o mercado e seus consumidores, ou seja, elas são voltadas para as classes mais favorecidas, ficando a

³Pode se ter acesso a ACP no site tjpa.jus.br por meio do nº 0014371-32.2008.814.0301.



população mais pobre prejudicadas. Estes mecanismos resultantes da batalha nas cidades têm uma perspectiva antípoda ao direito à cidade.

O direito à cidade é noção sociopolítica concebida por Henri Lefebvre (2001, p. 117-118), em 1968, o qual defende que o direito à cidade é “[...] direito à vida urbana, transformada, renovada”. Lefebvre (2008) aduz que a industrialização generalizou o valor de troca em detrimento do valor de uso, desaparecendo, assim, a forma qualitativa do solo, tornando-se mera mercadoria. Para Lefebvre (2008, p. 83): “[...] O espaço indispensável para a vida cotidiana, se vende e se compra. Tudo o que constituiu a vitalidade da cidade como obra desapareceu frente à generalização do produto”. Neste contexto, a cidade política utiliza-se de uma dinâmica para satisfazer a cidade econômica, por meio da profanação do solo (que tem um aspecto sagrado e maldito) (LEFEBVRE, 2001).

Das questões da propriedade da terra ao problema da segregação, cada projeto de *reforma urbana* põe em questão as estruturas, as da sociedade existente, as das relações imediatas (individuais) e cotidianas, mas também as que se pretende impor, através da via coautora e institucional, àquilo que resta da realidade urbana. (LEFEBVRE, 2001, p. 113)

Neste contexto, nas cidades existem unidades sociais com estruturas flexíveis e hierarquizadas, estabelecendo uma unidade urbana com uma ordem interna complexa. Dessa guerra de tensões, o direito à cidade emerge como um apelo e como uma exigência (LEFEBVRE, 2001). Desta forma, o direito à cidade é um instrumento de inserção do cidadão na sociedade, através de sua participação democrática direta na construção da cidade, conforme preleciona Fernandes (2001, p. 208) em artigo sobre a temática.

“O ‘direito à cidade’ consistiria basicamente no direito de todos os moradores da cidade de desfrutar plenamente da vida urbana com todos os seus serviços e vantagens – direito à habitação – assim como o de participar diretamente da gestão das cidades – o direito à participação. Em outras palavras, Lefebvre enfatizou a necessidade de pleno reconhecimento de valores de utilização, com o fim de corrigir desequilíbrios históricos resultantes da ênfase excessiva aos valores de troca, típicos do sistema capitalista de produção do espaço. Esta conexão vital entre cidades e cidadania se tornou imperativa, dada a crescente urbanização da sociedade contemporânea a nível global”.⁴ (tradução nossa)

O direito à cidade traz em sua faceta principal o direito à moradia, positivado constitucionalmente no âmbito interno no ano de 2000, com a EC 26, como direito fundamental social.

[...] O direito à cidade é um complemento do direito à moradia. [...] O direito à cidade é, em uma de suas facetas, um predicado do direito à moradia,

⁴ Texto original: “The ‘right to the city’ would basically consist of the right of all city dwellers to fully enjoy urban life with all of its services and advantages – the right to habitation – as well as taking direct part in the management of cities – the right to participation. In other words, Lefebvre stressed the need for the full recognition of use values in order to redress the historical imbalance resulting from the excessive emphasis on Exchange values typical of the capitalist production of urban space. This vital link between cities and citizenship has become an imperative given the escalating urbanization of contemporary society at a global level”.



que lhe faz mais pleno, mais digno, mais inclusivo, mais humano, pois considera o direito que o cidadão deve ter de morar com qualidade, de ter acesso aos equipamentos públicos, aos serviços públicos, aos ambientes de convivência social e de lazer, além de se sentir integrado à comunidade (VON GEHLEN, 2016, p. 239).

Houve, desta forma, uma ampliação do que se concebe como moradia. A moradia adequada extrapola a noção de que é apenas um local para se residir, sendo um espaço de exercício de cidadania do habitante da cidade, de modo que, a partir dele, este habitante materializa outros direitos, tais como o direito à saúde, segurança, meio-ambiente equilibrado etc. E tudo isso se dá a partir do exercício do direito à cidade, no qual este morador tem acesso ao centro urbano e participa de sua gestão, ou seja, de sua construção. O Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização das Nações Unidas (ONU) nos traz o conteúdo mínimo do direito à moradia no Comentário Geral nº 04/1991, o qual diz que:

[...] O direito à habitação adequada aplica-se a todas as pessoas. [...] Os indivíduos, assim como as famílias, têm o reconhecimento de seu direito à habitação adequada independentemente de idade, condição econômica, grupo ou outra pertinência a um grupo ou quaisquer outros fatores como tais. [...] Segundo o ponto de vista do Comitê, o direito à habitação não deveria ser interpretado em um sentido estreito ou restrito que o equipara com, por exemplo, o abrigo provido meramente de um teto sobre a cabeça dos indivíduos, ou julga o abrigo exclusivamente como uma mercadoria. Diferentemente, isso deveria ser visto mais propriamente como um direito a viver, onde quer que seja, com segurança, paz e dignidade. Isto é apropriado por, pelo menos, duas razões. Em primeiro lugar, o direito à habitação é integralmente vinculado a outros direitos humanos e a princípios fundamentais sobre os quais a Convenção é baseada. Esta 'inerente dignidade da pessoa humana', de que os direitos na Convenção são ditos derivar, exige que o termo 'habitação' seja interpretado de forma que leve em conta uma variedade de outras considerações, fundamentalmente que o direito à habitação deveria ser assegurado a todas as pessoas independentemente da renda ou acesso a recursos econômicos. Segundamente, a referência no artigo 11(1) deve ser lida referindo-se não apenas à habitação, mas à habitação adequada. Como a Comissão sobre Assentamentos Humanos e a Estratégia Global para Habitação para o ano 2000 afirmaram, 'habitação adequada significa privacidade adequada, espaço adequado, segurança, iluminação e ventilação adequadas, infraestrutura básica adequada e localização adequada em relação ao trabalho e facilidades básicas, tudo a um custo razoável'.⁵ (grifo nosso)

Neste sentido, para Sonia Carvalho (2010), a habitação é uma política pública que segue dois eixos, sendo um de desenvolvimento urbano e o outro, de política social. Enquanto política pública de desenvolvimento urbano, a habitação se implementa por meio da aplicação dos instrumentos urbanísticos e jurídicos de regulação urbana definidos no

⁵ A sigla "PIDESC" refere-se ao Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU.



plano diretor municipal. Como política social, tem uma natureza compensatória, não excluindo o direito à moradia.

O Relatório de Informações Gerais formulado pela COSANPA, cujo escopo era compartilhar os resultados do projeto com a sociedade traz o conceito amplo de moradia, mencionando a necessidade de aporte de serviços básicos, infraestrutura interna e externa, assim como condições dignas concernentes à presença de saneamento básico, abastecimento de água, descarte de resíduos sólidos etc (PARÁ, 2006).

Apesar do Projeto Una não ser um projeto habitacional – que tenha por escopo principal solucionar a questão de habitação, (mais ampla que a questão das condições de habitação), mas tão só saldar junto à população de sua área de abrangência, parte de uma dívida social relativa, principalmente, à questão do saneamento básico – não poderia deixar de repercutir na área sobre a questão habitacional. Isto não apenas em consequência da amplitude do empreendimento, mas devido, principalmente, ao grande espaço de interseção das duas questões supra mencionadas na área em apreço. (sic) (g.n.) (PARÁ, 2006, p. 64).

O Estado realizou um estudo demográfico por amostragem antes do final da execução das obras estruturais da política pública, no qual buscava avaliar se houve mudanças no aspecto habitacional e, se sim, como ela se deu. Para tanto, definiu os seguintes critérios avaliativos: situação viária, condição de habitação, material predominante na estrutura básica, material predominante na cobertura, número de cômodos, consumo de energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário e destino do lixo doméstico. De acordo com o exposto no Relatório de Informações Gerais (Pará, 2006), concluiu que a melhoria provida no âmbito da moradia pela política pública não atingiu nem mesmo o que os executores consideravam como mínimo satisfatório, tendo o índice avaliatório ido de um valor “ruim tendendo a insatisfatório” para “regular insatisfatório”, sendo necessário, portanto, o desenvolvimento de outras ações complementares. O relatório também defende que a melhora na habitação dos atingidos não depende somente da política pública executada (PARÁ, 2006), ainda que seu remanejamento tenha sido justificado com base na melhoria das condições vida dos atingidos, o que envolve sua moradia.

Dário Santos (1998) levantou dados sobre a forma que o remanejamento estava sendo executado naquele recorte temporal, ou seja, durante a execução das principais obras estruturais da política pública, tendo concluído que havia um grande descontentamento dos moradores remanejados. Segundo ele, o direito à moradia teve uma melhora limitada, sendo que parte dos moradores remanejados foi deslocado para áreas da COHAB e do Conjunto Paraíso dos Pássaros que não contavam ainda com os serviços de infraestrutura implementados, havendo, logo, a manutenção da situação anterior do mesmo. Outro fator de descontentamento era a falta de transparência do Poder Público no compartilhamento do planejamento de reassentamento com os atingidos, desconhecendo



informações importantes, como o cronograma de construções, bem como atrasos no pagamento das indenizações. Àquela época, não se visualizava uma solução a curto prazo para esses entraves (SANTOS, 1998).

Santos (1998) também nos traz a informação de que a maioria dos moradores acreditavam que os grandes beneficiados com a política pública seria a classe média, o que contradiz a justificativa trazida pelo Estado de se quitar uma dívida social com a população de baixa renda. O pesquisador também concluiu que a expulsão dessa população remanejada para áreas ainda mais distantes era compulsória, pois que as mesmas não conseguiriam manter-se lá por conta do aumento do custo de vida no espaço, sendo provável a venda de seus imóveis para pessoas com renda mais alta. Visualiza-se, neste cenário, a ocorrência do “Haussman”⁶, conforme proposto por Abelém (1989).

Neste sentido, Cunha (2010) aduz que a segregação é quase um corolário no processo de estruturação e expansão das cidades, sendo a desigualdade social expressada através do espaço. Esta dinâmica de segregação por meio da expulsão está presente no PMU, pois que o espaço urbano beneficiado se tornou alvo da especulação imobiliária, bem como teve os valores de impostos e serviços aumentados, o que tornou insustentável a permanência da população originária no espaço.

Notadamente, a segregação, a constituição de espaços periféricos e pobres permitindo a reprodução das relações de produção (que são relações de classes), essa segregação constitui uma negação teórica e prática do urbano, mas, enquanto tal, ela o revela. [...] A leitura dos espaços urbanos, periféricos ou centrais, não se faz somente sobre mapas, construindo um código abstrato. Trata-se de uma leitura sintomal por excelência, e não literal. (LEFEBVRE, 2008, p. 86)

Brasil (2004) buscou aferir o índice de qualidade de vida dos moradores afetados pelo PMU, fazendo uma relação entre mudança da forma de construção e/ou local da moradia e o nível de satisfação dos que foram afetados por essa ação. A pesquisadora concluiu que aqueles que foram remanejados, mas permaneceram próximos ao espaço original de moradia, tiveram alguns pontos de melhora, como nas áreas de transporte público, acesso aos serviços básicos, saneamento etc. Porém, os moradores que foram remanejados para o Conjunto Paraíso dos Pássaros acabaram tendo as condições de vida anteriores reproduzidas, encontrando problemas similares aos que foram usados como justificativa para execução da política pública, como falta de esgotamento sanitário e acesso à água potável. Também foi verificado que o Poder Público continuava a não compartilhar

⁶ A socióloga propõe que o “Haussmann” seria a desarticulação da população mais pobre, por meio de estratégias e mecanismos criados pelo próprio Estado, sob a justificativa de um discurso de desenvolvimento, com consequentes benefícios convergidos à essa mesma população, que seriam materializados em melhorias de sua condição de vida, em especial nos aspectos concernentes à salubridade, saúde e habitação (ABELÉM, 1989).



ou cumprir as metas do Plano de reassentamento do projeto com a população atingida. Frisa-se que Santos (1998) também já havia constatado anos antes estes fatos.

Brasil (2004) concluiu, neste contexto, que este tipo de intervenção urbana acaba por agravar as condições socioespaciais das populações. Ainda que tenha se tentado minimizar a no PMU por meio de título de promessa de constituição de enfiteuse, não houve cumprimento desta, espoliando ainda mais os moradores atingidos. Infere-se, neste cenário, que não existem políticas públicas de ordenamento territorial que coloquem em cheque as ações perversas do capital e que sugiram responsabilidades que tragam chances de desenvolvimento social (OLIVEIRA, 2014).

O Estado, muitas vezes, permanece inerte face aos efeitos do modelo capitalista sobre os espaços territoriais, e sua postura leniente provoca um grande vazio no espaço público, no espaço da política, pois a falta de atuação e até mesmo de planejamento e de um projeto político para a escala municipal, a exemplo, recrudescer os inúmeros conflitos decorrentes da apropriação dos espaços físicos, e por consequência, grande é o número de violações a direitos e garantias fundamentais, tanto no campo como nas cidades. (DIAS, 2014, p. 40)

Por fim, Soares (2016) nos traz relatos de moradores da área do Una, os quais constatam que existem áreas que não alagavam antes da execução da política pública, mas que passaram a alagar posteriormente. Neste sentido, ressalta-se o viés antidemocrático da obra e violador do direito à cidade ao envolver atores que não foram escutados antes, durante e depois da finalização das obras estruturais, mas que são até hoje atingidos por estes problemas⁷. Milton Santos (2001, p. 49-50) nos faz uma provocação em forma de reflexão: “[...] Em nosso país, jamais houve a figura do cidadão. As classes chamadas superiores, incluindo as classes médias, jamais quiseram ser cidadãos; os pobres jamais puderam ser cidadãos”. Até quando iremos permitir o não exercício de nossa cidadania plena?

Conclui-se, com base nos dados quantitativos e qualitativos das pesquisa e documentos supracitados, que, ao invés de o Estado quitar a antiga dívida social, acabou por acumular uma ainda maior, por ter sido, novamente, um vetor de reprodução de desigualdade históricas. É impossível se concretizar o direito à cidade enquanto de tratar o espaço como tendo valor de troca, e não valor de uso. E não se tem como falar em moradia adequada sem o exercício do direito à cidade, pois que ela demanda, como visto alhures, fatores que exorbitam a mera localização, como traços culturais, laços com a comunidade, relação com o espaço etc. Todos esses aspectos só serão, de fato, abarcados quando

⁷ A autora deste trabalho mantém contato com um dos moradores da pesquisa de Soares (2016), o qual é importante ator no movimento social que tenta resolver as questões de alagamento e entraves ainda existentes após doze anos do término das obras estruturais e causados pela política pública.



houver a gestão democrática do espaço urbano, com as devidas discussões sobre intervenções propostas com a população.

Este cenário, não é, porém, definitivo. O empoderamento dos habitantes da cidade por meio de sua conscientização sobre o exercício da cidadania, bem como ações da coletividade em direção ao bem comum podem funcionar como o início de uma mudança de trato do espaço urbano, de modo que o Estado, por vontade própria ou pressionado por essa coletividade, promova uma mudança de paradigma em outras obras de reforma urbana, particularmente as que envolvem um direito tão basilar como o direito à moradia.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una não conseguiu cumprir totalmente seu objetivo de promover integração digna da população à cidade, bem como melhorar suas condições de vida de forma significativa. No que concerne ao aspecto da moradia, conforme o próprio relatório da política pública, bem como as pesquisas apresentadas, seu resultado foi insatisfatório, tendo parcialmente reproduzido as condições de vida anteriores dos atingidos, particularmente os remanejados, com claro impacto negativo devido ao desenraizamento destes moradores. Neste contexto, a justificativa da política pública serviu apenas como pretexto para uma intervenção de dimensões monumentais no espaço urbano de Belém, a qual teve o “Hausmann” como uma de suas consequências.

O investimento de grande vulto feito no projeto e insucesso demonstra a falta de organização e planejamento do Estado quando pensa políticas públicas, atitude a qual já se constata em diversas outras intervenções no espaço urbano e que demanda uma mudança de paradigma imediata, de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena dos habitantes da cidade, imprescindível para a construção de uma cidade que goze de justiça ambiental.

Por fim, acredita-se que por meio da convergência do exercício da cidadania plena e do direito à cidade, é possível efetivar-se o direito à moradia adequada, concretizada em toda a sua plenitude e abarcando todos os fatores socioambientais pertinentes, conforme preconizado no ordenamento jurídico brasileiro, não sendo o padrão atual de se fazer políticas públicas permanente, pois conforme nos ensina Milton Santos (2001, p. 76): “Exclusão e dívida social aparecem como se fossem algo fixo, imutável, indeclinável, quando, como qualquer outra ordem, pode ser substituída por uma ordem mais humana”.

REFERÊNCIAS



- ABELÉM, Auriléa Gomes. *Urbanização e remoção: por que e para quem?*. Belém: UFPA, CFCH; NAEA, 1989. 165 p. (Coleção Igarapé).
- BRASIL, Syane Cristina. *Projeto de macrodrenagem da Bacia do Una e índice de qualidade de vida de seus moradores. 2004*. (Dissertação de Mestrado). Belém: Universidade Federal do Pará, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, 2004, 147 p.
- BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo nas cidades*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- CARVALHO, Sonia Nahas de. Cidades e políticas de habitação. In: BAENINGER, Rosana (Org.). *População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010, pp. 137-151.
- COMENTÁRIO GERAL N. 04/91, do Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização das Nações Unidas (ONU). Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002254/225430POR.pdf>
- CUNHA, José Marcos Pinto da. Planejamento municipal e segregação socioespacial: por que importa? In: BAENINGER, Rosana (Org.). *População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010, pp. 65-77.
- DIAS, Daniella Maria dos Santos. *O espaço na pós-modernidade: a necessária releitura do planejamento e do ordenamento territorial nos espaços urbanos e rurais*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2014.
- FERNANDES, Edésio. *Constructing the 'right to the city' in Brazil*. California: SagePublishing, 2001, Social Legal Studies, vol. 16, issue 2.
- LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- _____, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- MARICATO, Ermínia. *Metrópole, legislação e desigualdade*. Estudos Avançados, vol. 17, n. 48. São Paulo: USP, 2013.
- MENDES, Luís. Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado. In: *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 13, n. 26, pp. 473-495, jul/dez 2011. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/14765>
- OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. Território, Estado e Políticas Territoriais: análise das políticas de gestão do território e da recente expansão/reconcentração econômica nos espaços metropolitanos. In: *XIII Colóquio Internacional de Geocrítica: El controldeespacio y losespacios de control*. Barcelona, 5-10 de mayo de 2014. Disponível em:



<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Floriano%20Jose%20Godinho%20de%20Oliveira.pdf>

PARÁ. Companhia de Saneamento do Pará. *Projeto de drenagem, vias, água e esgoto das zonas baixas de Belém – Projeto Una. Informações gerais*. Belém: CONSANPA, 2006.

PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. *Comissão de Representação da Bacia do Una – Relatório Final*. Belém: ALEPA, 2013.

SANTOS, Dário Azevedo dos. *A Macrodrenagem da Bacia do Una em questão: percepções sociológicas sobre os impactos socioespaciais na área urbana de Belém*. (Dissertação de Mestrado). Belém: Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 1998.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (Org.). *Políticas públicas*. Coletânea. Vol. 1, ENAP, 2006.

SOARES, Pedro Paulo de Miranda Araújo. *Memorial ambiental na Bacia do Uma: estudo antropológico sobre transformações urbanas e políticas públicas de saneamento em Belém (PA)*. (Tese de Doutorado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2016.

VON GEHLEN, Jauro Sabino. O direito à cidade no Brasil. In: *Anais do XXV CONPEDI*. Florianópolis: CONPEDI, 2016.

**GT 07 - Cidades e Transformações do Urbano na América Latina.****GESTÃO E SUSTENTABILIDADE DE PROJETOS URBANOS: percepções sobre o Projeto Portal da Amazônia em Belém-PA**Magali Pinto Gouveia¹magouver@yahoo.com.brRosiris L. R. Mendes²rosirismendes2017@gmail.comRosalia do Socorro Corrêa³rosallyaco@gmail.comLeonardo Augusto Bello⁴Leonardo.Bello@unama.br**RESUMO**

Historicamente os canais de participação social não foram considerados na administração das cidades, mas a democratização da sociedade brasileira, com a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade (Lei 10.257 de 10 de julho de 2001) afirmaram o princípio de participação social e da gestão democrática. Um exemplo do cenário descrito é o Projeto Portal da Amazônia, iniciado em 2005 e que ainda não foi concluído, mas está em curso, abrangendo o Programa de Reabilitação Urbana e Ambiental da Bacia da Estrada Nova e o Projeto Orla de Belém, onde a população passou a conviver com interferências em seu cotidiano. O referido projeto faz parte do Plano de Reestruturação da Orla de Belém - PRO-BELÉM, elaborado na gestão do prefeito Edmilson Rodrigues, em 1997 e editado em 2000. Trata-se de uma iniciativa da prefeitura de Belém em parceria com o Governo Federal e instituições internacionais. Abrange dois projetos básicos: o Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova (PROMABEM), o qual é 50% financiado pelo Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), e o projeto Orla de Belém (ORBE), 15% financiado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Projeto Portal da Amazônia tinha a meta de construir 6 km de orla urbanizada. Atualmente, a orla construída possui apenas 1,5 km e corresponde a 68% da primeira parte prevista. Este artigo apresenta o resultado da pesquisa realizada em trechos pertencentes à Sub-Bacia 01 da Estrada Nova, que levantou a percepção da população contemplada na 1ª fase do Projeto do Portal quanto às interferências da obra na sua qualidade de vida, ao mesmo tempo em que questiona se o Projeto envolvia sub-programas, inspirados no desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Espaço Urbano. Qualidade de vida

¹Magali Pinto Gouveia, Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Pará, Brasil. Email: magouver@yahoo.com.br

²Rosiris Lopes Rodrigues Mendes, Arquiteta e Urbanista, Especialista em Planejamento Regional pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano pela Universidade da Amazônia (UNAMA), Pará, Brasil. Email: rosirismendes2017@gmail.com

³Rosália do Socorro da Silva Correa. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil (2008), Professora Strictu Sensu da Universidade da Amazônia (UNAMA), Brasil. Email: rosallyaco@gmail.com

⁴Leonardo Augusto Lobato Bello, Doutor em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil (2004). Professor titular da Universidade da Amazônia, Brasil. Email:



INTRODUÇÃO

O crescimento das cidades nas últimas décadas é um fenômeno que chama a atenção de estudiosos, principalmente aqueles dedicados ao planejamento urbano. Um dos motivos que estimula pesquisas, sobre este assunto são as mudanças que esse crescimento provoca, ao mesmo tempo em que os estudiosos buscam compreender como as formas urbanas são moldadas sob as tensões do crescimento populacional. (OJIMA, 2008).

Essas tensões não dizem respeito apenas às demandas por moradia, mas também por lazer, turismo, atividades econômicas e acesso a paisagens naturais, muitas das vezes provocando alterações em áreas do espaço urbano e, conseqüentemente, impactos socioambientais. Quando se trata de novos projetos urbanísticos e não há um planejamento urbano, o que se percebe é a ampliação da degradação ambiental e a negligência com os anseios e as aspirações das comunidades atingidas.

Nestes casos, a participação popular é fundamental para legitimar e dar suporte ao desenvolvimento do planejamento urbano, porque indica as principais demandas da comunidade urbana. Essa participação ultrapassa a mera consulta a determinadas propostas e abrange a concepção, elaboração e controle na gestão do planejamento urbano. (ANJOS; ANJOS; OLIVEIRA, 2013).

O referido projeto faz parte do Plano de Reestruturação da Orla de Belém - PRO-BELÉM, elaborado na gestão do prefeito Edmilson Rodrigues, em 1997 e editado em 2000. Trata-se de uma iniciativa da prefeitura de Belém em parceria com o Governo Federal e instituições internacionais. Abrange dois projetos básicos: o Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova (PROMABEM), o qual é 50% financiado pelo Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), e o projeto Orla de Belém (ORBE), 15% financiado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O Projeto Portal da Amazônia tinha a meta de construir 6 km de orla urbanizada. Atualmente, a orla construída possui apenas 1,5 km e corresponde a 68% da primeira parte prevista.

Este artigo apresenta o resultado da pesquisa realizada em trechos pertencentes à Sub-Bacia 01 da Estrada Nova, que levantou a percepção da população contemplada na 1ª fase do Projeto do Portal quanto às interferências da obra na sua qualidade de vida, ao mesmo tempo em que questiona se o Projeto envolvia sub-programas, inspirados no desenvolvimento sustentável.

2. DESAFIOS DOS PROJETOS URBANOS



Os problemas urbanos no Brasil começaram a surgir a partir da década de 50, do século XX, quando iniciou a industrialização no país, conjugada com problemas estruturais preexistentes na estrutura social brasileira e construídos desde a colonização.

Do conjunto de problemas sobressai a concentração fundiária e de renda, assim como a falta de um planejamento urbano descentralizado e preocupado com a prevenção e precaução de catástrofes. Mas, ao lado dessa situação homogênea, o processo de urbanização trilhou diversidade e heterogeneidade no território nacional.

Ribeiro e Ribeiro (2013) defendem que os desafios urbanos no Brasil são diversos, e se ampliam com a tendência de maior adensamento demográfico nas cidades. O censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 indicou que 84,4% da população brasileira vive nas áreas urbanas, sendo a maior concentração nas regiões metropolitanas, com ritmo crescente se comparado os dados de censos demográficos anteriores.

Em 1980 havia 67,6% da população brasileira vivendo nas cidades; em 1991 essa população passou para 75,6%, e no censo de 2000 o índice ficou em 81,2%.

Para Ribeiro e Ribeiro (2013) a maior concentração da população vivendo nas cidades constitui um desafio nos governos em garantir direitos e prover recursos e condições para o bem-estar coletivamente inerente ao modo de vida urbano. Esse desafio está estreitamente associado ao fato de que a vida social nesse meio construído, a cidade, depende do substrato material e imaterial viabilizado.

Para melhor compreender as condições das metrópoles brasileiras e os desafios urbanos a serem superados, os órgãos governamentais e instituições empenhadas em estudos referentes à realidade urbana têm definido índices para mensurar as dimensões desta. Um índice de destaque é o Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU), o qual é calculado pelo Observatório das Metrópoles, Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, com base no censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia, IBGE. Contempla cinco dimensões: mobilidade urbana; condições ambientais urbanas; condições habitacionais urbanas; atendimento de serviços coletivos urbanos; infraestrutura urbana.

O IBEU mensura o bem-estar da população brasileira residente nas cidades. A região metropolitana de Campinas (SP) recebeu a melhor classificação em 2010, o IBEU atingiu 0,876. O pior resultado deste índice foi de Belém, pois numa escala de 0 a 10 ficou com o índice de 0,251. O município de Marituba, que faz parte da Região Metropolitana de Belém, foi apontado como o pior entre 289 municípios brasileiros avaliados nos quesitos falta de infraestrutura, esgoto a céu aberto e falta de espaço para convívio público. Outras regiões metropolitanas receberam a classificação como ruins: Manaus (0,395) e Recife (0,443).



Esses dados demonstram que os desafios na promoção do bem-estar no ambiente urbano são desiguais entre os espaços urbanos brasileiros. As regiões metropolitanas com os piores índices de bem-estar urbano estão nas regiões norte e nordeste, evidenciando a desigualdade regional construída na formação histórico-social do espaço brasileiro.

O processo de metropolização, segundo Walter (2013), alargou os deslocamentos para áreas cada vez mais distantes, atingindo porções mais afastadas do território urbano. A dispersão urbana tende a gerar novas demandas de mobilidade que se apresentam irregulares, heterogêneas e diversificadas.

Com o crescimento da mobilidade entra em “cena” outro desafio, a sustentabilidade urbana, particularmente, pelo uso intenso de automóveis e os efeitos poluentes e de estresse urbano, causados por esse veículo de locomoção. (WALTER, 2013).

Outros desafios urbanos no Brasil são a redução da cobertura vegetal das cidades e a presença de grandes áreas com esgoto a céu aberto e lixo (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013). O Observatório das Metrôpoles do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia mensurou, com base nos dados do Censo Demográfico de 2010, as condições ambientais urbanas das metrôpoles brasileiras e mostrou que o IBEU médio das condições ambientais urbanas para as regiões metropolitanas brasileiras ficou em 0,641. Novamente Belém apresentou o pior IBEU nessa modalidade, ficando com 0,034.

Souza (2004) assinala que o planejamento urbano é um processo por meio do qual se reúnem informações e técnicas capazes de definir projeções sobre cenários futuros, com base em diagnósticos da realidade atual. Ao se planejar é possível antecipar iminentes problemas e obstáculos com tendência a prejudicar a qualidade dos serviços oferecidos à sociedade. Para isso, é fundamental o monitoramento das ações e a avaliação do próprio planejamento, visando corrigir distorções. Para o autor:

[...] um bom planejamento aumenta as chances de as coisas darem certo. Abrir mão da tentativa de se antecipar aos problemas para evitá-los ou minimizar seus efeitos, ou tirar melhor proveito de certas coisas positivas que possam vir a ocorrer. (SOUZA, 2004, p.16).

Souza também defende que as cidades quando não se empenham em desenvolver o planejamento no âmbito da gestão urbana, anteriormente à execução das ações, tendem a crescer de forma desordenada, e quando é preciso fazer intervenções mediante novos projetos e obras urbanísticas, os transtornos são variados, como remanejamento de famílias, impedimento de trechos e o descontentamento de comunidades.

É oportuno lembrar que a função social da cidade é o ideário da Reforma Urbana. A cidade não é só o lócus do capital, mas o usufruto de seus serviços e benefícios pelos



cidadãos. Nesse sentido, a eficácia da gestão e do planejamento urbano está ligada à participação dos cidadãos na cidade, porque eles podem fornecer informações acerca dos problemas que merecem atenção prioritária e, ao mesmo tempo, exercer pressão e controle no processo de decisão.

Como enfatiza Lourenço (2003), a participação pública é essencial para a transparência do planejamento urbano. Nas sociedades desenvolvidas é comum se definir, primeiramente, a população-alvo para avançar nas propostas dos planos. Essa é uma forma de garantir o espaço democrático para aceitação ou crítica sobre o que se propõe no planejamento, antes de qualquer tentativa de alteração.

O planejamento como processo democrático envolve a sociedade na indicação das prioridades, possibilitando construir diretrizes, estratégias e linhas de ação focadas nas reais necessidades da população-alvo. Nessa perspectiva, o princípio da participação é o “norte” das tomadas de decisão. Entretanto, apesar de ser uma questão social, a participação das comunidades urbanas no Brasil ainda é limitada, seja porque não se criam canais para sua fruição, seja pelo fato da falta de politização da sociedade.

Na visão de Nogueira (2004), não pode haver controle social, participação, se a mentalidade política sem transparência continuar interferindo nos canais decisórios. É necessário que a sociedade esteja habilitada para assimilar a perspectiva de negociação e lutar por soluções políticas, fundamentadas em debates, embates e acordos, caso contrário esta sociedade se torna presa fácil, fragilizada ou até “deslegitimada”. A consequência é a fraca eficácia da gestão e do planejamento urbano.

A questão da competência das estruturas organizacionais abrange a carência de canais de participação, as decisões geralmente são tomadas sem consultar e ouvir as comunidades urbanas afetadas, o resultado são projetos urbanísticos desconexos com as necessidades prioritárias da população ou que acabam gerando impactos nocivos à qualidade de vida e ambiental no espaço urbano.

A importância da dimensão social no processo decisório é evidenciada por Ojima (2008, p.4) ao afirmar que: “O ambiente é hoje mais ‘social’ do que nunca”. A reestruturação do espaço urbano tende a gerar impactos no estilo de vida cotidiano, e a questão ambiental encontra-se inserida no contexto das mudanças verificadas na estrutura urbana, pois cresce a demanda e as tensões sociais pela qualidade de vida vinculada à proximidade dos artefatos ambientais.

3. A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE SOBRE A SUSTENTABILIDADE DO PROJETO PORTAL DA AMAZÔNIA



A sustentabilidade abrange as questões ambientais de um modo amplo, englobando as dimensões sociais, econômica, política, cultural, e segue ao pressuposto de envolver a coesão dessas dimensões (SAMPAIO, 2009).

Esse conceito encontra-se associado à ideia de desenvolvimento sustentável, e no espaço urbano as distintas dimensões encontram-se integradas, por exemplo, não se pode esperar que as paisagens naturais de uma cidade sejam preservadas sem a melhoria das condições de habitação, a redução do número de moradores de ruas e mendigos, a mudança na mentalidade das pessoas que pouco se importam com o meio ambiente.

O conceito de desenvolvimento sustentável abrange uma concepção de crescimento econômico associada ao controle ambiental, propondo mudanças na exploração dos recursos naturais, visando não só o atendimento das necessidades das gerações atuais, mas também as futuras. Contempla três eixos básicos: 1) a elevação da qualidade de vida e a qualidade social; 2) a eficiência e o crescimento econômicos; e 3) a conservação ambiental. No meio urbano, onde vive grande parte da população mundial, a sustentabilidade não pode ser pensada e praticada sem levar em conta essas distintas dimensões.

O Projeto Portal da Amazônia gerou uma série de impactos no ambiente urbano em suas distintas dimensões: social, econômica e ambiental, constituindo uma obra grandiosa de modificação urbana.

O desenvolvimento sustentável é a concepção de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social ancorado no princípio da sustentabilidade e nos ideais de mudança na mentalidade social em relação ao meio ambiente, compromisso com as gerações futuras, garantia de oportunidades sociais, solidariedade, compatibilidade entre crescimento, eficiência econômica, conservação ambiental e qualidade de vida social.

A sustentabilidade urbana vincula-se à qualidade de vida da população. Gomes e Soares (2014) explicam que a qualidade de vida no ambiente urbano é influenciada por vários fatores, como saneamento, o tratamento dado ao lixo, o grau da cobertura vegetal. A preocupação com essa qualidade é justificada porque as cidades avançam em crescimento e esse processo não é acompanhado no mesmo ritmo pelo planejamento, resultando em deterioração do espaço urbano.

Em consonância com o preceito constitucional, o Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257, de 2001) tutela um meio ambiente equilibrado nos municípios, o qual é necessário para o bem estar e a sadia qualidade de vida da população. É nessa perspectiva que o plano diretor contempla populações urbanas e rurais de um município. (SANTOS; MARTINS, 2012);



A comunidade em torno do Projeto Portal da Amazônia passou a conviver com uma nova dinâmica, representada pelo aumento no fluxo de visitantes, revitalização de áreas, alteração na paisagem, relocação de famílias, aumento da demanda para novos negócios formais e informais. Tais situações repercutiram na qualidade e sustentabilidade do ambiente urbano, ampliando as tensões entre as ações do Poder Público e os interesses da coletividade.

A percepção da população afetada confirma a afirmação acima quando aponta os prejuízos para a qualidade de vida e para a sustentabilidade do ambiente, derivados das mudanças nos diferentes aspectos de abrangência do Projeto. Para melhor compreensão esta percepção será mostrada em relação a cada um desses aspectos.

No que se refere às condições de mobilidade urbana, a pavimentação foi apontada como um aspecto positivo. Enquanto o trânsito dividiu as opiniões. Embora um dos eixos do projeto Portal da Amazônia seja a infraestrutura viária, e esteja prevista no Plano de Controle Ambiental de Obra (PCAO), a revitalização de uma importante avenida (Bernardo Sayão) a partir da sua ampliação em duas pistas, da implantação de faixa para estacionamento (ou baias de ônibus), de áreas de passeios com 2,00 m de largura para pedestres e de uma ciclovia, as pessoas ainda identificam problemas de sinalização, melhorias para o trânsito de pedestres, para o transporte coletivo para ciclistas. No Plano de Controle Ambiental da Obra, o sistema de sinalização está previsto desta forma:

Associada à concepção de geometria está prevista a implantação de nova sinalização para a Avenida Bernardo Sayão e para as demais vias urbanas transversais, com destaque para as ruas Caripunas e dos Timbiras. Esta sinalização será composta de dispositivos verticais (através da implantação de placas de regulamentação, de advertência, de orientação, de indicação e placas especiais, dentre outras) e horizontais (através de pinturas no pavimento de faixas, símbolos, dizeres e afixação de dispositivos auxiliares, como tachas e tachões). (PCAO, 2010, p.18).

Sobre o tema acessibilidade a percepção das pessoas indica insatisfação quanto à ampliação das vias e sobre a implantação de calçadas para deficientes. Mas, as opiniões se dividem quanto se trata do acesso para deficientes na orla e no seu entorno. Mesmo sem estar concluído o Projeto já provocou muita insatisfação na primeira fase de implantação, principalmente a respeito das calçadas para deficientes. A acessibilidade é um direito vinculado à qualidade de vida e, nas cidades, o acesso aos lugares públicos não pode ser restrito a pequenos grupos sociais e sim garantido a todos.

Quando se trata de segurança pública a percepção de insegurança alcançou quase a totalidade dos entrevistados, os quais afirmaram que a criminalidade não diminuiu e que há



pouco policiamento na área. E mesmo que na infraestrutura da obra estivesse previsto uma proposta direta de intervenção na segurança, com a construção de postos ou unidades policiais, acreditava-se que, em função da urbanização das vias, melhoraria a iluminação e muitos comércios se instalassem no local, aumentando a circulação das pessoas e, com isso a percepção da segurança aumentasse. Mas, isso não ocorreu, e o aumento da criminalidade se impõe como um fenômeno que prejudica a qualidade de vida porque gera pânico, estresse e favorece o surgimento de doenças psíquicas, neurológicas e cardíacas, como a síndrome do pânico, o nervosismo, a hipertensão.

Em termos de habitação as pessoas afirmaram que os imóveis foram desapropriados, mas a regularização fundiária não ocorreu e os padrões de habitação são considerados inadequados. Todavia acreditamos que ainda é cedo para se avaliar se o aspecto habitação não está sendo atendido satisfatoriamente, porque o objetivo principal do PROMABEN, nessa 1ª fase, utilizando a Sub-Bacia 01 da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova, era apenas remover as famílias instaladas em situação de risco, abrigadas nas margens e leitos dos canais de duas ruas (Quintino e Timbiras) para locais urbanizados em condições adequadas de moradia, reintegrando-as, em condições dignas à comunidade.

Para a área do estudo realizado, não se obteve dados sobre quantas famílias instaladas nas palafitas da beira do rio Guamá seriam beneficiadas. A única informação obtida foi que para as 224 (duzentos e vinte e quatro) famílias desapropriadas, na primeira fase, apenas 16 (dezesesseis) apartamentos foram construídos na orla, as demais famílias estão aguardando a continuidade do projeto Portal da Amazônia, e a cada dois meses recebem R\$ 900,00 (novecentos reais) para pagar aluguel.

Os dados do Relatório de Impacto Ambiental mostram que do total de 247 (duzentos e quarenta e sete) imóveis residenciais da Sub Bacia I, 76 eram de madeira, 71 mistos e 1 de taipa (barro), e 29,15% do total só possuía um cômodo. Para Carvalho (2012), a questão da habitação nas cidades amazônicas abrange a falta de regularização fundiária, e a implantação de novos projetos requer remanejamento de populações, os quais geralmente ocorrem acompanhados de descontentamentos, porque geram insegurança. As indenizações ou verbas destinadas a alugueis são insuficientes, as pessoas nem sempre aceitam ser deslocadas porque possuem vínculos com a vizinhança, mantêm identidade com o local onde residem.

Os aspectos, acima referidos foram percebidos, de forma negativa, por grande parcela das pessoas pesquisadas, isso indica que houve pouca atenção e, sobretudo, conhecimento acerca da dinâmica que envolve esses aspectos, elemento de fundamental importância para o desenvolvimento do planejamento urbano, cuja eficácia está em função da proximidade com as condições e necessidades locais.



A concepção e implementação de projetos urbanísticos de significativo impacto na vida de comunidades urbanas, a exemplo do Portal da Amazônia, deveriam envolver um longo período de tempo para o seu planejamento e execução, e também deveriam ser avaliados e monitorados para gerar os efeitos esperados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço do processo de urbanização em muitas cidades brasileiras não foi acompanhado por um planejamento urbano eficaz e capaz de acompanhar as mudanças e isso provocou um conjunto de problemas urbanos que se prolongam até os dias atuais.

Embora isso tenha sido uma característica da urbanização no Brasil, cada espaço urbano passou por transformações específicas, conforme as peculiaridades de seus processos de ocupações, geomorfologia, características regionais, tipo de economia, entre outros fatores.

A cidade de Belém é um exemplo desse tipo de urbanização. Surgiu à margem do rio, inicialmente, como uma área de defesa do território colonial e, posteriormente, se transformou em núcleo urbano com características urbanísticas “copiadas” dos modelos europeus, mais especificamente de Portugal, com ruas estreitas, sem arborização, com casas de paredes “coladas” umas às outras.

Posteriormente outras áreas do território foram ocupadas com características regionais como casas em madeira, cobertas de palha ou telha de barro, sem o devido ordenamento urbano. Esse processo ocorreu intensamente nas margens do Rio Guamá, onde foram sendo estabelecidos portos, residências e empresas, com o passar do tempo.

As experiências da formação do espaço urbano da cidade de Belém permitem concluir que o processo de urbanização é influenciado por vários fatores, associados às dimensões econômicas, sociais, culturais, demográficas e políticas, as quais compõem o conteúdo e a forma desse espaço, implicando em uma configuração espacial peculiar e com dinâmica própria, mas em sintonia com o desenvolvimento regional e nacional.

Na área de abrangência do Portal da Amazônia, já havia residências, pequenos comércios, uma comunidade estabelecida há décadas. Por isso, o planejamento urbano necessitou conhecer esse “contexto prévio” quando se propôs realizar a reabilitação urbana e ambiental da Bacia da Estrada Nova e o projeto Orla de Belém.

Embora não se tenha um conceito único de qualidade de vida, a pesquisa mostrou que qualidade de vida é um dos eixos do desenvolvimento sustentável, paradigma em evidência na atualidade, inclusive nas discussões atinentes ao planejamento urbano, e o projeto Portal da Amazônia se inspirou nessa perspectiva.



Compreende-se que a qualidade de vida é um conjunto de condicionantes capazes de satisfazer e proporcionar bem-estar a uma comunidade. Na implementação da primeira fase na Sub-Bacia 01 da Bacia da Estrada Nova do Projeto Portal da Amazônia, considerou-se a percepção da população atingida sobre os aspectos como mobilidade urbana, acessibilidade, segurança pública e habitação, pois acreditamos serem aspectos que representam a condição de qualidade de vida urbana, a qual possui uma estreita relação com as necessidades de uma determinada comunidade. E embora se tenha identificado percepções negativas por parte das pessoas pesquisadas, não se pode afirmar que as obras não estão contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população, porque as ações do projeto Portal da Amazônia ainda não foram concluídas.

Acreditamos que os subprogramas de Comunicação Social, de Participação Comunitária e de Educação Ambiental, previstos no Processo de Licenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova: Estudo de Impacto Ambiental (Tomo 02/03) devem ser aplicados com maior envolvimento da população afetada pelo Projeto Portal da Amazônia, inclusive pelas pessoas que já foram beneficiadas, visando mitigar a indiferença em relação a eles e melhorar as percepções.

Não se pode ignorar que a execução das obras de infraestrutura e de saneamento demandam tempo, recursos e atendimento de procedimentos burocráticos que muitas vezes não são compreendidos pela população. Daí a necessidade de um maior diálogo e esclarecimento por parte dos órgãos de planejamento envolvidos.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Francisco Antônio dos; ANJOS, Sara J. G. dos; OLIVEIRA, Josilene P. A abordagem sistêmica no processo de planejamento e gestão de territórios urbanos turísticos. **Revista Rosa dos Ventos**, jul-set, 2013.

CARVALHO, Guilherme, O Desafio Urbano Amazônico. In: SANTANA, Joana Valente; HOLANDA, Anna Carolina G.; MOURA, Aldebaran do Socorro Farias de Moura. **A Questão da Habitação em Municípios Periurbanos na Amazônia** Belém: Ed.ufpa, 2012

GOMES, Marcos A. Silvestre; SOARES, B. Ribeiro. **Reflexões sobre Qualidade Ambiental Urbana** (2014). Disponível em: www.cchla.ufpa.br/.../ArtigoAmbienteQualidadeAmbientaUrbana.pdf. Acesso em: 20 jul 2015

OJIMA, Ricardo. **Novos contornos de crescimento urbano brasileiro?** O conceito de UrbanSprawl e os desafios para o planejamento regional ambiental (2008). Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/234> Acesso em 28 out. 2014.



BELÉM. **Plano de Desenvolvimento Local Sustentável:** Levantamento preliminar da Bacia do UNA. Belém: Secretaria Municipal de Coordenação Geral de Planejamento e Gestão, 2003.

_____. **Plano de Controle Ambiental de Obra:** Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova (PCAO). Belém: Construtora Andrade Gutierrez S/A, 2010.

_____. Processo de Licenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova: **Estudo de Impacto Ambiental** (Tomo 02/03). Belém: PMB/Engesolo Engenharia, 2007.

_____. Processo de Licenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova: **Estudo de Impacto Ambiental** (Tomo 01/03). Belém: PMB/Engesolo Engenharia, 2007.

LOURENÇO, J. M. **Expansão Urbana:** gestão de planos-processo. Fundação Calouste Gulbenkian. 2003.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil.** São Paulo: Cortez, 2004.

RIBEIRO, Luiz César Q; RIBEIRO, Marcelo Gomes. IBEU. **Índice de Bem-Estar Urbano.** (2013). Disponível em: <www.eniopadilha.com.br/documentos/ibe_u_livro.pdf> Acesso em: 15 jul 2015.

SAMPAIO, Helder Viegas. **Economia urbana e seus desafios no Brasil.** São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, Luis Delfim; MARTINS, Isabel. **A qualidade de vida urbana:** o caso da cidade do Porto (2012). Disponível em: <wps.fep.up.pt/wps/wp116.pdf>. Acesso em: 22 jul 2015.

SOUZA, M. L.; RODRIGUES, G. B. **Planejamento Urbano e ativismos sociais.** São Paulo: UNESP, 2004.

WALTER, Clara Natalia S. **Planejamento Urbano e Mobilidade:** o desafio de relações mais democráticas no uso do espaço público (2013). Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4157/404>> Acesso em 20 ago 2015.



GT 07 – Cidades e transformações do urbano na América Latina

O PROJETO DE MACRODRENAGEM DA BACIA DO UNA EM BELÉM (PA): IMPACTOS NA HABITAÇÃO E NA QUALIDADE DE VIDA DE SUAS POPULAÇÕES

Rosiris Lopes Rodrigues Mendes (UNAMA)¹
rosirismendes2017@gmail.com

Rosália do Socorro da Silva Correa (UNAMA)²
rosallyaco@hotmail.com

Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares (UFPA)³
pedrosoares@hotmail.com

RESUMO

As encostas e o leito dos igarapés da cidade de Belém foram ocupadas historicamente por migrantes de baixa renda, dando origem às áreas de assentamento precário denominadas baixadas. Com o adensamento populacional e a escassez de serviços públicos nessas áreas, foram construídas as condições para o primeiro grande projeto urbano em uma das 14 bacias hidrográficas da região metropolitana de Belém. Na década de 1990 um convênio entre os Governos Estadual, Municipal e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) deu origem ao Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una (PMU), que interviu em três vertentes da urbanização: drenagem, saneamento e sistema viário. O projeto representou um investimento de aproximadamente 312 milhões de dólares e buscou beneficiar 20 bairros em quatro Distritos Administrativos de Belém. Este trabalho busca identificar e analisar os resultados da execução do PMU para a habitação e qualidade de vida no bairro da Pedreira – pertencente às sub-bacias I e IV do PMU – identificando as modificações no espaço urbano do referido bairro entre os anos de 2005 e 2016. Os dados da pesquisa preliminar tem mostrado que a falta de manutenção do sistema de macrodrenagem está reduzindo a capacidade de vazão e armazenamento de água dos canais que passam pela Pedreira e regiões vizinhas, provocando inundações e impactando moradias com prejuízos materiais, morais e na saúde pelo contato com águas contaminadas. Além disso, há obras que foram deixadas pendentes pelo PMU, o que também traz impactos significativos para a habitação e a qualidade de vida na área.

Palavras-chave: Grandes projetos urbanos; Bacia do Una; Habitação; Qualidade de vida; Inundações.

1. INTRODUÇÃO

¹ Arquiteta e Urbanista, Especialista em Planejamento Regional pela UFPA e Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano pela Universidade da Amazônia (UNAMA).

² Socióloga, Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Docente strictu sensu da Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano pela Universidade da Amazônia (UNAMA).

³ Antropólogo, Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Bolsista PNPd e Docente Visitante no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA).



Belém, a capital do Estado do Pará, possui uma população de 1.402,56 habitantes, área de 1059,40 km² e densidade demográfica de 1323,44 hab/km² (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE BELÉM, 2012). A cidade tem uma característica insular, possuindo 42 ilhas. Localizada na Região Norte do Brasil, é uma cidade amazônica nascida às margens do Rio Guamá e da Baía de Guajará. Nesta última deságuam os seguintes igarapés: Bacuri, Val-de-Cães, o furo do Maguari, que separa a ilha de Caratateua (Outeiro) do continente, bem com o Igarapé do Una, que dá nome à bacia hidrográfica em questão neste artigo (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE BELÉM, 2011). A figura 1 apresenta a localização de Belém no mapa brasileiro.

Figura 1 – A cidade de Belém e sua localização



Fonte: IBGE, 2010

Em termos de desenvolvimento humano, o último IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) registrado foi 0,746. (IBGE, 2013). Belém possui clima quente e úmido, coincidente com o clima de floresta tropical, permanentemente úmido, com ausência de estação fria e temperatura do mês menos quente acima de 18° C. Em Belém há uma



precipitação média anual que chega aos 2.834 mm e temperatura média de 25° C em fevereiro e 26° C no mês de novembro (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE BELÉM, 2011).

Belém tem sua topografia pouco variável e baixa, atingindo 25 metros na Ilha de Mosqueiro, ponto de altitude máxima. Na área urbana da cidade de Belém, grandes áreas estão abaixo da cota de 4 metros, sofrendo influência das marés altas e tendo dificuldade no escoamento nas águas da chuva. São as chamadas “baixadas de Belém” (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE BELÉM, 2011, p.14).

Com o processo de migração iniciada na década de 1970, a população que veio do campo, sem alternativa de moradia, vê-se obrigada a construir suas residências em áreas insalubres, à beira dos canais, que muitas vezes são mais próximas ao centro da cidade, como foi o caso de uma parcela de moradores do bairro da Pedreira, que preferiram morar às margens do Canal do Galo, pois estavam há 15 minutos do centro da cidade e do Ver-O-Peso, onde trabalhavam e comercializavam alguns produtos para a sua sobrevivência.

Segundo Abelém (1988), como a população pobre não pode morar nas áreas altas pelos custos da terra, eles preferiram optar pela moradia precária em áreas não propícias, mas em boa localização. Essa forma irregular era a única alternativa que a população do campo tinha como habitação. Nesses espaços, criavam os seus filhos, ampliavam as suas relações sociais e construíam uma rede de, amizade, vizinhança e parentesco baseado em afinidade.

No entanto, como destaca Abelém:

Com a corrida do campo para a cidade, e de cidades menores para a capital, além da pressão exercida pela população nativa sem condições econômicas, o problema habitacional se agrava, as áreas alagadas de Belém “as baixadas” vão se transformando em enormes favelas (ABELÉM, 1988, p.39)

Com o passar do tempo, a cidade cresceu, a urbanização se expandiu, e as matas ao redor dos canais foram sendo cortadas, destruídas e foram criadas ruelas, que nada mais eram que caminhos tortuosos para serem percorridos pelos moradores, entrecortando ruas, travessas e proliferando Vilas e Passagens, em uma urbanização sem o controle do poder público, porém seguindo as lógicas dos usos do espaço pelos ocupantes desses territórios. Foram se criando em Belém as chamadas baixadas, com seus assentamentos precários e o adensamento domiciliar que se amplia cada vez mais, à medida que novas famílias vão se constituindo.

2. O PROJETO DE MACRODRENAGEM DA BACIA DO UMA (PMU)

Na década de 1990 um convênio entre os Governos Estadual, Municipal e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) deu origem ao Projeto de Macrodrenagem da



Bacia do Una – conhecido como PMU – que interviu em três vertentes da urbanização: drenagem, saneamento e sistema viário. O referido projeto representou um investimento de aproximadamente 312 milhões de dólares e teve como objetivo beneficiar 20 bairros em quatro Distritos Administrativos de Belém (DASAC, DAENT, DABEN e DABEL). Aqui damos destaque ao bairro da Pedreira, que pertence às sub-bacias I e IV do PMU e que hoje experimenta impactos do referido projeto.

Figura 02 - Principais Bacias Hidrográficas de Belém, ressaltando a do UNA, onde aconteceu o PMU.



Fonte: SILVA, Andressa Macêdo e. **Gestão de conflitos pelo uso da água em bacias hidrográficas urbanas.** Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Pará, 2003. p. 24.

O PMU foi uma iniciativa do governo estadual, com a parceria da Prefeitura, para ser realizado em diferentes bairros que compõem a Bacia Hidrográfica do Una, a qual se dividiu durante a execução do projeto em 7 (sete) sub-bacias⁴. Para Silva (2004), o PMU foi um importante marco na reforma urbana no Estado e sua intervenção foi em 21% da área continental da cidade e 7,2% da área total de Belém. Teve como meta a melhoria da

⁴ Sub-Bacia I (Canais Boaventura da Silva, 03 de Maio e Antônio Baena); Sub-Bacia II (Canal); Sub-Bacia V (Canais São Joaquim); Sub-Bacia VI (Canais Água Cristal); Sub-Bacia VII (Canais São Joaquim, NovaVisconde de Inhaúma); Sub-Bacia III (Canal Pirajá); Sub-Bacia IV (Canais: Galo, Jacaré, Una, Rosa Lemos e Soares Carneiro Marambaia e Bengui).



qualidade de vida de 120 mil famílias em um total de 600 mil pessoas (PARÁ, 2002). Conforme Silva (2004), o PMU fazia parte do Programa de Recuperação das Baixadas de Belém através de sistema viário, sistema de esgotamento sanitário, inclusão de redes de macro e microdrenagens, e teve sua execução com a integração das seguintes atividades: 1) Instalação de medidores de água (hidrômetros); 2) Aquisição de equipamentos para coleta e disposição de resíduos sólidos (incluindo estações de limpeza e transferência dos mesmos); 3) Equipamento para operação e manutenção dos sistemas de drenagem e para a coleta do lodo proveniente das fossas sépticas; 4) Plano de reassentamento abordando a transferência de aproximadamente 4.824 famílias residentes na área de interferência com as obras de retificação e alargamento dos canais e da malha viária, entre as quais cerca de 2.780 famílias foram remanejadas para 19 lotes localizados no DASAC (Distrito Administrativo da Sacramento), principalmente no CRPP (Conjunto Residencial Paraíso dos Pássaros), e outras áreas menores de reassentamento como a da Rua Antonio Everdosa com a Travessa Timbó, a da Avenida Pedro Miranda com a Travessa Curuzu, além da Passagem Anchieta (BRASIL, 2004)

Figura 03 – Visão do Canal da Visconde de Inhaúma, Bairro da Pedreira, Sub-bacia I do Projeto Una, após o PMU, em 2016.





Fonte: SOARES, Pedro Paulo de Miranda Araújo. **Memória Ambiental na Bacia do Una: Estudo antropológico sobre transformações urbanas e políticas públicas de saneamento em Belém (PA).** Tese de Doutorado, 278 f.-Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016

Ainda conforme o documento "Informações gerais" emitido pela Companhia de Saneamento (2006) sobre o PMU, os objetivos do Projeto Una eram os de implantar um amplo sistema de macrodrenagem composto por canais, galerias subterrâneas e comportas que permitisse o escoamento das águas das chuvas e que protegesse as áreas mais baixas da ação das marés. Além disso, o PMU também foi um projeto de urbanização de *baixadas* na medida em que aterrou e incorporou áreas alagadas à malha urbana regular, além de instalar equipamentos de abastecimento de água e coleta de esgoto onde antes estes eram inexistentes (COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ, 2006).

A proposta de elaboração do PMU, entretanto, já existia desde a década de 1970, quando o Projeto foi incluído no "Programa de Recuperação das Baixadas de Belém", conforme Abelém (1988, p.43), que escreve:

Em 1973, com a finalidade de dar prosseguimento aos trabalhos de saneamento da cidade de Belém, foi firmado convênio entre o DNOS, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Governo do Estado do Pará, cujo ponto crucial era a recuperação das áreas de baixadas.

Inicialmente as residências de famílias de baixa renda eram construídas com madeira de má qualidade, sobre os canais ou às margens desses, a exemplo do bairro da Pedreira e, em particular, a área do Acampamento que é uma área com características de bairro, localizada no bairro da Pedreira e Telégrafo. Esse estilo de moradia influenciava na qualidade de vida de seus moradores, pois habitavam em ambientes insalubres, sobre palafitas e conviviam com os dejetos que eram jogados *in natura* nos canais e igarapés. A respeito dessa situação, Abelém (1988) comenta:

A população de menor renda passou a se localizar em moradias que se assentavam diretamente sobre a argila (recoberta de camada de aterro



geralmente insuficientes) ou se dispõem suspensas por estacas (palafitas) em terrenos encharcados permanentemente para onde se drena parte dos esgotos das áreas mais altas. Durante os sete meses do período chuvoso, o índice pluviométrico supera 2.300mm agravando mais ainda a situação da população habitante dessas áreas. O caminhar das ruas do sítio urbanizado esbarra em imensos alagados e quando prossegue (sobre eles) se faz através das chamadas estivas de madeira (quase sempre em estado precário), tornando o problema sério, por não haver desnível nos terrenos para esgotamento das águas. (p.38).

As características referidas pela autora eram identificadas nos bairros periféricos da cidade de Belém, sobretudo na Bacia do Una e em áreas do Bairro da Pedreira anteriormente à intervenção urbanística. Este cenário foi consideravelmente mudado após declarada a conclusão do PMU, sobretudo tendo em vista o alto investimento em políticas públicas de vias, drenagem, e saneamento que foi feito nessas áreas.

No entanto, as expectativas criadas pelo Projeto Una foram frustradas apenas alguns meses após sua conclusão. No inverno de 2005 uma grande chuva de abateu sobre a cidade e o recém-implantado sistema de macrodrenagem não foi capaz de armazenar a água da chuva, o que resultou em inundações em vários pontos da Bacia do Una. O objetivo de solucionar o problema das inundações evidentemente não havia sido alcançado. Os alagamentos e inundações se repetiram nos anos subseqüentes, continuando a fazer parte do cotidiano dos habitantes das áreas baixas da cidade. Além disso, a falta da criação de ETEs (Estações de Tratamento de Esgoto) pela COSANPA, conforme demonstrou relatório de uma Comissão Temporária Externa da Assembléia Legislativa do Estado do Pará (2013), tem contribuído para a progressiva poluição dos canais da Bacia do Una com esgotamento sanitário despejado nas águas dos canais que retornam para dentro das residências durante inundações. Adiante, o presente trabalho tratará destes impactos do PMU nos quesitos habitação e qualidade de vida da população do Bairro da Pedreira.

3. IMPACTOS DO PMU NO BAIRRO DA PEDREIRA

O Bairro da Pedreira faz parte da Primeira Légua Patrimonial da cidade, possui uma população estimada em 69.608 habitantes (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE BELÉM, 2011, p.07), com extensão territorial de aproximadamente 3.683.443,68 m² e densidade de 18.812 hab/km² (IBGE, 2010). A ocupação do bairro iniciou, no século XIX e ocorreu pelas camadas mais populares que gradativamente foram perdendo espaços nas áreas centrais da cidade e se deslocando para a periferia quando surgiram os primeiros caminhos onde havia muitos igarapés e outros cursos d'água. Tais espaços não ofereciam condições mínimas de moradia, pois eram áreas alagadas. Ainda assim, as populações que se dirigiram a estas áreas se adaptaram aos regimes sazonais de chuvas e marés, adensando cada vez mais o território.



A Pedreira como é conhecido o bairro, possui um sub-centro de negócios e serviços com agências bancárias, feira, mercado e diversas lojas (material de construção, confecções, variedades, etc.), um Centro de Saúde Pública, uma delegacia, diversas igrejas (várias congregações e religiões) que atendem o público do bairro e adjacências, contribuindo para evitar o deslocamento diário para o centro comercial principal da cidade. A Pedreira é um dos 20 bairros que compõem a Bacia do Una e está presente nas sub-bacias I e IV do PMU. O bairro é entrecortado pelos Canais do Galo, Pirajá, Visconde e Antonio Baena. Em todos estes canais se observa, em maior ou em menor intensidade, a ocorrência de alagamentos pelo transbordamento destes cursos d'água.

A partir de 2005, depois de declarada a conclusão do Projeto Una, estas áreas passaram a ser prejudicadas pelas chuvas intensas do inverno. Uma das áreas onde se observou maior ocorrência de inundações foi a divisa entre as sub-bacias I e IV, mais especificamente na área da Pedreira que é limítrofe com os Bairros do Telégrafo, Umarizal e Fátima. Nesta área o Canal do Galo é formado pela confluência de dois outros canais, o Canal da 3 de maio e o Canal Antônio Baena. Nos períodos de chuva as áreas das margens do Canal do Galo são as mais afetadas, sobretudo a Avenida Pedro Miranda – a principal via do Bairro da Pedreira – a Vila Maria de Fátima, situada na Avenida Pedro Miranda entre as Travessas Antônio Baena e Curuzu, a Alameda da Conquista e a Vila Freitas, ambas situadas na Travessa Antônio Baena entre as Avenidas Pedro Miranda e Marquês de Herval. As figuras 4, 5, 6 e demonstram as conseqüências das inundações para a habitação e qualidade de vida dos moradores do Bairro da Pedreira:

Na figura 4 temos a casa nº 05 da Vila Freitas no ano de 2005 com água até sua janela, enquanto que a figura 5 mostra um morador da Alameda da Conquista em 2013 medindo o nível da água com o próprio corpo:

Figura 4 - Inundação causada pelo transbordamento do canal do Galo em 2005 na Vila Freitas, Casa Nº 05 localizada na Travessa Antonio Baena entre as Avenida Pedro Miranda e Marquês de Herval, Bairro da Pedreira, Sub-Bacia I do Projeto Una.



Fonte: Acervo da Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una – FMPBU

Figura 5 - Inundação causada pelo transbordamento do Canal do Galo em 2013 na Alameda da Conquista localizada na Travessa Antonio Baena entre as Avenidas Marquês de Herval e Pedro Miranda, Bairro da Pedreira, Sub-Bacia I do Projeto Una.



Fonte: Acervo da Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una – FMPBU

A figura 6 mostra as imediações da Avenida Pedro Miranda, mais especificamente a Vila Maria de Fátima, há menos de vinte metros das margens do Canal do Galo, após uma grande chuva que se abateu sobre Belém em 2013.

Figura 6 - Transbordamento do Canal do Galo no Bairro da Pedreira - Vila Maria de Fátima, localizada na Avenida Pedro Miranda entre as Travessas Curuzu e Antonio Baena, Sub-Bacia IV, Pedreira.



Fonte: Acervo da Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una – FMPBU.

Na figura 7, por sua vez se percebe os transtornos causados pelas inundações, quando os Canais transbordam. Esta foto foi tirada às margens do Canal do Galo em 2016, na Sub-bacia I, onde está situado o estacionamento da Universidade da Amazônia (UNAMA), situado entre os Bairros do Umarizal e da Pedreira.

Figura 7 - Inundação por transbordamento do Canal do Galo na Travessa Antônio Baena entre Avenidas Pedro Miranda e Marquês de Herval, sub-bacia I do Projeto Una, em 2016.



Fonte: Acervo da Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una – FMPBU.

Barbosa (2008) afirma que o espaço urbano da capital paraense é composto por largos cursos d'água que acabam contribuindo para a configuração de áreas consideradas fisicamente como altas e baixas. Nas áreas mais baixas é que se localizam as habitações das famílias de menor poder aquisitivo, pois nas cidades a divisão do uso do solo para a produção do espaço urbano obedece a política da segregação socioespacial. O Projeto Una foi pensado justamente para resolver este déficit histórico de infraestrutura nestas áreas baixas, úmidas e ocupadas por populações de baixa renda na capital paraense.

No entanto, há uma série de atores da sociedade civil organizada, da academia e do poder legislativo estadual indicando que não há manutenção na rede de macrodrenagem desde o ano de 2005 e mesmo antes, uma vez que o sistema de macrodrenagem entregue à população em 2004 já contava com um passivo de assoreamentos e vegetação, conforme aparece na figura 8, datada de 2005. Entre os documentos que afirma a falta de manutenção do sistema de macrodrenagem da Bacia do Una por parte da Prefeitura Municipal de Belém como a principal causa das inundações por transbordamento de canais, está um relatório de uma comissão formada por parlamentares da Assembléia Legislativa do Estado (COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO DA BACIA DO UNA, 2013), uma tese de doutorado (SOARES, 2016), e um relatório entregue à Corte Interamericana dos Direitos Humanos (PROGRAMA DE APOIO À REFORMA URBANA, 2017).

De um modo geral, argumenta-se que os alagamentos e inundações na Bacia do Una não são eventos causados meramente pelas forças da natureza, mas são o resultado



cumulativo da escolha de modelos de drenagem inapropriados para a região Amazônia, da falta de participação popular no PMU e do abandono das obras após a conclusão das mesmas. Além disso, ainda há obras deixadas pendentes pelo Projeto Una como canais que não sofreram intervenção (a exemplo do Canal Antônia Nunes – sub-bacia I – e do Canal das Malvinas – Sub-bacia IV) e ruas sem terraplenagem, asfaltamento e drenagem superficial. A não realização dessas obras também tem comprometido a funcionalidade do sistema de macrodrenagem implantado pelo Projeto Una (SOARES, 2016).

Figura 8: Assoreamento e vegetação no Canal Antônio Baena, entre os Bairros da Pedreira e de Fátima, sub-bacia I do Projeto Una, em 2005



Fonte: Acervo da Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una – FMPBU

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PMU foi desenvolvido no período de 1993 a 2004 e até o momento presente, em algumas áreas, a população solicita interferência do Ministério Público para o cumprimento das etapas previstas na agenda do Projeto, etapas estas relativas a manutenção da rede pluvial dos bairros que compõem o complexo do Una, assim como também a complementação das obras que não foram concluídas (SOARES, 2016).

Apesar da inação do Poder Público Executivo a nível Estadual e Municipal, bem como do Poder Judiciário e do Ministério Público Estadual, a situação da Bacia do Una tem



engendrado questionamentos e resistências. Os problemas dos alagamentos na cidade de Belém incentivaram a criação da Frente de Moradores Prejudicados da Bacia do Una (FMPBU) em 2011. Trata-se de um Movimento Social Urbano formado por moradores que sofreram inúmeros prejuízos às suas habitações causados não apenas pelo transbordamento dos canais, mas também pela ausência de sistema de esgotamento sanitário e de microdrenagem⁵ em seus logradouros.

Segundo o Manual de Operação e no Manual de Manutenção da Drenagem, Vias e Obras de Artes Especiais da Bacia do Una (2002), nos termos do Convênio criado entre o Governo do Estado, Prefeitura de Belém e o BID, dez anos após o término do PMBU deveria ser elaborado um relatório de todas as obras e ações do projeto para ser entregue aos partícipes do Convênio, o que não aconteceu e os motivos dos problemas surgidos até o momento não foram explicados.

A pesquisa constatou que as inundações têm sido causadas, em grande parte, pela falta de manutenção do conjunto de obras do PMU. A falta de manutenção tem reduzido a capacidade de vazão e armazenamento de água dos canais da região, impactando moradias com prejuízos materiais, morais e na saúde pelo contato com águas contaminadas. As falhas nas estruturas políticas e organizacionais do Projeto Una – ao invés das características naturais da cidade de Belém – são apontadas como o fator preponderante na falta de manutenção do sistema de macrodrenagem implementado pelo Projeto Una, o que tem tido como consequência alagamentos e inundações que impactaram de forma severa a habitação e a qualidade de vida das populações da Bacia do Una.

REFERÊNCIAS

ABELÉM, A. G. **Urbanização e Remoção: Porque e para quem?**– NAEA UFPA, EDUFPA, Belém, 1988.

BRASIL, Syane Cristina. **Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una e índice de qualidade de vida de seus moradores**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil. UFPA, 2004.

COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO DA BACIA DO UNA. Assembleia Legislativa do Pará. **Relatório Final**. Belém, 2013.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE BELÉM, disponível em www.belem.pa.gov.br/app/ANUARIO_2011/1_01_Caracterizacao. Acesso em 21. mai. 2017.

BARBOSA, R. F. **Impacto social e sua relação com o projeto de Políticas públicas em áreas alagadas de Belém: um estudo de caso**. IV Encontro Nacional da ANPPAS. Brasília-DF. 2008.

⁵ Trata-se da drenagem superficial ou pluvial, distinta da rede de esgotamento sanitária, sendo composta pelos meio-fios, canaletas, bueiros e bocas de lobo, de modo a direcionar as águas da chuva e as águas de consumo doméstico (pias, torneiras e chuveiros) para os canais ou galerias subterrâneas.



COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ. Governo do Estado do Pará **Manual de Operação e Manutenção da Drenagem, Vias e Obras de Artes Especiais da Bacia do Una** – volume II, maio, 2002.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ. Governo do Estado do Pará. **Informações gerais sobre o Projeto Una**. Belém, 2006.

PARÁ, Assembléia Legislativa do Estado do. **Comissão de Representação da Bacia do Una - Relatório Final**. Belém, 2013.

PARÁ, Governo do Estado do. **Manual de Operação e Manutenção de Drenagem, Vias e Obras de Artes Especiais da Bacia do Una** – Volume I. Belém, 2002.

PARÁ, Governo do Estado do. **Manual de Operação e Manutenção de Drenagem, Vias e Obras de Artes Especiais da Bacia do Una** – Volume II. Belém, 2002.

PROGRAMA DE APOIO Á REFORMA URBANA. **Relatório-denúncia à Corte Interamericana dos Direitos Humanos**. Belém, 2017.

SILVA, Andressa Macêdo e. **Gestão de conflitos pelo uso da água em bacias hidrográficas urbanas**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Pará, 2003.

SILVA, Kleber Roberto Matos da. **A implantação de Obras civis e de saneamento na Bacia do Una em Belém do Pará, e as condicionantes relacionadas às características geológicas e geotécnicas.2004,(s.n)**.Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Pará, Belém-Pará.

SOARES, Pedro Paulo de Miranda Araújo. **Memória Ambiental na Bacia doUna: Estudo antropológico sobre transformações urbanas e políticas públicas de saneamento em Belém (PA)**.Tese de Doutorado,278 f.-Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,. Porto Alegre, 2016



GT 07- Cidades e Transformações do Urbano na América Latina

TRANSFORMAÇÃO RECENTE DO ESPAÇO URBANO: PLANOS E USOS NA ORLA DE BELÉM/PA

Camilla Souza Barbosa (UFPA)¹
barbosacamilla@hotmail.com

RESUMO

O artigo reflete sobre a transformação que vem ocorrendo na orla de Belém do Pará, situada ao Norte do Brasil, nas últimas décadas. Ao longo do desenvolvimento da urbanização da cidade, o espaço urbano da orla tornou-se relevante em função das atividades econômicas que se desenvolviam nas margens dos principais cursos d'água de Belém (Rio Guamá e Baía do Guajará), de modo que a orla adotou uma multiplicidade de usos, como comercial e industrial. Contudo, atualmente a orla passa por uma transformação com a implementação de intervenções urbanas voltadas apenas ao uso de amenidades e lazer, de modo que o perfil historicamente consolidado neste espaço é deixado em favor de ações voltadas a economia da cultura, em que a cidade passa a ser compreendida como uma mercadoria dentro de uma lógica empresarial. O crescimento do mercado turístico é um dos principais objetivos deste posicionamento estratégico adotado pelo poder público, em que a consequência mais impactante no espaço urbano da cidade foram os equipamentos criados em parceria público-privada na orla, como a Estação das Docas (um *waterfront*), o Parque Mangal das Garças (com apelo ambiental, dotado de alguma fauna e flora nativas) e o Portal da Amazônia (um misto de parque linear e calçadão de beira-rio). Portanto, este artigo pretende uma discussão sobre a recente reestruturação da orla, utilizando a documentação dos planos voltados à área, para entender a visão do poder público, e a caracterização dos usos do solo, em face de entender a apropriação do espaço pela população.

Palavras-chave: orla, intervenção, uso, espaço urbano.

1. INTRODUÇÃO

Em um primeiro momento na formação da cidade, a água em Belém representava a defesa do território recém ocupado, porém o processo que envolvia a importação e exportação de produtos foi o responsável por grande parte do desenvolvimento da cidade ao longo dos séculos.

Ao decorrer do tempo, a complexidade do relacionamento entre a organização socioeconômica e os cursos d'água pontuou diversas dinâmicas no espaço urbano de Belém, como durante o século XVII em que o ancoradouro utilizado foi transferido da margem esquerda para a direita em função da propagação de ruas deste lado do Igarapé, enquanto que no século XVIII era possível caracterizar Belém como uma

¹ Mestranda, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFPA, Brasil



hinterlândia, em que o desenvolvimento da função comercial ocasionou a abertura da Amazônia para ir além das drogas do sertão, incentivando o surgimento de lavouras (cacau, café, arroz) pelo vale do Guamá e outras comunidades na área rural (PENTEADO, 1968).

A caracterização de uma hinterland em Belém ocorreu pelo expressivo crescimento das trocas comerciais na área a partir do século XVIII, o que fez com que os terrenos nas áreas da orla fossem disputados principalmente pelas iniciativas privadas (PENTEADO, 1973). A partir disso, no final do século XIX, de acordo com Borges (2010), o poder público aforou os terrenos da baixada de Belém a um grupo distinto de pessoas, concedendo diversos pedidos de aforamentos dos terrenos de marinha pelos proprietários de portos e estâncias. Houve uma preocupação institucional do governo com a privatização maciça das margens da cidade (PENTEADO, 1973), e foi o que acabou por ocorrer, uma vez que atualmente há a predominância de usos industriais e comerciais neste espaço (BELÉM, 2000).

O início do século XX foi marcado pela inauguração do porto de Belém, operado pela companhia Port of Pará, através de investimentos provenientes da economia da borracha. O porto se situa entre os atuais bairros do Reduto e da Campina, às margens da Baía do Guajará, no recém construído Boulevard Castilhos França. Entretanto as suas operações foram encerradas, naqueles moldes administrativos em 1940, após uma série de problemas a coordenação do porto foi retirada da Port of Pará, uma companhia privada com concessão pública, e passou a ser realizada pelas autoridades brasileiras sob outra denominação, gênese do atual modelo regulado por autoridades portuárias (PENTEADO, 1973).

A relevância do processo de desenvolvimento portuário e econômico que ocorreu na orla de Belém foi responsável por influenciar na sua urbanização. Notamos esta característica pela notoriedade da orla sobre a configuração espacial da cidade, em que as áreas centrais, com predomínio das atividades comerciais e serviços, encontram-se situadas nas proximidades das margens dos cursos d'água (TRINDADE JR; AMARAL, 2006).

2. ECONOMIA DA CULTURA E A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A percepção do espaço pelos indivíduos que o integram resulta na construção de diversas paisagens, de acordo com a significação deste espaço para os que o



ocupam, e que por sua vez surge pelas associações mentais criadas por cada um destes indivíduos (MENIG, 2002). Sendo assim, a orla de Belém condiz a uma paisagem socialmente construída, que corresponde à realidade e cultura dos que a construíram, o que pode representar um importante meio para compreender a sociedade que participou da construção da sua significação (COSGROVE, 2002).

A evolução urbana do espaço compreendido pela orla da cidade condiz com a construção material e social realizada pelos grupos sociais que o vivenciam em seu cotidiano (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008). Para Lefebvre (2008), a produção do espaço social ocorre pela relação indissociável do cotidiano e urbano, as práticas sociais tomam forma no espaço à medida que há espaço produzido pelas mesmas. A variável que compõe esta complexa relação é a do tempo, este contém a capacidade de situar o espaço de acordo com as transformações produzidas.

Nas últimas décadas foi notada uma mudança na dinâmica socioespacial existente na orla devido ao intuito do Estado em aumentar o mercado turístico em Belém, transformando determinados espaços de acordo com os usos da chamada economia da cultura. De modo que houve a construção de equipamentos públicos no espaço urbano da orla de Belém que são voltados ao consumo e cultura para as camadas médias, como o Portal da Amazônia, a Estação das Docas e o Parque Mangal das Garças. Esta aplicação de medidas de incentivo turístico e de criação de novos equipamentos, dentro da concepção do chamado planejamento estratégico de cidades, teria como fundamento o soerguimento econômico.

As medidas tomadas pelo poder público se referem a um posicionamento estratégico para impulsionar a economia e o turismo, por meio de revitalização urbanística do espaço compreendido pelas margens da cidade que, por muitas vezes, apenas fortalecem o caráter seletivo do espaço. Este posicionamento condiz com o que Harvey (1996) denomina de “empresariamento urbano”, em que as cidades adotam um comportamento empresarial em sua gestão urbana através de parcerias entre a esfera pública e privada. Atualmente a cidade de Belém adota um posicionamento estratégico a fim de aumentar a perspectiva do turismo, de acordo a perspectiva de Vainer (2002) podemos indicar que a cidade é transformada em mercadoria para então ser inserida no mercado de cidades voltadas ao turismo que é existente no país.

E, para que compreendamos a ação do Estado no espaço urbano, é necessário entender o que foi planejado para a cidade e o que foi resultado a partir disso. Sendo assim, primeiramente vamos percorrer parte da documentação de planos



da cidade de Belém do Pará, para depois visualizarmos a apropriação do espaço a partir dos usos de solo presentes na orla.

3. PLANOS E USOS

A elaboração do Plano Diretor do município de Belém de 1993 (BELÉM, 1993) representa o início da nova perspectiva do Estado sobre como instituir o planejamento e gestão da cidade, dentro dos marcos da política urbana previstos na Constituição Federal de 1988. As diretrizes do Plano constroem uma forte associação da orla com o turismo da cidade, assim como propõe um “resgate” das raízes ribeirinhas da população belenense. O modo como este Plano Diretor congregou estas características foi com a proposta de criar “janelas para o rio”, através da construção de equipamentos públicos voltados ao uso do lazer (BELÉM, 1993).

O fomento ao turismo é o principal cenário trabalhado pelo Plano para a orla de Belém; o Artigo 25 prevê a elaboração de medidas a diferentes prazos, com o intuito de beneficiar o aproveitamento turístico desta área da cidade a partir da criação de novos postos voltados ao atendimento aos turistas e da realização de melhorias em áreas de interesse turístico. É demonstrado também o interesse na divulgação da cidade a partir da necessidade de uma “assessoria de ‘marketing’ e programas de divulgação de atrativos turísticos locais” (BELÉM, 1993).

No ano 2000 houve a elaboração do Plano de Reestruturação da Orla de Belém (PRO-Belém) cujo enfoque principal é o resgate dos espaços ociosos ao longo da orla continental de Belém (BELÉM, 2000). O PRO-Belém apresenta propostas de intervenções pontuais que proporcionem o maior acesso da população ao rio, uma vez que o espaço urbano das margens da cidade apresenta historicamente usos privados, muitas vezes relacionados ao uso comercial e industrial.

A idealização do Plano é fomentar o turismo através de melhorias na orla continental de Belém, a principal proposta do PRÓ-Belém é mudar a realidade da orla continental belenense com intervenções pontuais realizadas pelo poder público a fim de resgatar espaços ociosos e revitalizar áreas, denotando maior destaque aos cursos d’água na cidade (BELÉM, 2000).

Após quinze anos do primeiro Plano Diretor houve a elaboração do Plano mais recente da cidade de Belém, o Plano Diretor do Município de Belém de 2008 (BELÉM, 2008) que visa o desenvolvimento das atividades econômicas através de gestão



democrática, em que há a participação da população conforme o Estatuto da Cidade. Há o interesse em desenvolver programas que incentivem o turismo nas ilhas da RMB, assim como promover o turismo ecológico nas áreas de proteção da Macrozona do Ambiente Natural (MZAN). Assim como é expressado a intenção de recuperar urbanisticamente as orlas urbanizadas da Região Metropolitana de Belém, enquanto as com urbanização incipiente ou não urbanizadas são designadas como zona de interesse ambiental.

Em 2011 houve a divulgação do Plano Estratégico de Turismo Ver-o-Pará, elaborado pelo governo estadual com o interesse em definir o Estado do Pará como um produto no mercado do turismo, tornando-o o principal destino turístico do Norte do país através de medidas sustentáveis, com valorização da originalidade da cultura paraense e de acordo com a identidade turística (PARÁ, 2014).

O Plano Ver-o-Pará foi elaborado como um instrumento de ação voltado ao desenvolvimento sustentável e equilibrado do turismo (PARÁ, 2014), com ênfase no conceito “obra-prima da Amazônia” que é a marca turística adotada pelo plano e que aliado aos novos equipamentos mencionados anteriormente remete à criação de uma nova imagem para Belém (TRINDADE JR.; AMARAL, 2006). Dessa maneira visualizamos como a cidade é inserida em um mercado competitivo de cidades turísticas e como ela passa a ser compreendida como uma mercadoria que possui estratégias de mercado e a população de classe alta como público consumidor (VAINER, 2002).

Contudo, além de analisar os planos, é necessário visualizar as dinâmicas socioespaciais a partir dos usos do solo no espaço urbano da orla. Para tal, utilizamos duas pesquisas apresenta um levantamento dos usos nas margens da cidade, a setorização feita pelo Pro-Belém (2000) e a realizada por Trindade Jr, Santos e Ravena (2005).

A setorização realizada pelo PRO-Belém define oito setores na faixa de orla continental de Belém, as diretrizes e políticas de desenvolvimento ilustradas pelo Plano indicam seguem a problemática da distribuição dos usos do solo, em que não há uma lógica de ocupação. A delimitação da área de estudo não inclui a orla da região insular em função da orla continental ser reconhecida pelo PRÓ-Belém com elevado grau de degradação ambiental, apresentando-se também integralmente ocupada de modo inadequado (BELÉM, 2000).



SETOR	ÁREA (%)	USO
01	18,9	Comércio, Indústria, Serviços
02	3,6	Indústria, Habitação
03	4,6	Centro Histórico
04	8,5	Comércio, Turismo
05	9,6	Indústria, Comércio, Habitação
06	17,8	Áreas institucionais, Habitação
07	24,9	Indústria
08	12,1	Indústria, Habitação

Tabela 1: Características dos setores do PRÓ-Belem. Fonte: Belém, 2000.

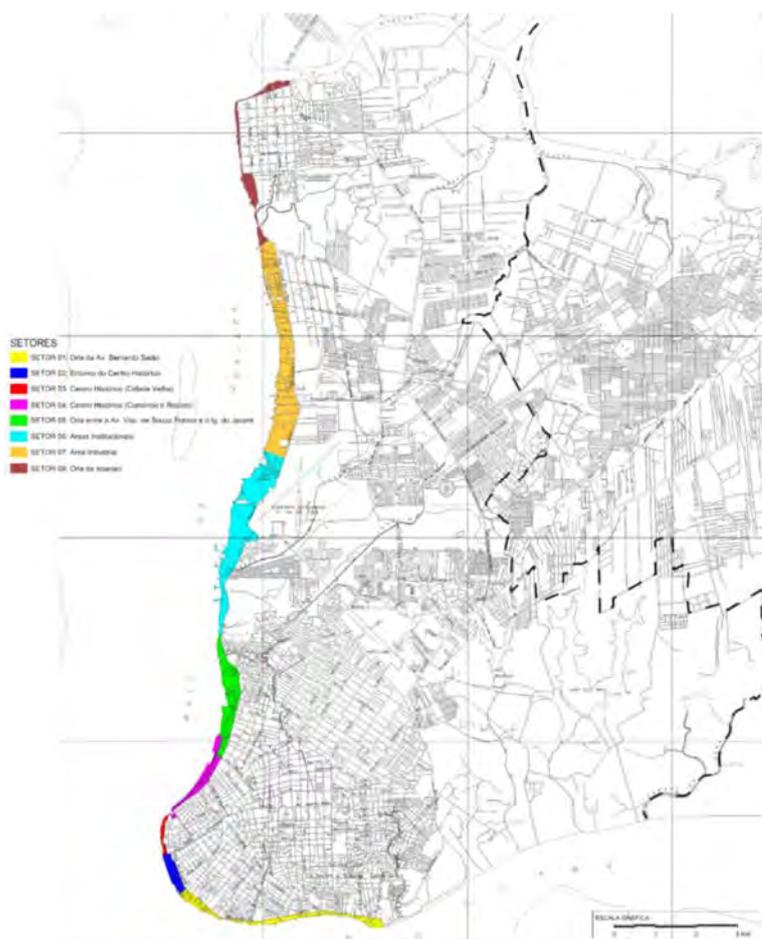


Figura 1: Setorização da orla de Belém pelo PRÓ-Belém. Fonte: Belém

Na Tabela 01, é possível visualizar a extensão de cada setor na área total da orla continental, bem como os principais usos existentes em cada parte desta setorização. Apesar da variedade de atividades nos diversos setores do PRÓ-BELÉM



é notável o destaque de alguns usos principais na maioria dos setores, com exceção dos Setores 01 e 08 que apresentam grande variedade de usos em sua caracterização. O uso com maior frequência é o Industrial, presente nos Setores 01, 02, 05, 07 e 08; o uso residencial é definido por construções de qualidade inferior e habitações sub-normais, existentes nos Setores 01 e 08; enquanto que o Setor 04, onde se encontra o Complexo Ver-o-Peso, principal ponto turístico da cidade, é exaltado pela diversidade de seus espaços urbanos e composição arquitetônica, sendo chamado de “principal porta de Belém e da Amazônia” (BELÉM, 2000).

Em paralelo, o estudo realizado por Trindade Jr, Santos e Ravena (2005), diferente do PRO-Belém, não especifica os usos na orla de Belém de acordo com os desdobramentos do processo histórico da sua ocupação, mas sim com o intuito de compreender a gestão do uso de solo neste espaço urbano. A delimitação do recorte de análise é referente ao espaço em que ocorre a interação com o rio Guamá e baía do Guajará, estabelecida de acordo com o adensamento das atividades de interação com a água, congruente às vias de circulação diretamente conectadas aos usos da mesma, sendo designada como orla fluvial urbana de Belém, ou seja, na porção continental da cidade (TRINDADE JR; SANTOS; RAVENA, 2005).

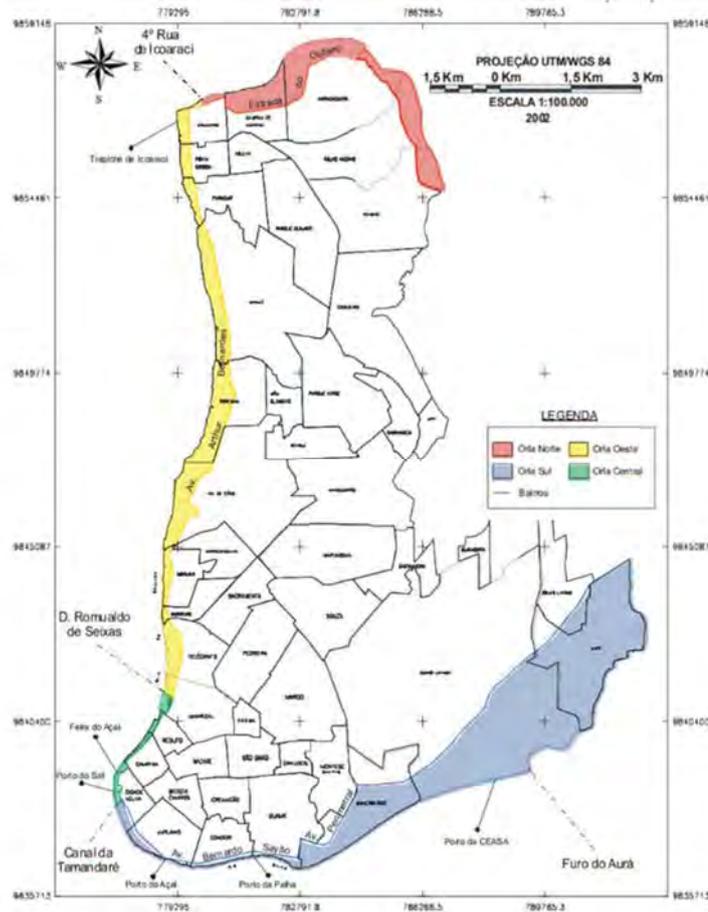


Figura 2: Subdivisão da orla de Belém. Fonte: Trindade Jr, Santos, Ravena (2005).

A caracterização observada na Figura 02 apresenta, através dos dados levantados sobre usos e formas de ocupação do espaço, uma subdivisão da orla em quatro zonas: orla norte, orla sul, orla oeste e orla central. A primeira zona está ligada à baía do Guajará, com relação aos usos comerciais, de serviços e industriais. A orla sul é definida por um intenso processo de ocupação cujo ponto determinante foi a construção da Estrada Nova, além da presença de áreas institucionais, há usos comerciais, industriais, de serviços e de transporte que em grande parte remetem à vida ribeirinha, e também áreas específicas voltadas à cultura e lazer.

A orla oeste apresenta uma dualidade de usos, há grandes áreas com usos industriais, comerciais e de serviços de maior porte, mas também há a dinâmica existente na Vila de Icoaraci, com os usos residencial e de lazer. Finalmente, a orla central é a definida com menor extensão, no entanto com maior valor histórico e cultural, esta zona possui atividades que foram de grande importância ao desenvolvimento da cidade, por encontrar-se na área em que Belém definiu seus primeiros padrões de ocupação. Deste modo a produção do espaço nesta zona



envolve um complexo conjunto de usos do solo, sendo predominante os usos comerciais e de serviço, e apresentando um adensamento de “atividades do circuito inferior da economia e grupos socialmente excluídos” (TRINDADE JR.; SANTOS; RAVENA, 2005).

Historicamente, a ocupação da orla da cidade apresenta uma multiplicidade de usos, sendo que estes diferentes usos podem ser observados na setorização realizada pelo PRÓ-Belém e por Trindade Jr, Santos e Ravena (2005). No entanto, colocamos em contraponto essa característica com o recente posicionamento do governo em promover o turismo na cidade através de intervenções na orla que estão voltadas apenas ao usos de amenidades e lazer.

4. INTERVENÇÕES

Para observar esta recente transformação no espaço urbano utilizaremos a caracterização de três intervenções urbanas situadas na orla da cidade que são voltados ao consumo e cultura para as camadas médias, à medida que seja possível indicar a sua função no espaço urbano, as características do projeto e o contexto do desenvolvimento do projeto. E como mencionando anteriormente, as intervenções são: Estação das Docas, Parque Mangal das Garças e Portal da Amazônia.

O complexo turístico-cultural da Estação das Docas foi construído na área desativada do Porto de Belém, com requalificação de três armazéns ingleses construídos em 1912, que atualmente são lugares voltados a gastronomia, música e exposições. O projeto foi descrito pelo Governo do Estado como um empreendimento que propõe o resgate da visibilidade do rio e proporciona um espaço distinto para diversas ações de cunho cultural e artístico; a Estação das Docas pode ser considerado um waterfront, isto é, um equipamento executado sob o viés da “revitalização” em áreas ociosas de zonas portuárias, produto de políticas de desenvolvimento urbano e de dinamização da economia (PONTE, 2004).



Figura 3: Estação das Docas. Fonte: Agência Pará.

A Estação das Docas encontra-se ao lado de um dos principais pontos turísticos da cidade, o Complexo Ver-o-Peso e em seu entorno há predominância dos usos comerciais e de serviços. Por ter restaurantes e bares em seu interior voltados ao consumo da população de maior poder aquisitivo, é notória a divergência do público alvo da Estação das Docas ao que frequenta o seu entorno, uma vez que a maioria dos comércios e o próprio Ver-o-Peso são lugares mais popularizados e que abrangem várias classes sociais, ainda que em sua maioria seja de menor poder aquisitivo. Deste modo, podemos designar a Estação como um lugar elitizado que não condiz com o contexto urbano em que foi inserido, ainda que seja de acesso público, o seu uso não é democrático e representa uma enclave numa das áreas mais populares de Belém.

Situado nas proximidades dos bairros da Cidade Velha, Jurunas, Condor e Guamá, o projeto Portal da Amazônia é pertencente ao Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), e tem como proposta obras de reestruturação viária, de macrodrenagem e de áreas voltadas ao lazer e turismo ao longo de seis quilômetros nas margens do Rio Guamá. Em desenvolvimento desde 2005, o Portal da Amazônia possui apenas dois quilômetros de obra executada, caracterizados pela construção de um parque linear, implementação de novas vias e reassentamento de moradias. Diversas famílias que ocupavam a área em habitações de situação irregular foram reassentadas sob a égide que seriam entregues novos blocos habitacionais, de acordo com o projeto estas estariam localizadas ao longo da nova via implementada, no entanto apenas dois blocos foram concluídos.



Figura 4: Blocos habitacionais construídos (à esquerda) e parque urbano (à direita), ambos do projeto Portal Amazônia. Fonte: Edilza Fontes/Divulgação, Prefeitura Municipal de Belém

A conclusão do restante do Portal implicará numa transformação de como o espaço é vivenciado pelos indivíduos que o integram atualmente, é importante que além da abertura espacial da cidade ao rio, a população residente do entorno se sinta pertencente a este espaço, para que as relações sociais transcorram de maneira ampla e democrática, que suas estratégias de sobrevivência sejam viáveis no novo arranjo urbanístico. Além da grande possibilidade do desenvolvimento do mercado imobiliário na área, Lefebvre (2008) afirma que na sociedade capitalista o espaço é comercializado em parcelas, e esta pode ser a realidade do entorno do Portal da Amazônia em função da quantidade de áreas livres, facilidade de venda das áreas edificadas (habitantes detentores de menor poder aquisitivo) e, principalmente, pela valorização do solo urbano da orla fluvial de Belém (PONTE, 2004).

Nas proximidades do Portal da Amazônia, o projeto do Mangal das Garças é um parque que se propõe a reunir diferentes macrorregiões florísticas da região amazônica, com os campos, matas de terra firme e matas de várzea. O projeto do parque, que apresenta lagos artificiais e viveiros para as 70 espécies diferentes que habitam o local, foi coordenado pelo então secretário de Estado de Cultura, Paulo Chaves, que acredita estar devolvendo o contato dos habitantes de Belém com o rio, devido ao histórico de ocupação da orla da cidade. O secretário ressalta que:

O Mangal das Garças representa uma janela aberta para o rio, considerando-se que Belém é uma cidade ribeirinha que, no correr do seu desenvolvimento, foi emparedando o direito à paisagem amazônica e ao contato direto da sua população com o rio (ORM, 2015).

Tal perspectiva de resgate do rio é observada materialmente em dois espaços no parque, o mirante de 42 metros de altura e a passarela de madeira que atravessa os resquícios de aningais pelo Rio Guamá; de modo que ambos são voltados permitem o visitante ter dois diferentes pontos de vista do encontro da cidade com o rio; o que é um uso comum em empreendimentos como o Mangal das Garças



(*waterfront*): utilizar os cursos d'água para contemplação paisagística. Entretanto a água possui vários outros usos enquanto parte da cidade de Belém, é transporte de mercadorias e pessoas, é área de habitação da população de menor poder aquisitivo, além de outras apropriações. É necessário que os projetos sejam desenvolvidos e executados voltados aos interesses sociais e culturais, e não apenas os políticos.



Figura 5: Parque Mangal das Garças. Fonte: Agência Pará

As transformações indicadas na orla de Belém reforçam o caráter fragmentado do espaço, que é uma consequência do aspecto seletivo da cidade sob os ideais capitalistas. Torna a cidade apenas “habitável” para certa parcela da população, o espaço é manipulado como objeto de compra e venda, o direito à cidade é negado à maior parte da população, sendo preciso que haja reconstituição do uso pleno da cidade por seus indivíduos (LEFEBVRE, 2008).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação da cidade de Belém com a água – tanto os principais cursos d'água como as águas internas – resultou na produção de espaço, demonstrando ser uma característica fundamental no desenvolvimento do desenho urbano. A forma da orla como conhecemos atualmente foi influenciada pelo desenvolvimento econômico desta área, o que configura a orla de Belém como uma paisagem socialmente construída, que corresponde à realidade e cultura da sociedade que a construiu (COSGROVE, 2002).



O espaço urbano da orla possui importância estratégica, dotado de características socioculturais, econômicas e ecológicas (MMA, 2006), e referente a isso, o surgimento de intervenções no final da década de 1990 e na década de 2000 ocorre, sobretudo, em função do poder público adotar um posicionamento estratégico referente a uma tendência mundial pelo desenvolvimento econômico. Segundo Harvey (1996), é preciso atentar sobre a possibilidade de fragmentação do espaço com as demasiadas intervenções, pois para se manter no topo do mercado será preciso contínuas transformações espaciais, dada à efemeridade de vantagens entre as cidades neste mercado.

Contudo, as intervenções realizadas como produto desta lógica adotada apresentam características que levantam questionamentos sobre serem lugares democráticos na cidade de Belém. É necessário que o espaço urbano produzido constitua e seja constituído pelas dinâmicas sociais que não são discriminatórias e segregadoras, à medida que a forma urbana é responsável por influenciar o bem-estar dos cidadãos (LAMAS, 2004). A produção do espaço deve estar indissociavelmente ligado ao direito à cidade, caracterizando o lugar do direito da população ao encontro (LEFEBVRE, 2008).

6. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço, 2008.

BAENA, A. L. M.. **Ensaio corográfico sobre a Província do Pará**. Brasília: Senado Federal. (Edições do Senado Federal, 30), 2004.

BELÉM, Prefeitura Municipal. **Cadastro de Lotes – Uso de edificações**. In: CTM (Cadastro Técnico Multifinalitário). Belém: CODEM / PMB, 2000.

_____, Prefeitura Municipal. **LEI Nº 8.655, de 30 de julho de 2008**. Belém: Secretaria Municipal de Urbanismo, 2008.

_____. **Plano de reestruturação da orla de Belém (PRO – Belém)**.

_____. **Plano Diretor Urbano do Município de Belém. Lei nº 7603 de 13 de janeiro de 1993**. Belém: CEJUP/PMB, 1993



BORGES, D. **Uma Investigação Sobre os Limites Territoriais das Políticas Públicas nos Terrenos de Marinha nos Bairros do Guamá e Jurunas em Belém / Pa.** Disponível em: < www.anppas.org.br/encontro5/ >. Acesso em: 16 fev. 2016.

COSGROVE, Denis. **Observando la Natureza: el Paisaje y el Sentido Europeo de la Vista.** Boletín de la A.G.E, nº 34, 2002.

FONTES, B. P. **Portal da Amazônia – Conjuntos Habitacionais.** Disponível em: < <http://professoraedilzafontes.blogspot.com.br/2012/06/portal-da-amazonia-conjuntos.html>> Acesso em: 30 de set. de 2017

HARVEY, D. **Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio.** São Paulo: Espaço & Debates, n. 39, pp. 48-64, 1996.

LAMAS, J. M. R. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade.** Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política.** Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.

MMA (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE). **Projeto orla: fundamentos para gestão integrada.** Brasília: MMA, 2006.

ORM. **Mangal das Garças em Belém completa 10 anos de existência. Belém, 11 de janeiro de 2015.** Disponível em: <http://www.ormnews.com.br/noticia/mangal-das-garcas-em-belem-completa-10-anos-de-existencia> Acesso em: 25 de set. de 2017
PARÁ, Agência. **Espaços culturais são opção de lazer durante feriado da Semana Santa.** Disponível em: <<http://www.agenciapara.com.br/Noticia/122918/espacos-culturais-sao-opcao-de-lazer-durante-feriado-da-semana-santa>>. Acesso em: 14 maio 2016.

_____. **Música paraense será destaque no Reveillon do Pará na Estação das Docas.** Disponível em: <<http://www.agenciapara.com.br/Noticia/107839/musica-paraense-sera-destaque-no-reveillon-do-para-na-estacao-das-docas>>. Acesso em: 14 maio 2016.

PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém – Estudo de Geografia Urbana.** 2º vol. Belém: Universidade Federal do Pará. Coleção Amazônica, Série José Veríssimo. 1968

PENTEADO, Antônio Rocha. **O Sistema Portuário de Belém.** Belém: Universidade Federal do Pará. Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, 1973.

PARÁ. **Plano Ver-o-Pará Relatório de Implantação 2012-2014.** Belém: SETUR, 2014.

_____. **Plano Ver-o-Pará Relatório Executivo.** Belém: SETUR, 2011.



PONTE, Juliano X. P. **A Orla de Belém: intervenções e apropriação.** 212 f. 2004. Dissertação (Mestrado) – Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

TRINDADE Jr., S. C.; AMARAL, M. D. B. **Reabilitação Urbana na Área Central de Belém-Pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes.** Curitiba: Revista Paraense de Desenvolvimento, 2006.

VAINER, Carlos. **Pátria, empresa e mercadoria; notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano.** In: ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 75-103. (Coleção Zero à Esquerda).

VISITPARÁ. **Belém 400 anos: Portal da Amazônia.** Disponível em: <http://turismoparaense.blogspot.com.br/2016/01/belem-400-anos-portal-da-amazonia.html> Acesso em: 30 de set. de 2017

**GT 07 – Cidades e Transformações do Urbano na América Latina****A PRODUÇÃO DO AMBIENTE CONSTRUÍDO NAS CIDADES NO CONTEXTO DE
CRISE DO CAPITAL: O PAPEL DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS**Thiago Canettieri (IGC/UFMG)¹

thiago.canettieri@gmail.com

Marina Sanders Paolinelli (NPGAU/UFMG)²

marinasanderspaolinelli@gmail.com

RESUMO

Diante das crises de sobreacumulação do sistema capitalista, uma das saídas recorrentes tem sido a produção do ambiente construído nas cidades. Ao longo da história do capitalismo essa estratégia foi amplamente utilizada como forma de mobilizar capitais ociosos em novos circuitos de acumulação. É a partir deste ponto que o presente artigo pretende investigar o papel desempenhado pelas políticas habitacionais no Brasil como 'soluções' para crises de capitais sobreacumulados. O Programa Minha Casa, Minha Vida é ilustrativo deste mecanismo ao se considerar o contexto em que foi formulado: a crise dos *subprimes* de 2008. Para a construção do argumento, a pesquisa conta com um levantamento bibliográfico no campo da teoria marxista da acumulação capitalista, bem como experiências históricas. No caso brasileiro, serão tratadas as principais políticas habitacionais na história, cruzadas com dados referentes ao setor da construção civil e da vitalidade da economia brasileira na produção de riquezas. Assim, acredita-se contribuir para uma crítica da economia política da provisão habitacional e explicitar esse setor como mecanismo de solução para crises de sobreacumulação do capital.

Palavras-chave: produção capitalista do espaço; políticas habitacionais; Brasil

1. INTRODUÇÃO

Ao menos desde Karl Marx (2013) já se tornou evidente a contraditoriedade das dinâmicas do capital em suas respostas a crises. Uma explicação das mais coerentes e robustas para uma *teoria das crises* de orientação marxista é a apresentada por David Harvey (2013), primeiro no *Limites do Capital* e, depois, em outros de seus trabalhos. A conversão perpétua de dinheiro em mão de obra, matérias-primas e máquinas para a produção de mercadorias cuja venda remunere adequadamente o capital despendido e, assim, permita o lucro é, para o autor, o processo que confere movimento à economia capitalista. E este é o desdobramento da já conhecida fórmula que Karl Marx (2013) apresenta em *O Capital* ($D - M - D'$ sendo que $D' > D$). Assim, o capitalismo é designado como o modo de produção em

¹ Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMG. Membro do grupo de pesquisa Interdisciplinar e pesquisador do Observatório das Metrôpoles.

² Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG. Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles.



que, ao fim de cada circuito, se tem mais riqueza do que no circuito anterior. No entanto, conforme indica o próprio Harvey (2011), essa lógica de acumulação possui certos limites.

A aplicação contínua do lucro demanda oportunidades para que o dinheiro acumulado possa ser novamente investido. Entretanto, certos setores produtivos possuem um tempo maior de amortização de capital investido, dependem do consumo das mercadorias produzidas para sua realização, ou, ainda, já estão produzindo no máximo de sua capacidade de absorção de investimento. Isso que significa que massas de capitais não conseguem se realizar. O circuito de transformação do dinheiro em mais-dinheiro passa a ser travado e uma crise se inicia. Por isso, segundo o autor, as crises capitalistas são, sobretudo, crises de sobreacumulação, quando os salários reais da classe trabalhadora se estagnam, reduzindo sua capacidade de consumir mercadorias; e a massa de lucro nas mãos da classe capitalista cresce, no entanto, sem qualquer garantia de aplicação rentável. Harvey (2011, p. 26) denomina esse fenômeno como o "problema da absorção do capital excedente".

Para o autor, é nesse contexto em que são gestadas algumas das formas criadas pelo capital para lidar com crises, entre elas, a produção de ambiente construído, que se figura desde o século XIX e ainda se faz presente. Além de amplamente desenvolvido por David Harvey (2012; 2015; 2017) esse argumento também é defendido por Henri Lefebvre (1973). Ambos vêm na produção do espaço uma das saídas mais eficientes para a sobrevivência do capitalismo, e chamam a atenção para o papel do Estado³ nesse processo.

O papel do Estado na busca de soluções para crises de sobreacumulação ganha ainda um novo significado na era neoliberal, como apontam Dardot e Laval (2016). No atual arranjo de atividades, atribuições e ações estatais, há uma intensificação da atividade governamental no sentido de criar oportunidades de investimento. É fundamental compreender como o capital se comporta frente às crises nessa conjuntura e refletir sobre como as novas dinâmicas do Estado coincidem com a necessidade de produção do ambiente construído e, mais especificamente no âmbito desse artigo, de casas por meio da política habitacional.

Tomando como foco o caso brasileiro, este trabalho pretende elucidar o papel desempenhado pelas políticas habitacionais como "soluções" para crises de capitais de outros setores. Inicialmente, se buscará exemplos históricos sobre a construção de ambiente construído como saída para crises de sobreacumulação no campo da teoria marxista da acumulação capitalista. Posteriormente, se analisará o papel das políticas habitacionais na reprodução do capital no cenário global, focando no momento do *welfare*

³Henri Lefebvre (1975) chega a chamar o capitalismo de "*mode de productio nestatiste*" para lembrar a centralidade do Estado na criação e manutenção de sua dinâmica.



state e do neoliberalismo. Por fim, serão tratadas as políticas habitacionais mais impactantes no Brasil, o Banco Nacional de Habitação (1964-1986) e o Programa Minha Casa, Minha Vida (início em 2009), a fim de compreender suas especificidades diante do movimento de crise do capital, cujas informações serão cruzadas com dados referentes ao setor da construção civil e da vitalidade da economia brasileira.

2. BREVE HISTÓRIA DA PRODUÇÃO CAPITALISTA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO

A urbanização se tornou uma das formas mais eficientes de absorver capitais sobreacumulados de outros setores (HARVEY, 2012). Segundo Sérgio Ferro (2006), o papel da construção civil é fundamental nesse processo, já se trata de um setor altamente manufaturado, que absorve grandes volumes de força de trabalho. A composição orgânica do capital, relação entre capital constante e variável para usar a formulação dada por Marx (2013), é mais baixa na construção civil, o que faz dela um "vigoroso provedor de valor excedente, também vigorosamente disposto à extração na forma de mais-valia" (LOPES, 2007, s.p.). Neste sentido, não seria errado afirmar que a produção do ambiente construído é o "enigma revelado" da produção capitalista:

Em tese, são áreas de produções arcaicas, como a construção civil, que garantem uma taxa de lucro alta, já que utilizam um capital constante relativamente menor que o capital constante industrial. [...] Devido à baixa composição orgânica do capital que aí é empregado, isto é, devido à forma-arcaica de produção, a taxa real de lucro é forçosamente mais elevada que de outros setores (FERRO, 2006, p.99)

A outra vantagem é que, principalmente nos países de capitalismo periférico onde há um baixo desenvolvimento das forças produtivas no setor, é quase inexistente o investimento em bens pesados de produção. Os custos são na grande maioria, em matéria prima e força de trabalho. Ou seja, a cada giro do capital, o capital investido é integralmente recuperado (FERRO, 2006, p.100). Assim, o espaço construído torna-se uma mercadoria especial pelo seu elevado potencial de geração de lucro, sendo, portanto, uma estratégia historicamente utilizada pelo capital em sua reprodução, especialmente em momentos de crise.

Um dos casos mais emblemáticos e conhecidos, apresentado por Harvey (2015) em *Paris, Capital da Modernidade*, são as reformas empreendidas pelo Barão de Haussmann que surgiam como solução para a crise de 1848 – marcada pela presença de vários movimentos socialistas. O cenário de "excedentes de capital e força de trabalho, tão flagrante em 1848, seriam absorvidos em longo prazo mediante um programa de investimento maciço no meio ambiente construído" (HARVEY, 2015, p.149). A partir desse esforço, foram mobilizados os desempregados e se iniciaram imensas obras por toda a Paris. Como afirma Harvey (2015,



p.149): “O que talvez tenha sido a primeira grande crise do capitalismo fora superado, ao que parecia, por meio de investimento de longo prazo dos excedentes de capital e trabalho”.

Anos mais tarde a história se repetiu no novo continente. Em Nova York pós-crash de 1929, Robert Moses empreendeu uma série de obras públicas, principalmente na criação das *highways* que abriam a paisagem de Nova York à golpes de cutelo, como o próprio engenheiro referia a seu trabalho (JACOBS, 2011). Junto com LaGuardia, Moses também foi responsável por um imenso processo de produção de moradia popular de mais de 28 mil apartamentos, que ficaram conhecidos como *housing projects*. Garantiu, assim, que os capitais possivelmente desvalorizados da cidade fossem investidos em ambiente construído.

Podemos também retomar dois casos emblemáticos no contexto brasileiro: a reforma do Rio de Janeiro de Pereira Passos e a construção de Brasília. Já nos momentos crepusculares do século XIX, capitalistas europeus se encontravam às voltas de outra crise eminente. Foi neste momento que passaram a se interessar pelas economias coloniais como novas possibilidades de investimento⁴. Benchimol (1992) afirma que as transformações ocorridas na economia mundial influíram de forma decisiva sobre os rumos da economia brasileira, e “O capital financeiro alastrou seus tentáculos pelas regiões mais diversas do globo” (BENCHIMOL, 1992, p.41), sendo o Rio de Janeiro uma delas.

Somado a necessidade de investimento dos capitais internacionais, a então capital do Brasil passava por uma crise habitacional profunda, derivada do crescimento populacional e que resultava em surtos epidêmicos. Por outro lado, as ruas estreitas e congestionadas também impediam a expansão da circulação de mercadorias, colocando como necessário um grande plano de obras modernizadoras, sobretudo públicas. Para tanto, os gestores, a nível municipal e federal, recorreram amplamente aos empréstimos externos que consolidaram a construção civil no país e a implementação da infraestrutura ferroviária que partia do Rio de Janeiro para o interior. Foi nesse contexto que se inseriram as ações do prefeito Francisco Pereira Passos, que no período entre 1903 e 1906 realizou mais de 36 obras públicas de grande escala – como inauguração de praças, prolongamento de avenidas e alargamento de ruas, ajardinamento, construção de prédios públicos e abertura de novas vias.

Mais tarde, no meio do século, o cenário econômico nos países capitalistas era, mais uma vez, crítico. Havia uma crise devido as fortes restrições que o desenrolar da Guerra Fria havia causado nas economias que viviam o conflito da Coreia. Juscelino Kubitschek ganha as eleições, em 1955, com a promessa de desenvolver o Brasil ‘50 anos em 5’. Uma de suas primeiras medidas, em 1956, foi a criação da Companhia Urbanizadora da Nova

⁴ É nesse ensejo que Lenin irá discutir, anos mais tarde, uma teoria do imperialismo.



Capital, que se estruturou como a responsável pela realização não apenas do projeto urbanístico, mas de todas as obras que envolviam a construção de Brasília, a nova capital do Brasil. Para garantir a implementação do gigante pacote de obras públicas fazia parte do Plano de Metas do governo JK, a saída foi adotar, mais uma vez, o endividamento que se avolumou de forma sem precedentes (CAPUTO; MELO, 2009). As compras dos materiais para obras faraônicas de Brasília, toda a criação da infraestrutura de telecomunicação e transportes, e o juro das dívidas que o Estado teve que fazer foram dispositivos para valorizar capitais estrangeiros que se encontravam sobreacumulados.

Como Harvey (2012) vem argumentando, processos de 'destruição criativa' que aparecem sob os mais diversos nomes (como renovações, reformas, reabilitações) nos mais diversos contextos (de Paris no século XIX, à Brasília na década de 1950), são maneiras essenciais de criação de novos espaços para acumulação em momentos de crises econômicas. No entanto, como se caracterizam por formas altamente especulativas, baseadas na combinação de capital financeiro e um forte engajamento estatal, frequentemente geram bolhas que posteriormente vêm a explodir, gerando novas crises (HARVEY, 2012).

O caráter cíclico dos investimentos na construção propensos a geração de crises, apontado detalhadamente na obra de Brinley Thomas, foi negligenciado após a Segunda Guerra, uma vez que as intervenções estatais nos moldes keynesianos foram consideradas eficazes para neutralizá-lo. No entanto, após o abandono dessas práticas de intervencionismo depois do avanço neoliberal na década de 1970, o retorno do comportamento cíclico gerador de crises urbanas passou a ser mais que uma simples probabilidade (HARVEY, 2012). Com a internacionalização e financeirização dos investimentos do capital, uma "muralha de dinheiro procurando um ajuste espacial (spatial fix) onde aterrissar" (ROLNIK, 2015, p.32), o que seria considerado um boom em um lugar passou a corresponder a desastres financeiros em outro (HARVEY, 2012). Nessa forma de produção do espaço, a conexão entre local e capital financeiro internacional pode ser vista principalmente no mercado da habitação, que passa a se tornar também um espaço de aplicação e recuperação do excedente, drenando riquezas dos pobres para os ricos por meio da produção da habitação como ativo financeiro.

3. CRIAR CASAS, ABSORVER MERCADORIAS E CAPITAIS: SITUANDO AS POLÍTICAS HABITACIONAIS

Assim como a urbanização se mostra como uma saída para as crises de sobreacumulação de capital, a produção de casas também pode seguir a mesma lógica. Afinal, ambas guardam uma mesma natureza: a produção do ambiente construído por meio da construção civil. E bem como a urbanização, a produção habitacional está diretamente ligada à atuação estatal. Se na urbanização é criado espaço para o capital a partir de planos de renovação,



abertura de vias, construção de rodovias, reformulação de áreas portuárias entre outros, no setor habitacional, o espaço para o capital é criado a partir da produção massiva de habitações sob a forma de mercadorias. Essas habitações podem ser “consumidas” pelo próprio poder público, que as disponibiliza por meio de políticas públicas (e libera o salário dos trabalhadores para o consumo de mercadorias em geral), ou podem ser disponibilizadas diretamente aos assalariados, tendo sua aquisição facilitada por programas governamentais e de acesso a crédito. Essas duas atuações facilitadoras do Estado– para o consumo *na casa* e o consumo *da casa* – podem ser vistas, respectivamente, em dois momentos: o *welfarestate*, e o Estado neoliberal.

No *welfarestate*, os governos dos países centrais capitalistas responderam à crise de superprodução e subconsumo de 1929 com a adesão ao modelo de bem-estar keynesiano que deu suporte ao sistema fordista e criou as bases para o estabelecimento de um novo ciclo virtuoso de produção e consumo em massa. Os “anos dourados” do Estado de bem-estar europeu se caracterizaram pelas altas taxas de acumulação e pelos altos salários, responsáveis por casar liberalismo econômico e democracia social (HOBBSAWM, 1995).

Depois da segunda guerra, pela necessidade de reestruturação das cidades destruídas e de contenção de qualquer possibilidade de inclinação dos cidadãos para a revolução social e o comunismo, o Estado passou então a internalizar a luta de classes e se responsabilizar por uma maior igualdade socioeconômica, com o suporte de um grande volume de investimentos norte-americanos a partir do plano Marshall. Nesse contexto, a política habitacional passou a ser tratada como elemento fundamental na garantia da reprodução da força de trabalho e na reestruturação das economias. Apoiada por políticas urbanas de controle do solo, pela criação de estoques de terrenos e parques de habitações públicas, oferecidas principalmente sob regime de aluguel subsidiado, a provisão de habitação se tornou um dos pilares do Estado de bem-estar social (ARANTES & FIX, 2009), além de criar as bases para a liberação dos salários para a compra de produtos industrializados que vão preencher essas residências a partir da lógica do consumo.

Se no *welfarestate* europeu o investimento em habitação pelo poder público na forma de locação acessível liberou o salário do trabalhador para o consumo, no *New Deal* norte americano a atuação estatal no setor habitacional visou à ampliação do acesso ao crédito, sendo um dos precursores do sistema de habitação neoliberal. Diferente dos estados de bem-estar europeus, a ideia da habitação nos EUA como um bem de consumo – mais do que como um direito – associado a políticas de financiamento, crédito e sistemas hipotecários, já era fortemente arraigada desde os primórdios da atuação estatal no setor.



Desde 1913, um ato do Tesouro norte-americano já permitia aos bancos comerciais realizar empréstimos para compra de imóveis, criando um mercado de hipotecas inicial (ROLNIK, 2015). Durante a Grande Depressão de 1929, o aumento do desemprego alargou a inadimplência no setor, o que causou uma série de execuções em massa. Diante da crise habitacional gerada, Roosevelt promoveu uma reforma profunda no sistema de financiamento de habitação inserida no contexto do New Deal, resgatando milhões de famílias de execuções hipotecárias, e tornando as hipotecas muito menos arriscadas para os credores e muito mais acessíveis aos mutuários (SCHWARTZ, 2006).

Em 1934, o governo sancionou a Lei Nacional de Habitação, que criou a Federal Housing Administration (FHA) responsável por dar segurança aos credores, e a Federal National Mortgage Association, responsável por comprar as hipotecas dos credores e permitir o aumento da liquidez do sistema. Nesse período, a paisagem urbana norte-americana passou a ser caracterizada por um sistema dual: para os pobres e negros, a locação nos conjuntos habitacionais públicos (*housing projects*) nas áreas centrais e a discriminação nos sistemas de crédito, e para as classes médias brancas, a casa própria nos subúrbios residenciais, financiada em peso pelos sistemas hipotecários (ROLNIK, 2015).

Após a crise de 1970, caracterizada pelo aumento do preço do petróleo, pela recessão econômica e o aumento da inflação e do desemprego em nível mundial, a perspectiva keynesiana que embasava a atividade estatal nos países centrais e nas ditaduras latino-americanas foi abandonada abrindo lugar para a lógica neoliberal, direcionada a estabelecer alianças e transferências de recursos público ao setor privado. O neoliberalismo surgiu como crítica ao intervencionismo keynesiano e ao mesmo tempo à ‘fobia do Estado’ presente no liberalismo⁵, colocando o Estado como um ator central na garantia de geração de lucros ao capital. Com a decadência da URSS, a preocupação com seguridade e direitos sociais foi sendo gradativamente deixada de lado. A partir de então, foi sendo propagada a ideia de que o bem estar humano seria melhor provido pelas “liberdades e capacidades empreendedoras individuais, caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio”, enquanto o papel do Estado passou a se resumir em “criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas” (HARVEY, 2008, p.12).

Um dos reflexos do neoliberalismo nas políticas habitacionais foi a destruição da moradia como direito universal e o progressivo desmonte das políticas nos moldes do bem-estar por meio da redução, privatização e residualização dos estoques públicos. Pouco a pouco há uma transferência das responsabilidades de provisão da moradia do Estado para o setor

⁵ Na perspectiva neoliberal, diferente do que muitas vezes propagado, não se trata de defender o Estado mínimo, mas sim uma fusão entre Estado e Capital (MAGALHÃES, 2016).



privado, a partir da ampliação de políticas de acesso à casa própria (ROLNIK, 2015). Documentos da ONU, do BID e do Banco Mundial⁶ começam a sugerir uma série de instrumentos para orientar a atuação dos Estados afim de impulsionar o setor habitacional. Toda uma rede passou a ser formada (fundos de pensão, instituições de crédito, instituições públicas) responsáveis por dar suporte à livre mercantilização da casa e sua valorização como ativo financeiro. Nos anos 1990, países como Bolívia, Colômbia, Equador, El Salvador, México, Panamá, Peru e República Dominicana começaram a adotar alguns desses instrumentos (ROLNIK, 2015). Depois da crise mundial de 2008, o governo brasileiro também aderiu ao modelo como forma de manter aquecido o setor da construção e esquivar da crise econômica, apostando no investimento no setor habitacional como estratégia.

4. O PAPEL DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS NA CRISE DO CAPITAL: O CASO DO BRASIL

No Brasil, é possível notar dois grandes programas habitacionais como saídas para crises de superacumulação, que casaram atividade estatal com disponibilidade de crédito. O primeiro, o Banco Nacional de Habitação (BNH), criado no Governo Militar, e segundo o programa Minha Casa, Minha Vida, criado no governo Lula. O Banco Nacional de Habitação (BNH) foi criado durante a ditadura militar em 1964, junto ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH), composto pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). Enquanto o FGTS criou um grande fluxo de contribuições compulsórias sem praticamente onerar os empregadores, o SBPE foi responsável por canalizar poupanças privadas, mobilizando um grande volume de recursos para o setor da construção civil (BOLAFFI, 1979).

No entanto, segundo Bolaffi (1979), por detrás da estratégia, havia um forte apelo político na escolha do direcionamento massivo de recursos para a produção habitacional, uma vez que a ideia da casa própria converge atitudes políticas conservadoras com interesses populares. Logo, a ampliação do acesso ao financiamento habitacional foi responsável, além da reativação de capitais ociosos, pela ampliação da credibilidade do governo golpista, que se pautou em um falso discurso de escolha da habitação popular como uma prioridade. Como não reduziu de fato o déficit habitacional, a função real do BNH foi a arrecadação de recursos dos assalariados para em seguida “transferi-los a uma variedade de agentes privados intermediários” (BOLAFFI, 1979, p.53), criando uma cadeia que se iniciava “com a utilização de terrenos inadequados e mal localizados, prossegue na construção de

⁶Em 1993, o Banco Mundial divulgou o relatório *Housing: enabling markets to work*, que prega a importância do setor habitacional para a economia e a necessidade de abri-lo às finanças. De acordo com o documento, os Estados deveriam desenvolver os direitos de propriedade, o financiamento hipotecário, racionalizar os subsídios, regular o mercado de terras e de habitações e reorganizar a indústria da construção (MIOTO, 2016).



edificações imprestáveis e se conclui com a venda da casa a quem não pode pagá-la, por preços frequentemente superiores ao valor de mercado” (BOLAFFI, 1979, p.54). Longe de se tratar de uma política de ampliação do acesso à habitação, se baseava então na ampliação de oportunidades de investimentos para o capital em um contexto de crise.

No ano de 1962 o Brasil passava por um momento de intensa desaleração da economia – talvez a primeira grande crise da fase industrial brasileira. No momento anterior, a política econômica adotada por Juscelino Kubitschek em seu *Plano de Metas* (1956-1960), criou um contexto de crescimento do setor produtor de bens de consumo duráveis a partir de grandes investimentos estatais em infraestrutura (OLIVEIRA, 1989) e isenções fiscais para atração de capitais estrangeiros, que, no entanto, endividaram a união. O aumento da oferta monetária como solução implicou na disparada da inflação e a redução drástica de investimentos culminou numa crise intensa de sobreacumulação.

Assim, a produção habitacional do BNH não pode ser descolada do momento de crise imediatamente anterior. Essa situação não é tão diferente daquela adotada décadas depois, com a criação do Programa Minha Casa, Minha Vida, lançado em 2009, logo após a crise mundial de 2008. Os primeiros anos do governo Lula (2003-2010) foram marcados por uma intensificação da produção e valorização imobiliária no Brasil⁷. Trabalhos recentes (ROYER, 2009; FIX, 2011; SHIMBO, 2010; RUFINO, 2012) mostram que o *boom* imobiliário brasileiro insere-se no movimento de convergência entre capital financeiro e imobiliário e repercute em mudanças estruturais na organização do setor, amparadas por uma série de medidas jurídico-institucionais estabelecidas pelo governo⁸. No entanto, esse cenário de prosperidade foi ameaçado pela crise mundial de 2008, causada pela explosão da bolha imobiliária norte americana, que desmontou o mercado financeiro dos EUA e atingiu escala global. Para evitar seu impacto no Brasil, o governo articulou um conjunto de medidas, onde se inseriu o programa Minha Casa, Minha Vida. Contra o “temor de desaceleração do crédito e da desvalorização dos ativos das empresas”, a habitação apareceu novamente como “estratégia econômica, política e ideológica” (MIOTO, 2016, p.189).

Segundo Arantes e Fix (2009), embora o pacote de medidas do PMCMV tenha sido anunciado como uma medida anti-cíclica com objetivos sociais, no entanto, a partir de uma perspectiva keynesiana, esse anúncio era falso:

Como definiu Keynes, a política anti-cíclica requer agilidade e absoluta desconsideração pela rentabilidade do negócio e, por isso, deve ser feita diretamente pelo poder público. Ela não tem como objetivo imediato

⁷Cf. revista Exame, de 30 de maio de 2012, em 2010, a valorização imobiliária foi de 23%, representando a segunda maior taxa mundial.

⁸Como a Lei Federal 10.391 e a Medida Provisória 252.

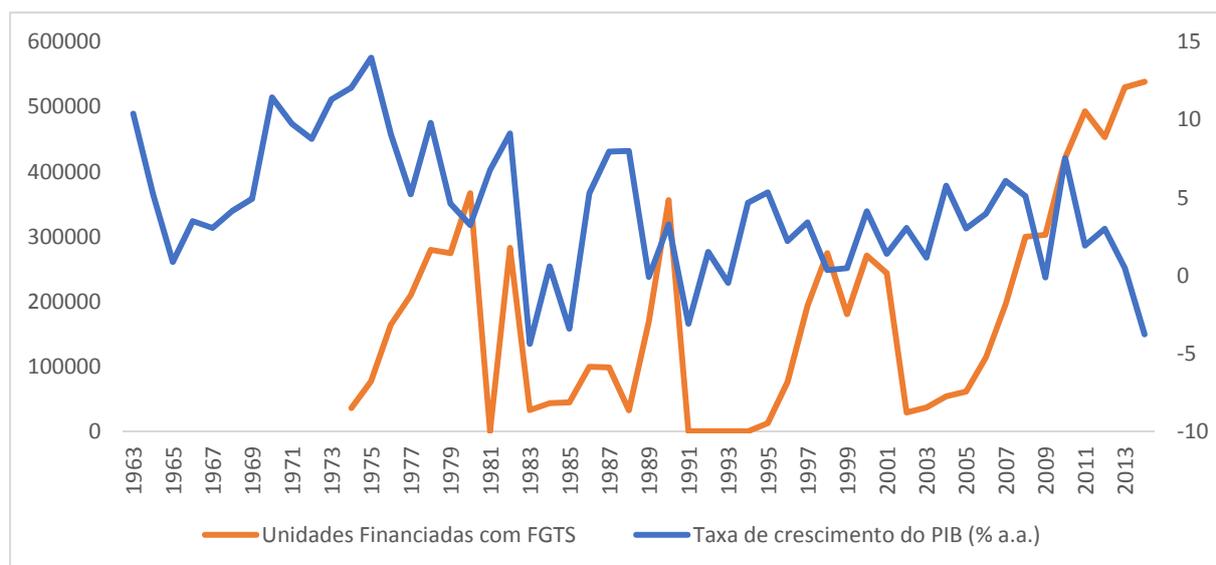


recompor a rentabilidade do mercado e a criação de novos “negócios” para a iniciativa privada, como é o caso do “Minha casa, minha vida”. O tempo lento dos investimentos habitacionais e a preocupação com a rentabilidade privada descaracterizam o pacote como política anti-cíclica. (...) Mesmo assim, o pacote é propagandeado como uma política anti-cíclica, e este marketing tem servido de pretexto para justificar uma política habitacional privatista e a captura de fundos públicos por determinadas frações do capital (ARANTES; FIX, 2009, p.14).

Sendo um programa onde o papel do Estado é fundamental, porém não na provisão direta, mas como impulsionador do mercado, o MCMV se configura claramente como uma medida de abertura de oportunidades para o capital de caráter neoliberal. Representa, portanto, uma nova mobilização do FGTS como disponibilizador crédito, de forma a garantir a realização da demanda efetiva de consumo. Com isso, os capitais sobreacumulados, em geral resultado do amplo crescimento imobiliário nos primeiros anos do governo Lula (2003-2010), puderam continuar se realizando com garantia pública do consumo das mercadorias.

Neste sentido, a análise dos dados a seguir pretende sustentar o argumento de nossa tese: o papel central que o Estado, a partir da política habitacional, possui em mobilizar formas de destravar o setor da construção civil em momentos de crise para dinamizar a economia nacional. É possível notar, a partir do Gráfico 01, o movimento que a política pública desempenha no movimento do crescimento do PIB, permitindo muitas vezes o retorno de taxas de crescimento positivas logo depois de quedas.

Gráfico 01: Taxa de crescimento do PIB Nacional (% a.a.) e Unidades Financiadas com o FGTS



Fonte: IPEA, 2015 e ARAGÃO; CARDOSO; ARAUJO, 2011.

Aqui, a *proxy* usada para interpretar a força da política pública é representada pelo número de unidades financiadas com o FGTS que, tanto no período do BNH como no programa



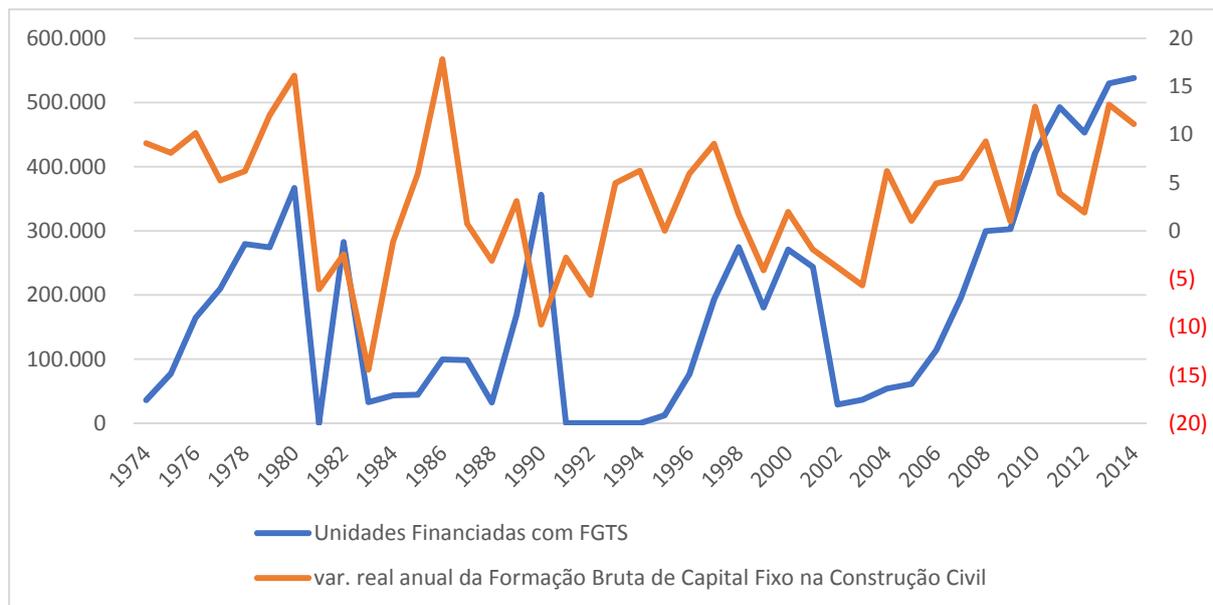
MCMV, foi a principal forma de financiamento habitacional. Destaca-se o período de 1973 e 1979, em que se observa o aumento progressivo de unidades financiadas com o FGTS que, apesar de uma queda entre 1978 e 1979, foi responsável por sustentar as taxas de crescimento elevadas no país já ao final do 'milagre econômico brasileiro'. Ao final deste período o Brasil encara uma crise forte nos primeiros anos da década de 1980, que também se tem uma resposta intensiva, principalmente em 1982, no financiamento habitacional que permitiu subir neste mesmo ano a taxa de crescimento da riqueza nacional.

O outro pico é marcado no início dos anos 1990, após a redemocratização e o fim do BNH. Sem uma política clara para substituir a atuação do banco, a distribuição dos recursos do FGTS passou a ser fortemente influenciada por fatores políticos. Como o FGTS é um fundo vulnerável ao ciclo econômico e ao emprego, durante os anos 1990 ele apresentou uma forte instabilidade e redução de arrecadação. Essa instabilidade se tornou tão dramática ao ponto de, no governo Collor (1990-1992), o sistema do fundo quase ir à falência, sendo os financiamentos para a habitação suspensos em 1994 (CARDOSO e ARAGÃO, 2013).

No final da década de 1990 houve uma retomada dos investimentos do FGTS em unidades, com a criação da Política Nacional de Habitação no governo FHC. No entanto a maior guinada se deu de fato após 2009, ano de lançamento do programa MCMV, passando a atingir um patamar muito acima dos períodos anteriores. O crescimento do PIB no ano anterior havia caído de 5,08% para -0,13% decorrente da crise de 2008. O lançamento do MCMV e o intenso crescimento das unidades financiadas com o FGTS entre 2009 e 2011 (basta observar a alteração da inclinação da linha que representa esta variável), colaborou com a retomada do crescimento do PIB no ano seguinte, que chegou a mais de 7%.

De maneira mais específica, cabe observar a relação existente entre o financiamento das unidades habitacionais com a variação da formação bruta de capital fixo na construção civil, que indica investimento ou retirada de dinheiro deste setor. No Gráfico 02, é possível ver a convergência do crescimento e queda de ambos durante o período do BNH (1964-1986). Nos anos entre 1984 e 1988, há um aumento desproporcional da formação bruta de capital fixo na construção civil, provavelmente devido às obras relativas às hidrelétricas de Itaipu, Itaipirica, Taquaruçu e obras do Departamento Nacional de Estrada de Rodagens.

Gráfico 02: Unidades financiadas com FGTS e Variação real anual da formação bruta de capital fixo na construção civil



Fonte: IPEA, 2015 e ARAGÃO; CARDOSO; ARAUJO, 2011.

O pico de produção de unidades pós-redemocratização incompatível com a formação bruta de capital fixo na construção civil muito provavelmente se relaciona à utilização do fundo em políticas habitacionais ainda pouco estruturadas e por meio de mecanismos clientelistas que caracterizaram esse período de instabilidade, e que logo foi seguido por uma queda devido ao colapso do FGTS no período posterior (CARDOSO; ARAGÃO, 2013). Os picos posteriores de produção de unidades pelo FGTS prosseguiram com variações positivas na formação bruta de capital fixo na construção civil cada vez maiores, indicando uma forte tendência de investimento neste setor, com um destaque importante para a convergência explícita no momento exato de crescimento pós 2009, quando o programa Minha Casa, Minha Vida foi lançado e acontece o financiamento de várias unidades habitacionais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito desse artigo, foi apresentado como a produção de ambiente construído por meio da ação estatal através de políticas habitacionais corresponde a uma forma de garantir a realização de capitais sobreacumulados no circuito produtivo. Destacamos ainda como o setor da construção civil é central neste sentido, uma vez que é uma parcela do capital com baixa composição orgânica, com altos períodos de amortização e que emprega grandes quantidades de capital e de força-de-trabalho. O resultado disso é a alta capacidade desse setor, junto a ações estatais, de dinamizar uma economia em crise.

Dentro dessa perspectiva, o papel do Estado é central. Em sua obra mais recente, Harvey (2017) procura demonstrar o papel do Estado no contexto da “racionalização das irracionalidades” do movimento de reprodução do capital. As reservas que o Estado possui,



recolhidas principalmente por meio de tributos, são utilizadas de tempos em tempos para permitir a realização da demanda efetiva, seja da classe capitalista no momento da produção, seja da classe trabalhadora no momento do consumo. O poder do Estado, portanto, mesmo no contexto neoliberal, não deve ser subestimado como preconiza o senso comum: neoliberalismo não significa menos estado, mas, ao contrário, um Estado igualmente forte que garante oportunidades de investimento aos capitais sobreacumulados.

O Brasil, como visto, encarou o setor da construção civil como sua principal possibilidade de desenvolvimento nacional, tanto na ditadura militar como no governo de Lula e Dilma Rousseff. Fundamental para a reprodução material da vida, a casa se torna uma mercadoria especial, cuja produção passa a ser uma forma de potencializar vários circuitos produtivos ao mesmo tempo em que tem força de cooptação e disciplinamento da classe trabalhadora. Tradicionalmente esta tem sido a forma de tratamento da habitação, sustentando, em larga medida o processo de crescimento periférico do Brasil e que transformou as grandes empreiteiras em verdadeiros partidos políticos com uma simbiótica relação com o Estado, processo que começou, de acordo com Campos (2012), desde a Ditadura Militar.

Nesse sentido, há ao mesmo tempo uma grande distorção do papel econômico do solo urbano, que passa a atender a interesses especulativos e à pressão das empreiteiras por dinamização e oportunidade de investimento a partir de incentivos públicos; e uma abordagem do problema habitacional de forma problemática, uma vez que não condiciona a produção a uma lógica de ampliação do acesso à moradia, e sim à disseminação da forma mercadoria através do produto casa, com fortes implicações na dinâmica territorial. Compreender as consequências desse processo e interpretar a política habitacional de forma contextualizada na dinâmica do capital globalizado é uma tarefa essencial para uma interpretação crítica da produção da habitação.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Pedro Fiori.; FIX, Mariana. 2009. Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Caros Amigos, São Paulo, p. 1-25.

BENCHIMOL, Jaime. 1992. Pereira Passos: um Haussmann tropical. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura.

BOLAFFI, Gabriel. 1979. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, E. (org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Editora Alfa-Omega. p. 37-70.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. 2012. A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro (1965-1985). (tese de doutorado). História Social. Niterói: Universidade Federal Fluminense.



- CAPUTO, Ana Cláudia; MELO, Hildete. 2009. A industrialização brasileira nos anos de 1950. Estudos econômicos (São Paulo), v.39, n.3.
- CARDOSO, Adauto Lucio; ARAGÃO, Thêmis Amorim; ARAUJO, Flávia de Sousa. 2011. Habitação de interesse social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. XIV Encontro Nacional da Anpur. Rio de Janeiro.
- CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. 2013. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, Adauto Lúcio (org.). O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 17 - 66.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. 2016. A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo.
- FERRO, Sérgio. 2006. Arquitetura e trabalho livre. São Paulo: Cosac Naify.
- FIX, Mariana. 2011. Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp (Tese de Doutorado).
- HARVEY, David. 2008. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola.
- HARVEY, David. 2009. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Loyola.
- HARVEY, David. 2011. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo
- HARVEY, David. 2012. Rebel cities. New York: Verso books.
- HARVEY, David. 2013. Limites do capital. São Paulo: Boitempo.
- HARVEY, David. 2015. Paris, capital da modernidade. São Paulo: Boitempo.
- HARVEY, David. 2017. Waysofthe world. Nova York: Verso books.
- HOBSBAWM, Eric. 1995. Era dos extremos: o breve século XX. Editora Companhia das Letras.
- JACOBS, Jane. 2011. Morte e vida das grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes.
- LEFEBVRE, Henri. 1973. A sobrevivência do capitalismo. Lisboa: Escorpião.
- LEFEBVRE, Henri. 1975. L'Etat – thome III. Paris: PUF.
- LOPES, João Marcos. 2007. Comentários incomodados. Revista do IEB, n.44, p.257-264.
- MAGALHÃES, Felipe. N. C. 2016. O espaço do Estado no neoliberalismo: elementos para uma redefinição crítica. GEOgraphia (UFF), v. 18, p. 25-60.
- MARX, Karl. 2013. O Capital: Crítica da Economia Política. São Paulo: Boitempo.
- MIOTO, B. T. A. 2016. Política Habitacional na América Latina no século XXI: uma análise comparativa entre o caso brasileiro e venezuelano. In: CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A.; JAENISCH, S. T. (orgs.). 22 anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, p.178-207.
- OLIVEIRA, Francisco. 1989. A economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro: Graal.
- ROLNIK, Raquel. 2015. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo.



ROYER, Luciana de Oliveira. 2009. Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz. 2012. A incorporação da metrópole: centralização do capital no imobiliário e nova produção do espaço em Fortaleza. Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.

SCHWARTZ, A. F. 2006. Housing policy in the United States. Routledge.

SHIMBO, Lúcia Zanin. 2010. Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos.

**GT 07 – Cidades e transformações do urbano na América Latina.****POLÍTICAS PÚBLICAS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO:
OS CASOS DA UPP NO VIDIGAL E DO MINHA CASA MINHA VIDA-ENTIDADES
NO PROJETO QUILOMBO DA GAMBOA**

Priscilla Glitz Mayrink (UFRJ)¹
priscillagmayrink@gmail.com

Paula Menezes Salles de Miranda (UFRJ)²
paulamsmiranda@gmail.com

RESUMO

O artigo tem por objetivo propor reflexão sobre a formulação de políticas públicas, buscando compreender a relação entre as suas formas de organização e suas consequências para a produção do espaço, seja em sua esfera física ou social, e para a efetividade democrática. A partir da análise de dois programas de governo com estruturas distintas, é aberto o debate sobre como cada um deles impacta na qualidade do espaço urbano e da vida social, partindo da hipótese de que a forma de concepção, estruturação e gestão de políticas públicas impactam diretamente na qualidade e vivência do espaço urbano, no exercício da cidadania e no grau de desigualdades socioespaciais. O programa da UPP (Unidades de Polícia Pacificadora) no recorte espacial da favela do Vidigal e o programa Minha Casa Minha Vida-Entidades no caso do Projeto de Moradia Popular Quilombo da Gamboa, ambos localizados na cidade do Rio de Janeiro, são utilizados como estudos de caso para as análises e reflexões propostas. Os programas são analisados através de pesquisa de campo, da perspectiva dos moradores a partir de entrevistas semiestruturadas e de levantamento de dados oficiais.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Organização Popular, Planejamento Urbano.

1. INTRODUÇÃO

O artigo tem por objetivo propor reflexão sobre a formulação de políticas públicas, buscando compreender a relação entre as suas formas de organização e suas consequências para a produção do espaço, seja em sua esfera física ou social, e para a efetividade democrática. A partir da análise de duas políticas públicas com estruturas distintas, é aberto o debate sobre como cada uma delas impacta na qualidade do espaço urbano e da vida social, partindo da hipótese de que a forma de concepção, estruturação e gestão de políticas públicas impactam diretamente na qualidade e vivência do espaço urbano, no exercício da cidadania e no grau de desigualdades socioespaciais.

¹ Mestre em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB), UFRJ, Brasil. Estudante de pós-graduação em Movimentos Sociais (NEPP-DH/UFRJ).

² Mestre em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB), UFRJ, Brasil.



Para tanto, é importante que estas políticas sejam formuladas a partir de e junto à população organizada, de forma a garantir a gestão do território de forma mais autônoma e democrática. Com isso, busca-se evidenciar a importância da participação popular ativa no processo de planejamento e gestão urbana, não sendo essa participação de forma meramente pontual e consultiva.

O programa das UPP (Unidades de Polícia Pacificadora) no recorte espacial da favela do Vidigal e o programa Minha Casa Minha Vida-Entidades no caso do Projeto de Moradia Popular Quilombo da Gamboa, ambos localizados na cidade do Rio de Janeiro, são utilizados como estudos de caso para as análises e reflexões propostas. Estes programas apresentam formas de concepção, estruturação e gestão distintas. Neste artigo, configuramos o programa das UPP como uma ação hegemônica, hierarquizada e sem participação popular, enquanto o programa Minha Casa Minha Vida-Entidades como uma ação contra hegemônica, baseada na autogestão.

As UPP (Unidades de Polícia Pacificadora) constituem um programa de segurança, atualmente sob responsabilidade da Prefeitura do Rio de Janeiro através do IPP (Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos), criado a partir do decreto nº 41.650 de janeiro de 2009 que alega a necessidade de uma tropa especializada para executar a pacificação e a *“manutenção da ordem pública nas comunidades carentes”*³.

A UPP social, que atualmente se chama Rio+Social, foi criada a partir do Decreto nº42.727, emitido em 30 de novembro de 2010, e se insere na estrutura da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Segundo este decreto, o programa serve para promover o desenvolvimento social nas áreas “pacificadas”, compreendendo que, para além da segurança pública, é papel do Estado a execução de políticas sociais para a *“consolidação do controle territorial e da pacificação, à promoção da cidadania e do desenvolvimento social e à integração plena das comunidades pacificadas por Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) ao conjunto da cidade do Rio de Janeiro”*⁴.

A formulação deste programa surgiu no contexto de megaeventos que aconteceriam na cidade do Rio de Janeiro⁵, tendo por finalidade preparar a cidade em termos de segurança para os eventos e para as atividades turísticas a partir de um modelo de governança neoliberal (VALENTE, 2016). A articulação da expansão do projeto das UPP com o Comitê Olímpico deixa evidente esse interesse (FREEMAN, 2012), assim como a sua

³ DECRETO Nº 41.650 DE 21 DE JANEIRO DE 2009.

⁴ DECRETO Nº 42.727 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010.

⁵ Jogos Militares em 2011, Rio+20 em 2012, Copa das Confederações e Jornada Mundial da Juventude em 2013, Copa do Mundo em 2014 e Jogos Olímpicos e Paralímpicos em 2016.



própria espacialização (FAULHABER; AZEVEDO, 2015). Diante desse cenário próximo, aqueles que estavam à frente da organização para os megaeventos tiveram interesse na prática imediata do programa, sem que houvesse tempo suficiente para a elaboração e formulação de estudos antes da primeira Unidade ser instalada em 2008, no Santa Marta (OST, 2012).

O programa contou com forte interesse econômico por parte do setor privado, evidente a partir da parceria firmada entre a iniciativa privada (Grupo EBX, Bradesco Seguros, Coca-Cola, Souza Cruz e a Confederação Brasileira de Futebol - CBF) e o Governo do Estado para o financiamento da implementação das UPP na cidade. Na verdade, através da pacificação seriam liberados novos potenciais territórios para novos consumidores *“que poderiam incorporar até R\$38 bilhões provindos das favelas na economia formal da cidade (apenas a Light⁶ perde US\$ 200 milhões por ano com a irregularidade dor fornecimento de luz nas favelas do Rio)”* (VALENTE, 2016: 143).

É importante ressaltar que o programa como um todo não tem por objetivo programático atuar contra o tráfico de drogas, mas sim retomar territórios que estariam dominados por grupos paraestatais, para que estes espaços fiquem sob domínio do governo, territorializando o perigo em determinados fragmentos da cidade (VALENTE, 2016). Desta forma, o plano-discurso alega que através da presença policial os moradores passariam a ter acesso à cidadania através da chegada de serviços e do atendimento de suas demandas.

Para contrapor o exemplo das UPP, trazemos o caso do Projeto de Moradia Popular Quilombo da Gamboa, no Rio de Janeiro, que está inserido no contexto do Programa Federal Minha Casa Minha Vida-Entidades (MCMV-Entidades), como exemplo de ação contra-hegemônica.

O Programa MCMV-Entidades integra o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) (Lei n. 11.977, 7 jul. de 2009), lançado em 2009 no Governo Lula, e é destinado às famílias com faixa 1 de renda. O Programa concede financiamentos a beneficiários organizados por uma Entidade Organizadora (EO), podendo ser associações, cooperativas, sindicatos, etc. Os recursos são provenientes do Orçamento Geral da União, aportados ao Fundo de Desenvolvimento Social (FERREIRA, 2012).

Apesar do MCMV ter sido lançado com a justificativa de diminuir o déficit habitacional no país, Cardoso e Aragão (2013) indicam que um dos objetivos do programa era intensificar a indústria de construção, se inclinando para interesses do capital imobiliário, o que nos faz compreender que, desde a origem, o MCMV era um programa com interesse

⁶ Empresa privada distribuidora de energia da região Sudeste.



econômico e não social. O setor privado passa, então, a ser o principal agente promotor da política, cabendo às empresas construtoras e incorporadoras a iniciativa de produzir. Assim sendo, também cabe a elas a decisão referente à escolha dos terrenos, tipologia do empreendimento, tecnologias construtivas, número de unidades, qualidade dos materiais, ou mesmo a faixa de renda à qual o empreendimento seria destinado (CARDOSO, MELLO e JAENISCH, 2015, p.74). Essa medida do governo foi, acima de tudo, uma forma de amenizar a crise econômica de 2008 iniciada nos Estados Unidos e que refletiu no setor imobiliário brasileiro (CARDOSO, 2013). Desse modo, fica claro o privilégio aos interesses empresariais, tirando o protagonismo do poder público na produção de habitação social.

Para a realização do presente trabalho foram realizadas pesquisas predominantemente qualitativas. A análise das UPP através do estudo de caso do Vidigal foi desenvolvida com levantamento de dados oficiais e com intenso trabalho de campo para a realização de entrevistas semi-estruturadas com diversos agentes do processo de transformação do território em questão, a exemplo de moradores, empreendedores locais, representantes da Associação de Moradores e policiais da UPP no Vidigal. Em relação ao estudo sobre o Programa MCMV-Entidades através do caso Quilombo da Gamboa, além da captação de dados oficiais, foi realizada pesquisa interdisciplinar sobre autogestão para a apreensão do tema. A participação em reuniões e encontros do coletivo foi de extrema importância para a familiarização do objeto pesquisado, conhecendo os sujeitos atuantes no processo e compreendendo mais de perto as questões do desenvolvimento de um projeto de autogestão habitacional a partir de um programa de governo. As entrevistas semiestruturadas foram desenvolvidas com três categorias de agentes do processo: participantes do coletivo (futuros moradores), representantes dos movimentos sociais organizadores e assessorias técnicas.

2. PRODUÇÃO HEGEMÔNICA E CONTRA-HEGEMÔNICA DO ESPAÇO:

Se por um lado as cidades são percebidas como espaços da liberdade e da prática democrática, por outro elas se apresentam espacialmente fragmentadas, segregadas e hierarquizadas, traduzindo as relações sociais existentes a partir de uma estrutura social hierárquica, conflituosa e que apresenta formas de dominação (RIBEIRO; SANTOS JUNIOR, 2003). A fragmentação e individualização prejudicam a própria ideia de cidadania, pois esta deixa de ser vista enquanto um direito coletivo e passa a ser individualizada, implicando na percepção das pessoas por suas diferenças e não coletividades (SANTOS, 2014; RIBEIRO; SANTOS JUNIOR, 2003).



O conceito de cidadania elaborado por SANTOS (2014) se baseia na ideia de que o indivíduo, por viver em sociedade, possui certas prerrogativas sociais, dentre elas os direitos necessários para a vida em coletividade e os deveres para o convívio social (SANTOS, 2014). Se a cidadania se baseia em um princípio coletivo, ela também atrela princípios de liberdade e autonomia do cidadão, buscando garantir que o indivíduo seja capaz de reivindicar, reclamar e que tenha entendimento de si e de mundo tal que lhe confira a possibilidade de refletir sobre a sociedade de forma autônoma. No entanto, a desigualdade impossibilita essa autonomia e liberdade, uma vez que a falta de acesso aos direitos fundamentais da existência humana prejudica as condições básicas necessárias a elas (RIBEIRO; SANTOS JUNIOR, 2003).

A urbanização desigual, bem como a própria estrutura social, gera desigualdade na distribuição espacial da oferta de serviços essenciais à vida, onde as áreas mais pobres são as áreas que apresentam menor oferta, pois o consumo gera “*idades criadas para servir a economia e não à sociedade*” (SANTOS, 2014: 60). A segregação socioespacial e a distribuição desproporcional das riquezas influenciam diretamente no exercício da cidadania, uma vez que geram espaços desiguais onde uns apresentam melhores condições à prática cidadã enquanto outros podem, inclusive, servir como uma barreira ao seu exercício (RIBEIRO; SANTOS JUNIOR, 2003; SANTOS, 2014).

Essas desigualdades também dizem respeito às desigualdades de poder social, ou seja, a capacidade que diferentes grupos localizados no espaço possuem de disputar os recursos urbanos distribuídos no território, o que traduz o seu nível de empoderamento (RIBEIRO; SANTOS JUNIOR, 2003). Como tornar uma ordem efetivamente democrática diante de um sistema que produz desigualdades socioespaciais e níveis diferentes de cidadania distribuídos territorialmente (RIBEIRO; SANTOS JUNIOR, 2003; SANTOS, 2014; TEIXEIRA, 2001)?

Para Ermínia Maricato (2013), criar condições para a emergência de conflitos é reconhecer o direito à reivindicação dos diversos atores urbanos. Dessa forma, Maricato (2013) aproxima ao debate a questão da participação popular no planejamento e gestão urbana, defendendo a importância da formulação de planos elaborados de forma participativa tanto no reconhecimento dos conflitos quanto na tomada de decisões por parte da população (MARICATO, 2013).

Nesse sentido, a autogestão como forma de organização popular pode contribuir na luta contra as desigualdades socioespaciais tão marcantes nas cidades brasileiras. É possível ampliar essa participação na formulação de políticas públicas e, com isso, mudar a forma política, econômica e social vigente a partir da auto-organização da classe.



É importante destacar que a formulação e gestão de políticas públicas a partir da organização autogerida pode permitir o fortalecimento de relações sociais, de vínculos comunitários e de pertencimento do lugar. Além disso, essa forma de organização contribui para a construção de práticas sociais que estimulam o rompimento da cultura individualista e autoritária da sociedade capitalista, indo em direção aos princípios de coletividade e troca de saberes pelos grupos organizados.

A democratização das tomadas de decisões a partir de conselhos e assembleias, transforma sujeitos em protagonistas efetivos do planejamento urbano e garante acesso mais justo à informação e participação cidadã. Assim sendo, a autogestão estimula o desejo coletivo de luta e mudança, garantindo o direito de reclamar, de reivindicar e de transformar a cidade a partir dos anseios da população.

3. PRODUÇÃO HEGEMÔNICA: O CASO DAS UPP

O Vidigal é um bairro da cidade do Rio de Janeiro localizado na encosta do Morro dos Dois Irmãos, e a favela do Vidigal está inserida no bairro do Vidigal, possuindo dois acessos a partir da Avenida Niemeyer. A UPP do Vidigal foi inaugurada em 18 de janeiro de 2012, oficializada pelo poder público através da Resolução SESEG Nº 523 de fevereiro de 2012 que cria a UPP Vidigal/Chácara do Céu, abrangendo ambas as comunidades.

Por representar a presença do poder público nas favelas, as UPP acabam recebendo um papel político-administrativo local, conferindo a uma instituição policial, que possui um histórico de relações conflituosas em territórios de favelas, o papel de mediadora de conflitos internos e de articulação com outras instituições e serviços públicos. Esta função é prejudicial na medida em que esta não é competência de policiais, podendo contribuir para o enfraquecimento do papel da Associação de Moradores, da própria organização dos moradores para reivindicações de demandas internas e da responsabilidade e presença de instituições e serviços públicos na favela (SILVA, 2010).

A UPP no Vidigal não foge à regra, atuando em diversas áreas fora da competência policial, o que acaba por também sobrecarregar a instituição. De regulação do trânsito interno à organização de Conselhos Comunitários de Segurança⁷, a UPP atua na mediação de conflitos entre moradores, de moradores com instituições públicas, além de atividades de aproximação com a comunidade através de atividades físicas, reforço escolar, aula de música e passeios⁸. Portanto, questões que deveriam ser intermediadas pela Associação de

⁷ Reuniões mensais entre moradores, policiais e representantes de demais instituições públicas na tentativa de resolução de conflitos internos, organizadas pela UPP.

⁸ Na Chácara do Céu são oferecidas aulas de vôlei para público infantil, ginástica para adultos e reforço escolar (fora das escolas). No Vidigal as atividades oferecidas pela UPP se concentram no reforço escolar e na



Moradores, pela organização popular e até por outras instituições acabam recaindo sobre a UPP.

A função político-administrativa realizada pela UPP também impacta nos momentos de lazer comunitário. A realização de eventos dentro da comunidade passou a ser regulada pela UPP através de um documento chamado “nada a opor” que é oferecido pela mesma para permitir que um evento, uma festa ou encontro possa ser realizado. Com isso, os bailes funks que existiam não são mais permitidos e alguns moradores evidenciam as dificuldades que encontram para realizar eventos e comemorações pela obrigatoriedade desse pedido formal para eventos internos.

A ocupação policial da favela gerou impactos locais diversos. A presença de policiais e o aparente fim da atuação do tráfico permitiu a segurança necessária para a entrada do mercado na favela, criando solo fértil para a atuação do mercado imobiliário, comercial e da especulação da terra no Vidigal. A aparente sensação de segurança proporcionada pela UPP junto à privilegiada localização atraíram novos moradores interessados em morar na Zona Sul a preços mais acessíveis, estrangeiros atraídos pela experiência de morar em uma favela e investidores interessados em explorar comercialmente o local. Com isso, o preços dos aluguéis, de imóveis para compra e venda e os custos de vida de maneira geral aumentaram e muitas famílias não são mais capazes de arcar com as novas despesas, tendo que sair do Vidigal para morar em locais mais afastados. O que os relatos indicam é que os moradores que saem do Vidigal são aqueles com renda mais baixa e sem moradia própria. Dessa forma, acabam migrando para outros locais que costumam estar distantes da oferta de serviços⁹, que não oferecem segurança aos moradores e que estão localizados mais distantes dos locais de trabalho.

A transformação do uso do solo local ocorre principalmente a partir da intensificação do uso comercial e turístico. Os relatos de intensificação das atividades turísticas são amplamente difundidos, seja através da percepção de novas construções voltadas para “gente de fora”, seja pelos relatos do número de visitantes diários na favela¹⁰, do aumento da presença de estrangeiros e da valorização das visuais da paisagem. A partir da chegada

organização de palestras e passeios como forma de aproximação dos policiais com moradores. Esses programas organizados pela UPP estão condicionados tanto à situação específica de cada comunidade quanto às mudanças da equipe policial e mudanças de governo.

⁹ Em julho de 2015, em um momento ainda anterior ao início das entrevistas, em uma visita ao Vidigal encontramos com alguns jovens na rua com os quais conversei e que relataram que muitos moradores antigos estão saindo do Vidigal. Um deles, inclusive, era morador do Vidigal e teve que se mudar para a Baixada Fluminense com a família pois não estavam conseguindo se manter no local com o aumento do custo de vida.

¹⁰ Uma moradora chega a relatar que *“todo dia sobe gente de fora. Tem muito gringo mesmo, assim, pessoas que são estrangeiras mesmo. Tem muita gente daqui que vem também conhecer né. As vezes sobe uns 300, 400 (...) muita gente”*. É evidente que a quantificação parte da percepção da moradora e não a partir de um levantamento oficial e detalhado, mas o interessante é perceber o quão expressivo se mostra a presença de turistas no Vidigal diariamente, fato confirmado por outros moradores entrevistados.



de novos visitantes surgiram novos estabelecimentos comerciais através da construção de hotéis, albergues e novos tipos de comércio, muitos voltados mais para o atendimento da demanda turística do que da demanda dos moradores.

O *Arvrão*, por exemplo, que hoje em dia é um local claramente turístico, era no passado uma área residencial bastante desvalorizada. Como disse uma moradora: "*primeiro porque era muito alto, segundo porque era muito violento (...) e as pessoas estavam cagando pra vista porque não tinha tempo nem de contemplar*". O local era uma área desvalorizada por estar situada na parte alta do Vidigal, o que dificultava o acesso, e por ser considerada perigosa pela forte atuação do tráfico. A partir da chegada da UPP, esse cenário se transformou completamente e hoje em dia é uma das áreas mais valorizadas, atraindo visitantes, turistas e novos comércios interessados na vista panorâmica da zona sul do Rio de Janeiro.

Existe uma relação de ampliação do uso do solo para função comercial e turística e diminuição da função social do solo. Se os estabelecimentos comerciais e turísticos vêm sendo ampliados, antigos moradores estão tendo que sair pelo aumento do custo de vida local e o acesso a bens e serviços vêm sendo pouco a pouco suprimidos. No passado, esses serviços já se mostravam insuficientes para atender os moradores, e atualmente essa situação vem sendo aprofundada com o crescimento populacional que sobrecarrega a infraestrutura local. Os locais que abrigam serviços públicos vêm se tornando cada vez menos expressivos. O posto de saúde, por exemplo, é um espaço insuficiente para atender os moradores e que permanece o mesmo desde a década de 1980. Além de não ter sido ampliado, a clínica da família prometida não foi sequer construída. O POUZO (Posto de Orientação Urbanística e Social), que antes ocupava o edifício que hoje abriga a sede administrativa da UPP no Vidigal, se tornou um pequeno balcão em uma construção que abriga diversos pequenos comércios e que está constantemente fechado¹¹. Ou seja, os espaços institucionais, que já eram poucos e deficientes vêm se tornando cada vez menos presentes.

Nesse sentido, percebemos um processo de mercantilização do espaço local que reforça a fragmentação social e aprofunda a pobreza das famílias que ali habitam. Os moradores passam a sofrer com o aumento do custo de vida, a perda de espaços de lazer, o empobrecimento por novos gastos (ex: conta de luz) e a dissolução das relações de proximidade, além das complicações no espaço físico pelo crescente fluxo de visitantes e sobrecarregamento da infraestrutura local. Por isso, o que fica evidente é que a política em questão responde mais à necessidade "*de reconfiguração do espaço e de sua*

¹¹ Durante todo o período da pesquisa, o POUZO não foi encontrado aberto nos dias de visita de campo, portanto não foi possível realizar entrevista com representantes.



mercantilização do que às demandas historicamente postas pelos favelados” (GOMES; FERNANDES; FRANÇA, 2013: P.20). Com isso, apesar de provocar determinadas melhorias, como o fim dos tiroteios constantes e maior liberdade de circulação pelos moradores, o balanço geral é o aprofundamento das desigualdades socioespaciais e a manutenção das dinâmicas urbanas excludentes que marcam o histórico das cidades brasileiras (GOMES; FERNANDES; FRANÇA, 2013).

3. PRODUÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA: O CASO DO QUILOMBO DA GAMBOA

O caso do Quilombo da Gamboa, na cidade do Rio de Janeiro, é um projeto habitacional enquadrado no programa MCMV-Entidades. Esse projeto surgiu a partir da conquista de um terreno na área central carioca por movimentos sociais, através de uma política de destinação de terrenos públicos para habitação de interesse social que ocorreu em várias cidades brasileiras¹².

Um dos terrenos que se localiza na região portuária do Rio de Janeiro foi destinado para os movimentos sociais União por Moradia Popular (UMP-RJ) e Central de Movimentos Populares (CMP), que já atuavam na cidade lutando por moradia digna através de ocupações de edifícios abandonados e projetos de construções habitacionais autogeridas. A Fundação Bento Rubião (FBR)¹³ também participa da gestão do projeto Quilombo da Gamboa, assinando como entidade organizadora e prestando assessoria técnica.

O grupo foi formado em sua maioria por moradores da antiga Ocupação Quilombo das Guerreiras¹⁴, e outra parte por famílias que sofriam ameaça de despejo em comunidades cariocas. O grupo Quilombo da Gamboa começou a se reunir em 2009 e junto às arquitetas do Chiq da Silva¹⁵ desenvolveram o projeto de arquitetura. Desde a criação do coletivo, todo o processo foi realizado sem qualquer financiamento do governo, até que no ano de 2015 conseguiram fechar contrato com o Programa MCMV-Entidades, contando com financiamento da Caixa Econômica Federal.

O projeto está sendo desenvolvido a partir de uma gestão mais autônoma e democrática, se comparado com as formas tradicionais de produção habitacional (gestão

¹² Em 2006, na primeira gestão do governo Lula, foi criado um Grupo de Trabalho Nacional da Secretaria do Patrimônio da União para a identificação de terras públicas e destinação para habitação de interesse social. O objetivo desse trabalho era juntar entidades locais, em diversas cidades do Brasil, para buscar terras da União que tinham potencial para serem destinadas para moradia popular. Esse trabalho resultou em uma portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Portaria 388/2008 - ver anexo 1), destinando diversos terrenos para construção de Habitação de Interesse Social, vinculados ao Fundo Nacional Habitação de Interesse Social.

¹³ A Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião é uma organização não-governamental sem fins lucrativos que atende a grupos populacionais que tem seus direitos humanos violados, lutando pela redução das desigualdades sociais.

¹⁴ Grupo de pessoas que ocupou em 2006 um edifício abandonado, onde antes funcionava o setor de engenharia da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ).

¹⁵ Assessoria técnica que desenvolve projeto de habitação de interesse social junto com movimentos sociais.



verticalizada vinda de empreiteiras ou órgãos públicos). Apesar das habitações autogeridas não apresentarem um número satisfatório de moradias, se comparado com a produção empresarial, o sistema de autogestão habitacional pode contribuir para construção de habitações que se aproximam mais da realidade dos moradores. Dessa forma, o programa MCMV-Entidades, no momento o único que permite a organização mais horizontal da produção de moradia popular, possibilita essa forma de gestão vinda de baixo para cima que parte dos movimentos sociais, das organizações que lutam por moradia e dos próprios moradores.

A representante da UMP afirma que a formulação do programa veio de um projeto formal de entidades que nunca haviam trabalhado com esse tipo de organização na construção de moradia. De acordo com ela *“Ministério, entidades, Caixa Econômica bateram a cabeça (...)”*. Assim, ela mostra a importância dos movimentos – que trabalham na prática com esses projetos – estarem participando da formulação das regras dos programas. O representante da CMP acrescenta que, em geral, os movimentos têm representantes no Conselho das Cidades, o que auxilia – de forma limitada – essa adaptação do programa as necessidades dos grupos¹⁶.

A busca por mais participação da população nas decisões políticas, no planejamento urbano e na produção habitacional são demandas dos movimentos sociais. O Programa MCMV-Entidades – apesar de suas limitações – se aproxima, de certa forma, dessas reivindicações.

A partir da pesquisa de campo no processo de desenvolvimento do projeto Quilombo da Gamboa, pudemos observar que as escolhas de elementos projetuais, assim como a gestão de finanças, buscam cada vez mais autonomia em relação às interferências externas. Apesar da pressão da prefeitura para que haja a padronização do projeto diante de outros conjuntos do MCMV construídos a partir da gestão empresarial, o coletivo consegue implementar escolhas autônomas no projeto, a exemplo dos usos e da localização para os espaços coletivos e da planta dos apartamentos.

Esse tipo de gestão de produção habitacional também permite mais organização social e formação política dos grupos envolvidos, estimulando a busca por seus direitos como cidadãos. No caso Quilombo da Gamboa, muitas são as discussões sobre a conjuntura política, o papel das mulheres no processo e o direito à cidade, incluindo o direito à moradia digna. Dessa forma, a representante da FBR acredita que pensar os espaços a partir da autogestão, com mais participação da população, pode ser um caminho para ajudar na transformação da cidade como um todo.

¹⁶ Vale comentar que o impeachment da então Presidente Dilma Rousseff e posse de Michel Temer, resultou no aprofundamento dessa limitação e da dificuldade de relação dos movimentos sociais com o Conselho das Cidades, além na ampliação de cortes nas políticas habitacionais, que já vinham acontecendo.



O processo de gestão horizontal nos mostrou também um fortalecimento dos laços comunitários. Apesar do grupo enfrentar dificuldades de participação efetiva por diversas questões, muitas pessoas passam por processos de transformação, como afirmou a representante da FBR: *“Algumas pessoas por nunca ter tido direito a voz, ainda não têm postura de falar, mas você vê muito a transformação delas. Pessoas que chegam caladas no grupo e no final estão super fortalecidas, empoderadas, mulheres.”*

Vale apontar que a participação efetiva dos integrantes do grupo é importante para o resultado final do projeto, pois possibilita a criação de espaços mais próximos das demandas do coletivo. A representante da UMP reforça a importância de pensar desde o começo a permanência das famílias no local após o projeto finalizado, assim como o papel do trabalho social e da geração de renda. Também destaca o trabalho com o núcleo familiar como forma de apreensão do valor coletivo da conquista das moradias e a importância da continuidade na organização do grupo. *“Nós como entidades tentamos amarrar de trabalhar o núcleo familiar, com os filhos, mostrar quanto tempo a família demorou para conquistar a moradia, então era interessante que você ficasse nela, pelo valor sentimental e de trabalho.”* (Representante da UMP entrevistada).

Um dos participantes do coletivo mostra a importância de continuar a organização do grupo depois da obra finalizada e de pensar na gestão dos espaços coletivos a partir daqueles mais vulneráveis, criando espaços de geração de renda e cooperativas. Além disso, debatem sobre a implementação de espaços de cultura, de educação e de lazer dentro do terreno. O representante da CMP comenta sobre a importância de pensar não só a habitação, mas também a infraestrutura necessária para a permanência dessas pessoas no local. Ou seja, a luta do grupo não é apenas por moradia, mas também por transporte, creche, escola e espaços de lazer na região.

Podemos também perceber um esforço do grupo em manter uma melhor relação do projeto com o bairro, a partir de espaços de comércio e serviços. Assim, apesar de ser uma propriedade privada com financiamento individual de unidades habitacionais, o projeto de moradia Quilombo da Gamboa, consegue debater e materializar no projeto espaços que vão além das unidades habitacionais, e que, por isso, podem contribuir para o cumprimento de sua função social para a região.

Contudo, a partir da análise desse estudo de caso, podemos entender que o Programa MCMV-Entidades apresenta alguns limites em relação a produção habitacional autogestionária. O financiamento pela Caixa Econômica e as bases normativas padronizadas aparecem como obstáculos para o desenvolvimento de questões importantes para o coletivo como a implementação de propriedade coletiva e limitações em relações aos usos. Entretanto, é um programa que permite a organização social e o debate político



inserido na gestão da produção habitacional, proporcionando mais autonomia para movimentos sociais e moradores participarem do desenvolvimento de seus espaços de moradia, contribuindo para a construção mais democrática da cidade.

4. CONCLUSÃO:

Enquanto o programa da UPP parte do interesse do poder público, sem prévio debate com a população, e é estruturado de forma vertical e hierárquica, o programa MCMV-Entidades, destinado à produção habitacional autogestionária, representa uma conquista dos movimentos sociais na luta por moradia, apresentando uma gestão com maior grau de autonomia e horizontalidade. A partir das análises realizadas, percebe-se que, apesar de serem programas com propostas e escala de atuação distintas, os efeitos do programa MCMV-Entidades no caso do Quilombo da Gamboa são positivos quanto à organização popular, autonomia e busca pela qualidade e integração do espaço urbano, enquanto o programa das UPP no caso do Vidigal apresenta efeitos negativos quanto a essas mesmas questões.

A pesquisa nos permitiu perceber que o discurso das UPP não condiz com suas práticas e com a sua própria estrutura. O que é dito como sendo uma política de segurança que serviria à integração, à cidadania dos moradores das favelas “pacificadas” e à chegada de serviços, não se mostra verdadeira. O resultado da aplicação da política acaba por ter um resultado oposto do que é proposto, não por uma obra do acaso, mas sim pela própria forma de elaboração e pela sua própria estrutura e construção enquanto política pública.

Como já refletido por Freeman (2012), em seus estudos de 7 favelas no início das ocupações pelas UPP, essa política possui elo forte com a necessidade de expansão do mercado consumidor e da criação de áreas seguras para entrada de empresas, incumbindo ao Estado o papel de garantir o funcionamento de uma cidade neoliberal. No caso do Vidigal, fica evidente que a presença ostensiva do tráfico no passado era um empecilho às atividades econômicas formais, as quais passaram a adentrar este espaço com a chegada do programa. Muito mais do que servir à função social da cidade e garantir cidadania e condições dignas para a reprodução social de uma classe empobrecida, a UPP no Vidigal cumpre papel de melhorar e garantir as condições necessárias para a atuação do mercado.

A participação democrática no processo de gestão da cidade em suas múltiplas escalas é de extrema importância, pois contribui para o acesso à informação e formação política da população, estimulando a busca por direitos da classe. É necessário pensar políticas públicas complexas e amplas, de forma com que possam se adaptar às diferentes



realidades e necessidades existentes no contexto urbano, ao mesmo tempo que compreendam o território como um todo e não apenas fragmentos dele. Além disso, é necessário que a forma de pensar a cidade seja feita de maneira coesa e junto aos habitantes, para que as demandas existentes sejam atendidas e os efeitos negativos das intervenções sejam minimizados.

As experiências autogestionárias podem contribuir para uma organização coletiva de resistência da população mais vulnerável em relação às formas tradicionais de planejamento urbano. Além disso, a autogestão é capaz de levar em consideração as especificidades locais, tanto do entorno quanto dos habitantes, possibilitando a criação de um projeto de cidade que se adeque às demandas latentes daquele espaço. Ao contrário desse processo, o programa da UPP, construído a partir de uma gestão hegemônica e hierárquica, segue a ideia do “dogma de unificação das favelas”, representando estes espaços de forma homogênea e buscando solucionar os problemas de territórios distintos e distantes entre si com uma mesma cartilha política (BURGOS et al., 2011).

Enquanto isso, o programa MCMV-Entidades no caso do Quilombo da Gamboa, apesar de apresentar limitações, está possibilitando a criação de espaços que possam cumprir com a função social para a cidade. Esse debate dialoga com a ideia de direito à cidade de Lefebvre (2001) e Harvey (2014), que mostram a importância da classe trabalhadora assumir o papel de protagonista na produção de cidades mais justas. Lefebvre (2001, p.113) afirma que “(...) *não quer dizer que a classe operária fará sozinha a sociedade urbana, mas que sem ela, nada é possível. A integração sem ela não tem sentido, e a desintegração continuará sob a máscara e a nostalgia da integração*”, enquanto Harvey (2014), defende a ideia do direito à cidade a partir de um esforço coletivo em transformar o espaço urbano de acordo com nossas necessidades coletivas. Neste sentido, a luta por emancipação no planejamento urbano e na gestão e formulação de políticas públicas frente ao poder hegemônico se torna necessária diante de uma constante marginalização das parcelas vulneráveis da população brasileira e das desigualdades existentes em nosso cenário.

REFERÊNCIAS

BURGOS, Marcelo Baumann et al. **O efeito da UPP na percepção dos moradores das favelas.** Desigualdade & Diversidade: Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, Rio de Janeiro, v. 11, p.49-98, ago/dez. 2011.

CARDOSO, Adauto e ARAGÃO, Thêmis. **Do fim do BNH ao programa minha casa minha vida.** In: O programa minha casa minha vida e seus efeitos territoriais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.



CARDOSO, Adauto; MELLO, Irene e JAENISCH, Samuel. **A implementação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro:** agentes, processos e contradições. In: AMORE, Caio; SHIMBO, Lúcia; RUFINO, Maria Beatriz (org). Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

CARDOSO, Adauto. **Minha Casa Minha Sina:** implicações da recente produção habitacional pelo setor privado na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. In: O programa minha casa minha vida e seus efeitos territoriais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. **Remoções:** no Rio de Janeiro Olímpico. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FERREIRA, Regina. **A autogestão habitacional no Brasil a partir do Governo Lula:** produção e agentes. In: Autogestão Habitacional no Brasil: utopias e contradições. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

FREEMAN, James. **Neoliberal accumulation strategies and the visible hand of Police Pacification in Rio de Janeiro.** Reu (revista de Estudos Universitários), Sorocaba, Sp, v. 38, n. 1, p.95-126, jun. 2012.

GOMES, Maria de Fatima Cabral Marques; FERNANDES, Lenise Lima; FRANÇA, Bruno Alves de. **Dinâmicas de uma cidade em transformação:** urbanização, segurança pública e tráfico de drogas no Rio de Janeiro. In: GOMES, Maria de Fatima Cabral Marques et al. Renovação urbana, mercantilização da cidade e desigualdades socioespaciais. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013. Cap. 1. p. 19-36.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **Direito à Cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias:** Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único:** Desmanchando consensos. 8. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. Cap. 4. p. 121-192.

OST, Sabrina Marinho. **O Mercado sobe a favela:** um estudo sobre o Santa Marta pós-UPP.. 2012. 87 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Democracia e segregação urbana:** reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira. Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales, Santiago de Chile, v. XXIX, n. 88, p.79-95, dez. 2003.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. 176 p.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. **Afinal, qual é das UPPs?** Observatório das Metrôpoles, Rio de Janeiro, 18 mar. 2010.

VALENTE, Júlia. **UPPs:** Governo militarizado e a ideia de pacificação. Rio de Janeiro: Revan, 2016. 192 p.



GT 07 – Cidades e Transformações do Urbano na América Latina

UMARIZAL: EXPERIÊNCIA LIMINAR EM UM BAIRRO AMAZÔNICO

Danilo Miranda Caetano (Universidade da Amazônia)¹
nilocaetano@yahoo.com.br
Angelo Martins Cavalcante (Universidade da Amazônia)²
angelocavalcante@gmail.com

RESUMO

Este artigo discute aquilo que Walter Benjamin, em suas “Passagens” (2006), chamava de tempo limiar. Quer dizer, uma condição que surgiria da alteração na relação entre tempo e espaço impulsionada pela modernidade. O faz como possibilidade de análise da condição temporal/espacial atual de Belém, tomando como ponto de partida um de seus bairros mais emergentes, especificamente três de suas praças: 1) Praça Santos Dumont (Brasil), 2) Praça de Alimentação do Boulevard Shopping e 3) a Vila Truck Food Park (uma espécie de praça de alimentação de rua, formada por trailers que vendem comidas e lanches). O trabalho objetiva propor uma relação entre esses lugares, considerando suas formas, experiências (vivências) e representações, como analogia para a interpretação da própria condição atual de Belém enquanto ente urbano imerso em processos de modernização descontínuos. As análises, além dos insights de Walter Benjamin (1994; 2006) sobre modernidade e liminaridade, terão, ainda, como suporte teórico-metodológico, autores como Clifford Geertz (1998; 2001; 2013) e sua antropologia hermenêutica, os estudos sobre desenvolvimento urbano de Giulio Carlo Argan (2005) e Bernardo Secchi (2009) as teorias sobre pós-modernidade de Frederic Jameson (1985; 2002), a comunicação visual urbana e polifônica de Massimo Canevacci (2001; 2004) e as considerações sobre processos liminares e ações simbólicas de Victor Turner (2008; 2013).

Palavras-chave: Cultura Amazônica. Belém-estética urbana. Liminaridade-Umarizal.

1. INTRODUÇÃO

É possível que precisemos de mais metáforas. Geertz não disse isso, mas poderia tê-lo dito em uma de suas inúmeras exposições sobre o método interpretativo, etnográfico, cunhado e desenvolvido por ele próprio. O antropólogo estadunidense, ao contrário da corrente antropológica clássica (Malinowski, Boas, Lévi-Bruhl, Evans-Pritchard, Lévi-Strauss etc) que tentava (ainda tenta) explicar e interpretar elementos culturais como expressões

¹ Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação, Linguagem e Cultura (PPCLC), Universidade da Amazônia (Unama), Brasil.

² Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação, Linguagem e Cultura (PPCLC) da Universidade da Amazônia (Unama), Brasil.



individuais de seus agentes sociais, entendia que essas expressões melhor seriam compreendidas se pensadas como instituições sociais, contextualizadas (GEERTZ, 2013), possíveis, portanto, de serem metaforizadas para ajudar a explicar a ação social.

Um método configurado como uma “produção colaborativa do conhecimento etnográfico” (CLIFFORD, 2002, p. 57). Um procedimento afeito à observação dos detalhes e ao estranhamento daquilo que comumente é tido como familiar (CANEVACCI, 2004). Correspondente “em Walter Benjamin, ao duplo movimento de imersão no objeto para que, depois, possamos tomar em relação a ele a distância certa”³.

Este trabalho utiliza o método geertziano de interpretação cultural como um caminho para analisar o fluxo do discurso social e só então fixá-lo em uma forma inspecionável (GEERTZ, 2014). Um procedimento que não segrega a experiência de seu simbolismo ou a forma expressada de seu tempo, de seu momento expressivo, espacial. Que permite ao pesquisador realizar “adivinhações [...] e não a descoberta do Continente do Significado e o mapeamento da sua paisagem incorpórea” (GEERTZ, 2014, p. 14).

Etnografia utilizada a partir de sua virada epistemológica, de um conceito de cultura muito mais semiótico, como um entrelaçar de símbolos interpretáveis que observa as “teias de significados” tecidas pelo próprio homem tendo a consciência de que uma piscadela não é a mesma coisa que um tique nervoso (GEERTZ, 2014) e que compreender a diferença entre uma coisa e outra é ir muito além das superfícies encantadoras (às vezes até suficientes), teimosas em suplicar por nossa morada eterna. Superfícies capazes, ainda, de mascarar a liminaridade de um tempo, de uma existência, e de determinar a história como uma narrativa encadeada de fatos ordinais muitas vezes reconvocados como pastiche (JAMESON, 1985) apaziguador a dar conta de sentimentos dúbios, duplos, “estranhos”, típicos dos tempos atuais.

Compreensão que na antropologia ajudou a libertar a disciplina e parte do pensamento contemporâneo de uma eterna e voraz necessidade de hierarquização da construção da narrativa social (cultural e histórica também). Um novo entendimento que possibilitou à ciência social se tornar algo mais afeito às sondagens e descrições das “maneiras pelas quais ações sociais de vários tipos adquirem forma por meio de metáforas e paradigmas nas cabeças de seus autores” (TURNER, 2008, p.11) do que à explicação de tudo isso por meio de um “programa” previamente estruturado e irrompível.

Este artigo, dessa maneira, se acomoda exatamente nessa opção conceitual e metodológica para através dela tentar oferecer, por meio de metáforas e analogias, uma interpretação para o momento limiar pelo qual passa a cidade de Belém. Tensiona, para

³ Ernani Chaves em prefácio ao livro PINHO, Relivaldo. Antropologia e Filosofia: experiência e estética na literatura e no cinema da Amazônia. Belém: UFPA, 2015, p. 21.



tanto, três imagens comuns e diferentes sobre essa mesma cidade, talvez crendo, como Marc Augé – ele, no entanto, em uma discussão fronteiriça mais literal que aqui não compartilhamos – que “a coexistência do mundo cidade e da cidade mundo tem como primeiro efeito embaralhar as [suas] imagens” (AUGÉ, 2010, p. 47). Ou, dito de outro modo, que as imagens aqui discutidas e interpretadas estão entrelaçadas de tal maneira espacial e temporal, compartilhando entre si mais que o próprio nome (praça), mas também um mesmo bairro e uma mesma época (o bairro do Umarizal na Belém de agora), que dificulta a percepção das nuances que as aproximam.

2. UM BAIRRO, TRÊS IMAGENS

O bairro do Umarizal é basicamente residencial, com alguns contornos de verticalização e área comercial – com intenso movimento no horário comercial e noturno no período noturno e nos finais de semana, exceto em áreas onde funcionam bares, restaurantes e casas noturnas. Pelo menos nos últimos trinta anos, o bairro passou por intensas transformações, talvez como a maior parte da área urbana de Belém. Mas as transformações, talvez em uma velocidade menor (ou por uma percepção mais lenta) começaram bem antes. Até meados do século XIX, assim como o bairro de Nazaré, o Umarizal era caracterizado como área ocupada por “rocinhas” que representavam as propriedades rurais (PENTEADO, 1968, p.111) afastadas do primeiro núcleo constituído da cidade. Nos anos de 1960, o Umarizal se tornou “um ponto de passagem obrigatória para os que dos bairros do Telégrafo Sem Fio, Sacramento e Pedreira demandavam ao centro da cidade e vice-versa” (PENTEADO, 1968, p.337). Penteado (1968) também indica a importância do desenvolvimento urbano do bairro com as características do processo de dispersão:

Além de residencial, Umarizal possui algumas escolas e o grande nosocômio de Belém: a Santa Casa de Misericórdia, que presta serviços inestimáveis não somente a Belém como toda a Amazônia. Ainda como bairro de transição [...] apresenta em sua parte ocidental [...] cerca de uma dúzia de estabelecimentos industriais; constituem eles uma prorrogação do que se passa no contíguo bairro de Reduto e que, depois de atravessar Umarizal, ainda tem continuidade pelos bairros do Telégrafo Sem Fio e Sacramento. (PENTEADO, 1968, p. 337-342).

A ocupação intensa e urbanização do bairro do Umarizal ocorreram dentro do processo de concentração e dispersão em Belém, a partir dos bairros da Cidade Velha e Campina (CAVALCANTE, 2017) – considerados núcleos originais da cidade. Bernardo Secchi (2009) explica que, neste processo, a competição por espaço aumenta e muda a



paisagem da área de concentração. Os estabelecimentos passam a demandar espaços com melhores condições para o funcionamento, assim:

muitas atividades, começando pelas comerciais, seguidas por diversas estruturas hospitalares, esportivas, escolares e de congressos, pelos mercados, serviços técnicos e sedes da administração pública e particular importantes, renovam radicalmente os próprios processos produtivos e as próprias relações com o contexto urbano; na busca de espaços cada vez mais amplos e mais acessíveis, se estendem nas áreas das margens das áreas metropolitanas e urbanas. (SECCHI, 2009, p. 37).

Hoje, completamente descaracterizado de sua condição inicial, de “roça”, o Umarizal sustenta rastros de distintas temporalidades que se entrelaçam no cotidiano local. Possivelmente, mais que indicar um confronto existencial – e é nessa perspectiva que se sustenta essa reflexão – parece apaziguar os ânimos existenciais, se não de grande parte da população de Belém, dos moradores do bairro. Assim, essas imagens (Praça Santos Dumont (Brasil), Praça de Alimentação do Shopping Boulevard e Praça de Alimentação de Rua Vila Food Park) – aqui no sentido dialético, benjaminiano, não apenas como representações, mas como o próprio “real” –, serão os pontos de partida para a discussão sobre a experiência (pós) moderna na capital paraense; de como essa experiência se adensou a tal ponto que contraditoriamente passou a ser prescindida e substituída por seus simulacros. Uma experiência empobrecida (BENJAMIN, 1994a) ao mesmo tempo em que se reergue sobre as ruínas de um tempo ideal, romântico, que ainda é presente, mas que agora tem como inquilino o seu futuro senhorio (?).

Imagens como artefatos, como médiuns, signos que atravessam e também são atravessados por uma existência de uma região, uma cidade. Alegorias que nos ajudam a entender como esses espaços representam e são representados de modo material e espiritual na região e na cidade de Belém; e também como a complexidade dessa cidade pode ser discutida através de seus elementos constituintes ainda que isso se configure um penoso exercício de pesquisa, contrário àqueles que partem para um tipo de inércia geralmente assentada em explicações deterministas, positivistas e totalizantes, baseadas em panaceias metodológicas, por exemplo.

Aqui, portanto, já como sugestão interpretativa, entendemos que essas imagens (especificamente as das três praças analisadas) atestam a dificuldade da modernidade em olhar para o passado como algo que verdadeiramente transmite para o presente. Impondo a questão de como olhar para o nosso patrimônio cultural (BENJAMIN, 1994a), para nossas imagens (*bild*) e retirar delas, desse tempo distante, imemorial, aquilo que ainda hoje permanece. Ou seja, os resíduos de experiências sem as quais a compreensão do agora, que também aponta para um depois, se torna impraticável ou no mínimo dolorosa. Fato que



se coloca como questão metodológica e que para Benjamin, segundo Chaves (2003, p. 183),

significa também, portanto, uma experiência da temporalidade que interrompe o fluxo “cronológico” ou “mecânico” do tempo, onde tanto o presente quanto o possível futuro estão, conjuntamente implicados nesse “olhar para trás”.

Os três locais aqui interpretados (através de suas imagens) configuram esse tempo múltiplo que apenas é percebido quando nos obrigamos ao olhar que estranha. Espacialidades entendidas como “obras da cultura” que transmitem sua “pré-” e “pós-” história (CHAVES, 2003, p. 42-43). Neste caso, não como objetos únicos, no sentido cardinal, mas como mônadas em mosaico capazes de serem ligadas “tanto ao momento de sua emergência quanto ao momento presente, incluindo-se aí os efeitos sobre os seus contemporâneos (CHAVES, 2003, p. 43)”. O próprio Benjamin (1994b, p. 231) dizia que:

pensar não inclui apenas o movimento das ideias, mas também sua imobilização. Quando o pensamento pára, bruscamente, numa configuração saturada de tensões, ele lhes comunica um choque, através do qual essa configuração se cristaliza enquanto mônada. O materialista histórico só se aproxima de um objeto histórico quando o confronta enquanto mônada. Nessa estrutura ele reconhece o sinal de uma imobilização messiânica dos acontecimentos, ou, dito de outro modo, de uma oportunidade revolucionária de lutar por um passado oprimido. Ele aproveita essa oportunidade para extrair uma época determinada do curso homogêneo da história; do mesmo modo, ele extrai da época uma vida determinada e, da obra composta durante essa vida, uma obra determinada. Seu método resulta em que na obra o conjunto da obra, no conjunto da obra a época e na época a totalidade do processo histórico são preservados e transcendidos.

Compreensão histórica, não linear, que irrompe o tempo cintilando no presente, conectada, de várias maneiras, ao conceito de “história Cultural” de Peter Burke (1992). Historiador que opta por uma narrativa histórica não caracterizada como simples “braço” ou subárea da chamada “história tradicional”, mas que referencia e dá chances a uma inscrição (histórica) menos baseada em tropos de pensamento subordinados às clássicas cronologias temporais, políticas ou econômicas e mais em analogias (metáforas) pertinentes e inscritas em uma história viva, contemporânea, verdadeiramente dinâmica.

Burke (1992, p. 9) entende a dificuldade de se construir uma nova narrativa histórica que compreenda a cultura para “além do que a precisão de termos como arte, literatura, música, etc. parecem sugerir”. O tipo de inscrição pretendida por ele sugere um modelo muito mais antropológico, filosófico, em contraste, como em Benjamin, com a asseveração de um único tipo (ou percepção) de inscrição do passado. A história tradicional que classicamente costumava não dar tanta importância às narrativas e aos acontecimentos



tidos como menores e periféricos ou mesmo marginais, tem nesse novo tipo de compreensão, nessa “nova história”, algum contrabalanço. Segundo Bolle (2000, p. 42-43), Benjamin, por exemplo, atribuía:

à fisionomia das cidades, à cultura do cotidiano, às imagens do desejo e fantasmagorias, aos resíduos e materiais aparentemente insignificantes a mesma importância que às ‘grandes ideias’ e às obras de arte consagradas. Decifrar todas aquelas imagens e expressá-las em imagens ‘dialéticas’ coincide, para ele, com a produção de conhecimento da história.

A história vista de baixo, assim, feita por pessoas comuns, passa agora a ser estudada com mais atenção por historiadores menos preocupados com o zelo documental oficial de um tipo de pesquisa que negligencia outros tipos de fontes.

O período anterior à invenção da escrita foi posto de lado como “pré-história”. Entretanto, o movimento da “história vista de baixo” por sua vez expôs as limitações desse tipo de documento. Os registros oficiais em geral expressam o ponto de vista oficial. Para reconstruir as atitudes dos hereges e dos rebeldes, tais registros necessitam ser suplementados por outros tipos de fonte (BURKE, 1992, p. 13).

Essa característica subversiva, atual e transitória da perspectiva histórica da cultura, confere e possibilita uma ancoragem mais segura para as análises aqui realizadas. Não seria possível discutir o óbvio atravessamento entre temporalidades distintas nas praças aqui interpretadas, se de saída não se considerasse que essa talvez seja a característica mais marcante da experiência cidadina belenense atual: a de uma cidade limiar que trava uma batalha constante entre uma autorrepresentação – comumente colocada na conta do outro, do estrangeiro ou da mídia (CAETANO, 2017) – que perpetua, cria e recria imagens sempre associadas à grandeza da região (amazônica) e a outra que se quer liberta disso por agora se imaginar mais pertencente ao mundo moderno e contemporâneo.

As praças, “palco e cenário existencial, [...] a todo momento foi coadjuvante da história” (SOARES, p. 11, 2009), como locais inicialmente criados para concentrar a vida social e ampliar os aglomerados urbanos, possibilitando a interação em um espaço público de sociabilidades diversas, de construção de relatos compartilhados (SOARES, 2009), agora, na contemporaneidade, são também um local privado, simulacros de experiências e narrativas que não mais diferenciam seus passantes/consumidores, mas, ao contrário, os homogeneizam. Uma metáfora dura demais de nossa própria condição “pós-moderna”, talvez. Lyotard (2013, p. 42), contudo, sempre mais profundo, é fundamental aqui sobre como nós mesmos participamos desse jogo de simulação e construção de nossos novos(?) relatos. Vejamos: “o povo não é, num sentido, senão o que os atualiza [os relatos], e ainda o faz não somente contando-os, mas também ouvindo-os e fazendo-os contar por eles, isto é “encenando-os”.



Encenação que desmonta em parte a ideia, sempre mais fácil, de construção de uma defesa de nossa (pobreza de) experiência atual, colocando a questão apenas como um reflexo linear, histórico, de uma evolução que nos legou um mundo marcado pelo domínio do capital. Entendimento que retira do homem a prerrogativa que sempre foi sua que é a de contar e narrar a sua própria história. De reconstruí-la.

Parte de todo este problema provavelmente se relaciona à própria experiência (pós) moderna com suas novas formas de narrar (surgidas com o advento da fotografia, talvez), mas principalmente ao cansaço com os antigos modelos. E é a este cansaço, mais do que a qualquer outro determinismo pessimista ou tecnológico, que talvez devêssemos atribuir a aparente preferência atual que temos por uma praça de alimentação em um shopping center como o Boulevard Shopping àquela, “real”, “original”, como a Praça Santos Dumont (Brasil). Mas para isso é necessário “confessar que essa pobreza de experiência não é mais privada, mas de toda a humanidade” (BENJAMIN, 1994a, p. 115).

Concebida como Largo do Esquadrão e depois chamada de Praça Brasil, pelo traçado original das alamedas que formam a bandeira nacional (SOARES, 2009), a praça Santos Dumont foi rebatizada para homenagear o aniversário de cinquenta anos do primeiro voo de avião feito pelo brasileiro na França (VALENTE, 1993). É um espaço amplo, com aparelhos recreativos públicos e privados, onde está localizado o Hospital do Exército, que remonta a seu primeiro nome, diretamente ligado institucionalmente aos conflitos da Cabanagem e que recebe uma feira de produtos orgânicos de quinze em quinze dias, além de reuniões de *foodtrucks*⁴, além das habituais barracas de águas de côco e dos carrinhos de guaraná – uma espécie de vitamina com mix de produtos como amendoim, guaraná em pó, açaí, leite, caldas e frutas. Ao centro, está a estátua de um índio, em homenagem aos moradores primeiros da região. No passado, a “praça do índio” – como foi carinhosamente apelidada – também foi palco para o carnaval local, que segundo José Valente (1993), “era simples, mas deixava saudade” (VALENTE, 1993, p. 62).

O próprio espaço da praça é um atravessar de tempos. Benjamin pensa a modernidade para além de uma crítica simplista a seu caráter “alienante”, que ele também considera, claro. O filósofo vê nas ruínas deixadas por esse tempo a possibilidade de recomeçar do zero, começar de novo. Que nós empobrecemos talvez porque ricos demais ficamos pela voracidade de tudo querer.

Eles [nós] “devoraram” tudo, a “cultura” e os “homens”, e ficaram saciados e exaustos. “Vocês estão todos tão cansados – e tudo porque concentraram todos os seus pensamentos num plano totalmente simples, mas absolutamente grandioso”. Ao cansaço segue-se o sonho, e não é raro que o sonho compense a tristeza e o desânimo do dia, realizando a existência

⁴ Trailers onde funcionam lanchonetes móveis.



inteiramente simples e absolutamente grandiosa que não pode se realizar durante o dia, por falta de forças (BENJAMIN, 1994a, p.117).

O shopping com suas praças refrigeradas, adornadas pelo que há de mais moderno em termos de merchadising e entretenimento, convenientemente seguras, compensa o cansaço com a própria existência. A novidade é a galvanização de um passado que de tão distante precisou ser atualizado. Já visitamos todas as praças de rua, tomamos todo o açaí tradicional, já dançamos freneticamente todas as nossas expressões musicais e folclóricas e já vimos (e mostramos) todos os nossos pontos turísticos. E agora?

Não se deve imaginar que os homens aspirem a novas experiências. Não, eles aspiram a libertar-se de toda a experiência, aspiram a um mundo em que possam ostentar tão pura e claramente sua pobreza externa e interna, que algo de decente possa resultar disso (BENJAMIN, 1994a, p. 118).

A libertação dessa experiência onírica em Belém, contudo, aparece ainda como um horizonte que vai se distanciando cada vez que nos aproximamos. As pistas que já estão por aí (como a Vila Food Park com sua simulação da simulação) ainda não foram suficientemente convincentes para despertar a cidade de seu sonho. O tempo de Belém, por isso, é o limiar. Um fluxo temporal culturalmente percebido e às vezes mascarado como local utópico e paradisíaco, quase sempre totalmente despojado dos atributos capazes de classificá-lo como pertencente a um lado ou outro (TURNER, 2013). Um estágio intermediário entre a saída do ponto anterior na estrutura social e a sua chegada ao estado subsequente, reintegrador (TURNER, 2008). Um estado despido de referências, talvez próximo da nova barbárie preconizada por Benjamin (1994c). Na liminaridade benjaminiana “mudança, transição, fluxo estão contidos na palavra *schwollen* [inchar, entumescer], e a etimologia não deve negligenciar estes significados” (BENJAMIN, 2006, p 535).

Isso explica os sentimentos contraditórios, comuns por aqui, sobre tradição e modernidade. Imerso na impossibilidade de renúncia ao mundo moderno, mas também ao da tradição que tanto lhe confere sentido e distinção, o cidadão belenense se mostra um sujeito duplamente vinculado a essas temporalidades.

Esclarecemos, no entanto, que a pretensão determinadora sobre o que é local e o que é universal, ou tradicional e moderno, só faz sentido se entendida como uma série de definições que se comportam apenas como índices de teias de significado (GEERTZ, 2014) bem maiores, poliformes, de caráter multilógico, capazes, elas sim – ou as conexões que promovem –, de evocar um espírito do mundo presente nas imagens interpretadas. Oposições, portanto, estabelecidas entre tipos metamórficos de saberes locais. É como diz Geertz (2001, p.124):



A oposição, se é que devemos ter alguma (e não estou convencido de que uma oposição – outra oposição – seja aquilo de que precisamos ou que devemos querer, em vez de um foco de particularidade mutável), não é entre o saber “local” e o “universal”, mas entre um tipo de saber local (digamos, a neurologia) e outro (digamos, a etnografia).

Dessa maneira, as praças tradicionais, por exemplo, mesmo com todas as “peças do patrimônio” humano transbordando os sujeitos que ali transitam (BENJAMIN, 1994c, p. 119), nessa visão, podem ser consideradas tão glocais (CANEVACCI, 2001) e tão duplamente vinculadas a outros sistemas culturais, como a praça de alimentação do Boulevard Shopping ou, de maneira ainda mais dialética e irônica, às novas praças de rua, criadas para abrigar empreendimentos do ramo da alimentação (como a Vila Food Park). Esta última, um pastiche fundamental para a percepção de Belém como ente liminar. Uma cidade que mistura referentes correspondentes (praças de alimentação de shoppings e praças de rua), mas pertencentes a temporalidades distintas, como “novidades galvanizadas”. Mixórdia que emula parte da estrutura comercial, privada, de uma praça de alimentação típica de shopping centers e parte da estrutura social das antigas praças de rua.

Para Turner (2008, p. 237) é a “análise da cultura em fatores e sua livre recombinação em todos e quaisquer padrões, sejam eles os mais estranhos, que é a característica da liminaridade”. Os simulacros nela se multiplicam pela necessidade que nós, sujeitos anfibiológicos, temos de encontrar um mastro seguro capaz de evitar o descentramento total daquilo que chamamos de identidade (HALL, 2006).

Neste cenário, em uma realidade fragmentária, “pós-moderna”, em que estilos únicos e originais deixam (ou deixariam) de existir, o pastiche emerge como uma de suas principais formas de expressão. Para Jameson (1985, p 21), é um “falar em língua morta”, “uma das práticas ou traços culturais mais importantes da pós-modernidade” que, como a paródia, opera também com a mimese, mas ao contrário daquela sem nenhum compromisso com o satírico. É neutro e ao mesmo tempo naturalizado.

Uma espécie de “paródia branca” (JAMESON, 2002, p. 45) que nessa relação entre praças (espaços) e tempos surge como possibilidade apaziguadora, que tenta resolver os problemas e contrastes gerados pela lógica capitalista atual através da proliferação de imagens dialéticas (como as da praça do Boulevard Shopping e da Vila Food Park) que rememoram ou homenageiam de maneira simulada uma experiência empobrecida, um passado perdido (aquele das praças de rua que congregavam experiências coletivas nas primeiras cidades). Um passado transformado agora em uma representação performática de si mesmo. Uma fantasmagoria que substitui o real ou a noção de passado, como referentes,



por um eterno presente ilustrado em imagens que confinam e experiência cidadina atual dentro de um tipo de

realismo que decorre da captação – chocante – deste confinamento e da consciência viva de que, por razões especiais de algum tipo, nos vemos condenados a buscar o passado histórico através de nossas imagens pop e de nossos estereótipos a seu respeito, sendo que o próprio passado permanece, para sempre, fora de alcance (JAMESON, 1985, p. 21).

O pastiche como simulacro, assim, assume feições do real sem necessariamente saber exatamente o que ele é; mesmo se existe ou existiu. Fisiognomonía da máscara que mascara a face dos referentes misturando-os em uma mixórdia que opera considerando que na própria representação deve estar contida a ciência, a compreensão de seu ato representativo.

Em outros termos, “estamos agora em plena ‘intertextualidade’ como característica deliberadamente urdida do efeito estético e como um operador de uma nova conotação de anterioridade e de profundidade pseudo-histórica, na qual a história dos estilos estéticos desloca a história real” (JAMESON, 2002, p. 47).

Quer dizer, o pastiche como um ato social promovido com a convivência de todos, com a consciência (?) de todos, constrói mitos, apodera-se de outros e atira ao presente uma série de imagens multitemporais que passam a compor também a fisionomia da “Metrópole da Amazônia”. Simulacros que por toda a parte se querem reais (e não o são?). Cultura “sem profundidade” (JAMESON, 2002, p. 47) que implode a noção dicotômica de alta e baixa cultura, de novo e velho, moderno e tradicional; daquilo que se entendia por original e, de outro lado, por cópia. Os referentes parecem ter ido em companhia da ideia moderna de realidade, originalidade.

O que ocorreu é que a produção estética hoje está integrada à produção das mercadorias em geral: a urgência desvairada da economia em produzir novas séries de produtos (de roupas a aviões) (ou novos espaços de consumos como essas praças modernas) que cada vez mais pareçam novidades, com um ritmo de *turn over* cada vez maior, atribui uma posição e uma função estrutural cada vez mais essenciais à inovação estética e ao experimentalismo (JAMESON, 2002, p. 30).

O esmaecimento dos afetos que Jameson classifica como um dos cinco principais elementos constituintes do pós-moderno, faz do simulacro, do pastiche, “uma estranha animação decorativa compensatória” (JAMESON, 2002, p. 37); ou algum tipo de euforia que por si só não quer dizer ausência de sentimentos ou “intensidades” (para nos referirmos ao termo usado por Lyotard, citado por Jameson), mas apenas que as imagens dos eventos agora dramatizam de maneira fantasmagórica a própria existência das coisas. “Aqui, imagens, estilos e representações não são acessórios promocionais de produtos



econômicos, mas produtos em si” (CONNOR, 1996, p. 44). O mundo da verdade se torna a fábula preconizada por Nietzsche (2014). E com o fim do mundo real se esvai também a ideia de mundo aparente. O pastiche para Jameson é a vivência desse tempo. Nietzsche (2014, p. 27) em sua “filosofia do martelo”, em contexto e “alvo” diferentes, dizia que:

Fabular sobre um “outro” mundo distinto deste não tem absolutamente qualquer sentido, pressupondo que em nós não domine um instinto de calúnia, apequenamento, suspeita da vida: neste último caso, vingamo-nos da vida com a fantasmagoria de uma “outra” vida, de uma vida melhor.

Talvez nos sirva como exemplo final da tentativa de ler Belém através de suas próprias imagens, a reflexão que Jameson, citado por Connor (1996, p. 47), propõe sobre a importância da compreensão (antes de qualquer julgamento) da “pós-modernidade”:

A questão é que nos encontremos a tal ponto no âmbito da cultura do pós-modernismo que o seu repúdio fácil é tão impossível quanto qualquer celebração igualmente fácil dela é complacente e corrupta. O julgamento ideológico do pós-modernismo hoje implica necessariamente, pensaríamos, um julgamento sobre nós mesmos, bem como sobre os artefatos em questão.

Em última análise, Belém, em uma região que demorou a ser incorporada ao país, sob todos os aspectos, que trás consigo as marcas de um caminhar que por vezes parece querer freado ora por saudade de um tempo ido, idílico, onírico, ora por medo e por uma ideia de independência que traveste a própria insegurança com o presente e com o futuro que ele aponta, vista através dos espaços aqui apresentados, surge clivada por tempos limiares, sentimentos duplamente vinculados e simulacros de sua “melhor” existência.

REFERÊNCIAS

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: EDUFAL, 2010.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

_____. Experiência e pobreza. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994a. (Obras escolhidas I). p.222-232.



_____. Sobre alguns temas em Baudelaire. In: _____. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994b. (Obras escolhidas III). p. 103-149.

_____. Sobre o conceito da história. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7.ed. São Paulo: Brasilense, 1994c. (Obras escolhidas I). p.222-232.

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna**: representação da história em Walter Benjamin. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2000.

BURKE, Peter. Abertura: A nova história, seu passado e seu futuro. In: _____. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992. p. 7-37.

CAETANO, Danilo Miranda. **O açai e a cidade**: identidade, limiar e ressignificação. 2016. 141 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura)-Universidade da Amazônia, Pró- Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, Curso de Comunicação, Linguagens e Cultura, Belém, 2016.

_____. **Açai com Jabá**: o mito do faroeste amazônico. In: INTERCOM, 2017, Curitiba. Anais... Curitiba: Universidade Positivo, 2017. p.???. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-3182-1.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2017.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica**: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

_____. **Antropologia da comunicação visual**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CAVALCANTE, Angelo Martins. **Entroncamento**: estética urbana e representações culturais em Belém do Pará. 2017. 150 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura)-Universidade da Amazônia, Pró- Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, Curso de Comunicação, Linguagens e Cultura, Belém, 2016.

CHAVES, Ernani. **No limiar do moderno**: estudos sobre Friedrich Nietzsche e Walter Benjamin. Belém: Paka-Tatu, 2003.



CLIFFORD, J. Sobre a autoridade etnográfica. In: _____. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. p. 17-62.

CONNOR, Steven. **Cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 1996.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 13.ed. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

_____. Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. p. 13-41.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernidade e sociedade de consumo**. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 12, p. 16-26, jun., 1985.

_____. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. 2.ed. São Paulo: Ática, 2002.

NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos ídolos ou como se filosofa com o martelo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

PINHO, Relivaldo. **Antropologia e Filosofia: experiência e estética na literatura e no cinema da Amazônia**. Belém: UFPA, 2015.

SOARES, Elizabeth Nelo. **Largos, coretos e praças de Belém**. Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2009.

TURNER, Victor. **Drama, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana**. Niterói. Rio de Janeiro: EdUFF, 2008.

_____. **O processo ritual: estrutura e antiestrutura**. 2.ed. Petrópolis, RJ: VOZES, 2013.

VALENTE, José Duarte. **A história nas ruas de Belém**: Umarizal. Belém: CEJUP, 1993.



GT 07 - Cidades e Transformações do Urbano na América Latina

DEMOCRACIA, CIDADANIA E FISSURAS NA PRODUÇÃO DA CIDADE NEOLIBERAL

Helena d' Agosto Miguel Fonseca (UFMG)¹
lelearq1@gmail.com

RESUMO

A produção do espaço urbano neoliberal acontece de acordo com interesses que mudam a forma como a cidade é produzida. O Estado mínimo em sua responsabilidade de garantir direitos sociais e de regular o capital, dá lugar à ação soberana do mercado e a um Estado forte no papel de facilitador da lucratividade pelo setor financeiro e eficiente na promoção da divisão social. O artigo parte da contextualização do sujeito neoliberal, passa pela discussão teórica e crítica acerca da participação popular institucionalizada e da democracia representativa, imbricadas por questões do neoliberalismo para, em seguida, apontar para a possibilidade de fissuras no sistema dominante como movimentos de resistência e de alternativas na proposição de novas políticas públicas participativas que vão na contramão do processo de neoliberalização em curso.

Palavras-chave: processo de neoliberalização, democracia, participação, fissuras.

1. INTRODUÇÃO

O artigo se insere no debate do neoliberalismo como processo, a partir da reestruturação da atuação do Estado, que se fortalece com base nas premissas neoliberais e que influencia diretamente a produção do espaço urbano na cidade contemporânea. Além disso, através de uma discussão teórica, articula os conceitos de democracia, cidadania e participação e a forma como influenciam a ação política na cidade neoliberal.

Segundo Morado Nascimento e Freitas (2017, p. 13), "o processo de neoliberalização, particularizado pelo capital financeiro globalizado, pela nova classe de poder Estado-mercado, pela individualização das relações sociais e pela polarização entre ricos e pobres", faz com que aspectos da vida cotidiana sejam regidos pela economia. A regulação do mercado pelo mercado propicia a *financiarização* da sociedade (Aalbers, 2013), que "orienta de maneira nova as condutas, as escolhas e as práticas" dos indivíduos (Dardot e Laval, 2016, p. 21).

Portanto, a lógica neoliberal tem o objetivo de "reorganizar completamente a sociedade, as empresas e as instituições pela multiplicação e pela intensificação dos mecanismos, das relações e dos comportamentos de mercado" implicando necessariamente

¹Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais - NPGAU, integrante do Grupo de Pesquisa Observatório dos Conflitos Urbanos de Belo Horizonte.



em um processo de transformação dos sujeitos como parte de seu aprimoramento (Dardot e Laval, 2016, p. 322).

Somado a uma faceta individualista incorporada pelo neoliberalismo, Lipovetsky (2005) argumenta que a sociedade pós-moderna marcada pela transformação dos estilos de vida, pela revolução do consumo de massa e pela desagregação da sociedade, fez emergir o indivíduo narcísico e seu direito de se realizar a parte, pleno e independente dos critérios do outro. Dessa forma, o mundo contemporâneo estaria marcado por pessoas centradas na satisfação imediata dos desejos, intolerantes à frustração e por indivíduos livres para se definirem, apontando, para um conjunto de relações sociais fluidas e frágeis (Bauman, 2016).

A capacidade de lidar com a vida social é, dessa maneira, enfraquecida pelo narcisismo e pelo processo atual de neoliberalismo ao assumir que "o mercado se torna o grande ente solucionador de problemas humanos" ao propiciar um "encontro entre oferta e demanda em que indivíduos, agindo estritamente em função de seu interesse individual e de suas necessidades subjetivamente determinadas" promoveriam trocas consideradas benéficas que no conjunto resultariam no bem-estar coletivo (Magalhães, 2016, p. 42).

Porém, problemas socialmente construídos só podem ter soluções coletivas (Bauman, 2016) e a assunção do sujeito no sentido de ator social, não significa a exclusão dos outros, sendo, assim, incompatível com o cidadão individualista. Logo, os obstáculos materiais, econômicos, sociais, políticos, culturais e ideológicos colocados à tarefa do indivíduo de mudar o mundo não são constituídos de barreiras intransponíveis se considerarmos que o amanhã não é pré-determinado, mas um desafio a ser problematizado.

Conseqüentemente, sendo a cidade, o lugar da prática social, na qual os cidadãos não somente se apropriam do que está dado, mas, sobretudo agem politicamente no espaço construído, só é possível vivenciar essa prática a partir da relação com o outro e da construção da cidadania através do diálogo e do debate público. Dessa forma, o artigo traz a crítica à participação popular institucionalizada como acontece hoje e à democracia representativa, que ao abrir espaço para o governo da democracia direta do capital, impossibilita uma mudança estrutural dos processos de decisão. Ao final, aponta para a possibilidade de fissuras no sistema dominante como movimentos de resistência e de alternativas na proposição de novas políticas públicas participativas que vão na contramão de um neoliberalismo em curso.

2. A PRODUÇÃO DA CIDADE NEOLIBERAL

A produção da cidade deve ser tomada como uma dialética espacial na qual os processos sociais são espaciais e as formas espaciais contêm processos sociais (Harvey,



2004). O espaço, assim, é condição e condicionante e deve entendido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações, no qual “os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações, e, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes” (Santos, 1994, p. 55).

A produção do espaço urbano neoliberal acontece de acordo com interesses que mudam a forma como a cidade é produzida. O Estado mínimo e omissivo em sua responsabilidade de garantir direitos sociais e de regular o capital, dá lugar à ação soberana do mercado (Santos, 1994) e a um Estado forte no papel de facilitador da lucratividade pelo setor financeiro e eficiente na promoção da divisão social, fazendo com que as políticas assegurem mais recursos para os ricos do que para os pobres (Aalbers, 2013).

Logo, a aliança entre Estado e capital funciona como uma corporação, deixando o controle das decisões nas mãos das classes dominantes e dos investidores, que conseqüentemente leva à produção da cidade voltada para o negócio. A competitividade e a fluidez são usadas como discurso para eliminar os obstáculos à circulação do dinheiro, fazendo com que a nova economia mascare o que é ônus e bônus na produção do espaço urbano. Sendo assim, tomando a metrópole como condição e meio para o ciclo de rotação do capital financeiro², a acumulação da riqueza é concretizada na produção do espaço e torna-se condição indispensável na prática do Estado como produtor de um território de dominantes e dominados (Carlos, 2015).

O desenvolvimento relacionado somente ao critério econômico pressupõe um Estado imerso na economia, que por sua vez pressupõe um planejamento sem sentido político, reformista, tecnocrático e heterônomo³. Segundo Carlos (2014) o Estado no papel de aliado ao setor privado, ao sistema financeiro, aos promotores imobiliários e às grandes empreiteiras faz com que o planejamento seja tomado como urgência em resposta ao discurso da crise e do caos urbano, tornando-se um ato administrativo destituído de seu sentido político.

Dessa forma, a cidade é tratada como negócio nas mãos dos detentores do monopólio da terra que a transformam em renda (Carlos, 2015) e o uso do espaço, submetido à lógica da reprodução, transforma a prática social ao fragmentar o urbano em função de interesses privados na busca pela rentabilidade. Nessa perspectiva, o direito à cidade, como direito coletivo e palavra de ordem e ideal político, parte do desejo de que o excedente da urbanização seja democraticamente distribuído. No entanto, esse direito hoje

² Na cidade contemporânea, a acumulação passa da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro redefinindo o sentido do espaço (Carlos, 2015).

³ Heterônomo se refere à regras que vem de fora e são impostas “de cima para baixo”.



está confinado nas mãos de uma pequena elite política e econômica com condições de moldar a cidade segundo suas preferências (Harvey, 2014).

Posto isso, o caminho para mudar parte da ação na cidade através da transformação estrutural dos processos de decisão, entendendo que processos mais igualitários⁴ são possíveis mesmo entre desiguais economicamente, desde que "todos os seus membros possam participar da disputa por oportunidades dentro de regras de jogo que tomam o bem comum como fulcro central, não o mercado" (Demo, 2001, p. 3).

Desse modo, possibilidades de superação da reprodução da acumulação capitalista que realiza a desigualdade como fundamento, uma vez que a terra e o solo urbano se tornam fonte de valorização na cidade neoliberal, devem ser pensadas para orientar políticas públicas que afetam diretamente o uso do espaço e sua reprodução (Carlos, 2014).

No plano da prática social, o convite do Estado para a participação popular institucionalizada da gestão urbana de forma consentida não é mais suficiente, uma vez que no cenário de avanço do neoliberalismo a participação popular é conduzida como uma encenação, na qual as verdadeiras decisões já foram tomadas dentro de gabinetes. Os processos participativos existentes colaboram com as questões colocadas pela cidade neoliberal, onde Estado e capital são aliados na produção e reprodução do espaço, pois, no modelo de participação institucional, decisões que já foram tomadas a priori por muito poucos são levadas ao consenso em uma instância dita participativa apenas para cumprir uma exigência formal e legal, perdendo totalmente o sentido democrático (Carlos, 2014).

3. PARTICIPAÇÃO POPULAR, DEMOCRACIA E CIDADANIA

As instituições participativas são parte significativa da democracia no Brasil. Segundo Teixeira (2013, p. 6) nos anos 1970 as concepções participativas "afirmavam a importância de utilizar o espaço participativo como forma de organização da sociedade e como forma de educação para a cidadania". A partir de 1988 com a promulgação da Constituição Federal Brasileira e em 2001 com a aprovação do Estatuto da Cidade, um novo arcabouço legal avançou institucionalmente no campo do direito à cidade e do fortalecimento jurídico da noção da função social da propriedade urbana. Além disso, regulamentou e definiu instrumentos para legitimar a participação da sociedade civil na gestão da cidade. Em 2003, com a criação do Ministério das Cidades, foram ampliadas as perspectivas para o exercício do planejamento territorial, executado por meio de políticas públicas com participação social, com o intuito de assegurar o direito à cidade a todos os cidadãos, ampliar a cidadania e reduzir as desigualdades.

⁴ O termo se refere a uma ideia democrática segundo a qual em uma sociedade, as pessoas podem ser, ao mesmo tempo, iguais e diferentes, pressupondo um tipo de negociação que supõe a autoridade do argumento.



Experiências de participação popular e controle social das políticas e do orçamento público foram experimentadas em nível municipal em algumas cidades brasileiras através do orçamento participativo, dos conselhos gestores e de programas autogestionários. Entretanto, pouco investimento foi feito em uma participação mais direta, na figura dos plebiscitos, referendos e iniciativas populares de lei (Teixeira, 2013), fazendo com que os processos se configurassem mais como provas de múltipla escolha formuladas pelo Estado, do que como uma página em branco a partir da qual a população faz as perguntas (Andres, 2016). Assim, "a experiência participativa vinculada ao tema da cidade no Brasil não foi capaz de alcançar o impacto que dela se esperava" (Nassif, 2016, p. 19).

A ideia de participação desde a década de 1990 foi construída a partir do pressuposto de uma mobilização autônoma que desconsiderou elementos constitutivos da sociedade, como o clientelismo e o patrimonialismo⁵. Para Maricato (2011, p. 51), "as forças neoliberais combinadas ao velho patrimonialismo reduziram muito o espaço da mudança pretendida", assim como a incapacidade dos processos participativos "frente à capacidade de influência política dos setores imobiliários" (Nassif, 2016, p. 19).

As condições estabelecidas pelo Governo Federal exigem formas de participação consideradas como ideais para legitimar o processo de elaboração, aprovação e implementação de peças de planejamento urbano. Esses parâmetros ideais de participação relacionados ao universo das capitais metropolitanas configuram-se como detentores de uma dimensão ideológica, fazendo com que os processos participativos aconteçam apenas para cumprir formalidades na elaboração da política urbana.

Logo, o que se observa após quase três décadas de experimentação da participação institucional no planejamento urbano são poucos avanços, que não alcançaram uma transformação significativa da qualidade da democracia e do quadro de exclusão social. A crítica à esse tipo de participação é discutida por uma corrente de autores que acreditam que essa participação não tem a tradição do debate democrático, impondo uma versão única e dominante sobre a realidade.

De forma progressiva e pautada em ideais desenvolvimentistas, a importância da participação se transformou em um consenso discursivo (Nassif, 2016), porém, ir além dos discursos do consenso mundial sobre as virtudes da participação nas gestões públicas e nos planos urbanos e incorporar os conflitos, de forma a construir "um espaço de participação social que dê voz aos que nunca a tiveram, que faça emergir os diferentes interesses sociais" possibilitaria o debate democrático (Maricato, 2015, p. 93).

⁵ Segundo Portela Júnior (2012), as relações patrimonialistas estão relacionadas à persistência e influência da ordem escravocrata e senhorial do antigo regime no desenvolvimento de novos padrões societários.



Assim sendo, considerar as contradições e os dissensos, que de fato unem os cidadãos politicamente, possibilita a criação do espaço de debate democrático, dando visibilidade aos conflitos sociais (Maricato, 2015), pois "é a liberdade de dissentir que caracteriza um sistema democrático" (Gonçalves, 2008, p. 45). O conflito, por sua vez, é entendido por Mouffe (2008) apud Morado Nascimento (2016, p. 155) "não como uma forma de protesto ou de provocação, mas como uma prática micropolítica através da qual os envolvidos tornam-se agentes ativos no campo de forças e interesses" e visto por Souza (2016), como a luta entre interesses, necessidades e ideias contraditórias que faz com que a sociedade possa perceber e criticar os consensos. Não explicitar os conflitos é o mesmo que condenar a sociedade a repetir cegamente convenções e ideologias, considerando que não há construção da cidadania sem o debate público.

O neoliberalismo como processo de mercantilização generalizada das relações sociais cria um universo de competição, assumindo as relações sociais como relações de mercado (Dardot e Laval, 2016). Além disso, apresenta uma capacidade fundamentada de ocupar todos os espaços, não dando lugar ao dissenso e mudando a forma como a cidade é produzida. No âmbito do território, o neoliberalismo abandona o planejamento "como atividade pautada por preocupações sociais e políticas, para um planejamento orientado pela concorrência e funcionamento do mercado" (Morado Nascimento e Freitas, 2017, p. 14)

Então, o nascimento da corporação Estado-mercado facilita a ação do capital tornando-se ineficaz na defesa dos interesses públicos, levando ao agravamento da divisão social já existente. O aumento das desigualdades sociais na cidade global não é mais provocado pelos aspectos históricos e sim pelos aspectos de mercado de trabalho, de relações de consumo e pela lógica da mercadoria. Conseqüentemente, a democracia se torna vítima do aprofundamento dessa desigualdade, pois o poder global atuando sobre a política local causa o esgotamento do espaço político⁶ (Bauman, 2012).

A produção da cidade voltada para o negócio, na qual o argumento do investidor prevalece em detrimento das necessidades e anseios da coletividade, ratifica o argumento de Restrepo (2012) de que o verdadeiro povo da democracia está excluído da economia formal e permanece oculto e invisível aos governantes, ocasionando um processo de desmocratização, "que consiste em esvaziar a democracia de sua substância sem a extinguir formalmente" (Dardot e Laval, 2016, p. 20).

Para Santos (2016) não existe democracia sem a idéia da soberania popular, argumento que vai ao encontro da teoria da democracia em um mundo pós-colonial

⁶ Segundo Castro (2012, p. 68) o espaço político "nasce com a centralidade territorial das regras necessárias ao ordenamento da vida pública, constituídas a fim de superar a precariedade das condições conflituais que se manifestam no convívio entre livres e diferentes".



proposta por Restrepo (2012). De acordo com o autor, ao mesmo tempo em que o povo é condição essencial da existência e legitimidade da modernidade, ele está excluído dessa modernidade, pois o Estado e o direito modernos os eliminam de suas construções e falam por ele sem a sua presença. Considerado como poder constituinte de uma sociedade mais justa e igualitária, o povo deveria ter poder sobre o poder constituído, o Estado. A inversão desses papéis cria um estado de exceção, no qual a soberania do povo é substituída pela soberania do Estado (Restrepo, 2012).

Dessa forma, a democracia é caracterizada como a ordem da autêntica subjetividade política, sendo a única e autêntica forma do *político*⁷. Assim, não haveria democracia se o sujeito político for substituído pelo Estado ou pelo direito, pois ela presume o rompimento da lógica de separação absoluta entre governante e governado. Posto isso, Restrepo (2012) argumenta que o dissenso é o principal fundamento da democracia, pois os consensos postos pelo Estado e pelo direito modernos são pré-fabricados e excluem o povo de suas construções, tornando-o oculto.

Do mesmo modo, Dussel (2014) argumenta que a democracia acontece quando o povo participa simetricamente em todas as decisões através de um poder político que representa a vontade da comunidade política, sendo todas as instituições exercício delegado desse poder.

Portanto, metodologias participativas que acontecem somente como transferência de informação não contribuem para a mudança das tomadas de decisão dos processos e, a proliferação de instâncias de discussão não significa necessariamente avanço na construção democrática (Gonçalves, 2008). O questionamento sobre a qualidade e a efetividade desses espaços como potenciais para a transformação política e social se faz necessário, considerando que o espaço urbano além de ser um cenário para as relações sociais é também uma instância de dominação econômica e ideológica (Maricato, 2009).

O autoritarismo social, que se relaciona a uma sociedade na qual as relações sociais são organizadas de forma hierárquica e desigual, é colocado por Dagnino (1994) como obstáculo à construção democrática. Nesse sentido, duas dimensões da cidadania são capazes de organizar uma estratégia de construção democrática e de transformação social: a experiência concreta dos movimentos sociais⁸ na luta por direitos⁹ e um novo estatuto teórico e político assumido pela democracia em todo o mundo. Assim, a cidadania

⁷ O *político* é caracterizado como o espaço do conflito e do antagonismo, daqueles que ficaram fora da zona de demarcação institucional. Representa a intervenção decidida e transgressora sobre a harmonia que sustenta o aparato de crenças e ações da ordem estabelecida. Ao contrário, a *política*, é caracterizada como a ordem institucionalizada, que neutraliza o conflito e o antagonismo, que mantém o *status quo*, regula o conflito dentro de uma zona de demarcação jurídica e que homogeneiza os sujeitos participantes (Restrepo, 2012).

⁸ Atores políticos não somente coletivos, mas também múltiplos, heterogêneos, que compartilham princípios básicos sobre participação popular, cidadania e construção democrática (Dagnino, 1994).

⁹ Direitos aqui está relacionado tanto ao direito à igualdade como o direito à diferença (Dagnino, 1994).



enquanto estratégia política engloba interesses que consigam se generalizar como coletivos e instituam-se em direitos (Dagnino, 1994).

Porém, Holston (2013, p. 22) argumenta que a cidadania da maneira como ela é, "é uma cidadania que administra as diferenças sociais legalizando-as de maneiras que legitimam e reproduzem a desigualdade". Chamada pelo autor de cidadania diferenciada, é entendida como um mecanismo de distribuição de desigualdade, que "usa qualificações sociais para organizar suas dimensões políticas, civis e sociais e para regular sua distribuição de poderes", tendo como resultado a vulnerabilidade.

Nesse sentido, uma nova cidadania ou cidadania ampliada, estaria pautada em nove itens: (1) redefinição da ideia de direitos; (2) direito à igualdade e direito à diferença, articulando a multiplicidade de dimensões; (3) criação de novos direitos que surgem de lutas específicas; (4) constituição de sujeitos sociais ativos, que definem direitos e lutam pelo reconhecimento; (5) um desenho mais igualitário das relações sociais em todos os seus níveis; (6) processo de aprendizado social; (7) participação efetiva na própria definição do sistema como direito de definir aquilo no qual os cidadãos serão incluídos; (8) nova sociabilidade e (9) reconhecimento do outro como sujeito portador de interesses válidos e de direitos legítimos (Dagnino, 1994, 2004).

No entanto, se por um lado a constituição de espaços públicos de participação da sociedade civil na gestão da cidade representou um saldo positivo da luta pela redemocratização, por outro, no processo de neoliberalismo vigente, o Estado mínimo se isenta progressivamente do papel de garantidor de direitos. Nessa perspectiva, o projeto político pautado na ampliação da cidadania e da participação sofre uma inflexão caracterizada pela inserção institucional dos movimentos sociais e pela interlocução do projeto neoliberal com o projeto participativo nas novas instâncias de participação (Dagnino, 2004). Conseqüentemente, ocorre uma re-significação da participação, que agora é tomada com uma perspectiva "privatista e individualista, capaz de substituir e redefinir o significado coletivo da participação social" (Dagnino, 2004, p. 102), dispensando o debate e despolitizando a participação como partilha efetiva de poder entre Estado e sociedade civil.

A apropriação neoliberal da noção de cidadania redefine o conceito e o conecta com o mercado como a encarnação das virtudes modernas e como o único caminho para a inclusão no primeiro mundo e, além disso, reduz o termo à solidariedade com os pobres dominada pela ação das ONGs. Desse modo, o encolhimento do espaço da política e da democracia são fundamentais para o aprofundamento da exclusão dos atores sociais e dos temas e processos que possam ameaçar o neoliberalismo (Aalbers, 2013).

A cidadania como luta por direitos e por participação nos processos de tomada de decisão sobre as questões da cidade, compreende a competência de interferir nas relações



de mercado e na tentativa de eliminar a pobreza política¹⁰, caracterizada como o expediente mais fértil em termos de manutenção do *status quo* (Demo, 1995). Ainda que não discuta o processo de neoliberalização, o autor aponta para o envenenamento de espaços tradicionais da democracia participativa pela dominação das relações de mercado.

As proposições de alternativas para pensar e efetivar uma sociedade mais equalizada e a formação de competência econômica para civilizar o mercado partem da "capacidade coletivamente organizada para reduzir as desigualdades sociais ao mínimo possível" (Demo, 1995, p. 152). Para isso, a pobreza política deveria ser superada de forma a eliminar o "não-cidadão", aquele que não constrói consciência crítica, que desconhece seus direitos e espera que tudo se resolva de cima para baixo.

Assim, mesmo que a cidade permaneça sendo arena estratégica para o desenvolvimento da cidadania (Holston, 2013), o desafio da insurgência perpassa "aprimorar ou mesmo rever a situação de formas tradicionais de organização popular, comprovadamente centralizadoras, manipulativas, pouco efetivas, além de meramente ligadas em quantidades" (Demo, 1995, p. 148) e incentivar o associativismo no ganho de dimensão coletiva, uma vez que o Estado neoliberal não cumpre o seu papel de tornar viável a equalização de oportunidades¹¹ como uma instância delegada de serviço público.

4. FISSURAS NO SISTEMA DOMINANTE COMO UMA PRÁTICA ALTERNATIVA

De acordo com Holloway (2013), a fissura é uma experiência – que parte de uma realidade conhecida - que propõe outra prática ao sistema capitalista, em direção à autonomia e à auto-organização para além do Estado. Nessa lógica, as fissuras, representam uma negação das condições pré-estabelecidas e, sendo assim, sempre devem ser apoiadas por outro fazer, tratando-se de um movimento chamado de contra-e-mais-além. Assim, o movimento das fissuras é caracterizado como uma tentativa de criar algo diferente, de aprender na luta, de abrir caminho para a revolução (Holloway, 2013).

Por outro lado, ainda que Holloway (2013) acredite na luta anticapitalista baseada no respeito mútuo, através da promoção da participação ativa, da democracia direta e do que chama de camaradagem¹², a cidade neoliberal se apresenta na direção contrária, aprofundando a desigualdade sócio-espacial de forma violenta e opressora.

¹⁰A pobreza política se relaciona com a "ignorância historicamente cultivada, através da qual se mantêm grandes maiorias como massa de manobra"(...) "Assim, pobreza pode ser mais bem definida, não como apenas carência material, mas como repressão do acesso a oportunidades disponíveis em cada sociedade (Demo, 2001, p. 3).

¹¹ Equalizar as oportunidades significa prover o direito de todos às mesmas chances em um sistema no qual os disputantes e suas condições sociais e pessoais nunca são as mesmas, compreendendo que isso gera um resultado sempre diverso e também desigual (Demo, 2001).

¹² Termo utilizado em contraposição às relações mercantilizadas do capitalismo (Holloway, 2013).



O sistema econômico capitalista e o Estado-empresa são características dominantes do processo de neoliberalização e de financeirização da cidade, e, o seu rompimento total através da revolução é um caminho distante. Por isso, pensar as fissuras como uma prática alternativa dentro das contradições do modo de produção capitalista, se contrapondo aos valores calcados sobre o individualismo, priorizando os processos e não os resultados imediatos (Morado Nascimento, 2016), abre caminho para a oportunidade de desafiar a lógica de dominação vigente na construção de “outra política” e de uma nova articulação da democracia representativa, na qual os sujeitos sejam atores e não objetos (Dussel, 2014).

Uma resposta possível para esse modelo de desenvolvimento neoliberal que considera somente a questão econômica, Brenner (2016) propõe o urbanismo tático como exploração de alternativas reais ao sistema atualmente dominante, exigindo a criação de novos espaços urbanos e novos espaços de Estado (mais eficiente, transparente, inclusivo e colaborativo). Além disso, mobilizações de “baixo para cima”, “capacidades combinadas de intervenção espacial, empoderamento¹³ social e crítica política” com visão prática e participativa podem levar a uma arquitetura socialmente engajada como ferramenta para questionar a cidade contemporânea neoliberal (Brenner, 2016, p. 14).

Portanto, a fissura pode representar uma forma de agir na cidade através da busca pela transformação estrutural dos processos. Essa ação é discutida por Duarte (2011, p. 27) como uma ação coletiva na qual o indivíduo não é todo homogêneo, pois “toda exigência de homogeneidade, unidade, identidade e integração absolutas impõe a crise do comum e desfaz a possibilidade do ser-em-comum”. Assim, ao contrapor a homogeneidade com a pluralidade, o autor afirma que uma experiência de democracia radical só é possível através da pluralidade do ser humano, sendo esta a condição de toda vida política. “Pensar a política a partir da pluralidade equivale a recusar-se a pensá-la segundo a categoria moderna da soberania” (Duarte, 2011, p. 33). Essa comunidade política é pensada através das relações entre agentes que se engajam em torno de alguma causa comum.

A priorização do conflito e do dissenso em contraponto à forma hegemônica vigente, que exclui certos grupos de uma vida econômica digna e da expressão e participação política, “permite compreender que a vida humana é uma vida vivida num mundo compartilhado e constitutivamente plural” (Arendt, 1989 apud Duarte, 2011, p.178). Dessa forma, a experiência de ação política coletiva leva a pensar uma política democrática além do sistema representativo e partidários.

¹³ O empoderamento se refere ao reconhecimento de uma fonte objetiva de direitos e cidadania por parte do cidadão, que resulta na noção de poder subjetivo, que é o poder de mudar arranjos existentes (Holston, 2013).



A democracia representativa, seria, assim, uma forma de organização que exclui os representados, pois não favorece o ganho de autonomia e a participação ativa dos cidadãos. Por outro lado, a comunidade plural é defendida como a descentralização da experiência política da institucionalidade para a ação e do agente político com responsabilidade pelo mundo (Duarte, 2011) em contraposição ao individualismo e homogeneidade neoliberal que preconizam a liberdade individual como sinônimo de liberdade econômica, em que o alvo do novo poder é o sujeito unitário.

Esse sujeito tem o pensamento educado para crer que trabalha para a empresa como se trabalhasse para si mesmo, eliminando, assim, o sentimento de alienação e imputando-o o sentimento de que trabalha e contribui para a prosperidade geral da população (Dardot e Laval, 2016). A ideia de "indivíduos de comportamento idêntico é exatamente o que os transforma em átomos e a sociedade em algo cujo desenho ótimo pode ser a priori e intencionalmente traçado" (Paulani, 1999, p. 125).

Nessa perspectiva, Dussel (2014) argumenta que o sujeito determinante da política é o povo e mesmo que cada classe tenha interesses contraditórios, quando se unem através do diálogo para a construção de um projeto homogêneo, visam a manifestação de espaços políticos comuns, dando voz aos que nunca a tiveram para que questionem o viver coletivo. Assim sendo, a tentativa de um exercício de radicalização com todas as suas limitações leva à valorização do processo de luta e ao abandono da ideia de que as mudanças reais só aparecem depois dos resultados finais, considerando que toda luta configura uma fissura e por conseguinte pode representar uma mudança nas relações de poder.

Desenvolver políticas radicais, com o objetivo de confrontar e enfrentar diretamente as novas formas de desenvolvimento capitalista contemporâneo e os êxitos do pós modernismo neoliberal é fundamental, pensando na recuperação do controle cidadão na escala de poder local que possibilite a transparência e a reapropriação das políticas pela comunidade e a democratização dos processos decisórios (Soja, 2000), considerando que "propostas ordenadas pela comunidade e a ela submetidas significam a possibilidade dos indivíduos se pronunciarem antes das decisões serem tomadas, em vez de se limitarem a protestar diante de fatos já consumados" (Dowbor, 2016, p. 82).

Logo, "vislumbrar outras dinâmicas, rotinas e expedientes para a atuação política, em que as pessoas ficam mais próximas das decisões" é chamada por Dowbor (2016, p. 27), de democracia delegativa ou líquida¹⁴. Esse formato de democracia possibilitaria o avanço da participação direta e cidadã. A rejeição de estruturas verticais como uma fissura possível na organização política permite adotar outras dinâmicas na atuação política,

¹⁴ Ver mais em Dowbor (2016).



aplicando o conceito de horizontalidade¹⁵ não em termos absolutos, mas "como uma luta constante contra a verticalidade" (Holloway, 2013, p. 46).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme discutido ao longo do texto, o processo de neoliberalização em curso agrava as desigualdades na estrutura sócio-espacial das cidades e reforça a segregação urbana. Segundo Orueta e Seoane (2013, p. 8), novas formas de colaboração entre o setor público e o privado são cruciais para estimular a competição urbana e "à medida que existe uma tendência muito afiada em priorizar a obtenção de benefícios econômicos, o alcance do compromisso do Estado com objetivos igualitários fica muito limitado".

O caminho percorrido pela discussão deste artigo aponta para a importância do debate acerca do reconhecimento das fissuras como possíveis alternativas de perturbar a lógica neoliberal e como proposição de uma prática alternativa que provoque a discussão a respeito de uma maior abertura para a participação popular que tenha poder de ação direta na mudança dos processos de decisão na política urbana.

O neoliberalismo continuará preconizando o desenvolvimento de capacidades individuais e sendo favorável ao discurso empreendedor para assegurar seus objetivos, pois para o sistema, "não basta adaptar o marco normativo, mas também, contar com um crescente poder autoritário que assegure a estabilidade do modelo frente às previsíveis mobilizações sociais" (Orueta, Seoane, 2013, p. 7). Na sociedade contemporânea neoliberal, o outro lado da individualização aponta para a corrosão e lenta desintegração da cidadania (Bauman, 2001). Logo, o contraponto seria "unir novamente o que a combinação da individualização formal e o divórcio entre o poder e a política partiram em pedaços", ou seja, "redesenhar e repovoar a hoje quase vazia ágora - o lugar de encontro, debate e negociação entre o indivíduo e o bem comum, privado e público" (Bauman, 2001, p. 55).

Assim, o grande desafio social e político da sociedade, colocado por Souza (2016), é o entendimento de que ser cidadão requer que o pertencimento político perpassa a ideia de coletividade. Vencer o individualismo, ainda que a preocupação com a busca de interesses pessoais seja considerada como uma atitude normal e perceber que "todo processo de aprendizado moral, individual ou coletivo, implica, antes de tudo, a consideração de interesses e valores que ultrapassam a esfera individual", seria avançar no sentido do aprendizado coletivo (Souza, 2016, p. 36).

¹⁵ Em termos absolutos, a horizontalidade está pautada no conceito de que "todos devem ser envolvidos nos processos de tomada de decisão em uma base de igualdade" sem a presença de líderes, o que na prática traz uma rigidez e uma difícil possibilidade de funcionamento (Holloway, 2013, p. 46).



Por fim, vale ressaltar que o desafio das fissuras, como discurso de ruptura, é garantir que os espaços heterotópicos¹⁶ não sejam retomados pela práxis dominante e cooptados pelo discurso capitalista neoliberal. O cenário atual impõe barreiras e contrariedades, mas novas práticas despontam para um possível horizonte mais democrático.

REFERÊNCIAS

- AALBERS, M. Neoliberalism is dead... Long live neoliberalism. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 37, n.3, mai. 2013, p. 1083-1090.
- ANDRÉS, R. Democracia sem partido. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, n. 09, 2016, p. 20-27.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BAUMAN, Z. Times of interregnum. **Ethics & Global Politics**, v.5, n.1, 2012, p.49-56.
- BRENNER, N. Seria o “urbanismo tático” uma alternativa ao urbanismo neoliberal? **E-metropolis**, n. 27, Ano 7, dez. 2016, p. 6-18.
- CARLOS, A. F. A. A lógica do planejamento versus a dialética do mundo. In: LIMONAD, E.; CASTRO, E. R. (Org). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 25-39.
- CARLOS, A. F. A. A tragédia urbana. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHO, D.; ALVAREZ, I. P. **A cidade como negócio**. São Paulo: Editora Contexto, 2015. p. 43-63.
- CASTRO, I. E. O espaço político: limites e possibilidades do conceito. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org). **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 43-72.
- DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEMO, P. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Autores Associados, 1995.
- DEMO, P. **Pobreza Política: polêmicas de nosso tempo**. Campinas: Editora Autores Associados, 2001.
- DOWBOR, L. O poder local. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, n. 09, 2016, p. 76-85.
- DUARTE, A. Hannah Arendt e o pensamento ‘da’ comunidade: notas para o conceito de comunidades plurais. In: O que nos faz pensar. **Revista de Filosofia da PUC-RJ**, v. 29, 2011, p. 21-40.

¹⁶ Espaços das diferenças, dos contrastes, da multiplicidade, nos quais estão contidos os conflitos.



- DUSSEL, E. **El giro descolonizador**. (Transcrição). 2014. Entrevista concedida para os grupos NorLarNet e CROP na Noruega em 18 de abril de 2012. Disponível em: <http://marcelogfernandez.blogspot.com.br/2014/09/enrique-dussel-el-giodescolonizador.html>, acesso: mai. 2017.
- GONÇALVES, P. G. **Limites e possibilidades da democracia representativa na produção do espaço urbano**: uma análise a partir da atuação na Câmara Municipal de Belo Horizonte. 2008. 230 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. 13ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HARVEY, D. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HOLLOWAY, J. Fissuras: a antipolítica da dignidade. In: **Fissurar o capitalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2013. p.19-48.
- HOLSTON, J. **Cidadania insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- LIPOVETSKY, G. **A era do vazio**. Ensaio sobre o individualismo contemporâneo. São Paulo: Manole, 2005.
- MAGALHÃES, F. N. C. O espaço do Estado no neoliberalismo: elementos para uma redefinição crítica. **GEOgraphia**. Niterói. Ano 18, n. 37, 2016, p. 35-60.
- MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento Urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MORADO NASCIMENTO, D. As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade. In: *Cadernos MetrÓpole*, São Paulo, v. 18, n. 35, 2016, p. 145-164.
- MORADO NASCIMENTO, D.; FREITAS, D. M. Ampliação do conceito de PPP para compreender seu papel no processo de neoliberalização. In: XVII Enanpur, 2017, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Anpur, 2017. p. 1-14.
- NASSIF, T. **Linguagem técnica e (im)possibilidades para a produção democrática do espaço urbano**: uma análise a partir de duas experiências participativas no município de Belo Horizonte. 2016. 128 f. Dissertação (mestrado) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- ORUETA, F. D.; SEOANE, M. L. L. Neoliberalismo, políticas urbanas y reconfiguración socio-espacial. **Quid 16**, n. 3, nov.2013, p. 7-16.
- PAULANI, L. M. Neoliberalismo e individualismo. **Economia e Sociedade**. Campinas (13), dez. 1999, p. 115-127.



PORTELA JÚNIOR, A. Florestan Fernandes e o conceito de patrimonialismo na compreensão do Brasil. In: **Plural**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 19.2, 2012, p. 9-27.

RESTREPO, R. S. Cinco tesis desde el pueblo oculto. **Oxímora Revista Internacional de Ética y Política**, n.1, 2012, p.10-39.

SANTOS, B. S. **A difícil democracia**: reinventar as esquerdas. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

TEIXEIRA, A. C. C. **Para além do voto**: uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil (1975-2010), 2013. 174 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, São Paulo, 2013.

SOJA, E. **Postmetrópolis**. Estudios críticos sobre las ciudades y las regiones. Madrid: Traficante de Sueños, 2000.

SOUZA, J. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

Agradecimento

À agência de fomento FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais), pelo apoio financeiro.



GT 07 - Cidades e transformações do urbano na América Latina

A GLOCALIDADE NO INTRA-URBANO: REDEFINIÇÕES DAS CENTRALIDADES EM MARABÁ-PA

Mauro Emilio Costa Silva¹
"Universidade Estadual do Pará".
UEPA. Brasil.
Email: maurobrasilgeo@yahoo.com.br

RESUMO

O objetivo deste artigo é compreender como um evento de caráter econômico e multiescalar, o *shopping center* Pátio Marabá, instalado em 2013, promove no espaço do núcleo Nova Marabá, uma área central da cidade de Marabá-PA, o fenômeno da centralidade intra-urbana e seus desdobramentos socioespaciais. Intenciona-se elencar o referido *shopping center* não como um fator totalizante, e sim como um vetor que tem como consequência, a produção da centralidade, especialmente, em si, e, em suas mediações tornando-se um nó de articulação multiescalar na cidade. Baseando-se na teoria geográfica das manifestações de objetos espaciais como eventos sempre singulares nos diversos lugares, ainda que solidários. Pressupõe que o evento é um "dado do tempo no espaço" (SANTOS, 2008a) e um "momento" para (LEFEBVRE, 1991), ambos, concordando que o evento é um fenômeno irreversível e muda a história do lugar. Com base nesses pressupostos teóricos e empíricos, fez-se necessário como recurso metodológico a interlocução aos cidadãos consumidores do empreendimento, enfocando o segmento das franquias *fast food* (considerado um grande atrativo na atração de consumidores) por meio de questionários e através da aplicação de entrevistas aos gerentes. Sob a luz da reprodução do capitalismo, neste caso, animado pelos pontos de vistas dos dois agentes (consumidores e gerentes), entende-se que se aproximará das respostas objetivadas.

Palavras-chave: Espaço, Centralidade, Reestruturação, Intra-urbano e Marabá.

1. INTRODUÇÃO

A emergência do período atual assentada na "aceleração contemporânea" (SANTOS, 2008a) representa as transformações que o capitalismo passou na segunda metade do século XX, em que a produção e o consumo renovaram continuamente suas características e as espacializações, reconfigurando o conteúdo urbano e das cidades que mais intensamente se inseriram no processo de reestruturação espacial, que transporta circuitos produtivos, conforme observa Sposito (2013, p. 6) "As deslocalizações para áreas mais periféricas acarreta menos gastos com os fatores de localização e, de maneira geral e somadas às condições anteriores, forçam a uma reestruturação da cidade e uma

¹ Mestre, Geógrafo, docente da Universidade Estadual do Pará- UEPA.



reestruturação urbana”. Neste sentido, quando Lefebvre (2008) fala da “urbanização completa da sociedade”, denota-se a incorporação das reconfigurações da cidade e o do novo movimento da vida urbana instaurado pela densidade técnica e valores (signos mercantilizados), modernos designada de “meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 2008b), tornando e ampliando os espaços modernizados. O caso da cidade de Marabá, o processo de renovação urbana verificado nas últimas décadas desencadeado por interesses de agentes econômicos articulados com o estado, vêm reconfigurado o tecido intra-urbano numa conexão com a economia nacional e internacional, isto é, ao contexto mais amplo de globalização e mundialização.

O município de Marabá situado na mesorregião do sudeste do estado do Pará com uma população de 233.462 habitantes, segundo o IBGE (2010), é considerada, no contexto urbano, uma das principais cidades no estado por sua capacidade de articulação regional, nacional e internacional em receber eventos de lógicas multiescalares.

A gênese espacial como processo de formação territorial da cidade de Marabá, tem tanto semelhanças quanto diferenças em relação as cidades amazônicas, em que pelos *descaminhos da natureza* um ponto se fixou, isto é, a escolha de um melhor *habitat* entre os rios Tocantins e Itacaiúnas tinha por necessidade, além de moradia, fluir as relações de subsistência pautadas na caça, pesca e extrativismo vegetal, conformando a sociogeograficidade marabaense.

Emmi (1999, p. 88) destaca a importância do ainda incipiente núcleo urbano de Marabá no final do século XIX e início do XX, devido à sua localização privilegiada no encontro de dois rios (Tocantins e Itacaiúnas) que serviam como via de comunicação, principalmente com Belém, para onde eram exportadas as produções de caucho e, posteriormente, de castanha-do-pará.

Os anos 1970 foram o marco temporal de inflexão para a cidade de Marabá pelas mudanças de papéis e funções desempenhadas que foram criadas e mesmo ampliadas em várias dimensões, no âmbito da Geografia Urbana, na perspectiva processual de “implosão e explosão” da cidade (LEFEBVRE, 2013), isto é, crescimento interno substancial, concomitante, ao espraiamento do tecido urbano, como corolário se identificou o surgimento de dois novos núcleos (Nova Marabá e Cidade Nova) somadas ao centro principal (Marabá Pioneira), também considerado núcleo urbano de acordo com a revisão do “Plano Diretor Participativo” (2006) os três são também considerados “Distritos” juntamente com outros núcleos secundários que não serão privilegiados no trabalho, a saber: Morada Nova, São Félix e o Distrito Industrial, áreas que contribuem para a caracterização de cidade multinucleada.



A cidade reconfigurada em seu tecido urbano expresso, principalmente, pelos três núcleos: Marabá Pioneira, Nova Marabá e Cidade Nova com seus fragmentos em condições de centro e centralidade econômica complexificaram a compreensão dinâmica das interações espaciais intra-urbanas, pois os três núcleos ainda que possuam seus equipamentos e serviços urbanos se percebe substanciais relações de interações espaciais entre si.

A análise versa entretecer o empírico e teórico intencionado operacionalizar a justaposição entre as categorias núcleo-centro, para instrumentalizar o centro como uma condição localizada na cidade de Marabá, em que os três núcleos têm supostas centralidades localizáveis por meio das atividades de comércio e serviços, como: na Nova Marabá a inserção no ano de 2013 do *Shopping Center Pátio Marabá*.

2. MODERNIDADE E SHOPPING CENTER

A modernidade é um termo amplo e possui derivações que podem “abrir várias portas” analíticas nas quais, o conjunto das ciências parcelares podem abstrair acepções para fundamentar seu escopo epistemológico. No que tange a Geografia, para Gomes (2003, p. 45) deriva a modernidade em dois prismas conceituais: um, o modernismo calcado na cultura e arte; outro, a modernização pautado na economia e política.

A modernidade para o autor referido encampa uma grande parte das ideias e normativas que a sociedade se insere e é inserida. Para o alcance do momento de modernidade foi necessário a sucessão e ruptura de correntes de pensamento e postulações teóricas com suas leis e métodos sendo questionadas, reavaliadas e mesmo rompidas em tempos e tempos. Na segunda metade do século XX, a decadência da corrente positivista de Augusto Conte, marca a emergência da modernidade por meio de correntes de fortes críticas ao pensamento lógico.

O processo sucessivo epistêmico de mudanças de pensamento e, por conseguinte, nas correntes filosóficas trata-se de uma reestruturação.

A reestruturação, em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma “freada”, senão de uma ruptura nas tendências seculares e de uma mudança em direção a uma nova ordem e configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição, proveniente de algumas deficiências ou perturbações nos sistemas de pensamento e ação aceitos. A antiga ordem está suficientemente esgarçada para impedir os remendos adaptativos convencionais e exigir, em vez deles, uma expressiva mudança estrutural. (SOJA, 1993, p.193)



Na Geografia, as mudanças de paradigmas das correntes científicas de interpretação da sociedade e dos sistemas de valores é verificado nas *práxis* espaciais por meio de conceitos e categorias que sustentam as acepções, deste modo, a Geografia muda quando muda a sociedade que, por sua vez é tencionada por paradigmas que se sobrepõem, com rebatimento no espaço. A modernidade foi emplacada pelas técnicas e sua difusão territorial, e neste caso, para Soja (1993) a luz interpretativa geográfica seria pela reafirmação do espaço pela teoria social crítica.

Há de se ressaltar que também ocorre a profusão teórica de que o período contemporâneo é tido como processo ininterrupto de transformações social, política e econômica, levando alguns autores a considerarem de pós-moderna² na direção processual de construção e seu movimento expresso na (re)criação de (re)representações socioespaciais.

Torna-se importante considerar que, numa sociedade possa expressar no espaço os seus anseios materiais e imateriais, deve-se compreender as ordens/lógicas que regem/induzem o momento e as ações ativadas por práticas socioespaciais que envolvem gradativamente cidades e seus habitantes, levando em consideração o nível da cidade na rede urbana e a condição social dos cidadãos.

A ordem de um dado período, é observável no movimento da sociedade quando esta tece relações entre si de modo distinto a momentos pretéritos, concomitante, as novas intencionalidades com prioridades a certas frações espaciais que podem ser as mesmas ou criadas, inseridas num processo de rearranjo por meio da instalação de objetos/equipamentos urbanos.

A relevância em compreender o *shopping center* e franquias *fast food* em escala global e nacional para a inserção em Marabá, é o fato de serem empreendimentos e empresas organizadas em padrões estandardizados, logo, representantes imediatos das lógicas econômicas dos países matrizes do grande capital e geradores de centralidades.

O princípio da localização de um dado *shopping center* relaciona a dimensão espacial de grande redefinição ao seu conteúdo, pois é um empreendimento que no geral são instalados com certa distância métrica do centro urbano principal, pois, além de demandar consideráveis tamanhos de propriedades fundiárias, que não se encontra no centro urbano, sua localização deve estar ligada a outros fatores de imobiliários, vias de acesso, sítios urbanos etc.

Os *shopping centers* fazem parte de um circuito econômico articulado em rede (são empresas que funcionam em redes, tais como, Iguatemi, Pátio entre outros) pela sua

² Para o aprofundamento do assunto, ver David Harvey (A condição pós-moderna, 2012) e Eduard Soja (Geografias pós-modernas, 1993).



organização, sobretudo, a arquitetura interna e externa, marketing etc. Sua recepção nas cidades no que tange a sociedade será particular, suscitando a abordagem de elementos empíricos para a compreensão das individualidades nas cidades.

O *shopping center* é parte da reestruturação urbana e também indutor de novas relações espaciais, “verticalidades e horizontalidades” (SANTOS, 2008b) configura para o lugar de recepção uma centralidade de serviços e comércio, a partir de sua instalação (de difícil reversão), estabelecendo a este uma potencialidade tipicamente capitalista. Relaciona-se as concepções teóricas com núcleo da Nova Marabá, que teve um dos seus fragmentos como receptáculo a instalação do *shopping center* Pátio Marabá.

Na abrangência da cidade na região, Marabá foi eleita a abrigar o *shopping center* Pátio Marabá na região do sudeste do estado em meio ao contexto mundial “cidade neoliberal” (MASSEY, 2008) cidades que se encontram no movimento de articulação entre os principais agentes modificadores do espaço consoantes ao sistema político-econômico, viabilizador das relações em escalas global, nacional, regional e local.

As cidades abertas ao grande capital, especificamente, neste caso para o empreendimento *shopping center*, sua condição e meio tem como atributos a articulação multiescalar, caracterizado pela cidade média, possuidora da capacidade de intermediar fluxos diversos, e, por conseguinte, à aquisição de novos papéis que passa a assumir.

Estas cidades são base espacial para o capitalismo criar estratégias constantes para sua manutenção como modo de produção hegemônico, seja para sair das crises periódicas, seja para se reproduzir ampliadamente as taxas de lucros para a acumulação. Para tanto, o capitalismo, abstratamente, rompe paradigmas, como a mudança do homem “produtor para o homem consumidor” (BAUMAN, 2008) denotando nesta acepção que o homem é mais consumidor do que produtor na “sociedade líquida moderna” dos tempos hodiernos.

Para Bauman (2008), as mudanças paradigmáticas entre a sociedade dos produtores “sólido moderna” o desfrute do consumo era em longo prazo, enquanto que na sociedade atual “líquido moderna” o consumo é constante e cosmopolita pelo processo da renovação e a depreciação rápida dos produtos.

3. GLOBALIZAÇÃO, CENTRO E CENTRALIDADE INTRA-URBANA

Muito se discute sobre a propagação do “fenômeno urbano” (LEFEBVRE, 1999) como produto das relações socioespaciais cunhada por lógicas capitalistas que tem a cidade como *locus* de materialização, forçando a reconfiguração do tecido urbano. Contudo, um desdobramento que também impacta a cidade são as novas direções que os fluxos das



interações espaciais internas produzem em virtude ao surgimento de centralidades de caráter principalmente econômico.

Para Corrêa (2016, p. 132) “Há uma forte relação entre o tipo de sociedade e a natureza das interações espaciais”. Entre os processos socioespaciais que perfazem a dinâmica do tecido urbano de Marabá, a identificação de permanência-mudanças verificado por meio da recepção de lógicas econômicas interescares, tornou-se essencial para a compreensão da interação espacial intra-urbana.

As mudanças de direções das interações espaciais intra-urbanas em contexto mais recente de rearranjo da cidade, repercute na dinâmica dos centros e áreas centrais, seja por complementariedades, seja por competitividades que pode influenciar no seu fortalecimento ou enfraquecimento destes nós de articulação na cidade. Assim sendo, torna-se necessário a discussão sobre centro, áreas centrais e das novas perspectivas de centralidades para compreensão das relações entre si.

As cidades que intensamente sofrem rearranjos espaciais através das centralidades econômicas, denotam uma densificação das técnicas modernas, isto é, a artificialização espacial nas cidades designada de “meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 2008b), tende a tornar-se e ampliar os espaços modernizados, com destaque para as cidades metrópoles e médias. No segundo caso para Marabá, o processo reestruturador produtivo verificado nas últimas décadas desencadeado por interesses de agentes articulados teve o espaço da cidade reconfigurado pela necessidade de conexão com a economia nacional e internacional, isto é, ao contexto mais amplo de globalização.

A globalização pode ser assim definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. Este é um processo dialético por que tais acontecimentos locais podem, se deslocar numa direção anversa às relações muito distanciadas que os modelam. A transformação local é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e do espaço. (GIDDENS, 1991, p. 69)

As centralidades que demonstram superfície de modernidade, atribuindo ao espaço uma performance de relação macroescalar, conecta e é conectado aos fluxos em rede, pois, estes, são os fatores de relação vertical da cidade, sendo desta maneira a inclusão ao processo de globalização que, entende-se como um fenômeno de ocorrência em rede e se exprime na cidade em pontos que coincidem com a centralidade, assim defendido por Ajonas (2008, p. 05) “A centralidade se define hoje pela articulação dos espaços em redes”.



No nível interno da cidade, a centralidade a partir de seu centro ou centros Spósito (1997) é ativada pelas atividades de comércio e serviços, a princípio para a análise de modo multivetorial, ou seja, por meio da ação de vários agentes de segmentos diferentes. A cidade de Marabá abriga atividades econômicas que converge para a realização de múltiplas centralidades.

Ressalta-se que as centralidades, tanto em quantidade como em qualidade estão relacionados ao nível urbano da cidade, situação espacial e conjuntural dos seguintes elementos intrínsecos: centro (os), área central (as), demografia, cultura, posição geográfica, temporalidade, conjuntura econômica, sítio urbano etc.

Pode pois falar-se em vários centros, no tempo e no espaço, e identificar um sistema de polaridades urbanas em praticamente todas as cidades de média ou grande dimensão, onde as condições de centralidade se combinam, em tempos diferentes, para pessoas diferentes, afirmando lugares especiais que estruturam os movimentos urbanos e marcam o ritmo de vida das cidades. Mas também é verdade que se pode, ainda, falar da evolução do centro, se considerarmos a perspectiva temporal e apreciarmos a forma como as condições de centralidade se vão reunindo mais neste do que naquele lugar ao longo da história, de acordo com alterações no sistema social e económico e em especial nas condições de acessibilidade, fazendo variar o modo e o lugar como se faz a fixação de “elementos fortes” de estruturação urbana (paços do concelho, comércio, finança, ...) e se alteram nós e linhas de acessibilidade, assim como a sua importância relativa (estação de comboio, aeroporto, pontes, estradas, linhas de elétrico, autocarro e metro,...). (FERNANDES, 2012, p. 34 [cic])

Acredita-se que a cidade monocêntrica caracteriza a urbanização em momento inicial e ao processo de estruturação, enquanto que a cidade multicêntrica caracteriza a urbanização consolidada já em processo de reestruturação urbana, quando um dos seus fatores constitutivos, a demografia ocupou densamente as frações da cidade, necessitando, de novas áreas em condições de centralidade distante do centro principal e próximo as novas habitações visando atender as necessidades imediatas.

A realidade espacial multicêntrica e as relações entre as formas de núcleos distintos por meio das interações espaciais intra-urbanas que dinamizam e recriam conteúdos socioespaciais pode ser conferida para a cidade de Marabá através de um processo investigativo científico geográfico que já se apresenta.

O centro urbano, ainda que haja as devidas especificidades entre as cidades, apreende generalidades entre si, como a presença das atividades terciárias, gestão e a circulação, que ganham aparências homogêneas verificado por Beaujeu-Ganier & Chabot (1963, p. 350) “*La característica fundamental de esos centros urbanos cualquiera que sea*



su monumental apariencia exterior, es por una parte la acumulación de diversos elementos de la función terciaria y por otra, a intensidad de circulación”.

Ainda para os mesmos autores, outra característica comum dos centros urbanos, sobretudo, na fase incipiente da cidade é o seu desenho concêntrico, com rarefação das atividades terciárias no limiar do núcleo central *“Matices de la concentración las densidades urbanas en el tipo clásico de ciudad se disponem en reolas concêntricas em torno a um núcleo más o menos amplio”* (1963, p. 315).

O centro urbano no contexto atual exerce uma importância substancial e estratégica para a funcionalidade de relações diversas para com o restante da cidade.

As relações espaciais integram, ainda que diferentemente, as diversas partes da cidade, unindo-as em um conjunto articulado cujo núcleo da articulação tem sido, tradicionalmente, o centro da cidade. [...] Aprende-se em um primeiro momento o espaço urbano: fragmentado e articulado (CORRÊA, 1989, p. 09).

Outros autores, Whitacker (2010) e Sposito (2013) também atribuem a importância que o centro exerce para as demais frações da cidade. Quanto à relação entre articulação e fragmentação, o centro consegue proceder as relações econômicas e políticas na escala intra-urbana como fração de convergência em relação ao restante da cidade, que por sua vez terá condições diferenciadas de contato ao centro, seja por dificuldades de acesso, seja pelo surgimento, por exemplo, de eixos comerciais mais próximos as áreas periféricas, evidenciando seu caráter fragmentário espacial substanciado por lógicas de interações espaciais.

Em estudos mais recentes, Sposito (2013) vem aludindo uma possível superação da relação entre centro-periferia que tanto marcou as cidades brasileiras no século XX. E esta perspectiva é atribuída pelas metamorfoses no tecido intra-urbano que têm o centro urbano como principal foco de mudanças para outras frações da cidade como na tentativa de sua reprodução por meio da criação de novos centros, subcentros e áreas centrais, concorrendo e/ou complementando o centro principal, e, em alguns casos, são suas réplicas em forma de simulacro³ pela atuação de atividades e serviços equivalentes, em menor grau de complexidade.

As reestruturações urbanas por lógicas capitalistas de forte rebatimento no tecido urbano, dispensa ao centro e áreas centrais o encaminhamento para o restante da cidade

³ São cópias imperfeitas.



das novas demandas econômicas, tal função é reforçada pela condição de melhor se articular com outras escalas.

Para o restante da cidade, as reestruturações urbanas nem sempre reafirmam sua interação com o centro que tende também a diversificar e espriar continuamente suas atividades conformando-se em centros e áreas centrais afastados e, em menor grau de importância subcentros, produzindo desta maneira a cidade “Multi “Poli” cêntrica (SPOSITO, 2013).

A autora alerta que os prefixos “Multi” e “Poli” são diferentes quanto à condição do fenômeno da centralidade. A multicentralidade é compreendida genericamente nas cidades para além do centro principal, pelo surgimento de novos centros, áreas centrais, eixos comerciais, *shopping centers*, feiras especializadas, subcentros etc. num processo de complementariedades e concorrências.

Essas novas superfícies de serviços e comércio são multiplicações centrais, sendo produtos de estratégias antigas ou mesmo por necessidades pontuais recentes, produzidas por agentes e grupos que estabelecem e confirmam o uso do espaço-mercadoria nestas áreas.

A policentralidade condiz com o aprofundamento da centralidade exercida pelas novas circunscrições espaciais criadas na curta duração com estratégias e ações articuladas entre os agentes combinadamente bem definidos e projetados para a reprodução do grande capital por meio da troca de produtos sofisticados em territorialidades tecnificadas.

Dinâmicas mais recentes observadas, que se combinam, mas superando a lógica que orienta a sua formação. São atinentes ao aparecimento de grandes superfícies comerciais e de serviços, que redefinem de modo profundo, a estrutura espacial que vinha se estabelecendo no decorrer do tempo, não são todas as áreas centrais, mas, especialmente, hipermercados modernos de grandes grupos do setor, *Shopping centers*, centros especializados de grande porte (de negócios, de serviços médico-hospitalares, de feiras, de festas etc.). (SPOSITO, 2013, p. 75)

Em suma, para Sposito (2012), a multicentralidade se diferencia da policentralidade, ainda que ambas gerem centralidades e mudanças, porém, se distinguem pela intensidade das transformações socioespaciais em que, no segundo caso ocorre de modo mais profundo e altera substancialmente a natureza e dinâmica de frações do tecido urbano da cidade, enquanto que no primeiro caso, as mudanças são modestas na estrutura urbana.

As superfícies policêntricas e mesmo multicêntricas “representações do espaço” (LEFEVBRE, 2013), exercem uma influência significativa na vida urbana cotidiana dos



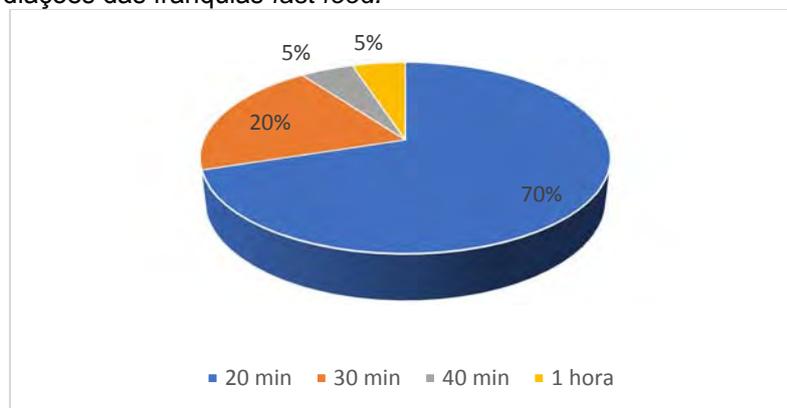
cidadinos “espaços de representação” (ibdem), quando sugere novas práticas socioespaciais “espaço percebido” (ibdem). Tal dialética socioespacial provavelmente vem se desenhando na cidade de Marabá com a formação de dois núcleos urbanos (Nova Marabá e Cidade Nova), juntamente com o centro principal (Marabá Pioneira) que tendem a produzir os fenômenos das duas centralidades com os novos conteúdos adquiridos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando Lefebvre (2008) fala da “urbanização completa da sociedade”, denota-se a incorporação das reconfigurações da cidade e do novo movimento da vida urbana instaurado pela densidade técnica e valores (signos mercantilizados), modernos designada de “meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 2008b), tornando e ampliando os espaços modernizados. O caso da cidade de Marabá, o processo de renovação urbana verificado nas últimas décadas desencadeado por interesses de agentes econômicos articulados com o estado, vêm reconfigurado o tecido intra-urbano numa conexão com a economia nacional e internacional, isto é, ao contexto mais amplo de globalização e mundialização.

Para uma apreensão do fenômeno mundial no caso do objeto em questão, o *Shopping Center* Pátio Marabá, o questionário aplicado em uma das franquias *fast food*, constatou-se que estas exercem substancial atração de consumidores, tendo um grande efeito no fluxo para si, ainda que o tempo de permanência nas imediações das franquias seja considerado reduzido.

Gráfico 1: Entrevista aos consumidores *fast food* no *Shopping Center* Pátio Marabá, sobre o tempo de permanência de consumo nas imediações das franquias *fast food*.



Fonte: Elaboração: Mauro Emilio (Julho e Novembro, 2015).



Assim sendo, o empreendimento em referência tem as franquias *fast food* como fator de atração, reforçando a imanência essencial entre si, tal relação é mediada pelo consumo do/no espaço que também influencia no sucesso do empreendimento nos moldes capitalistas e, por conseguinte, a valorização.

A perspectiva de uma centralidade econômica advinda por meio do *Shopping Center* Pátio Marabá despertou a especulação imobiliária e a prática da “antecipação espacial” (CORRÊA, 1989) por parte de incorporadora imobiliária (UNIQUE) que iniciou a construção ao entorno do empreendimento de três torres (duas para hotel e outra para salas comerciais), até então as obras estão paralisadas (Trabalho de campo, 2016). O prognóstico para o setor imobiliário para o núcleo (centro) da Nova Marabá era a sua supervalorização que até então não vem ocorrendo.

No contra-ponto da pesquisa, a entrevista aplicada ao agente do capital, a gerente da Bob's foi de grande importância para a pesquisa ao fazermos profícua relação entre o teórico e o empírico assim, destacamos os pontos chave da entrevista, como se segue:

P: de quem foi à iniciativa de montar a franquia na cidade? R: empresário local, não atuava no ramo. P: como foi a relação com o poder público R: somente pagamento de baixos impostos. P: tem sido um bom negócio? (expectativas, ganhos, vantagens e desvantagens)? R: sim, mesmo com a crise. P: a empresa pretende se expandir? R: não. P: houve alguma mudança desde que foi instalada? R: aumentou o consumo da classe mais baixa, pois há uma preocupação de oferecer os preços mais baixos. P: qual é o perfil do seu consumidor? R: classe média. P: qual a principal faixa etária da clientela? R: dos 14 aos 40 anos. P: há um carro chefe? ele é o mais vendido? R: Sim, são as ofertas, bob's original (duas carnes de hambúrguer queijo, salada, batata), hoje é 17 reais. P: quais os dias da semana de maior fluxo de consumidores e porque? há alguma promoção? R: Domingo, mas, não tem as mesmas promoções, por conta do fluxo. P: quanto aos hábitos de alimentação, consumo, lazer, você acha que trouxe alguma mudança para a cidade? (qual?) R: não, pois é muito forte o churrasco a noite. P: há resistência a essas mudanças? quais? R: há muita resistência pela cultura marabaense não ser *fast food* (entrevista a Gerente da Bob's em 11/11/2015)

Entrelaçando o fator cultural de corte empírico como elemento explicativo para uma não completa consolidação de práticas socioespaciais por meio do *Shopping Center* e de suas respectivas franquias *fast food*, percebeu-se que a resistência decorre do binômio preço-alimento exógeno, corroborando com a assertiva de que as cidades médias têm dificuldade de incorporar a diversidade (CASTELO-BRANCO, 2007) referenciando Marabá neste caso.

A cidade de Marabá principiou o povoamento, as atividades econômicas, e urbanização na região do sudeste do Pará, fatores que contribuíram para formar uma “argamassa cultural” (MOREIRA, 2008). É uma cidade que irradia práticas socioespaciais



revestidas de cultura produzida para a região no qual está inserida como cidade polarizadora, assim esta condição de emissora regional de lógicas culturais obstaculiza a assimilação de novas práticas e lógicas nacionais e globais via consumo.

Por outro lado, percebe-se que o *Shopping Center* e suas respectivas franquias *fast food* tencionam a sociedade local a novas práticas socioespaciais pela somatória de produtos endógenos e exógenos coadunando para criar uma “Tecnosfera” (SANTOS, 2008a) as feições de cidade média com relações interescolares.

A “Policentralidade” (SPOSITO, 2013) como fenômeno espacial surgido geralmente de imediato, condicionado a ação de seus agentes produtores, neste caso, os desdobramentos do *Shopping Center* Pátio Marabá, permitindo pensar em uma centralidade de conteúdo policêntrico no núcleo (centro) Nova Marabá.

REFERÊNCIAS

AJONAS, A. de C. da S. Reestruturação urbana, centro e centralidade em Itu – SP. **Geografia em Atos**, n. 8, v. 2. UNESP, Presidente Prudente, 2008.

BAUMAN, Z. **Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BEAUJEU-GANIER, J. & CHABOT, G. **O tratado de Geografia Urbana**. Barcelona: Editorial Vicens Vives, 1970.

CASTELO BRANCO, M. I. Cidades Médias no Brasil. In: SPOSITO, M. E. B. **Cidades médias: espaços em transição**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

_____. **Processos, formas e interações espaciais**. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Geografia, v. 61, n. 1, p. 127-134, jan./jun. 2016.

EMMI, M. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos Castanhais**. 2ª ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999.174 p.

FERNANDES, J. A. V.R. Muitas vidas tem o centro e vários centros tem a vida de uma cidade. (Org.) FERNANDES, J. A. V. R.; SPÓSITO, M. E. B. **A nova vida do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto / CEGOT. 2012.



GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991. (Tradução de Raul Fiker).

GOMES, P. C. da C. **Geografia e Modernidade**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática. 1991. (Tradução Alcides João de Barros).

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1999. (Tradução Sergio Martins).

_____. **La producción del espacio**. Madri: Capitán Swing. 2013.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. (Tradução de Rogério Haesbaert da Costa).

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes clássicas originárias**. v. 1. São Paulo: Contexto, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ (PMM). **Revisão do Plano Diretor Participativo de Marabá, Pará**: relatório de leitura técnica. Marabá: PMM/Diagonal, 2011. 218 p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas**. 2 ed. Rio de Janeiro. Zahar. 1993. (Tradução de Vera Ribeiro).

SPÓSITO, M. E. B. **A Gestão do Território e as diferentes escalas da centralidade urbana**. II Encontro Nacional da ANPEGE. Rio de Janeiro, 1997.

_____. Segregação socioespacial e Centralidade urbana. et al: VASCONCELOS, P. A. **A Cidade Contemporânea: Segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. et al: GÓES, E. M. 1ed: São Paulo: Editora Unesp, 2013.



GT 07 – Cidades e Transformações do Urbano na América Latina

O ESPAÇO PÚBLICO A PARTIR DO CONFLITO

Patrícia Cioffi de Mattos (Universidade Federal de Minas Gerais)¹
patriciacioffi@gmail.com

RESUMO

Esse artigo aborda o espaço público a partir das ideias de Henri Lefebvre sobre a produção e a política do espaço. Dessa forma, considera-se o espaço –público– não como um dado a priori, mas a partir de processos, relações e disputas que o configuram. Utilizando o conceito de político proposto por Chantal Mouffe, na qual o antagonismo e, portanto, o conflito, é constitutivo das sociedades humanas, pretende-se discutir o caráter político e conflituoso do espaço público, bem como revelar algumas de suas contradições. Para isso, por meio do método dialético, é realizada uma dupla crítica: crítica de direita e crítica de esquerda, abordagem utilizada por Lefebvre no segundo capítulo do livro Espaço e Política (1972) para evidenciar os aspectos políticos – e contraditórios– do espaço e os “conflitos da crítica”. A crítica de direita se refere ao processo de espetacularização do espaço público e da negação do conflito, criando espaços pacificados e controlados. A crítica de esquerda considera o conflito como constitutivo de um espaço democrático, propondo um espaço público agonístico, ou seja, um campo de disputa na qual as oposições não são erradicadas, mas tratadas legitimamente. Tal relação agonista desenvolvida por Mouffe permite interpretar o espaço público como possível fomentador de exercícios democráticos mais radicais.

Palavras-chave: Espaço público; Conflito; Política; Antagonismo; Agonismo.

1. INTRODUÇÃO

O conceito de espaço público, assim como o próprio espaço – como será argumentado ao longo do texto – está em disputa. A oposição público/privado já não é tão evidente e nem suficiente para caracterizar e compreender os espaços das cidades contemporâneas. Nesse sentido, para compreender os espaços públicos é necessário dar “um passo atrás”. A presente proposta parte da questão fundamental de como situar e definir o espaço público contemporâneo e qual o seu papel na cidade.

Utilizando as concepções de produção do espaço desenvolvidas pelo filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre, o espaço público é considerado não como um dado a priori, mas a partir dos processos, relações e disputas que o configuram. Analisar o espaço

¹ Estudante de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU), bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais -MG



público a partir de sua produção é reconhecer seu caráter político e contraditório. Entende-se como político o conceito elaborado por Chantal Mouffe que se difere de política e que diz respeito à dimensão antagônica inerente e constitutiva das sociedades humanas.

Dessa forma, evidenciando o aspecto político e dialético do espaço, propõe-se uma dupla crítica – política – ao apresentar maneiras distintas de conceber o espaço público: uma crítica de direita e uma crítica de esquerda. Tal abordagem é utilizada por Lefebvre em seu livro “Espaço e Política” e se baseia no método dialético. Segundo o autor:

A crítica de direita é, grosso modo, uma crítica da burocracia, das intervenções estatistas na medida em que tais intervenções perturbam a iniciativa “privada”, ou seja, os capitais. Do mesmo modo, a crítica de esquerda é uma crítica da burocracia e da intervenção estatista na medida em que essa intervenção não considera, ou considera mal, os usuários, a prática social, quer dizer, a prática urbana. (LEFEBVRE, 2016, p.62).

A principal diferença é que a crítica de esquerda, diferentemente da crítica de direita, não pretende encobrir as contradições, inclusive a respeito de sua própria crítica. Trata-se de um movimento dialético e a crítica de esquerda busca reconhecer essa premissa.

A crítica aqui, se direciona aos espaços públicos contemporâneos e tem como ponto central o conflito. A crítica de direita considera o conflito como um problema e aposta em erradicá-lo ou escondê-lo, a partir de uma perspectiva do consenso. É analisado então, o processo de espetacularização do espaço público que produz imagens pacificadas e vendáveis do espaço e é orientado pelo consumo. Já a crítica de esquerda, estabelece o conflito como constitutivo do espaço público e não propõe a sua negação, ao contrário, o considera legítimo. Assim, propõe-se um espaço público agonístico, orientado pelo dissenso e que busca amenizar o antagonismo sempre presente sem suprimir o ente político.

2. O POLÍTICO COMO ANTAGONISMO

A filósofa belga Chantal Mouffe (2015) diferencia conceitualmente “a política” e “o político”. Para ela, o político situa-se no nível ontológico e trata-se do antagonismo como constitutivo das relações sociais. Já a política, no âmbito da ciência política, corresponde às práticas e instituições para se estabelecer uma ordem, articulação esta, sempre temporária e precária. Toda definição de ordem é política, sendo assim, “as práticas articulatórias, por meio das quais uma certa ordem é estabelecida, e os significados das instituições sociais estão fixados, são ‘práticas hegemônicas’” (MOUFFE, 2005, p.186).

Estabelecendo a política no sentido hegemônico, não existe “para além da hegemonia” no pensamento de Chantal Mouffe. A hegemonia dominante pode sim ser desafiada e substituída por uma hegemonia diferente num processo democrático, mas será



precisamente uma nova ordem sendo estabelecida. Reconhecendo que toda identidade é relacional, a autora utiliza a noção de “exterioridade constitutiva” para definir a relação nós/eles, na qual o antagonismo é sempre uma possibilidade. O antagonismo enquanto constituinte das sociedades humanas assumido pela autora, nada tem a ver com um essencialismo, mas simplesmente com a noção de que toda identidade é construída em relação ao outro. Só é possível existir um “nós” com a existência de um “eles”, e a diferença é, dessa forma, uma condição para o político e para a formação dos sujeitos políticos.

Na dimensão antagônica, o nós/eles se estabelece como uma relação de amigo/inimigo, o que geralmente culmina na tentativa de eliminação do oponente. Tal movimento não constitui um caminho para o pluralismo democrático e deve-se, portanto, considerar um outro tipo de relação, denominada agonismo. Segundo Mouffe (2015), agonismo é uma relação na qual o nós/eles se veem como adversários e ambos reconhecem a legitimidade do conflito, não tentando erradicá-lo por meio de uma solução racional ou consensual.

O desafio do exercício democrático, é, então, criar meios para amenizar o antagonismo potencial do político a partir do agonismo. É importante destacar que na relação agonística, o conflito continua sendo seu cerne, o que irá mudar é a maneira na qual será direcionado. Não se pretende com essa abordagem que as partes opostas entrem em acordo ou encontrem uma solução razoável e racional para as diferenças, mas que o conflito seja considerado legítimo e possa assim, se expressar. Ademais, o agonismo não se insere na esfera moral, entre o bem o mal ou o certo e o errado, mas na legitimidade da discordância e na sua pertinência enquanto projeto rumo à democracia.

Diferentemente da noção de política de outros teóricos, como Hannah Arendt que a considera como espaço de liberdade e decisões públicas, a política para Mouffe (2005) é um espaço de poder, conflito e antagonismo. “ Precisamente, questões políticas sempre envolvem decisões que demandam uma escolha entre alternativas conflitantes.” (MOUFFE, 2005, p.184). Salienta-se que o caráter antagônico aqui proposto não pressupõe uma relação de binarismo, mas de pluralidade. A democracia pluralista almejada busca o reconhecimento da especificidade de diferentes posicionamentos e não apenas entre dois pólos.

Além disso, não existe um terreno supostamente neutro e uma solução técnica para problemas políticos. Apesar disso, a tendência majoritária do pensamento liberal predominante é de cunho racionalista e individualista e interpreta a pluralidade do mundo social com base no consenso.



Não é à toa que a política constitui seu ponto cego. O liberalismo tem que negar o antagonismo, uma vez que, ao trazer à tona o inevitável momento de decisão – no sentido forte de ter que decidir em um terreno indeterminado –, o que o antagonismo revela é o próprio limite de qualquer consenso racional (MOUFFE, 2005, p.184).

Mouffe também aponta a dimensão afetiva como força motriz da política. As pessoas precisam se identificar e mobilizar suas paixões para agir politicamente. Talvez por isso a política pareça um campo tão desinteressante para muitas pessoas, principalmente no contexto atual, afinal, o pensamento consensual só dá lugar a racionalidade, ignorando o aspecto passional nas formas de identificação coletivas.

Em vez de conceber a política como um lugar onde devemos nos reunir todos e tentar encontrar a solução racional – essa não é absolutamente a função da política –, a política deve falar às pessoas sobre suas próprias paixões para mobilizá-las em direção aos projetos democráticos. (MOUFFE, In RIBEIRO, 2012).

De maneira geral, o antagonismo é o ponto central do pensamento político de Mouffe, no qual, sem a pretensão de apaziguar os conflitos existentes ou transformá-los em momentos meramente deliberativos, os coloca como condição necessária para se alcançar uma democracia radical. Tal abordagem se revela bastante pertinente e produtiva para se pensar a relação do espaço com o político.

3. O ESPAÇO COMO POLÍTICO

O espaço não é um *objeto científico* descartado pela ideologia ou pela política; ele sempre foi político e estratégico (LEFEBVRE, 2016, p.60).

Ao analisar o espaço a partir de sua produção – em seu sentido mais amplo – Henri Lefebvre consegue abarcar a complexidade das relações e práticas sociais e trazê-las para dentro de uma discussão espacial. Lefebvre ultrapassa a concepção tradicional do espaço e o analisa criticamente como além de um simples espelho das interações sociais ou mero receptáculo material, interpretando-o como político, estratégico, ideológico e dialético. Mais do que uma forma neutra, o espaço é “lugar e meio da prática social na sociedade neocapitalista (isto é, da reprodução das relações de produção) [...]” (Lefebvre, 2016, p.52). Nessa perspectiva, o espaço (social) é um produto e produtor das práticas sociais, isto é, um resultado de práticas do cotidiano, do ambiente construído, das diversas maneiras de uso e apropriação, mas também uma influência para essas ações e relações.

Segundo Lefebvre (1976) a sobrevivência do modo de produção capitalista não é “natural” e se realiza por meio da reprodução das relações sociais de produção e pela



produção de espaço de acordo com sua própria lógica, além da capacidade de acomodar suas contradições internas em si mesmo. O espaço possui, mais do que nunca, um papel estruturador no processo de acumulação capitalista contemporâneo. Por ser relativo à sociedade capitalista existente, com seu conteúdo prático e social, o espaço apresenta suas contradições, mesmo que encobertas.

Se esse espaço tem um aspecto neutro, indiferente em relação ao conteúdo, portanto, “puramente” formal, abstrato de uma abstração racional, é precisamente porque ele já está ocupado, ordenado, já foi objeto de estratégias antigas, das quais nem sempre se encontram vestígios. O espaço foi formado, modelado a partir de elementos históricos ou naturais, mas politicamente (LEFEBVRE, 2016, p.60).

As contradições no espaço se expressam justamente devido ao seu caráter político, “tomado ora como modelo, ora como instrumento, ora como mediação” (LEFEBVRE, 2016, p.54). É abstrato e concreto, homogêneo e fragmentado, global e pulverizado, mediato e imediato. Daí justifica-se o método dialético utilizado por Lefebvre para investigar a totalidade do espaço, em seu processo de produção.

Nesse contexto, busca-se analisar o espaço público como espaço político, produto e possível produtor de relações sociais no qual, a partir do conflito, possibilita a criação de espaços mais democráticos. Mas o que afinal, caracteriza o espaço público?

4. O ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO

De acordo com Chantal Mouffe (2005), existem dois significados distintos para caracterizar “o público”, podendo se referir à “coisa pública”, na palavra alemã, *Öffentlichkeit*, e à audiência ou *Publikum*. Será tratado neste artigo o público como “coisa pública” que geralmente se opõe ao privado, mas pode apresentar significados diferentes dependendo do contexto:

Podemos, de modo geral, distinguir três contextos principais que podem ser especificados com base nessa oposição:

- 1 - público – como o que é comum, geral, oposto ao privado como o que é particular e individual;
- 2 - público – no sentido de publicidade, como o que é visível e manifesto, oposto ao privado como o que é secreto;
- 3 - público – como acessível e aberto, oposto ao privado como fechado (MOUFFE, 2005, p.182).

As distintas definições de público se correlacionam, mas não se coincidem, pois dependem do contexto em que estão inseridas. Seus sentidos podem ser associados em alguns momentos e em outros não, de acordo com determinada situação.



Cabe destacar que nas três dimensões de público tratadas por Mouffe, entendo o primeiro deles – oposto ao privado enquanto particular e individual – mais no sentido de coletivo do que propriamente de comum, considerando o conceito de comum de acordo com Dardot e Laval (2015) como um princípio e não como coisa ou qualidade (TONUCCI, 2017, p.99). Feita essa ressalva, percebe-se que tais definições se ancoram nos sentidos do público baseadas no *uso*. O público como coletivo, como visível e como acessível, podendo transitar entre essas categorias.

Além disso, as formas de articulação entre os três sentidos têm variado historicamente desde o tempo da polis grega, em que o comum, o visível e o aberto estavam unidos na constituição do significado de ‘o público’ para o estabelecimento, por meio da construção do Estado, de um novo tipo de separação entre o público e o privado – uma separação cada vez mais prejudicada pela invasão do mercado na esfera pública (MOUFFE, 2005, p.182).

É possível perceber o papel do Estado como norteador para novas divisões entre o público e o privado. Com a expansão da racionalidade neoliberal e consequente associação do Estado com o mercado, esses limites se tornam cada vez mais difusos. Não é tão fácil discernir se um espaço é público ou privado, e principalmente, qual é o significado do conceito de público nos espaços. Complementarmente, a definição romana de público:

[...]admite aqui dois sentidos: de um lado, a *propriedade pública tout court*, correspondente ao domínio público (*ager publicus*), ao patrimônio do Estado ou da Cidade, que dele podem se dispor livremente para distribuir ou mesmo vender; de outro, os espaços de *uso público*, inapropriáveis pelo Estado ou pela Cidade, de acesso livre a todos os cidadãos, tais quais as praças, teatros, pórticos, ruas, rios, arqueodutos, templos, lugares sagrados, etc (TONUCCI, 2017, p.64).

Aqui, adiciona-se o significado de público em relação à *propriedade*, como uma propriedade do Estado, em oposição ao público em relação ao *uso*. Na atualidade a propriedade estatal se estendeu também aos espaços de uso público, denotando a soberania do Estado sobre o espaço. Todos os espaços públicos são hoje apropriáveis pelo Estado, passíveis de serem distribuídos ou vendidos – prioridade à venda progressiva para a iniciativa privada.

De maneira geral, percebe-se que o público tem como princípio “o outro” e a diferença. Assim como o político, possui uma oposição constitutiva que o caracteriza. O encontro com o diferente contudo, não necessita – nem se almeja – que seja idealizado e harmônico.

Considera-se nesse trabalho o espaço público como lugar da diferença, sem no entanto, apostar no ideal moderno de convívio civilizado. Dessa forma, elimina-se qualquer



pensamento nostálgico em relação aos espaços públicos, como locais da diversidade e igualdade absoluta. No contexto das cidades brasileiras é ainda mais difícil falar em nostalgia dos ideais nos espaços públicos, porque muitos deles não se consolidaram.

[...] o espaço público não pode, nem deve ser, idealizado como um local de convívio próximo e profundo da diversidade. A sua concepção moderna colocava-o como um possibilitador de encontros impessoais e civilizados que obedeciam e respeitavam a lógica do próprio sistema, assumidamente desigual, pois lembremos que, entre as transformações da Modernidade, está o desenvolvimento do sistema capitalista, que se fundamenta na desigualdade (SOBARZO, 2005, p.95).

O conflito é uma dimensão sempre presente que pode seguir por três vias: ser erradicado e pacificado através do pensamento consensual, se expressar por meio do dissenso de forma antagônica ou ser legitimado numa confrontação agonística. A terceira via parece avançar mais na possibilidade de um pluralismo democrático.

5. CRÍTICA DE DIREITA: A ESPETACULARIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

O crescente processo de espetacularização urbana é um dos principais responsáveis pela dominação e perda da experiência urbana cotidiana nas cidades contemporâneas (Britto; Jacques, 2009). A cidade produzida como espetáculo cria cenários urbanos monitorados e disciplinados nos quais o espaço público tem papel central. De acordo com Guy Debord (1997), “o espetáculo é o capital em tal grau de acumulação que se torna imagem” (Debord, 1997, p.25). A espetacularização urbana diz respeito ao processo de produção de espaço tornado espetáculo. A cidade é consumida enquanto símbolo e a venda de imagens, baseada nas aparências, isto é, selecionando o que deve ser mostrado e manipulando o que deve ser encoberto. Dessa forma, projeta-se uma imagem ideal da cidade, reforçada pelo marketing urbano no modelo de cidade-empresa – orientado pela lógica neoliberal. Uma das consequências desse processo é a privatização dos espaços públicos, concebidos sob critérios de segregação, consumo e controle.

O medo, ingrediente fundamental nesse processo, passa a orientar cada vez mais os padrões de sociabilidade nas cidades contemporâneas. Consequentemente, o medo da rua e, portanto, medo da diferença, resultado da migração das atividades de lazer para redutos privados voltados para o consumo, é usado como justificativa para os mecanismos de vigilância utilizados nos espaços. Todavia, a violência urbana, antes de ser a causa do esvaziamento das ruas é, na verdade, a consequência do processo de privatizações e consolidação dos “enclaves fortificados” (Caldeira, 1997). Novos produtos imobiliários, como praças de alimentação, shoppings centers e centros comerciais, surgem como “novos



espaços públicos” – na verdade são “espaços pseudo públicos” – novas opções de lazer e socialização que aumentam o contraste das desigualdades, evidenciam os processos de segregação sócioespacial e muitas vezes mascaram o caráter privado e voltado exclusivamente para o consumo que assumem. Com isso, os espaços públicos passam a ser encarados como ambientes perigosos e violentos, o que os torna cada vez mais monofuncionais, fechados em si, privatizados e monitorados. “A tendência a retirar-se dos espaços públicos para refugiar-se em ilhas de “uniformidade” acaba se transformando no maior obstáculo para viver com a diferença, e, desse modo, enfraquece os diálogos e os pactos.” (Bauman, 2009, p.71).

Ao render – e vender – os espaços públicos à iniciativa privada, assume-se cada vez mais a priorização de um tipo de espaço orientado exclusivamente pelo valor de troca em detrimento das práticas sócio-espaciais e experiência urbana cotidiana. O consumo é o fio condutor das relações e interações nos espaços pseudopúblicos. Evidentemente, espaços comerciais propiciam sociabilidade e não há necessidade de separar os espaços por atividades, atitude que mais reforçaria a lógica monofuncional do que contribuiria para o convívio. Entretanto, o que parece problemático é quando o consumo começa a ser o princípio estruturante para a configuração dos espaços, isto é, o consumo como propósito final.

A produção de espaços públicos ancorados no consenso, baseia-se no convívio entre diferentes identidades de maneira pacífica, o que na prática significa excluir alguns desses grupos ou indivíduos. Com isso, a eliminação do conflito – constitutivo – entre as identidades coletivas só se mostra duradoura no nível imagético. Nos espaços públicos tornados simulacros, ou seja, simulações de espaços ideais e pacificados, o conflito continua existindo, mas há um esforço cotidiano para que seja erradicado, ou mascarado. Cabe dizer que tal “pacificação” do espaço não é garantida sem violência, podendo ser física ou simbólica. O falso consenso projetado nas imagens dos espaços públicos espetaculares não se estabelece de forma pacífica, ao contrário do que aparenta.

A regularização e normatização dos comportamentos é feita por meio dos mecanismos de controle e da ação constante da polícia. E a vigilância é assegurada pela crescente indústria de serviços de segurança que vão além da simples venda de equipamentos, pois vendem, na verdade, um conceito de segurança (Soja, 2000). Tal conceito se fundamenta, de maneira geral, no medo do outro, considerado potencial criminoso e que deve, portanto, permanecer longe. Reforça-se, nessa circunstância, o estabelecimento entre o nós/eles como amigo/inimigo. É dessa forma que justificam-se as formas de segregação e ordenamento dos espaços públicos que nada mais são do que maneiras de controlar os corpos. No entanto, “o espaço público, se reconhecido, por



excelência, como locus do conflito, inclui agentes e mobiliza agenciamentos muito mais diversos e contraditórios do que se desejaria ou se costuma identificar” (Jacques, 2009, p.339).

É justamente o caráter político e antagônico dos espaços públicos que o processo de espetacularização tenta negar. Parte-se do pressuposto de que as diferenças não existem, e, se existem, podem coexistir de maneira “pacífica” e civilizada. Ora, ao considerar o político como intrínseco ao antagonismo e o espaço público como expressão e articulação desse político, se retirarmos essa premissa por meio do consenso, os espaços públicos – ou imagem deles – assumem um aspecto apolítico.

6. CRÍTICA DE ESQUERDA: O ESPAÇO PÚBLICO AGONÍSTICO

Em contraposição à produção do espaço baseado no consenso, propõe-se que o espaço público se defina a partir do dissenso, de forma a estabelecer uma relação de agonismo. De acordo com a proposta de Mouffe (2005) é possível conceber um *espaço público agonístico*. Nesse sentido, coloca-se o antagonismo, e, portanto, o conflito como inerentes ao processo democrático – assim como no político. Isso significa reconhecer que o espaço público assume uma arena de disputa ancorada em oposições que não devem ser neutralizadas, pois, dessa forma, perder-se-ia o caráter político.

A finalidade não é a eliminação do conflito nos espaços públicos, mas o reconhecimento conflituoso enquanto legítimo e real, podendo, dessa forma, evitar que se desenvolva de forma violenta. Para a autora, é exatamente a falta de espaços onde o conflito possa se expressar que leva aos embates violentos e a visão do outro como um inimigo a ser combatido e eliminado. Explicitar os embates – que sempre existiram, mas só estavam sendo abafados – no espaço público é desidealizá-lo enquanto local do convívio harmonioso entre diferentes grupos e percebê-lo enquanto lugar político. O espaço público agonístico difere do espaço público do ideal moderno de igualdade e civilidade.

A consequência mais importante é que esse modelo desafia a concepção generalizada que, de formas distintas, entende a maioria das visões concebidas de espaço público como um terreno em que o consenso pode emergir. Para o modelo agonístico, ao contrário, o espaço público é um campo de batalha em que diferentes projetos hegemônicos são confrontados, sem qualquer possibilidade de reconciliação. Tenho falado tanto de espaço público, mas preciso deixar claro, desde já, que não estamos lidando com um único espaço. De acordo com a abordagem agonística, espaços públicos são sempre plurais, e o confronto agonístico tem lugar na multiplicidade de superfícies discursivas. (MOUFFE, 2005, p.188)



O objetivo principal “é revelar tudo o que é reprimido pelo consenso dominante” (Mouffe, 2005, p.190). As tentativas de apaziguamento e estabelecimento de um consenso são necessariamente excludentes, pois definem quem tem legitimidade e quem não tem. E tal definição é geralmente baseada em critérios considerados racionais e técnicos, raramente sendo explicitados como políticos.

Outro aspecto importante é que o conceito de espaço público de Mouffe se difere da *esfera pública* proposta por Jürgen Habermas e do *espaço público político* formulado por Hanna Arendt. A autora se posiciona contrariamente ao consenso como regulador em uma situação de “comunicação ideal” na qual Habermas se baseia e denomina o espaço público de Arendt como um “agonismo sem antagonismo”, devido ao fato de Arendt não reconhecer efetivamente a pluralidade como a origem dos conflitos antagônicos (Ribeiro, 2012).

Para pensar em como o espaço público agonístico deve ser, Mouffe (2005) indica que ele não precisa ser, necessariamente, um espaço localizado geograficamente. Pode ser um espaço digital, por exemplo. O mais importante é criar uma pluralidade de espaços para que a dimensão agonística possa se concretizar. É nessa direção que, para a autora, os esforços devem ser canalizados.

Pode-se dizer que o agonismo suscita a condição necessária para que se expresse o caráter público do espaço nas três dimensões: como coletivo, visível e acessível, aspectos não compreendidos nos espaços públicos produtos da espetacularização. A dimensão agonística está comprometida com a ideia de pluralismo democrático, em seu sentido mais radical, na qual as pessoas possam disputar as práticas hegemônicas.

O fato de não prever um ponto de chegada, nem uma materialidade específica, faz do espaço público agonístico um processo em detrimento de um produto ou um modelo a ser seguido. O que está em jogo são as relações estabelecidas ou a oportunidade de se estabelecer essas relações por um viés do conflito. Além disso, o espaço público agonístico não coloca em discussão as respostas, mas os meios para alcançá-las. Nesse sentido, não existe resposta certa, mas a própria disputa e possibilidade de posicionamento já parece uma escolha mais democrática.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar o espaço público enquanto espaço político e do conflito abre-se a possibilidade para uma práxis urbana mais comprometida com o exercício da democracia. É necessário enfatizar a dimensão política, ideológica, estética e dialética do espaço público. É produto, mas também possibilitador de relações e práticas sociais que podem ser mais plurais e inventivas.



O espaço público agonísito, proposto por Chantal Mouffe aparece como uma possível alternativa à produção hegemônica do espaço público vigente que, orientado exclusivamente pelo valor de troca, reduz o espaço a simples mercadoria. A insistência na negação do conflito nos espaços públicos, aumenta as chances do antagonismo inerente ao político se expressar de forma violenta ou opressiva. Na verdade, o conflito nunca deixa de existir no espaço, ele só é encoberto pelas ideologias. Desse modo, o espaço público enquanto projeto de veiculação de imagens consensuais está fadado a se submeter aos interesses do capital e a minar a experiência sócio-espacial urbana cotidiana. Espaços normatizados, segregados, controlados são o oposto de espaços vividos.

Reconhecer o caráter conflituoso como pressuposto das relações sociais e do político nos espaços públicos, é devolver – ou conceber – o “público” ao espaço. O público enquanto uso, apropriação, coletivo, visível, acessível e quem sabe, comum.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro:Zahar, 2009.
- BRITTO, Fabiana Dultra; JACQUES, Paola Berenstein. **Corpocidade: arte enquanto micro-resistência urbana**. 2009.
- CALDEIRA, Teresa Pires. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 47, p. 155-176, 1997.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Contraponto, Rio de Janeiro,1997.
- JACQUES, Paola Berenstein. **Notas sobre espaço público e imagens da cidade**. Revista *Arquitextos*, n. 110.02, 2009.
- LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política: o direito à cidade II**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016 (1972).
- _____. **The Production of space**. Oxford. U.K.:Blackwell, 1991/2006 (1974)
- _____.**The survival of capitalism: reproduction of the relations of production**. St. Martin's Press, 1976.
- MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo: WMF Martins fontes, 2015.
- _____. **Quais espaços públicos para práticas de arte crítica?** (tradução Natália Quinderé) Cork Caucus, Institute for Contemporary Dance, Cork ,Ireland, p.149-171, 2005.
- RIBEIRO, Gisele. Projeto Urubu: A Especificidade do Conceito de Espaço (s) Público (s) de Chantal Mouffe e as Práticas Artísticas. **GETPol-Anais do Colóquio do Grupo de Estudos de Teoria Política**, v. 1, n. 1, 2012.



SOBARZO, Oscar. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, n. 19, p. 93-111, 2006.

SOJA, Edward W. **Postmetropolis Critical studies of cities and regions**. 2000.

TONUCCI, João. **Comum urbano: a cidade além do público e do privado**. 2017. 246f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.



GT 07 – Cidades e Transformações do Urbano na América Latina

LUXOS “VERDES” E MUROS INVISÍVEIS: A ICONIZAÇÃO DA NATUREZA NO MERCADO IMOBILIÁRIO EM JOÃO PESSOA (PB)¹

Ceres Grehs Beck (IFPB/UFCG)²

ceres.beck@ifpb.edu.br

Luis Henrique Hermínio Cunha (UFCG)³

luishcunha@uol.com.br

RESUMO

Em um contexto de crise socioambiental global, a (re)valorização da natureza desponta como elemento determinante de preços e de escolhas por bens e serviços com apelo sustentável. Percebe-se que a “onda verde” do mercado de imóveis de alto padrão acompanha a evolução da iconização da “natureza” pelo público consumidor e a retórica ecológica do mercado imobiliário transforma a natureza, gradativamente, em uma mercadoria (*commodity*) de luxo. A partir da análise de 540 anúncios e materiais promocionais veiculados nos últimos cinquenta anos (1960 a 2016) na cidade de João Pessoa, capital da Paraíba, este artigo reflete sobre a comodificação do valor-signo da “natureza” pelo mercado imobiliário. Demonstra-se, aqui, como a elitização e a espetacularização da preocupação ambiental geram novas formas de segregação social e erguem muros invisíveis. Enquanto em meados dos anos 1970-1980, a natureza era sutilmente mencionada nos anúncios de imóveis, sendo valorizados: a paisagem intocada, o clima “agradável” e a vista para o mar; percebe-se que a partir dos anos 2000, os simbolismos em torno da “natureza” se tornam sinônimos de exclusividade e marcadores sociais hierárquicos associados à posse de luxos “verdes”. Infere-se que a raridade da natureza é usada pelo mercado imobiliário para maximizar lucros, reforçando a gentrificação e a exclusão ao “direito à cidade” e à “natureza” para todos. Tal fenômeno de exclusão simbólica compõe o amplo espectro que envolve o padrão de urbanização segregadora que se consolidou no Brasil.

Palavras-chave: Segregação Social, Mercado Imobiliário, Iconização da Natureza, Retórica Ambiental, João Pessoa/PB.

1. INTRODUÇÃO

Os padrões de segregação verificados nas cidades brasileiras não se reduzem apenas à sua dimensão material. Paralelamente à deflagração de uma crise ambiental mundial sem precedentes, o *status* de raridade imposto à natureza abre caminhos para a apropriação simbólica do valor-signo “verde” na (re)produção capitalista dos espaços

¹ Este artigo faz parte da discussão mais ampla da tese de doutorado (em desenvolvimento) que trata das diferentes formas de comodificação contemporâneas e traz um olhar sociológico para a construção das narrativas do mercado imobiliário em torno da mercantilização simbólica da natureza.

² Doutoranda em Sociologia (PPGCS/UFCG), Mestre em Administração (UFPB), Professora de Marketing do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), Paraíba, Brasil.

³ Doutor em Desenvolvimento Socioambiental (UFPA), Mestre em Sociologia Rural (UFPB), Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG), Paraíba, Brasil.



urbanos. Ao mesmo tempo em que são denunciados o aumento da degradação dos espaços verdes no meio urbano e o agravamento da poluição do ar, dos rios e mares, se ramificam controvérsias em torno da crescente apropriação material da natureza aliada à mercadorização dos seus simbolismos.

Nas últimas décadas, diversos empreendimentos imobiliários de alto padrão lançados na cidade de João Pessoa, capital da Paraíba, passaram a incorporar elementos de construção sustentável a seus projetos, juntamente com uma retórica de proteção ambiental enaltecida na promoção de vendas. A paisagem, a vista para o mar ou a proximidade a áreas verdes são, presentemente, recursos simbólicos utilizados e espetacularizados na magia criada pela publicidade. Este artigo reflete sobre a transformação da “natureza” em um ícone de desejo, um símbolo de exclusividade e uma mercadoria (*commodity*) de luxo no mercado de imóveis. Para demonstrar como a “natureza” tem sido mobilizada pelo mercado imobiliário, foi realizada uma pesquisa nos materiais promocionais de imóveis lançados na cidade, sendo o recorte temporal o intervalo compreendido entre os anos de 1960 a 2016. Pretende-se também ampliar o debate sobre as consequências da comodificação simbólica da natureza, no momento em que a “casa-mercadoria”⁴ contemporânea – verde e sustentável – reforça o estabelecimento de muros sociais invisíveis, fenômeno presente nas novas formas simbólicas de segregação e exclusão espacial urbana que se consolidam.

A iconização dos elementos representativos da natureza encontrada nos anúncios de imóveis abre caminhos para pensar sociologicamente sobre como a apropriação simbólica da “natureza” vem sendo, estrategicamente, usada para agregar valor e, assim, hierarquizar e elitizar a escolha da moradia por meio da compra do diferencial “raro”: os luxos singulares “verdes”. Uma premissa que embasa o presente debate é que o mercado imobiliário vê a “natureza” pelas lentes da racionalidade econômica e isso fica evidente tanto pela apropriação de áreas verdes do entorno nas narrativas, como pelo argumento de proximidade com o mar ou pela introdução de elementos naturais e “sustentáveis” nos empreendimentos (que, no entanto, são artificialmente construídos, como: lagos, trilhas, paisagismo e jardins). A retórica ecológica também valoriza a economia financeira gerada aos consumidores quando o empreendimento oferece alguma característica “sustentável”, colocando a racionalidade econômica antes da preocupação com a preservação ecológica. Frases de efeito e *slogans* comparados ao longo das últimas cinco décadas revelam que a estratégia do mercado imobiliário de usar os simbolismos “verdes” e enaltecer as ideias

⁴ Alusão ao conceito de “cidade-mercadoria” usado por Vainer (2000), que tem como princípio tratar as cidades como empresas. A cidade-mercadoria usa estratégias de *marketing* agressivo sob três pilares: a cidade como uma **mercadoria** (à venda), como uma **empresa** (tratada como uma unidade de gestão e de negócios) e como **pátria** (no sentido de uma marca, que deve ser fidelizada por seus usuários-moradores-cidadãos).



representativas da natureza encobre, na verdade, o objetivo primeiro de aumento dos lucros para favorecer a reprodução capitalista dos espaços urbanos. Este artigo pretende, portanto, contribuir com o debate contemporâneo sobre a segregação socioespacial urbana, considerando também que existem processos de exclusão simbólica em curso. Demonstra-se, aqui, como a elitização e a espetacularização da preocupação ambiental geram novas formas de gentrificação social e ecológica, por meio da exclusão do “direito à cidade” e à “natureza” para todos.

2. DIREITO À NATUREZA PARA TODOS?

Dentre as consequências sociais advindas do adensamento construtivo e populacional e da (re)produção capitalista presenciada nas cidades brasileiras, depara-se com a suburbanização de certos espaços urbanos em contraste com a privatização e o cercamento de outras áreas em nome da especulação imobiliária. Esta realidade desigual enseja reflexões sobre os desafios da garantia do “direito à cidade”, assim como do “direito à natureza” como um bem coletivo. O processo de urbanização excludente que se estabeleceu no Brasil se apresenta dividido: de um lado, proliferam as favelas, espaços periféricos e precários de habitação, sem saneamento ou infraestrutura básica de transportes, calçamento, iluminação e abastecimento de água (também conhecida como a cidade “ilegal”, informal, marginal) e, de outro lado, surgem bairros elitizados, plenos de direitos (a cidade legal, formal).

O filósofo marxista Henri Lefebvre (1991, 1999) se debruça desde os anos 1960, sobre o “direito à cidade”, contribuindo com reflexões sobre a forma como os urbanistas e arquitetos concebem as cidades por meio do planejamento estratégico (e especulativo) cuidadosamente estudado para o mercado. A (re)produção dos espaços urbanos visa o lucro e inclui, presentemente, a natureza como uma moeda de troca.

Muito estranhamente, o direito à natureza (ao campo e à “natureza pura”) entrou para a prática social há alguns anos em favor dos lazeres. [...] a natureza entra para o valor de troca e para a mercadoria; é comprada e vendida. Os lazeres comercializados, industrializados, organizados institucionalmente, destroem essa “naturalidade” da qual as pessoas se ocupam a fim de traficá-la e trafegar por ela. A “natureza”, ou aquilo que é tido como tal, aquilo que dela sobrevive, torna-se o gueto dos lazeres, o lugar separado do gozo, aposentadoria da “criatividade” (LEFEBVRE, 1991, p. 116, *grifos do autor*).

Os interesses oportunistas de agentes imobiliários na produção de espaços urbanos estão voltados a atrair progresso, modernização e desenvolvimento para algumas áreas, visando ao lucro imediato. Harvey (2012) explica como, ao longo dos últimos três séculos, os projetos urbanísticos das grandes cidades do mundo expropriaram os pobres, as



classes trabalhadoras, sendo as terras de uso comum desapropriadas em nome do capital mundial e da especulação imobiliária. O autor reitera que estes investimentos são feitos com aportes do Estado, pela manipulação de dispositivos legais e políticas de gestão do dinheiro público. Investimentos visando impulsionar o turismo, aliados à revitalização/requalificação de áreas urbanas por meio de parcerias público-privadas promovem: gentrificação, modificação nas paisagens, limitação ao acesso coletivo, entre outros conflitos, que geram, inevitavelmente, impactos sociais e injustiças ambientais.

Muito embora os conglomerados urbanos sejam o resultado de processos construídos socialmente, a “casa-mercadoria” contemporânea segue o processo de acumulação capitalista e, como tal, seu acesso é desigual e dependente do poder aquisitivo dos atores envolvidos. Isto resulta em uma distribuição seletiva dos espaços, sendo os melhores lugares destinados àqueles que tem maior poder de compra e o “resto”, a quem não pode pagar. Assim, o “direito à cidade” (num sentido amplo do termo) ou o “direito à natureza” passam a ser privilégio de poucos, resultando na dicotomia firmada entre a cidade formal e a cidade informal. Argumenta-se que, quando o usufruto à natureza (tanto material, como simbolicamente) é mediado pelo mercado, suprime-se o acesso coletivo, o que aumenta a segregação e a marginalização social.

Em Cidade de Muros, Caldeira (2003) chamou a atenção para a forma como a criminalidade urbana abre o caminho para a aceitação dos “enclaves fortificados” e como esta reconfiguração espacial causa um tipo de segregação social ao acesso público. “Tanto simbólica como materialmente, estas estratégias operam de forma semelhante: elas estabelecem diferenças, impõem divisões e distâncias, constroem separações, multiplicam regras de evitação e exclusão e restringem movimentos” (CALDEIRA, 2003, p. 9). Botelho (2007, p. 290) também constata a segregação espacial entre ricos e pobres, por exemplo no Villagio de Panamby em São Paulo, com a criação de “[...] empreendimentos de alto padrão para um segmento da população de altos rendimentos, estruturado a partir de dois pilares: a segurança dos moradores em face de uma cidade ameaçadora, e o ‘contato com a natureza’ graças à existência do Parque Burle Marx”.

Em João Pessoa, o fenômeno se repete na criação ou reformulação de espaços urbanos voltados às classes abastadas, tais como: bairros planejados para a elite, condomínios horizontais, assim como os prédios verticais e clubes residenciais de luxo (os “enclaves fortificados”) que cumprem diferentes funções, sendo as principais ligadas à segurança e à hierarquização social. A oferta de um luxo “verde” aparece como uma das lógicas que alimentam o processo de separação entre ricos e pobres, já que os novos espaços de moradia na cidade formal são preparados para o usufruto de poucos consumidores que podem ter “contato com a natureza” ou acessar práticas tidas como de



conservação ou preservação ambiental. Na criação e divulgação destes espaços urbanos, percebe-se que alguns itens de lazer, assim como os serviços e comodidades ofertados simulam a reinserção dos seres humanos urbanos à natureza, buscando aliar os conceitos de segurança, sustentabilidade, distinção, privilégio e exclusividade, que são a tônica das estratégias promocionais.

O acesso exclusivo a certos privilégios (no caso, aos elementos da natureza nos imóveis “sustentáveis”) são típicos da formação segregadora dos espaços urbanos brasileiros (no qual convivem bairros elitizados e outros marginalizados pelo fenômeno da suburbanização). O geógrafo Wendel Henrique (2006, p. 65) constata: “Em São Paulo, onde a natureza se torna rara e não condizente com os processos atuais de produção e uso do território urbano, o acesso a este ‘recurso’ ou ‘bem’ se torna extremamente elitista e definido em função do poder econômico”. A importância simbólica de ter acesso à natureza (material ou simbolicamente), qualifica e hierarquiza entre quem pode ou não pagar. Um exemplo são as práticas tidas como sustentáveis (a saber: coleta seletiva de lixo ou captação de água de chuva para reuso) ofertadas nos empreendimentos mais recentes, que é restrito às classes mais abastadas. Neste caso, o acesso aos objetos representativos na natureza se converteu em privilégio de poucos, reforçando o caráter especulativo em torno desta raridade: a natureza como um ícone desejado pelos consumidores e explorado pelo mercado imobiliário.

3. A ICONIZAÇÃO DA NATUREZA NO MERCADO IMOBILIÁRIO EM JOÃO PESSOA

A partir dos anos 1970, a natureza passou a ser um objeto de disputa, tendo seu valor ampliado, tanto no âmbito econômico-produtivo, como na perspectiva sociocultural. No contexto de crise socioambiental global, pode-se dizer que a “natureza” emerge como um dos mais influentes ícones contemporâneos e segue alvo de ressignificações sociais. Outrora vista como o lugar do selvagem, do rústico e do inabitável, a produção de sentidos sobre o valor da natureza se modificou no imaginário social e sua (re)valorização desponta como elemento determinante de preços e de escolhas por bens e serviços com apelo verde ou sustentável. Este processo evidencia o aparecimento de um novo nicho de mercado que incorpora as sensibilidades ambientais dos consumidores em torno da iconização dos atributos da natureza nos produtos ofertados. Com isso, o diferencial “verde” vem sendo, oportunamente, utilizado em diversos segmentos de negócios: automóveis ecoeficientes, marcas sustentáveis, combustível verde, sacola reciclável, piso ecológico, ecovilas, selo verde, ecoturismo, materiais biodegradáveis, telhado verde, dietas e cosméticos naturais, alimentos orgânicos. No setor de imóveis, não é diferente e a “onda verde” acompanha a



iconização da “natureza” pelo público consumidor, sendo traduzida como uma oportunidade de lucro.

As considerações tecidas por Jeffrey Alexander (2012) sobre a teoria da iconicidade ajudaram a entender como a “natureza” inserida nos empreendimentos deixa de ser vista apenas pelo seu aspecto material (que é superficial), e passa ser associada a seus significados mais profundos, que operam de forma inconsciente nos consumidores e fazem parte de uma construção cultural. Alexander, Bartmański e Giesen (2012) argumentam que os ícones contêm e condensam muito poder cultural e este poder icônico é oriundo dos significados atribuídos pela imaginação particular dos indivíduos. No caso dos espaços de moradia com foco no segmento elitizado, o posicionamento ecológico é mais visível e estas novas significações atuam no imaginário dos consumidores, o que aumenta o valor de troca associado ao valor-signo “verde”. Neste sentido, também o aporte teórico de Baudrillard (2014 [1970]) sobre o valor-signo permitiram compreender como a “natureza” é simbolicamente incorporada ao bem tangível, aumentando seu valor de uso e de troca.

Pondera-se que, na atualidade, não são vendidos somente produtos tangíveis, mas prevalece a comercialização de “estilos de vida”, marcas e simbolismos associados à posse material. Um bem “raro” verde individualiza o consumo e sua posse remete, em última instância, aos conceitos ligados à exclusividade e à distinção social (relembrando o consumo aspiracional e conspícuo vebleniano e também os gostos das elites, estudados por Bourdieu). Assim, morar em um local – que é também “sustentável” – perpassa a função primordial e utilitária de habitação, abrigo e segurança (valor de uso) de um imóvel. O acesso à “natureza” passa a ser associado ao luxo e à exclusividade, o que acaba estabelecendo novas fronteiras de segregação e padrões de hierarquização social pelos muros invisíveis simbolicamente criados. O acesso à “natureza” é convertido em mercadoria de luxo, evidenciando o uso do valor-signo verde como elemento simbólico que delimita os muros invisíveis nos quais encontram-se as “ilhas de natureza”, restritas a quem pode pagar.

3.1 A retórica ecológica da publicidade imobiliária em João Pessoa (1960 a 2000)

João Pessoa é a capital do estado da Paraíba e situa-se na costa litorânea da região Nordeste do Brasil, entre os estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte. Foi fundada em 1585 e, diferentemente de outras capitais brasileiras, sua ocupação iniciou-se a partir da margem direita do Rio Sanhauá, bem distante da orla. Somente a partir dos anos 1930, a planificação da Avenida Epitácio Pessoa permitiu o maior fluxo da população urbana do centro para a região das praias. O Censo Demográfico de João Pessoa em 1950 (IBGE,



1955), apontava para uma população de 89.517 habitantes, sendo que a previsão estimada para 2016 era de 801.718 (IBGE, 2017). Nos últimos 60 anos, portanto, a população da zona urbana da capital teve um aumento de quase 100% e grande parte deste adensamento construtivo e populacional foi concentrado na região litorânea, que era praticamente desabitada até meados dos anos 1960.

Na sequência, a realidade do mercado imobiliário de João Pessoa é demonstrada por meio da análise das publicidades imobiliárias veiculadas desde os anos 1960 até os dias atuais. O *corpus* da presente pesquisa empírica contemplou 540 anúncios de lançamentos imobiliários residenciais (prédios e loteamentos) veiculados em jornais locais (Correio da Paraíba⁵ e O Norte) e também em materiais promocionais (*folders*, panfletos e filmes institucionais), complementados pelas informações mais recentes disponíveis nos *websites* das construtoras. Preliminarmente, pode-se afirmar que, ao longo das décadas, as narrativas dos anúncios analisados deixam à mostra como os simbolismos que gravitam em torno da natureza (e seus sinônimos, como: verde, ecológico, natural e, mais recentemente, conceitos ligados à sustentabilidade) passam a agregar valor ao espaço bruto de uma construção. “Nesse sentido, as amenidades naturais, tais como: a vegetação, o ar puro, o silêncio, a proximidade do mar, e tudo o mais que se traduza em natureza no espaço urbano, adquirem valor de troca e se constituem em fatores de valorização das localizações no mercado imobiliário urbano” (BARBOSA; COSTA, 2012, p. 483).

Nos anos 1960, as estratégias de marketing ainda estavam sendo gestadas a nível mundial e, na cidade de João Pessoa, os poucos anúncios de imóveis (bastante rudimentares) encontrados enfatizavam atributos sutis relacionados à natureza, mas que representavam os luxos da época (como: ventilação, água encanada, longe da poluição, etc.). Assim é o caso do Edifício Manaíra, localizado “à beira-mar em Tambaú”, cujo anúncio menciona: “ventilação abundante”, “distribuição racional de iluminação”, “água em abundância” e “clima excelente” (CP, 02/04/1960). Já, o anúncio do Edifício Sales, no Centro, enaltece a natureza existente na área externa ao empreendimento, pois o apelo de venda é o fato de que tem “Vista para a pitoresca Lagôa” (CP, 23/10/1964).

Nos anos 1970, o crescimento urbano em direção à orla e o processo de verticalização da capital paraibana seguem um modelo mimético de desenvolvimento, no qual os prédios altos representam símbolos de progresso. À época, ter a natureza por perto significava uma vida rural e não era este o anseio da população, que buscava os confortos e as conveniências da vida urbana-moderna. Deste modo, as chamadas “amenidades urbanas”, como a vista da lagoa, a proximidade do mar ou a área verde no entorno passam a ser usados como argumentos sutis pelos anunciantes e se misturam ao conforto, ao bem-

⁵ Na sequência, o jornal Correio da Paraíba é mencionado pela sigla CP.



estar e à infraestrutura ofertada pelos empreendimentos imobiliários. Uma narrativa publicitária realça o fato de que morar na região da orla significava ter acesso a um *“clima agradável”* e à *“boa-vida à beira-mar”* de Tambaú (Loteamento Vivenda do Mar, Bairro dos Estados, anunciado no CP, 01/01/1972). Já, o Edifício Manoel Pires, no Centro, além de dar ênfase ao requinte dos acabamentos de alto padrão, enfatiza: *“[...] a maior área verde da cidade, livre da poluição e com aquela vista inigualável da lagoa”* (O Norte, 09/07/1975). No Loteamento Ponta de Campina, a tônica está na proximidade do mar: *“Toda a tranquilidade e beleza que só o mar pode oferecer”* (O Norte, 06/12/1979). Pondera-se que nesta época, não há qualquer intervenção positiva dos construtores para a preservação do meio ambiente, mas tão somente a apropriação de elementos exteriores aos empreendimentos e o uso das ideias representativas da natureza na retórica ecológica adotada na argumentação de venda.

Na década de 1980, permanece a apropriação simbólica do valor-signo “verde” dos elementos naturais existentes fora dos empreendimentos para valorizar as construções e os novos espaços urbanos que surgiam. No Loteamento Jardim Eldorado, no bairro Altiplano, as frases ilustram a valorização da natureza experimentada na promoção de empreendimentos imobiliários, como na narrativa: *“Parece até um lugar imaginário. No Altiplano do Cabo Branco, todo rodeado de verde, com clima de montanha, pertinho do mar”* (O Norte, 10/12/1979) e *“Um verdadeiro paraíso”* (CP, 07/09/1980). No litoral sul, os lotes à venda na praia de Jacumã enaltecem as belezas da natureza intocada, cujas narrativas enfatizam: *“Todo esplendor da natureza esperando por você!”* (Loteamento Planalto de Jacumã, CP, 01/05/1980) ou *“A natureza na palma da sua mão [...]”* e *“[...] natureza rima com beleza”* (Loteamento Enseada Jacumã, CP, 05/10/1980). Neste último anúncio, por exemplo, a natureza é um diferencial apresentado pelos: *“belíssimos riachos de água doce e potável, vegetação exuberante, lindos coqueirais, praias de águas tranquilas [...]”*. Já, nas granjas (localizadas na região metropolitana de João Pessoa) é vendido *“um rico pedaço da natureza”* (CP, 23/03/1980). O slogan do loteamento Morada Olavo Wanderley anuncia: *“É por isso que os ‘amantes da natureza’ estão vindo para cá”* e o sentido utilitário em relação à natureza se reflete no seguinte excerto da narrativa: *“infraestrutura executada para o total aproveitamento das potencialidades naturais desta área verde”* (CP, 04/03/1980). No Loteamento Cota 100 (localizado na Cidade Universitária), a associação da natureza ao conceito de *“lugar ideal”* é justificada pela presença de uma floresta que fica em frente ao loteamento e este diferencial é usado como apelo publicitário: *“o verde é mais verde, a terra é mais fértil, o sol é mais puro e as noites muito mais bonitas”* e o slogan parece não fazer sentido: *“Na natureza nada se perde, tudo se transforma”* (CP, 14/09/1980). A “natureza” aparece simbolicamente no Parque Residencial Camboriú, em Tambaú: *“Abra os olhos para*



o mar e para o verde mais vivo” (O Norte, 02/04/1982), enquanto o Loteamento Barra do Gramame (situado no litoral Sul de João Pessoa) anuncia novamente a lógica utilitária em relação à natureza: *“Pague Cr\$ 9 mil por mês e fique dono de um pedaço da natureza”* (CP, 01/06/1983).

Nos anos 1990, a apropriação simbólica do verde para a valorização dos empreendimentos permanece. O anúncio do Edifício Maringá (localizado no bairro Bancários em frente a uma Reserva Florestal⁶) enfatiza: *“...seja vizinho da natureza”* (CP, 03/06/90). No Maison Tambaú, a publicidade traz um mapa que realça a proximidade com a área verde (CP, (12/03/1995) e no Complexo Residencial Panorâmico (em Miramar), o diferencial enaltecido na narrativa é o fato de ser *“vizinho a uma praça de lazer e a uma área de preservação ambiental”* (O Norte, 01/06/97). Já, no Strauss Residencial (localizado na praia de Intermares), a narrativa associa a proximidade com o mar com o luxo, ao enfatizar: *“[...] a harmonia entre a natureza e a sofisticação”* (CP, 05/06/1993).

Nos argumentos de venda do início do século XXI, o apelo recai para a vista ou a proximidade com o mar, já que os bairros de elite localizados na orla de João Pessoa – cuja urbanização foi mais tardia – encontram-se em franca valorização. Diversos prédios utilizam a retórica ecológica nos seus anúncios publicitários e, em alguns casos, os elementos da natureza (áreas verdes ou o mar) mobilizam as noções de viver bem, conforto e tranquilidade: *“More na beira mar de Intermares ou em frente à praça [...]”*, *“Em Manaíra a 30 metros do mar”*, *“A praia de Camboinha espera por você”*, *“Venha viver seu sonho de morar na praia”* (CP, 02/01/2000), *“O prazer de viver bem. Com vista para o mar”* (CP, 15/01/2000), *“Na praia do Cabo Branco, pertinho do mar”* (CP, 16/01/2000), *“O mar, o conforto, a privacidade no melhor local de Manaíra [...]”* (CP, 06/06/2000), *“Em Miramar, próximo ao centro, com vista para o mar”* e *“[...] com todos os apartamentos voltados para o nascente”* (CP, 11/06/2000), *“Aporte neste mar de tranquilidade”* (CP, 18/06/2000).

Nos exemplos apresentados, percebe-se que a menção às amenidades naturais existentes fora dos empreendimentos ou as possibilidades de intervir no meio natural para benefício humano são a tônica dos anúncios, seguindo o padrão desenvolvimentista e antropocêntrico de dominação da natureza, típico deste final de século XX.

3.2 Os luxos “verdes” no século XXI: novas fronteiras da desigualdade social e da exclusão simbólica

Os empreendimentos de luxo lançados a partir dos anos 2000 nos bairros litorâneos e, em especial, no novíssimo bairro Altiplano (agora considerado de elite),

⁶ Reserva Florestal legalmente preservada desde 1989, hoje conhecida como Mata do Buraquinho e que abriga o Jardim Botânico da cidade.



permitem identificar como a iconização da natureza se firmou nas narrativas de venda. Tais lógicas se amparam, primordialmente, no aumento do valor das trocas monetárias ao associar os conceitos de luxo, conforto, bem-estar, sofisticação e exclusividade ao bem raro “verde”. Uma tendência recente é a introdução de elementos ligados à construção sustentável nos empreendimentos (como: coleta seletiva, painéis solares, captação de água de chuva, entre outros). A natureza (artificialmente reconstruída no paisagismo, nas trilhas ecológicas, cascatas e jardins) passa a compor a oferta dos empreendimentos voltados ao segmento de luxo. Contudo, pondera-se que esta estratégia não demonstra o aumento da preocupação ecológica corporativa com a preservação do planeta mas, sim, reflete o uso de argumentos retóricos que confirmam a tendência recente de superestimar os atributos ambientais de imóveis destinados, principalmente, às classes mais abastadas, comodificando as preocupações ambientais dos consumidores.

Com o *slogan* “*Entre o verde e o mar, um lugar para viver!*” o Residencial Greenmare, um condomínio-clubes vertical de luxo lançado em 2011 no bairro Altiplano (hoje denominado de Altiplano “Nobre”), promete: “*O moderno e o sustentável vivendo em perfeita harmonia*” e “*moradia exclusiva com o conforto e a valorização do contato com a natureza, trazendo benefícios para o corpo e para a mente*”⁷. A descrição do Greenmare demonstra a mesma lógica de apropriação das áreas externas verificada nos anos anteriores, mas agora com um diferencial que busca elitizar o acesso à natureza: “*O conceito verde do projeto está relacionado à proximidade com uma mata exuberante que rodeia o empreendimento e é enfatizado também pelas suas áreas de convivência social, cercadas por jardins e bosques que irão proporcionar o contato do homem a natureza, garantindo bem-estar e melhor qualidade de vida*”. Os diferenciais do Greenmare inserem “verde” ao projeto, mas não se pode dizer que conferem sustentabilidade ao prédio, já que para ser sustentável, muito mais é requerido de um empreendimento. Com isso, confirma-se que a incorporadora se apropria da problemática ambiental como apelo de venda, sem, contudo, promover impactos positivos ao meio ambiente.

O *slogan* “*Luxo é qualidade, Qualidade é luxo*” marcou o pré-lançamento do Complexo Tour Geneve (também no Altiplano Nobre) em 2011. O anúncio enfocava o “*luxo, conforto, sofisticação e praticidade*” aliado ao fato de ser o mais alto do Nordeste (com 51 pavimentos) e “*o único sustentável e ecologicamente correto*” pois o projeto prevê a obtenção da certificação AQUA⁸ (CP, 26/06/2011). Alguns anos mais tarde, o outro *slogan*

⁷ Material publicitário do Residencial Greenmare disponibilizado pela Construtora Alliance (2013). Disponível em: <<https://alliance.com.br/imovel/greenmare-club-residence>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

⁸ O selo AQUA foi baseado no selo francês Démarche HQE, que é reconhecido mundialmente. No Brasil, é gerido e concedido pela Fundação Vanzolini, uma instituição privada sem fins lucrativos, ligada à Universidade de São Paulo (USP).



“Audacioso, Brillhante e Ecológico” do Tour Geneve segue a tendência do mercado imobiliário de se apropriar de questões caras aos movimentos ambientais, mercadorizando e espetacularizando os conceitos de “natureza” e seus sinônimos na publicidade (CP, 20/06/2014).

Aliar conforto, luxo e sofisticação com a preservação do planeta também fica evidente na descrição do Porto Dalian Eco Residence, um prédio lançado em 2009 no mesmo bairro de elite, cuja tônica de venda é: “*Ser ecologicamente correto é sinônimo de exclusividade*” (CP, 28/03/2010). A exclusividade prometida na publicidade demonstra como as dinâmicas de consumo se apresentam desiguais e a aproximação do homem com a natureza é usada para hierarquizar socialmente a escolha da moradia por meio da compra do diferencial “raro” que a ideia de natureza traz, resgatando um processo histórico de séculos de apropriação sem limites dos recursos naturais. O uso dos simbolismos em torno da natureza aparece também nas narrativas do Holanda’s Garden Place, localizado no Jardim Luna: “*Um verdadeiro espetáculo da natureza para toda a família se divertir*”, “*ideal para sua família viver rodeada pela natureza e com muito lazer e sofisticação*” e “*É um empreendimento com conceitos ecologicamente corretos, que respeita tanto a natureza, quanto a sua felicidade, com 1800 m² de área de lazer completa e de alto padrão*” (CP, 04/08/2013). O St. Croix Residence, lançado em 2016 no Jardim Oceania, tem a sustentabilidade como mote de vendas: “*Viva o bem estar de uma vida sustentável*”, “*Viva com equilíbrio no melhor do Jardim Oceania*”, “*Pronto para o futuro*”, “*Sua vida com espaço perfeito!*”, “*Sua felicidade é agora*”, “*um lugar perfeito para viver o futuro*” e “*Tome atitudes para tornar seu mundo melhor*”. Mas também é lembrada a economia financeira a ser gerada para o condomínio (pelo uso de energia fotovoltaica e a redução na conta de água pelo sistema de reaproveitamento de água pluvial), deixando claro os benefícios econômicos proporcionados pela preservação da natureza.

Após a análise das narrativas de venda do mercado imobiliário de João Pessoa, percebe-se que a degradação acelerada dos espaços verdes e a “raridade” da natureza abrem caminhos para a apropriação especulativa e para a iconização e, conseqüente, comodificação do valor-signo “verde” nas narrativas de venda. Ao mesmo tempo que mudam as relações do homem com a natureza, esta torna-se parte dos produtos desejados e, por conseqüente, ofertados. Desta forma, os espaços urbanos se tornam excludentes, no momento em que o “direito à natureza” se torna um bem restrito a poucos, tanto material, como simbolicamente.

4. EXCLUSÃO SIMBÓLICA E MUROS INVISÍVEIS



As estratégias de comunicação “ecologizadas” adotadas ao longo das décadas trazem questionamentos acerca da apropriação dos recursos simbólicos da natureza com o fim de promover a especulação imobiliária, bem como favorecer a criação de um mercado de luxos “verdes”, pautados no acesso diferenciado que, de certo modo, hierarquizam e segregam. Chama a atenção o modo como o contato com a “natureza” e os conceitos de sustentabilidade são invocados nos anúncios como diferenciais ligados ao privilégio, exclusividade e acesso a um luxo singular, revelando um novo tipo de marcador de hierarquias sociais, mas que nem sempre permitem afirmar que há uma real preocupação das empresas com a preservação da natureza. O exemplo a seguir ilustra esta realidade excludente. O programa de televisão Jornal da Paraíba (JPB, da TV Cabo Branco) exibiu uma série de reportagens em alusão aos 429 anos de fundação de João Pessoa, com foco na recente verticalização da capital (“João Pessoa Vista do Alto”, NEP, 2015). Na matéria (que foi ao ar em 5 de junho de 2015), o entrevistado foi o encanador Josenildo Alves, operário da construção civil (conforme trechos ilustrados na Figura 1).



Figura 1: Excertos do vídeo: “João Pessoa vista do alto - 429 anos de história”
Fonte: NEP - Nordeste em Pauta Comunicações (2015), Jornal da Paraíba

Trabalhando a quase 160 metros de altura para a construtora Alliance no bairro Altiplano, Josenildo admira a vista de um dos prédios mais altos da capital, mas o tom da sua fala é crítico: *“No pequeno prazo que a gente tem também, do início da obra até o término da obra, eu acho que vale a pena você aproveitar as belezas, a visão que a gente tem daqui né [...] depois aí não pode mais, né, só quem vim morar aqui que vai ter o privilégio de ficar para a vida toda olhando, né [...]”* (fala de Josenildo). A entrevistadora da TV Cabo Branco finaliza a matéria concluindo que, para o operário, observar do alto os pontos bonitos da cidade é como uma gratificação que se soma ao salário, e Josenildo corrobora: *“a vista que você está vendo é como uma recompensa”*⁹. Este depoimento, que escapa na reportagem num contexto de louvação dos empreendimentos, demonstra como a realidade das cidades brasileiras é marcada, nos dizeres de Maricato (2000, p. 123-124), pela “modernização incompleta ou excludente”, extremamente desigual, cujo molde de planejamento urbano (modernista/ funcionalista) é um importante instrumento de dominação

⁹ Trechos extraídos da matéria televisiva: “João Pessoa vista do alto - 429 anos de história” (NEP, 2015).



ideológica, já que “[...] contribuiu para ocultar a cidade real e para a formação de um mercado imobiliário restrito e especulativo”.

5. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A análise comparativa de anúncios de empreendimentos imobiliários lançados em João Pessoa nestes últimos 50 anos revela mudanças no direcionamento da comunicação mercadológica quanto ao uso da retórica ecológica. Este estudo demonstra como a natureza (material e simbolicamente constituída) entra no reino do mercado e vem sendo, gradativamente, reelaborada e convertida em mercadoria de luxo na retórica ecológica adotada pelo mercado imobiliário. Nos materiais publicitários analisados, verifica-se que além da apropriação de elementos naturais exteriores aos empreendimentos como apelo de venda nas narrativas, a natureza torna-se, ao longo das décadas, artificializada e reconstruída no paisagismo e na inserção do verde nas áreas de convivência, bem como na oferta de elementos ligados à construção sustentável. Pondera-se, contudo, que esta estratégia tem relação mais com a racionalidade econômica do que com a preocupação ecológica. Ao desconstruir as narrativas, os *slogans* e as marcas textuais adotadas pela retórica ecológica, percebe-se a elitização da preocupação ambiental, ligada à valorização do “verde” como um sinônimo de exclusividade. Com isso, surgem “ilhas de natureza” em meio ao cenário cinza das cidades, que estabelecem muros invisíveis e representam novas fronteiras da desigualdade material e simbólica presente nas cidades brasileiras.

Percebe-se como as relações comerciais se mesclam com a preocupação ecológica e a sustentabilidade urbana se torna “neoliberalizada”. Neste contexto, as palavras da urbanista Gisela Santana (2013, p. 97) fazem muito sentido:

O discurso ecológico que emerge em diversos cantos do planeta produz eco, como lógica de mercado no meio imobiliário, que pouco ou nada se atém à real preservação ambiental, já que sua ação, na maioria das vezes, destrói a natureza para implantar seus produtos de concreto. Quando o discurso ecológico entra em ação, é mais paliativo do que proativo.

A responsabilidade socioambiental corporativa veiculada nos meios de comunicação posiciona marcas e produtos conforme os ideais almejados pelos consumidores de obter felicidade, luxo, conforto, estilo de vida saudável e em sintonia com a natureza. Os novos significados atribuídos à natureza são vistos pelos anunciantes como uma oportunidade de maximização do lucro, sendo a raridade dos recursos naturais usada para impulsionar a venda de imóveis de luxo, reforçando a gentrificação social e ecológica. Ao adquirir os bens “sustentáveis”, o consumidor acaba tendo a ilusão de que sua pegada ecológica está sendo “suavizada”. Quando o diferencial “verde” é apropriado pelos fornecedores, prevalecem as



relações comerciais que configuram a exploração simbólica da natureza, o que deixa mais à mostra as injustiças sociais e ambientais daí decorrentes.

Os imóveis “verdes” e luxuosos ofertados em João Pessoa são entendidos como espaços segregadores, seguindo a mesma lógica apontada pelos estudos de Caldeira (2003), Botelho (2007) e Henrique (2006). A casa-mercadoria com identidade sustentável deixa à mostra as desigualdades sociais e a exclusão ao acesso que a elitização da preocupação ambiental promove, pois somente alguns consumidores podem ter acesso aos diferenciais verdes e sustentáveis oferecidos. O que se percebe é uma elitização da preocupação ambiental, ligada à valorização do verde em alguns bairros como um sinônimo de exclusividade. O valor-signo “verde” torna-se um marcador icônico de luxo e essa apropriação simbólica da natureza pelas campanhas publicitárias do mercado imobiliário enseja uma reflexão sobre as desigualdades e os desafios contemporâneos na luta pela garantia do “direito à cidade”, em uma concepção ampla do termo. Mas também propõe a refletir sobre o “direito à natureza” para todos, já que o fenômeno da elitização dos acessos à natureza compõe o amplo espectro que envolve o padrão de urbanização segregadora que se consolidou no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jeffrey C. *Iconic Power and Performance: the role of the critic*. In: ALEXANDER, J. C.; BARTMAŃSKI, D.; GIESEN, B. (org). **Iconic Power: materiality and meaning in social life**. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

ALEXANDER, Jeffrey C.; BARTMAŃSKI, Dominik; GIESEN, Bernhard (org). **Iconic Power: materiality and meaning in social life**. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

BARBOSA, Adauto Gomes; COSTA, Ademir Araújo da. O solo urbano e a apropriação da natureza na cidade. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, ano 24, n. 3, 2012, p. 477-488.

BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade de Consumo**. Lisboa: Edições 70, 2014 [1970].

BOTELHO, Adriano. **O Urbano em Fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2003. 400p.

HARVEY, David. **O Direito à Cidade**. (Tradução de Jair Pinheiro do original em inglês “The right to the city”, publicado na *New Left Review*, n. 53, 2008, p. 23-40). *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, 2012, p. 73-89.

HENRIQUE, Wendel. A Cidade e a Natureza: a apropriação, a valorização e a sofisticação da natureza nos empreendimentos imobiliários de alto padrão em São Paulo. **GEOUSP**, n. 20, 2006, p. 65-77.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1950**. Estado da Paraíba. Série regional, v. XVI, Tomo 1, Rio de Janeiro, 1955.



_____. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: < <http://cod.ibge.gov.br/7D7>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991 [1968]. 145p.

_____. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 178p.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). **A Cidade do Pensamento Único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 121-192.

NEP - Nordeste em Pauta Comunicações. Filme: “João Pessoa vista do alto - 429 anos de história”. Divulgado em 05 de junho de 2015 pelo Jornal da Paraíba (JPB). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=G8G11QHv6EY&t=3s>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

SANTANA, Gisela Verri de. **Marketing da “Sustentabilidade” Habitacional**: lançamentos imobiliários e ecologia urbana: em busca do equilíbrio. Rio de Janeiro: Mauad X, Inverde, 2013. 240p.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). **A Cidade do Pensamento Único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 75-104.

**GT 07 – Cidades e transformações do urbano na América Latina****AS PEQUENAS CIDADES E O LITORAL DE RIAS PARAENSE: SÃO JOÃO DE PIRABAS COMO EXPRESSÃO DA DIVERSIDADE URBANA E TERRITORIAL.**

Márcio Douglas Brito Amaral (UFPA)¹
marcioamaral29@gmail.com

Thamires de Oliveira Santos (UFPA)²
thaos.geo@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo entender a produção do espaço e os usos da orla de uma pequena cidade do litoral de rias paraense, neste caso São João de Pirabas. Para tentar alcançar este objetivo partimos da ideia de urbanodiversidade (TRINDADE JR., 2010), e de uma análise da formação sócio-espacial do litoral bem como uma análise da atual produção do espaço. O artigo está estruturado em três momentos: o primeiro momento é uma discussão teórica da diversidade urbana amazônica expressa pelas pequenas cidades; o segundo momento é uma pequena abordagem sobre a formação sócio-espacial da região do salgado paraense e por último momento a análise dos dados obtidos na orla marítima de São João de Pirabas.

Palavras-chave: Pequenas cidades, orla marítima, urbanodiversidade.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata da produção do espaço e do uso do solo na orla marítima de São João de Pirabas, uma pequena cidade localizada no litoral de rias paraense. Partindo de uma abordagem diacrônica, em torno da formação sócio-espacial do litoral, procura-se alcançar uma leitura sincrônica (morfológica) a respeito da realidade da produção do espaço na atualidade.

A análise adota como premissa, a discussão sobre diversidade urbana amazônica, urbanodiversidade, acreditando que a mesma não tem sido objeto das investigações a respeito dessa região, de modo que os estudos estão muito mais centrados na análise da biodiversidade e/ou da sociodiversidade regional (TRINDADE JR., 2010). Além disso, traz como contribuição a produção do espaço de uma pequena cidade do litoral, mostrando como se dá a relação entre cidade e mar numa realidade da Amazônia litorânea.

Embora existam estudos a respeito da cidade ribeirinha na Amazônia, principalmente, destacando a relação da cidade com o rio (TRINDADE JR., SILVA, AMARAL, 2008), ainda são praticamente inexistentes pesquisas que abordem a relação da cidade com o mar, como parte da produção do espaço urbano da região. Dessa forma, é

¹Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia e da Faculdade de Geografia e Cartografia da UFPA, doutor em Geografia Humana pela USP e coordenador do projeto PROINT 2016-2017, Laboratório de Ensino de Geografia e a prática de ensino em ambientes não-escolares no litoral de rias paraense, financiado pela PROEG/UFPA.

²Graduanda em Bacharelado e Licenciatura Plena em Geografia da UFPA e bolsista do PROINT/PROEG/UFPA.



que a presente pesquisa ganha relevo, pois, de um lado, adentra numa área empírica ainda pouco explorada pela geografia (o litoral de rias paraense) e, por outro lado, investiga a natureza da produção do espaço, a partir da relação da cidade com o mar na Amazônia.

Em termos teórico-metodológicos, pode-se afirmar que a teoria de base é a da produção social do espaço, adotando como procedimento operacional, pelo menos inicialmente, o mesmo da pesquisa sobre as cidades ribeirinhas da Amazônia (TRINDADE JR., SILVA, AMARAL, 2008), ou seja, a observação da relação da cidade com o mar, vista neste artigo especificamente, a partir da sua orla marítima, mas acrescentando aspectos relativos à maritimidade (DANTAS, 2009).

O artigo está estruturado em três momentos principais. No primeiro momento realiza-se uma breve discussão sobre diversidade urbana e pequenas cidades na Amazônia, deixando evidente como as cidades do litoral paraense não se fazem presentes como referência empírica dessas discussões. No segundo momento, dentro de uma perspectiva diacrônica (genética), faz-se uma breve reflexão sobre a formação socioespacial dessa porção territorial da região. No terceiro e último momento, apresenta-se elementos empíricos a respeito da produção do espaço urbano na pequena cidade de São João de Pirabas, focalizando a análise em sua orla marítima.

2. A DIVERSIDADE TERRITORIAL E URBANA NA AMAZÔNIA E A INCORPORAÇÃO DO LITORAL PARAENSE

Conforme já se afirmou na introdução deste trabalho, a diversidade urbana na Amazônia não tem sido objeto das investigações a respeito dessa região, estando os estudos muito mais centrados na análise da biodiversidade e/ou da sociodiversidade regional (TRINDADE JR., 2010). Na verdade, quando Trindade Jr. (2010) discute a urbanodiversidade destaca, a necessidade de se fazer um trabalho no plano teórico (pensamento) e no plano da ação política. No plano teórico, ressalta que a urbanização, entendida da perspectiva das relações sociais e da sua expressão territorial, aponta para uma forma diferenciada de manifestação, sendo possível verificar diversos tipos de cidades e múltiplas formas de urbanização. No plano da ação política, chama a atenção para se pensar políticas urbanas mais plurais, bem como uma legislação que seja capaz de incorporar a diversidade e a pluralidade dos conteúdos urbanos do país.

Ao tratar especificamente das formas e conteúdos diversos da urbanização na Amazônia, parte da compreensão de que é muito mais a “urbanização do território”, do que a “metropolização do espaço”, a abordagem capaz de expressar as diferenciações e particularidades presentes nesse vasto espaço regional. Neste sentido, passa a tratar dos conteúdos urbanos das pequenas e médias cidades da Amazônia, sem perder de vista que



o estudo da diversidade urbana deve levar em conta a pluralidade de espaços e tempos presentes em conteúdos plurais da urbanização.

Para o escopo deste artigo, limita-se a discussão às pequenas cidades. Para discuti-las Trindade Jr. (2010; 2013) lança mão de um par dialético, “cidade da floresta” e “cidades na floresta”. A primeira refere-se aquelas cidades que dominaram a cena amazônica até a década de 1960, se apresentando como pequenas e associadas à circulação fluvial, bem como tendo fortes interações espaciais com a natureza, com a vida rural não moderna, com a floresta ainda pouco explorada e com seus entornos imediatos e cidades próximas. Como referência desse tipo de cidade o autor indica: a) as cidades ribeirinhas, marcadas pelo padrão de ocupação rio-várzea-floresta, cuja ocupação remonta ao início da colonização; b) as cidades da colonização agrária antiga, cuja história está relacionada a colonização da Zona Bragantina, surgidas em função da construção da Estrada de Ferro de Bragança e do estabelecimento de núcleos coloniais, com forte presença de migrantes, estrangeiros (portugueses, franceses, espanhóis etc.) e nordestinos (principalmente do Ceará e do Rio Grande do Norte); c) e as cidades híbridas, que a rigor são cidades ribeirinhas que foram incorporadas em diferentes processos de transformação ao longo da história, portanto, apresentam fortes conteúdos e formas tradicionais (permanências), mesclados com elementos modernos/contemporâneos (mudanças).

A segunda, cidades na floresta, por outro lado, se refere aquelas cidades instaladas na região em face do processo de modernização regional, apresentando forte articulação com demandas externas, deixando a floresta de fora da integração da sociedade aos novos valores da vida urbana e vendo-a principalmente como espaço de exploração econômica. Nesse segundo tipo de cidade, o autor destaca: a) as cidades-empresa, que funcionaram, como base logística para a rápida ocupação da região, apresentando-se em três modelos principais, a cidade fechada, Carajás, no município de Parauapebas, que serve para abrigar os funcionários das empresas de mineração, especialmente, a Vale, a cidade semiaberta, Vila Permanente de Tucuruí, no município de Tucuruí, e que serve de apoio à usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), nela é possível perceber um menor controle e maior sinergia com o entorno, e a cidade aberta, Vila dos Cabanos, no município de Barcarena, foi construída para servir de suporte a complexo Albras/Alunorte, projetada sem controle de guarita, vigilância ou interdição. b) As cidades rodoviárias podem ser divididas em cidade da colonização oficial, produzidas pelo INCRA, num modelo de urbanismo rural (agrovilas, agrópolis e rurópolis), voltadas a promover a rápida ocupação das margens das rodovias, como por exemplo, a Transamazônica, no Pará; cidades da colonização particular que tem sua história relacionada à ação das companhias colonizadoras privadas no norte do Mato Grosso, num modelo bastante semelhante ao do INCRA; e cidades espontâneas, surgiram



paralelamente a esse processo induzido, principalmente na Amazônia Centro-oriental, tendo seu crescimento associado à expansão das frentes econômicas, por meio da ação indireta do Estado (TRINDADE JR., 2013).

Num estudo preocupado em entender as articulações entre as cidades da calha dos rios Solimões-Amazonas, com o objetivo de construir uma tipologia da rede urbana nela presente, Oliveira (2008) acaba por apontar elementos da urbanodiversidade para a porção mais ocidental da Amazônia brasileira, muito embora não lance mão dessa expressão. Partindo de uma perspectiva teórica da produção social do espaço, relacionando-a aos fundamentos da geografia clássica, aponta que quem estabelece a rede é a própria sociedade, que tem como sua base a cidade.

A partir da experiência de pesquisa da calha do Solimões-Amazonas, aponta, por um lado, a existência de um conjunto de lugares que se relacionam diretamente com o mundo, numa lógica da mundialização, da relação local-global, por outro lado, destaca a existência de lugares cujas histórias e trajetórias estão relacionadas à preservação de outro modo de vida, cidades que não foram alcançadas pela mundialização e que podem servir de reserva territorial estratégica para construção de um novo modo de vida (OLIVEIRA, 2008).

Por fim, fazendo uso de variáveis que expressam a funcionalidade e a capacidade de conexão (serviços, agências dos correios e correspondência bancária, infraestrutura e serviço de transporte, sistema financeiro e infraestrutura de saúde) das cidades da Calha do Solimões-Amazonas entre si e com demais cidades localizadas fora dela, o autor chegou a seguinte tipologia e hierarquia urbana³ das cidades pequenas: a) cidade pequena de responsabilidade social (Fonte Boa e Santo Antônio do Içá) – apresentam funções intermediárias entre os fluxos de transporte e comercialização, entre as médias e as demais cidades e aglomerados; b) cidade pequena com dinâmica econômica externa (Iranduba, Codajás) – voltadas à exportação de produtos (minerais, agropecuários, extrativos e pequenas indústrias), particularmente para cidade de Manaus; c) cidade pequena de fronteira (Benjamin Constant) – apresenta quase independente das cidades da calha, pois se insere numa rede mais ampla de pequenas cidades na fronteira; d) cidades pequenas dependentes (Amaturá, Alvarães, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Uarini, Anori, Anamá, Careiro da Várzea e São Paulo de Olivença) – caracteriza-se pela ausência de infraestrutura capaz de exercer funções urbanas plenas, bem como por uma localização geográfica que dificulta sua relação com a calha central do rio, tornando-se dependentes das cidades médias e pequenas de responsabilidade territorial.

³ O autor na sua tipologia apresenta cidades médias e pequenas, aqui será apresentada apenas a classificação das pequenas cidades. De todo modo ele também faz uma classificação das cidades médias como: a) cidade média de responsabilidade social (Tefé, Manacapuru, Parintins e Itacoatiara); b) cidade média com dinâmica econômica externa (Coari); c) cidade média de fronteira (Tabatinga).



Por mais que se reconheça o esforço dos autores analisados em apresentar a diversidade urbana e territorial da Amazônia, não se pode deixar de destacar que a realidade do litoral paraense (ou região do salgado paraense) ficou de fora das suas classificações, especialmente daquela proposta por Trindade Jr. (2013) que tem seu olhar mais voltado à realidade do Estado do Pará e da Amazônia oriental. Não é preocupação deste trabalho discutir as razões dessa ausência, mas tão somente acrescentar elementos históricos e empíricos que justifiquem a ampliação dessas classificações e que evidenciem a necessidade de incorporar uma porção territorial da região que tem ficado excluída das pesquisas acadêmicas mais recentes, pelo menos no âmbito da geografia urbana.

3. FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO LITORAL PARAENSE

Para fazer uma breve discussão acerca da formação socioespacial do litoral paraense parte-se, inicialmente, das contribuições de Égler (1961) quando afirma que existiam três caminhos principais para alcançar São Luís do Maranhão, sede administrativa e base do abastecimento da província, naquele momento: o primeiro caminho pelo litoral, pela via marítima, que deu origem a um conjunto de pequenos núcleos utilizados como base logística para navegação entre Belém e São Luís; o segundo caminho é aquele realizado pelo rio Guamá, em que se navega de Belém até a altura de Ourém, passando pelo núcleo de São Miguel (do Guamá), e daí, por via terrestre, até as cabeceiras do rio Caeté, para então chegar até Bragança, por trilhas de índios e, de lá, até São Luís do Maranhão, viajando ao longo da costa; o terceiro caminho é uma precária estrada para Bragança, que fica localizada numa extensa área de mata entre o litoral e o rio Guamá, que era utilizada para transporte de gado, em que estão localizados os núcleos de Castanhal, Igarapé-Açu, Timboteua e Capanema (ÉGLER, 1961; VALVERDE; DIAS, 1967).

Para os objetivos da presente pesquisa destaca-se o Salgado, cujo processo de ocupação está relacionado, como já dito, as interações espaciais existentes entre Belém e São Luís através da circulação marítima. Por meio de uma viagem perigosa, realizada em pequenas embarcações a vela que precisavam aportar, constantemente, em busca de proteção e reabastecimento, o que acabou por produzir um “verdadeiro rosário de pequenos núcleos de povoamento ao longo da costa do Pará” (ÉGLER, 1961, p. 528), podendo-se verificar, ainda segundo a referida autora, entre Belém e Bragança os núcleos Pinheiro, Vigia, São Caetano de Odivelas, Curuçá, Marapanim, Maracanã, Salinas, São João de Pirabas e Quatipuru.

O segundo momento da formação socioespacial dessa região está relacionado, pode-se dizer, com o início da ocupação planejada da região, relacionado ao contexto da expansão do extrativismo da borracha (1850-1920) na Amazônia. Esse período do



extrativismo da borracha foi responsável por diferentes transformações na região, especialmente em suas capitais, Manaus e Belém. De acordo com Corrêa (1987), foi por meio desse produto, existente em grande abundância no interior da floresta amazônica e valorizada pelo mercado internacional como matéria-prima para a indústria de pneumáticos, que a região amazônica foi inserida na divisão internacional do trabalho.

É importante ressaltar que se, por um lado, o *boom* da borracha trouxe grandes transformações político-econômicas e no modo de vida da região, por outro lado, não se pode esquecer que ela também promoveu o declínio da atividade agrícola, o que acabou por provocar uma crise de abastecimentos de Belém, bem como um conflito de ordem política entre a oligarquia latifundiária tradicional e setor extrativista da borracha. A forma encontrada para solucionar esses problemas foi à política de colonização da região Bragantina (ocorrida entre as últimas décadas do séc. XIX até a primeira década do séc. XX), realizada ao longo da Estrada de Ferro de Bragança (EFB), por meio da criação de numerosas colônias agrícolas, cujas sedes transformaram-se em núcleos urbanos naquela mesorregião e, inicialmente, fazendo uso da mão-de-obra do europeu (especialmente portugueses, franceses e espanhóis), e, posteriormente, com maior êxito, da mão-de-obra nordestina (ÉGLER, 1961).

Deve-se ressaltar que aquelas áreas que não foram alcançadas materialmente pela via férrea, principalmente, a região do Salgado, não ficaram imunes a sua centralidade, pois como demonstrou Furtado (1987) para o caso de Marapanim, foram adotadas diferentes estratégias para alcançar a estrada de ferro e, por meio dela, fazer a produção do litoral chegar à Belém: a primeira dessas formas era, navegando pelo rio Marapanim, até chegar à localidade de Cipoal de onde, por terra, após seis quilômetros, se alcança a parada do trem em Jambu-Açu; a segunda forma é se deslocando até a estrada Curuçá-Castanhal, que existe desde 1902, mas cujo acesso a partir de Marapanim é muito difícil (bastante tortuoso), o que somente foi solucionado em 1938, com a construção de uma “estrada carroçável” ligando Marapanim à estrada de Curuçá-Castanhal; a terceira forma de acesso à estrada de ferro é subindo o rio Marapanim até a localidade de Matapiquara e, desta, percorrendo vinte quilômetros (20 Km) por terra, chega-se ao núcleo de Igarapé-Açu, onde pode-se encontrar uma estação ferroviária (FURTADO, 1982).

O terceiro momento dessa formação está relacionado às políticas de modernização implantadas na Amazônia depois dos anos de 1950, cujo objetivo central foi promover a integração nacional, do território e do mercado, e expandir o modo de produção capitalista em direção às fronteiras de recursos, principalmente, para a Amazônia.

A implantação da rodovia Belém-Brasília acabou por provocar grandes impactos na região Bragantina. Dentre eles pode-se destacar a desativação da Estrada de Ferro de



Bragança em 1965, considerada arcaica e deslocada do novo projeto de modernização que passou a privilegiar as rodovias. De acordo com Conceição (2002), o traçado da rodovia Belém-Brasília, inaugurada em 1961, atingiu a Bragantina no trecho que vai de Santa Maria do Pará, passando por Castanhal, Santa Izabel até chegar em Benevides e, posteriormente, Belém. Dentre suas consequências imediatas destaca a integração dos mercados, a oferta de serviços rodoviários, o aumento do fluxo de pessoas, mercadorias e comércio, o sistema financeiro e o incremento demográfico de cidades e vilas.

Deve-se ressaltar, porém, que a construção de estradas de rodagens na região não começou apenas com a integração nacional, na verdade, como destacou Égler (1961, p. 537), “paralelo ao traçado da via férrea foi-se definindo o percurso da estrada de rodagem, cuja importância econômica cresceu rapidamente”. Essa autora chega mesmo a afirmar que o transporte rodoviário, a exemplo do ferroviário e do fluvial, criou seu próprio mercado, a Praça Batista Campos, dentro da cidade de Belém, lócus privilegiado de comércio, principalmente, de farinha (ÉGLER, 1961).

4. PRODUÇÃO DO ESPAÇO E O USO DO SOLO URBANO NA ORLA MARÍTIMA DE SÃO JOÃO DE PIRABAS

4.1 A produção sócio-espacial da orla marítima.

A orla de Pirabas abrange os bairros da Cidade Velha, Bacuri e Brasília. Entretanto, somente a orla existente no bairro da Cidade Velha recebeu obras de infraestrutura, dividindo-se em dois setores: um de comércio e habitação mais denso, onde também se localiza uma pequena parte de uso recreativo e dois restaurantes que também são utilizados por pescadores; outro que é menos habitado e, também, possui menos atividades comerciais, abriga a Colônia de Pescadores Z-8, possui uma parte destinada a contemplação e o lazer, como o centro cultural e o teatro Maria Pajé, bem como um trapiche.

Pode-se dividir a produção sócio-espacial da orla em dois momentos: sem estruturas construídas pelo poder público e com as estruturas. Sobre o primeiro momento, podemos contar com o relato de moradores da cidade que ainda conservam na memória como era esse espaço de contato da cidade com o mar, popularmente chamado de “beiradão”.

Segundo relatou o informante Claudeci Costa⁴, a orla ou “beiradão” era de terra batida, com árvores e usada como ponto de comércio dos pescadores que chegavam do mar. Uma prática comum era a pesca para alimentação, que o entrevistado realizava com seu pai, na frente da própria cidade, fazendo uso de ferramentas artesanais de pesca, como

⁴Claudeci Costa, 50 anos, professor da rede pública municipal. Entrevista realizada no dia 27 de abril de 2017.



a tarrafa, por exemplo. Destaca em sua fala a grande quantidade de peixes que era obtido, ao contrário do que ocorre na atualidade, em que há escassez.

Ainda para esse informante, morador de Pirabas desde sua infância, o termo “beiradão” denota uma importância social e cultural da orla da cidade, pois é uma palavra comumente usada por moradores antigos, o que pode ser constatado em outros relatos. O senhor Amâncio Júnior⁵, afirmou que os moradores chamam de “beiradão” pelo fato de ser a beira do mar, um lugar de socialização dos moradores e pescadores principalmente, uma dessas relações sociais era a realização do “moão”, que era uma prática de fazer a doação de peixes para os moradores que participavam ou não da pescaria.

Segundo a senhora Adebla Neirão⁶, quando criança a orla era coberta de mangue, sendo possível ver muitas aves como o guará, por exemplo, e os pirabenses recolhiam o caranguejo e o mexilhão para seu sustento e alimentação. Ela recorda que a primeira intervenção na orla foi a construção da empresa PRINCOMAR pelo então empresário João Bosco Moisés.

O segundo momento da orla consiste na construção de estruturas urbanísticas. A orla de São João de Pirabas foi construída durante o governo do prefeito João Bosco Moisés que esteve no cargo entre os anos de 2000 e 2008. Na área chamada pelos moradores de “beiradão” foram construídas estruturas como cais de arrimo, o teatro e espaço cultural Maria Pajé, trapiches (um de uso para os pescadores e outro de uso turístico), quiosques, calçadas para caminhada e escadas para acesso a água e o Mercado Municipal João Serrote com 13 depósitos. A priori, essas estruturas foram construídas com a intenção de promover o turismo da cidade⁷.

Após o governo de Bosco Moisés, três intervenções foram realizadas na orla: a primeira com a construção da rampa de acesso a água e modificações artísticas nas muretas de contenção pelo prefeito Cláudio Barroso, que também iniciou obras de construção de um centro de eventos, onde funcionavam quadras esportivas; a terceira intervenção e, mais recente, é a construção de um trapiche de uso exclusivo da empresa SiGelo de propriedade particular e construída privadamente.

De acordo com as entrevistas e observações de campo, pode-se perceber que é histórico o uso da orla para fins de atender a atividade da pesca (artesanal e industrial), moradia, turismo e lazer. Notou-se também que nos relatos, o passado é sempre lembrado de forma saudosista, destacando-se a forte relação que os moradores tinham com a

⁵Amâncio Júnior, 48 anos, autônomo.

⁶Adebla Neirão do Amaral, 67 anos, aposentada.

⁷Em seu período de gestão, Bosco Moisés investia na atividade turística da cidade promovendo-a com comerciais nas mídias da época, com reportagens em jornais de grande circulação como O Liberal e Diário do Pará e, por fim, construindo a orla no chamado “beiradão”.



natureza, através da prática de tomar banho “na frente da cidade”, da contemplação da natureza exuberante, do extrativismo e da pesca artesanal voltada à alimentação.

4.2 Uso e apropriação do espaço na orla de São João de Pirabas

O que se pode perceber é que Pirabas possui uma orla de uso misto, cujos principais usos são: atividade pesqueira; moradia; lazer, entretenimento e turismo.

4.2.1 A pesca

Pode-se identificar alguns serviços na orla que servem para a manutenção da atividade pesqueira: lojas de ferragens, depósitos (de pescadores e de marreteiros), Mercado Municipal João Serrote, empresa de fabricação de gelo, rampa de acesso a água e três trapiches (dois públicos e um particular). Destes, dois são municipais, sendo um utilizado para a ancoragem de barcos e, outro, como área de alimentação para os pescadores e, às vezes, para os turistas. Na orla também encontra-se a empresa PRINCOMAR e a entidade de representação dos pescadores a Colônia Z8. Além disso, contabilizou-se mais 20 estabelecimentos privados⁸ na orla, sendo que desses foi possível aplicar formulário em 15, e a partir da tabela 1 podemos ver a distribuição desses comércios na orla.

TABELA 1: Distribuição dos estabelecimentos comerciais privados ao longo da orla.

	Trav. S. Benedito	R. Salustiano Vilhena
Alimentos e bebidas alcoólicas	2	1
Alimentos	3	0
Compra e venda de peixes/marisco	5	0
Fabricação de gelo	1	0
Mercado	0	1
Loja de ferragens	0	1
Outros	1	0

Fonte: Trabalho de campo, Abril de 2017.

Como se pode verificar, a maioria dos estabelecimentos de comércio corresponde a venda de peixe, os demais, de alguma forma, servem para suprir as demandas dos pescadores, marreteiros, encarregados, geleiros e demais envolvidos na atividade. Por exemplo, no fim da tarde ao chegarem do mar, pode-se ver os trabalhadores da pesca envolvidos em outras atividades, desde compras de sopas, bebidas alcoólicas e artefatos para reparos nas redes. Aqui pode-se abrir um parênteses para dizer que a atividade de reparo das redes foi vista não só na orla, mas também em outros bairros da cidade, pois é comum verificar pescadores em frente as suas residências manuseando as redes como costureiros, tecelões dos fios de nylon, plástico e outros materiais. Outro dado que foi verificado é a escala de abrangência desses comerciantes, que está organizada na tabela 2.

⁸Esses números em pequena quantidade apenas refletem também a dinâmica econômica que podemos encontrar em uma pequena cidade.



TABELA 2: Escala de abrangência dos comércios da orla

	Escala de atuação
Municipal	8
Municipal, estadual, regional e nacional	1
Estadual, regional, nacional	1
Municipal e estadual	3
Todas	2

Fonte: Trabalho de campo, Abril de 2017.

Entende-se que esses números expressos na tabela 2, refletem a dinâmica comercial do momento em que foi realizada a coleta de dados, haja vista que em algumas conversas informais, alguns comerciantes falaram sobre a influência de turistas estaduais e de fora do estado, pescadores de outros municípios, e até alguns estrangeiros que tiveram passagem pela cidade. Neste sentido, os dados também revelam a dinâmica habitual nos comércios da orla, o que é feito no cotidiano do lugar.

A origem dos produtos comercializados também é majoritariamente municipal, o que condiz também com a maioria dos estabelecimentos serem de compra e venda de peixes (ver tabela 1). Além do peixe, produtos como hortaliças e leguminosas, usados para preparar refeições nos estabelecimentos da orla, também são de origem do próprio município.

Sobre os meios de transporte utilizados, verificamos discrepância quando cruzamos os dados sobre “utilização do rio para receber/enviar mercadorias”, “importância do transporte marinho” e “frequência do uso do mar”. Dos 15 comerciantes que responderam ao formulário, 10 disseram não utilizar essa via marítima como forma de escoamento ou recebimento de mercadorias, enquanto que ao serem perguntados sobre a importância do transporte marítimo para suas atividades, 14 responderam ser muito importante para seus comércios, contudo, em relação à frequência da utilização das águas para escoamento 11 disseram não usar com nenhuma frequência.

Neste sentido, pode-se dizer que há o reconhecimento da importância do chamado “Rio Pirabas”⁹ às atividades desenvolvidas, mesmo que não seja utilizado de forma direta ou que os comerciantes não percebam que utilizam o rio para suas atividades como, por exemplo, aqueles que trabalham diretamente com a venda dos peixes.

Ainda sobre os estabelecimentos privados, na orla de Pirabas está localizada a PRINCOMAR, única empresa de processamento de pesca da cidade. Atualmente, a empresa não possui barcos particulares para realização da pesca, adotando como

⁹Ao longo dos trabalhos de campo realizados (Março, Abril e Julho), alguns entrevistados chamaram de “Rio Pirabas” o curso de água salgada que passa pela orla, a mesma informação foi vista em documentos.



estratégia a compra do pescado¹⁰ de terceiros, pescadores artesanais e/ou industriais, destacando-se que a sua capacidade de processamento é de até 20 toneladas de pescados por dia. De uma maneira geral, os peixes comprados são pescada, piramutaba, gó¹¹, serra, gurijuba, bandeirado, dentre outros.

No âmbito público, o Mercado Municipal João Serrote é o estabelecimento responsável por abastecer a cidade com pescado, bem como por comercializar com outros municípios e estados. Essa comercialização é feita via marreteiros que pagam aluguel para utilização dos treze depósitos do mercado, no pátio os marreteiros abastecem os caminhões que vem de diversos lugares, tais como, Fortaleza (CE), São Luís (MA), Castanhal e Belém. Também é nesse mercado municipal que se encontra um posto da SEFIN (Secretária Municipal de Finanças) que fiscaliza a atividade de compra e venda do peixe na orla.

4.2.2 A moradia

A moradia na orla acontece desde a origem do povoamento em Pirabas, visto que foi a partir das margens do mar que começou a expansão da cidade, podendo está ser classificada como *cidade marítima*¹².

As residências localizadas na orla de Pirabas podem ser divididas em: casas de padrão de segunda residência¹³, residências de classe média e alta da cidade, e residências de padrão popular. Foi possível realizar a aplicação de formulários para treze moradores ao longo da orla da cidade (tabela 3), visto que alguns não tinham interesse em participar da pesquisa e, algumas casas, encontravam-se fechadas.

TABELA 3- Localização das casas dos entrevistados na orla de Pirabas.

Localização	Quantidade de casas
Travessa São Benedito	8
Travessa da Glória	2
Avenida Beira Mar	2
Passagem das Mêrces	1

Fonte: Trabalho de campo, Abril de 2017.

Pela tabela acima, pode-se verificar que a maioria das casas encontram-se na rua onde também estão concentrados as atividades de comércio da orla (ver tabela 1), desse modo, a Travessa São Benedito mostra-se a área mais dinâmica da orla. Na Avenida Beira Mar encontramos casas de segunda residência e um pequeno residencial com oito

¹⁰Estas informações foram obtidas através de entrevista realizada com o funcionário João André Júlio da Silva no dia 25 de abril de 2017 em seu turno de trabalho.

¹¹Em idas corriqueiras a alguns supermercados de Belém vimos sendo comercializados os filés processados pela PRINCOMAR que usa a marca Fresh como nome fantasia para comercialização.

¹²São João de Pirabas pode ser considerada uma cidade tradicional por sua formação sócio-espacial e configuração territorial, porém diferente do que Trindade Jr. (2013) estudou sobre as pequenas cidades, Pirabas tem como particularidade sua relação com o mar, o que podemos chamar de maritimidade (DANTAS, 2009).

¹³Isto pôde ser verificado no último trabalho de campo realizado em Julho de 2017 quando se pode ver estas casas abertas, sendo que nos trabalhos de campo anteriores (em Março e Abril de 2017) as mesmas encontravam-se fechadas.



apartamentos, sendo esta avenida a área da orla com casas de padrão arquitetônico mais elaborado. A Passagem das Mêrces também faz parte da faixa de orla em Pirabas, entretanto, fica em uma parte afastada da infraestrutura, denominada de baixada pelos moradores locais.

Em relação às formas de aquisição dos imóveis, oito moradores afirmaram terem comprado a casa, três moram de aluguel, um vive em residência cedida por parente e outro obteve a casa por herança. Nenhuma das casas possui trapiche próprio, para acessarem as vias marítimas e se deslocarem para as ilhas, utilizam as estruturas municipais.

Quando perguntado aos moradores sobre a importância do transporte marítimo para suas atividades (de rotina ou não), sete responderam não ter nenhuma importância, enquanto que para três a importância era grande e para outros três a relevância era pequena.

Isso fica expresso, de forma mais clara, quando analisada a frequência no uso dessa modalidade de transporte, pois seis moradores não usam com nenhuma periodicidade, quatro usam de forma anual, um de forma semestral e dois usam mensalmente. Esses dados mostram que os moradores da orla possuem relações predominantemente contemplativas e de lazer com o mar.

Sobre a importância da orla marítima, oito moradores disseram ser um espaço muito importante da cidade, dois de relevância pequena, dois de relevância média e somente uma pessoa afirmou não ter nenhuma importância. Em se tratando das formas de uso da orla (tabela 4), podemos perceber que as utilizações são variadas, o que denota diferentes formas de apropriação desse espaço e sua importância para os pirabenses.

TABELA 4- Formas de uso da orla.

Formas de uso	Quantidade de pessoas
Contemplação da paisagem	7
Recurso(água/peixe)	3
Lazer	1
Manifestação cultural	1
Outro	1

Fonte: Trabalho de campo, Abril de 2017.

Como mostra a tabela, a forma de uso predominante é para contemplação da paisagem natural que a vista da orla proporciona utilizando a infraestrutura pública que será abordada no próximo tópico.

4.3.3 Lazer, entretenimento e turismo



O uso da orla para fins de entretenimento é recente¹⁴, começando a partir das obras de urbanização da orla na Avenida Beira Mar, com a construção de quiosques, trapiche para contemplação do mar, o centro cultural e teatro Maria Pajé, calçadão e quadras de esportes¹⁵.

No espaço onde estão essas obras, são realizadas as festas da cidade como o aniversário do município e um festival de verão no mês de Julho. No outro lado da orla, na Travessa São Benedito, também existe um espaço idealizado para contemplação da paisagem e que também é utilizado por pescadores para suas práticas.

Ao longo da pesquisa percebemos que a orla de Pirabas recebe duas denominações diferentes por parte dos moradores e comerciantes. Uns a chamam simplesmente de orla, enquanto outros utilizam o termo “beiradão”, para se referir a ela, dando uma característica de maior identidade ao lugar. De maneira informal, quando perguntados qual o nome daquele espaço, a maioria dos comerciantes respondeu ser o espaço do “beiradão”, da Avenida Beira Mar à Travessa São Benedito. Enquanto que em sua maioria, os moradores chamavam esse mesmo espaço entre a avenida e a travessa de orla. Outra particularidade foi uma pequena distinção de área feita por alguns moradores e comerciantes, enquanto que a Travessa São Benedito era chamada de “beiradão”, a Avenida Beira Mar recebia o nome de orla.

Dentre as várias interpretações, essa diferença de nomeação para um mesmo espaço pode representar um grau diferente de identidade com o lugar por parte dos moradores e comerciantes. Sendo “beiradão” um termo usado comumente pelas pessoas mais velhas, representando muito mais uma relação de apropriação e de uso do espaço; ao passo que a denominação orla marítima, está muito relacionada ao espaço de demanda turística e de lazer que foi ali produzido.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a produção do espaço e o uso do solo na orla marítima de São João de Pirabas, partindo de uma abordagem diacrônica, em torno da formação sócio-espacial do litoral paraense, e de uma leitura sincrônica (morfológica), fundada na organização sócio-espacial da orla marítima em termos de sua utilização para atividades econômicas ligadas à pesca, para fins residenciais e para fins de lazer e entretenimento.

Uma primeira contribuição do artigo foi mostrar a importância de se pensar a urbanodiversidade da Amazônia, indo ao encontro das contribuições de Trindade Jr. (2010) quando afirma que se tem valorizado muito mais a biodiversidade e a sociodiversidade nas

¹⁴Consideramos recente se comparado a história de povoação da cidade e do uso da orla pelos pirabenses.

¹⁵As quadras estão passando por um processo de reforma para serem transformadas em salão de eventos.



análises sobre a região. Neste sentido, foi que um olhar sobre as cidades do litoral paraense ganhou relevância, chamando a atenção para se pensar as particularidades da produção do espaço numa cidade marítima.

Uma segunda contribuição refere-se à particularidade da formação socioespacial do litoral paraense, cuja peculiaridade histórica se encontra nas relações existentes entre o Pará e o Maranhão desde o período colonial, mas também na configuração de um espaço de produção voltado ao abastecimento da metrópole. É interessante notar que essa formação socioespacial produziu no litoral paraense municípios cuja geografia envolve, em geral, cidades (sedes de municípios) localizadas às margens dos rios, mas também povoados e vilas, ligados a estrada e ao mar. Furtado (1987) chegou mesmo a falar em “região de água doce” e “região de praia”, acrescenta-se além da região da água doce e da região da água salgada, a região da estrada, cujos povoados e vilas surgiram ao longo das rodovias que cortam a região e que as interliga a metrópole de Belém e às cidades intermediárias (Igarapé-Açu) e de porte médio da região (Castanhal e Capanema).

Por fim, podemos concluir que o espaço da orla marítima de João de Pirabas possui uso misto, ora mediados por interesses exógenos (turismo, entreposto pesqueiro etc.), ora por interesses endógenos (os banhos de mar, pesca artesanal para consumo próprio etc.). Esses diversos usos também proporcionam variadas visões do espaço, o que percebemos na variação de nomes para orla: beiradão ou puramente orla. O beiradão traz a tona relações de identidade mais pretéritas, que existem até hoje, mas de formas mais residual. Enquanto que a orla, denota o projeto de urbanização ao qual aquele espaço beiramar passou, e seu uso mais voltado para os interesses do comércio e do turismo.

O estudo que fizemos da orla marítima de São João de Pirabas é apenas uma síntese da riqueza de relações sócio-espaciais que podemos encontrar nessa pequena cidade do litoral paraense, cujas relações com o mar são mais adensadas, o que nos possibilita uma aproximação inicial para falar em São João de Pirabas como uma pequena cidade marítima.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto Lobato. A Periodização da Rede Urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 49, n. 3, 1987.

ÉGLER, Eugênia Gonçalves. A zona Bragantina no estado do Pará. **Revista Brasileira de Geografia**, ano 23, n.3, p. 75-103, jul./set. 1961.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Currallistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987.



TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro. Diferenciação territorial e urbanodiversidade elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. **Cidades**, Presidente Prudente/São Paulo, vol. 7, n. 12, 2010.

_____. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **Papers do NAEA**, Belém, p. 1-22, 2013.

VALVERDE, Orlando; DIAS, Catharina Vergolino. **A Rodovia Belém-Brasília**. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair et al. Das janelas às portas para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. TRINDADE JUNIOR, S. C.; TAVARES, M. G. C. (Org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008. p. 27-47.

**GT 07 - CIDADES E TRANSFORMAÇÃO DO URBANO NA AMÉRICA****CIDADES PEQUENAS NA CONTEMPORANEIDADE: O PAPEL DE UMA
ARQUITETA-URBANISTA-CARTÓGRAFA**

Luana Pavan Detoni (Universidade Federal de Pelotas)¹
luanadetoni@gmail.com
Eduardo Rocha (Universidade Federal de Pelotas)²
amigodudu@yahoo.com.br

RESUMO

Reconhecer que existem singularidades e interesses distintos nas cidades, é fundamental para a atuação dos profissionais em arquitetura e urbanismo que se propõem a ação de planejar e projetar nas e para as cidades. Quase que contraditoriamente as concepções que definem planos e projetos, na perspectiva do urbanismo contemporâneo, desejam-se processos que permitam que a vida aconteça, transformando o produto final em elemento não hierarquizável, aberto no *continuum* do espaço e do tempo. As cidades pequenas demonstram certa condição de “contra-urbanismo”, algumas surgiram espontaneamente e receberam uma pátina da vida. Além da ausência de planos e projetos na sua concepção, seguem sobrevivendo sem diretrizes para a implantação de medidas de ordem técnica, econômica, social ou política, provenientes das práticas do planejamento urbano, regulamentadas principalmente pelo plano diretor. As cidades pequenas, sem ordenamentos previsíveis e controladores, podem ser vistas como cidades selvagens. Livres dos aspectos negativos e dos rigores formais, que remetem a artificialidade e a asepsia, característicos das práticas da arquitetura e do urbanismo em domesticar. Os resultados deste ensaio apresentam a importância entre o interesse da ciência que investiga e o interesse próprio da investigadora sobre as cidades pequenas. Na experiência de arquiteta-urbanista-cartógrafa, a pesquisadora sai da posição de quem, em um ponto de vista de terceira pessoa, julga a realidade do fenômeno estudado e coloca-se em uma dimensão interativa, conferindo ao trabalho um sentido de cuidado às atividades de plano, projeto, intervenções e práticas pedagógicas da arquitetura e do urbanismo na contemporaneidade.

Palavras-chave: Cidade Pequena, Arquitetura, Urbanismo, Contemporaneidade.

1. INTRODUÇÃO

A partir dos estudos sobre as teorias do urbanismo contemporâneo e da filosofia da diferença, este ensaio apresenta alguns resultados, ainda em construção, da pesquisa

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, professora na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFPel. Pelotas/RS Brasil.

² Doutor em Arquitetura e Urbanismo, professor e pesquisador no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo e na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFPel. Pelotas/RS Brasil.



intitulada “CIDADES PEQUENAS: território de um devir menor na contemporaneidade”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Pelotas, na linha de pesquisa Urbanismo Contemporâneo. Ao longo da pesquisa foram abordadas as adversidades da arquitetura e do urbanismo quanto à apreensão do território das cidades pequenas, considerando a atualidade e os possíveis desejos de intervenção. A fim de aprender com os modos de vida e os lugares experienciados nas cidades pequenas, com o objetivo de sugerir pistas sobre a prática de planos, projetos e intervenções urbanas, que possam atuar como potências na contemporaneidade.

Os estudos sobre cidades pequenas na área da arquitetura e do urbanismo são exíguos, provavelmente visto a emergência de produzir conhecimento perante as imensas demandas das cidades grandes, como por exemplo, os problemas ocasionados pelo trânsito intenso e pelo aglomerado populacional. No entanto, também é preciso pensar nas cidades pequenas, pois esses territórios não estão dissociados dos processos econômicos, políticos, sociais e culturais do fenômeno da urbanização. Segundo Jane Jacobs (2010) as cidades apresentam particulares condicionadas pelas características de sua população, história, geografia, incluindo também o atributo de seu porte. Para o qual, ressalta que a tentativa de entender as cidades menores com base nas teorias e experiências das metrópoles seria um grande erro.

Ao incorporar os movimentos da diferença, a partir daquilo que escapa das fissuras e dos signos emitidos, se torna possível compor um repertório que permeia os aspectos sociais, culturais e ambientais das cidades pequenas, frente à perspectiva da construção de uma teoria sobre o urbanismo contemporâneo. Sendo a fuga das metodologias prescritas uma criação na potência da singularidade. Os filósofos da Diferença, como Foucault, Deleuze, Guattari e Derrida, entre outros, fazem parte de uma linha filosófica que tem como expoentes Espinosa, Bergson e Nietzsche. Em síntese, a filosofia da diferença, está vinculada ao movimento pós-estruturalista e apresenta um interesse pela diversidade, pluralidade e singularidade em oposição a uma ideia universal e total que contém partes singulares (PETERS, 2000).

A contemporaneidade, evidenciada por Giorgio Agamben (2009), é uma relação especial com o próprio tempo, que se adere a ele e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias. Pautado pelos conceitos de intempestivo, obscuro e arcaico, o tempo da contemporaneidade impulsiona a ordem do caos na delimitação dos territórios estáveis e definidos. No contexto da arquitetura e do urbanismo, segundo Josep Maria Montaner (2009), são sugeridos como premissas para a análise dos repertórios formais na contemporaneidade, sistemas complexos que considerem implicações éticas, sociais e políticas. A cidade pequena expressa pelas diferenças e singularidades, articula táticas



(CERTEAU, 2014) diante do cotidiano imposto pela cidade grande, resistindo às políticas impostas pelo urbanismo com referência nas metrópoles.

O território das cidades pequenas na contemporaneidade apresenta a potência de um devir menor. Noção construída através dos encontros teóricos (i) com o conceito de fronteira (DELEUZE, 1997), experienciado entre o campo e a cidade; (ii) com o conceito de literatura menor (DELEUZE; GUATTARI, 2014), experienciado nos modos de subjetivação; e (iii) com o conceito de desejo (DELEUZE; GUATTARI, 2010 e ROLNIK, 2006) que experiencia a condição da contemporaneidade nas cidades pequenas. Para este ensaio, estes não são três momentos sucessivos em uma evolução, mas sim três aspectos em uma só e mesma coisa, “o Ritornelo” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 102).

Embora pouco abordada nas diversas áreas acadêmicas, os estudos sobre as cidades pequenas denota uma temática complexa, a começar pela classificação desses territórios. No Brasil, estatisticamente, 83% dos municípios têm população inferior a vinte mil habitantes, ou seja, pertencem à classe das cidades pequenas (SOARES; MELO, 2010). Contudo, para este ensaio, a classificação das cidades pequenas, vai além das variáveis de localização, densidade demográfica, crescimento populacional, economia, dimensão territorial, formação histórica, inserção regional, visto que é fundamental também o entendimento sobre suas características, seus cotidianos, suas funções e suas formas.

As cidades de pequeno porte podem ser classificadas como cidades dormitórios, cidades de passagem, cidades isoladas, cidades economicamente arruinadas. No entanto, são as cidades pequenas que se encontram na fronteira entre o campo e a cidade que impulsionam este estudo. Cidades que apresentam vivências e formas singulares, que não estão estagnadas em benefício da preservação das suas essências, e que também não são passíveis as representações impostas pela urbanização, mas se encontram na inflexão destes movimentos.

2. PISTAS DE UMA ARQUITETA-URBANISTA-CARTÓGRAFA

“As cidades são locais fantásticamente dinâmicos, o que se aplica inteiramente a suas zonas prósperas, que propiciam solo fértil para os planos de milhares de pessoas” (JACOBS, 2000, p. 8). Reconhecer que existem singularidades e interesses distintos nesse contexto é fundamental para a atuação do arquiteto e urbanista que se propõem a ação de planejar e projetar nas e para as cidades. Quase que contraditoriamente as concepções que definem planos e projetos, na perspectiva do urbanismo contemporâneo, desejam-se processos que permitam que a vida aconteça, transformando o produto final em elemento não hierarquizável, aberto no *continuum* do espaço e do tempo.



La arquitectura amplía sus ámbitos y sus materiales para proyecto de habitabilidad del mundo. Por ello, cabe definir nuevos códigos de actuación con los cuales desencadenar un proyecto arquitectónico que tengan como fundamento la conexión con los valores y los potenciales del lugar. Um processo que, al terminar, permita dejar unas condiciones abiertas para que la vida opere, igual cuando se planta un árbol (GUALLART, 2008, p.5).

Em consonância com as ideias de Vicente Guallart, a pesquisadora, no papel de arquiteta-urbanista-cartógrafa, pretende deixar condições abertas para que a vida possa atuar nas cidades pequenas. No entanto, não como uma árvore, mas sim em um devir menor, como uma grama. A árvore, modelo representativo da raiz-pivotante ou fasciculada, segue uma lógica binária, articula e hierarquiza os decalques. A árvore é filiação, impõe o verbo “ser”. A grama, modelo representativo do rizoma, não segue uma lógica estrutural ou gerativa, é cartografia, mapa, e não decalque. O rizoma, é aliança, não tem início nem fim, se encontra sempre no meio, no entre as coisas, tem como tecido a conjunção “e... e... e...” (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

Segundo o princípio de cartografia de Deleuze e Guattari (1995), o rizoma não possui uma estrutura passível de reprodução ou decalque. A busca de respostas ou motivos, definição e representação, não são possíveis de delinear eixos genéricos ou estruturas gerativas. Acompanhar os processos requer um mapa, um desenho movente que possui entradas múltiplas e diversidade de forma; pode se apresentar como desenho, escrita, obra de arte, ação política. A cartografia é sempre desmontável, reversível, conectável em qualquer uma de suas dimensões e pode ser produzida por um indivíduo, um grupo ou uma formação social.

Essa cartografia é uma forma de produção de conhecimento anunciada por Deleuze e Guattari em *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia*, volume 1 (1995). Possui vertentes na obra *Micropolítica – Cartografias do desejo* de Guattari e Rolnik (1989); nos trabalhos de um grupo de acadêmicos que têm indicado pistas para o uso da cartografia como método de pesquisa, *Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e Produção de Subjetividade* de Passos, Kastrup e Escóssia (2009); e *Pistas do Método da Cartografia: A experiência da pesquisa e o plano comum*, volume 2, de Passos, Kastrup e Tedesco (2014).

Para os geógrafos, a cartografia é a representação de um mapa que acompanha e se faz ao mesmo tempo em que os movimentos de transformação da paisagem. Paisagens psicossociais também são cartografáveis, sendo tarefa do cartógrafo sentimental dar língua



para os afetos que pedem passagem, estar mergulhado nas intensidades de seu tempo e atento às linguagens que encontra; é preciso devorar os elementos que parecem possíveis para a composição das cartografias que se fazem necessárias. O cartógrafo é antes de tudo um antropófago (ROLNIK, 2006).

As adjetivações do método cartográfico, como por exemplo, a cartografia deleuze-guattariana, a cartografia sentimental, a cartografia social, as pistas cartográficas, a cartografia da geografia, são todas incorporadas enquanto cartografia neste ensaio, visto que, a experiência da pesquisa cartográfica propõe uma transversalidade que conecta os heterogêneos na construção de um plano comum. A compreensão de cidade pequena neste ensaio, a partir do método cartográfico, acontece aliada à experimentação das cidades, a partir da captura de cenas, dos encontros dos planos reconhecidos como extensivos e intensivos.

A cena, como uma lâmina de tempo, permite recortes múltiplos e heterogêneos (DELEUZE, 2005). O encontro intensivo acontece no corpo, na singularidade, já o encontro extensivo só é possível se houver um bloco de espaço-tempo, ou seja, na relação com o meio geográfico e histórico. Contudo, é a sobreposição dos encontros intensivos e dos encontros extensivos que compõe a cena, a cartografia, como uma possibilidade de mapa da contemporaneidade, figura 01. “O plano de imanência que se traça durante o percurso ordena o caos da realidade, para poder produzir um pensamento acerca da experimentação, composto pelos percursos extensivos e intensivos” (DELEUZE, 2002, p. 10).



Figura 01. Cartografia “Quem Cultiva uma Flor Alegria o Mundo E Faz Alguém Feliz”.



O método da cartografia se constitui como um modo de conhecer que não busca respostas ou motivos, mas que se dedica a acompanhar os processos. As pistas de Passos, Kastrup e Escóssia (2009) respondem a um desafio de desenvolver formas de pesquisar que se dediquem ao estudo de processos e que elas próprias se efetuem por uma processualidade, estabelecendo um diálogo com as metodologias tradicionais. Contudo, esse método de pesquisa-intervenção agencia um processo interativo e diretamente influenciado pelas cenas das histórias pessoais, das biografias. Não há produção de conhecimento sem transformação daquele que o produz, assim como não há conhecimento que nasça isento da relação do pesquisador com o campo que ele percorre (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009).

Os resultados deste ensaio cartográfico, ainda em construção, estão entre a importância do interesse da ciência que investiga e o interesse próprio da investigadora sobre as cidades pequenas. “O pesquisador sai da posição de quem – em um ponto de vista de terceira pessoa – julga a realidade do fenômeno estudado para aquela posição – ou atitude (o ethos da pesquisa) – de quem se interessa e cuida” (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2014, p. 29). Na experiência de arquiteta-urbanista-cartógrafa, a pesquisadora coloca-se em uma dimensão interativa, conferindo ao trabalho um sentido de cuidado às atividades de plano, projeto, intervenções e práticas pedagógicas da arquitetura e do urbanismo na contemporaneidade.

1.1 Hospitalidade aos planos e projetos

As cidades pequenas cartografadas demonstram uma condição de “contra-urbanismo”, assim como a cidade natural de Christopher Alexander (1965) algumas cidades surgiram espontaneamente e receberam uma pátina da vida. No entanto, além da ausência de planos e projetos na sua concepção, as cidades pequenas seguem sobrevivendo sem diretrizes para a implantação de medidas de ordem técnica, econômica, social ou política, provenientes das práticas do planejamento urbano, regulamentadas pelo plano diretor. E também, muitas vezes, sem a atividade técnica de criação para as intervenções no espaço urbano, ou seja, sem projetos urbanísticos de loteamento, regularização fundiária, sistema viário, acessibilidade, entre outros.

A atividade dos arquitetos e urbanistas em geral está voltada para as grandes e médias cidades. O Estatuto da Cidade (2002), por exemplo, traz essa concepção no seu conteúdo, onde grande parte dos instrumentos está direcionada aos processos de verticalização, de expansão periférica e da falta de habitação. No capítulo II da Política Urbana, o Estatuto apresenta como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções



sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Contudo, o plano diretor, instrumento básico dessa política de desenvolvimento, é obrigatório apenas para as cidades com mais de vinte mil habitantes. Fato que exclui inúmeros pequenos municípios, para os quais o país não tem política específica, a não ser que as leis orgânicas estaduais ou municipais o determinem, ou que os municípios, voluntariamente, desejem implementar o plano diretor (MARINHO; POZZOBON, 2004).

Embora possam não sofrer na mesma escala que os problemas urbanos dos grandes centros, os pequenos municípios seguramente sofrem com a falta de definição de diretrizes e instrumentos para orientar seu desenvolvimento e, portanto, não devem abrir mão de construir seu referencial para cuidar do seu território e orientar o desenvolvimento urbano. Mais que isso, todos os municípios têm por atribuição constitucional a responsabilidade de exercer o controle sobre o uso e ocupação do solo e criar condições para o desenvolvimento sustentável e mais justo do seu território (MARINHO; POZZOBON, 2004, p. 69).

As cidades pequenas, sem ordenamentos previsíveis e controladores, podem ser vistas como cidades selvagens. Livres dos aspectos negativos e dos rigores formais, que remetem a artificialidade e a assepsia, característicos das práticas da arquitetura e do urbanismo em domesticar. Contudo, a intenção de um plano ou de um projeto é sempre positiva. Os arquitetos e urbanistas atuam em prol de organizar, instituir, reprimir, resolver ou amenizar os problemas, qualificar os espaços, em síntese para tornar melhor a vida urbana, em cidades, em sociedades.

O conceito de hospitalidade de Jaques Derrida (2003), constituído por antagonismos, apresenta-se como uma potência para pensar as questões frente aos planos e projeto de arquitetura e urbanismo nas cidades pequenas, assim como a ausência desses. Este conceito evidencia que só há hospitalidade diante da inospitalidade e vice-versa, o que possibilita estabelecer uma ética perante a arquitetura e o urbanismo. Articular a alteração de valor da moral, e não a sua ausência, decompõe a ideia de bem para a de bem estar. A partir desta perspectiva, distintos modos de vida são permitidos, de forma que as diretrizes, regras e normas presentes nas proposições do urbanismo tornam-se forças, promovendo uma melhoria dos cuidados de si, importantes e necessários para quem se propõem a criar nas e para as pequenas cidades.



1.2 Subjetividade ao urbanismo contemporâneo

A produção do espaço urbano das cidades pequenas na contemporaneidade mostra além do presente momento também as aspirações da representação da “modernidade”. As modificações frutos desses desejos oferecem formas, objetos, conteúdos e problemas até então exclusivos de núcleos maiores, seu consumo e sua consumação incorporam as novas formas aos modos de vida. Constrangem os símbolos tradicionais das cidades, como os espaços públicos, especialmente as ruas e as praças (BAUMGARTNER, 2010).

O agenciamento do conceito de subjetividade junto às relações de simulacro, das particulares das cidades pequenas que são reportadas nas metrópoles, auxilia e impulsiona o entendimento da apropriação das características mais singulares pelo capital. Fato elucidado pela literatura de Walter Benjamin (1987), quando o autor discorre sobre a representação do camundongo Mickey, como um dos sonhos do homem contemporâneo, todos saem do corpo do camundongo, ao mesmo tempo em que superam os limites técnicos zombam deles, o primitivismo e o conforto se unificam. As pessoas, esgotadas pelas infinitas complicações diárias, enxergam o objetivo da vida apenas como o mais remoto ponto de fuga. Em uma interminável perspectiva de meios, surge uma existência que basta a si mesma, um automóvel não pesa mais que um chapéu de palha.

Diante do idealismo presente na utopia dos modelos urbanísticos para cidades, inserida no tempo da contemporaneidade, ante a concepção da cidade genérica de Rem Koolhaas (1995), e também contrária às noções de identidade, este ensaio busca seguir as subjetividades, como processo de produção no qual comparecem e participam múltiplos componentes. Afinal, “a única finalidade aceitável das atividades humanas é a produção de uma subjetividade que enriqueça de modo contínuo sua relação com o mundo” (GUATTARI, 1992, p.33).

As cenas experienciadas nas cidades pequenas estão diretamente relacionadas ao conceito de produção de subjetividade. Contudo, alerta-se para o entendimento que o senso comum discorre sobre a subjetividade, de forma tanto positiva, quanto negativamente. Ao mesmo tempo em que, indica a necessidade da subjetividade, sendo preciso considerar a originalidade de cada indivíduo, relaciona tal a subjetividade a ideia de algo insipiente, associando essa a questões abstratas e não fundamentadas.

Segundo Ângela Maria Endlich (2006), geógrafa dedicada aos estudos das cidades pequenas, estas não correspondem a miniaturas das cidades grandes, mas sim a um urbano expresso por manifestações específicas do cotidiano. No entanto, as respostas dos moradores locais são imbuídas de uma subjetividade construída a partir de um referencial



comparativo, nesse caso parâmetros de outras formas de vida urbana geralmente vinculada a cidades maiores. Deve-se levar em conta que as experiências vividas em outras cidades, geralmente em busca de serviços de saúde e educação, ou até mesmo através da mídia, têm uma abordagem basicamente metropolitana, assim como a ciência e a política.

O território sendo uma noção geográfica, mas antes uma noção de poder, designa as relações de força e de resistência que permeiam um determinado espaço e tempo. As relações de subjetividades que constituem o território são matéria-prima para qualquer produção. Contudo, o que é produzido em uma sociedade tem sentido para determinado sujeito e para a sua cultura, enquanto em outro contexto é apenas um objeto estranho (GUATTARI; ROLNIK, 1986).

1.3 Micropolíticas e as intervenções urbanas

A ação da arquiteta-urbanista-cartógrafa na contemporaneidade requer flexibilidade, elasticidade, habilidade, agilidade, disposição, entre outras características que poderiam facilmente estar associadas à atividade de uma bailarina. “Um mapa é uma questão de performance, enquanto que o decalque remete sempre a uma presumida competência” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 21). As intervenções urbanas podem auxiliar as questões sociais, mas só sob a condição de que as intensões libertadoras da intervenção fomentem as práticas e os desejos do indivíduo em exercitar sua própria liberdade.

Em meio à trivialidade do dia a dia, as pequenas cidades mantêm certa originalidade em seus hábitos, diferenciando-se do simulacro que ocorre nas grandes cidades. Por exemplo, as relações de vizinhança, não são criadas ou idealizadas, são atos de resistência. Para Michel Foucault (1987) onde há poder, há resistência. Afirmação que indica os limites da disciplina, da relação de docilidade e utilidade dos sujeitos. Neste ensaio sobre as cidades pequenas se adverte a relação de ordem da urbanização, tais limites, bordas, fronteiras estão sujeitas a procedimentos capilares. Microrresistências, segundo Michel de Certeau (2014), movidas por práticas cotidianas, as “táticas” e as “maneiras de fazer” antidisciplinares. Capacidade criativa, de astúcia, de produção de resistências diante das “estratégias” do macropoder.

A cidade pequena expressa por um devir menor, articula táticas no cotidiano imposto pela cidade grande, resiste às políticas impostas pelo urbanismo com referência nas metrópoles. Esse “devir minoritário é um caso político, e apela a todo um trabalho de potência, uma micropolítica ativa” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 78). A questão micropolítica para as cidades pequenas refere-se a como elas reproduzem, ou não, os modos de subjetividade dominante. A micropolítica é processual, permite construir novos



modos de subjetividade, ela não se encontra no ensino hegemônico, mas no aprendizado das singularidades, segundo os autores:

A garantia de uma micropolítica processual só pode – e deve – ser encontrada a cada passo, a partir dos agenciamentos que a constituem, na invenção de modos de referência, de modos de práxis. Invenção que permita, ao mesmo tempo, elucidar um campo de subjetivação e intervir efetivamente nesse campo, tanto em seu interior como em suas relações com o exterior. Para o profissional do social, tudo dependerá de sua capacidade de se articular com os agenciamentos de enunciação que assumam sua responsabilidade no plano micropolítico (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 30).

No espaço urbano, lugar por excelência dos conflitos e das disputas pelo poder, é possível observar como a legislação vem atuando frente ao contexto da arquitetura e do urbanismo presente nas cidades pequenas, mais precisamente na escala do desenho urbano, por exemplo, sobre as calçadas. A delimitação das calçadas geralmente ocorre junto com a pavimentação da rua, antes disso configura um espaço ajardinado, permeável e florido. Contudo, quando delimitada e impermeabilizada, visto à exigência da legislação para pavimentar também a rua, a calçada não fica aquém das “táticas” e das “maneiras de fazer”, neste espaço acontecem microrresistências, evidenciadas na composição de vasos e floreiras.

3. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na busca pelas potências das singularidades, pela diferença em si, os estudos sobre as cidades pequenas, tem constituído como resultados mais questionamentos do que respostas. Os sentidos destes territórios, experienciados como um devir menor na contemporaneidade, aparecem mais nas forças do que nas formas de expressão. O papel de uma arquiteta-urbanista-cartógrafa sugere acompanhar os processos do cotidiano, com dedicação às cenas capturadas, através de encontros dos planos extensivos e intensivos. E com o estudo destas correlacionadas ao agenciamento teórico com conceitos, como os de hospitalidade, subjetividade, micropolítica.

Pesquisar sobre as cidades pequenas rompe com os estudos corriqueiros e tradicionais em arquitetura e urbanismo, o que aponta uma questão pedagógica nesse movimento de aprender e ensinar com essas cidades. Assim, este ensaio busca traspor os lugares comuns, os estudos óbvios e por vezes ultrapassados, e apresenta uma possível



contribuição das pistas da arquiteta-urbanista-cartógrafa para os princípios e métodos de ensino em arquitetura e urbanismo na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó, SC: Argos, 2009.

ALEXANDER, Christopher. **The city is not a tree**, 1965. Disponível em: <<http://www.rudi.net/pages/8755>>. Acesso em 10/06/2017.

BAUMGARTNER, Wendel Henrique. Diferenças e repetições na produção do espaço urbano de cidades pequenas e médias. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; BAUMGARTNER, Wendel Henrique (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010, p. 45 - 58.

BENJAMIN, Walter. Escola de Frankfurt Experiência e pobreza. In.: **Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 114-119.

BRASIL. **Estatuto da Cidade e Legislação Correlata**. Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de saber fazer**. Petrópolis: Vozes, 2014.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka: por uma literatura menor**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 1**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 4**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. São Paulo: Editora 34, 2010.

DERRIDA, Jacques. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade**. São Paulo: Escuta, 2003.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do**



noroeste do Paraná. Presidente Prudente: UNESP, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUALLART, Vicente. **Geologics: geografia, información, arquitectura.** Barcelona: Actar, 2008.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: Um novo paradigma estético.** São Paulo: Ed. 34, 1992.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica – Cartografias do desejo.** Petrópolis: Vozes, 1986.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KOOLHAAS, Rem. A Cidade Genérica. In: **Três textos sobre a cidade.** Bracelona: Gustavo Gili, 2010, p. 29-66.

MARINHO, Geraldo; POZZOBON, Regina Maria. Plano Diretor para Pequenos Municípios. In: ROLNIK, Raquel. (Org.). **Plano Diretor Participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos.** Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/>>. Acesso em 16/05/2017.

MONTANER, Josep Maria. **Sistemas arquitetônicos contemporâneos..** Barcelona: Gustavo Gilli, 2009.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Lílana da (Orgs.). **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e Produção de Subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Sílvia (Orgs.). **Pistas do Método da Cartografia: A experiência da pesquisa e o plano comum.** Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2014.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo.** Porto Alegre: Sulina, 2006.

SOARES, Beatriz Ribeiro; MELO, Nágela Aparecida de. Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; BAUMGARTNER, Wendel Henrique (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso.** Salvador: SEI, 2010, p. 229 - 247.

**GT 07 – CIDADES E TRANSFORMAÇÕES DO URBANO NA AMÉRICA LATINA.****PEQUENAS CIDADES DO DELTA E ESTUÁRIO AMAZÔNICO: UMA FLORESTA URBANIZADA**

Sergio Luiz de Medeiros Rivero (UFPA/PPGE)¹
sergiolmrivero@gmail.com

Mateus de Azevedo Araujo (UFPA/FACECON)²
mateus.a.araujo@gmail.com

Oriana Trindade de Almeida³
orianaalmeida@yahoo.com.br

Miguel Mascarenhas Leite⁴
miguel_aml@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho identifica e discute as transformações sócio-espaciais-ambientais experimentadas pelas pequenas cidades no delta amazônico (PeCiDAm), após o adensamento dos centros urbanos da região a partir da década de 1970. Com base nos últimos censos demográficos, elaborou-se estatísticas descritivas e indicadores para a análise desta dinâmica na região. A área do estuário apresenta ocupação intensa e dispersa. Mais de 60% dos municípios apresentam níveis de densidade populacional com até 33 habitantes por quilômetro quadrado. Todavia, três dos 53 municípios possuem densidade populacional entre 275 e 2478 habitantes por quilômetro quadrado. A consolidação das fronteiras municipais parece ser intermediada pelo nível de concentração populacional. Sugere-se o aumento do número de habitantes como fator determinante da reconfiguração espacial dos municípios do estuário. Além disso, a distribuição dos municípios quanto ao tamanho da população urbana é caracterizada por uma intensa assimetria. Existem poucos municípios de grande população urbana e muitos outros com populações urbanas bastante pequenas. É evidente uma correlação positiva entre a população urbana e o nível de urbanização para esses municípios. Verifica-se, no entanto, uma relação pouco estável entre o nível de urbanização e a população urbana, em termos absolutos. Na maioria deles, a maior parcela dos habitantes vive na zona rural, com taxas de urbanização próximas de 40%. Verifica-se que o processo migratório guarda relações com os movimentos de expansão econômica. Também existe uma mudança nas interações dos ambientes urbano e rural na região, onde a migração não representa, necessariamente, o desligamento da vida rural.

Palavras-chave: Estuário Amazônico; Adensamento Urbano; Economia Urbana e Regional.

1. INTRODUÇÃO

¹Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), professor do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) e da Faculdade de Ciências Econômicas (FACECON) da UFPA.

²Estudante do oitavo semestre da Faculdade de Ciências Econômicas da UFPA (FACECON).

³Ph.D. em Ciências Ambientais pela University of London, professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA;

⁴Economista pela UFPE.



Transformações de padrão de população tem sido foco de inúmeros estudos sobre mudanças de atividades na propriedade agrícola (Sakamoto *et al.* 2017), sobre composição demográfica domiciliar da família (Guedes *et al.* 2017), de planejamento territorial (Rosemback *et al.* 2017), sobre miscigenação populacional (Cunha 2017), de migração e ocupação territorial (Cunha 2006), assim como ocupação de fronteira (Gadelha 2002), entre outros. Vasta parte da Amazônia é conhecida pela sua baixa densidade populacional e análise das mudanças recentes são pertinentes. A distribuição de habitantes por quilômetro quadrado mostra o elevado nível de dispersão da ocupação no território.

O intenso processo de urbanização recente do Estuário Amazônico, uma região que reúne um conjunto de sistemas sócio-ecológicos em um ambiente historicamente ocupado por populações adaptadas aos padrões dinâmicos dos sistemas climáticos, ecológicos e hidrológicos. Essa ocupação tem resultado em migrações que intensificam o processo de urbanização das cidades. Tal urbanização, entretanto, tem mudado e se tornado complexa nos anos recentes com uma linha mais suave da caracterização e segregação entre população urbana e rural.

Os objetivos do presente artigo são os de identificar e discutir as transformações sócio-espaciais-ambientais experimentadas pelas pequenas cidades no delta amazônico (PeCiDAm), no contexto do adensamento dos centros urbanos da região a partir da década de 1970. De modo específico, objetiva-se apresentar indicadores e estatísticas descritivas sobre a realidade demográfica a partir do período citado. Para tanto, são utilizadas informações presentes nos últimos cinco censos demográficos. Uma especial atenção é destinada ao acompanhamento de quatro municípios característicos da região, Abaetetuba e Ponta de Pedras, no estado do Pará, e Mazagão e Santana, no estado do Amapá.

2. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA: UMA REGIÃO DE OCUPAÇÃO INTENSA E DISPERSA

A região do estuário Amazônico compõe um conjunto de 53 municípios que foram agregados por grupos com base em sua densidade demográfica. Mais de 60% dos municípios apresentam níveis de densidade populacional que varia de 0 a 33 habitantes por quilômetro quadrado. Em torno de um quinto (23%) possuem uma maior densidade que varia entre 89 e 275 habitantes sendo, próximo a 85%, os municípios que possuem abaixo de 89 habitantes por quilômetro quadrado.

A densidade populacional dos municípios do estuário e delta é maior nas grandes regiões metropolitanas e em suas proximidades. Em contraste com a evidência anterior, verifica-se, ainda, um pequeno número de centros bastante povoados. Seis dos 53 municípios do estuário em questão (11%), apresentam níveis de densidade populacional



entre 89 e 2478 habitantes por quilômetro quadrado e se localizam na porção paraense do estuário.

Analisando mais detalhadamente, Ponta de Pedras, PA, e Mazagão, AP, apresentam níveis de densidade populacional no grupo de municípios que tem até 33 habitantes por quilômetro quadrado. Santana e Abaetetuba, por outro lado, estão situadas no grupo que possui densidade entre 33 e 89 habitantes. Tais aspectos tem aparente relação com as suas dimensões geográficas.

Há uma correlação negativa entre a dimensão ou abrangência do município, em termos de quilômetros quadrados, e o nível de densidade populacional. Geralmente, os municípios de maior dimensão são os de menor densidade populacional. É possível formular algumas hipóteses sobre as características demográficas desses municípios. A firmação das fronteiras e limites municipais parece ser intermediada pelo nível de concentração populacional. Nesse sentido, o aumento da população seria uma das causas para uma futura reconfiguração espacial dos municípios do estuário, em relação à criação de novos municípios e reestabelecimento de novas fronteiras. Tal aspecto pode ser relacionado ao caráter e as necessidades da administração pública municipal. Sobre a questão, cabe análise sobre a evolução histórica da configuração espacial, no que se refere aos limites geográficos dos municípios.

As observações anteriores sobre a maior frequência de municípios pouco densos populacionalmente e uma minoria de outros municípios que apresentam grande concentração populacional sugere uma assimetria na distribuição destes sob o aspecto da densidade populacional. Nesse sentido, é possível interpretar a região do estuário como um espaço ocupado dispersamente, aspecto relacionado a falta de simetria dessa distribuição, e intensamente povoada, característica relacionada a amplitude dos níveis de densidade populacional entre os municípios.

3. UMA FLORESTA URBANIZADA

O nível médio de urbanização dos municípios da região é próximo de 50%. Todavia, cabe ressaltar que a distribuição dos municípios segundo grau de urbanização apresenta um viés, sendo levemente deslocada para a direita. Um maior número de municípios com elevado grau de urbanização do que deveria apresentar em uma distribuição normal - aproximadamente 19% dos municípios apresentam entre 72% e 100% de sua população, urbana.

No que se refere à disposição geográfica, esses focos altamente urbanizados são identificados em duas subregiões no interior do estuário. A primeira na área leste, local influenciado pela região metropolitana de Belém. A outra no noroeste, na confluência dos



estados do Pará e Amapá onde encontram-se municípios como Santana, e estadual Macapá-PA.

Os 4 municípios estudados apresentam níveis de urbanização de, pelo menos, 38% a 100% população urbanizada. Os municípios de Mazagão e Ponta de Pedras, são os de menor nível de urbanização, presentes na faixa entre 38% a 51% de população urbana. Comparativamente, Abaetetuba apresenta maior nível de urbanização, compondo o grupo de municípios que possuem área urbanizada entre 51% a 72%. Apenas Santana enquadra-se na faixa de maior nível de urbanização, ficando entre 71% e 100%.

A distribuição dos municípios do estuário quanto ao tamanho da população urbana é caracterizada por uma forte assimetria. Ou seja, verifica-se a existência de poucos com grande população urbana enquanto outros com populações urbanas bastante pequenas..

A maioria da população urbana concentra-se em poucos centros. Os municípios de maior população urbana coincidem com aqueles de maior nível de urbanização. Estes são, especificamente, os municípios do leste do estuário, de proximidade da região metropolitana de Belém (RMB), como Ananindeua-PA, Castanhal-PA e Marituba-PA, os quais são quatro dos cinco municípios de maior população urbana.

Existe uma correlação positiva entre o nível absoluto de população urbana e o nível de urbanização para esses municípios. O percentual da população urbana acompanha, em termos médios, o nível absoluto de população urbanizada.

Cabe ainda ressaltar a posição de destaque do município de Santana, sendo o único das quatro PeCiDAm estudadas com uma população urbana de certa proximidade com os grandes centros mencionados no parágrafo anterior. O município figura como o sexto em tamanho, com população urbana próxima de 100.000 habitantes.

Em termos médios, é possível afirmar que os municípios de maior nível de urbanização são aqueles que apresentam maior população urbana. Todavia, verifica-se que, para municípios de população urbana com até 50.000 habitantes, essa tendência torna-se menos precisa e significativa.

De modo específico, existe um conjunto de municípios de populações urbanas com níveis de urbanização próximos de 40%. A maioria desses municípios encontra-se abaixo de uma possível linha de tendência para o comportamento conjunto das variáveis. De outro modo, para esse grupo, o nível absoluto de população urbana correspondente a certo grau de urbanização é menor que o esperado para a tendência geral quando é levado em consideração o caso de todos os outros.

É possível, então, estabelecer certo limite, que capta a hipótese de que para menores níveis de população urbana, existe uma relação pouco estável sobre o nível de urbanização, com uma tendência crescente menos acentuada que para o caso



generalizado. A maioria dos municípios incluídos nesse grupo, apresentam a maior parcela da população vivendo em áreas rurais, com percentual de urbanização menor que 50%.

Os dados do IBGE analisados aqui expressam, em perspectiva histórica (de 1970 a 2010), a evolução e dinâmica demográfica dos quatro municípios: Abaeteuba-PA, Ponta de Pedras, Mazagão e Santana.

No que diz respeito a população absoluta, o município de Abaetetuba figura como o mais populoso para todos os anos da série enquanto Mazagão, por outro lado, é o de menor população em termos absolutos, salvo o ano de 1980, em que, devido ao grande incremento da população rural desse município, a cidade de Ponta de Pedras assume tal posição.

Sobre a distribuição entre população rural e urbana ao longo do período, destaca-se que, os municípios de estudo apresentam dinâmicas diferentes. Abaetetuba-PA, Ponta de Pedras e Santana apresentam um processo de crescimento, no período como um todo, nas suas populações urbanas e rurais.

No caso de Abaetetuba, ao longo do tempo ocorre uma mudança no nível de urbanização. Até o ano de 1980, a população rural representava a maior parte dos habitantes e só a partir de 1991 o município passou a contar com uma população urbana maior que sua população rural. Por sua vez, Ponta de Pedras apresenta, para todos os anos analisados, uma população rural superior à população urbana mas ainda tendo uma tendência grande de crescimento da população urbana que passou de 18% em 1970 para, aproximadamente, 48% em 2010.

Mazagão, no Amapá é o município que demonstra a dinâmica demográfica menos estável, com consideráveis mudanças na população, em níveis absolutos e em sua distribuição entre urbana e rural mas para todo o período, a população rural é superior à população urbana (16% em 1970). Na análise do período seguinte (1980-1991), o incremento expressivo da população urbana e o abrupto decréscimo da população rural resultou em um novo nível de urbanização mais elevado, com a urbana representando 44% em 1991. Nos dois períodos seguinte o nível de urbanização permaneceu levemente estável, com pequeno acréscimo no ano de 2000, valor de aproximadamente 49% e menor decréscimo no ano de 2010, nível de urbanização em 48%.

Uma comparação entre as taxas de crescimento das parcelas urbanas e rurais de um mesmo município, indica que, em termos de absolutos, os incrementos percentuais anuais da população urbana são sempre positivos e superiores a variação percentual anual da população rural. A população urbana em todos municípios, cresceu com ritmo mais intenso que a rural até o período de 1991-2000. No período 2000-2010, entretanto, na



metade dos casos estudados a população urbana cresceu em ritmo mais acelerado que a rural.

Do acompanhamento das flutuações percentuais é possível identificar uma tendência declinante da taxa de variação para todos os municípios. As taxas, ainda que positivas, apresentam tendência declinante para Abaetetuba. No primeiro intervalo (1970-1980), a população urbana do município cresceu, em termos médios, a um ritmo de 5,49% ao ano, enquanto que no último intervalo o crescimento médio anual da população urbana caiu significativamente. A variação do ritmo de crescimento anual da população urbana de Santana é semelhante ao caso de Abaetetuba.

Para o caso dos municípios de Ponta de Pedras e Mazagão a tendência de desaceleração do ritmo de crescimento da população urbana no longo prazo, como já comentado, também acontece. No entanto, entre os intervalos, a taxa de crescimento geométrico da população não foi declinante. De acordo com a tendência geral do período considerado, é possível dividir três momentos históricos. O primeiro inclui os intervalos dos anos: 1970-1980, 1980-1991 e 1991-2000. Neste, existe uma tendência geral, ou acumulada, de pequeno aumento no ritmo de crescimento. O intervalo dos anos de 1980-1991 é o que diferencia a dinâmica dos dois municípios.

Na comparação dos resultados de 1970-1980 para 1980-1991, houve aumento expressivo do ritmo de crescimento da população do município de Ponta de Pedras, sendo a maior variação entre intervalos dessa variável para todos os casos e municípios. No intervalo seguinte, ainda que tenha havido desaceleração em relação ao nível anterior, com taxa de crescimento em 4,40%, a comparação dos intervalos de 1970-1980 e 1991-2000 demonstra que o município apresentava tendência média de incremento do ritmo de crescimento da população urbana apresentando uma desaceleração em seguida.

No caso do município de Mazagão, houve primeiro uma leve desaceleração do ritmo de crescimento da população urbana (1970-1980) quando comparado com o intervalo dos anos seguinte. No período 1991-2000, o ritmo de crescimento da população urbana cresceu e atingiu nível superior ao do intervalo de início do período anterior. Disso, apreende-se que Mazagão, assim como Ponta de Pedras, apresentaram um aumento no ritmo de crescimento populacional urbana do intervalo 1970-1980 ao intervalo do ano 1990-2000 e uma subsequente redução.

Em relação ao estado e ao país, Ponta de Pedras apresenta, para todos os intervalos, maiores ritmos de crescimento da população urbana que em comparação a capital do estado, Belém. Com relação ao estado do Pará apenas o município de Abaetetuba nos intervalos 1970-1980 e 1980-1991 e o município de Ponta de Pedras no intervalo de 1980/1991 apresentaram ritmos de crescimento da população mais intensos.



Em termos de Brasil, apenas no período de 1970-1980, Ponta de Pedras apresentou ritmo de crescimento inferior à média nacional.

Os municípios que compõem o estado do Amapá, Mazagão e Santana para todos os períodos apresentaram taxas de crescimento médio anual da população urbana inferiores à média do estado e de Macapá. Ainda assim, salvo o período dos anos de 1970-1980, a população urbana cresceu em ritmo mais acelerado que a média da população urbana brasileira em todos os períodos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se comparar o crescimento médio anual da população urbana dos PeCiDAm, em cada período, este se mostrou superior em relação ao ritmo de crescimento da população urbana brasileira. Os intervalos dos anos de 1970-1990 foram período de desaceleração do ritmo de crescimento da população rural em todos os municípios, com tendência decrescente das taxas geométricas de crescimento dessa população. Para o caso do município de Mazagão, verifica-se, inclusive, valores negativos (-10,97%) para o período 1980-1991, os quais contrastam com o intenso ritmo de crescimento da década anterior. A interpretação para esse caso é de que, nesse período, houve retração da população rural em ritmo intenso. A população rural de Ponta de Pedras, teve esse movimento de diminuição no ritmo de crescimento que se estendeu até o intervalo de 1991-2000 e configurou-se como retração da população rural em ritmo modesto.

Para os municípios de Abaetetuba e Mazagão o intervalo de 1991-2000 representa o início de uma intensificação do ritmo de crescimento da parcela rural da população. O município de Santana, por sua vez, apresenta dinâmica à parte. Durante o intervalo em questão, a população rural decresceu se intensificando no período seguinte (2000-2010), apresentando taxas de crescimento de -7,3%.

Durante o intervalo de 2000-2010, apenas em Santana não houve aumento do ritmo de crescimento da população rural. Nesse contexto, em Mazagão, a população rural cresceu ao ritmo mais intenso que a população urbana. Este foi o único município entre os três casos de PeCiDAm que apresentou tal configuração, de ocorrência nos anos entre 1970-1980 e 2002-2010.

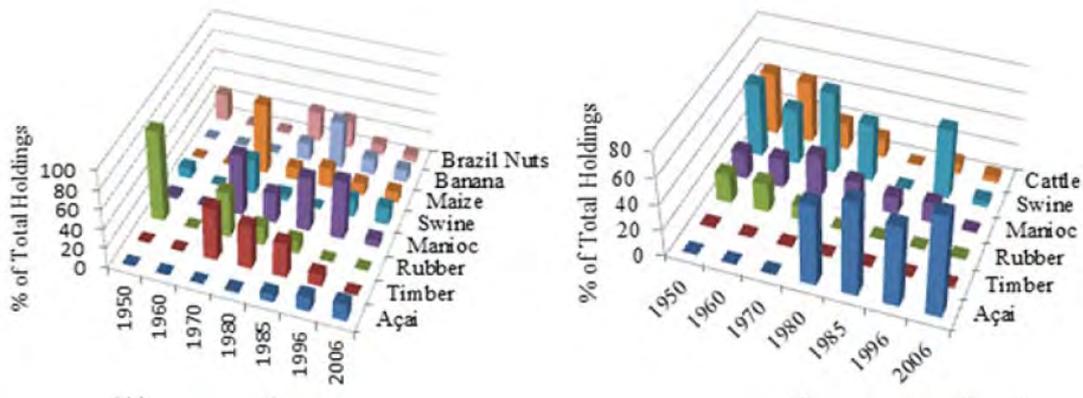


Figura 1. Expansão e retração dos mercados em Mazagão (direta) e Ponta de Pedras (esquerda) desde a segunda guerra mundial (Fonte: Vogt *et al.* 2015)

Ao comparar as taxas de crescimento dos quatro municípios com as médias anuais dos estados, de suas respectivas capitais e do Brasil os anos entre 1991 e 2000 é o período em que houve uma tendência geral para retração da população rural, com a maior combinação de taxas negativas. O estado do Amapá e a capital Macapá, em especial, foram as unidades em que o decréscimo da população rural foi o mais intenso, de acordo com as médias anuais. Desse modo, é possível argumentar sobre a existência de uma dinâmica de intensificação de crescimento da população rural no Brasil e de uma boa parte do estuário.

Segundo Vogt *et al.* (2015) esse processo de migração foi resultado dos ciclos de retração e expansão econômica (Figura 1) desses municípios num detalhado estudo de uso da terra que faz de Ponta de Pedras e Mazagão. Esses ciclos são marcados por um grande processo de expansão de um único produto (*booms*) e marcaram o desenvolvimento de uma economia mas que coexistiram também com mini processos de expansões assim como de outros fatores que impulsionaram mudanças no uso da terra. Períodos de intensificação de um ou dois produtos com outros sistemas de extração de recursos naturais praticados de formas extensivas, mantendo as opções para uso futuro.

Segundo o autor essa transição foi em função da adaptação da produção das famílias às demandas externas criadas pelos *booms* e *burst* de mercados, mudando de um extrativismo extensivo e da agricultura de corte e queima para a produção de açaí intensivo em pequenos sistemas agro-ecológicos. Usando 50 anos de dados estatísticos do IBGE, Vogt *et al.* (2015) mostraram que os produtores rurais são flexíveis nas suas decisões de uso da terra e nas suas estratégias econômicas e que essa flexibilidade os ajudam a adaptar-se às novas demandas dos novos mercados.

Pinedo-Vasquez também mostra essa transição, mas utilizando o processo de multi-instalação dessas famílias. Segundo eles os movimentos migratórios baseiam-se na



redução dos movimentos de migração do campo, com mais intensidade na região que podem ter relação com o conjunto de políticas sociais desempenhadas pelo governo federal no período.

Ao mesmo tempo os autores têm mostrado também que a relação urbana-rural tem mudado nos últimos anos deixando de ser uma relação claramente definida e contida. Pinedo-Vasquez *et al.* (2008) mostra que população na Amazônia se mudam da zona rural para urbana com frequência por uma multitude de questões relacionadas com a agricultura, a floresta, fundiária e/ou por busca de emprego em centros urbanos. Nesse processo os residentes desmontam e remontam suas casas envolvidos numa teia de complexidade e processos decisórios.

Em seu trabalho, Pinedo-Vasquez *et al.* (2008) mostra as ligações existentes entre os imigrantes de comunidades rurais e populações urbanas e como as relações familiares e de amizade ajudam imigrantes rurais em espaços urbanos. Vogt *et al.* (2015) tem mostrado também que a migração rural-urbano não é unicamente um processo de abandono da zona rural como no passado e que, a maior parte dessa população, mantém residência na zona rural através de diferentes tipos de arranjos familiares. Esse tipo de estratégia também permite acesso à educação, serviços de saúde, empregos fora da propriedades e benefícios do governo.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio financeiro à CDKN/FFLA/IDRC assim como CNPQ, CNPQ/ANA/MCTI e CAPES-PROAMAZONIA. O conteúdo desse trabalho é de única responsabilidade dos autores.

REFERÊNCIAS

CUNHA, José Marcos Pinto da. Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo , v. 23, n. 1, p. 87-107, June 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982006000100006&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Oct. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982006000100006>.

CUNHA, Maísa Faleiros. Casamentos mistos: entre a escravidão e a liberdade. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo , v. 34, n. 2, p. 223-242, May 2017 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982017000200223&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Oct. 2017. <http://dx.doi.org/10.20947/s0102-3098a0022>.

GUEDES, Gilvan Ramalho *et al.* Composição demográfica domiciliar e dinâmica do uso do solo em Machadinho d'Oeste, Rondônia: evidências baseadas nos estágios iniciais da



fronteira. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo , v. 34, n. 2, p. 271-299, May 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982017000200271&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Oct. 2017. <http://dx.doi.org/10.20947/s0102-3098a0021>.

ROSEMBACK, Roberta Guerra *et al.* Demografia, planejamento territorial e a questão habitacional: prognóstico da situação habitacional do Litoral Norte Paulista. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo , v. 34, n. 2, p. 301-320, May 2017 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982017000200301&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Oct. 2017. Epub July 10, 2017. <http://dx.doi.org/10.20947/s0102-3098a0005>.

GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil. **Estud. av.**, São Paulo , v. 16, n. 45, p. 63-80, Aug. 2002 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200005&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Oct. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142002000200005>.

PINEDO-VASQUEZ, Miguel; PADOCH, Cristine; SEARS, Robin; BRONDIZIO, Eduardo; DEADMAN, Peter. Urbano e rural: famílias multi-instaladas, mobilidade e manejo dos recursos de várzea na Amazônia. **Novos Caderno do Naea**. v. 11, n. 2, 2008.

SAKAMOTO, Camila Strobl; NASCIMENTO, Carlos Alves; MAIA, Alexandre Gori. As Famílias Pluriativas e Não Agrícolas no Rural Brasileiro: condicionantes e diferenciais de renda. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília , v. 54, n. 3, p. 561-582, Sept. 2016 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032016000300561&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Oct. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790540309>.

VOGT, N. D.; PINEDO, M.; BRONDIZIO, E.; ALMEIDA, O. T.; Rivero, S . Forest Transitions in Mosaic Landscapes: Smallholders? Flexibility in Land-Resource Use Decisions and Livelihood Strategies from WWII to the Present in the Amazon Estuary Journal: Society & Natural Resources Manuscript ID: USNR-2014-0077 Manuscript Type: Research Articles/Findings Keywords: Adaptation < Review Areas, Forest Transition, Amazon Estuary, Land use change. **Society & Natural Resources**, v. 28, p. 1-25, 2015.

**GT 07 – Cidades e Transformações do Urbano na América Latina.****AS INFLUÊNCIAS DO URBANO E OS DILEMAS DA COMUNIDADE DE CAMETÁ
TAPERA – PA.**

Luciana Pereira de O. Tavares Mourão (IAGUA)¹
lpotavares@yahoo.com.br

RESUMO:

A região Amazônica é um espaço que entrelaça características dos meios urbano e rural, não apenas a nível espacial, mas inclusive no aspecto da própria dinamização econômica e social dos seus sujeitos e do acesso as políticas públicas. A lógica capitalista ainda caracteriza o rural, no seu aspecto físico e de dinâmica natural, como espaço de atraso, compreendendo tal espaço como área de exploração e lucro. Essa lógica perversa vem alargando uma “ferida” no meio da floresta no âmbito do meio ambiente, do prejuízo da qualidade de vida dos homens e mulheres do campo, fortalecendo a desigualdade, intensificando o poder elitista e ruralista e potencializando a violência. Há uma definição territorial oficial do rural e do urbano para as agências governamentais que não atende as particularidades da região Amazônica. Segundo Grabois (2001), ao definir esses espaços não é evidenciada a função peculiar destes aglomerados, considerado por ele como um fator fundamental na diferenciação. Este trabalho traz a realidade vivenciada na Vila de Tapera, enfatizando a relação urbano-rural desde local, as influências do urbano na condição de vida, de trabalho e seus prejuízos quanto a sua definição territorial e, como isso provoca inquietações na concepção de identificação da população enquanto seu local de moradia, seus hábitos, sua prática econômica e cultural.

Palavras-chave: Amazônia, Urbano, Rural.

1. INTRODUÇÃO

A compreensão sobre os espaços rural e urbano na região amazônica não é uma tarefa simples discussão em virtude das suas particularidades e singularidades, que a diferenciam de outras regiões. Apesar de dados estatísticos mostrarem o crescimento da população urbana, a Amazônia possui municípios eminentemente rurais, tendo como referência neste âmbito, as pequenas cidades.

Essa região entrelaça características dos meios urbano e rural, não apenas a nível espacial, mas também no aspecto da própria dinamização econômica e social dos seus

¹Ex: Mestra em Serviço social, Especialista em Metodologia da Educação Superior, Assistente Social, Pedagoga, Professora da Educação Básica nos municípios de São João de Pirabas e Capanema e membro do Instituto Amazônico de Planejamento, Gestão Urbana e Ambiental – IAGUA.



sujeitos, no âmbito do trabalho e do acesso as políticas públicas como saúde, educação e assistência social.

Segundo Marques (2002) a lógica capitalista caracteriza o rural, no seu aspecto físico e de dinâmica natural, como espaço de atraso, de ausência na oferta de serviços, compreendendo tal espaço como área de exploração e lucro. Essa lógica perversa vem alargando uma “ferida” no meio da “floresta” no âmbito do meio ambiente, do prejuízo da qualidade de vida de homens e mulheres do campo, fortalecendo a desigualdade, intensificando o poder elitista e ruralista e potencializando a violência.

Este trabalho evidencia a influência da definição territorial do rural e do urbano pelas agências oficiais (que não atende as particularidades da região Amazônica) que interfere diretamente na identificação do morador e trabalhador destes territórios.

Segundo Grabois (2001), ao definir esses espaços não é evidenciada a função peculiar destes aglomerados, considerado por ele como um fator fundamental na diferenciação. Ratificando esta ideia Marques (2002), diz que nessa classificação o rural passa a ser visto como um espaço definido por suas carências, e ainda acrescenta a arbitrariedade do poder municipal nessa definição.

O espaço rural corresponde aquilo que não é urbano, sendo definido a partir de suas carências e não de suas características. Além disso, rural, assim como o urbano, é definido pelo arbítrio dos poderes municipais, o que, muitas vezes, é influenciado por seus interesses fiscais. (MARQUES, 2002, p. 97)

Esta pesquisa revela a realidade do vilarejo Cametá Tapera, pertencente ao município de Cametá – PA, região do Baixo Tocantins, localizada a margem direita do rio Tocantins, uma pequena cidade ribeirinha do Pará. O interesse pelo estudo do local se deu por duas situações, Cametá Tapera é eminentemente rural e tem sua definição urbana, dado pela lei municipal e pelas agencias oficiais como IBGE e EMATER, situação que interfere nas políticas de investimento para trabalhador rural e influencia na subjetividade da identificação enquanto do sujeito do meio rural, é importante dizer ainda que o entendimento sobre o espaço rural vai além do que corresponde somente ao agrário, mas sim enfatizando sua dinamização política, econômica, social e cultural.

2. O QUE É O URBANO E O RURAL: DEFINIÇÃO OU SEGREGAÇÃO?

Como dissemos anteriormente, o Brasil foi um importante país agrário, e teve este papel até meados do século XX, quando se inicia o processo de industrialização. Estudiosos como Veiga (1991) e Abramovay (1992), levantam que o processo de avanço da agricultura



moderna capitalista brasileira foi sustentada a partir da configuração familiar, havendo uma articulação entre as formas familiares e o avanço do capitalismo, situação que provoca uma diferenciação entre os demais países. Essa singularidade é enfatizada no prefácio da 3ª edição da obra *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão* de Abramovay (2007), onde é destacado que,

A configuração da moderna agricultura capitalista se apoiou numa forma social de trabalho e empresas específicas e políticas que é a empresa familiar, contrariando dessa forma, duas tradições científicas e políticas muito fortes: a que sempre preconizou que o desenvolvimento generalizaria as unidades produtivas baseadas no uso exclusivo ou predominante da mão-de-obra assalariada (...); e também a que, inversamente, via a agricultura camponesa como modelo. (ABRAMOVAY 2007, p. 11).

Diferentemente de demais regiões, pode-se dizer que esta “empresa familiar” ainda está presente nas cidades da Amazônia, não aquelas que realizam o agronegócio, mas refiro-me as pequenas cidades amazônicas que apresentam como atividade predominante a agricultura familiar, como é o caso da cidade de Cametá, a qual se revela através de heranças, onde os membros das famílias se aglutinam, constroem suas casas, e produzem em suas terras. As pequenas cidades que apresentam essa atividade econômica, geralmente apresentam características são evidentemente rurais, não apenas influenciados pela economia, mas significativamente, pela cultura.

Em diversas regiões o rural está relacionado ao grande capital, com inovações tecnológicas, utilizações de produtos químicos para aceleração da produção, as famílias donas dos latifúndios apresentam hábitos e costumes urbanos e não moram em suas extensas terras. Essa realidade também condiz a muitas cidades do Pará, porém se distancia do vivenciado em Cametá, onde a população possui hábitos simples, de cultura cabocla, de resistência e permanência em suas terras. Apesar de esta cidade apresentar em sua estrutura física, certo desenvolvimento arquitetônico, influenciado pela colonização, pode-se dizer que ainda aponta indícios de uma cultura tradicionalmente cabocla, e é da zona rural que vem o sustento econômico da cidade, porém isso não é suficiente para que haja uma maior preocupação por parte do poder público para um melhor desenvolvimento socioeconômico dessas famílias.

Esse descaso é reflexo a ideologia do urbano, tido como hegemônico, o avançado, o desenvolvido por definições oficiais e, o rural como um espaço atrasado e que progressivamente será “transformado” pelo processo de urbanização, ou seja, o fim do rural. No entanto, a partir desse estudo vemos que a realidade Amazônica, especialmente nas pequenas cidades do Pará, está distante dessa possibilidade, pois apesar do processo de



urbanização e a cultura urbana estarem presente nos lugares mais “isolados”, é visível de maneira intensa a presença da cultura rural.

Para suprimir a ideia do “fim” do meio rural, Marques (2002), enfatiza a importância do avanço dos movimentos sociais no campo, tornando-o necessário para a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento, vale ressaltar que este desenvolvimento deve estar além da perspectiva econômica e setorial.

Nas pequenas cidades esse rural é atrelado ao urbano, a convivência, as atividades econômicas, os vínculos de vizinhança, a própria paisagem, os dados quantitativos, incluindo população urbana e rural, densidade demográfica. Mas, em virtude da homogeneização dos critérios estabelecidos no Brasil as singularidades das regiões não são atendidas.

3. CAMETÁ E SUA VILA DE TAPERÁ: UM NÚCLEO URBANO NO RURAL?

A Vila de Tapera é um pequeno vilarejo do município de Cametá, o qual está localizado na mesorregião do Nordeste Paraense, com uma distância de 146km da capital Belém sua área é de 3.081 Km², segundo o censo de 2010 sua população é de 120.896 habitantes, com estimativa para o ano de 2017 de 134.100 habitantes. O município faz limites ao norte com os municípios de Limoeiro do Ajurú e Igarapé-Miri; ao Sul com Mocajuba; ao Leste também com Igarapé-Miri e a Oeste com Oeiras do Pará.

O acesso à cidade se dá por via terrestre, pela Alça Viária, PA – 151, até o distrito de Carapajó, uma viagem de aproximadamente seis horas, após esse trajeto usa-se uma embarcação ou opta-se pela balsa, outra possibilidade é por via marítima em embarcações de porte grande, viagem com duração de aproximadamente 10 horas.

Apesar da alternativa terrestre, o rio ainda é o elemento essencial de acesso a cidade e ao entorno do município, seja para a própria comercialização da produção, do lazer e de outras necessidades. Este é compreendido como elemento de subsistência e mesmo havendo a construção de duas rodovias a PA-151 e a PA-156, atual BR-422, as embarcações ainda são consideradas o transporte principal para locomoção e chegada aos diversos aglomerados do próprio território, bem como a outros municípios.

Cametá é uma das cidades mais antigas do estado do Pará, em 1620 se deu a fundação do núcleo de Cametá-Tapera, onde inicia sua colonização. Nesse período, houve a construção de uma igreja e cerca de quatro pequenas ruas, tendo como finalidade uma missão religiosa de evangelização e dominação dos índios Camutás. Este município e seu entorno, sofreu diversas mudanças, ocorridas com a implantação da Usina Hidrelétrica de Tururuí – UHT, que interfere diretamente no ordenamento sócio espacial decorrente da relação entre a sociedade e a natureza.



A Vila de Tapera localiza-se a uma distância de 12 Km da sede do município, teve um importante papel histórico na fundação do local, pois o vilarejo foi o local da descoberta do município e por muito tempo abrigou seus nativos e seus colonizadores.

Durante a pesquisa de campo, segundo informações do técnico da EMATER pólo Cametá, o povoado, possui em torno de 50 domicílios², que desenvolvem atividades econômicas agrícolas e de extrativismo, apresentam com uma forte cultura tipicamente ribeirinha e uma relação sócio espacial diretamente relacionada com o meio rural.

O local possui uma ínfima estrutura, com a implantação de alguns estabelecimentos como uma pequena igreja, uma escola, um pequeno comércio que na linguagem cabocla é definido como taberna, não possui asfalto, suas ruas são de área, a principal atividade econômica é a agricultura e o pescado e os costumes e hábitos cotidianos são rurais. No entanto, apesar dessas características, o espaço está identificado segundo a Lei Orgânica do Município como área urbana.

Legalmente a definição de área urbana, a partir do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-1999), se estabelece por representações materiais, “caracterizada por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; as áreas afetadas por construções decorrentes do desenvolvimento urbano e aquelas reservadas a expansão urbana”.

Essas características não condizem com a realidade do local, no entanto apesar da caracterização e dinamização do espaço, e sua definição classificada como área urbana, condiciona divergência entre os moradores enquanto a identificação de sujeito rural, visto que tal localidade é definida como urbana.

“Aqui a gente trabalha na roça, ou é pescador, alguns trabalham com serraria, mas é mais os idosos, que antes eram pescadores, e já estão aposentados [...] Bom, eu acho que eu sou urbano, né. Porque aqui é zona urbana, eles dizem que é zona urbana”. (sr. Raimundo, agricultor na Vila de Cametá-Tapera).

Neste relato do morador de Tapera, percebe-se que a relação do sujeito com sua atividade econômica, a dinamização do local, a própria caracterização do espaço não fundamenta sua identificação de “homem urbano”. Apenas o fato de ser definido como espaço urbano, é suficiente para que este também se defina como tal.

“Aqui a gente vive assim, da plantação do pescado, toda essa terra é da família, a gente vive disso, né. E devido isso eu sou um homem rural, porque é só isso que eu sei fazer”. (sr. Domingos, agricultor e pescador na vila de Cametá-Tapera).

² Segundo informações do entrevistado, os domicílios se distanciam em 50 m, porém durante a pesquisa de campo percebeu-se que a distância entre eles é bem maior.



Nesta outra fala, compreende-se que há uma relação direta com a atividade econômica para sua identificação enquanto homem do campo/ rural, sem fazer relevância a outros aspectos.

Apesar das atividades desenvolvidas e do modo de vida rural, percebeu-se durante as entrevistas que alguns dos moradores da vila se identificam como moradores da cidade³, ao usar o termo de “eu sou urbano”, demonstra a indefinição desses sujeitos enquanto sua identidade territorial.

Outro prejuízo dos moradores da vila de Tapera se dá pela ausência de investimentos para o fomento das atividades econômicas, no entanto, segundo o funcionário da EMATER polo Cametá, a situação de Tapera se estabelece por sua definição territorial. Visto que alguns investimentos de fomento agrícola são destinados a trabalhadores rurais, em localidades rurais. Isto porque dificilmente se tem apoio institucional, o que prejudica não apenas a produção, mas principalmente, dificulta esses trabalhadores elevarem seu poder aquisitivo e uma melhor qualidade de vida.

No trabalho de pesca, como há o período de defeso, esses trabalhadores precisam garantir o trabalho durante os meses que é que proibida tal prática, para isso constroem poços para a criação de peixes e garantir a renda. No entanto, tais estratégias não possuem apoio da prefeitura e de nenhuma outra instituição, poucos conseguem o recurso financeiro através de programas, como foi o caso do sr. Domingos. Mas, a grande maioria desses trabalhadores realiza o trabalho de cavação do poço manualmente com a ajuda de amigos e parentes, em uma prática de colaboração, vista como comum no meio rural. O tempo gasto para terminar todo o processo, cavar, encher e adequar o poço, fica em média de três meses.

Aqui a gente faz tudo sozinho, a gente já cansou de pedir apoio pra prefeitura, mas nunca consegue. Se pede a máquina, tá quebrada, se pede a pá não tem. Então, a gente se reúne e vem cavar o poço, vem plantar. Esse poço aqui a gente teve apoio do FNO, e vamos começar a pagar agora no mês de outubro. (sr. Domingos, agricultor e pescador em Tapera).

Com a falta de apoio, a venda da produção se dá de forma direta, sem atravessador, esta é realizada na própria vila, na estrada ou ainda nas ruas da cidade. Segundo os pescadores, pelo tempo que é desenvolvida a atividade, já se tem clientes, o que facilita essa venda. No entanto, se houvesse um investimento para o desenvolvimento local, construindo parcerias e efetivando projetos para fomentar a atividade facilitaria e

³ O termo “cidade” é utilizado como cidade urbana.



possibilitaria maior oportunidade para os trabalhadores. Percebeu-se que a própria colônia de pescadores não realiza um trabalho para que essa realidade seja alterada, visto que seus coordenadores cumprem outras funções.

Além da agricultura e do pescado, outras atividades são desenvolvidas na vila de Tapera, como a prática da produção da farinha, a criação de pequenos animais, a plantação para subsistência são atividades que também diferenciam a vila do modo de vida urbano.

3.1 As condições de vida e infraestrutura na Vila de Tapera.

Outro destaque da Vila é a escola é de ensino fundamental (1^a a 4^a série), que atende crianças da própria vila e de algumas ilhas, barcos alugados pela prefeitura municipal saem ainda de madrugada da sede para as ilhas com o objetivo de buscar as crianças para a escola e após as aulas realiza o mesmo trajeto para deixá-las em suas casas.

A escola não possui espaço suficiente para atender a sua demanda de alunos, a mesma possui alguns espaços concedidos pelas pessoas que residem no local, os quais são definidos como anexo e não apresentam uma infraestrutura adequada para a educação escolar. A casa de madeira é um anexo da escola, cedida por uma professora que trabalha e mora na vila, segundo informações da diretora, os próprios moradores da Vila que sedem local para serem transformados em salas de aula, um pátio de outra casa também foi adaptado para funcionar como sala de aula.

Apesar da presença de alguns serviços, como energia elétrica e equipamentos como telefone público, estabelecimento comercial, igreja e escola, ou seja, estabelecimentos exigidos pelo próprio IBGE para que a vila tenha um núcleo urbano, entende-se que a definição dessa vila como parte integrante da zona urbana estabelecida na Lei Orgânica do Município, faz parte, principalmente, de um interesse político e empresarial no que tange a ocupação do solo.

Art. 193 – Fazem parte da zona urbana do município de Cametá os balneários de Aldeia, Guajará, Pacajá e Cametá-Tapera.

Art. 194 – Cametá-Tapera tem assegurado o direito de sediar zona Balneária, turística, histórica e cultural, com sua denominação de origem que é Vila Viçosa de Santa Cruz de Cametá. (Lei Orgânica do Município).

Percebe-se que o local não possui características que possam caracterizá-la como urbana, não somente pela paisagem, ou pelas atividades desenvolvidas, mas também os próprios hábitos e costumes que seus moradores apresentam, como a relação com a natureza, dos moradores entre si, histórias de vida, elementos construídos cotidianamente.



Apesar das dificuldades enfrentadas no meio rural, o mesmo também apresenta diversas representações, que divergem do sinônimo de atraso, mas que uma forma diferenciada da vivenciada no urbano. Segundo Sá, Costa e Tavares (2006, p. 148), o meio rural passou a ser associado a uma vida tranquila e não apenas voltada para o consumo no âmbito capitalista, “a forma de vida com contato com a natureza, áreas espaçosas, vida simples, de paz, tranquilidade, liberdade, conforto, paraíso, aconchego, valorização do trabalho, trocas positivas, lugar de trabalho coletivo”.

No entanto, apesar desse sinônimo de tranquilidade, espaço e conforto, percebe-se que as condições de vida das pessoas da vila não são adequadas, as condições de higiene são precárias, os banheiros são improvisados, as casas mal estruturadas, divergindo da fala da entrevistada,

A vida em Tapera é agradável, não tem muito movimento, as pessoas são amigas, não tem violência, aqui a gente tem a praia, a gente é muito feliz aqui. Eu fui criada aqui, meus filhos foram criados aqui também, e hoje trabalham na roça, no pescado. (sra. Rosa, moradora da Vila de Tapera)

Mesmo a Vila de Tapera fazendo parte da zona urbana de Cametá, a mesma vivência grandes dificuldades no que tange ausência de serviços e equipamentos, que afetam diretamente as condições de vida e de trabalho dos moradores locais, não há um investimento no local, a estrada de acesso é precária. Hipoteticamente, o espaço pode ser mais valorizado a partir do processo de desenvolvimento da estrada que interliga a cidade de Cametá a Limoeiro do Ajurú, em um processo de especulação imobiliária.

A realidade vivenciada pelos moradores de Tapera fica confirmada duas problemáticas, a primeira faz referência à definição do espaço territorial, que além de ser inadequada, também fica evidenciado a influencia desse aspecto na identificação do morador enquanto homem rural ou urbano, a segunda, que apesar das dificuldades de fomento de trabalho e da baixa qualidade de vida desse povoado, as estratégias para superação das ausências são evidentes e reais. Um terceiro ponto a ser destacado, seria o descaso público nas áreas periféricas da “zona urbana”, pois o aglomerado, sendo considerado parte integrante da zona urbana, percebe-se que, se privilegia a implantação de serviços nas áreas centrais da cidade, enquanto que nas áreas mais longínquas há intensificação da pobreza.

4. CONSIDERAÇÕES

As particularidades da região Amazônica traz a tona um debate sobre o que é o rural e o urbano? A pesquisa desenvolvida mostra a realidade de famílias que vivem em uma pequena localidade do município de Cametá – PA com características rurais, mas



delimitada oficialmente como território urbano, com isso provocando um questionamento sobre quais os critérios estabelecidos para essa definição? Além disso, percebe-se que isso influencia diretamente na identidade dessa população enquanto homens e mulheres do “campo”.

A cidade de Cametá enfrenta diversas dificuldades no que se refere aos critérios utilizados pelo poder público para a definição desses espaços, tanto no plano teórico quanto no empírico, tornando-se evidente na manifestação do representante da EMATER – pólo Cametá, ressaltando durante sua entrevista que não há critérios definidos para a definição desses espaços, o representante ao justificar-se alega a ausência de instrumentos e espaços institucionalizados estabelecidos no Plano Diretor Participativo desenvolvido entre 2004 - 2005. Dessa forma, entende-se que não havendo uma comissão responsável para estabelecer critérios, essa definição é realizada de forma arbitrária, podendo haver uma série de interesses particulares nesse processo.

Apesar do conflito de identidade entre os moradores da vila, alguns de seus moradores entrevistados, se identificam como “homens e mulheres do campo”, enquanto outros não. Essa diferença de identificação estar relacionada à locomoção entre a vila e a sede, ou ainda pela própria concepção que querer fazer parte da cidade, haja vista que o espaço rural é compreendido pelos próprios moradores do município como “interior”, no termo pejorativo.

Por fim, mesmo nos espaços onde a “ruralidade” é considerada predominante há uma influência da ideologia capitalista, a qual vê o rural apenas como um espaço de produção para atender as demandas da cidade, não sendo concebido como um espaço complementar a esta. Diante desta lógica, mesmo quando o espaço rural é “fonte de riqueza”, não se objetiva um desenvolvimento rural, como é considerado por Campanhola e Silva (2009), visto que tal desenvolvimento (local) não apresenta um âmbito sustentável, sendo esse desenvolvimento pensado, sempre, a partir da lógica do mercado, que favorece os grandes produtores ruralistas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. (Coleção Estudos Rurais).

CAMPANHOLA, Clayton. SILVA, José G. **Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v.17, n.1, p.11-40, jan./abr. Brasília, 2009.

ENGELS, Friedrich. **A questão da habitação**. Segunda parte: Como a burguesia resolve a questão da habitação. São Paulo: Acadêmica, 1988. (pág. 35 – 65)



GRABOIS, J. **O habitat e a questão social no noroeste fluminense**. 2001. (Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq).

GUERRA, Gutemberg. Desenvolvimento territorial na Amazônia: rural e urbano como faces da mesma moeda. IN: **O rural e o urbano na Amazônia: Diferentes olhares em perspectivas**. Belém: EDUFPA: 2006.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação/ IBGE, 2001.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999

IPEA. **Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: IPEA/PNUD, 1996.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FJP - Fundação João Pinheiro; PNUD - **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. Rio de Janeiro: 2001. (CD-ROM).

JUNIOR, Saule Nelson. A competência do município para disciplinar o território rural. IN: **O Planejamento do município e o território rural**. Alberto G. O. Pereira Barreto (Org.). Instituto Pólis, São Paulo, 2004. (Caderno Pólis nº 8).

Lei orgânica do município de Cametá. Revisada e Atualizada em dezembro de 2006.

LIMA, J.J.; CARDOSO, A.C.; BASTOS, A.P.; GOMES, V.L. Planos Diretores dos municípios ajusantes da UHT: a experiência de elaboração de planos diretores na região do Baixo Tocantins, estado do Pará. IN: **Planos diretores participativos: Experiências Amazônicas**. Belém: EDUFPA, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Trad. Maria Helena e Marilena Jamur. 2º ed.- Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **O direito à cidade**. 1ª ed. Ed: Moraes Ltda. Trad: Rubens E. Frias, São Paulo, SP, 1991.

MARQUES, Marta I. Medeiros. **O conceito de espaço rural em questão**. São Paulo: terra Livre. Ano 18.n. 19, 2002.

SÁ, Maria E.R.; COSTA, Solange M.G.; TAVARES, Luciana P.O. O rural-urbano em Santarém: interfaces e territórios produtivos. IN: **O rural e o urbano na Amazônia: Diferentes olhares em perspectivas**. Belém: EDUFPA: 2006.



GT 07B

Cidades e transformações do urbano na América Latina

Coordenadores

Saint-Clair Trindade (NAEA/UFPA), Simaia das Mercês (NAEA/UFPA),
Philippe Plas (Universidade Paris 13, França), Sandra Helena Ribeiro Cruz (ICSA/UFPA),
Helena Lúcia Zagury Tourinho (UNAMA), Welson Cardoso (ICSA/UFPA-GETTAM).

Debatedores

Saint-Clair Trindade (NAEA/UFPA) e Philippe Plas (Universidade Paris 13, França)

Ementa: O campo da vida urbana tem sido um dos temas centrais nas análises das ciências sociais abrangendo várias abordagens pela sociologia, antropologia, ciência política, geografia e pelo campo do urbanismo, permitindo conhecer a diversidade da cultura urbana como mostram os estudos realizados nos diferentes países da América Latina, com abordagens quantitativas e/ou qualitativas. Pretende-se com este GT discutir trabalhos resultantes de pesquisa teórica ou empíricas sobre a vida urbana, considerando categorias chave como tempo, espaço, identidade, singularidade, diferença, cotidiano, cultura, economia urbana e global, política e planejamento urbano e regional. O GT contempla ainda trabalhos que abordem as manifestações políticas nas cidades, ou em seu entorno mas a elas articuladas, visando fomentar o debate crítico sobre o urbano e limites e potencialidades da ação política e da democracia.



GT 07 B – CIDADES E TRANSFORMAÇÕES DO URBANO NA AMÉRICA LATINA

Sala Kp 10 – Pavilhão de Aulas do ICESA

Dia 27 de novembro de 2017 / segunda-feira

1ª SESSÃO: ECONOMIA E SUSTENTABILIDADE DE CIDADES NA AMÉRICA LATINA

Horário: 14h00 às 16h00

Coordenação: Sandra Helena Cruz (ICSA/UFPA) e Welson de Sousa Cardoso (ICSA/UFPA-GETTAM)

Comunicação Oral:

1. COLETA SELETIVA EM BELÉM (PA): COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA URBANA NA CRIAÇÃO DE EMPREGO E RENDA PARA OS CATADORES

Vanusa Carla Pereira Santos (ICSA/ FACECON/UFPA)

2. NATUREZA E SIGNIFICADOS DA CENTRALIDADE EXERCIDA PELO COMÉRCIO VAREJISTA DE IMPERATRIZ-MA: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO SEGMENTO DE CONFECÇÕES DO CALÇADÃO

Lucas Ribeiro da Silva (UEMA) e Jailson de Macedo Sousa (UEMASUL)

3. O COMÉRCIO PARA-FORMAL NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAY: OCUPAÇÕES CONTROVERSAS DO ESPAÇO PÚBLICO

Eduardo Rocha (PROGRAU/ UFPel), Lorena Maia Resende (PROGRAU/ UFPel) e Rafaela Barros de Pinho (PROGRAU/ UFPel)

4. AGRICULTURA, AGROECOLOGIA E RURALIDADES NA CIDADE: EXPERIÊNCIAS DE SÃO PAULO E BOGOTÁ Vítor Amancio Borges Ferreira (PROLAM/USP) e Júlio César Suzuki (PROLAM/USP)

5. O URBANO COMO RESPOSTA AO RURAL: UMA ANÁLISE DA/NA CIDADE DE BALSAS PÓS AGRONEGÓCIO GLOBALIZADO

Francisco Lima Mota (UEMASUL)

6. REDES TRANSNACIONAIS DE CIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMÉRICA LATINA: O CASO DO ICLEI

Alberto Teixeira da Silva (UFPA), William Miranda Rocha (UFPA/UnB), Aline Rafaella Sena Pinto (UFPA) e Deyvini Reis (UFPA)

7. O CAMPO CEGO DO URBANO LATINO-AMERICANO: INDUSTRIALISMO E CITADISMO NA PERIFERIA DO CAPITALISMO

Rodrigo Castriota (CEDEPLAR/UFMG) e Bruno Siqueira (FACE/UFMG)

Pôster:

1. CRESCIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO: O CASO DA ILHA DE SÃO LUIS (MARANHÃO).

Leandro José Teixeira Barros (UFMA), Wantuil Kennedy Costa Corrêa Júnior (UFMA) e Welbson do Vale Madeira (UFMA)



GT 07 B – CIDADES E TRANSFORMAÇÕES DO URBANO NA AMÉRICA LATINA

Sala Kp 10 – Pavilhão de Aulas do ICSA

2ª SESSÃO: ECONOMIA E SUSTENTABILIDADE DE CIDADES NA AMÉRICA LATINA

Horário: 16h00 às 18h00

Coordenação: Sandra Helena Cruz (ICSA/UFPA) e Welson de Sousa Cardoso (ICSA/UFPA-GETTAM)

Comunicação Oral:

1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE UM DISTRITO EMPRESARIAL NA CIDADE SARANDI/RS/BRASIL

Samueli Del Sant Signor (IMED) e Anicoli Romanini (UFSC)

2. ILHA DO COMBÚ: O INCREMENTO DO TURISMO EM FRAGMENTOS DA CIDADE RIBEIRINHA NA METRÓPOLE

Ágila Flaviana Alves Chaves (NAEA/UFPA)

3. TERRITÓRIOS DE CONSUMO, CARTOGRAFIAS DE MERCADO: VESTIDOS, NOIVAS E VALOR EM TRÂNSITO NAS E ENTRE CIDADES

Michele Escoura (UNICAMP)

4. O URBANO NO LITORAL AMAZÔNICO: AS REDES DA PESCA EM MARAPANIM (PA)

Paollo S. Kyprianous de Oliveira (UFPA), Márcio Douglas Brito Amaral (UFPA) e Luiz Marcelo da Silva Barbosa (UFPA)

5. DINÂMICAS URBANAS CONTEMPORÂNEAS NA PERIFERIA DO CAPITALISMO

Lucas Souto Cândido (UFPA) e Ana Cláudia Duarte Cardoso (FAU/UFPA)

Pôster:

1. A FEIRA LIVRE SEMANAL DO MERCADO MUNICIPAL E SUA FUNÇÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO José Maria Pereira Sousa (UFT), Eliane Alves dos Santos Sousa (UFT) e Eliseu Pereira de Brito (UFT)

2. UM PANORAMA DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL NA ILHA DE SÃO LUIS DO MARANHÃO AO LONGO DOS ANOS 2000: UMA APREENSÃO POR MEIO DE INDICADORES.

Wantuil Kennedy Costa Corrêa Júnior (UFMA), Leandro José Teixeira Barros (UFMA) e Welbson do Vale Madeira (UFPA)

Dia 28 de novembro de 2017 / terça-feira

1ª SESSÃO: MEMÓRIA, CULTURA E O DIREITO À CIDADE NO BRASIL

Horário: 14h00 às 16h00

Coordenação: Philippe Plas (Universidade Paris 13, França)



GT 07 B – CIDADES E TRANSFORMAÇÕES DO URBANO NA AMÉRICA LATINA
Sala Kp 10 – Pavilhão de Aulas do ICESA

Comunicação Oral:

1. "MUITXS - CIDADE QUE QUEREMOS": A DIVERSIDADE E A DIFERENÇA NA EXPERIÊNCIA URBANA

Paulo Felipe Lopes de Carvalho (UFMG) e Lúcia Helena Alvarez Leite (UFMG)

2. "A ESBORNA TAMBÉM ANDA DE BONDE": CONFLITOS E DISPUTAS NOS USOS DE LUGARES DE MEMÓRIA EM BELÉM DO PARÁ (1996-2016)

Sabrina Fernandes Santos (PPGA/UFPA) e Daniel da Silva Miranda (PPGA/UFPA)

3. ENTRE OS "MUROS" DA BAIXADA DO AMBROSIO: O BAIRRO, A VIOLÊNCIA E O CRIME, DISCUSSÕES SOBRE A VIOLÊNCIA URBANA

José Luis dos Santos Leal (UNIFAP)

4. RAP NAS RUAS DE BELÉM: UM INSTRUMENTO ÉTICO PARA A FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO DE ENRIQUE DUSSEL

Júlia Glenda Farias Pantoja (UNINASSAU/PA)

5. MORADORAS DO BAIRRO DJARD VIEIRA: EXPERIÊNCIAS TECIDAS NA TRAMA DO VIVER NA CIDADE DE PARINTINS NO CONTEXTO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL (1980-1990)

Dayanna Batista Apolônio (UFPA)

6. OS MUSEUS NAS PERIFÉRIAS URBANAS BRASILEIRAS: SOBRE A POLÍTICA CULTURAL DOS PONTOS DE MEMÓRIA

Camila Moura Alcântara (UFPA)

7. IMAGINÁRIOS TURÍSTICOS URBANOS: PERSPECTIVAS DOS MORADORES DA CIDADE DE PARANAGUÁ (PR)

Milene de Cássia Santos de Castro (UFPR) e Marcelo Chemin (UFPR)

2ª SESSÃO: PLANO DIRETOR, POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO À CIDADE NA PANAMAZÔNIA

Horário: 16h00 às 18h00

Coordenação: St. Clair Cordeiro Trindade Jr. (NAEA/UFPA) e Welson de Sousa Cardoso (ICSA/UFPA-GETTAM)

Comunicação Oral:

1. POLÍTICA URBANA E GESTÃO AMBIENTAL: ANÁLISE SOBRE O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE NOVO REPARTIMENTO (PA)



GT 07 B – CIDADES E TRANSFORMAÇÕES DO URBANO NA AMÉRICA LATINA

Sala Kp 10 – Pavilhão de Aulas do ICESA

Monique Helen Cravo Soares Farias (UEPA), Christian Nunes da Silva (UFPA) e Norma Ely Santos Beltrão (PPGCA/UEPA)

2. SANTARÊM: UMA METRÓPOLE DIVERSA

Taynara do Vale Gomes (UFPA), Ana Cláudia Duarte Cardoso (UFPA) e Kamila Diniz Oliveira (UFPA)

3. O BIOMA E A ESTRUTURA URBANA DA CIDADE AMAZÔNICA

Jacy Soares Corrêa Neto (UNICAMP) e Lauro Luiz Francisco Filho (UNICAMP)

4. UMA PROPOSTA DE ZONEAMENTO DA PAISAGEM DA CIDADE VELHA A PARTIR DA VOCALIDADE DE SEUS ATORES SOCIAIS

Sabrina Campos Costa (PPGA-UFPA/SECULT-PA)

5. AVALIADOR-CIDADÃO - A RELEVÂNCIA DAS CIÊNCIAS HUMANAS NA AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A CIDADANIA PLENA

Aldemar Norek (PROARQ – UFRJ – PGE-RJ), Kátia Yamaguti (EMOP-RJ) e Douglas Milne-Jones (PGE-RJ)

6. ACESSIBILIDADE COMO CONDIÇÃO DE PERTENCIMENTO AO TERRITÓRIO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ANÁLISE DO PLANO DIRETOR DE MARABÁ/PA

Mirian Rosa Pereira (UFPA), Maria Edilene da Silva Ribeiro (UFPA) e Victor Fernando Ramos de Oliveira (UFPA)

7. CENTRALIDADE E HIERARQUIA URBANA DE CIDADES MÉDIAS DO SUDESTE DA AMAZÔNIA ORIENTAL

Roberto Antero da Silva (UFT)

Pôster:

1. CONDIÇÕES FÍSICAS DO TRANSPORTE COLETIVO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM (PA): UMA ANÁLISE SOBRE A PRECARIIDADE NOS DESLOCAMENTOS URBANOS

Fabrcio Tavares de Moraes (FACS/UFPA) e Suelen Reis da Conceição (PPGSA/UFPA)

2. O INDICE DE BEM ESTAR URBANO NOS MUNICIPIOS DA REGIÃO DO VALE DO PARANHANA: UMA ANALISE REGIONAL

Marlon Eduardo Bauer (FACCAT) e Thiago José Dal Bosco (FACCAT)

Dia 29 de novembro de 2017 / quarta-feira

1ª SESSÃO: GRANDES PROJETOS URBANOS E EFEITOS DE SEGREGAÇÃO NAS CIDADES LATINO AMERICANAS

Horário: 14h00 às 16h00

Coordenação: Sandra Helena Ribeiro Cruz (ICSA/UFPA) e Welson de Sousa Cardoso (ICSA/UFPA-GETTAM)



GT 07 B – CIDADES E TRANSFORMAÇÕES DO URBANO NA AMÉRICA LATINA
Sala Kp 10 – Pavilhão de Aulas do ICSA

Comunicação Oral:

1. A COPA DO MUNDO FIFA 2014 E AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS EM ITAQUERA – SÃO PAULO/SP Savanna da Rosa Ramos (USP/UNESP)
2. REQUALIFICAÇÃO URBANA E CIDADES CRIATIVAS: ESTUDO DA DINÂMICA SOCIESPACIAL DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE CORDEIRÓPOLIS (SP)
Eduardo Alberto Manfredini (UNASP)
3. LA DIALÉCTICA DE LA INCLUSIÓN-EXCLUSIÓN SOCIO-ESPACIAL EN UNA CIUDAD DE LA AMAZONIA BRASILEÑA: BELÉM
Marly Gonçalves da Silva (UFPA)
4. TRANSFORMAÇÃO URBANA: PROBLEMAS TÍPICOS DA CIDADE COM A SEGREGAÇÃO DOS BAIROS Clebson Carlos de Oliveira (UNIR) e Maxson José Barzani Jardim (UNIR)
5. NEOFAVELADO: JOGOS DE DISTINÇÃO E LÓGICA DA EXCLUSÃO EM UMA FAVELA URBANIZADA DO RIO DE JANEIRO
Nicolas Quirion (IPPUR/UFRJ)
6. A (RE) PRODUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL URBANA: O CASO DA ZEIS ÁRVORES VERDES EM TERESINA-PI
Edmundo Ximenes Rodrigues Neto (UFPI/ UESPI), Antônia Jesuíta de Lima (UFPI) e Bartira Araújo da Silva Viana (TROPEN/UFPI)

Pôster:

1. O PROCESSO DE PERDA DA IDENTIDADE CULTURAL: PORTAL DA AMAZÔNIA, ESPAÇO URBANO EM CONFLITO E TRANSFORMAÇÃO NA ORLA DE BELÉM
Warleson Sousa Ribeiro (UNAMA) e Romário Sousa da Silva (UNAMA)

2ª SESSÃO: MEMÓRIA, CULTURA E O DIREITO À CIDADE NO BRASIL

Horário: 16h00 às 18h00

Coordenação: Philippe Plas (Universidade Paris 13, França)

Comunicação Oral:

1. A ESPETACULARIDADE DO BOI CUIRÃO: UM ESTUDO SOBRE SINGULARIDADE E VÍNCULOS IDENTITÁRIOS NO DISTRITO INDUSTRIAL DE ANANINDEUA/PARÁ-BRASIL
Ytallo Kassio Franco de Souza (PPGSA/UFPA)



GT 07 B – CIDADES E TRANSFORMAÇÕES DO URBANO NA AMÉRICA LATINA

Sala Kp 10 – Pavilhão de Aulas do ICESA

2. CIDADE ANFÍBIA – PAISAGEM E SIMBOLO NA AMAZÔNIA
Jodival Mauricio da Costa (USP) e Valdelícer Fonsêca Silva (UNIFAP)
3. MUROS DE BELÉM DO PARÁ: A PLURALIDADE ÉTNICA NOS GRAFITES DE UMA CIDADE AMAZÔNICA
Camille Nascimento da Silva (UFPA)
4. GRAFITE, PICHAÇÃO E A CIDADE: EXPERIÊNCIAS, SUBJETIVIDADES E INTERAÇÕES NO ESPAÇO URBANO DE BELÉM
Roberta Aragão Machado (UFPA) e Manuela do Corral Vieira (UFPA)
5. “DAS QUEBRADAS DA VIDA” PARA O FACEBOOK: MEMES E A CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES DISCURSIVAS E MUDIÁTICAS SOBRE A PERIFERIA DE BELÉM
Daniel Loureiro Gomes (PPGL/UFPA), Manuela do Corral Vieira (FACOM/PPGCom/UFPA) e Danila Cal (FACOM/PPGCom/UFPA)
6. PENSANDO E REPENSANDO O TRAFICO DE DROGAS EM TERESINA: ALGUNS APONTAMENTOS
Marcondes Brito da Costa (UECE/IFPI) e João Batista Moura Araújo Neto (Estácio/Ceut)
7. ENTRE A VIDA RURAL E URBANA NA DÉCADA DE 50 EM BRAGANÇA-PA
Vania Albuquerque do Nascimento (UFPA)

Pôster:

RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE NA DINÂMICA DA VIDA URBANA: UMA ETNOGRAFIA DO TRABALHO VOLUNTÁRIO DO CENTRO ESPÍRITA IRMÃ CÁRITAS
Tom Lucas Viana Reis (UNIFAP)



Trabalhos completos GT 07B

II Seminário Internacional América Latina:
Políticas e conflitos contemporâneos

II SIALAT

**GT 07 – Cidades e Transformações do Urbano na América Latina****COLETA SELETIVA EM BELÉM (PA): COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA URBANA NA CRIAÇÃO DE EMPREGO E RENDA PARA OS CATADORES¹**Vanusa Carla Pereira Santos (UFPA)²E-mail: vanusasantos18@yahoo.com.br**Resumo**

A coleta seletiva em Belém-PA é uma necessidade, pois o consumo aumenta incessantemente e a quantidade de resíduos sólidos aumenta na mesma proporção e cria o problema sobre o que fazer com este lixo produzido. Uma das soluções tem sido reaproveitar os resíduos, para diminuir a quantidade de lixo direcionado aos aterros sanitários e ao mesmo tempo criar uma fonte de renda para os catadores, ou seja, um programa de coleta seletiva, onde todos ganharão, além dos benefícios ambientais de uma cidade livre de lixo. Assim, o objetivo deste trabalho é discutir estratégias para viabilizar a coleta seletiva em Belém, através do sistema de cooperativas e associações, num trabalho conjunto dos catadores, da Prefeitura, da comunidade e da UFPA. Logo, uma alternativa para os trabalhadores, como geração de emprego e renda na economia. Esta é também uma maneira de combater a degradação dos recursos naturais, marginalidade, exclusão social e a deposição irregular dos resíduos sólidos. Os métodos da pesquisa são baseados na pesquisa-ação, neste processo de indagações reflexivas e autoreflexivas a que nos propomos neste trabalho. Dados comprovam que a coleta seletiva traz uma economia significativa ao município de Belém, na questão da disposição do lixo no aterro, pois esta disposição é paga e o valor tem um impacto substancial nas contas públicas. Diminuindo esta disposição, via coleta seletiva, haverá uma diminuição nos gastos com lixo, que poderá ser direcionada a outras áreas essenciais na sociedade.

Palavras Chave: Coleta seletiva, catadores, políticas públicas urbanas, economia solidária, racionalidade ambiental.

1- INTRODUÇÃO

A necessidade de investigar, analisar e compreender a economia oriunda do lixo, sua dinâmica econômica e socioambiental em Belém é um tema de extrema importância, pois o lixo é uma questão que afeta a vida de todos e precisa ser tratado com a seriedade

¹ Este artigo é um dos resultados do projeto de pesquisa e extensão: "Racionalidade Ambiental e Economia Solidária: como alternativas de geração de emprego e renda para os catadores em Belém e RMB", da Profa. Dra. Vanusa Carla Pereira Santos, do GEMAS/FACECON – UFPA.

²Doutora em Ciências Sociais com área de concentração em Sociologia. Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA), Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Meio Ambiente e Sustentabilidade (GEMAS), Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), Faculdade de Ciências Econômica (FACECON).



que este tema exige. Neste contexto, a economia do lixo abrange o setor público através da Prefeitura Municipal de Belém (PMB), que é responsável pelo gerenciamento dos resíduos sólidos, pelo Ministério Público do Estado (MPE) e a Ordem dos Advogados que servem de mediadores nos diversos conflitos entre a PMB, os catadores e a sociedade civil, pelo setor privado, representado pelas cooperativas e catadores de resíduos sólidos e também pelo Aterro Sanitário da Revita, onde o lixo é depositado e esta cobra por este serviço, além da sociedade civil, pois todos nós produzimos lixo e somos responsáveis por sua destinação final.

Assim, a problemática dos resíduos sólidos é extremamente conflituosa, pois há interesses diversos dos atores envolvidos nesta questão. A racionalidade do mercado é representada pelas cooperativas e associações de catadores e pela Revita, a racionalidade ambiental engloba toda a sociedade que sofre com a mercantilização exagerada da produção, logo tanto Estado como catadores, além da sociedade civil são responsáveis pela preservação do meio ambiente. E a racionalidade do Estado se manifesta pelo fato do mesmo ser o responsável pela gestão dos resíduos sólidos, principalmente o município, que é o responsável direto, segundo a legislação vigente. Logo, há um conflito claro entre Estado, mercado e sociedade civil que envolve interesses diversos, regidos por racionalidades diferentes, mas que tem em comum a economia do lixo e precisam conviver entre conflitos, contradições e semelhanças.

A partir destas contradições surge o objetivo deste trabalho que é discutir a coleta seletiva como um instrumento de política pública urbana na criação de emprego e renda, num trabalho conjunto dos catadores, da Prefeitura, da comunidade e da UFPA, analisando o custo de oportunidade³ do desperdício e da falta de políticas públicas capaz de conscientizar a população da importância da coleta seletiva dos resíduos sólidos. Partindo da hipótese de que há um custo de oportunidade para a economia do lixo em Belém, que está sendo desperdiçado e por isso a região está perdendo dinheiro e oportunidade de criar emprego e renda pelo simples fato de não estar investindo na coleta seletiva. Para alcançar este objetivo a metodologia utilizada foi a pesquisa-ação, uma pesquisa social, que possui uma relação direta com uma ação ou resolução de um problema coletivo, onde os pesquisadores e participantes da pesquisa estão envolvidos de modo cooperativo e participativo. A metodologia da pesquisa-ação inclui várias etapas como a investigação, a tematização e a programação/ação.

³ Custo de oportunidade é um termo usado em economia para indicar o custo de algo em termos de uma oportunidade renunciada, ou seja, o custo, até mesmo social, causado pela renúncia do ente econômico, bem como os benefícios que poderiam ser obtidos a partir desta oportunidade renunciada ou, ainda, a mais alta renda gerada em alguma aplicação alternativa.



A organização dos catadores em Belém ocorre através de Redes, que trabalham de maneira independente. Existem duas redes distintas, a Rede Recicla Pará que trabalha em convênio com a PMB, numa espécie de parceria. Esta Rede faz a coleta seletiva em alguns bairros em Belém. Tem também a rede que é a Central de Cooperativas do Estado do Pará, que é associada à Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). Esta rede não tem nenhum vínculo com a PMB. E a dinâmica das cooperativas e associações de catadores trabalham utilizando os preceitos da economia solidária, através da autogestão, ou seja, uma tentativa de organizar o trabalho cooperativo e associativo, como um meio de erradicar a pobreza e o desemprego em massa existente em nosso país. Logo, um instrumento de política urbana para os trabalhadores, como geração de emprego e renda na economia.

Dados comprovam que a coleta seletiva proporcionaria uma economia significativa ao município de Belém, na questão da disposição do lixo no aterro, pois esta disposição é paga e o valor tem um impacto substancial nas contas públicas. Diminuindo esta disposição, via coleta seletiva, haveria uma diminuição nos gastos com lixo, que poderia ser direcionada a outras áreas essenciais a sociedade. É também uma maneira de combater a degradação dos recursos naturais, marginalidade, exclusão social e a deposição irregular dos resíduos sólidos. Diante disto, a questão ambiental é inserida na discussão de acordo com as idéias de Leff (2006), através da necessidade de uma racionalidade ambiental para solucionar a problemática da crise ambiental que se propagou em todo o mundo, através da mercantilização de tudo no planeta. E pela constatação de que a economia de mercado não tem conseguido resolver as questões relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

2 - ECONOMIA DE MERCADO E O DESAFIO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DA RACIONALIDADE AMBIENTAL

A racionalidade econômica da economia de mercado, onde tudo e todos devem produzir o tempo todo, na busca da lucratividade e do crescimento ilimitado, direcionado ao mercado, onde tudo é mercadoria, sobreviveu até aqui, entre uma crise e outra, nos ciclos econômicos. A lógica da mercantilização, que orienta os indivíduos e as relações sociais, hoje tem sido pensada como produtora da crise ecológica na qual o mundo está mergulhado. Como saída para este impasse coloca-se a valorização de práticas e saberes, a implementação e o favorecimento de ações na sociedade que tornem hegemônica outra racionalidade, a racionalidade ambiental. A esta lógica corresponde ações constituindo territórios em uma perspectiva multissetorial, na qual a natureza e o ambiente são reapropriados em função de valores como a solidariedade, observância dos limites da



natureza, o respeito à diferença e ao reconhecimento de saberes e práticas não só científicos.

Neste mesma linha de pensamento, a economia solidária busca a transformação social onde é possível uma coexistência entre a economia tradicional e a economia solidária. Na questão dos resíduos sólidos em Belém, por exemplo, dependendo do interesse em foco a abordagem terá um peso diferente para as questões sociais, políticas e econômicas, cada um dos atores envolvidos defenderá o seu lado como o lado mais importante e para isto utilizará os todos os argumentos possíveis. Segundo França Filho⁴(2002), o que tem em comum entre a Economia Solidária, a Economia Social, a Economia Popular e o Terceiro Setor seria uma vida social com trabalhos desenvolvidos entre a esfera governamental e mercadológica, logo um estágio intermediário na sociedade. Na verdade são conceitos em construção para um espaço da sociedade que começa a discutir a distribuição da riqueza além do econômico, logo uma discussão sobre a formação do emprego e da renda. Porém, como todo processo em construção, os conceitos para cada uma destas denominações “econômicas sociais” ainda estão confusos e misturados, difícil de diferenciar um do outro.

O desafio aqui é, diante destes conceitos ainda em construção, fazer uma aplicabilidade à realidade dos fatos. Mostrar como seria possível identificar discussões teóricas, ainda confusas, as situações vivenciadas no nosso cotidiano. No estudo de caso aqui analisado há os diversos interesses dos atores envolvidos nesta questão dos resíduos sólidos em Belém, com suas diferentes racionalidades e as situações de conflitos dos diversos órgãos governamentais, setor privado e a sociedade civil, que se relacionam nesta questão do lixo e defendem seus interesses.

Os conflitos existentes na questão da implantação da coleta seletiva em Belém, onde existe um desperdício de dinheiro, ocasionado por da falta de políticas públicas para a implantação da coleta seletiva na cidade, através de investimentos neste programa, na conscientizar da população da importância da coleta seletiva e na infraestrutura necessária para que a coleta seletiva seja implantada, através da construção de centros de triagem e reciclagem que venham a suprir a demanda existente dos catadores da cidade. Existe um custo de oportunidade para a economia do lixo em Belém que está sendo desperdiçado e por isso a região está perdendo dinheiro e oportunidade de criar emprego e renda pelo simples fato de não estar investindo na coleta seletiva.

⁴ França Filho, Genauto Carvalho de. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. Bahia - Análise & Dados, Salvador - Bahia, v. 12, n. 01, p. 09-19, 2002.



Quando ouvimos o discurso do Estado (PMB) ele nos diz que está fazendo o seu papel, cumprindo o que foi exigido pela Lei 12.305/2010⁵, ou seja, fechou o lixão do Aurá, antigo depósito de lixo da cidade, e atualmente está depositando os resíduos no Aterro Sanitário da Revita. Os catadores reclamam que a Prefeitura não fornece as condições de trabalho necessárias para que eles possam produzir, galpões de separação da coleta, caminhões para o transporte do material, qualificação da mão de obra para agregação de valor ao material através da reciclagem, promessas feitas no fechamento do lixão do Aurá. Outra reclamação dos catadores e também da sociedade civil que reside no entorno do aterro do Revita é que o mesmo está se transformando num lixão a céu aberto, com o chorume⁶ escorrendo pelo solo, o cheiro que emana do depósito de lixo incomoda toda a área do entorno, na cidade de Marituba, que fica na região metropolitana de Belém, o que resultou em diversas ações da população e dos catadores no Ministério Público do Estado (MPE) e na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que funcionam como mediadores nestes conflitos que envolvem a questão dos resíduos sólidos em Belém. A partir destas denúncias, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) instituiu um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) impondo ao Revita que esta se adequasse as normas de funcionamento de um aterro sanitário, seguindo todas as regras ambientais. O Revita tem feitos as adequações exigidas pela SEMAS e os problemas tem sido resolvidos aos poucos.

Diante disto podemos supor que, os problemas existem e cada um dos interessados envolvidos na questão dos resíduos sólidos em Belém e sua região metropolitana, apresentam suas ações como sendo as melhores e, claro, defendendo o que é seu, nas palavras de Laville (2013) “metodologias diferentes onde as questões sociais, políticas e econômicas têm pesos diferentes, dependendo de quem analisa e dos interesses envolvidos”, e dizer que uma das questões é mais importante que outra é uma afirmação difícil, pois a sociedade é um todo, composta de necessidades econômicas, sociais, ambientais que fazem parte de um universo maior no qual todos nós participamos e nesta questão específica do lixo, não há como dizer que qualquer cidadão não participe do processo, pois somos todos produtores e consumidores e conseqüentemente produzimos lixo e temos que conviver com este lixo, mas não o queremos dentro de nossas casas, logo necessitamos que o mesmo tenha um destino responsável, ou seja, o problema é complexo

⁵ Lei Federal 12.305/2010, lei que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), e dia que a partir de agosto de 2014 não poderia mais existir lixão a céu aberto em todo o país.

⁶ Chorume: é uma substância líquida resultante do processo de putrefação (apodrecimento) de matérias orgânicas. É viscoso e possui um cheiro muito forte e desagradável (odor de coisa podre). Este líquido é muito encontrado em lixões e aterros sanitários.



e envolve as políticas públicas, a vontade política, os interesses econômicos e a participação ativa da sociedade civil.

A dinâmica da destinação dos resíduos sólidos em Belém é regida por uma racionalidade de mercado e o desafio aqui é buscar uma racionalidade ambiental, utilizando para isto as diversas alternativas da economia social, na tentativa de humanizar esta economia tecnológica da lógica do mercado. A questão a se pensar é, se a racionalidade ambiental poderia viabilizar uma saída aos impasses existentes nesta economia do lixo, que é dominada pela racionalidade de mercado. Os autores que buscam uma alternativa a economia de mercado, uma economia mais humana, social, cada um sugere uma solução para que a sociedade se torne mais equilibrada entre os elementos que a compõe, sem que o econômico tenha um destaque maior que o social, o cultural, o ambiental. Leff (2006), nas discussões sobre a racionalidade ambiental acredita na construção de uma nova sociedade, onde o trabalho conjunto e interdisciplinar seria o elemento fundamental para que o econômico, o social, o ambiental, o político o cultural e quaisquer outras áreas do conhecimento fossem contribuir de alguma forma, onde o resultado deste trabalho conjunto seria uma realidade mais completa, pois haveria um diálogo constante entre as diferentes áreas do conhecimento e isto aconteceria de forma racional, respeitando os limites da natureza.

A racionalidade ambiental é percebida por Leff (2006) como o caminho de superação de uma crise ambiental, da degradação ecológica provocada pela racionalidade econômica, cujos fatores são: capital, trabalho e tecnologia. Esta racionalidade acelera a morte do planeta. Os depósitos de lixo produzidos pelas metrópoles são parte dos efeitos da racionalidade econômica no planeta. Outra racionalidade produtiva, onde a natureza é um território de vida, e não uma base de recursos a ser explorada, baseada em princípios produtivos e valores diferentes exige outra forma de produzir, outra forma de consumir, outra forma de descartar o que é inservível para uns e não para outros.

A problemática dos resíduos sólidos é mais uma das muitas consequências provocadas pela produção e consumo ilimitados, que levaram a crise ambiental, e resultou num enorme volume de lixo que precisa ser redirecionado para um local devido, longe dos centros urbanos, longe das pessoas que o produzem. E assim, como uma produção excessiva causou a crise ambiental o excesso de lixo produzido, consequência desta produção exagerada, aliado ao descaso das administrações públicas municipais, responsáveis pela gestão dos resíduos sólidos, causaram a crise nos depósitos de lixo brasileiros, pois como a maioria deles não está em conformidade com o que manda a legislação ambiental⁷.

⁷ Lei 12.305, de 02/08/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS do governo federal.



2.1 - Coleta Seletiva: uma oportunidade de emprego e renda em Belém

O gerenciamento dos resíduos sólidos no Município de Belém se faz por meio do Departamento de Resíduos Sólidos (DRES), tendo por finalidade o planejamento, a execução, a coordenação, o controle e avaliação das atividades relacionadas às políticas, procedimentos e diretrizes de Resíduos Sólidos, limpeza e conservação urbana do município de Belém, através da Secretaria Municipal de Saneamento (SESAN).⁸ Essas ações referem-se aos serviços de coleta de lixo domiciliar e entulho, serviços de roçagem, serviços de varrição, capinação e limpeza de vias, eliminação de pontos críticos de resíduos e entulho, limpeza de feiras e mercados, capinação e pintura de postes, meio-fio, limpeza e desobstrução de canais, limpeza e desobstrução de valas, limpeza de bocas de lobo, limpeza de galerias, drenagem de áreas alagáveis e alagadas, desobstrução e limpeza de redes de drenagem e ações de Educação Ambiental.⁹

A economia do lixo, movida pela catação e reciclagem, está entre as atividades que mais produzem riquezas no nosso país e também onde mais há desperdício de oportunidades. A comercialização dos resíduos sólidos, por meio das associações e cooperativas, contribui para o sustento das famílias dos trabalhadores, mas, principalmente, para a proteção do meio ambiente. Assim, os catadores em Belém se organizam em associações e cooperativas de resíduos sólidos na promoção de emprego e renda para o setor.

Existe um custo de oportunidade¹⁰ do desperdício e da falta de políticas públicas capazes de conscientizar a população sobre a importância da coleta seletiva dos resíduos sólidos. Estes resíduos estão sendo desperdiçados e por isso a região está perdendo dinheiro e oportunidade de criar emprego e renda pelo simples fato de não estar investindo na coleta seletiva. Neste sentido, a formação de cooperativas de reciclagem surgiu com a importância de demonstrar e reduzir o impacto ambiental dos resíduos sólidos, em deposição da maneira incorreta, e incentivando a formação do trabalho da coleta seletiva, com o apoio de empresas privadas, órgãos públicos e a sociedade civil. Por outro lado, a desorganização das cooperativas de coleta seletiva demonstrou a dificuldade dessa profissão em contribuir para a vida útil de produtos, na melhoria de práticas que reduzem o impacto da deposição incorreta dos materiais sólidos e nas atividades sociais que envolvem

⁸Portal da transparência da Prefeitura Municipal de Belém. Disponível em: <<http://ww3.belem.pa.gov.br/www/outros-2/>>. Acesso em 28 jul.2016.

⁹Portal da transparência da Prefeitura Municipal de Belém. Disponível em: <<http://ww3.belem.pa.gov.br/www/outros-2/>>. Acesso em 28 jul.2016.

¹⁰Custo de oportunidade é um termo usado em economia para indicar o custo de algo em termos de uma oportunidade renunciada, ou seja, o custo, até mesmo social, causado pela renúncia do ente econômico, bem como os benefícios que poderiam ser obtidos a partir desta oportunidade renunciada ou, ainda, a mais alta renda gerada em alguma aplicação alternativa.



o profissional: catador, com a questão da inclusão social e econômica desta profissão na sociedade.

As cooperativas e associações no município de Belém já realizam a coleta seletiva na cidade, mas ainda num número pequeno comparado com a necessidade da população. Não existem cooperativas suficientes para atender todos os catadores, além da inexistência da coleta seletiva para atender todas as demandas do município de Belém. Logo, há necessidade de políticas públicas que controlem e separem o lixo produzido nas fontes geradoras, como infraestrutura do município para o desenvolvimento desta coleta seletiva. Assim, não há dúvidas que os catadores cooperados e associados são um alicerce para o combate da poluição ambiental, para o desenvolvimento desta atividade informal gerando emprego e renda para os catadores envolvidos e benefícios públicos, pois as cooperativas contribuem para a diminuição dos gastos municipais com a disposição do lixo no aterro sanitário particular (Revita), e esta disposição tem um custo por tonelada depositada e também com transporte até o local. No último confronto entre catadores e a PMB¹¹, o governo do Estado se manifestou e se propôs a gerenciar o aterro junto com a Revita, este processo ainda está em andamento, depois de alguns Termos de Ajustamentos de Conduta (TAC), já emitidos pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS para o aterro sanitário da Revita.

Desde julho de 2015, quando o antigo lixão do Aurá foi oficialmente “fechado”, em cumprimento a Lei 12.305, de 02/08/2010 (PNRS) do governo federal, que o lixo de Belém é destinado ao aterro sanitário da Revita, que possui capacidade para receber 4,6 milhões de metros cúbicos e por isso, estima-se uma vida útil de 15 anos, com 4 lagoas de chorume em funcionamento, com capacidade de 120mil m^3 cada uma, mas o projeto prevê que sejam construídas mais 10. Atualmente o Revita recebe em torno de 1.800 toneladas de lixo diariamente e 100 hectares do local são destinados para o depósito de resíduos sólidos, mas possui a capacidade de atender cerca de 3 milhões de pessoas que estão dentro das cidades que compõem a RMB. Com a introdução do aterro da Revita, houve uma mudança no Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos. Abaixo, segue o Quadro 1, fazendo uma comparação do gerenciamento da PMB, pagando pela disposição do lixo no aterro da Revita e se a mesma estivesse investindo na coleta seletiva.

¹¹ Este confronto ocorreu em abril de 2017, com o fechamento da rodovia na entrada de Belém e também o acesso ao aterro da Revita.



Quadro 1: Gerenciamento do Lixo na RMB - Coleta Seletiva X Revita

Destinação Final do lixo:	Coleta Seletiva	X	Revita
Gerenciamento	PMB e Associações e Cooperativas de catadores		Empresa Privada: Capacidade 4,6m ³ - estimativa de uso: 15 anos
Custo	PMB pagou para as cooperativas e associações dos catadores de materiais recicláveis: R\$ 88.034,94.		Valor pago pela SESAN/PA: fevereiro de 2016 R\$ 1.390.489,14 (transporte mais aterro)
Custo de Oportunidade	Sairia mais em conta para a PMB investir na coleta seletiva do lixo do que continuar pagando a sua disposição, sem coleta seletiva prévia, no aterro sanitário da Revita.		Está havendo um desperdício de custo de oportunidade por falta de políticas públicas na PMB: coleta seletiva

Fonte: Elaborado pela autora

Segundo dados da Secretaria de Saneamento de Belém (SESAN)¹² em 26 de fevereiro de 2016 o custo para o depósito de lixo no aterro da Revita foi de R\$ 1.390.489,14 em contrapartida o custo da PMB com as cooperativas e associações dos catadores de materiais recicláveis foi no mesmo mês de R\$ 88.034,94. Verifica-se a enorme diferença de valores orçamentários entre as duas despesas. De acordo com estes dados, podemos observar que sairia mais em conta para a PMB investir na coleta seletiva do lixo do que continuar pagando a sua disposição, sem coleta seletiva prévia, no aterro sanitário da Revita. Reforçando a nossa hipótese inicial de que há um custo de oportunidade que poderia estar sendo aproveitado se houvesse políticas públicas feitas pela PMB neste sentido. Ou seja, investir em coleta seletiva ainda é a melhor alternativa para uma gestão sustentável dos resíduos sólidos, garantindo emprego e renda para os catadores, contribuindo para o meio ambiente e para toda a sociedade. O aterro sanitário da Revita

¹² Portal da Transparência Belém (Consulta Detalhada - por empenho - SESAN - Atividade Manutenção do Serviço de Limpeza Urbana)



(Fig.1) é subsidiada pela Guamá Tratamento de Resíduos, que foi contratada pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB) para cuidar dos resíduos sólidos da Região Metropolitana de Belém (RMB) e está em pleno funcionamento.



Figura 1: Aterro Sanitário da Revita

Fonte: Santos, V. (2017)

O lixo se decompõe em duas etapas: o chorume e o gás metano, os quais são extremamente danosos ao meio ambiente. O chorume é tratado através do processo denominado osmose reversa, onde o líquido é drenado de dentro das células de lixo através de mangueiras e processado com produtos químicos até estar pronto para ser descartado no meio ambiente de forma correta. E o gás metano é queimado nos incineradores que estão em cima das células de lixo, para ser transformado em dióxido de carbono que é 27 vezes menos poluente para o meio ambiente do que o metano. O projeto é que em 2018 o grupo Solvi (soluções para a vida) da qual a Guamá tratamento de resíduos faz parte, feche um contrato com uma empresa americana que irá financiar a implantação de um projeto no aterro para transformar o gás metano que sai do lixo em energia. Antes desse lixo ser jogado nas células é feita uma cobertura com uma “manta preta” ou geomembrana de polietileno de alta densidade (PEAD), para que o lixo não entre em contato com o solo e o chorume não alcance os lençóis freáticos. As células têm cada uma no máximo cinco camadas de lixo e estão localizadas a um raio de 500 m de distância da comunidade mais próxima para que o cheiro de lixo não incomode essas famílias. Os resíduos são quase totalmente cobertos por terra e não tem mau cheiro. Havia também as incineradoras queimando o gás metano em cima da parte das células que já estavam cobertas. Não havia



urubus (em cima das células), pois de acordo com informações da Revita, a empresa usa um “pássaro mecânico” para afastá-los. (GEMAS, 2017¹³).

Das 1500 a 1800 ton de lixo que chegam diariamente ao Revita, 1% destes resíduos são doados a Associação de Catadores e Recicladores de Materiais Recicláveis de Marituba (ACAREMA), que funciona dentro do aterro sanitário, como uma das exigências do TAC. Esta Associação é composta por vinte e nove catadores, estando cinco deles na administração geral. Na visita do GEMAS a Revita foi possível conversar com a administradora da mesma, a qual nos relatou sobre o funcionamento da associação e suas formas de ganho. Abaixo a Figura 2, o galpão de separação dos resíduos da ACAREMA.



Figura 2: Galpão de Separação dos Resíduos - ACAREMA

Fonte: Santos, V. (2017)

Os catadores trabalham de segunda a sexta de 08h às 17h e aos sábados até o meio-dia. A administradora nos relatou também sobre o maior problema enfrentado lá, que é quando quebra o caminhão, cedido pela Revita. Este caminhão transporta o lixo não aproveitado para as células, e quando o mesmo quebra eles ficam impossibilitados de trabalhar por cerca de um, dois dias ou até uma semana.

O trabalho funciona da seguinte forma: o lixo é colocado no espaço no chão e depois passado para esteira com o auxílio de um trator, em seguida é feita a separação por tipos de materiais e são colocados em sacos, como garrafas pets, ferro, latinhas, etc. até atingir a quantidade de toneladas e ser vendido para a Riopel. Os materiais mais lucrativos para a associação são a garrafa pet e o plástico chamado “garrafa de quiboa”. Contudo, pelo material ser “sujo” é descontado certo valor daquela quantidade.

¹³ Estas informações são o resultado de uma visita de campo realizada ao Aterro da Revita no dia 26 de junho de 2017, pelo Grupo de Pesquisa em Meio Ambiente e Sustentabilidade – GEMAS, UFPA.



A administradora também nos relatou que os catadores ganham uma renda maior trabalhando dentro do Revita do que nas ruas, cerca de 300,00 por mês e por catador. Os materiais necessários para a manutenção da associação são comprados com a renda obtida da venda de dois materiais: o vidro transparente e o plástico da sandália rider. Para entrar na associação são necessários apenas os documentos pessoais e número do Nicho de catador (que corresponde ao PIS).

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de uma economia mais humanizada e social é uma discussão que não tem mais volta. A ideia da economia de mercado foi única por muito tempo, mas já não explica os problemas da sociedade atual. Por isso tantos novos conceitos estão sendo discutidos e criados, rumo a uma sociedade mais justa. O processo ainda está em construção, às ideias estão se organizando, mas o caminho está sendo traçado.

A construção de um novo paradigma sustentável, com racionalidade ambiental significa que a sociedade precisa se conscientizar de que o mundo necessita da natureza e que esta tem um limite, ou seja, ela é finita e deve ser utilizada com coerência, racionalidade, responsabilidade e bom senso. Logo, estamos falando de algo limitado, com limites físicos, culturais, econômicos e produtivos.

Este trabalho se propôs a analisar e compreender um processo no qual iniciativas econômicas vinculadas ao lixo, dirigidas por uma racionalidade de mercado, tem lugar em um contexto onde se aplicam instrumentos de política pública ambiental na forma da coleta seletiva solidária, através de métodos da economia solidária, utilizando a autogestão.

A questão diz respeito ao confronto e, talvez, combinação de racionalidades na constituição de uma sociedade mais justa, constituída por ações orientadas pela racionalidade capitalista (de mercado) e por ações que consideram exigências de outra ordem, ou seja, a racionalidade ambiental. Assim, a discussão dos fatores que envolvem a economia dos resíduos sólidos e conseqüentemente, sobre os catadores, significa o início da elaboração de uma realidade sustentável e colaborativa dos agentes principais da problemática.

A formação de cooperativas no município de Belém e RMB destaca nitidamente a posição social de pessoas excluídas do mercado e que por uma finalidade de renda, não havendo outra opção, entram na cooperativa. É demonstrado que as organizações dos catadores em cooperativas qualificam o seu papel social, formando um grupo com maior destaque na realização de atividades e na cobrança de suas demandas internas e externas,



assim, é destacado que os problemas envolvidos não são mínimos e independentes, principalmente na sua relação com o poder público. É notório identificar as carências que esse tipo de serviço apresenta na realidade, e da mesma maneira, é de fácil identificação as políticas voltadas para suprir essas necessidades.

Logo, a situação do resíduos sólidos em Belém se agravou após a finalização das atividades do aterro do Aurá, que deixou catadores sem renda e não houve uma implementação de políticas públicas urbanas para realocar essas pessoas, muitos indo trabalhar em semáforos ou trabalhando como ambulantes em Belém. Dentro das cooperativas e associações, é identificado a falta de uma gestão administrativa, sem um acompanhamento de consultoria do poder público, limitando-se a administrações de organizações como esta, a apenas a anotação da produção e seu valor remunerativo de cada catador.

Além disso, de acordo com os dados levantados, ficou claro que seria mais em conta para a PMB investir na coleta seletiva do lixo do que continuar pagando a sua disposição, sem coleta seletiva prévia, no aterro sanitário da Revita. Reforçando a nossa hipótese inicial de que há um custo de oportunidade que poderia estar sendo aproveitado se houvesse políticas públicas feitas pela PMB neste sentido. Ou seja, investir em coleta seletiva ainda é a melhor alternativa para uma gestão sustentável dos resíduos sólidos, garantindo emprego e renda para os catadores, contribuindo para o meio ambiente e para toda a sociedade, diminuindo os gastos públicos no contrato com empresas privadas para o serviço de coleta e utilizando o que seria gasto para enterrar o lixo em obras sociais, tão necessárias no nosso município.

O Aterro sanitário da Revita está sendo reestruturado, cumprindo algumas exigências da SEMAS – PA, através do Termo de Ajuste de Conduta – TAC – 2017, depois de muitos protestos da população do entorno do Aterro, reivindicando a mudança de local do mesmo, pelo fato do mau cheiro que exalava do aterro. Diante disso, a situação está sendo ajustada. E a esperança que a situação dos resíduos sólidos em Belém e RMB seja solucionada.

4 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei no. 12.305/2010, **Política Nacional de Resíduos Sólidos, Legislação Brasileira**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/lei/12305.htm, acesso em maio 2014.



Fé, C.F.C.M., FARIA, M.S. **Catadores de Resíduos Recicláveis, autogestão, economia solidária e tecnologias sociais**. In: Zanin, M, Gitierrez, R.F. (org.) Cooperativas de Catadores: reflexões sobrepráticas. São Carlos : Claraluz, 2001, E-Book.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. Bahia - Análise & Dados, Salvador - Bahia, v. 12, n. 01, p. 09-19, 2002.

FERNANDES, R .C., **Privado porém público – o terceiro setor na América Latina**, ed. Relume-Dumará, Rio de Janeiro, 1994.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Gestão Ambiental: um enfoque no desenvolvimento sustentável**. Disponível em <http://www.gestaoambiental.com.br>. Acesso em 16 nov 2004.

LAVILLE, J.-L. e EME, B., “Pour une approche pluraliste du tiers secteur”, in Mana, Revue de Sociologie et d’Anthropologie, Presses Universitaires de Caen, n.7 (dossier : “France/Brésil - Politiques de la question sociale”), premier semestre 2000.

Laville, Jean-Louis Professor do CNAM – Paris – Seminário: **Sociologie de l’économie solidaire et des mouvements sociaux. Perspectives croisées**. <http://www.ehess.fr/fr/enseignements/2012/eu/800/> Seminários realizados no primeiro semestre de 2013 – CNAM – EHESS – Paris – França.

LEFF, Enrique - Entrevista a **Pagina 22**, em julho de 2010.

<http://pagina22.com.br/index.php/2010/07/entrevista-enrique-leff/>

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. Ed. Cortez - SP, 2002.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental – A Reapropriação Social da Natureza**. Ed. Civilização Brasileira – RJ, 2006.



GT 07 – Cidades e Transformações do Urbano na América Latina

NATUREZA E SIGNIFICADOS DA CENTRALIDADE EXERCIDA PELO COMÉRCIO VAREJISTA DE IMPERATRIZ-MA: uma abordagem a partir do segmento de confeções do Calçadão

Lucas Ribeiro da Silva (Universidade Estadual do Maranhão)¹
luucas.ribeiros@hotmail.com

Jailson de Macedo Sousa (Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão)²
geoparsagada@gmail.com

RESUMO

Este artigo buscou refletir e compreender as expressões e significados da centralidade econômica desempenhada pelo comércio varejista da cidade de Imperatriz. Elegemos como recorte espacial o Calçadão, que é uma área tradicional deste segmento, já que concentra a maior quantidade de estabelecimentos ligados ao setor varejista. Procuramos refletir sobre os aspectos históricos da urbanização brasileira e seus desdobramentos na região Amazônica, contextualizando alguns elementos do processo de urbanização de Imperatriz. Buscamos relacionar as formas de comércio encontradas no Calçadão com a formação de centralidade conduzida pelo setor terciário. Como estratégias metodológicas, as opções adotadas para o desenvolvimento deste estudo se pautaram na abordagem qualitativa, por entendermos que a cidade se apresenta como um espaço dinâmico que é construído por distintos sujeitos que apresentam diferentes interesses. Também fizemos o uso da técnica de entrevistas. Estes instrumentos foram amparados nas contribuições metodológicas fornecidas por Gil (2010) e Lakatos & Marconi (2003).

Palavras-chave: Centralidade, Comércio, Imperatriz.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo aborda aspectos essenciais da dinâmica do comércio varejista materializado na cidade de Imperatriz – MA. Buscamos compreender como se encontra a estrutura e o funcionamento deste segmento, dando um enfoque maior para o setor de confeções, tendo em vista que esse desempenha fortes expressões no cenário do comércio imperatrizense. A área escolhida para a realização deste estudo foi o Calçadão, já que esta é uma das áreas de maior concentração deste segmento, conforme mostram as fotos 1 e 2 a seguir.

¹Professor Substituto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão/IFMA.

²Professor Adjunto I da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão/UEMASUL.



Foto 1: Imperatriz/MA – Calçada.
Fonte: SILVA, 2016.



Foto 2: Imperatriz/MA – Calçada.
Fonte: SILVA, 2016.

É reconhecido que o comércio varejista se apresenta como uma das principais atividades econômicas de Imperatriz, tendo grande importância no contexto municipal e regional, sendo um dos principais geradores de emprego e renda para muitas famílias. Por estar se expandindo e se consolidando na economia municipal, este segmento tornou-se um grande propulsor de fluxo de capitais e de pessoas, colocando Imperatriz em segundo lugar, no ranking das cidades com maior PIB do estado Maranhão.

Nesta interpretação, foi necessário entender os elementos que evidenciam o fenômeno urbano no Brasil, que tem sido marcado por intensa diversificação e complexidade das cidades.

No processo de diversificação e complexidade da urbanização brasileira, há desde a década de 1950 um aumento significativo da população urbana em relação às populações rurais, ou seja, o ritmo de crescimento da população urbana é superior ao ritmo da população rural. Nesse contexto, cabe destacar alguns fatores que contribuíram para esse processo. São eles: O processo de industrialização, que motivou a migração para as grandes cidades que passaram a polarizar a economia do país; A modernização dos processos produtivos no campo, que passou a absorver cada vez menos mão-de-obra e os papéis atribuídos a mídia, que através do rádio e televisão, induziram a população do campo a migrar para as cidades.

Neste contexto, o presente trabalho propõe compreender a centralidade do segmento varejista e a sua influência para a economia urbana de Imperatriz. Além disso, pretendemos analisar a estrutura e dinâmica do segmento varejista, considerando a participação do setor de confecções no Calçada de Imperatriz – MA.

Compreendemos que a metodologia nos estudos de natureza científica se constitui mediante a adoção de abordagens teóricas, métodos científicos e técnicas de pesquisa que



são condizentes aos processos de investigação desenvolvidos pelo pesquisador. Para tanto, este estudo utilizou a abordagem de natureza qualitativa, por esta propiciar uma melhor análise do problema em questão. O método científico adotado foi o dialético, já que este se propõe a penetrar no mundo dos fenômenos por meio de sua ação recíproca, da contradição inerente ao objeto investigado e a mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade. Além disso, foram utilizadas como técnicas de investigação a observação simples e as entrevistas estruturadas.

Este estudo nos orientou a (re)pensar o contexto urbano de Imperatriz, para entender elementos fundamentais da sua dinâmica recente, além de fornecer uma direção para a compreensão da centralidade do segmento varejista imperatrizense, principalmente no que diz respeito a área do Calçadão. Também serviu de estímulos para compreender a função que esta atividade desempenha no cenário econômico da cidade. Com isso verifica-se a importância deste estudo, já que possibilitou uma análise e compreensão do comércio varejista em Imperatriz.

2. A URBANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: COMPLEXIDADE E DIVERSIFICAÇÃO

O processo de urbanização contemporâneo difundido no território brasileiro evidencia marcas e características de uma urbanização que se apresenta, ao mesmo tempo, como complexa e diversificada. Esta diversificação é resultante de intensas desigualdades e diferenças. Estes são traços particulares à formação do espaço regional brasileiro e ao modo como a divisão territorial do trabalho tem atuado nas diferentes regiões do país. A este respeito, Santos (1996) destaca:

A rede urbana brasileira é cada vez mais diferenciada, cada vez mais complexificada. Cada cidade e seu campo respondem por relações específicas, próprias às condições novas da realização da vida econômica e social do país. A complexa organização territorial e urbana do Brasil guarda profundas diferenças entre suas regiões. Em 1980, é a região Sudeste a mais urbanizada, com um índice de 82,79%. A menos urbanizada é a região Nordeste, com 50,44% de urbanos, quando a taxa de urbanização do Brasil era de 65,57%. (SANTOS, 1996, p. 53-58).

Estas diferenças regionais da urbanização brasileira encontram estreitas explicações em razão do modo como a divisão territorial do trabalho, ou seja, da maneira como as especializações produtivas têm manifestado no território brasileiro. Quanto mais especializações produtivas se estabelecerem nas regiões brasileiras, mais intenso será o processo de urbanização no Brasil.



O processo de urbanização contemporâneo no Brasil adquiriu maior visibilidade, sobretudo, após a segunda metade do século XX, com a inserção das atividades industriais no Centro-Sul do país e as especializações produtivas que irão se irradiar nas distintas regiões brasileiras. A tabela 1 indicada a seguir ilustra essa realidade de acordo com cada região brasileira.

Tabela 1: Evolução Regional da População Urbana Brasileira (1950-2010) - %

Ano	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1950	36,2%	31,5%	25,4%	47,5%	29,5%	24,4%
1960	44,9%	37,4%	33,9%	57,0%	37,1%	34,4%
1970	55,9%	42,6%	41,8%	72,7%	44,3%	50,7%
1980	67,6%	50,3%	50,5%	82,8%	62,4%	70,8%
1991	75,5%	59,0%	60,6%	88,0%	74,1%	81,3%
1996	78,4%	62,0%	65,0%	89,0%	77,0%	84,0%
2000	81,2%	69,9%	69,1%	90,5%	80,9%	86,7%
2010	84,4%	73,5%	73,1%	92,9%	84,9%	88,8%

Fonte: BAENINGER (2003). Dados atualizados conforme resultado do censo 2010
Organização: FERNANDES (2011)

Nas regiões sul e sudeste o desenvolvimento da indústria foi mais expressivo, permitindo a instalação de um sistema moderno de transportes e comunicações, facilitando assim, a ampliação do comércio e a expansão da produção. Com isto se intensificaram as relações econômicas permitindo, conseqüentemente o avanço e a consolidação do processo de urbanização no território brasileiro.

Esse fato se deu graças aos incentivos que essas regiões passaram a receber na década de 1960, principalmente São Paulo, que passou a ser a maior área produtiva e polarizadora de recursos do Brasil, por deter maior disponibilidade de capitais, trabalhadores qualificados e infraestruturas adequadas. Sobre estes fatos, Milton Santos (1994) enfatiza:

No Sul e no Sudeste, onde existe uma rede urbana mais desenvolvida, a interação entre as cidades acelera o processo de divisão territorial do trabalho que lhes deu origem e, por sua vez, vai permitir o avanço dos índices de urbanização, renovando assim, num círculo virtuoso, os impulsos para um novo patamar na divisão internacional do trabalho. (SANTOS, 1994. p. 60).

A situação urbana de cada região brasileira, também pode ser explicada através das mudanças que ocorreram em função da divisão internacional do trabalho. A organização das atividades econômicas tem acarretado diferenciações notáveis entre as regiões brasileiras, visto que, quanto maior for a divisão do trabalho em determinada área, maior será a taxa de urbanização ali presente.



Mais recentemente, todas as regiões do Brasil passaram a vivenciar um notório aumento em seu processo de urbanização, mesmo acontecendo em formas e níveis diferentes. Isso se dá graças às variadas formas de utilização de técnicas modernas no território brasileiro. Nas décadas de 1960 e 1970, essas mudanças não são apenas em níveis quantitativas, mas também qualitativas. Nessa direção, Milton Santos (2011) comenta:

As técnicas da produção e da circulação e o uso dos novos meios de transporte e informação permitiram a uma boa parte da população brasileira vencer as mesmas distâncias em tempo menor e, desse modo, contribuíram para a proliferação de núcleos urbanos. Essa nova divisão territorial do trabalho aumenta a necessidade do intercâmbio, que agora se dá em espaços mais vastos. Afirma-se uma especialização dos lugares no Brasil que, por sua vez, alimenta a especialização do trabalho. (SANTOS, 2011, p. 135-279).

As especializações produtivas se disseminaram pelo território brasileiro. Nenhuma região do país tem escapado às racionalidades impostas pelo capital nesta atual fase. Este processo tem implicado em uma reestruturação do país, sendo notória em suas distintas regiões. Esta reestruturação expressa as estreitas ligações do país com a atual fase da globalização.

Santos (2005, p. 146) nessa direção afirma, “a instantaneidade da informação globalizada aproxima os lugares, torna possível uma tomada de conhecimentos imediatas e cria entre esses lugares uma relação unitária na escala do mundo”. Para compreendermos este caráter complexo e diversificado que tem mobilizado o processo de urbanização no Brasil, é interessante situar as especificidades desse fenômeno, considerando a realidade da urbanização amazônica. É sobre estes aspectos que iremos discorrer a seguir.

3. FORMAS E CONTEÚDOS DA URBANIZAÇÃO AMAZÔNICA

Desde a década de 1950, a Amazônia brasileira vem sofrendo grandes mudanças em seu cenário socioespacial. Estas mudanças foram acarretadas em razão da adoção de várias ações socioeconômicas, que até então era considerada como um “espaço vazio”. Nessa direção, Becker (1991) comenta:

Num outro ângulo, situa-se o mito da imagem oficial difundida sobre a fronteira como “espaço vazio”, noção que estrategicamente serve de válvula de escape a conflitos sociais em áreas densamente povoadas e de campo aberto para investimentos. (BECKER, 1991. p. 10).



Nesse sentido, era necessária a inserção da Amazônia no processo de ocupação, visto que o Brasil passava por um estreito vínculo com o sistema capitalista global. Esta interação com o mundo capitalista permitiu que o território brasileiro vivenciasse grandes mudanças, ocasionadas pelo acelerado surgimento de inovações.

Outro fator determinante para a intensificação da ocupação e povoamento da Amazônia brasileira é o fato de ser considerada uma região com grande valor econômico, o que facilitaria a reprodução do capital. Sobre estes aspectos, Becker (1982) fala:

As fronteiras de recursos são definidas como zonas de povoamento novo, em que o território virgem é ocupado e tornado produtivo. [...] Em virtude do alto valor de seus recursos naturais e do seu despovoamento, esta região é capaz de absorver inovações e atrair efeitos de difusão do crescimento. Constitui-se, assim, como uma fronteira de recursos, ou seja, uma região de novas oportunidades. (BECKER, 1982, p. 650).

A ocupação da Amazônia passou a ser uma prioridade durante os governos militares, que tinham como objetivo a implantação de uma rede de integração espacial, que visava a modernização do país e a conexão do território amazônico não somente com os espaços produtivos do Brasil mas também ao mundo. A este respeito, Becker (1991) enfatiza:

A ocupação da Amazônia se torna prioridade máxima após o golpe de 1964, quando, fundamentado na doutrina de segurança nacional, o objetivo básico do governo militar torna-se a implantação de um projeto de modernização nacional, acelerando uma radical reestruturação do país, incluindo a redistribuição territorial de investimento de mão-de-obra, sob forte controle social. (BECKER, 1991, p. 12).

Através desses fatos indicados, notamos que a urbanização da região amazônica foi motivada em razão do desenvolvimento de programas e projetos governamentais, com o intuito de integrar a região ao resto do país, fazendo com que esta região conhecesse novos padrões de urbanização, adquirindo formas e conteúdos atrelados ao processo de reprodução de capital, que permitiram a intensificação da ocupação e povoamento da região amazônica e de suas cidades.

Ao considerar estas transformações socioespaciais ocorridas na Amazônia brasileira a partir de 1950 é que situamos as particularidades destas alterações na cidade de Imperatriz, uma vez que esta cidade encontra-se estabelecida nos limites territoriais da Amazônia Legal.

4. CENTRALIDADE URBANA: revisitando conceitos



Este espaço é dedicado à compreensão do conceito de “centralidade urbana”, que se apresenta como conceito essencial nos processos que envolvem a produção do espaço urbano. Neste caso, analisamos a centralidade que vem sendo produzida através do segmento terciário, em particular a centralidade desenvolvida a partir do segmento de comércio varejista materializado na cidade de Imperatriz.

Nesta análise, a centralidade urbana se apresenta como um conceito chave que permite a compreensão das relações e interações socioespaciais estabelecidas no interior das cidades e ainda, em relação às interações estabelecidas em um contexto interurbano.

Dessa forma, o Calçadão de Imperatriz se apresenta como uma área que exerce tal centralidade urbana voltada às atividades terciárias. Isso se explica, pelo fato de ser um espaço que dispõe e concentra um maior número de estabelecimentos varejistas. Além disso, passa a gerar e manter fluxos (de pessoas, capitais, mercadorias, etc), o que faz dessa área um espaço diferenciado, com um maior poder de articulação e atratividade.

Cabe ressaltar que tal centralidade não é exercida pelo fato de estar localizada no centro da cidade, e sim por se manifestar a partir da reunião e concentração de atividades econômicas dominantes do lugar central, que em geral, são oferecidas em relação aos demais espaços da cidade.

A cidade em sua forma é vista como uma paisagem que contem muitas marcas deixadas pela história. Desse modo, para esta análise é indispensável a associação da cidade com centralidade urbana. Assim, Whitacker (2003) enfatiza:

Não existe cidade sem centralidade por isso, se compreende que a única categoria que pode ser utilizada para definir a cidade em todos os tempos é o centro. Mas deve-se procurar compreender o conteúdo da centralidade nos diferentes momentos históricos e recortes empreendidos para sua apreensão, na perspectiva de se entender como ela se realiza no âmbito de diferentes formações sociais. (WHITACKER, 2003, p. 127).

Este comando pode se manifestar a partir da reunião e concentração de atividades econômicas dominantes do lugar central, que em geral, são oferecidos em relação aos demais espaços da cidade. É através desta posição hierárquica e das relações de complementaridade e dependência que o lugar central exerce, em relação aos demais que a centralidade urbana se afirma. Conforme Iara França (2012) comenta:

Aquelas cidades que desempenham importantes funções na rede urbana em que se inserem são denominadas de lugares centrais ou localidades centrais, ou seja, são dotados de centralidade. São espaços dinâmicos, podendo conduzir toda a rede urbana ao dinamismo. A configuração da rede mostrará a hierarquia das cidades (ou lugares centrais), conforme a posição e área de influência de cada uma delas, o que decorre de seu dinamismo e da sua especialização. [...] A centralidade resulta da



capacidade de polarização de alguns centros nas redes em que se inserem. (FRANÇA, 2012, p. 70).

A compreensão de centralidade urbana não pode ser entendida sem a participação das atividades terciárias, uma vez que esta relação gera um (re)ordenamento das atividades que estavam limitadas apenas ao centro principal da cidade. Segundo Beltrão Sposito (2001):

Essa redefinição da lógica de reestruturação interna das cidades resulta, ainda, de uma tendência de concentração econômica de empresas do setor comercial e de serviços, o que leva a uma ampliação dos estabelecimentos de médio e grande porte, ligados muitas vezes a empresas de porte nacional e transnacional. (SPOSITO, 2001, p. 236).

Dessa maneira, podemos considerar que as transformações do comércio e a necessidade de consumir os produtos associados às imagens impulsionaram as mudanças no comércio, além da “globalização da economia que contribuiu para acelerar as mudanças dos lugares, através da “expansão urbana e da explosão do consumo” (SANTOS, 1996, p. 15).

A compreensão da constituição da centralidade urbana requer o entendimento das interações espaciais entre os núcleos urbanos. O entendimento destas interações passa pelos significados conferidos aos fluxos materiais e imateriais estabelecidos entre eles. Ao considerar o dinamismo desses fluxos em Imperatriz, as interações espaciais encontram fortes explicações em razão da pujança conferida ao terciário, sobretudo, à força socioeconômica comandada pela atividade comercial e a prestação de serviços. Montessoro (2006) nesta direção afirma:

A centralidade pode ser entendida pelos fluxos estabelecidos nas diversas áreas que compõem o tecido urbano, pois é uma justaposição de movimentos que assinalam as constantes mudanças no tempo e no espaço em função da localização de atividades comerciais e de serviços por toda a cidade, umas com densidade maior que outras, sendo comum a cada nova localização das formas espaciais a constituição de nós de circulação e articulação entre as pessoas, mercadorias, informações que fazem parte do todo social. (MONTESSORO, 2006, p. 65).

Esses apontamentos sobre a constituição da centralidade urbana contribuíram para expressar algumas ideias a respeito da temática, já que estaremos partindo dessas concepções para analisar a realidade da cidade de Imperatriz - MA num contexto de relações entre os diversos atores sociais e a produção do espaço urbano. Assim sendo, o item a seguir aborda resultados parciais obtidos nesse período de pesquisa.



5. A CIDADE DE IMPERATRIZ E A CONSTITUIÇÃO DE CENTRALIDADE DO COMÉRCIO VAREJISTA

Como optamos por trabalhar aspectos do dinamismo do comércio varejista, e a centralidade exercida por este, elegemos nesse contexto as formas tradicionais de comércio, representadas nesse caso, pelo segmento de confecções na área que compreende o calçadão³ que se localiza no centro tradicional ou principal desta cidade.

As atividades comerciais inseridas na cidade têm papel de grande importância para a compreensão da urbanização, já que na medida em que ocorre o crescimento populacional em algumas localidades, este segmento serve de suporte à manutenção social e econômica da população. A respeito desta relevância das atividades comerciais Pintaudi (1999) pondera:

Mas as atividades comerciais e de serviços, embora com transformações, permanecem ali, pois são constitutivas do modo de vida urbano e, por tanto, da forma urbana, mesmo quando aparecem em locais como as rodovias. Assim, entendemos que a análise do comércio permite uma melhor compreensão do espaço urbano, na medida em que comércio e cidade são elementos indissociáveis, como podemos comprovar historicamente. (PINTAUDI, 1999, p. 144).

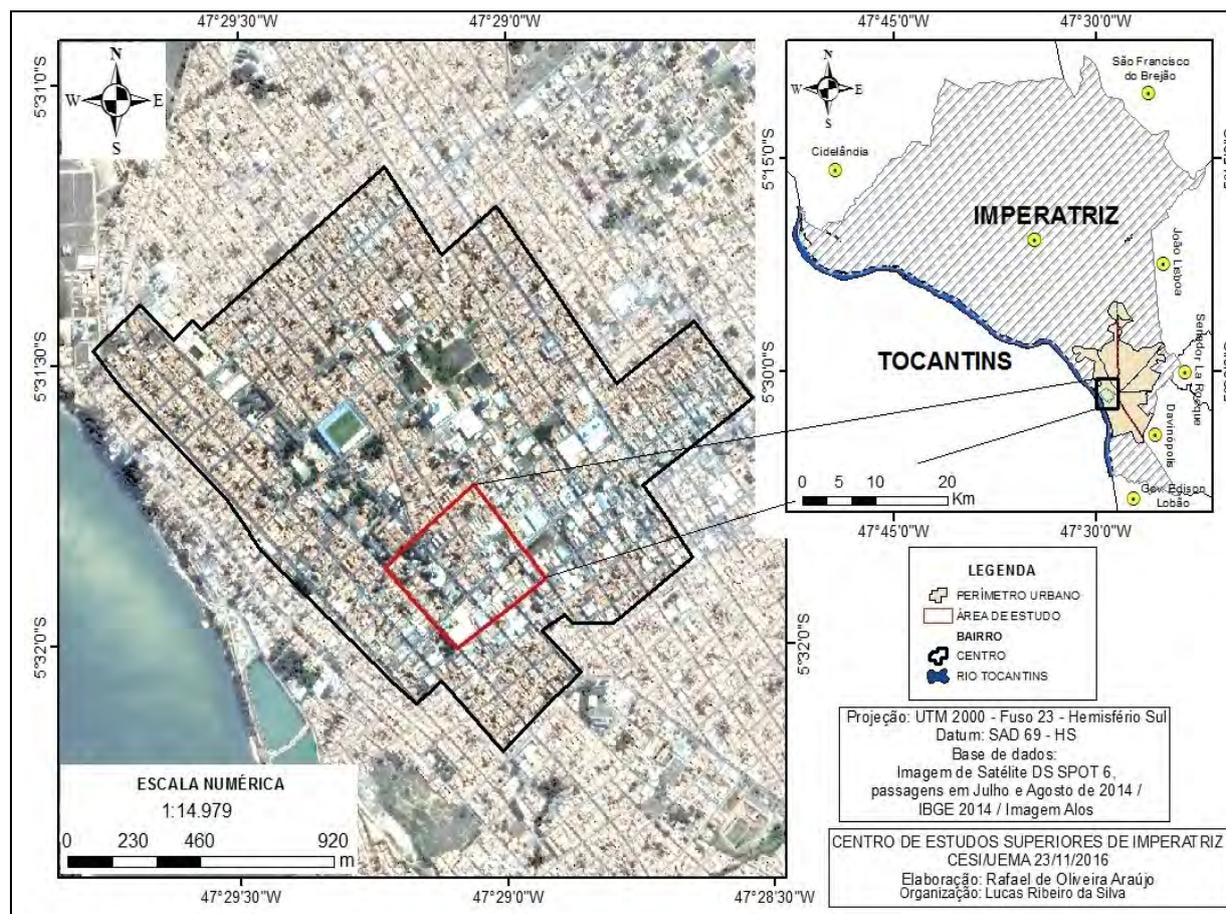
No caso de Imperatriz, estas atividades foram instaladas desde a década de 1980 e é reconhecido que elas passaram a exercer fortes expressões e importância para a economia urbana e regional desde então. A este respeito são válidas as contribuições fornecidas através dos estudos de Sousa (2013)

No caso específico de Imperatriz, observa-se desde o início da década de 1980 forte destaque econômico desta cidade no cenário regional em face da difusão da atividade comercial bem como a ofertas de diversos serviços, especialmente, àqueles ligados à educação superior, serviços públicos e privados de saúde manifestado por meio da ampliação significativa de clínicas especializadas e há que se ressaltar ainda, no período recente o avanço do segmento da construção civil, através do aumento de edificações nesta cidade. (SOUSA, 2013, p. 15).

Para definição do número de estabelecimentos ligados ao setor de confecções, realizamos um recorte espacial delimitando a área que corresponde ao calçadão, que é a Av. Getúlio Vargas, que fica entre as ruas Simplício Moreira e Sousa Lima, para aplicarmos os roteiros de entrevista. Conforme podemos observar no mapa 1 de localização da área de estudo:

Mapa 1: Localização da área de estudo

³ Verificar Mapa 1 - Localização da área de estudo.



Fonte: ARAÚJO, 2016.

O motivo para a escolha dessa área se deu pelo fato de ser a mais movimentada, onde há mais estabelecimentos voltados para o comércio varejista. Além disso, existem razões de qualificação deste espaço urbano, sobretudo na utilização de transportes públicos, o que facilita o deslocamento não só de pessoas residentes em Imperatriz, mas também para os visitantes ocasionais.

A realização das entrevistas se deu em dois momentos distintos. A primeira etapa foi realizada entre os dias 20 a 24 de junho de 2016. Na qual a finalidade central foi compreender os motivos que levaram os comerciantes a instalarem suas lojas no Calçadão e a analisar o valor que essa área comercial representa para os comerciantes.

A segunda etapa de execução das entrevistas ocorreu nos dias 29 e 30 do mesmo mês, sendo direcionada ao representante da associação dos lojistas do Calçadão, no intuito de entender o papel que essa área desempenha na vida desses comerciantes e das pessoas que a frequentam. O quadro 1 a seguir, mostra as etapas desta pesquisa.



Quadro 1: Imperatriz – Sujeitos da Pesquisa, 2016

MUNICÍPIO	SUJEITOS	FINALIDADES	DATA
Imperatriz	- Lojistas/ Encarregados (Gerentes) do setor de confecções do Calçadão de Imperatriz (20);	- Compreender a noção de centralidade econômica dessa área tradicional de comércio varejista e sua representatividade para os lojistas e clientes que frequentam essa área.	20 a 24/06/2016
	- Representante da associação dos lojistas do Calçadão (01).	- Entender o papel que essa área desempenha na vida desses comerciantes e das pessoas que a frequentam.	29 e 30/06/2016

Organização: SILVA, 2016.

Na área delimitada foram contabilizados 50 estabelecimentos, na qual foram aplicados 30 roteiros de entrevista. Tais roteiros permitiram a compreensão da centralidade exercida pelo comércio varejista (setor de confecções) e constituição de uma centralidade urbana para a cidade de Imperatriz.

Com relação aos dados colhidos, o roteiro de entrevista apurou que os proprietários dos estabelecimentos situados no calçadão estão implantados nesta área há mais de 3 anos, o que mostra a representatividade exercida por esse centro comercial.

Por meio destes roteiros, foi possível perceber ainda os fatores determinantes para estes estabelecimentos se concentrarem nessa área. Fora o valor afetivo, que se dá pelo fato deles considerarem uma área central, onde terão clientela garantida, pois ao se falar em compras de confecções, a população tem o calçadão como o centro de concentração deste segmento.

Das respostas dadas pelos comerciantes, 100% afirmam atender clientela de outros municípios do Maranhão, tais como Carolina, Açailândia, João Lisboa, etc; e até mesmo de outros estados, como é o caso do Tocantins e Pará, o que apenas confirma a influência exercida pelo comércio de Imperatriz, às cidades do seu entorno.

A origem das mercadorias é variada. Do total de 30 lojas que foram aplicados roteiros de entrevista, 10% responderam que adquirem suas mercadorias na cidade de São Paulo; 60% dizem adquirir em Goiânia e 30% adquirem em Fortaleza.

Sobre a origem de residência dos proprietários, todos informaram ser do município de Imperatriz, o que nos sugere que haja uma concentração do número de estabelecimentos em propriedades de famílias mais antigas, que há várias décadas faz parte da sociedade imperatrizense. Essa constatação não foge à regra do setor comercial, cuja atividade exige presença mais constante do proprietário nas atividades do cotidiano do estabelecimento (PEREIRA & LAMOSO, 2005).



Nesse sentido, cabe destacar algumas falas de lojistas que foram apreendidas no decorrer das entrevistas, e que são de fundamental importância para o processo de entendimento da centralidade urbana do comércio varejista no calçadão de Imperatriz-MA:

“Estou instalada aqui no Calçadão pra mais de três anos e me fixei aqui por conta de ter clientela garantida, já que sim, considero aqui uma área central de Imperatriz e do comércio varejista, pois se encontra tudo. Trago meus produtos de outros estados, tais como São Paulo, Goiás, Ceará, etc. E revendo aqui não somente para pessoas da própria cidade de Imperatriz, mais também de outras cidades circunvizinhas e até mesmo de outros estados, como Tocantins e Pará.” (Lojista 1. Entrevista realizada no dia 27/06/2016).

“Meu estabelecimento se encontra aqui no Calçadão pra mais de três anos. Tive sucesso de venda, por que aqui o fluxo diário de pessoas é altíssimo e com isso consigo ter bons lucros. Minhas mercadorias são oriundas de outros estados, como Goiás, Ceará e Paraná. Atendo pessoas de tudo que é lugar, pessoas daqui, de cidades próximas e de outros estados. Por isso essa área tem um valor inestimável para mim”. (Lojista 2. Entrevista realizada no dia 28/06/2016).

“Eu estou aqui tem mais de três anos, pois essa loja é uma continuidade da minha família. A origem das minhas mercadorias é bem ampla, pois trago produtos do Ceará, São Paulo, Santa Catarina Goiás, além de outros países como, a Guiana Francesa. Atendo pessoas diariamente aqui de Imperatriz, mais também de outras cidades e estados, como o Pará. Acredito que há essa procura pelo Calçadão, por estar no centro da cidade de Imperatriz”. (Lojista 3. Entrevista realizada no dia 28/06/2016).

“O Calçadão representa uma área econômica de grande importância para a cidade de Imperatriz. Já que é um pólo comercial, pois atende muitos municípios circunvizinhos e cidades de outros estados como o Pará e Tocantins. Além disso, essa área acaba adquirindo uma expressão enorme no que se refere a empregabilidade, pois muitas pessoas se deslocam para lá em busca de um emprego. O comércio varejista vem somar com o crescimento e desenvolvimento de Imperatriz, movimentando assim o PIB da cidade. Com isso o Calçadão se torna o oxigênio de Imperatriz. (Representante comercial”. Entrevista realizada no dia 29/06/2016).

Por meio destes relatos fica comprovada a importância do Calçadão para muitas pessoas, não somente de Imperatriz mais também para aquelas oriundas de outras cidades e estados, à medida que esta área ganha um valor social e econômico de grande representatividade, se configurando como um centro tradicional de compras.



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido estudo se ocupou em abordar a questão da centralidade urbana exercida pela cidade de Imperatriz através do comércio varejista (confecções) no calçadão. Pudemos constatar desse modo que o comércio varejista tem papel de destaque no contexto urbano e econômico desta cidade, ao passo que atende pessoas do centro-sul do Maranhão, do extremo norte do Estado do Tocantins e do Sul e Sudeste do Pará.

Este fato pode de certa forma ser explicado através das políticas regionais que se centralizam em Imperatriz e também da força econômica que a cidade exerce através da atividade comercial. A interpretação que buscamos fazer acerca desta centralidade comandada pela cidade de Imperatriz só adquire explicações contundentes se associarmos ao mesmo tempo a dimensão política às dimensões econômica e social. A centralidade nesse sentido não é apenas econômica.

De acordo com as vozes dos sujeitos investigados pudemos perceber a importância do comércio varejista e do Calçadão para a cidade de Imperatriz. É reconhecido que esta área desempenha uma múltipla funcionalidade, à medida que engaja grandes empreendimentos de cunho varejista e atende uma grande parcela de populações providas de outras cidades circunvizinhas e até mesmo de outros estados, como é o caso do Pará e Tocantins.

A partir daí fica a nossa preocupação em compartilhar aos interessados, o papel adquirido por este segmento comercial e a centralidade do Calçadão como um centro tradicional de comércio, que adquire grande valor social e econômico e que expressa amplas expressões para a cidade de Imperatriz-MA.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**: a nova fronteira de recursos. Jorge Zahar Editores: Riode Janeiro, 1982.

_____. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1991.

FERNANDES, Patrícia da Silva. **Descentralização econômica e as expressões de novas centralidades na cidade**: uma reflexão a partir da instalação e expansão dos serviços bancários no bairro Nova Imperatriz. Imperatriz: Ética, 2011. 111 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 1ed. – 17 reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

FRANÇA, Iara. **Aglomeración urbana descontínua de Montes Claros/MG: novas configurações socioespaciais**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia, 2012.



LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MONTESSORO, Cláudia Cristina Lopes. **Centralidade urbana e comércio informal: os novos espaços de consumo no centro de anápolis-GO**. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente, 2006. 384p.

PEREIRA, Ana Paula Camilo; LAMOSO, Lisandra Pereira. **O comércio varejista na cidade de Dourados-MS**. Geografia, 2005.

PINTAUDI, Silvana. A cidade e a crise. In: _____ DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **O espaço no fim de séculos: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.

ROCHFORT, Michel. **Redes e sistemas: ensinando sobre o urbano e o regional**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton. A nova urbanização diversificação e complexidade. In: _____ **A urbanização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 46-59.

_____. Os espaços da globalização. In: _____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. P. 145-154.

_____. SILVEIRA, Maria Laura. Urbanização: cidades médias e grandes. In: _____. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 15 edição. Rio de Janeiro: Record, 2011. p. 279-286.

SOUSA, Jailson de Macedo. Aspectos históricos da urbanização de Imperatriz. In: _____ **A cidade na região e a região na cidade: a dinâmica socioeconômica de Imperatriz e suas implicações na região Tocantina**. Imperatriz, MA: Ética, 2009.

_____. Centralidades urbano-regionais na Amazônia Oriental: uma reflexão através da dinâmica sócioeconômica de Imperatriz (MA) e Marabá (PA). In: IX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – ENANPEGE, 2011. Goiânia. Anais... Disponível em CD ROM.

_____. Centralidades urbano-regionais na Amazônia Oriental: uma interpretação através da dinâmica funcional de Imperatriz (MA) e Marabá (PA). In: XII SIMPURB – Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 20, 2013. Belo Horizonte. Anais... Disponível em CD ROM.

_____. **Enredos da dinâmica urbano-regional Sulmaranhense**: reflexões a partir da centralidade econômica de Açailândia, Balsas e Imperatriz. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia, 2015. 558p.

SPOSITO, M. E. B. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In.: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (org.) **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: PPGG/FCT/UNESP/GAsPERR, 2001.

WHITACKER, Arthur Magon. **Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto**. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente, 2003.

**GT 07 - Cidades e transformações do urbano na América Latina****O COMÉRCIO PARA-FORMAL NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAY:
OCUPAÇÕES CONTROVERSAS DO ESPAÇO PÚBLICO**

Eduardo Rocha (Universidade Federal de Pelotas/RS)¹
amigodudu@yahoo.com.br

Lorena Maia Resende (Universidade Federal de Pelotas/RS)²
lorenamiltao@gmail.com

Rafaela Barros de Pinho (Universidade Federal de Pelotas/RS)³
rafaelaapinho@gmail.com

RESUMO

Ao realizar uma viagem contínua por toda linha fronteira Brasil-Uruguay, a pesquisa se dedica a dar voz e visibilidade às para-formalidades encontradas nas seis cidades-gêmeas, a partir de cartografias urbanas que auxiliam a compor um novo universo sobre a cidade na contemporaneidade. O objetivo é identificar esse para-formal que existe/resiste na fronteira e poder analisá-lo em diferentes propostas de aproximação com a cidade, suas implicações e contribuições, através de elementos de leitura de planos e cartografias. Experimentam-se os espaços não regulados, onde se produzem atividades que tendem a subverter as leis da economia tradicional, do urbanismo e das relações humanas, gerando mudanças importantes, tanto teóricas como práticas, na maneira de pensar e planejar a cidade. Esses são espaços “para-formais” (camelos, ambulantes, artistas de rua, moradores de rua, etc.). Nos resultados observados o para-formal na fronteira Brasil-Uruguay é exclusivamente comercial, visto que a região da fronteira é um lugar de troca, de fluxos de pessoas, mercadorias, culturas e o comércio - lícito ou ilícito - tornou-se durante muitos anos um fator relevante no desenvolvimento da região; quanto ao lugar do para-formal ocupa o espaço público principalmente localizado nas calçadas; já o equipamento utilizado é bem variado em seu tamanho e mobilidade prevalecendo aqueles que são móveis e possuem mais flexibilidade e; o corpo para-formal é o protagonista em grande parte do tempo. A pesquisa, no momento em que reconhece o para-formal na fronteira, contribui para os avanços tanto metodológicos como na produção de conhecimento sobre configurações complexas da cidade na contemporaneidade.

Palavras-chave: Fronteira, Comércio para-formal, Cartografia urbana.

1. INTRODUÇÃO

Este escrito é fruto do projeto de pesquisa⁴ que dedica desde o ano de 2016 a experimentar essas “para-formalidades” nos centros urbanos das cidades-gêmeas⁵ da

¹ Ex: Doutor em Arquitetura e Urbanismo, professor e pesquisador no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFPel. Pelotas/RS Brasil

² Ex: Estudante de pós-graduação, bacharel em Arquitetura e Urbanismo, pela Universidade Federal de Pelotas/RS Brasil

³ Ex: Mestra em Arquitetura e Urbanismo, pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFPel. Pelotas/RS Brasil



fronteira entre Brasil e Urugay. A proposta vem de encontro às controvérsias urbanas pelo que sofrem as cidades latino-americanas na contemporaneidade, trazendo a superfície os conflitos e acomodações no espaço público das áreas centrais.

1.1 O Para-formal

O "para-formal" nasce com grupo argentino GPA (2010)⁶, é um conceito de fronteira, que ao contrário da oposição entre o formal e o informal – a partir de áreas do conhecimento como o urbanismo e a economia, que categorizam seus estudos e objetos em cidade/economia formal e informal – busca experimentar a fresta ou o interstício entre categorias, que aqui denominamos como cenas urbanas "para-formais". Um modelo de investigação "para-formal" se apropria de categorias alternativas para explorar o "campo do meio", a zona cinza, onde se desenvolve a verdadeira máquina da cidade.

O para-formal nesse sentido, é algo artificial e provisório, algo relativo à forma, mas que ao mesmo tempo não se configura como tal. Um modelo abstrato, que tem como polaridade o formal e o informal, uma atividade menos delimitável, heterogênea. O para-formal é um lugar do cruzamento entre o formal (formado) e o informal (em formação). O "para-formal" é um lugar de cruzamento entre o previsível e o imprevisível. O para-formal é:

A: a cidade em formação, o princípio de acordos, regras e projetos.

B: a cidade em desagregação, os processos urbanos conflitivos, friccionantes e catastróficos.

C: as situações urbanas onde há fortes "indiferenças estratégicas" entre os autores (GPA, 2010).

Enquanto o para-formal no qual referimos neste estudo (numa escala diferente da proposta pelo grupo GPA, que espia grandes massas e conjuntos para-formais) encontra-se no cruzamento do formal (formado) e do informal (em formação), entendemos o para-formal como todas as atividades (comerciais, culturais, moradia, lazer, mistas, etc.) encontradas nos espaços abertos e públicos da cidade, que não fazem parte de seu desenho urbano (GHEL, 2010) original, mas que agora – na contemporaneidade⁷ – fazem parte de seu

⁴ A pesquisa intitulada "O Para-formal na fronteira Brasil-Uruguay: controvérsias e mediações no uso do espaço público" coordenada pelo Laboratório de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel com financiamento do Cnpq.

⁵ O conceito de cidades gêmeas, segundo o Ministério da Integração Nacional, considera os municípios que são divididos por uma linha de fronteira – marco político internacional –, sendo seca ou fluvial, conurbada ou não, que apresentam potencial de integração econômica e cultural, podendo ainda apresentar continuidade da malha urbana com o país vizinho. Cidades com população inferior a dois mil habitantes não são consideradas cidades gêmeas.

⁶ O grupo Gris Público Americano (GPA) é um coletivo independente, formado por um grupo de arquitetos argentinos com sede em Buenos Aires, integrado por Mauricio Corbalán, Paola Salaberry, Pío Torroja, Adriana Vázquez, Daniel Wepfer e Norberto Nenninger [<https://www.facebook.com/grispublicoamericano.gpa>]. Propõe investigações que tem como ponto central as situações de controvérsias urbanas, polêmicas e/ou complexas.

⁷ "A contemporaneidade, portanto, é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, dele toma distâncias [...]" (AGANBEM, 2009, p. 59).



cotidiano (CERTAU, 1994). São cenas urbanas, individualizadas por imagens fotográficas e anotações. O "para-formal" no cotidiano das cidades gera controvérsias (disputas, opiniões diversas ou debates) na sua relação cidade-corpo e corpo-cidade, às vezes veladas e dóceis outras reveladas e desobediente.

1.2 A Fronteira Brasil-Uruguay

Fronteira: um conceito que constantemente evolui, se cria e re-cria no espaço-tempo. De um lugar de conflito, disputa por poder e posse territorial, até um lugar estratégico de potencialidades e integração. Ser fronteira é lidar com o dualismo cotidiano, perceber o eu e o outro, as diferenças e semelhanças, se enraizar as tradições ou desejar a errância e nomadismo. Segundo Deleuze, fronteira pode ser entendida como movimento, construção e produção, aproximando-se mais como abertura e atualidade do que como acabada, finalizada. Locais de mutação e subversão. Também são sítios de agitação e do excesso onde os "limites" são ultrapassados tornando então um espaço de ruptura - conflitante ou pacífica. É no limiar que se aprende a conviver com o imprevisível e inacabado. (DUARTE, 2012)

No Estatuto da Fronteira (PUCCL, 2010) define limite como uma linha que separa o território de dois estados, enquanto a fronteira é a região ao redor do limite. Em sua acepção original, a fronteira (etim. lat. *frons, frontis*: o que está na frente) era simplesmente no *man s land*, área instável de transição entre dois poderes políticos, mas sem a presença do poder. Somente no século XVI, com os avanços da cartografia e o surgimento do Estado burguês, desenvolveu-se a teoria jurídica do território, para atender às novas necessidades de organização do espaço econômico. Hoje a faixa da fronteira, unidade espacial de 150 km de largura em torno do limite, determinada pela Constituição Federal de 1988 trata a área como indispensável à segurança nacional. Enquanto a linha de fronteira é como um traçado imaginário na periferia geográfica das nações, estabelecimento jurídico que separa os povos ou, ainda, ponto de junção entre nacionalidades (CAMPIGOTO, 2008).

No Rio Grande do Sul, a fronteira Brasil se estende por 985 km desde a tríplice fronteira Brasil-Argentina-Uruguay a oeste até a foz do Arroio Chuí, ponto extremo Sul do Brasil. No trecho oeste a fronteira é marcada pelo Rio Quaraí, afluente do Rio Uruguai e pelas 'Coxilhas de Santana'. No trecho mais a leste pelo Rio Jaguarão que deságua na Lagoa Mirim e pela porção sul dessa lagoa até o Chuí. Essa fronteira é constituída pelas seis cidades gêmeas: Chuí-Chuy, Jaguarão-Rio Branco, Santana do Livramento-Rivera, Quaraí-Artigas, Barra do Quaraí-Bella Unión e Aceguá-Acegua.



A linha de fronteira das cidades de Jaguarão-Rio Branco, Barra do Quaraí-Bella Unión e Quaraí-Artigas se assemelham ao possuírem uma ponte que faz a ligação entre cidades, uma vez que o limite sócio-político entre os países é propiciado pela linha geográfica do rio. Jaguarão (BR) e Rio Branco (UY) somam juntas uma população de 41.398 habitantes, a Ponte Internacional Mauá (340m) sobre o Rio Jaguarão é o cartão postal das cidades. As cidades de Quaraí (BR) e Artigas (UY) com população total de 67.021 habitantes, são ligadas pela Ponte Internacional da Concórdia (750m) sobre o Rio Quaraí. E por fim, as cidades de Barra do Quaraí (BR) e Bella Unión (UY) somam uma população de 17.208 habitantes, que são ligadas pela ponte Internacional também sobre o Rio Quaraí e ao lado dessa ponte resiste a antiga ponte férrea de aço desativada, mas que moldura a memória do lugar.

Em uma mesma linguagem a linha de fronteira das cidades de Chui-Chuy, Aceguá-Acegua e Santana do Livramento-Rivera se aproximam por não terem uma delimitação tão rígida – como o curso do rio – na divisão de cada país. A esse tipo de fronteira seca, como é denominada, incide uma rua e/ou praça sendo que cada cidade apresenta sua particularidade. Nas cidades de Chuí (BR) e Chuy (UY) a soma da população é de 16.320 habitantes, separadas apenas por uma avenida comum a ambas as cidades. Essa avenida é muito movimentada e agitada comercialmente pelos freeshops. Enquanto na cidade de Aceguá (BR) e Acegua (UY) são as menores cidades da fronteira em ambos lados com população aproximada de 5.887 habitantes. Nesse caso apresentam um caráter mais rural, ambiente de cidade pequena, calma. Finalmente, a última cidade-gêmea seca é Santana do Livramento (BR) e Rivera (UY), com população juntas de 146.939 habitantes, maiores cidades da fronteira em ambos os lados. A ligação de ambas é por uma via comum, a Av. 33 Orientales, no lado uruguaio, e Av. João Pessoa, no lado brasileiro, como se fosse uma só avenida, e também pela comum Av. Paul Harris, que tem esse nome nos dois lados, na chamada “Fronteira da Paz” ou “La Mas Hermana de Todas Las Fronteras del Mundo”, além de uma praça internacional que se encontra no meio dessas avenidas, marco de unidade.

A fronteira Brasil-Uruguay faz parte do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Territórios da Paz) e áreas definidas pelo Governo Federal como Territórios da Cidadania. É um território, segundo a Carta de Fronteira (2010) elaborada pelas prefeituras e movimentos culturais da região, onde encontra-se a maior densidade populacional entre as fronteiras da América do Sul, apresentando por esse motivo singularidades e complexidades culturais, que precisam ser mais compreendidos. Ao adentrar na heterogeneidade dinâmica da fronteira pretende-se incorporar ao discurso da Linha de Fronteira fenômenos contemporâneos que até hoje não foram sistematizados



sobre a região da Fronteira Brasil-Uruguay e são de grande relevância para futuros projetos de intervenção, como a visibilidade das para-formalidades.

1.3 O espaço público na cidade contemporânea

A cidade contemporânea é um lugar de ruptura, uma cidade de troca, onde proliferam zonas abandonadas, baldias e, ao mesmo tempo, surgem novas culturas e subculturas, - tais como as atividades para-formais - as quais são manifestações cotidianas da cidade. A cidade contemporânea é o caos, é a co-existência de diversos tipos de pessoas, de diferentes classes econômicas, que buscam modos de vida diferentes, é a diversidade. E a contemporaneidade, portanto, "é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias." (AGAMBEN, 2009).

Por sua vez, o termo espaço público, em seu aspecto mais abrangente, pode ser entendido como um local dentro de um território urbano tradicional - com nítida delimitação entre público e privado - sendo utilizado e apropriado de forma coletiva e pertencente ao poder público. Ao mesmo tempo é um espaço de ação ou de possibilidade de uma práxis política (SERPA, 2004).

No entanto, na contemporaneidade, o espaço público não está definido e limitado pelos planos urbanísticos, em muitas ocasiões são os habitantes da cidade que decidem que espaço vai ser público e qual não vai ser; que espaço cumprirá uma função ou outra. E é assim que surgem as atividades para-formais, nessas "zonas de ninguém", zonas que passam a cumprir uma função diversa do original. Dessa forma, essa ideia de espaço comum vai além de cenários de encontros da diversidade e expressividade cultural, avança como formador de intersubjetividade, identidade comunitária e apropriação do sentimento de coletividade.

Podemos destacar ainda diferentes perspectivas ou categorias que analisam os espaços públicos: Hertzberger (1999) volta sua atenção para a acessibilidade, as formas de uso e os usuários; Roberto da Matta (1997) percebe a relação dinâmica entre o espaço doméstico e as atividades na rua, relacionando-os; o geógrafo Milton Santos (1985) vai voltar suas observações para os fluxos com um viés econômico afirmando que: "o subsetor governamental orienta os fluxos econômicos e humanos e determina a sua viabilidade e direção" (SANTOS, 1985, p. 76).

Pela lógica do sistema capitalista, o espaço público é visto como mercadoria para o consumo de poucos. Harvey (1992) salienta a intencionalidade política e ideológica de propostas inovadoras em áreas públicas, atitudes que comprovam a espetacularização das cidades e a valorização do consumo, ocasionando segregação de classes, especulações



imobiliárias e a gentrificação. Mas, ao mesmo tempo, esses lugares são solicitados, inventados, re-inventados, criados e recriados, territorializados e des-territorializados pela população em seu cotidiano. Foi importante para o projeto observar as pessoas que ocupam, transitam, intervêm nesses espaços como são na realidade com seus desejos, ansiedade, expectativas não apenas como usuários de uma classe social. Compreender o espaço público sem a ingenuidade da influência política-econômica, contudo se detendo as transformações provocadas por seu uso na contemporaneidade.

Observa-se que os espaços públicos encontrados nas cidades-gêmeas de fronteira são ocupados pelos mais diferentes usuários e fluxos, morfologicamente são constituídos na forma de ruas, calçadão, praças, parques; ou vazios e abandonos urbanos. Lugares do encontro e desencontro, de uma certa hospitalidade e/ou hostilidade. Ressalta-se ainda que é no centro comercial da cidade o lugar onde se produzem atividades que tendem a subverter as leis da economia tradicional, do urbanismo e das relações humanas. Assim, a pesquisa aproxima-se das áreas centrais da cidade, que são os lugares de diversidade e densificação de atividades para-formais. Encontra-se nesses espaços, o "outro urbano", aquele que escapa, resiste, vive e sobrevive no cotidiano dessa outra urbanidade, através de táticas de resistência e apropriação do espaço urbano, de forma anônima (ou não) e dissensual, radical. Esse "outro urbano" se explicita através da figura do morador de rua, ambulante, camelô, catador, prostituta, artistas, entre outros.

A partir de toda essa complexidade analítica frente as práticas humanas em espaços públicos, própria da contemporaneidade, podemos vislumbrar a possibilidade de cartografar tais dinâmicas para-formais afim de desvelar seus potenciais, possibilidades e tensões na linha fronteira Brasil-Uruguay.

2. A CARTOGRAFIA URBANA

A palavra cartografia remete a mapas, desenho em duas e/ou três dimensões confeccionados digitalmente que podem ser impressos ou virtuais que representam um espaço, um lugar seja ele geográfico, imaginário ou conceitual. Os mapas são meios de comunicação e análise. Comunicação visual, mas também imagética, sonora, sensitiva. De não só localizar, mas de sentir o lugar. A cartografia não só comunica como é fotografia, psicologia, desenho. Pode-se dizer que a cartografia de um espaço é determinada por um conjunto de mapas que são representados de maneiras distintas, pois cada mapa tem um objetivo específico e uma maneira de representação próprios.

A cartografia urbana que adotamos nesse projeto se aproxima do conceito trazido pelos filósofos da diferença Gilles Deleuze e Felix Guattari (1997). Esse método procura percorrer a cidade em busca da diferença, de cenários não marcados no mapa habitual das



idades, como o para-formal; a cartografia não se configura como um método tradicional, é uma maneira de proceder que pode admitir as modificações temporais no espaço e busca mediar a experiência corporal do pesquisador. Um método dinâmico, constituído de infinitas linhas que se cruzam, de dobras, desdobras, de territórios, desterritórios e reterritórios (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009).

Constituindo um método de mapear as dinâmicas da contemporaneidade, é possível construir mapas que nos falem de muitas cidades não visíveis, que convivem com as nossas cidades, mapas que nos falem da vida cotidiana em que vivemos, dos caminhos, dos eventos urbanos, daquilo que não é só estático, que não está cheio, do simultâneo, do híbrido, do que pode estar à margem, do que não é central, de tudo que está soterrado, abandonado nos lugares físicos e espaciais nas cidades em que vivemos. Se busca a perspectiva contemporânea de experimentar um lugar, com olhares laterais, pelas frestas, que tendem a diminuir a distância entre o observador e o observado, habilitando, assim, uma espécie de mediação subjetiva e circunstancial durante a aproximação ao território cartografado.

2.1 Pedagogia da Viagem

Quando um ser humano ocupa um espaço, isso está relacionado a ideia de território e de domínio; mas também pela busca de lugares que sejam acolhedores. No caso do viajante, existe a necessidade da busca de lugares para reabastecer suas necessidades, vivenciando um novo espaço. “Quem viaja leva o corpo e seus anseios, desloca o sentido das respirações, da alimentação, do clima” (OLIVEIRA, 2014, p.169), chega em um local desconhecido para ele, se desterritorializa, sente-se fora do seu habitat. Cabe ao “local” oferecer-lhe um lugar para experimentar, conhecer e trocar conhecimento. O que no princípio parece diferente, se apresenta, ensina e mostra sua história; gera movimento. Ocorre uma relação de troca, que é o que faz a diferença, se estabelecem valores.

A pedagogia da viagem acontece pelo universo da descoberta, além da viagem exploratória, mas uma constatação de certos aspectos que estavam ali – ocultos. A viagem embora trace caminhos preparados, conhecidos – “porque de certa forma conhecemos para onde vamos” – pode nos apontar novos e diversos caminhos a seguir (pensar). E no mesmo caminho abrindo brechas para expandir nossos próprios caminhos e sempre reorientar criticamente nossas concepções (cartografia). Então podemos dividir a experiência da pedagogia da viagem em 3 partes: temos uma bagagem antes da viagem, preparamos as malas com as intenções da viagem; viajamos e nos abrimos ao novo, carregamos coisas pelo caminho e deixamos outras e; por fim chegamos, desfazemos as malas, com todas as



coisas coletadas junto com as que levamos, é preciso organizá-las, pensá-las, saber o que guardar, o que dar, o que presentear, o que devolver e o que esquecer (resistências).

A viagem permite com que vejamos a vida além do pensamento, do estudado; permite com que nos desterritorializemos, provocando novos encontros e acontecimentos, permite revelar a essência dos lugares, experimentando-os e desnudando-os. A informação transforma-se constantemente, e mistura-se com as diversas experiências proporcionadas, reterritorializando-nos.

Seguimos na pedagogia da viagem uma espécie de coexistência entre o pensar e o escrever. A escrita como uma espécie de declaração do pensamento. Enquanto o pensamento é orgânico, vai e volta, segue o caminho, entra em atalhos e becos, atravessa muros, erra a passagem e flui com a vida (rizoma). Mesmo sendo um local conhecido, a pesquisa in loco nos proporciona novos pensamentos; e nos re-encaminha e re-orienta sobre nossas percepções, reunindo elementos heterogêneos, disparatados, favorecendo acontecimentos múltiplos.

Encontros com os espaços públicos das cidades, conexões entre subjetividades e intensidades. A arquitetura, as calçadas, as estruturas; mas também os efeitos, acontecimentos, relações entre corpos que não possuem identidade plena e imutável. Cada encontro possui efeitos que emergem nas relações estabelecidas e nas conexões que os compõem. Essas conexões se dão entre as intensidades, corporificadas ou não, criando e recriando incessantemente o que é e o que está por vir.

Para Grinover (2003): De modo quase intuitivo o viajante, o turista, imigrante quando chega em uma cidade e percorre os espaços que constroem esta forma urbana, é submetido a um sem número de percepções, de situações e de processos importantes de informações. Esses lhe são impostos por elementos tangíveis e intangíveis, que o envolvem e o induzem a comportamentos hospitaleiros, ou não, caracterizados num espaço suficientemente definido, e pelas atitudes dos que dos que habitam esse espaço, perante o “status” de “estrangeiro”.

Seria essa uma pedagogia da viagem, uma pedagogia do entre, da fresta nas cidades e nas concepções de qualidades de um bom lugar. Por outro lado, essas experiências no entre, são do que se agita na fresta, “o sentido é apenas um vapor movendo-se no limite das coisas e das palavras” (Deleuze, 2006, p. 225). Por isso adentrar no mundo da viagem nas frestas da cidade é da ordem da complexidade e das multiplicidades. A pedagogia da viagem por frestas permite experimentá-las, descobri-las e vivê-las inventando novas relações, para fazer emergir quem sabe relações menores, desterritorializantes, provocando novos encontros e acontecimentos (hospitalidade e hostilidade).



2.1 Errância

Errância urbana é um tipo específico de apropriação do espaço público, que não foi pensado nem planejado pelos urbanistas ou outros especialistas do espaço urbano. Errante, então, é aquele que nega o ritmo veloz imposto pela contemporaneidade, capaz de experimentar o cotidiano da cidade com o próprio corpo. O estado de corpo errante pode ser comparado ao estado da lentidão, de Milton Santos, que é um estado de desorientação, contrário ao que busca o urbanismo (JACQUES, REDOBRA, 2012, p.198 e 199). O errante sai sem rumo, não tem um ponto de partida e nem de chegada fixos, caminha perdido por dentro um território urbano conhecido e ignorado ao mesmo tempo.

O forasteiro/viajante é sempre aquele outro que está de passagem, ele é o errante pronto para chegar ou partir a qualquer momento, mas também propenso a permanecer independentemente da vontade do hospedeiro. É o outro que desestrutura o espaço planejado, que tira as minhas coisas do lugar. Ele diminui, acrescenta e transforma.

Como afirma Fernando Fuão (2012), o errante é outro tipo de ocupação, de temporalidade, um desvio na origem do uso do um espaço e do tempo, já programaticamente definido. O errante é o que provoca o acontecimento, modifica o espaço perturbando. Quando o errante chega, quando se encosta, desdobra o sentido da coisa em outra coisa, transborda.

Foi realizada esta prática de experiência nas cidades onde o que é mais relevante são as ações e os percursos, sem a preocupação com mapas ou planos. Sem a preocupação em se construir uma representação da situação atual ou de uma proposta. “A preocupação do errante estaria mais na desorientação, sobretudo em deixar seus condicionamentos urbanos, uma vez que toda a educação do urbanismo está voltada para a questão do se orientar.” (JACQUES, 2008).

3. O COMÉRCIO PARA-FORMAL NA FRONTEIRA

Ao experienciar as cidades-gêmeas na fronteira Brasil-Uruguay e observar a potência que os para-formais resistem no contexto urbano, é possível compreender os benefícios e impactos que são produzidos. O para-formal é carregado de costumes e identidade entendida como forma de pertencer e participar, nos ensinando novas soluções para a cidade na contemporaneidade, mas ao mesmo tempo ele também polui várias cenas, atrapalha e violenta a cidade e o cidadão. As pistas que a cartografia urbana proporcionou consideram três frentes: o lugar (espaço público), o equipamento e o corpo.

Ao percorrer todas as doze cidades fronteiriças começamos a nos questionar o motivo pelo qual o para-formal encontrado é exclusivamente comercial. Em nenhum



momento nos deparamos com artistas de rua, eventos culturais no espaço público ou até mesmo moradores de rua. Uma das possíveis respostas para esta indagação pode ser embasada pela história e geografia da região. Na dimensão econômica, observa-se certa sensibilidade quando se trata das políticas monetárias e tributárias, a começar que em uma região de fronteira são dois países com normas e moedas com valores distintos. Mas, ao mesmo tempo, essa fronteira apresenta certa autonomia ao burlar as normas econômicas, o contrabando. Suzana Souza (1996) relata que o comércio e o contrabando são atividades conexas na fronteira, pois a troca das mercadorias a sua maneira atende as necessidades da região – uma questão de sobrevivência. Ainda ressalta que as cidades-gêmeas brasileiras e uruguaias desde sua trajetória de delimitação possuíam seus entraves a nível político e administrativo, mas quanto ao nível econômico se complementavam.

Ao longo da evolução histórica-econômica da fronteira nota-se essa dependência mútua – não declarada – entre os países limítrofes. O homem fronteiriço se adequa as situações mediante as condições econômicas da época, escolhe migrar de um país a outro observando onde a condição de mercado está mais favorável. Dessa forma, se um país está prosperando em uma área o outro conseqüentemente terá uma decadência nesse setor, tendo assim que criar outras formas de serviço.

Um exemplo nítido dessa co-dependência econômica das cidades-gêmeas, é a conurbação urbana das cidades de Santana do Livramento e Rivera. Do lado brasileiro a quantidade de farmácias, postos de gasolina e supermercados supera a demanda da cidade. Serviços que oferecem bons preços, horários flexíveis, variedade de produtos além de uma forte companhia midiática em ambos lados da fronteira. Essa quantidade e prosperidade do comércio brasileiro só é entendida se lermos as cidades-gêmeas como uma só, em que os uruguaios também desfrutam desses serviços. Em contrapartida, o governo uruguaio instala os *free shops* como uma concorrência e atrativo para os consumidores brasileiros. Dispõem de lojas variadas com produtos importados que tem uma diminuição ou isenção significativa dos impostos. Percebe-se como a força do mercado é um fator de integração que supera até mesmo acordos políticos (PUCCI, 2010).

Gladys Bentacor (1996) afirma que a região fronteiriça se tornou um centro atrativo dos trabalhadores excedentes de outros centros urbanos próximos. A cidade de fronteira como uma oportunidade de melhorar a condição de vida, seja por conseguir um preço mais vantajoso na alimentação, ou pelas múltiplas ofertas de trabalho informal na linha-fronteiriça – lugar de trânsito e agitação de muitos turistas e consumidores.

Esse histórico econômico retifica, até certo ponto, a exclusividade do para-formal em atividades comerciais na fronteira, constituindo mais um elemento que expõem/comprova a integração. Mas, em cada cidade há uma particularidade desse para-



formal, que carrega um caráter também cultural e identitário. A seguir, será exposto com mais detalhes as características encontradas nas três frentes: lugar, corpo e equipamento.

3.1 Lugar

Encontramos para-formalidades nos seguintes espaços: calçadas, ruas, debaixo de marquises, esquinas, praças, abandonos, vazios, entre outros. Acoplamentos aos equipamentos urbanos (banco, poste, lixeiras, etc.) que podem ser referência para os lugares das “para-formalidades”. Muitos buscam a sombra em lugares onde o clima é quente ou o sol para esquentar nos dias de frio. O movimento do sol e das sombras delimita um certo lugar utilizável pelos “para-formais” no espaço público.

Nas seis cidades-gêmeas visitadas o lugar mais intenso da atividade para-formal é na linha de fronteira, no caso das cidades secas, em que o limite é uma rua ou avenida em comum. No caso das cidades unidas por uma ponte o maior número das para-formalidades coincide com o centro comercial das cidades. No entanto, essa afirmativa não constitui uma regra, pois o para-formal tem um caráter dinâmico e movimenta-se com facilidade – principalmente com os ambulantes ou equipamentos móveis. O que se pode perceber é que essa atividade informal acompanha o fluxo dos consumidores, se faz presente na ebulição da cidade.

Em muitas cidades a categoria “para-formal no formal” era frequente. Consiste nas atividades “para-formais” que ocorrem anexas às atividades formais (lojas, restaurantes, ferragens, etc.). O formal avança sobre o espaço público indiscriminadamente, acomodando-se nas calçadas, fachadas e até mesmo em vagas de estacionamento e caixas de rolamento. Uma espécie de extensão das vitrines.

As praças compõem um lugar favorável à atuação para-formal em ambas as nacionalidades, uma vez que são consideradas locais de encontro e passagem. As atividades ali instaladas geralmente são de caráter fixo e se apropriam da estrutura de um trailer para realizar a comercialização. No entanto, apesar das semelhanças, ressalta-se a diferença na identidade cultural do produto comercializado de cada país.

Tanto do lado brasileiro como uruguaio os para-formais se assemelhavam quanto ao espaço que ocupavam, no entanto, nas cidades-gêmeas Chuí-Chuy uma diferença peculiar foi percebida. No Chuí (BR) o para-formal utiliza predominantemente a calçada, forma corredores inteiros de manequins e mostruários dos produtos. Há uma certa dificuldade ao caminhar, pois a mercadoria compete com o pedestre. Enquanto no Chuy (UY) o para-formal ocupa em grande parte dos casos a rua, uma vaga de estacionamento, direciona seu produto para a calçada e para o público, no entanto não ocupa o lugar do



pedestre. Embora os dois países sejam separados somente por uma avenida, em que o contato físico e visual é direto e rápido, a escolha do lugar para-formal mostrou essas pequenas nuances.

Concluiu-se, então, que o uso das calçadas pode “poluir a visual” das ruas, porém, em muitas das cidades, este hábito é aceito pela população que inclusive “interage” com os produtos, podendo ver e tocar na mercadoria sem precisar entrar no estabelecimento. Outro destaque é que alguns desses estabelecimentos, em frente às suas instalações, oferecem serviços e equipamentos públicos aos moradores da cidade, como: bancos para descansar, lixeiras, para-ciclos, sombra, etc. Observa-se que essa invasão do espaço público quando indiscriminada nos passeios públicos pode obstruí-los e torná-los obstáculos para os pedestres.

3.2 Equipamento

Os equipamentos foram divididos em três categorias quanto: ao tamanho, mobilidade e instalações. Encontrou-se muitas para-formalidades pequenas e móveis e outras muitas grandes e fixas (como os trailers, que possuem, em sua maioria, instalações hidráulicas e elétricas).

Não existe um critério definido para cada região de qual equipamento é mais utilizado, no entanto, notou-se uma correspondência entre o tamanho do para-formal com o número populacional das cidades. Santana do Livramento-Rivera, a maior cidade-gêmea fronteiriça, apresenta o maior número de equipamentos para-formais em grandes dimensões, principalmente trailers do ramo alimentício. Por sua vez, a cidade de Aceguá-Acegua com o menor número populacional, expõe os equipamentos menores, efêmeros e móveis.

Capturamos durante a errância um universo de equipamentos. Dos mais simples como carrinho de mão, araras de metal e bolsas no próprio corpo; até os mais complexos como nichos feito de paletes, carros que transportam a mercadoria e grandes bancadas de madeira. Quanto a mobilidade observou que em grande parte dos casos é móvel, tanto pela facilidade de perambular pela cidade como por sua natureza informal de não se sentir seguro fixando em locais públicos.

Assim, entende-se que os equipamentos grandes e fixos não possuem um número significativo quanto ao comércio ambulante e móvel, que animam o espaço público da cidade, fazendo com que a cada momento nos deparemos com novidades, sensações, sons e paisagens diferentes. Os ambulantes e móveis trazem soluções criativas para o centro da cidade, inventam novos usos e para isso não poupam estratégias de sobrevivência e



vivência. Conseguem criar uma rede de dependência para seus usos e atividades – “é impossível viver sem eles”.

3.3 Corpo

O corpo “para-formal” geralmente está presente nas atividades que observamos e muitas vezes ele é a própria “para-formalidade”, é o protagonista. Podem estar sentados, em pé ou caminhando. Em grupos ou solitários.

O “corpo-para-formal” é aquele que tenta vender seu produto sem “ponto comercial fixo”, sem um local determinado no mapa da cidade, a cada dia ou hora podem se deslocar, seja a procura de sombra ou de possíveis novos clientes, mas estão sempre por perto de aparatos, sejam públicos ou que eles próprios carregam.

Observou-se também que os corpos que acompanhavam os equipamentos médios e móveis geralmente se encontravam sentados ou em pé, ao lado do equipamento. Já nos trailers por exemplo, os corpos estavam dentro do próprio equipamento, podendo movimentar-se com certa facilidade. Não observamos nenhuma diferença significativa quanto ao corpo nos diferentes países.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao visualizar e reconhecer o para-formal como parte da cidade, dos espaços públicos, é possível refletir a coexistência de uma urbe formal e informal. Conhecer a cidade como um organismo vivo é ir de encontro as frestas, aos espaços indiscerníveis, onde se pode abandonar ou descobrir tudo que outrora havia perdido. Se por um lado a cidade limita, por outro liberta o movimento de vários corpos resistentes, que denunciam as mazelas da espetacularização. É da resistência, da zona de atrito, das fronteiras, que nasce o novo.

Como produto dos estudos realizados, pode-se apontar as seguintes observações: o para-formal é carregado de costumes e identidade entendida como forma de pertencer e participar, nos ensinando novas soluções para a cidade na contemporaneidade, assim como anima, ensina, vive e experimenta a cidade; o desenho urbano existente (legal) acomoda-se às cenas para-formais e vice-versa; ele também polui, atrapalha e violenta a cidade e o cidadão. De uma maneira geral, o para-formal pode ser visto como um termômetro econômico, político e social dos acontecimentos dinâmicos nas cidades fronteiriças. Além de destacar que nessas cidades a atividade é exclusivamente comercial, o que reafirma a interdependência e a integração entre as cidades-gêmeas através da economia, dos fluxos de pessoas e mercadorias lícitas ou ilícitas.



E, não menos importante, a pesquisa contribui metodologicamente ao compreender a importância das errâncias urbanas como forma de construção da cidade, abrindo espaço para discussões e pensamentos a respeito do lugar do ser humano, interferido diretamente na dinâmica da vida urbana e trazendo novas formas de pensar a cidade.

5. REFERÊNCIA

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? e outros ensaios**. Tradução Vinícios Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

BENTANCOR, Gladys Teresa. Frontera y integración. In CASTELLO, Iara Regina (Org.) **Práticas de Integração nas fronteiras: temas para o Mercosul**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS. 1996.

CAMPIGOTO, José Adilçom. **Narrativas e Culturas de Fronteira na América do Sul**. In: Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-graduação em História da UFG. V. 13, N. 2, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.emnuvens.com.br/historia/article/view/6643>

CERTAU, M. **A Invenção do cotidiano**. 1ed. Petrópolis: Artes de fazer, Vozes, 1994

DAMATTA, R. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. São Paulo: Graal, 2006

DELEUZE, Gilles. **Crítica e Clínica**. São Paulo: Editora 34, 1997.

DUARTE, Luís Sérgio. **O conceito de fronteira em Deleuze e Sarduy**. Textos de História, v.13, n.1/2,2005. Góias – GO.

FUÃO, Fernando Freitas. **A hospitalidade na arquitetura**. 2012. Disponível em: <http://www.fernandofuao.arq.br>. Acesso em 25/02/2016

GEHL, Jan. **As cidades para as pessoas**. São Paulo: Perspetiva, 2010

GRINOVER, Lúcio. **Comunicação e sociedade: A comunicação e a hospitalidade em territórios urbanos**. In: XXVI Congresso da INTERCOM, 2003, Belo Horizonte, MG, p.1.

GRIS PÚBLICO AMERICANO. **Para-formal: ecologias urbanas**. Buenos Aires: Bismar Ediciones; CCEBA Apuntes, 2010.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HERTZBERGER, H. **Lições de Arquitetura**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

JACQUES, Paola Berenstein. **Experiência errática**. In: Revista Redobra - no 9 - ano 3. 2012. Disponível em: www.corpocidade.dan.ufba.br/redobra/ano3/. Acesso em: 04/12/14

JACQUES, Paola Berenstein. **Corpografias urbanas**. 2008. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>. Acesso em: 23/05/14.

OLIVEIRA, Jelson. **Filosofia da viagem**. Ed. Champagnat. 2013.



- PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- PUCCI, Adriano Silva. **O estatuto da fronteira Brasil-Uruguaí**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2010.
- SERPA, A. **Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica**. Revista GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n.15, p.21-37, 2004.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Studio Nobel, 1985.
- SOUZA, Susana B. de. **Os caminhos e os homens do contrabando**. In CASTELLO, Iara Regina (Org.) **Práticas de Integração nas fronteiras: temas para o Mercosul**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS. 1996.



GT 07 – Cidades e Transformações do Urbano na América Latina

AGRICULTURA, AGROECOLOGIA E RURALIDADES NA CIDADE: EXPERIÊNCIAS DE SÃO PAULO E BOGOTÁ

Vítor Amancio Borges Ferreira (Universidade de São Paulo)¹
vitor.amancio.ferreira@usp.br
Júlio César Suzuki (Universidade de São Paulo)²
jcsuzuki@usp.br

RESUMO

A agricultura urbana e periurbana (AUP) é uma das práticas alternativas que têm se destacado nos últimos anos por causa de seu potencial multifuncional de transformação na cidade, as quais, então, se constituiriam em espaços híbridos, com a presença de elementos urbanos e de elementos rurais, implicando na noção de movimento: o urbano em contato com o rural gerando novos elementos com feições próprias. A presença do rural no espaço das cidades é compreendida por meio da categoria de ruralidades na cidade. Além disso, propomos enxergá-las por meio da Agroecologia, ciência e conjunto de práticas que pretende ser a base para o planejamento e o manejo de sistemas de agricultura que considerem os aspectos ambiental, social, cultural e econômico. Sendo assim, o presente trabalho visa compreender o significado da agricultura urbana e periurbana de base agroecológica nas transformações de ordem ambiental, social, econômica e cultural nas cidades por meio da produção de ruralidades, tendo como base empírica os casos de São Paulo e Bogotá no período de 2004 a 2017. Como resultados, veremos como as experiências de agricultura urbana e periurbana têm sido ferramentas importantes de transformação territorial em diversos aspectos, apontando para um possível caminho para as grandes cidades latino-americanas.

Palavras-chave: agricultura; cidade; América Latina; agroecologia; ruralidades.

1. Introdução

A agricultura urbana e periurbana (AUP) é uma prática social que tem se difundido no espaço das cidades e que dialoga com um movimento crescente de insatisfação urbana e com um movimento de busca por uma agricultura alternativa. O objetivo desta análise, então, é compreender o significado da agricultura urbana e periurbana de base agroecológica nas transformações de ordem ambiental, social, econômica e cultural nas cidades por meio da produção de ruralidades, tendo como base empírica alguns casos de São Paulo e Bogotá no período compreendido entre os anos de 2004 e 2017.

A análise teórica está estruturada a partir de alguns conceitos e categorias importantes, como o direito à cidade, o rural e o urbano e, como consequência, as ruralidades na cidade, com a definição do que é a agricultura urbana e periurbana e de

¹ Graduado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP), cursando, atualmente, o mestrado no Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina (PROLAM/USP).

² Professor Doutor junto ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP) e ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina (PROLAM/USP).



como ela se relaciona com a agroecologia. Por fim, apresentamos três experiências práticas de AUP nas cidades de São Paulo e Bogotá.

2. Na busca pelas categorias e relações

O direito à cidade vem sendo muito debatido por diversos autores desde a formulação inicial do conceito por Lefebvre (1968). Harvey (2014) realiza um esforço em trazer o conceito do direito à cidade para os problemas do século XXI e considera que, assim como no contexto inicial de concepção do direito à cidade, atualmente a busca por este direito surge das ruas e dos bairros, como uma resposta à população angustiada pelos problemas enfrentados. E quais seriam estes problemas?

Gehl (2015, p. 3) afirma que “uma característica comum de quase todas as cidades – independentemente da localização, economia e grau de desenvolvimento – é que as pessoas que ainda utilizam o espaço da cidade em grande número são cada vez mais maltratadas”, mostrando que o incômodo com as cidades é generalizado. Ele ainda completa a sua discussão relatando alguns dos problemas enfrentados por quem nelas vive: “espaço limitado, obstáculos, ruído, poluição, risco de acidentes e condições geralmente vergonhosas são comuns para os habitantes, na maioria das cidades do mundo”.

Precisamos considerar o significado do direito à cidade no bojo de uma situação de esgotamento da relação entre as pessoas e o modo de vida urbano. Para Harvey (2014, p. 28), por exemplo,

O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização.

O direito à cidade, então, está diretamente relacionado à possibilidade de pensar a cidade, seus rumos e de sonhar com uma cidade diferente, mais próxima dos anseios de quem efetivamente vive, produz e reproduz a vida urbana. O grande problema, porém, é que esta possibilidade não está disponível como deveria ou poderia. Pelo contrário, tal possibilidade existe, mas concentrada nas mãos de poucos. Harvey (2014, p. 63) comenta este problema afirmando que

O direito à cidade como hoje existe, como se constitui atualmente, encontra-se muito mais estreitamente confinado, na maior parte dos casos, nas mãos de uma pequena elite política e econômica com condições de moldar a cidade cada vez mais segundo suas necessidades particulares e seus mais profundos desejos.

Apesar da concentração deste direito nas mãos de poderes hegemônicos, a cidade se configura como um campo muito importante para o surgimento de iniciativas



contestadoras da ordem vigente e que procuram, de alguma maneira, com pautas variadíssimas e objetivos distintos, retomar a capacidade de intervenção nas cidades pelas pessoas que efetivamente a produzem diariamente.

Mesmo com todos os problemas, as cidades são compreendidas por muitos como pontos de incubação de grandes movimentos e ideias (HARVEY, 2014), elementos que demonstram que aquelas, as cidades, possuem uma grande capacidade de planejamento e invenção de soluções para enfrentar suas crises e dificuldades (JACOBS, 2011). A cidade, portanto, pode ser o campo para o surgimento de iniciativas, individuais ou coletivas, que busquem ser alternativas ao modelo hegemônico, o que pode muda-las, fugindo de uma perspectiva da ação do poder público ou dos grandes atores hegemônicos; é a ação das pessoas que vivem nas cidades e que vivem as cidades.

Harvey (2014, p. 143) reforça a ideia das pequenas ações como transformadoras das cidades em que vivemos, afirmando que “as qualidades humanas da cidade emergem de nossas práticas nos diversos espaços da cidade, mesmo que eles sejam passíveis de cercamento, controle social e apropriação, tanto pelos interesses privados como pelos público-estatais”. A apropriação dos espaços pelos cidadãos com a consequente utilização diversificada destes espaços, a partir das práticas das pessoas, é o que de fato os qualificará, em última instância.

A qualidade dos espaços não deixa de ser um fator de grande importância para a sua boa apropriação e para a valorização da vida comunal da cidade, fator que tem sido perdido progressivamente com um viver cada vez mais individualista. Entretanto, são as práticas que efetivarão o potencial de cada espaço. Para Harvey (2014, p. 144), por exemplo, “embora esses espaços e bens públicos contribuam intensamente para as qualidades dos comuns, faz-se necessária uma ação política por parte dos cidadãos e das pessoas que pretendam apropriar-se deles ou concretizar essas qualidades”.

A agricultura urbana e periurbana (AUP) tem se revelado uma importante e oportuna prática alternativa ao modelo hegemônico de cidade, principalmente por seu potencial multifuncional de transformação territorial, ambiental, econômica, social, política e cultural. Para que possamos realizar uma discussão efetiva sobre a AUP, algumas noções se mostram de grande relevância. É por isso que retomaremos, inicialmente, os conceitos de rural e de urbano.

Quando pensamos em agricultura, é possível que já façamos a sua associação imediata com o meio rural. O rural, portanto, é frequentemente apreendido como sendo totalmente vinculado aos aspectos agrícolas, com o foco direcionado na produção. De fato, rural e urbano foram enxergados – geralmente e ao longo do tempo – como categorias estanques, imobilizadas. O rural, como um conceito que abarcaria o que é próprio do



campo, estaria confinado geograficamente a ele. Com o urbano, a mesma dinâmica. Ele, expressão de um modo de vida característico das cidades, estaria a elas confinado. Estudos mais recentes, porém, têm mostrado a necessidade de que as categorias rural e urbano sejam repensadas à luz do que tem acontecido na realidade, como é o exemplo do crescente fenômeno da agricultura urbana e periurbana. Neste sentido, a discussão realizada por Rua (2006) é bastante relevante. O autor, tratando da necessidade de uma revisão conceitual de rural e de urbano, propõe um novo modo de enxergar a realidade baseado na noção de *hibridez*.

Devemos propor um outro modo de ver a realidade, oposto àquele fundado em dois polos distintos – rural e urbano, retomando a ideia de um espaço híbrido, isto é, um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações (variando em cada momento histórico) [...] (RUA, 2006, p. 88).

A elucidação sobre o conceito de *hibridez* pode ser buscada no estudo de Canclini (2015) sobre culturas híbridas. Para Canclini (2015, p. XIX), a hibridação se caracteriza por “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas”. Falar de *espaços híbridos* na discussão sobre a reconceitualização de rural e de urbano indica, portanto, a compreensão de que, no rural, há elementos urbanos, e no urbano, elementos rurais, gerando novas territorialidades particulares e diversas. O conceito de espaço híbrido – em oposição à noção de rural e de urbano como categorias estanques – possui na sua essência a ideia de movimento, de um rural que abriga elementos urbanos que, em contato com o rural, adquirem feições próprias diferentes das que tinha. Suzuki (2007, p. 144) corrobora a noção de espaço híbrido e ressalta que a separação entre rural e urbano baseada no perímetro urbano é insuficiente:

[...] o perímetro urbano é extremamente falho para a diferenciação do rural e do urbano, sobretudo porque há, por um lado, muito de rural em aglomerações urbanas, particularmente as mais diminutas, mas, também, nas médias e nas grandes, ou mesmo nas metrópoles. Enquanto, por outro lado, há muito de urbano no campo brasileiro, sobretudo nas áreas mais próximas das metrópoles ou das cidades de maior porte.

A proposta de Rua (2006, p. 90), então, é tentar “uma visão mais integradora das territorialidades em que o urbano e o rural se mesclam definindo particularidades e singularidades que marcam cada localidade”. Certas expressões territoriais tipicamente urbanas que ocorrem no campo não seriam, dentro desta perspectiva, novas ruralidades, e sim o urbano presente no campo, caracterizando o que é chamado pelo autor de *urbanidades no rural*. Da mesma forma, podemos pensar na agricultura urbana e periurbana como uma *ruralidade na cidade*, uma expressão territorial distinta do urbano, mas que ocorre nele, gerando territorialidades particulares e diversas.



Tal perspectiva sobre os espaços híbridos e as ruralidades na cidade nos ajuda a compreender a ideia de a cidade ser, inerentemente, um lugar de encontros: encontro de pessoas diferentes, de práticas variadas, de opiniões distintas e até mesmo do urbano com o rural. Gehl (2015, p. 23) fala sobre a experiência de viver a diversidade proporcionada pelas cidades, originada pela ação das pessoas:

Experienciar a vida na cidade é também um entretenimento estimulante e divertido. As cenas mudam a cada minuto. Há muito a se ver: comportamentos, rostos, cores e sentimentos. E essas experiências estão relacionadas a um dos mais importantes temas da vida humana: as pessoas.

A agricultura urbana e periurbana está inserida na perspectiva da cidade como um lugar de encontros, como um espaço híbrido que contém elementos do urbano e elementos do rural, podendo ser compreendida a partir destas noções. Contudo, é necessário que definamos a AUP de maneira mais contundente.

Um dos aspectos importantes para a definição do que é a agricultura urbana e periurbana é a sua localização. A AUP é uma modalidade de agricultura presente em territórios predominantemente urbanos, seja propriamente na cidade ou em suas franjas. A qualificação da agricultura como urbana é ainda um elemento diferenciador da agricultura presente nos territórios rurais – considerando que não existe apenas uma agricultura no rural, mas agriculturas que variam muito em todas as suas características; não apenas um rural, mas diversas ruralidades.

Além da localização, há alguns outros elementos que colaboram na definição do que é a agricultura urbana e periurbana. Cabe, entretanto, a ressalva de que definir o que é a AUP não é uma tarefa simples. Fantini (2016, p. 82) ressalta alguns dos desafios em conceituar detalhadamente o que é a agricultura urbana e periurbana:

[...] dar uma definição detalhada do que representa hoje em dia esse tipo de agricultura não é fácil, sobretudo se pensamos que sua forma é extremamente variada, refletindo as diferenças, as desigualdades e as contradições do mundo globalizado. De fato, o fenômeno da agricultura urbana e periurbana tem sido tratado nas últimas décadas por urbanistas, geógrafos, sociólogos, engenheiros agrônomos etc., mas ainda assim não se chegou a um acordo na sua definição, existindo, ainda, um debate acadêmico para estabelecer quais são as variáveis para incluir uma agricultura como urbana.

Nagib (2016, p. 52) reforça a dificuldade na definição da agricultura urbana e periurbana, atribuindo aos diferentes olhares que ela tem recebido de urbanistas, geógrafos, sociólogos e diversos outros profissionais – como explicitado por Fantini (2016) na citação anterior – a possibilidade de diferentes conexões:

Quando buscamos, portanto, uma conceituação de ‘agricultura urbana’, encontramos um emaranhado de definições que exploram as necessidades de cada pesquisador, de acordo com seu contexto temporal e espacial e



com o olhar de sua área de atuação, permitindo estabelecer múltiplas conexões sobre a agricultura urbana.

Além da complicada definição de AUP, há também uma grande oportunidade. A AUP, como um fenômeno multifuncional, tem recebido olhares de diversas áreas, permitindo a complexificação do debate. Apesar, porém, da dificuldade exposta sobre a definição do que é a agricultura urbana e periurbana e dos diferentes olhares que ela tem recebido, há elementos essenciais que ajudam na sua caracterização. Suzuki e Berdoulay (2016, p. 2) afirmam que a AUP é:

[...] definida a partir de sua localização (realizada sobre o 'território urbano'), da atividade em si mesmo (produção alimentar ou outra), de sua razão econômica (entradas para os agricultores) e de sua inclusão no sistema alimentar convencional ou num sistema alternativo.

Nagib (2016) corrobora a definição de Suzuki e Berdoulay (2016), sistematizando a definição da agricultura urbana e periurbana em três elementos essenciais, com o acréscimo de um aspecto como essencial para a sua definição, ressaltando a importância de considerarmos os atores individuais ou coletivos envolvidos diretamente com esse tipo de agricultura: "Em geral, as três dimensões essenciais da agricultura urbana são: a variedade de áreas (intra ou periurbanas); os personagens, instituições e organismos dela participantes; e as atividades e práticas oriundas de motivações distintas" (NAGIB, 2016, p. 42).

Tomando a contribuição das duas definições explicitadas, podemos aprofundar o debate sobre os outros elementos importantes na definição da agricultura urbana e periurbana. Se já falamos da localização como o primeiro aspecto a ser considerado, o próximo elemento é a atividade em si. A AUP apresenta uma grande diversidade nas suas formas, práticas e fins, e esta diversidade está ligada às motivações que conduzem à criação de experiências de agricultura urbana e periurbana.

Tendo como base o trabalho de Fantini (2016), a nossa proposição é que as motivações para a criação de experiências de agricultura urbana e periurbana giram em torno de dois eixos principais: motivações vinculadas ao sustento e às necessidades alimentares e motivações vinculadas às noções e ideais de sustentabilidade, de inclusão social e de transformação da sociedade. Segundo Fantini (2016, p. 91, tradução nossa), as diferenças de motivação seriam em parte explicadas por uma questão de contexto: "[...] a influência das motivações é distinta e depende da situação geográfica, econômica e sociopolítica de cada experiência". Suzuki e Berdoulay (2016, p. 2) identificam eixos similares de motivações para o surgimento das experiências de agricultura urbana e periurbana, tendo em vista que a AUP "[...] apresenta inúmeras faces, como a de significado



econômico para os agricultores, mas, também, a de apontar para a construção de outra cidade, em que a preservação e a restauração da biodiversidade estejam mais presentes”.

As principais motivações, como podemos ver, são bastante distintas entre si. Ambas, porém, representam um certo tipo de potencial questionador comum. A agricultura urbana e periurbana – seja em sua expressão produtiva ou em sua expressão ativista – possui um caráter intrínseco de alternativa ao sistema dominante. Como Fantini (2016, p. 91, tradução nossa) afirma, “[...] se nota um traço comum entre os elementos [...]: todas as motivações representam uma resposta, espontânea ou mais articulada e estruturada, às faltas, contradições e aspectos críticos do paradigma de desenvolvimento urbano e agroalimentar capitalista”. Fantini (2016, p. 93, tradução nossa) ainda completa:

Um elemento interessante é que em ambos os casos as motivações vinculadas com a criação de oportunidades econômicas e canais alternativos de produção/distribuição, e com a criação de inclusão social e empoderamento político, desempenham um papel importante [...]. Tal importância confirma uma vez mais a capacidade desse tipo de agricultura de responder às faltas e desigualdades do sistema econômico e político global, e explica, apesar das dificuldades, dos conflitos e da competência para o uso do solo em zonas potencialmente sujeitas à atividade imobiliária e comercial, a enorme expansão da agricultura nas franjas periurbanas das últimas décadas.

A agricultura urbana e periurbana, então, por meio de sua multifuncionalidade e pela criação de diferentes ruralidades no urbano, compreendendo as ruralidades como manifestações materiais e imateriais, se caracteriza como um importante fenômeno para a resistência ao modelo hegemônico capitalista, e especificamente neoliberal de nossas cidades, mas também para a proposição de um modelo alternativo. Há um grande potencial na prática da agricultura urbana e periurbana (que, apesar de não ser uma prática recente, ocorrendo desde tempos remotos nas cidades, só agora, nas últimas décadas, vem sendo valorizada).

O potencial da agricultura urbana e periurbana, o último elemento essencial que define a AUP, é posto em prática pelos atores envolvidos no processo. Muitas vezes temos o nosso foco ajustado para a escala do macro, identificando grupos sociais e atribuindo a eles certo comportamento que seria comum ao grupo. A agricultura urbana e periurbana, entretanto, se apresenta como um fenômeno muito diverso e com muitas possibilidades. Propomos, portanto, que o foco seja ajustado para os pequenos atores que, por meio da prática da AUP, contribuem para a criação de novas ruralidades, resgatando valores importantes que, outrora, haviam sido perdidos. Para estudarmos um fenômeno diverso, precisamos de um olhar que dê conta do movimento e da escala micro. Como Suzuki e Berdoulay (2016, p. 5) propõem:

Sem necessariamente fechar-se na ideologia pós-modernista, constata-se, de fato, hoje, uma valorização das diferenças espaciais, da diversidade de



ambientes, e as possibilidades de desenvolvimento oferecidas por contextos geográficos diferentes. O elo íntimo tecido entre o sujeito e o lugar torna-se uma problemática da sociedade e atrai a atenção dos pesquisadores. Trata-se de um pensamento que se poderia nomear heterotópico, no sentido que insiste sobre os lugares e não sobre um espaço sem qualidades [...]. Mas é, sobretudo, interessante notar que a ideia de lugar – em oposição a de espaço – implica uma relação direta com a subjetividade do indivíduo e ao seu desejo de ser autor de sua própria vida. Ensaando de ser autônomo e ativo, este indivíduo-sujeito revela as possibilidades do ambiente no mesmo tempo que ele o modifica e que se modifica a si mesmo.

O olhar proposto para o estudo da agricultura urbana e periurbana, portanto, se baseia no movimento: nas diferenças espaciais, de ambientes, de contextos geográficos e nas múltiplas possibilidades que essas diferenças permitem na relação com os indivíduos, que modifica o seu ambiente e a si mesmo nessa relação. Talvez seja este o grande potencial que unifica as experiências de agricultura urbana, sejam produtivas, sejam ativistas. O potencial de o indivíduo, por meio de uma prática como a AUP, modificar o seu espaço (qualificado de lugar, um espaço com sentido) e modificar-se a si mesmo, criando, ele mesmo, em conjunto com outras pessoas e de acordo com o seu contexto geográfico, político, econômico, cultural, ambiental e social, novas ruralidades que modificam o espaço urbano e que abrem novas possibilidades: uma produção alternativa, que promove inclusão social, gera emprego, renda, alimentos para consumo próprio, mercados alternativos etc., mas também uma nova sociabilidade, com o resgate de certos valores, com o empoderamento de indivíduos, com a busca por uma *outra* cidade e por um *outro* modo de vida.

É necessário questionarmos como, porém, as ruralidades na cidade produzidas a partir da agricultura urbana e periurbana podem ter assegurado o seu potencial de transformação real da sociedade como modelo de resistência e também de alternativa aos modelos dominantes e hegemônicos.

A AUP coloca em foco questões muitas vezes negligenciadas no modelo de desenvolvimento neoliberal. Se no modelo dominante o foco será a esfera econômica em detrimento das outras, a agricultura urbana e periurbana reinsere as esferas do social, do ambiental e do cultural como elementos fundamentais na consecução de uma outra experiência. A AUP dialoga muito, portanto, com a *Agroecologia*, que surge no contexto de uma crise enraizada no sistema socioeconômico hegemônico e da necessidade de uma agricultura que contemple outras dimensões que não apenas a técnica ou a econômica, ou seja, propondo uma *nova ruralidade* no campo. A sua base seria, exatamente, um enfoque multifuncional na agricultura. Caporal e Costabeber (2000, p. 17) destacam que o planejamento de uma agricultura alternativa, “[...] para ser operacional, precisa ser



relacionado não apenas com a sustentabilidade econômica, mas também, e principalmente, com a sustentabilidade socioambiental e cultural de sociedades concretas [...]”.

A Agroecologia se apresenta tanto como uma ciência, que fornece as bases teóricas para a inspiração, o planejamento e o manejo de sistemas de agricultura sustentáveis, quanto como um conjunto de práticas que, aplicadas, procuram alcançar o objetivo de uma agricultura sustentável, já que

[...] fornece as bases científicas, metodológicas e técnicas para uma nova revolução agrária não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Os sistemas de produção fundados em princípios agroecológicos são biodiversos, resilientes, eficientes do ponto de vista energético, socialmente justos e constituem os pilares de uma estratégia energética e produtiva fortemente vinculada à noção de soberania alimentar (ALTIERI, 2012, p. 15).

A Agroecologia, portanto, pode ser uma ferramenta metodológica muito importante para que a agricultura urbana e periurbana desenvolva todo o seu potencial de transformação. Os princípios agroecológicos estão em consonância com as características, o potencial, as necessidades e a aplicabilidade da AUP, já que promovem tanto a teoria, em seu caráter científico, quanto a ação, como um conjunto de práticas. Além disso, reconhecem as diversas funcionalidades e dimensionalidades da agricultura urbana e periurbana, oferecendo ferramentas úteis para a construção de uma AUP relevante. Fantini (2016, p. 105, tradução nossa) propõe, finalmente, que:

Com seu enfoque interdisciplinar, sua ênfase nos conceitos de soberania alimentar e desenvolvimento sustentável e suas propostas de desenvolvimento participativo e endógeno, tal disciplina [a Agroecologia] segue representando um importante marco teórico/prático de referência para muitos experimentos e projetos de agricultura urbana e periurbana, especialmente por sua capacidade de fornecer ferramentas eficazes e comprovadas e indicadores quantitativos e qualitativos que permitem tornar visíveis os benefícios das atividades e gerar informação relevante para a tomada de decisões.

Entendemos que a Agroecologia pode contribuir muito para que a agricultura urbana e periurbana atinja todo o seu inerente potencial transformador, seja como atividade produtiva, seja como um ativismo, afinal, ela surgiu exatamente como uma forma de imprimir, no espaço rural, uma *ruralidade* diferente da que é característica da agricultura convencional. A agricultura urbana e periurbana, criando, nas cidades, *ruralidades*, pode se basear nos princípios agroecológicos para que estas ruralidades tenham um caráter transformador na busca de uma *outra* cidade.

2.1. As experiências de São Paulo e Bogotá

Como estudos de caso, abordaremos agora três experiências de agricultura urbana e periurbana que dialogam com o conteúdo teórico abordado, buscando compreender se o



potencial multifuncional da AUP se efetiva na prática nos casos estudados e se a produção de ruralidades na cidade por meio da prática de agricultura tem sido um instrumento real de transformação dos espaços.

Buscaremos responder tais anseios explorando, rapidamente, duas experiências na cidade de São Paulo e uma experiência na cidade de Bogotá, na Colômbia, as metrópoles mais importantes em seus países e que possuem um papel de destaque na América Latina como centros econômicos, culturais e políticos, além de serem cidades bastante populosas. São Paulo e Bogotá, portanto, possuem similaridades em termos de significados nacionais e configuram casos representativos para o estudo das grandes cidades na América Latina, e especificamente para o estudo da agricultura urbana e periurbana nas grandes cidades.

Horta das Corujas – São Paulo

Ocupando 800m² de área e localizada no bairro de Vila Beatriz, um distrito do Alto de Pinheiros, está a Horta das Corujas, uma horta comunitária de orientação agroecológica no espaço da Praça das Corujas. Todo o processo histórico do uso do espaço da Praça, de sua regulamentação e implementação é contado, com grande detalhamento e excelência, na pesquisa de Nagib (2016).

A Horta, criada em 2012, foi fruto de uma ação conjunta de ativismo, com destaque para o grupo *Hortelões Urbanos*, e da participação de pessoas em conselhos municipais, com destaque para a ação dos moradores da região. Este movimento propiciou a materialização da Horta das Corujas (NAGIB, 2016). Em meio à complexidade da cidade de São Paulo e de um distrito altamente urbanizado, como o Alto de Pinheiros, vemos uma ruralidade sendo construída e apontando para caminhos significativos em relação ao problema em tela, o de análise da agricultura urbana e periurbana.

As ruralidades da experiência da Horta das Corujas podem ser vistas em aspectos variados. Em primeiro lugar, a própria paisagem é alterada, com o florescimento visual de diferentes cultivos de alimentos, de plantas medicinais, contrastando com plantas de finalidade estética, que circundam a Horta.

Além disso, a ruralidade pode ser percebida por meio da criação de novas relações humanas e do próprio incremento na qualidade de vida dos cidadãos. A Horta propicia o contato entre os diferentes: sejam moradores da área, sejam ativistas urbanos, sejam pessoas que utilizam o espaço da Horta como passagem ou para outros fins, este espaço tem servido como um lugar de encontro, desenvolvendo uma sociabilidade muitas vezes vista no campo, mas adaptada ao contexto urbano da diversidade, ou seja, uma nova ruralidade, híbrida, potencializada, ainda, pela necessidade de compartilhamento de todos



os recursos, já que a horta é comunitária e o trabalho voluntário. Nagib (2016, p. 198) afirma que “o engajamento comunitário [...] traduz [...] o desejo por maior segurança (emocional e física) adquirida pelos laços de solidariedade e de identidade com o espaço público”.

A ruralidade também pode ser apreendida por meio da valorização dos aspectos socioambientais num contexto urbano. Com o distanciamento entre o homem e a terra, entre o consumidor e a produção de seu alimento, perdemos importantes noções e valores em relação ao ambiente. Devemos considerar, também, que a realidade do campo brasileiro é de uma agricultura convencional, baseada no uso de insumos químicos sintéticos, gerando certa insegurança alimentar. A Horta, entretanto, tem servido como um meio de retomar a importância dos valores perdidos, de promover uma agricultura alternativa e também como uma ferramenta pedagógica para que seus diversos frequentadores compreendam a importância das questões ambientais na cidade. Segundo Nagib (2016, p. 313),

A horta também recebe o público infantil em visitas monitoradas de escolas do entorno, que a integraram enquanto espaço de aprendizagem para o desenvolvimento de suas atividades pedagógicas semanais. [...] As escolas de educação infantil (crianças de até seis anos de idade) *Piccolino* e *Espaço Brincar*, bem como o Barro Molhado, possuem canteiros próprios na Horta das Corujas para que as crianças possam realizar as atividades que lhes são introduzidas.

A Horta das Corujas, portanto, tem sido um instrumento efetivo de educação para diversas gerações de pessoas. A retomada do contato entre o homem e a terra traz à tona diversos valores esquecidos. É provável que as crianças que estão em contato direto com a Horta tenham, no futuro, outra consciência sobre a importância da valorização do ambiente e de iniciativas assim nas nossas cidades.

Horta Comunitária da Faculdade de Medicina da USP – São Paulo

Outro caso significativo, também na cidade de São Paulo, é o da Horta Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), situada no bairro de Cerqueira César, numa importante avenida chamada Doutor Arnaldo, no centro expandido da capital. Nos fundos de um dos prédios do complexo da FMUSP, área até então inutilizada, um grupo começou, em 2013 e de forma embrionária, uma horta, com apenas um tipo de plantação. A Horta, no entanto, cresceu, e em 2016 possuía 520m² de área com centenas de espécies plantadas (FMUSP, 2016).

A Horta tem sido um instrumento efetivo de promoção de diversos valores, como a agroecologia, a biodiversidade e a alimentação saudável. Além disso, promove também o convívio decorrido do trabalho em grupo, já que a Horta é comunitária, como seu próprio nome diz, e depende do trabalho de voluntários. É interessante pensarmos como as práticas dos voluntários da Horta e sua própria existência criam ali um espaço qualificado. Se antes



podíamos pensar em um espaço cimentado, árido e inutilizado, agora, ao lado de uma grande avenida, aquele espaço faz até mesmo com que esqueçamos o que está do outro lado dos muros. Assim, a existência desta experiência e as práticas ocorridas ali geram uma ruralidade que qualifica e transforma o espaço.

A experiência da Horta tem trazido resultados práticos muito interessantes. Ela propiciou interesse de pesquisadores, principalmente da área da saúde, que têm publicado textos diversos sobre a Horta Comunitária da Faculdade de Medicina da USP. Como destaque, mencionamos o “Guia Informativo sobre Plantas Medicinais”³, publicado pela própria FMUSP, que relaciona a especificidade da área da medicina com a própria Horta, falando sobre as plantas que ali são cultivadas e que têm fins medicinais.

Segundo Mauad⁴, idealizadora da Horta, a FMUSP, como instituição, não via com bons olhos a iniciativa no início do projeto. Com o passar do tempo, entretanto, a visão foi se alterando sistematicamente, e hoje o projeto é apreciado e valorizado, ainda que tenha poucos recursos financeiros para ser mantido.

Jardim Botânico de Bogotá (JBB) “José Celestino Mutis” – Bogotá

O JBB é uma importante entidade que, desde 2004, coordena diversos projetos distritais de agricultura urbana e periurbana de Bogotá. Se, nos outros dois exemplos, o foco era observar experiências de AUP a partir de ações ativistas de hortelões, vemos, agora, uma experiência de AUP como política pública.

Entre 2004 e 2017, o Jardim Botânico de Bogotá tem sido um importante centro de pesquisas e de difusão do conhecimento sobre a agricultura urbana e periurbana, gerindo projetos importantes com focos distintos. A sua ação é tanto de planejamento e gestão de políticas, como de capacitação prática para os agricultores, por meio da horta urbana que é mantida ali (JBB, 2017)⁵.

Do início das ações, em 2004, até hoje, em 2017, foram executados três projetos importantes e que mostram o amadurecimento da visão sobre a importância da agricultura urbana e periurbana nas cidades. Entre 2004 e 2012, o *Proyecto 319* tinha o objetivo de solucionar a questão da fome em Bogotá. A promoção da AUP, portanto, tinha o objetivo de ser uma ferramenta para o combate da fome, com a capacitação técnica de populações

³ Disponível em: https://issuu.com/karenterra/docs/guia_horta_fmusp_revisado. Acesso em: 03 set. 2017.

⁴ Thais Mauad é professora do Departamento de Patologia da FMUSP, foi a idealizadora da Horta Comunitária da FMUSP e é, atualmente, a coordenadora do projeto. O depoimento mencionado foi obtido numa fala de Mauad para os alunos do curso de Geografia da Universidade de São Paulo, na própria Horta, no dia 02 de setembro de 2017.

⁵ Conforme o sítio eletrônico do Jardim Botânico de Bogotá. Disponível em: <http://www.jbb.gov.co/index.php/agricultura-urbana>. Acesso em: 10 out. 2017.



pobres para que desenvolvessem cultivos próprios para o seu consumo (VALENCIA; CELIS, 2011; HERNÁNDEZ; RINCÓN; PINZÓN, 2017).

Entre 2012 e 2016, o *Proyecto 863* já rumava para um objetivo diferente, dialogando com as tendências da época sobre mudanças climáticas e a necessidade de melhoria da cobertura vegetal da cidade. O objetivo, portanto, era que a AUP fosse uma ferramenta para a reabilitação da estrutura ecológica da cidade de Bogotá (HERNÁNDEZ; RINCÓN; PINZÓN, 2017). Vemos, neste caso, que o potencial multifuncional da agricultura urbana e periurbana começava a ser mais compreendido e valorizado.

Por fim, no ano de 2016, se iniciou o *Proyecto 1119*, com uma significativa alteração nos objetivos dos projetos anteriores. O projeto atual pretende tornar a cidade mais saudável e agradável para os cidadãos, focando na questão da qualidade de vida e de ambientes esteticamente agradáveis. A AUP é vista, então, como um instrumento para a promoção do incremento da qualidade de se morar na cidade (HERNÁNDEZ; RINCÓN; PINZÓN, 2017). Mais uma vez, o potencial multifuncional da AUP é enfatizado.

A experiência do Jardim Botânico de Bogotá mostra a promoção das práticas de agricultura urbana e periurbana e, portanto, das ruralidades criadas a partir destas práticas, como forma de combater diversos problemas enfrentados pela metrópole, causando, diretamente, transformações territoriais importantes e relevantes nos aspectos social, ambiental, político e cultural.

3. Considerações finais

A agricultura urbana e periurbana tem sido uma importante prática de transformação territorial em diversos aspectos, corroborando o seu grande potencial multifuncional. Por meio do estudo das três experiências citadas, podemos ver que transformações ambientais, sociais, econômicas e culturais têm ocorrido, advindas da criação de ruralidades a partir da prática da AUP nas cidades de São Paulo e Bogotá.

As hortas urbanas têm sido adotadas tanto por movimentos ativistas, que buscam, de maneira geral, um novo modo de viver nas grandes cidades, quanto pelos governos locais, que enxergam na prática da agricultura urbana e periurbana uma ferramenta importante para a superação da fome, para a melhoria das condições de vida dos cidadãos, para o combate dos problemas ambientais e para a construção de uma cidade mais agradável.

Dentro de um espaço híbrido – contendo, além de tudo, elementos urbanos e elementos rurais –, complexo e diversificado como o das grandes cidades, praticar a



agricultura tem sido uma saída para que os cidadãos se apropriem dos espaços e retomem a busca pelo direito à cidade.

As experiências de São Paulo e Bogotá apontam, ainda, para um possível caminho para as grandes cidades da América Latina. Como os casos das duas cidades revelam, a AUP tem sido efetiva na busca e na construção de uma nova cidade. Além disso, a prática da agricultura urbana e periurbana se mostra capaz de auxiliar significativamente na resolução de problemas importantes vividos, quase como um padrão, pelas nossas grandes cidades: pobreza urbana, fome, insegurança alimentar, impactos ambientais negativos e até mesmo cidades pouco agradáveis e confortáveis para as pessoas que ali residem.

4. Referências

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3. ed. rev. ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2015.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma Nova Extensão Rural. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p.16-37, jan./mar. 2000.

FANTINI, Andrea. *Cultivando ciudades: la agricultura urbana y periurbana como práctica de transformación territorial, económica, social y política*. 2016. 210 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografía, Departamento de Geografía y Ordenación del Territorio, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2016. Disponível em: <http://www.tesisenred.net/bitstream/handle/10803/400657/anfa1de1.pdf?sequence=1&isAlloved=y>. Acesso em: 04 abr. 2017.

GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HERNÁNDEZ, Katherine Alexandra Herrera; RINCÓN, Ruth Zamira Herrera; PINZÓN, Yohanna Marcela. *Proyectos de Agricultura Urbana del Jardín Botánico de Bogotá José Celestino Mutis, Analizados desde la Perspectiva de la Educación Ambiental (2004 - 2016)*. 2017. 106 f. Monografía (Especialização) - Curso de Especialización En Educación y Gestión Ambiental, Facultad de Ciencias y Educación, Universidad Distrital Francisco José de Caldas, Bogotá, 2017. Disponível em: <http://repository.udistrital.edu.co/bitstream/11349/5824/1/HerreraHernándezKatherineAlexandra2017.pdf>. Acesso em: 13 out. 2017.

JACOBS, Jane. *Morte e vida nas grandes cidades*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

LEFEBVRE, Henri. *Le droit à la ville*. Paris: Anthropos, 1968.

NAGIB, Gustavo. *Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas*. 2016. 434 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-18082016-124530/pt-br.php>. Acesso em: 04 jan. 2017.



RUA, João. Urbanidades no rural: o dever de novas territorialidades. *Campo-território: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p.82-106, fev. 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11781/6895>. Acesso em: 02 abr. 2017.

SUZUKI, Júlio César. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. *Revista Nera*, Presidente Prudente, v. 10, n. 10, p.134-150, jan./jun. 2007.

SUZUKI, Júlio César; BERDOULAY, Vincent. *Agricultura urbana entre necessidade e utopia: experiências paulistanas*. In: XIV COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA: LAS UTOPIAS Y LA CONSTRUCCIÓN DE LA SOCIEDAD DEL FUTURO, 2016, Barcelona: Universitat de Barcelona, 2016. p. 1 - 14. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/xiv-coloquio/SuzukiBerdoulay.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2017.

VALDIONES, Ana Paula Gouveia. *Panorama da agricultura urbana e periurbana no município de São Paulo*. 2013. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-04112013-162810/pt-br.php>. Acesso em: 03 mai. 2017.

VALENCIA, Laura Mercedes Barriga; CELIS, Diana Carolina Leal. *Agricultura urbana en Bogotá: Una evaluación externa-participativa*. Bogotá: Universidad del Rosario, 2012. Disponível em: <http://repository.urosario.edu.co/bitstream/handle/10336/2880/53067834-2012.pdf?sequence=1>. Acesso em: 03 mai. 2017.

**GT 07 - Cidades e transformação do urbano na América Latina****REDES TRANSNACIONAIS DE CIDADES PARA A GOVERNANÇA DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMÉRICA LATINA: O CASO DO ICLEI**

Alberto Teixeira da Silva¹
alberts@superig.com.br
William Miranda Rocha²
william.mrocha@gmail.com
Aline Rafaella Sena Pinto³
a.rafaellasenapinto@gmail.com
Deyvini Reis⁴
deyvini.reis@gmail.com

Resumo

Nas últimas décadas observa-se a emergência de redes transnacionais que atuam articulando e mobilizando cidades para a governança ancorada no tripé do desenvolvimento sustentável: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica. Estas redes tem avançado com a interdependência e globalização de fluxos de ideais e defesa do meio ambiente na era de agendas sistêmicas e sinérgicas, transbordando em movimentos e iniciativas subnacionais, para além das fronteiras nacionais e territoriais. Neste artigo, buscamos apreender a atuação da Rede ICLEI, considerada uma das mais importantes redes globais pela governança do desenvolvimento sustentável. Considera-se bastante relevante a atuação do ICLEI, pela capacidade de aglutinar cidades e fomentar políticas públicas para a melhoria do padrão de bem estar nas áreas urbanas da América Latina. O enfrentamento das mudanças climáticas na América Latina traduz um importante compromisso do ICLEI, catalisando demandas das cidades que, cada vez assumem mais centralidade e protagonismo neste debate.

Palavras-chave: Cidades; Redes Transnacionais; Desenvolvimento Sustentável, ICLEI; Governança; América Latina.

INTRODUÇÃO

O objetivo desta reflexão é abordar a relevância e atuação de redes transnacionais que tem contribuído para a promoção do desenvolvimento sustentável nas cidades, na medida em que "não há cenário sobre o século 21 que ignore a centralidade do mundo urbano para o desenvolvimento sustentável nas próximas décadas" (FGV; Instituto Arapyaú, 2017). Nas últimas décadas observa-se a emergência de redes que articulam e mobilizam cidades numa estratégica de governança para o desenvolvimento sustentável em vários

¹ Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP, Professor Associado da Universidade Federal do Pará (UFPA).

² Mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutorando em Relações Internacionais pela UnB/UFPA e Professor da Universidade da Amazônia (UNAMA).

³ Graduada em Relações Internacionais pela Universidade da Amazônia (UNAMA), Mestranda em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UFPA).

⁴ Graduada em Relações Internacionais pela Universidade da Amazônia (UNAMA), Mestranda em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UFPA).



continentes. Estas redes tem avançado com as interdependências e processos globais de comunicação e defesa do meio ambiente na era de agendas sistêmicas e sinérgicas, transbordando em movimentos e iniciativas subnacionais, para além das fronteiras nacionais e territoriais.

Neste artigo, buscamos apreender a atuação da Rede ICLEI, considerada uma das mais importantes redes globais pela governança do desenvolvimento sustentável. Particular atenção será dada ao enfrentamento das mudanças climáticas na América Latina, onde as cidades assumem cada vez mais centralidade e protagonismo. Não por acaso, as cidades numa perspectiva planetária, Não por acaso, respondem por 80% do Produto Interno Bruto (PIB) global, 70% do consumo mundial de energia e emitem 80% dos Gases do Efeito Estufa (GEE).

Como assinou o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, “as cidades se transformaram em depósitos de problemas causados pela globalização” (BAUMAN, 2009: 32). As grandes cidades estão se tornando terrenos caóticos de problemáticas que evoluem para condições de degradação socioambiental, mas também são reconhecidas como locomotivas das mudanças estruturais que desencadeiam políticas públicas para o reordenamento urbano e o bem-estar dos cidadãos. (SILVA; BUENDÍA, 2017).

Além da introdução e conclusão, este artigo se distribui em três seções. No primeiro momento, serão apresentadas considerações sobre o paradigma do desenvolvimento sustentável, como idéia-força que tem orientado ações, políticas e agendas diversas por instituições e redes de governança global. Na segunda parte, buscaremos informar o contexto onde redes transnacionais emergem e como estas catalisam agendas voltadas à sustentabilidade de governos locais e subnacionais. Finalmente, a terceira seção abordará a atuação da Rede ICLEI no cenário latino-americano, como experiência que tem cristalizado avanços relevantes na construção de políticas públicas sustentáveis, notadamente aquelas voltadas governança climática local e urbana.

O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO AGENDA DE MOBILIZAÇÃO DE CIDADES

O debate sobre uma proposta de desenvolvimento alternativo ao padrão de desenvolvimento industrial que reinava na década de 1960, vem evoluindo sobretudo a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972) por ser o marco da governança ambiental internacional. Contudo, somente com a publicação do Relatório Brundtland em 1983 e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro, em 1992, que o



debate do desenvolvimento sustentável alcança o patamar de um marco paradigmático e se consoma numa verdadeira agenda institucionalizada de compromissos e políticas públicas no cenário internacional e global (ELLIOTT, 1998; RIBEIRO, 2010).

A adoção da agenda global em prol do desenvolvimento sustentável pela ONU em 2015, mais conhecida como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reforça a necessidade de esforço coletivo que envolva a participação de múltiplos atores, no sentido de incentivar e promover parcerias público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização. Neste contexto, a conformação de cidades sustentáveis desponta com um dos grandes desafios da ONU, notadamente quando enfatiza na Agenda ODS, precisamente no Objetivo 11 "Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis". (ONU, 2015).

Além da ODS, outras duas importantes agendas que focam na sustentabilidade global, dão grande visibilidade para o processo de urbanização, do ponto de vista de garantir espaços urbanos sob a ótica do desenvolvimento sustentável. O Acordo de Paris, aprovado em dezembro de 2015 e ratificado em 2017, reconhece a posição estratégica que as cidades possuem na geopolítica das mudanças climáticas.

Já antes o relatório do *Intergovernmental Panel of Climate Change* (IPCC, 2014), tinha incorporado a temática das cidades de forma incisiva e definitiva, apontando a intensificação das mudanças climáticas e urgência de políticas de mitigação e adaptação nas diversas esferas dos governos e sociedades, tendo em vista os riscos associados à vulnerabilidade urbana decorrente dos eventos climáticos extremos e da degradação ambiental.

Por outro lado, a proclamada Nova Agenda Urbana, documento final da terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano- no Sustentável – Habitat III, realizada em outubro de 2016 no Equador, colocou em evidência a idéia de direito à cidade, fundado no princípio de que todos devem poder usufruir dos recursos urbanos e fazer e refazer a cidade (HARVEY, 2012).

As agendas geopolíticas no cenário da globalização se alargaram para dar conta de novos desafios epistemológicos e territoriais, para além do arcabouço teórico-metodológico centrado no Estado nacional. No contexto da crise civilizatória atual, a governança do desenvolvimento sustentável passa a ser uma questão chave, ganhando visibilidade e importância na pauta das instituições multilaterais, redes transnacionais, governos nacionais, subnacionais e locais.

A rigor, a questão da sustentabilidade como paradigma norteador do desenvolvimento, ganhou impulso institucional e legitimidade pública com a realização da famosa reunião de cúpula do Rio de Janeiro em 1992. No bojo do imperativo ético de



responsabilidade com as futuras gerações e da oxigenação da política ambiental Internacional traduzidos em resultados diplomáticos consubstanciados numa agenda de cooperação, notadamente a Agenda 21, Convenção sobre Mudanças Climáticas, Convenção sobre Biodiversidade, Declaração do Rio e Declaração de Princípios sobre Florestas (CNUMDA, 1991; SACHS, 1993; SILVA, 2009).

Portanto, é fato que uma plataforma de compromissos de governança do desenvolvimento sustentável vem se consolidando como pauta irreversível do sistema de governança global coordenado pela ONU, que se traduzem nas Agendas ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio) e ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável).

As agendas de políticas públicas sustentáveis são absolutamente fundamentais para que o planejamento urbano se viabilize como modelo civilizatório sintonizado com a satisfação de demandas sociais, melhoria das condições de vida, sobretudo dos segmentos mais vulneráveis e dependentes do poder público, além garantia do meio ambiente sadio e bem administrado, o que significa priorizar investimentos em saneamento básico e comprometimento permanente com uma política de educação que alcance todos os níveis e setores da sociedade.

REDES TRANSNACIONAIS DE CIDADES: EMERGÊNCIA E DINÂMICA

Com as transformações do sistema internacional após a queda do muro de Berlim e derrocada do socialismo real, os processos de expansão das interdependências ecológicas, políticas, sociais econômicas e tecnológicas, que já vinham se constituindo deste a década de 1970, foi fortemente amplificado pela globalização multidimensional, fazendo emergir movimentos vigorosos de escopo transnacional, forjando redes, atores e uma diversificada agenda de políticas públicas sustentáveis: do local ao global.

A partir sobretudo da década de 1990, com a amplificação do espaço público que colocou em evidência o embrião daquilo que se poderia chamar de "sociedade civil mundial" e um corresponde sentimento cosmopolita de uma cidadania de escopo planetário, vai evoluindo uma agenda complexa de questões que atravessam fronteiras, fazendo desembocar ações em várias partes do mundo.

Com efeito, uma diversidade de atores ligados a causas humanísticas e ambientais estão colocando em marcha movimentos orgânicos que buscam espaço na arena da cooperação global, atraindo e formatando coalizões e/ou iniciativas que transcendem às fronteiras nacionais, através de dinâmicas e estruturas flexíveis e ágeis, incitando a formação de agendas transversais de políticas públicas.



A constituição de redes na nova ordem geopolítica que se abre com a globalização multidimensional, na fratura dos espaços nacionais expostos pela erosão do poder estatal centralizado, ganha musculatura e define novos caminhos para pensar a governança para além da visão esdocêntrica, ou seja, a sociedade em rede provoca o surgimento padrões de governança em vários níveis (governança multinível).

A compreensão assinalada resulta da crítica ao sistema político interestatal, na medida que este modelo está sendo substituído na contemporaneidade pela política pós-internacional, conforme aponta Beck (1999), "a humanidade ultrapassou a era da política internacional; esta se caracterizava pelo predomínio e monopólio do cenário internacional por parte do Estados nacionais. Agora se inicia uma era pós-política internacional, na qual os atores nacionais-estatais são obrigados a partilhar o cenário e o poder global com organizações internacionais, companhias transnacionais, além de movimentos políticos e sociais transnacionais" (BECK, 1999: pag. 71).

A gestão dos problemas ambientais urbanos globais (mudanças climáticas, escassez de água, saneamento, perda de biodiversidade) está dando espaço para articulações entre atores estatais e não estatais e coalizões transnacionais diversas, que envolvem múltiplas arenas de governança multinível, catalisando agendas progressistas de temas relevantes no contexto das agendas de políticas públicas, notadamente em regiões da América latina.

A erosão dos Estados nacionais e a fragmentação de agendas de interesse global têm forjado novas arenas geopolíticas na contemporaneidade. O cenário trágico dos desastres e calamidades climáticas e ambientais tem ensejado iniciativas e experiências de paradiplomacia de megacidades no âmbito do combate aos efeitos nocivos das mudanças climáticas, conformando poderosas redes de cidades transnacionais que influem no mapa das decisões e negociações multilaterais.

Redes de cidades no século XXI estão assumindo forma crescente, protagonismo na definição e gestão de agendas políticas públicas, estimulando e mobilizando governos e segmentos da sociedade, na participação e execução de diversas políticas públicas, em vários níveis, esferas e escalas de governança. É inquestionável a inserção geopolítica dos grandes centros urbanos na agenda de temas transversais estimulados pela visão do desenvolvimento sustentável.

Neste cenário, tem avançado bastante experiências de paradiplomacia, ou seja, a inserção internacional de governos subnacionais, impulsionada pela globalização da economia, urbanização acelerada e integração regional (RIBEIRO, 2009: 17), promovendo o surgimento de uma paradiplomacia paralela de governos locais (municípios, cidades, estados) que buscam interagir e articular seus interesses com outros atores e regiões no contexto da sociedade global.



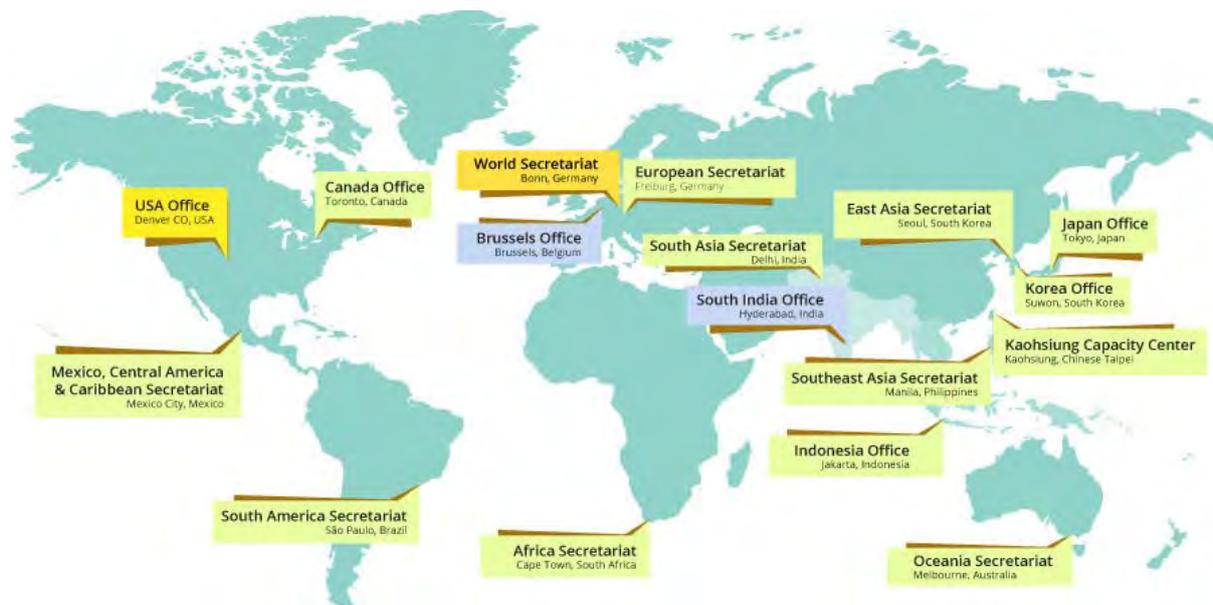
A ATUAÇÃO DO ICLEI PARA O AVANÇO DAS CIDADES SUSTENTÁVEIS NA AMÉRICA LATINA

O ICLEI (*International Council for Local Environmental Initiatives*) foi criado na perspectiva de representar interesses e agendas do poder local, dentro do slogan "pense globalmente e aja localmente". O ano de 1990 que marca seu surgimento, de alguma forma, já refletia a visibilidade da dimensão local na governança dos grandes desafios globais, na esteira do contexto histórico de transformação da política internacional, que retirava da camisa de força do conflito bipolar, temáticas como meio ambiente, direitos humanos, engendrando novas idéias, novas esperanças. (CERVO, 2006: pag. 7).

A fundação do ICLEI aconteceu no primeiro Congresso Mundial de Governos Locais por um Futuro Sustentável na sede das Nações Unidas em Nova York, com a presença de 200 governos locais de 43 países. A rede ICLEI participou diretamente na elaboração da Agenda 21 Global - um dos documentos mais importantes da ECO-21, através do capítulo que tratou sobre a participação dos governos locais, assumindo protagonismo na Agenda 21 Local, um programa de promoção da governança participativa e planejamento do desenvolvimento sustentável local. Ainda na década de 1990, o ICLEI formulou a proposta do Programa "Cidades pela Proteção do Clima" (CCP), considerado o primeiro e maior programa do mundo de apoio a cidades para planejamento da ação climática.

A rede ICLEI congrega um vasto campo de iniciativas de governança, a saber: redes, governos subnacionais, incluindo um grande número de cidades e administrações locais, além de participar de fóruns e de agendas de mobilização multilaterais e globais. Portanto, não é exclusivamente uma rede de cidades, embora a questão da sustentabilidade urbana, seja uma preocupação recorrente na linha de atuação da ICLEI, presente nos programas e projetos desenvolvidos nos diversos continentes.

A Rede ICLEI expressa também o compromisso de governos locais para a construção da sustentabilidade planetária. Neste sentido, constitui uma rede global de mais de 1.500 cidades e regiões comprometidas com um modelo de civilização ancorado na inclusão social, eficiência econômica e prudência ecológica, ou seja, baseia-se num paradigma de sociedade resiliente, voltado para uma economia de baixo carbono, que valoriza a biodiversidade e pactua estratégias inteligentes de ordenamento urbano, no sentido da prosperidade coletiva e bem estar dos cidadãos. Desenvolve atividades em diversas regiões do mundo, conforme quadro de secretarias e escritórios abaixo.



Fonte: <http://www.iclei.org/about/iclei-around-the-world.html>

Vale esclarecer que os Programas do ICLEI deixaram de trabalhar apenas aspectos ambientais para abraçar questões de sustentabilidade de forma mais ampla. Por isso, em 2003 foi renomeada ICLEI - *Local Governments Sustainability* (Governos Locais pela Sustentabilidade). O ICLEI promove ações para enfrentar a realidade cruel do padrão de urbanização, e por isso busca fortalecer e apoiar cidades no que tange aos impactos das mudanças climáticas e outros desafios urbanos. Neste propósito o ICLEI une os governos locais e regionais na criação de mudanças positivas através da aprendizagem coletiva, intercâmbio e capacitação. (ICLEI, 2017).

O ICLEI tem atuado na América Latina desde 1994. O primeiro escritório para a América Latina e Caribe foi estabelecido em Santiago, Chile, em junho de 1996, e o primeiro Secretariado Regional foi sediado pelo Rio de Janeiro, em outubro de 2000. A cidade de Buenos Aires foi escolhida como sede do Secretariado para América Latina e Caribe entre 2006 e 2010, período em que se estabeleceu, também, um escritório de projetos no Brasil, em São Paulo. Em 2011, estabeleceu-se o atual Secretariado para América do Sul, em São Paulo, Brasil.

Em 2011, um novo modelo para as nossas atividades na região foi aprovado, com dois secretariados, o Secretariado para América do Sul (SAMS), liderado atualmente pelo escritório do ICLEI na Cidade de São Paulo, Brasil e o Secretariado para o México, América Central e Caribe (MECS), liderado pela equipe do escritório do ICLEI no México.

Os programas e ações do ICLEI para a governança do desenvolvimento sustentável na América Latina são inúmeros e diversificados. Vale registrar estudos e experiências importantes de sustentabilidade urbana, envolvendo diversas temáticas (gestão de resíduos,



incentivo à produção e consumo, mobilidade urbana, biodiversidade, infra-estrutura, gestão de recursos hídricos, incentivo à eficiência energética e uso de energias renováveis, mitigação e adaptação às mudanças climáticas) em várias cidades latino-americanas como Rio de Janeiro, Toluca, León, Recife, Lima, Bogotá, Medellín, Cidade do México e San Rafael de Heredia (ICLEI; Fundação Konrad Adenauer, 2014).

ICLEI e redes transnacionais importantes como C40⁵, R20⁶, Nrg4sd⁷, Uclg⁸, dentre outras, fazem parte de um amplo movimento de articulação de cidades na era de combate às mudanças climáticas e seus efeitos nocivos sobre a economia, saúde, turismo, além dos impactos geopolíticos e sociais.

Importante considerar o esforço de integração das cidades do Mercosul, que tem sido viabilizado pela Rede Mercocidades⁹. Com efeito, trata-se de uma "rede de cooperação horizontal integrada atualmente por 323 cidades de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Chile, Bolívia, Equador, Colômbia e Peru, que promove a inserção das mesmas no processo de integração regional do Mercosul, e cuja importância vem crescendo, tanto em quantidade de membros como em intercâmbio de experiências"¹⁰.

As políticas e ações do ICLEI em termos de políticas de governança climática vem se desenvolvendo desde a década de 1990, notadamente com a criação do Programa Cidades pela Proteção do Clima (CPC), em 1997.

De acordo com informações contidas no site oficial da instituição¹¹, a "Campanha Cidades pela Proteção do Clima presta assistência a cidades pela adoção de políticas e implementação de medidas quantificáveis para a redução de emissões locais de gases de efeito estufa como forma de melhorar a qualidade do ar e de vida nos centros urbanos. A campanha é baseada em uma estrutura de performance inovadora através de cinco marcos com os quais os governos locais estão comprometidos. Esses marcos permitem aos governos locais, compreenderem de que forma as decisões em âmbito municipal afetam o uso de energia e como essas decisões podem ser úteis para mitigar as mudanças climáticas enquanto melhoram a qualidade de vida da comunidade".

As ações do ICLEI no âmbito do CPC já apresentam resultados satisfatórios, pois na América Latina inclui 9 cidades no México, 7 cidades no Brasil, 2 cidades na Argentina, uma no Chile e uma na Colômbia. A maioria dessas cidades já completou seu inventário e elaborou um Plano de Ação Local para reduzir suas emissões de GEE (ICLEI, 2017).

⁵ <http://www.c40.org/>

⁶ <https://regions20.org/>

⁷ <http://www.nrg4sd.org/>

⁸ <https://www.uclg.org/>

⁹ <http://www.mercociudades.org/pt-br>

¹⁰ <http://www.mercociudades.org/pt-br/node/2251>

¹¹ <http://archive.iclei.org/index.php?id=1759>



A Rede ICLEI se constitui também um canal valioso de inserção de pequenas, médias, grandes e megacidades na governança das mudanças climáticas, tendo papel destacado na elaboração das agendas climáticas de cidades como por exemplo como São Paulo, que integra o comitê executivo do ICLEI desde 2005 (BACH, 2012).

CONCLUSÃO

A Rede ICLEI como parte de um movimento global de governança de questões ambientais e sistêmicas espalhadas no planeta, condensa experiências exitosas em termos de disseminar valores e internalização de ações para a sustentabilidade de cidades e países latino-americanos.

As cidades expressam de forma vibrante a dinâmica da sociedade em rede na contemporaneidade, que tem avançado de forma latente com a globalização e os fluxos da era informacional, transbordando em movimentos e iniciativas subnacionais, para além das fronteiras nacionais e territoriais.

Nas últimas décadas observa-se a emergência de redes transnacionais que assumem o protagonismo como atores coletivos atuando em espaços transfronteiriços, amalgamando agendas transversais e multilaterais. Considera-se bastante relevante a atuação do ICLEI, pela capacidade de mobilizar atores cidades e atores subnacionais e fomentar políticas públicas para a melhoria do padrão de bem estar nas áreas urbanas da América Latina.

O enfrentamento das mudanças climáticas na América Latina mostra o compromisso do ICLEI com as agendas de governança climática, na medida em que catalisa, apóia e projeta demandas de cidades para um novo patamar e desenho de planejamento urbano, com base na economia de baixo carbono, valorização do patrimônio público, apropriação dos espaços de cidadania e melhoria da qualidade de vida da população através de políticas públicas inclusivas e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

BACH, Adalberto Gregório. (2012). Agenda climática do município de São Paulo: contribuição de redes transnacionais de governos locais. Revista Teoria & Pesquisa. vol. 21, Nº 2, jul./dez.

BECK, Ulrich. (1999). O que é globalização. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra.

BAUMAN, Zygmunt. 2009. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Editora Zahar.



CERVO, Amado Luiz. A ação internacional do Brasil em um mundo em transformação. IN: OLIVEIRA, Henrique Altemani de. & LESSA, Antonio Carlos (Orgs.) **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas**. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2006.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1991) **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

ELLIOTT, Lorraine. **The global politics of the environment**. New York: New York University Press, 1998.

Fundação Getúlio Vargas; Instituto Arapyaú. 2017. **Construindo a participação em agendas para cidades sustentáveis**.

http://mediadrawer.gvces.com.br/publicacoes/original/2017_participacao-cidades-sustentaveis-final.pdf.

HARVEY, David. 2012. **Direito à Cidade**. Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89.

HARVEY, David. (2014) **Cidades rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo, Martins Fontes.

ICLEI, 2017. Mudanças climáticas e desenvolvimento limpo: um guia do ICLEI. http://archive.iclei.org/fileadmin/user_upload/documents/LACS/Portugues/Servicos/Ferramentas/Manuais/Guia_Climaticas_portugues.pdf.

ICLEI. 2017. **Corporate Report 2016-2017**.

http://e-lib.iclei.org/wp-content/uploads/2017/08/20170310_ICLEI-corporate-Report-2016-2017_online-version.pdf.

ICLEI & FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. 2014. Sustentabilidade urbana: experiências na América Latina. 1ª edição. São Paulo.

UNITED NATIONS (2015b). "*Adoption of the Paris Agreement*". Conference of the Parties. Twenty-first session. <https://unfccc.int/resource/docs/2015/cop21/eng/l09r01.pdf>. acesso 02.01.2016.

UNITED NATIONS (2015a). "*Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*".

<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>. Acesso 23.12.2015.

RIBEIRO, Maria Clotilde Meirelles. **Globalização e novos atores: a paradiplomacia das cidades brasileiras**. Salvador: Editora EDUFBA. 2009.

RIBEIRO, Wagner da Costa. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

SACHS, Ignacy (1993). Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (Org.) **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora Brasiliense.

SILVA, Alberto Teixeira da. Integração e governança na América do Sul: o caso da OTCA. IN: ARAGÓN, Luis Eduardo & OLIVEIRA, José Aldemir de. (Orgs.) **Amazônia no Cenário Sul-Americano**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas. 2009.

SILVA, Alberto Teixeira da; BUENDIA, Mercedes Pardo. **As cidades no coração da governança climática global**. Mundorama, v. 19, p. 1-1, 2016.

**GT 07 – Cidades e Transformações do Urbano na América Latina****O CAMPO CEGO DO URBANO LATINO-AMERICANO: INDUSTRIALISMO E
CITADISMO NA PERIFERIA DO CAPITALISMO**Rodrigo Castriota (CEDEPLAR/UFMG)¹

castriota@gmail.com

Bruno Siqueira (FACE/UFMG)²

brunogsiqueira@gmail.com

RESUMO

Questões urbanas além das cidades se mostram cada vez mais relevantes diante da atual problemática urbana. Diversos estudos contemporâneos revisitam a hipótese de Henri Lefebvre da urbanização completa da sociedade. Para Lefebvre, o urbano emergente – da diferença, do encontro e da simultaneidade – superaria o protagonismo industrial e a racionalidade da indústria. Entretanto, um ‘campo cego’ ofusca o urbano emergente pois, embora tentemos alcançar essa realidade emancipatória, nossos olhares e conceitos ainda são moldados pelas teorias e práticas da industrialização. Na América Latina o campo cego tem características importantes associadas à obsessão com o crescimento e o desenvolvimento econômico na tentativa de superar a condição do subdesenvolvimento, este reduzido pelas percepções e conceitos cotidianos moldados pelo industrialismo. Esse trabalho revisita tal problemática no contexto contemporâneo do Brasil pós-golpe adicionando uma espacialidade cegante: o citadismo, i.e. a obsessão teórica e prática com a cidade como unidade de análise e de realidade privilegiada. Argumentamos que este fenômeno não apenas invisibiliza questões urbanas fora da cidade como também dentro da cidade – associada aos seus próprios imperativos sociometabólicos. Seguindo a ideia de Goonewardena (2005) do sensorio urbano, discutimos o citadismo e suas relações com as mobilizações políticas no Brasil depois do golpe de 2016.

Palavras Chave: Urbanização, Campo Cego, Citadismo, Henri Lefebvre.

1. INTRODUÇÃO

O estudo de questões urbanas além da cidade permeia inúmeros debates no campo dos estudos urbanos contemporâneos (em diferentes agendas de pesquisa), muitos dos quais revisitando a hipótese de Lefebvre (1970) da urbanização completa da sociedade. A emergência virtual de uma ‘sociedade urbana’ a partir da ‘implosão-explosão’ da cidade industrial projeta um ‘período urbano’ de diferença, simultaneidade e encontro. A revolução

¹ Doutorando em Economia Regional e Urbana, Departamento de Economia, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, CEDEPLAR/UFMG. Integrante do Grupo de Pesquisa Urbanização, Natureza e Desenvolvimento.

² Graduando em Economia, Departamento de Economia, Faculdade de Ciências Econômicas (FACE/UFMG). Integrante do Grupo de Pesquisa Urbanização, Natureza e Desenvolvimento.



urbana – qual seja, o conjunto de transformações necessárias para que a problemática urbana prevaleça sobre o industrialismo – levaria a um período (ou campo) de multiplicidade e complexidade, do valor de uso superando o valor de troca, de fruição frente à necessidade e o trabalho. Em última instância, o urbano emerge não apenas como categoria epistemológica mas também como um período que sucede o período industrial.

Neste trabalho, exploramos a seguinte questão: e se a cidade, no contexto contemporâneo da chamada ‘era urbana’ (UN Habitat, 2007; Brenner e Schmid, 2014), for também um elemento cegante e redutor não apenas no que tange à produção de conhecimento, mas também à prática social (política)? Para discutir essa questão, partimos da crítica ao ‘cidadismo metodológico’ (Angelo e Wachsmuth, 2015), i.e. ‘o privilégio, isolamento e talvez naturalização analíticas da cidade em estudos de processos urbanos onde a não-cidade também pode ser significativa’, para estender o argumento dos autores para além da prática teórica (Lefebvre, 1974) e ampliar o significado do cidadismo a partir do contexto brasileiro do início do século XXI.

Enquanto centralidades urbanas continuam a ser um locus importante de conflitos e lutas políticas (Lefebvre, 1968; Monte-Mór, 2004) bem como de produção do conhecimento e inovação (Jacobs, 1969; Silva, 2017), o cidadismo não apenas ofusca questões urbanas além das cidades como também engendra um suposto ‘sensório urbano’ (Goonewardena, 2005) no qual o espaço da cidade informa práticas cotidianas e representações das estruturas globais de relações sociais.

Na primeira seção, discutimos três agendas de pesquisa contemporâneas que exploram uma perspectiva *ex-cêntrica* do urbano e dos processos de urbanização. A segunda seção explora a ideia de ‘cidadismo’ a partir de Angelo e Wachsmuth (2015) e discute a relação entre o ‘cidade-centrismo’ e a produção de conhecimento. A terceira e última sessão aborda as articulações entre o ‘sensório urbano’ e o ‘cidadismo’ e suas relações às mobilizações políticas no Brasil pós-golpe. Se a cidade é, de fato, o locus privilegiado da política, das lutas e manifestações quando há ameaças à democracia, então o que acontece com as demandas políticas da ‘não-cidade’ neste cenário? Devemos esperar que os cidadãos das grandes aglomerações brasileiras lutem pela ‘não-cidade’, responsável por suprir e responder aos imperativos sociometabólicos das metrópoles globais?

2. RUMO A UMA TEORIA EX-CÊNTRICA DO URBANO: SUBURBANISMOS GLOBAIS, URBANIZAÇÃO PLANETÁRIA E URBANIZAÇÃO EXTENSIVA



A condição citadista das abordagens teóricas se tornou mais clara depois que acadêmicos de diferentes contextos geográficos começaram a examinar o urbano a partir de uma perspectiva ex-cêntrica – todos eles influenciados pelo trabalho de Henri Lefebvre (1970). Nesta seção, apresentaremos brevemente essas três agendas de pesquisa que não apenas exploram processos urbanos além das cidades, como também oferecem críticas poderosas de abordagens cidade-cêntricas.

A primeira delas é a pesquisa em ‘urbanização extensiva’ desenvolvida por Roberto Monte-Mór (1988) ainda nos anos 1980 que examinou este processo pelas lentes de Lefebvre em relação à geo-história brasileira, com ênfase na fronteira amazônica.³ Este processo teve início na segunda metade do século XX através das políticas populistas e desenvolvimentistas do governo de Juscelino Kubitschek – particularmente em energia e transportes – e se aprofundou após do golpe de 64, quando os militares tomaram o controle das instituições envolvidas na integração territorial e na produção do espaço e fizeram alianças com o capital estrangeiro e nacional na tentativa de promover crescimento econômico. Os investimentos extraordinários em um território nacional desarticulado e fragmentado resultaram em uma concentração demográfica e econômica intensa nas (poucas) grandes cidades brasileiras e suas circunvizinhanças imediatas levando à implosão-explosão da cidade industrial de São Paulo (Monte-Mór, 2004).

O tecido urbano-industrial inicialmente tomou as periferias metropolitanas e, eventualmente, atingiu espaços mais distantes da materialidade e da lógica capitalistas onde prevaleciam outras economias – marcadas pela subsistência, por lógicas populares e solidárias, por enclaves agrícolas ou extrativistas. Tais áreas eram ativadas e ‘transformadas de acordo com as necessidades que emanavam dos centros urbano-industriais’ (Monte-Mór, 2004: 291) e representavam uma nova rodada de colonização por parte dos grandes centros de decisão do Sudeste do país (Cagriota, 2016).

Embora este processo representasse a extensão da fronteira capitalista para áreas antes organizadas de acordo com relações não-capitalistas, ele permitiu a co-existência de grandes investimentos – particularmente mineração, energia e agronegócio – com economias extrativistas ou agrícolas de pequeno porte, produzindo um hibridismo que embaralhava a dualidade urbano-rural no país (Monte-Mór, 1994). De um lado, os encontros entre tecido urbano e floresta produziam a formação de mercados formais de terra e trabalho e subsequentes mobilizações e lutas (urbanas) marcadas pela exclusão, dominação e violência contra comunidades locais (camponeses, indígenas, ribeirinhos, etc.).

³ Uma análise apropriada desta pesquisa e suas interlocuções com a agenda contemporânea internacional em urbanização planetária pode ser encontrada em Cagriota (2016, 2017).



Por outro lado, a urbanização extensiva engendrava um hibridismo espaço-temporal de formas e processos inextricavelmente conectados à política do espaço, levando a uma (re)criação de estratégias e práticas tradicionais (Monte-Mór, 2004). Este processo de cidadania extensiva que marca o urbano no mundo contemporâneo aprofunda as trocas e articulações socioculturais em diferentes escalas.

Em última instância, o trabalho de Monte-Mór oferece ferramentas para compreensão da condição política do país nos anos 1980 a partir da urbanização extensiva que materializava a revolução urbana vislumbrada por Lefebvre para além das cidades brasileiras. Essa perspectiva ex-cêntrica iluminou práticas de extração de recursos de larga escala e grandes projetos de infraestrutura na Amazônia – ativada e mobilizada, até nos dias de hoje, por grandes centros urbanos globais – bem como a urbanização de (antes invisíveis, ditas ‘rurais’) populações amazônicas que, ao contrário, se fizeram presentes e fundamentais no processo de lutas políticas dos anos 1980. A urbanização extensiva foi também importante para compreensão de mediações urbanas entre sociedade e natureza – não em cidades ou através de cidadãos de grandes aglomerações, mas através de combinações híbridas envolvendo o tecido urbano estendido e populações e práticas espaciais tradicionais – apesar da enorme presença do industrialismo, i.e. da indústria como protagonista e como mediação privilegiada de relações sociais (Silva, 2017).

A segunda perspectiva teórica ex-cêntrica é a pesquisa liderada por Roger Keil (2011) acerca dos processos globais de suburbanização. A hipótese central desta pesquisa é o deslocamento de conceitos cidade-cêntricos do urbano argumentando que o crescimento sub-urbano se tornou o processo (urbano) dominante do século XXI. Dessa forma, seu objetivo é a reestruturação da teoria e da questão urbana através de uma posição ontológica ex-centric: o que é *ser* em um mundo sub-urbano?

No contexto da ecologia política da urbanização, Roger Keil (2003: 729) já havia chamado a atenção para a necessidade de resposta ao “desafio de Lefebvre de criar uma ciência urbana para um mundo urbano’ e, mais recentemente, argumentou que a ‘universalização da urbanização deve ser levada a sério não apenas como objeto empírico de investigação mas também como uma questão desafiadora em um nível teórico’ (Hamel and Keil, 2015: 7). A suburbanização é definida como ‘a combinação de crescimento populacional e econômico *não-central* e extensão espacial urbana’ (Ekers, Hamel and Keil, 2015: 22, grifo nosso). Analogamente, este conceito engendra uma compreensão de que ‘grande parte, senão a maioria, do que hoje se considera urbanização é, na verdade, periférica’ (Keil, 2013: 9, grifo nosso). Esse processo geraria novos e qualitativamente diferentes ‘modos de vida suburbanos’, ou *suburbanismos*, cujas particularidades (como



subúrbios são vividos) não são obscurecidos pelo universalismo do processo de suburbanização. Essa pesquisa, então, tenta compreender processos de suburbanização e suas formas de vida cotidiana através do estudo de dinâmicas que moldam a produção de subúrbios.

Através dessa lente, seria possível entender a era contemporânea de pós-suburbanização, onde os subúrbios tradicionais dão lugar a estruturas metropolitanas com diferentes relações com a natureza. Para tal, seria necessário 'abandonar pontos historicamente privilegiados para observar a urbanização. Isso inclui tanto o *privilegio do centro urbano* quanto o *privilegio do Norte global*' (Keil, 2013: 9).

A terceira e última agenda de pesquisa que pretende uma abordagem ex-cêntrica é intitulada 'urbanização planetária'. Esta implica mais dramaticamente no fim de um 'lado de fora' para o urbano e para a teoria urbana (Brenner, 2014), no sentido de que não existe mais uma rota de fuga, i.e. a urbanização capitalista e as relações de produção alcançaram, em níveis e graus distintos, todo o planeta.

Dois grupos de novas ideias são de importância particular nos debates acerca da urbanização planetária. O primeiro deles se refere à produção de uma perspectiva ex-cêntrica que, por sua vez, demanda uma revisão de conceitos e representações do urbano (ver Schmid, no prelo) precisamente porque os estudos urbanos tem sido focados em um suposto privilégio da cidade enquanto objeto de análise e realidade. Foi necessário, portanto, apresentar a condição da cidade enquanto ideologia (Lefebvre, 1970; Wachsmuth, 2014), a crítica do 'citadismo metodológico' (Angelo e Wachsmuth, 2015) e a crítica ao discurso da era urbana (Brenner e Schmid, 2014) de modo a (re)afirmar a distinção entre a cidade e o urbano até, por fim, seguir rumo a uma nova epistemologia do urbano (Brenner and Schmid, 2015).

A segunda inovação teórica que emerge da necessidade de alcançar essa perspectiva ex-cêntrica é a conceitualização da urbanização em três momentos: concentrada, extensiva e diferencial (Brenner e Schmid, 2015). A articulação dialética entre esses três momentos seria capaz de deslocar o foco teórico das cidades para espaços anteriormente 'rejeitados' em função de seu caráter 'não-cidadino'. O momento da urbanização concentrada se refere ao processo bem conhecido dos estudiosos das economias de aglomeração – em última instância responsável pela produção de cidades tal qual se faz nas teorias mais tradicionais da urbanização. A urbanização diferencial é associada a processos de destruição criativa capitalistas e subsequentes conflitos e lutas urbanas. Entretanto, essa tentativa de incorporar a dimensão política e utópica lefebvriana – tendências ao 'espaço diferencial' (Lefebvre, 1974) – encontrou pouco fôlego e espaço



nessas teorizações iniciais e precisa ser mais extensamente desenvolvido sobre alguma base empírica.

Finalmente, o momento da urbanização extensiva, conforme conceitualizado por Brenner e Schmid (2015: 167), ‘envolve a operacionalização de lugares’ distantes dos grandes centros urbanos para dar suporte às ‘atividades quotidianas e dinâmicas socioeconômicas da vida urbana’. A produção dessas paisagens operacionais de urbanização extensiva resulta ‘dos imperativos sociometabólicos mais básicos associados ao crescimento urbano’, a saber, a produção e circulação de água, alimentos, energia e materiais de construção – bem como as externalidades negativas advindas dessas atividades, geralmente vinculadas à problemática ambiental – e a mobilização de mão-de-obra para essas atividades. Neste processo, se reorganiza a base material dessas áreas não-metropolitanas, levando a um espessamento do tecido urbano sobre o planeta inteiro, inclusive sobre os já mencionados territórios extremos. Por fim, a urbanização extensiva envolve o cercamento de terras para apropriação do privado – por vezes a partir da despossessão de seus usuários anteriores.

A urbanização extensiva parecer ser o elemento vital que reúne as três agendas de pesquisa. Ela possibilita a constatação de que não existe fuga do urbano uma vez que a sociedade é completamente urbana – daí a urgência de produzir uma perspectiva ex-cêntrica dentro do campo dos estudos urbanos.

Dessa forma, processos de urbanização devem ser compreendidos e analisados como fenômenos cada vez mais globais ou planetários enquanto as centralidades devem ser analisadas *em articulação* com o tecido urbano estendido – como postulado por Lefebvre (1970). A ‘cidade’, por sua vez, deve ser analisada em sua condição ideológica através do questionamento perene de seu caráter ilusório de sua suposta coerência e replicabilidade.

Para explorar questões urbanas além da cidade, será necessário compreender que tais questões afetam – para não dizer que deterioram, destroem e interrompem – ritmos e práticas da vida quotidiana nas próprias centralidades urbanas. Nesse sentido, discutimos na seção a seguir alguns desafios contemporâneos da produção de conhecimento que contribuem para a invisibilização dessas questões e ilustramos a relação entre o cidadismo e a produção científica nos estudos urbanos e regionais brasileiros.

3. CIDADISMO METODOLÓGICO E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO BRASIL

Hillary Angelo e David Wachsmuth (2015: 16) introduziram a ideia de ‘cidadismo metodológico’ para criticar o ‘foco analítico e empírico na cidade tradicional’ e a ‘exclusão de



outros aspectos de processos de urbanização contemporâneos' no contexto da ecologia política da urbanização (EPU). Como grande parte dos trabalhos em EPU tomavam o urbano e a cidade como conceitos equivalentes, não apenas escapava a tais estudos cidade-cêntricos a complexidade do fenômeno urbano, como também as questões (urbanas) da não-cidade eram invisibilizadas pela própria teoria crítica. A questão do cidadismo é, então, associada à produção de conhecimento em termos *metodológicos* – através da sobreênfase nas cidades em estudos urbanos. Entretanto, o cidadismo tem outras implicações para produção de teoria no Brasil e em outros países da América Latina.

Tomemos, por exemplo, o trabalho pioneiro de Harley Silva (2017) que explora alternativas de desenvolvimento econômico na Amazônia brasileira tomando o urbano como mediação privilegiada entre sociedade e natureza – ante a narrativa tradicional do protagonismo industrial. Para este autor, a região Amazônica é uma expressão do subdesenvolvimento dependente (ao qual se referia Celso Furtado) porém, simultaneamente, expressa uma abundância de alternativas inexploradas que *não vão* na direção industrialista da exploração da sócio- e da bio-diversidade. A questão da dependência tecnológica que perpetua a condição do subdesenvolvimento é associada à precariedade material e à falta de poder para desenvolver respostas às restrições cotidianas presentes na periferia. Entretanto, existe um grande potencial inovativo em áreas periféricas que podem promover desenvolvimento econômico endogenamente mas são, ao contrário, invisibilizadas, representadas

Para Silva, existe um grande potencial de inovação em áreas não-centrais que podem gerar um processo de desenvolvimento econômico endógeno, mas, ao invés disso, permanecem invisibilizadas, representadas como formas de arcaísmo. Além do problema do poder do industrialismo nas economias periféricas, o cidadismo também é responsável por manter invisível práticas não centradas na cidade, fazendo com que avanços tecnológicos para a cidade tenham um *locus* privilegiado na produção de conhecimento. A grande maioria dos arquitetos, urbanistas, planejadores, designers e engenheiros vivem, estudam e trabalham em grandes aglomerações urbanas, contribuindo com o processo de “ignorância assimétrica” (Robinson, 2002), em que supõe-se que o centro é o “modelo” que deve projetar “soluções” para a periferia, geralmente tratados como problemas que demandam soluções especializadas.

O esforço de construir soluções sofisticadas para os problemas cotidianos ainda está, em sua maioria, concentrado nas cidades com maior quantidade de recursos de pesquisa. Esse cenário não apenas aprofunda o problema do conhecimento concentrado na



cidade, mas, também, demanda uma investigação mais complexa e a des/construção crítica de práticas teóricas herdadas.

O exercício de desconstruir o conhecimento citadista, portanto, requer uma imaginação ex-cêntrica. Mas, quão longe podemos ir tentando entender e teorizar sobre a *periferia*, se grande parte da nossa experiência vivida ainda está localizada e moldada pelo *centro*? Se não podemos *perceber* um espaço sem antes *concebe-lo* (Lefebvre, 1974) e se nosso ambiente sensorial é crescentemente citadista, como podemos pesquisar em espaços periféricos (ou suburbanos) sem uma perspectiva cidade-cêntrica colonialista?

Iremos explorar essas questões na próxima seção. Ao mesmo tempo, enquanto Angelo e Wachsmuth (2015: 21) acredita que a EPU atualmente existente é ‘culpada de citadismo metodológico’, questionaremos até que ponto, nós, cidadãos de grandes aglomerados urbanos, também somos culpados do citadismo – particularmente quando se trata de mobilizações sociais e de demandas políticas.

4. O SENSÓRIO URBANO E O CITADISMO

Se assumirmos que nossos ambientes sensoriais percebidos tem um papel decisivo em (in)formar nossos entendimentos e em formar nossas representações, então quais são as implicações de viver em cidades no mundo contemporâneo? Essa questão nos parece central para as pesquisas contemporâneas uma vez que são muitas suas possíveis implicações – não apenas para o campo dos estudos urbanos, mas para todos os campos disciplinares. Na verdade, ela pode ser levada ainda mais longe – além da produção ‘acadêmica’ do conhecimento – uma vez que o ‘sensório urbano’ não afeta apenas acadêmicos e intelectuais.

A ideia do “sensório urbano”, colocada por Kanishka Goonewardena (2005), articula os estudos lefebvrianos sobre mediações (com sua teoria da produção do espaço), o conceito Althusseriano de ideologia e a ideia Gramsciniana de hegemonia. O autor discute a relação entre estética – que diz respeito ao reino dos sentidos – e política, enquanto identifica a capacidade do espaço urbano de *mediar* ideologias e produzir hegemonia.

Para Althusser, *ideologia* é a “representação da relação imaginária entre os indivíduos e sua real condição de existência” (Ibid: 47). Sua realidade, entretanto, é imperceptível dado que não se apresenta como tal e depende de diferentes mecanismos para ser captada: para ser *efetiva*, nota o autor, uma ideologia deve ser *afetiva*, daí sua dependência da nossa vida sensível – afeições e aversões. A ideia do sensório urbano é, então, de incorporar o espaço urbano como elemento crucial da nossa vida sensível.



Para esclarecer a ideia do sensório urbano, Goonewardena (2005) utiliza a história do Pequeno Budha, cuja vida foi *envolvida* por seu pai, através da remoção de qualquer possibilidade de experimentar ou ter contato com o sofrimento humano ou o envelhecimento – “sequestrando-o em um sensório particular” (Ibid: 49) e, acrescentamos, de um sensório urbano particular. Enquanto preso a um espaço onde a percepção de qualquer forma de sofrimento humano era impossível, este também era inconcebível, fazendo com que o Pequeno Budha vivesse como se a vida fosse a beleza eternizada. Sua virada epistemológica ocorre durante um ‘tour’ em sua cidade, onde viu dois homens idosos (seu primeiro contato com o envelhecimento), trabalhadores, pessoas doentes e mortas – ganhando, portanto, a capacidade de ir além das suas antigas *concepções* através de novas *percepções*. Através dessa história podemos entender que ‘existe uma relação entre (a produção de) uma ideologia particular e (a produção de) um certo tipo de espaço urbano’ (Ibid: 50). Ideologia, nesse sentido, é a simultânea representação e deturpação da realidade, dado que somos incapazes de conhecer a totalidade das relações sociais através da consciência humana. Assim, continua Goonewardena, a falta de transparência da sociedade é que reflete a necessidade das representações ideológicas – que nos informam através das texturas sensoriais da nossa experiência cotidiana no espaço urbano. Em outras palavras, existe um *gap* entre nosso ambiente sensorial percebido na nossa experiência urbana cotidiana e a “totalidade invisível e não-representada das relações sociais “globais” (tradução nossa, Ibid: 55).

Chegamos, assim, em nossa questão central para pensar o cidadismo na “era urbana” contemporânea:

“se existe um ‘gap’ entre ... [o espaço urbano] e nossas consciências cotidianas do mesmo, e um gap correspondente entre a nossa experiência vivida e a totalidade, então qual é a relação entre essas duas dinâmicas? Ou, colocando de forma diferente, qual é o papel da estética e da política do espaço – i.e. o sensório urbano, como elaboro aqui – na produção e reprodução da disjunção durável entre a consciência da nossa ‘vida cotidiana’ urbana ... e a atual estrutura global de relações sociais que é, ela mesma, responsável, em última instância, por produzir os espaços de nossa experiência vivida?”

Se assumirmos uma perspectiva *ex-cêntrica* para pensar sobre o sensório urbano, poderíamos nos perguntar: qual a diferença entre as representações produzidas pelos espaços da cidade e da não-cidade (ambos urbanos)? Colocando de maneira diferente: quão diferente é o papel do espaço urbano na mediação das ideologias nos territórios de “urbanização concentrada” e “urbanização extensiva” (Brenner and Schmid, 2015)? De



maneira similar, qual o papel do sensório urbano considerando-se diferentes formas de “suburbanismos” (Keil, 2013)?

A totalidade das estruturas globais (Estado e Capital) e as relações sociais são responsáveis pela produção do espaço urbano em uma escala planetária, mas as representações e a consciência acerca dessas estruturas globais podem ser dramaticamente diferentes no centro de São Paulo, na Região Metropolitana de Belo Horizonte ou nos assentamentos ribeirinhos da Amazônia Oriental.

Acrescentando mais uma camada de complexidade à questão do cidadismo, poderíamos nos perguntar: se a cidade pode ser considerada o *locus* privilegiado da mobilização sociopolítica como centro da tomada de decisão (Lefebvre, 1996 [1968]) – isso inclui os centros de poder federais, estaduais e municipais, os de grandes corporações e de imprensa – então, pelo que a cidade luta? O que acontece se as preocupações do cidadão médio, formada através de seu próprio sensório, não são nada além de cidade-cêntricas? Em outras palavras, qual o papel desempenhado pelo sensório cidadista em termos de mobilização política?

Para discutir essa questão, analisamos grandes mobilizações e manifestações no Brasil pós-Golpe, buscando identificar as principais demandas políticas desses que ocupam as ruas em resposta às reformas neoliberais. A discussão sobre o processo que levou ao *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016, está além do escopo desse artigo. No entanto, é importante dizer, seguindo a interpretação de Avritzer (2017) e Guerras *et al* (2017), que esse processo está enraizado em mudanças estruturais na participação social, especificamente da classe média e dos partidos brasileiros de direita. A emergência dessa coalizão levou a um processo de rápida e crescente neoliberalização sem precedentes no Brasil: austeridade seletiva, privatização, destruição da legislação trabalhista e de programas sociais, desregulação ambiental e mudanças dramáticas na legislação urbana e rural. Essa agenda política foi reforçada pelo congresso Brasileiro conservador, pelo judiciário e pela mídia hegemônica – grande parte envolvida em escândalos de corrupção – produzindo ativamente conteúdo e agitando a opinião pública sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff. A ascensão do vice-presidente Michel Temer à presidência causou revolta generalizada que, instantaneamente, tomou as ruas do país, enquanto a legitimidade de seu governo e as medidas anunciadas eram amplamente contestadas.⁴

⁴ A pesquisa IBOPE (2017) de 28 de Julho mostra que a taxa de reprovação de Temer já alcança 70%.



Quatro grandes mobilizações sociais são de particular importância no período pós-Golpe. Manifestações que levaram milhões de pessoas as ruas das principais cidades brasileiras – mobilizações em cidades pequenas foram raras e quase desconhecidas. Buscando escapar da seletividade da mídia hegemônica brasileira, envolvida no golpe, utilizamos informações disponíveis na “Mídia Ninja” – uma rede alternativa de comunicação online que ganhou força e visibilidade a partir das jornadas de junho de 2013. Através das postagens nas contas do Facebook, do Instagram e do Twitter da Mídia Ninja, mapeamos as datas, os lugares e as demandas nessas grandes rodadas de manifestações – compiladas na Tabela 2.

A maioria dos movimentos se posicionou contra o governo ilegítimo de Temer e suas reformas na legislação trabalhista e na previdência social. Também é notável a prevalência de questões relacionadas a (re)produção social na cidade – incluindo uma potencial demanda pelo *direito à cidade*. Os cidadãos estavam, em sua maioria, preocupados com seus direitos à comunicação e à cultura, com a privatização de companhias públicas e com a nova lei da terceirização, que quebrou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), estabelecidas em 1930.

Por outro lado, demandas associadas à não-cidade são extremamente raras. Reformas *sub-urbanas*, em particular as emendas que afetam diretamente o tamanho das reservas ambientais e indígenas na Amazônia, não geraram participações populares expressivas na *cidade*. E, mais recentemente, o decreto que extinguiu a Reserva Nacional do Cobre na Amazônia teve movimentos de resistência apenas em plataformas online – usando imagens que reforçam uma Amazônia vazia e primitiva, com largas paisagens verdes e sem a presença humana.

Por fim, a ideia de um sensorio urbano implica em um reconhecimento simples e, ainda, fundamental para o século XXI: nosso ambiente sensorial percebido cotidianamente desempenha um papel fundamental na produção do nosso entendimento e representações das estruturas globais do capitalismo, bem como seu conjunto de relações sociais mais gerais e abstratas. Mas o que acontece se grande parte das narrativas, produzidas pelas redes televisivas hegemônicas ou disponibilizadas online por grandes corporações, são pensadas por indivíduos cujo sensorio urbano está limitado a mega-regiões urbanas? O que acontece se a maior parte do conhecimento e da informação científica não é apenas ensinada nas cidades, mas também construídas dentro da doxa formada pela cidade? Se estudiosos, políticos, jornalistas, arquitetos, planejadores, etc. estão sujeitos a um sensorio urbano cêntrico, quais são os efeitos para a vida urbana cotidiana ex-cêntrica? Essas



questões estão abertas e necessitam de uma investigação mais profunda na medida em que os territórios suburbanos e periféricos estão sendo manipulados e neoliberalizados.

When?	Where?	Why?
07-Sep-2016	Fortaleza, Natal, Recife, Maceió, Brasília, Goiânia, Campo Grande, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Vitória, Porto Alegre	Pro-democracy, Labor Rights, Freedom for Political Prisoners, Rights to Communication, Right to Culture, Popular sovereignty over mining, Black people's rights, Women's rights, Indigenous' rights, LGBTIQ's rights, 'Favelados' rights, Punishment for the involved in the Mariana mining Disaster, restore Dilma's presidency.
07-Sep-2017	Fortaleza, Goiânia, São Paulo, Belo Horizonte, Florianópolis.	Against Labor Reform, Against Pension Reform, Habitation, Pro-Democracy, Social Rights, LGBT cause, Anti-Privatization, Right to the City.
11-Oct-2016	Salvador, São Luís, Natal, São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Brasília	Against Educational Reform, Against Freezing Government Expenditures in Education and Health; Social Rights; In defense of university occupations
28-Apr-2017	Fortaleza, Salvador, São Luís, Maceió, João Pessoa, Recife, Teresina, Aracaju, Campo Grande, Brasília, Goiânia, Cuiabá, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Vitória, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Belém, Macapá, Natal, Boa Vista, Palmas	Against PEC 241/55, Against Labor Reform, Against Pension Reform, Pro-CLT, Against "Outsourcing", Pro-Labor Rights

Tabela 1. Principais manifestações políticas no pós-Golpe no Brasil.

5. CONCLUSÃO

Nesse artigo buscamos explorar uma perspectiva ex-cêntrica do urbano – e não uma perspectiva anti-cêntrica, é importante que se diga. Argumentamos que o “cidadismo” – como discutido aqui – não é apenas uma questão “metodológica” como em Angelo e Wachsmuth (2015). Mais do que isso: o cidadismo não diz respeito apenas a produção de conhecimento. Se levarmos em conta o papel que o espaço urbano desempenha na mediação da ideologia e na formação de compreensões e de representações das estruturas globais do capitalismo, o cidadismo ganha uma dimensão muito maior e afeta todo ser vivo na terra – se assumirmos que o urbano se tornou planetário.

À medida em que o mundo volta sua atenção para as cidades (incluindo seus moradores), os territórios da urbanização extensiva (*periféricos*) se tornam cada vez mais invisíveis, mais operacionalizáveis, e as formas locais de resistência, suas lutas cotidianas, perdem ligação com sua contrapartida nos *centros*. No contexto contemporâneo do Brasil pós-Golpe, manifestações, revoltas urbanas e demandas políticas – majoritariamente



localizadas em espaços políticos privilegiados: centros de decisão que reúnem os poderes federais, estaduais e municipais, as grandes corporações e a imprensa) – parecem privilegiar as demandas do *centro*. Além disso, é importante notar que: as demandas *ex-cêntricas* suburbanas periféricas são intrinsecamente conectadas com os imperativos sociometabólicos do *centro*. É uma tarefa coletiva, portanto, tornar a periferia visível e, ao invés de focarmos na cidade ou na não-cidade, devemos sempre considerar a articulação da *centralidade* com o urbano extensivo em diversos níveis e escalas. Caso contrário, os manifestantes enfurecidos do Centro de São Paulo poderão acordar no dia seguinte sem comida para o café da manhã, sem água para tomar banho e sem eletricidade para carregar seus celulares.

REFERÊNCIAS

- Angelo H and Wachsmuth D (2015). Urbanizing urban political ecology: A critique of methodological cityism. *International Journal of Urban and Regional Research*, 39(1), 16-27.
- Brenner N (2014) Urban theory without an outside. In: Brenner N (ed.) *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlin: Jovis, pp.14–30.
- Brenner N and Schmid C (2014). The ‘urban age’ in question. *International Journal of Urban and Regional Research*, 38(3): 731-755.
- Brenner N and Schmid C (2015) Towards a new epistemology of the urban? *City* (19)2-3: 151–182.
- Ekers, M., Hamel, P., & Keil, R. (2015). Governing suburbia: Modalities and mechanisms of suburban governance. In: Hamel, P., & Keil, R. (Eds.). *Suburban governance: a global view*. University of Toronto Press.
- Goonewardena K (2005) The Urban Sensorium: Space, Ideology and the Aestheticization of Politics. *Antipode* 37(1): 46–71.
- Hamel, P., & Keil, R. (Eds.). *Suburban governance: a global view*. University of Toronto Press.
- IBOPE. (2017). *Pesquisa de opinião pública sobre assuntos políticos/ administrativos*. [Online]. 28 July 2017. Available from: [http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/JOB_0109_CNI%20-%20Relat%C3%B3rio%20de%20tabelas%20\(impressa\).pdf](http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/JOB_0109_CNI%20-%20Relat%C3%B3rio%20de%20tabelas%20(impressa).pdf). [Accessed: 1 September 2017].



- Jacobs, J. (1969). *The economy of cities*. Vintage Books.
- Keil, R. (2003) Progress report: urban political ecology. *Urban Geography* 24.8, 723–38.
- Keil, R. (2011) Transnational urban political ecology: health and infrastructure in the unbounded city. In G. Bridge and S. Watson (eds.), *The new Blackwell companion to the city*, Blackwell, Oxford.
- Keil, R. (2013). Welcome to the Suburban Revolution. In: Keil, R. (ed) *Suburban constellations: governance, land and infrastructure in the 21st century*. Jovis verlag.
- Lefebvre H (1974) *La Production de L'espace*. Paris: Anthropos.
- Lefebvre H (1970) *La Revolution Urbaine*. Paris: Gallimard.
- Monte-Mór RL (1988) Urbanization, Colonization and the Production of Regional Space in the Brazilian Amazon. In: 16th Interamerican Congress of Planning (Sociedade Interamericana de Planificación), San Juan, Puerto Rico, 22–26 August 1988.
- Monte-Mór RL (2004) *Modernities in the Jungle: Extended Urbanization in the Brazilian Amazonia*. PhD Thesis. University of California Los Angeles, UCLA.
- Robinson J (2002) Global and world cities: a view from off the map. *International Journal of Urban And Regional Research* 26(3): 531–554.
- Schmid, C. (no prelo) Journeys through planetary urbanization. *Environment and Planning D: Society and Space*.
- Silva H (2017) *Socialização da natureza e alternativas de desenvolvimento na Amazônia Brasileira*. Unpublished Doctoral Dissertation: Federal University of Minas Gerais.
- Swyngedouw, E. (1996) The city as hybrid: on nature, society, and cyborg urbanization. *Capitalism Nature Socialism* 7.2, 65–80.
- Wachsmuth D (2014). City as ideology: reconciling the explosion of the city form with the tenacity of the city concept. *Environment and Planning D: Society and Space*, 32(1), 75-90.

**GT 07 – Cidades e transformações do urbano na América Latina****PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE UM DISTRITO EMPRESARIAL NA
CIDADE DE SARANDI/RS/BRASIL**

Samueli Del Sant Signor (Faculdade Meridional - IMED)¹
samu_samu2007@yahoo.com.br

Anicoli Romanini (Universidade Federal de Santa Catarina)²
anicoliromanini@yahoo.com.br

RESUMO

A existência de áreas subutilizadas e esquecidas nos centros urbanos são grandes barreiras para o crescimento de uma cidade. Ao mesmo tempo, este mesmo espaço pode apresentar-se como oportunidade para o desenvolvimento da região. A partir desta afirmação, aliado ao fato do município de Sarandi, cidade localizada ao norte do Estado do Rio Grande do Sul, não possuir espaços específicos para a instalação de novas empresas do terceiro setor, bem como não haver diretrizes mais específicas para o desenvolvimento do município, verifica-se a necessidade de se elaborar planos estratégicos de desenvolvimento que fomentem o seu crescimento econômico e sustentável. Segundo Ferreira (2011), o desenvolvimento estratégico está associado aos conhecimentos da realidade, potencialidade e problemas locais, em que critérios são elaborados a fim de abordar as estratégias regionais e nortear as definições a serem seguidas. Com isto, é importante que as cidades sejam devidamente estruturadas, e que a relação de oferta de empregos, com uso do solo e infraestrutura entre as diferentes áreas, seja distribuída de forma igualitária e coerente. Nos últimos anos, tem-se verificado a aglomeração de empresas em determinado local a fim de melhorar a qualidade e oferta dos empregos, além de suprir melhor o potencial da região. Apresenta-se neste trabalho o estudo preliminar para o desenvolvimento do planejamento estratégico de um Distrito Empresarial para o município de Sarandi/RS, a fim de contribuir para o crescimento ordenado da região nordeste da cidade, que durante muito tempo ficou esquecida, e ainda hoje, carece de políticas para o desenvolvimento desta área.

Palavras-chave: Distrito Empresarial, Planejamento Estratégico, Planejamento Urbano e Regional.

1. INTRODUÇÃO

As transformações na dinâmica social moderna estão impondo novos desafios para a compreensão dos fenômenos urbanos, de modo que passam a demandar uma visão mais ampla e, porque não dizer, mais completa das interações entre os segmentos atuantes na

¹ Arquiteta Urbanista e Pós-Graduada em Arquitetura Comercial pela Faculdade Meridional – IMED. Atualmente trabalha na empresa FOR ALL, escritório de Arquitetura e Urbanismo com ênfase em arquitetura e interiores na cidade de Passo Fundo e região e atua como Presidente Fundadora do LIONS Clube Centenário, com sede em Sarandi/RS.

² Arquiteta Urbanista e Mestre em Engenharia: Infraestrutura e Meio Ambiente pela Universidade de Passo Fundo. Atualmente é doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor/pesquisador em licença interesse da Faculdade Meridional - IMED. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Planejamento e Projetos da Edificação, atuando principalmente nos seguintes temas: planejamento urbano, desenvolvimento social e projeto de arquitetura e urbanismo. Integrante do Grupo de Pesquisa “Urbanidades: Forma Urbana e Processos Socioespaciais”.



produção do espaço e a articulação de estratégias nos processos de desenvolvimento de determinada região.

Assim, cidades sustentáveis, compactas, com um planejamento focado no crescimento de áreas subutilizadas e geralmente “esquecidas” nos centros urbanos, promovem uma reestruturação do espaço, a partir do momento que são encaradas como oportunidade para o desenvolvimento estratégico local.

Cada vez mais, áreas industriais obsoletas estão se tornando oportunidade para grandes projetos, objetivando estratégias de intervenções a fim de apresentar um novo modelo de empreendimento. Os Clusters urbanos são exemplos destes vazios urbanos que recebem projetos aliados com políticas públicas e parcerias público-privado (LEITE; AWAD, 2012, p.9-10).

“Desenvolvimento local, criação de territórios, empreendedorismo territorial, atração de capitais, marketing urbano, entre outros” (VAINER, 2008), são instrumentos utilizados na promoção do planejamento estratégico municipal, que, devidamente estruturados “favorecem a inovação, a partir da conjunção de ações materiais (adequação, implantação e renovação de infraestruturas) e imateriais (trocas de conhecimento e informações), além de reforçar a representatividade política” (MOURA, 2016, p.19).

Tais elementos se beneficiam dos efeitos da proximidade e desenvolvem um conjunto de atividades articuladas, complementares e dependentes, que ao constituírem organizações espaciais homogêneas, unem de maneira funcional o conjunto na dinâmica produtiva. Scott et al. (2001), “justificam como necessária a proximidade, dadas as formas pelas quais as diferentes atividades econômicas são interconectadas, em termos das relações transnacionais ou de rede entre elas mesmas e o resto do mundo”. E complementam: “a produtividade e o desempenho são favorecidos pela concentração urbana, pois esta garante sobretudo a ciência do sistema econômico e intensifica a criatividade, a aprendizagem e a inovação, tanto pela flexibilidade crescente dos produtores, quanto pelos fluxos de ideias e de conhecimento.”

A partir das afirmações acima, aliado ao fato do município de Sarandi, cidade localizada ao norte do Estado do Rio Grande do Sul, não possuir espaços específicos para a instalação de novas empresas do terceiro setor, bem como não haver diretrizes mais específicas para o desenvolvimento do município, verifica-se a necessidade de se elaborar planos estratégicos de desenvolvimento que fomentem o seu crescimento econômico e sustentável.

Desta forma, apresenta-se neste trabalho o estudo preliminar para o desenvolvimento do planejamento estratégico de um Distrito Empresarial para o município



de Sarandi/RS, a fim de contribuir para o crescimento ordenado da região nordeste da cidade, que durante muito tempo, ficou esquecida, em função da Rodovia existente, que servia como barreira de crescimento para a região, e ainda hoje, carece de políticas para o desenvolvimento desta área.

2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

“Ao se pensar o desenvolvimento de uma região em particular, deve-se ter em mente o conceito de desenvolvimento regional.” (MADUREIRA, 2015, p.8). Nesse sentido, o desenvolvimento regional deve ser entendido como o resultado das políticas de desenvolvimento global, que considerem, em seus objetivos, “uma forma mais adequada para um racional equilíbrio na utilização e dinamização de um território” (IPADES, 2010).

Nesse processo, a participação da sociedade local no crescimento, planejamento e ocupação do espaço, são fundamentais, visto que “as principais teorias que abordam esse tema embasam-se na industrialização como o meio para atingi-lo, através de relações em cadeia, visando impulsionar as principais atividades econômicas da região atingida.” (CAVALCANTE, 2008, apud MADUREIRA, 2015, p. 8).

Quando o planejamento e o desenvolvimento de uma região baseiam-se em relações de cadeia produtiva, ou seja, por um “conjunto de operações de transformação em um produto que podem ser separadas ou agrupadas entre si ou em suas distintas etapas” (RIPPEL, 1995 apud MADUREIRA, 2015, p.8), as relações financeiras e comerciais e os fluxos de trocas são capazes de promover os setores da economia local.

“Assim, ao planejar estratégias para o desenvolvimento, devem ser consideradas medidas sequenciais que conduzam à formação de capital complementar e de conformidade com o aprendizado local, porém sem acabar com os desequilíbrios que devem continuar a estimular o processo.” (RIPPEL, 1995 apud MADUREIRA, 2015, p.14).

O enfoque estratégico no desenvolvimento local diminui as indecisões e favorece as transformações econômicas, sociais e políticas para tratar com coerência a multiplicidade de iniciativas sobre o município, buscando um consenso entre os múltiplos atores (inclusive o governo) na seleção de um futuro desejável e factível (LLONA ET AL., 2003 apud REZENDE e ULTRAMARI, 2007).

Segundo Lopes, (1998) é fundamental que todas as formas tradicionais de planejamento urbano sejam integradas ao planejamento estratégico, criando-se uma visão macro das diretrizes de ocupação territorial, planos de transporte em massa, urbanísticos, orçamentos, transformando-se como alicerce para as decisões futuras e correta elaboração das diretrizes estratégicas.



O modelo de projetos por gestão abre a possibilidade de intervenções pontuais, trazendo melhorias para a região, ao contrário dos planejamentos mais tradicionais e rígidos (VILAN, 1999; CHADOIN; GODIER; TAPIE, 2000, apud SÁNCHEZ et al., 2004). Na concretização da aplicabilidade destes modelos faz-se necessário a parceria público-privada, fundamentada na tendência mundial de urbanismo estratégico.

Como atualmente, vê-se crescimento nas ações empresarias urbanas, faz-se necessário planos para a dinâmica polícia-econômica, a fim de regulamentar o adequado crescimento do espaço. Contra os conflitos de interesses, o planejamento deve regular em três distintos planos:

“prático-estratégico, logístico e ideológico: prático-estratégico, com a subordinação dos recursos do território urbano aos objetivos políticos de valorização e reordenamento dos diferentes mercados que incidem no lugar; logístico, através do caráter instrumental do espaço e dos meios de ação utilizados para atender a interesses de mercado; ideológico, mediante a difusão das estratégias dos organismos internacionais, construção de representações, imagens e discursos associados às cidades tomadas como modelos.” (SÁNCHEZ ET AL., 2004, p.48).

O planejamento estratégico surge então para coordenar todos os índices que influenciam o cotidiano dos ambientes, abrangendo múltiplas análises, mas com objetivo específico referindo-se ao foco que o planejamento irá abordar, indicadores de desempenho e prioridades estratégicas baseadas nos resultados de levantamentos anteriores e gestão integrada a prática correta do planejamento, medida pelo monitoramento das ações.

3. OS DISTRITOS EMPRESARIAIS

Desde a Revolução industrial, diversas transformações vêm ocorrendo na sociedade civil, e nas últimas décadas, a economia industrial vem criando novas técnicas empresarias. Este paradigma global provoca mudanças nas dinâmicas tecnológicas e organizacionais, definindo novos modelos competitivos, como é o caso dos Distritos Empresariais.

O conceito de Distrito Industrial é baseado nas ideias de Alfred Marshall (1934), cujos recursos locais dão origem a organizações dinâmicas, com profunda divisão de segmento, surgindo interdependência entre estas empresas e a própria comunidade. O conceito de Cluster estabelece um grupo de corporações com relações de trabalho intensas, como: subcontratação, cooperação, divisão de trabalho, socialização máquinas, mas não necessariamente localizadas em um mesmo espaço geográfico. Já o Milieu Innovateur consiste em um grupo de fatores, como técnicas, empresas, treinamento, relações mercado, todos com inter-relações, que surgiram pelas características locais e situadas no mesmo local geográfico (ARAUJO, 1999).



Os Distritos Industriais surgiram principalmente a partir de 1930 com a tentativa do governo britânico em solucionar problemas de depressão econômica e desemprego em determinadas áreas, obtendo relativo sucesso e sendo posteriormente implementado em diversos países, como por exemplo, EUA, Canadá, nordeste da Itália, Baden-Württemberg (Alemanha), etc, aparecendo atualmente em diversos países do globo. (OLIVEIRA, 1976, apud MELO, 2005).

Não exclusivamente pela importância da descentralização dos empreendimentos nas cidades, mas também como instigante ao desenvolvimento de espaços como tática de desenvolvimento pontual, atualmente, os distritos têm sido alvo de investigações científicas e políticas públicas, tornando-se importante fator para a reestruturação industrial dos anos 70 (MELO, 2005), relação socioeconômica, desenvolvimento do tecido social e geração de renda até os dias atuais (ECONOMIA BR apud JORDÁN; ZAPATA, 1998).

O termo Distrito Empresarial é ainda pouco difundido no país, porém comenta-se sobre os Centros de Negócios, conceito muito próximo do aqui proposto para a cidade de Sarandi:

O termo CBD, Central Business District ou Distrito de Negócios Central, refere-se a um ponto em uma cidade dotado de escritórios, centro comercial, sendo características também haver centros de lazer e uma rede de transportes. CBD não é necessariamente a área central de uma cidade, ao pé da letra, os distritos centrais de negócios se desenvolvem em pontos que favoreçam o fluxo e o escoamento da mercadoria, daí a importância de se localizarem ao longo de rodovias e ferrovias. (GOMES, 2010).

Estes centros distinguem-se das áreas de comércio comuns pela oferta de empreendimentos como: comércio varejista, transporte, lazer e escritórios, criando-se na área, um fluxo constante, mesmo após o horário comercial.

O CBD tem um núcleo central, [...] frequentemente várias áreas, no núcleo, encontram-se algumas grandes lojas, restaurantes e o comércio especializado. Nas cidades de média dimensão, também se podem situar neste núcleo um edifício administrativo e um parque [...]. No CBD ou nas suas imediações existem normalmente parques de estacionamento subterrâneos ou em altura, que permitem acolher um grande número de viaturas". (INFOPÉDIA, 2003).

“Esse novo jeito de pensar as cidades e realocar os espaços contribui para o melhor aproveitamento dos espaços” (GOMES, 2010), muito pelo uso misto que estes ambientes oferecem, com diversas atividades que ocorrem em diferentes horários.



O centro é visto como uma realidade material, historicamente produzida, que resulta da ação convergente, ao longo do tempo, de inúmeros agentes, que a partir de suas ações individuais contribuem para a conformação do centro [...]. Mesmo quando se trata de um centro planejado, produzido em pouco tempo e por um único grupo empresarial, [...] a localização do mesmo depende da forma como o espaço urbano foi produzido naquele local, [...] esse novo centro modifica a estruturação urbana, tornando se em muitos casos uma nova centralidade. (SILVA, 2013).

Um exemplo de Distrito Empresarial desenvolvido no Brasil, está sendo implantado pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, como “uma peça dentro de um conjunto de ações que condicionam o desenvolvimento local.” (PMRP, 2017). Com este, a Prefeitura busca consolidar as vantagens do município “em termos de localização, qualificação da mão de obra, qualidade de vida, infraestrutura, entre outras” e “colocá-las à disposição para o desenvolvimento empresarial” (PMRP, 2017). Segundo o site da Prefeitura (PMRP, 2017), o Distrito tem por finalidade:

- explorar as vantagens competitivas do município (vocalização econômica);
- prover insumos críticos à atividade econômica na sociedade de conhecimento: informações, conhecimento e capital humano;
- possibilitar a exploração de atuação conjunta e a busca de economias externas;
- propiciar um ambiente saudável de trabalho respeitando o ser humano;
- propiciar a troca de informações e experiências entre as empresas;
- facilitar a implantação de técnicas modernas de gestão;
- facilitar a integração das empresas instaladas no mercado nacional e mundial, por meio de atividades de suporte às mesmas;
- criar um ambiente propício ao desenvolvimento tecnológico.

4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO DISTRITO EMPRESARIAL DE SARANDI/RS

O município de Sarandi localiza-se na região Norte do Estado do Rio Grande do Sul (Figura 01). Com uma área de 353,387 km², o município tem uma taxa de urbanização que supera os 84%, além da expectativa de vida ser 76,5 anos (FEE, 2015). E de acordo com site IBGE (2015), Sarandi possui aproximadamente 22.800 habitantes e mais de mil empresas atuantes no mercado, cujo PIB do setor serviços é superior a 300 mil.



Figura 01 – Localização do município.
Fonte: Google Maps, 2015, editado pelas autoras.

Sarandi é pólo da Região Norte, em que diversos municípios menores a utilizam como referência nos serviços e empregos disponibilizados pela cidade. Além de sua localização estratégica, às margens da BR-386, mais conhecida como Rodovia da Produção (Figura 02). Além do fácil acesso ao município torna-se um diferencial para o empreendedor investir, visto que o município tem como economia de base o setor industrial e comercial.

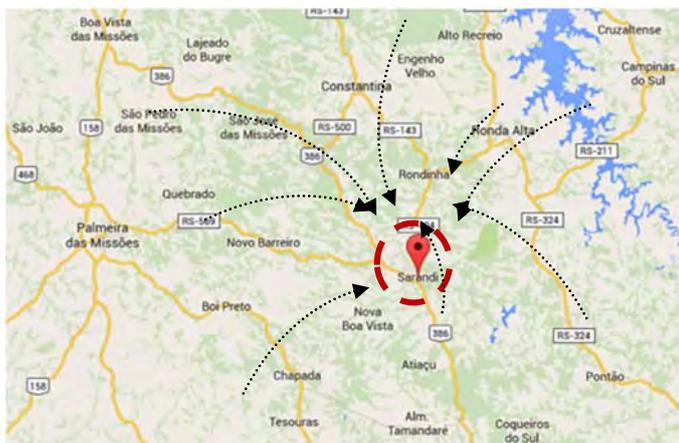


Figura 02 - Localização Estratégica de Sarandi em relação aos demais municípios.
Fonte: Google Maps, 2015, editado pelas autoras.

Os setores que sobressaem na economia sarandiense, de acordo com Castoldi, (2014) são agronegócio, indústrias têxtil, moveleira e calçadista, transporte, construção civil e educação, representando um Valor Adicionado Bruto (VAB) de R\$ 370.737.160,56 (Gráfico 01), em um PIB per capita municipal de R\$17.417,76 e Valor Adicionado Bruto (VAB) Agrícola/pessoa de R\$32.992,86,

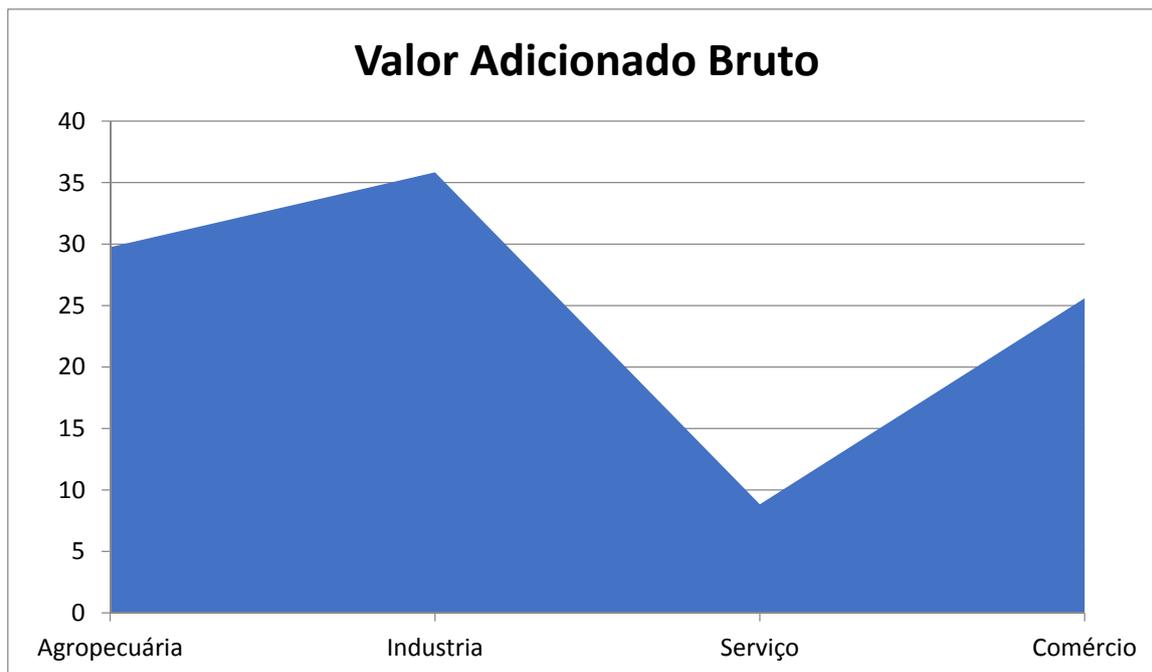


Gráfico 01 - Dados do PIB.
Fonte: Prefeitura Municipal de Sarandi, 2015.

Sarandi é uma cidade com diversas gerações de renda, em que o setor industrial e o agropecuário se sobressaem de maneira relativa ao comércio, porém de forma mais significativa se comparada ao setor de serviços. Algumas empresas se destacam no município em função do número de funcionários admitidos das cidades vizinhas que contribuem para o desenvolvimento de toda a região.

Pode-se destacar a Cotrisal como a terceira maior empresa do setor de agronegócios no estado, a qual possui 31 sedes de recebimentos em 25 municípios da região. O setor têxtil conta com 99 empresas e lojas situadas no município, podendo ser destacado a Mirasul, empresa que conta com 337 funcionários e possui a maior cadeia de produção do setor na cidade. Já no setor industrial, tem destaque o Frigorífico Aurora, que dos 650 funcionários, 40% são das cidades vizinhas (Rondinha, Ronda Alta, Barra Funda, entre outras) em que ainda parte da produção é exportada para a Rússia, Canadá, Coréia e Estados Unidos. A empresa Dakota possui um total de 400 funcionários, exportando mercadorias para todo o país.

No setor moveleiro, tem-se como destaque a Finger Móveis Planejados, que empregam 260 funcionários, e suas máquinas de última geração importadas da Alemanha geram um produto de qualidade internacional. Outras empresas moveleiras em destaque nacionalmente são a Souzано Móveis e Móveis Boa Vista.



No setor de transporte, a Transportadora Expresso São Miguel destaca-se pelas 13 sedes espalhadas no país. Além desta, existem mais 38 empresas de transporte rodoviário de cargas, seis agências de viagens, 12 transportadoras de passageiros e 59 empresas de transporte rodoviário de cargas municipais, estaduais e internacionais, números que mostram a importância geográfica da cidade, possuindo uma logística de escoamento e distribuição de matérias-primas para a região.

Sarandi possui 14 empresas de materiais de construção, 16 construtoras, oito empresas de prestação serviços de engenharia e quatro empresas da tecnologia na construção civil de estradas e topografia. A empresa Construbrás destaca-se no setor de terraplenagem e pavimentação asfáltica, com mais de 350 funcionários e é reconhecida nacionalmente pelos serviços prestados aos Estados, cuja atividade desenvolvida na cidade trouxe um leque de opções de oficinas de recuperação maquinários e veículos.

Na educação, destaca-se a UPF, com mais de 700 alunos, cuja demanda de ensino de quatorze municípios da região é suprida nos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito, de pós-graduação em Direito Civil e Direito Processual Civil e Técnico em Enfermagem. Sarandi ainda possui outras faculdades, o Centro de Ensino Superior Riograndense (CESURG), a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) – polo Sarandi, a Universidade Aberta do Brasil, entre outras.

O município possui hoje um distrito industrial, mais antigo, localizado na região norte da cidade e outro implantado na região sul. Em processo de implantação, encontra-se o distrito da região oeste. A partir de análises realizadas, identifica-se a necessidade de união destes três distritos industriais, diferenciando-se dos mesmos pelo conceito atualmente em voga, no qual empresas unem-se a fim de conseguir vantagens estratégicas, em busca de maiores desenvolvimentos para a cidade e região.

A intervenção proposta insere-se na região leste da cidade, e teve como princípio costurar o novo projeto à malha existente, criando-se um projeto unificador dos bairros dispersos na malha urbana, diminuindo as distâncias, promovendo maior infraestrutura e espaços públicos para os cidadãos. Outra importância do terreno deve-se ao fato de entreter os dois distritos industriais, funcionando como elo de cooperação mútua entre as empresas do terceiro setor do complexo proposto e as empresas dos distritos industriais existentes.

O Planejamento Estratégico do Distrito Empresarial busca uma proposta inovadora, unindo diversos conceitos teóricos, a fim de um resultado projetual satisfatório. Aliado aos setores comerciais, corporativos e residenciais, conceitos como mobilidade, acessibilidade, centralidade e sustentabilidade influenciaram as diretrizes tomadas no desenvolvimento do projeto, que a partir da costura entre as malhas existentes e nova, buscou propiciar o



convívio entre os diversos tipos de usuários, criando-se uma área agregadora e com identidade local, em uma área total de 254.262,49 m² (Figura 03).



Figura 03 – Proposta de intervenção urbana.
Fonte: Autoras, 2015.

O Distrito Empresarial é um projeto de mercado inovador, que reúne uma diversidade de empresas, como escritórios, administrativo de lojas, além dos setores de gestão das indústrias que estão localizadas nos três distritos industriais da cidade (Figura 04). Busca-se melhorar a qualidade e oferta dos empregos, com o uso do solo misto e grande oferta de infraestrutura para suprir as necessidades do terceiro setor, e contribuir de forma igualitária e coerente para o desenvolvimento econômico e social da cidade de Sarandi, RS.



Figura 04 – Zoneamento proposto no Distrito Empresarial.
Fonte: Autoras, 2015.



Atualmente a cidade adota um uso excessivo de transporte individual motorizado, elevado índice de construção sem as devidas providencias urbana, sejam recuos, tratamento de escoto, taxas de permeabilidade e gabarito de altura, entre outros inúmeros fatores de uma cidade mal planejada e mal coordenada no âmbito de crescimento urbano.

O projeto então aborda sistema modais de transporte, incentivando o uso de bicicleta e caminhadas, aumentando a ciclovia existente que liga os dois distritos industriais, introdução de transporte público, reordenamento do transito, da arborização entre outras intervenções da macro escala (Figura 05).

Para a meso escala a preocupação com o entorno residencial, assim como a malha urbana já consolidada guiaram as decisões projetuais, aliado a falta de espaço público e áreas institucionais deficitárias.



Figura 05 – Proposta de implantação do distrito Empresarial.
Fonte: Autoras, 2015.

Na micro escala, o projeto apoia-se em novas ferramentas do desenho urbano para incentivar o desenvolvimento da cidade e arredores. Para isso algumas ações propostas foram: o uso de calçadas amplas, ciclovia em todas as ruas, cruzamentos seguros, mobiliário público personalizado, sem esquecer de térreo ou esquinas que priorizem a vida noturna, fazendo o complexo ser seguro 24 horas por dia, aliado ao fato que iluminação e convivência afasta consideravelmente a chance de assaltos e mal uso do espaço (Figura 06).

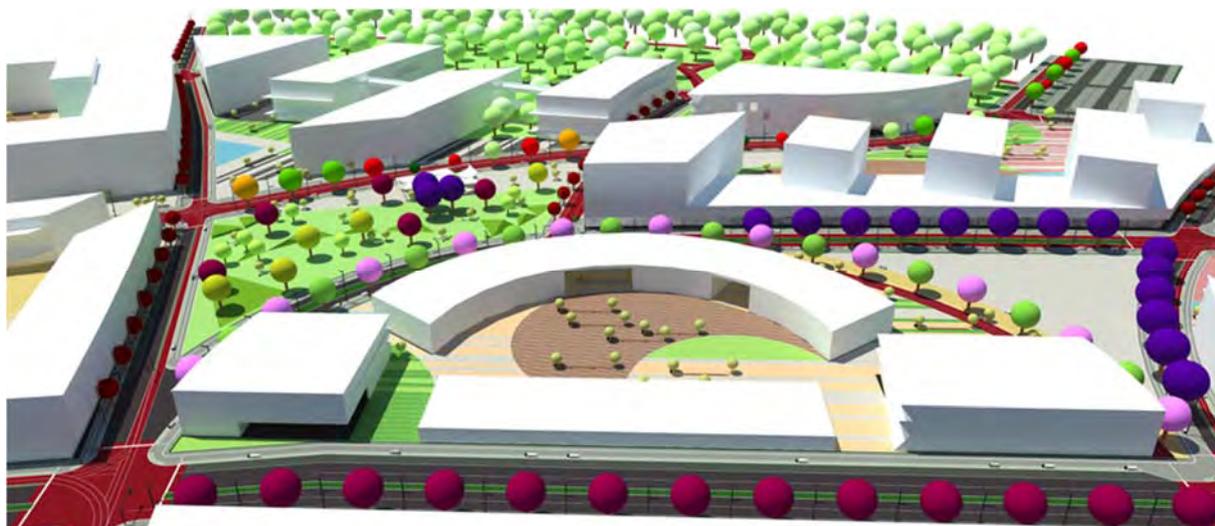


Figura 06 – Proposta de implantação do distrito Empresarial.
Fonte: Autoras, 2015.

Na parte externa, uso de mobiliário urbano, espaços de convívio e civismo, materiais inovadores, abraçam a causa principal do projeto, servir como exemplo para a implantação de empreendimentos de forma inovadora e consciente, e com certeza, é um diferencial para a inclusão da população na utilização deste Distrito.

O resultado formal é um grande empreendimento preocupado com o viver e conviver melhor, com estudos que abrangem diversas preocupações, como é o caso de leis específicas para diminuir a especulação imobiliária da região, propostas de intervenções em áreas próximas degradadas, além de prédios implantados e funcionando de forma sustentável, ao fato que diretrizes projetuais dos prédios serão entregues, como uso grandes planos para iluminação, porém com brises e esquadrias duplas, reuso de água pluvial e cinzas, cobertura verde, materiais ecologicamente correto, entre outros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Distrito Empresarial é um marco para a região, a partir do momento que agrega soluções inovadoras, e por ser um projeto que busca retomar o desenvolvimento de parte da cidade, que a Rodovia separou. O empreendimento propõe o uso da área de forma consciente, através da integração de diferentes usos, gabarito de altura com índices construtivos coerentes, regularização de recuos, permeabilidade do solo, preocupações com especulações imobiliárias, além de unir distritos segregados com a provisão de infraestrutura, com espaços de lazer e melhor mobilidade, como é o exemplo da rede verde que ligará a cidade inteira margeando a ciclovia proposta, ou pela conscientização do



construir pensando no futuro, com diretrizes, materiais e soluções que preservem as futuras ampliações urbanas, as permeabilidades visuais, pluviais e de interação.

Em suma, o projeto pretende ser um piloto na nova forma de projetar, aliando arquitetura e desenho urbano de forma agregadora, costurando as diferentes malhas do tecido urbano de forma permeável e acessível, melhorando e qualificando o espaço construído, mas funcionando também como provedor das necessidades das imediações. Pretende-se por fim, apresentar um modelo de crescimento urbano que promova o desenvolvimento econômico e social da área, que venha contribuir positivamente com os moradores da cidade de Sarandi e das regiões próximas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. R.. **Soluções de Desenvolvimento Regional: Cluster, Distrito Industrial e Milico Innovateur**. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Faculdade de Economia, Administração, Atuárias e Contabilidade Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1999.

FEE, **Fundação Economia e Estatística**. Município: Sarandi. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Sarandi>. Acesso em: 04 Abr 2015.

GOMES. **CBD - Central Business District**. 2010. Disponível em: <http://geoplanejamento.blogspot.com.br/2010/01/cdb-central-business-district.html>. Acesso em 10 out. 2017.

IBGE. **Infográficos: Dados Gerais do Município**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=432010&search=rio-grande-do-sul%7Csarandi%7Cinfograficos:-dados-gerais-do-municipio>. Acesso em: 07 Abr. 2015.

INFOPÉDIA. **CBD - Central Business District**. Porto: Porto Editora, 2003-2015. Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$cbd](http://www.infopedia.pt/$cbd). Acesso em: 09 Mai 2015.

IPADES - Instituto de Pesquisa Aplicada em Desenvolvimento Econômico Sustentável. **Desenvolvimento Regional e Local**. 2010. Disponível em: <http://www.ipades.com.br/desenvolvimento-regional-ipades.php>. Acesso em: 10 out. 2017.



LEITE, Carlos; AWAD, Juliana di Cesare Marques. **Cidades Sustentáveis, Cidades Inteligentes: Desenvolvimento Sustentável num Planeta Urbano**. Porto Alegre: Bookmam, 2012.

MADUREIRA, E. M. P.. Desenvolvimento Regional: principais teorias. **Revista Thêma et Scientia**. v.5, n.2, jul/dez 2015.

MELO, R. L. C.. **A implantação de Distritos Industriais na área de influência do setor Petróleo & Gás e possíveis impactos econômico-espaciais: o caso da zona especial de negócios em Rio das Ostras – RJ**. In: 3º Congresso Brasileiro de P&D em Petróleo e Gás. Salvador, 2005.

MOURA, R.. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba**. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

PMRP. Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. **Distrito Empresarial**. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/splan/distrito/i28institucional.php>. Acesso em: 10 out. 2017.

PMS. Prefeitura Municipal de Sarandi. **Geografia**. Disponível em: <http://www.sarandi.rs.gov.br/municipio/geografia.html>. Acesso em: 14 Abr. 2015.

REZENDE, D. A.; ULTRAMARI, C.. Plano diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro , v.41, n.2, p. 255-271, Apr. 2007

SCOTT, A. J.; AGNEW, J.; SOJA, E. W.; STORPER, M.. Cidades-regiões globais. **Espaço e Debates**, São Paulo, n.41, p.11-25, 2001.

SILVA, O. T.. **O Conceito de Centro e Centralidade Como um Instrumento de Compreensão da Realidade Urbana**. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana, XIII SIMPURB, UERJ, Universidade de São Paulo, 2013.

VAINER, C.. **Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano**. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.



GT 7 - CIDADES E TRANSFORMAÇÕES DO URBANO NA AMÉRICA LATINA

ILHA DO COMBÚ: O INCREMENTO DO TURISMO EM FRAGMENTOS DA CIDADE RIBEIRINHA NA METRÓPOLE

Ágila Flaviana Alves Chaves (NAEA/ UFPA)¹

aqflaviana@gmail.com

RESUMO

Da coexistência de distintos tempos-históricos, permanências de formas e conteúdo de populações anteriores, sintetiza-se, na região insular de Belém, um conjunto de relações que entrelaçam o modo de vida urbano ao modo de vida ribeirinho. A visualização desse contato se dá principalmente pela produção de uma cotidianidade, manifestada nas características do sistema capitalista de produção, que foge ao processo de ocupação, história e cultura das ilhas. Do entendimento das especificidades e da diversidade socioespacial das cidades amazônicas, compreende-se as implicações do contato entre os agentes que produzem o espaço na ilha do Combú, uma unidade de conservação de uso sustentável localizada na região metropolitana. Assim, o espaço é produzido a partir da reprodução humana, e o turismo, mesmo da forma mais alternativa, transforma os locais quando deles se apropria. Nesse sentido, o rio, o trapiche, as embarcações e as casas exercem novas funções inseridas material e simbolicamente às práticas relacionadas ao turismo, ganhando destaque nos novos processos de apropriação dessa fração do espaço ainda tão expressiva do que um dia fora a cidade ribeirinha de Belém. Esses elementos, além de refletir um valor de troca, pois se tornam domínio dos fluxos de agentes particulares que confiscam essa parte da região insular de maneira privada, por outro lado, também parecem revelar um valor de uso, que resiste e se adapta ao seu modo às novas práticas e intervenções.

Palavras-chave: Produção do espaço. Turismo. Ilha do Combú.

1. INTRODUÇÃO

A capital paraense é composta por uma extensa rede hídrica e por um grande número de ilhas, sua dimensão territorial é de 50.582,30 hectares, sendo a porção continental correspondente a 17.378,63 hectares ou 34,36% da área total, a porção insular corresponde a 33.203,67 hectares ou 65,64% (BELÉM, 2012). Localizada na confluência da baía do Guajará com a foz do rio Guamá, seu nascimento e crescimento, a partir da orla

¹ Turismóloga pela Faculdade de Turismo da Universidade Federal do Pará, mestranda em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA), especialista em Gestão de Cidades e Sustentabilidade pelo Núcleo de Meio Ambiente (NUMA/UFPA). Desenvolve atividades de pesquisa no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia (GEOURBAM – NAEA/UFPA).



fluvial, fez com que a cidade fosse reconhecida historicamente como ribeirinha², devido a estreita relação com as águas.

Durante décadas, a região insular da cidade recebera o tratamento de periferia, destinada ao acolhimento de categorias da população consideradas marginalizadas e inadequadas para o convívio social. Em outros momentos as ilhas desempenharam o papel de localização estratégica para grupos revolucionários, servindo, ainda, de apoio para ações militares. Dentre as formas de ocupação, incluíam-se pequenos grupos de sesmeiros, de sítiantes sem-terra, de quilombolas e de índios destribalizados (DERGAN, 2006).

A partir da década de 1960, a cidade passou por um processo de reestruturação espacial, a abertura de novas vias rodoviárias incentivou o surgimento de novas dinâmicas econômicas, contribuindo assim, com a expansão da malha urbana para outros municípios, trazendo à cidade, até então fluvial, ares de metrópole. Nesse sentido, se por um lado, as características geográficas e históricas reforçavam a identidade ribeirinha, por outro, Belém acompanhou a modernidade, sua sofisticação e desigualdades.

Até o final do século passado, a órbita da vida social nas ilhas³ da parte sul estava diretamente vinculada ao extrativismo, às relações familiares e de compadrio entre os membros das comunidades, todavia, essa dinâmica começou a sofrer modificações de ordem externa. De acordo com Dergan (2006), a partir do final dos anos de 1980, a construção, organização e funcionamento do Centro Comunitário do Combú surgiu como possibilidade de estabelecimento de novas relações como as que se tem conhecimento hoje, principalmente, pelo contato com pesquisadores, órgãos e instituições de ensino e pesquisa que passaram a realizar estudos no local.

Por meio do contato e interesse em realizar estudos diversos sobre o Combú, órgãos e instituições de ensino e pesquisa, como o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), que passaram a visitá-la com frequência, foram possibilitados os primeiros registros de atividades com características semelhantes às desenvolvidas pelos lugares turísticos (DERGAN, 2006). Nesse sentido, novas dinâmicas passaram a ser inseridas no espaço das ilhas, influenciadas, principalmente, pelo modo de vida urbano do entorno.

² A interessante projeção de saberes das populações tradicionais, que veiculam valores e elementos da cultura ligados a um gênero de vida alicerçado na dinâmica da floresta e dos rios, fez com que certos núcleos urbanos fossem reconhecidos como cidades verdadeiramente locais (TRINDADE JÚNIOR, 2013).

³ Segundo dados do Anuário Estatístico do Município, apresentados pelo projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (2008), Belém possui 43 ilhas, distribuídas geograficamente em quatro regiões: a) ao norte encontram-se quinze ilhas, com destaque para Mosqueiro e São Pedro, por suas extensões e atividades econômicas; b) ao centro-leste são encontradas três, destacando-se a de Caratateua ou Outeiro, a maior das ilhas dessa região; c) o extremo-leste é composto por dezessete ilhas, sendo as mais importantes, Cotijuba, Tatuoca, Jutuba e Urubuoca ou Paquetá-Açu; d) ao sul são encontradas oito ilhas, sendo as mais extensas, as de Cintra ou Maracujá, Combú, Murutucu e Grande.



Analisa-se o incremento do turismo na ilha do Combú, procurando compreender as relações sociais arroladas no espaço, por meio da leitura das especificidades de usos e da dinâmica diversificada de novos e antigos agentes. Assim como, se essas novas relações tentam incorporar essa fração do espaço, suas dimensões originais, lúdicas e simbólico-culturais a uma lógica de acumulação hegemônica.

O procedimento teórico-metodológico para a realização do estudo iniciou com a revisão de literatura, seguido pela observação sistemática em campo, nos períodos de janeiro, abril e julho de 2017, contribuindo como base para o processo de conhecimento crítico acerca de reflexões sobre a produção social do espaço (LEFÈBVRE, 1974; SANTOS, 2006), da vida cotidiana (LEFÈBVRE, 1991), noções sobre a urbanodiversidade na Amazônia (TRINDADE JÚNIOR, 2010) e sobre a formação do espaço turístico (RODRIGUES, 1997).

A presente análise está estruturada da seguinte maneira: na primeira seção, apresentam-se, os elementos teóricos e conceituais que dizem respeito ao espaço socialmente produzido, ao cotidiano e à cotidianidade, e o fenômeno do turismo; na segunda parte, descreve-se o recorte espacial dando subsídios interpretativos de como essa fração do espaço urbano ainda é tão expressiva do que um dia fora a Belém ribeirinha; e no terceiro momento, discute-se a maneira como o lazer e o turismo manifestam-se enquanto centralidades do mundo contemporâneo, e como suas práticas vêm sendo (re)produzidas na ilha do Combú.

2. COTIDIANO, COTIDIANIDADE E TURISMO: PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS CONCEITUAIS

O espaço não existe em si mesmo, é produzido, processando-se como parte integrante das práticas sociais, sendo resultado e pré-condição da sociedade (LEFEBVRE, 1974). A teoria social do espaço analisa os discursos e práticas desenvolvidos em diferentes tempos históricos, onde apresentam-se inquietações quanto à relação entre o tempo-histórico, o espaço e a vida cotidiana.

O espaço se torna, assim, a melhor referência de análise para as contestações sobre a vida cotidiana da sociedade moderna, por traduzir os tipos de relações de poder que nele estão projetadas. Numa concepção dialética, entende-se que é no tempo e no espaço que está a resposta para compreender a predominância do capitalismo, enquanto sistema hegemônico atual.

Para Lefèbvre (1974), a triplicidade espacial manifesta-se através da prática espacial (espaço percebido), das representações do espaço (espaço concebido), e dos



espaços de representação (espaço vivido). O espaço percebido compreende todos os signos e códigos relacionados à materialidade dos elementos, engloba a percepção humana do cotidiano e das práticas espaciais onde as relações sociais coexistem. O espaço concebido é ligado à produção do conhecimento, nele encontram-se os cientistas, os engenheiros, os tecnocratas, os planejadores e os agenciadores dos meios técnicos de produção dominantes, onde as representações mentais e ideológicas se encontram misturadas. E no espaço vivido, estão os habitantes que não se sujeitam ao que é homogêneo. Trata-se do plano da vivência, onde se encontram implícitos no tempo os símbolos e imagens que fazem parte da história humana.

A busca pela compreensão do vínculo dialético estabelecido no interior desta triplicidade, permite-nos estudar os laços, a gênese, as distorções, os deslocamentos e as interferências na dinâmica de reprodução das relações sociais.

Entende-se que a espacialização do turismo no Combú ocorre por meio da propagação de um modo de vida urbano diretamente pautado pelas relações de produção capitalista, no qual a difusão do fenômeno moderno, reivindicado como uma necessidade primária de seus usuários, passa a ser difundido em um contexto socioespacial ribeirinho.

Para Lefèbvre (1991) o cotidiano engloba três modalidades de tempo social: o tempo obrigatório (do trabalho profissional), o tempo livre (dos lazeres) e o tempo imposto (aquele das exigências diversas fora do trabalho). Bahia (2012) atribui ao lazer, vivenciado no tempo disponível das pessoas, possibilidades de vivências com diversos conteúdos culturais e suas manifestações (esporte, arte, turismo, literatura, entre outros).

A visualização das interferências e alterações observadas em determinada fração do espaço se dá principalmente pela produção de uma cotidianidade⁴, que foge ao processo de ocupação, história e cultura dos lugares. A cotidianidade programa a sociedade para ter hábitos voltados para a produção e para o consumo, criando espaços abstratos, onde prevalecem a força das imagens e da razão estética.

O turismo revela-se visando atender interesses de determinada parcela da sociedade, colocando as populações residentes em condição de subordinação frente a lógicas que fogem à vida cotidiana, nesse caso, a vida cotidiana ribeirinha.

Rodrigues (1997) coloca que o espaço turístico é constituído pela demanda turística, formada por homens, seres individuais e sociais, pelas populações residentes e por todos os outros representantes das firmas, do poder público e das instituições. As firmas são constituídas pelos meios de hospedagem, de alimentação, pelas operadoras de viagens, empresas aéreas, transportadoras turísticas, centros de eventos e convenções, serviços de

⁴ Lefèbvre (1991) afirma que sempre foi preciso alimentar-se, vestir-se, abrigar-se, produzir objetos, reproduzir o que o consumo devora, entretanto, assume-se que até o século XIX, até "o capitalismo de livre-concorrência e até o desenvolvimento do 'mundo da mercadoria', não existia o reino da cotidianidade" (LEFÈBVRE, 1991, p. 52).



entretenimento, sistemas de promoção e marketing. As instituições correspondem às superestruturas que regulam o turismo. As infraestruturas são compostas pelas redes de serviços de apoio ao turismo. O meio ecológico é formado pelos ecossistemas e paisagens, intocados e modificados, cada vez mais técnicos.

O espaço turístico resulta das relações entre os agentes sociais que utilizam o espaço geográfico para fins turísticos. Tais relações podem ser econômicas (relações de trabalho), políticas (planos e projetos públicos) e simbólico-culturais (linguagem e imaginário). Daí a importância de entender o espaço também como uma instância social (SANTOS, 2006)⁵, por este ser o reflexo da sociedade nele inserida.

No processo de produção do espaço pelo e para o turismo no Combú, local de tradição ribeirinha, revela-se a coexistência de diversos tempos. As contradições e as articulações que nele existem, podem ser identificadas através da leitura das permanências de usos que não estão presos a modelos pré-estabelecidos pela vida social moderna.

3. ENTRE PAISAGENS E RELAÇÕES: CONTEXTUALIZANDO O COTIDIANO RIBEIRINHO DE UMA ILHA DENTRO DA METRÓPOLE

O componente fluvial é fundamental para o entendimento das vivências e resistências das populações ribeirinhas presentes nas metrópoles amazônicas. Nos cursos de águas da baía do Guajará são transportados os produtos vindos da floresta que abastecem as feiras e os mercados da capital paraense, principalmente aqueles localizados na parte central e orla sul, como o Porto da Palha, o Porto da Conceição, a Feira do Açaí e o Ver-o-Peso.

A importância dos rios também se dá no seu aproveitamento para fins domésticos, para a locomoção dos moradores até o continente, utilização como complemento à renda familiar através do transporte de passageiros, tendo ainda a relevância contemplativa e de tranquilidade para aqueles que dele se beneficiam.

O Combú possui cerca de 1.500 habitantes, divididos em 240 famílias, distribuídas em quatro comunidades: comunidade do Igarapé Combú, comunidade Beira Rio, comunidade Santo Antônio ou do Igarapé do Piriquitaquara e comunidade do São Benedito a Preservar ou do Furo do São Benedito (CIRILO, 2013).

A ilha faz parte do Distrito Administrativo do Outeiro (DAOUT) e está cerca de 1,5 km de distância em relação à orla da cidade (PDITS, 2011). A travessia dura em média 15

⁵ Por suas qualidades funcionais, o espaço como qualquer estrutura social (a nível da sociedade, se se prefere dizer assim) é, por sua estrutura mais que por sua forma, um reflexo da sociedade, seu dinamismo sendo consequência da cisão social da sociedade global e sua consequente distribuição sobre o território (SANTOS, 2006, p. 181).



minutos, por meio de embarcações que saem de pequenos portos localizados em diversos pontos da cidade, sendo o mais conhecido o da praça Princesa Isabel, no bairro da Condor. O acesso fluvial é a única forma de se chegar ao local, cuja frequência de embarcações diárias e travessias depende do número de passageiros.

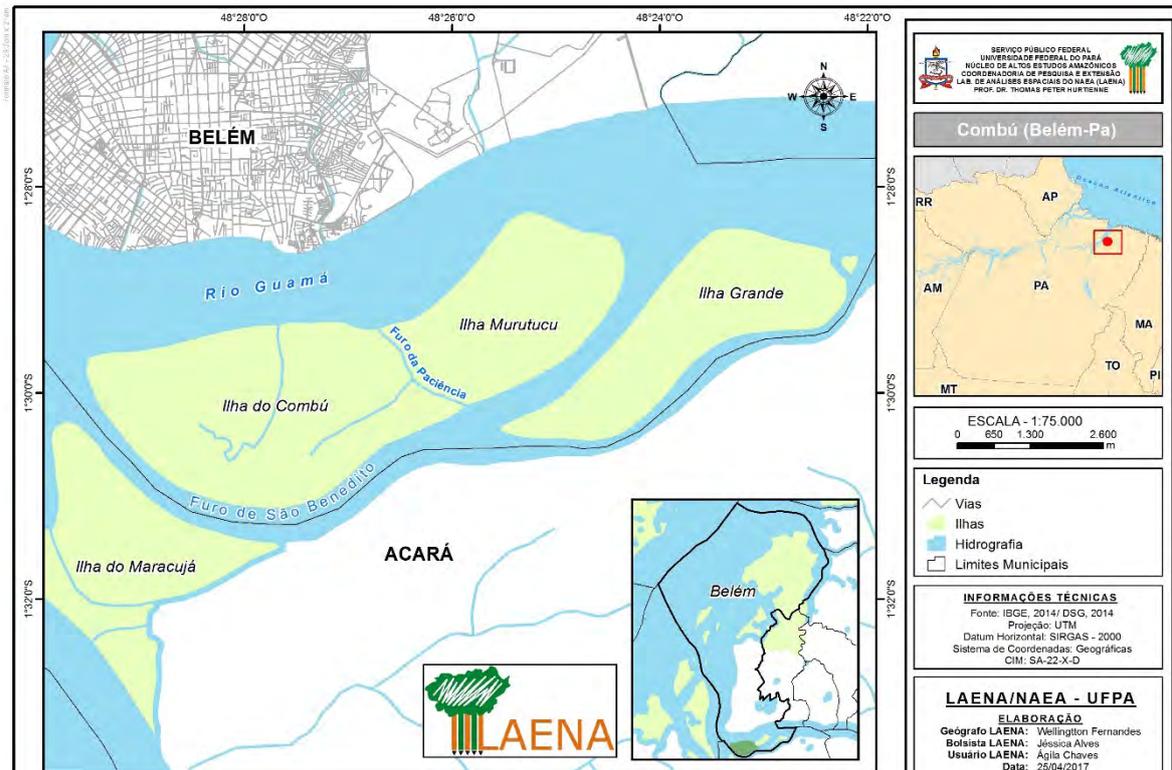
Os objetos espaciais demarcam atividades e interações cotidianas, constituídas por forte subjetividade e simbolismo. O Combú não possui um trapiche ou porto central, no local são encontrados pequenos portos e atracadouros espalhados pelos inúmeros terrenos da orla insular, servindo como ponto de encontro entre moradores e aqueles que os visitam. Nesses espaços de vivência e identidade ribeirinha⁶ (LIMA; NUNES, 2011) são difundidas sociabilidades mais orgânicas cujo tempo lento, das relações mais diretas, repletas de laços de parentescos e amizades (MALHEIRO; TRINDADE JÚNIOR, 2005) vão de encontro com o tempo rápido da parte continental.

O mapa da ilha (Mapa 1) apresenta a localização espacial e suas delimitações: ao norte, está situada às margens do Rio Guamá; ao sul, pelo Furo de São Benedito; a leste pelo Furo da Paciência; e a oeste, pela Baía do Guajará. Sendo entrecortada pelos igarapés Combú e Piriquitaqura.

O ecossistema sofre influência direta das marés do estuário do rio Guamá e, normalmente, durante o período de dezembro a maio, apresenta inundações, permitindo a caracterização do solo como sendo de várzea temporária (MATTA, 2006), pouco propício para a agricultura. Os residentes têm na economia doméstica, voltada para a extração de produtos da floresta, como o açaí, e mais recentemente, o cacau, sua base de produção.

Mapa 1 – Ilha do Combú: localização geográfica.

⁶ Para Lima e Nunes (2011) tratam-se de espaços permeados por uma diversidade de práticas sociais ligadas a uma temporalidade lenta, fortemente marcada pela dinâmica do rio e da natureza, onde as relações mais diretas e aproximativas se realizam cotidianamente. Nesses espaços, as necessidades desenham, muitas vezes, diversas relações de vivência e sobrevivência da população das águas, em suas várias dimensões funcionais, lúdicas e simbólico-culturais. Numa análise antropológica, Nunes (2017) afirma que a partir da relação homem/natureza, a compreensão do *ser ribeirinho* vai muito além do fato de estar na beira de um rio, existindo outros elementos que complementam a significação de tal categoria, como as concepções de lugar, território, identidade e pertença.



Fonte: Lab. de Análises Espaciais do NAEA Prof. Dr. Thomas Peter Hurtienne (LAENA, 2017).

A ocupação humana se deu a partir da sua orla insular, espalhando-se ao longo das margens de igarapés, furos de rio e ao longo da orla insular (MATTÁ, 2006). O interior da ilha é pouco habitado, reservado para a floresta e para pequenas plantações. A população residente procura conservar a floresta, de onde extrai parte de seu sustento, praticando atividades de manejo baseadas no saber tradicional, passado de pais para filhos.

Em uma dinâmica socioespacial intimamente ligada ao rio, a maioria das famílias possuem um membro cuja profissão seja a de barqueiro, sendo esta atividade complementar à principal, que é a extração de produtos da floresta. Atualmente, além da cooperativa de barqueiros das ilhas, existe também a cooperativas de lanchas, constituída no ano de 2016, pertencente aos moradores do Combú e de outras ilhas próximas.

Todas as habitações possuem como principal ou único meio de transporte as embarcações, a inexistência de ruas de terra ou de chão batido dificulta até mesmo a presença e uso de bicicletas, encontradas apenas em algumas poucas residências. A falta de ruas para circulação, faz com que vários pequenos caminhos sejam abertos de maneira espontânea e sobre certa racionalidade.

Os laços de vizinhança e de proximidade são muito expressivos, todos se conhecem e dividem experiências cotidianas. Na multiplicidade de usos e símbolos detectados, destacam-se ainda as áreas utilizadas para o cultivo do açaí, assim como suas



formas de consumo. Na frente das casas e nos quintais, assim como ilha adentro, a planta compõe boa parte do levantamento florístico local.

O açaí aparece entre os alimentos básicos para o sustento das famílias da região insular, e mesmo em bairros da parte continental da cidade, o seu consumo ganha destaque. Andrade (2014) evidencia que o morador genuinamente paraense traz o hábito de ingestão do açaí de suas origens ribeirinhas, consumido como uma espécie de sopa acompanhado por peixe e farinha de mandioca, remetendo ao modo de vida daqueles grupos populacionais cuja vivência se estrutura à beira dos rios. Outrossim, reconhece-se que nos espaços mais urbanizados, o açaí assume diversas outras formas de consumo, transformado em sobremesas, bombons, bebida alcoólica, dentre outros produtos.

Os bares e restaurantes são presença marcante ao longo da orla insular, contudo, se apresentam de maneiras diferenciadas de acordo com sua localização espacial na ilha. Esses objetos estão entre as maiores construções do local, e apesar de muitos possuírem estrutura simples e improvisada, alguns se destacam pela arquitetura, semelhante a encontrada na parte continental. Nessa perspectiva, entende-se que os espaços voltados para as atividades econômicas de lazer, se encontram de duas formas distintas.

Na primeira, situam-se os empreendimentos localizados, em sua maioria, nas comunidades do Furo da Paciência e de São Benedito, construídos e geridos por moradores da ilha, frequentados em sua maioria, pelos próprios moradores do Combú e das ilhas próximas. Nesses pequenos comércios, a natureza, o rio e os produtos extraídos da floresta são tratados enquanto necessários para o uso, pois deles são retirados os recursos necessários para a manutenção do seu negócio e a garantia de sua sobrevivência.

Os bares e restaurantes compreendidos no segundo grupo de análise estão, em sua maioria, localizados ao longo das margens do rio Guamá, na comunidade Beira Rio e na comunidade do Igarapé Combú, além do serviço de alimentação, apresentam um conjunto de opções recreativas, como piscinas para crianças e adultos, parques infantis, área para eventos, trilhas ecológicas, ocupando inclusive, estacionamentos e portos particulares na orla continental. Nesse último grupo, a natureza, o rio e os produtos extraídos da floresta parecem assumir o papel de potenciais recursos para o desenvolvimento do turismo.

A dimensão ribeirinha de Belém, assim como de outras grandes cidades amazônicas, é refletida, principalmente, pelo que diz respeito à dinâmica e ao papel dos rios, seus fortes elos em relação à natureza e à vida rural não moderna (TRINDADE JÚNIOR, 2010). O elemento rio expressa, portanto, múltiplos usos do tempo e do espaço, materializado em atividades econômicas, como também, em proporções simbólicas, pertencentes ao plano do vivido, que não se sujeita ao que é programado e homogêneo.



Existe um campo de tensão estabelecido entre o valor de uso e o valor de troca, nas diversas formas de viver, assim como nos diversos tempos e temporalidades. A história, a memória e a natureza das comunidades do Combú, reafirmam que os espaços são, cada vez mais, criados pelas representações que deles fazemos, diferenciadas na função e forma de se relacionar com a natureza. Nesse sentido, há, primeiro, a necessidade em tornar nítido o processo de desenvolvimento do turismo na ilha como elo entre a dimensão ribeirinha e a vida urbana contemporânea na produção do espaço.

4. ENTRE A ORDEM PRÓXIMA E A ORDEM DISTANTE: O LUGAR DO TURISMO NAS RELAÇÕES COTIDIANAS DO COMBÚ

Para Lefebvre (2001) a cidade é uma mediação entre as mediações, podendo conter uma ordem próxima e uma ordem distante. Na primeira, a cidade sustenta relações de produção e de propriedade, é o local de sua reprodução. Na segunda, está contida a primeira, que a sustenta, encarna-a e idealiza-a sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata (cotidiana). Nesse novo ambiente, onde a ordem próxima e a ordem distante se misturam e se relacionam, o turismo passa a ser um condutor veloz no processo de circulação das pessoas, dos objetos e das informações.

Por ser uma unidade de conservação de uso sustentável (UC)⁷, a ilha tem a produção espacial acontecendo sob "a atuação do Estado, do capital e da sociedade" (MOLINA, 2006, p. 16). Os agentes do Estado são representados, pelos técnicos e gerentes de planejamento das políticas públicas, pertencentes aos órgãos ligados à gestão ambiental e turística da ilha; os agentes do mercado, representados pelas empresas de viagens, donos de bares e restaurantes, empresas de transporte, comércio e prestação de serviços; a sociedade, representada pelos visitantes (locais e externos) e pelos moradores (novos e antigos).

A prática do turismo em unidades de conservação, está cada vez mais envolvida à essas lógicas externas, voltando-se à formas de circulação e de conexão, que contribuem para a anulação, (re)definição ou ainda (re)direcionamento das relações com o rio.

⁷ No Brasil, nos anos de 1960, foi oficializado um código florestal que separava áreas de preservação integral de áreas onde são permitidas a exploração de recursos naturais. Na década de 1980, criou-se as Áreas de Proteção Ambiental (APAS), as Estações Ecológicas (EE) e as Áreas de Relevante Interesse Ecológico. Com a Constituição de 1988, reforça-se o embate em torno das Unidades de Conservação (Artigo 225 do capítulo IV), e é declarado que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, e, de uso comum do povo, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 2000). Este artigo de lei consolida no Brasil a preocupação mundial, a respeito da utilização dos recursos naturais e as consequências do mau uso deste bem, que, até então, era visto pela maioria da população como inesgotável.



Observa-se que no Combú, o rio, as embarcações, os pequenos portos e trapiches, adquirem novos usos por parte dos atuais agentes que desenvolvem atividades no espaço. A orla insular apresenta usos de caráter residencial e comercial e uma diversidade de práticas ligadas ao lazer e ao turismo.

As margens do Igarapé Combú, onde residem os moradores da comunidade de mesmo nome, concentram-se as residências, instituições, pequenos comércios, bares e restaurantes, além de uma pequena fábrica de beneficiamento do cacau extraído na região, apresentando a melhor infraestrutura voltada para fins de lazer e turismo. Nesses ambientes, os frequentadores podem apreciar a culinária local, com destaque para os peixes de água doce e para o açai, consumido como uma espécie de sopa, acompanhado por farinha de mandioca, peixe, camarão ou charque, complementos da refeição.

Os trapiches e as diversas rampas de acesso ao rio, servem como elo de circulação dos agentes do mercado e os visitantes. A presença de barqueiros e agentes do circuito inferior é significativa, uma vez que por uma pequena quantia em dinheiro transportam os frequentadores interessados em usufruir os espaços dos restaurantes, dos bares e da produção artesanal de chocolate.

A faixa de orla das comunidades do Igarapé Piriquitaquara e do Furo de São Benedito, apresentam um ambiente mais preservado (ecológico), de expressão predominantemente residencial, diferindo significativamente da faixa de orla do furo do Igarapé Combú e Beira Rio.

Nesse sentido, na ilha do Combú, predominam atividades pertencentes ao circuito inferior da economia urbana (SANTOS, 2004), caracterizadas pela presença do emprego familiar, pelos pequenos comerciantes, que atendem a certas normas legais, empresariais e trabalhistas, e pela existência de comércios e serviços informais.

Dentre os componentes do circuito superior, destaca-se a presença das agências de viagens e da mídia, que divulgam e prestam serviços para grupos de turistas que visitam a região. Os barqueiros e comerciantes parecem habituados com os visitantes transitando pelos trapiches e atracadouros espalhados pelos muitos terrenos da ilha. Nesse adentrar fantasioso, encontram-se os moradores, que não se envolvem diretamente com as atividades turísticas, das janelas e portas das casas, se mostram curiosos e muitas vezes incomodados com o ir e vir dos grupos de turistas.

Assume-se que nesses locais há uma convergência entre hábitos de consumo mais modernos e os de valor afetivo, preocupa-se que essa tomada de elementos típicos de uma condição tradicional, sejam subvertidos e direcionados por referenciais contemporâneos que fogem à realidade desses lugares.



No local são realizadas visitas de curta duração, no qual os visitantes permanecem apenas por período curto de tempo, posteriormente, retornando às residências, casas de amigos e parentes, ou hotéis da cidade. Até o momento, não existe equipamentos de meios de hospedagem, principalmente, pelo fato da ilha ser uma área de proteção ambiental.

Nos passeios, compras de produtos artesanais, excursões, trilhas, banhos de igarapés e rio, acampamentos, práticas de canoagem, descanso, contemplação e serviços de alimentação, é possível perceber a combinação de novas temporalidades e espacialidades. Do processo de (re)organização do espaço, surgem novas relações de trabalho, impulsionando o aumento da circulação de pessoas, de mercadorias, de informações e de ideias. Impõe-se ao local uma nova ordem de relações, entre os homens e o meio.

Aos fins de semana e na entressafra do açaí, período em que as vendas do fruto diminuem, é comum ver os moradores, em especial os jovens, realizando atividades remuneradas nos empreendimentos de lazer, vendo nesta prática, uma maneira de amenizar a sua condição de pobreza.

De acordo com Cirilo (2013), a venda e aluguel de terrenos/lotes na ilha do Combú é expressiva. Apesar da prática ser proibida desde a Constituição Federal de 1988, que declara as ilhas pertencentes à União, tal prática acaba sendo uma queixa constante de alguns moradores junto à Gerência da UC. Os novos combuenses estabelecem negócios relacionados ao turismo ou até mesmo segundas residências, parecendo não ter necessariamente os mesmos vínculos que os antigos.

Ribeiro (2010) afirma que, com a chegada dos novos atores sociais, visitantes e moradores recém-chegados, passaram a ocorrer uma série de tensões e descontentamentos por parte dos antigos moradores, cujos relatos demonstram a insatisfação e o sentimento de rejeição para com os novos residentes, além do incômodo causado pela presença de lanchas, voadeiras e jet-skis, que circulam sempre em alta velocidade, próximo de suas casas ou locais de pesca.

Até o momento, o local não possui plano de manejo, instrumento legal de gestão das UC. Nesse sentido, apresentam-se outros problemas, como a erosão do solo da orla insular, a falta de programas de ordenamento territorial, a indefinição da vocação econômica da ilha, pois alguns defendem seu potencial turístico e outros defendem a atividade extrativista como a principal fonte de recursos econômicos. Não há a configuração de sistemas de infraestrutura básicos para visita e acesso dos próprios moradores, acarretando uma série de outros empecilhos ao desenvolvimento econômico e social do turismo.



Atualmente, os planos e programas de turismo seguem a lógica de descentralização do governo federal, fazendo com que os municípios e governos estaduais passem a arcar com políticas e ações que deem conta de minimizar os impactos ocasionados pelas atividades nas regiões. Os discursos atuais buscam resgatar a Amazônia ribeirinha, fazendo forte apelo à paisagem e às formas espaciais, e não necessariamente aos elementos que identificam a interação cidade-rio (TRINDADE JUNIOR, 2011).

Considera-se que mesmo diante das rupturas que alteram completamente a configuração territorial da Amazônia, não se excluem as resistências e permanências de modos de vida anteriores. Reforça-se ao espaço amazônico, a condição de ambiente complexo e diverso. No turismo e no lazer, se respeitadas as relações de horizontalidades e as memórias enraizadas no lugar, pode-se ter uma oportunidade única de desenvolvimento local.

5. DE TRILHAS À CAMINHOS: CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região insular de Belém, na presença de suas comunidades, pela circulação de barcos e canoas, pequenos portos, trapiches e atividades ligadas ao circuito inferior da economia, demarca-se uma dinâmica regional de forte expressão cultural. A paisagem não é apenas um acumulado de objetos, mas são formas agregadas à vida das pessoas, cheias de significado e significação.

O Combú apresenta duas realidades dentro de um mesmo processo espacial, de um lado manifesta-se o espaço enquanto lugar de festa, do prazer e do lúdico, reconhecido pelas atividades ligadas à floresta e aos rios, diretamente ligados ao seu valor de uso; do outro lado, encontra-se um ambiente atraente para o mercado turístico, das ações planejadas, engendradas pelos agentes do estado e do mercado, das relações sociais conduzidas por um valor de troca.

A busca por novas aspirações econômicas, como a vinda de novos moradores para abrir comércios, inspirados pelo crescimento do turismo no local, pode até ocupar o centro das disputas socioespaciais, entretanto, entende-se que podem haver outros motivos em jogo, como a busca por mais qualidade de vida ou o estabelecimento de novos laços afetivos entre antigos e novos residentes.

Acredita-se que o turismo possibilita a complementação na receita familiar, pois os visitantes atraídos pela beleza, bucolicismo e biodiversidade do local, adquirem os produtos e serviços disponíveis. Contudo, ao mesmo tempo, entende-se que a atividade pode trazer outros componentes que alteram o modo de vida de maneira considerável.



Trindade Júnior (2002), ao discutir as cidades, a partir das espacialidades e temporalidades urbanas e ribeirinhas, remete-nos a pensar que em Belém as contradições nos espaços vão desde a sua projeção para a concepção de um “homem amazônico”, quanto para a proeminência do espaço para um “homem turista”.

Nesse sentido, vislumbra-se a necessidade em se pensar políticas que não fiquem presas a modelos esquemáticos, que reconheçam as dinâmicas e as diferenças no espaço da cidade. A prática do turismo deve estabelecer pressupostos que valorizem as vivências e trocas de experiências entre os sujeitos que dela participam, nesse encontro de mundos, a análise do vivido é a melhor alternativa para se pensar a cidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, S. S. *Pão tapioca, pão farinha d'água? Gastronomia do açaí e identidade socioespacial e cultural na Grande Belém*. 259 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2014.

BAHIA, M. C. *O lazer e as relações socioambientais em Belém-Pará*. 300 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2012.
BELÉM, Prefeitura Municipal. *Plano Plurianual do Município de Belém (PPA-Belém)*. Belém, 2005.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. *Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 26 nov. 2016.

CARDOSO, I. C. C. *O Espaço Urbano e a Re-Produção das Relações Sociais no Pensamento de Henri Lefebvre: contribuições à teoria social crítica*. *Libertas*, Juíz de Fora, v. 11, n. 2, p. 26-42, 2012.

CIRILO, B. B. *O processo de criação e implementação de unidades de conservação e sua influência na gestão local: o estudo de caso da área de proteção ambiental da ilha do Combú*. 2013. 197 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2013.

COMPANHIA PARAENSE DE TURISMO-PARATUR. *Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará*. Belém, 2011.

CONAMA. Resolução nº 341 de 25 de setembro de 2003. [s.l.]: CONAMA, 2003. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/E72A2846/DispositivosLegaisAPP.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

DERGAN, J. M. B. *História, memória e natureza: as comunidades da Ilha de Combú – Belém (PA) 1980-2006*. 2006. 217 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia)



- Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

LEFÈBVRE, H. *La producción de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos, 1974.

_____, H. *A vida cotidiana do mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, M. M.; NUNES, D. A., A relação cidade-rio na Amazônia: espacialidades e territorialidades no espaço da orla fluvial de Marabá-Pa. In: *Anais do XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. Belo Horizonte, 2011, CD-Rom.

MATTA, R. A. A. *Espacialidade e sustentabilidade na ilha do Combu: um olhar sobre a interface urbano-insular como forma de contribuir para a conservação do espaço na construção da sustentabilidade local*. 2006. 156 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

MALHEIRO, B. C. P.; SILVA, M. A. P. Faces ribeirinhas da orla fluvial de Belém: espaços de (sobre)vivência na diferença. In: TRINDADE JR, S. C.; SILVA, M. A. P. (Orgs.). *Belém: a cidade e o rio na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2005. p.145-169.

MOLINA, F. S. *Turismo e produção do espaço: o caso de Jericoacoara*. 2007. 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZONIA. *Ribeirinhos das ilhas de Belém*. Manaus: UFAM; Belém: IAGUA, 2008. (Série Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia, 8).

NUNES, T. G. *Viver às margens do rio: identidade e pertença na Ilha do Combu/PA*. 167 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

PARÁ. Lei nº 7.649, de 24 de julho de 2012. *Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas do Estado do Pará – CGP/PA*, Belém, PA. Decreto nº 713 de 1º de abril de 2013.

RIBEIRO, J. A. *Área de proteção ambiental da Ilha do Combú, Belém/PA: desafios de implantação e de gestão de uma unidade de conservação*. 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

RODRIGUES, A. B. *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004. (Coleção Milton Santos).

_____. *Por uma Geografia Nova*. 6. ed. São Paulo: Hucitec: EDUSP, 2006.



_____. *A natureza do espaço*. 8. ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Imagens e representações da cidade ribeirinha na Amazônia: uma leitura a partir de suas orlas fluviais. *Revista Humanitas*, Belém, v. 18, n. 2, p. 135-148, jun. 2002.

_____. Cidade e cultura na Amazônia: práticas e representações espaciais na orla fluvial de Belém (PA). In: VALENÇA, M.; COSTA, M. (Org.). *Espaço, cultura e representação*. Natal: EDUFRN, 2005. p. 123-150.

_____. Cidades na floresta: os "grandes objetos" como expressões do meio técnico-científico no espaço amazônico. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 51, p. 113-137, mar./set., 2010.

_____. Laços & nós: dinâmicas sub-regionais e interfaces cidade-rio na Amazônia. *Revista Geográfica de América Central*. Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica, II Semestre, 2011.

_____. Das "cidades na floresta" às "cidades da floresta": espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. *Papers do NAEA*, Belém, n. 321, p. 4-22, dez., 2013.

**GT 07 B – CIDADES E TRANSFORMAÇÕES DO URBANO NA AMÉRICA LATINA****TERRITÓRIOS DE CONSUMO, CARTOGRAFIAS DE MERCADO: VESTIDOS, NOIVAS E VALOR EM TRÂNSITO NAS E ENTRE CIDADES**Michele Escoura (UNICAMP)¹
micheleescoura@gmail.com**RESUMO**

Festas de casamento se firmaram como carro-chefe de um setor que, em 2016, movimentou R\$17 bilhões. Mas seja pelo lado dos profissionais ou dos casais que protagonizam esses eventos, mais do que dinheiro gira em torno deste mercado. Nesta pesquisa, persigo as relações, processos de diferenciação ou aliança, acionadas durante a preparação de tais festas em São Paulo e Belém. Os materiais foram produzidos a partir de trabalho de campo em lojas de comercialização de vestidos de noivas e também na interação com uma rede de casais nos dois municípios. Neste *paper*, contextualizo os territórios do mercado e sigo a circulação de mulheres pelas cidades e entre cidades em busca de seus vestidos de noiva. A baixa preocupação em “economizar” quando o assunto é vestido me aponta para a centralidade do objeto na constituição de uma noiva e traz como questão as diferentes dimensões para a determinação de preço desses produtos. Sob a noção de “qualidade”, disputas narrativas sobre o processo de produção e dos territórios de venda das peças surgem como chaves explicativas para a demarcação de distinção. Já do lado das noivas, deslocar-se pelos territórios surge como estratégia de produção de valor para si e emulação de uma ascensão econômica, ainda que extraordinária. Assim, a pesquisa mostra que do trânsito entre vestidos e mulheres na cidade e entre cidades, reputações são constituídas, disputadas e transferidas a partir da relação entre pessoas, objetos e lugares.

Palavras-chave: Deslocamento, vestido de noiva, valor, etnografia, cidades.

1. INTRODUÇÃO

“Modéstia à parte, eu acho que meu vestido foi um dos mais bonitos que já teve aqui nessa cidade”, me dizia Juliana meses depois de seu casamento em Belém, capital do estado do Pará. Nenhuma economia havia sido feita para conseguir aquele que, para ela, era o item mais importante em sua festa: cinco viagens e cerca de R\$ 45 mil, num total de 15% dos custos da festa de R\$ 300 mil. “A noiva é o personagem principal da noite e as pessoas esperam que ela esteja deslumbrante”, dizia para justificar tanto engajamento em torno da peça e os motivos que a levaram para o atelier de Lethicia Bronstein, localizado na região dos Jardins, zona oeste na capital paulista.

¹ Doutoranda no Programa de Ciências Sociais, onde vincula-se ao Núcleo de Pesquisas Pagu. É também pesquisadora do NUMAS/USP e assessora de pesquisas e avaliações de políticas públicas em educação na ONG Ação Educativa. Coautora do livro *Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola*, pelo selo Reviravolta da Companhia das Letras.



E parece que a estratégia tinha dado certo. Já não bastasse a curiosidade em torno daquele que é mantido como o maior segredo da festa de casamento, o rumor de que o vestido era uma peça feita pela estilista que veste também as celebridades acrescentou ainda mais interesse ao evento. “Teve gente que se escondeu, foi pra Basílica [onde ocorria a cerimônia religiosa], ficou na porta só pra ver o vestido” me contou a noiva, satisfeita, enquanto me mostrava também o número de visualizações que o vídeo de seu vestido obteve em uma rede social.

Distante dali, na zona leste de São Paulo, Natália também foi longe atrás de seu vestido. “Não é a gente que escolhe o vestido, é o vestido que escolhe a gente” era o que dizia sobre o momento em que decidiu qual roupa usar no dia de seu casamento, em 2015. Com celular em punho e passando pelas dezenas de fotos da festa que tinha acontecido semanas antes, a jovem do Jardim Conquista, bairro vizinho de São Mateus, se animava em mostrar aquele que também tinha sido um dos itens mais caros de sua festa. Luiz, o noivo, riu quando eu perguntei “como era o vestido”: “Caro! Caro!”. Mas ela intercedeu dizendo que “não foi caro, foi dois mil e quinhentos, foi super barato” enquanto dava zoom na foto para me mostrar os detalhes da peça que, talvez não por coincidência, custou 15% do total de seu casamento orçado em R\$ 20 mil.

Já em Jundiaí, Camila, aprendeu do modo mais difícil que em se tratando de vestido de noiva, não se pode economizar. Passada a temporada de insegurança e de piadas no ambiente de trabalho sobre se sua roupa iria mesmo chegar depois de comprada da China via internet, o vestido foi entregue tal como ela imaginava e queria. Entretanto, a máxima de que a “noiva manda” tão em voga no mercado de festas de casamento pareceu não garantir tanta tranquilidade para ela em relação às expectativas de sua mãe:

Enquanto todas as noivas vão e experimentam e todo mundo chora “ai, que lindo, você é a pessoa mais linda do universo!”, minha mãe olhou e falou: “ai, não sei”. E ela não deixou eu me ver, eu não tinha espelho na minha casa. Eu coloquei, ela não gostou, eu só conseguia me ver assim olhando pra baixo. Ela falou que não gostou, que tava largo, que tava muito simples... E ela acabou comigo. Eu me senti a pior pessoa do universo, mas eu tinha gostado do vestido. (...) Aí ela: “parece que você tá com um vestido de outra pessoa, que não foi feito pra você. Se o problema são os cinco mil reais eu te dou, você vai lá e aluga”. E eu estava com meu vestido e eu estava feliz com meu vestido. (Camila, Jundiaí, 2016).

Esta é uma pesquisa sobre relações durante a organização de festas de casamento. Firmadas como carro-chefe de um setor que somente em 2016 movimentou R\$17 bilhões, festas desse tipo obtiveram um fôlego renovado na última década e têm mobilizado profissionais e casais, fazendo muito dinheiro girar. Mas não é só dinheiro que



circula por este mercado. Aqui, metodologicamente, persigo relações, processos de diferenciações e de alianças manejados por meio de tensões e conflitos durante a preparação dessas festas em São Paulo e Belém. Os materiais foram produzidos a partir de trabalho de campo em lojas de comercialização de vestidos de noivas e também na interação com uma rede de casais nos dois municípios. Em recorte, neste paper, apresento algumas das sistematizações detalhadas na proposta de primeiro capítulo da tese, no qual tento olhar para as diferenças econômicas a partir de recursos descritivos e, nesse sentido, experimentar um movimento etnográfico para a análise sobre classe.

2. Cartografia do véu e da grinalda

Fosse entre as noivas de festas com orçamento de R\$20 mil ou de R\$300 mil, deslocar-se pela cidade e entre as cidades era um recurso amplamente utilizado por elas quando em busca do vestido ideal para seus casamentos. Regularmente também, tais vestidos vindos de longe eram muito mais caros do que aqueles encontrados em seus bairros ou cidade e, invariavelmente, tanto os custos da roupa quanto os trânsitos territoriais eram justificados pela noção de “qualidade”.

Mirela, outra noiva de Belém, lembrou de uma ocasião em que foi recebida de “qualquer jeito” por uma estilista paraense, quando “atendeu a gente na sacada dela, com funcionário passando em volta, tudo voando. É menos profissional o negócio, sabe?”. Já em São Paulo, a noiva avalia que “tem toda essa questão de que parece que é tudo muito melhor. O atendimento é melhor em tudo, o agendamento funciona”. Além disso, considera que, em Belém, é comum as pessoas terem a capital paulista como uma “referência de tudo que é bom”. Para ela, há uma sensação compartilhada de que “São Paulo tem um glamour”.

A noiva escolheu então a estilista Wanda Borges para confeccionar sua peça e, em uma das arborizadas alamedas dos Jardins, a estilista conquistou a cliente não apenas por seu produto, conforme ela mesma descreve: “é uma casa toda de era. Aí tu chegas na casa e é tudo almofadado, sabe? As poltronas são todas antigas, Luís XV, não sei o que... Tudo meio bege, as cortinas grandes, com as flores perto da janela, tudo bonito. E ela é uma postura assim, parece que ela é uma lady”. Garantir um vestido vindo de São Paulo, para ela, era garantir automaticamente um vestido melhor.

Entretanto, a “São Paulo” de Mirela não é a mesma daquela pela qual circula Natália, a moradora da zona leste e cliente da Rua São Caetano, no centro da capital paulista. Nesta pesquisa, tenho explorado a cartografia do mercado de vestidos de noiva a partir de uma cisão entre três regiões de produção e comercialização na capital paulista.



Lojas de bairro, tal como a de “trajes a rigor” que acompanhei em trabalho de campo em São Mateus, se particularizam por oferecer peças de vestuário para festas dos mais variados tipos no mesmo lugar e também por um baixo preço.

Localizada na Avenida Mateu Bei, endereço de grande movimentação comercial da região, a loja de São Mateus dispunha de modelos de vestidos de noivas a partir de R\$ 800 e contava também com peças de “primeiro aluguel” a partir de R\$1.500: uma modalidade especial de locação na qual a cliente além de ser a primeira a usar o vestido, adquire também o direito de decidir sobre toda a confecção da peça. Mas nem mesmo a possibilidade de um atendimento “exclusivo” de “personalização” do vestido pareceu compensar para Natália, que saiu de seu bairro por avaliar a loja de São Mateus como “super antiprofissional” e gastou R\$2.500 por um vestido já usado da Rua das Noivas.

Localizada na região central da cidade, próxima à estação da Luz, a Rua São Caetano é conhecida na cartografia do mercado por abrigar a maior concentração de empresas especializadas em vestuário de festas. Mas dentre tantas lojas de trajes, tecidos e calçados, o que de fato prepondera são as vitrines de vestidos de noivas que atraem diariamente uma multidão de clientes vindas de todos os cantos da capital e do Brasil. Daí a designação popular do endereço como “Rua das Noivas”.

Lá conheci e acompanhei o cotidiano da loja de Fernanda, uma das maiores e mais conhecidas da região. Na loja da Rua das Noivas, as clientes não tinham acesso às araras de vestido e as peças provadas dependiam sempre da escolha feita pelos estilistas – os quais conduziam todos os atendimentos. O primeiro contraste desde quando entrei lá em seguida à loja de São Mateus, foi notar não apenas a presença de homens trabalhando em um ambiente que no bairro era exclusivamente feminino como, também, em perceber os efeitos da autoridade dos estilistas sobre os momentos de escolha dos vestidos de noiva. “Estilista é que nem o papa: você falou, todo mundo obedece” se gabava Maurício, um funcionário experiente da loja que, sem muito esforço, convencia as clientes de levar seus produtos: vestidos a partir de R\$ 3 mil para aqueles já usados e até R\$ 10 mil para um primeiro aluguel.

Tais preços, embora superiores àqueles encontrados na loja de bairro, não eram tão acima dos fixados em vestidos da loja onde acompanhei o atendimento da noiva Mariana, na Avenida Rebouças e outro importante território de comercialização em trajes de casamento. No estabelecimento localizado num suntuoso casarão dos tempos áureos do café, “primeiro aluguel” tinha um significado diferente: como a loja só trabalha com coleções fechadas e assinadas pelos estilistas anualmente, clientes não podem interferir nos modelos dos vestidos e, assim, “primeiro aluguel” equivale literalmente a alugar uma peça nunca antes usada. E se à primeira vista parecesse não haver muita vantagem econômica gastar



R\$ 10 mil no aluguel de um produto que, na Rua das Noivas, podia ser produzido detalhadamente a partir de suas exigências, a ida de Mariana para a Av. Rebouças apontava para outro tipo de interesse. Antes que a campanha do casarão fosse acionada, uma foto seguida de post trazia a imagem de seus pés sobre o tapete de entrada da loja, cuidando para não esconder o “Jardins” inscrito logo abaixo do nome da empresa.

Composta por bairros diferentes entre si embora todos economicamente muito valorizados, a região dos Jardins abriga um conjunto também heterogêneo de empresas especializadas em vestuário de festas. A vocação do território neste tipo de mercado é certamente mais visível pela concentração de grandiosas lojas na extensão de três quarteirões da Avenida Rebouças. Entretanto, a distinção provocada pela alcunha “Jardins” no mercado deve-se sobretudo às “maisons” de “haute couture” espalhadas nas Alamedas internas dos bairros. Estão lá os mais prestigiosos endereços de ateliês de venda vestidos de noivas de São Paulo – e certamente também do Brasil.

2.1. Um vestido de valor

Foi para as alamedas dos Jardins que Mirela e Juliana, de Belém, partiram em busca de seus vestidos e desembolsaram, uma R\$ 28 mil e outra cerca de R\$ 45 mil em cada peça sem os assessórios. Quando perguntei para Mirela se alguma estilista paraense conseguiria produzir um vestido como o seu, a resposta negativa foi rápida e justificada pela ideia de que “o material é diferente”. Foi o fascínio pelas “rendas maravilhosas que ela traz da Europa” que levou a noiva ao “atelier” de Wanda Borges e a avaliação de que “não existe nada mais feminino do que renda” que motivou a confecção de uma peça em três camadas desse tipo de tecido a partir do encontro de Juliana com Lethicia Bronstein. Lá na Rua das Noivas, as rendas eram também o único tecido mostrado, comparado e avaliado nas negociações das peças.

Tirados de um discreto armário no canto da sala de atendimento, os rolos de renda serviam de incremento aos atendimentos e os estilistas não poupavam elogios para os detalhes do material. Em um dos atendimentos, Maurício fez a cliente tatear o tecido enquanto explicava que aquilo “parece uma renda, mas não é uma renda de verdade”, pois além de muito mais pesado era constituído por um relevo de bordado em cima do tule que lhe servia de fundo. Renda “de verdade” seria aquela mais molinha, mais leve e cujo o desenho é criado pela trama da própria linha que produz o tecido como um todo, sem sobreposição de bordado. Em seguida, pegou outro rolo de tecido e abriu-o efusivamente sobre a mesa. “Isso aqui é uma renda ‘chantilly’ francesa, percebe a diferença? É muito mais delicado!”, dizia ele ao orientar o olhar da cliente e o meu, na mesa ao lado.



Destacar a procedência francesa da renda já havia sido um recurso usado pelo estilista que atendeu Mariana na Avenida Rebouças e ecoava muito com o “traz da Europa” que Mirela destacava da estilista das alamedas do Jardins. Evocado em momentos de negociação direta dos vestidos, esse tipo de enunciação era recorrentemente usado como forma de criar um efeito de destaque às peças em comparação umas às outras e como uma explicação em sentido de obviedade de uma maior qualidade do material. Se uma renda era “chantilly” francesa, parecia claro que ela era melhor e, portanto, mais caro.

Mas a seriedade no trato com as rendas logo se dissipou quando, mais tarde, eu pedi ajuda para entender as diferenças entre os tecidos e Maurício, com desdém, disse que “essas rendas, a gente chama de francesa, mas 90% vem da China”. Distante do olhar das clientes, ele então me explicava: era chamado de renda francesa não porque vinha da França e muito menos de Chantilly, mas porque seguia uma forma que foi lá inventada.

A conversa com o estilista imediatamente me lembrou do meu primeiro dia na loja, quando ao final do expediente Fernanda, a proprietária do estabelecimento, me contou que tinha ido há alguns anos para a China. Não revelando exatamente os motivos de sua viagem, usou exatamente a renda “chantilly” como exemplo para o início da conversa. Explicou que grandes marcas de vestuário e acessórios mantêm produções na China, preservando exatamente as mesmas características dos produtos para não perder aquilo que seria distintivo de sua “qualidade”. Embora a procedência não fosse francesa, era uma renda exatamente “do tipo” francesa.

Em relação aos vestidos de noiva, ela concluía que não haveria nenhum motivo para desqualificar as peças produzidas nas fábricas que conheceu na Ásia (como o comprado por Camila), mas é em tom de confiança que revela que os vestidos de sua principal concorrente são de lá – a rede cuja matriz é sua vizinha na Rua das Noivas e que Mariana foi cliente na Avenida Rebouças. Segundo ela, a dinâmica dessas lojas que considera “grandes” são todas parecidas: o estilista da marca faz as criações em croquis, depois a oficina produz os moldes e uma espécie de “piloto” do vestido é montado e enviado para a confecção chinesa contratada. Em seguida, a empresa recebe de encomenda uma sequência de vestidos do mesmo modelo replicados em diferentes tamanhos e distribui entre suas lojas. Assim se daria, portanto, a criação de suas “coleções”.

Embora afirmasse que esse tipo de prática seja comum entre suas concorrentes, Fernanda não me disse e nem deu espaço para perguntar se o mesmo acontecia em sua loja. Esse assunto só foi retomado meses à frente em um diálogo com Tati, quando depois de eu perguntar se ela tinha vontade de um dia se casar vestida de noiva, a gerente de vendas ter brincado com a história dela já ter usado muitos vestidos, uma vez que “quando chega, eles [estilistas] me fazem provar tudo”.



“Chega?” indaguei para logo em seguida ouvir que a oficina ali era muito pequena e por isso de nem todas as peças serem internamente fabricadas: “vimos que tinha que importar” explicou sem citar o nome da China. Depois contou que Fernanda tinha viajado para conhecer algumas confecções no país asiático. Mas ressaltou que o processo de sua loja era diferente das marcas maiores, já que não encomendavam vários tamanhos diferentes para um mesmo modelo. Brinca em repúdio às concorrentes e diz que aí seria fácil, “é só desembalar e vestir na cliente, mas nós não trabalhamos com essa política”. Vindos em quantidade reduzida, ela buscou enfatizar que cada peça que chegava passava por muitas mudanças, ajustes e reconfigurações, num esforço de me convencer que por meio do manejo manual e local, outro status seria atribuído àquelas peças.

A informação sobre algo ser produzido na China parecia ter um poder desestabilizador e de desvalorização dos produtos. Fernanda destacava que o fato de um objeto ser produzido lá não significava nenhuma perda de “qualidade”. Mas ainda assim, a garantia dos atributos físicos parecia não ser suficiente para que sua procedência fosse revelada. Ao contrário, como em um jogo de torções de termos, enquanto aquilo que não era de fabricado na França era adjetivado como francês, a procedência chinesa virava “importado” para garantir valor ao objeto.

Quanto mais eu me inseria em campo e tinha acesso às informações sobre a produção dos vestidos de noivas, menos conseguia entender sobre o porquê das distâncias de preços entre os produtos. Solange, a gerente-modelista de São Mateus achava que os vestidos da Rua das Noivas eram “mais chiques” porque feitos por estilistas com conhecimento de técnicas formais de riscar moldes, cortar e montar as roupas. Mas uma vez na Rua São Caetano, o que aparecia eram estilistas trabalhando em convencer noivas a alugar peças “importadas” ou investir em projetos de vestidos que, passada a etapa de desenho dos croquis, eram fabricados por costureiras como Solange, que atuavam nos bastidores da loja. A diferença então seriam os materiais?

Maurício riu de mim quando perguntei se ele achava que um vestido Lethicia Bronstein era mais caro porque seus materiais eram diferentes. Apontou para a noiva em prova na sala, pediu para a vendedora mostrar a camada de tule paetizado e complementou: “os tules são os mesmos, só tem um. Seja o do vestido vendido por 8 mil ou o por 20, 30 mil”. Em seguida satirizou, sem que a noiva pudesse ouvir, que “é tudo poliéster” enquanto Carlos brincava que “se tiver uma faísca, pega fogo em tudo em dois segundos, é tudo plástico!”. Em seguida, os dois se mostraram desconfiados da narrativa de que as rendas utilizadas fossem de outra procedência que não a chinesa e defenderam que, mesmo se fosse francesa “de verdade”, a quantidade de tecido utilizado não explicaria por si só um preço de R\$ 50 mil.



Para eles, o que dá preço ao vestido é a “marca”. Maurício enquanto apontava para o vestido na noiva, continuou: “se fosse na vitrine do concorrente, seria vendido por R\$ 30 mil, aqui é R\$ 8 mil”. Assim, um vestido seria caro porque é “Lethicia Bronstein”, não porque em sua composição física algo o distinguiria necessariamente de outros modelos.

Essa controvérsia sobre os materiais e as técnicas de confecção de vestido por todo tempo foi algo difícil de ser capturado pelo meu olhar leigo no universo da moda e da indústria têxtil. Meu tato nunca foi capaz de perceber alguma diferença entre a renda chinesa dita francesa na loja da Rua das Noivas e aquela dita ser trazida da Europa por Wanda Borges no vestido de Mirela. E assim como eu, a noiva também não era capaz de discorrer sobre os insumos que compuseram sua peça senão a partir daquilo que a estilista teria lhe dito.

Desprovidas desse treino sensitivo, o que podíamos perceber de nuances físicas entre os vestidos estava sempre muito mediado por disputas narrativas entre os profissionais do mercado sobre seus materiais e suas técnicas de trabalho. E se nesse meu campo de pesquisa é de comum acordo que o vestido é o principal segredo de uma noiva, certamente a origem dos materiais e o processo de confecção desse vestido são os grandes segredos dos estilistas.

2.2. Para uma noiva de valor

“Na loja normal a pessoa compra uma geladeira de R\$ 10 mil e leva a geladeira pra casa. Aqui eu preciso convencer a pessoa a pagar R\$ 10 mil e levar só um papel pra casa” analisava Fernanda quando a questioneei sobre a especificidade de um mercado que, mais importante do comprovar que uma renda vinha da França, tinha que convencer que a renda podia ser francesa.

Diante do variado cardápio de lojas espalhadas pela cidade e entre as cidades, era no processo de atendimento direto que clientes colocavam não só vestidos, mas também o prestígio profissional de um estilista à prova. O glamour da São Paulo encontrada no casarão com “poltronas Luís XV” de Wanda Borges, o “profissionalismo” da Rua das Noivas em contraste com a loja de São Mateus e a parede “cheia de fotos de celebridades vestindo os vestidos” de Lethícia Bronstein foram os principais indicadores de qualidade verificados pelas noivas enquanto fechavam seus contratos de venda ou aluguel.

Uma cenografia precisa que evocasse noções de nobreza ou de fama, e a performance corporal de funcionários que remetesse à sentidos de profissionalismo valia muito mais do que notas fiscais comprovando a procedência dos materiais. No complexo cálculo entre preço e qualidade, era o atendimento que confirmava a reputação do produtor, criava a relação de confiança da negociação e atribuía valor para o produto.



Nessa batalha constante entre profissionais e clientes pela definição da “qualidade”, não apenas cada uma das lojas criava mecanismos internos de diferenciação dos seus produtos como, também, o valor de uma loja ia se constituindo na relação dela com as outras. Narrativas e clientes são disputadas no território da cidade e entre as cidades numa tentativa de delimitação de fronteiras de concorrência na qual a “qualidade”, nunca consensuada, serve de horizonte para configurar preços e valores. E assim, o contexto de produção das roupas, afinal, produzia também o valor do vestido.

Quando uma noiva entra em uma cerimônia de casamento, os custos de sua peça nem sempre são conhecidos pelos convidados. Mas levar para Belém um vestido de São Paulo ou do centro da cidade para um bairro da “quebrada” era uma forma de comunicar, sem evocar uma métrica numérica de preço, que aquele produto era, afinal, valioso. Entretanto, ao mesmo tempo não bastava um produto vir de longe para ser considerado automaticamente um vestido melhor, o que certamente teria evitado que a mãe de Camila rejeitasse o vestido importado da China.

Para ser “um dos mais bonitos que já teve aqui nessa cidade”, um vestido tinha que vir de algum território também mais valorizado, acionando hierarquias entre os lugares (FRANÇA, 2010) e produzindo diferenças pelas noivas entre si. Ao mesmo tempo em que o contexto de produção de um vestido era o que produzia seu preço, deslocar-se pela cidade e entre as cidades nos diferentes territórios de produção desses trajes era a estratégia utilizada pelas clientes para se constituírem também enquanto uma noiva de valor: Natália diz ter sido incontrolavelmente “escolhida” por seu vestido, mas foi ela, sem dúvida, que escolheu onde se “deixaria” ser escolhida.

Paralelamente, ao dizer que “não é a gente que escolhe o vestido, é o vestido que escolhe a gente”, a noiva parecia também notar uma certa agência do objeto e indicar que na relação com seu corpo, o vestido ganhava vida ao mesmo tempo em que a transformava em noiva. O vestido produz a noiva e a noiva produz o vestido. E a despeito da constante reivindicação por autoria e autoridade entre os profissionais do setor, um estilista não faz um vestido sozinho.

Wanda Borges é conhecida por ter excelentes materiais, mas é igualmente famosa por não deixar que suas clientes se aproximem do seu acervo de rendas e escolhe ela mesma, sozinha, aquela que irá compor a peça da noiva. E “estilista é que nem o papa”, lembrava Maurício na loja onde nenhuma noiva tinha acesso ao estoque de vestidos e indicando que a autoridade era consequência direta da autoria dos produtos nesse mercado.

Inferir a possibilidade de um vestido ser produzido em escala industrial, sem conexão entre produtor e o corpo da cliente, era ideia rechaçada nesses espaços – tal como indicava também o deboche de “é só desembalar” feito por Tati ao falar sobre o esquema de



importação da concorrente. Um vestido de “qualidade” é consequência direta da relação entre autoria das mãos que o produz com o corpo que o consome e, por isso, a mãe de Camila é enfática em sua denúncia contra o vestido chinês: “não foi feito pra você”.

Um vestido é ao mesmo tempo produto e produtor da relação entre noivas e estilistas (GELL, 1988). Suas peças são “criações exclusivas” pois são impressões particulares dos profissionais sobre a “personalidade” de mulheres específicas. E por isso são restritas. E caras. Além disso, da mesma forma como o valor do território de produção de um vestido parece poder ser estendido para o valor de uma noiva, o objeto se torna também capaz de transferir qualidades entre as biografias de estilistas para noivas (APPADURAI, 2008).

Um vestido Lethicia Bronstein é um vestido de “qualidade” porque é Lethicia Bronstein. É um vestido tal como aqueles usados pelas “celebridades”, como a noiva fazia questão de destacar, mas também é um objeto que materializa o prestígio da estilista (criado pela relação com as celebridades) e permite que Juliana produza em si também uma reputação ao colocar seu corpo em interação com a roupa. Usar um vestido Lethicia Bronstein era uma forma de vincular sua personalidade às relações que garantiam prestígio para a estilista. E com milhares de views no Instagram e desconhecidos à porta da igreja esperando-a chegar, a noiva se tornava ao seu modo também uma celebridade.

Estilistas e noivas produzem vestidos que, por sua vez, produzem diferentes lugares de distinção para estilistas e noivas, num intercâmbio de reputações (LEAL, 2016) que movimentam pessoas e objetos pelos mais diferentes territórios do mercado. E dessas relações entre estilistas, vestidos e noivas, preços são fixados na proporção em que valores são conformados numa complexa cartografia de reputações e prestígios. Tomando de empréstimo a expressão de Juliana, “modéstia à parte”, parecia que assim também se produziam posições de classe.

Referências

APPADURAI, Arjun. A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Rio de Janeiro: EDUFF, 2008.

FRANÇA, Isadora Lins. Consumindo lugares, consumindo nos lugares: Homossexualidade, consumo e produção de subjetividades na cidade de São Paulo. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas.

GELL, Alfred. The problem defined: the need for an Anthropology of Art. In: Art and Agency. Oxford: Oxford University Press, 1998.

LEAL, Natacha. Nome aos bois: zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite. São Paulo: Hucited; Anpocs, 2016.

**GT 07 – Cidades e transformações do urbano na América Latina****O URBANO NO LITORAL AMAZÔNICO: AS REDES DA PESCA EM MARAPANIM (PA)**Paollo Schmuellermann Kyprianous de Oliveira¹

paolodeoliveira@gmail.com

Márcio Douglas Brito Amaral (UFPA)²

marcioamaral29@gmail.com

Luiz Marcelo da Silva Barbosa³

luizmarcelo_sb@hotmail.com

RESUMO

Embora já exista uma produção voltada ao entendimento da diversidade territorial e urbana na Amazônia, pode-se dizer que a mesma ainda é insuficiente quando se considera que uma porção expressiva da região (a microrregião do Salgado Paraense) não foi contemplada nessas investigações. A respeito dessa região do Salgado, pode-se afirmar que contém particularidades que revelam semelhanças e diferenças com outras realidades urbanas da Amazônia. Na presente pesquisa procura-se contribuir com o entendimento da participação da cidade de Marapanim e da vila de Camará no circuito espacial da pesca. Para tanto, foi feito um levantamento bibliográfico que nos orientou na problemática, um levantamento documental, entrevistas semiestruturadas gravadas com agentes econômicos e políticos envolvidos com o circuito e um mapeamento dos pontos que conectam a produção pesqueira. Isto permitiu uma compreensão de que, apesar de Marapanim não apresentar um grande volume de capital - considerando a composição orgânica - nem uma conexão regional e nacional regular, assim como não dispor de uma acumulação acelerada, não se pode negar que de um lado o território se organiza para garantir a produção econômica de produtos pesqueiros (peixe, caranguejo, sarnambi, turú), que atendem principalmente a própria cidade de Marapanim, o distrito turístico de Marudá (nível local), a cidade de Castanhal e a região metropolitana de Belém (nível regional); e que, de outro lado, as atividades humanas que compõem o circuito espacial da produção pesqueira são envolvidas de sociabilidades que tornam o acesso à alimentação, ao trabalho, ao transporte, ao lúdico e a política, mediados por fatores sociais como solidariedade e coletividade orgânicas, e não apenas pela lógica das trocas materiais e monetárias. Essas sociabilidades advindas de processos, contínuos e descontínuos, do espaço-tempo na Amazônia produziram e produzem formas-conteúdos singulares, particulares e universais que nos ajudam a ampliar o debate sobre a diversidade territorial e urbana não apenas como contribuição de informações sobre as realidades dessas áreas, mas principalmente, como tentativa de contribuir no entendimento do fenômeno urbano.

Palavras-chaves: Pesca, Marapanim, Território.

INTRODUÇÃO.

¹ Graduado em Bacharelado e Licenciatura Plena em Geografia pela UFPA e mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA.

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia e da Faculdade de Geografia e Cartografia da UFPA, doutor em Geografia Humana pela USP e coordenador do projeto PROINT 2016-2017, Laboratório de Ensino de Geografia e a prática de ensino em ambientes não-escolares no litoral de rias paraense, financiado pela PROEG/UFPA.

³ Graduado em Bacharelado e Licenciatura Plena em Geografia pela UFPA e bolsista do PROINT/PROEG/UFPA na pesquisa que deu origem ao presente trabalho.



O presente trabalho estuda a participação da cidade de Marapanim e da vila de Camará, localizadas no litoral de rias paraense, no circuito espacial da pesca. Para isso, analisa o processo produtivo em sentido lato, a produção, a circulação e o consumo do pescado, bem como suas implicações espaciais.

A realização de uma pesquisa dessa natureza visa, de forma mais ampla, dar visibilidade a uma porção do território paraense que historicamente foi relegado pelas pesquisas acadêmicas relativas à região, bem como pelas políticas públicas, portanto, pode-se dizer que se trata de um “espaço invisível”. A razão dessa invisibilidade está no fato dessa região não ter sido atingida por grandes eventos econômicos e/ou territoriais como ocorreram com outras porções da Amazônia, em contexto recente (pós-década de 1950). Na verdade, como destacou Oliveira (2008), é possível encontrar na região amazônica áreas altamente articuladas aos fluxos da mundialização, mas também, áreas que funcionam muito mais como reservas territoriais para existência de um outro modo de vida.

Deve-se reconhecer, contudo, que algumas pesquisas recentes têm procurado revelar esse caráter da diversidade territorial e urbana da região, a chamada urbanodiversidade, nos termos de Trindade Jr., (2010), que procura sustentar que embora tenha predominado um discurso sobre a biodiversidade, ou mesmo, sobre a sociodiversidade regional, não se deve desprezar o fato de que a maior parte da população regional vive em ambientes classificados como urbanos e, mais do que isso, esses espaços se apresentam de modo diferenciado em termos de formas e de conteúdos socioespaciais.

A pesquisa aqui apresentada utilizou-se da teoria dos circuitos espaciais da produção (SANTOS, 2003) e da economia política da urbanização e da cidade (SANTOS, 2009), bem como fez algumas incursões sobre o papel das pequenas cidades na rede urbana (SPOSITO, 2009; CORRÊA, 2011). Em termos de procedimento de pesquisa, além da revisão bibliográfica acerca dos temas indicados, fez-se um levantamento documental, junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Prefeitura Municipal de Marapanim e a Colônia dos Pescadores Z-6 de Marapanim. Também foram realizadas também entrevistas semiestruturadas na vila e na cidade com pescadores, agentes intermediários, comerciantes de materiais para pesca, representante da secretaria de pesca da Prefeitura, presidente da Colônia dos pescadores Z-6 e do Mercado Municipal.

Por fim, o trabalho ficou organizado em três partes, além da introdução e da conclusão. Na primeira faz-se uma breve reflexão sobre as pequenas cidades e a diversidade urbana amazônica, a fim de mostrar que embora tem existido um esforço para incorporar diferentes áreas da região nas pesquisas, o litoral paraense ainda está invisível. Na segunda parte constrói-se um histórico da formação socioespacial do litoral paraense, destacando o papel de Marapanim nesse processo. Na terceira e última parte, faz-se uma



análise sobre o envolvimento da cidade de Marapanim e da vida de Camará nas redes que envolvem o circuito espacial da produção pesqueira.

1. AS PEQUENAS CIDADES E A DIVERSIDADE URBANA AMAZÔNICA

Um olhar, mesmo que breve, sobre a dinâmica regional amazônica revela uma grande diversidade de formas espaciais e de conteúdos que evidenciam no espaço a teia de relações em que a região está imersa. Assim, a paisagem, principalmente a da cidade, não acumula apenas objetos, mas também tempos, técnicas e símbolos produzidos sobre a região ao longo da história.

Ao tratar dessa diversidade urbana relacionada às pequenas cidades e sua relação com a região em que se insere, Trindade Jr. (2013) recorre ao par dialético, “cidade da floresta” e “cidades na floresta”. A primeira refere-se aquelas cidades que dominaram a cena amazônica até a década de 1960, se apresentando como pequenas e associadas à circulação fluvial, bem como tendo fortes interações espaciais com a natureza, com a vida rural não moderna, com a floresta ainda pouco explorada e com seus entornos imediatos e cidades próximas. A segunda, por outro lado, se refere aquelas cidades instaladas na região em face do processo de modernização regional, apresentando forte articulação com demandas externas, deixando a floresta de fora da integração da sociedade aos novos valores da vida urbana e vendo-a principalmente como espaço de exploração econômica.

Ao refletir sobre as pequenas cidades da Amazônia, Oliveira (2001) afirma que a elas se pode chegar de diferentes maneiras. As primeiras são alcançadas pelo rio, as chamadas cidades ribeirinhas, uma espécie de “recanto sedutor”, que em geral se chega de barco, navegando lentamente pelos rios da região, são cidades que de longe se avista a torre da igreja (mas também, na atualidade, a torre da telefonia celular) e que parecendo um quadro emoldurado entre a folhagem verde-escuro da floresta. Nelas as ruas e caminhos terminam no porto, estando na primeira rua ou rua da frente, as melhores casas e, a medida que dela se afasta, vão surgindo os casebres. Às segundas se chegam por “estradas esburacadas”, sendo o trajeto feito de caminhão, de automóvel ou mesmo a pé, de modo que de um jeito ou de outro se vai e se vem. Destaca que ao longo do caminho são encontradas casas de diferentes tipos, umas boas e outras ruins, sendo a maior parte casebres. Quando se alcançam essas cidades, “pequenas cidades cor de terra”, não se observa nada de extraordinário, pois são semelhantes a outras áreas de fronteira da Amazônia ou mesmo se assemelham as periferias das grandes e médias cidades da região (OLIVEIRA, 2001).

Oliveira (2001; 2008), por sua vez, ao estudar essas pequenas cidades da Amazônia, chama a atenção para o fato de que nelas podem surgir formas e relações sociais que não se tornaram vencedoras, especialmente se observadas sobre o prisma da



mundialização, no entanto, podem se revelar num determinado momento histórico como possibilidade de emergência de modos de vida alternativos, de espacialidade e de temporalidades diferentes daquelas que se tornaram dominante.

Parece ser esse o caso de Marapanim e das cidades localizadas no litoral paraense, na chamada microrregião do Salgado, cuja singularidade vai sendo revelada pela proximidade do oceano Atlântico, presente no cotidiano das práticas socioespaciais ali materializadas, pela localização no estuário amazônico, que permite vivenciar uma diversidade de ambientes físicos, resultantes das interações entre terra-firme, várzea, mangue, rio e mar; por ser uma área litorânea de ocupação antiga, tradicional e que apresenta muitas aglomerações humanas de pequeno porte; por possuir uma rede rodoviária expressiva e relativamente bem estruturada, mas que não interliga ou conecta diretamente as sedes dos municípios litorâneos entre si; por ser composta de territórios de relativa proximidade com a metrópole Belém (PA) e a cidade de Castanhal (PA); e, por apresentar uma diversidade de atividades econômicas, tais como, agrícolas, principalmente ligadas à produção camponesa, pesqueira (industrial e artesanal), turística e imobiliária (segunda residência), que relacionam dialeticamente o tradicional e o moderno.

2. FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO LITORAL PARAENSE E A GÊNESE DE MARAPANIM

Para fazer uma breve discussão acerca da formação socioespacial do litoral paraense é interessante inicialmente notar que entre os séculos XVII e XIX as ações dos governos português e depois brasileiro tentaram estabelecer a comunicação entre Belém e São Luís e, para tanto, existiam três caminhos principais para alcançar São Luís do Maranhão, sede administrativa e base do abastecimento da província, naquele momento: o primeiro caminho pelo litoral, pela via marítima, que deu origem a um conjunto de pequenos núcleos utilizados como base logística para navegação entre essas capitais; o segundo caminho é aquele realizado pelo rio Guamá, em que se navega de Belém até a altura de Ourém, passando pelo núcleo de São Miguel (do Guamá), e daí, por via terrestre, até as cabeceiras do rio Caeté, para então chegar até Bragança, por trilhas de índios e, de lá, até São Luís do Maranhão, viajando ao longo da costa; o terceiro caminho é uma precária estrada para Bragança, que fica localizada numa extensa área de mata entre o litoral e o rio Guamá, que era utilizada para transporte de gado, em que estão localizados os núcleos de Castanhal, Igarapé-Açu, Timboteua e Capanema (ÉGLER, 1961; VALVERDE; DIAS, 1967).

Como o contato por via terrestre não se concretizava, era pela costa a principal forma de comunicação entre essas duas capitais, principalmente na época da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão que foi um dos resultados das políticas pombalinas



(FURTADO, 1987). A via marítima era feita por pequenas embarcações a vela que por conta da demora e do perigo no trajeto, necessitavam aportar com frequência para o abastecimento e abrigo em alguns locais, resultando num conjunto de núcleos de povoamento ao longo da costa paraense que se localizavam na desembocadura dos rios, assim esses povoados eram entrepostos seja entre as capitais, seja entre a via marítima e o acesso fluvial para o interior mais próximo do continente. Esses núcleos, no trecho entre Belém e Bragança, foram Quatipuru, São João de Pirabas, Salinas, Maracanã, Marapanim, Curuçá, São Caetano de Odivelas e Pinheiro, sendo núcleos de povoamento que foram base da configuração do que hoje entendemos como microrregião do Salgado (ÉGLER, 1961).

Na área do que é hoje o município de Marapanim se destacam entre os séculos XVII e XIX a formação e depois diluição da aldeia missionária de Arapijó, as concessões de terras por meio de sesmarias que foram a base da configuração do município e onde predominava práticas agrícolas, além do núcleo de povoamento que era entreposto entre Belém e São Luís, como visto anteriormente. Assim, o povoamento dessa área estava localizava sobretudo no interior do continente, próximo aos principais cursos d'água, como o rio Marapanim, e onde predominava a agricultura (CASTRO, 1998; FURTADO, 1987).

O segundo momento da formação socioespacial do litoral está relacionado, pode-se dizer, com o início da ocupação planejada da região, no contexto da expansão do extrativismo da borracha (1850-1920) na Amazônia. Esse período do extrativismo da borracha foi responsável por diferentes transformações na região, especialmente em suas capitais, Manaus e Belém. De acordo com Corrêa (1987), foi por meio desse produto, existente em grande abundância no interior da floresta amazônica e valorizada pelo mercado internacional como matéria-prima para a indústria de pneumáticos, que a região amazônica foi inserida na divisão internacional do trabalho.

É importante ressaltar que se, por um lado, o *boom* da borracha trouxe grandes transformações político-econômicas e no modo de vida da região, por outro lado, não se pode esquecer que ela também promoveu o declínio da atividade agrícola, o que acabou por provocar uma crise de abastecimentos de Belém, bem como um conflito de ordem política entre a oligarquia latifundiária tradicional e setor extrativista da borracha. A forma encontrada para solucionar esses problemas foi à política de colonização da região Bragantina (ocorrida entre as últimas décadas do séc. XIX até a primeira década do séc. XX), realizada ao longo da Estrada de Ferro de Bragança (EFB), por meio da criação de numerosas colônias agrícolas, cujas sedes transformaram-se em núcleos urbanos naquela região e, inicialmente, fazendo uso da mão-de-obra do europeu (especialmente



portugueses, franceses e espanhóis), e, posteriormente, com maior êxito, da mão-de-obra nordestina (ÉGLER, 1961; WESLEY, 1990).

De acordo com Miranda (2009) a EFB promoveu uma nova organização espacial na Bragantina, cuja expressão é a formação de nós ferroviários, em que as estações, localizadas em cada colônia agrícola, representavam “parada, área de concentração, de convergência, *locus* de afluência e ponto inicial de distribuição de mercadorias, indivíduos e informações” (2009, p. 91). A linha do trem significava a passagem, a circulação, o fluxo de pessoas, mensagens, produtos e objetos em geral, de maneira que a dinâmica da Bragantina passou a funcionar em torno da EFB, alguns chegam mesmo a afirmar que a história da região Bragantina se confunde com a história da EFB.

Acrescente-se a isso que aquelas áreas que não foram alcançadas materialmente pela via férrea, principalmente, a região do Salgado, não ficaram imunes a sua centralidade, pois como demonstrou Furtado (1987) para o caso de Marapanim, foram adotadas diferentes estratégias para alcançar a estrada de ferro e, por meio dela, fazer a produção chegar à Belém: a primeira dessas formas era, navegando pelo rio Marapanim, até chegar à localidade de Cipoal de onde, por terra, após seis quilômetros, se alcança a parada do trem em Jambu-Açu; a segunda forma é se deslocando até a estrada Curuçá-Castanhal, que existe desde 1902, mas cujo acesso a partir de Marapanim era muito difícil (bastante tortuoso), o que somente foi solucionado em 1938, com a construção de uma “estrada carroçável” ligando Marapanim à estrada de Curuçá-Castanhal; a terceira forma de acesso à estrada de ferro é subindo o rio Marapanim até a localidade de Matapiquara e, desta, percorrendo vinte quilômetros (20 Km) por terra, chega-se ao núcleo de Igarapé-Açu, onde pode-se encontrar uma estação ferroviária (FURTADO, 1982).

Particularmente em Marapanim, esse segundo momento é marcado pelo início e consolidação do município (1895) por meio, sobretudo, dos esforços do padre José Maria do Vale e seus familiares que fundaram paralelamente a sede marapaniense. O município é fundado num momento que ainda as populações se localizavam no interior e se dedicavam principalmente a agricultura que foi a principal atividade econômica municipal até a metade do século XX, apesar de também ocorrer outras atividades como a pesca com a comercialização de pescado seco e salgado (CASTRO, 1998; FURTADO, 1987).

O terceiro momento dessa formação está relacionado às políticas de modernização implantadas na Amazônia depois dos anos de 1950, cujo objetivo central foi promover a integração nacional, do território e do mercado, e expandir o modo de produção capitalista em direção às fronteiras de recursos, principalmente, para a Amazônia.

A implantação da rodovia Belém-Brasília acabou por provocar grandes impactos na região Bragantina. Dentre eles pode-se destacar a desativação da Estrada de Ferro de



Bragança em 1965, considerada arcaica e deslocada do novo projeto de modernização que passou a privilegiar as rodovias. De acordo com Conceição (2002), o traçado da rodovia Belém-Brasília, inaugurada em 1961, atingiu a Bragantina no trecho que vai de Santa Maria do Pará, passando por Castanhal, Santa Izabel até chegar em Benevides e, posteriormente, Belém. Dentre suas consequências imediatas destaca a integração dos mercados, a oferta de serviços rodoviários, o aumento do fluxo de pessoas, mercadorias e comércio, o sistema financeiro e o incremento demográfico de cidades e vilas.

Com a expansão das estradas na Bragantina, foi possível o maior acesso às áreas do município de Marapanim, permitindo mais contato entre as povoações marapanienses e desses com outros centros urbanos, tais como Belém e Castanhal, e populações extramunicipais. Esse acesso fez com que centros de consumo demandassem pescado, aumentando o número de agentes intermediários que iam às áreas pesqueiras marapanienses onde negociavam com os pescadores que, por conta do aumento da circulação e a maior rapidez no transporte, conseguiam aumentar a produção do pescado “*in natura*”, diversificando assim os produtos comercializados. Com a possibilidade de relações de mercado de alcance maior, oportunizando maior aceleração do retorno da renda no trabalho, muitas famílias que moravam no interior do município, de outros municípios e da cidade de Marapanim começaram a se fixar na costa para se dedicarem a atividade pesqueira. Deste modo, ocorreu uma migração da área interiorana para a costa atlântica, onde foram se formando vilas especializadas na pesca. Isso impulsionou a distinção de duas áreas no município já percebida na década de 1950. Uma, no interior, que a atividade agrícola era predominante, e outra na costa que se especializou na atividade pesqueira (FURTADO, 1978).

3. MARAPANIM NAS REDES DA PESCA DO LITORAL PARAENSE

Para entender como a cidade de Marapanim e a vila de Camará participam da Divisão Territorial do Trabalho, buscamos identificar e conceber as redes que estão envolvidas com o circuito espacial da produção (SANTOS, 2012) da pesca em ambos os locais. Deste modo, podemos compreender como, a partir da dinâmica da pesca artesanal marapaniense, é a economia política da urbanização que considera a divisão territorial do trabalho na superfície de um país e a economia política da cidade que é a forma como a cidade se organiza segundo a produção e como os agentes da vida urbana estão inseridos, em cada momento, dentro dela (SANTOS, 2009).

O circuito espacial da produção nos ajuda a perceber as redes no sentido de que é por meio do circuito que identificamos as diversas etapas que passam um produto, deste o começo da produção até o consumo final, como explica Santos (2012). Assim, é possível



analisar como as diversas etapas da produção do pescado se inscrevem no espaço, animando objetos e relações socioespaciais, que provocam interações entre os agentes e suas localidades (SANTOS, 2012). Por meio do circuito espacial da produção da pesca, podemos identificar e analisar algumas das redes que a cidade de Marapanim e a vila pesqueira de Camará participam.

Elencamos três etapas do circuito da pesca nessas localidades de Marapanim: a pesca, a comercialização e o consumo. Mas antes mesmo de abarcar o início do processo de produção, que é a extração do pescado, esclarecemos a etapa de obtenção do material para a pesca.

3.1. Materiais para a pesca.

Chamamos de materiais para pesca aos objetos necessários para a prática pesqueira dos pescadores e identificamos basicamente cinco: os alimentos, as embarcações, a gasolina, o gelo e os artigos de pesca. Os pescadores da vila de Camará podem obter os alimentos tanto na vila, quando a quantidade de produtos é pequena, quanto na cidade de Marapanim, quando a quantidade de produtos é grande, por conta do menor preço⁴. Já os pescadores da sede obtêm os alimentos na mesma. O acesso aos alimentos, em ambos os locais, pode ocorrer pela compra em estabelecimentos comerciais, ou ainda, pela doação de algum indivíduo próximo (vizinho, parente, amigo, etc.) ao pescador. Esse agente pode comprar os alimentos com o seu próprio dinheiro, mas também há casos em que agentes intermediários fornecem um crédito em dinheiro (chamado de “vale”) que possibilita o acesso do pescador aos alimentos. As obtenções de gasolina e de gelo são semelhantes ao que ocorrem com os alimentos na sede marapaniense⁵, enquanto que os pescadores da vila necessitam ter acesso a gasolina da sede e gelo fabricado na cidade de Marapanim e na vila de Vista Alegre, seja por conta própria, seja por meio de agentes intermediários.

Também é possível obter na sede marapaniense as embarcações, onde existem carpinteiros navais que atendem a cidade e outras localidades dentro e fora do município⁶. Na vila de Camará há uma produção de embarcações de pequeno porte, como as canoas, no entanto a maioria dos barcos são buscados pelos pescadores fora desse local, tais como nas cidades de Marapanim, de Vigia e de Bragança⁷ que são locais de produção naval antiga, como observou Furtado (1987) na sede marapaniense. O acesso a embarcação,

⁴ Informações cedidas por Carlos da Silva Carvalho, pescador da vila de Camará, no dia 21 de junho de 2017.

⁵ Informação cedida por Raimundo Cordovil Favacho (“Mundinho”), marreiteiro e diretor do Mercado Municipal na cidade de Marapanim, no dia 23 de junho de 2017.

⁶ Informação cedida por Raimundo Torres dos Santos, pescador do Porto da Pedra na cidade de Marapanim, em 20 de junho de 2017.

⁷ Informações cedidas por Carlos da Silva Carvalho, pescador da vila de Camará, no dia 21 de junho de 2017.



pelo pescador, tanto na vila quanto na cidade, ou é por meio da compra ou pelo uso da embarcação de um outro indivíduo, pescador ou agente intermediário, que fica com uma parte do que for pescado.

Quanto aos artigos de pesca, são oferecidos na vila de Marudá e em estabelecimentos comerciais na sede. Na cidade de Marapanim alguns estabelecimentos varejistas vendem variadas mercadorias, dentre elas, os materiais para a pesca como motores/rabetas, redes malhadeiras, cordas plásticas e de nylon, chumbo, panagens, isopores e anzóis. Assim, os pescadores da sede obtêm esses materiais na mesma, enquanto que os de Camará compram de representantes comerciais que vão à vila, de estabelecimentos na cidade de Marapanim, ou mesmo, se deslocam a Belém onde procuram principalmente as redes⁸.

A oferta de artigos de pesca na pequena cidade de Marapanim nos revelou que a obtenção dos produtos, pelos estabelecimentos comerciais, está conectada com as cidades de São Paulo (SP), Diadema (SP), Curitiba (PR), Belém (PA) e Capanema (PA). Portanto, estabelecem redes materiais nacionais (Sul e Sudeste do Brasil) e regionais e, paralelamente, redes imateriais de um circuito de cooperação espacial (SANTOS, 2012) representadas por trocas via e-mail, telefone, internet e pelo sistema bancário. Ainda revelam as relações entre o circuito inferior da economia com o circuito superior da economia (SANTOS, 1979), pois o comércio varejista da sede marapaniense que atende a cidade e as povoações circunvizinhas municipais com relações, por vezes, próximas com seus clientes faz transações comerciais com empresas industriais, modernas e multinacionais permeadas por relações impessoais.

3.2. A pesca.

A vila de Camará é um dos espaços especializados na pesca artesanal no município de Marapanim, onde é capturado espécies que regionalmente são conhecidos como peixes de água salgada devido sua localização na costa atlântica do município. Enquanto que a cidade de Marapanim também é um espaço de extrativismo do pescado em que é possível observar a captura de peixes de água doce e de água salgada que desembarcam em vários portos que rodeiam a cidade, ao longo das margens dos rios Marapanim e Cajutuba e dos igarapés do Seco-Velho e Pagé.

As espécies de peixes são capturadas de acordo com as safras durante o ano (SANTOS et al., 2005). E a presença de determinados cardumes está diretamente relacionada ao regime anual das águas dos rios da região (FURTADO, 1987). Além desse

⁸ Informações cedidas por João da Costa, pescador e agente intermediário na vila de Camará, no dia 21 de junho de 2017.



regime anual, o trabalho de pescaria também acompanha a dinâmica diária de marés, pois a partir de determinado período do dia há ou não disponibilidade de peixes em um determinado local e a possibilidade de deslocamento até esse local.

A sazonalidade das espécies pesqueiras também influi no trabalho e na produção, pois os instrumentos de trabalho possuem atributos de acordo com as intenções dos pescadores e das espécies de interesse que têm em cada espécie um modo e uma arte particular de captura (ALVES et al., 2015), mas isso não é suficiente para entender essa produção. Se por um lado há uma influência das condições da natureza, por outro existe a pressão do mercado, as condições tecnológicas e sociais para a dinâmica da pesca, como esclarece Furtado (1987).

A produção da pesca na cidade de Marapanim é de pequena escala e, ao mesmo tempo, que tem a finalidade de comercialização do produto, também possui a intensão de autoconsumo dos pescadores e de pessoas próximas a eles. Segundo os dados de Alves et al. (2015), os pescadores do porto do Bugário, que é o principal porto na sede marapaniense, vendem, em sua maioria, para os marreteiros (atravessadores) e apenas 6% destinam seus produtos exclusivamente para os consumidores, realidade que pode ser encontrada no restante dos portos da sede. O lucro da comercialização é geralmente usado para a compra de outras mercadorias, tanto para consumo quanto para o trabalho de pescaria. Mas devido a baixa renda dos pescadores, haja vista que 87% deles possuem renda familiar mensal de no máximo um salário mínimo, há uma dificuldade de capital e estabilização financeira que dê acesso aos produtos de consumo e instrumentos de trabalho, como aponta Alves et al. (2015) e alguns pescadores⁹.

Na vila de Camará há uma grande produção de pescado e os pescadores, assim como na cidade, também mesclam finalidades de comercialização e autoconsumo dos mesmos e de seus próximos. Segundo Borcem et al. (2011), toda a produção é entregue aos agentes intermediários na própria vila, onde a influência desses agentes é maior do que na cidade, por se entroncar distante do Mercado Municipal e do público consumidor.

3.3. A comercialização.

É possível afirmar que a maior parte do pescado capturado pelos pescadores da sede é comercializada na cidade de Marapanim e, como já vimos, a sua maioria se destina aos marreteiros/atravessadores que intermediam a produção e o consumo. Santos et al. (2005) classifica esses agentes intermediários em patrão aviador, atravessadores e marreteiros. É importante destacar que não há uma separação clara desses agentes

⁹ Informações cedidas por Napoleão da Costa Freitas e Manoel Salomão Moreira Barata, pescadores do Porto do Bugário na cidade de Marapanim, em 22 de junho de 2017.



intermediários, podendo um mesmo sujeito ter características das três categorias apontadas anteriormente, o que revela, de certo modo, a complexa rede de agentes e relações econômicas da comercialização da pesca artesanal no Nordeste do Pará (SANTOS et al., 2005).

Os agentes intermediários da sede marapaniense adquirem o pescado da cidade de Marapanim e de outras localidades do município homônimo como as vilas pesqueiras de Marudá, Vista Alegre, Camará e Tamaruteua; do município de Curuçá como a cidade-sede de mesmo nome e as localidades de Araquaim e Abade; do município de Vigia como a cidade-sede homônima; do município de Salinópolis na localidade de Cuinarana; do município de São João de Pirabas; e até da metrópole de Belém¹⁰. Deste modo, a compra do pescado dos marreteiros da cidade de Marapanim pode ter alcance na microrregião do Salgado e até na cidade de Belém.

A venda dos agentes intermediários da cidade é destinada, sobretudo, ao consumo interno da sede. Sendo possível comprar o pescado desses marreteiros em dinheiro à vista e a prazo na forma de crédito ou “fiado”. Há a comercialização com outros atravessadores que atendem e vem de cidades como Castanhal (PA) e Belém (PA), mas quando a produção da cidade é expressiva. Em alta produção, os portos da cidade de Marapanim, principalmente o Porto do Bugário, e o Mercado Municipal abastecem caminhões frigoríficos de supermercados de Belém que também adquirem pescados nas vilas pesqueiras, tais como as vilas de Camará e Vista Alegre, mas nesses ocorre com mais frequência durante o ano¹¹.

Os capitais adquiridos com a comercialização da pesca na cidade são utilizados principalmente para a manutenção da atividade comercial, do estabelecimento que geralmente é parte da casa do comerciante e da reprodução familiar diária.

Na vila pesqueira de Camará, toda a produção é destinada aos agentes intermediários (BORCEM et al., 2011) que já adquirem o pescado na própria vila e vendem, sobretudo, para localidades fora do município, principalmente centros urbanos como Castanhal, Belém, Bragança, Viseu e São Luís (MA). A vila também abastece espaços do município como a cidade de Marapanim¹². Assim, Camará mantém relações de comercialização, por meio dos agentes intermediários que adquirem o pescado desse local, mais de cunho regional do que local e municipal.

¹⁰ Informações cedidas por Raimundo da Silva Barroso (“seu Barroso”) e Manoel Barata Rodrigues (“Barata”) que são marreteiros e Raimundo Cordovil Favacho (“Mundinho”), marreteiro e diretor do Mercado Municipal, no dia 23 de junho de 2017.

¹¹ Informações cedidas por Raimundo da Silva Barroso (“seu Barroso”) e Manoel Barata Rodrigues (“Barata”) que são marreteiros e Raimundo Cordovil Favacho (“Mundinho”), marreteiro e diretor do Mercado Municipal, no dia 23 de junho de 2017.

¹² Informações cedidas por Carlos da Silva Carvalho, pescador da vila de Camará, e por João da Costa, pescador e agente intermediário na vila de Camará, no dia 21 de junho de 2017



A comercialização da pesca na pequena cidade de Marapanim e na vila de Camará é sobretudo do circuito inferior da economia (SANTOS, 1979) em que as relações econômicas entre pescadores, agentes intermediários e consumidores é permeada por trocas comerciais, mas também por solidariedades e proximidades entre os agentes econômicos.

O circuito espacial da produção da pesca artesanal, paralelamente ao seu círculo de cooperação espacial, constituído na sede, possui alcance predominantemente na própria cidade de Marapanim, podendo ter contato com centros de abastecimento na microrregião do Salgado e alcançar centros consumidores como Castanhal e Belém, ou seja, um circuito de atuação regional. Porém, o circuito é envolvido com redes materiais e imateriais que conectam essa pequena cidade com as cidades no Sul e Sudeste do Brasil, com as cidades e povoações da microrregião do Salgado, com a metrópole Belém e a cidade de Castanhal e com os aglomerados humanos do município marapaniense. Assim, estabelece redes locais, regionais e nacionais.

Já o circuito espacial da produção da vila pesqueira de Camará, também em paralelo ao seu circuito de cooperação espacial, possui alcance na mesorregião do Nordeste Paraense, chegando até no estado do Maranhão, pois o pescado da vila abastece cidades como Marapanim, Castanhal, Belém, Bragança, Viseu e São Luís (MA) e outros aglomerados humanos. Como o circuito da vila está relacionado as redes da cidade de Marapanim, o circuito de Camará também é envolvido por redes materiais e imateriais locais, regionais e nacionais.

Assim, o circuito espacial da produção da vila de Camará possui um caráter regional, enquanto que da cidade é local, mas ambas estabelecem redes, através de seus circuitos, que têm abrangências locais, regionais e nacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se estudar o circuito espacial da pesca em Marapanim o que se buscou reforçar foi a diversidade territorial e urbana existente na região, incorporando uma área nova que estava esquecida – o litoral paraense – às classificações existentes, mas acima de tudo, uma área cuja importância não pode ser esquecida, seja pela sua importância para ocupação do território amazônico, seja pelo papel que exerce relacionado a uma atividade produtiva, a pesca industrial e artesanal, fundamental para o entendimento da divisão territorial do trabalho regional.

Outra contribuição da pesquisa foi apontar algumas particularidades relativas à formação socioespacial da Amazônia, reveladas pela história do litoral paraense, mais precisamente de Marapanim. Trata-se da circulação marítima existente entre o Pará e o Maranhão no período colonial, bem como da presença de uma produção monocultora e



escravista existente no litoral, mas também da circulação ferroviária e da colonização agrária com uso de mão de obra estrangeira e nordestina, que acabou por produzir no litoral mais do que uma “civilização do rio” e uma “civilização da estrada”, podendo mesmo se falar numa “civilização do mar”.

Por fim, pode-se contribuir, empiricamente, com o estudo da pesca, mostrando como uma cidade e uma vila do município de Marapanim participam do circuito espacial, ou seja, como o território e a sociedade se organizam para atender aos ditames da produção, neste caso, uma produção de natureza artesanal. Apesar de Marapanim não apresentar um grande volume de capital - considerando a composição orgânica - nem uma conexão regional e nacional regular, assim como não dispor de uma acumulação acelerada, não se pode negar que de um lado o território se organiza para garantir a produção econômica de produtos pesqueiros (peixe, caranguejo, sarnambi, turú), que atendem principalmente a própria cidade de Marapanim, o distrito turístico de Marudá (nível local), a cidade de Castanhal e a região metropolitana de Belém (nível regional); e que, de outro lado, as atividades humanas que compõem o circuito espacial da produção pesqueira são envolvidas de sociabilidades que tornam o acesso à alimentação, ao trabalho, ao transporte, ao lúdico e a política, mediados por fatores sociais como solidariedade e coletividade orgânicas, e não apenas pela lógica das trocas materiais e monetárias.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Raynon J. M. et al. Caracterização socioeconômica e produtiva da pesca artesanal no município de Marapanim, Pará, Brasil. Observatorio de la economía latinoamericana, Málaga. 2015. Mensal. ISSN: 1696-8352.
- BORCEM, Elielma R. et al. A atividade pesqueira no município de Marapanim – Pará, Brasil. **Revista de Ciências Agrárias**, Belém, v. 54, n. 3. p. 189-201, 2011.
- CASTRO, Joaquim A. **Noções da história de Marapanim**. Belém, Gráfica e Editora Sagrada Família, 1998.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A Periodização da Rede Urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 49, n. 3, 1987.
- ÉGLER, Eugênia Gonçalves. A zona Bragantina no estado do Pará. **Revista Brasileira de Geografia**, ano 23, n.3, p. 75-103, jul./set. 1961.
- FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Currallistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987.
- OLIVEIRA, José Aldemir de. As pequenas cidades da Amazônia: espaços perdidos e reencontrados. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 2001.



_____. Espacialidades urbanas como urbanização da sociedade: as cidades e os rios na Amazônia brasileira. OLIVEIRA, M. P; COELHO, M. C. N; CORRÊA, A. M. **O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas (II)**. Rio de Janeiro, 2008.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro. Diferenciação territorial e urbanodiversidade elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. **Cidades**, Presidente Prudente/São Paulo, vol. 7, n. 12, 2010.

_____. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **Papers do NAEA**, Belém, p. 1-22, 2013.

VALVERDE, Orlando; DIAS, Catharina Vergolino. **A Rodovia Belém-Brasília**. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. Por uma economia política da cidade. In:_____. **Por uma economia política da cidade**. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. Pg. 111-139.



GT 07 – CIDADES E TRANSFORMAÇÕES DO URBANO NA PERIFERIA DO CAPITALISMO

DINÂMICAS URBANAS CONTEMPORÂNEAS NA PERIFERIA DO CAPITALISMO

Lucas Souto Cândido (PPGAU/UFPA)¹
candido74@hotmail.com

Ana Cláudia Duarte Cardoso (FAU/PPGAU/UFPA)²
aclaudiacardoso@gmail.com

RESUMO

Neste texto, Canaã dos Carajás é foco da discussão sobre dinâmicas urbanas emergentes em cidades amazônicas no século XXI. A rápida metamorfose da vila rural em cidade a partir da introdução da mineração nos anos 2000 lhe impôs desafios comuns em contextos metropolitanos. O parcelamento especulativo da terra, subsidiado pela associação entre agentes locais e empresas nacionais e regionais do ramo imobiliário, promoveu um súbito crescimento urbano. A lógica capitalista na produção do espaço urbano resultou na escassa oferta de espaço públicos e locais de convivência. O aquecimento econômico não favoreceu a qualidade de vida da população mais pobre, que permanece à margem dos benefícios trazidos pela mineração. O descaso ao contexto biofísico pré-existente, de notável importância na Amazônia, findou na progressiva degradação ambiental e na invisibilização das potencialidades existentes na floresta. Este caso ilustra um novo momento de exploração do território amazônico, historicamente sujeito a interesses exógenos, e que inseriu a região no processo contemporâneo de urbanização capitalista através da exploração de commodities. A leitura lefebvriana, observações de campo, entrevistas e questionários, conduzem nossa investigação sobre às novas dinâmicas urbanas que configuram o território amazônico no século XXI, objetivando evidenciar as distorções econômicas, sociais e ambientais observadas nessa periferia econômica, agora agravadas pelo neoliberalismo.

Palavras-chave: Urbanização contemporânea; Amazônia; Neoliberalismo.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta Canaã dos Carajás como um fragmento da cidade neoliberal, buscando evidenciar o caráter extensivo (MONTE-MÓR, 1994) da urbanização contemporânea e suas manifestações particulares no contexto de fronteira no qual se insere a Amazônia. A cidade em questão foi inicialmente concebida como uma vila de apoio à produção agrícola (vila CEDERE II) em suporte ao Programa Grande Carajás (PGC) nos anos 1980, e se expandiu nas décadas subsequentes seguindo o ritmo de atividades econômicas (extração madeireira, pecuária leiteira) e práticas sociais tradicionalmente relacionadas à ruralidade (pesca, caça, agricultura de subsistência, entre outras). No

¹ Arquiteto e Urbanista (UFPA), Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFPA), bolsista CAPES e pesquisador do Laboratório Cidades na Amazônia (LABCAM/FAU/UFPA).

² Arquiteta e Urbanista (UFPA), Mestre em Planejamento Urbano (UnB), Phd em Arquitetura, pesquisadora em produtividade do Cnpq, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/UFPA), e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFPA)



entanto, a introdução da mineração de larga escala a partir dos anos 2000 transformou a realidade local ao estabelecer processos econômicos vinculados à escala financeirizada do capital, engendrando descompassos entre as dinâmicas locais previamente instituídas e aquelas introduzidas pelas novas atividades produtivas (BANDEIRA, 2014).

As expectativas de ganhos geradas pelo vultoso montante de capital aplicado pela mineradora e o enorme fluxo migratório atraído pelas ofertas de emprego³⁴ estimularam uma súbita expansão da malha urbana, amparada pela conversão do uso da terra e pela reestruturação do campo. Nesse sentido, a visão utilitarista que concebeu a vila acompanhou sua evolução em cidade, que permanece como ponto de apoio à produção, sem atenção a atributos espaciais que ensejem o uso e que atendam à esfera reprodutiva da vida. Esses processos aceleraram a degradação ambiental, invisibilizando as potencialidades existentes na floresta e impondo a lógica capitalista às relações entre sociedade e natureza.

O contexto em tela ilustra o padrão de exploração típico da fronteira, historicamente imposto sobre a Amazônia desde o período da colonização portuguesa, mas que tem seus limites e impactos amplificados em função da renovação das estratégias de acumulação observadas pela atuação do capitalismo neoliberal. Sobretudo a partir dos anos 2000, observa-se um novo momento de exploração do território amazônico, marcado pelo avanço das frentes de expansão agropecuária, mineral e imobiliária, capazes de articular diretamente o mercado financeiro global ao espaço periférico, e que inseriram as cidades da região no epicentro do processo contemporâneo de urbanização capitalista.

A região do sudeste paraense, que desde a década de 1980 se apresenta como protagonista da narrativa da fronteira em decorrência das ações de exploração mineral do PGC, vê essa condição reforçada pela grande escala de recursos aplicados pela Vale S.A, agora uma empresa de capital aberto, na implantação do Projeto S11D, a maior mina de ferro a céu-aberto do mundo, em Canaã dos Carajás. O novo ritmo de investimentos (menor tempo de rotação do capital) e as novas condições de operação das minas (altamente automatizadas e de baixa demanda de capital humano) contrastam com a realidade pré-estabelecida, ampliando a extensão dos impactos sociais, espaciais e ambientais, e criando expectativas de geração de empregos e dinamismo econômico irreais para a fase contemporânea do capitalismo.

³ Segundo informações da Vale, o projeto contou com investimentos de US\$6,4 bilhões, e gerou mais de 40 mil empregos durante o pico das obras.

⁴ A população municipal de Canaã dos Carajás passou de 10.922 habitantes, em 1991; 23.757 hab. em 2000; 26.716, em 2010; e uma estimativa de 36.027 habitantes em 2017 (IBGE, 2017). Estimamos que o número atual de moradores seja ainda maior devida às dinâmicas particulares deste contexto, não abarcadas nos cálculos do IBGE.



Particularmente em Canaã dos Carajás, essa desarticulação se manifesta pelas tensões entre as expectativas e visões de mundo que organizam o território. Nesse sentido, a expectativa de máximo rendimento da empresa e do empreendedor imobiliário, e a expectativa de crescimento municipal (e conseqüentemente aumento da arrecadação tributária) da administração pública local, se chocam com as expectativas de melhoria das condições de vida (serviços, equipamentos, etc.) de quem viveu o processo de transformação desde a fase da vila rural até a chegada das atividades urbanas (os pioneiros); e as expectativas do migrante que chegou junto da frente de investimentos.

Os fenômenos aqui descritos apresentam aproximações com construções ideológicas importadas de contextos exógenos, e ilustram as distorções decorrentes da atuação do neoliberalismo na região. Nessa perspectiva, objetivamos com este artigo investigar as novas dinâmicas urbanas no território amazônico no século XXI a partir de uma narrativa do avanço do capitalismo na sua fase neoliberal, articulando os fenômenos no âmbito mundial aos seus rebatimentos na Amazônia e, particularmente, nas transformações observadas em Canaã dos Carajás. Quem representa a ação colonizadora neoliberal e como ela se estrutura? Quem pode efetivamente contribuir para a construção de uma cidade socialmente mais justa? Estas são algumas das questões debatidas ao longo deste trabalho.

Nosso percurso teórico e metodológico se estrutura, sobretudo, a partir da leitura lefebvriana (LEFEBVRE, 1991, 1999, 2001, 2007). Entendemos o espaço como prática social, isto é, que não pode ser visto como objeto abstrato, dissociado das relações sociais. Por essa razão, adotamos uma perspectiva interdisciplinar, a partir de contribuições oriundas da geografia, da economia, das ciências política e social, do campo do planejamento urbano e da arquitetura, entre outras disciplinas, como estratégia central para (tentar) entender o fenômeno urbano na sua totalidade (dimensões físicas e não-físicas). A abordagem dialética entre os *níveis de realidade social* lefebvrianos⁵ (LEFEBVRE, 1999) estrutura essa leitura, que busca entender criticamente as estruturas, ideologias, discursos e processos que atuam na produção do espaço e suas manifestações na esfera da vida cotidiana.

2. NEOLIBERALISMO NA FRONTEIRA: PARALELISMOS PROCESSUAIS E INVISIBILIDADE DE PROCESSOS

As transformações contemporâneas das dinâmicas urbanas da Amazônia são melhor compreendidas à luz dos paradigmas de desenvolvimento dominantes, que desde a colonização portuguesa enxergam a região como um vazio portador do atraso, dessa forma

⁵ DEFINIR OS NÍVEIS DE REALIDADE SOCIAL



sujeitando-a a consecutivas colonizações (missionária, pombalina, dos aviadores, desenvolvimentista, financeirizada). A desarticulação entre a racionalidade que se estabeleceu como hegemônica, incapaz de enxergar a natureza como suporte à vida, e a realidade pré-estabelecida, impulsionou não apenas metamorfoses territoriais e o desequilíbrio ambiental, como também desvalorizou saberes e modos de vida tradicionais, que historicamente lograram sucesso no balanço sociedade-natureza (SILVA, 2017).

Essa trajetória foi particularmente acelerada durante o século XX como consequência das estratégias de modernização seletiva prescritas pelo Estado brasileiro como o caminho para o progresso. A reformulação do projeto político brasileiro empenhado pelo Estado Novo varguista representou um primeiro momento no qual o objetivo foi consolidar a unidade nacional através da centralização política e econômica do poder (FERREIRA, 1999). Para garantir a efetiva subordinação dos diversos segmentos sociais e culturais, o Estado impôs uma nova cultura nacional, “n[a] qual a cidadania passa por todo um processo de reelaboração voltada para a ‘obrigação ao país’” (ibidem: 35), que negava as particularidades regionais e conservava o privilégio aos interesses das elites.

Essas estratégias legitimaram as ações do Estado empenhadas em um segundo momento, marcado pelas políticas de base industrialista dos governos militares a partir dos anos 1970. O favorecimento à escala regional e ao grande capital, e o incentivo à migração, desconsideraram as dinâmicas econômicas e as relações entre homem e natureza pré-estabelecidas (BECKER, 2013) e fundamentaram a atuação imperialista do Estado no controle das riquezas e na dominação e extermínio das populações tradicionais (índios, quilombolas e ribeirinhos).

Tal paradigma se enquadrava dentro do projeto de consolidação do neoliberalismo como discurso político-econômico hegemônico no plano internacional. Esse movimento, que se desenvolveu a partir da Segunda Guerra Mundial como uma resposta das classes capitalistas dominantes ao cenário contrário à sua primazia de poder (HARVEY, 2005), adquiriu status institucional a partir dos anos 1980 com as eleições de R. Reagan e M. Thatcher, quando passou a ser propagado como o único modelo de sociedade capaz de garantir a prosperidade. Esse feito foi alcançado, como sugerem alguns autores, através da reedição de práticas imperialistas e pela substituição da antiga ordem de dominância global, compartilhada entre as nações europeias, por um novo quadro de poder, centralizado na figura dos Estados Unidos (HARDT, NEGRI, 2004; HARVEY, 2003).

Harvey (2005) discute o estabelecimento do neoliberalismo como “a única trajetória possível” por meio da ideia de “construção do consenso”. O autor argumenta que um ambiente ideológico foi projetado de maneira a legitimar a virada neoliberal se apropriando de valores centrais para a sociedade, como dignidade humana e liberdade individual,



através de diversas entidades institucionais (corporações, mídia, universidades, igrejas), concebendo o neoliberalismo como “o garantidor exclusivo da liberdade”. Hardt e Negri (2004), por sua vez, atribuem a difusão dessa nova forma de poder a três mecanismos ou aparelhos principais, responsáveis por transformar as políticas imperialistas dos países de capitalismo central no pós-guerra: disciplina, descolonização e descentralização. Nessa perspectiva, a consolidação do neoliberalismo na escala global seria fruto de estratégias político-ideológicas de validação da disciplina capitalista (lógica de mercado), cuja eficácia foi amplificada pela abertura de novos mercados, possível através da descolonização dos países africanos e asiáticos, e pela manutenção dos vínculos de dependência econômica, garantidos pela descentralização produtiva e pela maior flexibilidade do capital na sua forma financeirizada.

Esses processos alcançaram a América Latina na forma de ditaduras militares, que alinhadas aos interesses geopolíticos norte-americanos, transformaram a região em um laboratório por excelência de experimentos neoliberais (SADER, 2009). Na Amazônia, em particular, a lógica de mercado liberalista que acompanhou as políticas de desenvolvimento incorreu na súbita reformulação dos valores coletivos e de comunalidade da terra que tradicionalmente orientaram os modos de vida e os arranjos espaciais. Para Davies (2016), a orientação cultural e ideológica do período entre 1979-1989 (ao qual ele se refere como “neoliberalismo combativo”) foi direcionada de forma a validar a lógica capitalista em descrédito às ideias defendidas pelos comunistas. As imagens dos socialistas como “monstros” e os símbolos do padrão de vida da classe média suburbana dos EUA (o carro próprio, a casa do subúrbio, eletrodomésticos modernos), material difundido através de filmes e publicidades como práticas de um imperialismo cultural, atendiam exatamente ao objetivo de afirmar os valores individualistas e meritocráticos do capitalismo como superiores aos ideais de coletivização dos meios de produção dos soviéticos. Esses fenômenos, por sua vez, apontam para o que Bourdieu (1998) trata como um “programa de destruição metódica dos coletivos”, intrínseco ao *ethos* neoliberal, e que coloca em xeque não apenas os coletivos que defendiam os direitos trabalhistas (sindicatos, associações, cooperativas), mas qualquer organização coletiva, incluindo aqui a nação e a família.

A projeção dessas construções de mundo, que exaltavam a individualidade, a propriedade privada e o consumo, sobre a Amazônia promoveu a desvalorização do indígena e das formas secularmente praticadas de habitar o território (palafitas, beira de rios, proximidade com a natureza). Nesse contexto, a terra perde seu valor de uso e passa a ser encarada como um prêmio para aqueles que persistiram e resistiram às dificuldades da (re)colonização empenhada pelo Estado ao longo do século XX. O sulista, o migrante “pioneiro”, portador da técnica e da experiência, e que refunda o território em negação ao



índio, o *Outro*, tem sua posição privilegiada pelo incentivo à migração e pela grande oferta de terras, refletindo o posicionamento do Estado, que enxergava esses indivíduos como os que deveriam fundar o “novo território” (SILVA, 2014). Eles integram a nova estrutura social, via de regra, como membros da elite fortalecendo o processo regional que atribuiu poder político às oligarquias, e carregando consigo elementos da “velha gramática brasileira” de relacionamento entre Estado e sociedade: o clientelismo, o corporativismo, o insulamento burocrático, e o universalismo (NUNES, 2003), conforme já abordado em Cardoso, Cândido e Melo (2017).

A construção dessa “nova realidade amazônica” foi amplamente amparada por um Estado brasileiro que reconhecia nos EUA o modelo ideal de sociedade a ser perseguido, e foi legitimada pelo que Souza (2009) trata como “o mito da brasilidade”, isto é, a ideia simbólica de união nacional, manipulada pela elite reformadora de maneira a conceber um ambiente que justificasse quaisquer ações do Estado. É a partir desse marco que se valida o discurso desenvolvimentista que legitimou a atuação exploratória do território amazônico durante o século XX em benefício a interesses exógenos, e que, a despeito das promessas de progresso, representaram na esfera cotidiana o desmantelamento das articulações virtuosas entre espaço construído-pessoas-natureza.

O paradigma capitalista imposto sobre a região nega um valioso acúmulo de conhecimento endógeno, que apenas recentemente vem sendo reconhecido através de achados de pesquisas arqueológicas e antropológicas. Não obstante o discurso do atraso e do vazio, que serviu como o fio condutor da narrativa de exploração do território amazônico, estes estudos apontam para a presença de grandes populações sedentárias na Amazônia pré-colombiana, que dominavam técnicas construtivas avançadas (capazes de construir pontes e diques), e que se beneficiavam das áreas de várzea para praticar a agricultura, sendo de fundamental importância para o enriquecimento do solo e o aumento da biodiversidade (HECKENBERGER, 2005; CLEMENT ET AL, 2015; GRANN, 2009; PIZZARO, 2012; PRESTES-CARNEIRO ET AL, 2015). A desconsideração dessa forma anterior de apropriação do território reduziu as possibilidades de articulação entre trabalho novo e trabalho velho, negando o que, na visão jacobiana, representa o pilar central do desenvolvimento econômico: a diversidade (JACOBS, 1969, 2001).

Tal reformulação da realidade social manifesta adaptações locais de processos universais descritos pelas ciências sociais. Para Lefebvre (1991) trata-se de uma “sociedade burocrática de consumo dirigido”, que cultua o objeto técnico e a imagem “sem a mediação de um pensamento que domina a técnica”, que não a reflete, e que por isso “tende a eliminar as mediações que geraram a alta complexidade da vida social, que agregaram à produção material, ideologias, valores, conjuntos de signos e significados, rivais muitas



vezes, mas que também animam a vida social” (Lefebvre, 1991: 57-8). Bauman (2001) fala em uma “sociedade de consumo”, marcada pela volatilidade das relações interpessoais e pela presunção de que o consumo é capaz de preencher toda e qualquer lacuna gestada pela corrosão dos laços pessoais; uma realidade fugaz e efêmera que o autor denomina de “modernidade líquida”. Harvey (1989) complementa afirmando que essas transformações são frutos de uma sociedade pós-moderna, marcada pela compressão do espaço-tempo, que teve um efeito desorientador e um impacto disruptivo sobre as práticas econômicas, o equilíbrio de classes, assim como sobre a vida social e cultural, impondo à vida cotidiana um cenário de constantes mudanças.

São esses elementos – o culto à tecnocracia, o privilégio ao consumo e a efemeridade/velocidade das mudanças – que compõem a nova lógica de ocupação do território emergente a partir de meados do século XX. O traçado orgânico, que melhor se articulava com a natureza, e também que aproximava as pessoas dos rios – locais de fundamental importância para a reprodução da vida local –, foi gradativamente substituído por um tecido mais retilíneo e racionalizado que tinha os eixos viários como principais pontos de apoio (CORRÊA, 2006). O distanciamento dos rios e avanço da ocupação para às margens das ruas, no entanto, não foram acompanhados pelo suporte à construção de espaços democráticos que ensejassem as relações sociais. Esse processo dialoga com a tese de Leitão (2009) na medida em que a negação ao rio (que no contexto local acumula também a função de espaço público) representa também a negação ao índio e ao caboclo, populações indesejadas na renovada vida social das cidades; as ruas/estradas, por sua vez, aparecem como símbolos da industrialização e do progresso, signos da superação do atraso e da reconstrução do território. O resultado é que no contexto amazônico nem as ruas, reduzidas à função de circulação, nem as beiras de rios, desprestigiados pelos valores metropolitanos, aparecem como espaços dedicados às trocas e ao convívio social, expondo a desconsideração aos espaços públicos que marca as cidades amazônicas.

Dessa forma, o processo de urbanização da Amazônia caracterizou-se por núcleos que cresceram como base logística de expansão da fronteira, e não como possíveis polos de articulação de desenvolvimento para a região (CARDOSO, LIMA, 2006). A explosão do número de cidades na região⁶ e o crescimento dos antigos centros durante o fim do século XX foi acompanhado não pela expectativa de melhora nas condições de acesso à infraestrutura e serviços que supostamente acompanhariam a urbanização (educação, saúde, saneamento), mas pela precarização da vida da população local. No diálogo com a perspectiva lefebvriana, observa-se que a desarticulação entre o *espaço concebido*, gestado pelo *nível global* (pelos planos, pelos interesses de mercado, pelas políticas públicas), e o

⁶ DADOS



espaço vivido, entendido como fruto das trocas que permeiam o *nível cotidiano*, gera um cenário no qual o avanço do tecido urbano está dissociado dos mecanismos de acesso ao direito à cidade.

Esse quadro se agrava a partir do século XXI na medida em que a exploração capitalista da terra foi fortalecida pelo capital financeirizado e pelo caráter globalizado das dinâmicas econômicas contemporâneas. Neste novo momento, o processo de produção do espaço aparece como elementar para a acumulação capitalista, e a cidade se anuncia como espaço-mercadoria, fruto do aprofundamento da contradição valor de uso/valor de troca (CARLOS, 2015). A ação neoliberal expande, ainda, o processo espoliatório de “acumulação por despossessão” narrado por Harvey (2003) para além do direito à terra, invadindo elementos sociais e ambientais imprescindíveis para a reprodução da vida (água, alimentos, espaços verdes etc).

A nova lógica de planejamento urbano, que como pontua Hall (2016 [1988]: 500) “deixou de regular o crescimento e passou a encorajá-lo por todos os meios possíveis e imagináveis”, configura uma nova rede urbana global na qual as cidades se comportam de forma competitiva, como empresas (MUXÍ, 2009). Esse fenômeno se manifesta espacialmente através da coleção de novos atributos arquitetônicos e urbanísticos dedicados às elites, particularmente em cidades que buscam se destacar internacionalmente (VALENÇA, 2016). São formas espaciais construídas por um urbanismo-empREENDEDOR que privilegia as populações de alta renda e que assume a cidade como o lugar de poucos e do convívio com os iguais na medida em que media as relações socioespaciais através da renda individual. Em diálogo com a perspectiva augeliana (AUGÉ, 1994), estes novos arranjos espaciais (condomínios fechados, edifícios corporativos, moradias de alto padrão, shopping-centers) promovem o enfraquecimento das relações entre os indivíduos, e entre esses e o espaço, ensejando o surgimento de “não-lugares”, isto é, espaços vazios de conteúdo e sentido, que se sobrepõem aos lugares antropológicos das trocas significadas, e que ensejam a solidão e a homogeneidade.

Na Amazônia contemporânea, a exploração imobiliária acompanha o avanço das frentes de exploração agropecuária e mineral, e é particularmente beneficiada pela injeção de investimentos do Estado na produção imobiliária nacional e incentivo à produção de casas para a população de baixa renda (através do PMCMV), pela incorporação do mercado de terras nacionais ao portfólio das securitizadoras internacionais e pela implantação da infraestrutura de suporte aos “novos grandes projetos” (UHE Belo Monte, Projeto S11D, entre outros). Assim, as cidades da região permanecem sujeitas a um modelo de planejamento atrelado a um paradigma de desenvolvimento ambiental e socialmente



insustentável (FURTADO, 1974), que reforça a supressão do maciço verde, a desorientação dos ciclos hídricos e o desmantelamento dos modos de vida locais.

Diante disso, a contradição do espaço enquanto possibilidade de realização da riqueza contesta a cidade como lócus da reprodução da vida. A organização do espaço urbano a partir de aparelhos de produção industrial (padronização, produção em massa) acelera a degradação do valor de uso. Na esteira, ao privilegiar a individualização, o consumo e a propriedade privada, fragmenta também as relações sociais, construindo uma sociedade de indivíduos que não se enxergam como um coletivo. Perde-se, nesse sentido, a cidade como espaço catalisador da transformação que emana da convivência estreita e contínua das pessoas, e do conhecimento renovado pelas possibilidades de conexão que a cidade oferece através do entrelaçamento entre diferentes modos de vida.

3. POSICIONANDO CANAÃ DOS CARAJÁS: PROCESSOS GLOBAIS, RESPOSTAS LOCAIS

A somatória dos processos apresentados até aqui – a mercantilização da terra, o desmantelamento das relações sociais, a degradação da natureza – é a base na qual se apoia o processo de urbanização de Canaã dos Carajás. Neste contexto, a terra funcionou como o ponto de contato (e também a porta de entrada) entre os aparelhos de dominação econômica e ideológica, postos pelo nível global, e a realidade local. A evolução da cidade a partir dos anos 1980 paralelamente ao processo de desmantelamento do estado de bem-estar social e ao fortalecimento das políticas neoliberais, incorporou no seu processo de urbanização os aparelhos institucionais e simbólicos neoliberais que negam as particularidades locais e que enxergam a cidade e a natureza de forma instrumentalizada, apenas como mercadorias.

Estes processos foram fortemente ensejados pela concentração fundiária que amparou o crescimento da cidade, fruto da ação negligente do Estado. Apenas três anos após a implantação do projeto de assentamento, o órgão responsável pelo projeto foi extinto, esmaecendo as metas para o desenvolvimento regional e negligenciando os cuidados aos colonos, o que acarretou o abandono/venda de terras que deu início ao processo de concentração de terras; estima-se que apenas 10% das 1.551 famílias assentadas até 1985 permaneceram em suas terras na década de 1990 (BANDEIRA, 2014). A grande oferta de terras “livres” estimulou o parcelamento especulativo da terra, que em um primeiro momento foi articulado por fazendeiros, empresários e proprietários de terra locais de maneira improvisada. A introdução de dinâmicas ligadas ao mercado imobiliário incentivou o abandono dos aparelhos produtivos ligados à ruralidade (que enxergavam a terra como suporte à reprodução da vida) e importou uma visão que entende a terra como



produto comercializável. Esse movimento foi amplificado pela chegada da atividade mineradora nos anos 2000 e fortalecido pelas expectativas de lucro gestadas pelo Projeto S11D, nos anos 2010. Esse período remarca um segundo momento no qual os promotores imobiliários locais se articularam a empresas imobiliárias de capital nacional e regional associadas a securitizadoras internacionais (Buriti Empreendimentos Imobiliários, Direcional Engenharia, Nova Bairros Planejados, entre outras), de maneira a complementar o mercado local de terras (CARDOSO ET AL, 2017).

As expectativas geradas pela grande ordem de investimentos e oferta de empregos promoveram um súbito crescimento populacional de 60% na primeira década do século XXI (IBGE, 2010), e se traduziram em um crescimento urbano de cerca de 210% no mesmo período. Esse fenômeno foi intensificado nos anos 2010, quando a malha urbana cresceu 158%. Na esteira da expansão urbana, observou-se um aumento vertiginoso do preço do lote médio que, de acordo com levantamentos realizados por Bandeira (2014), passou de R\$31,90/m² nos anos 2000 (antes da chegada da mineração), para R\$340,00/m² em 2014. Essas dinâmicas convergem para aquelas identificadas por Melo (2015) nas cidades de Marabá e Parauapebas, que seja a articulação entre atores locais e o grande capital na exploração do mercado de terras das cidades amazônicas, sugerindo tendências de produção do espaço urbano sob o impacto da mineração no sudeste paraense.

O avanço do parcelamento especulativo para as franjas da cidade introduziu novas formas espaciais (loteamentos urbanos, condomínios fechados) que remetem ao padrão modernista e ao modelo dos subúrbios norte-americanos: privilegiam o transporte passivo; são distantes de serviços e comércio; são carentes de espaços de convivência; e sem vitalidade ou atrativos espaciais que ensejem a identidade com o morador. A dominância da rua neste contexto acompanha o padrão “beira de estrada” que domina o cenário amazônico após os anos 1960, e que assume estes espaços apenas como locais de circulação de mercadorias e pessoas. Em consequência, identifica-se a escassa oferta de espaços públicos na cidade.

A contínua expansão da cidade foi acompanhada pelo descaso com a realidade biofísica pré-existente, aspecto fundamental no contexto amazônico, resultando na progressiva destruição da natureza e na invisibilização de potenciais paisagísticos que poderiam suprir a demanda por espaços públicos da cidade. Dessa forma, o desmonte de morros, a derrubada da mata e o assoreamento dos cursos d’água acentuou a corrosão dos vínculos tradicionalmente estabelecidos entre homem e natureza, anuviando possíveis articulações virtuosas entre cidade e natureza.

Na esfera cotidiana, esses fenômenos se manifestam pela precarização das condições de vida. A expansão excessiva aliada aos altos preços praticados na venda e



aluguel de imóveis na área central, região melhor servida de comércio e serviços, promoveu a expulsão das populações mais pobres – o que inclui uma parcela considerável dos novos migrantes atraídos pela mineração – em direção a áreas periféricas, carentes de infraestrutura e distante dos locais de trabalho. A condição desses assentamentos informais agrava a questão ambiental, uma vez que alguns deles ocupam áreas ambientalmente frágeis, e é agravada pela inexistência de transporte público e pelas dificuldades de deslocamento através de modais ativos (por falta de calçadas, ciclovias e de arborização),

O empobrecimento está diretamente vinculado às expectativas da população de se inserir no mercado formal, frustradas pela baixa demanda de capital humano das minas automatizadas. A desarticulação entre as expectativas da empresa e da população local se evidencia pela elevação dos níveis de desemprego na cidade após o início das operações do S11D. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho, ao passo que a cidade acumulou variações positivas entre o número de admitidos e demitidos em todos os anos entre 2010 e 2015, essa realidade mudou em 2016 (momento de finalização das obras de construção da mina), que encerrou com um número negativo de 7.023 postos de trabalho; em 2017, ano em que a mina entrou em funcionamento, esse número já é de 5.135 postos de trabalho negativos.

Esses processos foram acompanhados pelo recente arrefecimento do mercado de imóveis da cidade, que atualmente passa por uma fase de baixa marcada pelas altas taxas de inadimplência e devolução de lotes, como indicam as entrevistas realizadas com empreendedores imobiliários locais. No limite, revelam o choque de racionalidades entre aqueles que enxergam a cidade como possibilidade de lucro e aqueles que nela veem o espaço de vivência.

Dessa maneira, a cidade de Canaã dos Carajás expressa espacialmente a polarização social entre os ‘pioneiros e os ‘Outros’ que, segundo Silva (2014), remarca a estrutura social do sudeste paraense: na área central moram os pioneiros, os sulistas, trabalhadores “que vieram para somar”, os verdadeiros moradores da cidade, enquanto que nas periferias moram os outros, aqui personificados principalmente pelos maranhenses, trabalhadores das minas e moradores temporários, atraídos apenas pelo dinheiro, indesejados na vida social coletiva da cidade. Favorecidos pelo poder político adquirido pelo controle da terra, via de regra, os pioneiros locais integram a estrutura social como membros da elite, manifestando localmente a assimilação dos interesses políticos pelas forças econômicas característica das sociedades neoliberais.

A entrada da cidade na racionalidade industrial-financeira é marcada pelas mudanças nos valores e padrões de consumo, explicitando reverberações locais dos processos universais descritos pelas ciências sociais. O surgimento de grande varejo e a



chegada de marcas nacionais e internacionais carrega consigo modelos de consumo atrelados ao grande capital, que inviabilizam a consolidação de um mercado forte de empresas locais, e reformulam as relações de trocas econômicas, pautadas agora pela impessoalidade e os riscos de endividamento promovidos pelas facilidades contemporâneas de obtenção de crédito. Em Canaã dos Carajás é possível encontrar cadeias nacionais e internacionais de *fast-food* e lojas de médio e alto padrão, que demonstram que a progressiva desvalorização e conseqüente abandono dos hábitos e valores tradicionais é acompanhada pela (incompleta) substituição pelos gostos e padrões de consumo sofisticados das elites metropolitanas.

Essa lógica homogeneizante é reforçada pelas ações do poder público local que, crente que a mineração pode dar suporte infundável ao desenvolvimento do município, negligencia outros arranjos produtivos. Desconsiderando atividades econômicas e saberes previamente estabelecidos, a administração pública mina as potencialidades de integração entre trabalho velho (práticas rurais empenhadas pelos pioneiros) e trabalho novo (possível inovação tecnológica atraída pela mineração), e desvaloriza a diversidade social gerada pela migração.

É essa mentalidade privatista e individualista que cultua formas de agir, de pensar e de morar construídas em contextos exógenos, “tão ao gosto do Brasil patriarcal” (LEITÃO, 2009: 242), que nega a rua e os espaços públicos e financia uma visão de mundo que associa os novos arranjos espaciais contemporâneos (loteamentos urbanos, condomínios fechados, edifícios altos, shopping-centers) à modernidade e ao desenvolvimento. A evolução do espaço urbano de Canaã dos Carajás é assim marcada por morfologias espaciais que privilegiam os espaços privados (bares, restaurantes, casa, chácaras) como espaços de convívio social, entravando as trocas coletivas, o encontro com o diferente e o senso de pertencimento à cidade, dessa maneira reforçando o estranhamento ao outro e o empobrecimento da esfera política.

“Ninguém conhece mais ninguém”, relatam muitos dos moradores mais antigos; certamente um fenômeno promovido pelo súbito crescimento populacional, mas amplificado pela forma construída na medida em que esta não privilegia as relações de vizinhança e proximidade que orientavam a vida em comunidade da vila rural. Isso se manifesta, por exemplo, pela transformação das casas, que anteriormente se abriam diretamente para as ruas, acumulando uma série de atributos positivos de urbanidade, mas que atualmente são cercadas por altos muros que impedem a transição gradativa entre público-privado.

O tempo quase-instantâneo dessas transformações, ligado à velocidade da vida na metrópole, também entra em descompasso com a realidade local, melhor representada pelo tempo lento das cidades de interior e do ambiente rural. Essa compreensão do tempo-



espaço (HARVEY, 1989) dificulta a compreensão crítica dos processos que acompanham a exploração neoliberal na cidade. Diante desse marco, o “desenvolvimento” ao qual os moradores se referem para tratar da trajetória de mudanças em Canaã dos Carajás se aproxima mais da ideia de “des-envolvimento’ das populações locais se suas práticas socioculturais”, que funciona como “condição para a entrada de uma racionalidade hegemônica baseada nas relações capitalistas e na modernização do consumo” (MONTE-MÓR, 2015: 66).

O caráter extensivo (MONTE-MÓR, 1994) desse processo de urbanização se aprofunda pelo avanço do tecido urbano para a escala do município. Na porção norte, florescem loteamentos de chácaras de finais de semanas, que acompanham as estradas construídas pela mineradora e são, via de regra, limitados à população mais rica. Essas chácaras remetem a um híbrido entre os arranjos espaciais importados (loteamentos e condomínios fechados) e as formas de habitar tradicionais da cultura local canaãense (sítios e fazendas), representando uma adaptação local de morfologias metropolitanas. Esse marco aponta para a incapacidade de articulação entre cidade e natureza, uma vez que estes espaços, distantes da área urbana, funcionam como pontos de aproximação entre pessoas e o ambiente natural.

A concentração em massa de serviços e comércios na sede criou laços de dependência entre as vilas rurais e a cidade, agravados pelas dificuldades de deslocamento (ausência de transporte regular). No entorno mais próximo da cidade, a dependência dos moradores dos loteamentos de chácaras localizados fora do perímetro urbano e habitados pela população mais pobre (localizadas ao sul da sede urbana) e na vila Planalto (vila rural localizada a 15km ao norte da cidade) criou um movimento pendular semelhante ao *commuting*, fenômeno característico de cidades de maior porte, e também uma espécie de “proto-conurbação” manifesta pela recente emergência de ocupações precárias na estrada que liga Canaã dos Carajás à Parauapebas (CARDOSO et al, 2017).

Dessa forma, Canaã dos Carajás se apresenta como a materialização da severa exploração capitalista do espaço e distorção de cidade (e de sociedade?). Neste contexto, a produção do espaço não engloba dois dos pontos fundamentais de sustentação da realidade social: as pessoas e a natureza. Nada paga tão bem quanto a mineração, e isso legitima qualquer tipo de ação, desconsiderando qualquer ônus derivado desse processo, uma visão de mundo que só se justifica dentro de uma sociedade modificada pelas forças de mercado.



REFERÊNCIAS

- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papyrus, 1994.
- BANDEIRA, Alex de O. **Alterações Socioespaciais no Sudeste do Pará: a mudança de terra rural para solo urbano na cidade de Canaã dos Carajás** - 124 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BECKER, B. **A Urbe Amazônida**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- BORDIEU, Pierre. **L'essence du néolibéralisme**. 1998. *Le Monde Diplomatique*. Disponível em: <http://www.monde-diplomatique.fr/1998/03/BOURDIEU/3609>.
- CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J. F. **Tipologias e padrões de ocupação urbana na Amazônia Oriental: para que e para quem?** In: CARDOSO, A. C. D. (Ed.). *O rural e o urbano na Amazônia. Diferentes olhares e perspectivas*. Belém-PA: EDUFPA, 2006, p. 55-98.
- CARDOSO, A. C.; CÂNDIDO, L.; MELO, A. C. **Canaã dos Carajás: um laboratório sobre as circunstâncias da urbanização na periferia global no alvorecer do século XXI**. São Paulo: Anais do XVII ENANPUR, 2017.
- CARLOS, Ana Fani Alessandrini. **A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandrini (org.). *Crise Urbana*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2015, v. 1, p. 25-36.
- CLEMENT, C. R, DENEVAN, W. M, HECKENBERGER, M. J, JUNQUEIRA, A. B, NEVES, E.G, TEIXEIRA, W. G, WOODS, W. I. 2015. **The domestication of Amazonia before European conquest**. *Proc. R. Soc. B* 282: 20150813. <http://dx.doi.org/10.1098/rspb.2015.0813>.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **A periodização da rede urbana na Amazônia**. In: CORRÊA, R. L. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2006.
- DAVIES, William. **The New Neoliberalism**. 2016. *New Left Review*, 101, September-October, pp. 121-134.
- FADESP. **Relatório de avaliação dos impactos da mineração no município de Canaã dos Carajás**. Belém, 2016.
- FERREIRA, Maria Liege Freitas. **Estado Novo e ocupação da Amazônia: uma abordagem geopolítica**. 1999. *Raízes*, ano XVIII, nº 20, novembro, pp. 33-40.



FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

GRANN, D. The Lost City of Z. **A Tale of Deadly Obsession in Amazon**. New York: Doubleday, 2009.

HALL, P. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2016 [1988].

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

HARVEY, David. **The Conditions of Postmodernity: an inquiry into the origins of cultural change**. Oxford: Blackwell, 1989.

_____. **The New Imperialism**. Oxford University Press Inc.: New York, 2003.

_____. **A Brief History of Neoliberalism**. Oxford University Press Inc.: New York, 2005.

HECKENBERGER, M. **The Ecology of Power. Culture, Place and Personhood in Southern Amazon, AD 1000-200**. London/ New York: Routledge, 2005.

JACOBS, Jane. **The Economy of Cities**. New York: Random House, 1969.

_____. **A Natureza das Economias**. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

_____. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001

_____. **The Production of Space**. Blackwell Publishing: 2007.

LEITÃO, Lúcia. **Quando um muro separa e nenhuma ponte une**. *Cadernos Metrôpoles*, nº. 13, pp: 229-253, 2005.

MELO, Ana Carolina C. **Modernização e transformações recentes nos processos intra-urbanos no Sudeste do Pará**. 141f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

MONTE-MÓR, Roberto. **Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental**. In: SANTOS, M. et al. (Org.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 169-181.

_____. **Urbanização, Sustentabilidade, Desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção urbano**. In: COSTA, G.; COSTA, H.; MONTE-MÓR, R. (eds.) *Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte, C/Arte, 2015. p. 55-70.



MUXÍ, Zaida. **La arquitectura de la ciudad global**. 1ª ed. Buenos Aires: Nobuko, 2009.

NUNES, Edson. **A Gramática Política do Brasil**. Rio de Janeiro e Brasília: Zahar/ ENAP, 1997.

PIZZARO, A. **Amazônia: As Vozes do Rio**. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2012.

PONTES, Louise B. **Cidade, Desenho e Natureza: uma reflexão sobre os espaços livres de Marabá**. 124f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

PRESTES-CARNEIRO, G., et al. **Subsistence fishery at Hatahara (750–1230 CE), a pre-Columbian central Amazonian village**. *Journal of Archaeological Science: Reports*, 2015.

SADER, Emir. **Postneoliberalism in Latin America**. 2009. *Development Dialogue*, nº. 51, 171-179.

SILVA, H. **Socialização da natureza e alternativas de desenvolvimento na Amazônia brasileira**. Tese (Doutorado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento de Minas Gerais/CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

SILVA, Idelma Santiago da. **Memória social e construção de mitos fundacionais: separatismo na Amazônia Oriental**. *Novos Cadernos NAEA*, v. 17, n. 1, p. p. 203-223, jun. 2014, ISSN 1516-6481

VALENÇA, Marco M. **Arquitetura de grife na cidade contemporânea: tudo igual, mas diferente**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

**GT 07 - Cidades e transformações do urbano na América Latina****"MUITXS - CIDADE QUE QUEREMOS": A DIVERSIDADE E A DIFERENÇA NA
EXPERIÊNCIA URBANA**

Paulo Felipe Lopes de Carvalho (Universidade Federal de Minas Gerais)¹
pfelipegeo@gmail.com

Lúcia Helena Alvarez Leite (Universidade Federal de Minas Gerais)²
lualvarezleite@gmail.com

RESUMO

Este trabalho reflete, como o "Muitxs; cidade que queremos", coletivo urbano de Belo Horizonte - MG, em interação com a cidade, interroga as relações que são impostas nos territórios urbanos. O coletivo é composto por sujeitos que historicamente têm sido invisibilizados pela lógica economicista e capitalista predominante na construção social da cidade, como negras/negros, mulheres, LGBTs, pessoas das camadas populares, jovens. Como resultado de sua inserção na política de Belo Horizonte, o coletivo, atualmente, tem representações na câmara municipal a partir da vereança de duas mulheres eleitas pelo movimento, em 2016. Nesse sentido, discutimos os modos de ler, mapear e viver a cidade, a partir da perspectiva dos sujeitos pertencentes a esses grupos sociais, identificando e refletindo sobre as configurações políticas emergentes nas interações das "Muitxs" pela metrópole. Discute-se, a construção de uma cidade mais plural, mais democrática e que possibilite a vivência da cidadania para todos, dimensões sociais perpassadas pelo reconhecimento e pela legitimação dos modos de vida e dos saberes desses sujeitos produzidos como inexistentes. Nesse diálogo, a categoria gênero emerge como dimensão importante, dentre outras, que altera a circulação e o pertencimento das pessoas na cidade e se coloca como elemento que contribui para a concepção da cidadania, do que é ser cidadão, interpelando a cidade ao criar experiências e olhares diversos e diferentes sobre esse território.

Palavras-Chave: Cidade, diversidade, diferença, gênero.

1. INTRODUÇÃO

Neste texto, dialogaremos com o "Muitxs; cidade que queremos", coletivo urbano de Belo Horizonte - MG, que em interação na cidade e com a cidade, perturba e interroga as relações que são impostas nos territórios urbanos. Esse coletivo é composto por sujeitos que historicamente têm sido invisibilizados pela lógica economicista e capitalista predominante na construção social da cidade, como negras/negros, mulheres, LGBTs, pessoas das camadas populares, jovens. As reflexões presentes aqui colocam em diálogo

¹Mestre e doutorando em Educação, integrante do grupo TEIA/UFMG (Territórios, Educação Integral e Cidadania), professor de educação básica/Geografia.

² Doutora em Educação, professora do departamento de administração escolar da FaE/UFMG, coordenadora do grupo TEIA/UFMG (Territórios, Educação Integral e Cidadania).



os estudos de gênero com os estudos decoloniais e abordagens das "Epistemologias do Sul," campos teóricos não dissonantes, elegidos para a construção da pesquisa de doutorado que esse texto se origina.

Como resultado de sua inserção na política de Belo Horizonte, o coletivo atualmente tem representações na câmara municipal a partir da vereança de duas mulheres eleitas pelo movimento, em 2016. Nesse sentido, discutimos os modos de ler, mapear e viver a cidade, a partir da perspectiva dos sujeitos pertencentes a esses grupos sociais, identificando e refletindo sobre as configurações políticas emergentes nas interações das "Muitxs" pela metrópole.

Essas discussões se constroem relacionadas à perspectiva etnográfica e nos dão margem para discutirmos a construção de uma cidade mais plural, mais democrática e que possibilite a vivência da cidadania para todos, dimensões sociais perpassadas pelo reconhecimento e pela legitimação dos modos de vida e dos saberes desses sujeitos produzidos como inexistentes.

No diálogo com as proposições decoloniais e das Epistemologias do Sul, discutimos como as grandes cidades contemporâneas como Belo Horizonte se estruturam colonialmente, tendo como paradigma as linhas abissais (Santos, 2009) de reprodução da sociedade, bem como aspectos da colonialidade do poder (Quijano, 1985).

Essa associação existe na medida em que as políticas públicas urbanas pouco atingem os sujeitos invisibilizados e quando os enxergam, tentam fazer com que mudem de lado da linha, se modelando à lógica colonial que ainda se verifica na reprodução social do espaço urbano. Nesse diálogo, a dimensão do **gênero** emerge como dimensão importante que altera a circulação e o pertencimento das pessoas na cidade e se coloca como elemento que também contribui para a concepção da cidadania, do que é ser cidadão.

Em interação com as Muitxs pela cidade, percebemos que a experiência urbana na metrópole é alterada fortemente em função do gênero. Espaços de circulação públicos rechaçam corpos femininos, rechaçam mulheres, *cis* e *trans* e determinam lugares sociais no acontecer da urbes. Soma-se a isso outros resultados cruéis da subalternização da mulher e do feminino na cidade, uma vez que são crescentes os casos de estupros, feminicídios, *LGBTfobia*, dentre outros crimes determinados por questões de gênero.

Por fim, refletimos, no tocante à dimensão de gênero como essa interseção entre "minorias" e metrópole podem politizar as inserções dos sujeitos no urbano interpelando a cidade ao criar experiências e olhares diversos e diferentes sobre esse território.

2. CORPOS E SUBVERSÕES POLÍTICAS NAS MUITXS DE BELO HORIZONTE



O "Muitxs - cidade que queremos", é um grupo nascido em Belo Horizonte em 2015 composto por sujeitos oriundos de coletivos urbanos diversos da cidade, bem como ativistas sociais, agentes culturais e artistas. O movimento agrega sujeitos de ações coletivas que reivindicam pautas sociais emergentes nos últimos anos e que envolvem a mudança de concepção política da cidade, trazendo como elementos centrais as questões de raça, gênero, acesso à cultura, moradia e mobilidade urbana. Nesse sentido, negras/negros, LGBTs, mulheres, pessoas das camadas populares, ao se articularem no Muitxs buscam a valorização de todos os sujeitos que da cidade fazem parte, de suas vivências e práticas sociais, agindo na busca de uma cidade 'Outra', mais diversa, mais humana e que respeite as diferenças. E além disso, que consiga fazer de encontros cotidianos atos políticos potentes para o público no qual o Muitxs centraliza suas ações.

É importante contextualizar o Muitxs em um fenômeno verificado em Belo Horizonte e estudado em pesquisas recentes que é o advento de grupos de contestação social que constroem novas configurações políticas, novos modos de fazer política que muitas vezes são deslegitimados, mas na perspectiva dos sujeitos que protagonizam essas ações e vivências podem ser potentes. Oliveira (2012), ao analisar o fenômeno 'Praia da Estação' de Belo Horizonte, identifica o diálogo entre grupos urbanos diversos, na maioria das vezes protagonizados por jovens, que engendram novas características aos movimentos sociais urbanos como, por exemplo, carnavalização do protesto e organização em rede. Outra constatação importante dessa pesquisa foi a potência do movimento ao evidenciar à cidade a problemática urbana e do poder municipal. O autor ainda considerou o fenômeno *Praia da Estação* de Belo Horizonte como uma "antena parabólica ativista".

A "antena parabólica" praieira se constituiu, em nosso entendimento, como canal de comunicação de novas necessidades urbanas de uma parcela da juventude ativista de Belo Horizonte, cidade conjugada à solidariedade com outros movimentos urbanos que traziam antigas necessidades. Os desejos de qualidade de vida na cidade, do livre usufruto dos espaços públicos, da mobilidade urbana digna e adequada, do livre fruir cultural na cidade (tanto da produção, quanto da recepção da cultura), o desejo de uma cidade ambientalmente saudável em todas as dimensões, da produção de uma cidade em que caibam todos e todas e que permita a existência de um viver digno, a luta contra a cidade-empresa, cidade-mercadoria, cidade do controle, a denúncia das injustiças, a denúncia do impacto dos mega-eventos — como a Copa do Mundo na vida cotidiana das pessoas. Enfim, o direito amplo à cidade (OLIVEIRA, 2012, p. 196).



Essa antena parabólica praieira, foi responsável, além de colocar diversos coletivos urbanos de Belo Horizonte em diálogo, por evidenciar as pautas que esses 'Outros' sujeitos demarcam para a construção da cidade. Percebeu-se também a emergência de novos coletivos urbanos, o retorno do carnaval de rua de Belo Horizonte, pautado na discussão da ocupação dos espaços públicos e também fez por emergir um movimento contra o poder municipal, chamado "Fora Lacerda".

É nesse contexto de intensa movimentação e emergências de grupos de contestação social que há o advento do Muitxs em 2015. A partir de maio desse ano, um grupo de pessoas ligadas a coletivos sociais e culturais diversos começaram a marcar encontros periódicos em espaços públicos da cidade, esses encontros eram sempre divulgados pela internet, nas redes sociais e conclamava toda população de Belo Horizonte a pensar as pautas para a cidade. Ao longo dos encontros, as discussões levaram à decisão de lançar candidaturas a vereadores para as eleições municipais de 2016, visando a representatividade das pessoas historicamente marginalizadas na construção política da metrópole Belo Horizonte, as minorias, no que tange ao acesso aos espaços de poder.

A ideia foi lançar uma candidatura coletiva, que tivesse candidatas³ que representassem as pautas da cidade, do ponto de vista dos coletivos populares. Nesse sentido, foram lançadas 12 candidaturas pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). O fato de se propor uma candidatura coletiva, pelo movimento, onde um apoia o outro integrante foi motivo de efervescência pela cidade e marca assim a emergência de uma nova forma de se fazer política, mesmo que pela velha via partidária, que em tempos contemporâneos tem dado sinal de falência. Nesse ínterim, podemos considerar que o Muitxs é um movimento inédito em Belo Horizonte e representa uma forma coletiva, em rede de levar representatividade das minorias à câmara municipal.

No processo de constituição do movimento, nos encontros abertos realizados em espaços públicos, foram discutidas questões tensas que vão desde a necessidade do movimento fazer uma política que vá além da estrutura partidária, até a valorização das culturas urbanas presentes em nossa cidade, bem como o reconhecimento de todos como cidadãos, buscando pluralidade na representatividade. Negros, brancos, indígenas, mulheres (trans e cis), homens (trans e cis), homossexuais, bissexuais, moradores das ocupações urbanas e territórios marcados por pobreza. A questão de gênero, nesse ínterim, desde as primeiras discussões do grupo, foi algo central e perpassou todas as escolhas do movimento durante a campanha eleitoral.

³ O termo candidatas será utilizado sempre no feminino quando se tratar do coletivo Muitxs. Reitera-se que é uma escolha do grupo em afirmação e valorização do gênero feminino.



Com forte apego à questão de gênero, campanha eleitoral, realizada em 2016, se distanciou do que é costumeiramente verificado nas disputas eleitorais. Mantendo o caráter coletivo, uma candidata pedia voto para a outra, afirmando as pautas do movimento e corroborando sempre a necessidade de reconhecimento dos sujeitos e coletivos marginalizados. O resultado das eleições trouxe muitos desafios e colocaram o MUITXS em um novo espaço de diálogo, uma vez que duas candidatas foram eleitas, Áurea Carolina, mulher e negra, foi a mais votada da cidade, com 17.420 votos e Cida Falabella com 3.454 votos. Ainda vale ressaltar que Bella Gonçalves, mulher, lésbica, ativista das ocupações urbanas e Crystal, mulher trans, negra e periférica foram respectivamente as terceira e quarta mais votadas, sendo assim suplentes das vereadoras eleitas.

Vejamos um trecho de uma chamada do movimento à época da campanha eleitoral, disponível em: <http://www.muitxs.org/explosao-programatica-feminismos-poetica-democratica-radical-e-lutas-da-cidade/>, o título da publicação na internet é FEMINISMOS, POÉTICA DEMOCRÁTICA RADICAL E LUTAS DA CIDADE.

As feridas estão sangrando. Elas falam de sofrimento, mas a injustiça impulsiona a luta. Contra existências negadas, exigem reconhecimento. As palavras cortam a tarde de sábado, envolvem corpos brutalizados, calam fundo na alma. Não há conforto no gramado do Parque Municipal. São mulheres negras, trans, lésbicas, jovens, idosas, pobres, sobreviventes, lutadoras. Suas vozes politizadas reivindicam feminismos críticos, que compreendam a interseccionalidade de gênero, raça, orientação sexual e origem social. Para enfrentar o machismo, o racismo, a transfobia e todas as formas de violência, é urgente desconstruir privilégios masculinos, da branquitude, da heteronormatividade, de classe. Belo Horizonte precisa de serviços qualificados de atendimento às mulheres em situação de violência, de políticas de inclusão das mulheres trans no mundo do trabalho, de mobilidade urbana com perspectiva de gênero, de mais mulheres nos espaços de poder. Por amor à vida, elas cantam, poetizam, trançam cabelos crespos, encenam, doam beleza para o mundo. São rainhas que ensinam sobre a radicalidade de uma política realmente emancipatória: Cristal Lopez, Élide Lima, Sarah Brito, Gisella Lima, Nathalia Duarte, Zaika dos Santos, Júlia Moysés, Sarah Guedes, Nina Caetano e tantas outras que fizeram daquela tarde uma oportunidade preciosa de aprendizado e empoderamento feminista.



Uma cidade que se realiza buscando a cidadania de todos os sujeitos que dela fazem parte, deve respeitar os diferentes corpos que transitam, se encontram, criam seus pedaços pelo território urbano. Mas não é isso que se verifica no cotidiano da metrópole. A mulher é acusada de seu próprio estupro, a travesti morre assassinada nas ruas da cidade pela transfobia, a troca de carinho entre duas mulheres é falta de *rola* bem dada, a *bicha* pobre e afeminada é *bicha pão com ovo* e se confinam em guetos que compõem o mosaico humano e social que é a cidade.

Nesse sentido, considerando a expressão de Judith Burtle (2002) algumas ações do Muitxs podem ser consideradas **subversivas** na medida em que criaram espaços de potência de enfrentamento das imposições que o machismo confere à cidade. Inúmeras vezes em diálogo e encontro com as Muitxs pela cidade faz-se presente performances feministas tanto de mulheres cis, quanto de mulheres trans, essas impactavam mais quem passava, observa, mas demarcavam que aqueles sujeitos ali estão, e a cidade deve reconhecer seus modos de vida.

Vejamos o trecho de uma entrevista com Cristal Lopez, candidata do Muitxs e a quarta colocada nas eleições, hoje assessora parlamentar da vereadora Áurea Carolina. Na entrevista ela relata como a participação no Muitxs conferiu visibilidade à causa trans de Belo Horizonte.

As pessoas passaram a me respeitar mais, me ver como mulher, trans e negra com respeito. Referência é muito bom. Na minha transição não tive referência de mulher trans, me fiz sozinha. Hoje, sou uma referência para estas gerações...

Fonte: <https://blogdoarcanjo.blogosfera.uol.com.br/2016/05/30/conheca-cristal-lopez-a-diva-da-cultura-em-belo-horizonte/>

Nesse sentido, ao associarmos a perspectiva política da cidade e as ações do Muitxs aos estudos de gênero, podemos entender que essa categoria como eixo das ações políticas do grupo sinaliza para a reconstrução da cidade à partir da valorização e do respeito aos corpos femininos, à mulher, à travesti, à *sapatão*, à *bicha*. Ou seja, às diversas identidades que compõe o mosaico metropolitano. Conversando ainda com Judith Burtle (2002) essas subversividades questionam e interrogam os processos de exclusão social que se dão pelas estruturas de poder e ao mesmo tempo, têm a potência de estabelecer outras miradas e vivências pela cidade. Aquelas exclusões que invisibilizam indivíduos que não seguem a ordem hegemônica.



3. A QUESTÃO DE GÊNERO EM ARTICULAÇÃO COM AS EPISTEMOLOGIAS DO SUL E OS ESTUDOS DECOLONIAIS

A dinâmica do Muitxs e o fortalecimento das discussões referentes a gênero que emergem a partir do advento do grupo na cidade nos permite ler essa dinâmica a partir do conceito de Colonialidade do Poder de Aníbal Quijano e de reflexões das Epistemologias do Sul, elaborada por Boaventura de Souza Santos. Isso pois, podemos afirmar que as estruturas fixas, bem como as relações humanas e sociais impostas no território da metrópole são coloniais. Nesse sentido, conferem a noção de cidadania a quem segue um padrão que é imposto.

Aníbal Quijano, autor decolonial, em 1989 elaborou o termo *colonialidade* a fim de denunciar que a dominação existente nos sistemas coloniais ainda perdura mesmo após o fim das colônias. Mais além, a elaboração desse conceito nos permite analisar, na contemporaneidade, processos de subalternização/marginalização que não foram superados pelo fim do colonialismo, eles persistem e são tangenciados, por três eixos estruturantes: raça, gênero e trabalho. É a partir desses eixos que se materializam as relações de exploração/dominação/conflito. Nesse sentido, "a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista" (QUIJANO, 2010, p.85).

Não obstante, essa colonialidade proposta por Quijano, não atinge apenas a dimensão do poder, mas também do saber e do ser. Isto é, o padrão de poder/saber/ser imposto pela lógica capitalista, européia, 'nortecentrada', legitima lógicas de vida e organização social e invisibiliza outras, muitas delas por questões de gênero. A colonialidade gera processos de classificação social que legitima sujeitos e ideologias em detrimento de outras, propositalmente deslegitimadas na organização do mundo global. Nesse sentido,

no capitalismo mundial, são a questão do trabalho, da "raça", e do "gênero", as três instâncias centrais a respeito das quais se ordenam as relações de exploração/dominação/conflito. Portanto, os processos de classificação social consistirão, necessariamente, em processos onde essas três classificações estarão presentes (QUIJANO, 2010, p. 114).

Nesse sentido, Miguel Arroyo (2012) versa sobre os movimentos sociais e seus sujeitos trazendo à tona a questão da colonialidade. O autor assume que os confrontos entre culturas e identidades, bem como dos modos de pensar, inerentes na formação de nossas sociedades que são permeadas de tensões na diversidade de fronteiras. Tensões



essas que continuam transpassadas pelo padrão dominante de poder/saber/ser que classifica culturas e racionalidades. Arroyo afirma também que esse processo está,

associado ainda há um padrão cognitivo e pedagógico que tem operado como padrões de classificação social, étnica, racial, de gênero, de hierarquizações e bipolaridades cognitivas dos coletivos humanos: coletivos primitivos, irracionais, incultos, selvagens, ignorantes, segregados, do poder versus coletivos racionais, cultos, civilizados, detentores do poder/saber (ARROYO, 2012, p.38).

Trazendo Boaventura de Souza Santos, para esse diálogo, podemos perceber críticas que se aproximam das considerações de Quijano, porém à partir de conceitos diferenciados. Ao discorrer sobre a sociedade moderna ocidental, Santos (2010) afirma que há um pensamento abissal que se caracteriza por distinguir os visíveis e os invisíveis. Essa divisão, segundo o autor, é produzida por linhas radicais (as linhas abissais) que separam a realidade social em dois lados distintos.

A divisão é tal que o 'outro lado da linha' desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceita de inclusão considera como sendo o Outro. A característica principal do pensamento abissal é a possibilidade de copresença no dois lados da linha. Este lado da linha só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante. Para além dela, há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética (SANTOS, 2010, p. 32).

Para exemplificar as formas de materialização do pensamento abissal, o autor afirma que o conhecimento e o direito moderno representam os campos mais ferozes de manifestação desse tipo de pensamento. No campo do conhecimento o pensamento abissal se expressa na legitimidade da ciência em monopolizar o que é verdadeiro e falso, o que faz por deslegitimar os saberes que não se produzem em espaços legitimados pela ciência. Já no campo do direito, a distinção entre o que é legal e ilegal é dominada pelo direito oficial do Estado ou com o direito internacional (SANTOS, 2010).

Ao estabelecer um diálogo entre as colocações de Boaventura de Souza Santos e as dinâmicas do Muitxs e ao considerarmos os sujeitos a partir da dimensão de gênero, podemos pensá-los como 'Outros', Arroyo (2012) o que corrobora a ideia de que esses



sujeitos são produzidos como inexistentes tornando-os marginalizados perante às lógicas de dominação desenvolvidas pelo pensamento abissal.

Quando se pensam os outros como marginais, excluídos, desiguais, inconscientes, se reconhece sua existência, é possível a copresença do Nós e do Outro. No pensamento abissal, o lado de cá esgota a realidade relevante, existente. O Nós esgota a existência [...] Logo os Outros, ao não existirem, não são passíveis de serem incluídos, nem reguláveis, nem emancipáveis, nem capazes de estar copresentes nos mesmos espaços e nas mesmas pedagogias (ARROYO, 2012, p. 50)

Podemos fazer algumas conexões desses pressupostos com o movimento 'Muitxs - cidade que queremos', nosso interlocutor de pesquisa. Isso porque é um movimento formado por sujeitos produzidos como inexistentes pelas linhas abissais que regulam a sociedade. Seu surgimento se deu a partir do encontro de sujeitos subalternizados na cidade em busca de representatividade nos espaços de poder, em busca de se tornar existentes na cidade. Assim, esses sujeitos ainda se mostram afirmadamente presentes na cena social, enquanto sua inexistência é decretada pelo pensamento colonial, "mostram-se existentes, copresentes, provocando a reação" (ARROYO, 2012).

4. CAMINHOS A CONSTRUIR NAS FISSURAS DA METRÓPOLE

Ao lançar um *olhar de perto e de dentro sobre* a cidade Magnani (2004), em articulação com o movimento Muitxs de Belo Horizonte, percebemos que a dimensão do gênero trazida nas diversas performances urbanas que seus sujeitos trazem no fazer político cotidiano têm causado novas fissuras no mosaico urbano. Isso, pois traz à cena pública e em espaços de poder corpos políticos que a estrutura colonial da cidade invisibiliza, subalterniza, excluindo sujeitos da vida urbana.

Arroyo (2012) chama a atenção para a centralidade dada às ações desses coletivos nesses espaços de legitimação do conhecimento, das formas de organização da vida, de poder. A chegada desses sujeitos nos lugares "onde se validam as formas de pensá-lo pode ser um indicador de que aí pretendem marcar sua presença contestadora das formas de pensá-los (p.58).

O Muitxs como coletivo formado para defender as pautas dos sujeitos subalternizados e que nasceu numa Belo Horizonte eferescente em relação às pautas sociais, se coloca como um profícuo campo de investigação para entendermos como a dimensão do gênero pode fissurar as relações urbanas hegemônicas.



Essas questões ainda nos permitem entender o Muitxs como um território fronteiriço. A escolha desse conceito para lermos os movimentos e interações dos sujeitos subalternos, parte do pressuposto que a cidade é constituída por diversas fronteiras, que não dizem só dos limites físicos do território, mas põem em diálogo as vivências e os saberes que se produzem em cada território, podendo ser esse também simbólico.

Como território fronteiriço, o Muitxs carrega consigo as fronteiras, essas subjetivamente se colocam como espaços de abertura para o mundo exterior, o *front* (HISSA, 2006). Assim, as fronteiras são capazes de interrogar os limites e até mesmo apagá-los, fazendo com que se transformem em territórios de contato, as fronteiras são móveis. Em nosso caso, a fronteira se dá no contato das dimensões existentes entre os diversos territórios com os quais o Muitxs dialoga em suas subversividades urbanas Assim:

Fronteiras e limites, em princípio, fornecem imagens conceituais equivalentes. Entretanto, aproximações e distanciamentos podem ser percebidos entre fronteiras e limites. Focaliza-se o limite: ele parece consistir de uma linha abstrata, fina o suficiente para ser incorporada pela fronteira. A fronteira, por sua vez, parece ser feita de um espaço abstrato, areal, por onde passa o limite. O marco de fronteira, reivindicando o caráter de símbolo visual do limite, define por onde passa a linha imaginária que divide territórios. Fronteiras e limites ainda parecem dar-se as costas. A fronteira coloca-se à frente (*front*), como se ousasse representar o começo de tudo onde exatamente parece terminar; o limite, de outra parte, parece significar o fim do que estabelece a coesão do território. O limite visto do território está *voltado para dentro*, enquanto a fronteira, imaginada do mesmo lugar, *está voltada para fora* como se pretendesse a expansão daquilo que lhe deu origem. O limite estimula a idéia sobre a distância e a separação, enquanto a fronteira movimenta a reflexão sobre o contato e a integração. (HISSA, 2006, p. 34).

Assim, coletivos como o 'Muitxs - cidade que queremos', potencializa dimensões importantes para a modificação social da cidade como gênero e raça, por exemplo. Isso, através da emersão de novas articulações políticas que no território urbano faz por insurgir saberes e práticas sociais inauditas e não validadas pela *urbis*. Amplia o presente ao incorporar sujeitos subalternizados ao desconstruir o futuro desejado pelos planejamentos urbanos, e, assim, o contrai ao fazer presente e visível novas demandas de ampliação das esferas de participação no mundo público.

O jogo entre visível e invisível, entre centro e periferia, entre feminilidades e masculinidades, entre o dentro e o fora, entre o preto e o branco, são inscritos nas



paisagens ao fazer com que outros corpos anunciem sua presença e tomem a palavra, subvertam!

E o 'Muitxs - cidade que queremos' faz barulho, aponta novas inflexões nas regras com que se joga, perturba assim, as relações urbanas com corpos políticos em trânsito.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**. Sobre los límites materiales y discursivos del «sexo». Buenos Aires: Paidós. 2002 [1993].

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras**: inserções da geografia na crise da modernidade. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. Fronteiras entre ciência e saberes locais: arquiteturas do pensamento utópico. In: **IX Colóquio Internacional de Geocrítica: los problemas Del mundo actual**. Soluciones y alternativas desde la geografía y las ciencias sociales. Porto Alegre, 28 de mayo - 1 de junio de 2007. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no Pedaco**: cultura popular e lazer na cidade. 2. ed. São Paulo, Editora Hucitec, 1998.

OLIVEIRA, Igor Thiago Moreira. **Uma "Praia" nas Alterosas, uma "antena parabólica" ativista**: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: **Epistemologias do Sul**. São Paulo. Cortez, 2009, p. 84-130.

SANTOS, Boaventura de. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de; Meneses, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo. Cortez, 2009, p.31-83.

SANTOS, Boaventura de. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo. Boitempo, 2010.



GT 07 - CIDADES E TRANSFORMAÇÕES DO URBANO NA AMÉRICA LATINA

ENTRE OS “MUROS” DA BAIXADA DO AMBROSIO: O BAIRRO, A VIOLÊNCIA E O CRIME, DISCUSSÕES SOBRE A VIOLÊNCIA URBANA

José Luis dos Santos Leal (UNIFAP)¹
Jose.luis@mda.gov.br

RESUMO

Este trabalho é fruto de reflexões iniciadas na pesquisa “Representações da Criminalidade Urbana: Medo e Insegurança Social no Estado do Amapá”, realizada pelo GEPVIC (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Violências e Criminalizações). Parte dessas incursões são resultados também do trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá. O presente trabalho pretende apresentar análises e reflexões feitas a partir das noções de medo e insegurança nas cidades modernas sob a luz de Zygmunt Bauman; e as formas de segregação espacial e discriminação frutos da violência e do medo discutidas por Tereza Caldeira. Neste trabalho, abordaremos as análises de Bauman e Caldeira tendo como plano de compreensão os principais sujeitos que participam da ocupação desordenada e da formação histórica do bairro “Baixada do Ambrósio/AP”. Nesta pesquisa, cabe a importância de discutir os conflitos vivenciados pela comunidade, bem como, discutir de que forma os grupos de indivíduos que se formam na comunidade convivem com as representações da violência e da criminalidade urbana. A perspectiva de Bauman parte da metáfora da *modernidade líquida* e como se dá esse processo de “dissolução dos sólidos” para a constituição de uma nova ordem social marcada pelo afrouxamento dos laços humanos e a gradual decomposição da solidariedade. Essa decomposição impede a construção ou manutenção da *comunidade* enquanto lugar seguro de inteira confiança entre seus membros. Neste contexto, as incursões etnográficas referentes ao bairro serão analisadas visando estabelecer as tramas das relações que são constituídas em um ambiente de conflito.

Palavras-chave: Violência, Medo, Segregação Espacial.

1. INTRODUÇÃO

Frutos de uma ocupação desordenada, a Baixada do Ambrósio constituiu-se sobre os alicerces do comércio informal, das dinâmicas ilícitas e das casas de prostituição. As principais vias de acesso são pelos canais às margens do rio Amazonas e principalmente pelas ruas Beira Mar, Rio Jari, Avenida Shalon e rua Jesus de Nazaré. Essas ruas aglutinam uma grande quantidade de

¹Servidor da Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário, estudante do curso de Licenciatura em Filosofia e Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá. Membro do Núcleo de Estudos sobre Violência Urbana/UNIFAP.



estabelecimentos como: “casa de show”, “casa de stripers”, bares, hotéis, pousadas, botecos e em geral funcionam o dia e a noite toda, resquícios de uma rede de serviços voltada para atender os trabalhadores da antiga ICOMI (Cf. FILHO et al, 2009).

A empresa construiu um cais flutuante, hoje localizado no bairro da Área Portuária. A influência deste cais incentivava o comércio e a indústria de pequeno porte, estimulando a chegada de trabalhadores oriundos de diversas ilhas do Pará, do interior do Amapá e nordestinos vindos principalmente do Maranhão (Cf. SILVA, 2006, p.47).

A dinâmica do cais possibilitou a insurgência de diversos ramos do comércio e de serviços. Essa dinâmica alterou extremamente o fluxo populacional, econômico e social do lugar, provocando impactos na paisagem primitiva principalmente na área de várzea, que é hoje conhecida como Baixada do Ambrósio, dada as circunstâncias que neste local, viajantes, ribeirinhos, migrantes alojam-se em pequenos barracos e palafitas.

O trânsito de trabalhadores e comerciantes possibilitou a criação de vilas e ampliou o cenário urbano do município. Ribeirinhos e migrantes se instalaram nas mediações da área portuária na expectativa de emprego e melhores condições de vida (Cf. FARIAS; FLEXA, 2008).

Neste trabalho abordarei as tramas das relações que se estabeleceram durante o processo histórico de ocupação da comunidade, procurando articulares os diversos sujeitos que constituem as relações da violência urbana. Desta forma, as análises de Zygmunt Bauman e Tereza Caldeira com relação ao medo e a insegurança moderna dentro dos espaços urbanos principalmente no que toca à criminalidade são minhas principais categorias de análises.

A perspectiva de Bauman parte da metáfora da *modernidade líquida* e como se dá o processo de “dissolução dos sólidos²” para a constituição de uma nova ordem social marcada pelo afrouxamento dos laços humanos e a gradual decomposição da solidariedade. Essas características, então, podem ser percebidas de maneira mais clara nas grandes cidades, como muito bem descreve Caldeira (2000), segundo ela, as cidades passam a ser lugares de segregação ao invés de promover o encontro. A dinâmica desse processo é permeada pelo medo do outro,

²Cf. BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.



do desconhecido, do estrangeiro, e, de maneira mais abrangente das “classes perigosas”.

2. A BAIXADA DO AMBRÓSIO: UMA COMUNIDADE INVISÍVEL

Construída sobre um alagado de área de várzea, tendo majoritariamente, uma população socioeconomicamente vulnerável do município, as casas são palafitas suspensas em área de ressaca, distribuídas de forma aleatória compondo um cenário dividido entre casas, estabelecimentos comerciais, igrejas, associações e estabelecimentos compostos (casa/comércio), na maioria apresentam estrutura de madeira. Possuindo como única via de acesso pontes deterioradas.

Esse cenário de casas aglutinadas umas nas outras alimentam conflitos que surgem a todo o momento, conflitos que são gerados e ampliados por diversos motivos, que vai desde o som muito alto a sujeira produzida pelo vizinho ao lado.

Essa decomposição a partir destes conflitos impedem a construção ou manutenção da *comunidade* enquanto lugar seguro de inteira confiança entre seus membros. Isto, por suas vez, contribui para a difusão do medo e da insegurança na sociedade ocasionados pela sensação constante da existência de perigos que não podemos calcular e muito menos evitar.

Essa sensação de insegurança e de medo líquido produz sobre a sociedade padrões e necessidades, relacionadas à violência criminal do bairro que parece cada vez mais preencher o imaginário social dos moradores.

A extrema individualidade, característica intrínseca da modernidade, tem origem no “desejo moderno” de se libertar das obrigações morais e éticas que não permitiriam a emergência da verdadeira racionalidade capitalista pautada no dinheiro.

Marcada como muitas das áreas “invisíveis” de nosso país, a Baixada do Ambrósio, do ponto de vista de políticas públicas, é extremamente esquecida pelo Estado, principalmente na condição da infraestrutura e nos serviços públicos básicos do bairro.

Segundo o censo de 2010 realizado pelo IBGE, são 953 domicílios particulares ocupados em área de ressaca para uma população de aproximadamente 4555 pessoas, uma média de 4,8 moradores por casa.



Por outro lado, o desamparo do poder público facilitou a instalação de redes do tráfico de drogas, e principalmente a dinâmica dos confrontos de gangues, que já existe no bairro desde as primeiras gerações dos anos de 1990.

Durante as entrevistas realizadas no bairro, constatei que os moradores são percebidos como sujeitos imersos em um permanente sentimento de medo ambíguo: primeiro, seja por conta da criminalidade instaurada no local a partir dos furtos, roubos e assassinatos; segundo, seja por conta da grande sensação de medo que a abordagem policial representa para os moradores.

Para Bauman (2008), a violência urbana produz na sociedade um sentimento de insegurança e medo, onde as estruturas sólidas são preenchidas pela rápida fluidez da modernidade líquida. A insegurança sentida cria uma segregação racional, em que o lugar público é esvaziado e o lugar privado é preenchido.

Em Caldeira, a construção dos estereótipos ligados às “classes perigosas” é fruto de uma visão categorizante que se dá em diversos níveis e em todos os grupos sociais. Tal fenômeno tem estreita relação com os sentimentos de medo e insegurança e se refletem na construção de verdadeiras fortalezas urbanas ou em pequenas atitudes do dia-a-dia revelando o que para Bauman é uma “paranóia” moderna.

O resultado de tudo isto é a convivência diária com a incerteza, o vazio, o medo, a segregação social, a morte da política, e o esvaziamento de categorias e instituições como a família, a classe, o bairro e a emergência do individualismo competitivo.

3. VIOLÊNCIAS: UMA “MARCA” PRESENTE

A conceituação da violência enquanto fenômeno está situado no fato de ser um fenômeno da ordem do cotidiano, cujas manifestações estão assentadas em uma carga emocional muito forte para quem sofre, comete ou para quem presencia (Cf. MINAYO, 2006, p.14). Sensações estas que estão tão fortemente presentes no tecido social da Baixada do Ambrósio.

Na produção espacial da Baixada do Ambrósio podemos destacar como “atos de violência”, os atos que são “visíveis” à dinâmica dos indivíduos como, por exemplo: furtos, roubos, assaltos, agressões, assassinatos, rede de tráfico de drogas e confronto de gangues.



Para o “estado de violência” destaca-se a sensação da violência, a acumulação social da violência mais especificamente a imagem de uma comunidade tomada pelos atos de violência, a sensação do medo difuso, a idealização de estar inserido em um campo minado.

Dentro da dinâmica do bairro é preciso primeiramente distinguir a violência partir de duas concepções:

a) *violência física*, aquela que atinge diretamente a estrutura corporal e pode ser manifestada nos homicídios, nas agressões e nas violações a o patrimônio;

b) *violência moral e simbólica*, aquela que exerce a dominação cultural, ofendendo a dignidade e desrespeitando o direito do outro. Esta última vem sendo diretamente representada principalmente pela suspeição policial, que nas abordagens agride de forma moral e simbólica os moradores.

Por outro lado, as ações dos *catraieiros* representam um dos elementos que segundo Machado da Silva (2004), compõem o que ele chama de “sociabilidade violenta”, ou seja, elementos que surgem e se desenvolvem nos dias atuais, baseando-se especificamente em recursos da violência, “uma nova sociabilidade marcada por suas próprias táticas, por suas próprias informações e próprias linguagens específicas a um novo modo de vida” (MACHADO DA SILVA, 2004, p.55).

Seguindo o raciocínio do autor, as ações violentas não são mais um conjunto de comportamentos isolados, mas sim uma representação da estrutura social do bairro.

Nos anos 1990, iniciou na Baixada do Ambrósio um fenômeno que foi muito recorrente a todo município de Santana/AP, a consolidação dos confrontos de gangues. Nesse período, duas gangues eram protagonistas dentro do bairro: a *American Breack* e a *RB* (Ratos da Baixada).

A “*American Breack*”³, que lutava contra as investidas da R. B. pelo espaço geográfico de dominação interna do bairro. Os limites se estendiam em toda parte baixa seguindo até o término das pontes de madeiras que dão acesso às ruas asfaltadas. A “*RB*”⁴ que tinha como espaço geográfico de dominação a parte externa

³O nome *American Breack* faz referência ao grande sucesso do filme exibido nos anos 1990, que tinha como temática a disputa de grupos de Breack nos Estados Unidos.

⁴A *RB*, ou os Ratos da Baixada, foi inspirado no nome, Ratos do Porão uma banda brasileira dos anos 1980 de tinha como estilo musical o hardcore punk/crossover.



do bairro, suas ações concentravam-se em toda a área alta, nas ruas asfaltadas e principalmente na Rua Jari.

O que começou como grupo rival de dança ao longo dos anos passou a se tornar grupos que se confrontavam para estabelecer o domínio local. Esses grupos produziam entre eles inúmeros atos violentos que ultrapassavam as fronteiras do Ambrósio. Esses grupos ficaram marcados no imaginário social da comunidade.

Assim, indivíduos e lugares são marcados pela profunda acumulação social da violência, fortalecendo jargões como “bandido bom é bandido morto”. Esse fenômeno é em verdade, “a construção de um fantasma consistente, que espreita o cotidiano público e privado e o equaciona com outros signos, como a miséria, a desigualdade econômico-social” (MISSE, 1999, p.15).

Conforme Misse (1999), misturam-se na representação social diferentes signos da violência: “aumento de furtos e assaltos, aumento das mortes por atropelamentos, agressividade no trânsito e nos encontros cotidianos, confrontos nas ruas, entre policiais e bandidos, aparecimento de esquadrões da morte” (MISSE, 1999, p.22).

Enfim, signos multifacetados, “um fantasma avolumado”, uma sensação de desordem e caos urbano, somado a isso uma polícia ineficiente.

Segundo a imprensa escrita do município de Santana/AP a pobreza e a criminalidade da região do Ambrósio são percebidas, pelos demais bairros da cidade, como responsáveis pela produção da “marginalidade”, uma comunidade que deve ser colocada sempre em vigilância, principalmente após a constituição da grande rede do tráfico de drogas no bairro (Cf. ANDRADE, 2014, p.10).

Para Zigmunt Bauman (2005), o “excesso de gente” não integrada que é temporariamente excluída, sem qualquer tipo de atividade funcional dentro do sistema capitalista, está mais propenso a ser rotulada de “classes perigosas” (Cf. BAUMAN, 2005), que neste caso é facilmente imputada aos moradores da Baixada do Ambrósio, haja vista que o bairro é constituído de uma grande população de moradores de baixa renda.

Segundo Magalhães (2009, p.31) é fato que os meios de comunicação passaram a fazer parte da representação do cotidiano da sociedade, desempenhando um papel relevante na construção do mundo social, pois criam e



reproduzem representações sociais da realidade. No entanto, tal contribuição gerou diversos fenômenos, entre eles a espetacularização da violência urbana.

No caso da mídia local não é diferente, as reportagens policiais, somada ao grande número de ocorrências registradas pela polícia militar, contribuem para a afirmação de que a Baixada do Ambrósio é um dos bairros mais violentos do município de Santana/AP.

Por outro lado, a cidade que foi um espaço pensado primeiramente para proteger os seus habitantes, é associada cada vez mais ao perigo, como pontua Bauman, aumentando o investimento em segurança particular, vigilância de locais públicos e descrédito da segurança pública juntamente com a redução do controle estatal, na “Baixada” não é diferente, mesmo sem recursos os moradores investem como podem para proteger suas casas.

A busca por essa segurança levou cada vez mais a sociedade a produzir fronteiras tanto materiais quanto imaginárias. A solidariedade, essência da comunidade, deu lugar ao individualismo, desconfiança e falta de diálogo. As cidades espaços privilegiados para o encontro entre os diferentes, se tornou espaço para a segregação.

Sendo assim, como afirma Caldeira, “a violência e o medo combinam-se a processos de mudanças sociais nas cidades contemporâneas, gerando novas formas de segregação espacial e discriminação social” (CALDEIRA, 2000, p.9).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Bauman, o medo na sociedade moderna: “(...) é o nome que damos a nossa *incerteza*: *ignorância* da ameaça e do que deve ser *feito* – do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrenta-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance” (BAUMAN, 2008, p.8).

Para o autor, nas trevas está a incerteza, a “modernidade” seria então, a possibilidade de acabar com o medo na medida em que as luzes da razão iluminista iriam dissipar as trevas da ignorância, mas esta foi uma promessa que não se cumpriu.

A ideia de que na Baixada do Ambrósio “só dá marginal” veio se acumulando ao longo do tempo desde o advento das gangues. Somado a isso outras imagens



circulam no terreno fértil do bairro, como por exemplo, o “bairro dos perigosos”, o “bairro dos ladrões”, o “bairro dos traficantes” e o “bairro das prostitutas”.

A acumulação social da violência não alimenta apenas a atividade policial, mas alimenta também as classificações de indivíduos nas predefinições de quem é, ou não um bandido.

Os fenômenos do medo, da insegurança, da criminalidade, da falta de solidariedade, da segregação espacial e da discriminação. Há um processo crescente de dissolução dos laços que antes ligavam os homens voluntariamente e diretamente sem a presença de nenhum mediador.

Nas cidades existem os bairros considerados perigosos, muitas vezes por conta da difusão do medo “produzido”, em grande parte, pela *fala do crime*⁵ reforçada pelos meios de comunicação. Ao contrário do que se imagina, nesses lugares há a presença de “atitudes” e aparatos relacionados à segurança privada de acordo com a condição financeira do indivíduo, que vão desde pequenas atitudes até mais elaboradas.

Por fim, as cidades vêm intensificando e reafirmando a formação dessas fronteiras. O espaço urbano, como afirma Caldeira, “(...) reforça e valoriza as desigualdades e separações e é, portanto, um espaço público não-democrático e não-moderno.” (CALDEIRA, 2000, p.12). A única saída que Bauman aponta é a tentativa da construção da verdadeira comunidade restabelecendo os laços humanos e a política.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Arthur Anthunes Leite de. **Representações da criminalidade urbana: medo e insegurança social no bairro da Baixada do Ambrósio/AP**. UNIFAP. [Relatório Final do Programa de Iniciação Científica], Macapá, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na Cidade**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Medo Líquido**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2008.

CALDEIRA, Tereza. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: 34/Edusp, 2000.

⁵(...) todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que têm o crime e o medo como tema (...) (CALDEIRA, 2000, p.27).



FARIAS, Aline Suzana de; FLEXA, Gianna Gomes. **Degradação ambiental e exclusão social na Baixada do Ambrósio: Santana/AP.** Macapá, [Trabalho de Conclusão de Curso], UNIFAP, 2008.

FILHO, Edilson; CONTENTE, Paulo; FERREIRA, Tatiane. **Aspectos sócio-ambientais no bairro Área Portuária do Município de Santana-AP.** Macapá, [Trabalho de Conclusão de Curso], UNIFAP, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, (2010). Aglomerados subnormais – CENSO/2010 » Baixada do Ambrósio » **Domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais.** Amapá. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf>. Acesso em 25/10/2013.

MACHADO DA SILVA, Luis Antonio. **Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano.** Revista Sociedade e Estado. Brasília, v. 19, n. 1, p.53-84, jan./jun., 2004.

MAGALHÃES, Nara. **Significados de violência em abordagens da mensagem televisiva.** Revista Sociologias. Porto Alegre, v. 11, n. 21, p.318-343, jan./jun., 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e saúde.** Rio de Janeiro: Fiocruz. 2006.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, [Tese de Doutorado em Sociologia], IUPERJ, 1999.

SILVA, Helba da Cruz. **Condições de moradia da população do Ambrósio. Santana/AP.** Macapá, [Trabalho de Conclusão de Curso], UNIFAP, 2006.

**GT 07 – CIDADES E TRANSFORMAÇÕES DO URBANO NA AMÉRICA LATINA****RAP NAS RUAS DE BELÉM: UM INSTRUMENTO ÉTICO PARA A
FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO DE ENRIQUE DUSSEL.**

Júlia Glenda Farias Pantoja¹
ffariasjuliag@gmail.com

RESUMO

No Brasil, o rap é visto como uma expressão marginalizada, que normalmente, não está inserida nos padrões ditados pela modernidade, uma vez que o padrão são expressões artísticas que possuem características europeias, ou seja, que estão inseridas naquilo que a modernidade eurocêntrica chama de “Centro”. O Rap possui várias vertentes, uma delas apresenta-se com letras contendo denúncias sociais e representa, muitas vezes, as pessoas que estão enquadradas em territórios e comunidades tidas como periféricas. Parte-se da filosofia de Enrique Dussel e da Filosofia da Libertação para compreender o rap paraense como instrumento de libertação, valendo-se de alguns conceitos desta filosofia. Valendo-se de conceitos como “centro-periferia”, “alteridade”, etc., fez-se recorte para análise o pensamento libertário nas músicas dos artistas Pelé do Manifesto e Shaira Mana Josy, onde são encontrados assuntos como a crítica ao racismo e discriminação fixados contra os estereótipos relacionados aos negros de comunidades marginalizadas e crítica à sociedade machista. Percebeu-se que as vozes das vítimas do sistema excludente, pensadas em conformidade com a modernidade, coincidem na filosofia da Libertação e nos Raps selecionados para análise.

Palavras-chave: Modernidade, Libertação, Alteridade, Periferia, Rap.

1. INTRODUÇÃO

A Filosofia da Libertação parte de um pensamento latino-americano que busca desvencilhar-se do pensamento moderno europeu. Isto é, criar um pensamento original, pautado no povo oprimido da América-Latina. Sendo assim, o pensador desta filosofia, pensa no sujeito latino-americano, no contexto desse sujeito, na experiência e realidade deste homem. Um pensamento genuíno da América-Latina.

Tal pensamento busca desconstruir paradigmas e regras impostas pela modernidade eurocêntrica, cujo fundamento é estudo do ser: a ontologia, a qual se configura como um pensamento totalitário e excludente. Tal pensamento busca a superação da fundamentação

¹ Graduada em Licenciatura em Filosofia pela Universidade do Estado do Pará – UEPA, graduanda do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Maurício de Nassau, estagiária do Núcleo de Atendimento Criminal – NACRI da Defensoria Pública do Estado do Pará – DPE-PA. Contato (91) 3271-2550 / (91) 98117-5914.



ontológica através da metafísica ética, a qual passa a pensar e trazer para a discussão a relação entre todos os seres, sem exclusão daqueles vistos como distintos.

As relações de exclusão criadas a partir da divisão do mundo em centros e periferias, foi a grande perpetuadora do pensamento opressor criado com a filosofia clássica, uma vez que os indivíduos que permaneciam de fora do centro ideológico, cultural, político, etc., eram considerados como o “não-ser”. Sendo assim, a América-Latina e seu povo eram caracterizados como a periferia, o Outro, o não-ser, quando relacionada ao centro eurocêntrico, pois sua cultura, sua ideologia, política e pensamento, eram visto como *diferente*.

Em vista disso, Enrique Dussel passou a analisar formas de libertação para a América-Latina e seu povo, trazendo em seu pensamento formas para o respeito, conhecimento e compreensão. A Filosofia da Libertação possui um método libertador, que engloba todos os sujeitos latino-americanos: a mulher, o homem político, a criança, o homem religioso, etc.. Esta filosofia busca o respeito, a alteridade, a compreensão, quer se desvencilhar das opressões, da dominação, e busca isso através das relações éticas e fraternas.

O Rap é considerado uma das vertentes principais do Movimento Hip Hop, o qual nasceu nos subúrbios de Nova Iorque, tendo como principal objetivo desvencilhar os jovens da violência, da criminalidade e das drogas que assolavam aquela região. Este movimento chegou ao Brasil em meados de 1980 e desde então se configura como a voz da periferia, onde seus rappers (como são chamados os cantores de Rap) denunciam as mais diversas atrocidades que os negros, mulheres e pobres marginalizados sofrem nessas áreas tidas como comunidade periféricas, as quais são excluídas e caladas pelo Centro. Neste sentido, o presente artigo foi construído a modo que fosse possível entender os principais conceitos e objetivos da Filosofia da Libertação de Enrique Dussel, assim como, compreender de que forma o Rap se enquadra neste pensamento.

2. O Mito da Modernidade:

Quando Descartes expressa definitivamente e por completo o “Eu penso”, surge o primeiro momento do que Enrique Dussel chama de “constituição da modernidade”, datando no período de 1492 a 1636. Ao final do século XVI Espanha e Portugal não estão mais localizados no período feudal, o que os levam ao primeiro passo rumo à modernidade, como nações renascentistas. Tais nações se configuram como a primeira região europeia a (DUSSEL, 1993, pag. 15, grifos do autor) “ter a experiência originária de constituir o Outro como dominado e sob o controle do conquistador, do domínio do *centro* sobre a *periferia*”.



Para Dussel (2005), o *ego cogito* moderno antecede em mais de um século o *ego conquiro* (eu conquisto), prática comum para a cultura luso-hispânica que impôs sua própria vontade, a chamada “vontade-de-poder”, sobre os índios americanos. Nesse contexto, o ego moderno teve seu primeiro grande feito ao conquistar o México, o que evidenciava a grande superioridade da Europa às culturas astecas, incas, maias, etc., em decorrência, principalmente, das armas de ferro que os europeus possuíam.

A superioridade europeia se dá, em grande parte, pelos acúmulos de riquezas, conhecimentos, experiência, etc. oriundos da conquista da América Latina. Conforme explica Enrique Dussel (2005, p. 30), “a modernidade, como novo ‘paradigma’ de vida cotidiana, de compreensão da história, da ciência, da religião, surge ao final do século XV e com a conquista do Atlântico”, que posteriormente culminou em inserir a América Latina na modernidade como a *outra face*, no papel de dominado, conquistado, explorado e encoberto.

A modernidade europeia possui um processo irracional que não está diante de seus próprios olhos, de acordo com Dussel (2005) “por seu conteúdo secundário e negativo mítico, a ‘modernidade’ é justificativa de uma práxis irracional de violência.”, que é evidente quando relacionada à forma como a América Latina foi conquistada e dominada. Sendo assim, o Mito da Modernidade pode ser descrito como a civilização moderna sendo a mais desenvolvida e de maior superioridade, dando amparo a uma posição de domínio cultural eurocêntrico.

Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase-ritual de sacrifício; o herói civilizador reveste a suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica, etcetera). (DUSSEL, 2005, p. 30)

Para o dominador moderno, o bárbaro tem uma espécie de culpa, que é justificada pelo fato de se opor ao processo de modernização. Sendo assim, a modernidade se aponta como inocente e “salvadora” dessa culpa de suas próprias vítimas, no caso os bárbaros. Além disso, para a modernidade, é inevitável o sofrimento causado pelo processo civilizatório, uma vez que este traz para os povos “atrasados” a “modernização”. Para Apoliceno e Dias (2012) “o mito da modernidade é um inversão. A vítima é transformada em culpada, e o vitimador culpado é considerado inocente, caracterizando-se como uma forma de irracionalismo.”. A vítima desse sistema de modernização é conhecida como o *Outro*, aquele que é excluído, marginalizado, calado. O *Outro* tem sua cultura subjugada e renegada, mas não de uma maneira total. Essa cultura não é vista como de todo ruim, mas precisa ser “melhorada”.

O mito da modernidade nega o *Outro* e a sua cultura, apresentando-o como culpado, e o vitimador, como inocente, bem como legítima a



violência para compelir o *Outro* a fazer parte da civilização. A cultura do *Outro* é negada porque é vista como barbárie, mas sua cultura não precisa ser destruída e sim melhorada e aperfeiçoada. (APOLICENO; DIAS. 2012. p. 97, grifos dos autores)

3. Os Paradigmas da Modernidade:

Para entender a modernidade, fez-se necessário estabelecer a divisão de dois principais paradigmas. O primeiro, partindo de uma visão eurocêntrica, situa a modernidade como um fenômeno exclusivamente europeu, o qual se iniciou com a Idade Média e desenvolveu-se por todo o mundo. Este fenômeno ocorreu por características internas e exclusivas da Europa, essencialmente por sua racionalidade, uma vez que o pensamento moderno está fundamentado na **razão**.

Além disto, Dussel (2012) atenta para a questão de que, de acordo com os filósofos modernos, em grande parte Hegel, o espírito europeu é pensado como uma verdade absoluta e que se realiza por si mesmo, sem interferências e sem dever nada a ninguém, de forma absoluta. De acordo com este paradigma, “a Europa tivera características excepcionais *internas* que permitiram que ela superasse, essencialmente por sua racionalidade, todas as outras culturas” (DUSSEL, 2012, p. 51, grifos do autor). Este é o chamado “paradigma eurocêntrico” que foi imposto não só na Europa, mas por todo o mundo intelectual periférico.

O segundo paradigma estabelece à Modernidade o papel de cultura do “sistema-mundo”. A modernidade europeia não é um sistema independente, e, sim, uma parcela do “sistema-mundo”, é – na verdade – o *centro* desse sistema. Sendo assim, para Dussel (2012), “a modernidade é um fenômeno que vai se mundializando”, num primeiro momento com a constituição da Espanha com referência à sua periferia (Ameríndia) e logo depois com a Europa (cidade italianas renascentistas e Portugal), transformando-se em *centro* sobre uma *periferia* cada vez mais crescente (Ameríndia, Brasil, povos escravizados, etc.).

Diante destes dois paradigmas, Dussel construiu uma terceira tese onde defende que a centralidade da Europa no sistema-mundo não está condicionada apenas à superioridade intelectual e cultura interna desta, mas também ao fato do descobrimento, da conquista, da colonização da Ameríndia, que servirá de *vantagem comparativa* determinante. Conforme Dussel (2012), “a ‘gestão’ da centralidade do ‘sistema-mundo’ permitirá que a Europa se transforme em algo como a ‘consciência reflexiva’ (a filosofia moderna) da história mundial”. O que é totalmente relevante ao estudo da Filosofia da Libertação, uma vez que o ato da colonização Ameríndia foi, principalmente, um dos grandes fatores que ajudou a expandir o pensamento e controle intelectual europeu.



4. A Ontologia do Eu: Dialética Dominadora:

O processo de modernização imposto pelo eurocentrismo nas culturas ditas “atrasadas” acarreta uma espécie de violência, uma vez que há a imposição da cultura, religião, economia, etc. europeias, criando inúmeras e diversas vítimas. Além disso, a Modernidade se apresenta como inocente, pois acredita que o sofrimento dessas vítimas é um sacrifício necessário e inevitável para que o “atraso” civilizatório dessas regiões seja compensado com a modernização.

Nesse sentido, a fundamentação principal para essa dominação moderna é a *ontologia*, que é o estudo do Ser. Dussel baseia-se na crítica de Martin Heidegger à ontologia clássica, onde percebe que o estudo do ser para a filosofia ocidental clássica, derivada dos gregos, tem como fundamentação a ontologia da totalidade, o que legitima o processo de dominação imposto pelo pensamento moderno. Conforme Zimmermann (1986), a totalidade pode ser entendida como um âmbito ontológico fechado, o princípio originante e justificador de toda dominação e da afirmação do ser como absoluto e, conseqüentemente, princípio do ato do reconhecimento, da alteridade.

Segundo Zatti (s/d, p. 36), “Dussel compreende a categoria da Totalidade como categoria essencial de toda ontologia. A origem dessa filosofia está na experiência de dominação e opressão que as nações do centro exerceram sobre outros seres humanos.”. Sendo assim, Dussel teve uma forte influência dos estudos de Heidegger, pois compreendeu que a ontologia dominadora do pensamento filosófico clássico poderia ser superada.

Conforme Dussel (1974, p. 265), citado por Zimmermann (1986, p. 170), “o fundamento ontológico... se encontra na subjetividade do sujeito que coloca a objetividade do objeto, isto é, desde o ego cogito.” Em outras palavras, a fundamentação ontológica está pautada no Eu (Ser) como o centro, apenas este formula a tese, síntese e antítese, não dando espaço para a aparição da alteridade. Para Matos (2007), esta ontologia proporciona um fechamento do ser humano nele mesmo, o qual se dá de tal forma que o único ser existente passa a ser apenas o eu, e todos aqueles com quem se relaciona, tornam-se objetos, entes. Essa é a chamada **dialética da dominação**.

5. Superação da Dialética Dominadora através da Metafísica Ética:

5.1 Totalidade, Exterioridade e Alteridade:

Ainda em suas pesquisas acerca da ontologia de Heidegger, Dussel percebeu que a ontologia dominadora da filosofia clássica poderia ser superada através da metafísica ética. A ontologia ocupa-se com o “o que parece ser”, ou seja, como o indivíduo parece a partir do



sistema, enquanto que a *epifania* é a revelação do oprimido, não é aparência nem fenômeno, leva em consideração a exterioridade metafísica.

Com base na filosofia da alteridade de Emmanuel Lévinas, Enrique Dussel parte do conceito de exterioridade para defender que o Outro está além das esferas do ser, o que implica em ser considerado o *não-ser*, uma vez que o ser é o fundamento do sistema, assim como da vida cotidiana. Ou seja, há realidade para além das esferas do ser, realidade essa que não é admitida pelo centro (ser), e, em vista disso, o Outro é caracterizado como o não-ser, não possuidor de racionalidade, o marginalizado, o diferente que não merece ser reconhecido.

Ao falar de exterioridade, o autor fala do pobre, do oprimido, do marginalizado. Isto é, do ponto de vista da metafísica ética, todos aqueles que são exteriores à totalidade dominante, ao sistema dominante. A metafísica busca compreender algo mais além do mundo, do ponto de vista e da perspectiva do Outro, quando este provoca. O Outro enquanto outro é exterior ao sistema, ao mundo de cada indivíduo.

Enquanto exterioridade o Outro está além da razão, uma vez que foge das amarras impostas pelo processo de modernização fundamentado na razão, e por conta de sua alteridade não pode ser reconhecido. Sendo assim, para que haja o processo de alteridade/reconhecimento, esse Outro deve ser respeitado enquanto outro, ter suas peculiaridades e diferenças respeitadas, e não deverá ser reduzido ao Mesmo que se considera o centro. Isto é, o Outro não deve ser igualado ao Mesmo, uma vez que a alteridade proporciona o contato *face-a-face*. Conforme PROSPERO (1999), “o mal não é o Outro, mas a aversão ao Outro. Da mesma forma que o bem não é a totalidade, a unidade, a igualdade, mas a aceitação do Outro.”.

O método que Dussel propõe é o chamado analético, que é distinto do método dialético, tem como ponto de partida a alteridade, o ato de reconhecer o Outro. Requer a abertura para pensar, para ouvir, para ver, para compreender o Outro. Esse método é condicionado a um ato de compaixão e humildade.

Na dialética, o *logos* vai interpelando cada horizonte, tendo em si mesmo o ponto de partida, voltando ao primeiro para esclarecer seu pensar; diferente acontece na analética, aonde o *logos* vem do além e ultrapassa cada horizonte, onde cada um é um ponto de apoio para passagem ou crescimento, esse deslocamento ocorre à medida que o outro se abre ao reconhecimento. Para MATOS (2007, p. 143), “analético quer dizer que o *logos vem do além*; ou seja, que há um primeiro momento em que surge a palavra interpelante, além do



meu mundo (...)". Diante disto, o método analético surge desde o Outro e avança dialeticamente.

5.2 Proximidade

Os conceitos dusselianos de totalidade, exterioridade e alteridade estão intimamente interligados, uma vez que a totalidade imposta pelo centro nega a exterioridade do outro, desrespeitando sua alteridade. Sendo assim, é necessário entender por meio de que forma ocorre a aproximação entre os seres, superando, assim, a alienação proveniente da divisão do mundo em sistemas-mundo.

A proximidade não é a convencional da palavra, a de chegar perto de alguma coisa para comprá-la, vendê-la, ou pegá-la. Conforme Dussel (1977) é aproximar-se no sentido da fraternidade, de encurtar a distância para alguém que pode aceitar-nos ou rejeitar-nos, como *anterioridade anterior a toda anterioridade*. Dussel caracteriza esse ato de encurtar distâncias como práxis, é um aproximar-se da proximidade, é agir para o outro como outro. É diferente de ir até alguém e tocá-lo, beijá-lo; é compreender e abraçar a realidade desse alguém.

Para o sistema, o Outro é diferente, é aquele que põe em risco a unidade do Mesmo. É nesse sentido que Dussel traz para a discussão a figura do sábio, aquele que "vê com absoluta claridade" (DUSSEL, 1977, p. 56). Sendo assim, o sábio tem o dever, em sua ontologia, de alertar o perigo que o Outro representa para a totalidade do sistema. E, ao ser visto como um perigo, o Outro acaba se tornando um inimigo desse sistema. Conforme Dussel (1977), uma vez que este perigo, ou mal, é assinalado, a ontologia totalitária fica em paz.

5.3 Libertação:

Ao se falar em libertação, precisamos entender a figura do "herói", aquele que vai contra o sistema, contra as leis e regras impostas. Para Dussel, é necessário que haja a virada metafísica do ontológico para o *transontológico*, isto é, para além do ser, para a realidade, para o Outro. Neste momento, o pensamento ontológico é ultrapassado, ficando para trás o pensamento totalizador pautado no Eu, trazendo à tona a realidade que não é pensada, a realidade do outro.

Existem duas condições para que a voz do Outro seja ouvida, a primeira diz respeito ao fato de que devemos ser ateus do sistema ou que encontremos nosso fetichismo; o segundo é necessário respeitar o outro enquanto distinto, em outras palavras, é deixar o Outro ser outro da forma que é. Dussel deixa claro que esse respeito não é pelo sistema, mas sim por alguém e pela liberdade deste alguém, transformando o respeito em uma atitude metafísica que serve como ponto de partida para a justiça.



O homem justo que tem respeito pelo Outro, será capaz de ouvir seu lamento, grito, protesto; será *descentrado*. Este indivíduo tomará para si a dor e irá se tornar responsável pelo Outro, expondo-se ao sistema. O responsável será considerado um herói para o Outro e um anti-herói para o sistema, sendo perseguido por este uma vez que percebe a necessidade de uma nova ordem. Conforme Dussel (1977, p. 66), “responsabilidade é assim coragem suprema, fortaleza incorruptível, autêntica clarividência da estrutura totalitária, sabedoria”.

A libertação pode ser entendida como o ato em que o oprimido se “*deso-prime*” e tem dois momentos: negação da negação do sistema. No método dialético há a negação da negação, onde o ser nega o distinto visto como diferente. Sendo assim, negar o negado se configura como uma afirmação do sistema. Entretanto, negar a negação e afirma a sua exterioridade, ou seja, aquilo que o deixa de fora do sistema por ser distinto, é uma prática de

6 - O Rap como Instrumento de Libertação:

Parte-se desse pensamento latino para compreender em que sentido o Rap pode ser entendido como um instrumento para a filosofia da libertação. O rap nasceu nos Estados Unidos, por volta de 1970. Nesta época, ocorriam muitas lutas e protestos contra as leis de segregacionistas e de vários conflitos políticos ocorridos na década de 60. Além disso, época em que muitos movimentos negros ganharam força, por conta da violência e preconceito sofridos por essas pessoas. Com grande influência de líderes como Martin Luther King Jr., a população marginalizada encontrou na música e na rima um instrumento de reivindicações. O rap nasceu com o propósito de dar voz a esse grupo excluído e marginalizado, denunciando as atrocidades sofridas por estes.

Não diferente, o Brasil adotou esta cultura em meados dos anos de 1980. Com o mesmo propósito, o rap surgiu como uma maneira de denunciar os acontecimentos das favelas de São Paulo. Ainda que seja um pouco diferente da cultura norte americana, o rap brasileiro prosseguiu com o mesmo intuito: o da crítica social.

É importante notar que a difusão do *rap* para além das fronteiras dos Estados Unidos também se refere à propagação *entre subalternos* de algo que cativa, diz respeito e faz sentido. Uma rede comunicacional *de periferia para periferia* forjada sobre a experiência comum que normalmente conjuga exploração de classe e opressão étnico-racial. (LOUREIRO, B. R. C.. 2016, p. 237, grifos do autor).

Sendo conhecido como cultura de periferia, o Rap e todos aqueles que fazem parte dessa expressão cultural foram fortemente subjugados pela sociedade brasileira. Ainda hoje, quem o canta é bastante discriminado, apesar de ter conquistado uma legião de fãs e



adeptos. A discriminação e o preconceito contra estereótipos sociais de comunidades marginalizadas é um dos grandes assuntos formulados e discutidos pelo Rap, o que fomenta a discussão acerca dos negros, pobres e ditos “favelados”. Neste sentido, podemos entender o Rap como instrumento de libertação onde essa expressão musical se configura como a voz do oprimido, uma vez que é a partir disso que os sujeitos que sofrem com a exclusão social, preconceito e discriminação passam a falar e dialogar com aqueles que os excluem. Isto é, o Rap se caracteriza como uma forma de os sujeitos dialogarem e argumentarem com o sistema excludente e que os marginaliza.

6.1 O Rap e a Libertação Política:

Neste momento metafísico, a proximidade que ocorrerá entre os indivíduos é a de irmão-irmão, irmão-irmã, irmã-irmã, a fraternidade, isto é, a relação política. É toda a ação humana social e prática, diferente da erótica, pedagógica ou antifetichista. Segundo Dussel (1977, p.74) “é tanto o governante como governado, o nível internacional, nacional, de grupos ou classes sociais, formações sociais e seus modos de produção, etc.. Com a expressão irmão-irmão queremos sugerir esta amplíssima extensão conceitual.”.

Além da totalidade política criada pelo estruturalismo e funcionalismo, encontra-se o povo, o povo enquanto nação periférica. Segundo Dussel, as classes oprimidas são partes caracterizadas como problema da estrutura da totalidade política. Para Dussel (1977, p. 75), “são partes que devem realizar trabalhos que os alienam, que os impedem de satisfazer as necessidades que o próprio sistema produz neles.”. Nas nações periféricas temos as classes oprimidas, caracterizadas pelo proletário, o povo, de uma forma geral; e as classes marginalizadas, caracterizadas pelo mendigo, pelas empregadas domésticas, bóias-frias, etc..

Para que haja a libertação política, é preciso saber quem precisa ser libertado e que conheça quem será libertado. É a partir desse momento que será dada a voz ao povo oprimido, aquele que precisa ser libertado. Assim, o partido ou o sujeito político irá ouvir esse povo oprimido, colocando-se como ouvinte, mostrando que o povo está além de qualquer totalidade política, tendo como fundamento a benevolência, isto é, o querer bem do outro.

Para exemplificar este pensamento, analisaremos a letra da música de “Sou Neguinho”, interpretada pelo rapper Pelé do Manifesto. Esta canção faz uma reflexão crítica sobre o modo de vida dos negros, principalmente os das comunidades tidas como periféricas na cidade de Belém.



“Sou neguinho sim, sou preto com muito amor, daqueles que se olha no espelho e acha foda a sua cor” passagem da música em que Pelé deixa claro o quanto sente orgulho da cor da sua pele. Este trecho nos leva a refletir sobre a questão que Dussel propõe para a libertação, onde o outro deve se reconhecer como outro, deve afirmar a sua exterioridade. Sendo assim, a afirmação e o orgulho de ser negro se configuram como os primeiros passos para a Filosofia da Libertação.

O rapper expressa de uma forma bem explícita sua indignação pelo racismo que sofre, onde expõe o histórico dos seus antepassados, afirmando que veio do navio negreiro: *“paraíso onde? Se eu vim nos navios negreiros”*, nos remetendo ao período escravocrata, o que mantém referência direta ao Mito da Modernidade, o qual foi o responsável pela criação do “sistema-mundo”, culminando na divisão do mundo em centro e periferias, trazendo para a esfera periférica a figura do negro, escravizado, marginalizado. Desde o período escravo até hoje, os negros sofrem com esse sistema, uma vez que o preconceito por parte do centro moderno ainda marginaliza esse povo.

Mais além, no trecho *“toda vez que eu entro no shopping o segurança me segue, todo mundo percebe, todo mundo repara, as câmeras me perseguem, a polícia sempre me para”* percebemos a marginalização sofrida pelos negros, uma vez que estes sempre são vistos como ladrões, marginais. Prática corriqueira, levando em consideração a marginalização sofrida por esse povo durante vários anos, desde o período da escravidão. Pelé expressa novamente este pensamento no trecho *“não vem com ‘caô’ dizendo que não é preconceito, se acha que preto é ladrão desde que mama no peito.”*

Para MATTOS (2007), “o ethos da libertação é uma atitude constante no situar-se cara-a-cara e é por isso que é um amor ao outro como outro.”. Em vista disso, partimos da reflexão de que a relação face-a-face é o fundamento para a libertação, uma vez que o centro, ao se relacionar com o outro, passa a amá-lo e respeitá-lo enquanto outro, distinto, e não diferente.

Seguindo a análise da música, percebemos que o rapper também critica a padronização imposta pelo centro, uma vez que no trecho *“mais de quatro conduções, currículo na mão, a secretária sempre diz que eu não me encaixo no padrão”* percebemos que mesmo almejado um futuro diferente, o povo negro sofre com a padronização imposta, uma vez que o normal é o povo branco trabalhar em determinadas funções, nos levando, ainda mais, ao problema da divisão de classes oriundas da divisão do trabalho. Sendo assim, o negro é aquele que deve trabalhar com as classes marginalizadas, tendo o trabalho mais pesado e braçal.



Além disso, podemos perceber o fato de que o rapper se afirma enquanto negado, e indo mais além, se afirma enquanto negro. O cantor não tenta se igualar aos brancos, muito pelo contrário, afirma a sua exterioridade, assim como, a sua distinção, como vemos no trecho “*eu não sou preto de alma branca (...), se eu pudesse, até a palma da minha mão era preta.*”.

6.2 O Rap e a Libertação Erótica

Além da libertação política dos irmãos/irmãs, Dussel também propõe a libertação erótica da mulher em sua relação aos homens. Tendo como base a libertação do sistema machista, a mulher enquanto outro deve ser ouvida, compreendida, tendo sua alteridade e exterioridades respeitadas. Para Zimmermann (1986, p. 185), “pela metafísica a alteridade estabelece-se o princípio da valorização, da existência, da autonomia, da autodeterminação tanto do varão como da mulher.”.

Uxoricídio é como Dussel chama a morte da mulher em uma sociedade ideologicamente machista. Neste sentido de libertação, é homem enquanto espécie, não enquanto varão dominador. Nosso filósofo parte do pensamento de Merleau, onde para este é normal em uma sociedade um homem constituir uma intenção sexual para com a mulher, esta intenção se configura como sensibilidade ao corpo do outro. Todavia, a intenção sexual, ou erotização, totalizada tende a ignorar o outro.

Este pensamento é o que nos leva a pensar no que acontecia com as mulheres na América-Latina pré-hispânica, onde estas eram caracterizadas como objetos sexuais, antes a serviço do dominador. É a proximidade que afasta esse caráter de objeto do corpo do outro, é o contato face a face, é o beijo. É necessário haver a vontade de ambos, caso contrário, é opressão, abuso. Conforme Dussel (1977, p. 87), “se superarmos o dualismo corpo-alma e afirmarmos a unidade da carne, poderemos compreender que a erótica, mais ainda do que a sensibilidade do corpo do outro, é realizar o desejo do outro como outro, como exterioridade.”.

Este é o ponto de partida para entendermos de que forma o sujeito feminino que canta o rap tenta se libertar da ideologia machista, através da proximidade, nem sempre no sentido da intenção sexual, mas no sentido de encurtar distâncias para promover o diálogo e a intercomunicação, num ato dualístico, partindo de ambas as partes, com o desaparecimento da figura do varão, para dar lugar ao homem enquanto espécie que compreender a mulher.

Atualmente, o cenário feminino no rap tem se expandido bastante, cada vez mais as mulheres têm ganhado espaço neste estilo musical. As letras femininas contêm temáticas



referentes às críticas sociais, racismo e discriminação. Entretanto, as mulheres trazem para suas letras o grito de “empoderamento” feminino. Isto é, estão mostrando através do rap que precisam se desvencilhar da sociedade machista que as cercam. Para exemplificar a libertação erótica das mulheres no rap, analisamos a música “*Reflexão Feminina*”, composta e interpretada pela rapper paraense Shaira Mana Josy, onde deixa bem explícito a luta das mulheres para combater o machismo.

“*Sai! Não acredito em Cinderela nem em príncipe encantado que aparece na novela. Ele usa, ele abusa, depois larga e nem dá trela.*”. Neste trecho, pode-se entender que aquele homem, o príncipe encantado, vendido pelas novelas, não existe, uma vez que o homem real costuma ter atitudes que transformam a mulher em apenas um objeto, na maioria das vezes sexual. Isto nos remete à época da colonização, onde os colonizadores brancos transformaram as mulheres latino-americanas em objetos sexuais, através de uma violência moral e, principalmente, física. Neste sentido, a mulher latino-americana sofreu duplamente: por ser mulher e por ser latino-americana. Não acreditar no homem “perfeito” vendido pelas mídias, é uma forma de mulheres se voltarem contra esse sistema que tanto oprime.

Relacionando com o pensamento de Enrique Dussel, podemos constatar que a ideologia machista aliena não só a mulher, como também o homem, uma vez que este se ver impotente ao não conseguir se relacionar com alguém.

A mulher popular, a mulher da cultura periférica, acaba sofrendo assim um duplo embate, uma dupla violação: violada por ser uma cultura e não oprimida, por ser membro de uma classe dominada, por ser mãe de sexo violentado. Mulher pobre dos pobres do mundo. (DUSSEL, 1977, p. 90).

Neste sentido, quando o outro se volta contra o sistema, tende a ser alienado e calado, pois põe em risco a autonomia e o poder do centro, no caso da erótica, o poder do varão. Sendo assim, a mulher enquanto outro negado e excluído, quando passa a ter consciência da exclusão causada pelo centro, isto é, da negação, passa a negar o sistema, buscando a libertação através da palavra, suplicando que sua exterioridade seja respeitada, para que haja o movimento ana-dia-lético baseado no reconhecimento do outro enquanto diferente.

No trecho “*não encosta a mão, canalha. Sou fogo e tu é lenha. Conheço meu direito, eu tenho a lei Maria da Penha*” a mulher demonstra conhecer seu direito natural à vida, aquele que não pode sofrer interferência de nenhum outro ser. A lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, nasceu com o intuito de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Sendo uma lei para amparar mulheres que sofrem com as mais diversas violências, Shaira deixou bem claro o conhecimento de tal, isto é, uma forma de mostrar



para o centro que a oprime que conhece seus direitos, que tem consciência da opressão que sofre e que está lutando contra com a ajuda de outros mecanismo, demonstrando o quanto é forte e corajosa a ponto de ir contra o sistema dominante, uma vez que ir contra o sistema é uma tarefa difícil, pois, lembrando os conceitos de alienação, o diferente – como é visto o distinto – se torna inimigo do sistema.

Indo mais além, no trecho “*o que acontece na mente masculina? Bloqueada ao diálogo, não raciocina*”, podemos perceber a falta de respeito com a exterioridade do ser visto como diferente. O homem não aceita a mulher como um ser distinto, não diferente. O homem oprime, exclui, cala tudo aquilo que lhe aparece como diferente, não o reconhecendo como um outro ser distinto, que possui suas próprias características. Isto é, o homem é alienado, tende a negar o outro enquanto outro. Cabe à mulher, negar esta negação, através da palavra, numa forma de libertação.

Em “*mulher no microfone, ideologia fortalece. Politizada, sempre alerta, te convido, é só chegar*” neste sentido o Outro chama o centro dominador para dialogar, para mostrar a realidade em que vive, num ato de tentar a proximidade, onde o centro será capaz de se deparar e compreender a realidade do Outro, de encurtar distâncias possibilitando um contato rosto a rosto. Conforme Dussel (1977) é aproximar-se no sentido da fraternidade, de encurtar a distância para alguém que pode aceitar-nos ou rejeitar-nos.

Sendo assim, pode-se perceber que o rap feminino se apresenta como a voz dessas mulheres que não mais querem ser oprimidas, que querem dialogar e mostrar a realidade em que vivem e a violência sofrida com a sociedade machista, mostrando para o dominador que a opressão também aliena o opressor. Através do rap as mulheres buscam o respeito, a alteridade, a compreensão. Não buscam superioridade, mas sim o reconhecimento enquanto distintas e, por isso, outras.

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constituir um pensamento genuíno da América Latina tornou-se o principal objetivo da Filosofia da Libertação de Dussel, uma vez que se desvencilhar das amarras impostas pelo pensamento europeu era algo necessário para a efetiva libertação do povo latino-americano. Compreendendo a filosofia do autor, fomos capazes de perceber o quanto o Mito da Modernidade impôs uma espécie de “violência mascarada”, visto que encarava como necessário o sofrimento pelo qual os latino-americanos passavam, com o discurso de que precisavam deixar de ser uma cultura “atrasada”. uma vez que não estavam de acordo com os padrões ditados pela cultura eurocêntrica.



Esta violência acarretou à América Latina a exclusão dos povos considerados bárbaros, onde o colonizador europeu exerceu o papel de dominante, excluindo, por completo, todos aqueles que não estivessem de acordo com os padrões modernos de Ser, sendo considerados como o Não-ser, o Outro, o marginalizado e excluído. Foi através da metafísica ética que Dussel propõe uma maneira para a libertação desse povo marginalizado, através da alteridade, isto é, o ato de reconhecer o outro como um ser distinto, através da palavra, da interpelação e do contato face a face.

Neste sentido, analisando algumas músicas do rap atual é possível perceber que o rap aliado à Filosofia da Libertação pode se tornar um instrumento para a libertação desses povos oprimidos, uma vez que se configura como a voz da periferia, dos oprimidos. Sendo assim, foi possível constatar conceitos da filosofia da libertação em algumas músicas, como no caso da música “Sou neguinho”, onde percebemos a busca pela proximidade, assim como, a busca pela alteridade, os malefícios que a alienação traz e, também, a práxis da libertação.

É neste gênero musical que o negro, o pobre, mulher, dialogam com o centro dominador, numa busca pelo reconhecimento, pela alteridade. O Rap traz em suas letras as denúncias do sofrimento pelo qual esses indivíduos passam, seja pelo preconceito enraizado pelo período de escravidão, seja pela violência machista que a mulher sofre, seja pelas diferenças sociais que o pobre tenta superar. Além disso, esse povo oprimido não está mais calado, a partir do rap conseguiram voz e com isso, conseguiram mostrar para os dominadores o quanto a periferia é negada pela exclusão proveniente desses centros. A periferia não mais se cala para as atrocidades que vive, é com o rap que esses indivíduos buscam a libertação, buscam ser ouvidos e compreendidos.

REFERÊNCIAS

DUSSEL, E. **Ética da Libertação: Na idade da globalização e exclusão**; tradução de Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Classen, Lúcia M. E. Orth. 4. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

_____. **Filosofia da Libertação na América Latina**; tradução de Luiz João Gaio. Piracicaba, São Paulo: Unimep, 1977.

_____. **1942: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt**; tradução Jaime A. Clasen. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1993.



_____. **Europa, modernidade e eurocentrismo.** In: LANDER, EDGARDO. (Org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Trad. Carlos Walter Porto Gonçalves. Argentina: Buenos Aires, 2005. p. 24-32.

JOSY, Shaira Mana. **Reflexão Feminina.** DRX Produções, 2011.

LOUREIRO, B. R. C. **Arte, cultura e política na história do Rap nacional.** Revista Instituto de Estudos Brasileiros. n. 63. P. 235-241. abr. 2016.

MATOS, H. A. **Uma introdução à Filosofia da Libertação latino-americana de Enrique Dussel.** Livro eletrônico gerado a partir do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Metodista de São Paulo, sob a orientação de Daniel Pansareli. São Paulo, 2008.

MANIFESTO, Pelé do. **“Sou Neguinho”.** In: CD Gambiarra Periférica. DRX Produções, 2014.

PROSPERO, V. G. **Uma abordagem da Noção de Sujeito sob o Prisma da Homossexualidade a partir da Alteridade em Dussel.** Revista da Faculdade de Direito da UFPR. v. 32, p. 165-169, 1999.

TEPERMAN, R. I. **Improviso decorado.** Revista Instituto de Estudos Brasileiros. n 56, p. 127-150, jun. 2013.

ZATTI, V. **Heidegger e Dussel: entre a crítica à ontologia ocidental e a questão de uma pedagogia da libertação.** Prâkasis, revista do Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes, s/d.

ZIMMERMANN, R. **América Latina o Não-Ser: Uma abordagem filosófica a partir de Enrique Dussel (1962-1976).** Petrópolis, São Paulo: Vozes, 1986.



GT 07 – Cidades e Transformações do Urbano na América Latina

OS MUSEUS NAS PERIFERIAS URBANAS BRASILEIRAS: SOBRE A POLÍTICA CULTURAL DOS PONTOS DE MEMÓRIA

Camila de Fátima Simão de Moura Alcântara (UFPA)¹
camilafsmoura@gmail.com

RESUMO

A prática museológica tem sofrido alterações significativas ao longo do último século com a consolidação da museologia social que defende os compromissos sociais dos museus com a comunidade representada dentro dessas instituições. No Brasil, essas práticas ganharam força com o aparecimento dos Pontos de Memória, que são iniciativas comunitárias que reconhecem a importância dos museus para as transformações sociais em territórios musealizados, sendo ferramenta útil para afirmação de identidades e patrimônios locais. O Programa Pontos de Memória criado em 2009 pelo Instituto Brasileiro de Museus, reconheceu inicialmente 12 iniciativas comunitárias situadas em territórios periféricos dos centros urbanos brasileiros, entre eles, o bairro da Terra Firme em Belém do Pará, com o Ponto de Memória da Terra Firme. Por meio da teoria antropológica e do fazer etnográfico frente as formas de atuação das comunidades integradas à Ação-Piloto do Programa Pontos de Memória e em meio ao processo museológico instaurado no bairro da Terra Firme, proponho nesse trabalho, refletir por que essas comunidades periféricas se organizam politicamente por meio dos museus, trazendo observações e experimentos em campo. Desse modo, procuro dialogar com dois campos disciplinares: Antropologia e Museologia, ao desenvolver uma pesquisa de antropologia urbana. Em curso, afirmo que os museus presentes nas periferias urbanas brasileiras provocam o protagonismo comunitário de comunidades que não tiveram a oportunidade de expor seus valores sociais e culturais, garantindo assim o exercício ao direito à memória.

Palavras-chave: Museus, Periferias, Pontos de Memória, Terra Firme, Política Cultural.

1. INTRODUÇÃO

No ano de 2009, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) lançou o Programa Pontos de Memória (PPM), tomado por um processo transformador no campo museológico que iniciou na segunda metade do século XX. O objetivo principal era o de apoiar ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social a partir do protagonismo comunitário, partindo do entendimento de que os museus seriam meios de mudança social e desenvolvimento sustentável de comunidades que não tinham a oportunidade de expor seus valores sociais e culturais (IBRAM e OEI 2016, MOURA 2016). Para iniciar o Programa, o

¹ Estudante de pós-graduação, Bacharel em Turismo Mestra em Antropologia pela Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Antropologia (UFPA/PPGA). Bolsista CAPES. Integrante do Grupo de Pesquisa "Turismo Cultural e Patrimonialização: campo de relações, referências culturais e gestão para visitação", coordenado pela Professora Dra. Renata de Godoy (UFPA/PPGA).



IBRAM propôs para 12 comunidades urbanas periféricas a realização de uma Ação-Piloto que consistiria em um experimento prático do PPM.

Consideradas como *pontos pioneiros* (BRASIL 2017), as iniciativas comunitárias contempladas inicialmente são: Comunidade do bairro da *Terra Firme* (Belém-PA); Comunidade do Taquaril (Belo Horizonte – MG), Comunidade da Estrutural (Brasília-DF); Comunidade do Sítio Cercado (Curitiba-PR); Comunidade Grande Bom Jardim (Fortaleza-CE); Comunidade do Jacintinho (Maceió-AL); Comunidade da Lomba do Pinheiro (Porto Alegre-RS); Comunidade do Coque (Recife-PE); Comunidades do Pavão-Pavãozinho-Cantagalo (Rio de Janeiro-RJ); Comunidade da Brasilândia (São Paulo-SP); Comunidade do Beiru (Salvador-BA) e Comunidade do São Pedro (Vitória-ES).

Esses pontos fizeram parte de uma consolidação de políticas públicas para os campos do Patrimônio Cultural, da Memória Social e dos Museus, resultado da parceria entre o IBRAM com os Programas Mais Cultura e Cultura Viva do Ministério da Cultura, o Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI) do Ministério da Justiça (MJ), com apoio da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI/Brasil). É válido salientar que no ano de 2011 o PPM ampliou-se a partir da concretização do Edital Prêmio Pontos de Memória². Contudo, essa pesquisa restringe-se aos doze pontos iniciais contemplados pelo Programa.

Ao vivenciar o processo de formação do Ponto de Memória da Terra Firme no bairro da Terra Firme em Belém do Pará e a consolidação dos Pontos de Memória em seus locais de atuação, proponho nesse paper, refletir por que comunidades periféricas escolhem se organizar politicamente por meio dos museus, tomando como estudo de caso a Ação-Piloto do Programa Pontos de Memória. Utilizo a teoria antropológica e o fazer etnográfico para observar e experimentar essas práticas museológicas que vem ganhando força no Brasil nos últimos anos.

Compreendo que os pontos pioneiros “são museus por trabalharem com identidades locais, narrativas e representações dentro de pressupostos de um tipo de representação museal” (MOURA e GODOY 2017, p. 7), por exemplo museus de território, museus de percurso, museus de cultura periférica. Entretanto, os considero *museus comunitários* por serem proponentes de comunidades locais que vivem e trabalham em simbiose com a população de seu território de pertencimento, emergidos a partir de pessoas que militam por seus patrimônios reconhecidos e legitimados (VARINE 2005). Desse modo, são

² O edital promovido pelo IBRAM visa reconhecer e premiar práticas museais e processos dedicados às memórias desenvolvidas por grupos, povos e comunidades em âmbito nacional e por comunidades brasileiras no exterior.



apreendidos nessa pesquisa como iniciativas comunitárias que tomam os museus como espaços de representação e reflexão de suas realidades (MOURA e GODOY 2017).

No Brasil, o museus tem contribuído para o processo de transformação social em comunidades que são marcadas pelo abandono e esquecimento do poder público. Na defesa desses museus, em contextos urbanos, apresento aqui escritos de minha dissertação de mestrado e os primeiros resultados da continuação dessa pesquisa no doutorado em Antropologia Social (realizada na UFPA, por meio do Programa de Pós-Graduação em Antropologia) que busca dialogar com o campo da Museologia, tendo como objeto de estudo os Pontos de Memória. Nesse momento, o meu interesse é contribuir no debate sobre diferentes formas de organização política dentro de comunidades periféricas que resistem bravamente ao descaso do poder público.

2.OS NOVOS MUSEUS BRASILEIROS

O século XX representou o surgimento do que convencionou-se chamar de Nova Museologia, dada pelas transformações teóricas e metodológicas no campo dos museus (DUARTE 2013). Segundo Sepúlveda (2004), nesse momento diversos campos do saber provocaram críticas quanto à representação histórica e autoritarismo das elites presentes nesses espaços. Para a autora (*Ibidem*) assim como outras instituições públicas, os museus foram capazes de ordenar, civilizar e disciplinar grandes setores da civilização.

Contudo, a Nova Museologia propiciou o empoderamento social dentro dos museus. Espaços que antes consistiam em um cenário silencioso, superado e desajustado, se afirmam como um lugar de prazer, aprendizado e troca; de inclusão de novos temas, objetos e recortes diferentes (SEPÚLVEDA 2004, MORAES 2009, DUARTE 2013, MOURA 2016). Desse modo, os museus tornaram-se instituições que salvaguardam as linguagens, categorias e símbolos de uma dada sociedade com o propósito de representar aspectos de sua cultura, sendo meios de afirmação e legitimação de uma identidade coletiva a fim de se tornarem agentes de transformação social no lugar onde atuam (MOURA 2016).

Como resultado dessas mudanças de pensamento e comportamento museológico surgiram novas designações baseadas em conceitos, como o de museu integral³, que implicaram no surgimento de: museus de sociedade, museus de civilização, museus de culturas, ecomuseus, museus comunitários, por exemplo (DIAS 2007). Sabe-se que cada sociedade desenvolve uma cultura específica que percebe e define o museu à sua maneira. Porém, o processo de musealização acontece de mesmo modo nas diferentes apreensões

³ Conceito apresentado e discutido durante o 18º Encontro Anual do ICOM, na cidade de Santiago, Chile, no ano de 1972. Em que considera que os museus podem e devem desempenhar um papel decisivo na educação da comunidade representada dentro desses espaços.



culturais, em que dentro de um determinado território há transformação de um conjunto patrimonial que define o espaço musealizado cabível de memória e representação, conforme a necessidade da comunidade detentora desses patrimônios (MOURA 2016).

Frente a esses acontecimentos passou-se a chamar *museologia social* a nova forma de se fazer museus, relacionada à questão dos compromissos sociais que o museu assume e se vincula, se referindo a compromissos éticos de dimensões científicas, políticas e poética (CHAGAS e GOUVEIA 2014). Os museus emanados dessa museologia social tornaram-se meios para a construção de sujeitos coletivos que se apropriam desses espaços para propiciar a reflexão e a crítica em torno de suas realidades (LERSCH e OCAMPO 2004). É nesse contexto que surge o Programa Pontos de Memória.

A proposta de criação dos Pontos de Memória foi resultado de um movimento político iniciado com a implantação do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU)⁴ no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no ano de 2003, que provocou diversos avanços no campo dos museus no Brasil, as frentes políticas priorizaram ações voltadas para a consolidação da museologia social no país. No entanto, é importante destacar que os *museus comunitários* dentro de bairros, favelas e centros culturais já era uma realidade brasileira, refiro-me ao: Ecomuseu do Quarteirão e Museu da Maré no Rio de Janeiro; Ecomuseu da Serra do Ouro Preto, cidade de Ouro Preto em Minas Gerais; Museu Treze de Maio, em Santa Maria no Rio Grande do Sul; como também o Ecomuseu da Amazônia, em Belém (MOURA 2016).

Essas iniciativas surgiram após a Eco-92⁵, que discutiu e reconheceu no país a importância sócio educacional dos museus para os novos espaços e também os em funcionamento. Desde 2004, essas experiências se articulam por meio da Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários (ABREMC)⁶, que buscam desenvolvimento sociocultural a partir do processo museológico dentro de comunidades compromissadas com sua memória, território e patrimônio cultural. Portanto, a importância da implantação do Programa Pontos de Memória, pelo Instituto Brasileiro de Museus, é o reconhecimento do poder público sobre as transformações sociais que os museus provocam nos lugares e nas pessoas.

Assim, o PPM surge com a proposta de incentivar a criação e quiçá reconhecer novas iniciativas dentro da sociedade brasileira, que na maioria dos casos, se mantém a

⁴ Unidade institucional responsável em promover estratégias de mobilização política e corporativa, difundir e estimular ações específicas e algumas reflexões no campo dos museus

⁵ Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, em 1992.

⁶ É uma associação civil, sem fins lucrativos e que tem por finalidade fomentar a criação, cooperação e divulgação de ecomuseus e museus comunitários no Brasil.



margem de políticas públicas sociais. Porém, sabe-se que a política dos Pontos de Memória trata-se, também, de uma promoção do estado de bem-estar das comunidades urbanas que sofrem com as mazelas das grandes cidades. Contudo, a estratégia política de identificar, selecionar e apoiar grupos que valorizam a cultura periférica é decisiva para o sucesso do programa.

As comunidades selecionadas que integram a Ação-Piloto do Programa Pontos de Memória são grupos oriundos da periferia, pelo qual resistem a opressão social por meio de suas expressões culturais que estão nas músicas, nas danças, nas vestimentas e também em outros tipos de linguagens corporais e de comunicação. Essas expressões que vêm das periferias para os centros da cidade estão se afirmando no século XXI, presente em lugares de formação recente que surgiram com a expansão das grandes cidades e articulação sociopolítica das pessoas que conseguem se firmar enquanto grupo e território (MOURA e GODOY 2017). Podemos tomar como exemplo a Comunidade do Cantagalo-Pavão-Pavãozinho, na cidade do Rio de Janeiro, a primeira iniciativa comunitária de memória e museologia social reconhecida dentro do PPM.

Nessa comunidade existe o Museu de Favela (MUF) desde o ano de 2008, uma associação privada de interesse comunitário sem fins lucrativos fundada por moradores das favelas de Cantagalo, Pavão e Pavãozinho. “O MUF já nasceu com um plano museológico e um forte modo de experimentalista, sem modelos nos quais se inspirar” afirmam Pinto et. al (2012, p. 147). Com o propósito também de experimentar, técnicos do IBRAM se deslocaram para mais 11 (onze) capitais, mencionadas anteriormente, para mapear as comunidades periféricas. Levaram em consideração: a história dos grupos, ações voltadas para a afirmação da memória e identidade, apropriação da cultura popular e vontade de formarem coletivamente um museu comunitário.

Feito o mapeamento dessas comunidades o Programa Pontos de Memória passou a promover no período de 2009 a 2013 as seguintes ações: 1) *Teias da Memória*⁷ – encontros nacionais com as comunidades selecionadas no programa, com o objetivo de estimular a troca de experiências, a gestão participativa no PPM e reflexões sobre as realidades socioculturais dos lugares onde atuam os pontos de memória; 2) *suporte técnico* – a coordenação do programa dividiu-se entre os pontos pioneiros ministrando oficinas de formação para os Conselhos Gestores⁸ das iniciativas, com temas relacionados à memória, patrimônio, identidade e museus; 3) *consultoria locais* - seleção de consultores locais para atuarem nas comunidades afim de viabilizar consultoria técnica-operacional em torno da

⁷ O primeiro encontro ocorreu em dezembro de 2009 na cidade de Salvador.

⁸ Representatividades civis dos Pontos Pioneiros.



memória social legitimada por esses grupos; 4) *redes de pontos de memórias*⁹ - com o interesse de aproximar e articular ações e trocas de experiências entre iniciativas culturais. (CHAGAS E GOUVEIA 2014, MOURA 2016, IBRAM e OEI 2016)

Essas ações realizadas de maneira gradativa de acordo com as peculiaridades locais, estruturais e de momento, foram essenciais para a consolidação do Programa Pontos de Memória como uma política cultural (IBRAM e OEI 2016), o processo que iniciou em 2009 veio ao longo dos anos legitimando essas iniciativas comunitárias de memória e museologia social como organizações civis importantes que provocam transformações socioculturais e educacionais em seus lugares de atuação. Essa legitimação deve-se muito a uma militância política, constituída em sua maioria por lideranças comunitárias dos *pontos pioneiros*, que tomam posicionamentos críticos frente as mudanças que começaram a surgir dentro do programa (MOURA 2016). A militância exige principalmente representatividade dentro da manutenção do PPM, além de continuação de oficinas, visitas técnicas e promoção da Teia da Memória.

No entanto, apreendo que uma das principais, se não a principal contribuição dessa militância política é a forma como resignificaram a categoria museu, incorporando amplas dimensões simbólicas e sociais. Nos primeiros anos, buscaram o reconhecimento como museus que seguiam os pressupostos da museologia social, porém nos últimos tempos, os Pontos de Memória passaram a se afirmar e a exigir reconhecimento como tal. Os sujeitos atuantes no processo entendem como Pontos de Memória qualquer iniciativa comunitária que se identifiquem com as perspectivas da memória social e/ou da museologia social, atribuindo diversos significados a suas organizações (MOURA 2016).

Contudo, é válido assegurar que o interesse em se afirmarem como iniciativas comunitárias de caráter sociocultural deve-se ao objetivo dessas comunidades de participarem de diversas políticas públicas culturais pelo país, que possam contribuir para o seu fortalecimento e manutenção local. Dado pelo fato de que serem “apenas” museus ficam restritos a políticas públicas específicas para o campo museológico, que de certa maneira são escassas no país. Entretanto, não ditar, nomear, conceituar essas iniciativas de memória e museologia social como museus, não desmerecem o protagonismo social por meio de ações museológicas (MOURA 2016).

Varine ao referir-se aos novos museus afirma “alguns nem se chamarão museus, mas todos seguirão os princípios da nova museologia (Santiago, Quebec, Caracas) no seu espírito ou na sua escrita (teoria)” (1996: 2014; p. 247). A partir dessa perspectiva defendendo que os *pontos pioneiros* são museus, em sua maioria, sendo processos comunitários dinâmicos que entendem o papel transformador dos museus e seus desdobramentos, indo

⁹ Destaca-se a Rede de Memória e Iniciativas Comunitárias da Região Norte.



além do conceito pré-estabelecido no sentido institucional. Desse modo, os comunitários reconhecem as linguagens reveladas, categoriais criadas, símbolos e rituais expostos, bem como instituições afirmadas (BARTH 2000) que envolvem o processo de formação e execução do Programa Pontos de Memória.

O programa alcançou reconhecimento nacional e internacional no que se refere à aplicação na prática dos conceitos atrelados a museologia social, compartilhando saberes e fazeres das experiências metodológicas dos *pontos pioneiros*, o que contribuiu para um maior desenvolvimento e qualificação, inclusive do seu pessoal (MOURA 2016). Reconhece a importância dessa política, mas sabe-se que é por meio do empoderamento das comunidades relacionadas aos *pontos pioneiros* que a eleva ao status de eficácia, passando a ser reconhecida como uma importante política cultural do estado brasileiro. Abordar os desdobramentos dessa política é o objetivo da próxima seção.

3. POLÍTICA CULTURAL DOS PONTOS DE MEMÓRIA

A partir da década de 1990 iniciou no Brasil um movimento político em defesa da cultura como agente formador e articulador no processo de luta e consciência social, em que defendia-se propostas de descentralização cultural. Nesse momento, a ideia de diferença foi incorporada no cotidiano dos grupos sociais que exigiam instituições de vida própria inserida no cotidiano das cidades, da indústria cultural e da cultura de massas (MORAES 2009). No campo dos museus, intelectuais e agentes comunitários trabalharam em defesa de políticas públicas que pudessem promover, valorizar e difundir o patrimônio cultural.

Frentes políticas voltadas para museus passaram a militar por mudança no quadro político da época, conseguindo ascensão no governo Lula no ano de 2003. Todo tipo de profissional de museus como museólogos, antropólogos e educadores integraram-se a instituições culturais pelo país, por exemplo no DEMU/IPHAN, mencionado anteriormente. Nesse contexto, iniciou um processo de formulação de documentos e autarquias museais, surgindo a Política Nacional de Museus (PNM)¹⁰, o Sistema Brasileiro de Museus (SBM)¹¹ e o Estatuto de Museus (EM)¹² em 2006 até a aprovação e constituição do Instituto Brasileiro de Museus, em 2009.

Moraes nos assegura que essas ações “modificaram as relações estruturantes, relações gerenciais, políticas, econômicas, sociais, relacionais e simbólicas políticas (...) isto é, o museu não é mais um fim em si mesmo, não se esgota em si, mas é parte de uma

¹⁰ Propõe promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro.

¹¹ Sua finalidade é facilitar o diálogo entre museus e instituições afins, objetivando a gestão integrada e o desenvolvimento dos museus, acervos e processos museológicos brasileiros.

¹² Lei 11.904/2009. Com a finalidade de preservação do patrimônio cultural musealizado e passível de musealização, o decreto coloca para o setor uma série de ações e procedimentos que devem ser seguidos e confere ao IBRAM ações de fiscalização.



estratégia social e simbólica” (2009, p. 63). Portanto, essa estratégia social e simbólica identificada pelo autor representou o surgimento do Programa Pontos de Memória, onde o estado apreende essa política como sendo uma metodologia fundamental ao combate dos problemas sociais existentes nas periferias, como a violência (GEISE 2014, MOURA 2016, MOURA e GODOY 2017).

Desse modo, o PPM foi pautado no Plano Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Museus, sob responsabilidade da Coordenação de Museologia Social e Educação (COMUSE) do Departamento de Processos Museais (DPMUS) do IBRAM. Pelo qual, reconhece comunidades organizadas, por meio das lembranças, práticas cotidianas, expressões artísticas e religiosas, fazeres e saberes; que expressam por outros suportes de memória os seus valores patrimoniais (CHAGAS 2009). Sendo a favor de movimentos que lutam por redução de injustiças e desigualdades sociais a partir de processos museais (CHAGAS E GOUVEIA 2014). Atualmente são mais de 150 iniciativas reconhecidas no país, além de 18 premiadas no exterior, a partir dos editais prêmios.

Os princípios do programa foram definidos em 2012, com participação dos *pontos pioneiros*, representantes do campo da museologia social e técnicos do instituto. Esses sujeitos redigiram a “Carta dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social” (IBRAM 2012) contendo os seguintes princípios:

1. Garantir o direito à memória às comunidades, grupos e sujeitos locais historicamente excluídos;
2. Salvar e garantir que os Pontos de Memória e demais iniciativas comunitárias em memória e museologia social sejam geridas por instâncias participativas, organizadas para esta finalidade, no seio de suas próprias populações;
3. Garantir a autonomia e a descentralização das iniciativas comunitárias de memória, fomentando a cooperação entre as redes estaduais de memória e museologia social;
4. Reconhecer, respeitar e valorizar as diversidades, especificidades e potencialidades das comunidades, priorizando o desenvolvimento local e visando à sustentabilidade;
5. Adotar metodologias de conhecimento sistêmico do território como garantia da relação entre memória social e sustentabilidade;
6. Instituir a formação em rede como parte do processo de articulação das redes estaduais, garantindo uma formação continuada que atenda às reais necessidades de desenvolvimento e sustentabilidade dos Pontos de Memória e demais iniciativas comunitárias em memória e museologia social.

A definição desses princípios foi uma conquista da militância política dos pontos de memória que pressionou a COMUSE para a garantia de que o PPM fosse definitivamente uma política pública do IBRAM. As articulações dos sujeitos envolvidos intensificaram com a formação da Comissão Provisória de Gestão Compartilhada/Participativa (COGEPACO) durante o 5º Fórum Nacional de Museus na cidade de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro (realizado no mesmo ano de 2012). A COGEPACO possibilitou o intercâmbio entre



as experiências de pontos de memória (reconhecidas até o momento) e na capacitação dos pontos premiados pelo primeiro edital, além da realização da IV Teia da Memória em Belém no ano de 2014.

A IV Teia recebeu os representantes de 120 Pontos de Memória existente naquele momento, como também profissionais, pesquisadores e estudantes da museologia social no Brasil e no mundo. O evento teve como principal resultado o debate sobre a minuta de portaria para a constituição de um Conselho de Gestão Participativa e Compartilhada do Programa Pontos de Memória e a eleição dos conselheiros, que são representantes dos pontos pioneiros e dos premiados, além de representantes específicos das Redes de Pontos de Memória (MOURA 2016, IBRAM 2017). Identificou-se ao longo desses últimos anos que a instabilidade política do país influenciou diretamente na articulação dos pontos que perderam forças dentro do programa, principalmente no período de 2015 a 2016.

Isso é claramente percebido quando observamos que o Conselho de Gestão Participativa e Compartilhada do Programa Pontos de Memória não teve atuação no período descrito, resultando na não aprovação da minuta de criação do conselho dentro do IBRAM. Porém, no ano de 2017 as forças políticas efervesceram novamente e conseguiram participação desse mesmo conselho dentro do 7º Fórum Nacional de Museus ocorrido em maio na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Para uma primeira etapa de campo de minha tese acompanhei os debates acirrados entre os representantes do Conselho de Gestão Participativa do PPM com os representantes do IBRAM, inclusive com forte pressão ao atual presidente do instituto, Marcelo Mattos Araújo.

Os representantes dos Pontos de Memória presentes no 7º Fórum garantiram a agilidade ao processo de criação de uma autarquia civil na gestão do PPM. O momento foi de negociação, de avanços e de rupturas entre as esferas envolvidas. Tendo como principal encaminhamento a publicação da Portaria nº 315 que institucionaliza o Programa Pontos de Memória, após alguns meses, em setembro de 2017.

Na portaria os princípios do PPM estão registrados, as experiências comunitárias participantes da Ação-Piloto são reconhecidas como *pontos pioneiros*, o Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória (uma negociação dentro do 6º Fórum que substituí o formato de Conselho por Comitê) é constituído, o IBRAM compromete-se a promover debates e ações com representantes de pontos de memória e fixa-se o prazo de 240 dias para a publicação do regimento interno do Comitê Consultivo. No entanto, identifico que as rupturas impossibilitam que ações realizadas nos *pontos pioneiros* possam avançar para os demais pontos de memória, principalmente nas que se referem a processos museológicos.

Moraes afirma que “a política cultural ainda depende de circunstâncias e de alianças conjunturais” (2009, p. 67). Desse modo, percebe-se que as políticas culturais voltadas para



os museus não se diferenciam de qualquer outra política pública cultural brasileira, mesmo as pautadas no protagonismo comunitário. Contudo, as iniciativas comunitárias que muitas vezes nem entendem conceitos de museu e memória social, ao militarem por seus patrimônios internalizaram a política dos Pontos de Memória como um importante processo de ação e mobilização social. Com o intuito de expor de que modo a política acontece em níveis locais, trago na próxima seção algumas observações e experimentos de campo.

4. REFLEXÕES SOBRE MUSEUS NAS PERIFERIAS

Participo do processo de formação e consolidação do Programa Pontos de Memória desde sua fase inicial quando tornei-me conselheira do Ponto de Memória da Terra Firme (período de 2010 a 2011) e, posteriormente, consultora local do programa no PMTF (anos de 2011 e 2012). Ao cursar Antropologia passei a pesquisar sobre essas iniciativas comunitárias, tomando como referência a existente em Belém. Fato que possibilita-me experimentar o fazer antropológico frente a um processo complexo, inacabado e construtivo do campo dos museus no país.

Dentre algumas imersões em campo, na oportunidade de perguntar a um grupo de moradores do bairro da Terra Firme o que significa ter um museu na periferia? Obtive a seguinte resposta¹³: “Museu na periferia é dar espaço ao novo, é narrar a vida, é valorizar o conhecimento, a diversidade e o movimento em comunidade. Mas, museu na periferia, é, sobretudo, dar representatividade”. A partir dessa definição busco observar o que isso significa na prática para os *pontos pioneiros*.

Ao visitar a exposição “Movimentos da Estrutural – Luta, Resistência e Conquista” do Ponto de Memória da Estrutural, no Distrito Federal, conheci a história do lugar com a representação de fatos que contribuíram para a identidade local e o fortalecimento dos laços comunitários, por meio de conjuntos expositivos criados a partir de objetos reciclados. No Rio de Janeiro, visitei o Museu de Favela pelo Circuito Casas Tela que narra a memória e a cultura local por meio de 27 telas de arte grafite/naif de vários artistas dos morros Cantagalo, Pavão e Pavãozinho. Em Salvador, vivenciei alguns encontros no Ponto de Memória do Beiru onde pude conhecer um pouco da luta pela valorização da memória do líder negro, Gbeiru (Beiru, em Yorubá)¹⁴, que deu origem ao nome do bairro, por ser considerado símbolo de luta e resistência entre os moradores da região (IBRAM 2016).

¹³ Nessa imersão em campo, estive acompanhada de Camila Quadros, pedagoga, mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, pesquisadora no bairro da Terra Firme. Em maio de 2017 realizamos a oficina Viver para lembrar, morrer para esquecer? A Terra Firme e suas representações museais” para estudantes, lideranças e moradores do bairro da Terra Firme. A definição de “museu na periferia” foi um dos resultados desse trabalho.

¹⁴ Nigeriano da cidade de Oió, chegou ao Brasil em 1820. O líder destaca-se por ter organizado um quilombo na região que atualmente é o bairro do Beiru.



Caminhei no bairro Lomba do Pinheiro em Porto Alegre para conhecer os percursos trilhados pelos moradores na garantia de seus direitos, como educação, saúde e moradia; luta diária do Ponto de Memória Lomba do Pinheiro.

As realidades, por mim identificadas, são próximas as do bairro da Terra Firme em Belém, meu lugar de pertença dentro dos Pontos de Memória. O lugar foi formado a partir da década de 1960 por meio de um processo de ocupação de trabalhadores de baixa renda que se deslocaram do centro urbano da cidade e do interior do estado com o intuito de fixarem moradia em áreas de várzeas pertencentes à União, mais precisamente a Universidade Federal do Pará (MOURA 2016). Sem planejamento urbano e se mantendo por um longo período à margem da sociedade belenense o bairro da Terra Firme foi abandonado pelas políticas públicas governamentais. Contudo, é um lugar de organização política ativa em que moradores reivindicam seus direitos por meio de associações e cooperativismo, sendo chamado por Quadros (2014) de a “periferia dos direitos”.

Segundo Fernandes e Mata (2015) a formação de periferias se dá para além da distância geográfica, elas indicam uma distância simbólica constituída pela perda de qualquer coisa que coloca em ordem o urbano, como também pela perda de recursos materiais e de um estilo de vida marcado por padrões de conforto e acesso a esses recursos. A partir dessas construções simbólicas dentro das cidades são gerados os mais variados estigmas, rótulos, etiquetagem social sobre esses lugares, fala-se de “bairros de tráfico”, “bairros de droga”, “bairros de imigrantes”, “bairros de realojamento” dentre tantas outras classificações locais/nativas. Para os autores “viver nas periferias desqualificadas gera uma condição social subalterna, e esta tem um impacto sobre o indivíduo, desde logo sobre o seu corpo e a sua saúde, mas também sobre o seu autoconceito” (*Ibidem*, p. 9).

As periferias inseridas no Programa Pontos de Memória são marcadas por agravantes sociais e antagonismos de classes, porém a organização social por parte de seus moradores possibilita na transformação desses lugares, visando constantemente a melhoria na qualidade de vida. E dentre diversos atos de transformação desses grupos, observamos o processo de musealização de seus territórios, tocados pela vontade de memória. Para Abreu (2016) a memória social é constituída entre o lembrar e o esquecer que propicia em novos mundos, ao possibilitar a apropriação de experiências para a transformação de acontecimentos já vividos. Bosi nos afirma que “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar” (1999, p. 55).

Essas citações são importantes para compreendermos que o processo museológico instaurado nessas comunidades possibilita um novo arranjo social, provocado pelo surgimento de novos mundos que são constituídos pelo ação de refazer, reconstruir e repensar as experiências lembradas e vividas. Portanto, os impactos sobre os corpos, saúde



e autoconceito dos indivíduos, mencionados por Fernandes e Mata (2015), são vencidos conforme essas rearranjos sociais acontecem, principalmente quando suas memórias são instrumentos de resistência e empoderamento social.

Em vista disso, Lifschitz (2016) defende que em alguns povos recusa-se esquecer, resultando no surgimento do que compreende-se como memória política. Para o autor, “a memória política se articula a vínculos intencionais (...) Ou seja, que mais que compreender, a questão é como exercer influência sobre outros ou confrontar-se para atingir uma finalidade” (*Ibidem*:71-72). A finalidade levantada por ele é a de intervir no mundo social, confrontando a realidade jurídica, cultural e política por meio de narrativas e práticas de memória.

Desse modo, compreende-se que esses novos museus brasileiros, os Pontos de Memória, surgem com a intenção de valorizar e enaltecer o processo de construção da identidade coletiva de seus lugares de pertencimento. Identidade formada sob forte influência de movimentos sociais, como: o feminismo, o negro, o LGBT, entre tantos outros significativos. Esses movimentos mobilizam pessoas na formação de redes de instituições comunitárias que atendem as necessidades básicas dos sujeitos envolvidos (WACQUANT 2007).

Tais sujeitos são marcados por processos de subalternidade, marginalidade e discriminação social. Muitos são negros e negras oriundos de famílias pobres que tiveram pouco acesso à educação de qualidade, pelo qual sofrem com a estigmatização que os reduzem a uma situação de minoridade. Contudo, são a grande maioria da população brasileira que resiste bravamente ao racismo e ao preconceito, os aprisionando nessa situação ao longo de suas vidas.

A realidade de formação desses Pontos de Memória, em especial os pioneiros, acontece dentro de mudanças na conjuntura política do país. Em que homens e mulheres lutam pela garantia de seus direitos conseguindo aos poucos por meio de políticas afirmativas acessar a educação de ensino superior. Esses sujeitos retornam aos seus lugares de pertencimento refletindo junto com suas redes relações pessoais e profissionais sobre a sua realidade e a do seu lugar.

Desse modo, conseguem enaltecer e valorizar a própria vida, o conhecimento local, a diversidade e o movimento de suas comunidades, conseguindo representatividade dentro de espaços de luta e poder, como os museus. Nesses novos museus são narradas memórias que não quiseram ser esquecidas, de um tempo de luta frente a várias situações em que sofram coagidos em suas próprios lugares, como por exemplo o Grito da Terra Firme em 1992 onde levou mais de 20 mil pessoas as ruas de Belém exigindo a garantia do direito à moradia. Essas memórias são contatadas por meio de movimentos artísticos de



produção local, como o Circuito Casas Tela do MUF e a exposição Movimentos da Estrutural do Ponto de Memória da Estrutural, que valoriza o potencial cultural desses lugares.

No mais, a contribuição mais significativa dos Pontos de Memória em seus lugares de atuação é a melhoria na autoestima dos sujeitos, que em sua maioria são trabalhadores e/ou estudantes que diariamente realizam seus afazeres com muita dificuldade, mas que não são reconhecidos, se quer vistos dentro da rede de relações opressoras que instalam em seus lugares de moradia e trabalho. É o autoconceito, afirmado por Fernandes e Mata, que ao ser trabalhado torna-se uma ferramenta de luta frente a essas situações de opressões sociais. Os *pontos pioneiros*, ao longo desses oito anos de atuação, vem contribuindo para a formação de identidades coletivas fortes, atuantes e operantes, pelo qual ajuda os sujeitos na descoberta de si e seus pares dentro dos territórios em que atuam.

Visualizamos essa contribuição quando nos deparamos com o principal objetivo do Ponto de Memória do Beiru, em que por meio da história do líder Beiru a formação da identidade do bairro vem sendo consolidada e operacionalizada como instrumento de resistência histórica e sociocultural dentro da cidade de Salvador. Identificamos esse interesse também no Ponto de Memória da Terra Firme quando jovens estudantes do bairro são convidados a produzirem dois vídeos documentários - “Todo Dia é Dia de Feira na Terra Firme” e “Ritmos, Cores e Rostos da Terra Firme” – que os possibilitaram refletir sobre as realidades cotidianas e artísticas do bairro da Terra Firme.

Esses e outros conflitos íntimos dos Pontos de Memória tem-me levado a realidades muito semelhantes pelas periferias brasileiras, mas com arranjos sociais diferentes conforme as necessidades de cada lugar. Imergir nesses lugares provoca-me inquietações muito pessoais sobre o país, sobre quem sou nesse país e como sou vista nesse lugar. Desbravar esses lugares e suas provocações em nós é um dos objetivos da minha pesquisa. Contudo, espero, mesmo de maneira breve, conseguir afetar a você, leitor, sobre as escolhas que são feitas a partir do momento que não se esquece algo, e que os Pontos de Memória contribuem para esses debates de resistência política no Brasil.

5. BREVE CONCLUSÃO

As ações que implicam na consolidação do Programa Pontos de Memória, propiciam autonomia e o protagonismo comunitário dentro de territórios marginalizados pela opressão social. Poder falar em primeira pessoa, militar a favor de suas necessidades tem contribuído para a valorização da memória social desses sujeitos, bem como o fortalecimento de suas identidades, impulsionando a economia de produção local.



Sobretudo, tem contribuído para a melhoria na autoestima do cidadão marcado por estereótipos fundamentados em preconceitos.

Ao trabalhar com um olhar, um ouvir e uma escrita tematizada tenho proposto construir uma etnografia que desafie os conceitos do senso comum ao observar os sujeitos envolvidos no processo relacionando com as teorias sobre o tema. O objetivo é desmitificar as marcas desses territórios, permitindo reflexões sobre suas potencialidades, identidades e memórias. Desse modo, desafio você também a treinar seu olhar e reconhecer o outro que mora ao lado!

REFERÊNCIAS

ABREU, R. 2016. **Memória social: itinerários poéticos-conceituais**, in **Porque memória social?** Editado por: V. Dodebei et al, pp. 41-66. Rio de Janeiro: Revista Morpheus : estudos interdisciplinares em Memória Social : edição especial.

BARTH, F. 2000. **O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa.

BOSI, E. 1999. **Memória e Sociedade: lembrança dos velhos**. São Paulo: Companhia das Letras.

CHAGAS, M. 2009. **A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM.

_____, M. GOUVEIA, I. 2014. **Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação)**. **Cadernos do CEOM – Museologia Social** 41:9 – 22.

DIAS, N. 2007. **Antropologia e museus: que tipo de diálogo?**. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario de Souza; Santos, Myrian Sepúlveda dos (org.). **Museus, coleções e patrimônios; narrativas polifônicas**. Rio de Janeiro: GARAMOND, MIC/IPHAN/DEMU (Coleção Museu, Memória e Cidadania).

DUARTE, A. 2013. **Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora**. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Gadruação em Museologia e Patrimônio** 6: 9-117.

Fernandes, L. Mata, S. 2015. **Viver nas “Periferias Desqualificadas”: Do Que Diz a Literatura às Percepções de Interventores Comunitários**. **Ponto Urbe**. Disponível: <<http://pontourbe.revues.org/2658>> Acesso em 30 Junho 2017.

GEISE, S. 2014. **Pontos de Memória: uma via conceitual de museu no Bairro da Terra Firme**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Museologia) – Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal do Pará.

IBRAM. 2012. **Carta dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social**, Brasília. Disponível: < http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/06/Minuta_MuseologiaSocial_PontosdeMemoria.pdf > acesso em janeiro de 2015.

_____. OEI. 2016. **Pontos de Memória: metodologia e práticas em museologia social**. Brasília: Phábrica.

_____. 2017. **Relatório do 6º Fórum Nacional de Museus: museus criativos**. Brasília: IBRAM.



_____. 2017. **Portaria nº 315, de 6 de setembro de 2017.** Dispõe sobre a instituição do Programa Pontos de Memória. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Portaria-Pontos-de-Memoria.pdf>. Acesso em 12 set. 2017.

LERSCH, T. M.; OCAMPO, C. C. 2004. **O conceito de museu comunitário: história vivida ou memória para transformar a história?** Kansas City: Conferencia Nacional de la Asociación Nacional de Artes y Cultura Latinas. (Tradução: OM Priosti – Maio de 2008). Disponível em: <http://www.abremc.com.br/artigos1.asp?id=5>. Acesso em 6 jun. 2014.

LIFSCHITZ, J. A. 2016. **Em torno da memória política, in Porque memória social?** Editado por: V. Dodebei et al, pp. 67-83. Rio de Janeiro: Revista Morpheus: estudos interdisciplinares em Memória Social : edição especial.

MORAES, N. A. 2009. **Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil.** Revista Museologia e Patrimônio. Rio de Janeiro: MAST. Vol. II. n 1.

MOURA, C. A. 2016. **Ponto de Memória: experiências etnográficas no museu diferente de Terra Firme, Belém-Pa.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Brasil.

_____. GODOY, R. 2017. **Os Museus emanados da Periferia e suas perspectivas para o Turismo Cultural: uma proposta da Amazônia Brasileira.** O Ideário Patrimonial 8: 73-91.

QUADROS, C. A. 2014. **A Educação como Direito Humano Fundamental: a experiência do Museu Goeldi em práticas de educação não formal no bairro da Terra Firme.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Pará

SEPÚLVEDA, M. S. 2004. **Museus Brasileiros e Política Cultural.** Revista Brasileira de Ciências Sociais.v. 19, n. 55. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a04v1955.pdf> > Acesso em: novembro 2015.

VARINE, H. 2005. **O museu comunitário é herético?.** Coletânea de Artigos 1-11.

WACQUANT, L. 2007. **Urban Outcasts: A Comparative Sociology of Advanced Marginality.**

**GT 07 – Cidades e Transformações do Urbano na América Latina.****IMAGINÁRIOS TURÍSTICOS URBANOS: PERSPECTIVAS DOS MORADORES DA
CIDADE DE PARANAGUÁ (PR)**

Milene de Cássia Santos de Castro (Universidade Federal do Pará)¹
Castro.milene2010@gmail.com

Marcelo Chemin (Universidade Federal do Paraná)²
marcelochemin@ufpr.br

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade analisar os resultados encontrados a partir da aplicação de formulários semiestruturados na Cidade de Paranaguá. Também discutir a imagem dos atrativos turísticos na visão dos moradores do município que está intrinsecamente relacionada ao seu Porto. A partir desse entendimento cabe-se medir qual o grau de envolvimento da população com esses atrativos. Também, foram relacionados à imagem da cidade os efeitos causados pela gestão pública. Para isso, foi utilizado um método de pesquisa qualitativo que objetivou o conceito individual e a compreensão da situação questionada aos entrevistados.

Palavras-Chave: Imaginário urbano, Atrativos turísticos, Paranaguá-PR.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo faz uma síntese com referência ao imaginário turístico urbano da Cidade de Paranaguá, a principal cidade do Litoral Paranaense e cidade mais antiga do estado. Assim, para a realização do estudo utilizou-se como base metodológica o livro Imaginários Urbanos, de Armando Silva. A obra trata-se de uma pesquisa que objetivou verificar o imaginário urbano dos moradores de cidades da América Latina, mais especificamente as Cidades de Bogotá e São Paulo. No entanto, para esse estudo foi realizada uma adaptação da metodologia utilizada na obra, a fim de verificar o imaginário urbano da Cidade de Paranaguá.

Objetivou-se com o levantamento de dados, caracterizar o entendimento dos moradores da cidade e/ou visitantes em relação aos atrativos turísticos de Paranaguá. E também, analisar se os moradores valorizam esse patrimônio. Todavia, os resultados obtidos atenderam as expectativas de pesquisa. E colaboraram para o rascunho do imaginário urbano da localidade.

¹ Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Mestra em Turismo e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) Brasil. E-mail: castro.milene2010@gmail.com.

² Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR – Setor Litoral), Brasil, E-mail: marcelochemin@ufpr.br.

**FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ**

FONTE: PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE PARANAGUÁ. PDDI PARANAGUÁ, 2007. FUNPAR.

Segundo informações provenientes da Prefeitura do município, Paranaguá (Figura 1) está distante a 91 km de Curitiba. Faz limite com os Municípios de Antonina e Guaraqueçaba (ao norte), Com Guaratuba e Matinhos (ao sul), com Pontal do Paraná (a leste) e Morretes (a oeste). O município tem área de 826, 652 km², e população estimada em 149, 467 habitantes, dados provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A seguir, segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) está subdividida em 2 distritos administrativos, Paranaguá e Alexandra. E tem a maioria de sua população residente concentrada em área urbana. E tem a estimativa de população de 148.232 habitantes.

Ainda com base nos dados disponibilizados pela Prefeitura de Paranaguá, a fundação da cidade trata-se de 1550 por meio da navegação realizada em Ararapira e Superagui.



Também existem relatos que a colonização foi realizada pela imigração de moradores das localidades de São Vicente e de Cananéia (SP) que se estabeleceram na Ilha de Cottinga. Data-se de 1554 as primeiras manifestações de comércio marítimo com o porto de Paranaguá. Com isso, a evolução a Distrito foi em 1647 e de Município em 29 de julho de 1648.

Posteriormente, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da localidade é de 0,750 e Produto interno Bruto (PIB) per capita é de 70. 251, 04 reais. Entorno de 59.000 moradores são católicos, seguidos por 53.000 evangélicos e aproximadamente 2000 espíritas. A maioria da população é formada por mulheres e cerca de 123 000 moradores são alfabetizados.

No que diz respeito ao turismo em Paranaguá, o município apresenta vários atrativos para os seus moradores e visitantes. Esses atrativos são apresentados por meio do Guia Turístico da cidade, que foi elaborado pela Fundação Municipal de Turismo (FUMTUR) em parceria com a Prefeitura de Paranaguá. No guia é apresentado os principais pontos turísticos e também um breve histórico do município.

2. PLANEJAMENTO URBANO E TURÍSTICO

Compreendo o termo urbano como algo entrelaçado com áreas urbanizadas, desenvolvimento industrial e com altas concentrações populacionais. Aspectos como as especificidades culturais da sociedade urbana são omitidos (MOURA E BAHL, 2010). Contudo o urbano pode ser caracterizado como um meio social e cultural adaptado para tornar-se um espaço de convívio e de moradia social humana (MOURA E BAHL, 2010). Sobre esse espaço de convívio continue a ser agradável e um local de representações sociais e culturais o planejamento tornar-se um instrumento necessário para a consumação dessa tarefa.

Com o intuito de discorrer acerca do planejamento, que por definição está associado ao ato de criar e/ou planejar ações para a melhoria de um determinado objetivo. Torna-se necessário dissertar a acerca dos tipos e da duração do planejamento. Para isso, Yázigi (2009) define o planejamento como uma ramificação política que tem necessidade de técnicas e negociações políticas. No que se relaciona ao turismo, o ato de planejar carece de outros elementos além dos já citados. Ainda para o autor, falta a visão para os governantes e para cidadãos da importância do planejamento por meio de programas que visem o beneficiamento coletivo. (YÁZIGI, 2009).

No entendimento de Yázigi (2009) o planejamento pode ser dividido em: curtíssimo prazo, curto prazo, médio prazo e longo prazo. Ainda pode ser denominado como planejamento integral e planejamento estratégico. Sendo o primeiro, com o intuito de abarcar



um planejamento em sua totalidade e o segundo com o objetivo de criação de aglomerados, também conhecidos como *clusters*. Essa modalidade do planejamento tem características neoliberais.

Com disposição a realidade encontrada em Paranaguá, infere-se que o governo local no que diz respeito ao turismo, tem realizado ações de planejamento estratégico de curto e médio prazo. Com a construção de atrativos turísticos, áreas de lazer e com investimentos na criação do Guia turístico e da FUMTUR. No entanto, não investiu na restauração de prédios históricos da cidade, e nem na manutenção dos prédios que já foram restaurados. O que cria uma situação de insatisfação em alguns pontos da paisagem urbana de Paranaguá.

2.1 Pontos de vista do Cidadão de Paranaguá

Buscar o entendimento do cidadão a respeito dos recursos históricos é uma categoria de análise pertinente para os gestores de turismo. Devido ao fato de que se houver uma identificação do cidadão com o patrimônio local infere-se que esse patrimônio seja valorizado e caracterizado como uma imagem da cidade e dos moradores. Para Silva (2006) o ponto de vista cidadão é definido por várias estratégias discursivas pelas quais ao cidadão conta a sua história, uma vez que essas histórias podem estar relacionadas com imagens visuais da localidade.

No tocante as noções territoriais, Silva (2006) esclarece que “a cidade desde sua origem expõe condições territoriais”. O que apresenta a importância da relação do homem com a terra para o autor. Evidencia o sentimento de pertencimento a terra, como sendo a terra de seus pais e sua terra pátria. Posteriormente, o território é definido como um espaço imaginário, onde habitamos e recordamos o passado. O território pode ser definido como limites geográficos e simbólicos (SILVA, 2006).

No século vigente, a globalização criou e incorporou novos paradigmas territoriais por meio do crescimento urbano, o simbolismo e o pertencimento territorial foram sendo minimizados. Silva (2006) sinaliza que com essa nova realidade urbana foi enfatizada a cultura e não a arquitetura, e que seus cidadãos tornaram-se cidadãos urbanos. O que vem a resultar nos imaginários urbanos, como um conjunto de ideias e expressões dos moradores de um determinado território urbano.

Em suma ao desafio de fomento do planejamento urbano, representado nesse estudo pelo desenvolvimento do turismo urbano. Será utilizado como premissa de análise o modelo criado nas cidades da Europa como uma possibilidade de ação para a cidade de Paranaguá. O modelo objetivou compor um grupo de trabalho para debater questões relacionadas a “questão urbana” e definir temas chaves. Dentre os temas definidos estão questões acerca



da mobilidade, reafirmação de atrações urbanas, processo de turistificação do sistema urbano e a função turística e de lazer (JANSEN-VERBEKE E LIEVOIS, 2002). Em resumo o grupo analisou o mercado de turismo Europeu, realizaram pesquisas a respeito dos destinos turísticos escolhidos pelos europeus nas férias e quais os principais critérios para a escolha desses destinos.

O resultado foi uma revitalização cultural dos destinos urbanos da localidade em decorrência de uma análise das potencialidades e das inabilidades do destino turístico. Como potencialidade notou-se o interesse pelo turismo cultural, que é visto como um segmento que mais cresce no mercado Turístico (RICHARS, 1996 apud JANSEN-VERBEKE E LIEVOIS, 2002). A partir desses dados o mercado turístico atentou-se para o interesse dos turistas por destinos que ofereçam uma herança cultural por meios de lugares históricos e atrações culturais.

Similar ao ocorrido nas Cidades Europeias, Paranaguá pode realizar um processo similar a fim de valorizar as suas heranças culturais. Como identificado na coleta de dados, os entrevistados identificam-se com o porto, e relatam memórias a partir desse reconhecimento. O acidente do Navio *Vicuña* foi lembrado pelos entrevistados e proporcionou verificar diferentes pontos de vista de um mesmo fato. A morte do Ex-prefeito, a construção da ponte de Valadares e a Festividade do Rocio foram outros assuntos que possibilitaram diferentes perspectivas dos entrevistados. No entanto, a acerca do centro histórico foi citado como um dos melhores lugares da cidade. Porém, não esteve relacionado às memórias dos entrevistados.

3. METODOLOGIA

Esse estudo foi realizado com uma abordagem metodológica qualitativa, por meio da aplicação de 10 formulários semiestruturados, no dia 08 de novembro de 2014, na Cidade de Paranaguá. Relativamente ao método qualitativo Creswell (2010) identifica como uma possibilidade de assimilar a definição que indivíduos e grupos concedem a um determinado problema social ou humano. Ainda em relação a coleta de dados qualitativos, Creswell (2010) determina que a compilação de dados é realizada no ambiente do participante, com uma verificação indutiva produzida através das minúcias dos temas e do entendimento realizado pelo pesquisador sobre as informações coletadas.

No entanto, esse estudo utilizou também como modelo de pesquisa o trabalho intitulado: Imaginários urbanos, produzido na década de 1990, pelo Autor Armando Silva. A obra trata-se de uma pesquisa que objetivou verificar o imaginário dos moradores de cidades da América Latina, em relação a imagem da cidade e a sua interligação com as formações



simbólicas. Por conseguinte, o estudo de Armando Silva foi de enfoque comparativo e procurou entender problemas da cultura urbana por meio de um ensaio interdisciplinar, com base em aportes teóricos e metodológicos da Antropologia, da Psicanálise, da Teoria da Comunicação, da Estética e da História.

A obra *Imaginários Urbanos* desenhou a imagem urbana das Cidades de Bogotá e de São Paulo, por meio da aplicação de croquis, construídos de acordo com a maneira que os moradores imaginavam sua cidade. Os resultados da pesquisa pautaram um rascunho simbólico do contexto social, político e histórico das cidades na década de 1990. A seguir, o autor definiu 3 categorias de investigação, que também foram utilizadas na observação realizada em Paranaguá. Essas categorias são: Dados de localização, de evocação e de uso.

A pesquisa praticada em Paranaguá foi feita aos moldes da aplicada por Armando Silva. No tocante a estrutura do formulário foi definida do seguinte modo, em um primeiro momento, dentro da categoria de localização foi perguntado sobre o sexo, idade e cidade de origem do entrevistado. Em um segundo momento, na categoria de evocação foi perguntado a respeito de fatos e personagens importantes na cidade e para finalizar na categoria de uso foi questionado quanto aos lugares que identificam a cidade, os melhores lugares das cidades, ruas turísticas, pontos turísticos, o que falta na cidade e lugares para a prática de lazer.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No processo de coleta de dados, os entrevistados foram escolhidos aleatoriamente. A pesquisa foi aplicada no centro histórico e próximo a Praça 29 de julho. Respeitou-se a disponibilidade de tempo dos entrevistados e os mesmos autorizaram a divulgação dos dados coletados. Aplicou-se 10 formulários com 3 perguntas fechadas e as demais abertas.

No que se refere aos entrevistados e a primeira categoria de análise, foram 10 pessoas, sendo 5 do sexo feminino e 5 do sexo masculino. A maioria dos entrevistados tinha idade de 40 a 50 anos, os demais tinham de 20 a 30 anos e mais de 60 anos. A metade dos entrevistados nasceu em Paranaguá, no entanto houve entrevistados de outras cidades, como Curitiba (PR), Maringá (PR), Guaraqueçaba (PR), Loanda (PR) e Santa Rosa (RS), no entanto todos moram atualmente em Paranaguá.

Tendo em consideração a segunda categoria de pesquisa, foram direcionadas aos entrevistados 2 perguntas, os questionamentos foram sobre fatos e personagens importantes. Quanto a primeira pergunta, as respostas foram: a Explosão do Navio Vicunã, a Festa de Nossa Senhora do Rocio, a morte do Ex-Prefeito Mário Roque, a construção da Ponte de Valadares, do Aquário de Paranaguá, da eleição do Ex-prefeito Mário Roque e da criação da FUMTUR. Em relação a segunda pergunta, as respostas foram: José Baka Filho, Valter do



mercado (vendedor de peixe no mercado da cidade), Waltel Branco (maestro e compositor), o Ex-prefeito Mário Roque, Tony Lagos (um apresentador de TV local), Júlia da Costa (Poetisa), o Ex-prefeito José Vicente Elias, Ivone Marques (Professora), o atual prefeito Edison de Oliveira Kersten e Tadayuki Nakayama (corredor de maratona que competiu até os seus 84 anos).

No que diz respeito a última categoria de pesquisa (Quadro 1), foi sondado a respeito dos (1) lugares que identificam a cidade, (2) quais os melhores lugares, (3) quais ruas são consideradas turísticas, (4) pontos turísticos, (5) lugares para prática de atividades de lazer e o (6) que falta em Paranaguá.

(1)	(2)	(3)
<ul style="list-style-type: none"> • Porto de Paranaguá; • Igreja do Rocío; • Mercado de Café; • Casa Brasília Itiberê; • Mercado Muffato; • Praça 29 de julho. 	<ul style="list-style-type: none"> • Praça 29 de julho; • Praça Fernando Amaro; • Centro Histórico; • Ilha de Valadares; • Ilha do Mel; • Rua Conselheiro Sinimbú; • Igreja Batista Jardim América; • Baía de Paranaguá; • Aeroparque. 	<ul style="list-style-type: none"> • Rua da Praia; • Rua Conselheiro Siminbú (Estradinha); • Rua 15 de novembro; • Rua Vieira dos Santos.
(4)	(5)	(6)
<ul style="list-style-type: none"> • Aquário; • Porto; • Orla; • Igreja do Rocío; • Museu de Arqueologia e Etnologia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aeroparque; • Teatro Rachel Costa; • Centro da cidade; • Praça 29 de julho; • Cinema. 	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde; • Educação; • Limpeza; • Organização urbana; • Acessibilidade; • Manutenção dos prédios históricos; • Divulgação da cidade; • Construção de mais pontos turísticos.



Como já era esperado, o Porto de Paranaguá foi o principal lugar de identificação da cidade na visão dos entrevistados, seguido pela Igreja do Rocio. Em referência aos melhores lugares de Paranaguá a Praça 29 de Julho e o Centro Histórico foram os lugares mais citados. A seguir, a rua turística mais citada pelos entrevistados foi a Rua da Praia. Dando continuidade, os principais pontos turísticos foram: O Aquário, o porto, a Orla e a Igreja do Rocio. No tocante a penúltima pergunta, o lugar de lazer para os entrevistados é o Aeroparque, sendo citado nas 10 entrevistas. Para finalizar, os principais problemas de Paranaguá são: saúde, educação e limpeza.

Ao analisar os dados coletados foi criada a hipótese de a localização da realização da pesquisa ter influenciado a resposta dos participantes. E também devido ao período ser próximo a Festividade do Rocio. Outro ponto importante foi a percepção dos entrevistados em relação ao Centro Histórico, os mesmos evidenciam a necessidade de manutenção e conservação desse patrimônio. No entanto, os prédios históricos não foram apontados como um lugar de identificação da cidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento de aplicação dos formulários foi identificada a necessidade de realização de um pré-teste, a fim de beneficiar os resultados ulteriores do estudo. Também de testar os questionamentos definidos anteriormente, e de acrescentar questões relevantes a localidade que apenas foram percebidas durante a aplicação dos formulários em campo. Outro ponto foi a falta de disponibilidade dos entrevistados e curto período para a aplicação da pesquisa.

A respeito das considerações de campo, os moradores que participaram das entrevistas assinalaram a falta de conservação dos atrativos históricos da cidade como um dos principais motivos de descontentamento da população. Também foi comentado que a cidade necessita de estratégias turísticas mais eficientes a fim de atrair mais turistas. E a gestão pública é o ponto que mais gerou insatisfação dos entrevistados.

Esse estudo proporcionou um rascunho do entendimento de uma amostra de 10 moradores da cidade de Paranaguá. Que sinalizaram os pontos fortes e fracos da cidade. E também permitiram uma inferência do entendimento da população em relação aos atrativos históricos e turísticos. O estudo aponta a necessidade de realização de pesquisa com os moradores para a criação de políticas públicas participativas, com o intuito de permitir a participação popular no processo de tomada de decisão no município.

Se faz necessário atualizar os resultados com o intuito de verificar possíveis mudanças na percepção dos entrevistados, haja vista que este estudo foi realizado no ano de 2014. Também estima-se que a aplicação de mais formulários poderiam fornecer informações mais



detalhadas e significativas acerca da imagem dos atrativos da Cidade de Paranaguá, no que diz respeito aos moradores. Conclui-se que tais informações podem auxiliar na gestão municipal dos atrativos de Paranaguá.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=411820&idtema=16&search=parana|paranagua|sintese-das-informacoes>. Acesso em: 14 Dez 2014.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 3 ed. 2010.

JANSEN-VERBEKE. M; LIEVOIS, E. Análise de Recursos Históricos para Turismo Urbano em Cidades Europeias. (In) PEARCE. D.G. **Desenvolvimento em Turismo: Temas Contemporâneos**. São Paulo: Contexto, 2002.

MOURA, N; BAHL, M. Planejamento Urbano e Representações Sociais no Bairro Capela Velha, Araucária/PR. R. RA'E GA, Curitiba, n. 19, p. 35-52, 2010. Editora UFPR.

PARANÁ. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=83200>. Acesso em: 13 Dez 2014.

PARANAGUÁ. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de. Disponível em: http://www.paranagua.pr.gov.br/plano_diretor/+%20PLANO%20DIRETOR/PDF/PDDI%20%20Volume%20I%20An%C3%A1lise%20e%20Diagn%C3%B3stico.pdf. Acesso em: 15 Dez 2014.

_____. Prefeitura Municipal de. Disponível em: <http://www.paranagua.pr.gov.br/conteudo/a-cidade/localizacao>. Acesso em: 15 Dez 2014.

SILVA, A. Imaginários urbanos. Bogotá: Perspectiva, 5 ed. 2006. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0By0eEXvO4oLFdTMtaTdQQWt5RW8/edit>. Acesso em: 10 Dez 2014.

YÁZIGI. E. **Saudades do Futuro: Por Uma Teoria do Planejamento Territorial do Turismo**. Brasil: CNPQ, 1 ed. 2009.

**GT 07 - Cidades e transformações do urbano na América Latina****POLÍTICA URBANA E GESTÃO AMBIENTAL:
ANÁLISE SOBRE O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE NOVO
REPARTIMENTO (PA)**

Monique Helen Cravo Soares Farias (Universidade Federal do Pará)¹
adm.moniquefarias@gmail.com

Christian Nunes da Silva (Universidade Federal do Pará)²

Norma Ely Santos Beltrão³

RESUMO

O desenvolvimento local e regional dos municípios envolve inúmeras e divergentes questões, vinculadas às diversas temáticas e assuntos municipais. Nesse sentido, os municípios têm constantemente passado por desafios políticos, sociais, ambientais, financeiros e na sua forma de gestão, em que os munícipes têm exigido uma qualidade de vida mais adequada e demandado sua participação na condução do município. A procura por novas alternativas, a conscientização e o cumprimento da legislação ambiental foram passos importantes para a redução das consequências negativas oriundas das ações antrópicas no meio. Dentre os instrumentos de gestão ambiental urbana, o Plano Diretor destaca-se como um dos principais, pelo fato de não existir uma tradição de política ambiental em esfera municipal no Brasil. Assim, este trabalho tem como objetivo avaliar aspectos legais abordados no Plano Diretor do município de Novo Repartimento, estado do Pará, visando contribuir com tomadores de decisão na solução dos problemas enfrentados na região. Por meio da Lei nº 550, em 14 de novembro de 2007, foi instituído o Plano Diretor do Município de Novo Repartimento, no estado do Pará, abrangendo a totalidade do território, sendo o instrumento básico da política urbana do Município e integrando o sistema de planejamento municipal.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Planejamento. Território.

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento local e regional dos municípios envolve inúmeras e divergentes questões, vinculadas às diversas temáticas e assuntos municipais. Nesse sentido, os municípios têm constantemente passado por desafios políticos, sociais, ambientais, financeiros e na sua forma de gestão, em que os munícipes têm exigido uma qualidade de vida mais adequada e demandado sua participação na condução do município. O Estatuto da

¹ Mestre em Ciências Ambientais; Pesquisadora do Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia (GAPTA/UFPA).

² Doutor em Ecologia Aquática e Pesca na Amazônia; Pós-Doutor em Desenvolvimento Regional no PPGMDR/UNIFAP; Professor Adjunto II da Universidade Federal do Pará (UFPA); Pesquisador do Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia (GAPTA/UFPA).

³ Doutora em Economia Agrícola; Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), Universidade do Estado do Pará (UEPA)



Cidade, tal como apresentado por Mesquita & Ferreira (2017), é o nome dado à lei que regulamenta o capítulo “Política Urbana” da Constituição Brasileira de 1988 e tem como princípio básico o planejamento participativo e a função social da propriedade.

Para Serafim & Ricci (2017), historicamente, o Planejamento Urbano, materializado através do Plano Diretor, passou por inúmeras mudanças em sua estrutura, que podem ser dispostas em três grandes momentos. Inicialmente, no começo do século passado, as propostas contidas no instrumento de Planejamento Urbano priorizavam melhoramentos e projetos de embelezamentos dos grandes centros das cidades no Brasil (em uma tentativa de romper com a estrutura colonial presente até aquele momento). Em seguida, o Planejamento passou a ser caracterizado pela presença de uma forte técnica com base científica a fim de solucionar os problemas ditos urbanos. O terceiro momento do Planejamento é caracterizado pela proposta atual dos planos diretores em que busca contemplar aspectos econômicos, físicos, sociais e políticos das cidades. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, no início do processo de redemocratização do País, um novo elemento foi agregado à discussão sobre o Plano Diretor: a função social da cidade. Segundo o texto, o ordenamento territorial seria regido pelo Poder Público Municipal e caberia a ele fixar, por lei, o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o bem-estar de seus habitantes. Desta forma, os municípios com mais de 20 mil habitantes possuem a obrigatoriedade de elaborar seus Planos Diretores. A ideia por trás dessa obrigatoriedade para municípios também de pequeno porte estaria na municipalização da Reforma Urbana, garantindo a aplicação da função social da cidade e do bem-estar da cidade.

Ao Plano Diretor, de acordo com Almeida et al. (2014), como principal instrumento de planejamento territorial urbano cabe, portanto, implementar mecanismos que permitam atingir às condições necessárias à garantia do direito à cidade e da própria vida. Assim, o objetivo fundamental do Plano Diretor se concretiza na plena realização das funções sociais da cidade, que se materializam no acesso à moradia, às infraestruturas de transporte e saneamento, ao meio ambiente saudável, ao patrimônio histórico, cultural e paisagístico e aos equipamentos de educação, saúde, lazer e tantos outros fundamentais à vida moderna.

A procura por novas alternativas, a conscientização e o cumprimento da legislação ambiental foram passos importantes para a redução das consequências negativas oriundas das ações antrópicas no meio. Dentre os instrumentos de gestão ambiental urbana, o Plano Diretor destaca-se como um dos principais, pelo fato de não existir uma tradição de política ambiental em esfera municipal no Brasil.

Assim, este trabalho tem como objetivo avaliar aspectos legais abordados no Plano Diretor do município de Novo Repartimento, visando contribuir com tomadores de decisão na solução dos problemas enfrentados na região.

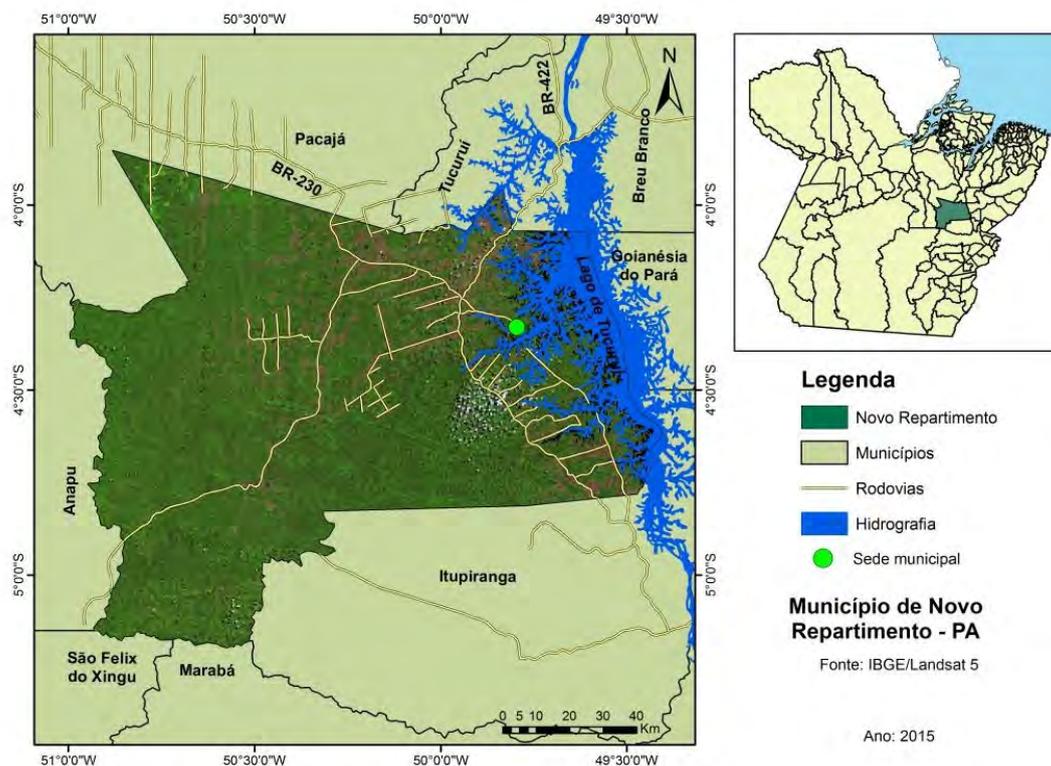


2. METODOLOGIA

2.1 Descrição da Área de Estudo

Esta pesquisa foi desenvolvida no município de Novo Repartimento, na Região de Integração Tucuruí, a sudeste do estado (Figura 1). Sua área abrange 1.539.800 hectares, e abriga 62.050 habitantes, dos quais 45% estão na área urbana e 55% na área rural (IDESP, 2012). O município abriga, total ou parcialmente, 1 Terra Indígena (TI), 3 Unidades de Conservação (UC's) e 31 Projetos de Assentamentos (PA's) (IMAZON, 2014).

Figura 1- Localização do Município de Novo Repartimento (Pará)



Fonte: IBGE/Landsat, 2015.

2.2 Coleta de Dados

Os aspectos teóricos e conceituais foram obtidos por meio da análise de artigos científicos nacionais, legislações e relatórios e publicações institucionais.



3. CONTEXTO DE NOVO REPARTIMENTO

Novo Repartimento foi fundado em 1991 e sua história se confunde com a do município de Tucuruí, do qual foi desmembrado. O povoado foi iniciado com um vilarejo às margens do Rio Repartimento. Por ser vizinho da primeira área demarcada como Reserva Indígena, Parakanã, denominaram o novo local de vila de Repartimento (MMA, 2009). Com a formação do reservatório de Tucuruí, parte da reserva onde viviam os índios foi inundada; a área restante foi cortada pela construção do desvio da Transamazônica (BR-230). Em 1981, as terras localizadas junto à fronteira leste da antiga reserva Parakanã foram utilizadas para relocar camponeses expropriados que eram, em sua maioria, colonos expropriados das margens do traçado original da estrada Transamazônica, migrantes vindos dos mais diferentes pontos do país e que, na década de 70, levados pelos incentivos do governo federal, deslocaram-se para a Amazônia, onde tinham promessas de oferta de terras e subsídios à agricultura e à moradia (ACSELRAD & SILVA, 2011).

A inundação do Reservatório de Tucuruí e o processo de relocação geraram indignação na população, que se viu obrigada a viver em acampamentos improvisados ou em superlotados imóveis de Novo Repartimento - núcleo urbano, na época, em implantação (ACSELRAD, 1991). Dedicada, em sua maioria, às atividades extrativas, parte dessa população foi relocada em loteamentos implantados às margens do reservatório. Lançados bruscamente no trabalho agrícola em áreas cuja paisagem natural desconheciam, os relocados não puderam estabilizar-se economicamente, o que favoreceu a reconcentração fundiária e o desmatamento (ACSELRAD, 2010).

4. PLANO DIRETOR: INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO

O conceito de Plano Diretor no Brasil surge por volta da década de 1950, embora já se utilizasse a expressão no Plano Agache em 1930. No entanto, foi após a promulgação da Constituição Federal (1988), nos artigos 182 e 183, que o Plano Diretor passou a ser usado como instrumento de política e desenvolvimento urbano, tendo como uma das suas principais funções ordenar a expansão urbana e o desenvolvimento das funções sociais, garantindo o bem-estar dos habitantes no município. Embora não sendo obrigatório aos municípios com



menos de 20 mil habitantes, muitos deles utilizam-no como mecanismo de desenvolvimento urbano e municipal (FERREIRA, 2017).

Por meio do Estatuto da Cidade, de acordo com Martins & Godinho (2016), o Plano Diretor foi definido como o principal instrumento da política urbana, responsável por fazer cumprir a função social da cidade e da propriedade, resumindo e tornando exposto o propósito acordado para o Município, estabelecendo princípios, diretrizes e normas a serem empregadas como sustentação para as decisões dos envolvidos no processo de desenvolvimento, orientando a todos os públicos envolvidos para que caminhem, tanto quanto possível, na direção desses objetivos.

Define Braga (2001) que o Plano Diretor é um instrumento eminentemente político, cujo objetivo precípua deverá ser o de dar transparência e democratizar a política urbana, ou seja, o plano diretor deve ser, antes de tudo, um instrumento de gestão democrática da cidade. Nesse sentido, é importante salientar esses dois aspectos do Plano: a transparência e a participação democrática. A transparência é um atributo fundamental em qualquer política pública. Desse modo, um objetivo essencial do plano diretor deve ser o de dar transparência à política urbana, na medida em que esta é explicitada num documento público, em uma lei. Tornar públicas as diretrizes e prioridades do crescimento da cidade, de forma transparente, para a crítica e avaliação dos agentes sociais, esta é uma virtude básica de um bom plano diretor.

5. RESULTADOS

5.1 Apresentação do Plano Diretor Municipal

Por meio da Lei nº 550, em 14 de novembro de 2007, foi instituído o Plano Diretor do Município de Novo Repartimento, no estado do Pará, abrangendo a totalidade do território, sendo o instrumento básico da política urbana do Município e integrando o sistema de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei do orçamento municipal orientar-se pelos princípios fundamentais, objetivos gerais e diretrizes nele contidas. Apresenta como principais objetivos:

- Considerar, no processo de planejamento e execução das políticas públicas a integração social, econômica, ambiental e territorial do Município;
- Construir um sistema democrático e participativo de planejamento e gestão da cidade;



- Regular o uso, ocupação e parcelamento do solo urbano a partir da capacidade de suporte do meio físico, da infraestrutura de saneamento básico e das características do sistema viário;
- Preservar visuais significativos dos principais marcos da paisagem urbana;
- Promover a urbanização e a regularização fundiária das áreas irregulares ocupadas por população de baixa renda;
- Induzir a utilização de imóveis não edificados e não utilizados;
- Distribuir equitativamente os equipamentos sociais básicos;
- Preservar os ecossistemas e recursos naturais;
- Promover o saneamento ambiental em seus diferentes aspectos;
- Reduzir os riscos ambientais;
- Promover a reabilitação e o repovoamento da área central da cidade;
- Promover a acessibilidade universal, garantindo o acesso de todos os cidadãos a qualquer ponto do território, através da rede viária e do sistema de transporte coletivo;
- Promover políticas específicas as comunidades indígenas do Município;
- Implementar mecanismo para o desenvolvimento territorial urbano sustentável a agrovilas.

5.2 Ênfase na Gestão Ambiental

No processo de elaboração de seu Plano Diretor, destaca-se a preocupação da inserção do viés ambiental à política urbana, verificado na adoção dos seguintes princípios básicos: função social da cidade, a função social da propriedade, a gestão democrática da cidade, equidade e a sustentabilidade da cidade.

Previu-se a gestão da cidade de forma democrática, incorporando a participação dos diferentes segmentos da sociedade em sua formulação, execução e acompanhamento, garantindo:

- A participação popular e descentralização das ações e processos de tomadas de decisões públicas em assuntos de interesses social;
- A participação popular nas definições de investimentos do orçamento público;
- O desenvolvimento sustentável;
- O acesso público e irrestrito às informações e análises referentes à política urbana;



- A capacitação dos atores sociais para a participação no planejamento e gestão da cidade;
- A participação popular na formulação, implementação, avaliação, monitoramento e revisão da política urbana.

Por meio de sua Política de Ordenamento Territorial, foi possível condicionar a ocupação territorial à proteção e respeito ao meio ambiente, aos recursos naturais e ao patrimônio arqueológico, histórico, cultural e paisagístico, compatibilizando-a com a capacidade de infraestrutura, do sistema de mobilidade urbana e com a proteção ao meio ambiente.

Para orientar o ordenamento e a gestão territorial do Município, o Plano Diretor definiu como ferramentas o Macrozoneamento Territorial e o Zoneamento Urbano. O Macrozoneamento Territorial Municipal se respalda em estudos antrópicos, físicos e bióticos, caracterizando e definindo índices de degradação ambiental, objetivando a elaboração, consolidação e monitoramentos das diretrizes do uso e ocupação do solo e desenvolvimento territorial sustentável do Município, fortalecendo assim as políticas setoriais. Já o Zoneamento Urbano institui as normas destinadas a regular o uso e a ocupação do solo urbano para cada uma das Zonas em que se subdivide a sede do município, tendo como objetivos fazer cumprir as funções sociais da cidade e da propriedade urbana, tendo em vista o estado da urbanização, as condições de implantação da infraestrutura de saneamento básico e do sistema viário e do meio físico; e atribuir diretrizes específicas de uso e ocupação do solo para as zonas. Aqui, traz-se o conceito de Zonas de Interesse Especial, definidas em função das necessidades de proteção integral e dos diferentes graus de usos sustentáveis permitidos são compostas por ecossistemas de interesse para a preservação, conservação e ao desenvolvimento de atividades sustentáveis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos reconhecidos avanços alcançados com a instituição e leis acerca do planejamento e ordenamento territorial, verifica-se que ainda é limitada a abordagem da gestão ambiental nas políticas públicas, sendo refletida assim na elaboração dos planos diretores municipais. Sem esse aprofundamento, permanecem lacunas na compreensão planejamento urbano e uma conseqüente dificuldade no ordenamento territorial.

Dessa forma, a discussão acerca da inserção da gestão ambiental nas políticas urbanas municipais torna-se imprescindível e imediata, proporcionando inclusão da temática



de integração regional como estratégia de desenvolvimento socioeconômico e ambientalmente sustentado.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Planejamento autoritário e desordem socioambiental na Amazônia: crônica do deslocamento de populações em Tucuruí. **Revista de Administração Pública**, v. 25, n. 4, p. 53-68, 1991.

ACSELRAD, H. Mercado de terras e meio ambiente em áreas de grandes projetos de investimento: o caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 2, 2010.

ALMEIDA, R. L. P., MAMED, D. O., VANESKI FILHO, E. Plano Diretor e Desenvolvimento Regional Sustentável nos Municípios do Amazonas. **Derecho y Cambio Social**, 2014.

BRAGA, R. **Política urbana e gestão ambiental: considerações sobre o plano diretor e o zoneamento urbano**. In: *Perspectivas de Gestão Ambiental em Cidades Médias*. Rio Claro: LPM-UNESP, p. 95-109, 2001.

FERREIRA, A. S. O Plano Diretor como instrumento de planejamento do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico em pequenos municípios. **Unoesc & Ciência-ACSA**, v. 8, n. 1, p. 77-84, 2017.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ (IDESP). **Relatório Técnico: Perfil da Gestão Ambiental dos Municípios Paraenses- Programa “Municípios Verdes”**. Belém: IDESP, 2012, 4 p.

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA (IMAZON). **Desmatamento e degradação florestal em Novo Repartimento- Pará**. Belém: IMAZON, 2014, 2 p.

MARTINS, E.; GODINHO, R. F. Processo de Elaboração do Plano Diretor nos Municípios da AMEG. **Baru**, v. 2, n. 1, p. 139-149, 2016.

MESQUITA, A. P.; FERREIRA, W. R. O Município e o Planejamento do Território Rural no Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, v. 1, n. 58, p. 331-355, 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal: Operação Arco Verde**. Brasília: MMA, 2009, 50 p.

SERAFIM, M. P.; RICCI, M. S. O Planejamento Urbano e a Materialização do Plano Diretor: uma análise comparativa entre Bauru e Piracicaba. **Redes**, v. 22, n. 1, p. 118-141, 2017.

**GT 07 – Cidades e transformações do urbano na América Latina****O BIOMA E A ESTRUTURA URBANA DA CIDADE AMAZÔNICA**

Jacy Soares Corrêa Neto (UNICAMP)¹
neto.scorrea@gmail.com
Lauro Luiz Francisco Filho (UNICAMP)²
lffilho@fec.unicamp.br

RESUMO

O desenvolvimento das cidades se relaciona também com a criação e adaptação de técnicas relativas às estruturas urbanas sob as estruturas ambientais em diferentes localizações geográficas, as quais permitem que a condição urbana se estabeleça. Na Amazônia, a urbanização é, por vezes, negligenciada em função do apartamento entre questões ambientais e urbanas. Nesse contexto, o bioma, tal como uma categoria ecológica, se apresenta como uma alternativa de unidade de análise frente à problemática ambiental e urbana. Sendo assim, esta pesquisa visa compreender de que maneira os elementos do bioma são incorporados pela estrutura urbana da cidade amazônica. O delineamento adotado tange ao estudo de caso, de caráter explicativo, a partir de técnicas de pesquisa documental, bibliográfica e de observação direta. Para tanto, o objeto empírico consiste em Afuá, uma cidade estruturada em palafitas de madeira e circunscrita no bioma Amazônia; na bacia hidrográfica amazônica; na Amazônia Legal; na Região Norte do Brasil; no estado do Pará e no arquipélago do Marajó. Do exposto, os elementos característicos do bioma, tais como aspectos climáticos, edáficos e a utilização de materiais construtivos autóctones advindos floresta, além da sazonalidade dos rios, são incorporados pela estrutura urbana. Dessa forma, constatou-se que o padrão de estrutura urbana em palafitas consiste em uma forma de adaptação de assentamentos urbanos mais eficaz ao bioma Amazônia, principalmente quando relacionado aos ecossistemas ripários ou de várzea.

Palavras-chave: Urbanização, Estrutura urbana, Bioma Amazônia, Palafitas

1. INTRODUÇÃO

A apropriação da natureza implica na transformação do ambiente através de sua incorporação nos processos de ocupação antrópica, sendo a urbanização uma das atividades de grande impacto (NEWMAN, 2006). Na contemporaneidade, o fenômeno urbano tem se mostrado caótico e crescente, uma vez que se estima que em 2050 cerca de 75% da população mundial seja urbana, portanto, ter-se-á o que Angels *et. al.* (2011) designam de “planeta de cidades”.

Torna-se evidente que esse modo de produção capitalista do espaço urbano implica em desigualdades sociais e na degradação ambiental em diversas escalas

¹ Mestrando no Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade, bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Amapá, pesquisador no Núcleo de Estudos em Estética do Úmido.

² Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente no Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade, coordena o Laboratório de Investigações Urbanas e é líder do Grupo de Pesquisa sobre Planejamento Urbano Saudável.



(HARVEY, 2005). Nesse contexto, Santos (2014) enfatiza a utilização do estudo regional na compreensão de formas específicas que permeiam a produção globalizada do espaço. Da mesma maneira, salienta a variabilidade desse fenômeno a partir de sua distribuição no mundo, evidenciada a partir da região.

Estudos recentes analisam a associação da dinâmica demográfica com a região ambiental compreendida por biomas (HOGAN, 2001, 2005; HOGAN, MARANDOLA JR. e OJIMA, 2010; OJIMA e MARTINE, 2012). Tais pesquisas indicam essa escala como crucial ao entendimento das dinâmicas atinentes à relação população-ambiente. Além disso, incorporam nas discussões de distribuição da população a variável da urbanização e fornecem bases que auxiliam a compreensão do fenômeno urbano mediante limites não administrativos.

Trazendo esse debate à Amazônia, frente ao intenso processo de pressões antrópicas, materializadas mais especificamente nas atividades de desmatamento, transformações no uso do solo (BARRETO *et. al.*, 2005) e, sobretudo, na conversão de florestas em áreas urbanas, torna-se imprescindível o conhecimento mais detalhado cenário urbano dessa região. Cabe destacar também outra questão salutar recorrente nos estudos amazônicos, relacionada à dificuldade de definição de limites e conceitos acerca da região. Nesse panorama, se verifica a preponderância de investigações de cunho ambiental em contraponto a outras temáticas, embora a Amazônia seja caracterizada tanto por uma diversidade de populações como de ambientes (OLIVEIRA e SCHOR, 2008).

Ademais, esse relativo apartamento se aplica também às pesquisas urbanas, muito embora a condição de "floresta urbanizada" – tal como enfatizado internacionalmente em Becker (1995) – exiba sua dinamicidade através de um intenso e acelerado processo de urbanização. Do exposto, a adoção da Amazônia como bioma se justifica diante da compreensão da realidade urbana e ambiental, bem como na elaboração de políticas urbanas condizentes com a região. Ao adotar este ponto de vista, busca-se compreender a urbanização da Amazônia circunscrita nos limites territoriais e características funcionais sob um viés ecológico: o bioma. Este caracterizado de maneira geral, a partir de um conjunto de agrupamentos de ecossistemas semelhantes mediante seus aspectos climáticos³, fitofisionômicos⁴, edáficos⁵, orográficos⁶ e hidrográficos (IBGE, 2004; COUTINHO, 2006, 2016; RICKLEFS, 2010). Sendo assim, a associação entre bioma e a urbanização se exhibe

³ Diz respeito ao "estado médio mensal da atmosfera, particularmente com relação à temperatura e precipitação pluviométrica ao longo do ano" (COUTINHO, 2016, p. 17).

⁴ Aspecto ou aparência da vegetação com base em diferentes formas de crescimento, tais como árvores, arbustos, palmeiras, herbáceas, lianas, suculentas ou touceiras (COUTINHO, 2016).

⁵ Trata-se da "parte agrícola ou coloidalmente mais ativa do solo", isto é, ao horizonte de nutrientes do solo (GUERRA, 1993, p. 147)

⁶ Tange aos aspectos de altitude e às diferentes formas de relevo (GUERRA, 1993).



como um campo recente nas investigações de cunho urbano-ambiental. Dessa forma, esta pesquisa visa compreender de que maneira os elementos do bioma são incorporados na estrutura urbana da cidade amazônica.

Destaca-se a preferência pelo emprego do termo "estrutura urbana da cidade amazônica" no título desta pesquisa ao invés do termo "estrutura urbana amazônica". Isso porque, embora possua relativa redundância, a primeira expressa a condição da produção do espaço autóctone de "cidades da floresta", àquelas que agregam características próprias do ambiente amazônico em suas configurações urbanas, em contraste com "cidades na floresta" – relacionadas a novos arranjos espaciais por conta da expansão da fronteira agrícola e urbana (TRINDADE JR., 2010).

2. AMAZÔNIAS E O BIOMA AMAZÔNIA

Em que pese acerca da definição de Amazônia, destaca-se que não há de fato uma delimitação e conceituação unânime sobre a região, mas sim um conjunto de limites e expressões que varia de acordo com o que se pretende tratar e das intencionalidades de quem o trata (ARAGÓN, 2005). Assim, o termo Amazônia traz consigo diferentes representações espaciais e abordagens, o que possibilita a multiplicidade do termo e a existência de várias 'Amazônias' (GONÇALVES, 2015).

Nessa perspectiva, com frequência as expressões mais utilizadas acerca dessa região se relacionam aos critérios: (i) hidrográficos, quando se considera a bacia hidrográfica do rio Amazonas; (ii) florestais, em virtude da cobertura de floresta tropical úmida; (iii) político-administrativos, que designam tratados e limites convencionados em função de políticas conjuntas de desenvolvimento aos países que a compõem e, ainda; (iv) nacionais, que concernem à delimitações que cada nação outorga para aplicação de instrumentos de planejamento e desenvolvimento regional (GUTIÉRREZ REY, ACOSTA MUÑOZ e SALAZAR CARDONA, 2004).

No Brasil, destaca-se a existência de 'duas Amazônias' largamente e institucionalmente definidas segundo os critérios hidrográficos e político-nacionais, sendo estas a Região Hidrográfica Amazônica e a Amazônia Legal, respectivamente. A bacia hidrográfica amazônica cobre 3.869.953 km² do território nacional e corresponde à cerca de 63% da área total do país (ANA, 2017). Por sua vez, a Amazônia Brasileira é formada com base nos limites territoriais hidrográficos e florestais, é composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, trata-se de uma regionalização criada em 1953 para a definição de áreas específicas incorporadas ao planejamento, desenvolvimento regional e à aplicação de políticas públicas.



Cabe salientar o apartamento desses critérios em investigações relacionadas à Amazônia. Por vezes, se estuda a floresta tropical ou a bacia amazônica de forma isolada, ou ainda a Amazônia Legal em estudos relacionados à urbanização, por exemplo, o que expressa que não há, de fato, integração entre suas variáveis ambientais constituintes. Consequentemente, essa incompatibilidade implica em diferentes espacializações face a pluralidade da região, resultando em diferenças nas distribuições regionais (ARAGÓN, 2005). Diante dessa realidade, se faz imprescindível pensar outra forma de definição do limite amazônico. Assim, o bioma pode consistir em uma alternativa, já que agrega grande parte dos critérios acima discutidos, apresenta limites mais condizentes com a realidade ambiental da região e com as discussões acerca da problemática ambiental-urbana.

O bioma Amazônia representa grande parcela de bioma de floresta tropical úmida ou floresta tropical pluvial do território brasileiro e resulta de uma expressão elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004). Essa denominação corresponde a um bioma de abrangência continental, que designa a agregação de biomas com características análogas. Esse bioma se situa em uma condição peri-equatorial, seus componentes e principais características são apresentados no **Quadro 1**.

Quadro 1 – Principais características ecológicas do Bioma Amazônia.

Componentes	Características
Climáticos	clima dominante quente e úmido; chuvas torrenciais bem distribuídas por todo o ano; temperatura média de 25°C; alta precipitação pluviométrica, média de 2300mm/ano.
Fitofisionômicos	predominância da fisionomia florestal ombrófila densa; existência de outras tipologias vegetacionais como a floresta ombrófila aberta, floresta estacional semidecidual e decidual, campinaranas, savanas, mangues e áreas de tensão/contato ecológicas entre biomas; vegetação diversificada, abrange desde espécies como árvores, palmeiras, arbustos a lianas; árvores podem atingir cerca de 40 a 60 metros de altura; as florestas de várzeas (inundadas sazonalmente) e de igapós (inundação permanente) consistem em duas variações dessa fisionomia vegetal, estão relacionadas com a flutuação cíclica dos rios.
Edáficos	Presença predominante de oxissolos, que apresentam elevadas concentrações de alumínio e ferro, as quais caracterizam a coloração avermelhada e o baixo teor em nutrientes minerais;
Orográficos	geomorfologia variada que engloba planaltos, planícies e depressões;
Hidrográficos	Contexto da bacia hidrográfica do Rio Amazonas; densas redes de rios, igarapés e outros tipos de corpos d'água; características hidroquímicas de rios de água branca (coloração marrom, pH neutro, presença de metais alcalinos e da alta concentração de sais minerais), preta (cor marrom-avermelhada devido deposição de matéria orgânica vegetal, pH ácido) e clara (aspecto transparente-esverdeado, variação de acidez).

Fonte: elaborado com base em Junk (1983), Sioli (1984), Moran (1990), IBGE (2004), Coutinho (2006; 2016), Puig (2008) e Agren e Andersson (2012).

3. ESTRUTURA URBANA: ABORDAGENS, NOÇÕES E ELEMENTOS

Ao considerar que o espaço urbano se manifesta como condição do espaço geográfico (CARLOS, 2007; CORRÊA, 1989), considera-se também que aquele se



configura como sistema, o qual através de uma leitura dinâmica, permite a compreensão da interrelação entre forma, função, estrutura e processo (SANTOS, 1985 *apud* TOURINHO). Tal característica acarreta em uma organização não aleatória, correlacionada aos processos sociais que possibilitam a definição de especificidades de tipos e períodos das organizações sociais que o produzem (CASTELLS, 2009).

Villaça (2001, p. 12) afirma que o termo estrutura configura “[...] um todo constituído de elementos que se relacionam entre si de tal forma que a alteração de um elemento ou de uma relação altera todos os demais elementos e todas as demais relações”. Essa noção de estrutura⁷, por conta de seu caráter polissêmico, possibilita abordagens analíticas em diversos campos do conhecimento científico (SANTOS, 2008), tais como na sociologia, economia, geografia, planejamento urbano e regional, arquitetura e urbanismo, entre outros.

Para esta pesquisa, se enfatiza o entendimento da urbanização a partir da estrutura urbana, particularmente vinculada aos campos do planejamento urbano, arquitetura e urbanismo. Sendo assim, Villaça (2001) denomina de “estrutura territorial” à correlação entre atividades (usos do solo) e sistemas de infraestrutura, isto conjuga a existência de estruturas territoriais ligadas a atividades e usos do solo à outras estruturas que dão suporte ao seu desenvolvimento: os sistemas de infraestrutura. Essa correlação de tipologias de estruturas existentes no espaço urbano, é também articulada a estruturas não territoriais, tais como processos econômicos, políticos, ideológicos, que, em suma, convergem a processos sociais (VILLAÇA, 2001).

Com relação à estrutura urbana nos campos da arquitetura e urbanismo, esta pode ser compreendida mediante estudos da forma (ambiente construído) e função (usos). Quanto à forma, remete a morfologia urbana enquanto estrutura física da cidade (PANERAI, 2006). O método proposto pelo autor considera a identificação de elementos e lógicas relacionais, sendo assim, o tecido urbano como “forma total” da cidade implica na existência de três conjuntos fundamentais os quais lhe dão forma, a saber: a rede de vias, o parcelamento fundiário e as edificações.

De modo a corroborar com as abordagens apresentadas anteriormente, Crowther e Echenique (1975) buscam construir um modelo analítico da “estrutura espacial urbana”. Conforme os autores, a estrutura do espaço urbano é constituída por um par de localizações, atinentes às atividades e aos recursos. A primeira engloba o aspecto funcional, a partir das atividades “dentro de sítios”, que remetem às localizações de usos do solo (residencial, comercial, industrial, etc.) e as “entre sítios”, que se referem à conexão entre diferentes fluxos gerados pelos distintos usos na cidade.

⁷ Para maior entendimento sobre esta noção, consultar Santos (2008) e Tourinho (2011).



No que diz respeito à localização de recursos, esta implica no aspecto físico-material da estrutura urbana, se manifesta mediante “espaços adaptados” e “canais”. A adaptação de espaços concerne às construções e o solo (físico) como bases das atividades, é classificada por conta de seus tipos estruturais, idade e condição. Crowther e Echenique (1975) dão ênfase ao aspecto estrutural devido sua importância quer para a realização de atividades específicas como para suas formas de adaptação. Nesse sentido, as estruturas urbanas podem ser adaptáveis tanto para às atividades que abrigam quanto para a realidade ambiental diferenciada de um padrão de estrutura urbana hegemônico. Por conseguinte, os canais constituem meios para o desenvolvimento das atividades, compreendem as redes de infraestrutura (CROWTHER e ECHENIQUE, 1975).

Diante do exposto, os componentes relacionados às atividades entre sítios e canais, podem se correlacionar aos serviços urbanos (públicos ou não) e com o sistema de infraestrutura urbana, respectivamente. As definições entre esses termos se exibem de forma tênue uma vez que estão interligadas. Para Mascaró e Yashinaga (2004) o sistema de infraestrutura urbana se define a partir de elementos que possibilitam a associar forma, função e a estrutura no espaço urbano.

Para Zmitrowicz (1997, p. 2) o sistema de infraestrutura urbana consiste em um “sistema técnico de equipamentos e serviços necessários ao desenvolvimento das funções urbanas”, o qual se divide em subsistemas com base em suas funções. Pelo fato consistir um sistema técnico atua tanto como rede de suporte e como rede de serviços, em que “procura-se integrar, no conceito de sistema técnico, sua função dentro do meio urbano, o serviço prestado à população e seus equipamentos e rede física” (ZMITROWICZ, 1997, p. 8).

Por conseguinte, a noção de serviços urbanos, neste caso, os públicos, tange ao provimento de formas de atendimento perante as necessidades coletivas, a partir da gestão, tarifação e manutenção de determinada rede de infraestrutura ligada à oferta de algum serviço (ABIKO, 2011). Sendo assim, parte-se do pressuposto que o sistema de infraestrutura urbana e seus subsistemas pode se correlacionar com os serviços urbanos a partir de relações diretas ou indiretas, conforme expressa o **Quadro 2**. Portanto, entende-se que a estrutura urbana tem como base a organização dos componentes da forma – rede de vias, o parcelamento fundiário, as edificações, espaços abertos, em suma o ambiente construído – e da função – usos do solo e atividades – do espaço urbano, ao passo que media e é mediada pelos processos sociais.



Quadro 2 – Correlação entre sistema de infraestrutura urbana e principais serviços urbanos.

Sistema de Infraestrutura Urbana	Serviços Urbanos Diretamente relacionados	Serviços Urbanos Indiretamente relacionados
Subsistema Viário	Trânsito e tráfego Transporte coletivo Arruamento, alinhamento e nivelamento Pavimentação	Educação e ensino; Saúde e higiene; Assistência social; Mercados, feiras e matadouros; Serviço funerário; Segurança pública; Esporte, lazer, cultura e recreação; Defesa civil.
Subsistema de Drenagem Pluvial	Coleta de lixo e limpeza de vias e de logradouros públicos Drenagem de águas pluviais	
Sub. de Abastecimento de Água	Água e esgoto sanitário	
Sub. de Esgotamento Sanitário		
Subsistema Energético	Energia elétrica Iluminação pública Distribuição de gás	
Subsistema de Comunicações	Serviços telefônicos	

Fonte: elaboração do autor com base em Zmitrowicz (1997), Mascaró e Yoshinaga (2004) e Abiko (2011).

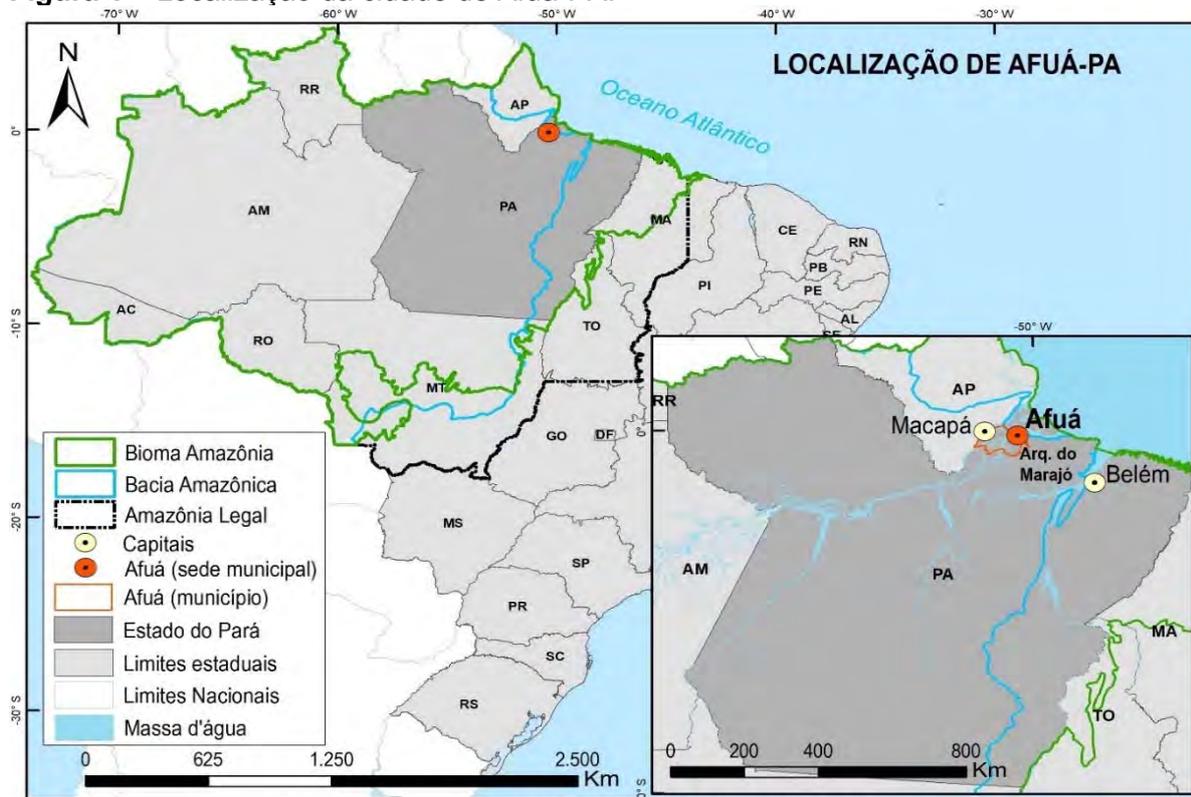
4. A INTERFERÊNCIA DO BIOMA NA ESCALA DA CIDADE: O CASO DE AFUÁ

Como forma de associar a urbanização – com ênfase na estrutura urbana – ao bioma amazônico, busca-se compreender a interferência dos elementos ecológicos na estrutura físico-material e funcional da cidade. Para tanto, objeto empírico definido consiste na cidade de Afuá, localizada no arquipélago do Marajó, no estado do Pará. A definição dessa cidade como caso único, deve-se, sobretudo, pela sua imersão no bioma Amazônia, assim como pela circunscrição nos limites da bacia hidrográfica amazônica, da Amazônia Legal e da Região Norte do Brasil, tal como apresentado na **Figura 1**. Além disso, grande parcela do sistema construtivo da cidade se estrutura em palafitas de madeira.

No tocante aos aspectos fisiográficos, a cidade se situa em uma porção insular de zona de Floresta Ombrófila Densa Aluvial (IBGE, 2004), circunscrita pelos rios Afuá, Cajuúna e Marajozinho, na planície do Rio Amazonas em cotas altimétricas que variam de 4 a 8m. Cabe ressaltar que a presença de igarapés intercepta o espaço interno da cidade, fato que lhe rendeu a denominação local de “Veneza Marajoara”.



Figura 1 – Localização da cidade de Afuá-PA.



Sistema de Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000. Datum: SIRGAS 2000. Unidade Angular: Graus.
Base Cartográfica: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério do Meio Ambiente e Agência Nacional de Águas, 2017.

Fonte: elaboração de Jacy Soares Corrêa Neto, 2017. Base cartográfica: IBGE, MMA e ANA, 2017.

A gênese e o desenvolvimento da cidade de Afuá tiveram seu início a partir de um núcleo ribeirinho. Sua constituição foi influenciada por atributos da ocupação territorial da colonização portuguesa, uma vez que se formou ao redor da igreja matriz às margens do rio Afuá por ser um ponto comercial de paragem (DIAS e SILVA, 2011). A evolução urbana dessa cidade é também resultado das transformações administrativas relacionadas à dinâmica territorial do município homônimo do qual integra atualmente como sede administrativa.

Em termos populacionais, o município possui menos de 40.000 habitantes, contudo, registra-se notória variação de concentração demográfica. De acordo com as informações do censo demográfico de 2010, 27% da população vive na cidade-sede, enquanto que a maioria reside nas áreas rurais. De maneira geral, a economia do município orienta-se às atividades relacionadas ao extrativismo vegetal através da extração do açaí (*Euterpe oleracea*, fruto e palmito) e da atividade madeireira como principais formas de geração de renda. Destaca-se também, receitas advindas de atividades comerciais e dos empregos gerados pela administração pública (PARÁ, 2014).

Quanto às características do sistema viário, grande parte da cidade se estrutura por meio de vias em estivas ou palafitas de madeira. Há vias construídas em concreto armado



que são também elevadas do solo, localizadas na porção central e, principalmente, circundam a orla da cidade, como apresenta a **Figura 2**. A elevação das vias gira em torno de 1,50m em relação ao solo, isso ocorre em função dos fenômenos de enchente e vazante dos rios, os quais exibem seus ápices em períodos denominados popularmente como “lançantes”, por volta dos meses de março e abril.

Os leitos carroçáveis das vias possuem cerca de 3m de largura, os quais abrigam apenas o tráfego de pedestres e de veículos não motorizados, o que é assegurado pela legislação municipal devido à resistência das vias e dos solos aluviais em que se apoiam. Em virtude dessa característica, a mobilidade intraurbana é realizada por meio de bicicleta e adaptações, tais como triciclos e os *bicitáxis*⁸ – adaptação de duas bicicletas soldadas na forma de um automóvel, com alguns elementos característicos como volante, teto, assento para quatro passageiros, por exemplo. Soma-se ainda a existência da mobilidade fluvial, por meio de pequenas embarcações por conta da presença de igarapés e rios.

Em que pese acerca do parcelamento fundiário, este é marcado pela existência de duas zonas – que são separadas por uma pista de pouso –, sendo essas os bairros Central e Capim-Marinho. O primeiro existe desde a fundação da cidade, caracterizado por lotes de testada estreita e comprimento alongado, expressa um padrão de traçado irregular e adensado, pois denota o acompanhamento da hidrografia tanto dos rios como de igarapés. Já no bairro Capim-Marinho, os lotes são estreitos, em alguns casos, o traçado apresenta irregularidade e ocupação menos densa, contudo, por se tratar de uma área de vetor de expansão relativamente planejada, o traçado segue um padrão ortogonal. Em suma, a cidade de Afuá possui um tecido urbano denso e compacto.

⁸ A denominação se relaciona com sua função quando idealizado, foi uma criação voltada ao passeio, tal como um táxi direcionava-se a mobilidade de passageiros, geralmente turistas. Atualmente, seu uso foi largamente ampliado por vários habitantes que os utilizam também no lazer e recreação.



Figura 2 – (a) via estruturada em palafitas com arruamento em madeira; (b) via com arruamento em concreto armado, situada “rua da frente” na orla da cidade; feições das vias durante o período de lançante: (c) em palafitas de madeira, conexão com o bairro Capim-Marinho; (d) em concreto armado, orla da cidade, e; (e) e (f) adaptações em meios e de transporte, triciclo e *bicitáxi*, respectivamente.



Fotos: acervo do autor.

No tocante às edificações, o sistema construtivo largamente utilizado é o de palafitas de madeira, cabe destacar também o crescente número de edificações em alvenaria e estrutura mista (madeira e alvenaria), como expressa a **Figura 3**. Sinteticamente, a tipologia palafita em madeira em edificações, designa a incorporação dos elementos do bioma tais como o clima, solo, vegetação e hidrografia, ainda que variem na maneira de seu emprego devido a diversidade de edificações. De modo geral, as estratégias arquitetônicas adotadas estão ligadas de modo predominante à ventilação cruzada, à existência de beirais e aberturas verticais, à sazonalidade das marés, ao solo aluvial dado o emprego de fundações do tipo estaca, assim como à vasta utilização da madeira como principal material construtivo.



Figura 3 – (a) sistema construtivo de edificação em palafita de madeira; (b) sistema construtivo misto de edificação em palafita de madeira com fechamento e piso em alvenaria; (c) interligação entre residências em palafitas de madeira com a via e espaços adaptados ao descanso; (d) residência situada às margens de igarapé.



Fotos: acervo do autor, 2017.

Com relação ao abastecimento de água, cerca de 25% dos domicílios possui tratamento de água potável realizado por uma companhia estadual de tratamento e saneamento (IBGE, 2010). Grande parcela da população utiliza outros meios de abastecimento em que coleta de água se dá diretamente nos corpos hídricos (rios e igarapés) existentes. Além disso, a infraestrutura de distribuição de água é incorporada sob as vias ora de madeira ou concreto.

A cidade de Afuá não possui sistema de tratamento de esgoto sanitário, os dejetos produzidos são em maioria depositados no solo de várzea através de latrinas ligadas às fossas rudimentares e valas. Isso porque, devido a influência da cultura ribeirinha, os banheiros e latrinas são alocados no exterior do domicílio ao fundo do lote, conectados por estivas em madeira. Segundo o IBGE (2010) apenas 3,2% dos domicílios possuem esgotamento sanitário adequado, o qual é realizado por meio de fossas sépticas. Essa inexistência de sistema de esgoto pode estar relacionada com a dificuldade de construção de um sistema compatível com as características do solo e da sazonalidade das marés.

No que tange ao subsistema de energia elétrica, em Afuá a geração se dá por meio de uma usina termelétrica que funciona a óleo diesel, uma vez a cidade que não é interligada ao sistema nacional de distribuição devido a sua condição insular. No que que



tange ao fornecimento, este é distribuído ao longo de postes de concreto armado, os quais são fincados ao solo. O atendimento pelo serviço abrange mais de 7.000 habitantes.

Sobre os usos do solo e as atividades, devido a orla atuar como fronteira de conexão com a hidrografia e das relações população-ambiente, é principal espaço coletivo, o que a torna mais ativa e diversificada do que outras áreas. Existem desde usos comerciais, residenciais e institucionais, mais presentes ao longo da orla e no bairro Central. Os mercados e feiras situados ao longo da orla atuam na comercialização de produtos regionais (**ver Figura 4**), tais como pescados, crustáceos (camarão), carne bovina, fruto do açaí e hortaliças. Isso porque se situam na confluência das relações urbanas e rurais conforme como destaca (LOMBA e NOBRE-JUNIOR, 2013).

Figura 4 – Dinâmica de mercados e feiras na cidade de Afuá: (a) mercado de carnes; (b) atividades relacionadas às vendas de hortaliças; (c) feira do pescado, comercialização de peixes e crustáceos da região, e (d) embarcações ancoradas às proximidades das feiras e mercados.



Fotos: acervo do autor, 2017.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento dessa pesquisa permitiu a compreensão dos principais aspectos da estrutura urbana da cidade de Afuá e a relação de seus elementos com os condicionantes ambientais do bioma Amazônia. Verifica-se que no caso de Afuá, por tratar-se de uma cidade imersa na floresta amazônica e pela sua condição fisiográfica de várzea, o bioma Amazônia é determinante na estrutura física de palafitas e também pode implicar na formação de usos e atividades característicos devido as relações entre população e ambiente.



A pesquisa revelou características urbanas essenciais da estrutura urbana no bioma Amazônia, mais especificamente, a partir da análise intraurbana da cidade de Afuá. De modo que se compreendeu as principais peculiaridades que permeiam a dinâmica e desenvolvimento urbanos de uma pequena cidade, mediante a compreensão da localização de usos do solo, das principais atividades, serviços e redes de infraestrutura relacionados à estrutura urbana, assim como a adaptação ou não desses elementos de desenvolvimento urbano ao bioma.

Nessa perspectiva, a compreensão das especificidades do fenômeno urbano amazônico pode fornecer subsídios que auxiliem o entendimento dos cenários intraurbanos, que de alguma forma possam colaborar na elaboração de políticas e instrumentos de desenvolvimento urbano no âmbito de planos, programas e projetos, consoantes com a realidade local e regional das cidades do bioma estudado.

REFERÊNCIAS

- ABIKO, A. **Serviços Públicos Urbanos**. São Paulo: Escola Politécnica da USP, 2011.
- AGREN, G. I.; ANDERSSON, F. O. **Terrestrial ecosystem ecology: principles and applications**. New York: Cambridge University Press, 2012.
- ANA. Agência Nacional de Águas. **Região Hidrográfica Amazônica**. 2017. Disponível em: <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/portais/bacias/amazonica.aspx>>. Acesso em: 27 mar. 2017.
- ARAGÓN, L. E. Até onde vai a Amazônia e qual é a sua população? In: ARAGÓN, Luis E. (org.). **Populações da Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, 2005. p. 13-23.
- BARRETO, P.; SOUZA JR., C.; NOGUERÓN, R., ANDERSON, A.; SALOMÃO, R. **Pressão humana na floresta amazônica brasileira**. Belém: WRI; Imazon, 2005.
- BECKER, B. K. Undoing Myths: The Amazon – An Urbanized Forest. In: CLÜSENER-GODT, M.; SACHS, I. **Brazilian Perspectives on sustainable development of the Amazon Region**. United States of America: Unesco; Parthenon, 1995. p. 53-89.
- CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CASTELLS, M. **A questão Urbana**. Tradução: Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- COUTINHO, L. M. **Biomass Brasileiros**. São Paulo: Oficina de Textos, 2016.
- _____. O conceito de bioma. **Acta Botanica Brasilica**, Belo Horizonte, v.20, n.1, p. 13-23, 2006.



CROWTHER, D.; ECHENIQUE, M. Desarrollo de un modelo de estructura urbana espacial. In: MARTIN, L; MARCH, L. ECHENIQUE, M. (org.). **La estructura del espacio urbano**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1975.

DIAS, M. B.; SILVA, M. J. B. Afuá: Veneza Marajoara, Pará-Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, Número Especial EGAL, p. 1-18, 2011.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. 3a. Edição. São Paulo: Contexto, 2015.

GUERRA, A. T. **Dicionário Geológico-Geomorfológico**. 8 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

GUTIÉRREZ REY, F.; ACOSTA MUÑOZ, L. E.; SALAZAR CARDONA, C. A. **Perfiles Urbanos en la Amazonia colombiana: un enfoque para el desarrollo sostenible**. Bogotá: Instituto Sinchi, 2004.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOGAN, D. J. Demographic Dynamics and Environmental Change in Brazil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, n. 9, 2001.

_____. Migration dynamics in Brazil's major biomes. In: XXV International Population Conference, 2005, Tours. **Proceedings of the XXV International Population Conference**. Paris: IUSSP, 2005. p. 1-20.

HOGAN, D. J; MARANDOLA, JR.; OJIMA, R. E. **População e ambiente: desafios à sustentabilidade**. São Paulo: Blucher, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Mapa de Biomas do Brasil: Primeira Aproximação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

JUNK, W. J. As águas da Região Amazônica. In: SALATI, E.; SHUBART, H. O. R.; JUNK, W.; OLIVEIRA, A. E. **Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo; Brasília: Brasiliense e CNPq, 1983. p. 45-100.

LOMBA, R. M.; NOBRE-JUNIOR, B. B. A relação rural-urbano a partir das cidades ribeirinhas: o papel do comércio popular (feiras) na cidade de Afuá (PA). **Confins** (Paris), 18, 2013.

MASCARÓ, J. L.; YOSHINAGA, M. **Infra-estrutura urbana**. Porto Alegre: Masquatro, 2004.

MORAN, E. F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990.

NEWMAN, P. The environmental impact of cities. **Environment & Urbanization**, United States, v. 18, n. 2, p. 275-295, 2006.

OJIMA, R; MARTINE, G. Resgates sobre população e ambiente: breve análise da dinâmica democrática e a urbanização nos biomas brasileiros. **Idéias**, Campinas, n. 5, p. 55-70, 2012.

OLIVEIRA, J. A.; SCHOR, T. Das cidades da natureza a natureza das cidades. In: TRINDADE JR., S. C.; TAVARES, M. G. C. (Orgs.). **Cidades Ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008. p. 15-26.



PANERAI, Philippe. **Análise urbana**. Tradução: Francisco Leitão. Revisão técnica: Sylvia Ficher. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. **Estatística Municipal**: Afuá. Belém: IDESP, 2014.

PUIG, H. **A floresta tropical úmida**. Tradução: Maria Leonor Frederico Rodrigues Loureiro. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Institut de Rechérche pour le Développement, 2008.

RICKLEFS, R. E. **A Economia da Natureza**. 6a. edição. São Paulo: Gen; Guanabara Koogan, 2010.

SANTOS, J. Estruturação e Estrutura Urbana: reflexões para a análise geográfica. **Terra Livre**, Presidente Prudente, Ano 24, v. 1, n. 30, p.59-82, 2008.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: EDUSP, 2014.

SIOLI, H. The Amazon and its main affluents: Hydrography, morphology of the river courses, and river types. In: _____ (ed.). **The Amazon**: Limnology and landscape ecology of a mighty tropical river and its basin. Dordrecht; Boston; Lancaster: Dr. W. Junk Publishers, 1984.

TOURINHO, H. L. Z. **Estrutura Urbana de Cidades Médias Amazônicas**: análise considerando a articulação das escalas interurbana e intraurbana. 2011. 576f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

TRINDADE JR. S. C. Cidades na floresta: os "grandes objetos" como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, v. 51, p. 113-137, 2010.

VILLAÇA, F. **O espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001.

ZMITROWICZ, W. G. A. N. **Infra-estrutura urbana**. São Paulo: EDUSP, 1997.



Grupo de Trabalho 07 – Cidades e Transformações do Urbano na América Latina

UMA PROPOSTA DE ZONEAMENTO DA PAISAGEM DA CIDADE VELHA A PARTIR DA VOCALIDADE DE SEUS ATORES SOCIAIS

Sabrina Campos Costa (PPGA-UFPA/SECULT-PA)¹

belamazonia@yahoo.com.br

RESUMO

O Centro Histórico de Belém concentra quase que exclusivamente as ações culturais mais significativas promovidas na capital do Pará, Amazônia brasileira. Neste sentido, buscou-se a partir de referências bibliográficas e documentais, levantamento de projetos, caminhadas de identificação, observação participante e entrevistas com moradores da Cidade Velha, responder que funções, usos, pessoas e instituições constituem sua paisagem urbana, trabalhando os conceitos de política cultural (CALABRE, 2009), referências culturais (FONSECA, 2001) e apropriação cultural (ZUKIN, 2000) para se chegar a um zoneamento que se instituiu a partir de seus atores sociais.

Palavras-chave: Paisagem, Vocalidade, Cidade Velha. Pará. Amazônia brasileira.

1. INTRODUÇÃO

A educação patrimonial foi minha porta de entrada para a pesquisa e vivência do patrimônio cultural, possibilitada pela atuação profissional, desde 2008, no departamento responsável pela construção da política patrimonial, veiculado à Secretaria de Estado de Cultura do Pará, Amazônia brasileira. Vivência esta com diferentes grupos sociais (estudantes, lideranças na área cultural, professores, secretários municipais de cultura, turismo, meio ambiente, igualdade racial) em ações de sensibilização e capacitação promovidas em 17 municípios², abrangendo projetos de arqueologia, tombamento, formação de professores, de restauro, etc., quando foi possível observar a estreita associação entre afetividade e atribuição de valor na relação que estes diferentes grupos têm com o patrimônio cultural.

¹ Turismóloga, arqueóloga e cientista social, mestranda em Antropologia pela Universidade Federal do Pará, é Técnica em Gestão Cultural no Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, Secretaria de Estado de Cultura do Pará.

² Belém, Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Tomé-açu, Bragança, Aveiro, Santarém, Parauapebas, Salinópolis, Vigia, Cametá, Afuá, Barcarena, Moju, Abaetetuba, Bujaru e Baião.



Neste sentido, motivei-me a pesquisar que relações os moradores há mais de 20 anos mantêm com o bairro da Cidade Velha. O recorte temporal, situado entre a década de 1990 aos dias atuais, foi pautado pela consolidação da política de proteção, requalificação e gestão do patrimônio cultural, e neste sentido a pesquisa procurou compreender que pessoas e instituições, com seus distintos usos e apropriações, vêm construindo sua paisagem urbana, através de referências bibliográficas e documentais, levantamento de projetos desenvolvidos no bairro, caminhadas de identificação, observação participante, e entrevistas com 20 famílias, divididas em duas etapas. A primeira etapa contemplou os moradores da Cidade Velha patrimonial ou tombada como Centro Histórico, que corresponde à porção da Praça Frei Caetano Brandão, e seu entorno imediato até a confluência com a Avenida Almirante Tamandaré; a outra porção corresponde à Cidade Velha não patrimonial ou de entorno³.

Na primeira sessão, apresento os atores sociais que atuam no espaço do bairro da Cidade Velha. Na segunda sessão, que formas de uso o bairro tem apresentado, segundo as fontes bibliográficas e orais consultadas. Por fim, segue uma proposta de zoneamento resultante das narrativas de seus moradores.

1.1 Os atores sociais e suas vocalidades

Uma das maiores características do bairro da Cidade Velha é o adensamento de instituições, especialmente as públicas, que atendem aos três poderes, desde a sede da Prefeitura Municipal de Belém à Assembleia Legislativa do Estado. Durante a semana, é constante o movimento por estas instituições, provocando, segundo os moradores, muitos transtornos no trânsito, o que tem levado a Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana quase diariamente a retirar por guincho dezenas de automóveis por estacionamento em local proibido, como os calçamentos tombados de pedras de Iioz.

O Núcleo Cultural Feliz Lusitânia, entorno do núcleo inicial de ocupação da cidade, talvez seja o exemplo mais emblemático de ator sociocultural do bairro, dadas suas proporções de cerca de 50.000 m², destacando-se na paisagem. O lugar concentra o Museu do Forte do Presépio, Espaço Cultural Casa das Onze Janelas, Igreja de Santo Alexandre, Museu de Arte Sacra, Praça Frei Caetano Brandão.

O movimento no bairro é quase ininterrupto. No horário comercial existem as instituições públicas, comércios e serviços – especialmente as de produtos e serviços para embarcações –, fábrica de velas, o Mercado do Guamá, os portos, o Parque Naturalístico

³ O Centro Histórico de Belém foi definido a partir do conjunto da Lei n. 7.401/88, sobre a política municipal de desenvolvimento urbano, do primeiro Plano Diretor Urbano, datado de 1988, e o tombamento da Lei Orgânica do Município de 1990.



Mangal das Garças, durante a noite, as igrejas, carrinhos de lanches, casas de *shows*; espaços e atores sociais que vão conformando o espaço ao longo do dia, entre eles moradores, flanelinhas, ambulantes, trabalhadores, clientes, passageiros dos portos, frequentadores do mercado, servidores públicos, artistas, funcionários das igrejas e irmandades religiosas, pesquisadores, moradores de rua. O bairro se tornou muito visado para a realização de projetos culturais como os promovidos pelo Roteiro Geoturístico⁴, Fórum Landi⁵, Centro Cultural do Carmo, Circular Campina-Cidade Velha⁶, as festividades em torno da celebração do Círio de Nossa Senhora de Nazaré⁷, como também pela vida noturna em torno dos bares e casas de *shows*.

Sobre os diferentes públicos da Cidade Velha, Miranda (2006) divide o bairro na face dos moradores comuns, as famílias de prestígio e os moradores das palafitas; na face dos *outsiders*, da vanguarda, carnavalesca e dos artistas; os técnicos; os frequentadores do Feliz Lusitânia; em outros termos, “os nativos, os forasteiros, os farofeiros, os pichadores e vândalos” (p. 55).

Estes atores sociais mantêm relações que também envolvem tensões, como ilustra o depoimento de D. Terezinha, moradora próxima da faixa que concentra as casas de *shows*. Ela acredita que o bairro tem um uso indevido devido aos transtornos causados pelos frequentadores destes espaços, devido à ocupação das calçadas por carros, ao barulho, gritos, drogas, brigas (Informação verbal: TEREZINHA, 21/10/13).

Cada um destes atores sociais mantêm uma percepção e relação diferenciada com o bairro, seja a do espaço do trabalho, do lazer e diversão, da moradia, do afeto, seja da vigilância e fiscalização, criando suas referências culturais próprias. Moradores, o universo pesquisado neste trabalho, têm com a Cidade Velha a relação do afeto, da admiração pelas edificações históricas e da tradição, conjuntamente com o privilégio da moradia em uma área central.

O termo referências culturais foi usado na política pública pela primeira vez durante o governo militar, com a criação do Centro Nacional de Referências Culturais, visando suprir a brecha de atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – voltado para os bens de valor excepcional e monumentais – e serviu de base para a inclusão, no artigo 216 da Constituição Federal de 1988, do conceito de patrimônio cultural como bens de

⁴ Projeto de extensão do da Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará, que realiza caminhadas gratuitas com o objetivo de fomentar práticas de turismo cultural.

⁵ Veiculado à Universidade Federal do Pará, com sede na Cidade Velha, é projeto de pesquisa sobre as obras do arquiteto italiano Antônio Landi no bairro.

⁶ Gerenciado pela galeria Kamara Kó, é projeto que está na 19ª edição e realiza a cada dois meses, aos domingos, ações socioculturais nos bairros centrais de Belém, valorizando a arte, a cultura, o patrimônio cultural.

⁷ Celebração religiosa, considerada patrimônio pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ocorre em Belém todo segundo domingo de outubro, considerado “Natal dos paraenses” pela sua importância sociocultural e econômica.



natureza material e imaterial. Posteriormente, foi cunhado por Fonseca para contemplar bens além daqueles considerados consagrados – segundo critérios técnicos – a exemplo dos associados aos indígenas, negros, classes populares e imigrantes, deslocando o foco para o valor que é atribuído aos bens e práticas culturais, cujas dimensões simbólicas são plurais e diversificadas, e incluem a complexidade de ocupações e usos do espaço. De direito difuso, as referências culturais, juntamente com a qualidade de vida e a proteção ao meio ambiente, são conquistas recentes no entendimento da cidadania de grupos minoritários de uma sociedade democrática (FONSECA, 2001).

Observamos assim, através de uma caracterização do bairro, que a Cidade Velha atualmente ganhou uma importância que, além de histórica, passou a ser das instituições de caráter público, museus e espaços de entretenimento, manifestações e eventos, ou seja, uma importância patrimonial e econômica para a cidade.

1.2 A Velha Nova Cidade Velha: funções, usos e apropriações

[...] quando pensam em qualquer política tudo é centralizado, tudo na Cidade Velha, aqui no centro...tudo é [praça da] República e [praça] Batista Campos. Por que o Arraial do Pavulagem⁸ não vai no [bairro do] Telégrafo, Jurunas? Se governante não pensar a cidade, vai acontecer isso. Edmilson⁹ fazia o Nazaré pra Todo Canto. Onde? Em [bairro de] Nazaré e na Cidade Velha! Por aqui acontece tudo. Se está agora nos bairros, é iniciativa da população, não adianta isso. (Informação verbal: SALOMY, 09/01/14).

A fala da moradora, uma professora universitária e frequentadora dos museus e programações culturais do bairro, ilustra como a política de eventos de Belém tem se construído em torno do centro, especialmente na Cidade Velha.

A conformação de espaços para o lazer e o turismo proporciona a oferta de entretenimento, que na Cidade Velha aparecem na forma de *shows*, carnavais de rua, desfiles de moda, salões de arte. Os eventos realizados no bairro cresceram a tal ponto que tiveram de passar por regulamentação e ordenamento, a exemplo do carnaval, para o qual a prefeitura de Belém estabeleceu uma série de normas a partir de 2014, como a proibição de som automotivo em área tombada, como vemos a seguir no depoimento da autônoma Juliana, moradora da avenida que passou a concentrar a reunião dos veículos.

Eu gosto de barulho, tem vizinho que não gosta, de vez em quando eles colocam aí, porque é muito alto, som automotivo, o pessoal encosta no canal [da Avenida Tamandaré] mesmo. E essa época [de carnaval] é mais, porque parece que acaba lá no Portal [da Amazônia], aí o pessoal desce e coloca aqui... uma das coisas que eu

⁸ Instituto de cunho cultural que pesquisa e promove cortejos musicais na forma de “arrastões”, com concentração, caminhada e culminância em *show* durante a quadra junina e a festividade do Círio de Nazaré.

⁹ Prefeito de Belém no período de 1997 a 2004. O projeto, porém, foi criado há 12 anos pelo Governo do Estado, promovendo espetáculos musicais e teatrais no período de outubro, em torno das homenagens à Nossa Senhora de Nazaré, por ocasião da celebração do Círio.



não gostei foi isso, porque tiraram da [avenida] Tamandaré, o [bloco do] Kaveira todo ano mandava botar palco aqui no canal da Tamandaré, muita gente podia ganhar dinheiro vendendo suas coisas. Tiraro. Eu vendia lanche. É uma época que dá pra ganhar um pouquinho [...] Carro é mais pra cá, na frente do posto, ou então no canal. Aí a polícia de vez em quando vem aí, eles baixam. Aí vai embora, aumentam de novo. Eu gosto de movimento, de música, aí o pessoal boto, só que a maioria dos vizinhos não gostam, o pessoal vive chamando a polícia...creio que seja as pessoas de idade que chamam o [Delegacia de Meio Ambiente] DEMA. (Informação verbal: JULIANA, 19/02/14).

O bairro da Cidade Velha, portanto, passou a ser, até os dias atuais, objeto de pesquisa, protesto, apropriações diversas, onde intelectuais, empresários e artistas mediam, conjuntamente com gestores do patrimônio e do turismo, formas de uso do bairro. Para Zukin (2000), esta mediação é a apropriação cultural, que acontece quando um grupo social não nativo da paisagem ou das práticas tradicionais assume uma perspectiva de ambos ou quando impõe sua perspectiva transformando o tradicional em paisagem. A comunicação de massa contribui neste processo pois cria as representações culturais de paisagem a partir de colagens, onde o consumidor se move e muda constantemente de perspectiva.

A Nova Cidade Velha é atualmente uma síntese da diversidade paraense, que convive de diferentes modos, nem sempre desprovidos de conflitos ou divergências.

2. PROPOSTA DE ZONEAMENTO

Para nos ajudar a pensar a dinâmica da capital do Pará, é preciso entender a política cultural como um conjunto de ações

“elaboradas e implementadas de maneira articulada pelos poderes públicos, pelas instituições civis, pelas entidades privadas, pelos grupos comunitários dentro do campo do desenvolvimento do simbólico, vindo a satisfazer as necessidades culturais do conjunto da população” (CALABRE, 2009, p. 12).

Neste sentido, vários atores vêm atuando como agentes modeladores do espaço, seja pela requalificação urbana no restauro de edificações, na preferência por áreas de intervenção artística, no aproveitamento econômico, na promoção de eventos no bairro, entre outros usos. O fato é que a Cidade Velha experimentou entrar para o circuito de projetos e eventos de proporções significativas na cidade, atraindo investidores da área do entretenimento, projetos artísticos e culturais, e ainda a chegada de novos moradores com perfil intelectual ou artístico.

Deste modo, foram identificadas grandes zonas segundo os usos do bairro, de acordo com as narrativas dos moradores, reunidas como proposta deste trabalho a partir da afinidade, como apresentado a seguir:



Cidade Velha das águas: o bairro foi construído às margens da Baía do Guajará, e as “janelas para o rio¹⁰”, orlas de acesso livre – sem pagamento de ingresso nem horário de funcionamento – como o Portal da Amazônia, o *pier* do Espaço Cultural Casa das Onze Janelas e o Parque Naturalístico Mangal das Garças, são espaços de contemplação citados como utilizados pelos moradores para o lazer, com respectivamente 40%, 25% e 25% das preferências, como demonstra abaixo a fala do morador da Passagem do Carmo.

[...] Ah, minha juventude tudinho foi aqui, estudava aí no Carmo na minha juventude, foi muito bacana, batia bola de manhã, de tarde, e de noite, 3 vezes...noutro dia tomava banho [no rio], ia pro colégio, saía pensando em tomar banho [no rio], brincava de pião, peteca e furinho, tinha disputa aí na praça [do Carmo], era muito bom...hoje ninguém quer saber disso. (Informação verbal: MARCOS, 12/02/2014).

O morador das margens da baía referiu-se ao hábito de tomar banho no rio, que devido à densificação de ocupação do solo e moradias, foi sendo substituído pelo gosto da contemplação. Esta categoria, “das águas”, que proponho neste trabalho, inclui ainda a zona portuária que resiste na Cidade Velha, apesar da criação de acesso rodoviário – a Alça Viária – a muitos municípios e a criação de um Terminal Hidroviário de grande porte, em outro bairro. Ali se encontram os portos de passageiros e mercadorias Guarumã, Arapari, Beira Dão, Vasconcelos, Brilhante, do Sal, Palmeiraço, Santa Efigênia.

Cidade Velha do entretenimento: área constituída pelo corredor do Núcleo Cultural Feliz Lusitânia, a Rua Siqueira Mendes, a Rua São Boaventura e a Rua Óbidos, que concentram a maior parcela de restaurantes e lanchonetes, frequentado por 20% dos moradores; casas de *shows*, que ao lado do forte são frequentadas por 15% dos moradores; e bares, frequentados por 10% dos moradores, seguidos pela Igreja de Santo Alexandre/Museu de Arte Sacra, com 5% das preferências.

Cidade Velha verde: resultado do planejamento e embelezamento urbano do período áureo da borracha, o bairro possui grande concentração de praças, como a Frei Caetano Brandão, a D. Pedro II, a do Relógio, a do Carmo, o Largo de São João, a praça Carneiro da Rocha (conhecida como praça do Arsenal de Marinha), e a Felipe Patroni, além do Parque Naturalístico Mangal das Garças. Observe-se que metade das praças são compostas por mangueiras, espécie importada da Índia que se adaptou ao clima e que são patrimônios tombados¹¹ pelo estado. Ao lado dos espaços abertos à contemplação do rio, as praças são

¹⁰ Modo como são chamados os espaços em Belém com vista e acesso direto ao rio, foi nomenclatura utilizada no mandato do prefeito Edmilson Rodrigues, que a partir do Plano Diretor Urbano de Belém e o Plano de Reestruturação da Orla de Belém (Pró-Belém) inaugurou os primeiros projetos de acesso ao rio, a saber: Terminal Fluvial Turístico da Praça Princesa Isabel, a Orla de Icoaraci e o Complexo Ver-o-Rio, mudando as características da cidade que cresceu “de costas” para o rio (COSTA *et al.*, 2014).

¹¹ Sob a denominação “mangueiras e samaumeiras existentes nas ruas, praças e parques da área metropolitana de Belém, bem como os espécimes existentes no município de Ananindeua”, tombamento publicado no Diário Oficial do Estado no dia 18 de maio de 1983.



os locais preferidos para o lazer dos moradores do bairro, citadas em 40% das entrevistas, como narrado abaixo por D. Maria José, moradora de mais de 80 anos.

[...] frequento a praça [Frei Caetano Brandão] da Sé [...] vou de bicicleta com meu neto [...] ele vai pela praça [Frei Caetano Brandão] da Sé, igreja [da Sé], praça da prefeitura [Felipe Patroni], praça do leão [D. Pedro II]. (Informação verbal: MARIA JOSÉ, 07/11/13).

O morador Arthur, natural de Baião, foi sintético ao afirmar que “o canal [da Avenida Tamandaré, que separa o bairro] é nossa referência, e praça passa a ser referência maior” (Informação verbal: ARTHUR, 14/12/13). Praças são carinhosamente denominadas – “praça do Leão”, “praça da Sé”, “praça do Abdon” – e constituem paisagens culturais que foram entrecortadas pela concentração de empreendimentos privados. As praças, portanto, servem de pontos de localização e referência na Cidade Velha, além de amenização do clima, concentração de blocos de carnaval, espaços de apresentações culturais, exposições e feiras, entorno de bares e no corrente ano, seu interior passou a ser explorado por flanelinhas como estacionamento para os frequentadores das casas de *shows*.

Cidade Velha dos eventos: nos espaços da Cidade Velha se realizam eventos representativos de Belém, como a saída da procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, a Romaria Poética¹², o Auto do Círio¹³, a Feira de Miriti¹⁴, os arrastões do Arraial do Pavulagem, o Carnaval tradicional, auto de Natal, desfiles de moda, Arte Pará. Nas praças do bairro artistas como a antiga banda Calypso gravaram seus DVDs, são realizados eventos comemorativos de programas de televisão, *shows* musicais e projetos culturais como os citados anteriormente.

Cidade Velha das instituições: inclui a sede da Prefeitura Municipal de Belém e Museu de Arte de Belém, Museu Histórico do Estado do Pará, Defensoria Pública, Justiça Militar do Estado, Tribunal de Justiça do Estado, Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Fórum Civil e Criminal, Assembleia Legislativa do Estado, Banco do Estado do Pará, etc. Existem ainda as escolas públicas Rui Barbosa, David Mufarrej, e General Gurjão e privadas como o Colégio do Carmo e a escola Dom Mário, que fazem parte do bairro. Há ainda a Fraternidade Santa Clara, o Fórum Landi e diversos empreendimentos particulares, a exemplo do Centro Cultural do Carmo e da Casa Rosada, pertencente ao Grupo Alubar.

Cidade Velha dos fluxos de veículos: Um fluxo intenso de carros segue no sentido Ver-o-Peso-Arsenal de Marinha-Portal da Amazônia-Jurunas, pela Rua Dr. Assis, e outro pela

¹² Evento da programação do Círio de Nazaré, a Romaria Poética realiza em 2017 sua 5ª edição, com declamação de poesias, sarau e lançamento de livros.

¹³ Homenagem teatralizada coordenada pela Universidade Federal do Pará em meio às comemorações do Círio.

¹⁴ Os artesãos do município de Abaetetuba passam o ano todo confeccionando brinquedos com fibras da palmeira do buriti ou miriti, elemento que faz parte das comemorações do Círio, e vem sendo exposto desde 2014 nas praças D. Pedro II e do Carmo.



Avenida Portugal-Avenida Tamandaré-São José Liberto. O contra fluxo vem no sentido Jurunas-Cidade Velha pela Rua Dr. Malcher. É a Cidade Velha do fluxo de veículos.

Este zoneamento do bairro vem se desenvolvendo até o presente, e seus moradores buscam uma alternativa para a minimização dos impactos causados pelos diversos usos que a Cidade Velha vem adquirindo, como o combate à poluição sonora, estabelecimento de horários para término de eventos, etc., como podemos ver na “Multa Moral”, instrumento simbólico de sensibilização criado pela Associação dos Moradores da Cidade Velha (Cvviva).

FIGURA 1: Multa moral

Fonte: Cvviva

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do reconhecimento e delimitação do Centro Histórico de Belém, na década de 1990, à progressiva assimilação de referências culturais enquanto instrumento de direitos, empoderamento e reivindicação de novas concepções culturais, atores sociais e diferentes funções a que serve o bairro da Cidade Velha, foram abordadas, no decorrer do trabalho, algumas propostas de zoneamento da paisagem urbana, dividida na *Cidade Velha das águas*, *Cidade Velha do entretenimento*, *Cidade Velha verde*, *Cidade Velha dos eventos*, *Cidade Velha das instituições*, e *Cidade Velha dos fluxos de veículos*.

Alguns destes usos foram são considerados desejáveis e adequados pelos moradores da Cidade Velha, como a abertura de “janelas para o rio”, o embelezamento de espaços que a tornou “cartão-postal” da cidade e atrativa para o turismo e a realização de



eventos que levaram movimentação para o bairro e fonte de renda para os moradores. Outros usos foram considerados indevidos por trazerem transtornos para os moradores, como o trânsito pesado, a poluição sonora, a demanda por estacionamento e a pressão exercida no bairro por bares, casas de *shows* e eventos que atraem multidões.

Os locais do bairro preferidos pelos moradores surpreenderam ao longo da pesquisa, pois imaginava que frequentavam aqueles espacialmente próximos de suas residências, o que não foi confirmado. Moradores preferem espaços ao ar livre como as praças, áreas verdes e de contato com o rio. As praças são carinhosamente denominadas como “Praça do Leão”, “Praça da Sé”, assim como as igrejas, a exemplo da “São Joãozinho”. Paisagens culturais estas que são entrecortadas por espaços fragmentados pela política pública, a intervenção do Estado, dos intelectuais, artistas e pela concentração de empreendimentos privados.

Nas cidades, o papel dos valores culturais associados a certas áreas é tão essencial quanto a infraestrutura, a acessibilidade e as amenidades, impactadas por sentimentos históricos, estéticos e familiares, haja vista que a força dos sentimentos é mais forte do que a racionalidade econômica. Esta é uma interpretação alternativa que Corrêa (2004) oferece à visão economicista que domina a maioria das análises, por exemplo, de centros históricos.

Compreender o bairro com reverberação na vida afetiva e do cotidiano dos moradores, portanto, resultou no encontro com nuances do que significa um “bom lugar para viver”, que significa localização central, acesso fácil, arborização, tranquilidade, uma vizinhança “como uma família”, o que se mostrou um campo aberto a novas possibilidades no planejamento urbano e na gestão da Cidade Velha enquanto bairro histórico.

REFERÊNCIAS

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2009 (Coleção FGV de Bolso. Série Sociedade & Cultura).

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2004, série Princípios.

COSTA, Márcia Josefa Bevone; VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário; FARIAS, André Luis Assunção de. **Planejamento e gestão de orlas urbanas na amazônia: uma experiência democrático-participativa em Belém (PA)**. In: Revista ORG & DEMO, Marília, v. 15, n. 1, p. 37-58, Jan./Jun., 2014. Disponível em: <www.file:///f:/tcc%202015/produ%c3%a7%c3%a3o%20textual/janelas%20para%20rio%20artigo.pdf>. Acesso em 6 out. 2017.



FONSECA, Maria Cecília Londres. **Referências culturais:** base para novas políticas de patrimônio. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Políticas sociais – acompanhamento e análise, nº. 2, 2001. Disponível em <www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf>. Acesso em 15 out. 2017.

MIRANDA, Cybelle Salvador. **Cidade Velha e Feliz Lusitânia:** Cenários do Patrimônio Cultural em Belém. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Pará. Belém, 2006.

ZUKIN, Sharon. **Paisagens urbanas pós-modernas:** mapeando cultura e poder. In ARANTES, Antônio A. O espaço da diferença. Campinas, SP: Papyrus, 2000, pp. 81-103.

Informação verbal:

CLAUDIA HELENA CAMPOS NASCIMENTO, 15/05/13.

DULCE ROSA ROCQUE, 17/05/13

FLÁVIO AUGUSTO SIDRIM NASSAR, 21/05/13.

MARIANA BATISTA SAMPAIO, 23/05/13.

LUZIA GOMES FERREIRA, 24/05/13.

TEREZINHA, 21/10/13.

MARIA JOSÉ, 07/11/13

ARTHUR, 14/12/13

ELIANA, 07/01/14

SALOMY, 09/01/14

ZAIRE: 15/01/2014

CELSO, 15/01/14

JADER, em 17/02/14

ALESSANDRA: 28/01/2014

CARLOS 04/02/14

MARCOS, 12/02/2014

JULIANA, 19/02/14

MAXILENE 23/02/14

MARINA, 23/02/14



GT 07 A – CIDADES E TRANSFORMAÇÕES DO URBANO NA AMÉRICA LATINA.

AVALIADOR-CIDADÃO - A RELEVÂNCIA DAS CIÊNCIAS HUMANAS NA AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A CIDADANIA PLENA.

Aldemar Norek (IPROARQ | UFRJ – PGE-RJ)¹
aldemar.norek@gmail.com
Kátia Yamaguti (EMOP-RJ)²
Kátia.yamaguti@gmail.com
Douglas Milne-Jones (PGE-RJ)³
douglassmilnejones@hotmail.com

RESUMO

O instituto da expropriação é utilizado para implementar políticas públicas que ora são bem vistas e aceitas pela sociedade, ora questionadas por todos, por parcelas prejudicadas ou que defendem maiores debates para sua efetivação. Ferramenta *a priori* para determinação do valor de mercado dos bens a serem desapropriados, a atividade do avaliador imobiliário a serviço do poder executivo (municipal, estadual ou federal), reveste-se de relevante cunho político para a consolidação da justiça social implicada nos complexos processos das reformas urbanas. Assim, o avaliador, a despeito de utilizar instrumentos objetivos – a estatística inferencial e dados censitários oficiais ou do mercado –, deve desenvolver uma crítica sobre as políticas públicas que seu trabalho viabiliza, para se constituir, nos limites de sua atribuição, num fiel da balança: nem o cidadão deve ter seu direito à justa indenização desrespeitado, nem o interesse coletivo vilipendiado por valores exorbitantes do bem desapropriando. Sob esta perspectiva, o presente artigo postula que não basta ao avaliador dominar métodos das ciências exatas, e se debruça sobre a relevância das ciências humanas na abordagem da avaliação de bens imóveis, demonstrando que elas não apenas não se conflitam com as normas técnicas, como ainda tornam sua utilização mais refinada. Nossa hipótese é que metodologias propostas pela economia, antropologia, sociologia e história são indispensáveis às avaliações bem fundamentadas teoricamente. Concluiu-se que a interdisciplinaridade é fundamental para a compreensão dos processos de formação dos preços imobiliários, e que o avaliador deve abraçar as ferramentas destas outras ciências em sua análise do território, atuando como cidadão em prol dos seus pares.

Palavras-chave: Avaliações, Ciências humanas, Políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo se debruça sobre a relevância das metodologias das ciências humanas para a abordagem da avaliação de bens imóveis, e a demonstração de que elas

¹Mestre em Ciências da Arquitetura pelo PROARQ, Doutorando no mesmo programa, integrante dos Grupos de Pesquisa Paisagens Híbridas (EBA | UFRJ) e Grupo de Pesquisa. Pensamento, História e Crítica (PROARQ | FAU | UFRJ). Arquiteto e avaliador da PGE-RJ, avaliador da CEF, perito judicial..

²Arquitetura da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro.

³Arquiteto e avaliador da PGE=RJ.



não apenas não se conflitam com o respeito às normas técnicas que regem a atividade, como ainda tornam sua utilização mais refinada. O problema que nos propomos enfrentar é a desconstrução da ideia, corrente em alguns círculos profissionais, de que a avaliação de imóveis é uma atividade que pode ser desenvolvida tão somente com instrumentos da estatística e alguns procedimentos proto-científicos de observação e análise. Este problema remete à multifacetada questão da formação do valor do solo urbano, questão atravessada por dinâmicas políticas, econômicas e sociais de tal complexidade que, como substratos de solos diversos, recobrem o objeto que se deseja encontrar, qual seja, o preço de um determinado imóvel: cabe ao avaliador levar a efeito a sua sondagem deste solo variegado até atingir o fundo firme que poderá ser afirmado como o preço do bem avaliando. Prosseguindo na metáfora, a sondagem a que se lança o avaliador não é isenta de surpresas – se um solo pode ser uniforme, como o são aqueles constituídos exclusivamente por areia, pode ser também composto e apresentar matacões que dificultem a penetração do amostrador, pode esconder um lençol freático, pode apresentar bolsões de lama ou domos, pode até enganar os menos afeitos à variabilidade dos estratos minerais sedimentares e, após uma camada cuja resistência suportaria o peso a ser distribuído pelas fundações do edifício que se pretende construir, encontraremos uma camada de argila muito mole, que determina o prosseguimento da sondagem até camadas mais profundas.

A avaliação de bens imóveis guarda tal semelhança com a sondagem à percussão, e não basta ao avaliador um reconhecimento de seu objeto para que obtenha, ao final do percurso de seu trabalho, um resultado que possa ser considerado correto. Outras características, ainda, aproximam os dois objetos: (i) a sondagem constitui-se numa investigação de algo que não se conhece bem; (ii) durante a realização do ensaio à percussão, são coletadas amostras; (iii) em seguida, deve ser empreendida a análise dos resultados, materializada num relatório; (iv) corretamente realizada, a sondagem revela uma fotografia de seu objeto, o substrato que se pretende analisar, permitindo decisões como a determinação dos parâmetros para o dimensionamento das fundações da construção projetada. Em contrapartida, nossa metáfora não se realiza por completo porque, quando tratamos dos solos, podemos falar em perfis geológicos típicos, ou contínuos ou até invariáveis para determinadas regiões. Inversamente, se tratamos da determinação do preço de venda de um imóvel, o objeto é fugidivo, cercado por imprecisões, influências endógenas e exógenas ao seu campo, de tal forma que, para citar a frase que serve de título ao conhecido livro de Marshall Berman (por sua vez, capturada ao Manifesto Comunista de Marx e Engels), “tudo o que é sólido se desmancha no ar”. Relacionando as duas metáforas, poderíamos dizer que, sob a fina embrana de uma realidade aparentemente estável, poderemos encontrar a presença de solos pantanosos ou mesmo areia movediça, ou



engolideira, como é conhecida no norte do Brasil – e, assim, os esforços do avaliador podem ser tragados pelas aparências e resultarem em análises equivocadas.

Iniciaremos, então, pela definição do trabalho de avaliação, desfazendo a nitidez das linhas que definem a especificidade de seu campo disciplinar, na medida em que o consideramos, como hoje desenhado, uma redução da disciplina, passando à genealogia das definições da norma para valor do solo, e, após, a uma contextualização destas definições no panorama das ciências sociais, como a economia e a antropologia.

2. O VALOR DO SOLO E AS REPRESENTAÇÕES COLETIVAS

Podemos abordar a questão pela aproximação ao que postulam as normas técnicas: a NBR 14.653, em sua parte 1, apresenta as definições consideradas necessárias à perfeita elaboração de uma avaliação imobiliária. Segundo esta norma, em seu item 3.44, o valor de mercado é a *“quantia mais provável pela qual se negociaria voluntariamente e conscientemente um bem, numa data de referência, dentro das condições do mercado vigente.”* O IBAPE-SP, em sua ‘Norma para avaliação de imóveis urbanos’ aprofunda um pouco mais a definição: *“Quantia mais provável pela qual um bem seria negociado em uma data de referência, entre vendedor e comprador prudentes e interessados no negócio, com conhecimento de mercado, mas sem compulsão, dentro das condições mercadológicas.”*

Digno de observação é o pequeno deslocamento – com efeitos de grandes proporções - que a forma da segunda definição introduz ao problema, tornando explícita a presença de dois entes que estão subentendidos na primeira: o vendedor e o comprador, estes dois atores do processo econômico. Interessante é, como, na redação dada à norma da ABNT, o que está em relevo é o *mercado*, na medida em que, como expresso, ele impõe as condições, uma abstração que não corresponde inteiramente à realidade, ainda que tal realidade seja difícil de abarcar. Cabe delimitar o que seja esta abstração, o mercado:

O conceito de mercado na Economia Neoclássica define um mecanismo abstrato de determinação de preço que é interpretado como resultado lógico das demandas de eficiência. O mesmo conceito, em Sociologia, indica estruturas sociais concretas e processos associados resultantes da prática de um conjunto de ações estratégicas. Se existe algum ponto de coincidência entre as duas perspectivas, este seria a idéia do mercado como um tipo de mecanismo de coordenação que implica na transferência dos direitos de propriedade do vendedor ao comprador. Porém, enquanto um vê este mecanismo de coordenação no singular como resultado de um tipo de comportamento universal, o outro vê os mercados no plural, como estruturas sociais que são construídas por interações em contextos institucionais específicos. (WANDERLEY, 2002: 1)



Os conflitos em torno da definição de mercado datam do século XVIII, com as teorias fisiocráticas e utilitaristas. Os fisiocratas, economistas franceses que desenvolveram o pensamento de François Quesnay (1694 – 1774) expuseram uma concepção do mercado na qual ele é dependente apenas dos movimentos da economia *per se*. Abordam o problema do *valor normal* e as causas que o impedem de coincidir com o *valor corrente*. Adam Smith (1723 – 1790) propôs um modelo conhecido por *Laissez-Faire* (MATOS,2008: 6), no qual o mercado é uma *instituição*, capaz de transformar o interesse individual em interesse social, sem necessidade de intervenção da *mão-invisível* do Estado. O papel do Estado é somente garantir a ordem institucional e administrar a justiça. Smith foi o primeiro a formular um modelo abstrato, coerente e completo da natureza, estrutura e funcionamento do sistema capitalista na sua gênese. A existência de um *ser moral* que objetiva atender suas necessidades individuais de maneira pura é a representação da *mão oculta* que conduz o destino e a consciência dos participantes do mercado (POLANYI, 2000: 23).

Para Keynes (1883 – 1943), no entanto, os mercados livres geram conflitos de interesse e não conseguem equacionar os intrincados males da sociedade, seja o pleno emprego ou a distribuição de riqueza e renda. Ele critica de forma contundente a doutrina e a política do *laissez-faire* smithiano, considerando-as totalmente inoportunas para a solução dos problemas econômicos e sociais, principalmente no que se refere ao desemprego (MATOS,2008: 8). A *ingenuidade* abandonara a teoria econômica e, a partir desta nova perspectiva, Hayek (1899 – 1992) comparou o mercado a um jogo no qual os jogadores estão aptos para jogar, mas não sabem de fato se irão vencer:

O fato de desconhecer o resultado implica, contraditoriamente, em um maior interesse em jogá-lo. Apesar de ter uma quantidade muito expressiva de “jogadores” envolvidos nesse sistema sem se conhecerem, existe uma rede de comunicações para quem quiser participar e o que determina a recompensa é justamente o preço da mercadoria. No entanto, a visão tradicional de competição perfeita, de mercado perfeito, de equilíbrio perfeito, é combatida por ele. O estudo da economia é justamente para perceber como são feitos os ajustes das mudanças. A troca de informação entre os agentes econômicos possibilitaria um conhecimento maior, mas não integral, dos fatores que influenciam o mercado. (MATOS, 2008: 11)

Para J. A. Schumpeter (1883 - 1950), o mercado ecoa a atitude dos agentes econômicos, que, para além de serem também consumidores e desenvolverem outras atividades, dão prioridade à atividade econômica, pela aquisição de bens por meio de produção ou troca. A atividade de tais agentes seria tão racional que mesmo sem qualquer experiência no consumo e possuindo a vontade de vender um dado produto, um indivíduo procuraria, conscientemente e por seus próprios meios, um modo de realizá-lo. Assim, a



atividade econômica tem por fim satisfazer as necessidades tanto dos consumidores, quanto dos produtores, seja por que razão for, incluindo as espirituais.

Este breve panorama do pensamento econômico demonstra que a economia analisa uma única dimensão da realidade social, considerando que os fenômenos econômicos são uma abstração desta mesma realidade. Assim, após o percurso que fizemos, podemos voltar a nossos dois personagens, o comprador e o vendedor, imersos agora numa concepção de mercado enquanto redes de relações sociais concretas. Mas, que tipo de estrutura social observável é o mercado e de que modo opera um mecanismo de mercado como o que envolve nossos dois personagens, o mercado imobiliário?

[...] vários estudos tentaram compreender os mecanismos que orientam as decisões dos atores econômicos, partindo do suposto de que as informações não estão *naturalmente* disponíveis. O conceito de *status* foi introduzido por Poldony (1992) como um sinal da qualidade intrínseca dos produtos em relação aos outros disponíveis no mesmo mercado. Ele sugeriu que os mercados deveriam ser vistos como ordens de *status* em que as posições dos produtores formam uma hierarquia aos olhos dos consumidores e definem vantagens comparativas entre competidores. A análise de Poldony contribuiu para a definição dos mercados como sendo estruturas socialmente construídas através da percepção dos participantes do mercado. (WANDERLEY, 2008:19)

Se vislumbramos a concepção pela qual o mercado é constituído por redes de relações sociais concretas, no caso dos processos de formação do preço do solo urbano há um complexo tópico que não deve ser desconsiderado: estas relações se apóiam no território, e é sobre ele que precisam ser analisadas, porque há relações espaciais e temporais determinadas por questões de relevo, posição, distância, eixos viários, centralidades comerciais, aglomerações subnormais e tantos outros fatores valorizantes ou desvalorizantes, todos também permeados por motivações objetivas e subjetivas, estas últimas podendo ser, como já visto, motivações espirituais.

Não se pode desconsiderar que as condicionantes abordadas no parágrafo acima como apenas atinentes ao indivíduo (os nossos comprador e vendedor, esquematicamente desenhados) também se manifestam no plano coletivo, sendo ao mesmo tempo dele resultantes. Deste modo, podemos nos indagar por que meios o valor do solo urbano é o fruto do jogo de forças e representações coletivas. Hoje, é evidente, somos dotados de ferramental teórico que o sociólogo francês Maurice Halbwachs (1877-1945) não possuía quando, em 1909, apresentou sua tese de doutorado, *Les Expropriations et les prix des terrains – 1860/1900*⁴. Halbwachs, pioneiramente, discutiu a questão dos preços dos lotes urbanos: no mercado imobiliário, os preços seriam determinados, em grande parcela, por

⁴As desapropriações e os preços dos terrenos – 1860/1900.



mais razões do que simplesmente o valor econômico do solo. O monopólio da propriedade fundiária, o crescimento permanente da população e o jogo de oferta e demanda elevariam os preços. Os especuladores teriam a seguinte prática: comprariam os terrenos a preços normais (baseados em informação privilegiada), antes que as pessoas não vinculadas diretamente ao mercado imobiliário desconfiassem das vantagens futuras da situação, e logo que as vantagens apareciam, eles os revendiam, fixando um preço que lhes recompensasse bem acima das taxas de mercado para outras aplicações, que corresponderiam ao valor ou utilização do terreno, quando determinada via traçada fosse construída, ou certo pólo valorizante fosse edificado nas cercanias. A estratégia dos especuladores – e a força que dela resulta – estaria em esperar o momento favorável para a venda pelo melhor preço. Os especuladores, segundo Halbwachs, limitariam sua ação aos bairros ricos, enquanto que os operários se instalariam nos bairros abandonados pela população burguesa. Sua tese é um dos primeiros trabalhos a tratar da questão fundiária e a destacar o papel dos especuladores.

Entre as idéias expostas no parágrafo acima, a de maior interesse para o argumento deste artigo é a questão das *representações coletivas*. Um autor seminal para abordar esta questão é Georg Simmel (1858-1918), cujas ideias tiveram grande influência na sociologia urbana norte-americana. Em seu texto *Metrópole e Mentalidade*, de 1903, tendo metrópoles como Berlim e Londres como cenário, Simmel observa a transformação do homem na (e pela) grande cidade, considerando a intensificação dos estímulos que ocorre em seus espaços. O autor estabelece comparativos entre as metrópoles e as pequenas cidades: o psiquismo urbano teria caráter fundamentalmente intelectualizado⁵, enquanto o da pequena cidade seria mais ligado à sensibilidade. O primeiro reagiria com a racionalidade, sua forma de proteção contra a violência dos grandes centros. Por outro lado, as grandes cidades eram também, já então, sedes da economia monetária, que estaria em relação estreita com o *reino do intelecto*. A natureza aritmética do dinheiro seria dotada de uma precisão que pode ser comparada com a pontualidade, ou seja, *pontualidade, precisão e exatidão* seriam impostos na vida das cidades grandes, criando *habitus* mentais. Daí a atitude *blasée* do homem da metrópole, sua indiferença (e até sua antipatia) como mecanismo de proteção. As cidades seriam também sedes da mais profunda divisão econômica do trabalho, interessando-nos, para o contexto das representações mentais, a seguinte afirmação de Simmel: “[...] *a vida na cidade transformou o combate com a natureza pela subsistência no combate entre os homens pelo lucro*”. Nas cidades, enfim, a vida seria

⁵Numa evidente herança do pensamento de Charles Baudelaire, que mais tarde seria trabalhado também por Walter Benjamin, entre outros textos, no célebre trabalho sobre as passagens de Paris, elegendo o *flâneur* como personagem daquela contemporaneidade, o desarraigado, submetido a estímulos ora positivos, o exilado definitivamente numa modernidade que não compreendia tão bem, apenas intuía.



infinitamente fácil, de “*todos os lados são oferecidos excitações, interesses e maneiras de preencher o tempo e a consciência*”, mas ao preço de conteúdos impessoais e do nascimento de duas formas de individualismo: a independência e a originalidade. Não é demais ressaltar a atualidade de Simmel: seu texto, do início do século XX, ainda aponta transformações na personalidade dos homens das grandes metrópoles.

Imprescindível, então, desfazer a nitidez das linhas que definem a especificidade do campo disciplinar da engenharia de avaliações, na medida em que consideramos tal campo, como historicamente desenhado, uma redução. A interpretação genealógica das definições da norma para *valor do solo* conduz à interdisciplinaridade, de fundamental interesse para a compreensão dos processos pelos quais se formam e oscilam os preços nas cidades; o avaliador não deve desprezar tais ferramentas em sua análise do território e do modo como nele se movem as forças econômicas. A práxis da avaliação, hoje, pode e deve incorporar o diálogo com as ciências humanas, ressystematizando a aproximação ao nosso objeto, qual seja, a compreensão da formação do preço nos terrenos urbanos.

3. FATORES OBJETIVOS DA FORMAÇÃO DOS PREÇOS DA TERRA URBANA.

A despeito da complexidade que reveste a formação de preços do solo urbano, podemos constatar aspectos permeados de interesse metodológico para nosso estudo:

- a) São identificáveis tendências regionais de preços, ou seja, preços médios dotados de validade para cada setor da cidade;
- b) Estes preços médios se dispõem em categorias definidas pela posição do terreno em relação à organização viária da cidade, o que implica em acessibilidade e temporalidade, ou seja, de que modo os cidadãos mediam os seus deslocamentos, em seus trajetos para o trabalho, para o lazer ou outras atividades. Neste contexto, não apenas a distância do terreno aos pólos valorizantes e às centralidades, mas também sua posição relativa às vias principais dota-o de um atributo significativo.

As constatações acima podem ser reduzidas a uma: à hierarquia dos preços corresponde outra, espacial, que conjuga facilidade de acesso, localização relativa no setor específico em que se situa o imóvel, usabilidade, legislação edilícia e outros fatores. O preço dos imóveis não se constitui, portanto, em um fato social autônomo – depende do território, de ações políticas e individuais. Tal dependência não anula, no entanto, os aspectos de comportamento coletivo que contribuem para a formação do valor de seu metro quadrado.



Fatores como a relação dos habitantes com o território, suas estruturas físicas e políticas, bem como com os fenômenos naturais se imbricam: os equipamentos urbanos, por exemplo, transformam a natureza, organizam as relações dos cidadãos em sociedade e com o território, além de interagirem com a paisagem, num sentido amplo. Excede aos limites deste trabalho analisar cada um dos aspectos objetivos que atuam na formação dos preços de um dado imóvel urbano, e só abordamos alguns para exemplificar a diferenciação entre fatores objetivos e subjetivos, havendo ainda uma zona intermediária indiscernível, a ser abordada em trabalho futuro. Por hora, nos deteremos em fatores ligados à cultura cujas matrizes influenciam a formação do preço imobiliário.

4. A INTERFERÊNCIA DO OBSERVADOR NO EXPERIMENTO

Necessário pôr em relevo que um avaliador, tal como um cientista quando aborda seu objeto, está imerso em certo horizonte cultural, em ideologia, e uma miríade de fatores que fazem com que sua avaliação seja qualquer coisa menos 'objetiva' *strictu sensu*. Se as ciências da natureza já teorizaram sobre a determinante influência do observador no experimento, na avaliação imobiliária não poderia ser diferente.

O princípio da incerteza⁶ de Werner Heisenberg (1927) é recurso útil para o presente argumento: sempre que observamos e analisamos um objeto, temos uma interação com ele; ou pesamos para ver seu peso, ou golpeamos para testar sua dureza, ou simplesmente olhamos para ele, se queremos definir sua posição. O princípio da incerteza pressupõe que qualquer interação produz uma perturbação na propriedade que desejamos determinar no objeto. Isaac Asimov explicou-o pelo seguinte exemplo: diante de uma banheira com água quente além do suportável, quer-se medir a temperatura antes de entrar no banho. Pode-se, então, mergulhar um termômetro na água para testar sua temperatura. Mas o termômetro não é algo abstrato, tem volume, peso e temperatura: está mais frio que a água, e sua presença faz com que ela fique um pouco menos quente. Ou seja, a temperatura já não vai ser a mesma pelo simples fato de que o observador quis medi-la. Pode-se objetar que essa alteração é imperceptível, mas há uma perturbação no sistema. Outro exemplo: toda pessoa que já calibrou um pneu sabe que, quando se utiliza um compressor com um bico que se acopla à válvula do pneu, uma pequena quantidade de ar escapa do pneu quando se aperta o bico de encontro ao mecanismo da válvula: a pressão de ar dentro do pneu baixou um pouco no ato de tentar medi-la. Ao tentar medir ou conhecer

⁶ O que implica, por oposição interna, nos limites da certeza, sendo as duas um par inseparável, porque nunca podemos dizer que chegamos a conhecer algo por inteiro, em toda a sua complexidade.



qualquer coisa causamos uma interferência na realidade. Seria preciso desenvolver instrumentos de medição tão mínimos e sensíveis, dotados da capacidade de utilizar métodos indiretos, para que não seja introduzida qualquer sutil modificação na propriedade que se precisa medir. Werner Heisenberg concluiu que isto não é possível.

Estamos falando de mudanças físicas – temperatura, pressão – que, de tão pequenas, não nos afetam; mas, a despeito disso, existem. Além do mais, a questão pode ser de escala: lidando com partículas subatômicas, mudanças insignificantes assumem proporções enormes: se desejamos saber a posição de um elétron, teríamos que fazer incidir sobre ele um *quantum* de luz, um fóton de raio gama. Só deste modo, poderíamos ver o elétron - mas o fóton empurraria o elétron quando se chocasse com ele, que, por isso, não permaneceria na posição que se queria medir, e nossa intenção estaria frustrada. Não só isso: sua velocidade também seria alterada. Deste modo, o observador influencia o comportamento das partículas, provocando o fenômeno denominado *colapso da função de onda*: o elétron só está naquele estado específico porque observado – poderia estar em qualquer outro. O observador altera o que observa, e se descreve a experiência, seu relato é o relato de uma interferência; não há relato neutro ou narrador isento.

O experimento teórico conhecido como ‘o gato de Schrödinger’ tem relação com o princípio da incerteza⁷, por ser um experimento mental que leva a um paradoxo. Parece provável que Schrödinger quis demonstrar, na formulação de Heisenberg, a *insuportável* hipótese da indeterminação, da impossibilidade de dizer com certeza se algo está ou não está, e a possibilidade incômoda de que ambos sejam realidades simultâneas. O gato é, aqui, o nosso elétron⁸ observado e medido com os princípios propostos por Heisenberg, corpo cuja posição é uma questão de probabilidade, nunca definível, questão, portanto, de narrativa, dependente do observador. O que Schrödinger propôs? Um gato preso dentro de uma caixa opaca, com um frasco de ácido cianídrico dentro, um martelo e um tubo contador Geiger interligados por mecanismo de acionamento que pode fazer o martelo quebrar o frasco do ácido. Dotado de um cheiro forte de amêndoas amargas, o ácido é extremamente venenoso: colhido na mandioca brava, é usado pelos índios do Xingu como instrumento de pesca, bloqueando a recepção do oxigênio pelo sangue e matando os peixes por sufocamento. O mesmo ocorre com gatos, homens e outros animais.

No tubo contador Geiger deve haver uma pequena porção de substância radioativa (com seus átomos instáveis), tão pequena que provavelmente, passada uma hora, um dos

⁷ O que implica, por oposição interna, nos limites da certeza, sendo as duas um par inseparável, porque nunca podemos dizer que chegamos a conhecer algo por inteiro, em toda a sua complexidade.

⁸ E podemos, sem grande dificuldade, transladar este experimento para o campo das avaliações imobiliárias.



seus átomos decaísse, mas também, com igual probabilidade, nenhum decaísse (nos átomos instáveis o núcleo decai), emitindo radiação sob a forma de partículas ou ondas eletromagnéticas. Se isso acontecer, o contador libera uma descarga e, através de um relé, solta o martelo que vai estilhaçar o frasco com o ácido. “*Se deixarmos todo este sistema isolado durante uma hora*”, disse o Schrödinger, “*então diremos que o gato ainda vive, se nenhum átomo decaiu durante esse tempo*”. A *função de onda* do sistema iria expressar isto contendo o gato vivo e o gato morto ao mesmo tempo; isso porque a função de onda é uma descrição mais completa possível de sistemas regidos pela mecânica quântica. Se na mecânica clássica a descrição completa de um sistema consistia na tarefa de encontrar a posição e a velocidade de todas as partículas e, com esta descrição, tornar possível prever todos os movimentos futuros e passados do sistema, na mecânica quântica não se pode descrever todas as grandezas desejadas com a mesma certeza, como postulou Heisenberg. A narrativa do real opera com múltiplas probabilidades simultâneas.

Em que isso se relaciona com a avaliação imobiliária? O princípio da incerteza nos leva a uma percepção de *granulosidade* na realidade, como nas fotografias: se ampliarmos muito tais imagens veremos apenas pequenos grãos ou pontos, perdendo-se a noção do conjunto. Tal consciência nos lança diretamente em direção à nossa ignorância, e é dela que precisamos partir, munidos do melhor ferramental possível, para observar e interpretar a realidade – em nosso caso, a formação dos preços das terras urbanas.

5. A AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA COMO UM ATO DA CULTURA

De todo o exposto até o momento, podemos inferir que a avaliação imobiliária não é uma ação desvinculada da cultura – está inteiramente mergulhada nela, não sendo, como tivemos oportunidade de afirmar no começo de nosso argumento, redutível a procedimentos estatísticos e matemáticos. Segundo Max Weber, o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu e, neste ponto, podemos dizer com Geertz (2008) que a cultura se constitui por essas teias e por sua análise – seguindo este raciocínio, a cultura (território incluído) não pressupõe ciências experimentais em busca de leis, mas ciências interpretativas em busca de significados.

Por esta via, devemos opor alguma desconfiança em relação à pura operatividade que caracteriza certas práticas dos avaliadores, que abordam o problema de estabelecer o valor de um dado bem imóvel como uma série de procedimentos aparentemente sob controle total de suas mãos, porque matemáticos ou matematizáveis. No entanto, o que se desenrola no teatro da avaliação não pode ficar subsumido em um escopo convertível em



fórmulas, procedimentos e resultados. A expressão 'teatro da avaliação' não pretende, de forma alguma, apontar para qualquer traço ficcional (e, portanto, narrativo) do processo avaliatório; ao contrário, o que se quer dizer é que este processo se insere no próprio teatro das relações sociais, e, como dito, suas redes de significados.

Podemos aqui nos valer da descrição que Geertz faz do trabalho etnográfico e traçar um paralelo entre ele e o processo de avaliação, e, principalmente, da restrição que faz o autor quanto ao entendimento do processo que descreve. Diz ele:

Em antropologia ou, de qualquer forma, em antropologia social, o que os praticantes fazem é a etnografia. E é justamente ao compreender o que é a etnografia, ou mais exatamente, o que é a prática da etnografia, é que se pode começar a entender o que representa a análise antropológica como forma de conhecimento. Devemos frisar, no entanto, que essa não é uma questão de métodos. Segundo a opinião dos livros-texto, praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma 'descrição densa', tomando emprestada a noção de Gilbert Ryle. (GEERTZ, 2008: 4)

O paralelo nos parece muito apropriado, na medida em que apresenta uma possível superficialidade metodológica no exercício da etnografia, o que, a nosso ver, tem um grande equivalente no processo avaliatório, dependendo de como ele for levado a efeito: numa das hipóteses, ele pode também se tornar uma 'descrição densa' do objeto avaliado, ou, pelo menos, valer-se desta descrição densa para atingir seu objetivo, que é o de definir o valor do bem avaliando dentro das premissas da norma, como já descrito no começo deste trabalho, tarefa complexa na medida em que, como vimos no item 4 supra, a própria ação de observar o mercado não é algo simples e objetivo: observar não apenas nubla .

Cabe ressaltar, na expressão *descrição densa*, um contraste com uma série de procedimentos levados a efeito sem a necessária profundidade e perspectiva da questão, e, pela força da expressão de Ryle, podemos estabelecer um par antitético entre denso e rarefeito. Devemos nos afastar, no processo da avaliação, de toda rarefação.

A afirmação de que o processo de avaliação constitui-se num ato da cultura não necessita ir além da constatação de que seu objeto é o espaço urbano, sendo a *polis* um artefato muito antigo, resultado de uma acumulação secular de significados em constante transformação que demanda sempre acurácia e precisão na sua análise. Se, como postula Geertz (2008:30), não existem generalizações que possam ser feitas sobre o homem enquanto homem além da que ele é um animal muito variado, ou "*de que o estudo da cultura nada tem a contribuir para a descoberta de tais generalizações*", e sendo o espaço



urbano produção deste mesmo homem – uma de suas produções mais antigas e complexas, na medida em que funde imaginário, desejo e utilidade – , não podemos abordar o processo de avaliação a partir de generalizações: cada caso constitui-se num processo único que pode até guardar similaridades com outros, mas nunca uma similaridade plena.

Esta constatação não elide o fato de que podemos, esquematicamente, tentar dispor as possibilidades em categorias, de modo a reduzir sua quantidade inabarcável; sem isso, a avaliação seria um procedimento inviável, na medida em que premissas de um dado caso nunca se poderiam aplicar a outro integralmente. Aqui, alguma esquematização pode ser útil, em termos metodológicos. No entanto, tal esquematização não pode perder de vista a complexidade de seu objeto, visto que a não consideração desta levará, sem remissão, o avaliador a erros conceituais que afastarão, quase certamente, o resultado de seu trabalho do *valor correto* que se deseja obter (considerando sempre que ao empregarmos a expressão valor correto estamos falando de um intervalo, e não de um valor pontual).

A metodologia descrita no parágrafo acima pode, se adicionarmos ainda outros pressupostos (que existem, mas não cabe elencá-los nos limites deste trabalho) caracterizar a avaliação imobiliária como uma ciência, e, no que concordamos com Geertz (2008:132) ciências são obras críticas e imaginativas, ou seja, são estruturas simbólicas, sistemas culturais que se utilizam de estruturas simbólicas para representar dadas situações:

A ciência nomeia a estrutura das situações de tal forma que revela, no conteúdo de sua atitude, seu desinteresse. Seu estilo é contido, parcimonioso, resolutamente analítico; evitando os artifícios semânticos que formulam de forma mais efetiva o sentimento moral, ela procura maximizar a clareza intelectual. [A ciência se preocupa] com a definição de uma situação problemática e constitui respostas a uma falta sentida de informações necessárias. [...] a ciência é a dimensão de diagnóstico, de crítica da cultura [...]. (GEERTZ, 2008: 133)

Desinteressada, a ciência da avaliação constitui-se numa interpretação daqueles significados do território que podem ser convertidos ou consubstanciados em valor, o que nos aproxima de outra complexidade do objeto que estudamos: estes significados são móveis, não são representações fixas que as pessoas trazem congeladas em sua imagem do mundo, e, como tal, podem ser consubstanciados em valores diversos, conforme o momento e o observador, para tomarmos apenas duas componentes desta enorme equação. Um exemplo disso seria a avaliação de terras onde existem matas nativas para fins de expropriação: para cada uma das partes interessadas aquele patrimônio ecológico possui significados distintos, e, portanto, valores distintos. Outro objeto que nos conduz a questionamentos quase incontornáveis é o patrimônio histórico, cujo valor oscila em uma escala dilatada, a depender de quem o está interpretando, ou seja, avaliando.



Neste sentido, o avaliador deveria situar-se em relação a seu objeto como um etnógrafo, buscando uma experiência pessoal que possa, como consequência, converter-se em algo comunicável. Para isso, é preciso que o avaliador não se abandone a uma *abstração imaginativa*, o que quer dizer que deve postar-se junto ao território que busca analisar num corpo-a-corpo concreto, e também é preciso que não se deixe envolver por totalizações que nada mais fazem que instilar, por simetria formal, uma rigidez acadêmica.

Este processo tem uma qualidade interessante: não nos permite ilusões – quanto mais aprofundarmos a análise teórica e ampliarmos o campo da avaliação, mais profunda, também, será a tensão que nos seguirá durante o processo, porque o objeto não se entrega com facilidade e a cada face desnudada pelo menos outra nos surgirá com sua apresentação de esfinge. A solução é debruçarmo-nos sobre cada sutil distinção que pudermos produzir neste caminho (por exemplo, na eleição dos atributos que aplicaremos como variáveis para interpretar o mercado específico que estudamos) em vez de nos distrairmos em generalizações que nos afastam do objeto que buscamos.

6. CONCLUSÃO: POR UMA TEORIA AMPLIADA DA AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA

Do percurso empreendido podemos concluir, ao fim, que a interdisciplinaridade é fundamental para a compreensão dos processos pelos quais se formam os preços da terra, e que o avaliador não deve desprezar ferramentas das ciências humanas em sua análise do território. Tarefa complexa, não raras vezes exposta a contradições de toda ordem, a avaliação fica enriquecida na aproximação com campos disciplinares aparentemente distintos, mas, no fundo, em tudo coincidentes com a tarefa que se nos impõe diariamente, qual seja, a de determinar o valor de bens imóveis que vão ser adquiridos, alienados, segurados etc. Uma teoria da avaliação necessita avançar por estes campos – e tornar-se, assim, uma *teoria ampliada* – se o avaliador não se ativer a uma prática limitada a saltos abstratos mediados, exclusivamente, por conceitos matemáticos que não reproduzem as complexas relações no espaço urbano, definidoras dos valores de compra, venda e locação.

Ultrapassado este limiar, podemos, enfim, abraçar os procedimentos da estatística de modos bem mais refinados e certos.

REFERÊNCIAS

ABNT, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14.653 – 1– Avaliação de bens – Parte 1: Procedimentos gerais. Rio de Janeiro, 2001.



AMITRANO, Cláudio Roberto. **O Tratado sobre a Moeda e a Teoria Geral de Keynes: continuidades e rupturas** (IE/UNICAMP e CEBRAP). Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A008.pdf>. Acesso em: 15 jan 2017

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

MATOS, Ligia Aparecida Inhan. **Notas sobre a Teoria de Mercado segundo a visão de AdamSmith, Jean-Baptista Say, John Maynard Keynes, Friedrich Hayek e Joseph A. Schumpeter**. HEERA – Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada, Vol. 3 nº 4 – Jan-Jun. 2008. Juiz de Fora: Ed. UFJF. Disponível em <http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/04artigo_1.pdf> Acesso em 21 Jan. 2017

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POLDONY, Joel. **A status-based model of market competition**. American Journal of Sociology , n. 98, 1992. inWANDERLEY, 2002.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico** . Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura. 1961.

WANDERLEY, Fernanda. **Avanços e desafios da Nova Sociologia Econômica: notas sobre os estudos sociológicos do mercado**. Soc. estado, Brasília, v. 17, n. 1, p. 15-38, June 2002. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922002000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 Jan. 2017.

**GT 07 - Cidades e transformação do urbano na América Latina****ACESSIBILIDADE COMO CONDIÇÃO DE PERTENCIMENTO AO TERRITÓRIO ÀS
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: LUTAS SOCIAIS EM MARABÁ/PA**Mírian Rosa Pereira (PPGED/UFPA)¹

E-mail: mirian-pereira@hotmail.com

Maria Edilene da Silva Ribeiro (PPGED/UFPA)²

E-mail: mariaedileneribeiro@yahoo.com.br

Victor Fernando Ramos de Oliveira (PPGED/UFPA)³

E-mail: vitorbelem@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho aborda a desigualdade e exclusão sociais diretamente relacionadas com acessibilidade e o pertencimento ao território, em que as formas e desvantagens trazem invisibilidades às pessoas. Na atualidade, defende-se a garantia de locomoção de maneira autônoma pelo território e espaços de uso coletivo. O movimento de luta por direitos tem sido o lema das pessoas com deficiência para combater a persistente exclusão social e de pertencimento ao lugar. Neste sentido, tem-se como intuito analisar as condições de acessibilidade e as demonstrações de lutas sociais por um território na perspectiva inclusiva no município de Marabá, estado do Pará, localizado na Amazônia Paraense. Para tanto, a metodologia está fundamentada em referência bibliográfica e estudo documental analítico, tendo como base a referência jurídica produzida a partir da luta de classe das pessoas com deficiência em prol de acessibilidade e os registros fotográficos dos apontamentos manifestados. Os resultados materializam o cenário de exclusão social e ausência de cumprimento da legislação concerne à acessibilidade e delimita as relações de distanciamento de pertencimento ao território local. Também, apresenta elementos de denúncia dos limites das normas de organização do município, dos obstáculos que impede o pertencimento das pessoas com deficiência ao território e, consecutivamente, violação de direito, bem como, provoca os órgãos de justiça à busca de fiscalização das políticas públicas e cumprimento das normas e da lei para promoção da acessibilidade como elemento imprescindível para conceber os direitos básicos e sociais que constitui a dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Acessibilidade. Pessoa com Deficiência. Território.**1. INTRODUÇÃO**

O presente trabalho aborda o direito à acessibilidade como condição humana e de pertencimento de território às pessoas com deficiência, de maneira que seja garantido o acesso aos demais direitos fundamentais e sociais. Nesse sentido, compreende-se acessibilidade como fundamental a toda população.

A marca que envolve o território é a desigualdade social, que está diretamente relacionada com acessibilidade e o pertencimento ao território, em que desencadeia formas

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação, UFPA, Belém, Pará, Brasil.

² Professora Doutora do Programa de Pós Graduação em Educação, UFPA, Belém, Pará, Brasil.

³ Mestrando do Programa de Pós Graduação em Educação, UFPA, Belém, Pará, Brasil.



de obstáculos e de desvantagens que provocam em invisibilidades aos sujeitos. Portanto, o movimento de luta por direitos tem sido o lema das pessoas com deficiência para combater a persistente exclusão e de pertencimento.

Neste sentido, tem-se como intuito analisar as condições de acessibilidade e as demonstrações de lutas sociais por um território na perspectiva inclusiva no município de Marabá, estado do Pará, localizado na Amazônia Paraense. A metodologia está fundamentada em referência bibliográfica e estudo documental analítico, tendo como base a referência jurídica produzida a partir da luta de classe das pessoas com deficiência em prol de acessibilidade e os registros fotográficos dos apontamentos manifestados.

Os resultados materializam o cenário de exclusão social e ausência de cumprimento da legislação concerne à acessibilidade e delimita as relações de distanciamento de pertencimento ao território local.

1.1 Território e Acessibilidade para Pessoas com Deficiência

Para compreensão de território partimos do pensamento de David Harvey, como organização da dinâmica social, que é definida pelo modo de habitar no mundo de forma imaterial, e, pela transformação da infraestrutura dos espaços da cidade como materialidade, ou seja, corresponde a lógica do capitalismo, para além de apenas um sistema de desenvolvimento econômico.

A política do capitalismo é dirigida pela necessidade de encontrar terrenos lucrativos para a absorção de capital excedente. Se há uma escassez de trabalho e os salários são muito altos, então ou o trabalho existente tem de ser disciplinado (desemprego tecnologicamente induzido ou uma dura crítica contra o poder da classe trabalhadora organizada são dois dos principais métodos) ou força de trabalho fresca tem de ser encontrada (pela imigração, exportação de capital ou proletarianização (HARVEY, 2009, p. 10).

Assim sendo, a maneira que determina a organização do território está ligada a lógica de mercadoria do fluxo do capital, em que mobiliza os arranjos sociais através do afastamento e exclusão das pessoas. Acontecem a partir do consentimento do mercado e do capital excedente que conduzem os processos urbanos por meio de dívidas financiadas para o Estado, as mudanças de infraestrutura que produzem impactos nas vidas das pessoas e provoca uma “limpeza social”, ou seja, ficam afastadas, as margens da localização urbana, onde os empreendimentos não estão presentes.

Nos Estados Unidos se aceita a sabedoria de que o mercado imobiliário foi um importante estabilizador da economia desde pelo menos o ano 2000 (após a quebra da alta tecnologia no final da década de 1990). Ele absorveu diretamente uma grande parte do capital excedente quando a rápida inflação de preços de ativos imobiliários sustentados por uma pródiga onda



de refinanciamentos de hipotecas a históricas baixas taxas de juros impulsionou o mercado interno de bens de consumo e de serviços. A urbanização da China nos últimos vinte anos foi ainda mais importante. Seu ritmo cresceu enormemente após a breve recessão em 1997 ou próximo disso, de tal modo que a China absorveu quase metade do suprimento de cimento de todo o mundo desde 2000. As consequências para a economia global foram significativas: o Chile cresce por causa da demanda de cobre, a Austrália prospera e mesmo o Brasil e a Argentina se recuperam em parte por causa da força da demanda da China por matérias-primas. Mais de 100 cidades cresceram vertiginosamente acima da marca de um milhão de habitantes na China e várias estão rumando para o nível de 10 milhões e vastos projetos infraestruturais estão transformando a paisagem novamente, tudo financiado por dívidas. É a urbanização da China o principal estabilizador do capitalismo global? A resposta tem de ser um sim parcial. Mas a China é apenas o epicentro de um processo de urbanização que se tornou agora genuinamente global em parte através da impressionante integração global dos mercados financeiros que usam sua flexibilidade para os projetos urbanos financiados por dívidas, desde Dubai até São Paulo e de Mumbai até Hong Kong e Londres (HARVEY, 2009, p. 11-12).

Corresponde à totalidade, da conjuntura do capitalismo internacional que direciona as transformações em escala crescente para economia dos países, principalmente dos emergentes, das regiões e cidades, consecutivamente com limitação do território, pois produz para minoria capital, enquanto para maioria a pobreza afetada pela injustiça social. Neste sentido, há correlação de forças e conflitos com capital financeiro em prol da sobrevivência humana.

O Estado é complacente com o capital, de modo que a atuação está na organização do território, que reflete na dinâmica da economia e da sociedade que constitui, ou seja, o crescimento urbano desdobra em investimentos, especulação imobiliária que torna o lugar como o excedente do capital e resulta em desigualdade social, logo, prevalecem os obstáculos que impedem a movimentação humana e trazem invisibilidade dos sujeitos.

As pessoas são excluídas a partir de uma trama de complexidade, como ausência de condição de habitação digna. Neste caso o valor de uso, a moradia, torna-se irrelevante para o capital diante do valor de troca, pois as propriedades tornam como demonstração da força do capital. Enquanto, para o proletariado, o acesso e as condições básicas de moradia envolve fatores de localização inapropriada, falta de saneamento, asfalto e por vezes água potável, sobretudo, ausência de acessibilidade.

De tal modo, as relações estabelecidas no território manifestam-se na luta de classe de classe, que constroem o homem, não de modo estático e definitivo, mas, que pode ocorrer transformação social conforme a necessidade humana. É a partir da inquietude social na busca de revolução que enfrentará as condições e os problemas enraizados pelo capital.



A ampliação da legislação e as políticas públicas surgem para amenizar questões pontuais da estrutura do capital e alarmante exclusão social em detrimento da qualidade de vida. Aqui, vamos pontuar a questão da acessibilidade como um dos elementos da mobilidade urbana do processo de circulação das pessoas.

A mobilidade é a capacidade de as pessoas se deslocarem para realizar suas atividades. As capacidades são valores gerais que guiam uma sociedade no estabelecimento das necessidades humanas básicas cujo atendimento permite ter uma vida digna. Devem-se considerar as variações das capacidades e das funcionalidades, ou seja, a realização das atividades da vida diária – tudo aquilo que as pessoas desejam e conseguem executar com suas capacidades. Vários fatores, como a renda, a idade ou o sexo, influenciam a mobilidade, que pode sofrer redução permanente ou temporária (PIRES, 2010, p. 229).

A discussão sobre acessibilidade envolve diferentes abordagens conceituais, este estudo, foca a movimentação humana nos espaços urbanos como condição de pertencimento territorial, ou seja, direito de deslocar de maneira igualitária e com necessidades e capacidades cotidianas alcançadas.

Acessibilidade para garantia de descolamento dos sujeitos ainda é marcada por barreiras que deságuam em exclusão como o resultado inerente do contexto de desigualdade social, em que as pessoas com deficiência enfrentam problemas sociais e de mobilidade urbana. Os fatores de limites e de exclusão que envolve as pessoas com deficiências estão cada vez mais emaranhado na lógica do capital, uma vez que os espaços territoriais são de disputas entre a vivência humana e os produtos oriundos do sistema capital.

Pensar a lógica de organização dos espaços urbanos está para além dos transportes e engarrafamento de veículos, mas, nas condições de acessibilidade das calçadas, organização e sinalização das vias, entre outros, de maneira que resulte em segurança e dignidade da pessoa. De tal modo, acessibilidade permanece como lema de luta, ou seja, não apenas como condição estática do ambiente, mas, como determinante para obtenção dos direitos sociais.

Ainda é comum somente o discurso pelo reconhecimento da necessidade da acessibilidade. Contudo, não evolui em termo de ações concretas, continua com as condições inadequadas do direito de ir e vir. Na perspectiva da garantia de direito à cidadania e à dignidade da pessoa humana invocamos a Constituição Federal de 1988, no artigo 5º menciona que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Em relação às especificidades das pessoas com deficiência a Lei Nº 7.405/85 e o Decreto Nº 3.298/99,



definem a obrigatoriedade do Símbolo Internacional de Acesso para os espaços e serviços, bem como, estabelece a política nacional para integração e normas de proteção da pessoa com deficiência.

Na Lei Nº 10.048/2000 determina a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência. E a Lei Nº 10.098/2000, denominada da lei da acessibilidade, dispõe de normas e critérios voltados à promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, com eliminação de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. No artigo 2º define:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (BRASIL, 2000, p. 01)

O Decreto nº 5.296/04, que regulamenta as leis mencionadas voltado para a construção das cidades com a visão do acesso universal ao espaço público. De tal modo, há uma legislação em torno da acessibilidade voltada pessoas com deficiência, mas, prevalece ausência de materialidade de ações de política pública com eficiência, sem sincronia com determinações legais.

Para tanto, fundamental a compreensão sobre a definição de deficiência. Nesta perspectiva, a concepção está fundamentada no modelo social, ou seja, nas barreiras sociais que trazem limitação aos sujeitos, nas ações públicas que mascaram os dilemas sociais e nas omissões do Estado que manifestam em desvantagem para pessoas com impedimentos corporais.

A desvantagem social vivenciada pelas pessoas com deficiência não é uma sentença da natureza, mas o resultado de um movimento discursivo da cultura da normalidade, que descreve os impedimentos corporais como abjetos à vida social. O modelo social da deficiência desafiou as narrativas do infortúnio, da tragédia pessoal e do drama familiar que confinaram o corpo com impedimentos ao espaço doméstico do segredo e da culpa. As propostas de igualdade do modelo social não apenas propuseram um novo conceito de deficiência em diálogo com as teorias sobre desigualdade e opressão, mas também revolucionaram a forma de identificação do corpo



com impedimentos e sua relação com as sociedades (DINIZ et al, 2009, p.74).

Para assegurar o compromisso pela inclusão das pessoas com deficiência através de implementação de ações pública por parte da união, em nível federal, mas, em regime de cooperação com Municípios, Estados e Distrito Federal, foi instituído o Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência com a homologação do Decreto Nº 6.215/2007.

Seguindo a compreensão do modelo social, o Brasil ratificou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, incorpora à legislação brasileira com status de emenda constitucional conforme o Decreto Nº. 6.949/09. Assim como, a Lei Federal Nº 12.587/2012, Política Nacional de Mobilidade Urbana através do Estatuto da Cidade, onde determina aos municípios a tarefa de planejamento e execução da política de mobilidade urbana. Contudo, requer outros instrumentos legais para complementar a concretização da demanda das necessidades sociais e crescimento das cidades, como: Lei Orgânica do Município, Plano Diretor, Código de Obras, Código de Postura e outros.

Atualmente a Lei Nº. 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, define como acessibilidade:

Art. 53. A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social [...]

Art. 55. A concepção e a implantação de projetos que tratem do meio físico, de transporte, de informação e comunicação, inclusive de sistemas e tecnologias da informação e comunicação, e de outros serviços, equipamentos e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referência as normas de acessibilidade [...]

Art. 60. Orientam-se, no que couber, pelas regras de acessibilidade previstas em legislação e em normas técnicas, observado o disposto na Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, no 10.257, de 10 de julho de 2001, e no 12.587, de 3 de janeiro de 2012:

I - os planos diretores municipais, os planos diretores de transporte e trânsito, os planos de mobilidade urbana e os planos de preservação de sítios históricos elaborados ou atualizados a partir da publicação desta Lei;
II - os códigos de obras, os códigos de postura, as leis de uso e ocupação do solo e as leis do sistema viário;

III - os estudos prévios de impacto de vizinhança;

IV - as atividades de fiscalização e a imposição de sanções;

V - a legislação referente à prevenção contra incêndio e pânico (BRASIL, 2015, p. 05).

A partir da legislação com ênfase na acessibilidade foi criado o Programa Brasil Acessível, com intuito de estimular e apoiar os governos municipais e estaduais a desenvolver ações que garantam a acessibilidade para pessoas com impedimento de



circulação e mobilidade em áreas públicas, nos sistemas de transportes e equipamentos urbanos. O debate que envolve a mobilidade urbana e acessibilidade tem-se ampliado nos últimos anos, e, vai além de garantia de locomoção, mas, está diretamente ligada aos direitos sociais, como educação, saúde, moradia, transporte público e outro, sobretudo, que a organização da vida em sociedade seja alcançada com políticas públicas de compromisso do Estado.

2. TERRITÓRIO DE MARABÁ/PA: LUTAS SOCIAIS

O município de Marabá está localizado no sudeste paraense no encontro entre dois rios, o Itacaiúnas e Tocantins, com a distância de 485 km para Belém, a capital do estado.



Figura 1: Mapa do Brasil com indicativo da localização de Marabá/PA.

Dispõe de uma área territorial de 15.128,058 km², dividida em cinco núcleos urbanos: Marabá Pioneira/Velha Marabá, Cidade Nova, Nova Marabá, São Felix I e II, Morada Nova.



Figura 2: Fotografia panorâmica do encontro dos rios.
Fonte: Prefeitura Municipal de Marabá.

Marabá é um pólo regional socioeconômico da Amazônia Oriental, sendo referência para os demais municípios circunvizinhos do sudeste e sul do estado do Pará. Atualmente



estima a população de 271.594⁴ habitantes, desse total, 178.174 pessoas são consideradas alfabetizadas, ou seja, aproximadamente 35% não são alfabetizadas (IBGE, 2015).

O estudo está fundamentado em uma metodologia de estudos bibliográfico e com análise documental de referência jurídica produzida a partir da luta de classe das pessoas com deficiência em prol de acessibilidade e os registros fotográficos dos apontamentos manifestados, como: documentos e recomendações do Conselho Municipal dos direitos das Pessoas com Deficiência, Ministério Público Estadual, reportagens, legislação municipal e fotografias.

No município de Marabá do estado do Pará há um movimento de luta de classe das pessoas com Deficiência. No estudo será apresentada a atuação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Marabá⁵, constituído de representantes governamental e não governamental. Entretanto, o maior envolvimento e compromisso em prol da luta dos direitos são exercidos pelos conselheiros da representação não governamental. Para fortalecer o movimento de luta, proteção e promoção dos direitos das pessoas com deficiência o Conselho tem estabelecido diálogos junto ao Ministério Público Estadual, através da 13ª Promotoria de Justiça de Direitos Humanos, Órfãos, Interditos, Incapazes, Pessoas com Deficiência e Idosos.

Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Marabá:

Art. 4º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência:
[...]

IV – opinar e acompanhar a elaboração de leis municipais que tratem dos direitos das pessoas com deficiência;

V- supervisionar e divulgar o cumprimento da legislação, bem como defender a ampliação dos direitos das pessoas com deficiência;

VI – receber e encaminhar aos órgãos competentes denúncias ou reclamações formuladas por qualquer pessoa ou entidade, quando ocorrer discriminação, ameaça ou violação de direitos das pessoas com deficiência, exigindo a adoção de medidas efetivas de proteção e reparação (MARABÁ, 2012, p. 2).

Para constatar acessibilidade e o cumprimento das determinações de normas técnicas voltadas para padronização arquitetônica, os conselheiros realizaram vistorias e visitas técnicas a partir de amostragem em diferentes estabelecimentos privados e instituições públicas nos meses de dezembro de 2013 até abril 2014. Os resultados observados estão no relatório enviado ao Ministério Público, nos quesitos de calçadas, rampas e circulação registraram:

a) CALÇADAS: prevalece a **inexistência** de **larguras** e **inclinação** mínimas, ausência de **sinalização**, ausência de revestimento de **piso antiderrapante**, além do difícil acesso motivado também pelo estacionamento indevido de veículos. Notamos ainda no que se refere a **REBAIXAMENTO DE CALÇADAS** e **RAMPAS** que na maioria dos

⁴ Informações disponíveis no site <<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=150420>>. Acesso em 19 out. 2017.

⁵ Foi criado através da Lei Nº 17.550, de 26 de novembro de 2012.



estabelecimentos são inexistentes, sendo que quando existem estão fora dos padrões de acessibilidade da ABNT.

b) CIRCULAÇÃO: no interior dos estabelecimentos verificamos que os pisos **não são antiderrapantes e táteis** sob quaisquer condições; que na maioria dos estabelecimentos os pisos são planos e com área de circulação de 1,20 cm, porém, possui obstáculos, como: coletores de lixos.

Também, mostraram a inexistência de placas de sinalização, assim como espaços inadequados para o deslocamento de cadeirantes em virtude da presença de degraus fora dos padrões de acessibilidade arquitetônica [...]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mencionamos que vivenciamos algumas dificuldades para a execução das atividades, tais como: [...]

3. Dificuldade de alguns conselheiros (deficiente físico) em transitar pelas vias públicas e no acesso aos estabelecimentos, em virtude da ausência de acessibilidade arquitetônica (MARABÁ, 2014a, p. 03).

No dia 03 de março de 2016, os membros do Conselho juntamente com Ministério Público Estadual realizaram a primeira audiência pública para discutir as situações que apresentam os obstáculos no dia-a-dia de locomoção das pessoas com deficiência e como levantamento de demanda a serem reivindicadas ao poder municipal.

Segundo a promotora de justiça Lílian Viana Freire a audiência pública “é uma forma de se ouvir a população de Marabá. Eu digo que é um momento histórico, porque nunca em Marabá se foi feita esta oitiva formalmente”. E para Luiz Carlos Dias, conselheiro representante não-governamental, usuário de cadeira de rodas devido uma lesão há 15 anos, registra a dificuldade vivenciada cotidiana para transita pela cidade. “Há 15 anos que eu ando brigando para melhoria não só para mim, mas para todos os portadores de necessidades especiais. Toda cidade precisa de acessibilidade”. E para aposentada Maria Inês relata que há um mês caiu em uma calçada, “caminhando eu escorreguei porque a calçada era meio lisa. Do nada eu escorreguei e caí”⁶.

Como alternativa diante das reivindicações, inúmeras irregularidades nas obras pública e privadas, ausência de acessibilidade e inexistência de legislação municipal, a 8ª e 13ª Promotorias de Justiça elaboram a Recomendação⁷ Conjunta Nº 002/2017-MP/13ª-8ªPJMab que trata:

CONSIDERANDO a Audiência Pública sobre Acessibilidade Urbanística e Arquitetônica em 03 de março de 2016 neste Município, na qual fora constatada a premente necessidade de se eliminar as barreiras arquitetônicas e urbanísticas existentes na cidade de Marabá-PA para a garantia da acessibilidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;

CONSIDERANDO que a garantia da acessibilidade urbanística e arquitetônica constitui objetivo prioritário de atuação das Promotorias de justiça de Urbanismo

⁶ Entrevistas disponíveis no site <<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2016/03/audiencia-publica-discute-falta-de-acessibilidade-em-maraba.html>> Acesso em 19 out. 2017.

⁷ As recomendações, em sentido estrito, não tenham caráter vinculante, isto é, a autoridade destinatária não esteja juridicamente obrigada a seguir as propostas a ela encaminhadas, na verdade têm grande força moral, e até mesmo implicações práticas. Com efeito, embora as recomendações não vinculem a autoridade destinataria, passa esta a ter o dever de: a) dar divulgação às recomendações; b) dar resposta escrita ao membro do Ministério Público, devendo fundamentar sua decisão (MAZILLI apud PARISE et al, 2005, p. 02).



e da Pessoa com Deficiência e das Pessoas Idosas de Marabá no biênio 2016/2017.

RESOLVER RECOMENDAR

1. que encaminhe à Câmara Municipal de Marabá, no prazo de 90 (noventa) dias, projeto de lei disciplinando a padronização arquitetônica das calçadas do município, nos termos da legislação vigente que disciplina a matéria, inclusive a NBR-9050 [...]

4. que sejam os Conselhos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência consultadas acerca do projeto de lei a ser apresentado à Câmara Municipal de Marabá (PARÁ, 2017, p. 07).

No município de Marabá/PA apresenta poucas iniciativas em prol da mobilidade urbana e acessibilidade, quando existem a implementação de ação pública ou privada são de caráter obrigatório ou com irregularidade das determinações das normas técnica. Como por exemplo: o perímetro e a construção da passarela sobre o Km 120 da Rodovia Transamazônica⁸ estão fora das normas técnicas NBR 9050, comprometendo a travessia com segurança das pessoas, no caso, pessoas com deficiência.

Os conselheiros realizaram inspeção no dia 15 de novembro de 2014, posterior, o Ministério Público, foram constatadas as irregularidades de ordem técnica na obra.

Programada para ser entregue em 2012, a passarela foi previamente concluída em outubro de 2013. Porém, após vistoria do Ministério Público Estadual (MPE), a passarela que auxiliaria os pedestres na travessia da rodovia Transamazônica não pode ser liberada para circulação, pois foi constatado o não cumprimento de algumas exigências técnicas do projeto. Assim, a obra entrou no seu quinto ano e acumula gastos de R\$ 2 milhões. Enquanto isso, a população precisa se arriscar ao atravessar a movimentada rodovia pelas apagadas faixas de pedestres, que geram insegurança e desconfortos aos cidadãos. De acordo com a prefeitura de Marabá estão sendo feitas readequações que foram exigidas após uma vistoria do MPE, que apontou irregularidades, como a falta de acessibilidade e por isso precisa ser readequada, mas não determinou a data da conclusão da obra. Quanto a remarcação das faixas de pedestres, a prefeitura não informou quando serão pintadas novamente⁹.

Diante do fato, o Conselho expede o ofício circular nº 001/2015 que solicita intervenção e providências dos órgãos de justiça federal e estadual e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT).

Diante da reivindicação, surgiram às seguintes providências: o DNIT expediu ofícios com o seguinte teor:

somos inteiramente solidários às preocupações preeminentes e decorrentes do isolamento físico da passarela sobre a rodovia BR-230/PA, no Km 120.

⁸ Rodovia Transamazônica foi inaugurada em 27/08/1972, a partir de projeto rápido do presidente general Emílio Garrastazu Médici. Foi projetada com extensão de oito mil quilômetros, entretanto, está inacabada até hoje, somente 4.223 km foram construídos ligando as regiões Norte e Nordeste do Brasil com Peru e Equador e ligando a cidade de Cabedelo, Paraíba, à Lábrea, no Amazonas, passando por sete estados brasileiros: Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas (PIACENTINI, 2017).

⁹ Reportagem com título: Passarela de R\$ 2 milhões ainda não foi entregue em Marabá. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2016/06/passarela-de-r-2-milhoes-ainda-nao-foi-entregue-em-maraba.html>> Acesso em: 24 out. 2017.



Mas, a referida passarela é patrimônio público da PMM – Prefeitura Municipal de Marabá e, segundo documentação enviada a este DNIT, envidava esforços de educar, através de campanha pública, os munícipes a utilizarem a mesma por segurança às suas vidas (MARABÁ, 2014b, p. 1).

para **garantirmos uma alternativa de travessia segura e viável aos usuários** no Km 120 da rodovia BR 230/PA, no centro urbano de Marabá, local da passarela de pedestre de patrimônio dessa PMM, temos de autorização concedida por parte deste DNIT, que a PMM renove a sinalização da faixa de travessia de pedestre até que se conclua e se faça a entrega definitiva da passarela aos munícipes. Portanto, este ato de ação pública em conjunto Governo Municipal/Governo Federal retornará ao que antes vinha amenizando tal travessia (MARABÁ, 2014c, p. 1).

coube ao DNIT, como responsável pela BR-230/PA, permitir com autorização a execução desse bem de uso público. E quanto à função de acessibilidade da mesma, não sabemos ainda se ela está totalmente concluída. E ainda, nesse sentido, como o projeto e também a execução são acervos técnicos da PMM, ela teria mais informações a prestar [...] Ainda, este DNIT já fez algumas exigências, á PMM, referente à renovação de sinalização da Faixa de pedestre e, no possível, ela vem cumprindo esta parceria com o DNIT (MARABÁ, 2014d, p. 1).

Aos quesitos de acessibilidade e a função social do bem público são ignorados, ou seja, há ação pública de autorização de execução, mas, infelizmente prevalece o silêncio na forma de convivência. Já, o Ministério Estadual, 13ª Promotoria instaurou o inquérito Civil Nº 000037-913/2015 e a comprovação das irregularidades foram registradas nos Laudos Periciais Nº 2015.03.000038 e 2016.03.000007, do Centro de Perícias Renato Chaves que concluiu como inapropriada.

Ainda, no caso da ausência de acessibilidade na passarela, no dia 18 de julho de 2017, ocorreu uma manifestação dos conselheiros e pessoas com deficiência. As reclamações e cobranças foram destinadas ao poder público em prol de uma cidade de acessível, como um todo.



Figura 3: Fotografia do ato da manifestação na BR 230, km 120.
Fonte: Site Zedudu.

Este fato demonstra não só ausência de acessibilidades, mas, um obstáculo arquitetônico e social, em que os direitos das pessoas são severamente afetados, em



contrapartida o poder econômico continua prevalece, na obra de construção sem plena função social e isolamento das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, que para transitar nos espaços territoriais desafiam a própria vida.

Em relação à reserva de vaga destinada para pessoas com deficiência segue definição da legislação. No município de Marabá ainda prevalece reclamação e denúncia do uso com práticas infratores. Segundo Luiz Antônio Golfeto, usuário de cadeira de rodas menciona que “falta rampa, não temos espaço de estacionamento e quando tem as pessoas que tem carro não respeitam. Então eu acho que o que deixa a desejar na cidade é também o bom senso da população”. Nessa perspectiva a Recomendação Conjunta Nº 004/2016-MPP13 E 8ªPJMab menciona:

CONSIDERANDO a prática recorrente dos munícipes de Marabá de estacionar em vagas reservadas às pessoas com deficiência, inclusive prática esta adotada por condutores de viatura da polícia militar.

RESOLVER RECOMENDAR

1. Ao Departamento Municipal de Trânsito de Marabá e à Polícia Rodoviária Federal o fiel cumprimento ao artigo 181, XVIII do Código de trânsito Brasileiro em relação às vagas de estacionamento destinados às pessoas idosas e com deficiência [...]
2. Ao 4º Batalhão da Polícia Militar de Marabá para que fiscalize o estacionamento irregular de veículos pertencentes àquela instituição em vagas reservadas às pessoas com Deficiência, em especial na Praça São Francisco – Núcleo Cidade Nova, bem como, que instaure procedimento próprio para apurar a conduta dos policiais infratores (PARÁ, 2016, p. 05).

Diante das reclamações de violação de direitos referente acessibilidade ao transporte e determinação da legislação brasileira foi elaborada pelo Ministério Público Estadual, 13ª Promotoria a Recomendação Ministerial Nº 015/2017-13ªPJMP/Mab que considera e recomenda:

CONSIDERANDO as constantes reclamações recebidas por esta Promotoria de Justiça quanto à discriminação das pessoas com deficiência no embarque e desembarque, inclusive com o uso de expressões pejorativas por motoristas e cobradores, e que ainda, por vezes estes não param os veículos nos pontos de ônibus quando constatam que a Pessoa com Deficiência aguarda o embarque, não garantindo, desta forma, o seu direito ao transporte, à dignidade e à não discriminação.

Resolver RECOMENDAR:

1. Às empresas que realizam transporte público municipal:
 - 1.2 que promovam curso permanente e periódico de capacitação de todos os seus funcionários (motoristas, fiscais e cobradores), a fim de que respeitem os direitos das Pessoas com Deficiência, em especial o direito à não discriminação;
 - 1.3 que apresentem à Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência de Marabá, no prazo de 60 (sessenta) dias, relatório pormenorizado demonstrando o cumprimento dos termos desta recomendação, inclusive com plano de atuação específico;
2. Ao Município de Marabá que proceda a fiscalização do Transporte Público Municipal a fim de que seja garantido direito a não discriminação das Pessoas com Deficiência no Transporte Público Municipal (ônibus coletivo urbano) e informe no prazo de 30 (trinta) dias as medidas adotadas, ouvindo-se, por



oportuno, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (PARÁ, 2017, p. 5).

Este tipo de situação traz intimidação, mas, não resolver, permanece a situação ordeira do sistema econômico e negligência do Estado.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção de deficiência não está na limitação do corpo, mas, nas barreiras que afetam a vida das pessoas. De tal modo, a organização dos espaços sociais apresentam limitação para movimentação dos sujeitos.

No território de Marabá, estado do Pará, as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida enfrentam obstáculo estrutural de ordem arquitetônico e social que envolve os limites urbanos e os direitos fundamentais a partir de violações de maneira explícita e implícita pelo poder público. Assim, não é acessível, o dilema torna-se mais agravante pelo inegável resultado das obras públicas que desencadeiam em exclusão das pessoas.

De tal modo, acessibilidade ainda permanece como desafio da atualidade, pois os efeitos das ausências provam múltiplas barreiras, como por exemplo, as vias e calçadas com piso desnivelado, rampas inclinadas e outros, tornam quase impossível a pessoa com deficiência pertencer ao território. A deficiência não está em utilizar a cadeira de rodas ou mobilidade reduzida ou qualquer impedimento sensorial, mas, nas barreiras que trazem obstáculos para o ir e vir, de frequentar a escola, o trabalho, atendimento à saúde, a praça e outros.

O Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com deficiência tem movimentado a luta pela defesa e proteção dos direitos das pessoas com deficiência, a partir de cobranças de ação de políticas públicas. Também, apresenta como essencial para ecoar a denúncia diante das irregularidades que provocam obstáculos de impede e pertencimento das pessoas com deficiência ao território, das omissões cometidas pelo poder público e dos limites das normas de organização do município, sobretudo, tem dialogado com os órgãos de justiça à busca de fiscalização, criação de políticas públicas e cumprimento das normas e da lei para promoção da acessibilidade.

Já, o Ministério Público através da 13ª Promotoria de Justiça tem contribuído com a defesa dos direitos das pessoas com deficiência em busca de acessibilidade. Assim, a ação tem refletido em mediação entre as determinações do ordenamento jurídico, a comunidade e o Estado, em que tem demandado ao poder público assumir a responsabilidade junto à comunidade através de recomendações, mesmo sem força coercitiva.



Ressaltamos que a inacessibilidade produz invisibilidade dos sujeitos que ficam isolados em certos espaços sociais ou vivem do limite da existência, uma vez que as leis e normas exigidas em torno da acessibilidade não são cumpridas de acordo com as especificidades, logo, as obras seguem com ilusão de existência de padronização arquitetônica do modelo universal e funcionalidade para as pessoas com deficiência.

Acabam definidos como pessoa invisível e sem bem-estar, por exemplo, podem até usar o melhor aroma de perfume, mas, será um sujeito sem cheiro, ou seja, o que será impregnado são odor dos esgotos e outros odores das mazelas conduzidas pelo sistema capital. Neste caso, os sujeitos que usam cadeira de rodas, são descaracterizados enquanto pessoa, sua dignidade é afeta, por diversos fatores, entre eles que notoriamente é visto ausência de saneamento básico, acessibilidade e outros.

O que predomina ainda é a opressão da classe trabalhadora, onde as barreiras impedem de participação da vida em comunidade e acesso a educação, saúde, moradia digna e outros. Somente a transformação social possibilitará condições dignas de existência e de pertencimento ao território.

REFERENCIAIS

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. **Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. e Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2015.** Disponível em <www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php/codmun=150420>. Acesso em: 20abril 2017.

DINIZ; Debora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. **Sur, Revista Internacional dos Direitos Humanos.** 2009, vol.6, n.11, pp.64-77. ISSN 1806-6445.

HARVEY, David. **A Liberdade da Cidade.** GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, nº 26, pp. 09 - 17, 2009.

MARABÁ. **Lei Nº 17.550, de 28 de novembro de 2012.**

_____. Conselho da Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Marabá. **Relatório de Vitorias.** 2014a.



_____. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT). **Ofício nº 069/2014-UI de Marabá**, 24 de novembro de 2014b.

_____. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT). **Ofício nº 071/2014-UI de Marabá**, 26 de novembro de 2014c.

_____. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT). **Ofício nº 081/2014-UI de Marabá**, 15 de dezembro de 2014d.

PARÁ.

PARÁ. Ministério Estadual, 8ª e 13ª Promotorias de Justiça. Recomendação Conjunta Nº 004/2016-MP/13ª-8ªPJMab.

_____. Ministério Estadual, 8ª e 13ª Promotorias de Justiça. Recomendação Conjunta Nº 002/2017-MP/13ª-8ªPJMab.

_____. Ministério Estadual, 13ª Promotorias de Justiça. Recomendação Conjunta Nº 015/2017-MP/13ª-8ªPJMab.

PARISE, Elaine Martins; ALMEIDA, Gregório Assagra de; LUCIANO, Júlio César; ALMEIDA, Renato Franco. O poder de recomendação do Ministério Público como instrumento útil para a provocação autocontrole da constitucionalidade. **MPMG Jurídico**. Edição comemorativa de lançamento. Ano I, edição 001, setembro de 2005. Acesso em: <<https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/936/3.1.2%20O%20poder%20de%20recomenda%C3%A7%C3%A3o%20do%20MP.pdf?sequence=1>> Disponível em 20 out. 20017.

PIRES, Fátima Lauria. Deficiência e mobilidade: uma análise da legislação brasileira sobre gratuidade no transporte público. In. DINIZ, Débora; SANTOS, Wederson. **Deficiência e discriminação**. Brasília: LetrasLivres, EdUnb, 2010.

**GT 07 – Cidades e transformações do urbano na América Latina****CENTRALIDADE E HIERARQUIA URBANA DE CIDADES MÉDIAS DO SUDESTE
DA AMAZÔNIA ORIENTAL**

Roberto Antero (UFT)¹
robertoantero@uft.edu.br

RESUMO

Neste trabalho de investigação debate-se sobre a centralidade e hierarquia urbana de cidades médias da sub-região delimitada como Sudeste da Amazônia Oriental. As cidades selecionadas foram Araguaína (TO), Imperatriz (MA) e Marabá (PA). A opção por estes três centros urbanos é motivada pela proximidade territorial, o que aponta para possibilidade de troca de fluxos em área de influência compartilhada. Nesta sub-região, os principais nós da rede urbana são as cidades médias, que estabelecem interações espaciais com metrópoles internas e externas à região, com as cidades menores em sua área de influência, e entre as próprias cidades médias, que sobrepõem e compartilham territórios. A metodologia operacional utilizada consta de revisão de literatura especializada; e o uso de dados secundários, coletados de sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobretudo informações extraídas dos documentos Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2008), Produto Interno Bruto dos Municípios (IBGE, 2012) e Gestão do Território (IBGE, 2014); além de dados demográficos e grau de urbanização. O resultado da análise destas informações demonstra uma interdependência entre estas cidades e a superposição de domínios nas áreas de influência, que indicam interações espaciais em múltiplas escalas, entre essas cidades médias.

Palavras-chave: Amazônia, Cidades médias, Centralidade, Hierarquia urbana.

1. INTRODUÇÃO

Araguaína, Imperatriz e Marabá na condição de cidades médias do Sudeste da Amazônia Oriental, representam o topo da hierarquia urbana², exercendo centralidade nesta região, expandindo e compartilhando área de influência que extrapolam seus limites estaduais. Estes três centros urbanos mantêm relativa proximidade territorial, o que aponta para possibilidade de troca de fluxos em área de influência compartilhada.

O Sudeste da Amazônia Oriental é aqui classificado como uma sub-região da Amazônia Oriental que compreende o estado do Tocantins, Sudeste/Sul do Pará e o Sul do Maranhão, e recebe influência de Belém (PA), São Luiz (MA) e Goiânia (GO). Nesta sub-região, os principais nós da rede urbana são as cidades médias, que estabelecem interações espaciais com metrópoles internas e externas à região, com as cidades menores

¹ Professor Doutor do Curso de Geografia, Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil.

² Palmas, a capital do Tocantins é outra cidade média com hierarquia Urbana similar e/ou maior que estas.



em sua área de influência, e entre as próprias cidades médias, que sobrepõem e compartilham territórios.

A afirmação sobre a classificação das cidades selecionadas como médias, é sustentada em pesquisas de Castelo Branco (2006), Ribeiro (1998), Trindade Júnior e Pereira (2007), que reconhecem os papéis destas cidades como centro sub-regional da Amazônia, e com base no documento Região de Influência das Cidades.

A metodologia operacional utilizada consta de revisão de literatura especializada sobre Amazônia e cidade média; e o uso de dados secundários, coletados de sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobretudo informações extraídas dos documentos Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2008), Produto Interno Bruto dos Municípios (IBGE, 2012) e Gestão do Território (IBGE, 2014); além de dados demográficos e grau de urbanização. Os elementos selecionados esclarecem sobre a denominação de centralidade, Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes, participação no PIB na Unidade da Federação, nível de centralidade de comércio e serviços, nível de centralidade de graduação – Educação superior, nível de centralidade de saúde, oferta de serviços avançados, centralidade da gestão pública, centralidade da gestão do território.

2. CIDADES MÉDIAS NO SUDESTE DA AMAZÔNIA ORIENTAL

As políticas de reordenamento territorial promovidas pelo Estado, para inserção da Amazônia no processo de expansão capitalista, a partir da segunda metade do século XX, ocasionaram transformações econômicas, sociais e na rede urbana regional. Neste contexto, atribuíram às cidades funções econômicas de acumulação, comandando uma rede de municípios em seu entorno, por meio da distribuição de bens e serviços e controle da produção primária para exportação, papel que também passou a ser desempenhado por um tipo de cidade até então inexistente da rede urbana: as cidades médias.

Quando se fala sobre Amazônia, há uma maior associação referente ao aspecto natural da grande floresta, em que o bioma Amazônia é confundido com a Amazônia Legal, o recorte utilizado nesta pesquisa.

No Brasil, o bioma Amazônia cobre 49,29% do território nacional, sendo formado principalmente pela floresta ombrófila, um tipo de vegetação relacionada ao clima tropical (quente e úmido), que ocupa a totalidade de cinco unidades da federação (Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima), grande parte de Rondônia, mais da metade de Mato Grosso, além de parte de Maranhão e Tocantins (IBGE, 2004).

Já a Amazônia legal é uma região de planejamento criada em lei de 1953, alterada em 1966 e que, além do bioma Amazônia, inclui Cerrados, Pantanal, e áreas de transição. Os



estados que compõe a Amazônia Legal são Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e a parte do estado do Maranhão que se situa a oeste do meridiano 44° de longitude oeste. Assim, essa Amazônia é formada pelos sete estados da região Norte, mais um do Centro-Oeste e outro do Nordeste.

Esta região é fragmentada em subregiões, com divisão oficial distinguida em Amazônia Oriental (leste-sul do Pará, Tocantins e sudoeste do Maranhão); Amazônia Meridional (Acre, Rondônia e Mato Grosso), e a Amazônia Ocidental (Amazonas e Roraima).

Nesta divisão, o Tocantins pertence a Amazônia Oriental, que é ainda mais fragmentada em outras sub-regiões. Para Becker (1990) na Amazônia Oriental o alcance e resultados da apropriação induzida pelo governo federal foram mais intensos e diferenciados, promovendo maior fracionamento do espaço.

A Amazônia Oriental é estudada por Trindade Júnior e Pereira (2007), Trindade Júnior e Ribeiro (2009), e Trindade Júnior (2011) como a área de influência da metrópole de Belém, notadamente, sobre as cidades paraenses de Marabá, Santarém e Castanhal. São Luiz também é vista por Sousa (2013) como metrópole que propaga área de influência para Amazônia Oriental, abrangendo a cidade de Imperatriz, no Sul do Maranhão.

O Tocantins está sob influência metropolitano de Goiânia. A subordinação de cidades da Amazônia a capitais ou metrópoles externas à região é uma das características urbanas descritas por Becker (2009), com efeito na rede urbana tocantinense.

Brito (2009), ao estudar o papel de Palmas na rede de integração regional, adotando como principal critério formação socioespacial a partir da ocupação induzida pelo Estado, propõe uma sub-região denominada de Sudeste da Amazônia Oriental, que compreende o estado do Tocantins, Sudeste/Sul do Pará e o Sul do Maranhão, proposta de subdivisão também utilizada nesta pesquisa.



Figura 1 - Sudeste da Amazônia Oriental



Fonte: Brito (2009, p. 36)

Nesta sub-região, os principais nós da rede urbana são as cidades médias, que estabelecem interações espaciais com metrópoles internas e externas à região, recebendo influência de Belém (PA), São Luiz (MA) e Goiânia (GO). Além de Araguaína, Imperatriz e Marabá, outros centros urbanos em Tocantins também receberam classificação de cidades médias em pesquisa de Silva (2016), Palmas, a capital estadual, e Gurupi.

No entendimento de Ribeiro (1998, p.66), o principal foco das políticas territoriais implantadas na Amazônia foi a cidade, impactando a rede urbana preexistente, passando de um padrão dentrítico para rodoviário, e promovendo transformações na forma, nas funções, e nas interações espaciais que se tornaram complexas. Neste sentido, os núcleos urbanos na Amazônia apresentam características funcionais com múltiplos papéis, relacionados à produção, distribuição e à gestão (RIBEIRO, 1998).

Para Trindade Júnior (2011, p.1-3), esse quadro culminou em uma “dinâmica de urbanização que toma forma difusa e diversa na região”, uma “urbano diversidade regional”, termo utilizado para identificar as diferentes e plurais realidades urbanas da região, com



“maior complexidade relacionada não só às formas das cidades, como também aos seus conteúdos”.

Assim, a rede urbana da Amazônia foi afetada pela ação do Estado subordinado ao capital, processo que tornou a cidade e a difusão da urbanização estratégicas para a rápida ocupação da região, e para reprodução do capital.

Na atualidade, reconhece-se uma participação cada vez mais crescente das cidades médias, como expressão da tendência de urbanização amazônica. Neste cenário desempenham no contexto econômico, político e social, importantes funções, exercendo centralidades urbano-regionais na região de influência, a exemplo de Marabá e Santarém (TRINDADE JÚNIOR, 2011; TRINDADE JÚNIOR e RIBEIRO, 2009).

Na pesquisa em tela, a cidade média é observada considerando como critérios a variável demográfica; classificação hierárquica entre as cidades; a posição e sua importância na rede urbana; centralidade; funções comerciais de distribuição de bens e serviços para população local e de cidades circunvizinhas, configurada também como papéis regionais.

Conforme Sposito (2004, 2006,2007) na classificação de cidade média, deve ser contemplado um conjunto de elementos: o quantitativo de população, a situação geográfica da aglomeração ou centro urbano, suas relações intermediárias entre cidades pequenas e metrópoles, bem como seus papéis político-administrativos. Nesta pesquisa uma questão primordial a ser considerada está relacionada à competência de ofertar bens e serviços.

Papéis regionais sempre estiveram associados às cidades médias, às vezes denominadas cidades regionais. Assim pensada, cada cidade média associava-se à área ou à região que comandava, o que pressupunha relações diretas com um número de cidades pequenas e o desempenho de funções de intermediação destas com a cidade maior de que eram todas tributárias, tanto a cidade média como as pequenas (SPOSITO, 2007, p. 234)

Assim, a definição de cidades médias deve considerar além do tamanho da cidade, a sua situação funcional, ou seja, como se estabelece no território a divisão regional do trabalho e como a cidade comanda esse território.

Acompanhando a tendência de valorização do papel funcional, Trindade Junior e Ribeiro (2007, p. 314), em estudo sobre cidades na Amazônia, definem cidades médias como [...] aquelas que assumem um determinado papel na estrutura urbana regional como centro sub-regional, [...] que são capazes de polarizar um número significativo de centros menores e articular relações de toda ordem como anteparo e suporte às metrópoles regionais”.



No entendimento de Trindade Júnior (2011, p. 136) e, também, seguindo pressuposto analítico anteriormente mencionado, o principal critério de definição de cidades médias seria a centralidade econômica, representada pelos papéis exercidos por estas cidades numa determinada rede urbana. Nesta abordagem a cidade média é caracterizada “pelas fortes centralidades que se materializam por meio de fluxos, a ponto de contribuírem significativamente para o ordenamento do espaço regional em que se inserem”. E quando essas cidades “assumem um determinado papel na estrutura urbana regional como centro sub-regional”.

Neste sentido, são os fluxos que definem a centralidade econômica da cidade média. A capacidade de articular relações que possibilitem desempenhar suas funções regionais, e a observação da inserção geográfica, completam os atributos.

A centralidade da cidade média captada em Trindade Jr. e Ribeiro (2011) tem por base a noção de fixos (infraestrutura de comércio/serviços/indústria) e fluxos (movimento de bens, consumidores, serviços, informações, etc.). Na perspectiva analisada, considerando cidades médias da Amazônia, mesmo que haja relevância quanto à densidade dos fixos, o que define a centralidade dessas cidades são os fluxos, com uso e reutilização de modo intenso e contínuo dos fixos disponíveis (TRINDADE JR.; RIBEIRO, 2011).

Quando se observa o indicador demográfico de cidade média ou de porte médio, é mais usual classificar como tal a cidade com população entre 100 e 500 mil habitantes. Considerando este critério, a rede urbana da Amazônia é formada por 27 sedes municipais de porte médio, no entanto, muitas delas, não ascendem à categoria de cidades médias, pois estão incorporadas a regiões metropolitanas (IBGE, 2010).

Estas cidades de porte médio concentram 5,3 milhões de habitantes ou 22% da população amazônica, sendo um grupo formado pelas capitais estaduais, Porto Velho (RO), Boa Vista (RR), Macapá (AP), Rio Branco (AC), Palmas (TO); e mais outras 22 cidades: Parintins (AM), Santana (AP), Ji-Paraná (RO), Araguaína (TO), Ananindeua, Santarém, Marabá, Castanhal, Parauapebas, Abaetetuba, Cametá, Bragança e Marituba, no Pará; Várzea Grande, Rondonópolis e Sinop, em Mato Grosso; Imperatriz, São José de Ribamar, Codó, Paço do Lumiar, Açailândia e Bacabal, no Maranhão (IBGE, 2010).

Araguaína, Imperatriz e Marabá são cidades médias da rede urbana do Sudeste da Amazônia Oriental, mantém posição hierárquica em uma região com raros centros urbanos que exercem alguma centralidade. No recorte geográfico utilizado, além das já citadas cidades médias, há apenas mais dois centros urbanos com população acima de 100 mil pessoas: Palmas, a capital tocantinense e Açailândia no Maranhão.



Conforme Trindade Júnior (2006) a cidade média é fenômeno muito recente na Amazônia, que só adquire importância na rede urbana após as mudanças ocorridas a partir da década de 1960, visto que anteriormente este tipo de cidade era quase inexistente.

Assim, houve a ascensão das cidades médias na rede urbana, que passaram a desempenhar papéis econômicos e destino do fluxo de migrantes, mas foram as metrópoles que mantiveram papel central e de comando da rede urbana, sendo esta uma tendência que acompanha a dinâmica urbana nacional.

Castelo Branco (2006) apresenta uma seleção de cidades médias brasileiras, na qual Araguaína e Marabá são incluídas como cidades médias de centralidade incipiente. Já Imperatriz, a outra cidade do Sudeste da Amazônia Oriental, possuiria centralidade média.

Os estudos sobre redes de influência das cidades, elaborados pelo IBGE, permitem entender os papéis que estas desempenham, por meio de uma classificação funcional das cidades. A posição hierárquica entre as cidades, sua importância e a centralidade na rede urbana são elementos adicionais que a literatura especializada colocou na identificação e classificação de uma cidade como média.

3. CENTRALIDADE E HIERARQUIA DE ARAGUAÍNA, IMPERATRIZ E MARABÁ EM ÁREA DE INFLUÊNCIA COMPARTILHADA

A raridade destes centros médios urbanos no Sudeste da Amazônia Oriental, é situação geográfica específica e favorável ao estabelecimento de hierarquia e centralidades, numa rede de dominação das cidades maiores sobre as menores, dependentes daquelas, pelas funções que exercem de distribuição de bens e serviços para os moradores locais e a população das cidades menores, em seu entorno.

Araguaína, Imperatriz e Marabá são importantes nós, os pontos centrais, desta subregião e possuem requisitos para exercerem papéis de cidades médias, capazes de exercer interação funcional econômica, social e política, articuladas pelo escopo metropolitano de Belém, Goiânia e São Luiz.

No caso de Imperatriz e Marabá há vinculação as suas respectivas capitais estaduais. Enquanto que para Araguaína, a primazia mantida por Goiânia, pois a relação do Tocantins com esta metrópole é histórica, e foi fortalecida pelas políticas estatais, que priorizavam integração econômica entre a Amazônia e o Sudeste brasileiro.

É uma tendência na Amazônia. O papel relacional das metrópoles regionais amazônicas é segmentado pela atuação de centros metropolitanos de outras regiões, que



atuam na coleta, manipulação e utilização de informações. E é técnica, a serviço da reprodução da economia e dos lucros (TRINDADE JR, 2006).

A cidade de Araguaína é centro regional de apoio à pecuária estadual, e principal fornecedora de carne bovina ao mercado mundial, acumulando ainda funções de distribuição de bens e serviços especializados, dentre os quais, de educação superior e saúde, para população local e de cidades circunvizinhas Silva (2012).

Marabá destaca-se como centro urbano da Amazônia Oriental e do Sudeste do estado do Pará, desempenhando função econômica regional, sendo “uma cidade que vem sendo *locus* de grandes investimentos, pela importância produtiva, comercial, distribuição de serviços e liderança política” no contexto regional (TRINDADE JR., 2011, p. 6).

Em Imperatriz destaca-se atividades terciárias modernas, sobretudo, em razão da atuação do comércio atacadista e varejista, complementada por serviços públicos e privados de saúde, da educação superior e mais recentemente importante participação do segmento da construção civil (SOUSA, 2015).

A Tabela 1 condensa informações sobre a hierarquia urbana e centralidade das cidades médias do Sudeste da Amazônia Oriental, com ênfase na hierarquia, funções econômicas, na capacidade de gestão e riqueza, com base em dados por municípios extraídos dos documentos Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2008), Produto Interno Bruto dos Municípios (IBGE, 2012) e Gestão do Território (IBGE, 2014).

Não há grandes diferenciações nos padrões de hierarquia, centralidade e capacidade de gestão do território entre estes centros urbanos do Sudeste da Amazônia Oriental, mas na maioria dos parâmetros utilizados, há destaque Marabá³, que detém maior prosperidade econômica, com produto interno bruto (PIB) de 4,42 bilhões, valor corresponde ao dobro do de Araguaína, e 65% maior que o de Imperatriz (Tabela 1).

Há similaridade no nível centralidade entre Araguaína, Marabá e Imperatriz, que recebem a mesma categorização hierárquica de capital regional C. Nenhuma destas cidades, entretanto, é capaz de exercer o papel de comando hierárquico da região, que como já frisado é assumido por metrópoles externas e internas a Amazônia Legal.

³ Palmas, a outra cidade média do Sudeste da Amazônia Oriental, não listada na tabela, é a que apresenta os melhores indicadores regionais de riqueza, hierarquia urbana e centralidade.



Tabela 1 – Indicadores de centralidade e hierarquia urbana nas cidades médias selecionadas no Sudeste da Amazônia Oriental (2007, 2012, 2014)

Indicadores	Sedes municipais de porte médio		
	Araguaína (TO)	Marabá (PA)	Imperatriz (MA)
Denominação de centralidade (2007)	Capital Reg. C	Capital Reg. C	Capital Reg. C
PIB a preços correntes (Mil reais) (2012)	2.201.523	4.423.290	2.853.989
Participação no PIB da Unidade da Federação (%) (2012)	11,27	4,86	4,85
Nível de centralidade de comércio e serviços (2007) (1)	4	4	4
Nível de centralidade de graduação – Educação superior (2007) (1)	5	5	5
Nível de centralidade de saúde (2007) (1)	4	5	4
Oferta de serviços avançados (%) (2014) (2)	46,7	51,1	48,9
Centralidade da gestão pública (2014) (1)	8	8	8
Centralidade da gestão do território (2014) (1)	6	6	5

Fonte: IBGE (2008), IBGE (2012b), IBGE (2014).

Notas: (1) A centralidade expressa é distribuída em intervalo que considera 1 como o maior nível e 9 como o nível mais elementar. (2) Serviços avançados são aqueles relacionados as áreas de contabilidade, propaganda e publicidade, finanças, seguros e direito.

Localizadas em rede urbana de maior complexidade econômica e de urbanização, a participação de Marabá (4,86%) e Imperatriz (4,85%) no PIB estadual é menos significativa do que a de Araguaína (11,27%). Cotejando esta informação com o valor total deste indicador de riqueza, nota-se que essa maior participação de Araguaína na geração das riquezas estaduais, denota a origem de rede urbana tocaninense ainda incipiente, neste caso, do ponto de vista econômico.

O quantitativo e a diversidade das atividades econômicas em comércio e serviços dimensionam o nível de centralidade de comércio e serviços, que são oferecidos com semelhante padrão nas cidades de Araguaína, Imperatriz e Marabá. Essa padronização permanece, quando pormenorizada a oferta de serviços de educação superior; e na centralidade da gestão pública, avaliada pelo quantitativo e alcance de instituições públicas federais⁴ (Tabela 1).

⁴ São consideradas instituições públicas federais as agências, unidades de atendimento, gerências regionais, superintendências e sedes do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), do Ministério do Trabalho e Emprego,



Nos serviços de saúde, medidos pela complexidade de atendimento e volume de internação, Araguaína, e Imperatriz apresentam mesmo nível de centralidade, enquanto que em Marabá, esse nível de centralidade é mais baixo, conforme listado na referida tabela.

As firmas que prestam serviços categorizados como avançados possuem maior concentração em Marabá, correspondente a mais da metade do total de serviços ofertados, e contribuem para a manutenção da hierarquia desta cidade, seguidas por Araguaína e Imperatriz com menor percentual deles (Tabela 1).

A análise da gestão do território enfoca as instituições públicas, representantes do Estado, e as privadas, constituídas pelo mercado e gestão empresarial, em que Imperatriz possui a maior centralidade da gestão do território regional, e em um nível levemente inferior, Araguaína e Marabá (Tabela 1).

Outro importante elemento da centralidade e hierarquia urbana destas cidades médias, e a formação de área de influência compartilhadas, comunicando-se com cidades externa aos seus limites estaduais, expandindo suas hinterlândias. A proximidade territorial entre Araguaína e Imperatriz (247km), e Marabá (287 km) favorece a troca de fluxos, assim como entre Imperatriz e Marabá (260km).

A interdependência entre estas cidades e a superposição de domínios nas áreas de influência indicam interações espaciais em múltiplas escalas, entre essas cidades médias. Para Corrêa (2007, p. 30) as cidades médias apresentam interações espaciais intensas, complexas, multidirecionadas e com sobreposição de múltiplas influências em um mesmo espaço e tempo.

A troca de fluxos, em área de influência partilhada, é entre Araguaína e Marabá, com a cidade tocantinense propagando sua hierarquia para o estado do Pará, e do mesmo modo, Marabá para o Tocantins. Já entre Araguaína e Imperatriz, a área de domínio hierárquico compartilhada é no norte do Tocantins e no sul maranhense.

Esse mesmo compartilhamento não se repete entre Imperatriz e Marabá. O tamanho da hinterlândia dessas cidades médias auxilia na compreensão deste quadro, pois enquanto Araguaína tem área de influência formada por 86 outros centros urbanos, Marabá possui 50, e Imperatriz 38.

A sobreposição de área de influência de Araguaína sobre a de Marabá ocorre sobre as cidades paraenses de Água azul, Bannach, Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Piçarra, Redenção, São Félix do Xingu, São Geraldo do Araguaia Tucumã e Xinguara IBGE, (2008). Esse alcance da influência de Araguaína, tem

a Secretaria da Receita Federal, da Justiça Federal, dos Tribunais Regionais Eleitorais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, e do próprio IBGE. (IBGE, 2014)



larga extensão, chegando a quase 800 km de distância, exemplificado por São Félix do Xingu.

Por sua vez, Marabá compartilha área de influência com Araguaína na cidade tocaninenses de Couto Magalhaes. Como se nota, na troca de fluxos em área de influência compartilhada entre Araguaína e Marabá, há uma maior sobreposição de Araguaína.

Já Imperatriz, adentra área de influência de Araguaína no extremo norte do Tocantins, entre Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Carrasco Bonito e Esperantina. Na verdade, esta área é muito mais subordinada à Imperatriz do que a Araguaína (IBGE, 2008).

Araguaína também estende área de influência para território maranhense, sobre as cidade de Alto Parnaíba, Balsas, Fortaleza dos Nogueiras, Riachão, Sambaíba, São Félix de Balsas, São Pedro dos Crentes e Tasso Fragoso, está cerca de 500 km de distancia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A centralidade exercida por Araguaína extrapola os limites políticos administrativos estaduais, estendendo e compartilhando área de influência para o sul-sudeste do Pará e sul do Maranhão, com outras cidades médias inclusas no Sudeste da Amazônia Oriental; e sem o aparato da metrópole, tem capacidade de se conectar diretamente com o mercado mundial, como fornecedora de produção primária.

Esse estudo da centralidade e hierarquia urbana de cidades médias da sub-região delimitada como Sudeste da Amazônia Oriental, mostrou que Araguaína, Imperatriz e Marabá são cidades funcionais, importantes nós da rede urbana regional; exercendo funções comerciais de distribuição de bens e serviços em uma área compartilhada.

Essa troca de fluxos em área na influência partilhada entre Araguaína, Imperatriz e Marabá, fortalece o papel funcional destas cidades médias na Amazônia, e contribui para nova reconfiguração regional, denotando-se em um triângulo amazônico.

REFERÊNCIAS

BECKER, B. **Amazônia**. São Paulo, Ática, 1990.

_____. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

BRITO, E. P. **O papel de Palmas - TO na rede de integração regional**. 2009. 261 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências Humanas. Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, MS. 2009. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp106481.pdf>>. Acesso



CASTELLO BRANCO, M. L. Cidades Médias no Brasil. In: SPÓSITO, E. S.; SPÓSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (org.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p.245-277.

_____. **Estudos Sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M. E. B. **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo Expressão: Popular, 2007. p. 23-34.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Regiões de Influência das Cidades 2007 (publicação e base de dados dos municípios). Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm?c=7>>. Acesso em: 16/out. /2012.

_____. IBGE. Censo demográfico 2010. Resultados do universo por setor censitário, município, UF e Brasil. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso: 28/set. /2014 a 30/ago. /2015

_____. Mapas de biomas do Brasil 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm>>. Acesso em: 14/dez. /2014.

_____. Produto interno bruto dos municípios 2012. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/PIBMun/default.asp?o=30&i=P>>. Acesso em 3/mai. /2015.

_____. Gestão do Território 2014 - Redes e fluxos do território (Publicação e base de dados dos municípios). Rio de Janeiro, 2014. <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/redes_fluxos/gestao_do_territorio_2014/default.shtm>. Acesso em 5/jun./2015.

MACHADO, L. O. Significado e configuração de uma fronteira urbana na Amazônia. In: BECKER, B.; MIRANDA, M.; MACHADO L. O. (Org.). **Fronteira Amazônica**: Questões sobre a gestão do território. Brasília: UNB, 1990.

RIBEIRO, M.A. **A complexidade da rede urbana amazônica**: três dimensões de análise. 1998. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

SILVA, R. A. **Agropecuária de Araguaína e novas centralidades**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2012. 153 f. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2012. Disponível em: <<http://www.uece.br/mag>>. Acesso: 10/jan. /2013.

SILVA, R. A. **Desigualdades socioespaciais na cidade média de Araguaína**. Tese (Doutorado em Geografia). 2016. . Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2016. Disponível em: <<http://www.uece.br/mag>>. Acesso: 5/jun. /2016.

SOUSA, J. M. As formas atuais da urbanização amazônica e os seus reflexos na produção do espaço urbano de Imperatriz-MA. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 13, 2013, Rio de Janeiro. Disponível em:<www.simpurb2013.com.br>. Acesso em 12/jan. /2015.

_____. Enredos da dinâmica urbano-regional Sulmaranhense: reflexões a partir da centralidade econômica de Açailândia, Balsas e Imperatriz. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2015



SPOSITO, M.E. B. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geográficas**. n. 54, ago. 2004, p. 114-139. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=56905408>>. Acesso em 14/fev. /2014

_____. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas, Brasil. In: SPÓSITO, E. S.; SPÓSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (org.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 175-196.

_____. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPÓSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 233 -253.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. Cidades médias na Amazônia Oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14, 2011, Rio de Janeiro. Disponível em <www.xiisimpurb2011.com.br>. Acesso em 05/ out./2011

TRINDADE JR., S. C.; PEREIRA, J. C. C. Reestruturação da rede urbana e importância das cidades médias na Amazônia oriental. In: SPOSITO, M. E. **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 313-342.

TRINDADE JÚNIOR, S.C. C.; RIBEIRO, R. Marabá: Novos agentes econômicos e novas centralidades urbano-regionais no sudeste paraense. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 13, 2009, Florianópolis-SC. Disponível em <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3296>>. Acesso em 22/set./2011.

**GT 07 – Cidades e Transformações do Urbano na América Latina****A COPA DO MUNDO FIFA 2014 E AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS EM
ITAQUERA – SÃO PAULO/SP**Savanna da Rosa Ramos (USP)¹
savannaramos@gmail.com**RESUMO**

Ao tomar a categoria espaço para análise das transformações que os megaeventos podem trazer ao ambiente urbano, a problemática da pesquisa se fez a partir da evolução espacial, delimitando-se o bairro de Itaquera (São Paulo/SP) para a pesquisa especificamente no entorno do Estádio Itaquera, com os novos usos do território considerando a instalação de equipamentos que levariam, teoricamente, a melhoria do bairro. A área, escolhida é permeada por conflitos sociais e econômicos, que no decorrer do desenvolvimento histórico do bairro, levam a compreender as escolhas e decisões por parte dos agentes hegemônicos no seu processo de desenvolvimento. De modo a se colocar em evidência as contradições que orientaram as dinâmicas do megaevento Copa do Mundo FIFA 2014, objetivou-se apresentar e analisar a evolução espacial na área de estudo. O método dialético, fundamentado por investigações documentais, bibliográficas e levantamento de dados trouxe resultados indicando que o processo histórico das transformações espaciais foram adaptadas a novos usos do espaço no Bairro de Itaquera. Procurou-se deixar claro que a área tem grandes carências em termos de infraestrutura, assim como de necessidades básicas, além de poucas oportunidades de emprego para a população, que ficam concentradas na região central da metrópole, não havendo este quadro se alterado após a Copa do Mundo. Pelo contrário, é possível levantar a hipótese de que as transformações pelas quais passou o bairro nos últimos anos aprofundaram as desigualdades historicamente presentes.

Palavras-chave: Copa do Mundo; Produção do Espaço; São Paulo.

1. INTRODUÇÃO

A realização de megaeventos vem refletindo a sociedade na qual acontecem e, por outro lado, podem influenciá-la, criando alterações nos mais diversos campos, entre eles, o campo espacial. Com a trajetória da Copa do Mundo e sua representatividade para o Brasil, aconteceram transformações sócio-espaciais em diversas cidades brasileiras. No entanto, tal megaevento só pode ser executado se estiver apoiado sobre a infraestrutura e política local, e com o universo do *trade* turístico. Em termos de legado do megaevento, de modo geral, foram prometidas reformas e construções de estádios e melhorias no entorno de cada um, bem como otimização da mobilidade urbana, aeroportos e portos nas 12 cidades-sede, obras que envolveriam dinheiro público e privado.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP). Professora Assistente no Curso de Turismo da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/SP/BRA). Mestre em Turismo e Hotelaria (UNIVALI/SC/BRA). Bacharel em Turismo (UNISC/RS/BRA).



No caso de São Paulo, especialmente atentando as realidades atuais no Bairro de Itaquera localizado na Zona Leste, a problemática se fez a partir da evolução espacial, especificamente no entorno do Estádio Itaquera, com os novos usos do território considerando a instalação de equipamentos para a melhoria do bairro. Com isso, a análise proposta, ao focar a evolução espacial na área de estudo, considerou as determinações previstas em Leis, Projetos/Planos Urbanísticos e Regionais para o município de São Paulo.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO TEORICA

Num cenário de muitas decisões globais e competitividade com que (con)vivemos no século XXI, discutir as transformações espaciais das cidades passa a ser um grande desafio, bem como para os governos locais a definição de políticas públicas e estratégias, que necessariamente estão exigindo parcerias entre setores público e privado e a sociedade civil organizada. Com objetivo de competitividade, as cidades vêm, cada vez mais, envolvendo-se em processos que conduzem a ideias de verdadeiras batalhas, incentivadas de um lado, pelas políticas públicas e de outro pela expansão de novos negócios. Com isso, Santos (1994) complementa que se mudam também as necessidades de espaço, tanto em função dos requisitos da produção como da circulação mais exigente de rapidez, o que leva a cada dia, a mais espaço sendo preparado de maneira particular para cada tipo de produção.

Daí toda vez que a cidade se torna inviável para um determinado capital, faz-se um novo plano urbano ou remenda-se o já existente, de modo a criar novas economias urbanas, de aglomeração, ou o que seja, viabilizando, de novo, a produção (SANTOS, 1994). Assim, a cidade tem a possibilidade de atração de investimentos, com elevação da sua força econômica, sendo um dos meios, a captação de eventos, que se tornou um importante instrumento na geração de fluxo turístico para as cidades. No entanto, os legados e efeitos dos megaeventos atualmente, que são amplamente difundidos pelos gestores públicos e pelas empresas em prol de resultados positivos, dependem em grande medida, do banimento de determinadas políticas, da eliminação do conflito (pelo menos aparente) e das condições em parte do exercício da cidadania. (DACOSTA, 2008).

Discute-se sobre como vem ocorrendo o planejamento urbano no país, baseado na ideia do planejamento estratégico onde implica a direta e imediata apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados, e depende, em grande medida, do banimento de determinadas políticas e da eliminação do conflito (pelo menos aparente) e das condições em parte do exercício da cidadania. A venda da cidade requer, necessariamente, insumos valorizados pelo capital transnacional: espaços para eventos, parques industriais/tecnológicos, oficinas de informação e assessoramento a investidores e empresários, torres



de comunicação e comércio, segurança. Assim, Vainer (2002) observa a importância do planejamento estratégico urbano das cidades, para se entender como governantes e organizadores de megaeventos nomeiam necessidades econômicas, culturais e sociais em prol do recebimento do megaevento. No Brasil, a década de 90 marcou o início da forte influência do planejamento estratégico nas políticas de planejamento urbano das cidades. No processo de planejamento e de decisão, as lógicas empresariais a que ficam submetidas as cidades, sendo a produtividade e competitividade os elementos da gestão urbana atual, ficam evidenciadas a partir do estabelecimentos de normatizações na forma de leis, decretos, normativas, que no território asseguraram sua presença e representatividade.

Dentre os legados mais citados, pode-se destacar o urbanístico ligado à intervenção em infraestrutura; os saberes e conhecimentos adquiridos; a divulgação da cidade para o mundo; melhoria da qualidade de vida da população local; instalações esportivas; modernização e/ou ampliação da rede hoteleira; entre outros (MATIAS, 2011). No entanto, a reversão também pode se dar de forma negativa, gerando conflitos como: o deslocamento de pessoas de suas casas para a utilização do espaço para construção da acessibilidade e por meio dos impactos ambientais que podem ser causados. Essa situação geralmente vem sendo mais agravada nas grandes metrópoles, pois vê-se a necessidade de atenção, zelo, proteção, estima, tanto por parte do poder público como de seus cidadãos, a partir do planejamento urbano que começa a ser executado para o megaevento.

3. DIMENSAO EMPIRICA: BAIRRO DE ITAQUERA

Até os anos de 1980, a população de Itaquera aumenta exponencialmente e este se consolida como bairro dormitório, a partir da construção de grandes Conjuntos Habitacionais pela Prefeitura (Companhia e Habitação de São Paulo - Cohab-SP). A efeito disso, a população pressionou o poder público por serviços essenciais de saúde e educação, sendo em parte atendida (uma vez que até hoje a prestação de serviços públicos é deficitária) (LEMOS; FRANÇA, 1999; GEISE, 2012). A Linha 3 Vermelha² do metrô começou a ser construída em 1972, mas alcançou o bairro de Itaquera apenas em 1988, quando decidiu-se por manter como ponto final a leste a Estação Corinthians–Itaquera, referendando o bairro enquanto centralidade da Zona Leste. (RAMALHOSO, 2013).

A consolidação da dinâmica de exclusão sócio-espacial iniciada nas décadas anteriores em Itaquera, assim como, na Zona Leste de modo geral foi percebida pelas fragilidades estruturais no espaço com a conjugação de três procedimentos, conforme analisa Geise (2012), a convivência com a abertura de loteamentos irregulares; a construção

² A linha, ao ser inaugurada, já se encontrava saturada: só o bairro de Itaquera já contava, em 1980, com mais de 255 mil pessoas, número que chegou a 430 mil até o fim da década.



de conjuntos habitacionais de escala desproporcional e desconectados das redes de infraestrutura urbana; e, a falta de uma política de desenvolvimento urbano que estimulasse a instalação de atividades geradoras de empregos.

Nos anos 90, teve-se a elaboração de grandes projetos, assim a ligação estratégica entre o Aeroporto de Guarulhos e o Porto de Santos é utilizada como justificativa de uma 'vocação logística', servindo-se desse argumento para investimentos que visavam aflorar esse potencial e atrair o interesse do mercado na região. Desse modo, criou-se um Programa de Incentivos Seletivos para a  rea Leste destinada a estabelecimentos fabris (Lei Municipal N 13.833/2004) e posteriormente a Opera o Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu³ (2004 e 2011–Lei Municipal N  13.872/2004) constantes no Plano Regional Estratégico da Subprefeitura de Itaquera de 2004 (Lei Municipal N 13.885/2004), com a inten o de atrair indústrias e gerar empregos, assim como, compreendeu em seu perímetro a implanta o do Parque Linear Rio Verde. Entretanto, foi sobreposta, na região de Itaquera, a um tecido urbano anterior, resultado de uma urbaniza o precária e espontânea, composto por uma malha irregular de pequenas vias e grande adensamento, culminando numa rela o conflituosa com a avenida. Atualmente, a Zona Leste   uma região diversificada, tanto comercial, quanto residencial, que está em desenvolvimento e passando por processos de urbaniza o e regulariza o de áreas risco (favelas), canaliza o de córregos e do Rio Aricanduva, além da verticaliza o pela valoriza o imobiliária promovida, principalmente, pela vinda da Copa do Mundo ao bairro. (PREFEITURA, 2015).

Além de todas as dificuldades comuns aos bairros de periferia como Itaquera, o desenvolvimento espontâneo e sem direcionamentos financeiros constantes para essa região, apresenta vias de acesso ineficientes, bem como ruas e avenidas locais mal asfaltadas e sinalizadas, com grandes pontos de estrangulamento de tráfego e atropelamentos, como exemplo, a saída do metrô Itaquera e Radial Leste. Portanto, um ordenamento geral provoca uma ordem indesejada pelos agentes hegemônicos em alguns fragmentos da cidade. Logo, a popula o perde em qualidade de vida, ao mesmo tempo, que tem a carência de recursos.

4. APORTES METODOLOGICOS

³ Sob o ponto de vista da legisla o urbanística, deve ser mencionada a Lei N 13885/2004, que complementou as disposi es do Plano Diretor Estratégico, trazendo a nova legisla o de uso e ocupa o do solo e os Planos Regionais Estratégicos, além de prever expressamente a revisão da Opera o Urbana Rio Verde-Jacu (art. 63). Em rela o   política de incentivos seletivos, deve ser mencionada a edi o da Lei N 14.654/07, complementada pela Lei N 14.888/09, que propôs um novo perímetro para aplica o dos incentivos fiscais, focando sua aplica o nas áreas de centralidades e ao longo dos eixos estruturais viários e de transporte coletivo. (PREFEITURA, 2016)



O método dialético, fundamentado por investigações documentais, bibliográficas e levantamento de dados, considerando as fontes digitais oficiais disponíveis (Leis, Projetos e Planos Urbanísticos e Regionais) para conhecimento público, trouxe resultados que permitiram compreender as relações que se expressaram. O recorte temporal se deu de 2007 a 2014, considerando 2007, ano da proposta de captação do megaevento no qual o Brasil foi escolhido para sediar os jogos mundiais de futebol, sendo o período de sete anos correspondente a sua fase pré-evento (planejamento e organização), e 2014, ano de ocorrência do evento. Os anos posteriores foram considerados para as análises referentes ao pós-megaevento. Quanto ao recorte espacial, a partir da Figura 1, estipulou-se o bairro de Itaquera (integrante do Distrito de Itaquera) e a área de entorno ao Estádio Itaquera, localizado na Zona Leste de São Paulo⁴, o qual tem uma área de 14.64 km² e densidade demográfica de 14.924.56 hab/km².

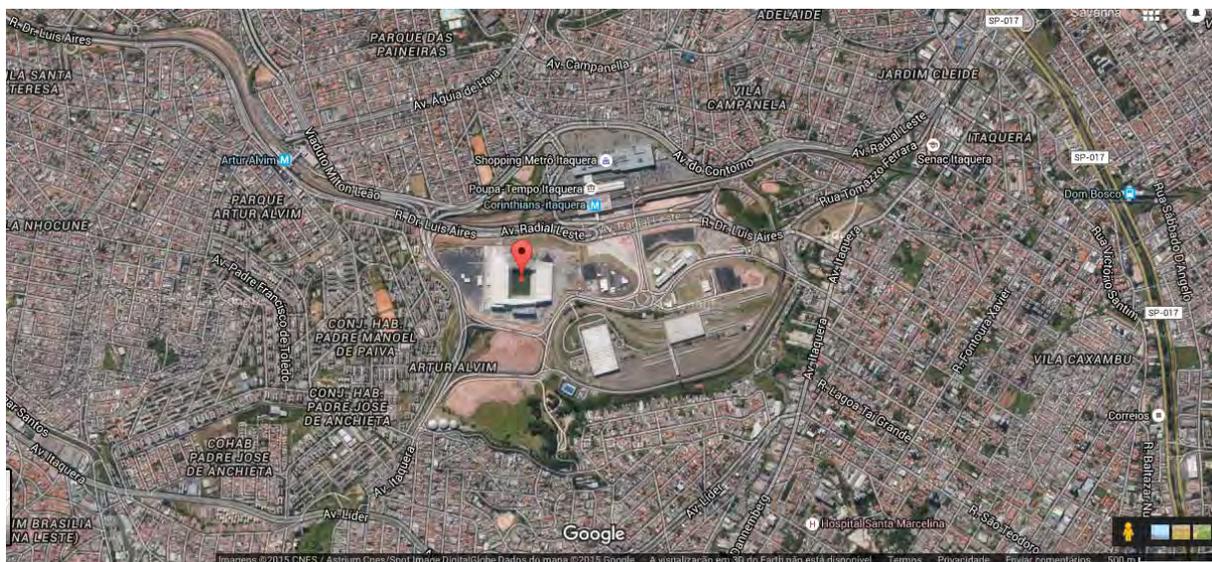


Figura 1: Imagem de satélite de localização do Estádio no Bairro de Itaquera, adjacente a estação do metrô.
Fonte: Google Earth, 2015.

No caso da área de estudo considerar-se-á no Distrito de Itaquera⁵, dentre seus bairros, o de Itaquera. Nesse território foi construído e adequado o Estádio Itaquera adjacente a estação do metrô Corinthians-Itaquera, onde foi realizado o jogo de abertura da Copa do Mundo FIFA 2014. Ainda, é possível visualizar a concentração populacional do bairro pela imagem de satélite.

5. RESULTADOS DA PESQUISA

⁴ A cidade de São Paulo está subdividida em 31 subprefeituras e estas são divididas em distritos, que somados resultam em 96 subdivisões administrativas. A Zona Leste de São Paulo, designada "Região Leste 1", é uma região administrativa estabelecida pela prefeitura de São Paulo englobando as Subprefeituras: de Penha, de Ermelino Matarazzo, de Itaquera e de São Mateus.

⁵ O Distrito de Itaquera vem sendo considerado um bairro dormitório; com uma população, na sua maioria, entre 20 e 45 anos, sendo que 60% dessa população tem renda entre 0 e 5 salários mínimos.



A partir da análise da evolução histórica espacial do bairro de Itaquera, percebe-se como características marcantes, o crescimento populacional e urbano de forma espontânea e a carência de serviços públicos básicos, como educação, saúde e transporte. Nota-se também a falta de direcionamento de recursos para o desenvolvimento da região, o que aumentou a demanda por deslocamento da população para as regiões centrais da cidade e para o eixo do ABC Paulista, onde há maior oferta de trabalho. Portanto, um ordenamento geral vem provocando uma ordem indesejada pelos agentes hegemônicos em alguns fragmentos da cidade. Conseqüentemente, a população perde em qualidade de vida, ao mesmo tempo, que tem a carência de tais recursos.

Trazendo o contexto do terreno onde fora inserido o Estádio Corinthians (197.095 m²), era uma antiga pedreira que passou para propriedade da COHAB na década de 1970 quando a Prefeitura adquiriu diversos terrenos na região para a construção dos conjuntos habitacionais. De acordo com a Figura 2 (A) a seguir, a área apresenta nessa época um vazio urbano, onde encontram-se a Estrada de Ferro Central do Brasil (1) e a pedreira⁶ (2).

Segundo reportagem da Revista Placar de outubro de 1986, o terreno havia sido doado pela prefeitura paulistana ao Corinthians em 1978 para construção do estádio. “Três anos depois, seu projeto estava aprovado, porém nunca foi executado. Em maio de 1986 o então prefeito Jânio Quadros rescindiu a concessão do terreno, alegando que o Corinthians não havia executado qualquer benfeitoria na área (!)” (GEISE, 2012, p. 141). Ainda em sua gestão, a autora complementa, por mecanismos jurídicos, instituiu-se a Lei N. 10.622 de 9 de setembro de 1988, onde o terreno que havia sido doado pela prefeitura ao Corinthians, volta a pertencer ao Clube, mediante contrapartidas sociais. Com as determinações urbanísticas para a área, percebe-se, de acordo com a Figura 2 (B), as áreas delimitadas para as obras da estação Corinthians-Itaquera do Metro/CPTM (3) incluindo as obras do pátio de manobras do metro (4).

Conforme previsto em tal lei o Art. 3º, definem-se as obrigações do Sport Club Corinthians:

- a) a construir, na área concedida, as edificações necessárias à instalação e funcionamento de seu estádio de futebol e obras complementares;
- b) a apresentar, para prévia aprovação pelos órgãos técnicos da Prefeitura, no prazo máximo de 1 ano, a partir da lavratura do competente instrumento público de concessão, o projeto completo do conjunto das edificações e instalações a serem executadas, observando a legislação pertinente;
- c) a iniciar as obras de fechamento do contorno do terreno, serviços de terraplenagem e execução das obras relativas as águas pluviais, no prazo

⁶ A Pedreira Itaquera teve grande importância no desenvolvimento do bairro, pois garantia empregos à população do entorno ao mesmo tempo em que fornecia toda a pedra britada necessária para a construções do bairro. No entanto, a instalação das COHABs no entorno da área da pedreira fez com que, em pouco tempo, a extração de pedras fosse interrompida, considerando os efeitos das explosões, da britagem e de outros procedimentos normais para a exploração de uma pedreira, os quais eram incompatíveis com a proximidade da comunidade (tardiamente, em 1999, a extração mineral na pedreira foi encerrada).



- máximo de 90 dias, a contar da lavratura do instrumento de concessão, bem como a concluí-las no prazo máximo de 6 meses, a partir de seu início;
- d) a ter o estádio de futebol, ainda que não totalmente construído, em condições de realização de jogos oficiais, no prazo de 4 anos a contar da aprovação dos necessários projetos;
- e) a observar as condições que regem a faixa de oleoduto da Petróleo Brasileira S/A - PETROBRÁS que atravessa a área concedida;
- f) a arcar com todas as despesas oriundas da concessão, inclusive as relativas à lavratura e registro do competente instrumento;
- g) a atender as requisições da Prefeitura;
- h) zelar pela limpeza e conservação do imóvel, devendo providenciar, às suas expensas, quaisquer obras de manutenção e conservação que se fizerem necessárias, bem como aquelas tendentes a garantir sua segurança;
- i) a responder, inclusive perante terceiros, por eventuais danos resultantes das obras, serviços e trabalhos que realizar no local.

E esclarece no Art. 6º que o descumprimento das condições determinadas na lei, bem como a inobservância de qualquer prazo fixado, implicaria na automática rescisão da concessão, o que reverteria a área à disponibilidade do Município as benfeitorias nela construídas, ainda que necessárias, sem direito de retenção e independentemente de qualquer pagamento ou indenização, seja a que título for. E ainda, no Art. 9º estabelece que “A Prefeitura não será responsável, inclusive perante terceiros, por quaisquer prejuízos decorrentes da execução das obras, serviços ou trabalhos a cargo do concessionário”. Tais comprometimentos nunca foram cumpridos e o terreno apenas abrigava o Centro de Treinamento do Corinthians, ate o inicio das obras do estádio, em 2011.

Geise (2012) explica que foi por esse motivo que, em 2001, teve-se uma ação contra o Corinthians pedindo a anulação da concessão do terreno pelo descumprimento de suas cláusulas, iniciada a partir da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI 94) das áreas públicas, que avaliou a situação. O processo foi extinto em 2002 e reaberto em 2005 por decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo, arrastando-se até 2011, quando foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Ministério Público, Corinthians e Prefeitura de São Paulo. Tal Termo devolveu o terreno para uso do clube através de um contrato de cessão válido até 2078, mediante pagamento de contrapartidas sociais no valor de R\$ 12 milhões. O valor se baseia em um calculo equivalente à quantia compensatória do período em que o terreno foi usado, considerando os últimos 3 anos contados a partir da assinatura do TAC.

A partir da Figura 2 (C), é possível perceber o adensamento populacional no entorno da área aumentado pelo crescimento de áreas com construções irregulares no bairro e as divisões que tal área começa a ter ao agregar outras funções, como a de serviços pelo estabelecimento do Poupatempo Itaquerá (2).



No projeto urbanístico, de acordo com a Figura 2 (D), no espaço destinado a COHAB (4), foi identificado como glebas vazias. Contudo, destaca-se a formação (área central da direita da figura) da Favela da Paz em área próxima ao córrego Rio Verde já no início no ano de 1991, mas pertencente a COHAB. Atualmente abriga 377 famílias (de acordo com levantamento da Prefeitura de 2013) e localiza-se a 800 metros do novo estádio.

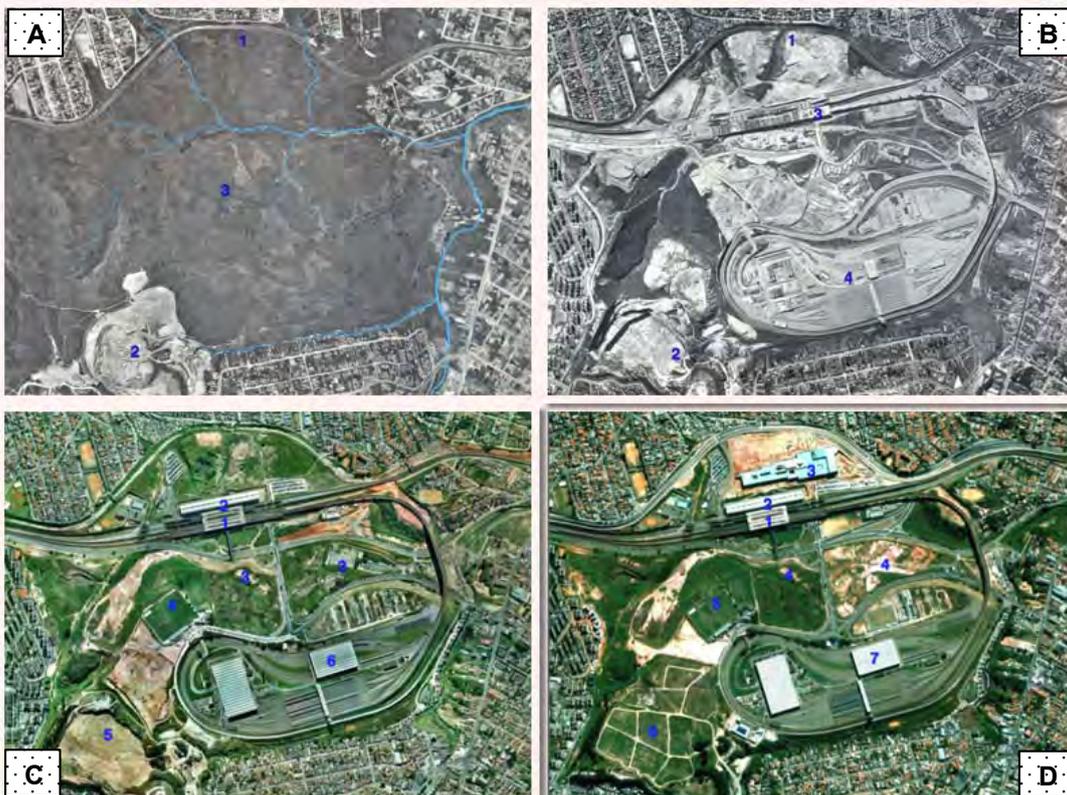


Figura 2: Vazio urbano em 1970 (A); Vazio urbano em 1980 (B); Ocupação urbana em 2003 (C); Ocupação urbana em 2007 (D).

Fonte: Projeto Urbanístico do Polo Institucional de Itaquera. SMDU, 2012; SMSMP, 2012.

Referente a área da pedra (5) Figura 2 (C), Scheliga (2012) destaca que a foi convertida em um depósito de material inerte, o popular entulho, e que após a conclusão do preenchimento da cava, no ano de 2006, a área de cerca de 11 alqueires (aproximadamente 266 mil metros quadrados) estava pronta para ser edificada. O Grupo Itaquera, responsável pela Pedreira Itaquera e pela exploração e implementação da nova área, declarou estar desenvolvendo um Plano Master, já com o incentivo da Prefeitura Municipal de São Paulo, a fim de atender às necessidades da região e tornar-se assim uma alternativa de negócio para quem participar da implementação do novo bairro de Itaquera. Nesse sentido, a Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu, com início das obras em 2006 e o programa de incentivos a estabelecimentos fabris na Zona Leste articulam a possível vocação logística que se pretendia ao bairro.



Em 2007, as cidades-sede e os locais de realização dos jogos ainda não haviam sido escolhidos. Itaquera sendo uma região que concentra o maior número de moradores de São Paulo e apresenta déficits de investimentos (D'ANDREA, 2013) teve essa necessidade usada como argumento para a escolha do local de construção do estádio de realização dos jogos (FRONCILLO;ALMEIDA, 2013). Os direcionamentos políticos que levaram a essa escolha fez com que novos usos daquele território fossem planejados com a inserção de empreendimentos em um território marcado por um contexto histórico-social e político conflituoso (AZEVEDO, 1945/1958; LANGENBUCH, 1971; DAMIANI, 1993, SILVA, 2006; BONDUK, 2011) e que teoricamente levariam a proporcionar uma melhoria do bairro e, até mesmo, um possível desenvolvimento da atividade turística.

A exemplo, a implantação do Parque Linear Rio Verde, levou a remoção de famílias que estariam em áreas de risco ou aquelas que precisariam ser realocadas em razão de alguma das obras para sua viabilização, pois o parque se sobrepunha a diversas comunidades no entorno do novo estádio, incluindo a Favela da Paz (CPC-SP, 2015), na Figura 3 bem abaixo vê-se um pequeno fragmento da favela no espaço destinado ao Polo Institucional (C), também vê-se ao fundo as COHABs (B) e bairro. Em face do incentivo ao megaevento e aos incentivos fiscais propostos para a região Leste da metrópole pela Lei 13.833/2004, evidencia-se também a delimitação do espaço no bairro (A), a partir do Decreto N° 55.010, de 9 de abril de 2014, que dispõe as Áreas de Restrição Comercial, previstas na Lei Geral da Copa (Lei Federal 12.663/2012), e as atribuições das autoridades municipais durante os eventos da Copa do Mundo FIFA 2014, como atendimento às garantias formalmente prestadas pelo Estado à FIFA em 2007, afim que de o país não perdesse o direito de sediar a competição.



Cita-se que o terreno em que foi construído o estádio fica sobre um duto da Petrobrás, o que significa que grande parte de sua área é não edificável. A solução para esta área adotada no projeto do estádio foi a da colocação de uma grande área de estacionamento em mais da metade do terreno. O monitoramento dos impactos e as violações relacionados ao megaevento foi feito pelo Comitê Popular da Copa – SP (CPC-SP). Relatam-se as relações conflituosas a que, tanto o bairro de Itaquera como toda a metrópole paulista ficou exposta nesse período do megaevento.



Figura 3: Zona delimitada como área de restrição comercial para o megaevento (A); COHAB (B); Vista panorâmica da área em 2014 (C); Ocupação urbana em 2016 (D).
Fonte: Decreto No 55.010/2014. (A); SMSP, 2012 (B, C); Google Earth, 2015 (D).

Posteriormente, houve outros direcionamentos para esse espaço (anteriormente destinado a COHAB), como poderá ser visualizado a seguir na Figura 4. Mostra-se o projeto do Polo Institucional Itaquera, parceria da Prefeitura Municipal de São Paulo com o governo estadual previsto antes da escolha da sede da Copa, contudo, foi anunciado pela Prefeitura em 2011, ano em que o estádio do Corinthians foi confirmado pela FIFA como sede da abertura da Copa. O referido Projeto previu diversos serviços na área de estudo, como as futuras implantações do SENAI, do Parque Tecnológico da Zona Leste, da obra social Dom Bosco e do Batalhão da Polícia Militar. sendo considerado que o local, segundo a administração municipal, seria “o centro de uma cidade que se formará dentro da própria São Paulo”. E considerando que o estádio “tem potencial para acelerar as iniciativas previstas para a zona leste e criar novo vetor de desenvolvimento” na região. (LEITE, 2015).



No entanto, constatou-se, após um ano da realização do megaevento que dos 10 equipamentos previstos, além do estádio (4), apenas dois foram concluídos: as unidades da Faculdade de Tecnologia (FATEC) e Escola Técnica (ETEC) (8), do governo do Estado, e o Parque Linear do Rio Verde (13), da Prefeitura. (LEITE, 2015).



Figura 4: Polo Institucional Itaquera - SMSP, 2012.
Fonte: Estadão Online, 2015.

Dos oito projetos que não estão prontos, apenas um está em obras: o novo terminal de ônibus de Itaquera (de R\$ 424 milhões, que está sendo construído na frente da estação do Metrô). Já o local onde estava previsto um Batalhão da Polícia Militar dará lugar a uma Unidade de Pronto-Atendimento (UPA).

Na área onde estavam previstos uma unidade do Senai e um Parque Tecnológico, na frente da FATEC, havia a época (2015) apenas uma grande lona montada pelo Circo Moscou. O terreno onde foi anunciada a construção de um Fórum de Justiça, ao lado do estádio foi ocupado por um grupo de aerodelismo da região. Também não saíram do



papel o centro de convenções e eventos e o edifício de salas comerciais, entre o estádio e a FATEC. A Prefeitura informou que, no que compete a ela, a negociação para a instalação do Senai está em curso com a Federação das Industrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O Parque Tecnológico também depende dos governos federal e estadual e da iniciativa privada.

A partir disso, percebe-se que as obras viárias feitas antes da Copa para facilitar a ida ao estádio, com a Radial Leste e entorno, podem ser consideradas como benfeitorias físicas permanentes ao bairro e região, mas contraditoriamente, ocorreu a valorização imobiliária do bairro com o estádio e o consequente aumento do custo de vida dos moradores do bairro.(LEITE, 2015).

Pode-se inferir que os projetos urbanos priorizam a melhoria da infraestrutura de circulação, o estabelecimento de equipamentos urbanos diversos, mudanças funcionais e ressignificação da centralidade, buscando atender a uma valorização do solo urbano para o mercado pelos agentes do poder público e tendo como consequência uma mudança na dinâmica urbana de muitas cidades.(MOLINA, 2013).

O discurso de que “grandes eventos esportivos induzem o desenvolvimento de uma região”, foi utilizado pela gestão municipal também para a promoção do estádio em Itaquera, sendo concedidos R\$ 420 milhões em incentivos fiscais para a sua construção, normatizada pela Lei Municipal Nº15.413/2011. Em fevereiro de 2014, ampliou-se o escopo e foi lançado o Programa de Incentivos Fiscais para a Zona Leste, que oferece benefícios em impostos municipais, como a isenção de Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) e Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos (ITBI), Imposto incidente sobre a compra de terrenos e a redução da alíquota do Imposto Sobre Serviços (ISS) para 2% sobre ramos da atividade comercial, para novas empresas se estabelecerem, buscando gerar emprego e reduzir os deslocamentos para o centro pela Lei Municipal Nº15.931/2013, regulamentada pelo Decreto 54.760/2014. Tal programa terá a duração de 25 (vinte e cinco) anos contados a partir de 1º de fevereiro de 2014 e setores como: informática, educação(escola de idiomas), saúde, estética, gráfica, limpeza, call center e hotéis podem ser cadastrados.

Até junho de 2015, segundo a Prefeitura, apenas cinco empresas haviam se cadastrado no programa, com previsão de abrir 6 mil postos de trabalho. Metade dessas vagas pela empresa Flex Contact Center, de relacionamento com cliente, que abriu sua unidade em São Mateus em maio de 2015 e ainda trabalha com 50 funcionários, sendo a expectativa de chegar a 300. Outras 25 empresas estão buscando terrenos na região, entre elas um shopping e uma universidade. A Prefeitura afirma que o programa é de médio e longo prazo e deve gerar mais de 50 mil empregos.



A isso, também analisa-se que o uso do estádio em dias que não há jogos tem grande importância para a manutenção de sua vitalidade durante o período pós-megaevento. Tal questão, no caso do Estádio do Corinthians, é abordada através da inserção de um centro de compras em seu interior, com lojas e restaurantes abertos ao público. A problemática da aposta em shopping centers, mostra que tais empreendimentos são responsáveis pela aniquilação do comércio dos bairros e prejuízo resultante a vitalidade das ruas. (SCHELIGA, 2012).

Sobre a ação do Estado nesse processo, sua maior intervenção na economia reflete-se na possibilidade de maior regulação, principalmente, a partir do planejamento territorial, em especial o urbano e regional (caso Zona Leste de São Paulo). Com isso, desempenha um papel fundamental, sendo o único agente, com poder de lei e força, que atua na remoção de outros agentes e objetos inconvenientes para os novos investimentos. Como atuante, utiliza-se dos dispositivos legais e da força para, em nome do que se convencionou chamar de “utilidade pública”, promover a cidade como um negócio privado. (SANTOS, 2006; ALVAREZ, 2012).

Tal situação vem apontando maior possibilidade de intervenção de diferentes setores e interesses sociais em tais projetos, ao mesmo tempo que se tem o processo de mercantilização da cidade pelos agentes do poder público.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a perspectiva da totalidade e na tentativa de perceber a realidade social em Itaquera (São Paulo/SP), aponta-se para um discurso e uma prática no espaço deixando claro seu sentido político e estratégico. A compreensão do contexto histórico e social de bairro de Itaquera assim como as decisões políticas sobre esse espaço por parte do Estado foi essencial para se entender como se deu a projeção de Itaquera para receber os jogos do mundial de futebol. Pode-se inferir que a definição da localização do estádio do megaevento em São Paulo fez parte da política urbana na metrópole. Como exposto pelas normatizações (como a de doação do terreno ao Corinthians ainda nos anos 70 e 80 e de incentivos fiscais para Zona Leste) para a área de construção do estádio, as diretrizes de políticas públicas fazem parte desse processo, que se tornou estratégico para um possível desenvolvimento acelerado e estabelecimento de conexões com outras regiões na área de estudo que vão além do próprio bairro, sendo considerado um “vetor de desenvolvimento no sentido da Zona Leste”. Assim, percebeu-se que a opção por Itaquera nunca foi um fato aleatório, mas integrante de um plano maior à Zona Leste da capital do Estado.

Considerando as transformações espaciais no bairro neste início de século, reforça-se uma questão importante para os investigadores, que consiste em analisar as interações



dos lugares de eventos com seu entorno, considerando a comunidade residente, analisando as zonas de influência que podem acarretar impactos em vias de acesso; na localização dos espaços; nos fluxos turísticos; na gestão de transportes; e no deslocamento de outras atividades. Ainda, necessária é a conscientização da sociedade sobre os processos socioespaciais em curso e sua luta pelo direito à cidade.

Em face do megaeventos, os planos e projetos, apontam para a mudança do modelo de planejamento, visando transformar parcelas mais restritas do espaço urbano, considerando a potência do processo de revalorização que podem desencadear. Assim, o papel do Estado é central, como um nível sem o qual a reprodução do espaço não se realizaria.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, I. A. P. As políticas espaciais contemporâneas e a reprodução do capital e do urbano. **Revista Cidades**. v. 9, no 16, 2012. p. 62-85.

AZEVEDO, A. **Subúrbios Orientais de São Paulo**, TESE, Universidade de São Paulo, 1945.

AZEVEDO, A. **A cidade de São Paulo**: estudos de geografia urbana, Vol. 3-4. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

BONDUK, N. O modelo de desenvolvimento urbano de São Paulo precisa ser revertido. **Estudos Avançados**, n. 71, 2011. Cap. 1

CPC-SP. **Copa pra quem?** - Dossiê do Comitê Popular da Copa SP: a Copa do Mundo FIFA 2014 numa perspectiva abaixo e a esquerda. São Paulo: CPC-SP, 2015.

D'ANDREA, T. P. A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo. **Tese (Doutorado)**. (FFLCH/USP), São Paulo, 2013.

DACOSTA, Lamartine; *et al.* **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

DADOS SOBRE A ZONA LESTE-Subprefeitura de Itaquera /SP. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/legislacao/planos_regionais/index.php?p=1881>. Acesso em 31 de agosto de 2011.

DAMIANI, A. A cidade (des)ordenada: concepção e cotidiano do Conjunto Habitacional Itaquera I. **Tese**. (FFLCH-USP), São Paulo, 1993.

FRONCILLO, A.V.; ALMEIDA, M. A. B. de. Análises sociais do impacto da construção do estádio do Corinthians para Itaquera. **EFDeportes.com**. Buenos Aires, Ano 18, Nº 179, Abril, 2013. Disponível em <http://http://www.efdeportes.com/efd179/impacto-da-construcao-do-estadio-do-corinthians.htm>. Acesso em 02/02/2014.

GEISE, C. Políticas urbanas e o Estado de Exceção: zona leste e a Copa do Mundo em Itaquera como estudo de caso. **Monografia**. FAU-USP. São Paulo, 2012.

JENNINGS, A. [et. al.] **Brasil em jogo**: o que fica da Copa e das Olimpíadas?. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

LANGENBUCH, J. R.. **A estruturação da Grande São Paulo**: estudo de geografia urbana, Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1971.



LEITE, Fabio. Legado da Copa em Itaquera fica no papel. **EstadãoOnline**. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/no3cias/geral,legado-da-copa-em-itaquera-fica-no-papel,1704728>> . Acesso em: 23 de nov. 2015.

LEMOS, A. I. G. de; FRANÇA, M. C. **Itaquera**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1999. (História dos Bairros de São Paulo; v.24)

MATIAS, M. (Org.) **Planejamento, organização e sustentabilidade em eventos**: culturais, sociais e esportivos. Barueri: Manole, 2011.

MOLINA, F. S. A estruturação da “Cidade Olímpica” no contexto dos megaeventos esportivos internacionais. In: Mega eventos e a produção do espaço no Rio de Janeiro: da “Paris dos Trópicos” a “Cidade Olímpica”. **Tese**. FFLCH/USP, 2013.

PMSP. Polo Institucional Itaquera - Diretrizes de projeto urbanístico. Prefeitura do Município de São Paulo Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU Assessoria Técnica de Operação Urbana, ATOU, 2012.

PREFEITURA, Termo de Referencia para contratação de empresa ou consorcio de empresas para elaboração de estudos urbanísticos e estudos complementares de subsidio para atualização da Lei Nº 13.872/04 Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu/2011. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/ouc_rvj_tr_1308775998.pdf>. Acesso em: 30 de nov. 2015.

RAMALHOSO, W. Destino Itaquera: o metrô rumo aos conjuntos habitacionais da COHAB-SP. **Dissertação** (Mestrado). FAU/ USP, 2013.

SANTOS, C. S. Dos negócios na cidade a cidade como negócio: uma nova sorte de acumulação primitiva do espaço. In: **Revista Cidades**. v. 3, n. 5, 2006. p. 101-122.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCHELIGA, Renata C. Itaquera e o Itaquerão: legado com urbanidade. **Monografia**. FAU-USP, 2012.

SILVA, E. A. Nas tramas da “cidade ilegal”: atores e conflitos em ocupações de terra urbana. **Tese** (Doutorado), USP, 2006.

SMDU - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - Prefeitura do Município de São Paulo PMSP. Polo Institucional Itaquera - Diretrizes de projeto urbanístico –Assessoria Técnica de Operação Urbana, ATOU, 2012.

VAINER, C. B. Patria, empresa e mercadoria: a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O. ; MARICATO, E.; VAINER, C. **A cidade do pensamento único**: Desmanchando consensos. Petropolis: Vozes, 3 ed, 2002. p. 75-103.

**GT-07 Cidades e Transformações do Urbano na América Latina****REQUALIFICAÇÃO URBANA E CIDADES CRIATIVAS: ESTUDO DA DINÂMICA SOCIESPACIAL DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE CORDEIRÓPOLIS (SP)**

Eduardo Alberto Manfredini (UNASP / EINSTEIN)¹
arqeam@terra.com.br

RESUMO

O presente estudo trata das ações públicas e privadas no espaço urbano, em uma cidade de pequeno porte paulista, abordando a dinâmica socioespacial reproduzida neste cenário, ações que adquiriram relevância para o cotidiano conforme decorreram os modos de ocupação urbana sobre os quais a urbe se constituiu. Analisam-se desta maneira, alguns destes indutores e resultantes representados no cotidiano socioespacial cidade de Cordeirópolis, localizada na região administrativa de Campinas, tendo como objeto de estudos a área da histórica Estação Ferroviária – instalada no ano de 1.876 e única no país implantada “em curva”. A pesquisa utilizou-se de levantamentos de dados referentes ao município e ainda de estudos e pesquisas, focados nos principais problemas urbanos presentes na área em questão. A partir desta análise, este estudo procurou então demonstrar, apropriando-se dos conceitos voltados à promoção de cidades criativas, sustentáveis e inteligentes, possibilidades imbricadas a uma mudança de paradigmas na condução do planejamento urbano local. Tal hipótese materializou-se em uma proposta teórica de aplicação de instrumentos e ações de requalificação urbana e predial na área da Estação Ferroviária, que possam instigar uma dinâmica diferenciada ao lugar, de modo que o local possa adquirir e/ou retomar determinadas características que a impulsionem o desenvolvimento socioespacial. Objetivou-se assim estabelecer possíveis contrapontos à exclusão, ocupação irregular, segregação socioespacial e outras resultantes ora presentes, considerando dentre outros, fatores como a capacidade de suporte da infraestrutura local, valorização da vida humana e geração de emprego e renda, como instrumentos de valorização e reordenação qualitativa do espaço urbano.

Palavras-chaves: dinâmica socioespacial, problemas urbanos, cidades criativas e requalificação urbana, espaço urbano.

¹ Doutor em Engenharia Urbana, professor dos cursos de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Adventista de São Paulo, UNASP, Engenheiro Coelho (SP) e das Faculdades Integradas Einstein de Limeira (SP), arquiteto e urbanista, coordenador do Grupo de Pesquisas Dinâmica Socioespacial Urbana e Regional do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo do UNASP, Engenheiro Coelho (SP).

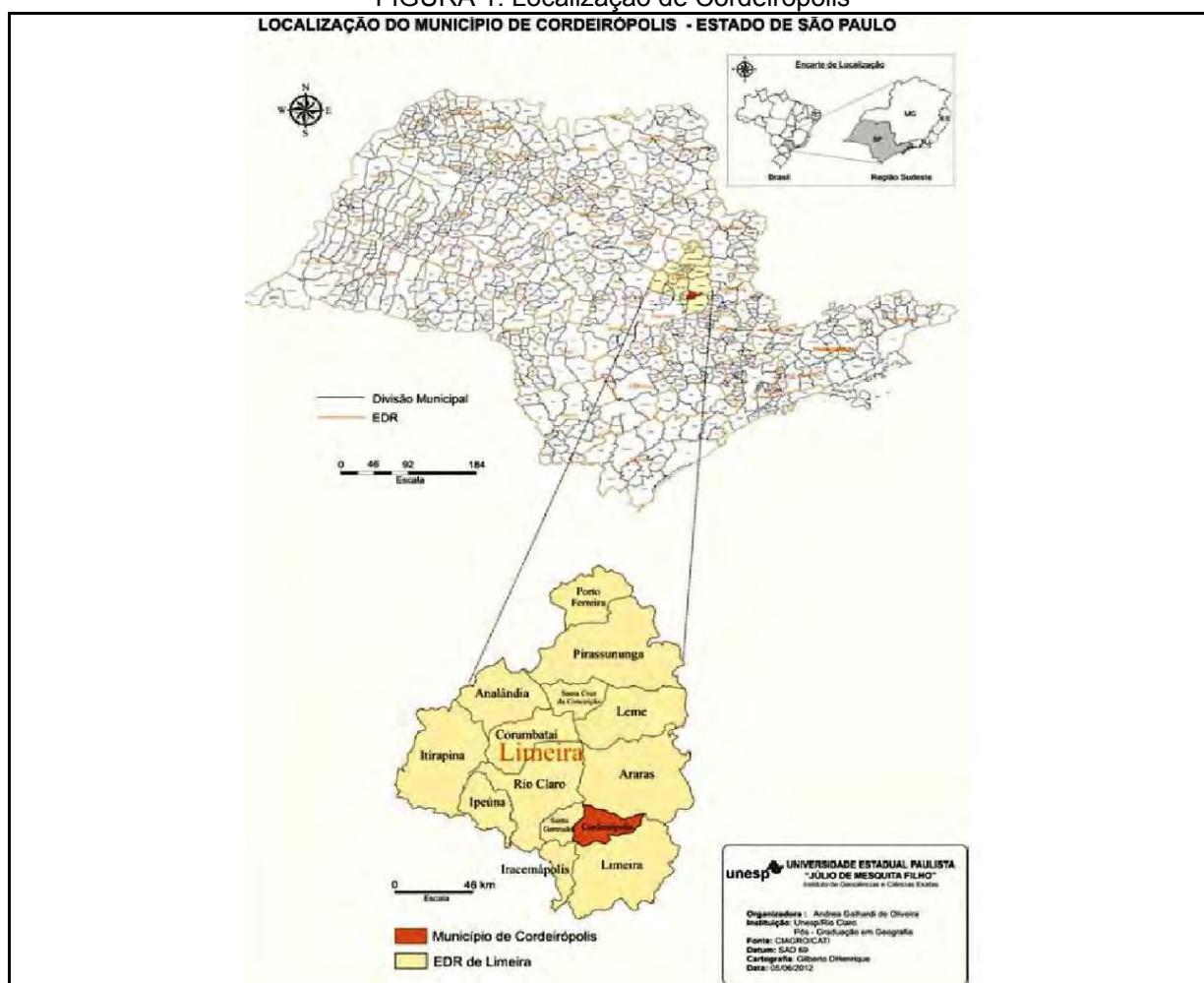


1. INTRODUÇÃO

Ao estudo do conjunto de ações, tanto públicas, quanto privadas, que tem como resultado a ocupação do território urbano, denomina-se dinâmica socioespacial.

Este tema foi tratado neste trabalho, em conjunto com os estudos da economia criativa, abordada a seguir, relacionando-os às temáticas atreladas ao crescimento populacional, a evolução física da cidade, bem como sua formação e evolução, tendo como foco a área da antiga Estação Ferroviária de Cordeirópolis, cidade do Leste paulista, localizada na Região Administrativa de Campinas (FIGURA 1).

FIGURA 1: Localização de Cordeirópolis



Fonte: CRIONI, 2012, p.11

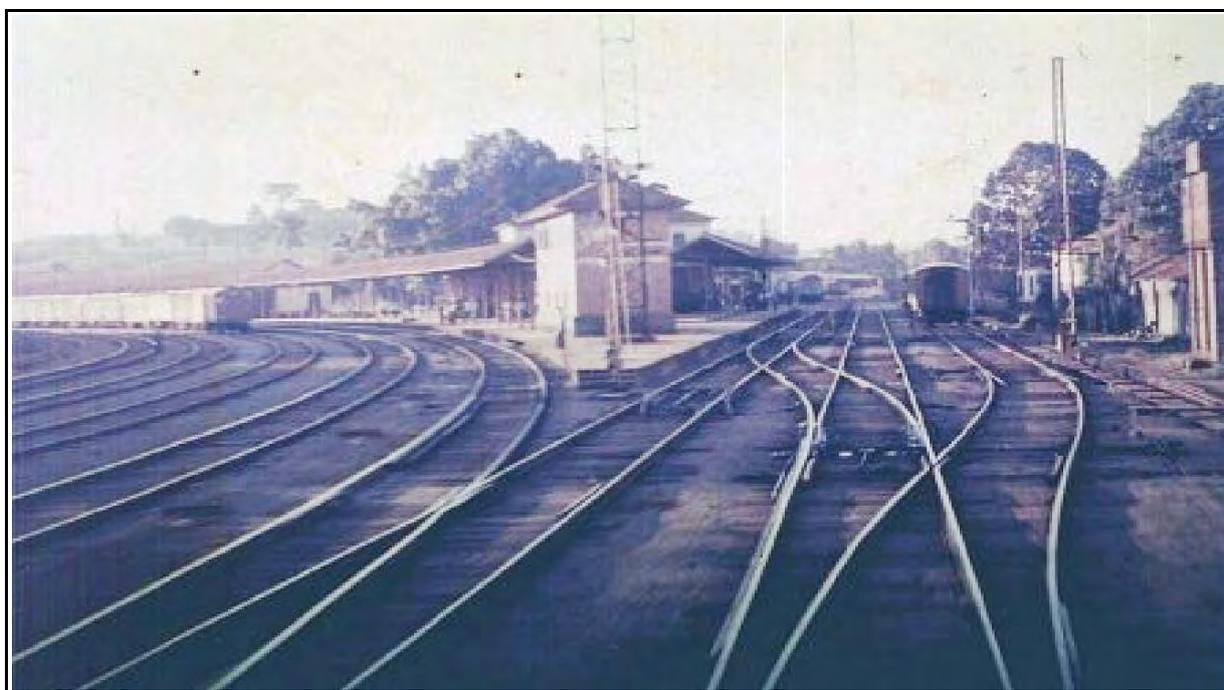
A área da Estação, composta pela gare, espaços de antigas oficinas e moradias de trabalhadores da estrada de ferro – ainda ocupadas por algumas famílias remanescentes do trabalho na ferrovia e por invasores, hoje está caracterizada como ocupação irregular - encontra-se em estado de semiabandono, ladeada pelas com composições de trens de carga que ainda passam por ali.



Abordaram-se de modo a compor um entendimento geral dos processos de ocupação do solo na área da Estação Ferroviária (FIGURA 2), os eventuais dispositivos legais e políticas de gestão, com suas ramificações, em especial aquelas relacionadas à dinâmica aplicada para a ocupação fundiária do solo na cidade e às questões do transporte ferroviário.

Na contextualização das atividades de caráter privado concentrou-se na caracterização dos setores produtivos no município, em especial a indústria cerâmica, que impulsionou a produção imobiliária voltada ao atendimento das necessidades habitacionais dos trabalhadores a partir da década de 1980.

FIGURA 2: Estação ferroviária de Cordeirópolis na década de 1980



Fonte: PASCON, 2013, p. 01

Importa destacar que a atividade cerâmica foi uma das atividades que pautou as propostas no sentido de estabelecer contribuição ao estudo de proposta e soluções criativas para a dinâmica do socioespaço, sua história e suas resultantes para as comunidades das pequenas cidades paulistas.

2. O CONCEITO CRIATIVO

É notável que as ocorrências resultantes da dinâmica socioespacial em Cordeirópolis e conseqüentemente, propostas para a mitigação de problemas e aplicação de instrumentos de gestão, são passíveis de integrar-se ao conceito de cidades criativas, em



uma proposta para aplicar os estudos neste campo de pesquisas pois, como apontado por Landry:

Uma cidade criativa estimula a inserção de uma cultura de criatividade, no modo como se participa da cidade. Ao incentivar a criatividade e legitimar o uso da imaginação nas esferas pública, privada e da sociedade civil, amplia-se o conjunto de ideias de soluções potenciais para qualquer problema urbano. Esse é o pensamento divergente, que gera múltiplas opções e deve ser alinhado ao pensamento convergente, que fecha as possibilidades, a partir das quais as inovações urbanas que se mostraram viáveis podem emergir. Uma cidade criativa demanda infraestruturas que vão além do *hardware* – edifícios, ruas ou saneamento. Uma infraestrutura criativa é uma combinação de *hard* e *soft*, incluindo a infraestrutura mental, o modo como a cidade lida com oportunidades e problemas; as condições ambientais que ela cria para gerar um ambiente e os dispositivos que fomenta para isso, por meio de incentivos e estruturas regulatórias. Para ser criativa, a infraestrutura *soft* da cidade precisa incluir: força de trabalho altamente capacitada e flexível; pensadores, criadores e implementadores dinâmicos, já que a criatividade não se refere apenas a ter ideias; infraestrutura intelectual ampla, formal e informal – mesmo assim, muitas universidades que parecem fábricas com linhas de produção não ajudam; ser capaz de dar vazão a personalidades diferentes; comunicação e redes fortes, internamente e com o mundo exterior, bem como uma cultura geral de empreendedorismo, seja com fins sociais ou econômicos. (Landry, 2013:13-14).

Este autor destacou também que um aproveitamento máximo da criatividade existente no lugar deve ser pautar no conhecimento amplo do desenvolvimento de sua história e cultura:

Levar a cultura em consideração nos ajuda a entender de onde um lugar vem, por que ele está como está e como pode criar seu futuro, por meio de seu potencial. Esses recursos culturais são a matéria-prima da cidade e sua base de valores; seus ativos, substituindo o carvão, o aço ou o ouro. (LANDRY, 2013, p. 5)

Deste modo o conceito de criatividade poderia ser utilizado como instrumento para explorar os recursos disponíveis no plano local e está atrelado neste estudo à questão histórica e cultural da evolução urbana de Cordeirópolis, sem perder de vista as atividades produtivas, tendo como foco a Área da Estação.

Procurou-se, caracterizar e integrar fatores como a criatividade, a cultura e a questão dos arranjos produtivos locais, de modo a propor ferramentas que venham contribuir com a construção de uma metodologia voltada ao reconhecimento, gestão e exploração dos recursos locais.

Como observado por Landry, esta cultura deve ser considerada ao estabelecer os critérios e técnicas “do planejamento e do desenvolvimento urbanos, ao invés de ser vista como um acessório marginal a ser considerado, uma vez que as questões importantes de planejamento, como habitação, transporte ou ocupação do solo, estiverem resolvidas. ” (LANDRY, 2013, p.15)

Assim, as tratativas propostas buscaram contemplar as condicionantes culturais e também as questões produtivas locais, dentro do contexto do ramo cerâmico de cunho artesanal existente no município, buscando apresentar propostas para a evolução da economia criativa e justiça social, pautadas no planejamento urbano sustentável e atreladas ao incentivo da preservação da história e cultura locais.



3. DINÂMICA SOCIOESPACIAL NA CIDADE

Nota-se que as urbanizações presentes necessitam de planejamento atrelado à realidade fundiária, pautados na análise do cenário local e focados em eficiência, eficácia e resultados que possam garantir estas resultantes positivas aos espaços inertes no plano das cidades.

Assim, a cidade real deveria acompanhar os anseios do cidadão, todavia, dever permear suas necessidades de modo a garantir que cada ação ou proposta elaborada pelo poder público venha a resultar em benefícios diretos e indiretos à população, bem como garantir que as estratégias de melhoria, presentes nas propostas, sejam implementadas.

Tais estratégias poderiam ser o alvo para a aplicação das políticas de revitalização e reestruturação do espaço, visando solucionar os problemas urbanos e trazer benefícios para toda a comunidade.

Deste modo, seria possível buscar a garantia das condições de integração e uso espacial as áreas degradadas e sem uso definido (em inércia espacial), estas enquanto objetos de consumo, por exemplo, imputando-lhes dinâmicas que as socializem e tornem estes sítios urbanos eventualmente estagnados, integrados e funcionais ao contexto da cidade.

Considerando o exposto com relação aos espaços em desuso, ou de uso incompatível com determinadas porções das cidades, há que se apontar que tais áreas são identificadas em praticamente todos os cenários urbanos brasileiros, sendo passíveis – aplicados os instrumentos disponíveis no arcabouço técnico e legal existente – da promoção de consumo do espaço pautado em um planejamento estratégico, este voltado, por exemplo, as questões da criatividade e valorização da cultura local.

Como observado por Howkins, “Imagine andar por uma cidade; em alguns lugares é um prazer, em outros um aborrecimento. É muito melhor quando há um conjunto de pessoas e atividades diferentes, em vários espaços e locais”. (HOWKINS, 2011, p.128)

Como apontado por Souza (2003), no âmbito dos cenários urbanos brasileiros, desejar e propor, como muito se fez no urbanismo tecnicista ainda presente em nossas cidades, são verbos distantes da realidade atual econômica, social e política, onde é crescente a exigência da participação dos variados grupos que compõe o conjunto da comunidade.

Inserindo nestes locais, propostas desenvolvidas por intermédio da discussão e participação dos diversos atores sociais, como poder público, associações de classes, associações de moradores e demais agentes presentes na sociedade, com projetos que



venham a beneficiar toda a cidade, é possível recuperar e ordenar as dinâmicas destes locais, de modo a garantir seu desenvolvimento e torná-los objetos de uso e consumo comuns.

Estes ideais, aplicados aos estudos de áreas decadentes e deterioradas espacial e socialmente, por exemplo, poderiam trazer novamente à atividade extensas áreas próximas às ferrovias em cidades paulistas interioranas como Cordeirópolis (FIGURA 3), Limeira e Rio Claro, incentivando seu uso pela comunidade com atividades que atendessem as disposições das leis de uso e ocupação do solo e necessidades locais.

Implantar nestes pontos das cidades atividades que não tenham exigências e incompatibilidades atreladas a sua localização estratégica distante das áreas centrais, que sejam suplementares às necessidades da população local e de toda a comunidade, ou sirvam à estratégia e/ou ao marketing voltado à promoção do município e incentivo à cultura, ao emprego e à geração de renda.

Quanto às áreas estagnadas de interesse do patrimônio local, deve-se apontar para o cuidado em sua caracterização quanto à importância histórica e cultural, visando planejar de modo técnico e político o incentivo dinâmico ao suo, promovendo dentro do escopo da preservação, as melhorias de suas condições estruturais.

Também importa atrelar os pontos em inércia no tecido das cidades em questão, aos ideais de melhoria na oferta e uso do transporte urbano, tanto de pedestres e ciclistas, quanto de motoristas, objetivando ampliar as condições de segurança - notadamente no período noturno - dinamizando, por exemplo as iniciativas comerciais e de gestão empresarial e política dos sistemas apontados.



FIGURA 3 Pátio da Estação ferroviária de Cordeirópolis



Fonte: SANCHES, 2014, p. 96

Analogamente entende-se que propostas para áreas nas cidades em processos de inércia e deterioração carecem em especial do planejamento quanto a elaboração de suas estratégias de ocupação e retomada, voltadas à requalificação e ao uso.

Assim, tais locais urbanos poderiam abrigar atividades compatíveis com sua infraestrutura e potencial para absorção das mesmas, procurando iniciativas pautadas em se desenvolver o consumo dinâmico e evolutivo, no atendimento as necessidades que tragam benefícios urbanos de modo pontual, com resultantes também para os panoramas externos regional e global.

A existência nestas áreas de ações no ramo comercial de varejo por exemplo, bem como a presença de casas noturnas e restaurantes, pode sinalizar para a valorização das mesmas enquanto alavancas para o direcionamento das estratégias de planejamento local de desenvolvimento destas atividades.

A resposta pode estar então na estratégia e na participação social, decidindo uma das necessidades primordiais do socioespaço urbano: a dinâmica.



4. EXPANSÃO DA CULTURA CRIATIVA

A questão da aplicação dos conceitos de economia criativa, tendo como foco a Estação Ferroviária de Cordeirópolis passaria então por fatores ligados a questão da preservação do patrimônio histórico e cultural local, ao planejamento urbano e, em especial à gestão urbana.

A situação de degradação - gradativa e silenciosa - esconde problemas urbanos como a segregação, a subabitação, a violência e a desvalorização humana e socioespacial, impondo condições de miséria aos ocupantes daquela porção do território urbano.

Entende-se que sob a tutela da economia e do conceito de cidades criativas, estas focadas na utilização da criatividade presente no local como instrumento de transpasse dos problemas socioespaciais, poder-se-ia mitigar e solucionar a maioria dos conflitos ora representados naquela área da cidade.

Utilizando-se por exemplo, da capacitação dos moradores como ferramenta de inclusão e ampliando as oportunidades locais de geração de emprego e renda, apoiando estas iniciativas no regate da dignidade e da cidadania, seria possível diminuir distâncias e aproximar diferenças no socioespaço de Cordeirópolis.

Nota-se que incentivando a criatividade, esta se torna um instrumento capaz de fomentar a expansão de oportunidades não somente locais, como por todo o município.

Entretanto, cabe apontar que a cidade criativa deve ser liderada pela gestão e esta estar voltada a promoção socioespacial das melhorias urbanas, como observou Iversen:

Também nos parece importante discutir o papel dos governos locais no desenvolvimento de uma política cultural e da economia criativa, que favoreça a diversidade, a criação de empregos, o desenvolvimento econômico, a regeneração urbana e o investimento em infraestrutura criativa e em design. (IVERSEN, 2013, p. 131)

Estes fatores integrados como partes de um planejamento estratégico elaborado pela gestão local, poderiam se tornar atrativos para negócios diferenciados em um futuro não muito distante, pautado em uma adequação das atividades realizadas no espaço da Estação Ferroviária, direcionadas para ramos de interesse do pensamento voltado ao desenvolvimento criativo do município, bem como pautados ainda em outras questões estruturais, como definiu a autora:

As cidades devem se preparar e gerar vantagens pelo uso de transportes modernos, atraentes e favoráveis ao ambiente, o que também torna os negócios mais atraentes. O planejamento de longo prazo inclui clima, energia, meio ambiente e também transporte, que foi incorporado na parte de uso do solo, no Plano Diretor. É preciso coordenar os vários planos. Bom transporte público e uma rede de ciclovias, que levem e tragam as pessoas do trabalho, com conforto e eficácia, aumentam a atratividade do trabalho em Bergen. Também devemos olhar além dos limites de nossa cidade e colaborar com nossos vizinhos. (IVERSEN, 2013, p. 135)



Também os conceitos de formação e educação oferecidos poderiam deste modo estar concentrados em capacitar os interessados em áreas do conhecimento – algumas atreladas à história e cultura local - ainda pouco desenvolvidas no plano local, proporcionando formação de mão de obra atrativa em ramos como informática, preservação ambiental e cultura.

Neste íterim, como apontado por Newbigin, tendo como parâmetros a história e a cultura local, a “economia criativa”, se diferencia das demais áreas econômicas em especial por intermédio da “complexa herança cultural”:

[...] a origem da economia criativa, como se chama normalmente, se deu quando as antigas tradições do trabalho cultural e industrial – design, produção, decoração e representação – começaram a ter vínculos com uma gama mais ampla de atividades produtivas modernas –a publicidade, o design de roupa, o desenho gráfico e a mídia de imagens em movimento – e, mais importante ainda, quando começaram a ter maior abrangência pelo poder da tecnologia digital. é o que diferencia a economia criativa de qualquer outro setor da economia. (NEWBIGIN, 2010, p.13)

O autor comentou ainda que no decorrer de parte significativa da história da humanidade, esta dinâmica cultural do processo criativo não ocorreu atrelada à economia, pois englobava normalmente atividades exercidas pelas pessoas de modo não profissional, como lazer ou após a aposentadoria, entretanto no período recente tais ações são consideradas “expressões do valor cultural e econômico.” (NEWBIGIN, 2010, p.13).

Newbigin em sua análise sugeriu ainda que:

Além do seu valor de troca, (que é o estágio final para que os bens e serviços encontrem o seu nível de preço ótimo no mercado) e seu valor funcional (determinado pela maneira como se usam no dia a dia), a maioria dos produtos e serviços das indústrias criativas têm um ‘valor expressivo’, um significado cultural que pouco ou nada tem a ver com os custos da sua produção ou utilidades. Por exemplo, uma bolsa da alta moda, um filme, uma marca bem-sucedida, um ícone religioso ou um novo design conceitual.” (NEWBIGIN, 2010, p.13)

Outro fator importante está então na questão da recuperação da área da Estação Ferroviária, enquanto objeto integrante da cultura e do socioespaço local.

Deste modo entende-se que a expansão deste costume passa antes de qualquer fator pela vontade do poder público local no incentivar e promover a requalificação da área em questão, buscando parcerias nas esferas superiores de poder.

Também é possível posteriormente ao processo de mencionado de recuperação do local, a concessão de incentivos fiscais, mitigação de entraves legais e administrativos, e demais processos atrativos à iniciativa privada, que possa estabelecer programas governamentais voltados à manutenção e melhoria do ambiente local.

Com esta atuação, estariam programadas e planejadas ações voltadas a garantir maiores chances na atração de investidores e fixação do ideal de funcionamento do complexo de edifícios e, em especial da produção de atividades com foco criativo.



Entende-se desta forma que a decisão do poder público local precisa estar pautada na justa apreciação do bem público, na transparência de atitudes e foco na recuperação do socioespaço e da qualidade de vida na cidade.

A este respeito, em seus estudos sobre Brownfields², Vasques comentou:

[...] uma política que vise auxílio para os programas de refuncionalização de *brownfields* deve contar com o reconhecimento do interesse público na questão, deve estar aberta à participação dos poderes públicos e da iniciativa privada, conceder crédito para a limpeza das áreas mais urgentes, e instituir parcerias criando um clima de cooperação entre os agentes. As comunidades devem ser vistas como sócios, ao mesmo tempo em que os governos locais devem estar dispostos a envolver as comunidades e a patrocinar a refuncionalização, possibilitando assim, maiores chances de obter sucesso. Atualmente, os governos vêm dando prioridade à recuperação dos centros históricos e seus patrimônios, negligenciando antigas áreas não centrais. Algumas áreas próximas ao centro apresentam, quase sempre, déficits de acessibilidade, visibilidade e de equipamentos e serviços que imprimam neles funções centrais.” (VASQUES, 2005, p.50)

Um exemplo atual da tentativa de requalificação urbana pautada no processo criativo é a cidade de Detroit, nos Estados Unidos, conhecida mundialmente a partir da década de 1950, por produzir aproximadamente cinquenta por cento da produção de veículos e que segundo Trevisan (2014) tinha àquele período cerca de dois milhões de habitantes, figurando como a quarta maior cidade americana.

Segundo a autora, entre as décadas de 1970 e 2010 a cidade presenciou – em especial dada a fatores como a concorrência da indústria japonesa de veículos no mercado norte americano – brusca queda em sua participação nos mercados local e mundial produtor de veículos e também retração populacional.

Trevisan (2014) comentou que atualmente a cidade conta com 685 mil habitantes, e cerca de vinte por cento das indústrias locais:

[...] O desequilíbrio financeiro foi agravado por alguns governos desastrosos e outros corruptos, que contribuíram para empurrar Detroit à insolvência, com uma dívida de US\$ 18 bilhões. No dia 3 de dezembro de 2013, ela se tornou a maior cidade americana a entrar em concordata, dando início a um processo de negociação com credores que será acompanhado de perto por municípios como Chicago e Los Angeles, que enfrentam problemas semelhantes em seus deficitários fundos de pensão. As estatísticas apresentadas no pedido de concordata revelam uma cidade incapaz de prover serviços básicos aos moradores, imersos em alguns dos piores indicadores sociais dos Estados Unidos. O percentual de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza é de 36%, mais que o dobro da média de 15,7% do Estado de Michigan. Apenas 12,2% da população concluiu a faculdade, comparado a 25,3% no Estado. O índice de desemprego é de 16,2%, quase dez pontos percentuais acima dos 7% registrados nacionalmente.” (TREVISAN, 2014, p.01)

² Na última década, o redesenvolvimento de áreas industriais abandonadas vem sendo uma ação prioritária por parte do governo federal, estadual, municipal e de algumas comunidades norte-americanas. Nos Estados Unidos, estas antigas instalações industriais abandonadas são conhecidas como *brownfields* e ocupam bairros ou cidades inteiras, principalmente no nordeste e centro-oeste americano, onde a indústria estava localizada. (C.f. Vasques, 2005, p.02)



A saída para a cidade parece estar ligada a economia criativa, atrelada à atração de empresas do ramo de serviços, que passam a ocupar as áreas abandonadas da área central e dos setores industriais.

Segundo Trevisan (2014) algumas empresas do ramo de tecnologia como o Twitter e o Google, gigantes das vendas pela internet como a Amazon, além de empresas de publicidade e mesmo escritórios de arquitetura, estão tomando posse dos antigos edifícios, tanto atraídas pelo baixo custo dos imóveis, quanto pelo ideal proveniente do cenário de recuperação.

Com relação à tipologia dos trabalhos que podem ser desenvolvidos de modo criativo, trabalho elaborado pela Bop Consulting (2010), com o apoio do British Council, apresenta um gráfico dividindo as indústrias criativas em quatro grandes áreas – serviços criativos, conteúdos criativos, experiências criativas e originais criativos – e demonstrando processos de interseção entre elas, distribuindo as diversas atividades nestas grandes áreas ou em suas interseções (FIGURA 4).

Assim, faz-se importante que exista uma reflexão e estudo pormenorizado e integrado à realidade das atividades, bem como da cultura e do socioespaço local, trabalho este realizado por especialistas de áreas diversas, que levem em consideração fatores e especificidades de cada localidade, desde o escopo municipal até o regional e nacional³.

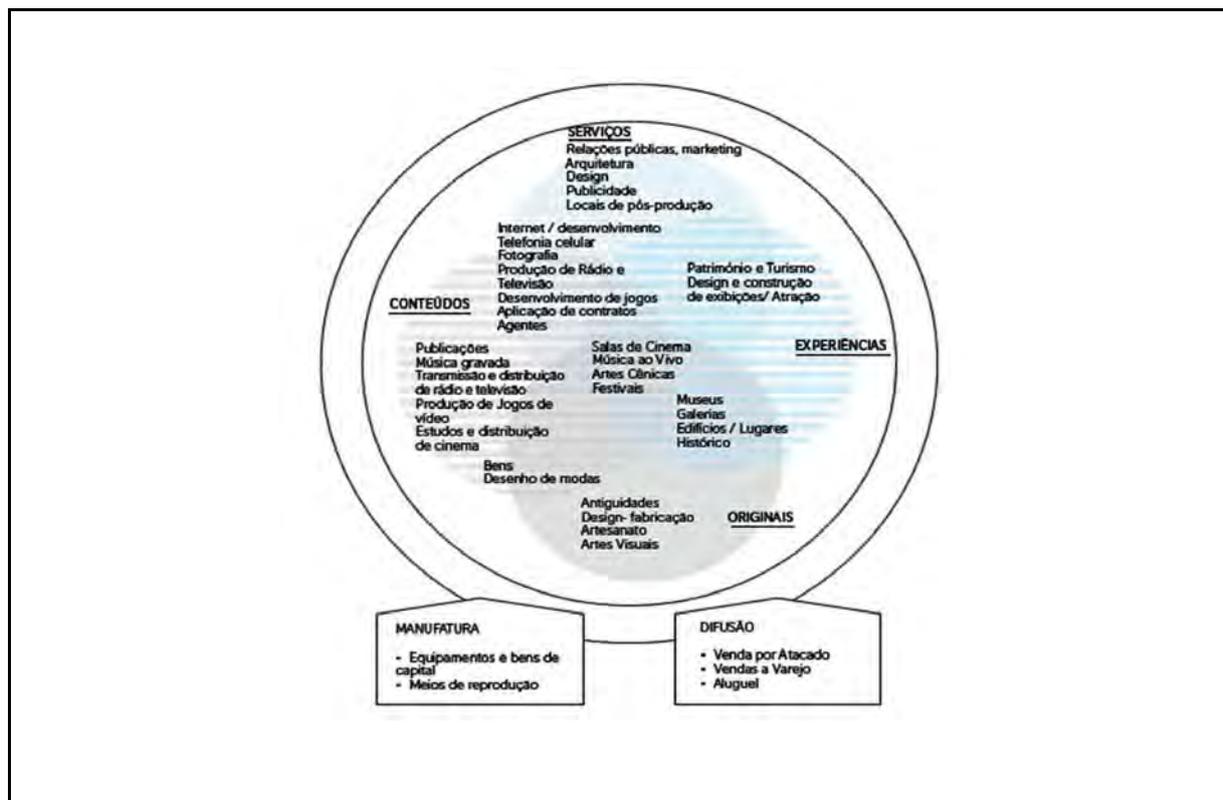
Neste contexto o objeto de estudos referenciado na antiga estação ferroviária de Cordeirópolis, estabelecida a relação com as áreas supramencionadas poderia abrigar – referencialmente após a recuperação parcial ou geral do conjunto – atividades como escritórios de arquitetura, design e publicidade (serviços criativos) em especial ligados ao ramo cerâmico, como a especificação e projeto de aplicação de materiais, design de pisos e revestimentos e mesmo na área de divulgação e marketing dos produtos, tanto através da implantação de escritórios e prestadores de serviços, quanto na instalação de cursos, formação de mão de obra e desenvolvimento de matéria prima e produtos.

Também poderiam estar ali instalados laboratórios profissionais e atividades educativas nas áreas de música, áudio e vídeo (conteúdos criativos) atrelados à produção e divulgação estabelecida no primeiro conceito dos serviços criativos. Cabe ressaltar que o município já conta com o “Projeto Guri” que em uma de suas vertentes já realiza cursos que ensinam a arte dos instrumentos musicais promovidos pela Secretaria Municipal da Cultura em parceria com os governos federal e estadual, que já tem capacidade para oferecer alunos e profissionais para as atividades propostas.

³ C.f. BOP CONSULTING, 2010, p.36.



FIGURA 4: Proposta de áreas para atividades criativas.



Fonte: BOP CONSULTING, 2010, p. 39

No ramo das experiências criativas o município poderia se apropriar de espaços para a instalação de um museu que abrigasse sua história e a da ferrovia, além de exposições referenciadas na história da ocupação regional esta representada pelos acervos das antigas fazendas de café como a Ibicaba e a Santa Gertrudes, ainda hoje preservadas, bem como de área para a realização de feiras e eventos que possam estabelecer um maior conhecimento acerca dos produtos, cultura e história locais e regionais.

Destaca-se ainda a oportunidade em se ampliar as atividades ligadas ao artesanato, as antiguidades e as artes visuais (originais criativos), abrindo espaços para a ampliação da capacidade de geração de emprego e renda local e, em especial, para a expansão da cultura criativa local.

Assim, ter-se-ia ainda os processos de interseção entre as áreas criativas, que promoveriam dinâmicas ao espaço da Antiga Estação, ampliando os usos daquele local e ainda de outros espaços existentes na cidade, como o Teatro, o antigo salão do “Cordeiro Clube” e sua sede esportiva, trazendo recursos para a efetivação da melhoria econômica e socioespacial de todo o município.



5. CONSIDERAÇÕES

Sem perder de vista as atividades produtivas no município e, tendo como foco a Área da Estação propõe-se aplicar os conceitos de criatividade como instrumentos para explorar alguns dos recursos disponíveis no plano local como a mão de obra, o potencial dos setores cerâmico e logístico e a posição estratégica no plano regional, atrelados às questões histórica e cultural local.

Procurou-se desta maneira propostas pautadas em caracterizar e integrar fatores como a criatividade, a cultura e a produção - esta com foco na questão dos arranjos produtivos locais - de modo a propor atividades para a área da estação que possam contribuir com a construção de uma metodologia voltada ao reconhecimento, gestão e exploração dos recursos presentes no município.

Assim, as tratativas propostas para a área da antiga estação ferroviária de Cordeirópolis buscaram contemplar as condicionantes culturais e também as questões produtivas locais, no sentido de apresentar propostas para a evolução da economia criativa e também da justiça social, pautadas no planejamento urbano sustentável, inteligente e criativo.

Muitos dos autores estudados abordam em seus estudos que no planejamento da cidade criativa faz-se essencial a valorização do espaço urbano pautada na ampliação da capacidade de espaços públicos e privados de promover a sociabilização da distribuição de oportunidades aos ocupantes da cidade, como materialidades capazes de dinamizar as relações socioespaciais de modo equilibrado, garantindo a mitigação da luta de classes pela apropriação dos resultados do capital.

Entende-se desta maneira que a melhoria nas condições de infraestrutura local na área da Estação pode acarretar aprimoramento na ocupação do solo da região central da cidade, pautada ainda na oferta de serviços públicos e privados, bem como na ampliação dos espaços de lazer, turismo, cultura e educação, atraindo assim para a área em questão, demanda impulsionada pelo atendimento de suas necessidades e, portanto, disposta à obtenção de atendimento, o que poderá gerar emprego e renda.

Como instrumento de intervenção, a economia criativa teria então, atrelada ao planejamento urbano, o papel de impulsionar o sentimento de identidade que o socioespaço representa para a comunidade.

Esta identificação, no caso da antiga Estação Ferroviária em Cordeirópolis teria, por exemplo, tal representatividade pautada em se constituir a área como um ponto de encontro e convívio das pessoas, neste período não como o local de chegadas e partidas, mas de encontro e conjunção de ideias.

**REFERÊNCIAS**

BOP CONSULTING. **Guia Prático para o mapeamento das indústrias criativas**. Trad. Diana Marcela Rey e João Loureiro. Londres: British Council, 2010. Disponível em <http://creativeconomy.britishcouncil.org/media/uploads/files/Mapping_guide_-_Portuguese.pdf> Acesso em: 19.set.2017.

CRIONI, Andréa Galhardi de Oliveira. **Patrimônio cultural e identidade territorial**: estudo do bairro de Cascalho – Cordeirópolis - SP. 2012. 138f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/95624/crioni_ago_me_rcla.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 29.mar.2017.

HOWKINS, J. Ecologias criativas. In.: REIS, Ana Carla Fonseca; KAGEYAMA, Peter, (Orgs.). **Cidades criativas**: perspectivas. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011.

IVERSEN, L. Desenvolvimento urbano, clima e meio ambiente como vantagens competitivas. In.: REIS, Ana Carla Fonseca; KAGEYAMA, Peter, (Orgs.). **Cidades criativas**: perspectivas. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011.

LANDRY, C. Origens e futuro da cidade criativa. São Paulo: SESI, 2013.

NEWBIGIN, John (2010). **A economia criativa**: um guia introdutório. Série Economia Criativa e Cultural / 1. Trad. Diana Marcela Rey e João Loureiro. Londres: British Council, 2010. Disponível em<http://creativeconomy.britishcouncil.org/media/uploads/files/Intro_guide_-_Portuguese.pdf> Acesso em: 13.jun.2017.

PASCON, José Roberto. Estações ferroviárias: Cordeirópolis. **Site Estações Ferroviárias**, 2017. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/c/cordeiropolis.htm>> Acesso em: 09.ago.2017.

SANCHES, Renan. **Parcelamentos e ocupações irregulares**.2014. 148f. Monografia (Graduação em Engenharia Civil) – Faculdade de Engenharia Civil, Faculdades Integradas Einstein, Limeira. Disponível em: <<http://www.einsteinlimeira.com.br/portal/8/49>> Acesso em: 29.mar.2017.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TREVISAN, Cláudia. A destruição do sonho americano de Detroit. In: Jornal “**O Estado de S. Paulo**”, São Paulo, 5.jan.2014. Economia, B6 e B7. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,a-destruicao-do-sonho-americano-de-detroit,174417e>> Acesso em: 05.mai.2017.

VASQUES, Amanda Ramalho. **Refuncionalização de Brownfields**: estudo de caso na zona leste de São Paulo-SP. 2005.160 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/95620/vasques_ar_me_rcla.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 26.mar.2017.

**GT 07 Cidades e transformações do urbano na América Latina****A DIALÉTICA DA INCLUSÃO-EXCLUSÃO SÓCIO-ESPACIAL
EM UMA CIDADE DA AMAZONIA BRASILEIRA**Marly Gonçalves da Silva (UFPA)¹movict@oi.com.br**Resumo**

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa que tem como propósito investigar e discutir de uma perspectiva sociológica *o tempo longo de abandono*, por parte do poder público, da área canalizada da Avenida Visconde Inhaúma no bairro do Marco, em Belém do Pará, convertidas que foram as suas esquinas em um lixão de entulho a céu aberto, ainda que seja uma via residencial situada em um bairro histórico da cidade. Trata-se de análise baseada em informações produzidas através da aplicação de questionário junto a moradores da área, estruturado com perguntas abertas e fechadas, pesquisa documental e processos judiciais. Examina-se a hipótese de que a via esteja enredada em um amplo processo de *gentrification expandida*, nos termos definidos por Arantes (2000), e a vulnerabilidade ou não dos moradores a tal processo.

Palavras-chave

Exclusão sócio-espacial, *gentrification*, discriminação de classe, bairro do Marco, Belém.

1. Introdução

A Belém contemporânea, como as demais cidades latino-americanas, tem sido palco de um determinado padrão de intervenções urbanísticas, notadamente no centro histórico mais antigo, que guardam entre si uma semelhança estético-arquitetônica e visam a capitalização de novos negócios urbanos, como o turismo, lazer e consumo cultural das classes médias. O caso mais notável, que me chamou a atenção, foi a semelhança entre os projetos de revitalização de Puerto Madero em Buenos Aires e Estação da Docas, em Belém. Esta tendência de seguir uma linha pré-determinada de intervenção urbanística, designada por Vainer *et alii* (2000) de “cidade do pensamento único” e por Delgadillo (2014) de “urbanismo *à la carte*”, tem sido estudada por cientistas sociais brasileiros e latino-americanos, notadamente à luz do conceito de *gentrification* (Leite, 2004; Bidou-Zachariansen, 2006; Frúgoli Jr & Sklair, 2009 e outros). Todavia, os estudos apontam singularidades observadas caso a caso nesse processo de metamorfoses urbanas em que

¹ Socióloga, professora, pesquisadora e extensionista da UFPA.



são enredados sítios, terrenos, ruas, bairros, conjuntos arquitetônicos, bens simbólicos, populações e culturas locais. No caso de Belém, uma particularidade que chama a atenção é o fato de que tal processo, também chamado de “enobrecimento” (termo cunhado por Leite, 2004), foi marcado pela transferência de estabelecimentos e terrenos, há muito sob o domínio militar, para o uso civil (e convertidos em museus de arte e da memória, bares, galerias, restaurantes, *piers*, jardins públicos, etc.), e também pelo fato de darem livre acesso ao rio, acesso antes bloqueado ou restrito na maioria deles. Essa característica, estrategicamente explorada pela publicidade oficial de tais projetos, resultou numa grande aceitação dos mesmos pelos belenenses, contrariando casos de ameaças e remanejamento de populações, conflitos abertos, rejeição e resistência a tais projetos, referidos em parte da literatura sobre *gentrification*, reurbanização, requalificação e revitalização urbanas.

No bairro do Marco – um bairro de composição social interclassista com maioria de classe média e distante 6 km do centro histórico – não só é possível identificar a intervenção do planejamento estratégico agindo com desenvoltura e justificando projetos e obras urbanas monumentais e onerosas – comparativamente ao perfil até então dominante de investimentos públicos no bairro e na própria cidade –, como também detectar sinais de *gentrification* em áreas circunscritas do bairro e em outros territórios da cidade. Poderíamos ainda falar de um processo de *gentrification* no sentido expandido do conceito, tal como utilizado por Arantes (*apud* VAINER *et alii*, 2002), que se apresenta no discurso urbanístico sob a rubrica de “revitalização”, “requalificação”, “reabilitação”, reurbanização”, e nas estratégias midiáticas acionadas por seus porta-vozes, com o intuito de produzir consensos em torno dos mesmos. Neste sentido, todo o potencial simbólico das Artes e dos seus espaços de consagração (museus, galerias e teatro) servem de *âncora* para a consolidação de espaços patrimoniais e históricos já revitalizados e restaurados. De fato, esse conjunto de obras traz algumas características que as favorecem na produção de consensos legitimadores dos investimentos que nelas se fazem e dos custos que representam para o poder público. Todas elas incidem sobre áreas institucionais de domínio militar, eclesial e de armazenamento portuário, portanto, passíveis de uma negociação “bem administrada” pelo governo via mediação do *manager* e “intermediário cultural”, personalizado na figura do Secretário de Cultura do Estado, não por acaso um arquiteto. E não qualquer arquiteto, mais um profissional há quase duas décadas à frente do cargo público, que conhece o *métier*, domina o seu ofício e que tem trânsito nas altas rodas da elite paraense. Logo, as obras vêm amparadas por esse lastro de poder simbólico, de modo que as críticas a tais projetos, quando há, não chegam a comprometer a sua legitimidade e o seu curso de realização. Um dos aspectos que possivelmente inibiram a crítica oriunda de políticos e intelectuais de esquerda, foi o fato de que as obras transferem



área de domínio militar para o uso civil, a exemplo do Museu Casa da Onze Janelas (agora literalmente abertas ao público), um prédio de funções administrativas, austero, de usos anteriores desativados (originalmente arsenal de guerra e depois hospital militar). O mesmo se pode dizer para outros projetos nessa mesma linha de intervenção, abrindo prédios históricos para usos culturais, entretenimento e consumo, em contraponto às suas antigas funções como é o caso do antigo presídio São José, desativado para abrigar um espaço multiuso denominado de Complexo Joalheiro e Museu das Gemas e rebatizado de São José Liberto. Em segundo lugar, esses projetos não implicaram em expulsão/desapropriação de moradores antigos do seu entorno e tampouco atraíram o mercado imobiliário que segue um intenso movimento de expansão em sentido contrário ao centro histórico da cidade, onde estes projetos incidem. Nesse contexto, a reforma de uma de suas principais avenidas, a Duque de Caxias, e a abertura de uma nova via, chamada de “avenida”, que lhe dá prolongamento, servem de *âncora* para a realização bem sucedida da função empresarial de um desses projetos que integram a “estratégia do planejamento estratégico” em Belém, para usar uma expressão de Lima Jr (2010). O conjunto de obras públicas realizadas no Centro Histórico de Belém e bairros antigos ao longo dos dezesseis anos de governo local do PSDB e que hoje se estende para áreas mais afastadas da cidade – como o megaprojeto do Aquário no Parque do Utinga –, é emblemático dessa estratégia neoliberal de intervenção estatal a que vimos nos reportando. Como ressaltou Oliveira & Lima Jr, de fato, esse caráter pontual (do *master project*), que decorre do descolamento dos projetos urbanísticos de um plano diretor de maior envergadura para a cidade (o *master plan*), tal qual um foguete se descola de sua nave-mãe, é aí verificado, o que por sua vez converte o planejamento urbano da cidade em algo fictício da perspectiva universal. Logo, para as elites políticas locais, isso não significa nem uma renúncia ao projeto político-partidário, como sugerido pelos idealizadores dos condicionantes básicos para o sucesso e perenidade da “cidade competitiva”, citado no texto de Vainer (VAINER *et alii*, 2002) (ainda que a cultura político-partidário tradicional, aí, se sustente com dificuldades, em face do fechamento do processo decisório num círculo muito restrito de negociações, encapsulado, se poderia dizer), nem tampouco que este planejamento estratégico renuncie “a metas de médio e longo prazos”, típicas do planejamento público-estatal, ou seja, metas para além de uma gestão político-partidária. Pelo contrário, ele as “rouba” para si, as incorpora, dirige essas metas para o seu conjunto exclusivo de *projetos-encadeados* no tempo e no espaço, através de um dispositivo perverso, que é o investimento paralelo e intensivo de recursos públicos em publicidade do governo (grupo político-partidário), tomando como âncora as obras que resultam dos investimentos em grandes projetos urbanísticos (revitalizações e reurbanizações e edificações), ao lado de projetos viários (estradas, rodovias, avenidas, pontes). Não por



acaso, tal grupo usa a cadeia estatal de rádio (Cultura FM) para um programa matinal dos governos do Estado e da Prefeitura denominado “Prestando contas”, para que assim possa fomentar *consensos* em torno das obras realizadas e legitimar investimentos em novos projetos pontuais, em detrimento de obras e serviços demandados pela sociedade civil organizada ou em protestos espontâneos que frequentemente recorrem ao fechamento de vias públicas. Neste sentido, eu diria que, no caso de Belém, os altíssimos investimentos em publicidade – com inserções frequentes na imprensa local e em revistas de circulação nacional como a *Veja* – têm a função de angariar popularidade como contra-estratégia à impopularidade decorrente do não-investimento nas demandas populares das áreas periféricas da cidade ou áreas abandonadas em bairros antigos, como é o caso da Avenida Visconde de Inhaúma, objeto de análise neste artigo. E é nessa estratégia que o governo investe, para preservar-se no poder e dar continuidade aos seus projetos urbanísticos e viários em contraponto àqueles que não dão rentabilidade, como disse um morador da *avenida-canal* abandonada, quando solicitado à opinar sobre a razão pela qual o governo não tomava providencias para erradicar o problema crônico do lixo de entulho na via onde mora: “*O canal não dá rentabilidade, só interessa uma obra de mais dinheiro*”.

É emblemático do não-investimento o caso do saneamento básico e ambiental, que atinge dezenas de bairros de Belém, inclusive bairros de classe média, com reclamações diversas que chegam até o Ministério Público do Estado. Em 2008, a Frente de Moradores Prejudicados pelos Alagamentos da Bacia do Una, representando vinte bairros atingidos, um território equivalente a 60% da região metropolitana de Belém e um contingente aproximado de 600 mil pessoas, demandou uma Ação Civil Pública, acatada pelo Ministério Público, acionando o Estado e a Prefeitura pela *Obrigação de Fazer* os serviços de limpeza e manutenção dos canais de macrodrenagem da referida bacia. Os demandantes lembram que o maquinário necessário para a execução dos serviços de manutenção/desobstrução dos canais, galerias e barragens, avaliado em R\$ 25.261.482,66, foi adquirido pelo governo em convênio com o BID e faz parte do acervo físico e material de Belém. Logo, deveria estar sendo utilizado para tal função, mas foi privatizado. Passados oito (8) anos da Ação, tanto o governo do Estado quanto a Prefeitura ainda recorrem na justiça contra a *Obrigação de fazer* que lhes é cobrada. O mesmo tipo de abandono acontece com o Projeto de Macrodrenagem e Urbanização da Bacia do Tucunduba, que teve o seu Plano de Desenvolvimento Local iniciado na segunda metade dos anos 1990 e nunca foi concluído, em que pese a inúmeras reivindicações dos moradores atingidos pelos alagamentos, a exemplo das demandas apresentadas pela Associação dos Moradores da Estrella-AME, na “baixada” do Marco, uma das áreas atingidas, e definida como “área de interesse social” no Plano Diretor da cidade. Se por um lado faltam recursos, projetos de obras



e serviços nessas áreas e nesses bairros em sua maioria habitados por classes populares, por outro lado sobram denúncias, partindo de diferentes fontes jornalísticas, dos altos investimentos do governo do Estado em publicidade. Recentemente, valores atualizados foram veiculados na mídia local indicando um montante de R\$ 216 milhões gastos pelo governo do Estado (PSDB) no período de 2011 a 2015. Esse valor representa mais de 8,5 vezes o custo do maquinário supracitado, indicando-nos que a estratégia publicitária de “gestão & governança” da “cidade competitiva” via “planejamento estratégico” afirma-se como uma negação de direitos reivindicados por moradores excluídos das metas da gestão competitiva.

Se, em tese, como diz Vainer, “o projeto político-institucional [da cidade competitiva] parece ser coerente com a ideia de um projeto de cidade imposto pela crise e pelo realismo, e do qual, portanto, não há como discordar (a não ser aqueles cidadãos antipatrióticos, é óbvio!)”, o mesmo não se pode dizer quando se confronta este projeto com a realidade social de grandes cidades e de capitais brasileiras, como é o caso de Belém, onde o desinvestimento público em políticas básicas e socialmente necessárias, resulta dos altos investimentos em projetos filiados à ideologia da cidade competitiva e à máquina publicitária que a sustenta, o que cria dificuldades crescentes para a obtenção de um consenso que tal projeto requer.

A obra pública mais cara já realizada no bairro do Marco em Belém, que traz esta rubrica de *city marketing*, chama-se Hangar Centro de Convenções e Feiras da Amazônia. Além do seu custo unitário, a *obra-monumento* incorpora o valor de duas outras obras geminadas, que vão melhorar e ampliar a infraestrutura de acesso ao templo de eventos & negócios: a construção e abertura da mini-avenida Brigadeiro Protásio e a reforma da Avenida Duque de Caxias, com a duplicação de suas pistas e a instalação de uma rede de retransmissão elétrica de alta tensão ao longo do canteiro central. Idealizada e semiconcluída no governo do PSDB, a obra do *Hangar* foi de fato inaugurada no ano seguinte pelo governo do PT, que, não satisfeito com a monumentalidade e o custo milionário da obra recebida para inaugurar e gerir, resolveu construir o seu “puxadinho”, mesmo com as obras estruturais já concluídas, o que elevou o seu custo total de R\$ 122 milhões para R\$ 127 milhões (cf. “Escândalo previsível”, *Jornal Pessoal* n. 480, jan. 2011, 1ª quin., p. 1). A obra foi financiada pelo governo do Estado. Um governo pressionado por investimentos em serviços públicos, em especial as chamadas “redes fechadas”, na engenharia, o que significa que a ausência de obras neste setor provoca grandes e recorrentes prejuízos à coletividade de moradores dos bairros que não têm como se proteger dos alagamentos e das epidemias e doenças decorrentes desse tipo de precariedade. Tal desigualdade de investimentos dos recursos públicos coloca essas obras potencialmente no alvo da rejeição popular e sujeitas a denúncias de toda ordem, o que



requer do governo contrapartidas publicitárias e estratégias de investimentos no sentido de reduzir sua impopularidade.

Neste sentido as novas intervenções enobrecedoras de lugares antigos, alavancadas por recursos públicos, reacendem velhas contradições, na medida em que, ao contrário de países europeus e dos EUA, as mesmas se dão em realidades historicamente marcadas por profundas desigualdades sociais, pobreza, abandono e miséria social. A cidade de Belém e área metropolitana apresenta um quadro crônico de violência urbana com alta incidência de homicídios e encarceramento de pobres, ação de milícias e violência policial, em meio a precários serviços de saúde pública, de educação e de saneamento básico-ambiental e condições humilhantes de moradia². Dadas essas particularidades, nossa análise se aproxima mais das abordagens e dos argumentos teóricos que exploram a conexão entre *gentrification* e classes sociais, *gentrification* e desigualdades sociais e *gentrification* e exclusão social e urbanística, e cujo objetivo principal é instrumentalizar os moradores com informações capazes de alertá-los contra possíveis ameaças à sua permanência no lugar de moradia.

Procuramos aqui responder, sinteticamente, como moradores de um bairro histórico em processo de continua renovação urbana nas últimas décadas, são atingidos pela desigualdade de investimentos públicos polarizados por revitalizações e embelezamentos frequentes de um lado, e abandono sistemático de outro; como tomam consciência dessa situação e como reagem a ela. A análise é centrada no caso particular da *Avenida Visconde de Inhaúma*, no bairro do Marco, mais especificamente de sua área canalizada, que sofre um tempo longo de abandono por parte do governo municipal, abandono que levou à produção de lixões de entulho a céu aberto, ao mesmo tempo em que o governo produz espaços novos e/ou revitalizados que alimentam a ideia de uma cidade bela, competitiva, criativa e feliz. Nosso propósito aqui é confrontar a *exclusão urbanístico-viária* desta avenida com os

² As desigualdades sociais, a pobreza e a violência urbana alcançam dimensões assustadoras em Belém. Segundo estudos recentes, 58% dos trabalhadores estão no mercado informal, com grande contingente de ambulantes nas ruas, enquanto os trabalhadores assalariados estão sujeitos à baixa remuneração no setor de comércio e serviços que constitui a base da economia urbana. A violência urbana também é uma das mais altas do país. As condições de moradia são muito precárias, com déficits habitacionais significativos atingindo toda a região metropolitana, de modo que incêndios de casas, invasões de terrenos, despejos via reintegração de posse são eventos rotineiros. Dados publicados pelo IPEA em 2007 identificam a Região Metropolitana de Belém como a que apresenta o mais elevado índice de “adensamento excessivo” (16,6, contra a média nacional de 9,3). No que tange à violência, os dados são igualmente impressionantes, conforme o estudo realizado por Tiago Costa e Raul Guimarães (2015): “A causa externa mais letal tem sido os homicídios, classificados na CID-10 (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde) como mortes por agressão. Em termos comparativos, enquanto uma metrópole como São Paulo apresentou em 2010 uma taxa de mortalidade por agressões de aproximadamente 14 casos por grupo de 100 mil habitantes, Belém apresentou uma taxa de 64 casos por 100 mil. No mesmo período, o Brasil apresentou 27 casos por 100 mil e o estado do Pará 46 casos por 100 mil. Além disso, 47% das agressões fatais ocorridas em Belém seguem o preocupante padrão nacional que tem enquanto vítimas, predominantemente, jovens entre 15 a 30 anos. Ou seja, um estreito intervalo etário em plena vitalidade concentra metade dos homicídios ocorridos na cidade. Praticamente 70% das mortes na referida faixa de idade se devem a eventos de agressão. A década de 2000 apresenta uma significativa curva de crescimento dos assassinatos, ao ponto de no ano de 2010 essa causa figurar entre as primeiras causas de morte em Belém”. Uma análise mais detalhada sobre o assunto pode ser encontrada no livro de Couto (2014).



processos de enobrecimento no próprio bairro e fora dele, dando um sentido mais estrutural a esse conjunto de intervenções e não-intervenções, revitalizações e abandonos.

2. A Avenida Visconde de Inhaúma e o perfil sociológico dos moradores.

Na virada do século XIX para o XX, o intendente Antônio Lemos, com os recursos propiciados pelas exportações da borracha amazônica, remodelou a Belém antiga. Dentro das suas obras urbanísticas está o traçado do novo bairro, designado de *Marco da Légua*. No seu governo foi iniciada a rede de esgotos, o uso de iluminação pública, a transformação dos largos em praças ajardinadas, a ampliação dos calçamentos e a criação de Travessas e Avenidas com 20 e 40 metros de largura. O bairro foi denominado *Marco da Légua* pelo fato de estar no limite da primeira “légua patrimonial” da cidade.

O bairro do Marco passou por recorrentes reformas viárias desde a década de 60. Na última década, tais reformas foram feitas sob a justificativa oficial da necessidade de modernização da infraestrutura do sistema de tráfego de veículos da cidade, já que o bairro é atravessado pela Avenida Almirante Barroso, principal corredor viário de entrada e saída de veículos da cidade.

A Avenida Visconde de Inhaúma, diferentemente das outras avenidas do bairro, não passou por reformas nem manutenção viária e serviços de saneamento básico, desde o programa de macrodrenagem na segunda metade da década de 1990, que canalizou o antigo igarapé. Esse abandono por parte do poder público tem gerado muitos problemas, sendo o principal deles o constante despejo de *lixo de entulho* por carroceiros no entorno da via canalizada e, por conseguinte, o assoreamento do canal, e todos os outros problemas que o lixo lançado no espaço público acarreta aos moradores e transeuntes de um lugar.

O que se percebe, é que a Avenida está situada num contexto de urbanização acelerada do bairro do Marco: hoje, é uma *rua popular* cercada de edifícios e negócios por todos os lados nas vias transversais e paralelas que já sofreram reforma urbanística nos últimos anos, como as Avenidas Marquês de Herval e Duque de Caxias. Neste sentido, ela constitui uma espécie de oásis em meio à expansão dos condomínios de classe média.

A pesquisa de campo se deu a partir da aplicação de questionário padrão junto a trinta (30) moradores, numa amostra aleatória, no período de dezembro de 2016 a julho de



2017³. Este questionário apresenta uma estrutura constituída de sete partes com sub-tópicos. A primeira parte inclui identificação do informante, escolaridade e moradia (condições de domínio do imóvel, estrutura arquitetônica e condições de habitabilidade). Segunda parte: ocupação, trabalho, emprego e renda (condições de ocupação antiga e atual, natureza da ocupação, tipo de atividade, desemprego, informalidade, aposentadoria e satisfação). Terceira parte: características sociais do grupo familiar (nº de famílias por domicílio, faixa etária, condições ocupacionais, despesas mensais, acesso ao sistema de crédito e grau de endividamento). Quarta parte: acesso aos serviços públicos de saneamento básico, abastecimento de água potável, rede e tratamento de esgotos, drenagem de águas pluviais, limpeza e coleta de resíduos sólidos, iluminação. Quinta parte: as condições de mobilidade urbana, segurança viária e aspectos paisagísticos. Sexta parte: as atividades de lazer, diversão e descanso. Sétima parte: o ponto de vista dos moradores acerca das causas dos problemas de natureza sanitária, ambientais e urbanístico-viários da Avenida e suas sugestões de solução. Dado a limitação de espaço, vamos no deter apenas em alguns dos dados mais significativos para uma compreensão do problema objeto de discussão.

A maioria dos moradores entrevistados nasceu em Belém, tem até o ensino Médio (80%), trabalha por conta própria (54,5%), é atendida pelos serviços de fornecimento de água, luz e rede de esgoto. A coleta do lixo doméstico é regular e os informantes se sentem satisfeitos com este serviço; por outro lado metade dos informantes declarou estar insatisfeita com a coleta de lixo de entulho que é o grande problema sanitário da avenida, em toda grande parte de sua extensão, e de forma acentuadamente nas esquinas da área canalizada. Na observação de campo constatamos desde o início da pesquisa um grande lixão nos fundos da vila residencial da aeronáutica na via Visconde de Inhaúma com a Perebebuí, lado oposto da área de pesquisa, o que aponta para a extensão do problema atingindo o espaço de moradia da classe média.

Segundo a opinião dos moradores o lixo de entulho é jogado nas esquinas e a coleta é feita regularmente, acontece que a todo o momento carreteiros vindos de outros bairros, de outras ruas do entorno vem despejar os resíduos. Para eles o problema não reside na falta de coleta regular mais na falta de uma punição aos infratores, ou seja, não estaria havendo por parte do poder público- polícia ambiental - uma ação efetiva de controle. Também foi recorrente nas respostas e sugestões dos moradores a falta de educação sanitária e a

³ Participaram desta pesquisa a bolsista PIBIC/PRÓ-DOCTOR/UFGA Beatriz Brasil Monteiro da Silva, o estagiário da disciplina Estágio Supervisionado I do Curso de Ciências Sociais Kássio Carneiro, os estudantes de Sociologia Urbana do Curso de Ciências Sociais Larissa Amaral de Oliveira, Mayara Rodrigues Costa, Israel Martins Araújo, Pedro Silveira Pereira e Márcio Henrique Barros Amoras Alves, e os estudantes de Sociologia Geral e Urbana do Curso de Engenharia Sanitária e Ambiental Rafaella Furtado Batista, Tayara da Silva Gonçalves Flávia Suany Costa de Senna, Isabela Alves Miranda e Tuane Moraes Rodrigues.



necessidade de fazê-la. Outro aspecto que nos chamou a atenção foi a grande insatisfação dos moradores com a ausência de um trabalho de dragagem do canal, o que contribui para o seu assoreamento e a recuperação das muretas de proteção que estão em grande parte destruídas; segundo alguns informantes, isso se dá pela própria empresa concessionária que coleta esse lixo e que avança com a máquina para além do que é permitido destruindo essa proteção. Os moradores também reclamam que não há coletores de lixeira pública, contêiner, e varrição da via pública.

Constatou-se que a grande maioria dos moradores-informantes mora em casa própria, é proprietária do imóvel (86%) e reside há mais de 30 anos no local. Essa informação é uma das mais significativas para testar a nossa hipótese de trabalho, pois ela nos mostra que ao contrário de uma vulnerabilidade imobiliária que poderia favorecer episódios de expulsão/remanejamento/migrações forçadas para a periferia, que costumam ser provocados por processos de *gentrification*, temos uma condição de estabilidade e segurança de moradia ao longo da extensão da avenida canalizada, ou seja, uma autonomia dos moradores no que tange a decisão de permanecer ou não residindo no local, em contraste com o que aconteceu recentemente com dezenas de famílias moradoras de uma Vila no travessa do Chaco, às proximidades da avenida-canal, que mesmo sendo moradores também antigos, tiveram que abandonar suas casas pelo fato de que na condição de locatários, foram submetidos à decisão da família proprietária que vendeu a Vila inteira à uma empresa imobiliária que lá está construindo duas torres. A decisão da venda e a conversação entre proprietários e inquilinos, segundo entrevista feita com moradora antiga da vizinhança, estendeu-se por anos e anos e ao final foi muito difícil para os moradores deixarem suas casas, sem indenização, para ir morar em bairros bem mais distantes ou pagar aluguéis mais caros no mesmo bairro. A comparação dos dois casos serve para ilustrar como a propriedade do imóvel, não de moradores isolados mas do conjunto deles, constitui-se uma importante e sólida barreira de contenção do avanço da especulação e do mercado imobiliário em bairros interclassistas em processos de renovação urbana como o é o caso do bairro do Marco. Essa realidade também reforça a hipótese de que o lixão de entulho é o que mais fragiliza esse lugar de moradia popular.

No que tange ao quadro de ocupação, trabalho e emprego, os resultados são os seguintes: 33% dos informantes declararam estar inseridos no mercado de trabalho, ou seja, apenas 1/3 no período da pesquisa. 27% deles tinham carteira-assinada, enquanto 63,6% tinham contrato de trabalho precário. 33% dos informantes que declararam desenvolver atividade remunerada, 54% correspondem à categoria dos que trabalham por conta própria, ou autônomos.



3. Sobre o futuro próximo: quem vai comprar uma casa no meio do lixo?

Na tipologia das “etapas da *gentrification* de um bairro” a desvalorização dos imóveis é tida como uma consequência direta do abandono do lugar de moradia sobre o patrimônio imobiliário do morador e sua família. O abandono levaria à estigmatização e esta por sua vez à venda provocada pela pressão dos grandes grupos imobiliários. Em outras palavras, abandono, estigmatização do lugar, desvalorização do imóvel e assédio imobiliário de grandes grupos empresariais seriam momentos de um processo de *gentrification*. À pergunta feita aos moradores: “você acha que o acúmulo de lixo na avenida desvaloriza seu imóvel”, 86,6% responderam que sim. Visto como um herança para os filhos, o imóvel, uma vez exposto ao lixo permanente, ao abandono sanitário da via por longo tempo, traz uma preocupação aos proprietários relativa à dificuldade que os filhos teriam se porventura tiverem necessidade de colocá-lo à venda. O morador pensa no comprador individual, naquele que adquire o bem para morar. Neste sentido a sua argumentação faz sentido. O que ele não percebe é que na lógica do mercado imobiliário, a aquisição se faz para especular e investir; logo, a situação de abandono de uma via bem localizada, ao invés de ser um impedimento para os negócios especulativos, é ao contrario um facilitador, partindo-se da premissa de que a situação de abandono provoca a queda no preço dos imóveis. Todavia, se a maioria dos moradores reconhece que morar numa rua invadida pelo lixo e abandonada pelo poder público não é desejável por ninguém, há aqueles poucos que admitem que o lixo não influencia na valorização do imóvel, mas sim a sua *localização*. Se a localização é o fator primordial, a presença do lixo é secundária. Embora este tipo de resposta tenha sido estatisticamente insignificante, é importante tê-la em conta justamente porque ela expressa a lógica do valor de troca do imóvel, do imóvel como negócio e não de seu valor de uso. Em outras palavras, o que esses moradores querem dizer é que o lixo é o de menos para o mercado imobiliário o que vale mesmo é a localização, pois sabe-se que uma vez que as grandes incorporadoras se apropriem dos imóveis, os coloca em baixo e, no lugar, montam os estandes de venda de suas torres, e no dia seguinte, não há mais lixo algum, de modo que um problema de década, se resolve rapidamente da noite para o dia na Prefeitura, a mesma que protelou a sua resolução por anos e anos... Outra questão que o caso suscita, é até que ponto este tipo de pensamento antenado à ordem do mercado, contribui para ampliar o horizonte de compreensão do problema pela coletividade; se incita de alguma forma à uma reflexão coletiva ou se mantem-se confinado como um saber privativo.



4. O lixo de entulho não incomoda se não está na porta de casa

À pergunta se o morador “se incomoda com o problema do lixo de entulho acumulado na esquinas e seu transbordamento para dentro do canal” , a resposta que obtivemos denota um claro reconhecimento pela maioria, dos males e desconforto que decorrem do acúmulo de sujeira na via pública, seja por se constituir como foco de doenças e possíveis epidemias , seja pelo desconforto ambiental e pela rasura estética da paisagem, seja pelo prejuízo à circulação adequada e segura dos moradores, transeuntes, motoristas e pedestres na medida em que ele se estende das margens para o leito da via , seja pelo assoreamento do canal e sua consequência mais temida: o transbordamento de água suja nas situações de chuvas intensas e marés altas. Nesse particular, os moradores parecem bem informados naquilo que é essencial saber sobre os males decorrentes da falta de limpeza pública e sua manutenção. Todavia, não há no diagnóstico traçado por eles a ideia de que tal problema – de se converter a via e o canal em depósito permanente de lixo de entulho - se constitua um *crime ambiental* e como tal mereça uma intervenção do Estado, repressiva e /ou educativa, preventiva. Mas se eles não chegam a formular um diagnóstico nesses termos, isso também não diverge do tratamento dado pela mídia ao caso, da Visconde e outras vias, onde a questão do crime ambiental é pouco referida e debatida na sua eficácia ou não, relativamente à espetacularização da sujeira, que mais do que esclarecimento produz estigma, o que de certo modo exime o Estado de sua responsabilidade, pelo menos em parte. Ou seja, se é fato que é da responsabilidade do Estado a resolução dos problemas de natureza pública, essa responsabilidade não é de todo atribuída a ele, nem pelos moradores e nem pela mídia. E se não o é ela recai no indivíduo, seja na figura do carreteiro ou do próprio morador. Em outras palavras, o diagnóstico do problema feito pelo morador e feito pela mídia se equivalem... Ora, se os moradores não tem uma clara e segura compreensão de quem é efetivamente a responsabilidade pela resolução do problema, quais as consequências políticas disso para a coletividade que o enfrenta? Na Visconde de Inhaúma, a consequência até agora é a inércia. Os poucos moradores que responderam não se incomodar com os focos de lixo nas esquinas, alegam a distância física entre o lixo e a casa e a ausência de casa (e da rua) na maior parte do tempo devido a longa jornada de trabalho. Ou seja, se o lixo está na esquina e não na “porta de casa” não incomoda; incomodaria se estivesse na “porta de casa”, ou se o morador estivesse na casa por muito tempo. Em que pese a inexpressividade estatística dessa resposta, ela é significativa para uma das questões que nos interessa discutir nessa pesquisa, que é a questão da inércia dos indivíduos frente à uma situação de humilhação social que lhes é imposta pelo Estado . Se por um lado esse tipo de resignação , insulamento e indiferença à má sorte do vizinho que mora na esquina, comumente definida na sociologia



como *familismo amoral* (Reis, s/d) em contraponto à solidariedade moral , é admiti-la por tão poucos a um estranho , sem pudor nem reservas , por outro lado , a sua revelação é um indicador de foco de conflitos são latentes em decorrência das posições antagônicas assumidas entre estes e a maioria dos que declaram se debater com a situação que afeta o cotidiano de todos.

À segunda pergunta, de uma série de quatro, se “é possível mudar essa situação”, o percentual dos que responderam sim, se fez com quase a mesma alta frequência (63,3% contra 66,6%) da resposta positiva à pergunta anterior, o que sugere uma expectativa de mudança da situação, mas que paradoxalmente conflita com a resposta de apenas 20% que declararam já ter havido “alguma iniciativa dos moradores no sentido de resolver a situação” que os incomoda, contra 63,3% que disseram não. No caso, de “iniciativas para resolver o problema da sujeira e do assoreamento do canal e da destruição de suas muretas de proteção”, o percentual de respostas positivas caiu ainda mais chegando ao patamar de 10% contra 80% que declararam nada ter sido feito por eles.

Mas esses mesmos moradores que na ordem de 93,3 % declararam se sentir “lesados com o problema do lixo”, responderam também que se “ o governo não toma providencias para resolver o problema do lixo de entulho , do assoreamento do canal e da destruição das muretas” , a razão de tal omissão deve-se , segundo eles , primordialmente à duas razões : à discriminação de classe social (50%) e ao fato dos políticos e governantes só agirem movidos pelo poder , pelo interesse no voto ou pela corrupção (23,3 %) . Essa percepção bastante aguda da *condição de classe* – expressa em respostas do tipo “ porque são pessoas de baixa renda que moram aqui “ ou “ estão se interessando onde tem *barão*” - como razão principal pela qual o Estado não investe na resolução dos seus problemas, associada ao entendimento de que os políticos locais são movidos pelo imperativo de estratégias eleitoreiras e práticas corruptas - expressas nas respostas “ só querem saber do voto , só aparecem na época da eleição” , “ não se preocupam em cumprir suas promessas de campanha “ e ainda, “ porque são corruptos e não se importam “ - aponta para uma consciência da sua condição social que se revela justamente no julgamento moral que fazem do governo da cidade e seus protagonistas na esfera eleitoral. Ao mesmo tempo, essa constatação nos instiga a indagar acerca do que pode tal tomada de consciência por parte de moradores , em termos de uma ação coletiva à favor de seus direitos sociais no campo sanitário, urbanístico e paisagístico , num contexto de divergências internas e difusas quanto ao diagnóstico da situação e de desconfianças e descredito na própria ação política ?

5. O medo como enigma?



Nas terceira, quarta e sexta perguntas que integram um bloco de questões referentes ao ponto de vista dos moradores quanto ao incômodo cotidiano provocado pela situação de abandono da via, a posição do governo em relação ao problema, os prejuízos sociais, econômicos e morais decorrentes do abandono e as iniciativas dos moradores em busca de soluções, é curioso perceber o contraste quantitativo entre aqueles que se dizem lesados pelo problema crônico do lixo de entulho e do abandono do canal e da via (93,3%), e as iniciativas concretas visando ao enfrentamento do problema (20% para o caso do lixo de entulho e apenas 10% para o caso do assoreamento do canal e destruição de suas muretas). Entre os que se sentem lesados a maioria alega razões de ordem sanitária e epidemiológica (o mal-estar e impedimentos causado pelo fedor, “quer sentar [na porta da casa], não dá. Fede”; “pode causar doenças e a frente da casa fica suja”, “prejudica a área da saúde”; outros alegam seus direitos tributários (“porque há pagamentos de impostos e não tem retorno”, “sim, a gente paga IPTU, a gente tem direito”) e há os que alegam valores estéticos (“sim, porque a rua fica feia e com odor ruim”) ou com a representação negativa na mídia (“sim porque passa uma imagem ruim da rua”). Há ainda aquele que na condição de eleitor ativo se sente traído pelo candidato eleito (“sim, porque só vem em tempo de eleição”, “discriminação... muita gente votou no PSDB”). Aqui percebe-se a expressão multidimensional do problema vivido, como os moradores sentindo-se afetados por diferentes formas de constrangimento e abuso de poder; a mais emblemática e significativa sem dúvida é o malogro da representação política, tal como vigora na dita democracia liberal, a frustração com o crédito do voto dado em confiança e não por poucos...

As respostas seguintes à pergunta três, se já houve alguma iniciativa dos moradores no sentido de resolver o problema, como já dissemos, não tem a mesma força de expressão que as denúncias, a exceção de uma que permanece no campo da denúncia grave: “não, os traficantes inibem os moradores de falar sobre o lixo, por conta da visibilidade do local”. É inércia? Essa foi uma das hipóteses mais levantadas e discutida pelos meus alunos, a cada descoberta interessante que a gente fazia no processo de sistematização das informações dos questionários. Se há insatisfação, indignação, aborrecimento cotidiano, ano após ano, e o problema se agravando, se há uma compreensão e um diagnóstico razoável do mesmo por um grupo de moradores, por que não há ação coletiva? Por que não há protestos, vias interditadas, queima de pneus, em um lugar de acesso estratégico ao maior hospital da rede privada de Belém, redes de supermercados, torres de classe média, academia frequentadas pela “nova” classe média que cada vez mais habita no entorno da via, etc... E os tais elos de solidariedade moral de classe de que nos fala a teoria marxista? Ao que parece, nós estamos diante de uma situação em que há uma clara autoconsciência de moradores de que o abandono a que foram relegados pelo Estado, é determinado pela condição de classe social,



mas há também nesse território de moradia constituído de muitas vielas e passagens, uma estratégia de auto-proteção de traficantes de drogas que consiste em amedrontar aqueles que através de uma luta contra o lixo podem colocar em risco a segurança dos mesmos . Uma problemática que sem dúvida, não se colocava para os teóricos marxistas que pensaram no século XIX a relação de determinação entre classe social, ação coletiva e consciência de classe. As demais respostas que se agregam àquela , impactante e enigmática , vão desde o individualismo (“não, cada um cuida da sua vida , poucos se interessam pelo problema “ , “ os moradores não tem iniciativa “) às relações conflituosas de vizinhança (“ os moradores são muito desunidos e só defendem interesses próprios “) até o segundo malogro político : o fechamento do centro comunitário por apropriação indébita dos recursos financeiros do mesmo por parte de sua última diretoria , que com os recursos , segundo informaram construiu uma grande casa na própria via (“não, o centro comunitário fechou”, não tem centro comunitário, a gente sente falta”).

6. Os próprios moradores vão plantando. É iniciativa...

Uma das maiores revelações da pesquisa foi a surpreendente frequência com que a *arborização* da via-canal aparece na pergunta que indaga aos moradores, “o que poderia melhorar a paisagem e o embelezamento da avenida”. Nas respostas espontâneas, o plantio de árvores no canal aparece com quase a mesma frequência que a limpeza do canal; ora, considerando que e esta iniciativa, como já visto em pergunta anterior, está relacionada não apenas à estética , ao embelezamento da via , mas também ao sombreamento. O gosto pelas plantas e o plantio das arvores nas margens do canal parece ser o elo mais forte de aproximação entre os moradores, embora haja aqueles que são contrários a esta pratica e até defendam o asfaltamento total da via eliminando o canal aberto...

Referências

COSTA, Tiago B. de A. & GUIMARÃES, Raul B. Uma análise sócio-espacial da mortalidade por agressão na cidade de Belém-PA. Anais do XI ENANPEGE-Encontro Nacional da ANPEGE: “A diversidade da Geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação”, outubro 2015, p. 268-278.

COUTO, Aiala C. de O. A geografia do crime na metrópole: das redes ilegais à “territorialização perversa” na periferia de Belém. Belém: EDUEPA, 2014.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo seguido do prefácio à 4ª ed. italiana e Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.



- DELGADILLO, Victor. Urbanismo a la carta: teorías, políticas, programas y otras recetas urbanas para ciudades latinoamericanas. Caderno Metrópole, n. 31, 2014.
- FIX, Mariana. Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil. Tese de doutorado em Economia, Unicamp, 2011.
- _____. São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- GONÇALVES DA SILVA, Marly. Marco da Léguas: a topografia da (in)diferença e as metamorfoses urbanísticas em um bairro interclassista em Belém. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, PUC-SP, 2016.
- LEITE, Rogério Proença. Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2ª ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.
- LIMA JR, Pedro de Novais. Uma estratégia chamada “planejamento estratégico”: deslocamentos espaciais e a atribuição de sentido do planejamento urbano. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.
- OLIVEIRA, Fabricio L. de & LIMA JR, Pedro de Novais. “Grandes Projetos Urbanos: panorama da experiência brasileira”. Congresso da Associação de Estudos Latino-Americanos. Rio de Janeiro, 11 a 14/06/2009.
- OLIVEIRA, Janete M. G. C. de. Produção e apropriação do espaço urbano: a verticalização em Belém. Tese de Geografia apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1992.
- REIS, Elisa. Desigualdade e solidariedade: uma releitura do “familismo amoral” de Banfield. Disponível online.
- RIGOL, Sergi Martinez i. “A gentrification: conceito e método”. In: Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole. CARLOS, Ana F. A. & CARRERAS, Carles (orgs.). São Paulo: Contexto, 2005.
- ULTRAMARI, Clovis & REZENDE, Denis Alcides. “Grandes Projetos Urbanos: conceitos e referenciais”. Ambiente Construído, vol. 7, n. 2, Porto Alegre, abr/jun. 2007, p. 7-14.
- ULTRAMARI, Clovis. “Grandes projetos Urbanos no Brasil: conceitos, contextualização e discussão de três casos”. S\d. Consultado em 15 de dezembro de 2011.
- VAINER, Carlos Bernardo. Prefácio “As ideias urbanas fora do lugar”. In: LIMA JR, Pedro de Novais. Uma estratégia chamada “planejamento estratégico”: deslocamentos espaciais e a atribuição de sentido do planejamento urbano. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010, p. 9-14.
- _____, ARANTES, Otília & MARICATO, Hermínia (orgs.). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

**GT 07 - CIDADES E TRANSFORMAÇÕES DO URBANO**
NA AMÉRICA LATINA**TRANSFORMAÇÃO URBANA: PROBLEMAS TÍPICOS DA CIDADE**
COM A SEGREGAÇÃO DOS BAIRROS

Clebson Carlos de Oliveira (UNIR)¹
clebsoncarlosdeoliveira@gmail.com

Maxson José Barzani Jardim (UNIR)²
maxsonbazane@hotmail.com

RESUMO: Diante das transformações urbanísticas ocorridas nas cidades os processos que se seguem não atende de forma igualitária todos os lugares urbanos, isso é um fator que altera o processo de convivência entre os grupos sociais e nesse processo de transformações o cotidiano da população urbana é o lugar que mais tem impactos no pós-transformação, na hipótese de melhores condições de vida grande parcela da população migram constantemente para os meios urbanos. Com o aumento populacional o meio urbano se modifica e ocorre a segregação dos bairros com o surgimento dos bairros periféricos que são continuamente penalizados pela ausência do Estado, esse ao permitir a existência de classes subalternas. O objetivo desse trabalho é discutir os problemas sociais urbanos que surgem no pós-transformação das cidades, uma alteração com o aumento populacional e segregação dos bairros nos meios urbanos. A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, calcada em autores que discutem políticas públicas e problemas urbanos, material utilizado foram livros, artigos e outros. Os dados apresentam uma análise dos problemas urbanos emergidos e aumentados no pós-transformação de cidades, um agravante social derivado do aumento populacional, situação problema dos lugares pobres com a falta de saneamento básico, saúde, educação escolar, segurança e outras políticas. Conclui-se que o meio social urbano é formado por um conjunto de diferentes localidades, e os problemas agravam com espaços divididos geograficamente, como bairros nobres e não nobres.

Palavras-chave: Transformações, Cidades, Problemas Urbanos

1. INTRODUÇÃO

Diante das transformações atuais os meios sociais são sempre alterado para atender e oferecer um lugar mais agradável com melhores condições de subsistência para o

¹Graduado em História, Graduando em Serviço Social, Mestrando em História e Estudos Culturais na Universidade Federal de Rondônia - UNIR; bolsista CAPES, Pós-graduado em Gestão Cultura e Políticas Públicas na Amazônia.

²Graduado em História, Mestrando em História e Estudos Culturais na Universidade Federal de Rondônia - UNIR, bolsista CAPES, Pós-graduado em Gestão Cultura e Políticas Públicas na Amazônia.



seres humanos, e esses lugares que antes eram lugares sem o mínimo de intervenção humana se transforma para uma projeção artificial, ou seja, se transformam em cidades que aparentemente são planejadas em todos os cantos. Embora tenta-se fazer planejamentos com projetos urbanísticos e infraestruturas que atendam a todos e a todas, os planejamentos nem sempre atende, nem atende os lugares e muito menos a todos e a todas as pessoas que depende do processo das transformações para viver com o mínimo de dignidade humana, pessoas que são vítimas do processo de transformação das cidades vivem continuamente na lado a lado com a pobreza, pessoas essas que vivem continuamente com alto grau de vulnerabilidade social.

O objetivo desse trabalho busca discutir alguns dos problemas sociais urbanos que surgem no pós-transformação das cidades, uma alteração que ocorre nos meios urbanos que ao serem planejadas como “cidades” as mesmas se transformam permitindo segregação dos bairros e aumento populacional em áreas subalternas. A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, que teve como fundamentação teórica autores que discutem políticas públicas sociais e problemas nos meios urbanos.

2. PROBLEMAS URBANOS

“Quando a população das cidades cresce mais que a das zonas rurais, acontece o fenômeno que chamamos de urbanização” (COSTA, 2005, p. 01), isso é influenciado pela ideologia de viver melhor nos meios urbanos, provocando a escassez populacional no meio rural e agravando os problemas urbanos com o inchaço populacional, os meios rurais e urbanos são dependente dos setores como primeiro, segundo e terceiro setor, porém essa necessidade é maior em áreas urbanas decorrente de falta de emprego, moradia, saúde, educação dentre outras, primeiro setor é o governo, o segundo as empresas e o terceiro as Associações, Organizações não Governamental (ONGs) dentre outras, a participação de todos os setores e extremamente importante para manutenção dos processos de transformações urbanas. Esse processo com grandes aglomerações de pessoas residindo em um mesmo lugar/próximos é a principal característica no meio urbano. “Esse processo se expande de tal modo, que o conjunto da sociedade passa a ser dominado por valores, expectativas e estilo de vida urbanos. Este processo de mudança comportamental e relacional é reconhecido como urbanização” (SILVA; MACÊDO, 2009, p. 02-03).

Em outros momentos históricos a sociedade teve diferentes estilos ou modos de vida, não é somente na atualidade em que há mais pessoas morando na cidade do que em áreas rurais, já houve momentos na história da civilização em que grande parte da população residiam no meio urbano, no caso de Roma na Idade Antiga, e outros em que



eram totalmente rurais como período Medieval, esses processos é histórico “a urbanização é um fenômeno não apenas recente como também crescente, e em escala planetária” (SANTOS, 2008, p.13). Nos últimos séculos as ofertas para residir nos meios urbanos estão diretamente relacionados aos processos de industrialização que necessita continuamente de mão-de-obra, porém exige mão-de-obra qualificada, o que são restrito as melhores qualificações para uma minoria urbana, provocando assim o aumento da desigualdade social.

Nos países industrializados de hoje, entre 60 e 90% dos indivíduos vivem em áreas urbanizadas. As causas principais da urbanização nos países capitalistas desenvolvidos foram a industrialização e a mecanização do campo. Mecanização essa impulsionada por esse mesmo processo de industrialização. A industrialização do campo liberou mão-de-obra, na medida em que as máquinas passaram a realizar o trabalho de várias pessoas. (SILVA; MACÊDO, 2009, p. 15)

Giddens (2005) Apud Silva e Macêdo (2009) afirmam que no início do século XIX a população mundial era superior em áreas rurais não chegava nem a 20% de população urbana, as cidades ainda estavam se modernizando e a procura para habitar em cidades ainda era pouco, apareceu no século XIX com grandes destaques de urbanização entre os anos de 1800 a 1900 ela considerada a maior cidade do mundo Londres, que de 1,7 milhão de habitantes cresceu para 7 milhões de habitantes no final do século XIX. “Londres era então, de longe, a maior cidade que o mundo jamais havia visto, um vasto centro manufatureiro, comercial e financeiro no coração de um império britânico ainda em expansão” (GIDDENS, 2005, p. 456). Esse século foi marcado por grandes transformações no meio urbano, transformações que proporcionavam a aumento populacional nas cidades, não era somente Londres que obteve esse aumento populacional entre os anos de 1800 a 1900, pois no mesmo período “[...] a população de Nova York saltou de 60 mil pessoas para 4,8 milhões” (SILVA; MACÊDO, 2009, p. 03).

Como nossos modelos de modernização estão atrelados a modelos americanos ou europeus países como Brasil tende a copiar modelos de tais cidades (europeias ou americanas) como se fosse o modelo ideal/padronizado para a convivência social. Vasconcelos (2006, p. 28), confirma que até os modelos norte-americano também apresentação as mesmo características nas cidade, com formações de bairros periféricos.

[...] o modelo norte-americano é parcial e invertido, permanecendo as divisões centro-periferia, mas com a pobreza localizada, em sua maioria, no entorno precário da cidade, em conjuntos habitacionais, loteamentos



irregulares, e, sobretudo, em terrenos invadidos, refletindo no espaço a persistência e a ampliação da pobreza urbana.

No Brasil o processo de urbanização e replicação dos modelos não é atual, isso já acontece a séculos, antes no período colonialista e depois no período imperialista, segundo Sposito (1989, p. 44) “No Brasil, durante o século XVI, foram fundadas 18 cidades, segundo os dados levantados por Nestor Goulart Reis Filho em seu livro *Evolução urbana no Brasil*, tendo esse número aumentado para 28 no século XVII”. O processo de urbanização continua e nos séculos XIX e XX as cidades brasileiras já apresentam um grande aumento populacional. Como a própria história nos apresenta o aumento populacional brasileiro teve processos iniciais de urbanização em áreas costeiras, como firma (LOPES, 2008, p. 23).

Vemos que em 1872 cerca de 6 por cento da população estava em cidades de mais de cinquenta mil habitantes (Rio, Salvador, Recife e São Paulo, nessa ordem); só as três primeiras possuíam população maior que cem mil e nenhuma alcançara o marco do meio milhão. Em 1960, tínhamos perto de 23 por cento da população em aglomerados urbanos de cinquenta mil habitantes ou mais; tais aglomerados eram em número de 73, 31 dos quais com mais de cem mil habitantes, e seis dentre eles tendo atingido mais de meio milhão de habitantes.

Percebe-se que na década de 60 a população urbana do Brasil ainda era de 23%, os processos de urbanização continuaram e sucederam com as transformações diante da necessidade que percorreu ao longo dos próximos anos os meios urbanos, que foi e continua sendo alvo de milhares de pessoas, porém tais lugares apresentam situações contraditórias do proposto para a convivência humana, pois hora são meios desejáveis e regulares, hora são meios indesejáveis e irregulares para a condição social, isso deriva dos projetos urbanísticos que nem sempre atende as necessidades de todos cidadãos, projetos sendo alguns maus estruturados acabam não conseguindo urbanizar com qualidade igualitária em todos os setores das cidades, essa problemática não atende os princípios fundamentais como Universalidade e Equidade.

Na figura 01 representa uma boa infraestrutura, ou ao menos como é entendido no século XXI como boa infraestrutura para uma cidade, está é a cidade de Songdo na Coréia do Sul, o local da cidade em que é visível através da imagem mostra uma cidade muito bem planejada ou ao menos é o que parece através da imagem, inclusive com uma boa logística urbana com avenidas largas, pavimentação asfáltica e semáforos, ao contrário do que se percebe em algumas outras cidades, inclusive no Brasil. Percebe-se ainda que tem uma boa limpeza urbana o que influencia na educação da população.



O problema é que sempre essas belas imagens, que apresenta as cidades, são fotos retiradas dos grandes centros urbanos, lugar onde consegue aproximar das condições necessária para a vida urbana, em centros iguais a esse são recebido vários serviços com qualidade diferente dos destinados as periferias das cidades, são atendido pelos órgãos públicos como deve ser o planejamento urbanístico da cidade, diferentemente de lugares deslocados dos centros urbanos que os serviços não chegam com a mesma intensidade/qualidade.

Figura 01: Cidade sul-coreana, Songdo, ao lado do Rio Amarelo.



FONTE: PARONAMA, 2017. (Planejamento de Infraestrutura)

Percebe-se ainda na mesma figura 01 que esta cidade, Songdo, é uma obra prima da humanidade, ela representa o que sempre almejamos, a modernidade representada pela as cidades, sempre os projetos urbanísticos tentam aproximar de algo assimilar a de Songdo, porém infelizmente nem sempre obtém-se o mesmo resultado para os centros e nem para os recantos das cidades. Infelizmente as cidades não seguem o planejamento desejado, até mesmo aquelas que tem uma boa estrutura no centro, é drasticamente desfavorável aos seus redores, surgindo assim a periferia. (D'INCÃO, 1997)

As cidades se tornam um problema de espaço por não suportar o contingente populacional na medida em as próprias pessoas começam a se organizarem independentemente fora das ações ou interferência do Estado, as cidades sem planejamentos urbanos se tornam espaços maciçamente precários, espaços que para um ser vivente traz grandes problemas sociais, ainda diante dos problemas há certas confusões



que aliena os moradores, pois muitos residentes que ao pensar que é normal viver em um pequeno espaço precário ainda continuam a viver a mercê da sociedade, ainda que queiram e descubrem que os problemas estão agravando no meio urbano mantenham-se no conformismo da urbanização precária que corrobora para a pobreza, “Essa urbanização sem planejamento criou uma situação caótica nas principais capitais do país e suas regiões metropolitanas, com aumento da pobreza e da violência” (UGEDA JUNIOR, 2009, p. 08).

Os meios urbanos precários são lugares que por falta de ações governamentais acabam se tornando cada vez mais problemáticos e tais ambientes projetados como cidades teria como principal objetivo atender às necessidades que são necessária para nós seres humanos, para D’incão (1997, p. 351) “O que temos é um simulacro de sociedade desenvolvida, onde as pessoas anseiam pela apropriação dos símbolos da modernização travestida de urbanização com seus equipamentos”. Tem como consequência disso a formação de bairros periféricos.

Segundo Mota (1999, p. 17) “O aumento da população e a ampliação das cidades deveria ser sempre acompanhado do crescimento de toda a infraestrutura urbana, de modo a proporcionar aos habitantes uma mínima condição de vida.” O que não acontece nas cidades, pois elas conseguem atender, na maioria das vezes, somente os centros urbanos com saneamento básico, educação, segurança dentre outras, já em lugares periféricos a ausência do Estado as vezes só aparece com a ação da polícia, o que pode ser entendido como uma ação muito tarde diante do agravamento social. Em uma análise dos bairros periféricos de Manchester Reino Unido, Engels Apud Sposito (1989, p. 67) descreve que “As casas são velhas, sujas e do tipo menor, as ruas são desiguais, cheias de buracos e em parte não calçadas e destituídas de canalização”. Lugar típico da periferia.

Esses problemas e visível em bairros periféricos de todas as cidades brasileiras, um problema social que deriva do processo de urbanização.

[...] os inúmeros "problemas" urbanos advindos da rápida industrialização incentivaram o comportamento individual e a separação espacial das classes sociais dentro da cidade: os bairros de pobres, os bairros de ricos... Ter uma residência individualizada cercada de espaços era sinal de prestígio social, só possível para os mais ricos. (SPOSITO, 1989, p. 68)

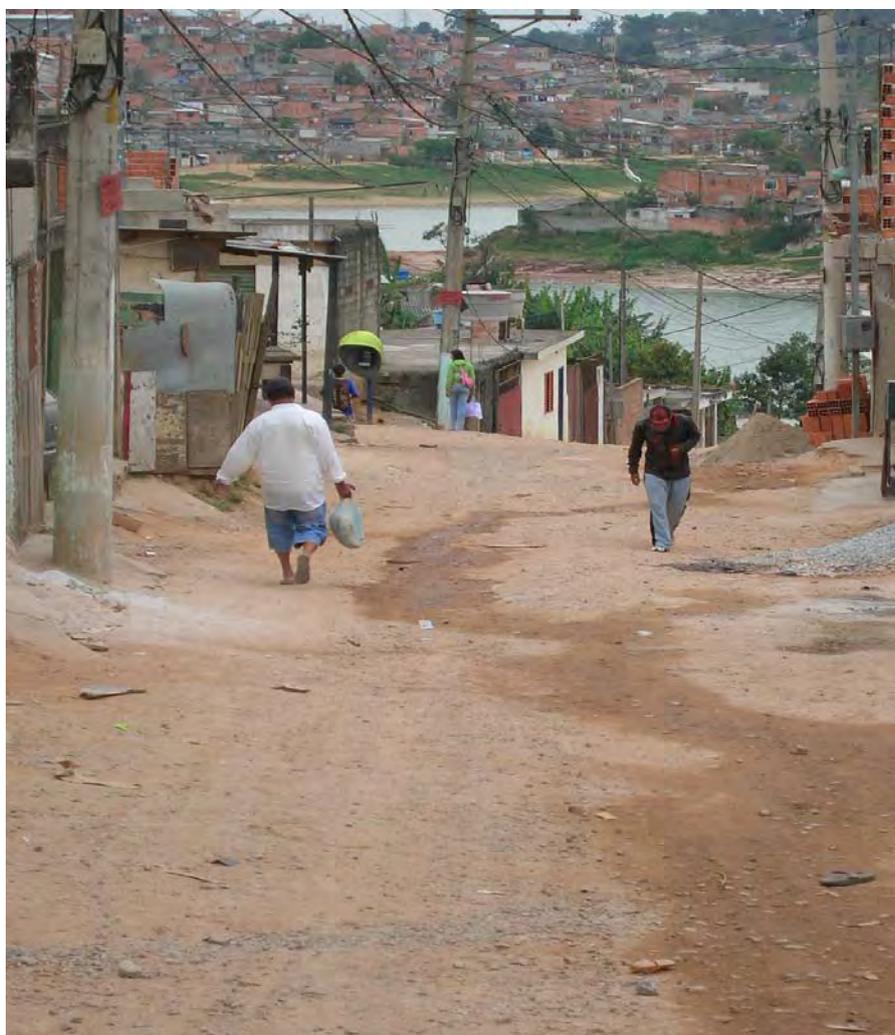
Uma problemática tipicamente das cidades, por não conseguir manter o domínio estrutural do meio urbano é as divisões locais, são claramente percebidas ao circular em bairros localizados nos recantos das cidades, as diferenças sociais aparecem junto com as desigualdades sociais e econômicas. O poder aquisitivo se agrava diante da grande ideologia capitalista. “A cidade moderna tende a expandir seus limites, criar novos bairros,



subúrbios e a periferia cresce indefinidamente, que podem dar origem a novas cidades”. (SILVA; MACÊDO, 2009, p. 07)

Como afirma Silva e Macêdo (2009) realmente as cidades crescem exorbitantes e não conseguem atender todas as necessidades urbanas, quando as cidades crescem elas se transforma em uma outra cidade que foge das respectivas da população e do controle governamental, situações como as da figura 02 é encontrado em várias partes do mundo, essa na figura 02 é a favela Cantinho do Céu, uma das muitas favelas existentes na cidade de São Paulo.

Figura 02: Favela Cantinho do Céu, Grajaú, Zona Sul, SP.



FONTE: Google imagens

Lugares como da figura 02, representa claramente o que é pobreza e mostra pessoas que sobrevivem dentro de um lugar que oferece muito pouco para a dignidade



humana, lugares esses é até entendidos como cidades, porém não tem infraestrutura de cidades, Noronha (2003, p. 382) diz que:

[...] podemos identificar como ausência do Estado em sua vertente redistributiva e uma face repressiva ambígua. Vemos que grande parte da ascensão das taxas de criminalidade nas cidades brasileiras é frequentemente atribuída à insuficiência de políticas sociais. Associado a isso, vem a ineficácia das instituições de prevenção e controle do crime, em especial nos espaços urbanos dos pobres.

A figura 02, é vulnerável ao crime, lugares iguais a esse que visivelmente mostra a falta de muitas coisas para ser reconhecida como cidades, são cidades que não oferece o mínimo de condições possíveis para a sobrevivência humana, cidades como essa são uma imaginação de cidade, pois não atende os modelos de cidades representada pela figura 01, as cidades iguais a da figura 02 são vítimas do próprio capital que promove a segregação das pessoas, são lugares que falta saneamento básico, saúde, educação o que na ausência de tais políticas públicas, o crime ganha espaços e resistências entre os moradores.

Os bairros precisam de estruturas diferentes, atenção regionalizada, ou seja, precisa de políticas que equipara as classes sociais, uma classe que se considera desigual progressivamente ira manter-se sob o poder de outras classes, caso o Estado não atenda as classes que vivem em subalternidade as práticas sociais continuarão a aumentar diante da ausência do Estado. As condições sociais do qual as poluições urbanas vivem tem efeitos gradativos não somente para a população local, mais também para toda a sociedade que depende do processo da construção social.

Burnett e Venâncio (2008) diz que o problema da segregação dos bairros deixa as cidades com grandes diferenças, diferenças visíveis entre o centro e os lugares nos recantos das cidades, esses considerados periféricos. É notório que nas cidades os centros recebem maiores investimentos, é no centro urbano que se valoriza e detêm a concentração das melhores escolas, melhores mercados, melhores lojas, ou seja, é no centro de qualquer cidade que a melhor infraestrutura é mantida com qualidades, nos centros urbanos a segurança pública atua com mais vigor, inclusive com mais atenção e responsabilidade.

Procede Burnett e Venâncio (2008, p. 13) que:

(...) finalmente será lograda a perseguida segregação social que, incapaz de se realizar nas áreas centrais da cidade, fará a classificação de áreas nobres e populares, através do zoneamento, programando e legislando sobre a separação espacial da população. Assim, enquanto as áreas litorâneas são mantidas fora do alcance dos mais pobres, o restante do novo território é ocupado por dezenas de bairros populares, surgidos às margens das inúmeras avenidas construídas no período.



Por não haver uma equiparação estrutural nas cidades os ambientes ganham características diferentes, meios mais desassistidos pelo Estado sofrem mais com vulnerabilidade social, os meios que fazem parte dos recantos urbanos sempre recebem os últimos benefícios de logística urbana e ainda com atrasos. Diante da não equiparação dos serviços prestados à população, os lugares assim tem como principal característica a desigualdade social.

Dentro os grandes problemas urbanos estão a má observação e fiscalização dos setores/órgãos que representam o Estado, assim não cumprem com suas finalidades, de acordo com Pereira (2008, p. 148)

O Estado é ao mesmo tempo uma relação de dominação, ou a expressão política da dominação do bloco no poder, em uma sociedade territorialmente definida, e um conjunto de instituições mediadoras e reguladoras dessa dominação, com atribuições que também extrapolam a coerção. Nesse contexto, o governo ganha persona própria, jurídica, separada tanto da persona física do governante quanto da instituição estatal.

Sendo o Estado um bloco de poder ou quem domina os blocos de poderes legalmente constituído, ele deve manter a atenção em toda a sociedade, já ele regula e faz mediação entre as instituições, a atenção deve ser de forma eficiente ao fazer uso dos recursos públicos, sabemos que a desigualdade social sempre estará presente em um sistema capitalista, porém o Estado não deve se ausentar, deve tentar resolver os problemas que são gerados em lugares considerados periféricos, pois se os problemas existem, sendo o Estado mantenedor de poderes supremos, então cabe a ele analisar e aplicar políticas públicas e políticas sociais que atendem com Equidade todos os setores/bairros urbanos.

Zanatta e Motta (2015) compreendem que os agravos sociais são inerente a própria humanidade, porém as formas para melhorar cabe ao Estado aplicar, nos bairros desassistidos os problemas se prosperam como um efeito dominó, ou seja, se faltar políticas que atendam com qualidade no momento presente, essa falta trará maiores problemas para o futuro, essa falta pode ser percebida em áreas como a saúde, educação, nos saneamento básico, segurança e outras.

Dentre as áreas supracitadas está a segurança pública infelizmente tem graves problemas em execução nos serviços, a sociedade vive apavorada em saber que as cidades apresentam hoje insegurança para a população. Os bairros periféricos não são eles os típicos causadores das violência urbana, mas são em lugares que sofrem com a vulnerabilidade social que os índices de práticas violentas tem maiores números, práticas essas que chamam atenção pelos altos índices que são provocadas até mesmo pelos jovens, os considerados jovens em conflito com a lei.



A sociedade carece de interação social, necessita de mais contatos interbairros para que as práticas consideradas irregulares são diminuídas, para Nóbrega (2010, p. 20)

A interação social é dependente de frágeis articulações, inconstantes, instáveis e temporárias em contínua e permanente elaboração no meio social comunitário, devidamente assimilada pelos atores locais que a utilizam para observar e interpretar as realidades em que vivem.

As mudanças que ocorrem na sociedade são parte da construção da mesma, um processo evolutivo com falhas e acertos no âmbito social, são ações que fazem parte de processos que englobam todos e todas. As transformações e logísticas nos meios urbanos devem necessariamente também observar as transformações constantes da sociedade, ou seja, um conjunto de políticas e ações que mantem o atendimento de acordo com o crescimento populacional é extremamente necessário para não permitir que pessoas vivem sempre em vulnerabilidade social. Manter sempre o foco na inclusão das classes sociais, trabalhar para que as políticas públicas e políticas sociais sejam discutidas entre as unidades governamentais ou não governamentais como as do segundo e terceiro setor, são uma ação Inter setorial para combater os problemas que emergem da ausência de políticas sociais e que pode agravar com problemas que resulta em violência no meio urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe ainda um aprofundamento na pesquisa para apontar as principais causas das desigualdades sociais e ainda enfatizar os maiores problemas urbanos, problemas como violência, pouco investimento na cultura, pobreza, educação dentre outros ocorridos nas cidades, pois as causas podem ser um conjunto de problemas sociais que se relacionam com renda, moradia, racismo e mais agravos que não são atendidos pelas políticas sociais e que prove a desigualdade social.

Diante disso conclui-se que se o Estado não investir em ações que reparam as estrutura dos bairros, se não impedir a segregação dos bairros o que provoca a periferia/subúrbios das cidades, tais consequências terão efeitos negativos para toda sociedade, pois os efeitos virão o mais cedo ou mais tarde, e na falta de ações que ampara e resolve os maiores problemas urbanos o Estado não conseguirá atender no futuro com políticas públicas, que dependera de um período curto de tempo.

REFERÊNCIAS

BURNETT, Frederico L.; VENANCIO, Marluce W. C. "Breve Perfil Histórico da Habitação Popular em São Luís". *In: São Luís, Ilha do Maranhão e Alcântara. Guia de Arquitetura e*



Paisagem. Sevilha: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008.

COSTA, Gilberto Pamplona da. **Mundo Geografia**, 2005. Disponível em: <<https://www.mundoedu.com.br/uploads/pdf/53a8822eae9ca.pdf>>. Acesso em 10 de Agosto 2017.

D'INCÃO, Maria Ângela. **Mulher e Modernidade na Amazônia**. Belém: CEJUP, 1997.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

Google, **imagens**. Disponível em: <<http://panorama.jll.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Planejamento-de-infraestrutura-urbana-%C3%A9-o-grande-desafio-para-tornar-as-cidades-brasileiras-mais-inteligentes.jpg>>. Acesso em 05 de Outubro 2017.

_____, **imagens**. Disponível em: <<http://genos.eco.br/cidade-favela-e-fluxos-o-caso-da-rocinha/>>. Acesso em 05 de Outubro 2017.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. **O processo de urbanização**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, ISBN: 978-85-99662-82-3. SciELO, 2008.

MOTA, S. **Urbanização e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: ABES, 1999.

NÓBREGA, Zulmira. **A Festa do Maior São João do Mundo: Dimensões Culturais da Festa Junina na Cidade de Campina Grande**. Universidade Federal da Bahia Faculdade de Comunicação Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Salvador, 2010.

NORONHA, Ceci Vilar. **Parte VIII - Qualidade de Vida: violência e saúde**. Violência, crime e pobreza na região metropolitana de Salvador: um velho tema revisitado. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, ISBN 85-7541-025-3. SciELO Books, 2003.

PEREIRA, P. A. P. **Política Social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. 3ª.ed. São Paulo: Edusp, 2008.

UGEDA JUNIOR, José Carlos. **Urbanização Brasileira, Planejamento Urbano e Planejamento da Paisagem**. In: Congresso do Meio Ambiente da AUGM. São Carlos: Edufscar, 2009. v. 5. Disponível em: <<http://www.ambiente-augm.ufscar.br/uploads/A2-151.pdf>>. Acesso em 12 de Agosto 2017.

VASCONCELOS. Pedro de Almeida. **Pobreza Urbana E A Formação De Bairros Populares Em Salvador Na Longa Duração**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 20, pp. 19 - 30, 2006. Disponível em: <http://www.geografia.ffiich.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp20/Artigo_Pedro.pdf>. Acesso em: 20 de Maio 2017.

ZANATTA, Elisângela Argenta, MOTTA, Maria da Graça Corso da. **Violência, Sob O Olhar De Jovens, Na Perspectiva Da Corporeidade E Da Vulnerabilidade**. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2015. Abr-Jun; 24(2): 476-85. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v24n2/pt_0104-0707-tce-24-02-00476.pdf>. Acesso em: 29 de Maio 2017.

**GT 07 A – Cidades e transformações do urbano na América Latina****NEOFAVELADOS: JOGOS DE DISTINÇÃO E LÓGICA DA EXCLUSÃO EM UMA
FAVELA URBANIZADA DO RIO DE JANEIRO**

Nicolas Quirion (IPPUR/UFRJ)¹
nicoquirion@gmail.com

RESUMO

Devido ao contraste que imprimem na paisagem da cidade moderna, as favelas do Rio de Janeiro se impuseram no sentido comum como o espaço de exclusão socioeconômico por excelência. Porém, no caso de determinados assentamentos situados em áreas valorizadas da cidade, as dinâmicas sociais e econômicas parecem cada vez mais emaranhadas com aquelas da cidade formal. A realização de grandes eventos internacionais acelerou a repercussão de fenômenos urbanos globais em certas favelas; e alguns desses bairros populares se tornaram atrativos para novos tipos de moradores, que tipificamos aqui como “neofavelados”. A presença desses indivíduos, frequentemente apresentados como gentrificadores, pode acarrear reestruturações das configurações sociais locais. Com base em observações empíricas, são colocadas considerações transescalares no tocante à relação indivíduo-território, estilos de vida e novas formas de segregação urbana.

Palavras-chave: favela, gentrificação, Rio de Janeiro, distinção, exclusão.

1. INTRODUÇÃO

No seio de uma cidade onde a circulação de bens, ideias e pessoas é fluida e intensa, o senso comum costuma atribuir às favelas uma série de características que as distinguem do resto do espaço urbano. Ora estigmatizadas como lócus de pobreza e violência, ora valorizadas enquanto incubadoras de culturas urbanas emergentes ou, ainda, categorizadas como territórios de sobrevivência de certo *habitus* comunitário, as favelas cariocas aparecem embrulhadas por um denso tecido de representações polifônicas; sejam

¹ Doutorando em planejamento urbano e regional.



elas produzidas pelas mídias, as artes, os discursos políticos, as narrativas nativas ou, também, as ciências sociais (VALLADARES, 2005). Receptáculos históricos dos excluídos produzidos pela sociedade pós-escravagista e pelo êxodo rural, as favelas nasceram à margem das dinâmicas do desenvolvimento urbano formal e da legalidade, mantendo ambivalentes relações para com os poderes públicos. Depois do abandono do ideal de erradicação que vigorou durante boa parte do século XX, com destruições particularmente numerosas durante a primeira parte da ditadura militar, as favelas passaram progressivamente a ser beneficiadas por um esforço incremental de urbanização, ao passo que lhes eram concedidas sérias garantias legais de permanência (GONÇALVES, 2013).

Com o decorrer do tempo, e sob os efeitos dos melhoramentos realizados tanto por parte dos próprios habitantes quanto das autoridades, certas favelas (ou pelo menos determinadas localidades dentro daquelas) foram adquirindo qualidades urbanísticas relativamente satisfatórias, podendo às vezes superar aquelas dos bairros populares periféricos ou de certos conjuntos habitacionais sociais². Sem surpresa, os assentamentos situados no coração da principal zona de concentração de riqueza da cidade, a Zona Sul, foram os que se beneficiaram (proporcionalmente) do maior esforço de urbanização (CAVALLIERI; VIAL, 2012: p.4). Por estarem situadas na vizinhança imediata de bairros nobres, com relativa facilidade de acesso às amenidades da centralidade (emprego, infraestruturas de saúde, de educação ou de lazer, patrimônio natural e cultural, etc.), o valor do mercado imobiliário informal em certas dessas favelas conheceu uma progressiva inflação, tanto para aluguel como para compra. Alvos principais da controversa política dita de "pacificação", certas dessas favelas experimentaram, em um primeiro momento, um melhoramento de certos indicadores de segurança (CANO, 2012). No entanto, a estabilidade e a eficácia desse processo estão hoje fortemente questionadas, com base na crise profunda que afeta o modelo de controle territorial pela força simbolizado pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP).

Em virtude de tácita convenção social, a moradia nos assentamentos populares informais, genericamente considerados como perigosos e insalubres, parece "vocacionalmente" reservada a pessoas de baixa extração social, e costuma ser fortemente repulsivos para categorias mais abastadas. Ora, de alguns anos para cá, a circulação e a instalação de novos indivíduos visivelmente oriundos de meios socioeconômicos relativamente elevados em algumas favelas situadas nas proximidades das centralidades urbanas do Rio de Janeiro (especialmente na Zona Sul, a mais valorizada econômica,

² Para refletir o resultado cumulativo desses esforços incrementais, a Secretária Municipal de Habitação do Rio de Janeiro adotou o uso de uma nova categoria: a "Comunidade Urbanizada".



cultural e simbolicamente) constituiu um fato chamativo, amplamente comentado pelos mais diversos observadores (GAFFNEY, 2013). Desde uma perspectiva liberal, esse fenômeno emergente deixou conjecturar uma ruptura para com o modelo de segregação em vigor no Rio de Janeiro, baseado na tradicional dicotomia entre “morro” e “asfalto”. Em contraste, uma crítica de inspiração mais social vislumbrou nessa progressiva integração das favelas pelo mercado um risco pela permanência dos moradores mais vulneráveis, no seio de assentamentos construídos pelos seus próprios esforços. Entre essa polarização ideológica fundamental e o aporismo imposto pelas escassas possibilidades de controle do mercado imobiliário em territórios onde o poder normativo da lei permanece fraco, poucos estudos se debruçaram (a nosso ver) sobre o aspecto empírico da questão desde uma perspectiva microssociológica.

Partindo desta constatação, o presente artigo se articula ao redor de duas perguntas principais:

- 1) Que fatores socioantropológicos podem repelir ou, ao contrário, favorecer a opção de moradia em favelas urbanizadas por parte de novos habitantes oriundos de um meio socioeconômico considerado como mais elevado?
- 2) Quais mecanismos de inclusão ou de exclusão podem ser revelados pela instalação de novos moradores em assentamentos informais populares dentro dos quais — não obstante uma aparenta homogeneidade — certas divisões estão previamente inscritas no território?

Longe de querer esgotar as questões em um texto tão breve, optamos por uma abordagem crítica do conceito de distinção elaborado por Pierre Bourdieu (1979) e por aplicar uma leitura localizada dos mecanismos de exclusão intracomunitários desvendados por Elias e Scotson (2000). Para levar a bem essa tentativa de operacionalização empírica das análises bourdieusianas e elisianas, ancoramos a nossa reflexão dentro de um recorte temporal e territorial limitado. Foram aqui mobilizados parte dos resultados obtidos em uma observação participante desenvolvida com base em uma residência de um ano na favela Pereira da Silva, situada entre Santa Teresa e Laranjeiras (QUIRION, 2015), e prolongada por visitas regulares que continuam até o dia de hoje. Em paralelo, trabalhos de campo ocorreram de forma regular em outras favelas das zonas Sul e Central da cidade. Apesar dos infinitos matizes que foram encontrados, determinamos que as observações e hipóteses tiradas do trabalho na favela Pereira da Silva podiam ter validade além do recorte micro-local em questão. Com base em entrevistas estruturadas e conversas informais, foi assim possível observar a partir desses lugares os efeitos de um momento muito particular do Brasil, que abrange a preparação e a realização da Copa do Mundo de Futebol, em junho e



julho de 2014, e das Olimpíadas de agosto de 2016. Com efeito, as intenções de acumulação de capital, fortemente incentivadas por esses tipos de eventos mundiais, se repercutiram também nas favelas.

2. A SEGREGAÇÃO TERRITORIAL DAS FAVELAS EM UMA PERSPECTIVA BOURDIEUSIANA

Tentaremos aqui entender alguns dos elementos que favorecem a persistência do opróbrio lançado sobre a favela pelas classes superiores. No nosso entendimento, a excepcionalidade da mobilidade de pessoas relativamente abastadas até as favelas não pode ser explicada unicamente pela falta de segurança atribuída a esses espaços: determinismos sociológicos também devem ser considerados. Com efeito, a representação da favela e dos seus moradores por parte do resto da população da cidade cristaliza tensões relativas à estratificação de uma sociedade profundamente desigual.

No Brasil, apesar dos progressos efetuados desde a democratização (e mais particularmente ao longo da última década), os indivíduos que se beneficiam de uma situação econômica elevada e consolidada, capaz de colocá-los em um patamar de conforto e de consumo comparável àquele alcançado pelos países mais ricos, continuam ocupando uma posição demograficamente minoritária³. Nessa configuração, se impõe para as camadas mais abastadas a necessidade de defender, seja de que maneira for, os privilégios associados a uma posição social diferenciada. A aquisição e a ostentação de bens de consumo, a opção por uma residência em bairros socialmente mais valorizados, a escolha de uma formação acadêmica ou de uma profissão socialmente valorizada, tanto quanto práticas culturais ou de lazer consideradas como sofisticadas, desempenham para essas categorias um potente motor de diferenciação no espaço social. No plano residencial, nas grandes cidades brasileiras, a preferência pelos condomínios fechados, particularmente notável entre as camadas superiores, revela um reflexo de autosegregação marcado pela intenção de se proteger não somente do crime endêmico, senão também da mera possibilidade de contato indesejável com os mais pobres (CALDEIRA, 2000).

Enquanto isso, a suposta “nova classe média” (NERI, 2010), constituída daqueles que ascenderam à classe de renda C na segunda metade da década de 2000, se encontra lesada pela fragilidade do seu estatuto recém-adquirido. Os seus membros sentem na carne

³ Em 2013, o conjunto das classes A e B representava menos de 30% da população do Brasil (Fonte: CPS/FGV a partir dos dados do PNAD/POF/PME/IBGE).



as ameaças que pairam em caso de desaceleração econômica. Existe assim comumente por parte desses indivíduos uma vontade marcada de privilegiar o contato com as camadas sociais mais altas, o que pode favorecer em consequência uma tendência a querer se distinguir, ora dos seus pares, ora daqueles que ficaram associados às categorias ainda mais baixas. Para Jessé de Souza (2010) esse estrato social constituído de “batalhadores” mobiliza através de diversas estratégias um esforço considerável a fim de conseguir um objetivo essencial: “escapar da ralé”⁴.

Voltando à análise bourdieusiana, entendemos que, tanto por parte da elite econômica quanto dos “batalhadores”, está em ação um jogo de distinção, dinamizado principalmente pelo medo da degradação social. No caso específico do Rio de Janeiro, as relações de dominação socioeconômicas encontram uma materialização emblemática no espaço urbano através da dicotomia imediatamente perceptível (e inúmeras vezes comentada) entre “asfalto” e “morro”. Os habitantes dos assentamentos pobres foram relegados pelos dominantes a uma condição de alteridade e de subalternidade radicais, territorializando de forma particularmente nítida a questão da pobreza urbana.

Para Bourdieu (1997), o lugar ocupado no espaço social indica uma posição no seio de uma ordem, que pressupõe a distinção e a imposição de uma distância em relação aos que ocupam posições inferiores. Desde a demolição dos cortiços no âmbito da reforma Pereira Passos no início do século XX, até o ideal de remoção das favelas durante a ditadura militar, passando pela truculência policial e as mais diversas discriminações que atingem até hoje os moradores de favelas, é possível distinguir os esforços de uma elite em prol de uma reafirmação da distância social que a separa dos habitantes de territórios geograficamente próximos. Se por um lado a elite brasileira soube estabelecer ao longo da história do país um modelo singular de relações assimétricas (tanto econômicas como culturais) com as suas populações marginalizadas; por outro, a violência da segregação e da repressão policial que atinge os moradores de certas zonas urbanas precárias também parece sem comum medida no plano internacional⁵.

3. OS DISTINTOS PARADIGMAS DA DISTINÇÃO

⁴ Segundo as palavras utilizadas pelo filósofo e teórico social brasileiro Roberto Mangabeira Unger no prefácio à obra de Souza (2010).

⁵ Segundo a ONG Human Right Watch “A taxa de homicídios cometidos por policiais no Rio foi de 3,9 para cada 100.000 habitantes em 2015, quase cinco vezes maior do que a taxa sul-africana, de 0,8 homicídios para cada 100.000 habitantes e quase 10 vezes maior do que nos Estados Unidos” <https://www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/brazil0716portweb_5.pdf>



A circulação de indivíduos de médios socioeconômicos relativamente elevados dentro das favelas cariocas tem sido rara por causa do medo à violência e dos reflexos de evitamento do contato com as classes populares, fatores que se alimentam um ao outro. No entanto, em anos recentes, o turismo ofereceu uma via paradoxal e fortemente controversa em favor da valorização simbólica desses espaços. Em contraponto ao universo estandardizado das zonas nobres, a favela surge, com as suas características sui generis, como uma manifestação paroxística de “autenticidade” que costuma exercer certa fascinação nos visitantes vindos de outras regiões ou outros países. Afirmações como “os verdadeiros cariocas vivem nos morros”, ou “a cultura do Rio vem da favela” são clichês batidos, integrados de maneira funcional às narrativas exploradas pelos mais diversos atores e com as mais diversas intenções. A extensão das fronteiras do turismo às favelas no Rio de Janeiro já foi objeto de vários estudos (FREIRE-MEDEIROS, 2009; MORAES, 2017) e costuma causar desconforto na opinião pública, por ser percebida como uma fetichização da pobreza. Mas, como deve ser apreendida a questão da escolha — aparentemente muito mais radical — de uma residência no próprio âmbito da favela por parte de pessoas consideradas exógenas a esse sistema social? Como esses indivíduos que optam por viver na favela (temporariamente ou em longo prazo) lidam com a apropriação do espaço e do imaginário que carrega?

Focaremos sobre um tipo de morador de favela que deve ainda ser considerado como nitidamente marginal e que chamaremos doravante de “neofavelado”, em oposição aos moradores tradicionais. Segundo uma primeira definição mínima formulada durante o trabalho etnográfico realizado no morro Pereira da Silva, os “inabituais” novos moradores da favela carioca seriam indivíduos considerados como de classe média ou média alta, com ensino superior completo ou em curso, e que efetuaram uma mobilidade residencial recente até a favela (uma zona menos valorizada, econômica e simbolicamente, do que aquela da qual provêm). Realizaram desse jeito uma mudança de territorialidade socialmente considerada como “de alto para baixo”. Essa escolha chama a atenção, pois estamos considerando indivíduos que, a priori, não têm um histórico residencial (pessoal ou familiar) ligado à favela e poderiam, aparentemente, pagar o preço de uma vivenda em um bairro formal. Em diversas zonas da cidade, é de fato possível observar um fluxo contínuo, dinâmico e intenso de estudantes e jovens trabalhadores “de classe média” que se estabelecem dentro de certas favelas. Essa modalidade de moradia lhes permite aproveitar dos preços sensivelmente mais baixos dos alugueis, morando nas proximidades das amenidades urbanas e driblando ao mesmo tempo as dificuldades burocráticas que se apresentam na cidade formal na hora de alugar uma vivenda. As mídias e os discursos



habituais designaram os agentes não brasileiros como mais propícios a se encaixarem nessa tipologia (GAFFNEY, 2013); o que pôde ser verificado de maneira empírica no campo, onde a conseqüente presença de “gringos” é um fato facilmente observável e bem conhecido dos moradores tradicionais. Porém, ficou evidente que a grande maioria desses estrangeiros realiza apenas uma passagem transitória nesse território. Essa experiência é geralmente vivida como positiva, pois existem nas favelas “um calor humano” e sociabilidades mais intensas do que no resto da cidade, como manifestaram a maioria dos informantes.

De fato, nas entrevistas conduzidas com neofavelados (estrangeiros ou não), apareceu em muitos casos que essa escolha residencial não se devia exclusivamente à racionalidade econômica (procura de alugueis ou bens imobiliários mais baratos), mas era motivada pelo desejo de se integrar a uma dinâmica social percebida como diferente: mais “humana” e “autêntica”. Essa constatação permitiu estabelecer que as escolhas residenciais em questão eram orientadas por um sentido construído em relação a outrem, e determinadas em função de um sistema de valor peculiar — podendo, destarte, ser objeto de uma atenção sociológica.

O tipo ideal do neofavelado corresponde segundo as nossas observações a um perfil de pessoa que prioriza modalidades de consumo não associadas à aquisição de bens materiais, tais como viagens e saídas. No que diz respeito ao padrão residencial, os neofavelados parecem ter aberto mão (pelo menos nessa fase das suas vidas) de códigos de distinção próprios ao médio social do qual eles provém. No entanto, o acesso às centralidades urbanas e suas amenidades (cultura, lazer, etc.) constitui uma prioridade. Representativos de certa juventude urbana descolada, boêmia e de mente aberta, parecem ter superado certos bloqueios que mantêm duravelmente afastadas das favelas a maioria das pessoas que não vivem nelas. A relativa degradação das suas situações econômica por causa do forte aquecimento do mercado imobiliário no Rio de Janeiro em anos recentes limitou o acesso deles ao mercado residencial de qualidade superior. Porém, não parecem viver essa situação como socialmente degradante e declaram, habitualmente, certa satisfação de morar em uma favela, com um nível de conforto não forçosamente inferior ao que conheceram em bairros formais.

Se um desejo de distinção decorrente do medo da degradação social constitui um dos fatores que mantem as classes favorecidas brasileiras longe das favelas, poderíamos contrapor a segurança relativa enquanto a um estatuto consolidado de classe média, que



constitui uma “norma” para certos indivíduos, em particular aqueles oriundos de países que são (segundo os critérios ortodoxos) economicamente mais avançados⁶. O descompasso que parece existir em relação às representações sobre a favela poderia, segundo essa linha de análise, refletir o leque de gostos e valores socialmente produzidos por meios e sociedades distintamente particularizados. Bourdieu (1979) vinculou de maneira assaz rígida as inclinações por determinadas práticas culturais e de consumo à estratificação que observou na sociedade francesa da segunda metade do século XX. Segundo ele, no jogo relacional da distinção “o bom gosto é quase sempre o desgosto dos gostos dos outros”⁷ — e, mais particularmente, dos gostos das classes populares, cuja cultura é considerada como não-legítima. No entanto, trabalhos mais recentes tendem a oferecer novos desdobramentos às suas conclusões. Notadamente, o sociólogo Bernard Lahire (2004) propõe a hipótese segundo a qual, nas sociedades contemporâneas dos países de capitalismo avançado, os gostos culturais e os estilos de vida seriam antes caracterizados por um pertencimento a múltiplos círculos e subgrupos. Essa fragmentação identitária tenderia a implantar no referencial do indivíduo sistemas de pensamento, de percepção e de disposição mais complexos, qualificados por Lahire de “dissonâncias culturais”. Como parte da tensão que existe na vontade de distinção social, existiria, por conseguinte, uma tendência a querer se distinguir dos próprios critérios de distinção habituais dentre do grupo ao qual pertence primariamente o agente. No âmbito desse sofisticado jogo social, as subculturas e os estilos de vida populares deixariam assim de ser sistematicamente estigmatizados; ao contrário se tornariam fonte de interesse e, às vezes, de cobiça. A qualidade do indivíduo distinguido seria a partir desse momento revelada pela sua capacidade a transitar naturalmente no meio de uma paisagem eclética, formada de práticas culturais e estilos de vida variados. Sem que essa vadiagem ameaçasse um estatuto social consolidado, muitas vezes herdado das gerações precedentes e protegido por um sistema de previdência ainda relativamente eficaz.

Como o vimos antes, a elite carioca apresenta uma tendência a autossegregação que se materializa pela preferência dada aos condomínios residenciais fechados. Nesses espaços, as classes consideradas como inferiores circulam também, mas ficam relegados

⁶ Precisamos aclarar nessa etapa que as classes médias e médias baixas dos países considerados como “mais avançados” no caminho de um desenvolvimento ortodoxo experimentam também de maneira tendencial a ameaça da degradação social. Em particular, nos anos recentes, turbulências econômicas têm alimentado nas sociedades ocidentais fortes tensões sociais, reflexos xenofóbicos violentos e acirrados conflitos políticos que traduzem a profunda complexidade do “viver juntos” em sociedades multiculturais, colocando em questão a representação de homogeneidade relativa que se tem habitualmente delas. No entanto, as entranhas dessas sociedades não constituem o objeto do presente estudo e, portanto, não aprofundaremos o assunto.

⁷ Tradução livre a partir do original em francês “Le goût est presque toujours le dégoût du goût des autres” (BOURDIEU, 1984, p. 215)



ao exercício de papéis subalternos, como evidencia a presença de porteiros, zeladores e diversos empregados majoritariamente de pele escura; fato que evidencia a persistência na sociedade brasileira de estruturas herdadas da escravidão. A complacência da elite urbana brasileira na manutenção de modos arcaicos de dominação social pode ser objeto de um julgamento severo, já que revela estratégias de diferenciação social claramente afirmadas, que podem ser identificadas como uma imperdoável “falta de bom gosto”. Com efeito, para Bourdieu, a objetivação da intenção de distinção constitui uma manifestação do vulgar, denunciando e evidenciando a insegurança de categorias recentemente elevadas a uma condição social superior.

4. OS EFEITOS SOBRE O TERRITÓRIO: UMA GENTRIFICAÇÃO EM CURSO?

A vinda às favelas de indivíduos mais abastados a fins residenciais não vai sem despertar a preocupação de certos atores locais e observadores externos, que veem nessa aproximação uma ameaça à permanência dos mais frágeis em setores às vezes fortemente valorizadas da cidade, colocando em xeque o direito à cidade dessas populações. Nesse sentido, foi acionado nos últimos anos o conceito de gentrificação pela imprensa, alguns pesquisadores e certa crítica política para tipificar as mutações observadas em algumas das favelas mais "privilegiadas" do Rio de Janeiro; consagrando o morro do Vidigal como caso exemplar. Comentou-se que os recém-chegados adquiriam casas, realizavam obras de melhoramento e exploravam o lugar pelo aluguel de apartamentos ou propondo novos serviços (bar, hotéis, galerias de arte, etc.), correspondendo desse jeito ao perfil típico de “pioneiros” de um processo de gentrificação em curso. Essa dinâmica foi então regularmente denunciada como aceleradora do processo de “remoção pelo mercado” denunciado por Neil Smith (1996) como a principal arma da “cidade revanchista”. Segundo essa leitura, a chegada de novos moradores mais abastados em um bairro pobre (via locação ou compra de bens imobiliários) contribuiria ao aumento dos preços e, in fine, à expulsão mecânica dos residentes mais frágeis até periferias longínquas. Por outra parte, a presença acrescida de categorias socioculturais superiores no âmbito de um bairro popular ou tradicional provocaria uma temível homogeneização dos modos de sociabilidade e de consumo, destrutora das práticas e culturas preexistentes.

No campo, como já foi mencionado, é efetivamente possível observar fluxos dinâmicos de visitantes e residentes de classe média (incluindo um número relativamente importante de estrangeiros) que, às vezes, terminaram comprando bens imobiliários na própria favela. Se a realidade dessa presença é palpável, a falta de dados quantitativos



fiáveis impede pelo momento medi-la de outra forma que através das apreciações e percepções diferenciadas que cada um tem do fenômeno⁸. Além disso, pesquisas acadêmicas recentes (CUMMINGS, 2013; BONAMICHI, 2016; RIBEIRO, T. F., 2017) ressaltaram as dificuldades que existem em encaixar as evoluções das favelas cariocas dentro de um marco conceitual projetado para estudar dinâmicas próprias dos países onde o termo “gentrificação” foi cunhado (tipicamente, os países da Europa ocidental e os Estados Unidos). Simples fatores objetivos e materiais, tais como a instabilidade da situação securitária, a ausência de regularização fundiária e a existência de um estoque limitado e dificilmente aumentável de imóveis podendo oferecer condições de conforto ótimas são suficientes para conjecturar que as favelas continuarão duravelmente repulsivas pelas classes mais abastadas, que podem (no estado atual das coisas) pagar o preço de uma residência em outro lugar.

5. EXCLUSÃO DOS RECÉM-CHEGADOS POBRES

Durante a observação participante em Pereira da Silva, foi possível estabelecer que a percepção dos moradores tradicionais sobre os turistas e neofavelados que visitavam ou se instalavam na favela era, na maioria dos casos, globalmente positiva. “Dá valor ao morro” e “a favela fica bem vista” eram reflexões comuns na hora de avaliar o impacto da presença de novos habitantes, que todos identificavam espontaneamente como “gringos”.

No entanto, em paralelo dos fluxos de turistas e da instalação de neofavelados, principalmente na parte alta do morro (a mais favorecida), certos habitantes tradicionais costumavam se queixar da chegada de novos moradores pobres, que continuavam se instalando na parte baixa da favela (a mais precária), a um ritmo considerado importante. Sem que haja sido possível presenciar algum tipo de ato discriminatório, os recém-chegados pobres eram geralmente alvos nos discursos de certa hostilidade por parte dos moradores mais antigos. Nomeadamente, a parte da favela onde as famílias menos favorecidas se amontoavam era pejorativamente chamada de “Complexo dos Paraíbas”, o que não deixa de surpreender dado que, de fato, grande parte dos moradores do conjunto da favela (inclusive os estabelecidos de longa data), eram igualmente oriundos da região nordestina. Segundo as próprias palavras da presidenta da associação de moradores, entrevistada em relação a esse tema:

⁸ Retomando a premissa geralmente admitida que esses “gentrificadores” seriam na sua esmagadora maioria estrangeiros, perguntamos a responsáveis do IPP e do SMH se existia alguma variável de nacionalidade nos diferentes censos levados a cabo nos aglomerados subnormais e nas comunidades urbanizadas cariocas, obtendo uma resposta negativa por parte de ambas as instituições.



Hoje em dia, nos ganhamos nordestinos demais, com quem não há parceria. Eles não têm essa preocupação da união, sabe, é cada um por si. Isso piorou muito, muito mesmo. As pessoas já vêm com costumes de outros lugares, o problema é esse. Se não têm o costume, o hábito de limpeza, de cuidado...

Esse “opróbrio da imundície” (ELIAS, 2000) ligado aos recém-chegados pobres era recorrente nas falas dos moradores mais antigos. Em contraste, esses habitantes das partes mais consolidadas da favela insistiam na faculdade que eles mesmos supostamente tinham de organizar com regularidade mutirões de limpeza. O cuidado e a higiene eram constantemente mobilizados (como que em resposta ao estigma injustamente vinculado às favelas em geral) para o auto-enaltecimento do grupo dominante, tornando-se o elemento central do seu carisma grupal.

Semelhantemente ao que descreveram Norbert Elias e John L. Scotson em “Os Estabelecidos e os outsiders” (2000), os recém-chegados pobres da favela Pereira da Silva podiam ser vistos como vítimas de um “racismo sem raça”. No estudo, realizado durante os anos 1950 em uma pequena cidade do sul da Inglaterra, de nome fictício Winston Parva, os científicos não constataram diferenças significativas de nacionalidade, ascendência étnica, cor, renda, ocupação o nível educacional entre os residentes de duas das três zonas que estudaram. No entanto, uma das zonas, constituída dos moradores mais antigos (os estabelecidos) mantinha uma coesão baseada no seguimento “das normas comuns capazes de induzir à euforia gratificante que acompanha a consciência de pertencer a um grupo de valor superior, com o desprezo complementar por outros grupos” (Ibid., p.21). Ao contrário, os recém-chegados (os outsiders) eram estigmatizados, nomeadamente através das fofocas que circulavam e com as quais “o grupo estabelecido tende a atribuir ao conjunto do grupo outsider as características ‘ruins’ de sua porção ‘pior’ — de sua minoria anômica”. Em contraste, “a auto-imagem do grupo estabelecido tende a se modelar em seu setor exemplar, mais “nômico” ou normativo — na minoria de seus ‘melhores’ membros” (idem).

A configuração social do “Nós” e dos “Eles” constitui por conseguinte o alicerce sobre o qual se desdobra a lógica da exclusão. Contudo, como vimo-lo, na favela Pereira da Silva, nem todos os recém-chegados eram mal recebidos. Efetivamente, os moradores “estabelecidos” não pareciam conceber os turistas e neofavelados como uma ameaça à coesão da comunidade e aos seus valores. Posseiros das suas casas e pouco dispostos a cedê-las, não pareciam tampouco temer a “remoção branca”, vaticinada pelos que agitam o



espectro da gentrificação nas favelas cariocas. Observadores incansáveis das suas vielas, em constante comunicação uns com os outros através de múltiplos ritos de convivência, interiorizaram provavelmente o caráter transitório da presença dos estrangeiros. Segundo as nossas conclusões, turistas como neofavelados eram apreendidos como uma interessante fonte de renda potencial, seja através do estímulo que provocam no comércio local, da mão de obra à qual recorrem pela execução das mais diversas tarefas, ou ainda dos imóveis que alugam ou compram. Além disso, a simples presença deles parecia ser percebida como permitindo a “valorização” da favela, através principalmente da reabilitação da sua imagem. O aspecto afetivo obviamente não podia ser deixado de lado, e a esse título os indivíduos exógenos à realidade da favela costumavam ser apreciados em função das trocas culturais, dos momentos festivos, das amizades ou ainda das experiências eróticas⁹ que podiam proporcionar.

Em resumo, na Pereira da Silva, os “gringos” e neofavelados desempenhavam pelos moradores mais antigos — os estabelecidos — um papel de recurso, de trunfo, que podia ser mobilizado para obter um eventual avanço das suas posições no jogo social local. O legado de capital econômico tanto como cultural que “os de fora” podiam deixar despertava sem dúvida um interesse marcado por parte do conjunto dos moradores da favela, mas apenas os mais favorecidos conseguiam habitualmente usufruir dos benefícios desses. Com efeito, a presença de turistas e neofavelados era concentrada na parte melhor urbanizada da favela, onde vivem também os moradores dos grupos dos “estabelecidos”.

6. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora esteja em refluxo desde o final dos grandes eventos e por causa da deterioração das condições de segurança (relacionada à profunda crise do modelo conhecido como “pacificação”), a presença de neofavelados em certas favelas cariocas parece ter deixado uma sedimentação importante. Mas, de qualquer forma, o aspecto quantitativo do problema não deveria de ser considerado primordial. Um dos fatores que motivou essa pesquisa foi justamente relevar o fato que a presença “estrangeira” em determinadas favelas suscitava comentários (por parte da imprensa, dos intelectuais ou até dos próprios moradores) fortemente desproporcional a sua importância real; confirmando que era mais relevante tratar da questão através dos seus aspectos simbólicos.

⁹ A propósito desse último item, cabe mencionar que — em uma destacável inversão do paradigma colonial — a acessibilidade sexual atribuída à mulher “gringa” era fonte de grandes expectativas por parte da população masculina da favela, lugar onde os “casos” entre moradores são refreados pelo poder quase onisciente da fofoca.



As favelas próximas às centralidades no seio de uma cidade mundial como o Rio de Janeiro são aqui consideradas um laboratório que permite vislumbrar fenômenos urbanos emergentes. As políticas urbanas e as lógicas de mercantilização da cidade que atingiram a capital fluminense como um todo, inclusive as suas favelas, podem contribuir a alisar paulatinamente as asperezas que mantiveram determinadas zonas em uma situação de quase confinamento; ocasionando uma intensificação das relações de interdependência entre os diferentes grupos sociais que compõem a metrópole globalizada. Ao perceber o emaranhamento do formal e do informal, identificando os vetores que atravessam esse registro binário da cognição sobre a cidade brasileira, parece possível atingir uma melhor compreensão de situações sócio-urbanas mais abrangentes.

No entanto, ao examinar o caso desses territórios informais — dotados de características arquitetônicas, urbanísticas, jurídicas e sociais *sui generis* — é preciso redobrar de cautela na absorção da leitura internacional sobre o fenômeno de gentrificação. Se, em pano de fundo, as questões do desenvolvimento (e sua contrapartida em um sistema neoliberal: o subdesenvolvimento) aparecem bastante nitidamente nas recentes evoluções que conheceram algumas favelas da Zona Sul do Rio de Janeiro; a expulsão a grande escala dos mais pobres e sua substituição por indivíduos mais abastados não parece constituir um risco iminente. Porém, os progressos urbanísticos e sociais observados em determinadas localidades — ocupadas pelos moradores estabelecidos e (marginalmente) pelos neofavelados — poderia ter como corolário o desenvolvimento acrescido de “sub-favelas” nos mesmos assentamentos; com ofertas de alojamento locativo de muito baixa qualidade a fim de responder às imperiosas necessidades dos trabalhadores pobres — os outsiders. As conclusões provisórias da pesquisa apontam assim para um reforço das dinâmicas de exclusão no próprio âmbito das favelas engajadas em um processo de urbanização avançado e de integração progressiva à cidade formal, devido à existência de configurações sociais que reproduzem, na escala micro, a estrutura socioespacial desigual e excludente das grandes cidades capitalistas.

REFERÊNCIAS

- BONAMICHI, Nayana Corrêa. **Favela on sale: regularização fundiária e gentrificação de favelas no Rio de Janeiro**. Dissertação (mestrado) – IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. Efeitos do Lugar. In: Bourdieu, P. (coord.) **A Miséria do Mundo**. Petrópolis : Vozes, 1997.



_____. **La Distinction, critique sociale du jugement.** Paris: Editions de Minuit, 1979.

_____. **Questions de sociologie.** Paris: Editions de Minuit, 1984.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Editora Edusp, 2000

CAVALLIERI, Fernando; VIAL, Adriana. Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no censo 2010. **Coleção estudos cariocas.** N° 20120501, IPP/Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 2012.

ELIAS, N.; SCOTSON, John L. – **Os Estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **Gringo na laje: produção, circulação e consumo da favela turística.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

GAFFNEY, Christopher. Forjando os anéis: a paisagem imobiliária pré-olímpica no Rio de Janeiro. **Revista Eletrônica de Estudos Urbanos – E-metropolis.** São Paulo, n. 15, ano 4, pp. 15-29, 2013. Disponível em: <http://www.emetropolis.net/download/edições/emetropolis_n15.pdf>. Acesso em: 29/06/2017.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro. História e direito.** Rio de Janeiro: edições PUC, 2013.

LAHIRE, Bernard. **La Culture des individus. Dissonances culturelles et distinction de soi.** Paris: La Découverte, 2004.

NERI, Marcelo Côrtes (Coord.). **A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres.** Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

MORAES, Camila Maria dos Santos. Um tour pela expansão das fronteiras da favela turística. **Anais II UrbFavelas.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

QUIRION, Nicolas. **Les favelas des zones centrales de Rio de Janeiro, entre marginalité, ascension sociale, tourisme international et gentrification.** 142f. Dissertação (mestrado) — Universidade Rennes II, Rennes, França, 2015.

RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo. Gentrificação nas favelas cariocas? **Anais II UrbFavelas.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

SMITH, Neil. **The New Urban Frontier. Gentrification and the Revanchist City.** Londres: Routledge, 1996.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: Nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela - Do mito de origem a favela.com.** Rio de Janeiro: edições Fundação Getúlio Vargas, 2005.

**GT 07 – Cidades e transformações do urbano na América Latina.****A (RE) PRODUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL URBANA: O CASO DA ZEIS ÁRVORES VERDES EM TERESINA-PI**Msc. Edmundo Ximenes Rodrigues Neto (UFPI)¹edmundouespi@hotmail.comDra. Antônia Jesuíta de Lima (UFPI)²a.je.l@uol.com.brDra. Bartira Araújo da Silva Viana (UFPI)³bartira.araujo@ufpi.edu.br**RESUMO**

O presente texto examina o caso da ZEIS Árvores Verdes em Teresina-PI no sentido de compreender sua particularidade em termos de localização do ambiente construído para atender famílias de baixa renda. Subsidiado pela literatura nacional e local sobre questão urbana, dados oficiais e imagéticos, foi possível constatar a incorporação distorcida das normas urbanísticas existentes no âmbito do arcabouço jurídico-político urbano regulamentado pelo Estatuto da Cidade implicando na reprodução da desigualdade socioespacial urbana.

Palavras-chave: Espaço urbano; Direito à cidade; Estatuto da Cidade; ZEIS; Desigualdade socioespacial.

1. INTRODUÇÃO

A aprovação do Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257/01 (BRASIL, 2001), que fixa parâmetros para a aplicação do capítulo de política urbana da Constituição de 1988, se constitui num suporte jurídico/institucional que assegura direitos urbanos, definindo princípios e instrumentos que estipulam mecanismos de efetivação da função social da cidade.

Entre os vários instrumentos urbanísticos presentes no Estatuto da Cidade, destacam-se as Zonas Especiais de Interesse Social, que é um zoneamento dentro do qual se admite aplicação de regras especiais de uso e ocupação do solo em assentamentos de baixa renda, tendo como foco a efetividade do direito à moradia. A efetivação deste instituto tem potencial de assegurar o acesso à terra legal e urbanizada, alterar padrões urbanísticos destinando habitação de interesse social em áreas valorizadas ou retidas para valorização (BUENO, 2012).

¹ Mestre em políticas públicas pela UFPI, aluno de doutorado do mesmo programa. Professor de História da UESPI.

² Doutora em Ciências Sociais pela PUC/SP. Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Estudos em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí.

³ Doutora em Geografia e Meio Ambiente – TROPEN/UFPI. Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Professora de Geografia da UFPI.



A existência das ZEIS antecede a Constituição de 1988, como nos casos de Recife e Belo Horizonte. Sua implementação estava vinculada, sobretudo a programas de regularização fundiária. Tais experiências foram consideradas inovadoras por reconhecerem assentamentos populares e informais como legais. Na década de 1990, municípios paulistas como Santos, Diadema e Santo André passaram também a fazer uso deste instrumento (FERREIRA; MOTISUKE, 2012).

Com a promulgação do Estatuto da Cidade e a nova política urbana, construída a partir da criação do Ministério das Cidades, Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 (BRASIL, 2003), as ZEIS vêm sendo regulamentadas e incentivadas como um instrumento a ser adotado pelos municípios brasileiros para cumprimento da função social da cidade e da propriedade.

A Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, define ZEIS como “[...] parcela de área urbana instituída pelo Plano Diretor ou definida por outra lei municipal, destinada predominantemente à moradia de população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo” (BRASIL, 2009).

Segundo documento do Ministério das Cidades (BRASIL, 2009), que orienta a implantação desse instrumento nos municípios, existem as ZEIS de áreas ocupadas por assentamentos precários destinados a ação de regularização fundiária e urbanística e as ZEIS de áreas vazias ou subutilizadas com destinação predominante para a produção de Habitação de Interesse Social. A implantação de ZEIS em áreas vazias próximas de áreas mais centralizadas com infraestrutura se constituía como umas das ações mais consistentes no direito à cidade, pois significaria enfrentar a especulação fundiária para fins sociais.

Avaliação sobre a implantação de Plano Diretor (PD) no país (SANTOS JUNIOR; MANTANDOR, 2011), aponta para a evolução na incorporação das ZEIS nos PDs municipais, que passaram de 403, em 2005, para 991, em 2009, evidenciando, assim, um incremento de 145%. Apesar de a ZEIS ter sido o instrumento mais presente nos planos, em relação aos demais dispositivos associados à questão urbana (81%), menos da metade não definiu a sua localização espacial. Nos casos de delimitação das áreas, constatou-se que, na maioria dos PDs, tratava-se de regulamentação de assentamentos precários já consolidados, enquanto poucos delimitaram ZEIS vazias, destacando-se, entre elas, cinco cidades em SP, duas no RN, uma no RJ e uma PI.

Segundo Ferreira e Motisuke (2012), a delimitação de ZEIS em áreas vazias tem o potencial de garantir um estoque de terras para provisão habitacional e uma contenção dos



valores fundiários. Entretanto, é pouco utilizada devido a pressões de setores do mercado imobiliário ou de proprietários para que não sejam demarcadas.

Entre 2007 e 2012, em Teresina, capital do estado do PI, foram criadas seis ZEIS, destas, quatro ocupações consolidadas: Parque Brasil, Copagre e Embrapa, na zona norte, e Jerusalém, na zona sul; duas foram criadas como ZEIS vazias para produção de habitação de interesse social ZEIS Nova Brasília, na zona norte, e ZEIS Árvores Verdes, na zona leste; essa última chamou a atenção porque foi implantada numa pequena faixa de terra no limite do perímetro urbano, na fronteira com a zona rural, abrigando 717 famílias.

Com efeito, o presente artigo examina o caso da ZEIS Árvores Verdes no sentido de compreender sua particularidade em termos de localização do ambiente construído para atender famílias de baixa renda, inclusive como constrangedora de normas urbanísticas existentes no âmbito do arcabouço jurídico-político urbano regulamentado pelo Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001).

2. ABORDAGENS SOBRE A DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL URBANA NAS CIDADES BRASILEIRAS

O processo de urbanização experimentado pelas cidades brasileiras, sobretudo a partir de 1950, com intenso e desordenado crescimento, contribuiu para que a organização espacial refletisse a produção capitalista do espaço: um ambiente social, desigualmente apropriado e construído. Como produto mais problemático deste processo, Maricato (2003) destaca a cidade ilegal representada pela contínua expansão dos assentamentos precários e informais a exemplo de loteamentos irregulares ou clandestinos, cortiços, favelas e habitações subnormais.

Estudos como de Rolnik (1997), Maricato (2002) e Villaça (2012) evidenciam que a ilegalidade persistente em grande parte do espaço citadino e os problemas urbanos não devem ser imputados simplesmente pela ausência de legislações ou planejamentos urbanos, mas compreendida no âmbito das relações de desigualdade sociais, políticas e econômicas vigentes no Brasil. Na verdade, a aparente ineficiência e desuso das normas urbanas, se revelam como instrumento político, ideológico e econômico, eficaz para manutenção de uma ordem social desigual no espaço citadino expresso pela coexistência do espaço legal e ilegal.

Rolnik (1997), chama atenção que não se deve entender o “ilegal” apenas associado aos cortiços e favelas, pois dentro das formas e práticas ditas legais, encontram-se grandes desequilíbrios urbanos, a própria ambiguidade da legislação ou sua forma de aplicação, consente e promove o “ilegal”, reproduzindo a desigualdade social vigente.



Para Maricato (2003) a legalidade e a ilegalidade urbana não se constituem em um universo paralelo, mas mediante uma realidade complexa expressa na ambiguidade e no ato discricionário entre o legal e o ilegal, atravessando a sociedade e conquistando posição de destaque nas instituições públicas. O uso da legislação é legitimadora tanto da ação de enfrentamento da questão social como de sua reprodução, sobretudo quando adota a posição legal como justificadora da omissão.

Marques (2005), mesmo reconhecendo que o Estado, com seu arcabouço político-técnico-jurídico, muitas vezes mediado por práticas políticas patrimonialistas, tende a aplicar desigualmente a lei contra os pobres e dificilmente contra os ricos, produzindo e reproduzindo as desigualdades no espaço urbano, adverte também para as análises sobre a questão urbana no Brasil verificarem a possibilidade do inverso.

Nesse sentido, para uma aproximação mais real da realidade urbana, é fundamental identificar tensões, continuidades e mudanças nos padrões de intervenção, estatal ou privada, no espaço citadino que formam, conformam e deformam uma dada periferia a qual pode produzir nova centralidade e novos padrões de segregação socioespacial. A esse processo, Levebre (2006), entende como fenômeno urbano associando-o a uma dinâmica explosiva-implosiva do espaço concentrado, projetando fragmentos múltiplos e disjuntos que produzem, por exemplo, tais periferias. Assim como o espaço é policêntrico e transformado, a periferia, como forma estilhaçada dele, é também re-configurada, podendo ela mesma tornar-se uma nova centralidade.

Estudos recentes evidenciam tanto a dinâmica de espaços, até então considerados periféricos, que conquistaram status de centros, num processo de reabilitação urbana e apropriação capitalista do espaço (valorização imobiliária), que desapropria e exclui seus moradores dos benefícios do progresso globalizado (FIX, 2001), como a diversidade de situações (favelas, loteamentos clandestinos ou irregulares, cortiços e conjuntos habitacionais), marcadas por intensa heterogeneidade interna, resultante de distintas intervenções e investimentos estatais (MARQUES, 2005).

Assim, a periferia, antes concebida como lugar homogêneo, os “aglomerados distantes dos centros e carentes de infraestrutura” (KOWARICK, 1983, p.3), pode possuir características diferentes dentro do mesmo território da cidade. Com efeito, a análise da periferia urbana, pode revelar gradações e hierarquias entre assentamentos de baixa renda verificados pelo grau de cobertura ou não de infraestrutura e serviços executados pelo Estado, pelo grau de qualidade dos serviços onde esta cobertura foi ofertada, pelo perfil de renda, pela proximidade de centralidades, entre outras variáveis (BONDUKI; ROLNIK, 1982; MARQUES; TORRES, 2005).



Ademais, a produção e adensamento de assentamentos precários, ilegais e irregulares, uns distantes, outros até justapostos com a produção de residenciais de médio e alto padrão, mas apartados pelos muros dos condomínios ou residenciais de luxo são expressões acentuadas desta lógica desigual da sociedade contemporânea. Tal fenômeno representado pela disseminação em grandes centros urbanos de verdadeiros enclaves fortificados enseja um novo padrão de segregação socioespacial, pois impõem regras de admissão e exclusão implicando em fragmentação da circulação e do uso de espaços públicos (CALDEIRA, 1997, LAGO 2002).

Nesta perspectiva, o entendimento da segregação socioespacial de forma multidimensional deve levar em consideração tanto as problemáticas relativas aos processos de produção do ambiente construído como a espacialização das desigualdades de acesso às oportunidades e aos serviços sociais (MARQUES; TORRES, 2005). Seu padrão se constitui não apenas como ato de separação física e/ou distanciamento geográfico entre ricos e pobres refletidos numa relação dualista (centro e periferia), mas se reflete na dinâmica desse processo, inclusive, nas similaridades e dissimilaridades entre assentamentos de baixa renda, compreendendo as causas e formas diversas de (re) produção desse fenômeno.

Com efeito, a dinâmica urbana e a respectiva configuração de novas áreas periféricas nas médias e grandes cidades, Teresina-PI, não foge dessa realidade, continua sendo lócus fundamental para compreensão da segregação socioespacial. Ademais, as expectativas trazidas pela redemocratização consubstanciadas pela Constituição de 1988 e o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), que preconizam a democratização da gestão pública e a função social da cidade, retoma a centralidade do planejamento citadino e a participação da população como instrumentos fundamentais para construção de urbes mais justas e sustentáveis. Entretanto, entre o formal e o real, o legal e o ilegal, se constituem impasses, tensões e ambiguidades exigindo análises de experiências de implantação de instrumentos jurídico, políticos e fundiários previstos no Estatuto (BRASIL, 2001) no sentido de verificar o enfrentamento ou a reprodução das desigualdades socioespaciais.

2. DINÂMICA URBANA E SUAS EXPRESSÕES SOCIOESPACIAIS EM TERESINA-PI

A partir da década de 1950, Teresina experimenta um intenso fluxo migratório e a expansão da infraestrutura urbana básica as quais promoveram uma série de alterações, constituindo uma nova dinâmica de crescimento populacional, acelerando sua expansão físico-espacial. Conforme dados do IBGE (1950, 2010), a população passou de 90.723 habitantes, em 1950, para 814.230 habitantes, em 2010, elevando, assim, o total da população urbana de 56,7%, em 1950, para 94,3%, no ano 2010.



Não obstante o elevado grau de urbanização ocorrido nestes cinquenta anos, seguindo uma tendência observada nas grandes e médias cidades, a partir da década de 1990, Teresina vem passando por alterações em seu regime de crescimento demográfico. Análise dos dados censitários entre 1960 e 2010, atestam que ao contrário do ritmo de crescimento elevado experimentado pela cidade nas décadas de 1960-1970 (4,5% ao ano), de 1970-1980 (5,5% ao ano), de 1980-1991 (4,3% ao ano), entre 1991-2000 essa taxa cai para 1,90% ao ano, desacelerando, entre 2000-2010 para, 1,30% ao ano. Tal diminuição reflete, tanto o declínio da fecundidade, como a queda dos fortes fluxos migratórios de populações provenientes do meio rural e de outras cidades que marcaram a cidade, sobretudo, nas décadas de 1960, 1970 e 1980.

A despeito da redução do ritmo de seu crescimento demográfico, a cidade continua expandindo sua malha urbana, em todas as direções, preservando um processo inaugurado no final da década de 1960, com a implantação de grandes conjuntos habitacionais nas franjas da cidade, impulsionada, dentre vários fatores, pela produção de infraestrutura de sistemas de circulação (LIMA, 2010).

Como desdobramento deste processo de expansão da malha urbana associado com especulação fundiária, crescimentos das ocupações urbanas (assentamentos precários), inconsistência do planejamento e ação governamental no espaço citadino, as regiões norte, sul, sudeste e leste vai aumentando sua população residente, se dispersando no tecido urbano e se instalando, sobretudo nas franjas da cidade, enquanto o centro, que até 1991 era a região mais populosa (IBGE, 1991), tem um significativo decréscimo no número de habitantes, tornando-se em 2010 (IBGE, 2010) a zona com menos residentes.

Em Teresina, ao contrário do praticado nas capitais do sul e sudeste, os investimentos na industrialização foram inexpressivos, razão pela qual foram os investimentos públicos em infraestrutura e em equipamentos urbanos e o crescimento do setor de serviços, que fizeram da cidade uma grande receptora de populações vindas do meio rural e de pequenos municípios do Piauí e de Estados vizinhos⁴. Nessa dinâmica, as formas de apropriação do espaço urbano ganham uma maior complexidade, ensejando a emergência de diversos atores e processos sociais, que tornaram mais visível a construção de um território desigual, social e espacialmente.

Considerando que, como visto, durante as décadas de 1990 e 2000, há uma queda no ritmo de crescimento demográfico da cidade, pode-se concluir que a expansão urbana de áreas então consideradas limítrofes e rurais, nesse período, é resultante do processo de

⁴ Pesquisa de Lima (2003) evidencia que essas populações migrantes, mais do que atraídas, foram, na verdade, expulsas do campo, pela exploração do processo de trabalho e pela ausência de acesso à terra, a equipamentos sociais e serviços públicos.



migração intra-urbana, provocado tanto pela impossibilidade de os setores de baixa renda se manterem em áreas centrais ou em áreas já urbanizadas, quanto pela ação dos diferentes atores que produzem a cidade – movimentos sociais, Estado, proprietários fundiários e promotores imobiliários.

Vale observar que, a partir da década de 1990, cresceram os assentamentos precários, que se antes apareciam de forma pulverizada, em todas as regiões da cidade, inclusive nas mais centrais, estes foram se adensando nas franjas da cidade, pelo processo de remoção de pequenos núcleos localizados ao longo da malha. A ocupação de áreas de expansão da zona norte, sul e leste evidencia estratégia da prefeitura de suscitar o esvaziamento de assentamentos precários, que até então resistiam em áreas centrais com infraestrutura urbana, removendo-os para áreas mais periféricas, produzindo reassentamentos oficiais de baixa renda (LIMA, 2010).

Outra iniciativa que promove a expansão e o adensamento populacional em áreas limítrofes do perímetro urbano é a construção de novos conjuntos habitacionais, entre 2008 e 2012, oriundos de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁵ e do Programa Minha Casa Minha Vida⁶, lembrando em parte, como visto em estudos de Lima (2010), a estratégia de enfrentamento da favelização, promovida pelo governo estadual e municipal, durante as décadas de 1970 e 1980, os quais impuseram certos padrões de segregação socioespacial a um contingente cada vez mais numeroso de famílias sem moradia.

Já os movimentos sociais de luta por moradia, participa desse processo de reconfiguração da periferia da cidade, interferindo no tecido urbano a partir de inúmeras ocupações coletivas que se realizam em todas as regiões da cidade, especialmente, nos interstícios das construções dos novos conjuntos habitacionais⁷ e nos próprios loteamentos, localizados longe do perímetro urbano. O avanço das ocupações urbanas, como um dos expedientes usados como alternativas de solução e defesa do direito à habitação podem ser constatadas em dados da Prefeitura Municipal de Teresina, ao apresentar uma elevação dos assentamentos de baixa renda de 150, em 1999, para 251, em 2012. (TERESINA, 2012).⁸

⁵ Residencial Jacinta Andrade, que envolveu recursos da ordem de R\$ 147 milhões oriundos do Pró-Moradia, para a construção de 4.300 unidades para famílias de baixa renda, maioria que viviam em condições precárias, em áreas irregulares, de alto risco ambiental e sujeitas ao alagamento (BRASIL, 2011).

⁶ Conjunto Habitacional Jornalista Paulo de Tarso Moraes, Vila Nova e Inglaterra, que somados possuem 1.100 unidades habitacionais instalados no bairro Aroeiras (BRASIL 2013).

⁷ É o caso da Vila Dilma Rossuef, ocupação realizada em área privada, possui cerca de três anos, portanto, considerada não consolidada (PMT, 2012), conquistou visibilidade nacional, tanto pelo fato do assentamento ter o nome da presidenta, como de ter sido instalado ao lado do conjunto Jacinta Andrade.

⁸ A imprecisão e ausência de dados mais atualizados e sistematizados pela Prefeitura de Teresina sobre as ocupações urbanas reflete o que Maricato (2002) discute quando destaca que a cidade ilegal é desconhecida



Além disso, outra fonte de adensamento populacional é causada pela especulação imobiliária advindo do processo de investimento e urbanização de determinadas regiões norte, sul, leste e sudeste, que abrigam bairros que conquistaram status de zonas comerciais ao longo da década de 1990, que passam a ser objeto de empreendimentos públicos e privados voltados às classes médias e alta. Como em outras cidades do país, Teresina experimenta a produção de empreendimentos horizontais de alto padrão na periferia, como Aldebaran Ville⁹, na periferia, da zona leste, e Alphaville Teresina, na periferia da zona sudeste¹⁰, intensificando assim, conforme enuncia Corrêa (2013), um processo de autosegregação, no espaço urbano, dos grupos de alto status. Os bairros mais pobres da cidade estão localizados na periferia das zonas norte, sul e leste, e conforme dados intercensitários foram os que mais cresceram demograficamente (BUENO, 2015).

Desse modo, a expansão do perímetro urbano de Teresina com o grande aumento populacional de bairros limítrofes, gesta novas periferias e os habitantes desta passaram a vivenciar uma série de dificuldades no que tange às condições de sobrevivência e habitabilidade, uma vez que eles se instalaram ou foram instalados em áreas com características fortemente rurais, distantes do centro da cidade e com precária infraestrutura urbana e de serviços, como é o caso dos que vivem no residencial Árvores Verdes.

3. ZEIS ÁRVORES VERDES: distorção oficial urbana e segregação socioespacial

Não é por ausência de planos e leis que Teresina-PI continuou se expandindo de forma desordenada e segregada expressas pelo crescimento vertiginoso de assentamentos precários. Em 1988, frente as mudanças ocorridas com a descentralização administrativa, as inovações trazidas pela nova Constituição, o governo local elabora e publica seu II Plano Estrutural (TERESINA, 1988) que renovava a intenção de ordenação do solo urbano. Entre suas diretrizes está o reconhecimento das múltiplas formas de apropriação do solo urbano, dentre elas, a definição de padrões diferenciados para acesso à terra urbanizada a população de baixa renda, de instrumentos que contemplavam projeto de reforma urbana defendido pela sociedade civil, sobretudo os movimentos sociais de luta pela moradia.

Apesar dos compromissos formais assumidos, o diagnóstico produzido pelo governo local para elaboração do Plano Diretor, em 2002, denominado de Agenda 2015, constatou que a cidade continuo crescendo de forma desigual e fragmentada, destacando, como os principais problemas relativos à apropriação do solo urbano a: ilegalidade e irregularidade urbana das ocupações, reduzida ação pública contra a especulação, controle

pelo poder público, sendo tal omissão funcional para as relações políticas arcaicas, para um mercado imobiliário restrito e especulativo, para a aplicação arbitrária da lei, de acordo com a relação de favor.

⁹ Localização disponível em < <http://www.aldebaranville.com.br/>> acesso em: 10.15.2015

¹⁰Localização disponível em < <http://www.alphaville.com.br/empreendimento/alphavilleteresina>> acesso em: 10.15.2015.



urbanístico ineficaz, extensão excessiva do perímetro da cidade encarecendo custos públicos e dificultando o acesso de parcela da população aos benefícios da cidade (TERESINA, 2002).

Com efeito, o PD de 2002 (TERESINA, 2002) define como estratégia uma melhor gestão e estruturação do espaço citadino estipulando como metas a atualização de legislação urbana com o objetivo de adequá-las as diretrizes do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), sobretudo, quanto a delimitação de áreas adequadas para promoção de habitação de interesse social servindo-se dos vazios urbanos existentes em áreas com infraestrutura.

Apesar do compromisso formal do PD de 2002, o conjunto de leis complementares referida acima, só foi formulada e aprovada após a restituição legal do PD, em 2006 (TERESINA, 2006), que fixou diretrizes norteadoras para o desenvolvimento do espaço urbano do município. Tal PD de Teresina não trata de ZEIS, entretanto, esse instrumento foi contemplado em lei complementar, especificamente na que trata das diretrizes do uso do solo urbano (TERESINA, 2006a). Após a aprovação da legislação complementar, foram criadas seis ZEIS: quatro na zona norte (Parque Brasil, Nova Brasília, Copagre e Embrapa), uma na zona sul (Jerusalém) e outra na zona leste (Árvores Verdes).

A ZEIS Árvores Verdes foi definida pela Lei nº 3.790, de 18 de julho de 2008, a época localizada no bairro Verde Lar¹¹, zona leste. Sua delimitação exigiu a ampliação do perímetro urbano através da Lei nº 389, de 18 de julho de 2008. Como se pode evidenciar no próprio texto da referida lei, tal a ampliação e a respectiva delimitação da ZEIS se justificou exclusivamente pela implantação de um loteamento de baixa renda.

Art. 1º Esta lei altera o perímetro da zona urbana de Teresina, na região de Árvores Verdes tendo em vista a criação de zona especial de interessocial e a implantação de loteamento para a população de baixa renda, financiado com recursos do Orçamento Geral da União e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. (TERESINA, 2008).

Análise da Planta da área acrescida à zona urbana de Teresina (TERESINA, 2008) evidencia no seu entorno, a vila Santa Bárbara (assentamento precário), bairro Verde Lar, e áreas privadas, entre as quais, destaca-se área vazia, a época pertencente à imobiliária Jurema. Nesse sentido, além da prefeitura ter usado do expediente legal de transformar terras rurais em urbanas onde não existia cidade, com vistas a realizar um investimento de baixo custo para atender famílias de baixa renda, evitou conflito com proprietários fundiários e operadores imobiliários ao não abranger suas terras como área de interesse social, ao

¹¹ O bairro Árvores Verdes foi criado por meio da Lei nº 4.423, de 16 de julho de 2013, e revoga a Lei Complementar nº 3.789, de 18 de julho de 2008.

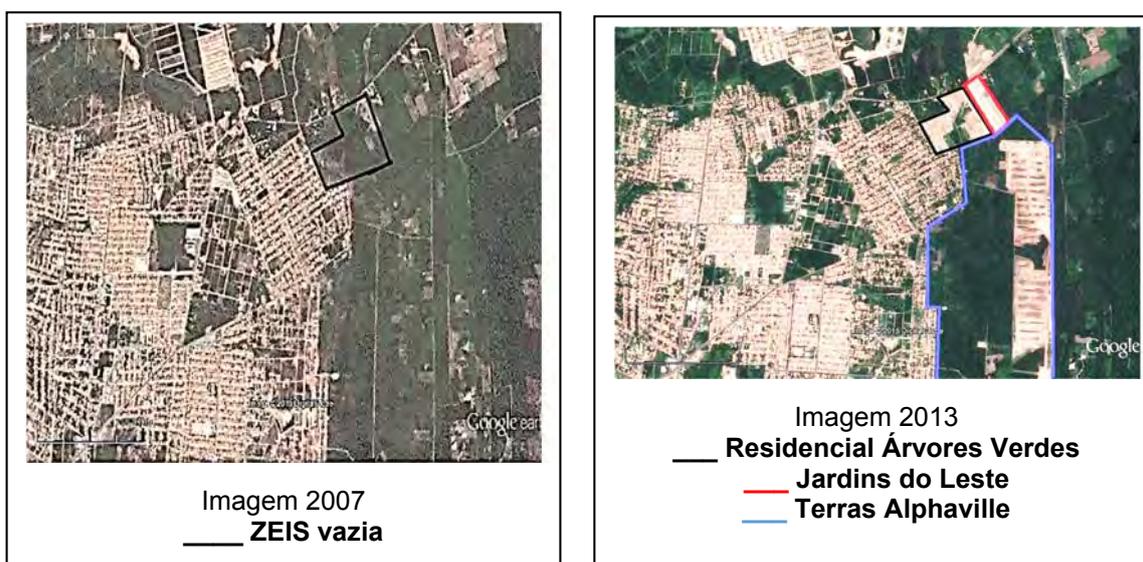


contrário, valorizo-as, tanto pela proximidade do perímetro urbano, como pelos investimentos públicos exigidos para atender a população instalada.

As imagens de satélite revelam as transformações que ocorreram no ambiente construído, entre 2007 e 2013, na área onde foi instalada a ZEIS, evidenciando a incorporação das terras no entorno pelo mercado imobiliário. Em 2007, tal área onde seria implantada a ZEIS e, parte considerável do seu entorno era formada por áreas verdes vazias (Figura 1, p.11), com exceção da área ocupada referente a Vila Santa Bárbara e o Baixão dos Solteiros.

Após 4 anos da delimitação da ZEIS Árvores Verdes, em 2013, a imagem (Figura 1, p.11) já define o Residencial Árvores Verdes, logo no seu entorno, fora do perímetro urbano, conjunto construído pela RG Construtora, financiado pela Caixa Econômica Federal via PMCMV, para famílias de 3 a 6 salários mínimos, denominado de Jardins do Leste. A área verde da imobiliária Jurema foi incorporada pelo empreendimento Terras Alphaville. Seus lotes definidos como de alto padrão estão à venda e se estendem da BR 343, porta de entrada do condomínio, até os limites com o Residencial Árvores Verdes.

FIGURA 1: Imagens de satélite de 2007 de área onde seria delimitado a ZEIS Árvores Verdes e de 2013 após a delimitação e instalação do residencial ÁrvoresVerdes.



Fonte: Google Earth (2015).

Tal procedimento de instalação se contrapõe às próprias diretrizes previstas no PD (2006), dentre elas, o artigo 15º que trata do uso e ocupação do solo e aponta como ações, dentre várias: a implementação de instrumentos legais que evitem a expansão descontrolada da zona urbana, visando atingir taxa média de densidade urbana acima de 100 hab./ha; o incentivo ao aumento da densidade habitacional, nas áreas laterais aos



grandes eixos de transporte coletivo; a prioridade de ocupar os vazios urbanos pelos programas habitacionais.

Quanto à função de provisão habitacional, na ZEIS Árvores Verdes foi construído, com recursos do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC/OGU e de contrapartida da Prefeitura de Teresina, o Residencial Árvores Verdes. Tal conjunto de 717 unidades habitacionais foi destinado a pessoas que viviam em leito de ruas ou áreas de risco na zona leste da cidade (Pedra Mole, Morros, Cidade Jardim, Novo Uruguai, Porto do Centro, Satélite, São João, Planalto, Ininga, Recanto das Palmeiras, Vale quem Tem, Verde Lar e Piçarreira).

A despeito do discurso governamental tornar público que a localização do Residencial estava próxima do local onde as famílias removidas moravam (Portal 180 graus, 2009), análise dos cadastros das famílias removidas, revela o inverso. Destarte, famílias que se instalavam mesmo que precariamente em áreas mais centrais ou próximas do centro, a exemplo do bairro São João, foram reassentadas em uma área mais periférica.

Tal processo de reassentamento só foi possível com a exclusão da participação das famílias no processo de demarcação ou escolha do referido local. Segundo pesquisa de Lopes (2015), mesmo existindo a demanda de famílias da zona leste por moradia a bastante tempo, o contato da prefeitura com as famílias só ocorreu em 2009, depois de escolhido o terreno.

Essa prática, ao tempo que contraria o próprio PD (2006), que no seu artigo 18º trata de diretrizes relativas a habitação preconiza a participação da população nos processos decisórios de planejamento e implantação de programas habitacionais populares, não contempla princípios do Estatuto da Cidade, que preconizam a democratização do processo de aquisição e uso do espaço urbano, contribuindo para a reprodução de uma dinâmica de apropriação/exclusão do espaço urbano mediante uma migração intraurbana dos pobres para os extremos da cidade descaracterizando um instrumento legal, que na sua concepção deveria induzir “o acesso a promoção da democratização do acesso à terra urbanizada, bem localizada e próxima dos centros de emprego e serviço” (OLIVEIRA & BIASSOTO, 2011, p.75). A escassez de serviços e equipamentos públicos no local, obrigando as famílias de baixa renda a se deslocarem para bairros vizinhos, evidencia esse caráter desigual e regressivo adotado pela administração local através do uso distorcido desse instrumento na realidade de Teresina.



Ademais, a venda de imóveis pelos moradores “beneficiados” pela remoção, como constatado inclusive em portais de venda de imóveis¹² e em noticiários¹³, revelam que a não alteração no padrão socioeconômico das famílias ou as dificuldades de se manter no local, especialmente depois da valorização da área, implicam no círculo perverso onde a moradia é descartada como valor de troca, migrando para outros locais mais precários, inclusive retornando para as áreas de origem de onde foram removidos.

Se como diz Eduardo Marques (2005, p.50), uma das estratégias estatal de enfrentamento da segregação social e de promoção de equidade está baseada na mistura social, “forçando pobres e ricos a viver e interagir mais intensamente”, o que se constata é que não foi apenas a distância geográfica imposta pela prefeitura que afastou os moradores da ZEIS Árvores Verdes do direito a cidade, mas a própria omissão e condescendência oficial com a separação física de grupos promotores da auto-segregação, prática visível nos muros construídos entre o Residencial Árvores Verdes (baixa renda), o Residencial Jardins do Leste (média renda) e as Terras Alphaville (alta renda), inclusive, implicando ilegalmente em obstrução de vias.

Com efeito, o isolamento dos pobres representado, dentre vários aspectos, pela distância e as dificuldades de mobilidade associada com o processo de auto-segregação dos segmentos sociais de maior renda, é ao mesmo tempo produto reiterado e emblemático de uma desigualdade que, ao invés de ser enfrentada, se reproduz.

4. CONSIDERAÇÃO FINAL

No contexto de construção de uma nova ordem urbanística, fundada no princípio da função social da propriedade, as ZEIS se consolidaram como um tipo especial de zoneamento, cujo principal objetivo é a inclusão da população de menor renda no direito à cidade e à terra urbana servida de equipamentos e infraestrutura.

Entretanto, o caso ZEIS Árvores Verdes analisado, evidencia o uso arbitrário e distorcido deste instrumento do tipo ZEIS vazia em Teresina, não se efetivando como política urbana democratizadora do espaço urbano. Além de não ter induzido processos de mobilidade espacial contrário aos padrões de segregação, instalou a população pobre em áreas distantes de regiões mais centrais dotadas de serviços e oportunidade de empregos, não promovendo a mistura de classes. A aplicação governamental de um instrumento considerado redistributivo e distributivo, como a ZEIS vazia, se deu no caso do Árvores

¹² Vende-se casa no Residencial Arvores verdes. Valor R\$ 40.000, não aceitamos financiamentos. **OXL**. Disponível em: < <http://teresina.olx.com.br/residencial-arvores-verdes-40-000-iid-659806867>> acesso em: 10.15.2015.

¹³ SDU investiga venda de casas no Árvores Verdes, zona Leste. **CIDADE VERDE**. Disponível em: <<http://cidadeverde.com/sdu-investiga-venda-de-casas-no-arvores-verdes-zona-leste-76209>> acesso em: 10.15.2015.



Verdes, em Teresina, de forma postiça e tradicional, implicando na separação funcional e induzindo o aumento da segregação dos pobres e reforçando a auto-segregação dos ricos.

REFERÊNCIAS

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. Periferia da grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, Ermínia (org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa - Omega, 1982.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil 1988 : ... **Emendas Constitucionais de nº 1, de 1992, a 40, de 2003**, e pelas emendas constitucionais de revisão de nº 1 a 6, de 1994. — 21. ed. — Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003.

_____. Senado Federal. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outra providências. Brasília, 2001.

BUENO, L. M. M. Inovações para a concretização dos direitos à cidade: limites e possibilidades da lei e da gestão. IN: BUENO, L. de M. M. *et.al* (orgs). **Planos Diretores Municipais: novos conceitos de participação territorial**. São Paulo: Annablume, 2007.

BUENO, P. H. C.. **Centralidade dos Serviços de Saúde em Teresina (PI)**: produção, uso e gestão de territórios na zona leste da cidade. 2015. 197 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Piauí. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. UFPI: Teresina, 2015.

CALDEIRA, Teresa P. do R. Segregação urbana, enclaves fortificados e espaço público. In: _____. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro Almeida *et al* (orgs). **A cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2013.

FERREIRA, João Sette. MOTISUKE, Daniele. A efetividade da implementação de ZEIS no quadro habitacional brasileiro: uma avaliação inicial. IN: BUENO, L. de M. M. *et.al*. (orgs) **Planos Diretores Municipais: novos conceitos de participação territorial**. São Paulo: Annablume, 2007.

FLAVIO, Villaça. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012

FIX, Mariana. **Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo: Faria Lima e Água Espreiada**. São Paulo: Boitempo, 2001.

GODIM, L. M. de P. GOMES, M. P. A. O direito à cidade em disputa: o caso da ZEIS do Lagamar (Fortaleza-CE). **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v.14. nº 28., jul/dez.2012.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. MONTANDON, Daniel Todtmann (orgs). **Os Planos Diretores municipais pós-estatuto da cidade**: balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital – IPPUR/UFRJ, 2011.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.



LAGO, Luciana Corrêa do. **Desigualdade e segregação na metrópole**: o Rio de Janeiro em tempo de crise. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

LIMA, Antonia Jesuíta de. **Relatório de pesquisa**. O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) nos municípios de Teresina – PI e Timon – MA: avaliação do impacto social e econômico nas famílias beneficiárias. Teresina. 2015.

_____. **Gestão urbana e políticas de habitação social**: análise de uma experiência de urbanização de favelas. São Paulo: Annablume, 2010.

_____. **As multifaces da pobreza**: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos. Teresina: Halley, 2003.

LOPES, Ada Kaline Sousa. **Estudo sobre o processo de implantação das zonas especiais de interesse social em Teresina**. 2015. 117 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal do Piauí. Bacharelado em Serviço Social, UFPI: Teresina, 2015.

SÉRIES HISTÓRICAS E ESTATÍSTICAS. Censos de 1950 a 2010. BRASIL, IBGE. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD77>>. Acesso: 04 jun. 2014.

Prefeitura construirá casas no Residencial Árvores Verdes, 2009. **Portal 180 graus**. Disponível em: <<http://180graus.com/noticias/prefeituraconstruiracasasnoresidencialarvoresverdes271037.html>> Acesso em 25 de dez.2014.

MARICATO, Erminia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**. n.48, 2003.

_____. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia. VAINER, Carlos. MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 3ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MARQUES, Eduardo C.; TORRES, Haroldo (orgs). **São Paulo: segregação, pobreza urbana e desigualdade social**. São Paulo, SENAC, 2005.

MARQUES, Eduardo C. Elementos conceituais da segregação urbana e da ação do Estado. In: _____; TORRES, Haroldo (Orgs.). **São Paulo: segregação, pobreza urbana e desigualdade social**. São Paulo, SENAC, 2005.

OLIVEIRA, Fabrício Leal & BIASOTO, Rosane. O acesso à terra urbanizada nos planos diretores brasileiros. IN: JUNIOR SANTOS, Orlando Alves dos. MONTANDON, Daniel Todtmann (orgs). **Os Planos Diretores municipais pós-estatuto da cidade**: balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital – IPPUR/UFRJ, 2011.

RIBEIRO, L. C. de Q.; CARDOSO, A. L. **Reforma urbana e gestão democrática**: promessas e desafios do estatuto da cidade. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo, Nobel, 1997. Cap. 1 e 5.

TERESINA. **Lei nº 4.423, de 16 de julho de 2013**. Fixa as denominações e delimita os perímetros dos bairros de Teresina e dá outras providências. Teresina, PMT, 2013. Disponível em: <<http://www.teresina.pi.gov.br/sistemas/portalpmt/admin/upload/documentos/ac11d14e98.pdf>>. Acesso: 26 abr. 2014.

_____. Prefeitura Municipal de. SEMPLAN/CONSPLAN. **Diagnóstico do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Teresina**. 2012.



_____. **Lei nº 3.790 de 18 de Julho de 2008.** Cria a Zona Especial de Interesse Social ZEIS Arvores Verdes e dá outras providências.

_____. **Lei nº 3.358 de 20 de outubro de 2006.** Restitui o Plano Diretor de Teresina, denominado Plano de Desenvolvimento Sustentável: Teresina Agenda 2015 e dá outras providências. Teresina. 2006.

_____. **Plano de Desenvolvimento Sustentável.** Teresina: agenda 2015. Teresina: 2002.

_____. **Lei nº 1.923 de 16 de agosto de 1988** que dispõe sobre a instituição do II PET e dá outras providências. Teresina. 1988.

VILLAÇA, Flávio. **Reflexões sobre as cidades brasileiras.** São Paulo: Studio Nobel, 2012.



GT 07 – Cidades e Transformações do Urbano na América Latina.

A ESPETACULARIDADE DO BOI CUIRÃO: UM ESTUDO SOBRE SINGULARIDADE E VÍNCULOS IDENTITÁRIOS NO DISTRITO INDUSTRIAL DE ANANINDEUA/PARÁ-BRASIL.

Ytallo Kassio Franco de Souza (UFPA)¹
ytallok21@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho aborda questões sobre espetacularidade, singularidade e vínculos identitários a partir da festividade do Boi “Cuirão” que ocorre no Bairro do Distrito Industrial, Ananindeua, Pará, Brasil. Nesta perspectiva, a festividade introduz sistemas sociais de valores específicos, trata-se de uma comunicação de vínculos identitários responsáveis pela formação da manifestação comunitária. A prática espetacular projeta de modo performático os valores, os laços sociais e as práticas relacionais dos moradores do bairro, no qual a diferença cultural dispõe sobre um cenário de articulação e disposição nos espaços de identificação cultural. Designadas nas formas de contradição e antagonismo social do espaço urbano, a manifestação cria estados de consciência que resultam em estratégias políticas responsáveis pela produção de espaços de significação subalterna.

Palavras-chave: Espetacularidade, Singularidade, Vínculos Identitários.

1. INTRODUÇÃO

A festividade do “Boi Cuirão, o encantado de Mocajatuba” é uma manifestação popular que ocorre no bairro do Distrito Industrial, Ananindeua-PA. Realizada anualmente nos meses de Junho e/ou Julho é organizada por uma comissão de moradores locais que através de parceiros e colaboradores acontece desde a década de 1990.

Mocajatuba era antigo nome o bairro do Distrito Industrial, com o passar dos anos e o processo de urbanização muitas das histórias e da trajetória dos antigos moradores se perderam. Com intuito de narra suas trajetórias, reafirmar suas identidades e transmitir seu

¹ Estudante de pós-graduação, mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia-PPGSA, UFPA, licenciado/bacharel em Ciências Sociais, pela Universidade da Amazônia, Professor de Sociologia no Centro Educacional de Benevides.



saber às gerações mais novas a comunidade articulou-se para criar a manifestação artística do “Boi Cuirão”.

A festividade envolve a comunidade como um todo no período em que é realizada, por meio das músicas e danças são contadas as lendas, encantados e trajetória mítica do “boi que na margem do Rio Mocajatuba perseguia os meninos cuirão (travessos)”².

Todos são convidados a cantar, dançar e pular com o boi que já não persegue as crianças desobedientes, mas é responsável pelo fortalecimento das identidades locais, os corpos que vivem o ritual são o espetáculo que contribui para criação do sentimento de pertencimento.

O “Boi Cuirão” é responsável pela introdução de sistemas sociais de valores específicos, trata-se de uma comunicação de reconhecimento identitário. O espetacular cria uma linguagem significativa que expressa um discurso unificador entre os indivíduos e sua comunidade, forma subjetiva que emerge de uma posição de marginalidade, no qual sua identificação é reivindicada a partir de sua relação com espetacular. Ao reencarnar no passado introduz temporalidades culturais incomensuráveis na tradição, que se reinscreve através de condições de contrariedade como uma forma de identificação, um resgate a historicidade através de um processo cultural que reafirma o seu saber frente a realidade do mundo moderno.

2. A ESPETACULARIDADE DO BOI CUIRÃO E OS VÍNCULOS IDENTITÁRIOS

O bairro do Distrito Industrial no período da festividade, é o domínio das experiências intersubjetivas e coletivas de interesse da comunidade. O “entre-lugar” que expressa estratégias da representação de identificação, de histórias comuns e distintas que partem do espaço político de sua enunciação, no qual o espetacular introduz individualidades que se contrapõe aos significados homogêneos. Trata-se do local da articulação da heterogeneidade que é representada através da performance, de sua individualidade que emerge nos limites do descentramento imposto pelo processo global e fragmentário.

Neste sentido de acordo com Bhabha (1998), o “passado-presente” torna-se parte da necessidade, a arte não apenas retoma ao passado como precedente cultural ou causa

² Fala extraída de conversa informal com o Sr. Paulo Ronaldo, jornalista e morador do Bairro do Distrito Industrial, Ananindeua-PA em: 11/05/2016.



social, se reconfigura em um “entre-lugar” que renova o passado. A manifestação espetacular do “Boi Cuirão” fornece espaço para subjetivação de signos de identidades que ajudam na articulação de diferenças culturais, a festividade permite que a comunidade narre subjetividades originárias de sua historicidade que são politicamente cruciais na formação dos sujeitos.

A performance dos sujeitos traduz sua visão de mundo, e o seu corpo e vocal ao viver o ritual é a expressão sensorial desta localidade, um estado de consciência no qual o performativo expressa a linguagem de identificação cultural que através do mítico enuncia estratégias culturais de resistência frente a homogeneização que é característica da sociedade contemporânea.

O “Boi Cuirão” em suas músicas, danças, lendas e encantados resgata as matrizes culturais locais, um movimento de visibilidade e representação das identidades comunitárias que permite aos corpos dos participantes a produção de identificações heterogêneas. Insere os indivíduos em seu local de pertencimento internalizando elementos subjetivos que influenciam sua consciência sobre a realidade.

O espetacular assume uma importante função no processo de diferença cultural, ao retornar a imagem de identidade, traz símbolos culturais da memória histórica deste povo, as práticas corporais assumem uma linguagem política específica com significados particulares que apenas são reconhecidos dentro da própria comunidade. Designadas nas formas de contradição e antagonismo social no qual os seus estados de consciência são resultado de estratégias políticas responsáveis pela produção de espaços de significação subalterna (BIÃO, 2009).

Nesses novos tempos no interior do pós-modernismo, os signos culturais falados as margens da identidade estão imersos ao antagonismo social e a contrariedade desta sociedade. A globalização cultural que emerge da relação entre o global e o local, fomenta a formação de identidades fragmentados e descentrados de sua originalidade histórica. Em meio ao cenário no qual as relações sociais da modernidade são concebidas em estruturas hegemônicas do poder, é necessário um contínuo questionamento das condições de existência.

Segundo Hall (1992), os indivíduos que anteriormente tinham uma identidade estável passam por um processo de fragmentação, e as mudanças estruturais e funcionais prejudicam sua identificação. Este processo é responsável pela produção do sujeito na pós-modernidade, não permitindo a criação de uma identidade fixa. Na medida, em que os sistemas de significação e representação cultural são reproduzidos, os sujeitos são confrontados pela multiplicidade de identidades possíveis, prejudicando a formação de uma identidade específica.



Nessa perspectiva, as identidades são formadas na "interação" entre o eu e a sociedade, sendo formada e modificada numa interação contínua com os mundos culturais "exteriores". A construção identitária, portanto, está diretamente ligada a internalização de significados e valores, que criam sentimentos subjetivos com os lugares ocupados no mundo social e cultural.

Os indivíduos são formados não de uma única, mas de várias identidades, que por vezes contraditórias ou não resolvidas, resultado de mudanças estruturais e institucionais. As identidades culturais tornaram-se provisórias, variáveis e problemáticas, transformadas continuamente em relação as formas pelas quais representam os sistemas culturais que os rodeiam. Isso não permite que o sujeito pós-moderno tenha uma identidade fixa, essencial ou permanente, ele assume identidades distintas em diferentes momentos, identidades que não são unificadas, mas contraditórias, de diferentes direções, de tal modo que as identificações são continuamente deslocadas.

Os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, possibilitando um leque de identidades possíveis, trazendo símbolos e representações que constituem os sentidos que influenciam e organizam as ações individuais.

Apesar do crescimento da homogeneização cultural e a desintegração de identidades culturais, novas identidades surgem, e outras identidades "locais" são reforçadas pela resistência a globalização. Na medida que essas identidades estão mais expostas as influências externas, é necessário fortalecê-las em meio ao a infiltração cultural da sociedade contemporânea. A relação entre o global e o local traz em si efeitos sobre as identidades, provocando a proliferação de novas posições que dão a possibilidade da globalização leve ao fortalecimento das identidades locais.

Nesta perspectiva, o "Boi Cuirão" é importante para o fortalecimento das identidades, enquanto rito espetacular que vincula a comunidade as suas matrizes culturais. A expressão corporal e vocal da festividade contribui para que os sujeitos produzam um sentimento de pertencimento, favorecido por um espaço compartilhado que uni o grupo pela identificação se contrapondo a ética da modernidade.

O encantado é capaz de organizar suas identificações e saberes da coletividade em um território simbólico que produz conhecimentos subjetivos, resistindo aos processos homogeneizantes da sociedade contemporânea, através de sua performance pode criar a consciência que o espetacular local é importante na formação de suas identidades.

3. A SINGULARIDADE DO BOI ENQUANTO INVENÇÃO DA CULTURA



O rito em sua significação cria valores culturais centrais que conduzem a sentidos a vida social rotineira dos sujeitos que realizam a festividade, espetáculo revelador das relações sociais comunitárias que constitui uma forma artística própria que de maneira performática apresenta o universo local.

A prática espetacular do Boi se desenvolve em fronteiras fluidas e intercambiantes entre participantes e espectadores, no qual as músicas, danças e cantos produzem a polissemia que atrai os diversos grupos. As formas expressivas são baseadas no uso dos significados da visão e da audição tal como categorizadas vividas em seus respectivos contextos rituais.

A natureza mítica do Boi a partir de uma temporalidade tradicional e cíclica compõem múltiplas linguagens, uma estrutura simbólica que estabelece relações com os vínculos identitários responsáveis pela organização social comunitária.

Nesse sentido a “cultura” adquire um sentido amplo e um sentido restrito, sentido “marcado” e “não marcado” (WAGNER,2012). A produtividade e criatividade do espetacular se constitui em um contexto de significação. Um processo de integração entre a comunidade e os sujeitos que convergem seus esforços para realização da festividade. Os indivíduos em seu processo criativo desenvolvem técnicas, ideias e descobertas que são responsáveis pela reinvenção da prática do Boi que em sua dinamicidade molda um valor cultural próprio.

Assim, a manifestação torna-se um precedente histórico e normativo para a cultura da comunidade como um todo, que redefine os indivíduos na vivência e tradução de seus significados. Os símbolos produzidos pelo Boi se transformam durante as apresentações do espetacular em símbolos comunitários, que concebe aos sujeitos experiências do cotidiano mediante certos tipos de regras, tradições, fatos imaginados e construídos (WAGNER, 2012).

Através da narrativa do mito os participantes da festa comunicam-se com os demais membros da comunidade por meio da cultura, um campo de significação dotado de experiências que é responsável pelo compartilhamento de convenções e signos que influenciarão os modos de vida.

Experiências são construídas em ambiente no qual os elementos simbólicos se relacionam entre si, formados no relacionamento de um contexto de reconhecimento identitário. No rito elementos variam no tempo e no espaço, são familiares e exóticos, coisas e experiências em si mesmos, que incluem os não participantes do espetacular na articulação da tradição e do novo na vida cotidiana da localidade.

Os elementos simbólicos são envolvidos nos vários contextos culturais, segundo Wagner (2012), esses usos são uma extensão inovadora das associações adquiridas por meio de sua integração convencional em outros contextos. O significado é produto das



relações, e as propriedades significativas de uma definição são resultados do ato de relacionamento do constructo expressivo. A mediação da convenção impede que o significado seja completamente relativo, pois a comunicação só se torna possível na medida que o compartilhamento dessas associações derivadas da comunicação que o espetacular produz.

As associações simbólicas do ritual proporcionam toda uma expressão significativa que evidencia a especificidade do Boi, que compartilha em suas narrativas a historicidade de um povo, de um lugar e de uma história, que não necessariamente traduzem harmonia e homogeneidade, mas revela as incompletudes, conflitos e incompreensões desse contexto cultural.

A comunidade em sua relação com a manifestação cria contextos convencionais em torno da imagem do mito, que fornece significados de existência e base relacionais coletivas na vivência de cada morador. Experiências de pessoas, objetos e lugares singulares da vida cotidiano criam formas distintas relacionais que se dão em contextos contrastante.

Uma força política e simbólica que encena a vida cotidiana da comunidade, aproxima o espetacular dos sujeitos não participantes que vivem na localidade, e cria um espaço de visibilidade no qual os sujeitos podem se identificar. A performance mitifica a própria história da comunidade, o corpo e a linguagem estabelecem um elo de pertencimento, e ao mesmo tempo mantém uma estrutura própria que é responsável pela produção criativa de seus signos e símbolos.

A prática espetacular de modo sensorial permite aos indivíduos a experiência de seu lugar, a festividade se constituiu como parte da condição da formação de seus sistemas culturais.

Nesse sentido Geertz (1997), nos mostra que a arte existe em um mundo próprio, o espetacular fala por si mesmo, traduz símbolos de vínculos identitários da comunidade. A prática partilha valores estéticos que produzem o sentimento de pertencimento ao lugar, a memória e o imaginário popular se constituem com aspectos importantes na expressão performática das práticas relacionais dos moradores do bairro.

A questão da diferença cultural dispõe sobre um cenário de articulação e disposição da prática espetacular organizada em um espaço de identificação cultural. Um sistema de símbolos que conecta aspectos da experiência humana local, no qual a vida prática e cotidiana durante a festividade é organizada pelo espetacular que influencia outros segmentos da cultura local.

Para Geertz (1997), o fenômeno estético, em sua forma ou a habilidade que o produziu, é anexado às outras formas de atividade social, incorporando um padrão de vida



específico. O processo de incorporação atribui aos objetos de arte um significado cultural, um processo local que transforma a emoção em concretude. Desta maneira as crenças, músicas, danças, e trajetória mítica do Boi não são apenas formas imediatas, mas maneiras de estar no mundo, o espetacular não conta apenas parte da história da comunidade, representa a vivência de um povo, a troca de sensibilidade entre os indivíduos que é produto da experiência coletiva local.

Essa experiência coletiva cria participação no sistema particular, a arte, e através da participação no sistema geral de formas simbólicas, a cultura, pois segundo Geertz o primeiro sistema nada mais é que um setor do segundo. Nesse sentido, arte e cultura tornam-se desassociáveis, uma teoria da arte, é, ao mesmo tempo, uma teoria da cultura.

Na perspectiva do autor, é necessária uma etnografia dos veículos que transmitem significados e sentidos da prática espetacular, os indicadores e símbolos, que transmitem significados desempenham um papel na vida da comunidade, a interpretação dos sistemas simbólicos que seja capaz de identificar o sentido que as coisas têm para a vida a seu redor.

Na realização da festividade os símbolos convencionais constroem uma união entre sujeito e objeto, que envolve a articulação de aspectos do espetacular, representando uma significância específica do contexto local. Um contexto de ação convencionalizado, coletivo e diferenciado que constrói um código social, uma linguagem comum a expressão da festa singular (WAGNER,2012).

O espetacular recria e estende o contexto convencionalizado de forma particular, transforma seu tipo de vida, mas em alguma medida, difunde um contexto não convencionalizado, sua maneira única de dar sentido a expressão coletiva da festa.

Na perspectiva de Wagner (2012), os contextos de cultura são perpetuados por atos de objetificação, por sua invenção a partir dos outros e uns por meio dos outros. Significa que não podemos apelar para a tradição para dar conta da continuidade cultural, ou da mudança cultural. As associações simbólicas compartilhadas são dependentes de continua reinvenção quanto as idiossincrasias, detalhes que percebem a si mesmas e o mundo que os rodeia.

A invenção perpetua não apenas o aprendizado, músicas e danças do Boi, mas as regularidades de percepção, tempo e espaço próprios da comunidade. O coletivo é filtrado pelo particular, e as características individuais do mundo são reconhecidas, na medida que são crivadas na regularidade convencional coletiva.

A espetacularidade enquanto invenção torna-se crucial na apreensão da ação e do mundo da ação dos sujeitos, a convenção cultural molda a perspectiva dos indivíduos que sem a invenção, em sua distinção do inato/artificial não permitiria a continuidade. Tais distinções convencionais, orientam os sujeitos em seu mundo, lhes dizendo que são, e o



que podem fazer, conferindo as suas ações uma motivação convencional que permite a invenção.

De acordo com Wagner (2012), esse conjunto de convenções culturais é uma distinção dos tipos de contextos, os não convencionalizados, ou a própria convenção, são articulados no ato da ação dos sujeitos, no qual o tipo de contextos serão contrainventados de modo convencional em relação ao dado/inato. Esse conjunto de convenções que surgem por meio da manifestação espetacular permite a diferenciação de sua ação na contrainvenção coletiva motivada como “inata”, e os sujeitos que coletivizam irão contrainventar essa diferenciação motivadora como modos de pensamento, percepção e ação contrastantes.

Portanto, a orientação coletiva produzida pelo espetacular é responsável pelo modo como os indivíduos aprendem e experimentam a ação e o mundo da ação. Uma convenção que constantemente se reinventa sob as formas de contextos convencionais, pelo qual é estendida, e reinventada na diferenciação e particularização em termos de contextos não convencionalizados.

A expressão da invenção que a prática espetacular promove garante a comunicação e significação da continua reinvenção de um por meio de outro, invenção que recria sua orientação, e uma orientação que permite a sua própria reinvenção.

Nesse sentido a festividade do Boi torna-se necessidade da invenção dada pela convenção cultural, e necessidade da convenção cultural pela invenção. A convenção e orientação que mantém uma relação dialética, de interdependência e contradição que está presente em todas as culturas humanas.

Assim, na prática do Boi a cultura é inventada por meio da experiência e criação da realidade, no qual extraiu-se as características objetivas, a dialética e interdependência dos vários contextos criam a necessidade da invenção que no esgotamento de símbolos, produz novas articulações simbólicas que possibilitam a reinvenção de seus significados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS (INCONCLUSIVAS)

O espetacular está imerso em uma sociedade de constantes transformações e dinamicidades dos mundos culturais, que são responsáveis por introduzir nos indivíduos suas concepções de mundo, determinando sua consciência e a maneira pela qual representam a si próprios e os outros em sua existência.

Os problemas contemporâneos em sua complexidade exigem uma compreensão que busque problematizar os valores culturais da modernidade, promovendo pensamentos



reflexivos que visem ampliar o olhar antropológico para não limitar sua análise as manifestações e expressões culturais coletivas. Uma compreensão que seja capaz de construir novas possibilidades de se pensar e ver as culturas em sua heterogeneidade, mutação e inconstância de nosso tempo.

A multiplicidade de sentidos e signos da experiência da prática espetacular formam relações sociais locais e globais, que se dão em estruturas antagônicas relevando os conflitos entre as tradições e as novas práticas. Um dilema entre os aspectos culturais locais e globais que se manifesta em variadas formas no mundo moderno.

Pensar as divisões e diferenças da questão cultural no campo prático-social em que está imersa a produção e consumo de bens culturais torna-se necessário. Um processo de transformação conflitante da realidade social que é responsável pela transmissão de modos de se pensar e estar no mundo que não está ligado a categorias específicas, ou aspectos isolados, mas se introduz na consciência e na práxis da vida humana.

A cultura nesta sociedade cria modos de representações instantâneos que se relacionam a vida social e com o mundo sem estabilidade e fixidez, um sentido reprodutivo e normativo associado as condições de fluidez do mundo moderno. No qual as relações sociais de existências são baseadas no imediatismo e não criam bases ou vínculos permanentes, pois o tempo e espaço de nosso tempo são líquidos dificultando a preservação de traços culturais.

Na busca da preservação de suas memórias a festividade do Boi “Cuirão” se reinventa e adquire novas formas de significação diversas e contraditórias, práticas culturais responsáveis pela formação de discursos, representações e valores que dão uma nova roupagem as tradições dos moradores do Bairro do Distrito Industrial/Ananindeua-PA.

REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BIÃO, Armindo Jorge de Carvalho. **A presença do corpo em cena nos estudos da performance e na etnocenologia**. R. bras. est. pres., Porto Alegre, Vol.1, nº 2, p. 346-359, Jul./Dez., 2011.

_____. **Etnocenologia e a cena baiana**: textos reunidos. Prefácio de Michel Maffesoli. Salvador: P & AGráfica e Editora, 2009.

CAVALCANTI, M. L. **Os sentidos no espetáculo**. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2002, v. 45 nº 1.

CAMPBELL, S. **A estética dos outros**. *Proa – Revista de Antropologia e Arte* [on-line]. Ano 02, vol.01, n. 02, nov. 2010.



GEERTZ, Clifford. "A arte como um sistema cultural" In: **O Saber Local**. Petrópolis: Vozes, 1997, pp. 142-181.

Hall, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1992.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 23. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

OVERING, Joanna. **A estética da produção**: o senso da comunidade entre os Cubeo e os Piaroa. *Revista de Antropologia*, vol. 34, 1991, pp. 7-34.

PAES LOUREIRO, João de Jesus. **A etnocenologia poética do mito**. In: Ensaio Geral, Belém, Vol VI, nº 02, Jul/Dez de 2009.

SANTA BRÍGIDA, Miguel de. **A etnocenologia na Amazônia**: trajetos-projetos-objetos-afetos. In: Repertório, Salvador, nº 25, p.13-23, 2015.

STRATHERN, Marylin. Artefatos da História: os eventos e a interpretação das imagens, In: - -, **O Efeito Etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014, pp. 211-229.

TAYLOR, Diana. Cidadania em Performance: os artistas vão às ruas In: P. Raposo, V. Cardoso, J. Dawsey, T. Fradique (Orgs.), **A Terra do Não-Lugar**: diálogos entre antropologia e performance. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013, pp. 213-222.

WAGNER, Roy. **A Invenção da Cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2012, pp. 49-72.



GT 07 – Cidades e Transformações do Urbano na América Latina

MUROS DE BELÉM DO PARÁ: A
PLURALIDADE ÉTNICA NOS GRAFITES DE UMA CIDADE AMAZÔNICA

Camille Nascimento da Silva¹ (UFPA),

RESUMO

Nas cidades latino-americanas é comum encontrar evidências da descendência indígena? A percepção do silenciamento dos sujeitos indígenas em grande parte da sociedade, motivou o olhar para materialidades que visibilizam os discursos sobre sociedades indígenas, como os grafites. Este artigo tem o objetivo de discutir os discursos que emergiram por meio de grafites produzidos em Belém do Pará, com a presença do sujeito indígena, entre os anos de 2015 e 2017. Na pesquisa, entende-se o grafite como uma materialidade discursiva que se realiza nas grandes cidades. Como suporte teórico, o trabalho traz estudos que relacionam a cidade, o espaço urbano e a comunicação na cidade. Duas formulações teóricas são importantes para compreender os grafites na cidade de Belém: a metrópole comunicacional do antropólogo italiano Massimo Canevacci e a cidade interativa da pesquisadora e professora Lucrécia D'Alessio Ferrara. Os apontamentos sobre os estudos do discurso presentes no trabalho, tem como principal referencial o autor Michel Foucault, a partir de seu entendimento sobre a história descontínua, enunciado, discurso, acontecimento discursivo, utilizados para compreender a movimentação histórica das memórias indígenas que emergem nos grafites. Como *corpus* de pesquisa, analisa-se os grafites produzidos por Cely Feliz e Sebá Tapajós, ambos paraenses, com características diferentes nos grafites que produzem com a presença indígena.

Palavras-chaves: Grafites; Cidades; Discurso.

INTRODUÇÃO

Para iniciar este trabalho, convidamos leitores e leitoras a fazerem um passeio por Belém do Pará, a voltarem o seu olhar às paredes, aos muros, postes, viadutos e outras superfícies em que possam serem encontradas as inscrições conhecidas como grafites. Observaremos um elevado número de grafites, pichações, frases soltas, nomes e outras comunicações que nos últimos anos, vem aumentando na capital paraense.

Este artigo é resultado da pesquisa de mestrado defendida em abril de 2017, sob o título “A presença indígena nos grafites de Belém: entre fraturas e resistências”, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, da Universidade Federal do Pará (PPGCOM/UFPA).

¹ Mestre, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, UFPA, Brasil. Email: millenascimento@yahoo.com.br

**Figura 1:** Saída Rodoviária de Belém – Mulher Indígena**Foto:** Shirley Penaforte

Nos grafites analisados na dissertação observamos a recorrência da questão étnica e a forte presença feminina, tanto no ato de grafitar, como nos grafites já prontos. O que possibilitou o aparecimento dos traços indígenas nos muros, paredes, postes e viadutos da cidade, já que em outro momento os grafites abordavam outros temas? É o que a nossa pesquisa busca problematizar.

Entendemos que o nosso objeto de pesquisa, o grafite com a presença indígena, se configura como uma materialidade produtora de sentidos e nos propomos a estudar a presença indígena nas grafitagens da cidade de Belém, na Amazônia. Quais os sentidos sobre as sociedades indígenas que os grafiteiros de Belém desenham nos muros da cidade? Esta é a indagação que inicia a pesquisa. Partimos da premissa de que os grafites se inserem em um processo comunicacional, que junto com a cidade, comunicam enunciados. Neste trabalho a atenção é voltada para os grafites que representam a figura indígena, os quais vão de encontro a outros tipos de mídias e de arte que dão visibilidade apenas às matrizes culturais europeias e silenciam a memória das sociedades existentes antes da chegada do colonizador em terras brasileiras.

Neste artigo, tomamos como *corpus* os grafites do artista Sebastião Tapajós Júnior, conhecido como Sebá Tapajós, e da artista Cely Feliz, integrante de dois coletivos nacionais (Ratinhas Crew e Flores do Brasil). Ambos trazem em seus grafites mulheres indígenas. Para cada um deles, estas mulheres apresentam conotações diferentes.

Cely Feliz é integrante de coletivos de grafiteiras feministas, prefere as ruas dos bairros periféricos de Belém como cenário do seu grafite, embora esteja ciente do perigo



pela falta de segurança. Sebá Tapajós, além de grafitar ruas, também ocupa outros espaços como galerias de arte. Ambos utilizam as redes sociais como um outro espaço para os seus grafites. Para realização deste trabalho, também entrevistamos os dois grafiteiros.

O referencial teórico é apoiado nos conceitos teóricos da Análise do Discurso, propostos pelo francês Michel Foucault; da metrópole comunicacional, definida pelo antropólogo italiano Massimo Canevacci; cidade interativa, da pesquisadora Lucrecia D'Aléssio Ferrara; e nos estudos sobre o grafite na América Latina, realizado pelo pesquisador Armando Silva.

1. CONVERSA INICIAL SOBRE O GRAFITE

A palavra grafite vem da expressão italiana *graffiti*², plural de *grafito*, do grego *graphis*, “carvão natural”, a matéria com a qual se fabrica o grafite usado em lápis e lapiseiras. Há também as variações do vocábulo em língua espanhola, “em países como Venezuela e Colômbia, houve a tendência de denominar a expressão grafite como pintas ou pintadas, sobretudo em ambientes universitários, enquanto no Brasil se fala também em pichações” (SILVA, 2014, p. 24).

Nas grandes metrópoles mundiais, o grafite, hoje, ocupa um significativo espaço de produção de sentidos, portanto, envolve processos de interação, relações de poder, administração dos gestos de leitura, silenciamentos, interdições. O grafite começou a ganhar visibilidade, juntamente com o movimento Hip-Hop, em Nova Iorque. Esta complexa prática cultural, Hip-Hop, construída historicamente pelo discurso da resistência às desigualdades sociais, especialmente juvenil, é composta pelo rap, o break-dance e o grafite.

A família do hip-hop, composta por grafite, rap e break dance, teve início no final dos anos 1980 nos Estados Unidos e logo se espalhou pela América Central e América do Sul. Em São Paulo, assume-se como fenômeno único, percebendo-se os hip-hopeiros como grafiteiros, com destaque para a “especificidade da geografia local” em seus movimentos. (SILVA, 2014, p. 64).

Nos anos de 1980, já se destacava o nome do afro-americano Jean-Michel Basquiat, que fazia grafites em prédios abandonados, em Manhattan, mas que também teve seus trabalhos expostos em galerias de arte. Mesmo com esse marco temporal, consideramos, neste trabalho, a prática do grafite uma referência também a formas de comunicação de sociedades não necessariamente inscritas num contexto urbano. Neste sentido, podemos

² Optamos por utilizar a grafia “grafite” no decorrer do trabalho, devido ser considerada por nossa referência bibliográfica o termo mais apropriado para a língua portuguesa.



pensar nos grafismos de sociedades indígenas e africanas, ou ainda remontar mais atrás na história da humanidade, às práticas humanas de interação com a sociedade por meio “da escritura” em paredes, muros e postes, como as pinturas rupestres.

Pintados, escritos, raspados ou colados sobre muros e outras superfícies, os grafites tornaram-se habituais nas grandes cidades. Apropriados como uma forma radical de expressão, constituem-se como um código diferente e especial e como uma marca da visualidade urbana. Espontaneamente deixados na rua, os grafites se apresentam como um tipo de manifestação aberta e híbrida, propícia a entrecruzamentos com a mídia, mais especificamente com as redes sociais, com a arquitetura, vindo a se firmar como uma forma de contestação política, poética e de afirmação social.

Esse movimento se globalizou, sem se uniformizar, e se revela um fenômeno que deseja atribuir novo sentido à cidade, tornando-a um espaço de manifestação de “uma voz bastarda” e “transgressora” que não se preocupa com as convenções sociais. Inicialmente a prática do grafite esteve relacionada a certos setores culturais, a exemplo de militantes políticos, universitários, feministas, operários e empregados de baixa qualificação acadêmica. Era por meio do grafite que estes setores da sociedade expressavam suas necessidades econômicas, políticas ou sexuais. Até então, o grafite era reconhecido por sua natureza de marginalidade urbana. Mais tarde, com a reformulação de conceitos e técnicas, este caráter vai se expandir. (SILVA, 2014).

1.1 – A BELÉM GRAFITADA

Em Belém, a prática do grafite encontrou o seu cenário. A cidade tem uma herança colonial muito forte, bairros como a Cidade Velha, o Reduto e a Campina guardam um rico patrimônio histórico, o qual, ao nosso olhar não recebe adequada manutenção. Este abandono pelo espaço público em alguns bairros de Belém foi o que motivou alguns grafiteiros da cidade a organizarem eventos e encontros como o “Rota Urbana pela Arte” (2013), organizado pela artista Drika Chagas e o “Reduto Walls” (2014), organizado pelo grafiteiro Sebá Tapajós, os grafiteiros se uniram e propuseram a ocupação e limpeza da cidade, utilizando o grafite.

Atualmente, observamos algumas características dos grafites produzidos nas paisagens da capital paraense, a saber, a forte presença feminina, os grafites espalhados nas plataformas digitais, a diversidade étnico-racial presente nestas materialidades urbanas. É visível também a presença de vários coletivos de grafites, como Cosp tinta; ACN Crew;



Rataria; Esc; Resistência; Freedas Crew, entre estes, alguns são formados exclusivamente por mulheres, característica bem recente no cenário do grafite.³

Porém, a história do grafite em Belém, assim como no restante do Brasil, é heterogênea e se constitui com caminhos plurais. Alguns grupos de grafiteiros ou mesmo os que atual individualmente, preferem os bairros não centrais, optam pelos muros das ruas; outros chegam com o seu grafite aos bairros mais elitizados e também às galerias. Neste artigo, nossa análise é voltada para os grafites do artista Sebastião Tapajós Júnior, conhecido como Sebá Tapajós, e da artista Marceley Gomes Feliz, a Cely Feliz.

Marceley Gomes Feliz, conhecida entre grafiteiros e grafiteiras como Cely Feliz, é paraense, nascida na capital, integra os coletivos Ratinhas Crew e Flores do Brasil, que trazem o traço indígena com um diferencial em suas produções. Em entrevista realizada com a grafiteira, ela nos contou como começou a grafitar, como vê este cenário em Belém e quais as diferenças entre os muros masculinos e os femininos. Para a artista, a prática do grafite não tem objetivo de deixar um muro bonito, mas sim de passar uma mensagem. Segundo a grafiteira, ela começou a grafitar o sujeito indígena porque sente falta desta exaltação nos muros ao seu redor, o que ela sempre via era os muros sendo grafitados com traços que vinham do eixo Sul-Sudeste do Brasil ou mesmo do exterior, “eu sempre senti falta da figura indígena e da figura negra nas paredes de Belém” (CELY,2017).

Paraense do município de Santarém, Sebá Tapajós é um grafiteiro, artista visual, e já foi tatuador. Filho do violonista Sebastião Tapajós, Sebá é daltônico, deficiência visual que dificulta o reconhecimento das cores e principal característica de seus grafites é o colorido bem acentuado. Como ele não consegue diferenciar algumas cores, ele precisa ler na lata do spray o nome da cor que vai utilizar. Segundo o grafiteiro, a sua inspiração para os grafites com a presença indígena é a descendência familiar, principalmente as mulheres de sua família. Sebá é organizador de vários eventos que reúnem grafiteiros do mundo todo⁴.

2 - NAS TEIAS DO DISCURSO: O GRAFITE

A Análise do Discurso (AD) é uma metodologia de interpretação, com o objetivo de compreender a produção social dos sentidos, realizada pelos sujeitos históricos, por meio da

³ CAMPOS (2008) observava que a natureza do grafite estava associada a uma dupla condição, etária e de gênero. Quem realizava os grafites eram homens e jovens. A nossa pesquisa ampliou estas características, a principal característica nos grafites analisados é a heterogeneidade de seus sujeitos.

⁴ No artigo “Nas paredes, nos rios, nas galerias: o Street River de Sebá Tapajós”, analisamos o evento realizado em homenagem aos 400 anos de Belém do Pará. Disponível em: <http://www2.uesb.br/labeledisco/wp-content/uploads/2016/05/Anais-do-I-Encontro-Foucault-e-Discurso-no-Brasil-Completo.pdf>



materialidade das linguagens. É uma teoria interdisciplinar, não consistindo em uma abordagem uniforme de investigação, pois, abriga diferentes origens teóricas e, conseqüentemente enfoques metodológicos. Aqui, tomamos os grafites como enunciados espalhados nas paisagens das grandes metrópoles. Partimos dos estudos da AD, sobretudo as formulações de Michel Foucault para compreender a presença indígena nas inscrições urbanas de Belém, utilizando alguns grafites de Sebá Tapajós.

Figura 2: Indígenas com flores nos cabelos



Fonte: <http://sebatapajos.com.br/> Acesso em 03/05/2015, às 16h.

Na capital paraense, desde a entrada da cidade, passando por seus bairros periféricos e também pelos centrais, o grafite com a presença indígena tem ocupado espaço na paisagem, figura esta que é silenciada na nossa história amazônica, impregnados de estereótipos, aliados de políticas públicas. Andar pelas ruas da nossa cidade e ver a presença indígena estampada em nossas paredes é tornar visível a memória silenciada destas sociedades. Na figura acima, observamos um dos grafites inseridos na série “índios pop”⁵, produzida pelo grafiteiro Sebá Tapajós. Observamos o grafite em um grande muro, num espaço de produção de sentidos que por muito tempo o definiu como grafite: a rua.

No centro das questões que a AD propõe está a constituição da história do sujeito na sociedade ocidental (FOUCAULT, 2009), ou seja, uma história das práticas de subjetivação. A questão que Foucault (2008b, p. 351) se coloca é saber quem somos nós hoje, o que nos ajuda a entender as identidades em circulação em nossa sociedade. Para tanto, ele analisa os discursos que se entrecruzam na constituição dos sujeitos de forma heterogênea, por meio de lutas e batalhas, em que saber e poder se interrelacionam.

⁵ Em entrevista realizada em 2015, para a nossa pesquisa de mestrado, Sebá Tapajós justifica o nome da série de grafites, “Índios Pop”, pela mistura entre práticas culturais globais e locais. Podemos observar marcas como o colorido intenso e adereços como os óculos escuros.

**Figura 4: Cabelo Caiapó**

Fonte: <http://sebatapajos.com.br/> Acesso em 03/05/2015, às 16h.

Fonte: <http://sebatapajos.com.br/> Acesso em 03/05/2015, às 16h

O grafite, portanto, como todas as expressões humanas, está inserido em relações sociais, é produzido por sujeitos historicamente construídos, ele se modifica, se atualiza, inscreve-se em memórias discursivas. Eles são enunciados que circulam nos espaços urbanos, mas também já estão presentes nas redes sociais e podem tanto silenciar ou visibilizar discursos. Neste trabalho, nos interessa discutir esta materialidade com os estudos da Análise do Discurso e também com a comunicação urbana.

Para Foucault (2006a, p. 253), analisar discurso é examinar “as diferentes maneiras pelas quais o discurso desempenha um papel no interior de um sistema estratégico em que o poder está implicado, e para o qual o poder funciona”. O poder não é origem do discurso, e sim opera através deste, pois o discurso é um elemento de um dispositivo estratégico de relações de poder.

O autor propõe que seus estudos sejam entendidos a partir de suas fases arqueológica e genealógica. Em sua arqueologia do saber, Foucault (2008) propõe superar a forma tradicional de fazer história, a qual é organizada em forma de narrativas sequenciais de acontecimentos, em uma continuidade que elide os acidentes e discontinuidades que marcam as lutas dos sujeitos no interior da sociedade. Também deve ser abandonada a noção de uma ruptura radical com uma determinada forma de saber, de sujeito e de pensamento, como a história tradicional apresenta os fatos. Em vez da busca pela origem e pela ruptura, nos ocuparemos aqui, na esteira da genealogia de Foucault (2013), dos acontecimentos que provocaram, ao longo da história, transformações nas concepções que temos sobre o objeto de discurso em análise.

Assim como a arqueologia, a descrição genealógica (FOUCAULT, 2013), para ser empreendida, requer que se renuncie à forma tradicional como se faz história, sem se



ocupar das gêneses. A arqueogeneologia não tenta descobrir o que está oculto nos discursos, mas os próprios discursos enquanto práticas que obedecem a regras de construção, as quais são históricas e controladas por relações de poder. Portanto, quais acontecimentos permitem que grafites como estes sejam recorrentes na paisagem urbana de Belém?

Para Foucault, os sentidos são históricos e sociais, além disso, os discursos vivem em tensionamentos, são controlados em determinada sociedade, assim como a memória, para que um exista, é necessário a invisibilidade do outro.

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e terminável materialidade. (FOUCAULT, 2014, p. 8).

Assim, entendemos o grafite como enunciado, uma materialidade produtora de sentidos, que atualmente em Belém, retoma discursos antes silenciados: a memória das sociedades indígenas. Observa-se que neste trabalho há “duas vozes” que em certos períodos foram silenciadas, mas agora estão evidência: o grafite e a presença indígena no grafite.

Analisar a circulação dos enunciados, as posições de sujeito aí assinaladas, as materialidades que dão corpo aos sentidos e as articulações que esses enunciados estabelecem com a história e a memória. Trata-se, portanto, de procurar acompanhar trajetos históricos de sentidos materializados nas formas discursivas da mídia (GREGOLIN, 2007, p. 13).

3 - OS GRAFITES E A CIDADE COMUNICACIONAL

Entendemos o grafite como uma materialidade discursiva inserida no processo comunicacional, expressão artística identificada precipuamente com o espaço urbano. Canevacci (2004) considera os grafites como fenômeno da comunicação urbana, são materialidades que permitem novas formas de comunicação urbana em todos os seus múltiplos ambientes e espaços. Este autor compreende as cidades como ambientes carregados de sentidos; denominadas “cidades de arte ou de cultura”, cujo o foco não é apenas o aspecto físico e estrutural, mas também a dimensão simbólica. Neste processo, os grafites modificam a paisagem urbana, produzem nas cidades as “interzonas”, possibilitam outras cartografias com olhares múltiplos para as cidades. Para ele, a existência de múltiplos espaços nas metrópoles é constituída tanto por condições materiais quanto imateriais. Esta análise de Canevacci (2004) resulta no conceito da “metrópole comunicacional”.



Tal conceito vai ao encontro do que Ferrara (2010), em suas pesquisas sobre as cidades comunicativas ou interativas, também elabora. A cidade interativa “é desestruturante e sem ambições midiáticas, mas é o único lugar capaz de sobreviver de modo democrático”. Para nós, é nesta cidade, a interativa, que o grafite se materializa, trazendo para todos que o veem os discursos e memórias antes silenciados.

Nessa cidade interativa, observa-se a semiose de uma dimensão política da comunicação que ultrapassa sua simples dimensão fenomênica e simplesmente enunciativa, para aderir a uma formação discursiva que se deixa perceber em vozes que, no tempo, gritam ou se calam. Observa-se que a simples descrição fenomênica é insuficiente para perceber a densidade daquelas formações discursivas que exigem outras estratégias metodológicas. (FERRARA, 2015, p. 160).

Assim, partimos para a análise dos grafites de Cely Feliz, os quais reivindicam a igualdade de gênero, são contra qualquer tipo de violência contra a mulher, tanto física, como também verbal. A grafiteira integra dois coletivos nacionais de grafiteiras, o Ratinhas Crew e o Flores do Brasil, ambos com o objetivo de viabilizar a produção feminina e feminista de artistas urbanas atuantes fora do eixo Sul-Sudeste.



Figura 5: Grafite “La piel del índio te enseñara”



Foto: Camille Nascimento

Nos grafites de Cely Feliz emergem enunciados visuais de indígenas e negros, que fogem ao padrão de como eles aparecem na televisão, nos jornais impressos, nos livros didáticos, geralmente estereotipados. Muitos grafites trazem a referência indígena menos explícita, por meio de alguns grafismos em torno do “desenho” principal ou por enunciados verbais como “La piel del índio te enseñara”, como no grafite da figura 5. Canevacci (2004) observa como “a cidade se comunica com os seus edifícios, ruas, insígnias, lojas, e com o fluxo de um tráfego insaciável” (CANEVACCI, 2004, p.14). Ele aponta como a comunicação visual da cidade está envolta pelas relações de poder, assim como pelas relações sociais.

Mais do que simulacros vazios, a comunicação urbana, bem como a da *mass media*, me pareceu sempre ser uma forte concentração das relações de poder entre quem detém o controle das comunicações e quem é reduzido apenas à passividade de espectador. As classes sociais, os



grupos étnicos, as identidades de gênero ou de geração, os muitos norte-sul do mundo, constituem conflitos presentes na comunicação e por ela reciclados. E a cidade permanece como o seu coração visível. (CANEVACCI, 2004, p. 16).

Os corpos pintados nos grafites de Cely Feliz produzem um estranhamento nas pessoas que acreditam em identidades fixas, pois em muitos de seus enunciados não identificamos claramente o indígena, o negro, o branco e o morador da região. Será possível identificar estas diferenças apenas observando os fenótipos dos corpos, numa região como a Amazônia? Estes grafites causam uma certa polêmica, pois, como as pessoas se reconhecem neles, rejeitam que sejam indígenas e alegam que são apenas moradores da região que estão desenhados.

A partir dos estudos de Foucault, compreendemos que a história é descontínua. Isso significa que estes discursos sobre a pluralidade étnica da cidade de Belém são nós em uma rede de memória, que se movem, se complementam, se refutam, se transformam. É muito difícil determinar quem é o outro do indígena em cidades como Belém, tão intensamente constituídas pelas matrizes culturais indígenas.

Canevacci (2004) propõe o método polifônico, referente ao fato de que a cidade é feita de muitas vozes, que se cruzam, se sobrepõem umas às outras, isolam-se ou contrastam-se. É o que observamos neste tipo de grafite que traz discursos e enunciados com a presença indígena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos, a partir das formulações foucaultianas que estas grafitagens são produzidas por sujeitos historicamente construídos, pluralizam as identidades indígenas e fazem

Figura 6: Mulher Amazônica



Foto: Cely Feliz



emergir os discursos sobre sociedades indígenas e sobre o movimento feminista.

A partir do nosso olhar sobre os grafites com a presença indígena em Belém, este nosso objeto de pesquisa nos convidou a pesquisar também sobre o processo comunicacional na cidade, como a cidade de Belém pode comunicar por meio destes grafites com a presença indígena, culminando nos conceitos propostos por Canevacci (2004) e Ferrara (2015), de metrópole comunicacional e cidade interativa. As vozes que se cruzam na cidade comunicativa a transformam na cidade polifônica (CANEVACCI, 2004). Em Belém, elas apareceram em nossa pesquisa como um grande muro de grafitagens indígenas que estavam o tempo todo ao lado de discursos completamente hegemônicos, apenas não apareciam.

Nossa pesquisa mostrou como os grafites com a presença indígena reivindicam discursos antes silenciados sobre estas sociedades. O trabalho configura uma reivindicação de vozes silenciadas: a do próprio grafite, pois, é uma prática urbana que, apesar de estar em determinados momentos em circuitos oficiais, como instituições e mídia, ainda não dialoga como um discurso hegemônico; e dos sujeitos indígenas, que como vimos, tem seus discursos interditados e modificados, gerando o estereótipo e preconceito presente nos não-indígenas.

Nas entrevistas realizadas com os grafiteiros Cely Feliz e Sebá Tapajós, ambos falam sobre a suas influências para grafitem sujeitos indígenas, sobre o porquê de grafitem figuras indígenas, o espaço que cada um tem no cenário do grafite. Para ambos a inspiração vem da família: a família de Cely é natural do Arquipélago do Marajó; Sebá tem a influência de Santarém; Cely nasceu e cresceu no bairro do Bengui, uma das periferias mais abandonadas de Belém; Sebá morou no Bairro do Reduto, por isso a grande quantidade de grafites assinados por ele neste bairro.

Ambos têm como semelhança nos trabalhos o sujeito indígena como principal tema dos grafites. No entanto, divergem quanto aos locais em que grafitam e entre as suas concepções sobre o que é o grafite. Cely é integrante de coletivos de grafiteiras feministas, prefere as ruas dos bairros periféricos de Belém como cenário do seu grafite, embora esteja ciente do perigo pela falta de segurança. Sebá Tapajós, além de grafitar ruas, também ocupa outros espaços como galerias de arte. Ambos utilizam as redes sociais como um outro espaço para os seus grafites.

“Eu grafito as etnias indígena e negra porque sinto falta delas nos muros de Belém. Acho que a gente tem que pintar essa cidade inteira com aquilo que nós somos, com a nossa aparência mesmo, e não com o que vem de fora”.



Cely Feliz

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Ricardo. Movimentos da imagem do graffiti. Das ruas da cidade para os circuitos digitais. In: VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA MUNDOS SOCIAIS: SABERES E PRÁTICAS, 2008, Lisboa. Anais eletrônicos... Lisboa, 2008. Disponível em <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/98.pdf>. Acesso 14/05/2015.

CANEVACCI, Massimo. A Cidade Polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. Cidade: meio, mídia e mediação. Revista Matrizes. N. 2. São Paulo, 2008. P. 39-53, São Paulo. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/matrizes>. Acesso em: agosto/2016.

_____. Comunicação mediações interações. São Paulo: Paulus, 2015. – (Coleção Comunicação).

_____. A outra caixa de Pandora. Revista Matrizes. V.10. N.2, São Paulo, 2016. P. 61 – 74, São Paulo. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/matrizes>. Acesso em: dezembro/2016.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.

_____. O que são as luzes? In: _____. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Trad. Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b (Ditos & Escritos II), p. 335-351.

_____. A ordem do discurso – aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GREGOLIN, Maria do Rosário. A mídia e a espetacularização da cultura. In: GREGOLIN, M. (org). Discurso e mídia: a cultura do espetáculo. São Carlos, 2003. Cap. 1, p. 9 -20.

_____. Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos. São Carlos, SP: Claraluz, 2004a.

_____. Análise do Discurso e mídia: a reprodução das identidades. Revista Comunicação, Mídia e Consumo, São Paulo, Vol. 4, No11 (2007).



NEVES, Ivânia. A invenção do índio e as narrativas orais Tupi. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: 2009.

_____. EtiniCidades: os 400 anos de Belém e a presença indígena. Revista Moara. N. 43 jan-jun Belém, 2015. P. 27 -44, Belém. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/2634>. Acesso em: agosto/2015.

_____.; SILVA, Camille Nascimento da. A invenção do índio nas intervenções urbanas de Belém: as índias de Sebá e Cely. In: II COLÓQUIO INTERNACIONAL MÍDIA E DISCURSO NA AMAZÔNIA, 2015, Belém. Anais eletrônicos...Belém: II DCIMA, 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0Bw-POCsMclYZk9sbEtsMzNMTetFaJKbnNjc2dZcjhRQUtB/view>. Acesso em: novembro/2015.

_____. Nas paredes, nos rios, nas galerias: Street River de Sebá Tapajós. In: IENCONTRO FOUCAULT E DISCURSO NO BRASIL, 2016, Araraquara. Anais eletrônicos... Araraquara, 2016. Disponível em: <http://www2.uesb.br/labeledisco/wp-content/uploads/2016/05/Anais-do-I-Encontro-Foucault-e-Discursos-no-Brasil-Completo.pdf>. Acesso em: maio/2016.

_____. SILVA, Camille Nascimento; SODRÉ, Roberta. Mulheres indígenas nas tintas das grafiteiras Ka e Cely Feliz. Revista Visagem de Antropologia Visual. Vol.2, n.2, Belém, 2016. P. 285 – 306, Belém. Disponível em <http://www.ppgcs.ufpa.br/revistavisagem/>. Acesso em: dezembro/2016.

SILVA, Armando. Atmosferas urbanas: grafite, arte pública, nichos estéticos. São Paulo: Edições Sesc, 2014.

**GT 07 – Cidades e transformações do urbano na América Latina****GRAFITE, PICHANÇA E A CIDADE: EXPERIÊNCIAS, SUBJETIVIDADES E INTERAÇÕES NO ESPAÇO URBANO DE BELÉM**

Roberta Aragão Machado (UFPA)¹
robertaragao@gmail.com
Manuela do Corral Vieira (UFPA)²
emanuelacorralv@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo visa observar a experiência urbana na cidade de Belém no que tange às representações políticas e culturais através do grafite e da pichação, em que pese seus distanciamentos e aproximações, em um contexto da Metrópole Comunicacional e Imaginário Urbano. O artigo tem como marco teórico as proposições de David Harvey (2014), ao destacar que o que movimenta a cidade do ponto de vista político são os processos oriundos de uma cultura da horizontalidade. A pesquisa foi realizada através de trabalho etnográfico empreendido em Belém, no qual buscou-se dialogar com os interlocutores do grafite e da pichação do cotidiano da cidade na perspectiva de compreender suas singularidades e interações com a vida urbana, especialmente com as contribuições das relações antropológicas e sociológicas dos estudos de sociabilidade, interação e experiência de si e da relação com o outro e o meio político e em como as cidades se empenham num trabalho de identidade visual, de imagem e de comunicação segundo Lipovestky & Serroy (2015). Elevamos metaforicamente o objeto cidade à categoria de sujeito, permitindo que as narrativas e os percursos de cada interlocutor tornem-se relatos do cotidiano, essa variedade de vozes e ações compõem o diálogo com o conceito de Matriz polifônica da cidade conforme Canevacci (2008). Durante a pesquisa deste trabalho identificamos em suas falas a heterogeneidade, a potencialidade da ação política e o inesperado de intenções comunicativas que nos revela a transformação da experiência urbana em um constante diálogo com as apropriações simbólicas do espaço. Por isso mesmo, nesta ordem, a partir da relação entre o fato social e sua representação percebe-se novas possibilidades de criação, de pertencimento, e, portanto, de identificação e de protagonismo com o espaço e os sujeitos nele relacionados e presentes.

Palavras-chave: Espaço urbano; Sociabilidade; Cotidiano.

¹ Mestranda em Ciência da Comunicação pelo Programa de Pós- Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil. Especialista em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil. E-mail: robertaragao@gmail.com

² Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Pará, mestre em Marketing pela Universidad Autónoma de Madrid e professora adjunta da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da UFPA. Coordena o Grupo de Pesquisa “Comunicação, Consumo e Identidade”. E-mail: manuelacorralv@yahoo.com.br.



1. INTRODUÇÃO

1.1 Cidade

Observe a cidade e sinta as palavras e as coisas que dela emergem e nela existem. Leia a cidade, regozije-se, revolte-se e mude o seu cotidiano urbano se assim achar melhor. Escolha uma de suas inúmeras facetas e brinque com ela. A cidade grita, chora, resmunga, sussurra, ouve, sente.

Ela, sobretudo, responde. Entre evidências e surpresas, a cidade produz permanentemente sentidos e significados para cada um de seus habitantes. (Freitas, 2011, p.7)

A cidade, entendida como objeto de pesquisa, é um fenômeno que percorre muitas disciplinas. Sob o ponto de vista da Comunicação, interessa-nos investigar o lugar das práticas comunicativas – da pichação e do grafite – na experiência urbana. Assim, elevaremos metaforicamente o objeto cidade à categoria de sujeito, permitindo que as narrativas e os percursos de cada interlocutor tornem-se relatos do cotidiano.

Nessa busca, é importante evidenciar como o modelo urbano nasceu paradoxal na América Latina se comparado a Europa: a efervescência cultural convive com a criminalização de ações políticas e a visibilidade de formas de violência que passam a ser qualificadas como eminentemente metropolitanas, onde a vasta perspectiva de inclusão permite e, em alguns casos, demanda fortes políticas de exclusão. No meio disso tudo, essa dita modernidade que as cidades passam, sobressalta aos olhos as diferentes estratégias através das quais diferentes atores sociais mesclam interações entre fluxos globais e fluxos locais. Para Hoff, a praia e a rua por exemplo efetivam-se e possuem particularidades consideradas cenários exemplares na tessitura de comportamento críticos e efetivos lugares de exercício de subjetividades contestatórias e ou contra-hegemônicas (Rocha e Hoff, 2014, p. 18).

Dito isso, antes de observarmos de perto o tema cidade é importante realizar um retrospecto para que possamos compreender como a esfera pública, parte integrante da cidade, tornou-se palco de inúmeras lutas e transformações e como ela modificou a forma que dialogamos com ela, em um processo constante infinito. Segundo Figueiredo (2004), foi por volta dos séculos XIV e XV com o surgimento e fortalecimento econômico da classe social burguesa em substituição ao clero e à nobreza, que as estruturas de dominação e organização social sofreram mudanças e foram transformadas para atender aos interesses dessa classe. Por consequência, muitas alterações ocorreram perpassando diferentes setores, como a arte, onde conceitos e referências sobre essa categoria também foram se transformando. Os questionamentos enfrentados pelas artes visuais a partir dos anos 1960



colaboraram para a ruptura com determinados condicionamentos históricos e para a inauguração de novos valores e práticas estéticas. Com a contemporaneidade, coloca-se em discussão o papel e o lugar da arte promovendo a sua saída dos espaços idealizados das instituições. Discussão essa que compreende a arte realizada nos espaços públicos convertendo-se em estratégia de aproximação com a realidade e com o público.

Para Michel Foucault, pioneiro a refletir sobre o espaço e sobre as relações de poder que através dele se estabelecem, a organização do espaço e dos elementos arquitetônicos que compõem os espaços não determinam tudo sobre ele. Nesse sentido é importante buscarmos sobre os vestígios da sociabilidade que podem ser encontrados nos espaços, pois compreendemos que cultura e poder perpassam as interações em diversos planos e dimensões, incluindo o corpo dos sujeitos envolvidos. Sobre este tema, Simmel (1983) é influência importantíssima na constituição do pensamento coletivo, e especialmente na contemporaneidade, na sociedade em rede, na era da informação. O autor compreende que a sociabilidade deixa rastros, configura-se em discursos difusos e dispersos, mas também inscritos textual e performaticamente, em grande quantidade e com grande rapidez.

Portanto a metrópole, que para Canevacci (2009) é uma metrópole comunicacional, é fundamentada na comunicação e na cultura, “instâncias” que abrigam valores. O autor pontua que “agora com a metrópole comunicacional, é muito mais fluida a situação” (CANEVACCI 2009, p. 5). Essa fluidez é parte da experiência cultural e urbanística da contemporaneidade. Nesse contexto, discutem-se as novas formas de interação e comunicação entre os indivíduos na sociedade, tensionamento este que é o foco da presente discussão.

O caráter plural da arte contemporânea capaz de conciliar diversas linguagens distendeu o seu suporte tradicional para uma escala urbana, desta forma a adoção dos espaços públicos imprime novas questões: a performance, o anônimo e a sua dissolução na estrutura-cidade. Compreendemos que as diferentes linguagens que a arte utiliza nos espaços públicos permeiam, além das questões físicas e culturais da cidade, outras questões, como ser produzida pelos que estão à margem da sociedade, os que sofrem a violência urbana, os que estão envoltos das contradições da cidade, etc. A cidade com sua dinâmica, lugar do coletivo, da vida cotidiana se converte num reflexo do mundo e o artista utiliza-a como meio de reflexão das relações entre o sujeito e a realidade e este é um dos tensionamento abordados na presente pesquisa.

1.2 Metodologia

Ao refletirmos em como a cidade agora é atravessada por uma fluidez que conduz a novas interações e como isso possivelmente propicia a explosão de vozes e manifestações



no urbano, perguntamo-nos como analisar essa cidade? Como observar a expressão da pichação e do grafite nestes centros urbanos?

Para nossos objetivos, dialogaremos com os estudos de Canevacci, que no livro *Metrópole Comunicacional* identifica a cidade como uma multiplicidade de vozes autônomas que se cruzam, relacionam-se, sobrepõem-se umas às outras, isolam-se ou se contrastam; O autor também designa uma determinada escolha metodológica de “dar voz a muitas vozes”, experimentando assim um enfoque polifônico com o qual se pode representar o mesmo objeto justamente a comunicação urbana. A polifonia estaria no objeto e não no método.

A cidade se caracteriza pela sobreposição de melodias e harmonias, ruídos e sons, regras e improvisações cuja soma total, simultânea ou fragmentária, comunica o sentido da obra. Estou convencido de que, por meio da multiplicação de enfoques - os “olhares” ou “vozes” - relacionados com o mesmo tema, seja possível se avizinhar mais à representação do objeto da pesquisa, que é, neste caso a própria cidade. (Canevacci, 2008, p.18)

Tensionando mais o tema em busca de enxergarmos a cidade multifacetada, na obra *Fetichismos visuais: corpos erópticos e metrópole comunicacional* (2008), Canevacci, aponta também alguns caminhos em como pensar este espaço urbano que deve ser numa perspectiva heterogênea, complexa, hibridizado e multicultural. Nesta pesquisa que busca compreender as narrativas, os re-significados propostos pelo grafite e a pichação, a escolha pela utilização dos conceitos propostos por Canevacci é justificada pois o autor compreende que os fetiches-visuais³ se estratificam transversalmente sobre a publicidade, arte, cinema, performance, design, moda, escrita e até mesmo a música. Por isso, a aproximação metodológica polifônica, isto é, de pesquisa de estilos escriturais, composições imagéticas, lógicas irregulares que variam nos diversos capítulos e que se entrecruzam com a autonomia relativa das imagens (Canevacci, 2008, p. 15).

Assim, parece-nos interessante conceber a paisagem urbana e os corpos nela inseridos resgatando a força metafórica dos atratores. Portanto, se a intenção metodológica é seguir os atratores do olhar, ou ainda, considerar o olhar- os caminhos fetichistas do olhar, na concepção de Canevacci - como a perspectiva adotada para as reflexões a respeito das inter-relações entre cidade e corpo, não se pode fugir das dimensões do imaginário.

³ O antropólogo italiano Massimo Canevacci rediscute o conceito marxiano de *Fetisch* para compreender as contradições da cidade contemporânea. A alteração das relações entre seres humanos e mercadorias envolve fetichismos visuais disseminados, sobretudo, pela tecnologia digital. Esse novo estilo de vida mistura publicidade, moda, música, arte e *design* – não mais mercadorias clássicas. Isso exige, então, uma “metodologia estupefata”, polifônica, que dê conta das mutações na metrópole comunicacional.



Segundo Canevacci, da instância material à imaterial, a cidade se apresenta para o olhar do sujeito que nela passeia/viaja como uma paisagem que se propõe a seduzir. Esta experiência se manifesta no âmbito do olhar, das visualidades. A cidade/metrópole, na sua expressão mais intensa de “mundo/lugar”, configura-se como uma experiência do olhar, convidado a permanecer nos códigos da visualidade. O que o autor propõe é: a paisagem urbana indistinta, sem limites, de múltiplas identidades, se apresenta ao olhar dos sujeitos que por ela transitam.

É importante ressaltar que este universo complexo apontado por Canevacci, é apontado também por Fortuna pelos mesmos aspectos, os de que, por exemplo, como as cidades não cabem em representações fechadas, seus sentidos são múltiplos, intensos tecidos por experiências individuais e às vezes contraditórias fruto de diferentes percepções. É um cenário que merece ser problematizado pois é tecido por narrativas e discursos que forma representações e imaginários (Fortuna, 2014, p. 129).

Outro ponto importante que fez parte da nossa metodologia, foi a entrevista semi estruturada com perguntas abertas e fechadas buscando perceber não só a experiência em si mas a narrativização, perceber no ambiente do urbano em que os corpos dos indivíduos relacionam-se entre si, com a arquitetura e com o lugar, as interações sensíveis, que conduz a sociabilidade movida pela pichação e pelo grafite.

Como ponto de partida para refletir sobre o grafite e a pichação em Belém, buscamos entrevistar os mais variados pichadores e grafiteiros buscando extrair as mais variadas percepções sobre a cidade, sobre a publicidade e os tensionamentos que ocorrem. Optamos por identificar os autores das manifestações que estavam presentes em espaços de cultura na cidade e aqueles que explicitam mensagens de resistência. A decisão pelos locais de cultura é justificada pelos atravessamentos e tensionamentos que os autores colocam que dela emergem na/da cidade.

Os interlocutores que contribuíram para o trabalho foi o Graf, que faz parte do coletivo Cosp Tinta, que existe há 15 anos. O segundo entrevistado, Caos, faz parte de grupo, criado para realizar grafites e pichações na cidade, cujo nome é TOC (Transtorno Obsessivo Compulsivo). O terceiro entrevistado se chama K-xorro, um nome indicado pelos outros interlocutores por ser referência em Belém por conta dos enfrentamentos e reflexões que realiza não só nos muros mas também e ações de arte-educação. E o quarto interlocutor, se chama Dedeh que já fez parte do Coletivo Cosp Tinta e hoje trabalha de forma individual.

Mas antes de dialogarmos com os interlocutores é importante realizar o registro e voltar um pouco no tempo, para refletir sobre o surgimento em Belém do grafite e da pichação.



1.3 Da Pichação ao Grafite

Na busca em compreender o universo da pichação e do grafite, fez-se necessário pontuar que, existe não só uma diferença da técnica entre os que fazem pichação e aqueles que se propõem a grafitar, já que comumente a pichação está relacionada às gangues. Fator esse que socialmente denigre também a imagem dos grafiteiros, conforme apontado pelos entrevistados, pois no ato da grafiteagem eles acabam sendo tratados como marginais. Entretanto, é importante destacar que independente de qual técnica seja utilizada, se ela é considerada legal ou ilegal, tais inscrições praticadas por esses grupos são linguagens de identificação, narrativas que compõem suas identidades.

Analisando a relação entre imagens, corpos e cidades, percebemos como ela abriga processos nos quais se cristalizam transformações cognitivas e perceptuais. Esta mutação nas maneiras de experimentar e representar o mundo resulta não apenas em alterações simbólicas, mas para Rocha e Hoff há outros processos que também envolvem isso. O modo como tecemos nossos laços sociais, nos comunicamos e vivemos o mundo como espaço ou arena comunicacional articula-se a experiências de partilha, de vínculos corporais mediados pela experiência urbana e a exercícios do ver e do sentir que comportam questões, políticas, de visibilidade. (Rocha e Hoff, 2014, p.19)

Para Fábio Luís Moraes Cardoso, um dos interlocutores desta pesquisa, artisticamente conhecido como Graf, que considera-se um ex-pichador e atual grafiteiro e arte educador, membro do coletivo Cosp Tinta Crew, algumas experiências que colocaram sua vida em risco enquanto atuava na clandestinidade, como membro de gangue e pichador faziam parte de :

(...) um cotidiano violento. Eu vi amigos meus morrerem e matarem (sic). A minha passagem do grafite pra pichação foi bem natural. Eu só queria utilizar o *spray*, mas sem voltar pra pichação, então eu fui pro grafite por saber que era ali que eu ia me sentir bem. (Graf, entrevistado em Belém em 2017).

Essa transição da pichação para o grafite tem sido um caminho seguido por diversos jovens e adolescentes que, seja por experiências negativas que tiveram durante suas ações na cidade, ou inspirados pelos inúmeros coletivos de arte urbana, eles encontraram um caminho de continuar exercendo sua arte sem os riscos que o mundo das gangues e da pichação oferecem por conta das ações do estado. John D. H. Downing (2002) comenta como o grafite exerce esse papel de mídia radical alternativa, sobretudo como instrumento de comunicação entre jovens e adolescentes. Mais do que isso, o grafite é uma mídia que



apresenta mistura das culturas popular e de oposição, qualidade direta do impacto estético, acessibilidade de baixo custo e poder ser exercido em situações de extrema repressão, para o autor:

São interações de esfera pública que incitam as próprias conversas e interações (ainda que sub-reptícias) que nutrem os movimentos sociais e o movimento rumo à democracia ou a uma cultura de feições democráticas mais fortes. (Downing, 2002).

Por se tratar de uma manifestação da identidade (tanto grupal como individual), de processos de experiência e de sociabilidade o grafite possui em sua essência um viés político, mas ainda assim para algumas pessoas é difícil precisar qual o papel de uma forma de expressão tão controversa, então, historicamente, a recriminação sempre fez parte dos movimentos dessa mídia radical. Dentre muitas coisas que podemos apontar é que essa arte surge de uma necessidade de expressão. Para a professora e designer Donis A. Dondis, cuja a obra, Sintaxe da linguagem Verbal, trata do alfabetismo visual, o ser humano sempre precisou se expressar e isso envolve muitas razões, portanto:

Quais são as razões básicas e subjacentes para a criação (concepção, fabricação, construção, manufatura) de todas as inúmeras formas de matérias visuais? As circunstâncias são muitas, algumas vezes claras e diretas, outras multilaterais e sobrepostas. O principal fator de motivação é a resposta a uma necessidade, mas a gama de necessidades humanas abrange uma área enorme. Podem ser imediatas e práticas, tendo a ver com questões triviais da vida cotidiana, ou podem estar voltadas para necessidades mais elevadas de auto-expressão de um estado de espírito ou de uma ideia (Dondis, 2007, p. 183).

Assim, a cidade com suas complexidades, com questões triviais da vida cotidiana, acaba por se constituir como metáfora da própria realidade, em que as artes visuais, muitas das vezes associada à arquitetura, colaboraram na revelação e reflexão deste processo. Trata-se, pelo que observamos de um processo que ora modifica, ora concede ao indivíduo a capacidade de interpretar e utilizar o ambiente urbano de maneira diferente das prescrições implícitas no projeto de quem o determinou; enfim, dar-lhe a possibilidade de não assimilar, mas de reagir ativamente ao ambiente.

1.4 Grafite em Belém: Coletivo Cosp Tinta

Na capital paraense, lócus da pesquisa, o movimento grafite surge no final da década de 90 e chega por meio da influência dos dançarinos de break e cantores de rap e hip-hop, segundo o relato de Graf é nessa perspectiva, de estar na rua, mostrar as suas ideias no



ambiente em que a trânsito de pessoas, que o Coletivo Cosp Tinta percebeu que a arte do grafite poderia ser considerada uma das formas de comunicação e também de contravenção radical.

Criado em 2002, atualmente o coletivo possui sete membros: Fábio Graf, Ed Paulo, Rog, DK, Dwe, Marcelo Boção e seu fundador, George. A filosofia do grupo é propor intervenções em locais de risco e ao mesmo tentar mostrar que os jovens podem seguir outros caminhos além da pichação e da marginalidade expressando-se de forma artística. Na fala do entrevistado há a busca da utilização do poder da arte urbana como arma social, Para isso, o coletivo promove diversas ações com o intuito de mostrar, principalmente para os jovens que se encontram em situação de risco, que o grafite pode ser usado como instrumento de luta. Segundo o relato de Graf, a maioria dos membros que compõem o grupo atualmente é proveniente de gangues, e antes de entrarem para o mundo do grafite, praticavam pichação pelos muros da cidade de Belém. Mas após algumas situações, busca por outras perspectivas se tornou maior e eles resolveram sair da clandestinidade para mostrar, à luz do dia e sem medo de repressões o trabalho artístico que desenvolvem e o poder de sua arte como mídia alternativa.

Seguindo a perspectiva de estudo apontado por Canevacci de que é importante perceber que na cidade seus sentidos são múltiplos, intensos, tecidos por experiências individuais e às vezes contraditórias fruto de diferentes percepções e o posicionamento político que a arte pode ter. Para o interlocutor Caos, a forma de enfrentamento é o grafite, uma forma de resistência e essa resistência é exercida de diversas formas. Em Belém, ele afirma que um dos alvos de enfrentamento é contra muitas das vezes a publicidade. Nas palavras do entrevistado: “O material está todo na rua e ninguém nos pergunta se queremos aceitar ou consumir. Eles vão jogando, eles intervêm também no espaço urbano, mas ninguém se incomoda. Porque é uma intervenção que gera dinheiro.”

Segundo o entrevistado, outra forma de resistência que o grafiteiro encontra é o grafite político. Que geralmente apresenta-se na forma de uma frase, mas que só o ato em si para os membros do coletivo é também uma resistência. Nas palavras do interlocutor: “E até uma resistência da gente sobre a cidade. Tipo, é uma mensagem que enviamos, do tipo: tá vendo essas ruas perigosas, mesmo assim estou vivo escrevendo nelas, o que é mais perigoso ainda”.para o entrevistado, por conta da cidade de Belém ser perigosa, a resistências muitas das vezes é o ato de estar andando nela.

O que passa despercebido é que constantemente perdemos espaço para a publicidade, para a propaganda, nas palavras de Caos: “a gente ganha espaço, perde espaço. Fazemos intervenções em cima de outdoor, de propaganda política. Já que eles estão na rua e a gente também está”. Quando perguntado se a forma que ele se expressa e



a sua intenção é compreendida pelas pessoas que transitam pela rua, para o entrevistado “rola o pré-conceito mas também rola como eu já vi acontecer, da pessoa se sensibilizar da intervenção, geralmente é um trabalho de grafite. E aí ela passa a ver outras intenções na rua” (Caos, 2017). Mas que essa percepção ela só muda quando a mensagem está bem elaborada na parede, geralmente quando é um grafite. Possivelmente um mensagem mais artística, esteticamente falando, tendendo pro lado mais comercial mais industrial da coisa (Caos, 2017). Que é diferente do que ele faz.

É possível propor um imaginário da cidade a partir da experiência urbana, por meio da leitura da aventura cidadina e suas corpografias? A observação participante e as entrevistas mostraram uma importante relação entre as intenções comunicativas e a experiência proporcionada pela própria cidade. Caos, por exemplo, quando perguntado sobre como ele percebe essas expressões comunicativas esclareceu: que quando tem uma narrativa, quando quer dizer alguma coisa, quando tem uma frase parece que tem mais aceitação pelo público e uma maior interação: “Elas pensam: não é só um rabisco, quer dizer alguma coisa” (Caos, 2017).

Figura 1



Fonte: imagem cedida pelo grupo (2017)

Sobre as intenções pelas quais, Caos é movido a pichar, ele relata que há muitos: “os motivos fúteis”, como passa muitas pessoas por uma rua movimentada “então queremos riscar pra ser visto”. E pode ser contra a publicidade, avaliando o que tem no local, dependendo do que já está escrito na rua. Sobre a percepção das pessoas sobre a real intenção de quem realiza a pichação, ele acredita que geralmente as pessoas não enxergam.

Esta concepção, ao qual o imaginário urbano é atravessada pelas práticas sociais nele contido, está presente em diversas obras que tratam da questão, como em Certeau (1994). O autor estabelece a divisão entre o que chamou de a “cidade conceito” e a “cidade



praticada”. A primeira está inscrita no contexto da “utopia urbanística”, na visão dos planejadores urbanos ao produzir um projeto de cidade. A cidade praticada, por sua vez, agrega as relações sociais em torno deste lugar, dotando-a de sentido simbólico para além de sua materialidade concreta.

Essa relação entre quem grafita ou picha e aqueles que transitam o olhar pela cidade e como um influencia o outro, em um processo contínuo, em como as pessoas percebem essas expressões é apontada por Canevacci também, para o autor a cidade é um organismo subjetivo que absorve como uma esponja o que acontece e elabora a sua própria linguagem.

Esse tipo de linguagem que a cidade, especialmente a área metropolitana elabora, influencia profundamente o tipo de comportamento das pessoas que moram nessa área metropolitana. Por isso seria possível dizer que a linguagem da metrópole é baseada sobre lugares, espaços, e, principalmente sobre interstícios, isto é, um espaço que está in between, que está entre, um espaço conhecido e um desconhecido.” (Canevacci, 2009, p.15)

Essa pluralidade de imagens que encontramos na cidade para alguns autores, destaca-se como uma musealização do urbano. Para Rocha e Hoff, “na simbiose entre o lugar midiático e o espaço-tempo urbanos, caminha-se do espetáculo para a introjeção dos artifícios: estetização da cultura, para alguns; musealização do urbano, para outros”. Mas também a explosão em cascata de imagens-mundo, multiplicação das miradas, profusão dos imaginários, contrabando irrefreável de afetos e sentidos. De um lado, é defensável localizar o papel seminal que a experiência metropolitana desempenha na caracterização de uma sociedade midiática. Também seria inegável o reconhecimento de como as malhas e rede urbanas, e os fluxos que lhe são concernentes, fundaram-se irreversível e progressivamente em termos de processos comunicacionais, muitos deles de fundamento tecnológico ou de estruturação tecnológica ou informacionalmente mediada (Rocha e Hoff, 2014,p.19).

Dentro dessa mesma perspectiva para o coletivo Cosp Tinta, as mensagens transmitidas nos muros da cidade tentam fazer com que as pessoas possam refletir sobre questões cotidianas, ressaltando temas que usualmente não são pautados pela mídia tradicional. O que para o autor Figueiredo:

(...) o desenvolvimento desses meios de comunicação possibilitou uma participação/resposta cada vez mais ativa das pessoas que, historicamente, eram consideradas apenas espectadores do que fosse transmitido por esses canais. E principalmente, possibilitou também a articulação dos diversos grupos que não compartilhassem da mesma visão de mundo dos dominantes. (Figueiredo, 2004, p. 24)

Para o outro interlocutor, o K- Xorro, que denomina a sua expressão nas ruas como



pintura, o estado é quem criminaliza tanto o grafite como a pichação. Ela existe porque o estado, nutre isso, cria marginais para dar emprego para os policiais. Em suas palavras: “é uma forma de sustentar o sistema corrupto de segurança. Criam a insegurança para sustentar o sistema corrupto. Temos o carro prata, o carro preto em Belém. O policial matando negros na favela”. Para o interlocutor, essas ações não são outra coisa, senão um crime organizado. “Que criminaliza diversas expressões na cidade para se auto-sustentar” (K-xorro, 2017).

O interlocutor, que hoje também é professor de artes visuais, compreende que por ter vindo das ruas, hoje consegue entender porque o pichador é tratado da forma que é tratado, criminalizado na escola quando tenta colocar sua tag. O entrevistado inclusive aponta a obra de Foucault, Vigiar e punir (1975), como estudo que analisa o sistema que rodeia a relação das pessoas em suas expressões na cidade e o estado: “o professor como uma engrenagem do sistema para criar um problema para expulsar um aluno que está com mensagens de contravenção. O professor que não conhece vai encontrar aquele cara que tá pichando na cadeira como um crime” (K-xorro, 2017).

Figura 2



Fonte: Acervo da pesquisadora (2017)

CONSIDERAÇÕES

De forma preliminar pensamos que a necessidade de comunicação e expressão dos anseios, dúvidas, dilemas, transforma-se em responsabilidade social na medida em que os interlocutores tomaram para si o papel de denunciar o males que afligem a comunidade (em sua maioria, nas periferias) de que eles fazem parte. Desse modo, o grafite apresenta mais uma característica de mídia radical quando usa de sua plataforma de comunicação para expor o que há de errado com o ambiente em que vive e tenta de alguma forma mudar a ordem estabelecida, contando a história que os grandes meio de comunicação não contam e tentando transmitir outras mensagens para a sociedade.

Quando percebemos segundo os relatos, a utilização do grafite como recurso pedagógico extracurricular, nota-se uma reconfiguração do seu papel: se antes, a pichação



e o grafite eram vistos como demarcação de território, saudações e ameaças por gangues, hoje, o grafite trabalha com a inclusão social e expressão não-violenta de sua identidade. Analisar esse processo pela perspectiva dos estudos da sociedade contemporânea deixa claro como essa mídia alternativa é essencialmente mutável e inconstante. Talvez daí venha seu apelo com o público jovem e a sua capacidade de reinvenção.

Nas escolas, centros comunitários, igrejas, o grafite ganhou espaço como mídia de acesso rápido e barato, que chama a atenção das pessoas que circulam pela cidade para os desenhos elaborados e permite análise crítica. Ideia esta apontada por Downing (2004), que compreende que cultura popular, hegemonia, resistência, movimentos sociais, diálogo, democracia, são conceitos que caminham junto com o conceito de mídia radical alternativa, daí portanto os relatos atravessarem diferentes perspectivas.

De acordo com Downing, não basta ter um discurso puramente transformador, mas a atuação dessa mídia no campo do real deverá ser obrigatoriamente transformadora. O autor acredita que “comunicadores e intelectuais/ ativistas se integrem organicamente com as classes trabalhadoras para o desenvolvimento de uma ordem social justa e culturalmente superior.” (2002, p. 48). Os alternativos, portanto, materializam aquilo que Downing acredita ser essencial; é da matriz da mídia radical alternativa, o de dar voz independente da pauta dos poderes constituídos. (Downing, 2004).

Essa mutação nas maneiras de experimentar e representar o mundo resulta não apenas em medidas de contravenção mas puramente alterações simbólicas. O modo como tecemos nossos laços sociais, nos comunicamos e vivemos o mundo como espaço ou arena comunicacional articula-se a experiência de partilha, de vínculos corporais conforme os estudos apontados por Canevacci.

“É claro que essa performance passiva de olhar e ir embora ainda continua acontecendo, mas em grande parte, o que a comunicação contemporânea está favorecendo é que o público seja parte constitutiva da obra e que possa representar a sua própria história, o seu próprio conto, a sua própria imaginação.” (Canevacci, 2009, p.12)

Percebemos então as principais diferenças que devem ser pontuadas entre a pichação e o grafite segundo nossos interlocutores: enquanto o primeiro é motivado pela necessidade de chamar atenção, de ganhar fama e demarcar território em geral em seu estágio inicial, o segundo visa expressar de maneira artística conteúdos sociais e culturais e tenta modificar o cenário urbano. Enquanto os pichadores geralmente atuam na escuridão e na clandestinidade, os grafiteiros por mais que atuem na clandestinidade em determinados momentos, por conta da sua estética possuem certo reconhecimento, principalmente das comunidades carentes onde promovem ações dentro da cidade.



Por outro lado, a cidade é, pois, representação, construção visual e imaginária, que se explica desde o mapa urbano que a configura, as ações dos interlocutores que nela se expressam, na sua forma de organização que explicita o modo de conceber o espaço construído. A cidade é plural, que ora concretiza a visão de mundo dos que apenas nela trafegam, ora demonstram o universo cultural dos homens que a edificaram e que, ao longo do tempo, continuam reformulando-a, ampliando-a, transformando-a. Nas palavras de Rocha e Hoff: “Enfim, conferindo-lhe novas edificações e significações. Afinal, a cidade é metáfora - metáfora de um sonho de civilidade e também metáfora das perversões desta mesma civilidade”. (Rocha e Hoff, 2014, p. 21).

REFERÊNCIAS

CANEVACCI, Massimo. **A comunicação entre corpos e metrópoles**. Revista Signos do Consumo – V.1, N.1, 2009. P 8 – 20

CANEVACCI, Massimo. **Fetichismos visuais - Corpos Eróticos e MetrÓpole Comunicacional**. São Paulo, SP: Ateliê Editorial, 2008.

Cosp Tinta Crew - Arte, Cor e Luta. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=OZ6Djz4ggRw>> Acesso em 15 de junho de 2017

DONDIS, Donis A. **Sintaxe da linguagem visual**; tradução: Jefferson Luiz Camargo - 3ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DOWNING, John D.H. A imprensa. In: **Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. John D.H. Downing com colaboração de Tamara Villarreal Ford, Genève Gil e Laura Stein. São Paulo: Editora SENAC SP. 2002.

FIGUEIREDO, João Batista Leão; UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **De pichador a grafiteiro: valores e transformação da atividade artística em adolescente**. 2004. 156 f.: Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, 2004.

Grafite vai transformar paisagens de Belém. Disponível em <<http://www.ebc.com.br/cultura/galeria/videos/2013/09/grafite-vai-transformar-paisagens-de-belem>> Acesso em 10 de junho de 2017.

ROCHA, Rose de Melo; HOFF, Tânia. Culturas do Consumo, Corporalidades e urbanidade como tecidos contemporâneos. IN: FREITAS, Ricardo Ferreira [et al.] **Corpo e consumo nas cidades** - Volume 2. 1.ed. - Curitiba, PR: CRV, 2014. (Série Sabor MetrÓpole).

SIMMEL, G. **A natureza sociológica do conflito; a competição; conflito e estrutura de grupo; sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal**. In: MORAIS FILHO, E. (Org.). Simmel. São Paulo: Ática. 1983. p. 122-181.

**GT 07 – Mídia, produção de imagens e estratégias de discursos em disputa****“DAS QUEBRADAS DA VIDA” PARA O FACEBOOK: MEMES E A CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES DISCURSIVAS E MIDIÁTICAS SOBRE A PERIFERIA DE BELÉM**

Daniel Loureiro Gomes (UFPA)¹
danlougom@hotmail.com
Manuela do Corral Vieira (UFPA)²
manuelacorralv@yahoo.com.br.
Danila Cal (UFPA)³
danila@ufpa.br

RESUMO

Considerando a internet como heterotopia por excelência (Foucault, 2003; Gregolin, 2015), este trabalho analisa discursivamente a produção de subjetividades da periferia de Belém a partir da página do Facebook “Malaco Intelectual” por meio de memes e comentários publicados nela. Ao pensar os memes como unidade simbólica de propagação cultural (Dawkins, 2007), gênero midiático (Chagas, 2015; Shifman, 2014) e como unidades enunciativas (Foucault, 2008) situadas em condições históricas específicas, propomos uma investigação sobre a visibilidade construída sobre a periferia de Belém nessa página, em que, além dos memes como materialidade de análise, seus comentários legitimam - ou não - aquilo que é dito nos memes. Assim, a análise dos memes publicados e legitimados por um perfil sobre a periferia permite a compreensão de como esse processo se desdobra em demandas por reconhecimento (Honneth, 2003) e pela construção de uma gramática moral que desloque os sujeitos de periferia dos lugares tradicionalmente atribuídos a eles por meio dos discursos sociais e midiáticos hegemônicos (Rocha; Maia, 2014). Como referencial metodológico, partimos da Análise do Discurso de orientação francesa e pensada com Michel Foucault que permite entender de que forma são discursivizadas as subjetividades do morador da cidade, pertencente ou não a essa periferia, e que historicamente instituiu um processo de colonização no qual as heranças africanas e indígenas são silenciadas pelo seu condicionamento em “lugares” minoritários da sociedade, sendo esse silenciamento parte dos mecanismos do dispositivo colonial (Foucault 2006; Neves, 2015) que simbolizam o discurso como uma das arenas de disputa social.

Palavras-chave: Redes Sociais na Internet, Memes, Periferia.

1. INTRODUÇÃO

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal do Pará (UFPA), graduado em Letras e especialista em Estudos Linguísticos e Análise Literária pela Universidade do Estado do Pará (UEPA).

² Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA) e professora na Faculdade de Comunicação (FACOM) e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom) da UFPA. Líder do Grupo de Pesquisa Comunicação, Consumo e Identidade (Consia).

³ Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da UFPA. Líder do Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia – Compoa (CNPq/UFPA).



O presente artigo busca analisar as subjetividades da periferia produzidas no Facebook por meio da página de internet Malaco Intelectual, nela são publicados memes que produzem um discurso social sobre a periferia - conceito que discutiremos no item 2 deste trabalho - cujo sujeito principal é aquele que dá nome à página. Um personagem fictício nas redes sociais, mas que evoca uma figura social marginalizada por não ser o jovem da elite, por não morar em bairro nobre, com acesso a diversos bens de consumo e culturais.

Dentro de uma perspectiva discursiva, os memes precisam ser vistos a partir de sua condição de existência histórica e social, para que se entenda esse tipo de texto como uma produção situada em contextos específicos de produção e circulação. Dessa forma, Foucault já nos sinalizava para a compreensão dos discursos em sua emergência histórica e suas capacidades de reprodução.

É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância. (FOUCAULT, 2008, p. 28).

O termo meme aparece pela primeira vez, originalmente, em 1976 na obra *O Gene Egoísta*, de Richard Dawkins. Nela, o autor designa memes como entidades mentais capazes de transmitir informações, saberes e comportamentos, equivalendo-o aos genes, que transmitem características biológicas.

Exemplos de memes são melodias, ideias, "slogans", modas do vestuário, maneiras de fazer potes ou de construir arcos. Da mesma forma como os genes se propagam no "fundo" pulando de corpo para corpo através dos espermatozoides ou dos óvulos, da mesma maneira os memes propagam-se no "fundo" de memes pulando de cérebro para cérebro por meio de um processo que pode ser chamado, no sentido amplo, de imitação. (DAWKINS, 2007, p. 148).

Assim, podemos considerar os memes como unidades de reprodução cultural de ideias, de enunciados, de objetos pertencentes a uma dada sociedade como parte de suas práticas. A partir dessa consideração, os conteúdos que viralizam na internet compreendem parte desse arcabouço cultural produzido e compartilhado na rede, cujo efeito está relacionado a alguma identificação entre o texto e seu leitor, por meio de uma linguagem humorística, mas que é capaz de disseminar ideias e opiniões acerca de temas diversos como política, cultura, comportamentos e cotidiano. O que se vê são valores intersubjetivos que se constroem em imagens de si (na terminologia de Goffman, 1972, o *self*) e do outro, entre os quais se produzem reconhecimentos.



Assim, os desejos de face, os valores sociais e os movimentos de afiliação e/ou desafiliação com o grupo, com os interlocutores e com os próprios valores daquele grupo, podem ser representados e/ou reivindicados através de discursos cômicos, satíricos, críticos, etc., através da propagação memética, com os mais diversos objetivos interacionais. (BARRETO, 2015, p. 40)

É por meio dessa linguagem humorística que se reivindicam, com linguagem risível, determinados valores, prática e situações que circulam no cotidiano dos diversos sujeitos da periferia. Contudo, vale ressaltar que essa perspectiva de humor é também uma forma velada de denunciar mazelas, numa espécie de jogo de eufemismos sobre seus próprios problemas. O que nos permite entender que, nesse gênero discursivo, a construção de sentidos é algo social e crítico, que está além do humor e que explora significados que estão além do signo semiótico e linguístico. (GUERREIRO; SOARES, 2016, p. 192)

Neste trabalho, consideraremos os memes publicados entre os meses de janeiro e fevereiro de 2017, como forma de perceber as pluralidades de uma cidade em curto período de tempo a partir de seus conteúdos publicados e os respectivos comentários como forma de entender como esse discurso sobre Belém é recebido por seus moradores. Para isso, os memes serão considerados como gêneros discursivos, práticas de linguagens que estão associadas a funções específicas na sociedade. O gênero do discurso, nos dizeres de Machado é

[...] concebido como uso com finalidades comunicativas e expressivas não é ação deliberada, mas deve ser dimensionado como manifestação da cultura. Nesse sentido, não é espécie nem tampouco modalidade de composição; é dispositivo de organização, troca, divulgação, armazenamento, transmissão e, sobretudo, de criação de mensagens em contextos culturais específicos. (2007, p. 158).

Outra importante perspectiva assumida por nós é a de que os memes devem ser considerados como gênero midiático, uma vez que essa visão “pressupõe tentar compreender as motivações e manifestações que são expressas por meio destas peças de conteúdo e comportamentos específicos.” (CHAGAS *et al*, 2015, p. 13). Nesse sentido, é preciso estabelecer relação entre o conteúdo veiculado e suas motivações de exposição e compartilhamento, em meio à *web*, no qual usuários tornam-se (re)produtores ativos de tais conteúdos.

Como primeiro exemplo, temos a página “Malaco intelectual”, em que foi publicado o meme a seguir, que conta com 217.100 seguidores e que foi criada no dia 1 de agosto de 2013. Até a data de 09 de outubro de 2017, a página possuía 2040 publicações. É uma página dedicada à publicação de memes em que vários temas sobre a cidade de Belém e a cultura paraense estão presentes. Assuntos de grande repercussão regional ou nacional são traduzidos para uma linguagem que mescla o humor e crítica social.



A figura social que dá nome à página, malaco, é socialmente visibilizada na cidade de Belém como um jovem do sexo masculino que, pertencente à periferia, é marcado por práticas culturais locais. Vestimentas, registro linguístico, preferências musicais e etc. são práticas sociais que instituem a esse sujeito um lugar marginalizado, uma vez que não pertence ao centro – Jurunas, Terra Firme e Guamá são os bairros considerados periféricos com os quais esses sujeitos mantêm relação e é uma lenda, um feito heroico e quase impossível, por nunca ter sido assaltado neles (Fig.1). Assim, o malaco surge como a figura invisibilizada socialmente, mas que ganha espaço na web em virtude dessa pluralidade de discursos permitidos por ela.

É nessa periferia que estão aqueles que são marginalizados desde o processo de colonização, um dispositivo (FOUCAULT, 2008) que se altera e remodela, demonstrando quais sujeitos pertencem a esse lugar. Não coincidentemente, a figura do homem negro é aquele que sobrevive ao assalto na periferia, um sujeito determinado historicamente e fora de uma ordem hegemônica branca e europeia que ocupa os centros da cidade de Belém. (NEVES, 2015, p. 28).

FIGURA 1



FONTE:

<https://www.facebook.com/malacointelectual/photos/a.143412345820152.29324.143241805837206/690002877827760/?type=3&theater>. Acesso em: 27 de Mar. 2017.

Nem sempre a figura do malaco está presente como tema central, mas seus memes são capazes de indicar visões de mundo próprias da periferia, seus movimentos, sujeitos, práticas, etc. Assim, é importante considerar o valor histórico dos enunciados produzidos, uma vez que estão sujeitos a

[...] falhas abertas por sua não-coerência, em sua superposição e substituição recíproca, em sua simultaneidade que não pode ser unificada e em sua sucessão que não é dedutível; em suma, tem de dar conta do fato



de que o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história [...] (MACHADO, 2007, p. 144.).

Portanto, discutir sobre a periferia faz-se necessário para entender como sua configuração social atravessa o discurso do sujeito intitulado malaco, tendo em vista que não são apenas condições geográficas que o colocam em um lugar da relação periferia/não periferia. É preciso observar como essa subjetividade é construída em meio a uma cultura própria que o singulariza enquanto sujeito social, discursivo e midiático.

Nosso interesse se pauta pela discussão acerca do cotidiano de uma cidade cujos bairros periféricos estão fora dos debates públicos midiáticos e hegemônicos, os quais são permitidos, produzidos e disseminados pela *web* e suas linguagens midiáticas, “ferramenta na qual os cidadãos têm acesso aos fatos públicos da agenda política, conferindo-lhes visibilidade e contribuindo assim para maior controle e vigilância sobre a ação dos representantes”. (FREIRE, 2016, p. 36). Os cidadãos da periferia agora podem ser ouvidos, em seus problemas, seus desejos, críticas e subjetividades, por meio das redes sociais que lhes dão a oportunidade de serem parte colaborativa dessa mídia.

2. DE QUE PERIFERIA ESTAMOS FALANDO

A formação de grandes metrópoles tem colocado em evidência o poder econômico e desenvolvimentista de algumas regiões do mundo. Nesse cenário, o Brasil destacou-se pela urbanização mais rápida que a da Europa a partir da década de 50, um processo em que as formas de ocupação foram irregulares em virtude do grande volume de pessoas que migraram para os novos centros urbanos, seduzidas pela industrialização oportunizada por uma política desenvolvimentista no governo Kubitschek. Começam então a surgir as periferias, como nos mostram Castro e Freitas (2014 *apud* Santos, 2007).

A pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se à pobreza gerada pelo modo territorial. Este, afinal, determina quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar neste ou naquele lugar. Onde os bens sociais existem apenas na forma mercantil, reduz-se o número dos que potencialmente lhes têm acesso, os quais se tornam ainda mais pobres por terem de pagar o que, em condições democráticas normais, teria de lhes ser entregue gratuitamente pelo poder público. (CASTRO; FREITAS 2014, p. 74, *apud* SANTOS, 2007, p. 143-144).

A exclusão leva os moradores da periferia a diferentes formas de construção subjetiva, pois, ao se considerarem não pertencentes às elites econômicas e culturais, os residentes dessas áreas fomentam práticas que os singularizam como pertencentes a essa periferia. Há uma série de fatores que acabam aproximando a população dessas áreas, uma



vez que suas relações de convivência tendem ao partilhamento das mesmas condições sociais, culturais, linguísticas, etc.

As periferias constituem-se como espaços sociais de segregação/exclusão social no Brasil e no mundo. Geograficamente, um espaço que se distancia do espaço central das cidades, entre as cidades e entre países (daí cidades e países periféricos na ordem capitalista mundial), também conglera populações segregadas e excluídas pela classe social, pela raça, por seu registro linguístico e seus hábitos e produções culturais, entre outros caracteres. (PAULA; PAULA, 2011, p. 115).

É em virtude dessa segregação que se torna possível agregar, uma vez que a aproximação entre esses sujeitos da periferia lhes oportuniza a vivência coletiva de práticas em comunidade, cujo reconhecimento entre si e de si é um fator preponderante para que a unidade social se concretize. Para Honneth (2003), a estima social é um valor de autorrealização ocasionado pela coletividade, ou seja, os indivíduos se satisfazem em virtude de, intersubjetivamente, praticarem a solidariedade como forma de horizontalizar as relações. “Seu alcance social e a medida de sua simetria dependem então do grau de pluralização do horizonte de valores socialmente definidos.” (HONNETH, 2003, p. 200)

Nota-se, assim, que a exclusão e marginalização de tais sujeitos permite a eles formas de visibilidade, buscar por promoções sociais que os distingam dos demais da “cidade”. Nessa distinção, surge a ideia de quão heterotópica é Belém, uma cidade plural com suas mazelas e abandonos pelo poder público, ao mesmo tempo em que bairros de alto padrão se avizinham e aprimoram o processo de exclusão de seus sujeitos. Embora essa periferia esteja concretize sua coesão por meio de formas de apropriação e construção subjetivas pela mídia e por discursos que os fazem emergir no espaço virtual.

3. SUBJETIVIDADES NA REDE

Pensar a periferia não se restringe aqui a apenas pensá-la como uma demarcação geográfica entre centro-periferia, mas como um espaço social de construção de subjetividades que capitaliza práticas singulares de visibilização. Os problemas da periferia, ao serem observados pelas lentes das páginas de memes, não são fatos noticiáveis, na verdade tornam-se formas de construções sociais que relativizam a realidade desse espaço e de seus moradores. Assim, pensar a web como outra forma de espaço, faz-se necessário em virtude de suas múltiplas capacidades de linguagens, discursos, subjetivações e práticas interativas, mas, acima de tudo, de permitir que seus usuários produzam colaborativamente conteúdos a serem publicados e compartilhados em redes sociais.

As redes sociais são um espaço online, uma dimensão virtual da realidade em que relações subjetivas são criadas ou mesmo são recriadas a partir do off-line. As organizações sociais estabelecidas nesses espaços redimensionam práticas culturais que simbolizam o



cotidiano, estabelecendo a partir de diferentes linguagens, novas subjetividades que estão para além do espaço. Como afirma Gregolin (2008, p. 94).

Como dispositivo social, a mídia produz deslocamentos e desterritorializações. Ao mesmo tempo, esse trabalho discursivo de produção de identidades cumpre funções sociais básicas tradicionalmente desempenhadas pelos *mitos* - a reprodução de imagens culturais, a generalização e a integração social dos indivíduos.

A noção de espaço também sofre modificações consideráveis se partirmos da ideia de que as redes sociais na internet são uma dimensão territorial. O território torna-se um espaço praticado a partir da interação entre os indivíduos que o constroem, ideia que se coaduna à de Certeau (2008) acerca da consideração dos aspectos subjetivos na construção e operacionalização dos conceitos de espaço, território e lugar (Vieira, 2013, p. 47).

Dessa forma, as redes sociais da internet são como outros espaços que existem online em que fluem identidades a partir das quais os sujeitos tornam virtual aquilo que é praticado em interações não virtuais. Caso consideremos um espaço como a periferia, seremos capazes de perceber como ela é instituída online, com múltiplas faces que abarcam diferentes sujeitos e práticas sociais. Assim, a periferia online seria outro espaço da periferia off-line.

Em “Outros Espaços”, Foucault (2013, p. 415) afirma que em qualquer civilização existem espaços reais delineados pela própria sociedade que se efetivam como contraposições, espaços que estão dentro da cultura, mas fora de todos os lugares. Ao serem esquecidas pelo poder público, dominadas pelo poder paralelo da violência e simbolizarem a exclusão, as periferias seriam como “heterotopias” de uma metrópole. Está lá, localizável, viva, mas ao mesmo tempo silenciada pela visibilidade da grande mídia e da própria sociedade não periférica.

Publicado em 25 de janeiro de 2017, o meme a seguir (Fig. 2) apresenta uma rua alagada pela qual um transporte incomum para esse tipo de via passa, um barco. Nele, o enunciado “Terra Firme São Braz” referencia a cidade de Belém por meio de um de seus bairros. A imagem carrega uma hipérbole que denota o grau do problema trazido pela ausência do poder público, uma vez que o tratamento adequado de esgoto e escoamento pluvial de vias parecem não ser comuns na periferia da cidade. Vale ressaltar que a referência à “Terra Firme” pode ser considerada como um recurso de hiponímia, pois a identidade individual do bairro carrega a identidade coletiva da periferia, pois os alagamentos são um fato constante nos diversos bairros considerados periféricos em Belém.

FIGURA 2



FONTE:
<https://www.facebook.com/malacointelectual/photos/a.143412345820152.29324.143241805837206/687003461461035/?type=3&theater>. Acesso em 27 de Mar. 2017.

Esse meme revela uma periferia, que além de sofrer com a violência, também está exposta a problemas de saúde pública, transportes e saneamento. É plurissignificativa a leitura do quanto esses bairros estão dentro e fora de Belém, muitos ao lado de bairros de alto padrão, mas que padecem de problemas básicos. Uma visível heterotopia de exclusão, na qual estar em Belém não é estar nela, pois as condições de moradia e mobilidade urbana são prejudicadas pela ausência do poder público.

Com 516 curtidas, 91 compartilhamentos e 16 comentários, essa publicação torna visível os diferentes graus de engajamentos dos usuários da rede social com esse meme, pois curtidas, compartilhamentos e comentários são formas distintas de se inserir e interagir com a publicação. Recuero (2014), aponta que “Comentar” é uma ação que demanda maior engajamento por parte daquele que o faz, interessa a uma visibilidade participativa, permitindo assim a incursão em debates. Já o ato de “Compartilhar” é a valorização da informação por meio da visibilização desta frente aos demais usuários, a clara intenção de promover um conteúdo para os amigos da rede. Por fim, o botão “Curtir” funciona como

[...] uma forma de tomar parte na conversação sem precisar elaborar uma resposta. Toma-se parte, torna-se visível a participação, portanto, com um investimento mínimo, pois o ator não necessariamente precisa ler tudo o que foi dito. É uma forma de participar da conversação sinalizando que a mensagem foi recebida. Além disso, ao “curtir” algum enunciado, os atores passam a ter seu nome vinculado a ele e tornam público a toda a sua rede social que a mensagem foi “curtida” [...]. (RECUERO, 2014, p. 119).

Esses números de interações com a publicação revelam uma desproporção entre tais atividades, pois há uma valorização de curtidas e uma menor participação por meio de comentários. Isso é um importante indicativo de como os usuários que pertencem à rede preferem sinalizar a leitura de conteúdos, assumindo uma postura menos expositiva. No entanto, há que se salientar um número de compartilhamentos que supera o de



comentários, algo incomum em publicações, já que a promoção de debates é muito frequente por meio de comentários. Tais compartilhamentos induzem a uma percepção de como os usuários da rede buscam incorporar aos seus discursos o conteúdo veiculado pela publicação e também a vontade de fazer circular tais discursos.

Ao analisar os comentários, temos a concordância dos usuários quanto a essa problemática: “invejosos dirão que é montagem”, no qual a alusão à “montagem” ironiza a possível “inverdade” representada na imagem, dando a ela uma crítica condição de conformismo diante do contexto; “cara, isso é Belém, isso é Pará”, o pronome referindo-se à imagem categoriza não apenas a periferia, mas a cidade como um todo, demonstrando que esse tipo de fato já é cotidiano na realidade do morador de Belém; “Tem que bota uma via João Paulo 2 curió Utinga”, discurso que ratifica a noção de que a problemática pertence aos demais bairros, uma vez que o “Curió Utinga” também pertence à periferia da capital.

O comentário, portanto, parece envolver um maior engajamento do ator com a conversação e um maior risco para a face, pois é uma participação mais visível. Isso porque aquilo que é dito pode ser facilmente descontextualizado quando migrar para outras redes através das ferramentas de compartilhamento, de curtida e mesmo de comentário. (RECUERO, 2014, p 121).

Desta forma, a periferia é como uma heterotopia da exclusão, na qual aparentemente os sujeitos pertencem à metrópole, pois estão territorialmente nela. No entanto, ao estar inserido na periferia, automaticamente se está fora do centro e do todos os seus acessos a bens socioculturais, infraestruturais e políticos. “[...] todo mundo pode entrar nesses locais heterotópicos, mas, na verdade, não é mais que uma ilusão: acredita-se penetrar e se é, pelo próprio fato de entrar, excluído.” (FOUCAULT, 2013, p. 420).

FIGURA 3



FONTE

<https://www.facebook.com/malacointelectual/photos/a.143412345820152.29324.143241805837206/693675350793846/?type=3&theater>. Acesso em 27 de Mar. 2017.



Publicado em 7 de fevereiro de 2017, o meme da Figura 3 apresenta dois tópicos importantes sobre a identidade da periferia. Um primeiro está associado às práticas alimentares dela, já que a imagem do ovo e da farinha refere-se a alimento de baixo custo, muito populares e altamente consumidos. Assim, denota-se também uma questão econômica discutida pelo meme. Castro e Freitas (2013), esse indicativo é citado como o segundo maior caracterizador da periferia de Belém.

um lugar violento (tema citado em 21% das respostas); um lugar de baixo poder aquisitivo (19%); com precária infraestrutura física (15%), um espaço de pobreza (14%); um espaço de exclusão social (8%); um espaço esquecido pelo Poder Público (7%); um espaço de alta concentração populacional (6%); um lugar inseguro (5%). (CASTRO; FREITAS, 2014, p. 78).

Quanto à constituição do meme, a sobreposição de enunciados verbal e visual evidencia o pouco trabalho gráfico da imagem, prevalecendo uma produção quase artesanal. Uma forma de também mostrar a questão econômica, uma vez que em áreas periféricas os smartphones são a plataforma mais usada para acesso à internet⁴.

O poder aquisitivo é um dos elementos que caracterizam a identidade social da periferia. Como é uma área afastada do centro da cidade, geralmente os preços mais baratos estão associados a essa área, desde os terrenos e casas à venda até as necessidades básicas de consumo, como a alimentação.

Os espaços mais comumente usados para abrigar essa população foram as zonas do intrincado sistema aquático da cidade, bacias hidrográficas formadas por canais, rios e inúmeros igarapés, desvalorizadas tanto por sua condição alagadiça como por receberem o esgotamento sanitário das áreas urbanizadas. Essas áreas, conhecidas localmente como baixadas, foram ocupadas com moradias precárias, em geral, não titularizadas, nas quais hoje se reproduzem condições sociais tipicamente causadas pelo abandono estatal, como as de favelização, violência, desemprego, informalidade, endemias e degradação dos recursos naturais. (CASTRO; FREITAS, 2014, p. 75).

A perspectiva econômica, causada em boa parte pelo desemprego e culminando com a violência, é um dos fatores mais incisivos na caracterização da periferia, uma vez que é por meio de suas materializações que se pode perceber o valor social de algo. A suntuosidade da mansão ou as palafitas cercadas de pontes de madeira, o carro importado do ano ou o veículo antigo e deteriorado, as roupas de marcas internacionais ou as compradas nas pequenas lojas da feira, os pratos requintados de restaurante ou a combinação de ovo e farinha. É nesse jogo entre crítica e humor que se estabelece um potencial político para os memes, como afirma Chagas (2015), ao citar Shifman (2014), ao

⁴ Segundo pesquisa divulgada pelo site Yesbil, 72% dos acessos ao Facebook no Pará são feitos somente pelo celular, e 25% fazem pelo celular e pelo desktop. Disponível em <http://www.yesbil.com/para-no-facebook-perfil-dos-usuarios-2017/>. Acesso em 27 de mar. 2017.



discutirem realidades e problemas sociais por meio de um humor que facilita a difusão de conteúdos e na medida em que inspira sentimentos positivos.

As interações permitidas pelas ferramentas do Facebook constituem uma dinâmica de experiências cotidianas, na qual os valores sociais atribuídos a bens materiais, a alimentos, etc. representam o reconhecimento entre o sujeito da periferia e aquele que interage na rede, pensa-se então em representações sociais como formas de motivação para tais interações.

O estudo das representações sociais tem uma nítida orientação fenomenológica, à medida que procura perceber a experiência compreensiva dos sujeitos investigados no contexto pragmático da sua quotidianidade. Essa orientação fenomenológica permite compreender a representação como um processo dialógico, sempre em curso. (CASTRO; FREITAS, 2014, p. 70)

As 551 curtidas, os 89 compartilhamentos e os 24 comentários denotam a presença de usuários que interagem com esse discurso e apontam para a aceitação de que, de fato, essa prática alimentar é parte da identidade da periferia de Belém. Em comentários como “Tira a farinha e coloca o limão”, o usuário coloca-se como adepto de práticas alimentares pouco comuns, dando a entender que a combinação ovo e farinha já é trivial; “imaginei se o cara do naufrago tivesse esse kit tava lá até hj”, em que o potencial alimentar é destacado, referindo-se ao personagem de um filme que ficou perdido em uma ilha quase sem alimentos e que teria se satisfeito por muitos anos apenas com ovo e farinha; “bora”, a aceitação do convite explicitado no enunciado “indo almoçar”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos memes buscou apresentar de que forma a periferia de Belém é vista por seus sujeitos, representada no Facebook e aceita (ou não) pelos usuários das páginas de internet analisadas. São composições de natureza verbo visual em que a riqueza da comunicação com a periferia está em sua contextualização.

Embora possamos considerar como representações reducionistas ao negativismo, tem-se nesses memes uma face confirmada no âmbito público. A natureza humorística desse gênero discursivo emergente no ambiente digital não impede que seja lançado um olhar crítico e reflexivo sobre o tratamento dado pela sociedade e pelo poder público a essas áreas tão marginalizadas da cidade. Tal humor, acaba por ser uma estratégia de reforço para os estereótipos criados acerca da periferia, convencionados a partir de relações de por com o centro ao utilizar-se da produção de imagens sociais antagônicas, por vezes.

Para além da mera localização geográfica, a periferia tem um território politicamente delimitado, mas parece ser um lugar ausente no mapa social, pois seus problemas demonstram como a ausência de políticas públicas básicas deixam entrever uma



espécie de invisibilidade, a partir da qual o jogo discursivo instaurado por uma página, precipuamente de humor, enuncia verdades confirmadas pelos demais usuários.

Isso implica dizer que a noção de cidadania está intimamente atrelada ao território, uma vez que, para ser um cidadão integral, faz-se necessária a garantia dos direitos civis fundamentais. Pode-se concluir que as periferias constituem espaços segregados e de segregação, independentemente de sua posição geográfica em relação a um hipotético centro. (CASTRO; FREITAS, 2014, p. 74)

Inesgotáveis possibilidades estão representadas não apenas na periferia, mas também na cidade de Belém, tomada por muitos como uma cidade de menor visibilidade nacional perante outras, comparada nessa dimensão a uma periferia do Brasil. São discursos que indicam a exclusão com que os espaços são tratados, espaços que condicionam identidades não apenas por sua geografia, mas por seu conjunto social em que temas tão relevantes para a qualidade de vida seja permitida. Uma relação que extrapola a dualidade centro e periferia em uma cidade como a capital paraense, uma vez que tem essa mesma lógica entre a própria Belém e o restante do país, uma constante “periferização das periferias”

Assim, a pesquisa aqui apresentada é uma maneira de mostrar o papel fundamental da cibercultura no âmbito comunicativo, pois estas ferramentas comunicacionais, os modos de interação e de produção de informação podem ser palcos de visibilidades e experiências sociais diversas, nas quais identidades, que antes estavam silenciadas pelos muros sociais, puderam ser visualizadas, curtidas, compartilhadas e comentadas. Para além disso, é importante considerar o teor humorístico como estratégia crítica, uma vez que é nesse jogo entre o risível e o crítico que se suavizam as marcas de poder historicamente estabelecidas e que colocam os sujeitos em hierarquias sociais diferenciadas.

A periferia, ao ter sua imagem produzida a partir de um discurso de humor, tende a tocar o problema de forma controversa, tornado engraçado aquilo que necessita de um olhar sério do poder público, no entanto o efeito traz à tona a separação entre o que está posto como centro, privilegiado pelas políticas públicas, e como periferia, fora da linha visível deste poder, a qual padece de carências várias ao ponto de recolocar seus problemas para o entretenimento como forma de suavizá-los.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Krícia Helena. **Os memes e as interações sociais na internet**. 2015. 141 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais. 2015.



CHAGAS, Viktor et al. **A POLÍTICA DOS MEMES E OS MEMES DA POLÍTICA: proposta metodológica de análise de conteúdo sobre memes dos debates nas Eleições 2014.** Congresso. <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2015/04/GT6-Chagas-et-al.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2017.

DAWKINS, Richard. **O gene egoísta.** Tradução de Rejane Rubino. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DE CASTRO, Fabio; DE FREITAS, Aline. **De que periferia estás falando?** Da representação artística à representação social da periferia em escolas periféricas de Belém. *Conexão-Comunicação e Cultura*, v. 12, n. 23, p. 67-84, 2014. ISSN 2178-2687 <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/2268>>. Acesso em 26 mar. 2017.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **De espaços outros.** *Estud. av.* [online], 2013, v.27, n.79, pp. 113-122, ISSN 0103-4014. Disponível em: <<http://tinyurl.com/gtyhtfx>>. Acesso em 08 de jul. 2016.

FREIRE, Fernanda. **Uma breve reflexão sobre memes políticos, humor e conversação cotidiana informal.** Em *Debate*, 2016, v.8, n.6, p.34-40, ago. 2016. <<http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/artigo/3-Fernanda-Freire-REV.pdf>> Acesso em: 23 Out. 2017.

GREGOLIN, Maria do R. **Identidade: objeto ainda não identificado?** *Estudos da Língua(gem)*, vol. 6, n. 1, 2008. Disponível em: <<https://bibliotecadafilo.files.wordpress.com/2013/10/2-gregolin-linguagem-objeto-ainda-nc3a3o-identificado.pdf>> Acesso em 26 Mar. 2017.

GUERREIRO, Anderson; SOARES, Neiva M. M. **Os memes vão além do humor: uma leitura multimodal para a construção de sentidos.** *Texto Digital*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 185-208, dez. 2016. ISSN 1807-9288. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/textodigital/article/view/1807-9288.2016v12n2p185/33189>>. Acesso em: 23 out. 2017.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais.** Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

MACHADO, Irene. **Gêneros discursivos** in BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave.* São Paulo: Editora Contexto, 2007.

NEVES, Ivânia. **EtniCidades: os 400 anos de Belém e a presença indígena.** *MOARA*. ISSN: 0104-0944, [S.l.], n. 43, p. 26-44, mar. 2016. ISSN 0104-0944. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/2634/2776>>. Acesso em: 29 mai. 2017.

PAULA, Luciane; PAULA, Sandra Leila. **No centro da periferia, a periferia no centro.** *Ipotesi, JUIZ DE FORA*, v.15, n.2 - Especial, p. 107-121, jul./dez. 2011.



_____. **Curtir, compartilhar, comentar:** trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. Revista Verso e Reverso, 2014, v.28, n.68, pp.117-127, ISSN 1806-6925. Disponível em: <<http://tinyurl.com/zdzfydt>>. Acesso em 26 mar. 2017.

VIEIRA, Manuela do Corral. **Os jovens flâneurs.com: A construção e a liquidez no espaço das redes sociais da internet.** 2013. 217 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Pará. 2013.

**GT 07 – CIDADES E TRANSFORMAÇÕES DO URBANO NA AMÉRICA LATINA****PENSANDO E REPENSANDO O TRAFICO DE DROGAS EM TERESINA: ALGUNS APONTAMENTOS**Marcondes Brito da Costa ¹

marcondes.brito@ifpi.edu.br

Joao Batista Moura Araújo Neto²**Resumo:**

A complexidade das relações estabelecidas pelo tráfico de drogas para com a juventude, seus estigmas para certos grupos sociais, o discurso de demonização de seus partilhantes, principalmente os jovens pobres, além do crescente envolvimento da juventude nessa relação perigosa e mortífera, vem demonstrar a importância urgente de se pensar sobre a questão, seja para desnudar preconceitos, ou mesmo, planejar ações de intervenção. Saber quem são esses personagens, como eles constroem teias identitárias é a direção intentada por esse artigo, percurso realizado em trabalho de campo de dissertação de mestrado realizado durante os anos de 2009 e 2010 na cidade de Teresina no Estado do Piauí. Essa pesquisa foi realizada em vilas e favelas da Região Sul de Teresina, um lugar onde o poder nas conotações elencadas por Foucault (1989), não mina de um lugar para outro numa única linha atravessando os corpos para controlá-los, mas é disputada a todos os momentos por grupos, seja de outros traficantes em busca de aumentar sua influência, ou pela polícia em busca de dinheiro, e também influência, palavra que a cada dia nesse contexto de tráfico de drogas tem sentido mais fluido e passageiro, mas não menos violento autoritário. Desnudar essa relação e apontar como os jovens se constroem nesses espaços de negação institucional, onde o tráfico aparece como um lugar onde eles lançam alguns de seus ancoramentos em suas construções subjetivas, é a proposta desse pequeno texto.

Palavras-chaves: Tráfico de drogas; Juventude; Estado.**1 – INTRODUÇÃO:****PARA INÍCIO DE CONVERSA: O TRÁFICO DE DROGAS E O QUE O DISCURSO HEGEMÔNICO NÃO DIZ**

Para compreendermos o tráfico de drogas, no Brasil, mas especialmente a sua manifestação no Piauí, em sua capital, Teresina, se faz necessário visualizar a sua construção histórica e o processo de sua qualificação enquanto realidade de destaque no

¹ Cientista Social e Mestre em Políticas Públicas Pela Universidade Federal do Piauí. Doutorando em Sociologia Pela Universidade Estadual do Ceará –UECE..Professor do Instituto Federal do Piauí- campus São Raimundo. Integra o Núcleo de Pesquisa e estudos sobre Criança Adolescentes e Jovens da UFPI- NUPEC. Estuda os temas: Juventude; Violência, Tráfico de Drogas. E o COVIO-Conflitualidade e Violência da UECE, e o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Família e Diversidade-NEP, da Faculdade Ademar Rosado-FAR. Pesquisa identidades, juventudes, violência tráfico de drogas.

² Estudante de Direito pela Faculdade Estácio/Ceut, contista e cronista.



mundo, rompendo com a naturalização contemporânea acerca do que seja este fenômeno. É fato, hoje o comércio de drogas é algo ilegal, tido como imoral e fato arduamente combatido pelas sociedades mundo afora. Mas em nossa breve historiografia nem sempre foi assim, pois até 1938 maconha e cocaína podiam ser adquiridas nas farmácias de vários lugares do Brasil para fins medicinais. Além disso, muito embora as primeiras leis de repressão se relacionassem às práticas de grupos marginalizados, somente a partir da primeira guerra mundial (COSTA, 1991, p.50), a repressão se instaurou numa perspectiva de criminalização social de alguns segmentos sociais.

O que cabe aqui pensar, e que se mostra como linha de compreensão deste artigo, é justamente perceber o perigo de naturalizar processos dinâmicos e conflitantes, ligados a poderes, instituições, interesses e ações de grupos dominantes, como alerta Soares (1993). Nesse contexto, a perspectiva da proibição da droga, aliada à repressão daqueles que gravitam em torno dela é a tônica da abordagem veiculada, caracterizando com a violência as medidas de enfrentamento desenvolvidas. Como conseqüência, deixa-se de lado o centro do problema quando da implementação das políticas, optando-se por reprimir, segregar e estigmatizar grupos, especialmente os jovens em situação de tráfico de drogas, “os culpados” pela sua existência.

Argumentando nesse sentido, Zaluar (2008, p.9) postula que:

Apesar desta política repressiva de combate as drogas, apesar dos fortes preconceitos apontados contra os usuários e aqueles que defendem uma política menos repressiva, o consumo delas continua se alastrando rapidamente, em especial entre os mais jovens e entre as populações mais pobres. Nesses setores mais vulneráveis à ação policial, os efeitos da própria repressão podem ser desastrosos por estimularem a criminalidade violenta. Isto, porque no combate ao uso de drogas, a polícia tem um enorme poder em determinar quem será ou não processado e preso como traficante, crime considerado hediondo.

Além disso, como fator também importante para perceber essa questão, entendemos que “a atividade do tráfico de drogas é altamente rentosa no atacado, onde empresários, fazendeiros, negociantes e banqueiros com vínculos transnacionais comandam o investimento, a produção, a comercialização e a lavagem de dinheiro” (ZALUAR, 2004, p. 59). Assim, caso desejemos nos ocupar do fulcro da questão outro aspecto surge para análise é o grande montante de recursos gerados no mercado de substâncias ilícitas, aparecendo articulado nos continentes e pelo mundo inteiro. Essa realidade coloca sob dúvida o real poder que grupos minoritários das comunidades, geralmente de pessoas com baixa instrução, sem treinamento profissional e vivendo sob condições cotidianas extremadas de vida - rotineira ameaça, sem paradeiro certo, desconfiando de todos e sem maior estrutura física – tem de gerenciar com sucesso um



negócio que gera montantes consideráveis de recurso por ano, envolvendo um sem número de equipes por todo o país, no caso do Brasil. Não seria o caso de se perguntar quais outros sujeitos estariam envolvidos no aquecido mercado do tráfico? Refletindo sobre a problemática, Zaluar, 2004 não se intimida em atestar: “A organização internacional é complexa, cambiante, móvel, e dependente das armas para a resolução dos conflitos comerciais, traições aos princípios e regras da organização ou questões pessoais[...]” (p. 73).

Entretanto, do modo como se estabelecem, com a capilaridade que exibem, a força que demonstram, os processos nos quais se fazem presentes, fazem-nos ver que algumas atividades dos traficantes seriam impossíveis de acontecer sem a participação do Estado, como a aquisição de armas de grosso calibre de posse exclusiva do exército e da polícia militar e civil, a lavagem de dinheiro etc.

Não obstante, a corrupção, ao invés de ser entendida como uma anomalia deve ser pensada como uma parte fundamental da lógica de funcionamento do comércio de drogas ilícitas, que por sua vez, tem como limite a sociedade capitalista. Portanto, se a mercadoria precisa circular para propiciar a geração de riquezas e dividendos, os obstáculos precisam ser removidos, entre esses, a presença da polícia: essa precisa ser controlada, se não comprada, negociada, transformada numa parte do circuito por onde tem que circular a droga. Por outro lado, a investida da polícia contra as rotas de comércio ou contra uma facção do tráfico implica em mudanças na dinâmica local da atividade em si, não na solução do que seria o problema. Isto significa dizer que a polícia se torna o fiel da balança do mercado ilegal de drogas, na medida em que sua presença, mais ou menos efetiva, altera a relação de custo da droga nos territórios do tráfico. Quando a polícia atua em um nível mais local de repressão, em muitos casos altera o nível de risco da circulação da droga e a possibilidade de maior estoque da mesma. Ao ocorrerem prisões de membros uma quadrilha numa certa área, perde-se o estoque e havendo migração de alguns integrantes para outro local, acarretando o enfraquecimento desse grupo perante outros. Nesse caso, ou submete-se à dominação sumária por outra facção via confronto dilacerante ou por adesão subalterna, quando não contesta o domínio do grupo antigo. Outra alternativa possível é o grupo reprimido passar a aliar-se em condições de igualdade a grupos da região, potencializando as ações naquele território e, novamente, influenciando a geopolítica do tráfico na cidade. Assim, a ação da polícia altera a conformação territorial das quadrilhas, dos traficantes, o movimento das bocas e o preço da droga, daí a relevância de contar com a sua aquiescência de algum modo para comercializar a droga propriamente dita e para se estabelecer enquanto comerciante potente.



Outro ponto relevante é a questão da lavagem do dinheiro do tráfico. Neste aspecto corroboram Soares (2000) e Zaluar (2008), avançando na concordância que demonstram acerca de outros pontos realmente relevantes da questão do tráfico. Zaluar (2004) esclarece a inaptidão dos órgãos públicos dedicados à abordagem do tráfico de drogas em focar o seu real nascedouro quando afirma: “a investigação sobre o tráfico de drogas não tem seguido o caminho do dinheiro, ninguém sabe, por exemplo, onde os muitos milhões já arrecadados no tráfico de drogas no Brasil [...] foram parar” (ZALUAR, 1998, p. 96). Essa realidade é também nítida em Teresina, como tem apontado os jornais locais quanto a atividades desenvolvidas no espaço de lojas de carros e de outros ramos empresariais. (Portalaz, 25 de março de 2010: Traficantes montam farmácias e lojas de carros para lavagem de dinheiro acessado em: <http://www.portalaz.com.br/noticia/policia/157609_traficantes_montam_farmacias_e_lojas_para_lavar_dinheiro_das_drogas.html>)

Compreendemos, portanto, que entender o tráfico de drogas pela perspectiva reducionista de repressão e punição dos elos visíveis da cadeia, como veicula a mídia cotidianamente, tira o foco, obscurece a questão, simplificando-a e responsabilizando quem, na escala do sistema, é o mais prejudicado, ou seja, os usuários ou os pequenos traficantes. Nessa perspectiva, a mídia tem um papel extremamente importante na construção de uma imagem de medo e de descontrole que parte de uma violência da qual desconhecemos a origem primeira, mas apenas que é gerada por jovens pobres, desempregados, pequenos traficantes ou usuários de drogas, oriundos das favelas de Teresina.

É importante salientar que em muitos casos, o poder dos traficantes cresce na fraqueza do poder público, em sua ausência ou em sua corrupção. Todavia, tal fraqueza não significa unicamente ausência de políticas públicas, mas sim o enfraquecimento do público como esteio da sociedade moderna, como regulador das relações, tendo no estado moderno liberal o seu representante primeiro. De fato, em Teresina, o poder do tráfico não se constitui em um estado “paralelo”, e sim em uma instância privada de resolução dos problemas, poder e controle no território das vilas e favelas, trata-se de uma impostura decorrente de certa lógica mercantil e empresarial. Logo, dentro desse movimento privatista de caráter mercadológico, envolve vários atores: usuários, aviões, soldados do tráfico, boqueiros, traficantes locais, traficantes nacionais, internacionais e instituições públicas, várias denunciadas cotidianamente por práticas de corrupção junto ao tráfico e pela ação majoritariamente punitiva junto a usuários e pequenos negociantes de drogas instalados em vilas e favelas. Esses são aspectos, dentre outros, que aclaram a complexidade do tráfico.



TRÁFICO DE DROGAS, CONSUMO E VIOLÊNCIA: VÁRIOS ASPECTOS, UMA SÓ QUESTÃO

Quando pensamos nos jovens em situação de tráfico de drogas, a leitura textual e subtextual dos depoimentos colhidos durante a pesquisa de campo, nos revela a forma e os momentos em que a sociedade, seguida e constantemente, não tem lhes oferecido outras possibilidades, obstruindo-lhes os caminhos e as formas de caminhar, encurtando suas possibilidades de ancoragem positiva, restringindo a possibilidade de acesso unicamente ao mercado, reservando também este único caminho para sua humanização. As interlocuções que os jovens mantêm com o mundo lhes diz que é comprando aquilo que desejam que serão alguém no mundo: vista a roupa A, com ela você ficará mais bonito e terá sucesso profissional; beba refrigerante B, é o mais gostoso, para conquistar a garota que você deseja; use a vitamina C para ter uma vida saudável; dirija o carro D para ter uma vida com mais adrenalina.

Bombardeando os "novos" valores, o tráfico e o dinheiro dele advindo despontam para estes jovens como meio de satisfazer necessidades socialmente construídas, de estar pelo menos na perspectiva do acreditar que assim o será, dentro desse sistema que enquadra as subjetividades e a cidadania no plano meramente econômico. A força do apelo é tão forte que tem justificado o risco que correm no tráfico, dando seqüência ao modelo de cidadania capitalizada e mercantil - que atribui valores a aparência - geradora de produtos, violentos e indigestos, mas necessário para alimentar a eugenia do sistema.

Para o jovem que vive nas vilas e favelas, essa realidade é gritante e violenta, pois se depara com os chamamentos do discurso mercadológico e com poucas possibilidades de inserção no mercado formal de trabalho. Visto na complexidade posta, concordamos com Feffermann (2006, p. 16), quando identifica o tráfico não como uma anomalia, mas como "um protótipo da sociedade de consumo, mas, em adição a outros, expressa toda a violência nela embutida e produz ainda mais violência".

Por outro lado, no universo juvenil excluído, vítima primeira do alastramento do tráfico,

Para conseguir ter o respeito dos colegas e admiração das mulheres, o jovem necessita estar com dinheiro no bolso que lhe permita consumir rapidamente o que conseguir ganhar rapidamente. Segue-se a isso a exibição constante da disposição para a briga e a orgia do consumo interminável, na qual o jovem cria para si mesmo um círculo vicioso, do qual não consegue sair. É preciso estar repetindo sempre o ato criminoso para ganhar o dinheiro fácil que sai fácil do seu bolso. Esse círculo demoníaco fecha-se ainda mais pelo pagamento do butim aos quadrilheiros mais armados e poderosos do que ele, assim como ao policial corrupto. Para



continuar a agir criminalmente a fim de ganhar dinheiro fácil, o jovem cria em torno de si uma rede de obrigações em forma de pagamentos de dinheiro e outros favores, como, por exemplo, matar algum inimigo desses poderosos chefes do mundo da contravenção e do crime. (ZALUAR, 2004. p. 63)

No ambiente do tráfico encontramos em curso o uso da violência como medida orgânica das atividades, mas também a vivência da auto-afirmação dos sujeitos pelos gestos violentos, aliados ao enfraquecimento do *ethos* do trabalho e da moralidade. O universo consumista e violento de produção de identidades faz do crime uma forma de auto-afirmação e subjetivação.

Nesse cenário, os valores vinculados à família, à religião, à vizinhança e ao trabalho, instrumentos de controle social da classe hegemônica no decorrer deste Século XX, começam a perder o poder diante das novas leis de mercado, do fetiche da mercadoria, do aumento das desigualdades sociais e do desejo de consumir destes jovens, que, aliados à falta de perspectivas de um futuro, fazem do imediato – e das figuras a ele vinculadas - a regra de suas existências, e com cada vez mais intensidade.

Temos nesse sentido uma triste realidade se constituindo. Uma realidade em que o tráfico passa a permitir, solitariamente, às camadas mais pobres e miseráveis das vilas e favelas por esse Brasil a fora a expressassem suas ambiguidades latentes, seu desprezo, ódio e frustrações; seu recalque, suas pequenas e grandes humilhações, fazendo desses lugares os geradores do tipo de inserção que produzem na vida em sociedade. Para aqueles que assistem ao problema à distância, fica cômodo julgar e condenar *ex-ante* os jovens pelo envolvimento com as drogas e cobrar, a qualquer custo, rígidas punições, uma vez que não indagam como e porque nossa sociedade anula, impossibilita, eclipsa, segrega, negligencia, restringe, solapa possibilidades a seus integrantes de uma tal forma que os leva a encarar uma atividade criminosa e mortífera como possibilidade de melhoria de suas condições de vida e, por conseguinte, de construção da existência e subjetivação.

Essa dinâmica retém os jovens sob o controle do tráfico, deixando-os com pouca possibilidade de contestação. As festas patrocinadas por traficantes, embora inclua a farta distribuição de drogas, de remédios, de comida e até eletrodomésticos – como ocorre na zona norte de Teresina - são estratégias assentadas na busca da legitimação, mas pressupõem também a obediência cega e o castigo severo ou até a morte para os desobedientes. Na resolução dos conflitos na esfera privada do tráfico de drogas, concentrar inclusive o poder de matar transforma o traficante no todo-poderoso, alguém a ser imitado. Assim, ou os jovens estão enredados simbolicamente, comprometidos com o *ethos* do



tráfico, ou por ele estão impedidos de viver alternativas fora da lógica da droga, como experimentar a confiança no outro enquanto lugar de construção de laços duradouros.

Embora tratando de outra realidade, Soares (2000) destaca conseqüências igualmente desastrosas para as comunidades pobres do Rio de Janeiro. A partir de dados empíricos de observação participativa, afirma que:

o tráfico provoca um assustador número de mortes, dos homicídios dolosos que ocorreram em 1992 na “cidade do Rio de Janeiro, cerca de 65 % apresentavam alguma vinculação, direta ou indireta, com o tráfico de drogas”, ocorre um processo de desorganização da vida associativa e política das comunidades, uma vez que o domínio criminoso na favela manifesta-se no controle, direto ou indireto, sobre as organizações civis locais. As comunidades passam a ser subordinadas pelos criminosos que lidam com o comércio de drogas; a pobreza e os pobres são estigmatizados, porque os bairros populares são vistos como fontes do mal pelos indivíduos que não moram nesses ambientes [...] (p. 267- 273, grifos do autor).

Como se pode ver, além do cerceamento individual, as ações desencadeadas pelo tráfico de drogas em comunidades pobres por todo o Brasil, têm chegado ao controle das organizações comunitárias, afetando diretamente os nascentes processos democráticos. Os micro-poderes da teia do tráfico, violentos e autoritários, são instrumentos utilizados para eclipsar ou silenciar os demais grupos comunitários das decisões e da participação comunitária, eliminando qualquer possibilidade de oposição via pena de morte e torturas diversas. Essa lógica é simultânea à ineficiência de uma proteção mínima por parte do Estado, combinada com a política de repressão e violência indiscriminada para com esses moradores, que não diferencia traficantes de pessoas não envolvidas ao tráfico. Comparando a convivência que têm entre o tráfico e o Estado, a população empobrecida tem escolhido buscar nos traficantes a resolução de problemas cotidianos de carências, desproteção etc. pela certeza que vem construindo de uma distância maior em relação ao poder público. No círculo vicioso em curso, os filhos que assistem a esse gesto dos pais e mães, revalidam a referência de que no tráfico está a saída. Fecha-se o cerco. É pelo tráfico que os jovens passam a buscar o retorno financeiro para consumir e o respeito para colocar-se diante da comunidade.

O TRÁFICO EM TERESINA: NOTAS PRELIMINARES PARA SUA COMPREENSÃO

Em Teresina notamos, no transcorrer da pesquisa, tanto em nossas observações de campo, como nas entrevistas, algumas particularidades. Aqui existem pelo menos duas constituições de tráfico, quais sejam: o **tráfico endógeno**, que é aquele em que o traficante



cresce na comunidade e apesar da violência empregada nos seus atos para com os locais, estabelece uma relação simultânea de proximidade, de apadrinhamento, sendo tais laços originários (e mantidos) dos processos de socialização da infância, alimentadas pelas trajetórias dos jovens traficantes e das comunidades. Ao que parece, as memórias de partilhas que antecederam a realidade do tráfico, permanecem – de algum modo – orientando a ação dos traficantes locais na sua relação com os moradores, num processo de mão dupla. Os moradores, por exemplo, permanecem se referindo aos traficantes como “o fulano, filho de beltrano” ou com expressões íntimas que denotam os vínculos do passado. Talvez pudéssemos dizer que algum afeto persiste, mesmo que não endossado pela racionalidade do discurso, mas como marca presente das relações longínquas onde todos eram apenas as crianças do bairro, parceiros de brincadeiras inocentes. O traficante, por sua vez, no limite possível da ação que concretiza, também deixa antever essa referência, embora distante. Pelo proceder de ambos, o traficante não deixa de ser “do grupo” comunitário, tendo sua presença e ações guardadas pelo silêncio e aceitação nas vilas e favelas, sendo o gesto possivelmente incrementado pela repulsa que essas comunidades vêm adquirindo ao poder público devido a constante violação de seus direitos pelo aparato policial ou pela ausência de serviços básicos.

A origem do tráfico endógeno, conforme encontrado nas vilas pesquisadas, também se relaciona diretamente com a ocupação territorial das vilas, capitaneada por lideranças políticas do meio ou por movimentos sociais consolidados, e, na maioria das vezes, motivada pela carência de moradia e clareza mínima acerca do direito negado. Alguns jovens que após participar desse momento inicial de ocupação, posteriormente se transformam em traficantes da área, mantêm uma relação diferenciada com os moradores, tendo sua liderança aceita com maior tranquilidade. Além disso, algo facilita o seu trabalho: os territórios consolidados a partir das ocupações urbanas normalmente se originam e se desenvolvem territorial e urbanamente nos limites das possibilidades locais, no vácuo da presença estatal, desprovidos de tudo. Mostra-se compreensível que as pessoas se aproximem e defendam aquilo que pode viabilizar sua existência mais imediata.

A outra presença do tráfico é a **exógena**, que se consuma quando um traficante de outra favela ou vila ou mesmo de outra cidade/estado extermina um traficante local, tomando sua boca e se mantendo nela unicamente pela truculência de suas ações ou ancorado no poder violento do grupo do qual passa a fazer parte, normalmente temido nas comunidades. Nesse caso não há legitimação mínima, não há trocas simbólicas assentadas na partilha de memórias comuns. O líder se mantém pela via da opressão, expulsão ou extermínio sumário de quem se coloca contra ele. Essa nova forma começa a surgir em



Teresina pelas disputas de bocas de fumo e, especialmente, via entrada de traficantes de outras regiões, principalmente do eixo Rio-São Paulo.

A introdução de grupos exógenos no tráfico de Teresina aponta para a mudança do modo do tráfico relacionar-se com as comunidades, além de revelar alterações no modo do tráfico organizar-se comercialmente. Observamos que pode estar se desenhando uma nova dinâmica para o tráfico de drogas em Teresina, o qual passa a ter um comando central localizado fora do Piauí. Possivelmente se imporá na perspectiva da violência para se estabelecer, e mais violência ainda para se manter, estabelecendo alianças e concessões com alguns traficantes locais e retaliando severamente os opositores – traficantes ou não. Na nossa avaliação, a mudança apontada radicalizará o uso da violência nas vilas e favelas, aumentando o nível de vulnerabilidade daqueles que escolhem viver fora das condições do tráfico, mas também dos jovens que se envolverem com os novos chefes das drogas, consumando o mesmo percurso que os jovens já vivenciam no eixo-Rio São Paulo, por exemplo².

Isso nos leva a uma constatação básica: nem todo o poder do traficante é oriundo do seu autoritarismo e violência. Apesar de se firmar nessas relações, uma parte desse poder, dependendo de como as relações do tráfico foram estabelecidas em determinada comunidade. Aquilo que numa visão unilateral venha a se chamar de medo, pode ser traduzido nesse contexto como respeito ou confiança tecida em uma rede de afetividade e solidariedade construída antes do acirramento das relações trazidas pelas relações do tráfico de drogas. Relações de outrora vizinhança, de associativismo, de enfrentamentos e partilha de problemas em conjunto.

Quando as relações e ordenamentos são estabelecidos pelo tráfico consolidado externamente à constituição das comunidades, normalmente o nível da opressão é maior e até dirigido a algumas pessoas. Essa é prática comum, por exemplo, quando uma boca de fumo é tomada por outra, estabelecendo a perseguição contra muitos dos parentes, aliados ou simpatizantes do traficante anterior. Embora tímida essa é uma realidade que já encontramos em Teresina. Quando o traficante surge entre os moradores da própria comunidade - perfil de todos os entrevistados -, em geral, as relações são de apoio e respeito, remontando àquelas vigentes antes do ingresso do jovem na vida do tráfico.

² Nas periferias algumas comunidades já tem sentido as diferenças surgidas, com carros importados circulando em suas vielas esburacadas e sem nenhuma estrutura, com armas de grosso calibre para intimidar os moradores ou mesmo a exibição de armas pesadas em via pública para mostrar a que vieram. O poder público parece silenciar diante da problemática, pois nenhuma medida foi tomada, como se não tivesse nada sob esse subterrâneo ainda intocado e sublimado de todas as formas. Talvez essa postura encontre estofo ou explicação na lógica da governança, de não “levar o caos à ordem vigente” e defendida a todo custo pelo estado. O caos não combina com a política e nem com as metas estabelecidas para o processo de governança, ainda mais quando esse caos gera medo e requer ações planejadas e enérgicas, de curto, médio e longo prazo, que nem sempre geram dividendos eleitorais.



Não queremos com isso dizer que o tráfico local não significa medo, violência, exceção. Que as relações entre a população e os traficantes sejam harmônicas, mas apontar que as relações entre traficantes locais, moradores das vilas e favelas são marcadas por uma profunda ambigüidade de sentidos e interesses, mas certamente estabelecendo a tensão como regra maior.

Não obstante as diferenças entre as manifestações do tráfico em Teresina, uma questão merece ser destacada quanto à posição assumida pela população atingida pelo tráfico, que é de dependência e ausência de possibilidades maiores de resistência. Imaginar que os moradores de favelas, acossados por traficantes e sem o apoio do poder público, têm a opção de ser ou não coniventes com os traficantes, é uma posição profundamente idealista. A exacerbação das dificuldades faz com que, em alguns momentos, os traficantes funcionem até como ícones para os moradores, principalmente quando empreendem ousadas ações contra a polícia e em defesa de parentes, vizinhos ou conhecidos.

UMA OUTRA INTERPRETAÇÃO É POSSÍVEL: APONTAMENTOS CONCLUSIVOS

A despeito da complexidade que caracteriza a questão do tráfico e da sua localização na intrincada rede das tensões urbanas contemporâneas, o discurso hegemônico ainda fala do domínio de uma força, **a do mal**, que deve ser alijada, separada e extirpada do convívio social, para que este tenha harmonia. Já quando se refere à virtude, à normalidade a referência é o **homem de bem**, independente de suas ações ou crimes anteriores, para os quais, se forem contra os cofres públicos e de grande abrangência de recursos, seu perdão, às vezes, vem mais rapidamente. Assim se consolida o conveniente discurso maniqueísta punitivo.

Esse protótipo de forma societária é, para a imprensa e os planejadores da segurança pública, a sociedade, a boa sociedade. Aquela que estão construindo com empenho. Esse é o modelo que uma determinada visão de mundo busca implantar e sustentar como a forma possível de relacionamento entre agentes sociais. A má sociedade é a dos bandidos, dos traficantes ou de todos aqueles que ofendem a harmonia desse padrão de relacionamento social, seja pela proposição de outro modelo social, seja como resultante da efetividade de suas práticas extremas, que negam parâmetros e valores das práticas hegemônicas. A boa sociedade é a dos burgueses e a má sociedade é a de todos os outros que não a aceitam conforme posta em suas regras e dinâmicas. Aquela **é** e a outra **não é**. No entanto, não podemos esquecer que nessas duas construções de sociedade parece haver um mimetismo da criadora e da criatura, sendo que a sociedade **da**



maldade (criada) é alimentada pela sociedade **da bondade** com seus instrumentos midiáticos e simbólicos, para sustentá-la e lhe servir de argumento para suas ações de repressão e discursos produzidos sobre as mesmas, como os discursos do medo e da violência.

Infelizmente essa visão de mundo dicotomizada e maniqueísta tem se apresentado e sido plantada com uma força e intensidade cada vez mais presentes e nos momentos de crise social se amplia, passando a ignorar outras formas de se pensar a realidade. Nesse emaranhado de práticas e sentidos não conseguiremos conceber as construções oferecidas pelo tráfico de drogas se não o percebermos dentro da ampla teia de significações que ele representa.

O propósito de realçar os reais determinantes e as capilaridades do tráfico em nossa sociedade precisa abarcar não apenas o fenômeno em seu aspecto macro, mas também nas suas manifestações localizadas, como é o caso apontado de Teresina. Embora tenhamos clareza das especificidades piauienses, assim o compreendemos por três razões: a primeira, em virtude das dimensões e sistemática porque se manifesta o tráfico no Brasil e no mundo, articulando intensamente o local com o regional. A segunda por considerarmos que o Estado brasileiro, aqui e alhures, enfrenta problemas similares na sua relação com o tráfico de drogas e, por fim, que a juventude tem se constituído na vítima preferencial da problemática do tráfico, independente de como e onde ela se estabeleça. Isso deveria implica que instituições, pensadores e a sociedade se sentissem suficientemente estimulados em levar a questão a sério e abordá-la na complexidade exigida. Assim, possivelmente, poderíamos colaborar para o estancamento de uma realidade onde os jovens – e demais - elejam o consumo como parâmetro maior das relações sociais. Uma realidade onde, para serem vistos e respeitados como consumidores, não tenham de apelar para o “dinheiro fácil” do tráfico; para existirem como sujeitos sociais, não tenham que colocar sob alto risco sua própria existência física. Não há mais o que esperar para dividirmos socialmente essa responsabilidade.

No caso de Teresina a situação requer urgência, uma vez que, ao que sugerem as informações coletadas, o consumo de drogas tem se expandido, inclusive com a maior presença de mulheres, ano a ano. Claro, também se expandem todas as conseqüências do fenômeno, como proliferação de grupos, confrontos de bocas, envolvimento dos jovens como comerciantes e consumidores de droga. Além disso, estamos atualmente saindo de uma lógica, de algum modo, própria de comércio de drogas, para a entrada numa sistemática nacional, o que - pelo que analisamos - implica num recrudescimento das dificuldades, dos danos e da vitimização de incontáveis famílias, seus pais, mães, filhos... especialmente, seus jovens.



Referências

COSTA, P.F. As drogas perante a lei. In: BUCHER,R(org). **Prevenção ao uso indevido de drogas**. 2. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

COSTA, M.B.; SILVA, V. Juventude, estado e tráfico de drogas em Teresina-PI: uma mistura explosiva. In: **Políticas Públicas e Direitos Humanos**, Teresina: EDUFPI, 2011 (no prelo).

FEFFERMANN, M. **Vidas Arriscadas**: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico. Petrópolis: Vozes, 2006.

SOARES, L.E. Perguntas da platéia. In : BASTOS, F.I; GONÇALVES,O.D(org). **Drogas é legal?** Um debate autorizado. Rio de Janeiro: Imago - Instituto Goethe,1993.

_____. **Meu casaco de general**: Quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva. 2005.

SODRÉ, M. **O monopólio da fala**: função e linguagem da televisão no Brasil. 3. ed., Petrópolis: Vozes., 1981.

ZALUAR, A. "Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil". In: SCHWARCZ, L. M. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia das Letras, v.4, 1998.

_____. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Editora FGV; 2004.

_____. (Org) **Drogas e cidadania**: Repressão ou Redução de Riscos. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.



GT 07 – Cidades e transformações do urbano na América Latina

ENTRE A VIDA RURAL E URBANA NA DÉCADA DE 50 EM BRAGANÇA-PA

Vania Albuquerque do Nascimento (UFPA) ¹
vania-nascykerk@hotmail.com

RESUMO

Este artigo visa analisar as dinâmicas, transformações e interações sociais ocorridas em Bragança, Pará no período de 1951 a 1960, no qual podemos perceber que a cidade experimentou um processo desigual de desenvolvimento. Pequenos comportamentos cotidianos de uma cidade eminentemente rural, que eram fundamentais para o equilíbrio social daquele momento, “deveriam ser paulatinamente abandonados”, pois havia uma fronteira tênue entre a vida rural e urbana, fazendo com que os modos de vida e práticas cotidianas dos cidadãos considerados “indigentes” fossem transformados. Pautamo-nos na análise bibliográfica no campo da História Social baseada na perspectiva de que a história deve ser contada, não somente levando em consideração “os grandes fatos” da história oficial e seus heróis, mas, sobretudo pela observação dos fatos ocorridos com pessoas que fazem parte da massa esquecida (THOMPSON, Apud. SHARP Jim, 1992). Em seguida, uma pesquisa nos seguintes acervos: Cemitério Santa Rosa de Lima – registros de enterramentos; Cartório Martins 3º Ofício – certidões de óbitos; Arquivo Histórico-Documental do Município de Bragança – decretos e projetos de lei. Revelando que os “tempos do progresso” pareciam fazer parte dos sonhos da sociedade abastada e poder público, que buscavam vivenciar os “benefícios” da política nacional-desenvolvimentista que, segundo suas concepções, estava pronta para ser modelada conforme estes almejavam para a cidade. Evidenciou-se que as relações e transformações ao longo do tempo alteraram realidades das vidas rural e urbana. Haja vista que a zona rural da cidade era destinada aos pobres e indigentes, em contrapartida, o urbano destinado gradativamente à elite e ao poder público.

Palavras-Chave: Dinâmicas sociais, Rural e urbano, Bragança-Pará.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de pesquisas realizadas no âmbito do trabalho de conclusão de curso pela Universidade Federal do Pará e busca compreender o contexto histórico da cidade de Bragança² nos anos 1950, de modo que possamos perceber a teia de relações que dizem respeito às dinâmicas sociais dos sujeitos considerados indigentes. Pois a idealização de uma sociedade, a partir de “cidadãos modelares”, costumes “civilizados” e ajustados aos princípios de uma cidade moderna

¹ Graduada em História, professora da Rede Pública de Ensino, integrante do Grupo de Pesquisa em Patrimônio Cultural do DPHAC/SECULT.

² Bragança está localizada na região Nordeste do Pará, a 210 quilômetros de Belém, capital do Estado. Sua população estimada em 2016 era de 122.881 habitantes. Fonte: IBGE



se ilustrava na marginalização destes sujeitos. Uma vez que, este momento representava o ensejo das autoridades em afastar tudo àquilo que se vinculava às praticas tidas como “incivilizadas” e “atrasadas” a fim de alcançar o progresso.

1.1 A política Nacional-Desenvolvimentista.

A política nacional-desenvolvimentista no Brasil dos anos 1950 se constituiu como um período marcado por efervescentes processos sócios históricos. No qual, por meio das eleições ocorridas neste ano e o retorno de Getúlio Vargas ao poder, esta política ainda se manifestava com vigor, pois estava presente toda uma ideologia que dava sustentação as políticas do governo, revertidas dos valores do populismo, nacionalismo e desenvolvimentismo de Vargas que diziam respeito, principalmente, às bases do controle social orientados pelo Estado (ANNI, 1975).

Cabe salientar que esta política seria direcionada, posteriormente, por Juscelino Kubitschek, sob a égide de uma ideologia na crença da mudança e do progresso que foi a grande “alavanca de desenvolvimento” e, ao mesmo tempo, do controle social no Brasil, na medida em que este projeto cerceava a atuação popular e a sua liberdade, fazendo com que cada vez mais as pessoas ficassem submetidas à política desenvolvimentista através de diferentes projetos que visavam moldar comportamentos e fiscalizar as ações das pessoas (WERNECK VIANNA, 1976, p.13).

A partir disso, esta política ajudou a concentrar o poder e a renda nas mãos de poucos fazendo que houvesse uma maior desigualdade entre os grupos sociais. Sendo muito conveniente e lucrativa para alguns grupos privilegiados, enquanto outros, dentre os quais a população mais pobre continuava sem a possibilidade de melhorias em sua condição de vida e sofria com os efeitos desta tal política.

Nessa perspectiva, nos anos 1950 se reproduzia no Brasil “um discurso no qual o mundo rural era identificado como velho, típico de um passado retrogrado, enquanto o mundo urbano seria visto como moderno” (OLIVEIRA, 2005, p.117) e progressista que foi se estabelecendo na maioria das cidades. Onde o mundo urbano sobrepujou o rural em termos de imaginário na sociedade sendo que o país era ainda eminentemente rural.

Os tempos do progresso pareciam fazer parte dos sonhos e das utopias de um Brasil, “país do futuro”, e esses ideais seriam então representados também na figura de Kubitschek, como o ideal de homem empreendedor, empenhado na construção de um país urbano e moderno. Como sabemos, pretendia-se desenvolver em seu governo um “Plano de Metas” que deveria ser alcançado em 5 anos, o famoso slogan: “50 anos em 5”, para que assim se pudesse alcançar a ideologia



desenvolvimentista no país. Não muito diferente das ideias de Vargas, Kubitschek, também, utilizava um discurso do nacionalismo, tais como, “desenvolvimento nacional, dos interesses nacionais, da integração nacional”, para que sua aproximação tanto com a elite nacional, como com o povo fosse reforçada (MOREIRA, 2003, p. 161).

Este ideário de progresso e desenvolvimento durante a administração de Kubitschek se consolidou como um estilo de governo e, também, de projeto social que estava presente no imaginário de boa parte da população brasileira.

A perspectiva do moderno se contrastava com o antigo e com o tradicional a fim de alcançar uma nova realidade social através de um cenário onde se desejava o desenvolvimento. Sob a ótica do progresso e da modernidade, o crescimento do sentimento de civilidade seria representado, sobretudo, nas formas modernas das interações sociais, isto é, de pensar, agir e se sentir de maneira moderna, que foi de certa maneira difundindo e consolidando a “cultura do moderno” na sociedade.

A partir das leituras de textos literários da época, notamos como os reflexos dos discursos desta política se caracterizaram no cenário de Bragança, na qual, também, pretendia estabelecer o ideário de progresso através da construção de novos valores e comportamentos cotidianos, tais como, a idealização de perfis sociais relacionados ao modelo de uma cidade pretensamente moderna, assim como na construção de aspectos e sociabilidades que apresentassem características urbanas e consideradas “civilizadas” para aquele momento.

O poeta Rodrigues Pinagé escreveu em 1959 a respeito deste momento em que se desejava ver em Bragança a representação do “futuro” e do progresso.

O progresso encheu de ruas
O teu solo que se expande,
Sepultando as margens nuas
Do tranquilo Rio Grande;
Não há mais lírios nos campos,
Nem tochas de pirilampos
Pintalgando a escuridão;
Hoje, a lâmpada ilumina
A figura pequenina
Do saturno lampião. [...]
Bragança! És sempre Bragança,
No presente ou no passado,
És futuro e és esperança
De um povo civilizado³.

Em seu poema fica evidente a aspiração ao progresso para Bragança, pois a imagem de uma cidade nos moldes do “moderno” se encaixaria dentro de um desejo de se romper e até mesmo de fugir das amarras de uma realidade vista como

³ Ver BRAGANÇA. *Revista da Academia Bragantina de Artes e Cultura Popular* – ABACP, Bragança-Pará, Brasil – Ano I nº 01 – julho/2003, p. 34-36.



desagradável, isto é, como retrograda e atrasada. Pois, grande parte da sociedade, também, sonhava acompanhar o progresso que estava sendo inserido no restante do país. Os modos de vida, bem como os espaços urbanos estavam cada vez mais inaugurando um novo cenário de desenvolvimento.

Para Pinagé o progresso tornaria a cidade um “lugar do futuro e da esperança de um povo civilizado”, ao qual, representava o pragmatismo das utopias da elite mais abastada e do poder público municipal da época. O poema expressa outro olhar, ou seja, de quem desejava o progresso.

Diferente do poema, o livro “Menina que vem de Itaiara”, registros das memórias da autora Lindanor Celina⁴, nos mostra traços da Bragança desde os anos de 1940, no qual encontraremos registros de populares, os costumes e os modos de ser do “bragantino” daquela época. Vinda de uma família tradicional, Lindanor Celina nos faz perceber nas nuances de suas memórias, como Bragança com toda a sua característica de cidade interiorana, isto é, de sociabilidade entre agentes e modos de vida particulares, eram importantes para o cotidiano da cidade. O aspecto rural, nas impressões da autora, fazia com que a cidade fosse mais atraente, nas suas palavras “um rio para tomar banho, as árvores para refrescar as tardes, uma vizinhança modesta” (CELINA, 1997, p.30). A cidade interiorana servia como inspiração dos costumes e dos modos de vida do bragantino, onde a mesma descrevia o rural como um lugar de aconchego.

Faz-se necessário observar, então, que existia como ainda hoje existe na maioria das cidades, uma dualidade entre o espaço rural e o urbano. Logo, nesse campo sócio espacial, nota-se que há um subjugo do rural pelo urbano tanto nas representações do espaço, como nas dinâmicas sociais. Estas relações muitas vezes são marcadas por conflitos de valores e relações de sociabilidade. Revelando que as diferenças entre a vida rural e urbana criam simultaneamente identificações e, ao mesmo tempo afastamentos nas interações sociais, pois “a imagem comum do campo é agora uma imagem do passado, e a imagem comum da cidade, uma imagem do futuro” (WILLIAMS, 1989, p.397), ou seja, dando a entender que o rural visto como “atrasado” e urbano como o “progresso”.

Deste modo, é interessante analisar que dependendo do lugar onde se olhava a Bragança haviam impressões diferenciadas quanto aos aspectos do rural e ao ideal

⁴ Lindanor Coelho de Miranda, mas ficou conhecida como Lindanor Celina foi considerada uma escritora paraense contemporânea e de uma originalidade incomum, além de ser uma Romancista de grande porte. Com modo peculiar de narrar os modos do cotidiano, tanto no romance quanto na Crônica, Lindanor Celina teve fama somente no Brasil, mas ganhou fronteiras internacionais. Disponível em Blog do Prof. Dário Benedito Rodrigues.



de progresso. O último parecia representar o desenvolvimento, enquanto o rural era visto como algo positivo, mas que talvez, marginalizava e ao mesmo tempo excluía uma parcela da sociedade.

Portanto, observamos que a política ideológica do desenvolvimento buscava estabelecer uma fase que caracterizaria o progresso para a cidade. Porém, ao contrário disso, reproduziu e reforçou as desigualdades presentes na sociedade, uma vez que esta política sustentou-se em discursos de melhorias do espaço urbano e da convivência social. Mas, para a situação da população mais pobre que foram as que mais sofreram neste processo de modernização, nem todos podiam ter acesso aos novos meios de uma cidade moderna. O que realmente se evidenciou através disso foi à exclusão e a marginalização desta população em relação ao projeto de modernização para cidade. Como abordará a próxima seção.

1.2 “A classe perigosa”: pobres e indigentes.

É sabido que a figura do pobre sempre existiu nas sociedades, porém em cada momento histórico a pobreza agregou perspectivas distintas no entendimento sobre sua representação social. Faz-se necessário ressaltar que dentre vários estudos que se dedicaram a falar sobre os pobres e a pobreza, dois importantes autores se destacaram: Michel Mollat e Bronislaw Geremek.

Mollat, em sua análise sobre o pobre e a pobreza, faz uma abordagem a partir da submissão a um conjunto de “infortúnios” em que a pobreza está circunscrita.

“O pobre é aquele que, de modo permanente ou temporário, encontra-se em situação de debilidade, dependência e humilhação, caracterizada pela privação dos meios, variáveis segundo as épocas e as sociedades, que garantem força e consideração social: dinheiro, relações, influência, poder, ciências, qualificação técnica, honorabilidade de nascimento, vigor físico, capacidade intelectual, liberdade e dignidades pessoais. Vivendo no dia-a-dia, não tem qualquer possibilidade de revelar-se sem a ajuda de outrem” (MOLLAT, 1989, p.5).

A citação acima demonstra que as situações vivenciadas pelo pobre expressam a complexidade do termo. A partir disso, na busca de uma definição, Mollat procura identificar os limites em que a precariedade se transforma na miséria. Pois, em um primeiro momento a pobreza era concebida a partir da caridade e dos valores cristãos, em seguida vista como indigência, na qual a sociedade se envergonhava e, por isso, fazia-se de tudo para escondê-la e por último passou a ser considerada como a negação ao paraíso (MOLLAT, 1989, p.21-23).

Todos estes limites da precariedade demonstram a imagem dos rejeitados sociais, na qual se incluem os “potencialmente criminosos”, que ao negar as leis, o



Estado, a família e a sociedade, “entram no caminho da heresia, da subversão ou da criminalidade”. Desse modo, a pobreza torna-se facilmente associada à marginalidade dos que se encontravam nessa condição na sociedade.

Já Geremek destaca os diferentes tipos de “miseráveis” encontrados e descritos na literatura da época medieval, tais como o vagabundo, andarilho, o vigarista e o mendigo, onde todas estas designações se assemelham ao fato de atribuírem-se a sujeitos identificados como o “amálgama social de fatores negativos”, e sem “nenhuma qualidade” para a sociedade daquela época.

Sua análise busca delinear um “esboço das questões que podem ser consideradas elementos indispensáveis para uma interpretação histórica da imagem do pobre” (GEREMEK, 1995, p.28). O autor se baseia em estudos sobre a história dos mendigos que servem de “espelho” para descrever a condição social em cada período.

“Nessas diferentes situações ao longo do tempo, o modelo do pobre apresentado pela literatura e a sua tipologia sociológica variam bastante. Ora se trata de um mendigo humilde que encontra na renúncia a satisfação moral, ora de um filósofo que vê na pobreza uma condição para o cultivo da reflexão independente. Por vezes o pobre é um miserável, vítima de reações RAÇÕES sociais, a quem a necessidade empurrou para as práticas infames. – (...) A longa permanência dos principais traços da imagem do pobre na literatura europeia está relacionada com o valor negativo que a sociedade atribui a essa imagem” (GEREMEK, 1995, p. 7-9).

A sociedade da época estava referenciada a uma lógica de relações sociais hierarquizadas, baseadas na nobreza medieval e na religião. E estes componentes sociais, de certo modo, são responsáveis pela construção de um discurso em torno da pobreza muito bem circunstanciada.

Geremek (1986) ao retratar a “história da miséria e da caridade na Europa”, considera que na Idade Moderna com o desenvolvimento do capitalismo os processos de pauperização e conflitos sociais tenderam a encarar a pobreza como um fenômeno de “envergadura social”, na qual se relacionava a uma visão de que esta é uma “doença vergonhosa” da sociedade que é premente em debelar por meios novos.

Já o pensamento contemporâneo vê a pobreza como um fenômeno puramente negativo, onde muitas vezes é confundida com atos “ilícitos” fazendo associação de que pessoas que se encontram nessa condição são alvos de vergonha e considerados “indignos” por se assemelhar a indigência.

Na década de 50 do século XX o termo pobreza regressa a linguagem econômica e social, na qual esta característica é, também, concebida de maneira exclusivamente negativa. “Existe como uma correspondência entre o seu papel degradante no plano material e o desprezo – assim como no ínfimo lugar na hierarquia



dos valores – que a sociedade lhe reserva” (GEREMEK, 1986, p.12). Logo, os discursos construídos ao longo do tempo sobre o pobre e a pobreza sempre estiveram relacionados aos valores morais da sociedade, demonstrando ser persuasivo e convincente para endossar a marginalização, julgamentos e práticas discriminatórias.

Discutir sobre o conceito de pobreza nos ajuda a compreender que o papel da população pobre na cidade de Bragança dos anos 1950 se definia através da marginalização sofrida pelos mesmos, baseada na ideia de que tais sujeitos não tinham características que condiziam com a realidade que se desejava para aquele momento, pois estes se configurariam como “criminosos” que perturbavam a ordem social, outrora estabelecida na sociedade.

Notamos a construção de um discurso no qual o pobre carrega estigmas, que são marcas sociais construídas historicamente, para a submissão dos sujeitos que estão fora do padrão de “normalidade” com objetivo de justificar a propensão à marginalidade, ou seja, responsabilizando-os por sua condição.

Assim, os sujeitos que apresentavam “potencialidades” de disseminar algum perigo para a saúde da população deveriam passar por certo tipo de fiscalização e controle. Logo, os pobres e indigentes representavam o lócus dessa preocupação, já que, possivelmente, estes eram moradores de habitações insalubres, de hábitos cotidianos “imorais”, caracterizando-os como uma “classe perigosa”⁵ para a sociedade.

Diante do exposto, percebemos que toda a sociedade de Bragança estava submetida a esta ideologia desenvolvimentista dos anos 1950. Porém, como compreender os reflexos desta política sobre os sujeitos pobres e indigentes, ao qual foram os mais afetados, na medida em que estes representavam o “avesso” de tudo que se pretendia de moderno para a cidade?

Para o poder público municipal e a elite mais abastada as pessoas pobres que circulavam no espaço urbano, de certo modo, os “incomodavam”, por serem vistas como “necessitadas, desprovidas ou carentes”. Pois, o cotidiano desta população foi tornando-se cada vez mais alvo de preocupação, controle e fiscalização, para que assim, estes pobres não se tornassem “entrave” para o processo de modernização da cidade. Já que o desenvolvimento e progresso que se desejava alcançar não os

⁵ Conceção construída desde fins do século XIX e início do XX, onde Sidney Chalhoub retrata como o Estado brasileiro e a sociedade “tratou, curou e higienizou a cidade do Rio de Janeiro”, então capital do império, no recorte temporal entre 1870-1930, tendo uma relação ideológica entre pobreza e a proliferação das doenças contra as classes consideradas perigosas e suas moradias, que sofreram segregação pelos métodos de higienização aplicados pelo poder público para a obtenção de um espaço urbano “limpo”. Ver CHALHOUB, Sidney, 1996.



inseriam, ao contrário disso, os marginalizavam ainda mais. Como aponta a resolução nº 1055 de um Decreto-Lei que foi publicado no Diário Oficial do Estado em 1955⁶.

Resolução nº 1055
De 22 de Novembro de 1955

O Prefeito Municipal de Bragança, usando de suas atribuições legais e em conformidade com a resolução nº 1055, do departamento administrativo do Estado,

RESOLVE:

I – negar, nos termos em que se encontra regido o projeto de decreto-lei, da prefeitura municipal de Bragança, que pessoas necessitadas, desprovidas ou carentes circulem com frequência na área urbana de Bragança.

II – aprovar pelas razões consignadas no substitutivo ao parecer nº 1884, que passa a fazer parte integrante desta resolução, autorização à prefeitura Municipal de Bragança para realizar demolições com construções não autorizadas.

III – sujeitar a multa todo sujeito cujo não cumprir tais atribuições.

Observamos que dentre aqueles que estavam sujeitos a estes novos padrões de comportamento e moradia, os pobres destacavam-se por haver regras contundentes que cerceavam a sua circulação no centro urbano da cidade e quando não obedecidas ficavam submetidos a penalidades.

O centro que se pretendia modernizar com os ares do progresso caberia, possivelmente, a elite e ao poder público municipal. Aos pobres que com seu cotidiano de vida e moradias que não correspondiam aquele padrão do moderno, caberia à exclusão e a marginalização. Permitindo-nos entender, também, como estes sujeitos “participaram” deste processo de modernização, onde paradoxalmente sua participação ocorreu por meio da exclusão.

Nos anos de 1950 foi registrado um total de 3.986 enterramentos e que 179 destes eram enterramentos de pessoas consideradas indigentes e que representava 4% de uma população potencialmente “perigosa”, assim como o eventual “atraso” da cidade. Estes considerados potencialmente “perigosos” foram obrigados a ocuparem outros espaços onde os “marginais sociais” deveriam permanecer a fim de serem separados da elite que ocuparia os centros urbanos, de tal modo, que pudesse se exercer alguns mecanismos de controle e exclusão que se engendraram sobre seu cotidiano, burocratizando os hábitos de circulação e moradia. Porém, provavelmente havia aqueles que mesmo assim ainda podiam ser encontrados transitando ou residindo no espaço que lhes proibiam.

⁶ FONTE: Livro de Relatório da Intendência Municipal – Período de 1955 a 1957. Encontrado no Arquivo Histórico-Documental do Município de Bragança (AHDMB).



A idealização de uma sociedade moderna tanto nos seus aspectos sociais como de saúde perpassavam por questões que diziam respeito, como vimos justamente ao cotidiano dos pobres que deveriam se “espelhar” segundo os padrões de uma elite mais letrada. Pois, os instrumentos de normatização tinham, também, como objetivo impor controle à sociedade no que tange ao comportamento, estabelecendo, por exemplo, modelos de moradia e de convivência social.

Considerados pelo poder público municipal, causadores da “perturbação da ordem” cotidiana, tal processo contribuiu paulatinamente para certa hierarquização dos espaços, como também das pessoas. Dessa maneira, as ações de controle e fiscalização tentavam impedir que houvesse a circulação destes sujeitos considerados indigentes no centro da cidade, a fim de desconstruir as relações sociais presente e os rotulando como desordeiros.

Estas medidas de “modernidade” juntamente com o crescimento da cidade faziam com que em nome do interesse público as moradias que eram consideradas anti-higiênicas, ou seja, moradias precárias de pessoas pobres que já se encontravam naquele espaço, não pudessem mais permanecer no centro, pois as moradias que se encontravam ali deveriam ser higienizadas e seguir certo padrão de arquitetura que se harmonizava ao moderno.

Nesses “aperfeiçoamentos” estavam instalados os interesses em remodelar, higienizar e controlar a cidade, sendo a população pobre seu principal público alvo, uma vez que, a “condição miserável” e que poderia comprometer a saúde pública obrigava-os a morar em casas consideradas impróprias. E, foi através disso que a administração municipal, tentou criar um espaço urbano higienizado e que controlasse o comportamento dos sujeitos que não se adequavam ao progresso desejado.

De tal modo, a crença no progresso intimamente ligada com o desejo da elite em se distinguir na hierarquia social, bem como dos novos hábitos que estavam sendo impostos ao comportamento das pessoas mais pobres, fizeram que estas características fossem os principais desafios desta população para a sua inserção e consolidação aos “novos tempos” da cidade.

Em vista disso, o Arquivo Histórico-Documental do Município de Bragança⁷ nos apresenta entre os anos de 1952 a 1954, documentos de diferentes naturezas, entre os quais, cartas e ofícios que nos remetem a recortes da história de vida de diferentes sujeitos, moradores das colônias agrícolas da zona bragantina e da cidade

⁷ Foram pesquisados diversos livros do Arquivo Histórico-Documental da Prefeitura Municipal de Bragança (AHDPMB) - Contendo documentação de diversos teores. – ver Anexo nº- Diário Oficial do Estado, Ofícios, Decretos e Códigos de Posturas.



de Bragança, relatos estes que diziam respeito a uma política de interesse que se fazia entre o poder público, na figura do então Prefeito Dr. Simpliciano Fernandes Medeiros Júnior, e seus representantes na cidade.

Assim, através do conhecimento que possuíam com as autoridades, seus representantes pediam certos favores, como também as próprias autoridades nessas relações de interesse, mostrando que essas situações, por vezes apareciam nesses documentos pedindo pelos seus conhecidos a diferentes órgãos do Estado que, conduziam, portanto, pedidos pelos colonos de passagens no trem da Estrada de Ferro de Bragança, internações em hospitais quando em situação de doença e etc.

Aqui apresentamos uma carta em nome do prefeito Simpliciano Fernandes Medeiros Júnior que na época, também, era médico e que foi enviada ao Secretário de Saúde Pública do Estado em favor do lavrador Semeão Corrêa, que se encontrava com grave enfermidade e se tornou indigente devido ao seu estado de saúde.

“Gestor Simpliciano Medeiros Junior

Exm. Snr. Dr. Secretário do Estado de Saúde Pública.

Apresento a V. Excia. o lavrador Semeão Corrêa que, devido grave enfermidade que acometia, tornou-se indigente, em estado grave de saúde, pelo que venho solicitar a V. Excia. se digne de mandar que seja recolhido ao Hospital da Santa Casa, para ver se há possibilidade de renovar sua saúde.

Com os protestos de alta distinção, apresento a V. Excia. as minhas

Saudações

Dr. Simpliciano Medeiros Junior

Prefeito Municipal”⁸.

Percebemos aqui que inicialmente o prefeito poderia estar apenas preocupado com o estado de saúde do lavrador e se disponibilizando a ajudá-lo, haja vista que o mesmo estaria cumprindo a sua função de médico, e assim, recorrer ao Secretário de Saúde Pública do Estado. Mas, o agravamento do estado de saúde do lavrador Semeão Corrêa fazendo com que o mesmo se “tornasse indigente”⁹ e que poderia levá-lo a óbito representava um perigo para a sociedade e, com isso, a morte destes sujeitos deveriam estar sob o controle do poder público. Ademais, manter a

⁸ Ofício presente no livro nº 044 – 16 de fevereiro, ano de 1952. Gestão de Simpliciano Fernandes Medeiros Junior. Encontrado no Arquivo Histórico-Documetal da Prefeitura Municipal de Bragança.

⁹ Tornar-se indigente, na maioria das vezes, esteve atrelada a concepção de inatividade do cidadão e, assim na incapacidade de aumento da produtividade, fazendo com que esta característica fosse motivo de preocupação, no qual, o Estado brasileiro visava extinguir mediante as “oportunidades de acesso a uma vida ativa e à plena participação na sociedade através da obtenção de um emprego”. Ver BLASS, Leila Maria da Silva. 2006. 110p.



cidade higienizada e seus cidadãos saudáveis, também fazia parte do projeto de modernização desejado.

A intervenção do poder público nas relações cotidianas das pessoas serviu de instrumento para unificação do poder entre a elite e as autoridades que pretendia a implantação de uma ordem à cidade. Logo, percebemos que além dos espaços, as pessoas também eram submetidas a intervenções. Os pobres, doentes e desocupados passaram a ser tomados então como objetos de preocupação do espaço urbano e da ordem pública.

Podemos evidenciar através das certidões de óbitos¹⁰ que havia muitos sujeitos em condição de indigência na cidade, que por falta de assistência médica, e talvez, de assistência pública na decorrência de serem indigentes representavam para as autoridades um perigo social, pois muitos chegavam a óbito. Isto pode ser explicado por estes sujeitos não serem vistos como sujeitos formadores de uma sociedade moderna.

Apresentamos uma certidão de óbito no intuito de melhor observarmos nossos argumentos.

Certifico ter registrado o óbito de Maria Conceição da Silva com sessenta anos de idade, natural deste município, casada filha de Antônio de [...] faleceu **à espera de assistência médica**, hoje às seis horas da manhã, nesta cidade.

Indigente (grifos meu)

O referido é verdade, Bragança 23 de agosto 1953¹¹.

Este é apenas um exemplo dos inúmeros registros encontrados no Cartório, no qual, pelo menos 07 a cada 10 mortes de indigentes ocorriam sem assistência médica (O número leva em consideração as mortes registradas na década de 1950). Isso nos leva a pensar que a saúde em Bragança nesse período era muito fragilizada e que esta parte da população tinha um acesso ainda mais dificultoso, ou seja, revelando o “retrato da falta de recursos desta população”.

Morrer sem assistência ou à espera de assistência médica, na maioria das vezes, significava que a pessoa não recebia acompanhamento de um profissional de saúde. Além do mais, observamos que o serviço de saúde pública nessa época era bastante precário, uma vez que havia pessoas que morriam sem que esta pudesse chegar, ou seja, vemos que este serviço não era tão eficiente, principalmente, para os sujeitos mais pobres.

¹⁰ Cartório Martins 3º Ofício, ano 1951 a 1960, Bragança-Pará. Livros nº 18 (ano 1949 a 1951), nº 22 (ano 1952 a 1954), nº 20 (ano 1954 a 1957), nº 21 (ano 1957 a 1958), nº 22 (ano 1958 a 1960).

¹¹ Cartório Martins 3º Ofício, Bragança-Pará. Livro nº 18, registro nº 9313 (ano 1953).



A partir de então, se fazia necessário à intervenção através das “políticas públicas de saúde”¹², buscando cada vez mais tornar Bragança um símbolo da modernidade e do progresso, pois garantir atendimento à saúde, também fazia parte dessa política “modernizadora”. Mesmo que para isso, fosse necessária a intervenção pessoal ou baseada em favores, já que a assistência médica não era proporcionada para todos.

Percebemos, então, que toda a população passava por certa dificuldade em relação à saúde e saneamento básico, no qual a parcela pobre era ainda mais afetada. Com isso, o desejo de tornar Bragança um símbolo da modernidade, também, através dos aspectos de saúde, foi criado um projeto de lei para que toda a população pudesse ter algumas garantias e melhorias de vida, principalmente no que dizia respeito ao saneamento básico.

Projeto de lei nº 424 - De 27 de Outubro de 1955¹³.

CRIA O SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO.

A câmara Municipal de Bragança instituiu e eu sanciono e publico a seguinte lei.

CAPÍTULO I

Da criação, natureza e finalidade do serviço.

Autônomo de água e esgotos:

Art 1º - fica o serviço de Água e Esgotos (SAAE), com personalidade jurídica e autonomia, administrativa e financeira, nos termos da presente lei.

Art 2º - o SAAE será subordinado diretamente ao prefeito municipal, que nomeará o seu pessoal ou contratará a sua administração com sua organização especializada.

Art 3º - o SAAE terá exclusividade e monopóli [o] para exploração dos serviços de água e esgotos da sede do município, cabendo-lhes cuidar da operação, manutenção, conservação e ampliações do sistema.

Este projeto de lei representava parte dos planos do poder público municipal, para a que a população não viesse a ser um problema no projeto de modernização. Porém, o mesmo não se deu de maneira efetiva, principalmente, para a população pobre nos anos de 1950, pois os mesmos continuaram a sofrer com o problema de saúde, moradia e saneamento básico na cidade. Somente nos anos de 1970 é que a

¹² Conceituar saúde pública é um problema que surgiu precisamente em função das necessidades de planejar ações de saúde individuais e coletivas, na qual a Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1947 formulou o seguinte conceito: “saúde é o estado de mais completo bem estar-físico, mental e social, e não apenas a ausência de enfermidade”. A partir disso, a relação saúde-enfermidade passou por certo tipo de intervenção com objetivo de evitar doenças, prolongar a vida e promover a saúde física e mental. Visando o saneamento do meio, o controle das infecções, a educação do indivíduo nos princípios da higiene pessoal e o desenvolvimento de mecanismos que assegure a cada pessoa o padrão de vida adequado para que, assim, haja a manutenção da saúde. Ver SCLIAR, Moacyr. 2002, p. 17-18.

¹³ Associação Sócio - Cultural Recreativa de Bragança – ASCURBRA – **Projeto: Memória de nossa Terra**, Conhecendo Bragança. 2005, p.76.



saúde pública juntamente com outros aspectos de melhoria de vida passou a ocorrer de maneira mais efetiva devido à expansão da cidade, tornando-se necessário atender as demandas, realizando projetos que de fato fossem concretizados.

A cidade que cada vez mais estava se constituindo como um espaço de diferentes comportamentos dos seus cidadãos, assim como da higiene e das práticas do moderno, tece uma estreita relação entre estas medidas, como também nas práticas da elite bragantina que se constituía num modelo ilusório a ser seguido. A relação entre as diferentes formas de sociabilidades, espaços privilegiados e espaços excluídos, articularam-se, por um lado com o sentimento da diferença e da desigualdade existentes na cidade.

CONCLUSÃO

O processo de exclusão que se podia evidenciar na sociedade, sofrido por aqueles que deveriam ser assistidos de modo a serem controlados e fiscalizados, os afastava cada vez mais do processo de modernização. Pois a participação destes sujeitos se dava através da marginalização.

Portanto, os pobres aos olhos do poder público municipal tinham que ser tratados com uma devida “atenção”. Atenção esta que os controlava mesmo que fosse um controle imaginário ou utópico. Pois, o controle social, de certa maneira, atendia aos desejos e interesses de se ter uma cidade, como também seus sujeitos com padrões “civilizatórios modernos”.

Em contrapartida, não podemos deixar de considerar que este controle podia ou não funcionar de modo efetivo, uma vez que estes sujeitos que eram excluídos deste processo de modernização, mas, que também buscavam meios de fazerem parte do processo de desenvolvimento. Pois, o sentimento nacionalista deveria ser vistos como algo de “todos para todos”, o que interessava basicamente não era expulsar estes sujeitos pobres da vida social ou de fato impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida destes sujeitos controlando as suas ações, para que se tornasse possível alcançar o desenvolvimento, mesmo que para isso fosse necessário forjar esta tal modernidade.

REFERÊNCIAS

IANNI, Octávio. **A Formação do Estado Populista na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Terceira Parte – Poder e Classes Sociais.



_____. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

BLASS, Leila Maria da Silva. **Ato de trabalhar: imagens e representações**. Edição nº 1, ANNABLUME Editora, 2006. 110p. Disponível em <http://www.livrariacultura.com.br/p/livros/ciencias-sociais/sociologia/ato-de-trabalhar-imagens-e-representacoes-2045107>

CELINA, Lindanor. **Menina que vem de Itaiara** – ed Especial_ Belém: Cejup/Secult, 1997.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial** / Sidney Chalhoub. __ São Paulo: companhia das Letras, 1996.

GEREMEK, Bronislaw. **A piedade e a Força. História da miséria e da caridade na Europa** / Bronislaw Geremek: Tradução Maria da Assunção Santos (a partir das versões italiana e francesa). Terramar Editores, Distribuidores e Livreiros. 1986.

_____. **Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura europeia: 1400 – 1700** / Bronislaw Geremek: Tradução do Polonês Henryk Siewieski. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média**. São Paulo. 1989.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América Latina**. Sociologias, Porto Alegre, ano 7, nº 14, jul/dez 2005, p. 110-129.

OLIVEIRA, José Ribamar G. de. **Alma das ruas**/ José Ribamar de Gomes Oliveira. – Belém: IOE, 2017, p.68. História de Bragança – Cidade – Pará.

SCLIAR, Moacyr. **Do Mágico ao Social A trajetória da Saúde Pública**. Editora SENAC, São Paulo, 2002.

THOMPSON, Edward P. Apud, SHARPE, Jim. “A História Vista de Baixo”. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

WERNECK VIANNA, Luiz. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade na História e na Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, Cap.25. Pp. 387- 409.



II SIALAT BELÉM 2017

Belém - Pará - Brasil

REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



PARCERIAS

